# ANEXO I -
# CADERNO DE ENCARGOS

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2023 E 001/2026**

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ABREMA | Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente |
| ANA | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| CFA | Conselho Federal de Administração |
| CG | Coeficiente de Geração |
| CERB | Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia |
| COELBA | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONFEA | Conselho Federal de Engenharia e Agronomia |
| CPC | Código de Processo Civil |
| CRA | Conselho Regional de Administração Bahia |
| CREA | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia |
| CRM | Conselho Federal de Medicina |
| CS | Coleta Seletiva |
| CVR | Central de Valorização de Resíduos |
| ECOPONTO | Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| ETE | Estação de Tratamento de Efluentes |

| | |
|---|---|
| ETR | Estações de Transferência de Resíduos |
| EVEF | Estudos de viabilidade técnica econômico-financeira |
| GEE | Gases de Efeito Estufa |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| INMETRO | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia |
| LNSB | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| MCIDADES | Ministério das Cidades |
| NR | Norma Regulamentadora |
| NBR | Norma Brasileira |
| OS | Ordem de serviço |
| PIO | Plano de Investimentos e Operação |
| PRAD | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| PNRS | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| PEV | Pontos de Entrega Voluntária |
| RCD | Resíduos da Construção e Demolição |
| RDC | Resolução da Diretoria Colegiada |
| RDO | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| RPU | Resíduos Públicos Urbanos |
| RSS | Resíduos do Serviço de Saúde |
| SAC | Serviço de Atendimento ao Consumidor |
| SMRSU | Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos |
| TUF | Tarifa do Usuário Final |

| | |
|---|---|
| TEP | Tarifa do Ente Público |
| TAUF | Tarifa Alternativa do Usuário Final |
| UCO | Unidade de compostagem dos resíduos orgânicos |

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente **CADERNO DE ENCARGOS** é parte integrante do Edital de Licitação referente à delegação, na modalidade de concessão patrocinada, da prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e coleta seletiva (**CS**), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** *(***"CDS VELHO CHICO"***)*.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2023** e **001/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (**i**) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (**ii**) auxílio ao **CONSÓRCIO** no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 001/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (**iii**) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

Os serviços descritos no presente documento deverão ser executados nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos, integrantes do **CDS VELHO CHICO**, em conformidade com as especificações contidas no Edital, no Contrato e em seus Anexos, e deverão seguir as normas estabelecidas pelo **CDS VELHO CHICO** e pela Agência Reguladora competente. O atendimento às especificações será requisito para o integral cumprimento do contrato de concessão a ser firmado com o ente público.

A seguir são apresentadas as especificações técnicas referentes aos serviços a serem prestados durante o período de concessão e obras de implantação necessárias, bem como seus requisitos e forma de acompanhamento ou monitoramento requerido.

Serão apresentados os critérios técnicos alusivos aos serviços a serem executados ao longo do período de concessão e obras de implantação indispensáveis, assim como suas condições e forma de fiscalização ou monitoramento estabelecido.

## 1.1. ESCOPO E ABRANGÊNCIA

O caderno de encargos tem por escopo a descrição das especificações técnicas, funcionais e legais do projeto de concessão patrocinada da prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência *(“transbordo”),* tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RDO**, **RPU**, **RCD** e **RSS**; Coleta Seletiva (**CS**), Programas Socioambientais, e atividades correlatas, nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram o projeto, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.

O objeto obrigatório da concessão compreende, exclusivamente, a triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RDO**.

A prestação dos serviços de coleta e transporte de **RDO**, bem como de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RPU, RCD** e **RSS** pela Concessionária, depende da adesão dos Municípios a tais serviços, a ser formalizada por instrumento próprio anexo ao Contrato.

Cada serviço facultativo foi modelado como módulo autônomo, remunerado por tarifa própria, devida somente se houver adesão e na medida da efetiva prestação. Sem adesão, não há serviço, investimento nem receita correspondentes, e a adesão parcial ou tardia apenas define a partir de quando cada serviço será prestado e remunerado. A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro, cabendo ao **PODER CONCEDENTE**, nos termos da Matriz de Riscos e do Contrato, exclusivamente os efeitos da não adesão, adesão parcial ou adesão tardia sobre o atingimento das metas de universalização e de desempenho vinculadas ao ingresso dos resíduos no sistema da **CONCESSÃO**.

### 1.2. HORIZONTE DE PROJETO

O horizonte de tempo utilizado na modelagem econômico-financeira foi de 30 (trinta) anos, em atenção à Portaria nº 577, de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (**MCIDADES**), que institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica econômico-financeira (**EVEF**), previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007– Lei Nacional de Saneamento Básico (**LNSB**).

### 1.3. FASES DA CONCESSÃO

A **CONCESSÃO** se divide em 3 (três) fases distintas, a saber:

**1ª FASE - OPERAÇÃO ASSISTIDA** – é a fase pré-operacional, com duração de até 30 (trinta) dias, que se inicia com a assinatura do **CONTRATO** e termina com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**. Nesta fase, a

**CONCESSIONÁRIA** deverá se apropriar das informações sobre as atividades e procedimentos adotados até a data da Ordem de Serviço, relativamente ao **OBJETO** da **CONCESSÃO**, podendo acompanhar neste período os serviços realizados, sem qualquer interferência nas atividades. Durante esse período a **CONCESSIONÁRIA** não poderá efetuar qualquer cobrança aos **USUÁRIOS**;

**2ª FASE - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO** – inicia-se com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**, quando a **CONCESSIONÁRIA** assumirá todas as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**. Nessa fase iniciará a cobrança da tarifa pelos serviços prestados aos **USUÁRIOS**. O término da Fase 2 se dá com o fim da construção do **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**, que será utilizado pela **CONCESSIONÁRIA** para as atividades de **DESTINAÇÃO FINAL**, na forma, prazo e condições estabelecidos neste Caderno de Encargos. Os **RDO** serão destinados ao aterro sanitário a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA.** Caso, eventualmente, esse aterro não tenha sido concluído até a emissão da Ordem de Serviço para início da operação, excepcionalmente nessa situação e até sua entrada em operação, os **RDO** serão destinados a aterro sanitário licenciado preexistente, escolhido pela **CONCESSIONÁRIA**, por sua conta e risco, observada a Cláusula 18.17 do **CONTRATO**. O **PODER CONCEDENTE** permitirá, excepcionalmente, a utilização durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias posteriores à emissão da Ordem de Serviço, de frota de veículos/máquinas locados, desde que vistoriados e aprovados, até que se complemente o referido prazo para entrega dos novos veículos/máquinas apresentados pela **CONCESSIONÁRIA;**

**3ª FASE - AMPLIAÇÃO E ENCERRAMENTO** – período que se inicia com o fim da vida útil da **CÉLULA** (para aterramento de rejeito) **– CVR** e início da operação de nova **CÉLULA** (para aterramento de rejeito), no **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**. Encerra-se no termo final do **PRAZO** do **CONTRATO**, com o retorno dos **BENS REVERSÍVEIS** para o **PODER CONCEDENTE**.

## 1.4. Identificação do empreendimento e respectiva situação fundiária dos Lixões

O **CDS VELHO CHICO** é composto por diversos Municípios baianos. Para os fins do presente projeto, aderiram formalmente à concessão os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco, doravante denominados *"Municípios Aderentes"*.

Atualmente, os Municípios Aderentes não dispõem de infraestrutura adequada para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados pelas suas populações.

Além disso, todos os Municípios enfrentam limitações econômicas e financeiras relevantes, que inviabilizam a realização, de forma individualizada, dos investimentos necessários à implantação, operação e manutenção das infraestruturas e equipamentos necessários, observando-se as exigências da legislação ambiental e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Com um total de **98.749** habitantes (**IBGE**), a população dos Municípios Aderentes gera uma média per capita de 0,83 kg/hab/dia de resíduos, que são atualmente destinados a lixões localizados nos territórios dos próprios Municípios, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos estão situados nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA (GVC HOLDING S/A)**, **AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA**.

Todavia, a distância entre esses aterros e a área de maior geração de resíduos dos Municípios Aderentes, aliada à inexistência de **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), torna o transporte até essas unidades economicamente inviável, impedindo a sua utilização de forma sustentável pelos entes consorciados.

Diante desse cenário, caberá à **CONCESSIONÁRIA,** nos termos do Contrato de Concessão, realizar os investimentos necessários à aquisição do terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação de aterro sanitário destinado ao atendimento, de forma técnica, ambiental e economicamente sustentável, das demandas dos Municípios Aderentes relativas à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Até que a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA** entre em operação, o que deverá ocorrer até o final do primeiro ano do **CONTRATO**, os resíduos deverão ser destinados a aterro sanitário licenciado pré-existente, a ser identificado pela **CONCESSIONÁRIA**, que poderá optar pelo aterro licenciado mais próximo ou por outro que repute mais eficiente, observada a regularidade do respectivo licenciamento ambiental, nos termos da Subcláusula 18.2 do Contrato. Os custos de transporte e de destinação final nesse período integram os encargos da **CONCESSÃO** e devem ser considerados pelos licitantes na formação de suas propostas. A inviabilidade econômica acima referida diz respeito à utilização desses aterros como solução permanente pelos Municípios Aderentes e não afasta a sua utilização transitória pela **CONCESSIONÁRIA**.

Para definição da remuneração associada à destinação final ambientalmente adequada, foram considerados preços médios praticados no mercado nacional e estadual, conforme refletido na modelagem econômico-financeira do projeto.

Partindo dessas premissas, a remuneração prevista para a construção, implantação, operação e manutenção do aterro sanitário, está devidamente contemplada na estimativa de investimentos (**CAPEX**), bem como nos custos e despesas operacionais (**OPEX**), conforme quadro descritivo abaixo.

| ESTIMATIVAS - RESUMO (OPEX/CAPEX) | | |
|---|---|---|
| **CUSTO TOTAL** | **R$ 193.424.889,60** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1- Pré-implantação | R$ 2.243.700,00 | (despesas pré-operacionais) – CAPEX |
| 2 – Implantação | R$ 9.845.355,60 | (implantação) – CAPEX |
| 2.1 – Implantação | R$ 32.668.272,00 | imobilizado e células de disposição, item 3.1 – CAPEX |
| 3 – Operação | R$ 135.034.840,80 | (custos e despesas 30 anos), diminuindo o valor do item 2.1 implantação – OPEX |
| 4 – Encerramento | R$ 1.794.960,00 | (provisão desmobilização) – CAPEX |
| 5 - Pós-encerramento | R$ 11.846.736,00 | (provisão despesas de pós-operacionais) – CAPEX |

| DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM ATERRO SANITÁRIO | | |
|---|---|---|
| **CUSTO MÉDIO POR TONELADA** | **R$ 215,52** | **R$/ton** |
| 1- Pré-implantação | R$ 2,50 | R$/ton |
| 2 – Implantação | R$ 10,97 | R$/ton |
| 2.1 – Implantação | R$ 36,40 | R$/ton |
| 3 – Operação | R$ 150,46 | R$/ton |
| 4 – Encerramento | R$ 2,00 | R$/ton |
| 5 - Pós-encerramento | R$ 13,20 | R$/ton |

| | | |
|---|---|---|
| **QUANTIDADE ESTIMADAS CONTRATO (TONELADAS)** | **897.480** | **30 ANOS** |
| | **29.916** | **MÉDIA ANUAL** |
| | **2.493** | **MÉDIA MENSAL** |
| | **82** | **MÉDIA DIÁRIA** |

Com base nos estudos técnicos e levantamentos realizados, identificou-se como solução mais adequada para o problema identificado a implantação de um aterro sanitário integrado a uma Central de Valorização de Resíduos, a ser construída preferencialmente no Município de Ibotirama.

Conforme explicitado no Estudo Ambiental e Fundiário (Anexo XVII do Edital) e nos Estudos de Demanda e Engenharia (Anexo XV do Edital), a

indicação do Município de Ibotirama como local preferencial de implantação do aterro e da CVR é compatível com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA) e decorre de diagnóstico técnico lastreado em estudos regionais e oficiais, em especial o Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Bahia (ERGIRS-BA), elaborado pela SEDUR, que indica Ibotirama como "município polo", com critérios de logística, centralidade regional, integração com malha de transporte e viabilidade ambiental.

O quadro abaixo demonstra o número de lixões existente em cada Município Aderente, bem como a distância média entre cada Município e a Central de Valorização de Resíduos a ser construída pela Concessionária (partindo-se do centro de massa), caso na execução do contrato se opte por seguir a solução técnica preferencial de construção da CVR em Ibotirama:

Tabela 01 - Quantidade de lixões por município

| | Município | Nº de "Lixões" | Distância média para a CVR |
|---|---|---|---|
| 1 | Ibotirama | 1 | 0 km (cidade sede da CVR) |
| 2 | Paratinga | 1 | 66 km |
| 3 | Morpará | 1 | 88 km |
| 4 | Oliveira dos Brejinhos | 1 | 85 km |
| 5 | Muquém do São Francisco | 1 | 62 km |

Fonte: Torre Construções, 2025

No atual cenário, os *"lixões"* recebem indistintamente todos os resíduos domiciliares, bem como os resíduos oriundos da limpeza pública urbana, incluindo varrição e podas, gerados nas sedes dos Municípios, distritos, povoados, comunidades e assentamentos.

Quanto aos resíduos inertes (construção civil e demolição), verifica-se a destinação irregular em terrenos baldios, terrenos de particulares e pontos de descarte irregular nos perímetros urbanos.

Como não há nenhum tipo de concessão pública em vigor no âmbito dos Municípios Aderentes, toda a operação do sistema de manejo dos resíduos sólidos urbanos nos Municípios é de inteira responsabilidade das Prefeituras

Municipais, individualmente.

Os serviços de coleta e o transporte de **RDO** são executados por cada Município Aderente, mediante a celebração de contratos administrativos típicos, voltados à terceirização dos serviços ou à locação de equipamentos, para execução direta dos serviços pela Administração Municipal.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Desse modo, os Municípios Aderentes não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com os dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta e transporte de resíduos nos 5 (cinco) Municípios, observa-se que, na

maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média superior a 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Verifica-se, ainda, que os Municípios Aderentes não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da **PNRS**.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

## 2. DIAGNÓSTICO E ESTIMATIVA DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CDS VELHO CHICO

A **CONCESSIONÁRIA** deverá conhecer o quantitativo atual de resíduos sólidos gerados em cada Município Aderente e considerar o aumento progressivo deles ao longo do período da **CONCESSÃO**. Os valores apresentados neste **CADERNO DE ENCARGOS** foram calculados com base na estimativa de crescimento/decréscimo populacional do **IBGE (2022)** e dados da **ABRELPE (2021)**, região do Nordeste. A tabela abaixo apresenta a quantidade de resíduos estimados durante o período de concessão.

## 2.1. QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

Para a quantificação dos resíduos sólidos urbanos gerados pelos Municípios Aderentes, foram utilizados os dados disponibilizados pelo censo IBGE (2010) e a estimativa IBGE (2022).

Em suma, com base nos dados levantados, estima-se o quantitativo per capita de 0,83 kg/hab/dia e a quantidade média no momento inicial de 29.916 toneladas anuais de **RDO**, gerados pela população dos Municípios Aderentes.

## 2.2 PROJEÇÃO POPULACIONAL E DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS DO PROJETO

Com base nas estimativas populacionais disponibilizadas pelo IBGE, foram calculadas projeções futuras até 30º ano da concessão (horizonte do projeto), adotando-se o método da projeção aritmética.

Segundo as projeções populacionais do Brasil, elaboradas pelo IBGE/IPEA, as taxas de crescimento estimam que a população brasileira apresentou crescimento negativo a partir de 2050, com expectativa de chegar a 177,9 milhões de pessoas, ocorrendo o mesmo no cenário de fecundidade constante, a partir de 2040, com a diminuição do tamanho da população de maneira mais precoce e com um ritmo mais intenso, poderá chegar aos 156,4 milhões de pessoas.

O projeto em questão considerou os 5 (cinco) Municípios Aderentes. A tabela abaixo (Tabela 03) demonstra o quantitativo de resíduos e população

estimados ao longo do período de concessão.

A projeção da população abaixo foi extraída do IBGE (2022). Esses dados serviram de base para efetuarmos o cálculo da projeção estimada de resíduos (RDO) gerados, que será demonstrado na Tabela 3 – *"Projeção Estimada de RDO".*

**TABELA 3 – ARRANJO INSTITUCIONAL DE REGIONALIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE ATIVOS ESTRATÉGICOS INERENTES AO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO TERRITÓRIO DO VELHO CHICO**

| Empreendimento | Município | Distância da ETR (KM) | População | População total | Ton/ano | ton/ano | ton/mês | ton/dia | Distância média das ETRs para CVR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CVR IBOTIRAMA** | Paratinga | 66 km | 30.680 | 98.749 | 774,54 | 2.493 | 207,75 | 81,96 | 75,25 |
| | Muquém do São Francisco | 62 km | 10.803 | | 272,73 | | | | |
| | Oliveira dos Brejinhos | 85 km | 21.323 | | 538,32 | | | | |
| | Morpará | 88 km | 8.220 | | 207,52 | | | | |
| | Ibotirama | 0,0 km (sede) | 27.723 | | 699,89 | | | | |
| **TOTAL** | | | **98.749** | | **2.493** | | **207,75** | **81,96** | |

**Tabela 3.1 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO**

| Projeção | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **98.749** | **99.041** | **99.310** | **99.554** | **99.772** | **99.965** | **100.131** | **100.270** | **100.381** | **100.460** |
| Ibotirama | 27.723 | 27.805 | 27.880 | 27.949 | 28.010 | 28.064 | 28.111 | 28.150 | 28.181 | 28.203 |
| Paratinga | 30.680 | 30.771 | 30.854 | 30.930 | 30.998 | 31.058 | 31.109 | 31.153 | 31.187 | 31.212 |
| Morpará | 8.220 | 8.244 | 8.267 | 8.287 | 8.305 | 8.321 | 8.335 | 8.347 | 8.356 | 8.362 |
| Muquém do São Francisco | 10.803 | 10.835 | 10.864 | 10.891 | 10.915 | 10.936 | 10.954 | 10.969 | 10.982 | 10.990 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.323 | 21.386 | 21.444 | 21.497 | 21.544 | 21.586 | 21.621 | 21.651 | 21.675 | 21.693 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **0,00%** | **0,30%** | **0,27%** | **0,25%** | **0,22%** | **0,19%** | **0,17%** | **0,14%** | **0,11%** | **0,08%** |

**Tabela 3.2 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055 (continuação)**

| Projeção | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **100.509** | **100.526** | **100.511** | **100.466** | **100.389** | **100.282** | **100.143** | **99.973** | **99.773** | **99.543** |
| Ibotirama | 28.217 | 28.222 | 28.218 | 28.205 | 28.184 | 28.153 | 28.114 | 28.067 | 28.010 | 27.946 |
| Paratinga | 31.227 | 31.232 | 31.228 | 31.213 | 31.190 | 31.156 | 31.113 | 31.060 | 30.998 | 30.927 |
| Muquém do São Francisco | 10.996 | 10.997 | 10.996 | 10.991 | 10.982 | 10.971 | 10.955 | 10.937 | 10.915 | 10.890 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.703 | 21.707 | 21.704 | 21.694 | 21.677 | 21.654 | 21.624 | 21.587 | 21.544 | 21.494 |
| Morpará | 8.366 | 8.368 | 8.367 | 8.363 | 8.357 | 8.348 | 8.336 | 8.322 | 8.305 | 8.286 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **0,05%** | **0,02%** | **-0,01%** | **-0,05%** | **-0,08%** | **-0,11%** | **-0,14%** | **-0,17%** | **-0,20%** | **-0,23%** |

**Tabela 3.3 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055 (continuação)**

| Projeção | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **99.283** | **98.994** | **98.675** | **98.327** | **97.950** | **97.544** | **97.110** | **96.648** | **96.157** | **95.638** |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 27.873 | 27.792 | 27.702 | 27.604 | 27.499 | 27.385 | 27.263 | 27.133 | 26.995 | 26.850 |
| Paratinga | 30.846 | 30.756 | 30.657 | 30.549 | 30.432 | 30.306 | 30.171 | 30.027 | 29.875 | 29.714 |
| Muquém do São Francisco | 10.861 | 10.830 | 10.795 | 10.757 | 10.716 | 10.671 | 10.624 | 10.573 | 10.519 | 10.463 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.438 | 21.376 | 21.307 | 21.232 | 21.150 | 21.063 | 20.969 | 20.869 | 20.763 | 20.651 |
| Morpará | 8.264 | 8.240 | 8.214 | 8.185 | 8.153 | 8.120 | 8.084 | 8.045 | 8.004 | 7.961 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **-0,26%** | **-0,29%** | **-0,32%** | **-0,35%** | **-0,38%** | **-0,41%** | **-0,45%** | **-0,48%** | **-0,51%** | **-0,54%** |

A projeção estimada de Resíduos (RDO) foi elaborada partindo do cálculo de geração per capita (kg/hab/dia) já demonstrado e da projeção estimada da população IBGE (2022). Este cálculo servirá para o estudo econômico-financeiro.

**Tabela 4.1 – Projeção estimada de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal**

| Projeção | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.493** | **2.500** | **2.507** | **2.513** | **2.519** | **2.524** | **2.528** | **2.531** | **2.534** | **2.536** |
| Ibotirama | 700 | 702 | 704 | 706 | 707 | 709 | 710 | 711 | 711 | 712 |
| Paratinga | 775 | 777 | 779 | 781 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 |
| Muquém do São Francisco | 273 | 274 | 274 | 275 | 276 | 276 | 277 | 277 | 277 | 277 |
| Oliveira dos Brejinhos | 538 | 540 | 541 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 547 | 548 |
| Morpará | 208 | 208 | 209 | 209 | 210 | 210 | 210 | 211 | 211 | 211 |
| **Taxa de Crescimento** | **0,00%** | **0,30%** | **0,27%** | **0,25%** | **0,22%** | **0,19%** | **0,17%** | **0,14%** | **0,11%** | **0,08%** |

**Tabela 4.2 – Projeção estimada de resíduos sólidos domiciliares, Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal (continuação)**

| Projeção | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.537** | **2.538** | **2.537** | **2.536** | **2.534** | **2.532** | **2.528** | **2.524** | **2.519** | **2.513** |
| Ibotirama | 712 | 712 | 712 | 712 | 712 | 711 | 710 | 709 | 707 | 706 |
| Paratinga | 788 | 788 | 788 | 788 | 787 | 787 | 785 | 784 | 783 | 781 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muquém do São Francisco | 278 | 278 | 278 | 277 | 277 | 277 | 277 | 276 | 276 | 275 |
| Oliveira dos Brejinhos | 548 | 548 | 548 | 548 | 547 | 547 | 546 | 545 | 544 | 543 |
| Morpará | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 210 | 210 | 210 | 209 |
| **Taxa de Crescimento** | **0,05%** | **0,02%** | **-0,01%** | **-0,05%** | **-0,08%** | **-0,11%** | **-0,14%** | **-0,17%** | **-0,20%** | **-0,23%** |

**Tabela 4.3 – Projeção estimada de resíduos sólidos domiciliares, Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal (continuação)**

| Projeção | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.506** | **2.499** | **2.491** | **2.482** | **2.473** | **2.463** | **2.452** | **2.440** | **2.428** | **2.414** |
| Ibotirama | 704 | 702 | 699 | 697 | 694 | 691 | 688 | 685 | 682 | 678 |
| Paratinga | 779 | 776 | 774 | 771 | 768 | 765 | 762 | 758 | 754 | 750 |
| Muquém do São Francisco | 274 | 273 | 273 | 272 | 271 | 269 | 268 | 267 | 266 | 264 |
| Oliveira dos Brejinhos | 541 | 540 | 538 | 536 | 534 | 532 | 529 | 527 | 524 | 521 |
| Morpará | 209 | 208 | 207 | 207 | 206 | 205 | 204 | 203 | 202 | 201 |
| Ibotirama | **-0,26%** | **-0,29%** | **-0,32%** | **-0,35%** | **-0,38%** | **-0,41%** | **-0,45%** | **-0,48%** | **-0,51%** | **-0,54%** |

## 2.3 Caracterização dos RDO gerados

Para análise do potencial de aproveitamento de RDO no Brasil, a análise gravimétrica realizada em 2020 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (**ABRELPE**) através do Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil aponta que, dos 100% de resíduos gerados, 45,3% são de materiais orgânicos, 14,1% são materiais rejeitos, 16,8% são materiais plásticos, 10,40% são materiais papel e papelão, 5,60% são materiais de embalagens multicamadas, 2,7% são materiais de vidro, 2,3% são materiais de metais, 1,4% são materiais têxteis, couros e borrachas e 1,4% são outros materiais. A **CONCESSIONÁRIA** realizará caracterização gravimétrica dos RDO até o fim da 1ª Fase, cujo resultado subsidiará a revisão das metas de recuperação na primeira revisão ordinária. Com relação ao potencial de aproveitamento dos resíduos RDO nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** a análise gravimétrica demonstra que:

- **MATÉRIA ORGÂNICA**

Contempla sobras e perdas de alimentos, resíduos verdes e madeiras.

- **TÊXTEIS, COUROS E BORRACHAS**

Inclui retalhos no geral, peças de roupas, calçados, mochila, tênis, pedaços de couro e borracha.

- **EMBALAGENS MULTICAMADAS**

Consistem em embalagens compostas por mais de um tipo de material.

- **REJEITOS**

Incluem resíduos sanitários, outros materiais que não foram passíveis de identificação, bem como recicláveis contaminados que não permitiram a separação.

- **OUTROS**

Contempla os resíduos identificados e que não deveriam estar no fluxo de RSU como RSS, eletroeletrônicos, pilhas, resíduos perigosos, RCD, pneus, óleos e graxas, embalagens de agrotóxico e outros resíduos perigosos.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Dentro do processo de implantação e operação do sistema integrado de gestão de resíduos sólidos (**SIGRS**), as seguintes diretrizes devem ser observadas pela **CONCESSIONÁRIA**:

- Deverá a concessionária atender às diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas por meio da Lei nº 11.445/2007;
- Deverá a concessionária atender às metas de curto, médio e longo prazo apresentadas no presente documento, que foram estabelecidas com base na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Deverá a concessionária atender à Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei Estadual Nº 12.932 de 07/01/2014, considerando também os planos de saneamento vigentes à luz do novo marco do saneamento, Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
- Deverá a concessionária atender ao Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os serviços a serem prestados pela **CONCESSIONÁRIA** são os seguintes:

a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (CVR) – Parque do Sol Velho Chico;

a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

a.2) Projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós encerramento da célula de aterramento de rejeitos.

b) Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**);

c) Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (**PRAD**);

d) Programa Socioambiental:

d.1) Educação Ambiental;

d.2) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão;

d.3) Programa de Capacitação do Poder Público para os entes envolvidos nos serviços a serem concedidos;

d.4) Implantação de Trilha Ecológica na **CVR;**

e) Coleta seletiva:

e.1) Implantação e operação de Ecopontos, contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios;

e.2) Implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios;

f) Triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**), gerados na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso;

g) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) gerados na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso, caso haja adesão dos Municípios;

g) Serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (**RSS**) gerados pelos estabelecimentos públicos, caso haja adesão dos Municípios;

h) Serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (**RCD**) gerados pelos estabelecimentos públicos, caso haja adesão dos Municípios;

m) Serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos públicos provenientes da limpeza urbana (**RPU**), caso haja adesão dos Municípios.

## 3.1 ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO

É de exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** toda e qualquer etapa referente ao procedimento de planejamento, elaboração, adequação e implantação de todos os projetos nos níveis executivos, referentes aos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação de resíduos sólidos. Estes projetos deverão ser submetidos ao poder concedente para aprovação.

O projeto deverá estar em conformidade com a legislação ambiental brasileira, com seus impactos socioambientais identificados, avaliados e gerenciados de forma estruturada e contínua com previsão, ainda, de um conjunto de ações para o engajamento das partes interessadas, em especial os catadores dos lixões, de modo a gerar impactos positivos e não adversos, e a

possibilitar o estabelecimento de mecanismos que gerem maior transparência e monitoramento das reclamações dos cidadãos, que afetarão diretamente toda a performance e consequentemente a avaliação de desempenho da Concessionária.

O principal objetivo desse novo processo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é a redução do envio de resíduos ao aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**, com a consequente minimização das emissões de GEE em relação ao sistema atualmente utilizado. Busca-se, também, viabilizar a existência de uma planta com possibilidade de aproveitamento dos resíduos e redução substancial dos impactos à saúde e à segurança das comunidades.

Na etapa de operação assistida (pré-operacional), que ocorrerá antes do término da 1ª Fase, o ente privado terá que construir, apresentar e aprovar junto ao poder concedente o seu **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**), contendo todo o conteúdo referente a investimentos e operações. O **PIO** deverá conter as informações de cunho técnico, bem como outras informações que se fizerem necessárias à interpretação da metodologia e plano de trabalho adotados pelo ente privado para a execução dos serviços objeto do contrato.

Os cadernos referentes ao PIO e seus anexos deverão ser protocolados **até o final da 1ª Fase (Operação Assistida).** O detalhamento do caderno deverá ser elaborado a nível executivo, para abranger o **PIO** até o quinto ano de operação e investimentos. Os demais investimentos e a operação após o quinto ano poderão ser apresentados apenas a nível básico.

### 3.1.1 PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO

É de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a elaboração dos projetos em nível executivo, referentes à infraestrutura e à logística necessárias à prestação dos serviços concedidos. Estes projetos devem ser apresentados em caráter informativo, ao Poder Concedente e à Agência Reguladora, antes do início de cada atividade.

Todos os projetos de implantação deverão estar em conformidade com a legislação ambiental brasileira, bem como deverão prever ações para o engajamento das partes interessadas, especialmente os catadores.

Os projetos executivos a serem analisados deverão guardar coerência com o plano de investimentos apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**.

Todos os projetos de implantação deverão demonstrar o dimensionamento dos insumos, equipamentos, veículos, mão de obra etc., necessários à implantação e operação dos serviços, bem como o cronograma de entrega e substituição dos veículos e equipamentos durante o período da concessão.

A **CONCESSIONÁRIA**, deverá atender as legislações trabalhistas inclusive as normas regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, devendo para tanto manter os funcionários uniformizados, e portando equipamentos de proteção individual.

Para cumprimento das políticas públicas formuladas no âmbito da **PNRS**, as metas dos Projetos a serem apresentados pela Concessionária deverão contribuir para o atendimento das metas de redução progressiva da quantidade de resíduos sólidos a ser disposta em aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**, conforme dados das tabelas 05, 06 e 07 da Nota Técnica Conjunta n° 001/2024/CC/PR/MCID/MMA, apresentadas a seguir:

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 2,5% | 3,6% | 4,6% | 5,2% | 5,8% |

Tabela 05 – Percentual de recuperação de materiais recicláveis

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 1,5% | 3,0% | 4,5% | 6,0% | 7,5% |

Tabela 06 – Percentual de orgânicos destinado para tratamento biológico

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 6,6% | 14,3% | 22,0% | 29,6% | 37,3% |

Tabela 07 – Percentual da população com acesso à coleta seletiva

A **CONCESSIONÁRIA** será responsável, ainda, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **PODER CONCEDENTE** ou a terceiros.

Além disso, a **CONCESSIONÁRIA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste **CADERNO DE ENCARGOS**, assumindo todos os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita operação dos equipamentos. Deverá, também, efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo **PODER CONCEDENTE**, em estrita observância das especificações do **CADERNO DE ENCARGOS**.

Os bens devem estar acompanhados, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), assim como pela substituição, reparação, correção, remoção ou reconstrução, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, dos produtos com avarias ou defeitos.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá atender prontamente a quaisquer exigências do **PODER CONCEDENTE**, inerentes aos equipamentos. Deverá, também, responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá indicar um responsável técnico, devidamente habilitado, que responderá pela operação e pela segurança do pessoal envolvido na operação, em conformidade com as normas regulamentares.

Os materiais, ferramentas e utensílios em geral deverão atender às

quantidades e qualidade exigidas para a regular execução dos serviços.

Os veículos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser dimensionados de forma a permitir a substituição é devida manutenção, preservando-se a continuidade dos serviços prestados.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de conservação e de funcionamento, em especial quanto à manutenção, limpeza e acessórios de segurança, atendendo às normas legais e infralegais vigentes.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar os serviços de acordo com as melhores práticas existentes, observando-se a Legislação Ambiental e demais normas técnicas aplicáveis.

### 3.1.1 PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)

O **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) deverá ser entregue ao poder concedente/agência reguladora em caráter informativo, e não vinculativo. Será necessária a aprovação do **PODER CONCEDENTE** e da **AGÊNCIA REGULADORA**, relativamente ao **PIO**.

O referido plano deverá ser apresentado até o final da 1ª Fase, contendo todas as informações técnicas necessárias à perfeita compreensão do que será executado pela Concessionária ao longo do contrato de concessão.

O **PODER CONCEDENTE** ou a **AGÊNCIA REGULADORA** poderão, a seu critério, solicitar a inclusão ou esclarecimento de informações que julgarem relevantes, relacionadas ao conteúdo do Plano de Investimentos e Operação. Eventuais alterações do Plano de Investimentos e Operação ao longo da concessão deverão ser informadas ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** por meio da apresentação de uma nova versão consolidada do documento.

#### 3.1.1.1 CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS E DESTINAÇÃO

**FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS**

Para fins orientativos, no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) a **CONCESSIONÁRIA** deverá detalhar como serão realizados os investimentos e a operação das unidades de beneficiamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos. Deverá, ainda, ser apresentado o conjunto de soluções para o beneficiamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos recebidos pelo sistema.

- A abordagem deverá expor, detalhadamente:
    - A constituição do complexo ambiental Parque do Sol Velho Chico;
    - A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação e operação, da Central de Valorização dos Resíduos (**CVR**);
    - A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Célula de Aterramento de Rejeitos;
    - O Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**);
    - A operação dos serviços de manejo de **RDO**, **RCD**, **RSS** e **RPU**, considerando a possibilidade de adesão dos Municípios a todos esses serviços;
    - Elaboração e Execução dos Planos de Recuperação de Área Degradada (**PRAD**);
    - A capacidade de projeto, licenciamento, implantação e operação em atendimento às metas de redução de uso da célula de aterramento de rejeitos, contidas neste **CADERNO DE ENCARGOS**;
    - Um cronograma físico em base anual, para todo o período da concessão, para cada unidade.

### 3.1.1.2 SISTEMA DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO)

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar alternativas para a adequada coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), considerando a possibilidade de adesão dos Municípios aos serviços de coleta e transporte de **RDO**.

### 3.1.1.3 PLANO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS E OPERACIONAL

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar um plano de trabalho que contemple os programas de educação ambiental, de apoio comunitário aos catadores, da solução logística dos sistemas de coleta, transporte e destinação final, de recuperação dos antigos lixões, e, por último, de capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**.

- O plano de trabalho em comento deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:
    - Objetivos;
    - Investimentos relacionados;
    - Ações previstas; e
    - Cronograma físico.

Além das metodologias operacionais, o plano de trabalho deverá conter caderno específico referente à apresentação de conteúdo programático que descreva os aspectos inerentes à construção e execução de todos os programas socioambientais e operacionais, fomento ao desenvolvimento sustentável do território, apoio comunitário, apoio a catadores e os programas de capacitação do Ente Público, como solução aos passivos ambientais e apoio ao Concedente.

### 3.1.2. RECEITAS ACESSÓRIAS

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de

viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas, entre outras atividades previstas no Contrato de Concessão, da comercialização junto aos grandes geradores privados dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de **RDO**, **RSS** e **RCD**.

As receitas acessórias serão revertidas à modicidade tarifária, na forma estabelecida no Contrato, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

### 3.2 PREMISSAS BÁSICAS

- A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar Unidades Operacionais conforme o cronograma apresentado.
    - As obras e serviços que dependam de processo de licenciamento ambiental deverão ser objeto de análise do órgão ambiental responsável pelo licenciamento;
    - A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por todo o processo de licenciamento das áreas junto ao órgão ambiental competente, tendo como premissa a necessidade de obtenção das licenças prévias, de instalação e operação dos locais onde serão realizados os serviços objeto da concessão;
    - Compete à **CONCESSIONÁRIA** implantar, operar e manter, às suas expensas, as **ETR**, **PAC**, **PEV** e Ecopontos previstos neste Caderno de Encargos. As áreas necessárias para a implantação dessas unidades serão disponibilizadas pelo Poder Concedente, a quem caberá aprovar a sua localização.
    - A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela construção,

implantação e operação das **ETRs**, da **CVR**, e da elaboração e execução dos **PRADs**.

## 3.3 INSTALAÇÕES DA ÁREA OPERACIONAL DE APOIO E ADMINISTRATIVO

A área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:

**Área Administrativa:**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços:**

Deverá ser instalada próximo a área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral.

**Área de Manutenção:**

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

- **DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES**

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR-18 e NR-24.

Os ambientes devem ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente de trabalho aos colaboradores. A concessionária será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final da concessão.

- **INSTALAÇÕES DE APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVAS:**

Será responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** definir o local das Unidades Administrativas, Operacionais e Instalações de Apoio, bem como implantá-las.

Todas as edificações devem ser implantadas com padrão de acabamento industrial e deverão atender às normas da NBR, para construções em alvenaria estrutural de projetos e montagens em estruturas metálicas, utilizando-se, sempre que possível, de elementos pré-moldados ou pré-fabricados para agilizar a implantação. A seguir, apresenta-se as características básicas de cada uma das instalações consideradas.

- **POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:**

A **CONCESSIONÁRIA** poderá optar por implantar a instalação de uma unidade própria de abastecimento de combustível ou utilizar a rede de Postos de Abastecimento. Caso venha a optar pela implantação de unidade própria, esta deverá ser licenciada nos órgãos competentes e atender às normas técnicas que regem a matéria.

- **OFICINA E ALMOXARIFADO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar a oficina onde os veículos, máquinas e equipamentos mobilizados na operação dos serviços deverão ser sistematicamente vistoriados para a inspeção de seus conjuntos e dispositivos. Os serviços de baixa complexidade serão programados e realizados nas próprias dependências da Oficina, de modo a reter o veículo pelo mínimo prazo possível fora de operação. Os serviços de maior complexidade e as reformas gerais, por outro lado, poderão ser executados externamente.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar, junto à oficina, um Almoxarifado para controle de estoque de peças, materiais e ferramentas. Deverá, ainda, implantar uma Unidade de borracharia para a realização dos reparos necessários e imediatos.

Além disso, a **CONCESSIONÁRIA** deve estabelecer e cumprir o Plano de manutenção preventiva de cada tipo de veículo/equipamento, objetivando minimizar eventuais falhas mecânicas que poderiam vir a prejudicar as rotinas e a programação dos trabalhos.

- **POSTO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar uma unidade para lavagem e lubrificação, na qual serão desempenhadas atividades de manutenção e

lavagem, para que os veículos e equipamentos mantenham-se limpos e em adequadas condições operacionais.

Esta Instalação deverá estar equipada com sistema de recolhimento e separação água e óleo, em um tanque séptico, dimensionado através da norma NBR 7229/1993 da ABNT.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever que, nesta unidade, os efluentes isentos de particulados, óleos e graxas deverão ser encaminhados para um reservatório, de onde serão esgotados por caminhão tanque e conduzidos para uma **ETE**.

- **PÁTIO DE ESTACIONAMENTO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar um Pátio de Estacionamento para a frota de veículos, máquinas e equipamentos, que deverão ser devidamente revisados e abastecidos até o início da jornada do dia seguinte.

Toda a extensão territorial do pátio deverá ser pavimentada, para evitar que eventuais vazamentos de combustível, óleos e/ou graxa penetrem no solo e atinjam o lençol freático. Além disso, a área do pátio deve possuir sistema de drenagem superficial adequado, à luz das normas técnicas aplicáveis.

Fica vedado o estacionamento dos veículos e equipamentos em vias e áreas públicas.

- **VIAS DE ACESSO E ÁREAS VERDES:**

Igualmente ao Pátio de Estacionamento, as Vias de Acesso também deverão ser providas de sistema de drenagem superficial e dotadas de sistema de informação para organizar a circulação dos veículos e minimizar o risco de acidentes.

As áreas verdes deverão preencher os espaços não utilizados, de acordo com padrões paisagísticos que não afetem as atividades internas e que proporcionem ambiente agradável aos funcionários. Dentre estas áreas, havendo espaço suficiente, poderão ser implantadas instalações para área de vivência nas horas de folga.

Além de implantar estas unidades, a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar todas as manutenções necessárias, nestas Instalações e nas que forem cedidas pelo **PODER CONCEDENTE**, para que mantenham sua funcionalidade, apresentem adequada condição de limpeza e apresentação, bem como tenham padrões de segurança patrimonial condizente com o tipo de serviço desenvolvido.

## 3.4 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) NA ZONA URBANA E RURAL E ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de coleta, com as soluções adotadas no plano de trabalho e metodologia referentes ao transporte e a coleta de **RDO**, conforme abaixo delineado, considerando a possibilidade de adesão dos Municípios a esses serviços.

- **MODELO OPERACIONAL DA COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DA ZONA URBANA, DAS ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO E DAS ZONAS RURAIS:**

Apresenta-se a seguir o modelo operacional considerado na formulação das metas apresentadas no presente **CADERNO DE ENCARGOS**. A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor um modelo operacional diferente do sugerido no presente **CADERNO DE ENCARGOS**, desde que obedecidos os requisitos apresentados no **CADERNO DE ENCARGOS** e que estejam em

concordância com o cronograma contido neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** os cadernos do Projeto Executivo do sistema de coleta e transporte de **RDO**, contendo os mapas de roteirização e descritivo dos logradouros, contemplando: setor, frequência, turno, área de coleta, extensão total do roteiro e número de viagens previstas.

O mapa da Figura 01, abaixo, apresenta as rodovias federais e estaduais que cortam a região.

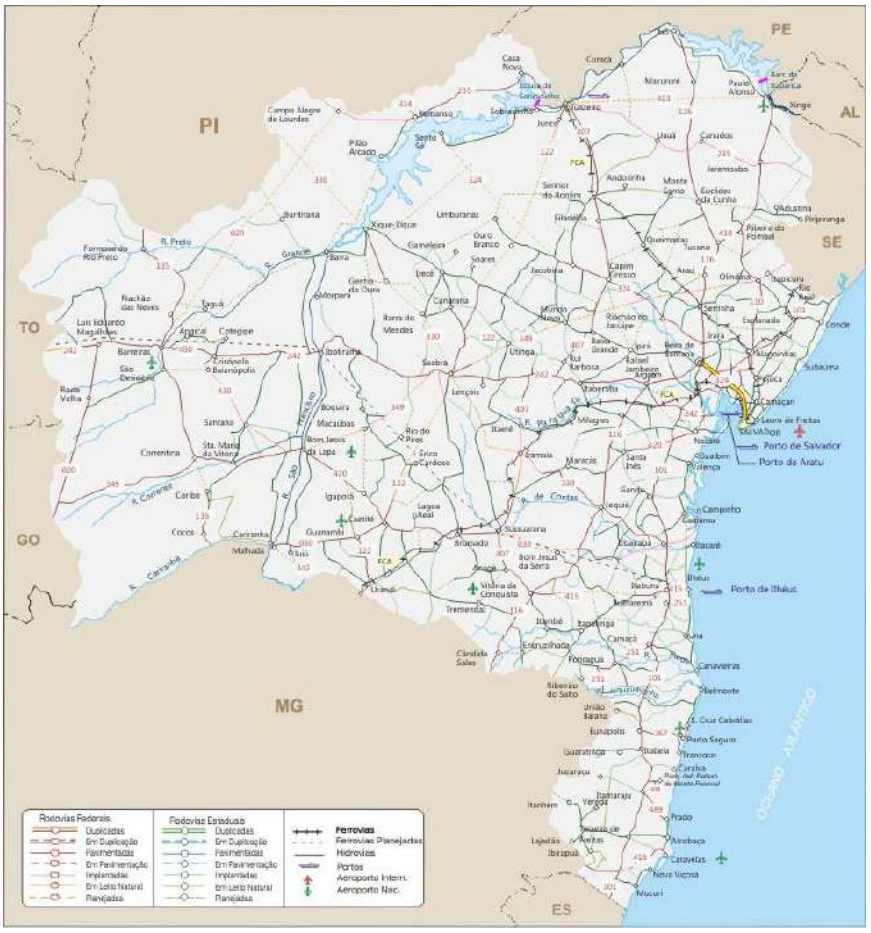



Figura 01 - Mapa Rodoviário da Região do CDS VELHO CHICO
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia, 2023

Com o objetivo de otimizar os roteiros e gerar o menor custo de logística possível, sugere-se a divisão dos 5 (cinco) municípios em 03 (três) grupos, quais

sejam:

- **Grupo 1**: Paratinga e Ibotirama;
- **Grupo 2:** Oliveira dos Brejinhos.
- **Grupo 3:** Morpará e Muquém do São Francisco.

A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor a adoção de sistemas de armazenamento temporário e/ou de pré-tratamento de **RDO**, **RPU** e **RCD** descentralizados, visando a redução da quantidade de resíduos a ser transportada.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever logística para atendimento de áreas de difícil acesso, com o uso de caminhões compactadores, ciclomotores (triciclos de carga), quadriciclos com reboque do tipo caçamba basculante com carroceria madeira, trator agrícola do tipo compactador e afins.

Os veículos e caminhões deverão ser providos ainda de sistema de videomonitoramento e **GPS** (com fornecimento de acesso ao Poder Concedente), sistema comunicação por rádio transceptor ou celular, com base fixa nas instalações operacionais da **CONCESSIONÁRIA**, conectado através de rádios móveis com a fiscalização. Os veículos e caminhões deverão ainda ser dotados de acessórios de segurança e proteção coletivos, caracterizados por:

- Abafador de ruído de motor para as operações de compactação dos resíduos ou procedimentos similares;
- Adesivos traseiros e laterais refletivos;
- Sinalizador de teto com luz giratória, do tipo giroflex.

A frota de coleta deverá se apresentar com programação visual própria, devidamente aprovada pelo Poder Concedente. Da mesma forma, os colaboradores deverão se apresentar com uniforme e EPI em todas as atividades previstas no Contrato de Concessão, conforme programação visual aprovada pelo **PODER CONCEDENTE**. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar os recursos necessários e compatíveis para a prestação dos serviços diurnos,

matutino e vespertino, considerando os seguintes horários do turno de trabalho:

- Diurna (matutino) ..... Início: 6h00min; Término: até às 12h00min;
- Diurna (vespertino) ..... Início: 12h00min; Término: até às 18h00min.

## 3.5 COLETA SELETIVA

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será *"ponto a ponto"*, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo *"porta a porta"*. Serão instalados Pontos de Entrega Voluntária (**PEVs**) e **Ecopontos**. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores indicados pelos Municípios.

Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o **PEV** e o Ecoponto receber apenas os secos.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos **PEVs** implantados em todos os Municípios Aderentes e dos **Ecopontos** implantados nos Municípios que possuem roteiros estratégicos de armazenamento temporário e transferência desses recicláveis.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa *"Lixo Zero"*, que preconiza o encaminhamento dos resíduos para as **ETRs**, e a destinação final do rejeito para aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. A meta até o final da Concessão é alcançar um aterramento de até 10% dos rejeitos gerados pelos Municípios Aderentes.

### 3.5.1 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS)

Os **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) tem como objetivo o recebimento de resíduos secos como plástico e papelão, bem como resíduos

previamente selecionados pelos munícipes sempre em locais estratégicos, definidos pela Concessionária e aprovados pelos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever a implantação de 12 (doze) **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) em áreas indicadas e cedidas pelos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, onde serão implantados.

O **PEV** deve possuir sinalização adequada, incluindo a identificação do local no acesso e avisos informando o limite de recebimento de resíduos. Os serviços serão executados no turno diurno, das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira. Durante a implantação deverá ser feita campanha de conscientização junto a todas as comunidades diretamente atendidas pelos **PEVs**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá propor um modelo de mobilização da sociedade para o recolhimento de resíduos segregados, no projeto executivo. Ao formular suas propostas, a Concessionária deverá prever as seguintes ações de apoio à coleta seletiva nos Municípios:

a) Pontos de Entrega Voluntária;
b) Equipamentos de apoio local;
c) Campanhas educativas;
d) Campanhas de capacitação dos catadores das cooperativas.

Os serviços serão remunerados através das tarifas públicas. O **PODER CONCEDENTE** deverá acompanhar a operação visando a apoiar e garantir a permanente capacitação dos cooperativados, bem como uma maior produtividade na prestação dos serviços.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever a implantação da coleta seletiva ponto a ponto, além de fornecer apoio logístico às cooperativas indicadas pelo **PODER CONCEDENTE**. Para tanto, a **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de

frota específica, independente daquela a ser utilizada na coleta domiciliar, para apoio à coleta seletiva, providos de sistema de comunicação por rádio transceptor ou celular com base fixa nas instalações operacionais da **CONCESSIONÁRIA**, conectado através de rádios móveis com a fiscalização. Os veículos deverão, ainda, ser dotados de acessórios de segurança e proteção coletivos, caracterizados por:

- Adesivos traseiros e laterais refletivos;
- Sinalizador de teto com luz giratória, do tipo giroflex.

Em suma, o futuro concessionário deverá considerar a necessidade de participar como parceiro nos projetos de coleta seletiva em vigor ou que venham a ser implementados pelas Prefeituras.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá alcançar as metas propostas em relação à redução da quantidade de aterramento dos rejeitos, buscando sempre estudar novas tecnologias para agregar ao modelo mais eficiência.

### 3.5.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS

O **ECOPONTO** consiste em um local adequado, previamente estruturado, para recebimento de pequenas quantidades de resíduos da construção e demolição, resíduos volumosos de pequenos geradores, podas, além de recicláveis diversos, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e inservíveis, para posterior transporte até o local indicado para a sua destinação final ambientalmente adequada.

Os **ECOPONTOS** deverão ser instalados em áreas cedidas pelos 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e participantes da iniciativa. A **CONCESSIONÁRIA** deverá construir e operar 5 (cinco) ecopontos, divididos na microrregião nas cidades de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.

Visando manter o descarte adequado dos resíduos da construção civil e entulhos de pequenos geradores, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis inservíveis, colchão, etc, deverão ser disponibilizados agentes de limpeza que ficarão disponíveis nos Ecopontos, na proporção de um para cada unidade nos municípios comtemplados. Esses agentes de limpeza manterão a unidade sempre limpa e darão o direcionamento correto aos resíduos.

- O Ecoponto poderá receber os seguintes resíduos:
    - Resíduos da construção civil (até 1m³);
    - Resíduos recicláveis (metal, papel, plástico e vidro);
    - Móveis velhos e eletrodomésticos;
    - Poda de árvores;
    - Outros materiais volumosos.

Os resíduos da construção civil, entulhos, móveis velhos, poda de árvores e outros materiais volumosos, entregues no **ECOPONTO**, deverão ser destinados para as cooperativas os resíduos recicláveis e os rejeitos deverão seguir para unidade ambientalmente adequada.

- **Período de funcionamento:**
    - O **ECOPONTO** deverá funcionar, na pré-operação, das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira. A operação funcionará também aos sábados, das 8h às 12h.

- **Diversificação da atividade e ampliação:**
    - A Concessionária poderá diversificar as atividades realizadas no **ECOPONTO**, para a implantação de equipamento apto a receber outros tipos de resíduos, inclusive os resíduos que possam ser destinados à política de logística reversa, dentro das normas vigentes.

- **Armazenamento de produtos:**
    - Os resíduos recebidos no **ECOPONTO** serão armazenados conforme sua classificação e característica;
    - Os resíduos a serem recebidos serão, em sua maioria (incluindo os volumosos), armazenados em baias, com exceção das podas de árvore, que deverão ser armazenadas em área específica.

- **Fonte de abastecimento:**
    - O abastecimento de água e energia deverá ser feito através das concessionárias credenciadas, **EMBASA** e **COELBA** ou energia alternativa (tecnologia limpa).

- **Resíduos sólidos:**
    - Os rejeitos gerados no **ECOPONTO**, provenientes das atividades da equipe de operação, serão encaminhados para a coleta regular do Município através de coletores compactadores, e encaminhados para as **ETRs** ou **CVR**.

- **Sistema de contenção de resíduos:**
    - Os resíduos serão armazenados em locais devidamente apropriados, tais como baías, contêineres, toneis, sacos plásticos etc.

- **Educação ambiental:**
    - Incumbe à Concessionária, quando da obra de implantação do **ECOPONTO**, disponibilizar equipe especializada para treinamento de educação ambiental para todos os colaboradores envolvidos na obra, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da correta segregação dos resíduos. Após esse treinamento, deverá ser realizado acompanhamento periódico, com o intuito de verificar se a

segregação dos resíduos está sendo feita de acordo com o treinamento realizado. Caso necessário, deverá ser realizado novo treinamento para sanar as eventuais dúvidas dos funcionários e, consequentemente, a má segregação dos resíduos.

## 3.6 SERVIÇOS DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR) E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU)

A **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de recebimento de **RPU** na Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**), em documento que disponha sobre todas as soluções adotadas no plano de trabalho e metodologia, referentes ao recebimento e transporte de resíduos, bem como seus rejeitos, entre as unidades do sistema, incluindo o local de disposição final.

## 3.7 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DOS SAÚDE (RSS)

Caso haja a adesão formal dos Municípios, os serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde, provenientes das unidades municipais de saúde localizadas nos Municípios Aderentes, deverão ser prestados pela Concessionária, observadas as condições técnicas, especificações operacionais e quantitativos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

Os resíduos contemplados por esses serviços deverão estar devidamente classificados e segregados, em conformidade com as classificações e definições da RDC Nº 306/2004 (ANVISA), ou outra norma que venha a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

Mediante adesão formal dos Municípios, nos termos do instrumento específico anexo ao Contrato de Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar e operar o sistema integrado de recebimento e gerenciamento de **RSS**, contemplando o armazenamento temporário em câmara fria refrigerada na estação de transferência de resíduos (**ETR**), de modo a assegurar a preservação das condições sanitárias e ambientais, até o posterior encaminhamento dos resíduos à unidade de tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

A execução dos serviços deverá ocorrer quinzenalmente e/ou mensalmente, de acordo com a demanda efetiva dos Municípios Aderentes, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** a responsabilidade integral pelo recolhimento, transporte, tratamento e destinação final dos RSS gerados nas Unidades de Saúde dos Municípios Aderentes.

A prestação desses serviços deve observar, integralmente, as normas técnicas da **ABNT**, as resoluções **CONAMA** e as resoluções da **ANVISA** vigentes, além da legislação ambiental e sanitária pertinente.

Após a realização da coleta, a **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer aos **MUNICÍPIOS** e ao **PODER CONCEDENTE** um comprovante desse recolhimento, contendo as seguintes informações:

- Identificação do gerador de resíduos de saúde;
- Data/Hora do recolhimento;
- Identificação do veículo coletor;
- Unidade de medida coletado (L);
- Assinatura do responsável do gerador e da **CONCESSIONÁRIA**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de veículo tipo furgão hermeticamente fechado e adaptado internamente, seguindo as normas técnicas da **ABNT**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer e manter recipientes no depósito temporário das Unidades, em quantidade suficiente para a demanda, do tipo bombonas resistentes (capacidade em litros de volume compatível com o estimado para cada Unidade de Saúde), rígidas e estanques, com tampa.

Os funcionários da **CONCESSIONÁRIA**, no momento da coleta, deverão utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs), imprescindíveis e necessários para o contato com os resíduos;

A **CONCESSIONÁRIA** deverá ministrar frequentemente treinamento sobre o correto manejo e segregação de todos os resíduos gerados em todas as Unidades de Saúde atendidas, visando a capacitar todos os funcionários que atuam no manejo dos resíduos, direta ou indiretamente.

## 3.8 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD)

Mediante adesão formal dos Municípios, nos termos do instrumento específico anexo ao Contrato de Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência) e tratamento de **RCD** gerados por estabelecimentos públicos nos Municípios Aderentes.

Para a adequada prestação dos serviços, a **CONCESSIONÁRIA** poderá utilizar a Estação de Transferência de Resíduos para recebimento e armazenamento temporário, previamente ao seu encaminhamento à unidade de triagem e reciclagem para posterior disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, em conformidade com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes.

## 3.10 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

O projeto e o licenciamento do aterro considerarão a integralidade dos resíduos passíveis de adesão; a implantação das células será escalonada conforme a demanda efetivamente aderida pelos Municípios

O sistema de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos tem como ponto central a implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**, que engloba:

1. A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (CVR);

2. A Implantação e Operação de Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO);

3. A Construção, implantação, operação e manutenção de Estações de Transferência de Resíduos (ETR) e transporte intermunicipal até o aterro sanitário para destinação e disposição final ambientalmente adequada;

4. A implantação e operação de Unidade de Tratamento Térmico (autoclave) de RSS;

5. A implantação e operação de Unidade de Recebimento, Triagem e Reciclagem de RCD**;**

6. A implantação e Operação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** (Aterro Sanitário);

7. A Implantação e Operação de Viveiro de Mudas na **CVR**;

8. A Implantação e Operação de uma Trilha Ecológica no Parque do Sol, através da qual os visitantes conhecerão o Sistema Integrado de Resíduos Sólidos e seus reflexos;

9. A Implantação e Operação de um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade com o objetivo de interagir com os educadores ambientais, aprofundando os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos.

As infraestruturas integrantes do **COMPLEXO PARQUE DO SOL,** especialmente o Aterro Sanitário a ser implantado, operado e mantido pela **CONCESSIONÁRIA**, deverão ser dimensionadas para atender ao manejo integrado de todo **RDO** e de todo **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos nos Municípios Aderentes, considerando a possibilidade de adesão destes a toda essa cadeia.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever o uso de tecnologia, a exemplo da **UCO**, para a redução da quantidade de resíduos a serem dispostos na Célula de Aterramento de Rejeitos a ser construída na **CVR**.

A vida útil projetada para a **CVR** a ser construída para o consórcio deverá ser superior a 30 (trinta) anos. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela licença ambiental de todo o empreendimento a ser implantado.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá planejar e executar, tempestivamente, a ampliação ou a implantação de nova Célula de Aterramento de Rejeitos, destinada à continuidade da prestação do serviço, de modo que o início das obras ocorra com antecedência mínima de 2 (dois) anos em relação ao término da vida útil da célula em operação, assegurando a continuidade, regularidade e adequação ambiental da disposição final dos rejeitos.

### 3.10.1 IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO

#### 3.10.1.1 PRÉ-IMPLANTAÇÃO, PROJETO, LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, ENCERRAMENTO E PÓS ENCERRAMENTO DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DOS

**RESÍDUOS (CVR)**

### 3.10.1.1.1 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO);

Consiste na implantação e operação do sistema de compostagem dos resíduos sólidos orgânicos previamente selecionados, com controle de pesagem, temperatura e umidade das leiras, com o intuito de reciclagem e reutilização desses resíduos na forma de compostos orgânicos.

A Unidade de Compostagem deverá utilizar resíduos orgânicos coletados seletivamente nas feiras livres. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever os seguintes quantitativos de Unidades de Compostagem:

- 01 (uma) unidade central no município onde será instalada a **CVR**;
- 10 (dez) composteiras domésticas por mês.

Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 4,0 metros de base e 1,5 metros a 2,0 metros de altura, numa área previamente preparada, a ser indicada pelo **PODER CONCEDENTE**. Os resíduos deverão ser coletados seletivamente nas feiras livres.

Visando atender a demanda dos serviços de Operação das Unidades de Compostagem, deverão ser disponibilizados quantitativos de equipamentos e mão de obra especializada, necessários à operacionalização da unidade.

- Triturador de vidros e coco

A concessionária deverá prever os seguintes quantitativos de Trituradores de Vidros e Cocos:

- 01 (uma) triturador de vidros;
- 01 (uma) triturador de cocos.

Após instalados e em pleno funcionamento, esses equipamentos deverão ser operados e mantidos pela Concessionária e os seus produtos poderão ser entregues às Cooperativas de Catadores de Recicláveis beneficiadas.

A **CONCESSIONÁRIA** fará uso de área privada para a instalação e operação desses equipamentos. A **CONCESSIONÁRIA** deverá assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais/equipamentos e mão-de-obra, necessários à boa e perfeita entrega dos materiais/equipamentos.

**3.10.1.1.2 CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS;**

A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelos investimentos com aquisição de terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação do aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Os investimentos deverão ser segregados em investimentos iniciais e investimentos em manutenção, de acordo com os prazos estimados para a vida útil do equipamento.

Para a construção da célula de aterramento de rejeitos deverão ser previstos, dentre outros, os seguintes itens:

- Regularização do terreno;
- projeto executivo;
- serviços complementares;
- galerias;
- drenos e conexões;
- estação de tratamento de efluente;
- estação de tratamento de esgoto;
- bases e pavimentos;
- manta impermeabilizante;
- aparelhos elétricos,

- hidráulicos e sanitários;
- equipamentos eletrônicos;
- balança (obras civis e equipamentos); e
- prédio de apoio.

### 3.10.1.2 OPERAÇÃO DA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS

#### 3.10.1.2.1 DOS EQUIPAMENTOS DA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS DURANTE TODO O PERÍODO DE CONTRATO

Os investimentos em equipamentos necessários a operação da Célula de Aterramento de Rejeitos, deverão estar previstos nos investimentos iniciais e investimentos em renovação, de acordo com os prazos estimados para a renovação.

Para iniciar as operações da Célula de Aterramento de Rejeitos, faz-se necessária a aquisição das máquinas e equipamentos, conforme caderno 2 (Estudos e Demandas de Engenharia).

#### 3.10.1.2.2 REINVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS.

Os reinvestimentos são todos aqueles investimentos com objetivo de renovar e manter uma frota operacional para a atividade fim da exploração da **CONCESSÃO**, que, nesse caso do aterramento de rejeitos, corresponde à disposição final e tratamento de resíduos sólidos.

Para o projeto em questão, estima-se um quantitativo de reinvestimentos após o início da operação, conforme caderno 4 (estudos de viabilidade econômico-financeira).

A **CONCESSIONÁRIA** deverá considerar as seguintes responsabilidades

e atividades em relação ao CVR e em especial a operação da célula de aterramento de rejeitos:

- Manutenção de equipamentos;
- Equipe de trabalho;
- Balança rodoviária (manutenção);
- Energia e iluminação/gás/telefone/água;
- Serviços gerais;
- Continuação do sistema de drenagem de gases;
- Continuação do sistema de drenagem superficial;
- Continuação da instalação dos dispositivos do monitoramento geotécnico;
- Manutenção do sistema viário;
- Manutenção dos taludes expostos;
- Manutenção da drenagem superficial;
- Monitoramento ambiental;
- Monitoramento do aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

#### 3.10.1.3 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE TRATAMENTO TÉRMICO (AUTOCLAVE) DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS);

Consiste na implantação e operação de unidade de tratamento térmico dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), com o objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, de modo a reduzir o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública. Durante todo o período de contrato os rejeitos provenientes do pós-tratamento serão encaminhados ao aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**. A concessionária deverá prever os seguintes quantitativos de unidades de tratamento térmico de **RSS**:

- 01 (uma) unidade de tratamento térmico no município sede onde será instalada a CVR.

### 3.10.1.4 UNIDADE DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD:

Consiste na construção e operação de unidade de triagem e reciclagem de resíduos da construção civil, demolição (**RCD**) e volumosos. Atualmente, os 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** coletam e transportam os resíduos da construção civil para lixões e áreas degradadas.

A unidade justifica-se pela necessidade de se promover um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos da construção civil e resíduos volumosos, descartados de forma irregular nos logradouros públicos, além da necessidade de se observar a legislação em vigor, em especial: a) a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 – Brasil, 1997); b) a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795 – Brasil, 1999); c) a Política Nacional do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445 – Brasil, 2007); e d) a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305 – Brasil, 2010).

A disposição irregular desses resíduos gera problemas de ordem estética, ambiental e de saúde pública, além de sobrecarregar os sistemas de limpeza pública.

Além das disposições constantes das legislações federais e municipais pertinentes, os resíduos especiais devem atender ao que preceituam as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a nº 10.004/2004, e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“**CONAMA**”).

Entre as resoluções do **CONAMA** que versam sobre a questão dos resíduos da construção e de demolição, talvez a mais importante seja a **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 307 (**CONAMA**, 2002), que estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, posteriormente complementada e alterada pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 448

(**CONAMA**, 2012), que trouxe a nomenclatura para os entes do sistema de gestão de resíduos da construção, pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 431 (**CONAMA**, 2011), que alterou o Art. 3 º da referida resolução, estabelecendo nova classificação para os resíduos de gesso, e pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 348 (**CONAMA**, 2004), que incluiu os resíduos de amianto na categoria de resíduos perigosos.

Para efeitos do presente **CADERNO DE ENCARGOS**, serão adotadas as seguintes classificações quanto aos resíduos de construção civil (**RESOLUÇÃO CONAMA** nº 307/2002):

- **Classe A**: são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; de processo de fabricação e/ ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras.

- **Classe B**: são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros.

- **Classe C**: são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso.

- **Classe D**: são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outras, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Os resíduos de construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

- **Classe A**: deverão ser reutilizados, reciclados ou destinados na melhor forma técnica possível, preferencialmente na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterros de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

- **Classe B**: deverão ser reutilizados, reciclados ou destinados, podendo ser enviados à coleta de resíduo sólido domiciliar regular.

- **Classe C**: deverão ser reutilizados, reciclados, armazenados, transportados ou encaminhados para destinação final, desde que devidamente licenciada, ou devolvidos ao fabricante, em conformidade com normas técnicas específicas.

- **Classe D**: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com normas técnicas específicas.

Os rejeitos resultantes da triagem deverão ser encaminhados à célula de aterramento de rejeitos devidamente licenciada, observando-se as suas características. Os custos de transporte e destinação final serão de responsabilidade da Concessionária, quando esta for responsável também pela coleta dos resíduos em questão.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá se comprometer a fazer uso de mão de obra, veículos e equipamentos adequados, compatíveis e em quantidades necessárias e suficientes para garantir a adequada prestação dos serviços.

A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor ampliações, extensões e modificações das especificações técnicas ora apresentadas, bem como a introdução de novas tecnologias operacionais buscando a atualização de melhoria contínua da qualidade dos serviços, que, caso sejam aprovadas pelo **CDS VELHO CHICO**, passarão obrigatoriamente a ser consideradas como

obrigações contratuais para a execução dos serviços objeto da concessão.

A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a manter todas as licenças e autorizações ambientais e/ou administrativas necessárias à execução dos serviços contratados, devidamente atualizadas, arcando com todos os custos previstos para tanto.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar o projeto de operação da Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil, onde as atividades serão desenvolvidas, obedecendo-se às normas técnicas pertinentes, devidamente aprovadas pelo Órgão Ambiental competente. As diretrizes básicas a serem seguidas serão:

- **Origem dos resíduos:** os resíduos serão provenientes dos serviços de coleta e transporte de entulho;

- **Recepção dos resíduos:** os resíduos serão destinados à Unidade devidamente licenciada pelo órgão de controle ambiental competente.

- **Horário de recebimento:** os serviços de recebimento de resíduos, na Unidade, serão realizados diariamente no período diurno, de segunda a sexta, no horário das 8h00min às 18h00min.

Todos os funcionários da **CONCESSIONÁRIA** deverão estar devidamente equipados com as ferramentas de trabalho necessárias ao bom desempenho das funções. Todos os veículos que fizerem descarga dos resíduos na Unidade deverão, obrigatoriamente, ser pesados.

O dimensionamento de equipamentos e mão de obra, deverá atender a demanda dos serviços de operação da unidade, a **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar quantitativos de equipamentos e mão de obra especializada, em patamar suficiente para garantir a sua operacionalização.

O controle e pesagem dos veículos, deverá utilizar a mesma balança rodoviária da célula de aterramento de rejeito. O procedimento de pesagem dos veículos originários da coleta de resíduos será realizado tanto na entrada, quanto

na saída da unidade de recebimento dos resíduos, com o acompanhamento da fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da Agência Reguladora.

O peso dos resíduos transportados pelos veículos será obtido por diferença entre a pesagem na entrada e saída, com a emissão dos respectivos tickets de pesagem do sistema eletrônico da balança. São de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as atividades de operação da balança e de emissão dos bilhetes de pesagem, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** ou à Agência Reguladora manter um agente do seu quadro fiscalizando a operação do sistema.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção e aferição periódica da balança rodoviária na **CVR**. A aferição deverá ser executada pelo **INMETRO**, obedecendo à frequência de revisão determinada por aquele Instituto ou, quando ocorrer manutenção, que indique a necessidade de nova aferição, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** ou à **AGÊNCIA REGULADORA** o acompanhamento e fiscalização dos serviços.

O atestado de aferição do **INMETRO** deverá ser entregue à fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.

Os bilhetes de pesagem serão emitidos, no mínimo, em 3 (três) vias, logo após a pesagem, sendo uma da Concessionária, uma do transportador e outra do **PODER CONCEDENTE** ou da Agência Reguladora.

#### 3.10.1.5 Viveiro de Mudas:

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar um Viveiro de mudas na central de valorização de resíduos (**CVR**), que proporcionará o crescimento de vários tipos de plantas, preferencialmente nativas, de forma a garantir a integridade e qualidade das espécies, até que ocorra o plantio em local definitivo.

#### 3.10.1.6 Trilha Ecológica:

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar uma Trilha Ecológica no complexo ambiental **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**, com espécies nativas, através da qual os visitantes, com o apoio da equipe de educação ambiental, conhecerão o sistema integrado de resíduos sólidos e seus reflexos.

Os custos operacionais e de manutenção da Trilha Ecológica não poderão ser superiores ao teto de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, que refere-se exclusivamente aos custos de operação e manutenção, equipe de mediação (admitido rateio com o **PEA**), conservação do traçado, reposição de mudas e sinalização, insumos pedagógicos e materiais de segurança, será reajustado pelo mesmo índice e periodicidade do Contrato e não abrange os investimentos de implantação, contemplados no plano de investimentos da **CONCESSIONÁRIA.**

**30.10.1.6.1. Dimensionamento e características físicas:**

A Trilha Ecológica deverá observar as seguintes especificações mínimas, a serem detalhadas em projeto executivo submetido à aprovação do **PODER CONCEDENTE** em até 90 (noventa) dias contados da entrega do **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**:

a) traçado em circuito fechado (partida e chegada no mesmo ponto, junto à recepção de visitantes/estrutura de educação ambiental), com extensão entre 800 m e 1.200 m e tempo de percurso mediado de 40 a 60 minutos;

b) largura mínima de 1,50 m, piso em revestimento primário estabilizado (saibro/piçarra compactada) ou material equivalente de baixa manutenção, com declividade longitudinal máxima de 8%; ao menos 1 (um) segmento inicial de no mínimo 200 m acessível nos termos da NBR 9050, permitindo experiência interpretativa completa a pessoas com mobilidade reduzida;

c) 8 (oito) a 12 (doze) estações interpretativas sinalizadas, com placas temáticas em material durável contendo no mínimo 50% de conteúdo reciclado, além de sinalização direcional, de segurança e de identificação botânica de no mínimo 40 (quarenta) espécimes, com nome popular, nome científico e função ecológica;

d) plantio e manutenção de no mínimo 40 (quarenta) espécies nativas regional, priorizando espécies frutíferas atrativas de fauna, madeiráveis emblemáticas e pioneiras de recuperação, conforme lista a ser aprovada por responsável técnico habilitado do Poder Concedente, vedadas espécies exóticas invasoras;

e) mobiliário mínimo: 2 (dois) pontos de descanso sombreados com bancos, preferencialmente em madeira plástica proveniente de reciclagem (coerência pedagógica com o objeto da concessão), conjuntos de coleta seletiva em todas as estações e 1 (um) ponto de observação panorâmica do complexo, em posição segura em relação às áreas operacionais;

f) capacidade de carga: grupos de até 30 (trinta) visitantes acompanhados por, no mínimo, 1 (um) educador ambiental, limitado a 4 (quatro) grupos por dia, com estudo simplificado de capacidade de carga integrando o projeto executivo;

g) requisitos de segurança: distanciamento e barreiras físicas em relação às frentes operacionais, rotas de fuga sinalizadas, comunicação por rádio com a operação, kit de primeiros socorros, hidratação disponível, uso de itens de proteção pelos visitantes quando aplicável e procedimento escrito de emergência integrado ao plano de atendimento a emergências do complexo.

**30.10.1.6.2. Conteúdo pedagógico**

O roteiro interpretativo abordará, no mínimo, os seguintes eixos, distribuídos pelas estações: (**i**) histórico do manejo de resíduos na região e o encerramento dos lixões; (**ii**) geração per capita e caracterização dos resíduos dos municípios atendidos; (**iii**) coleta, transporte e transbordo; (**iv**) triagem, reciclagem e o papel dos catadores e cooperativas; (**v**) compostagem e valorização de orgânicos, com espaço demonstrativo; (**vi**) funcionamento do aterro sanitário (impermeabilização, drenagens, operação de células); (**vii**) tratamento de lixiviados e proteção dos recursos hídricos; (**viii**) biogás e mudanças climáticas; (**ix**) biodiversidade e recuperação de áreas; e (**x**) consumo consciente e responsabilidade compartilhada, com atividade de encerramento (compromisso do visitante ou plantio simbólico). O conteúdo será integrado ao Programa de Educação Ambiental da **CONCESSIONÁRIA**, com materiais diferenciados por público (ensino fundamental, médio, técnico/superior e público geral), atualizados ao menos anualmente.

### 30.10.1.6.3. Operação

A Trilha funcionará mediante agendamento, com no mínimo 8 (oito) visitas mediadas por mês, priorizando escolas das redes públicas dos municípios do **CONSÓRCIO**, e ao menos 1 (uma) abertura mensal ao público geral. A mediação será realizada pela equipe de educação ambiental da **CONCESSIONÁRIA**, admitido o compartilhamento com as demais frentes do **PEA**.

## METAS E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO

| INDICADOR | META | AFERIÇÃO / EVIDÊNCIA |
|---|---|---|
| **Implantação** | Trilha operacional em até 12 meses do marco contratual | Vistoria de aceitação pelo PODER CONCEDENTE |
| **Visitação** | ≥ 1.800 visitantes/ano a partir do 2º ano de operação, sendo ≥ 60% de estudantes da rede pública | Lista de presença + registro fotográfico no relatório mensal |
| **Visitas mediadas** | ≥ 8/mês | Agenda e relatórios de atividade |

| | | |
|---|---|---|
| **Satisfação** | ≥ 85% de avaliações "bom/ótimo" | Pesquisa pós-visita (amostra ≥ 30% dos visitantes) |
| **Aprendizagem** | Ganho médio ≥ 30% entre questionários pré e pós-visita | Aplicação amostral trimestral |
| **Conservação da trilha** | ≥ 90% da sinalização íntegra e legível; taxa de sobrevivência das mudas ≥ 80% em 12 meses | Vistoria trimestral da fiscalização |
| **Segurança** | 100% das não conformidades sanadas em até 15 dias | Registro de vistoria e evidência de correção |

O desempenho será verificado por meio de relatório mensal da **CONCESSIONÁRIA** (indicadores, evidências fotográficas e listas de presença), consolidado no relatório do **PEA**, e de vistorias trimestrais da fiscalização, sem prejuízo das competências da **AGERSA**. O descumprimento reiterado das metas sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** às medidas previstas no **QID**.

#### 3.10.1.7 Centro de Educação Ambiental:

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade, de modo a difundir os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

### 3.10.2 Plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD):

O trabalho de análise envolvendo a gestão dos RSU nos municípios identificou que os principais passivos ambientais da região são os lixões ativos. Os lixões são pontos que merecem atenção em função de sua capacidade de causar poluição ambiental, o que torna necessária a execução de procedimentos de recuperação nestas áreas.

#### 3.10.3.1 Elaboração do plano de recuperação de área degradada (PRAD):

O presente estudo prevê a elaboração de **PRAD** destes locais em

consonância com a legislação e as boas práticas vigentes. O objetivo geral do programa é a elaboração de ações de recuperação ambiental nos *"lixões"* existentes nos municípios, tendo com objetivos específicos:

- Caracterização da área degradada;
- Escolha de proposta de recuperação da área degradada;
- Definição dos parâmetros a serem recuperados com base na área de referência;
- Adoção de um modelo de recuperação;
- Detalhamento de técnicas para recuperação;
- Monitoramento e avaliação da efetividade da recuperação;
- Previsão dos insumos, custos e cronogramas da recuperação;

Para alcançar os objetivos do programa, as seguintes metas deverão ser atingidas:

- Aferir qualitativamente e quantitativamente os principais impactos ambientais;
- Elaborar o orçamento detalhado.

Cabe à **CONCESSIONÁRIA** a elaboração dos PRADs e a execução das obras de recuperação no âmbito do Programa de Promoção de Ações de Recuperação dos Lixões tratado neste item, limitando-se o seu desembolso ao valor previsto para esse fim no rol de investimentos (CAPEX) do projeto, observados a equipe e o prazo estabelecidos neste Caderno para a execução dos serviços, sendo a execução iniciada somente após a aprovação do PRAD pelo órgão ambiental e pelo **PODER CONCEDENTE**. A responsabilidade pelo passivo ambiental existente nos lixões permanece com os MUNICÍPIOS e não é atribuída à **CONCESSIONÁRIA**, nos termos da Subcláusula 18.13 do Contrato. A responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** pela execução das obras de recuperação, nos limites dos investimentos previstos, não se confunde com a responsabilidade pelo passivo ambiental.

### 3.10.3.2 Execução do plano de recuperação de área degradada (PRAD) e programa de ações de recuperação de lixões

Após a elaboração do **PRAD** e a sua respectiva aprovação no órgão ambiental, será realizada a execução, com objetivo de recuperar a área degradada através de técnicas de controle e monitoramento, necessários à minimização dos impactos ambientais.

Considerando que as áreas dos lixões vêm sendo degradadas por décadas, a execução do **PRAD** não devolverá às áreas as condições originais do ecossistema. Será retirado do processo a continuidade do agente causador da degradação.

A proposta em questão sugere a execução da recuperação destes locais em consonância com a legislação e as boas práticas vigentes. O objetivo geral do programa é a execução de ações de recuperação ambiental nos *"lixões"* existentes nos Municípios.

## 3.11 Implantação e operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETRs):

A implantação e operação de **ETR** se efetivará em áreas a serem

disponibilizadas pelos Municípios, que serão devidamente licenciadas. As **ETRs** têm como objetivos:

a) receber o **RDO** advindo da coleta regular e armazenar temporariamente o **RDO**, **RCD**, **RSS** e o **RPU**; e

b) executar o transporte destes resíduos no veículo apropriado para o envio à **CVR**.

As áreas de transferência deverão ser mantidas limpas, devendo ser adotadas medidas preventivas para controle de vetores. Para a concepção do projeto da Estação de Transferência deverá ser projetado, na área operacional:

a) pátio de manobra com respectiva drenagem;
b) sistema de tratamento das águas de lavagem do pátio;
c) drenagem pluvial;
d) cercamento;
e) placa de identificação;
f) área administrativa;
g) sistema de segurança; e
h) estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade e o veículo a ser utilizado deverá considerar, para seu dimensionamento, capacidade volumétrica de um para dois. Ou seja, cada veículo transportador deve corresponder a, no mínimo, o dobro do maior veículo coletor empregado nos Municípios. Cada veículo deve, ainda, realizar, no mínimo, duas viagens por dia, quando necessário, entre a Estação e o local de destino final.

A pesagem dos veículos, para cálculos da quantidade de resíduos transportados, será efetivada em balança aferida pelo **INMETRO**, instalada pelo **PODER CONCEDENTE** na área de transferência. A Concessionária deverá emitir ticket de pesagem, constando a placa do veículo, nome do motorista, tara do veículo transportador, peso da carga, peso total, data, hora da pesagem, para

todas as cargas que forem transportadas no horário compreendido entre as 8h00min e 18h00min, de segunda-feira a sexta-feira, e aos sábados das 08h00min às 12h00min.

## 4. DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a relação, com descrição dos equipamentos (veículos, máquinas etc.), e documentação que comprove a marca, modelo e ano de fabricação dos veículos.

Durante a vigência do Contrato, os critérios de renovação da frota de veículos, maquinários e equipamentos seguirão os prazos estabelecidos para a amortização dos ativos em questão, observando as normas de contabilidade. Submetendo-se, ainda, a vistoria técnica pelo **PODER CONCEDENTE**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a documentação dos veículos/equipamentos a serem utilizados para a prestação dos serviços na data da assinatura do Contrato. Caso não seja proprietária, a Concessionária deverá apresentar contrato de locação ou *leasing*, com reconhecimento de firma das partes, acompanhado da documentação do veículo/equipamento.

Não será permitida a exploração de publicidade de terceiros nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços objeto da Concessão. Tanto nos veículos, quanto nos fardamentos, somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**.

Os veículos deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso e operação. Todos os veículos e equipamentos disponíveis aos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes.

O **PODER CONCEDENTE** pode, a qualquer momento, exigir a troca de veículo que não esteja em conformidade com as exigências dos serviços estabelecidas no Edital de Licitação, a exemplo do não atendimento ao modelo

especificado para a prestação dos serviços. Nestes casos, o **PODER CONCEDENTE** deve apresentar laudo de vistoria técnica. A balança de pesagem dos resíduos deverá ser mantida com certificação do **INMETRO**.

## 5. DO PESSOAL

Compete à **CONCESSIONÁRIA** a admissão de mão-de-obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços, correndo por sua conta todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário, fiscal ou comercial, bem como quaisquer indenizações de acidentes de trabalho causados por seus empregados, auxiliares ou prepostos.

Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços objeto do Contrato de Concessão.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a comprovação de treinamento e capacitação de seus funcionários.

O pessoal empregado em atividades operacionais deverá estar sempre uniformizado e com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) correspondentes, conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06) do Ministério do Trabalho.

Todo o pessoal empregado nessas atividades deverá estar devidamente capacitado para o exercício destas.

## 6. DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E CAPACIDADE TÉCNICA

A **CONCESSIONÁRIA** deverá, obrigatoriamente, possuir em seu quadro técnico a equipe mínima conforme determinada no edital.

## 7. PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

### 7.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no Art. 1º da Lei nº

9.795/99, qual seja: *"[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".*

O **PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL** *("PNEA")* tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, necessária ao desenvolvimento da região. Com isto, busca-se o envolvimento e a participação da sociedade na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da região, observando-se os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A implantação do programa de educação ambiental no **PARQUE DO SOL VELHO CHICO** será estendida a todos os municípios integrantes do **CONSÓRCIO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental.

Como objetivos específicos, o programa deverá atender os seguintes requisitos:

- Identificar e integrar-se às iniciativas existentes nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, relacionadas à gestão de resíduos sólidos e educação ambiental;

- Promover a educação ambiental nas Unidades de Ensino Municipais, incluindo os professores e alunos na construção de ações que favoreçam a compreensão e a intervenção na realidade local.

Para alcançar os objetivos elencados no Programa, a equipe de educação ambiental da Concessionária deverá elaborar Plano com metas objetivas e

quantificáveis, obedecendo, minimamente:

- Contatar, visitar e promover parcerias com as escolas públicas e organizações da sociedade civil dos Municípios consorciados do **CDS VELHO CHICO**;

- Desenvolver, em conjunto com professores e alunos, projetos de Educação Ambiental em cada Município integrante do **CDS VELHO CHICO**, abertos a toda a comunidade;

- Realizar 01 (um) curso, por ano, em cada Município integrante do **CDS VELHO CHICO,** com, no mínimo, 10 (dez) horas de conteúdo relacionado à gestão de resíduos sólidos e educação ambiental para, no mínimo, 20 professores, em conjunto com as organizações da sociedade civil e as escolas;

- Produzir e divulgar 02 (dois) materiais educativos, por ano, junto aos moradores dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

O Programa de Educação Ambiental deverá ser executado durante o prazo de vigência do Contrato de Concessão. Periodicamente, o Programa deverá passar por análises e adequações, quando couber, conforme solicitação da fiscalização do **CDS VELHO CHICO**.

### 7.2. Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.

O Programa consiste na implementação de ações voltadas a apoiar as associações e cooperativas de catadores atuantes na região. Sua finalidade é a de estimular a mobilização, a formalização e o desenvolvimento dos grupos e

das associações de catadores residentes nos Municípios, considerando-se suas potencialidades sociais e econômicas.

As ações deverão contribuir para que esses trabalhadores alcancem um novo padrão de atuação, mediante a adoção de processos laborais seguros, salubres e que visem à sustentabilidade socioambiental, resultando em benefícios sociais e econômicos, com a consequente melhoria da qualidade de vida do público-alvo. Os objetivos específicos do Programa deverão atender aos seguintes requisitos:

- Contribuir para a geração de trabalho e renda;
- Promover a formalização das associações e cooperativas de catadores;
- Ampliar oportunidades para a consolidação das associações e cooperativas, visando à sua autossuficiência econômica e institucional;
- Identificar atividades que possam servir a um plano de desenvolvimento e de transformação social;
- Promover as boas práticas laborais que garantam a segurança, saúde e salubridade dos catadores cooperativados na operação de triagem dos resíduos.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar Plano de trabalho com as metas objetivas e quantificáveis que contenha:

- Diagnóstico da situação atual;
- Realização de escuta ativa dos diversos atores, através de oficinas com as lideranças das associações de catadores, a fim de compartilhar conhecimentos sobre gestão;
- Realizar treinamentos com o objetivo de sensibilizar os catadores cooperativados, para que adotem boas práticas que sejam seguras, saúde e salubridade de triagem dos resíduos.
- O Programa deverá ser executado até o final do Contrato da Concessão.

### 7.3. Programa de Capacitação do poder público para entes envolvidos nos serviços a serem concedidos

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores que integrarão a equipe de fiscalização do **PODER CONCEDENTE**.

O Programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos realizados por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o Poder Concedente.

A capacitação poderá ser realizada em parcerias com universidades ou instituições de ensino, com a finalidade de pautar diversos aspectos da gestão de resíduos sólidos urbanos, desenvolvendo capacidades necessárias ao estabelecimento de desenvolvimento sustentável com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego. Os cursos deverão ter no mínimo os seguintes assuntos: Gestão sustentável de Resíduos; Marco Legal de Saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

- Os Programas de capacitação serão avaliados segundo os seguintes critérios:
    - Conteúdo programático;
    - Infraestrutura física e materiais didáticos;
    - Capacidade técnica dos facilitadores; e
    - Pesquisa de satisfação.

## 8. CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

### 8.1. DIMENSIONAMENTO/DETALHAMENTO

a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega

voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos municípios.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs)** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo *"meia lua"* e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| PEV 2500 litros | 12 |

Tabela 11 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (PEV)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de Mão de Obra** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 12 - Quantidade de Mão de Obra (PEV)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação Ecopontos.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de implantação e Operação de Ecopontos.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Ecoponto | 5 |
| Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo *"meia lua"* e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 13 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (Ecopontos)

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |

Tabela 14 - Quantidade de Mão de Obra (Ecopontos)

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| Quantidade de veículos e equipamentos para implantação e operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR). | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Caixas estacionarias de 30 m³ e/ou 40m³ | 14 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |

Tabela 15 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (ETR)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Balanceiro | 4 |
| Agente Coletor | 4 |

Tabela 16 - Quantidade de Mão de Obra (ETR)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| Quantidade de veículos e equipamentos para serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO) |
|---|

| Equipamento | Quantidade |
|---|---|
| Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| Triturador de Podas | 1 |
| Composteira | 10 |
| Reservatório de água 10.000 litros | 1 |

Tabela 15 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (UCO)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Agrícola | 1 |
| Agente de Limpeza | 3 |

Tabela 16 - Quantidade de Mão de Obra (UCO)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de Disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento) | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Trator de esteira | 1 |
| Caçamba basculante | 1 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| Balança de pesagem | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |

Tabela 21 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Disposição final
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| **Mão de Obra Direta** | |
| Coordenador técnico | 1 |
| Balanceiro | 2 |
| Operador de máquina pesada | 2 |

| | |
|---|---|
| Motorista | 2 |
| Servente | 7 |

Tabela 22 - Quantidade de Mão de Obra – Disposição final
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)

| **Quantidade mínima de veículos e equipamentos para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caçamba basculante | 3 |
| Retroescavadeira | 1 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |

Tabela 23 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (PRAD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade mínima de Mão de Obra** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Engenheiro | 1 |
| Fiscal | 1 |
| Motorista | 3 |
| Operador de máquina | 2 |
| Servente | 5 |
| Engenheiro | 1 |

Tabela 24 - Quantidade de Mão de Obra (PRAD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

g) Educação Ambiental

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 25 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Educação Ambiental

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 3 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Tabela 26 - Quantidade de Mão de Obra – Educação Ambiental
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores: e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 27 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Programa de Apoio Comunitário aos Catadores
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 3 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Tabela 28 - Quantidade de Mão de Obra – Programa de Apoio Comunitário aos Catadores
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para entes envolvidos nos serviços concedidos

| Quantidade de Mão de Obra |
|---|

| Função | Quantidade |
|---|---|
| Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Tabela 29 - Quantidade de Mão de Obra – Programa de Capacitação do poder público
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de equipamentos para operação do Programa de Capacitação do Poder Concedente para entes envolvidos nos serviços concedidos.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |

Tabela 30 - Quantidade de equipamentos – Programa de Capacitação do poder público
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área urbana, rural e áreas de difícil acesso (RDO):

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação de coleta domiciliar urbana** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| Caminhão Compactador de 15 m³ (reserva técnica) | 2 |
| Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| Veículo para fiscalização | 1 |
| Contêineres de 1,2 m³ até 4,5 m³ | 154 |
| Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 22 |

Tabela 33 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (RDO - Urbano)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação de coleta domiciliar rural** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |

| | |
|---|---|
| Trator com Reboque | 1 |
| Quadriciclo | 1 |
| Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| Contêiner 1,2 m³ | 31 |
| Composteira | 10 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |

Tabela 34 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (RDO - Rural)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de Mão de Obra (Urbana)** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| Motorista Compactador | 8 |
| Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| Agente Coletor | 35 |

Tabela 35 - Quantidade de Mão de Obra (RDO – Urbana)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de Mão de Obra (Rural)** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| Motorista (Caçamba) | 3 |
| Operador de Quadriciclo | 1 |
| Operador de Trator Coletor | 1 |
| Coletor | 9 |

Tabela 36 - Quantidade de Mão de Obra (RDO – Rural)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD):

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD);** |
|---|

| Equipamento | Quantidade |
|---|---|
| Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 8 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 8 |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |

Tabela 38 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RCD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista | 6 |
| Operador de máquina pesada / equipamento | 2 |
| Coletor | 13 |

Tabela 39 - Quantidade de Mão de Obra (RCD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde (RSS). | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| Bombona 200 litros | 200 |
| Bombona 50 litros | 100 |
| Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| Balança | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 40 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RSS)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Técnico ambiental | 1 |
| Motorista | 1 |
| Agente Coletor | 2 |

Tabela 41 - Quantidade de Mão de Obra (RSS)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos Urbanos (RPU);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos Urbanos (RPU) | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| Triturador de Podas | 1 |
| Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 42 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RPU)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico agrícola | 1 |
| Motorista de caçamba | 1 |
| Agente de Limpeza | 1 |
| Agente Coletor | 2 |

Tabela 43 - Quantidade de Mão de Obra (RPU)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços administrativo, recursos humanos, gestão de estoque, tecnologia, gestão comercial:

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 43.

| Equipamentos necessários para gestão | |
|---|---|
| **Equipamentos** | **Quantidade Mínima** |
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |

| | |
|---|---|
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| **Profissionais necessários para gestão** | |
|---|---|
| **Cargos** | **Quantidade Mínima** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Tabela 44 - Profissionais necessários para gestão
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

## 8.2. Custos das Obras e Investimentos

Os investimentos necessários para implantação, construção e aquisição de equipamentos, que serão realizados pela Concessionária, e os custos de operação dos serviços estarão discriminados nos estudos de viabilidade econômico-financeira.

Os custos da concessionária são os valores gastos na prestação dos serviços contratados, correspondendo aos desembolsos necessários e ao funcionamento e ao desenvolvimento da Concessionária. Os principais custos de implantação e de prestação dos serviços são: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros. Os custos são classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.

# 9. NÍVEL DE SERVIÇOS E ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Os veículos, as máquinas e os equipamentos utilizados deverão **(i)**

atender sua vida útil segundo o regime fiscal, **(ii)** ser mantidos em perfeitas condições operacionais, de manutenção e de conservação e **(iii)** ter padronização visual estabelecida pelo Poder Concedente após a assinatura do Contrato.

A Concessionária deverá promover a renovação de toda a frota de veículos de pequeno porte e compactadores a partir de 120 (cento e vinte) meses de uso. A renovação dos caminhões basculantes e máquinas pesadas deverá ser a partir de 180 (cento e oitenta) meses de uso.

A ouvidoria atenderá aos usuários dos serviços que serão implantados, deverá ser através do sistema de serviço de atendimento ao cliente (**SAC**) através do seu call center, bem como dos pontos de atendimento ao cidadão e unidade de atendimento móvel. O serviço será gratuito.

### 9.1. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)

O serviço poderá também ser feito por tecnologias mais modernas, a exemplo de unidade móvel, pontos de atendimento presencial, via telefone, via website, via aplicativo com chat ou ainda a partir da utilização de códigos **QR CODE** disponibilizados.

### 9.2. Pesquisa de Avaliação do Nível de Satisfação

A concessionária deverá contratar uma empresa de pesquisa de satisfação para avaliar a qualidade dos serviços implementados, com periodicidade anual.

A pesquisa poderá utilizar tecnologias mais modernas utilizando os meios eletrônicos disponíveis.

### 9.3. Modelagem abordagem das soluções de gestão comercial e atendimento ao usuário a serem implantadas.

- Software de leitura com impressão simultânea de faturas que deverá atuar diretamente na redução de custos operacionais e na melhoria dos processos gerenciais e de campo. Essa solução receberá todos os dados para leitura, cálculo e emissão das faturas diretamente do sistema gestor e os retornará de forma direta e automática, após concluídas as operações.

- Software de gerenciamento das ordens de serviço do Centro de Controle de Operações (**CCO**) que tem o objetivo de automatizar as rotinas dos setores comercial e operacional, transformando dados coletados em informações gerenciais. O **CCO** deverá possibilitar o monitoramento, gerenciamento e controle em tempo real das atividades executadas em campo.

- Aplicativo de serviços de resíduos sólidos focado em fornecer comodidade para os consumidores e acesso facilitado às informações dos principais serviços disponibilizados pela empresa. Seu principal objetivo é a mobilidade, permitindo consultar e enviar dados de qualquer lugar e a qualquer momento, através do celular. Desse modo, será possível o acesso rápido e prático aos serviços essenciais da **CONCESSIONÁRIA** com este aplicativo.

- Software de soluções de pagamento ágil e seguro que combina recursos avançados, tarifas acessíveis e suporte especializado. A escolha ideal para quem busca reduzir custos e otimizar processos. O software de soluções de pagamento deverá ser uma solução completa e inovadora para empresas no setor de resíduos sólidos que buscam agilidade, segurança e eficiência em suas operações financeiras.

- Software de gerenciamento a execução de todas as rotinas de recadastramento imobiliário, permitindo a atualização cadastral e enriquecimento de dados para diversos setores, agilizando o processo e

reduzindo as dificuldades comuns a essa atividade. Os dados obtidos durante a atualização cadastral são transferidos diretamente para o Sistema Comercial, garantindo informações mais confiáveis no cadastro.

- Software integrado de gestão comercial de resíduos sólidos, focado em promover agilidade, centralidade e segurança das informações. Garantindo a automatização dos processos diários, minimizando erros e aumentando a produtividade da equipe com informações consolidadas para a rápida e assertiva tomada de decisões. Essa solução moderna, intuitiva, deverá ser no formato 100% web, voltada para o uso exclusivo da **CONCESSIONÁRIA**, em busca da evolução da gestão, aumento de receita e redução de custos.

- Para a implantação das ações em questão a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar o fornecimento das ferramentas e equipamentos para atendimento aos serviços em questão. A exemplo de impressora térmica industrial do tipo zebra ou similar, tablet industrial reforçado, coletora de dados, computador móvel, tablet, smartphones e similares.

## 10. ARRANJO TARIFÁRIO E COMERCIAL

### 10.1. Modelo de Cobrança

O manejo de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) será remunerado diretamente pelo usuário do sistema através da tarifa do usuário final (**TUF**) ou da tarifa alternativa do usuário final **(TAUF),** nos casos onde o abastecimento de água ocorra através sistema ***"CERB"*** ou poços artesianos.

O manejo de **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos no território dos Municípios Aderentes serão remunerados diretamente pelos entes públicos através da tarifa do ente público (**TEP)**.

**10.2. Estrutura Tarifária -** *As tarifas serão reajustadas anualmente, a cada período de 12 (doze) meses contado da data-base, assim entendida a data de apresentação da proposta, pela seguinte fórmula:*

$$Tn = T0 \times IRn$$

$$IRn = \Sigma [pj \times ( Ij,n \div Ij,0)], \text{ com } \Sigma pj = 1$$

*onde: Tn = tarifa reajustada; T0 = tarifa de referência da proposta, na data-base, já aplicado o multiplicador K; IRn = índice de reajuste acumulado; pj = peso de cada componente na estrutura de custos da concessão; Ij,n = número-índice do componente j no mês anterior ao do reajuste; Ij,0 = número-índice do componente j no mês anterior ao da data-base.*

*2. O reajuste incide sempre sobre a tarifa de referência T0, sem encadeamento sobre tarifa afetada pelo Fator de Desempenho, que não se incorpora à tarifa."*

*3. O índice de reajuste inferior a 1,00 será aplicado integralmente, com a correspondente redução das tarifas."*

*4. A extinção ou a alteração de metodologia de qualquer índice implicará sua substituição pelo índice oficial que o suceder ou, na falta deste, por outro de mesma natureza, definido pelo Poder Concedente."*

### 10.2.1. Receitas

As receitas serão agrupadas da seguinte maneira:

a) **Receitas Ordinárias:** são as receitas originárias da remuneração mensal tarifa do usuário final (**TUF**) e tarifa alternativa do usuário final (**TAUF**), ambas pagas pelo usuário final, seja pessoa física ou jurídica privada. As tarifas do ente público (**TEP)** serão pagas pelo **PODER CONCEDENTE**.

b) **Receitas Extraordinárias:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, acessórios, autorizados pelo Poder Concedente, inclusive na prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e da destinação final de resíduos *"RDO"*, *"RCD"* e *"RSS"* dos grandes geradores privados.

c) **Contraprestação Pecuniária**: é a complementação da receita tarifária devida pelos MUNICÍPIOS, nos termos dos arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, quando, em regime de cobrança direta da TUF pela CONCESSIONÁRIA, a inadimplência dos USUÁRIOS exceder 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita tarifária devida em cada período de apuração, até o limite de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida de cada MUNICÍPIO, conforme a Subcláusula 8.3.2.5 do Contrato.

### 10.2.2. Receitas Ordinárias

**a) TUF**

A Tarifa do Usuário Final (**TUF**) será cobrada diretamente ao usuário do sistema, preferencialmente através do cofaturamento na fatura da água, podendo ser cobrado direto ao usuário final caso o cofaturamento na fatura da água não seja formalizado ou ocorra instabilidade no acordo comercial a ser firmado junto à prestadora dos serviços de água e esgoto.

A implantação da cobrança da tarifa do usuário final (**TUF**) seguirá o manual da NR01 da ANA, utilizando documento de arrecadação do serviço público de abastecimento de água. O valor a ser ressarcido ao prestador será definido em contrato com ele firmado no limite de 3,00% (três por cento) da receita auferida, observando-se os termos e condições previstos no Contrato de Concessão, com anuência da Agência Reguladora.

Incumbe ao **PODER CONCEDENTE** envidar todos os esforços institucionais e administrativos necessários para viabilizar o cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, inclusive mediante negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pela prestação desses serviços nos **MUNICÍPIOS** e a celebração dos instrumentos necessários

Firmado o referido contrato com a prestadora dos serviços de água e esgoto, a Agência Reguladora informará à prestadora do serviço de água e esgoto a respeito do valor da Tarifa do Usuário Final (**TUF**), a ser cobrado por cada m³ de água faturada, bem como o fator multiplicador (fator de uso) a ser aplicado para cada economia, conforme categoria em que estejam inseridas.

A arrecadação se dará através de instituição financeira responsável por administrar conta de arrecadação dos recursos provenientes preferencialmente da cobrança conjunta das tarifas de água, esgoto e da Tarifa do Usuário Final (**TUF**) através de código de barras único, seja ele através de boleto bancário ou pix, ambos de titularidade da prestadora de serviço de água e esgoto, e, na sequência, distribuirá conforme estabelecido no acordo comercial entre as partes.

Caso não seja efetivado o referido acordo comercial, a **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar de forma independente a sua metodologia de cobrança, mantendo sempre como base no consumo por m³ de água faturada, bem como o fator multiplicador (fator de uso) a ser aplicado para cada economia, conforme categoria em que estejam inseridas, observada a homologação da estrutura tarifária e dos fatores FU e FL pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

Segundo manual da ANA, NR 01, Resolução 79, o gerenciamento e a execução da cobrança do SMRSU, utilizando o sistema de cobrança do serviço público de abastecimento de água, apresenta-se como uma das alternativas mais eficientes, por utilizar um cadastro mais abrangente e por reunir serviços de competência municipal, possibilitando a redução da inadimplência em relação a outras formas de cobranças.

Quando utilizado documento para a cobrança da remuneração de outro serviço público, inclusive o de abastecimento de água, deve ser previsto no custo do **SMRSU** o valor de ressarcimento ao prestador do outro serviço, conforme

estabelecido em contrato celebrado entre as partes, com anuência da entidade reguladora do **SMRSU** ao valor a ser pago a título de ressarcimento dos custos de cofaturamento (Item 5.6.3 da NR1).

A cobrança conjunta da Tarifa do Usuário Final (**TUF**) na fatura de água e esgoto levou em consideração a existência de uma correlação entre a geração de resíduos e consumo de água e esgoto. Esta correlação foi calculada por meio do *"Coeficiente de Geração"* (**CG**).

CG = **((tonelada de lixo coletada anual/ m3de água faturada anual)**
CG = ((ton coletada anual urbano + ton coletada anual rural) / m³ de água faturada anual)
CG = (2.493) x 12) / (289.626 x 12)
CG = (2.493 x 12) / (289.626 x 12)
CG = (29.916 / (3.475.511)
CG = 0,0086077

No **CDS VELHO CHICO**, o "Coeficiente de Geração" (CG) é de 0,0086077 t/m³, o que significa que são gerados 8,61 kg de resíduos domiciliares a cada m³ de água consumida.

Os Fatores de Uso (FU) e de Localização (FL) serão fixados pelo **PODER CONCEDENTE**, com homologação da **AGÊNCIA REGULADORA**, de modo que a receita média por metro cúbico de água faturada, em cada **MUNICÍPIO**, seja igual à TUF resultante da **PROPOSTA COMERCIAL**. Eventual diferença apurada será compensada na revisão ordinária seguinte.

A Tarifa do Usuário Final (**TUF**) corresponde ao valor médio que será cobrado em R$/m³ e foi calculada na modelagem econômico-financeira, levando em consideração a relação entre o valor do projeto e o consumo de água projetado para concessão, de modo a obter o seguinte resultado:

A **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE** (**TUF-C**), que somente poderá ser cobrada pela **CONCESSIONÁRIA** mediante adesão formal dos Municípios a tais serviços, corresponde a R$2,33/m³, a ser aplicado o fator de multiplicação (fator de uso) de acordo com cada categoria estabelecida pelo **PODER CONCEDENTE** e homologada pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

A **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** (**TUF-D**) corresponde a R$3,81/m³, a ser aplicado o fator de multiplicação (fator de uso) de acordo com cada categoria estabelecida pela **PODER CONCEDENTE** e homologada pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

A partir da definição da Tarifa do Usuário Final *"TUF"*, é possível calcular a receita ordinária mensal advinda do pagamento dessa tarifa, conforme equação abaixo:

Cobrança por economia = **TUF x VA x FU x FL**

Onde:

• **TUF** = Tarifa Usuário Final;

• **VA** = Volume Faturado de Água;

• **FU** = Fator de Uso referente ao tipo de ocupação da economia.

• **FL**= Fator de localização referente a frequência de coleta na região da economia.

O Volume Faturado de Água (**VA**) é a quantidade média de água consumida por cada economia no mês. O Fator de Uso (**FU**) refere-se ao tipo de ocupação de cada *"economia"* (usuário do sistema e gerador do resíduo). Este volume está associado às características dos resíduos produzidos e aos fatores socioeconômicos dos usuários deste serviço a ser definido no momento da implantação dos serviços. Para elaboração do modelo utilizou-se as seguintes informações:

| Ano | Ibotirama | Paratinga | Morpará | Oliveira dos Brejinhos | Muquém do São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANO 1 | 960.256 | 1.089.885 | 287.397 | 759.849 | 378.123 | 3.475.511 |
| ANO 2 | 995.912 | 1.124.033 | 297.438 | 783.133 | 391.238 | 3.591.754 |
| ANO 3 | 1.037.871 | 1.164.670 | 309.300 | 810.886 | 406.738 | 3.729.465 |
| ANO 4 | 1.086.976 | 1.212.671 | 323.227 | 843.711 | 424.943 | 3.891.528 |
| ANO 5 | 1.144.221 | 1.269.066 | 339.505 | 882.318 | 446.230 | 4.081.339 |
| ANO 6 | 1.210.782 | 1.335.076 | 358.476 | 927.549 | 471.045 | 4.302.928 |
| ANO 7 | 1.233.016 | 1.364.532 | 365.595 | 948.368 | 480.477 | 4.391.988 |
| ANO 8 | 1.234.734 | 1.366.433 | 366.104 | 949.689 | 481.147 | 4.398.107 |
| ANO 9 | 1.236.098 | 1.367.943 | 366.509 | 950.738 | 481.678 | 4.402.967 |
| ANO 10 | 1.237.078 | 1.369.027 | 366.799 | 951.492 | 482.060 | 4.406.456 |
| ANO 11 | 1.237.672 | 1.369.685 | 366.976 | 951.949 | 482.292 | 4.408.573 |
| ANO 12 | 1.237.881 | 1.369.917 | 367.038 | 952.110 | 482.373 | 4.409.318 |
| ANO 13 | 1.237.705 | 1.369.722 | 366.985 | 951.974 | 482.305 | 4.408.691 |
| ANO 14 | 1.237.145 | 1.369.102 | 366.819 | 951.544 | 482.086 | 4.406.697 |
| ANO 15 | 1.236.203 | 1.368.059 | 366.540 | 950.819 | 481.719 | 4.403.340 |
| ANO 16 | 1.234.877 | 1.366.592 | 366.147 | 949.799 | 481.203 | 4.398.619 |
| ANO 17 | 1.233.168 | 1.364.700 | 365.640 | 948.484 | 480.536 | 4.392.528 |
| ANO 18 | 1.231.076 | 1.362.386 | 365.020 | 946.876 | 479.721 | 4.385.079 |
| ANO 19 | 1.228.611 | 1.359.658 | 364.289 | 944.980 | 478.761 | 4.376.299 |
| ANO 20 | 1.225.781 | 1.356.525 | 363.450 | 942.803 | 477.658 | 4.366.216 |
| ANO 21 | 1.222.584 | 1.352.988 | 362.502 | 940.344 | 476.412 | 4.354.831 |
| ANO 22 | 1.219.020 | 1.349.044 | 361.445 | 937.603 | 475.023 | 4.342.135 |
| ANO 23 | 1.215.092 | 1.344.696 | 360.280 | 934.581 | 473.493 | 4.328.142 |
| ANO 24 | 1.210.804 | 1.339.951 | 359.009 | 931.284 | 471.822 | 4.312.870 |
| ANO 25 | 1.206.162 | 1.334.814 | 357.633 | 927.713 | 470.013 | 4.296.336 |
| ANO 26 | 1.201.168 | 1.329.287 | 356.152 | 923.872 | 468.067 | 4.278.545 |
| ANO 27 | 1.195.821 | 1.323.371 | 354.567 | 919.760 | 465.983 | 4.259.502 |
| ANO 28 | 1.190.126 | 1.317.068 | 352.878 | 915.379 | 463.764 | 4.239.214 |
| ANO 29 | 1.184.084 | 1.310.381 | 351.087 | 910.732 | 461.410 | 4.217.694 |
| ANO 30 | 1.177.699 | 1.303.315 | 349.193 | 905.821 | 458.922 | 4.194.951 |

Tabela 45 - Volume Faturado de água por município: Ano 01 ao 30. Fonte: SNIS, 2021

## a.1) Condições operacionais do cofaturamento

**a.1.1) Instrumentos e tratativas.** A implantação do cofaturamento dar-se-á mediante **Acordo Comercial de Cofaturamento e Repasse** a ser celebrado entre a **CONCESSIONÁRIA** e a(s) prestadora(s) dos serviços de água e esgoto, com interveniência-anuência do **PODER CONCEDENTE** e homologação da

**AGÊNCIA REGULADORA**. O **PODER CONCEDENTE** oficiará a prestadora em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, instaurando mesa técnica de negociação; a minuta do Acordo será apresentada em até 90 (noventa) dias e sua celebração buscada em até 180 (cento e oitenta) dias.

**a.1.2) Parâmetros operacionais mínimos do Acordo.** O Acordo Comercial conterá, no mínimo:

a) inclusão da **TUF** como rubrica destacada no documento de arrecadação, sob código de barras/PIX único, com identificação clara do serviço e da **CONCESSIONÁRIA**;

b) arrecadação centralizada em instituição financeira contratada, com segregação automática e repasse dos valores da **TUF** à conta vinculada da **CONCESSIONÁRIA** em até D+2 (dois dias úteis) da compensação, vedada a retenção, compensação ou utilização dos recursos pela prestadora, ressalvado o ressarcimento pactuado;

c) ressarcimento à prestadora pré-estabelecido em percentual fixo sobre a receita liquida da **TUF** efetivamente arrecadada por seu intermédio e não da receita total da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do item 5.6.3 da Norma de Referência nº 1/ANA, com anuência da Agência Reguladora;

d) fornecimento mensal de dados, em layout eletrônico padronizado, até o 10º dia útil: cadastro de economias por categoria e localidade, volume de água faturado por economia, situação da ligação, arrecadação da rubrica TUF e inadimplência, observada a LGPD (tratamento fundado na execução de política pública de saneamento, com cláusulas de finalidade, segurança e confidencialidade);

e) regra expressa de imputação em pagamento parcial (rateio proporcional entre as rubricas do documento único) e vedação de qualquer condicionamento do fornecimento de água ao pagamento da TUF;

f) SLA de atendimento: encaminhamento à **CONCESSIONÁRIA**, em até 48 horas, das reclamações relativas à rubrica TUF, para resposta nos prazos da regulação;

g) comunicação de reajustes e revisões da TUF pela Agência Reguladora

à prestadora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ciclo de faturamento subsequente;

h) vigência atrelada ao prazo da Concessão, admitida denúncia mediante aviso prévio mínimo de 12 (doze) meses, com obrigação de cooperação na transição, e caracterização de instabilidade para os fins da cláusula de contingência pelo inadimplemento de repasses em 2 (dois) ciclos consecutivos ou 3 (três) alternados em 12 (doze) meses;

i) direito de auditoria da **CONCESSIONÁRIA** e da Agência Reguladora sobre os processos de faturamento, arrecadação e repasse, com relatório mensal de arrecadação por município e categoria.

**a.1.3) Cronograma de implementação.** Marcos de referência, contados do marco contratual:

- **D+30:** ofício e instalação da mesa técnica;
- **D+90:** minuta do Acordo;
- **D+180:** celebração;
- **D+210:** homologação pela Agência;
- **D+240:** parametrização do sistema comercial da prestadora e faturamento-teste;
- **D+270:** primeiro ciclo de cofaturamento. Não implementado o cofaturamento até D+270 ou verificada instabilidade superveniente, fica automaticamente autorizada a cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo da migração posterior ao cofaturamento quando viabilizado.

**a.1.4) Modelo de cobrança direta (contingencial)**

**a.1.4.1.) Gatilho e transição.** A cobrança direta será implantada nas hipóteses

do item 3, mediante comunicação à Agência Reguladora e apresentação, em até 60 (sessenta) dias, de Plano de Implantação da Cobrança Direta contendo cadastro, faturamento, arrecadação, atendimento e régua de cobrança.

**a.1.5) Base de cálculo na ausência dos dados da prestadora.** Preserva-se a metodologia por m³ de água faturada com fatores FU e FL, obtendo-se o volume, em ordem de preferência: (i) por contrato específico de fornecimento de dados com a prestadora, ainda que sem cofaturamento; (ii) na impossibilidade, por **consumo de referência por categoria e faixa de economia**, homologado pela Agência Reguladora com base no histórico disponível, assegurado ao usuário o direito de revisão mediante comprovação do consumo real; (iii) recadastramento próprio, georreferenciado, a partir do cadastro imobiliário municipal.

**a.1.6) Operacionalização, fluxos e responsabilidades.**

| AGENTE | RESPONSABILIDADES NA COBRANÇA DIRETA |
|---|---|
| **CONCESSIONÁRIA** | Constituir e manter cadastro de usuários (atualização mínima anual); emitir faturas mensais (boleto, PIX, débito automático e meio digital); arrecadar em conta vinculada; operar canais de atendimento (presencial nas sedes municipais, telefônico e digital, com SLAs da regulação); executar a régua de cobrança; reportar mensalmente à Agência arrecadação, inadimplência e contestações |
| **PODER CONCEDENTE** | Disponibilizar cadastro imobiliário e bases de IPTU; editar os atos normativos de apoio eventualmente necessários; apoiar institucionalmente a comunicação aos usuários |
| **AGÊNCIA REGULADORA** | Homologar estrutura tarifária, fatores FU/FL e consumos de referência; regulamentar atendimento e contestações; dirimir conflitos; fiscalizar |

**a.1.7) Régua de cobrança e enforcement.**

- Vencida a fatura: aviso de débito em D+15;
- Cobrança amigável e oferta de parcelamento até D+45;
- Inscrição em cadastros de proteção ao crédito a partir de D+60;
- Protesto extrajudicial a partir de D+90;
- Cobrança judicial dos débitos consolidados, vedada, em qualquer hipótese, a interrupção de serviços essenciais como meio coercitivo, e mantida a coleta ao usuário inadimplente por imperativo de saúde pública.

- A **CONCESSIONÁRIA** divulgará estrutura tarifária, fatores e calendário de faturamento em seus canais e nos meios oficiais dos **MUNICÍPIOS**.

**a.1.8) Interface com o equilíbrio contratual.** A alocação do risco de inadimplência e a eventual existência de banda de tolerância com gatilho de revisão extraordinária observarão o disposto na Matriz de Riscos, prevalecendo o ali pactuado.

**b) Tarifa do Ente Público – TEP**

A tarifa que será cobrada dos Municípios Aderentes se prestará a remunerar os serviços referentes ao manejo e gerenciamento de **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos.

A TEP será paga mensalmente diretamente pelos Municípios, utilizando-se da Tabela 15, do Estudo de Viabilidade econômico-financeiro.

• **Volume faturado de água máximo (VA máximo)**

Para efeito de cálculo de faturamento será considerado o volume máximo de 470 m³/mês de água (VA máximo) por economia, equivalente à geração de 60 Kg/dia (1.800 Kg/mês) de RDO.

**c) Tarifa Alternativa do Usuário Final – TAUF**

A modalidade de cobrança desta tarifa, utilizará o mesmo valor da TUF, através da cobrança direta ao usuário final levando em consideração o consumo mínimo da água, considerando que são localidades que utilizam sistema de abastecimento de água *"CERB"* ou poços artesianos, não existindo a possibilidade de aferição do consumo de água através de medidores tipo hidrômetro, consequentemente não podendo ser feito uma correlação entre a geração de resíduos e consumo de água.

A TAUF corresponde ao valor do consumo mínimo utilizado pelas prestadoras dos serviços de água que será cobrado em R$/m³. A partir da definição da "TAUF", será possível calcular a receita ordinária mensal advinda do pagamento dessa tarifa.

**Cobrança por economia = TUF x consumo mínimo de água x fator de uso (FU)**

### 10.3. Créditos da Receita Extraordinária ou Acessória

As Receitas Acessórias ou complementares poderão ser obtidas mediante a exploração de atividades correlatas à concessão, incluindo o manejo e gerenciamento de resíduos de atividades comerciais de grandes geradores privados em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores.

Do valor da receita líquida auferida pela prestação desses serviços complementares pela Concessionária, será repassado ao poder concedente o valor percentual de 3,00% (três por cento), para favorecer a modicidade tarifária.

### 10.4. Revisão do Coeficiente de Geração (CG)

Considerando as possíveis variações no consumo de água e na geração de resíduos domiciliares, a cada 5 (cinco) anos de operação, no mesmo período da revisão ordinária da tarifa, a Agência Reguladora realizará uma avaliação do *"Coeficiente de Geração"* (**CG**). Caso o **CG** apresente variação superior a 3,00% (três por cento) em relação ao valor apurado na última avaliação, a tarifa será revisada conforme fórmula abaixo. Excepcionalmente, poderá ser realizada a primeira revisão ao final do segundo ano de concessão. As revisões posteriores do coeficiente acompanharão as revisões ordinárias quinquenais. A revisão considerará o volume de água e a quantidade de resíduos gerados observando

a média dos meses decorridos desde a última revisão.

$$TUF^{1} = TUF\ (CGR^{1} / CGR)$$

Onde:

• **$TUF^{1}$ =** Tarifa Usuário Final (novo valor a ser cobrado em R$/m³);

• **TUF =** Tarifa Usuário Final (valor em R$/m³ anterior);

• **$CGR^{1}$ =** Coeficiente de geração de resíduos atualizado (novo valor em t/m³)

• **CGR =** Coeficiente de geração de resíduos anterior (t/m³)

A revisão do **CGR** e a revisão da tarifa deverão ocorrer no mesmo período. O cálculo do novo **CGR** deverá ser realizado antes do cálculo de reajuste da tarifa, pois a fórmula de reajuste da tarifa será composta pelo coeficiente revisado. As **TUF** e **TEP** serão reajustadas anualmente, a partir de 12 meses da data-base (julho/2026), por:

$$Tn = T0 \times IRn \quad IRn = \Sigma\ [pj \times (Ij,n \div Ij,0)],\ com\ \Sigma\ pj = 1$$

**Onde:** T0 = tarifa de referência multiplicada pelo K da **PROPOSTA COMERCIAL**. O reajuste não incorpora o Fator de Desempenho (FD) nem o **CRT**. Componentes, índices (Ij) e pesos (pj) são os seguintes:

*- Mão de obra (piso salarial/convenção coletiva): 0,30*

*- Equipamentos (IPA-OG-Veículos Automotores - FGV): 0,20*

*- Obras (INCC - FGV): 0,10*

*- Óleo diesel (ANP): 0,10*

*- Serviços e demais itens (IPCA - IBGE): 0,30*.

**10.5.** O valor devido em cada período será Vn = Tn × Qn × FDn - CRTn, em que Qn é a quantidade faturada e CRTn corresponde a 3% das receitas acessórias do período (cláusula 8.1.2.1 do CONTRATO), deduzido no faturamento.

## 11. CRONOGRAMA DA CONCESSÃO

O cronograma da implantação dos serviços objeto desta concessão exige o cumprimento dos seguintes marcos contratuais e prazos máximos, independentemente de outros detalhados no PIO e no Estudo de Viabilidade Econômico-financeira:

- **Início da 2ª Fase (Ordem de Serviço):** D+30 dias da assinatura do Contrato.
- **Implantação do Cofaturamento de Água/Esgoto:** Até D+270 dias da assinatura do Contrato.
- **Célula de Aterramento de Rejeitos (Aterro Sanitário):** Construção, licenciamento e entrada em operação concluídos até o final do 1º ano contratual (Mês 12).
- **Trilha Ecológica do Parque do Sol:** Operacional em até 12 meses do marco contratual.
- **Implantação de Ecopontos e PEVs:** Conforme prazos a serem aprovados no Plano de Investimentos e Operação (PIO).

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- AGÊNCIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – ANA. NR -01: **Manual Orientativo sobre a norma de referência nº 1, 2021.** Resolução ANA, nº 79, 2021.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 10.004: 2004. **Estabelece os critérios para classificação dos resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde do homem. Também, estabelece os códigos para a identificação dos resíduos de acordo com suas características.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 12810: 2016. **Resíduos do Serviço de Saúde Extra estabelecimento - Requisitos.** ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 14652: 2019. **Implementos Rodoviários – Coletor Transportador de Resíduos do Serviço de Saúde – Requisitos de construção e inspeção.** ABNT, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 16775: 2019. **Estruturas de aço, estruturas mistas de aço e concreto, coberturas e fechamentos de aço — Gestão dos processos de projeto, fabricação e montagem — Requisitos.** ABNT, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 16868: 2020. **Alvenaria Estrutural.** ABNT, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 7229: 1993. Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. ABNT, 1993.
- BAHIA. Lei Estadual nº 12.932, de 07 de janeiro de 2014. **Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado da Bahia de 08 de janeiro de 2014.
- BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. **Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.** Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13**

**de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).** Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

- BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.** Diário Oficial da União de 16 de julho de 2020.
- BRASIL. Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 24 de dezembro de 1966.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 12 de setembro de 1990.

- BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 1997.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 28 de abril de 1999.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. **Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).** Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27. **Ativo Imobilizado.** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 237/1997. **Dispõe sobre conceitos, sujeição e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 307/2022. **Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 348/2004. **Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.

- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 431/2011. **Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 448/2012. **Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/PrincEquador2016PT.pdf>.
- IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <https://www.IPEA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38577#:~:text=As%20taxas%20de%20crescimento%20estimam,no%20cen%C3%A1rio%20de%20fecundidade%20constante>.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR – 18 - **Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR – 24 - **Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. NR – 06 - **Regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas.** Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência, 1978.
- **Princípios do Equador**, 2016. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/PrincEquador2016PT.pdf

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ANEXO I -**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2023 E 001/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ABREMA | Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente |
| ANA | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| CFA | Conselho Federal de Administração |
| CG | Coeficiente de Geração |
| CERB | Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia |
| COELBA | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONFEA | Conselho Federal de Engenharia e Agronomia |
| CPC | Código de Processo Civil |
| CRA | Conselho Regional de Administração Bahia |
| CREA | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia |
| CRM | Conselho Federal de Medicina |
| CS | Coleta Seletiva |
| CVR | Central de Valorização de Resíduos |
| ECOPONTO | Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| ETE | Estação de Tratamento de Efluentes |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| ETR | Estações de Transferência de Resíduos |
| EVEF | Estudos de viabilidade técnica econômico-financeira |
| GEE | Gases de Efeito Estufa |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| INMETRO | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia |
| LNSB | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| MCIDADES | Ministério das Cidades |
| NR | Norma Regulamentadora |
| NBR | Norma Brasileira |
| OS | Ordem de serviço |
| PIO | Plano de Investimentos e Operação |
| PRAD | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| PNRS | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| PEV | Pontos de Entrega Voluntária |
| RCD | Resíduos da Construção e Demolição |
| RDC | Resolução da Diretoria Colegiada |
| RDO | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| RPU | Resíduos Públicos Urbanos |
| RSS | Resíduos do Serviço de Saúde |
| SAC | Serviço de Atendimento ao Consumidor |
| SMRSU | Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos |
| TUF | Tarifa do Usuário Final |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| TEP | Tarifa do Ente Público |
| TAUF | Tarifa Alternativa do Usuário Final |
| UCO | Unidade de compostagem dos resíduos orgânicos |

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente **CADERNO DE ENCARGOS** é parte integrante do Edital de Licitação referente à delegação, na modalidade de concessão patrocinada, da prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e coleta seletiva (**CS**), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** *(***"CDS VELHO CHICO"***)*.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2023** e **001/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (**i**) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (**ii**) auxílio ao **CONSÓRCIO** no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 001/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (**iii**) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os serviços descritos no presente documento deverão ser executados nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos, integrantes do **CDS VELHO CHICO**, em conformidade com as especificações contidas no Edital, no Contrato e em seus Anexos, e deverão seguir as normas estabelecidas pelo **CDS VELHO CHICO** e pela Agência Reguladora competente. O atendimento às especificações será requisito para o integral cumprimento do contrato de concessão a ser firmado com o ente público.

A seguir são apresentadas as especificações técnicas referentes aos serviços a serem prestados durante o período de concessão e obras de implantação necessárias, bem como seus requisitos e forma de acompanhamento ou monitoramento requerido.

Serão apresentados os critérios técnicos alusivos aos serviços a serem executados ao longo do período de concessão e obras de implantação indispensáveis, assim como suas condições e forma de fiscalização ou monitoramento estabelecido.

### 1.1. ESCOPO E ABRANGÊNCIA

O caderno de encargos tem por escopo a descrição das especificações técnicas, funcionais e legais do projeto de concessão patrocinada da prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência *(“transbordo”),* tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RDO**, **RPU**, **RCD** e **RSS**; Coleta Seletiva (**CS**), Programas Socioambientais, e atividades correlatas, nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram o projeto, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.

O objeto obrigatório da concessão compreende, exclusivamente, a triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RDO**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A prestação dos serviços de coleta e transporte de **RDO**, bem como de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de **RPU, RCD** e **RSS** pela Concessionária, depende da adesão dos Municípios a tais serviços, a ser formalizada por instrumento próprio anexo ao Contrato.

Cada serviço facultativo foi modelado como módulo autônomo, remunerado por tarifa própria, devida somente se houver adesão e na medida da efetiva prestação. Sem adesão, não há serviço, investimento nem receita correspondentes, e a adesão parcial ou tardia apenas define a partir de quando cada serviço será prestado e remunerado. A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro, cabendo ao **PODER CONCEDENTE**, nos termos da Matriz de Riscos e do Contrato, exclusivamente os efeitos da não adesão, adesão parcial ou adesão tardia sobre o atingimento das metas de universalização e de desempenho vinculadas ao ingresso dos resíduos no sistema da **CONCESSÃO**.

### 1.2. HORIZONTE DE PROJETO

O horizonte de tempo utilizado na modelagem econômico-financeira foi de 30 (trinta) anos, em atenção à Portaria nº 577, de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (**MCIDADES**), que institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica econômico-financeira (**EVEF**), previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007– Lei Nacional de Saneamento Básico (**LNSB**).

### 1.3. FASES DA CONCESSÃO

A **CONCESSÃO** se divide em 3 (três) fases distintas, a saber:

**1ª FASE - OPERAÇÃO ASSISTIDA** – é a fase pré-operacional, com duração de até 30 (trinta) dias, que se inicia com a assinatura do **CONTRATO** e termina com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**. Nesta fase, a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCESSIONÁRIA** deverá se apropriar das informações sobre as atividades e procedimentos adotados até a data da Ordem de Serviço, relativamente ao **OBJETO** da **CONCESSÃO**, podendo acompanhar neste período os serviços realizados, sem qualquer interferência nas atividades. Durante esse período a **CONCESSIONÁRIA** não poderá efetuar qualquer cobrança aos **USUÁRIOS**;

**2ª FASE - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO** – inicia-se com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**, quando a **CONCESSIONÁRIA** assumirá todas as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**. Nessa fase iniciará a cobrança da tarifa pelos serviços prestados aos **USUÁRIOS**. O término da Fase 2 se dá com o fim da construção do **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**, que será utilizado pela **CONCESSIONÁRIA** para as atividades de **DESTINAÇÃO FINAL**, na forma, prazo e condições estabelecidos neste Caderno de Encargos. Os **RDO** serão destinados ao aterro sanitário a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA.** Caso, eventualmente, esse aterro não tenha sido concluído até a emissão da Ordem de Serviço para início da operação, excepcionalmente nessa situação e até sua entrada em operação, os **RDO** serão destinados a aterro sanitário licenciado preexistente, escolhido pela **CONCESSIONÁRIA**, por sua conta e risco, observada a Cláusula 18.17 do **CONTRATO**. O **PODER CONCEDENTE** permitirá, excepcionalmente, a utilização durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias posteriores à emissão da Ordem de Serviço, de frota de veículos/máquinas locados, desde que vistoriados e aprovados, até que se complemente o referido prazo para entrega dos novos veículos/máquinas apresentados pela **CONCESSIONÁRIA;**

**3ª FASE - AMPLIAÇÃO E ENCERRAMENTO** – período que se inicia com o fim da vida útil da **CÉLULA** (para aterramento de rejeito) **– CVR** e início da operação de nova **CÉLULA** (para aterramento de rejeito), no **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**. Encerra-se no termo final do **PRAZO** do **CONTRATO**, com o retorno dos **BENS REVERSÍVEIS** para o **PODER CONCEDENTE**.

### 1.4. Identificação do empreendimento e respectiva situação fundiária dos Lixões



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O **CDS VELHO CHICO** é composto por diversos Municípios baianos. Para os fins do presente projeto, aderiram formalmente à concessão os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco, doravante denominados *"Municípios Aderentes"*.

Atualmente, os Municípios Aderentes não dispõem de infraestrutura adequada para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados pelas suas populações.

Além disso, todos os Municípios enfrentam limitações econômicas e financeiras relevantes, que inviabilizam a realização, de forma individualizada, dos investimentos necessários à implantação, operação e manutenção das infraestruturas e equipamentos necessários, observando-se as exigências da legislação ambiental e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Com um total de **98.749** habitantes (**IBGE**), a população dos Municípios Aderentes gera uma média per capita de 0,83 kg/hab/dia de resíduos, que são atualmente destinados a lixões localizados nos territórios dos próprios Municípios, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos estão situados nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA (GVC HOLDING S/A)**, **AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA**.

Todavia, a distância entre esses aterros e a área de maior geração de resíduos dos Municípios Aderentes, aliada à inexistência de **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), torna o transporte até essas unidades economicamente inviável, impedindo a sua utilização de forma sustentável pelos entes consorciados.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Diante desse cenário, caberá à **CONCESSIONÁRIA,** nos termos do Contrato de Concessão, realizar os investimentos necessários à aquisição do terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação de aterro sanitário destinado ao atendimento, de forma técnica, ambiental e economicamente sustentável, das demandas dos Municípios Aderentes relativas à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Até que a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA** entre em operação, o que deverá ocorrer até o final do primeiro ano do **CONTRATO**, os resíduos deverão ser destinados a aterro sanitário licenciado pré-existente, a ser identificado pela **CONCESSIONÁRIA**, que poderá optar pelo aterro licenciado mais próximo ou por outro que repute mais eficiente, observada a regularidade do respectivo licenciamento ambiental, nos termos da Subcláusula 18.2 do Contrato. Os custos de transporte e de destinação final nesse período integram os encargos da **CONCESSÃO** e devem ser considerados pelos licitantes na formação de suas propostas. A inviabilidade econômica acima referida diz respeito à utilização desses aterros como solução permanente pelos Municípios Aderentes e não afasta a sua utilização transitória pela **CONCESSIONÁRIA**.

Para definição da remuneração associada à destinação final ambientalmente adequada, foram considerados preços médios praticados no mercado nacional e estadual, conforme refletido na modelagem econômico-financeira do projeto.

Partindo dessas premissas, a remuneração prevista para a construção, implantação, operação e manutenção do aterro sanitário, está devidamente contemplada na estimativa de investimentos (**CAPEX**), bem como nos custos e despesas operacionais (**OPEX**), conforme quadro descritivo abaixo.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| ESTIMATIVAS - RESUMO (OPEX/CAPEX) | | |
|---|---|---|
| **CUSTO TOTAL** | **R$ 193.424.889,60** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1- Pré-implantação | R$ 2.243.700,00 | (despesas pré-operacionais) – CAPEX |
| 2 – Implantação | R$ 9.845.355,60 | (implantação) – CAPEX |
| 2.1 – Implantação | R$ 32.668.272,00 | imobilizado e células de disposição, item 3.1 – CAPEX |
| 3 – Operação | R$ 135.034.840,80 | (custos e despesas 30 anos), diminuindo o valor do item 2.1 implantação – OPEX |
| 4 – Encerramento | R$ 1.794.960,00 | (provisão desmobilização) – CAPEX |
| 5 - Pós-encerramento | R$ 11.846.736,00 | (provisão despesas de pós-operacionais) – CAPEX |

| DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM ATERRO SANITÁRIO | | |
|---|---|---|
| **CUSTO MÉDIO POR TONELADA** | **R$ 215,52** | **R$/ton** |
| 1- Pré-implantação | R$ 2,50 | R$/ton |
| 2 – Implantação | R$ 10,97 | R$/ton |
| 2.1 – Implantação | R$ 36,40 | R$/ton |
| 3 – Operação | R$ 150,46 | R$/ton |
| 4 – Encerramento | R$ 2,00 | R$/ton |
| 5 - Pós-encerramento | R$ 13,20 | R$/ton |

| | | |
|---|---|---|
| **QUANTIDADE ESTIMADAS CONTRATO (TONELADAS)** | **897.480** | **30 ANOS** |
| | **29.916** | **MÉDIA ANUAL** |
| | **2.493** | **MÉDIA MENSAL** |
| | **82** | **MÉDIA DIÁRIA** |

Com base nos estudos técnicos e levantamentos realizados, identificou-se como solução mais adequada para o problema identificado a implantação de um aterro sanitário integrado a uma Central de Valorização de Resíduos, a ser construída preferencialmente no Município de Ibotirama.

Conforme explicitado no Estudo Ambiental e Fundiário (Anexo XVII do Edital) e nos Estudos de Demanda e Engenharia (Anexo XV do Edital), a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

indicação do Município de Ibotirama como local preferencial de implantação do aterro e da CVR é compatível com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA) e decorre de diagnóstico técnico lastreado em estudos regionais e oficiais, em especial o Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Bahia (ERGIRS-BA), elaborado pela SEDUR, que indica Ibotirama como "município polo", com critérios de logística, centralidade regional, integração com malha de transporte e viabilidade ambiental.

O quadro abaixo demonstra o número de lixões existente em cada Município Aderente, bem como a distância média entre cada Município e a Central de Valorização de Resíduos a ser construída pela Concessionária (partindo-se do centro de massa), caso na execução do contrato se opte por seguir a solução técnica preferencial de construção da CVR em Ibotirama:

Tabela 01 - Quantidade de lixões por município

| | Município | Nº de "Lixões" | Distância média para a CVR |
|---|---|---|---|
| 1 | Ibotirama | 1 | 0 km (cidade sede da CVR) |
| 2 | Paratinga | 1 | 66 km |
| 3 | Morpará | 1 | 88 km |
| 4 | Oliveira dos Brejinhos | 1 | 85 km |
| 5 | Muquém do São Francisco | 1 | 62 km |

Fonte: Torre Construções, 2025

No atual cenário, os *"lixões"* recebem indistintamente todos os resíduos domiciliares, bem como os resíduos oriundos da limpeza pública urbana, incluindo varrição e podas, gerados nas sedes dos Municípios, distritos, povoados, comunidades e assentamentos.

Quanto aos resíduos inertes (construção civil e demolição), verifica-se a destinação irregular em terrenos baldios, terrenos de particulares e pontos de descarte irregular nos perímetros urbanos.

Como não há nenhum tipo de concessão pública em vigor no âmbito dos Municípios Aderentes, toda a operação do sistema de manejo dos resíduos sólidos urbanos nos Municípios é de inteira responsabilidade das Prefeituras



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Municipais, individualmente.

Os serviços de coleta e o transporte de **RDO** são executados por cada Município Aderente, mediante a celebração de contratos administrativos típicos, voltados à terceirização dos serviços ou à locação de equipamentos, para execução direta dos serviços pela Administração Municipal.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Desse modo, os Municípios Aderentes não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com os dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta e transporte de resíduos nos 5 (cinco) Municípios, observa-se que, na



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média superior a 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Verifica-se, ainda, que os Municípios Aderentes não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da **PNRS**.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

## 2. DIAGNÓSTICO E ESTIMATIVA DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CDS VELHO CHICO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá conhecer o quantitativo atual de resíduos sólidos gerados em cada Município Aderente e considerar o aumento progressivo deles ao longo do período da **CONCESSÃO**. Os valores apresentados neste **CADERNO DE ENCARGOS** foram calculados com base na estimativa de crescimento/decréscimo populacional do **IBGE (2022)** e dados da **ABRELPE (2021)**, região do Nordeste. A tabela abaixo apresenta a quantidade de resíduos estimados durante o período de concessão.

### 2.1. QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

Para a quantificação dos resíduos sólidos urbanos gerados pelos Municípios Aderentes, foram utilizados os dados disponibilizados pelo censo IBGE (2010) e a estimativa IBGE (2022).

Em suma, com base nos dados levantados, estima-se o quantitativo per capita de 0,83 kg/hab/dia e a quantidade média no momento inicial de 29.916 toneladas anuais de **RDO**, gerados pela população dos Municípios Aderentes.

### 2.2 PROJEÇÃO POPULACIONAL E DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS DO PROJETO

Com base nas estimativas populacionais disponibilizadas pelo IBGE, foram calculadas projeções futuras até 30º ano da concessão (horizonte do projeto), adotando-se o método da projeção aritmética.

Segundo as projeções populacionais do Brasil, elaboradas pelo IBGE/IPEA, as taxas de crescimento estimam que a população brasileira apresentou crescimento negativo a partir de 2050, com expectativa de chegar a 177,9 milhões de pessoas, ocorrendo o mesmo no cenário de fecundidade constante, a partir de 2040, com a diminuição do tamanho da população de maneira mais precoce e com um ritmo mais intenso, poderá chegar aos 156,4 milhões de pessoas.

O projeto em questão considerou os 5 (cinco) Municípios Aderentes. A tabela abaixo (Tabela 03) demonstra o quantitativo de resíduos e população



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

estimados ao longo do período de concessão.

A projeção da população abaixo foi extraída do IBGE (2022). Esses dados serviram de base para efetuarmos o cálculo da projeção estimada de resíduos (RDO) gerados, que será demonstrado na Tabela 3 – *"Projeção Estimada de RDO".*

**TABELA 3 – ARRANJO INSTITUCIONAL DE REGIONALIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE ATIVOS ESTRATÉGICOS INERENTES AO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO TERRITÓRIO DO VELHO CHICO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CDS Velho Chico
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

| Empreendimento | Município | Distância da ETR (KM) | População | População total | Ton/ano | ton/ano | ton/mês | ton/dia | Distância média das ETRs para CVR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CVR IBOTIRAMA | Paratinga | 66 km | 30.680 | 98.749 | 774,54 | 2.493 | 207,75 | 81,96 | 75,25 |
| | Muquém do São Francisco | 62 km | 10.803 | | 272,73 | | | | |
| | Oliveira dos Brejinhos | 85 km | 21.323 | | 538,32 | | | | |
| | Morpará | 88 km | 8.220 | | 207,52 | | | | |
| | Ibotirama | 0,0 km (sede) | 27.723 | | 699,89 | | | | |
| TOTAL | | | 98.749 | | 2.493 | | 207,75 | 81,96 | |

www.cdsvelhochico.ba.gov.br
BR 430, Bairro Shangri-la s/n 47600-000
Bom Jesus da Lapa - Bahia
cdsvelhochico@hotmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 3.1 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO**

| Projeção | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **98.749** | **99.041** | **99.310** | **99.554** | **99.772** | **99.965** | **100.131** | **100.270** | **100.381** | **100.460** |
| Ibotirama | 27.723 | 27.805 | 27.880 | 27.949 | 28.010 | 28.064 | 28.111 | 28.150 | 28.181 | 28.203 |
| Paratinga | 30.680 | 30.771 | 30.854 | 30.930 | 30.998 | 31.058 | 31.109 | 31.153 | 31.187 | 31.212 |
| Morpará | 8.220 | 8.244 | 8.267 | 8.287 | 8.305 | 8.321 | 8.335 | 8.347 | 8.356 | 8.362 |
| Muquém do São Francisco | 10.803 | 10.835 | 10.864 | 10.891 | 10.915 | 10.936 | 10.954 | 10.969 | 10.982 | 10.990 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.323 | 21.386 | 21.444 | 21.497 | 21.544 | 21.586 | 21.621 | 21.651 | 21.675 | 21.693 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **0,00%** | **0,30%** | **0,27%** | **0,25%** | **0,22%** | **0,19%** | **0,17%** | **0,14%** | **0,11%** | **0,08%** |

**Tabela 3.2 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055 (continuação)**

| Projeção | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **100.509** | **100.526** | **100.511** | **100.466** | **100.389** | **100.282** | **100.143** | **99.973** | **99.773** | **99.543** |
| Ibotirama | 28.217 | 28.222 | 28.218 | 28.205 | 28.184 | 28.153 | 28.114 | 28.067 | 28.010 | 27.946 |
| Paratinga | 31.227 | 31.232 | 31.228 | 31.213 | 31.190 | 31.156 | 31.113 | 31.060 | 30.998 | 30.927 |
| Muquém do São Francisco | 10.996 | 10.997 | 10.996 | 10.991 | 10.982 | 10.971 | 10.955 | 10.937 | 10.915 | 10.890 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.703 | 21.707 | 21.704 | 21.694 | 21.677 | 21.654 | 21.624 | 21.587 | 21.544 | 21.494 |
| Morpará | 8.366 | 8.368 | 8.367 | 8.363 | 8.357 | 8.348 | 8.336 | 8.322 | 8.305 | 8.286 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **0,05%** | **0,02%** | **-0,01%** | **-0,05%** | **-0,08%** | **-0,11%** | **-0,14%** | **-0,17%** | **-0,20%** | **-0,23%** |

**Tabela 3.3 - Projeção estimada da população (IBGE, 2022), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055 (continuação)**

| Projeção | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **População Total** | **99.283** | **98.994** | **98.675** | **98.327** | **97.950** | **97.544** | **97.110** | **96.648** | **96.157** | **95.638** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 27.873 | 27.792 | 27.702 | 27.604 | 27.499 | 27.385 | 27.263 | 27.133 | 26.995 | 26.850 |
| Paratinga | 30.846 | 30.756 | 30.657 | 30.549 | 30.432 | 30.306 | 30.171 | 30.027 | 29.875 | 29.714 |
| Muquém do São Francisco | 10.861 | 10.830 | 10.795 | 10.757 | 10.716 | 10.671 | 10.624 | 10.573 | 10.519 | 10.463 |
| Oliveira dos Brejinhos | 21.438 | 21.376 | 21.307 | 21.232 | 21.150 | 21.063 | 20.969 | 20.869 | 20.763 | 20.651 |
| Morpará | 8.264 | 8.240 | 8.214 | 8.185 | 8.153 | 8.120 | 8.084 | 8.045 | 8.004 | 7.961 |
| **Taxa de Crescimento Populacional** | **-0,26%** | **-0,29%** | **-0,32%** | **-0,35%** | **-0,38%** | **-0,41%** | **-0,45%** | **-0,48%** | **-0,51%** | **-0,54%** |

A projeção estimada de Resíduos (RDO) foi elaborada partindo do cálculo de geração per capita (kg/hab/dia) já demonstrado e da projeção estimada da população IBGE (2022). Este cálculo servirá para o estudo econômico-financeiro.

**Tabela 4.1 – Projeção estimada de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO), Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal**

| Projeção | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.493** | **2.500** | **2.507** | **2.513** | **2.519** | **2.524** | **2.528** | **2.531** | **2.534** | **2.536** |
| Ibotirama | 700 | 702 | 704 | 706 | 707 | 709 | 710 | 711 | 711 | 712 |
| Paratinga | 775 | 777 | 779 | 781 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 |
| Muquém do São Francisco | 273 | 274 | 274 | 275 | 276 | 276 | 277 | 277 | 277 | 277 |
| Oliveira dos Brejinhos | 538 | 540 | 541 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 547 | 548 |
| Morpará | 208 | 208 | 209 | 209 | 210 | 210 | 210 | 211 | 211 | 211 |
| **Taxa de Crescimento** | **0,00%** | **0,30%** | **0,27%** | **0,25%** | **0,22%** | **0,19%** | **0,17%** | **0,14%** | **0,11%** | **0,08%** |

**Tabela 4.2 – Projeção estimada de resíduos sólidos domiciliares, Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal (continuação)**

| Projeção | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.537** | **2.538** | **2.537** | **2.536** | **2.534** | **2.532** | **2.528** | **2.524** | **2.519** | **2.513** |
| Ibotirama | 712 | 712 | 712 | 712 | 712 | 711 | 710 | 709 | 707 | 706 |
| Paratinga | 788 | 788 | 788 | 788 | 787 | 787 | 785 | 784 | 783 | 781 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Muquém do São Francisco | 278 | 278 | 278 | 277 | 277 | 277 | 277 | 276 | 276 | 275 |
| Oliveira dos Brejinhos | 548 | 548 | 548 | 548 | 547 | 547 | 546 | 545 | 544 | 543 |
| Morpará | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 211 | 210 | 210 | 210 | 209 |
| **Taxa de Crescimento** | **0,05%** | **0,02%** | **-0,01%** | **-0,05%** | **-0,08%** | **-0,11%** | **-0,14%** | **-0,17%** | **-0,20%** | **-0,23%** |

**Tabela 4.3 – Projeção estimada de resíduos sólidos domiciliares, Municípios do CDS VELHO CHICO, 2025 – 2055, média mensal (continuação)**

| Projeção | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos Domiciliares (RDO)** | **2.506** | **2.499** | **2.491** | **2.482** | **2.473** | **2.463** | **2.452** | **2.440** | **2.428** | **2.414** |
| Ibotirama | 704 | 702 | 699 | 697 | 694 | 691 | 688 | 685 | 682 | 678 |
| Paratinga | 779 | 776 | 774 | 771 | 768 | 765 | 762 | 758 | 754 | 750 |
| Muquém do São Francisco | 274 | 273 | 273 | 272 | 271 | 269 | 268 | 267 | 266 | 264 |
| Oliveira dos Brejinhos | 541 | 540 | 538 | 536 | 534 | 532 | 529 | 527 | 524 | 521 |
| Morpará | 209 | 208 | 207 | 207 | 206 | 205 | 204 | 203 | 202 | 201 |
| Ibotirama | **-0,26%** | **-0,29%** | **-0,32%** | **-0,35%** | **-0,38%** | **-0,41%** | **-0,45%** | **-0,48%** | **-0,51%** | **-0,54%** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 2.3 Caracterização dos RDO gerados

Para análise do potencial de aproveitamento de RDO no Brasil, a análise gravimétrica realizada em 2020 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (**ABRELPE**) através do Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil aponta que, dos 100% de resíduos gerados, 45,3% são de materiais orgânicos, 14,1% são materiais rejeitos, 16,8% são materiais plásticos, 10,40% são materiais papel e papelão, 5,60% são materiais de embalagens multicamadas, 2,7% são materiais de vidro, 2,3% são materiais de metais, 1,4% são materiais têxteis, couros e borrachas e 1,4% são outros materiais. A **CONCESSIONÁRIA** realizará caracterização gravimétrica dos RDO até o fim da 1ª Fase, cujo resultado subsidiará a revisão das metas de recuperação na primeira revisão ordinária. Com relação ao potencial de aproveitamento dos resíduos RDO nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** a análise gravimétrica demonstra que:

- **MATÉRIA ORGÂNICA**

Contempla sobras e perdas de alimentos, resíduos verdes e madeiras.

- **TÊXTEIS, COUROS E BORRACHAS**

Inclui retalhos no geral, peças de roupas, calçados, mochila, tênis, pedaços de couro e borracha.

- **EMBALAGENS MULTICAMADAS**

Consistem em embalagens compostas por mais de um tipo de material.

- **REJEITOS**

Incluem resíduos sanitários, outros materiais que não foram passíveis de identificação, bem como recicláveis contaminados que não permitiram a separação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **OUTROS**

Contempla os resíduos identificados e que não deveriam estar no fluxo de RSU como RSS, eletroeletrônicos, pilhas, resíduos perigosos, RCD, pneus, óleos e graxas, embalagens de agrotóxico e outros resíduos perigosos.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Dentro do processo de implantação e operação do sistema integrado de gestão de resíduos sólidos (**SIGRS**), as seguintes diretrizes devem ser observadas pela **CONCESSIONÁRIA**:

- Deverá a concessionária atender às diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas por meio da Lei nº 11.445/2007;
- Deverá a concessionária atender às metas de curto, médio e longo prazo apresentadas no presente documento, que foram estabelecidas com base na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Deverá a concessionária atender à Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei Estadual Nº 12.932 de 07/01/2014, considerando também os planos de saneamento vigentes à luz do novo marco do saneamento, Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
- Deverá a concessionária atender ao Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os serviços a serem prestados pela **CONCESSIONÁRIA** são os seguintes:

a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (CVR) – Parque do Sol Velho Chico;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

a.2) Projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós encerramento da célula de aterramento de rejeitos.

b) Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**);

c) Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (**PRAD**);

d) Programa Socioambiental:

d.1) Educação Ambiental;

d.2) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão;

d.3) Programa de Capacitação do Poder Público para os entes envolvidos nos serviços a serem concedidos;

d.4) Implantação de Trilha Ecológica na **CVR;**

e) Coleta seletiva:

e.1) Implantação e operação de Ecopontos, contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios;

e.2) Implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

f) Triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**), gerados na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso;

g) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) gerados na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso, caso haja adesão dos Municípios;

g) Serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (**RSS**) gerados pelos estabelecimentos públicos, caso haja adesão dos Municípios;

h) Serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (**RCD**) gerados pelos estabelecimentos públicos, caso haja adesão dos Municípios;

m) Serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos públicos provenientes da limpeza urbana (**RPU**), caso haja adesão dos Municípios.

### 3.1 ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO

É de exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** toda e qualquer etapa referente ao procedimento de planejamento, elaboração, adequação e implantação de todos os projetos nos níveis executivos, referentes aos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação de resíduos sólidos. Estes projetos deverão ser submetidos ao poder concedente para aprovação.

O projeto deverá estar em conformidade com a legislação ambiental brasileira, com seus impactos socioambientais identificados, avaliados e gerenciados de forma estruturada e contínua com previsão, ainda, de um conjunto de ações para o engajamento das partes interessadas, em especial os catadores dos lixões, de modo a gerar impactos positivos e não adversos, e a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

possibilitar o estabelecimento de mecanismos que gerem maior transparência e monitoramento das reclamações dos cidadãos, que afetarão diretamente toda a performance e consequentemente a avaliação de desempenho da Concessionária.

O principal objetivo desse novo processo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é a redução do envio de resíduos ao aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**, com a consequente minimização das emissões de GEE em relação ao sistema atualmente utilizado. Busca-se, também, viabilizar a existência de uma planta com possibilidade de aproveitamento dos resíduos e redução substancial dos impactos à saúde e à segurança das comunidades.

Na etapa de operação assistida (pré-operacional), que ocorrerá antes do término da 1ª Fase, o ente privado terá que construir, apresentar e aprovar junto ao poder concedente o seu **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**), contendo todo o conteúdo referente a investimentos e operações. O **PIO** deverá conter as informações de cunho técnico, bem como outras informações que se fizerem necessárias à interpretação da metodologia e plano de trabalho adotados pelo ente privado para a execução dos serviços objeto do contrato.

Os cadernos referentes ao PIO e seus anexos deverão ser protocolados **até o final da 1ª Fase (Operação Assistida).** O detalhamento do caderno deverá ser elaborado a nível executivo, para abranger o **PIO** até o quinto ano de operação e investimentos. Os demais investimentos e a operação após o quinto ano poderão ser apresentados apenas a nível básico.

### 3.1.1 PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO

É de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a elaboração dos projetos em nível executivo, referentes à infraestrutura e à logística necessárias à prestação dos serviços concedidos. Estes projetos devem ser apresentados em caráter informativo, ao Poder Concedente e à Agência Reguladora, antes do início de cada atividade.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Todos os projetos de implantação deverão estar em conformidade com a legislação ambiental brasileira, bem como deverão prever ações para o engajamento das partes interessadas, especialmente os catadores.

Os projetos executivos a serem analisados deverão guardar coerência com o plano de investimentos apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**.

Todos os projetos de implantação deverão demonstrar o dimensionamento dos insumos, equipamentos, veículos, mão de obra etc., necessários à implantação e operação dos serviços, bem como o cronograma de entrega e substituição dos veículos e equipamentos durante o período da concessão.

A **CONCESSIONÁRIA**, deverá atender as legislações trabalhistas inclusive as normas regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, devendo para tanto manter os funcionários uniformizados, e portando equipamentos de proteção individual.

Para cumprimento das políticas públicas formuladas no âmbito da **PNRS**, as metas dos Projetos a serem apresentados pela Concessionária deverão contribuir para o atendimento das metas de redução progressiva da quantidade de resíduos sólidos a ser disposta em aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**, conforme dados das tabelas 05, 06 e 07 da Nota Técnica Conjunta n° 001/2024/CC/PR/MCID/MMA, apresentadas a seguir:

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 2,5% | 3,6% | 4,6% | 5,2% | 5,8% |

Tabela 05 – Percentual de recuperação de materiais recicláveis

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 1,5% | 3,0% | 4,5% | 6,0% | 7,5% |

Tabela 06 – Percentual de orgânicos destinado para tratamento biológico

| REGIÃO | META DE 5 ANOS | META DE 10 ANOS | META DE 15 ANOS | META DE 20 ANOS | META DE 25 ANOS |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nordeste** | 6,6% | 14,3% | 22,0% | 29,6% | 37,3% |

Tabela 07 – Percentual da população com acesso à coleta seletiva



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** será responsável, ainda, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **PODER CONCEDENTE** ou a terceiros.

Além disso, a **CONCESSIONÁRIA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste **CADERNO DE ENCARGOS**, assumindo todos os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita operação dos equipamentos. Deverá, também, efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo **PODER CONCEDENTE**, em estrita observância das especificações do **CADERNO DE ENCARGOS**.

Os bens devem estar acompanhados, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), assim como pela substituição, reparação, correção, remoção ou reconstrução, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, dos produtos com avarias ou defeitos.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá atender prontamente a quaisquer exigências do **PODER CONCEDENTE**, inerentes aos equipamentos. Deverá, também, responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá indicar um responsável técnico, devidamente habilitado, que responderá pela operação e pela segurança do pessoal envolvido na operação, em conformidade com as normas regulamentares.

Os materiais, ferramentas e utensílios em geral deverão atender às



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

quantidades e qualidade exigidas para a regular execução dos serviços.

Os veículos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser dimensionados de forma a permitir a substituição é devida manutenção, preservando-se a continuidade dos serviços prestados.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de conservação e de funcionamento, em especial quanto à manutenção, limpeza e acessórios de segurança, atendendo às normas legais e infralegais vigentes.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar os serviços de acordo com as melhores práticas existentes, observando-se a Legislação Ambiental e demais normas técnicas aplicáveis.

### 3.1.1 PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)

O **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) deverá ser entregue ao poder concedente/agência reguladora em caráter informativo, e não vinculativo. Será necessária a aprovação do **PODER CONCEDENTE** e da **AGÊNCIA REGULADORA**, relativamente ao **PIO**.

O referido plano deverá ser apresentado até o final da 1ª Fase, contendo todas as informações técnicas necessárias à perfeita compreensão do que será executado pela Concessionária ao longo do contrato de concessão.

O **PODER CONCEDENTE** ou a **AGÊNCIA REGULADORA** poderão, a seu critério, solicitar a inclusão ou esclarecimento de informações que julgarem relevantes, relacionadas ao conteúdo do Plano de Investimentos e Operação. Eventuais alterações do Plano de Investimentos e Operação ao longo da concessão deverão ser informadas ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** por meio da apresentação de uma nova versão consolidada do documento.

#### 3.1.1.1 CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS E DESTINAÇÃO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS**

Para fins orientativos, no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) a **CONCESSIONÁRIA** deverá detalhar como serão realizados os investimentos e a operação das unidades de beneficiamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos. Deverá, ainda, ser apresentado o conjunto de soluções para o beneficiamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos recebidos pelo sistema.

- A abordagem deverá expor, detalhadamente:
    - A constituição do complexo ambiental Parque do Sol Velho Chico;
    - A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação e operação, da Central de Valorização dos Resíduos (**CVR**);
    - A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Célula de Aterramento de Rejeitos;
    - O Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**);
    - A operação dos serviços de manejo de **RDO**, **RCD**, **RSS** e **RPU**, considerando a possibilidade de adesão dos Municípios a todos esses serviços;
    - Elaboração e Execução dos Planos de Recuperação de Área Degradada (**PRAD**);
    - A capacidade de projeto, licenciamento, implantação e operação em atendimento às metas de redução de uso da célula de aterramento de rejeitos, contidas neste **CADERNO DE ENCARGOS**;
    - Um cronograma físico em base anual, para todo o período da concessão, para cada unidade.

### 3.1.1.2 SISTEMA DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO)



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar alternativas para a adequada coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), considerando a possibilidade de adesão dos Municípios aos serviços de coleta e transporte de **RDO**.

#### 3.1.1.3 PLANO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS E OPERACIONAL

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar um plano de trabalho que contemple os programas de educação ambiental, de apoio comunitário aos catadores, da solução logística dos sistemas de coleta, transporte e destinação final, de recuperação dos antigos lixões, e, por último, de capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**.

- O plano de trabalho em comento deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:
    - Objetivos;
    - Investimentos relacionados;
    - Ações previstas; e
    - Cronograma físico.

Além das metodologias operacionais, o plano de trabalho deverá conter caderno específico referente à apresentação de conteúdo programático que descreva os aspectos inerentes à construção e execução de todos os programas socioambientais e operacionais, fomento ao desenvolvimento sustentável do território, apoio comunitário, apoio a catadores e os programas de capacitação do Ente Público, como solução aos passivos ambientais e apoio ao Concedente.

### 3.1.2. RECEITAS ACESSÓRIAS

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas, entre outras atividades previstas no Contrato de Concessão, da comercialização junto aos grandes geradores privados dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de **RDO**, **RSS** e **RCD**.

As receitas acessórias serão revertidas à modicidade tarifária, na forma estabelecida no Contrato, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

**3.2 PREMISSAS BÁSICAS**

- A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar Unidades Operacionais conforme o cronograma apresentado.
    - As obras e serviços que dependam de processo de licenciamento ambiental deverão ser objeto de análise do órgão ambiental responsável pelo licenciamento;
    - A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por todo o processo de licenciamento das áreas junto ao órgão ambiental competente, tendo como premissa a necessidade de obtenção das licenças prévias, de instalação e operação dos locais onde serão realizados os serviços objeto da concessão;
    - Compete à **CONCESSIONÁRIA** implantar, operar e manter, às suas expensas, as **ETR**, **PAC**, **PEV** e Ecopontos previstos neste Caderno de Encargos. As áreas necessárias para a implantação dessas unidades serão disponibilizadas pelo Poder Concedente, a quem caberá aprovar a sua localização.
    - A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela construção,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

implantação e operação das **ETRs**, da **CVR**, e da elaboração e execução dos **PRADs**.

### 3.3 INSTALAÇÕES DA ÁREA OPERACIONAL DE APOIO E ADMINISTRATIVO

A área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:

**Área Administrativa:**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços:**

Deverá ser instalada próximo a área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral.

**Área de Manutenção:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

- **DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES**

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR-18 e NR-24.

Os ambientes devem ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente de trabalho aos colaboradores. A concessionária será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final da concessão.

- **INSTALAÇÕES DE APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVAS:**

Será responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** definir o local das Unidades Administrativas, Operacionais e Instalações de Apoio, bem como implantá-las.

Todas as edificações devem ser implantadas com padrão de acabamento industrial e deverão atender às normas da NBR, para construções em alvenaria estrutural de projetos e montagens em estruturas metálicas, utilizando-se, sempre que possível, de elementos pré-moldados ou pré-fabricados para agilizar a implantação. A seguir, apresenta-se as características básicas de cada uma das instalações consideradas.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:**

A **CONCESSIONÁRIA** poderá optar por implantar a instalação de uma unidade própria de abastecimento de combustível ou utilizar a rede de Postos de Abastecimento. Caso venha a optar pela implantação de unidade própria, esta deverá ser licenciada nos órgãos competentes e atender às normas técnicas que regem a matéria.

- **OFICINA E ALMOXARIFADO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar a oficina onde os veículos, máquinas e equipamentos mobilizados na operação dos serviços deverão ser sistematicamente vistoriados para a inspeção de seus conjuntos e dispositivos. Os serviços de baixa complexidade serão programados e realizados nas próprias dependências da Oficina, de modo a reter o veículo pelo mínimo prazo possível fora de operação. Os serviços de maior complexidade e as reformas gerais, por outro lado, poderão ser executados externamente.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar, junto à oficina, um Almoxarifado para controle de estoque de peças, materiais e ferramentas. Deverá, ainda, implantar uma Unidade de borracharia para a realização dos reparos necessários e imediatos.

Além disso, a **CONCESSIONÁRIA** deve estabelecer e cumprir o Plano de manutenção preventiva de cada tipo de veículo/equipamento, objetivando minimizar eventuais falhas mecânicas que poderiam vir a prejudicar as rotinas e a programação dos trabalhos.

- **POSTO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar uma unidade para lavagem e lubrificação, na qual serão desempenhadas atividades de manutenção e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

lavagem, para que os veículos e equipamentos mantenham-se limpos e em adequadas condições operacionais.

Esta Instalação deverá estar equipada com sistema de recolhimento e separação água e óleo, em um tanque séptico, dimensionado através da norma NBR 7229/1993 da ABNT.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever que, nesta unidade, os efluentes isentos de particulados, óleos e graxas deverão ser encaminhados para um reservatório, de onde serão esgotados por caminhão tanque e conduzidos para uma **ETE**.

- **PÁTIO DE ESTACIONAMENTO:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar um Pátio de Estacionamento para a frota de veículos, máquinas e equipamentos, que deverão ser devidamente revisados e abastecidos até o início da jornada do dia seguinte.

Toda a extensão territorial do pátio deverá ser pavimentada, para evitar que eventuais vazamentos de combustível, óleos e/ou graxa penetrem no solo e atinjam o lençol freático. Além disso, a área do pátio deve possuir sistema de drenagem superficial adequado, à luz das normas técnicas aplicáveis.

Fica vedado o estacionamento dos veículos e equipamentos em vias e áreas públicas.

- **VIAS DE ACESSO E ÁREAS VERDES:**

Igualmente ao Pátio de Estacionamento, as Vias de Acesso também deverão ser providas de sistema de drenagem superficial e dotadas de sistema de informação para organizar a circulação dos veículos e minimizar o risco de acidentes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

As áreas verdes deverão preencher os espaços não utilizados, de acordo com padrões paisagísticos que não afetem as atividades internas e que proporcionem ambiente agradável aos funcionários. Dentre estas áreas, havendo espaço suficiente, poderão ser implantadas instalações para área de vivência nas horas de folga.

Além de implantar estas unidades, a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar todas as manutenções necessárias, nestas Instalações e nas que forem cedidas pelo **PODER CONCEDENTE**, para que mantenham sua funcionalidade, apresentem adequada condição de limpeza e apresentação, bem como tenham padrões de segurança patrimonial condizente com o tipo de serviço desenvolvido.

### 3.4 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) NA ZONA URBANA E RURAL E ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de coleta, com as soluções adotadas no plano de trabalho e metodologia referentes ao transporte e a coleta de **RDO**, conforme abaixo delineado, considerando a possibilidade de adesão dos Municípios a esses serviços.

- **MODELO OPERACIONAL DA COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DA ZONA URBANA, DAS ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO E DAS ZONAS RURAIS:**

Apresenta-se a seguir o modelo operacional considerado na formulação das metas apresentadas no presente **CADERNO DE ENCARGOS**. A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor um modelo operacional diferente do sugerido no presente **CADERNO DE ENCARGOS**, desde que obedecidos os requisitos apresentados no **CADERNO DE ENCARGOS** e que estejam em



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

concordância com o cronograma contido neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** os cadernos do Projeto Executivo do sistema de coleta e transporte de **RDO**, contendo os mapas de roteirização e descritivo dos logradouros, contemplando: setor, frequência, turno, área de coleta, extensão total do roteiro e número de viagens previstas.

O mapa da Figura 01, abaixo, apresenta as rodovias federais e estaduais que cortam a região.

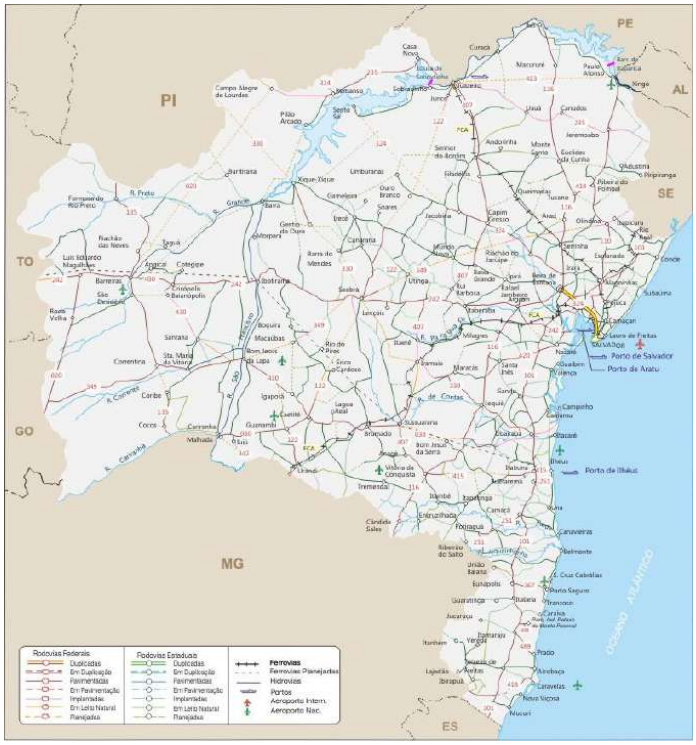



Figura 01 - Mapa Rodoviário da Região do CDS VELHO CHICO
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia, 2023

Com o objetivo de otimizar os roteiros e gerar o menor custo de logística possível, sugere-se a divisão dos 5 (cinco) municípios em 03 (três) grupos, quais



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

sejam:

- **Grupo 1**: Paratinga e Ibotirama;
- **Grupo 2:** Oliveira dos Brejinhos.
- **Grupo 3:** Morpará e Muquém do São Francisco.

A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor a adoção de sistemas de armazenamento temporário e/ou de pré-tratamento de **RDO**, **RPU** e **RCD** descentralizados, visando a redução da quantidade de resíduos a ser transportada.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever logística para atendimento de áreas de difícil acesso, com o uso de caminhões compactadores, ciclomotores (triciclos de carga), quadriciclos com reboque do tipo caçamba basculante com carroceria madeira, trator agrícola do tipo compactador e afins.

Os veículos e caminhões deverão ser providos ainda de sistema de videomonitoramento e **GPS** (com fornecimento de acesso ao Poder Concedente), sistema comunicação por rádio transceptor ou celular, com base fixa nas instalações operacionais da **CONCESSIONÁRIA**, conectado através de rádios móveis com a fiscalização. Os veículos e caminhões deverão ainda ser dotados de acessórios de segurança e proteção coletivos, caracterizados por:

- Abafador de ruído de motor para as operações de compactação dos resíduos ou procedimentos similares;
- Adesivos traseiros e laterais refletivos;
- Sinalizador de teto com luz giratória, do tipo giroflex.

A frota de coleta deverá se apresentar com programação visual própria, devidamente aprovada pelo Poder Concedente. Da mesma forma, os colaboradores deverão se apresentar com uniforme e EPI em todas as atividades previstas no Contrato de Concessão, conforme programação visual aprovada pelo **PODER CONCEDENTE**. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar os recursos necessários e compatíveis para a prestação dos serviços diurnos,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

matutino e vespertino, considerando os seguintes horários do turno de trabalho:

- Diurna (matutino) ..... Início: 6h00min; Término: até às 12h00min;
- Diurna (vespertino) ..... Início: 12h00min; Término: até às 18h00min.

### 3.5 COLETA SELETIVA

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será *"ponto a ponto"*, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo *"porta a porta"*. Serão instalados Pontos de Entrega Voluntária (**PEVs**) e **Ecopontos**. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores indicados pelos Municípios.

Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o **PEV** e o Ecoponto receber apenas os secos.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos **PEVs** implantados em todos os Municípios Aderentes e dos **Ecopontos** implantados nos Municípios que possuem roteiros estratégicos de armazenamento temporário e transferência desses recicláveis.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa *"Lixo Zero"*, que preconiza o encaminhamento dos resíduos para as **ETRs**, e a destinação final do rejeito para aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. A meta até o final da Concessão é alcançar um aterramento de até 10% dos rejeitos gerados pelos Municípios Aderentes.

#### 3.5.1 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS)

Os **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) tem como objetivo o recebimento de resíduos secos como plástico e papelão, bem como resíduos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

previamente selecionados pelos munícipes sempre em locais estratégicos, definidos pela Concessionária e aprovados pelos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever a implantação de 12 (doze) **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) em áreas indicadas e cedidas pelos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, onde serão implantados.

O **PEV** deve possuir sinalização adequada, incluindo a identificação do local no acesso e avisos informando o limite de recebimento de resíduos. Os serviços serão executados no turno diurno, das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira. Durante a implantação deverá ser feita campanha de conscientização junto a todas as comunidades diretamente atendidas pelos **PEVs**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá propor um modelo de mobilização da sociedade para o recolhimento de resíduos segregados, no projeto executivo. Ao formular suas propostas, a Concessionária deverá prever as seguintes ações de apoio à coleta seletiva nos Municípios:

a) Pontos de Entrega Voluntária;
b) Equipamentos de apoio local;
c) Campanhas educativas;
d) Campanhas de capacitação dos catadores das cooperativas.

Os serviços serão remunerados através das tarifas públicas. O **PODER CONCEDENTE** deverá acompanhar a operação visando a apoiar e garantir a permanente capacitação dos cooperativados, bem como uma maior produtividade na prestação dos serviços.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever a implantação da coleta seletiva ponto a ponto, além de fornecer apoio logístico às cooperativas indicadas pelo **PODER CONCEDENTE**. Para tanto, a **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

frota específica, independente daquela a ser utilizada na coleta domiciliar, para apoio à coleta seletiva, providos de sistema de comunicação por rádio transceptor ou celular com base fixa nas instalações operacionais da **CONCESSIONÁRIA**, conectado através de rádios móveis com a fiscalização. Os veículos deverão, ainda, ser dotados de acessórios de segurança e proteção coletivos, caracterizados por:

- Adesivos traseiros e laterais refletivos;
- Sinalizador de teto com luz giratória, do tipo giroflex.

Em suma, o futuro concessionário deverá considerar a necessidade de participar como parceiro nos projetos de coleta seletiva em vigor ou que venham a ser implementados pelas Prefeituras.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá alcançar as metas propostas em relação à redução da quantidade de aterramento dos rejeitos, buscando sempre estudar novas tecnologias para agregar ao modelo mais eficiência.

### 3.5.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS

O **ECOPONTO** consiste em um local adequado, previamente estruturado, para recebimento de pequenas quantidades de resíduos da construção e demolição, resíduos volumosos de pequenos geradores, podas, além de recicláveis diversos, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e inservíveis, para posterior transporte até o local indicado para a sua destinação final ambientalmente adequada.

Os **ECOPONTOS** deverão ser instalados em áreas cedidas pelos 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e participantes da iniciativa. A **CONCESSIONÁRIA** deverá construir e operar 5 (cinco) ecopontos, divididos na microrregião nas cidades de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Visando manter o descarte adequado dos resíduos da construção civil e entulhos de pequenos geradores, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis inservíveis, colchão, etc, deverão ser disponibilizados agentes de limpeza que ficarão disponíveis nos Ecopontos, na proporção de um para cada unidade nos municípios comtemplados. Esses agentes de limpeza manterão a unidade sempre limpa e darão o direcionamento correto aos resíduos.

- O Ecoponto poderá receber os seguintes resíduos:
    - Resíduos da construção civil (até 1m³);
    - Resíduos recicláveis (metal, papel, plástico e vidro);
    - Móveis velhos e eletrodomésticos;
    - Poda de árvores;
    - Outros materiais volumosos.

Os resíduos da construção civil, entulhos, móveis velhos, poda de árvores e outros materiais volumosos, entregues no **ECOPONTO**, deverão ser destinados para as cooperativas os resíduos recicláveis e os rejeitos deverão seguir para unidade ambientalmente adequada.

- **Período de funcionamento:**
    - O **ECOPONTO** deverá funcionar, na pré-operação, das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira. A operação funcionará também aos sábados, das 8h às 12h.

- **Diversificação da atividade e ampliação:**
    - A Concessionária poderá diversificar as atividades realizadas no **ECOPONTO**, para a implantação de equipamento apto a receber outros tipos de resíduos, inclusive os resíduos que possam ser destinados à política de logística reversa, dentro das normas vigentes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **Armazenamento de produtos:**
    - Os resíduos recebidos no **ECOPONTO** serão armazenados conforme sua classificação e característica;
    - Os resíduos a serem recebidos serão, em sua maioria (incluindo os volumosos), armazenados em baias, com exceção das podas de árvore, que deverão ser armazenadas em área específica.

- **Fonte de abastecimento:**
    - O abastecimento de água e energia deverá ser feito através das concessionárias credenciadas, **EMBASA** e **COELBA** ou energia alternativa (tecnologia limpa).

- **Resíduos sólidos:**
    - Os rejeitos gerados no **ECOPONTO**, provenientes das atividades da equipe de operação, serão encaminhados para a coleta regular do Município através de coletores compactadores, e encaminhados para as **ETRs** ou **CVR**.

- **Sistema de contenção de resíduos:**
    - Os resíduos serão armazenados em locais devidamente apropriados, tais como baías, contêineres, toneis, sacos plásticos etc.

- **Educação ambiental:**
    - Incumbe à Concessionária, quando da obra de implantação do **ECOPONTO**, disponibilizar equipe especializada para treinamento de educação ambiental para todos os colaboradores envolvidos na obra, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da correta segregação dos resíduos. Após esse treinamento, deverá ser realizado acompanhamento periódico, com o intuito de verificar se a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

segregação dos resíduos está sendo feita de acordo com o treinamento realizado. Caso necessário, deverá ser realizado novo treinamento para sanar as eventuais dúvidas dos funcionários e, consequentemente, a má segregação dos resíduos.

### 3.6 SERVIÇOS DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR) E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU)

A **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de recebimento de **RPU** na Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**), em documento que disponha sobre todas as soluções adotadas no plano de trabalho e metodologia, referentes ao recebimento e transporte de resíduos, bem como seus rejeitos, entre as unidades do sistema, incluindo o local de disposição final.

### 3.7 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DOS SAÚDE (RSS)

Caso haja a adesão formal dos Municípios, os serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde, provenientes das unidades municipais de saúde localizadas nos Municípios Aderentes, deverão ser prestados pela Concessionária, observadas as condições técnicas, especificações operacionais e quantitativos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

Os resíduos contemplados por esses serviços deverão estar devidamente classificados e segregados, em conformidade com as classificações e definições da RDC Nº 306/2004 (ANVISA), ou outra norma que venha a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Mediante adesão formal dos Municípios, nos termos do instrumento específico anexo ao Contrato de Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar e operar o sistema integrado de recebimento e gerenciamento de **RSS**, contemplando o armazenamento temporário em câmara fria refrigerada na estação de transferência de resíduos (**ETR**), de modo a assegurar a preservação das condições sanitárias e ambientais, até o posterior encaminhamento dos resíduos à unidade de tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

A execução dos serviços deverá ocorrer quinzenalmente e/ou mensalmente, de acordo com a demanda efetiva dos Municípios Aderentes, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** a responsabilidade integral pelo recolhimento, transporte, tratamento e destinação final dos RSS gerados nas Unidades de Saúde dos Municípios Aderentes.

A prestação desses serviços deve observar, integralmente, as normas técnicas da **ABNT**, as resoluções **CONAMA** e as resoluções da **ANVISA** vigentes, além da legislação ambiental e sanitária pertinente.

Após a realização da coleta, a **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer aos **MUNICÍPIOS** e ao **PODER CONCEDENTE** um comprovante desse recolhimento, contendo as seguintes informações:

- Identificação do gerador de resíduos de saúde;
- Data/Hora do recolhimento;
- Identificação do veículo coletor;
- Unidade de medida coletado (L);
- Assinatura do responsável do gerador e da **CONCESSIONÁRIA**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de veículo tipo furgão hermeticamente fechado e adaptado internamente, seguindo as normas técnicas da **ABNT**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer e manter recipientes no depósito temporário das Unidades, em quantidade suficiente para a demanda, do tipo bombonas resistentes (capacidade em litros de volume compatível com o estimado para cada Unidade de Saúde), rígidas e estanques, com tampa.

Os funcionários da **CONCESSIONÁRIA**, no momento da coleta, deverão utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs), imprescindíveis e necessários para o contato com os resíduos;

A **CONCESSIONÁRIA** deverá ministrar frequentemente treinamento sobre o correto manejo e segregação de todos os resíduos gerados em todas as Unidades de Saúde atendidas, visando a capacitar todos os funcionários que atuam no manejo dos resíduos, direta ou indiretamente.

### 3.8 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD)

Mediante adesão formal dos Municípios, nos termos do instrumento específico anexo ao Contrato de Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá estruturar o sistema integrado de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência) e tratamento de **RCD** gerados por estabelecimentos públicos nos Municípios Aderentes.

Para a adequada prestação dos serviços, a **CONCESSIONÁRIA** poderá utilizar a Estação de Transferência de Resíduos para recebimento e armazenamento temporário, previamente ao seu encaminhamento à unidade de triagem e reciclagem para posterior disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, em conformidade com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**3.10 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA**

O projeto e o licenciamento do aterro considerarão a integralidade dos resíduos passíveis de adesão; a implantação das células será escalonada conforme a demanda efetivamente aderida pelos Municípios

O sistema de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos tem como ponto central a implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**, que engloba:

1. A Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (CVR);

2. A Implantação e Operação de Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO);

3. A Construção, implantação, operação e manutenção de Estações de Transferência de Resíduos (ETR) e transporte intermunicipal até o aterro sanitário para destinação e disposição final ambientalmente adequada;

4. A implantação e operação de Unidade de Tratamento Térmico (autoclave) de RSS;

5. A implantação e operação de Unidade de Recebimento, Triagem e Reciclagem de RCD**;**

6. A implantação e Operação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** (Aterro Sanitário);

7. A Implantação e Operação de Viveiro de Mudas na **CVR**;

8. A Implantação e Operação de uma Trilha Ecológica no Parque do Sol, através da qual os visitantes conhecerão o Sistema Integrado de Resíduos Sólidos e seus reflexos;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

9. A Implantação e Operação de um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade com o objetivo de interagir com os educadores ambientais, aprofundando os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos.

As infraestruturas integrantes do **COMPLEXO PARQUE DO SOL,** especialmente o Aterro Sanitário a ser implantado, operado e mantido pela **CONCESSIONÁRIA**, deverão ser dimensionadas para atender ao manejo integrado de todo **RDO** e de todo **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos nos Municípios Aderentes, considerando a possibilidade de adesão destes a toda essa cadeia.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever o uso de tecnologia, a exemplo da **UCO**, para a redução da quantidade de resíduos a serem dispostos na Célula de Aterramento de Rejeitos a ser construída na **CVR**.

A vida útil projetada para a **CVR** a ser construída para o consórcio deverá ser superior a 30 (trinta) anos. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela licença ambiental de todo o empreendimento a ser implantado.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá planejar e executar, tempestivamente, a ampliação ou a implantação de nova Célula de Aterramento de Rejeitos, destinada à continuidade da prestação do serviço, de modo que o início das obras ocorra com antecedência mínima de 2 (dois) anos em relação ao término da vida útil da célula em operação, assegurando a continuidade, regularidade e adequação ambiental da disposição final dos rejeitos.

### 3.10.1 IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO

#### 3.10.1.1 PRÉ-IMPLANTAÇÃO, PROJETO, LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, ENCERRAMENTO E PÓS ENCERRAMENTO DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DOS



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**RESÍDUOS (CVR)**

**3.10.1.1.1 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO);**

Consiste na implantação e operação do sistema de compostagem dos resíduos sólidos orgânicos previamente selecionados, com controle de pesagem, temperatura e umidade das leiras, com o intuito de reciclagem e reutilização desses resíduos na forma de compostos orgânicos.

A Unidade de Compostagem deverá utilizar resíduos orgânicos coletados seletivamente nas feiras livres. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever os seguintes quantitativos de Unidades de Compostagem:

- 01 (uma) unidade central no município onde será instalada a **CVR**;
- 10 (dez) composteiras domésticas por mês.

Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 4,0 metros de base e 1,5 metros a 2,0 metros de altura, numa área previamente preparada, a ser indicada pelo **PODER CONCEDENTE**. Os resíduos deverão ser coletados seletivamente nas feiras livres.

Visando atender a demanda dos serviços de Operação das Unidades de Compostagem, deverão ser disponibilizados quantitativos de equipamentos e mão de obra especializada, necessários à operacionalização da unidade.

- Triturador de vidros e coco

A concessionária deverá prever os seguintes quantitativos de Trituradores de Vidros e Cocos:

- 01 (uma) triturador de vidros;
- 01 (uma) triturador de cocos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Após instalados e em pleno funcionamento, esses equipamentos deverão ser operados e mantidos pela Concessionária e os seus produtos poderão ser entregues às Cooperativas de Catadores de Recicláveis beneficiadas.

A **CONCESSIONÁRIA** fará uso de área privada para a instalação e operação desses equipamentos. A **CONCESSIONÁRIA** deverá assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais/equipamentos e mão-de-obra, necessários à boa e perfeita entrega dos materiais/equipamentos.

**3.10.1.1.2 CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS;**

A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelos investimentos com aquisição de terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação do aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Os investimentos deverão ser segregados em investimentos iniciais e investimentos em manutenção, de acordo com os prazos estimados para a vida útil do equipamento.

Para a construção da célula de aterramento de rejeitos deverão ser previstos, dentre outros, os seguintes itens:

- Regularização do terreno;
- projeto executivo;
- serviços complementares;
- galerias;
- drenos e conexões;
- estação de tratamento de efluente;
- estação de tratamento de esgoto;
- bases e pavimentos;
- manta impermeabilizante;
- aparelhos elétricos,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- hidráulicos e sanitários;
- equipamentos eletrônicos;
- balança (obras civis e equipamentos); e
- prédio de apoio.

### 3.10.1.2 OPERAÇÃO DA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS

#### 3.10.1.2.1 DOS EQUIPAMENTOS DA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS DURANTE TODO O PERÍODO DE CONTRATO

Os investimentos em equipamentos necessários a operação da Célula de Aterramento de Rejeitos, deverão estar previstos nos investimentos iniciais e investimentos em renovação, de acordo com os prazos estimados para a renovação.

Para iniciar as operações da Célula de Aterramento de Rejeitos, faz-se necessária a aquisição das máquinas e equipamentos, conforme caderno 2 (Estudos e Demandas de Engenharia).

#### 3.10.1.2.2 REINVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS.

Os reinvestimentos são todos aqueles investimentos com objetivo de renovar e manter uma frota operacional para a atividade fim da exploração da **CONCESSÃO**, que, nesse caso do aterramento de rejeitos, corresponde à disposição final e tratamento de resíduos sólidos.

Para o projeto em questão, estima-se um quantitativo de reinvestimentos após o início da operação, conforme caderno 4 (estudos de viabilidade econômico-financeira).

A **CONCESSIONÁRIA** deverá considerar as seguintes responsabilidades



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e atividades em relação ao CVR e em especial a operação da célula de aterramento de rejeitos:

- Manutenção de equipamentos;
- Equipe de trabalho;
- Balança rodoviária (manutenção);
- Energia e iluminação/gás/telefone/água;
- Serviços gerais;
- Continuação do sistema de drenagem de gases;
- Continuação do sistema de drenagem superficial;
- Continuação da instalação dos dispositivos do monitoramento geotécnico;
- Manutenção do sistema viário;
- Manutenção dos taludes expostos;
- Manutenção da drenagem superficial;
- Monitoramento ambiental;
- Monitoramento do aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

**3.10.1.3 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE TRATAMENTO TÉRMICO (AUTOCLAVE) DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS);**

Consiste na implantação e operação de unidade de tratamento térmico dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), com o objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, de modo a reduzir o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública. Durante todo o período de contrato os rejeitos provenientes do pós-tratamento serão encaminhados ao aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**. A concessionária deverá prever os seguintes quantitativos de unidades de tratamento térmico de **RSS**:

- 01 (uma) unidade de tratamento térmico no município sede onde será instalada a CVR.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**3.10.1.4 UNIDADE DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD:**

Consiste na construção e operação de unidade de triagem e reciclagem de resíduos da construção civil, demolição (**RCD**) e volumosos. Atualmente, os 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** coletam e transportam os resíduos da construção civil para lixões e áreas degradadas.

A unidade justifica-se pela necessidade de se promover um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos da construção civil e resíduos volumosos, descartados de forma irregular nos logradouros públicos, além da necessidade de se observar a legislação em vigor, em especial: a) a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 – Brasil, 1997); b) a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795 – Brasil, 1999); c) a Política Nacional do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445 – Brasil, 2007); e d) a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305 – Brasil, 2010).

A disposição irregular desses resíduos gera problemas de ordem estética, ambiental e de saúde pública, além de sobrecarregar os sistemas de limpeza pública.

Além das disposições constantes das legislações federais e municipais pertinentes, os resíduos especiais devem atender ao que preceituam as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a nº 10.004/2004, e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“**CONAMA**”).

Entre as resoluções do **CONAMA** que versam sobre a questão dos resíduos da construção e de demolição, talvez a mais importante seja a **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 307 (**CONAMA**, 2002), que estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, posteriormente complementada e alterada pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 448



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(**CONAMA**, 2012), que trouxe a nomenclatura para os entes do sistema de gestão de resíduos da construção, pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 431 (**CONAMA**, 2011), que alterou o Art. 3 º da referida resolução, estabelecendo nova classificação para os resíduos de gesso, e pela **RESOLUÇÃO CONAMA** nº 348 (**CONAMA**, 2004), que incluiu os resíduos de amianto na categoria de resíduos perigosos.

Para efeitos do presente **CADERNO DE ENCARGOS**, serão adotadas as seguintes classificações quanto aos resíduos de construção civil (**RESOLUÇÃO CONAMA** nº 307/2002):

- **Classe A**: são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; de processo de fabricação e/ ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras.

- **Classe B**: são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros.

- **Classe C**: são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso.

- **Classe D**: são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outras, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os resíduos de construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

- **Classe A**: deverão ser reutilizados, reciclados ou destinados na melhor forma técnica possível, preferencialmente na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterros de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

- **Classe B**: deverão ser reutilizados, reciclados ou destinados, podendo ser enviados à coleta de resíduo sólido domiciliar regular.

- **Classe C**: deverão ser reutilizados, reciclados, armazenados, transportados ou encaminhados para destinação final, desde que devidamente licenciada, ou devolvidos ao fabricante, em conformidade com normas técnicas específicas.

- **Classe D**: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com normas técnicas específicas.

Os rejeitos resultantes da triagem deverão ser encaminhados à célula de aterramento de rejeitos devidamente licenciada, observando-se as suas características. Os custos de transporte e destinação final serão de responsabilidade da Concessionária, quando esta for responsável também pela coleta dos resíduos em questão.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá se comprometer a fazer uso de mão de obra, veículos e equipamentos adequados, compatíveis e em quantidades necessárias e suficientes para garantir a adequada prestação dos serviços.

A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor ampliações, extensões e modificações das especificações técnicas ora apresentadas, bem como a introdução de novas tecnologias operacionais buscando a atualização de melhoria contínua da qualidade dos serviços, que, caso sejam aprovadas pelo **CDS VELHO CHICO**, passarão obrigatoriamente a ser consideradas como



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

obrigações contratuais para a execução dos serviços objeto da concessão.

A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a manter todas as licenças e autorizações ambientais e/ou administrativas necessárias à execução dos serviços contratados, devidamente atualizadas, arcando com todos os custos previstos para tanto.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar o projeto de operação da Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil, onde as atividades serão desenvolvidas, obedecendo-se às normas técnicas pertinentes, devidamente aprovadas pelo Órgão Ambiental competente. As diretrizes básicas a serem seguidas serão:

- **Origem dos resíduos:** os resíduos serão provenientes dos serviços de coleta e transporte de entulho;

- **Recepção dos resíduos:** os resíduos serão destinados à Unidade devidamente licenciada pelo órgão de controle ambiental competente.

- **Horário de recebimento:** os serviços de recebimento de resíduos, na Unidade, serão realizados diariamente no período diurno, de segunda a sexta, no horário das 8h00min às 18h00min.

Todos os funcionários da **CONCESSIONÁRIA** deverão estar devidamente equipados com as ferramentas de trabalho necessárias ao bom desempenho das funções. Todos os veículos que fizerem descarga dos resíduos na Unidade deverão, obrigatoriamente, ser pesados.

O dimensionamento de equipamentos e mão de obra, deverá atender a demanda dos serviços de operação da unidade, a **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar quantitativos de equipamentos e mão de obra especializada, em patamar suficiente para garantir a sua operacionalização.

O controle e pesagem dos veículos, deverá utilizar a mesma balança rodoviária da célula de aterramento de rejeito. O procedimento de pesagem dos veículos originários da coleta de resíduos será realizado tanto na entrada, quanto



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

na saída da unidade de recebimento dos resíduos, com o acompanhamento da fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da Agência Reguladora.

O peso dos resíduos transportados pelos veículos será obtido por diferença entre a pesagem na entrada e saída, com a emissão dos respectivos tickets de pesagem do sistema eletrônico da balança. São de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as atividades de operação da balança e de emissão dos bilhetes de pesagem, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** ou à Agência Reguladora manter um agente do seu quadro fiscalizando a operação do sistema.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção e aferição periódica da balança rodoviária na **CVR**. A aferição deverá ser executada pelo **INMETRO**, obedecendo à frequência de revisão determinada por aquele Instituto ou, quando ocorrer manutenção, que indique a necessidade de nova aferição, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** ou à **AGÊNCIA REGULADORA** o acompanhamento e fiscalização dos serviços.

O atestado de aferição do **INMETRO** deverá ser entregue à fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.

Os bilhetes de pesagem serão emitidos, no mínimo, em 3 (três) vias, logo após a pesagem, sendo uma da Concessionária, uma do transportador e outra do **PODER CONCEDENTE** ou da Agência Reguladora.

**3.10.1.5 Viveiro de Mudas:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar um Viveiro de mudas na central de valorização de resíduos (**CVR**), que proporcionará o crescimento de vários tipos de plantas, preferencialmente nativas, de forma a garantir a integridade e qualidade das espécies, até que ocorra o plantio em local definitivo.

**3.10.1.6 Trilha Ecológica:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar uma Trilha Ecológica no complexo ambiental **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**, com espécies nativas, através da qual os visitantes, com o apoio da equipe de educação ambiental, conhecerão o sistema integrado de resíduos sólidos e seus reflexos.

Os custos operacionais e de manutenção da Trilha Ecológica não poderão ser superiores ao teto de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, que refere-se exclusivamente aos custos de operação e manutenção, equipe de mediação (admitido rateio com o **PEA**), conservação do traçado, reposição de mudas e sinalização, insumos pedagógicos e materiais de segurança, será reajustado pelo mesmo índice e periodicidade do Contrato e não abrange os investimentos de implantação, contemplados no plano de investimentos da **CONCESSIONÁRIA.**

**30.10.1.6.1. Dimensionamento e características físicas:**

A Trilha Ecológica deverá observar as seguintes especificações mínimas, a serem detalhadas em projeto executivo submetido à aprovação do **PODER CONCEDENTE** em até 90 (noventa) dias contados da entrega do **PARQUE DO SOL VELHO CHICO**:

a) traçado em circuito fechado (partida e chegada no mesmo ponto, junto à recepção de visitantes/estrutura de educação ambiental), com extensão entre 800 m e 1.200 m e tempo de percurso mediado de 40 a 60 minutos;

b) largura mínima de 1,50 m, piso em revestimento primário estabilizado (saibro/piçarra compactada) ou material equivalente de baixa manutenção, com declividade longitudinal máxima de 8%; ao menos 1 (um) segmento inicial de no mínimo 200 m acessível nos termos da NBR 9050, permitindo experiência interpretativa completa a pessoas com mobilidade reduzida;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) 8 (oito) a 12 (doze) estações interpretativas sinalizadas, com placas temáticas em material durável contendo no mínimo 50% de conteúdo reciclado, além de sinalização direcional, de segurança e de identificação botânica de no mínimo 40 (quarenta) espécimes, com nome popular, nome científico e função ecológica;

d) plantio e manutenção de no mínimo 40 (quarenta) espécies nativas regional, priorizando espécies frutíferas atrativas de fauna, madeiráveis emblemáticas e pioneiras de recuperação, conforme lista a ser aprovada por responsável técnico habilitado do Poder Concedente, vedadas espécies exóticas invasoras;

e) mobiliário mínimo: 2 (dois) pontos de descanso sombreados com bancos, preferencialmente em madeira plástica proveniente de reciclagem (coerência pedagógica com o objeto da concessão), conjuntos de coleta seletiva em todas as estações e 1 (um) ponto de observação panorâmica do complexo, em posição segura em relação às áreas operacionais;

f) capacidade de carga: grupos de até 30 (trinta) visitantes acompanhados por, no mínimo, 1 (um) educador ambiental, limitado a 4 (quatro) grupos por dia, com estudo simplificado de capacidade de carga integrando o projeto executivo;

g) requisitos de segurança: distanciamento e barreiras físicas em relação às frentes operacionais, rotas de fuga sinalizadas, comunicação por rádio com a operação, kit de primeiros socorros, hidratação disponível, uso de itens de proteção pelos visitantes quando aplicável e procedimento escrito de emergência integrado ao plano de atendimento a emergências do complexo.

**30.10.1.6.2. Conteúdo pedagógico**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O roteiro interpretativo abordará, no mínimo, os seguintes eixos, distribuídos pelas estações: (**i**) histórico do manejo de resíduos na região e o encerramento dos lixões; (**ii**) geração per capita e caracterização dos resíduos dos municípios atendidos; (**iii**) coleta, transporte e transbordo; (**iv**) triagem, reciclagem e o papel dos catadores e cooperativas; (**v**) compostagem e valorização de orgânicos, com espaço demonstrativo; (**vi**) funcionamento do aterro sanitário (impermeabilização, drenagens, operação de células); (**vii**) tratamento de lixiviados e proteção dos recursos hídricos; (**viii**) biogás e mudanças climáticas; (**ix**) biodiversidade e recuperação de áreas; e (**x**) consumo consciente e responsabilidade compartilhada, com atividade de encerramento (compromisso do visitante ou plantio simbólico). O conteúdo será integrado ao Programa de Educação Ambiental da **CONCESSIONÁRIA**, com materiais diferenciados por público (ensino fundamental, médio, técnico/superior e público geral), atualizados ao menos anualmente.

**30.10.1.6.3. Operação**

A Trilha funcionará mediante agendamento, com no mínimo 8 (oito) visitas mediadas por mês, priorizando escolas das redes públicas dos municípios do **CONSÓRCIO**, e ao menos 1 (uma) abertura mensal ao público geral. A mediação será realizada pela equipe de educação ambiental da **CONCESSIONÁRIA**, admitido o compartilhamento com as demais frentes do **PEA**.

**METAS E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO**

| INDICADOR | META | AFERIÇÃO / EVIDÊNCIA |
|---|---|---|
| **Implantação** | Trilha operacional em até 12 meses do marco contratual | Vistoria de aceitação pelo PODER CONCEDENTE |
| **Visitação** | ≥ 1.800 visitantes/ano a partir do 2º ano de operação, sendo ≥ 60% de estudantes da rede pública | Lista de presença + registro fotográfico no relatório mensal |
| **Visitas mediadas** | ≥ 8/mês | Agenda e relatórios de atividade |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| **Satisfação** | ≥ 85% de avaliações "bom/ótimo" | Pesquisa pós-visita (amostra ≥ 30% dos visitantes) |
| **Aprendizagem** | Ganho médio ≥ 30% entre questionários pré e pós-visita | Aplicação amostral trimestral |
| **Conservação da trilha** | ≥ 90% da sinalização íntegra e legível; taxa de sobrevivência das mudas ≥ 80% em 12 meses | Vistoria trimestral da fiscalização |
| **Segurança** | 100% das não conformidades sanadas em até 15 dias | Registro de vistoria e evidência de correção |

O desempenho será verificado por meio de relatório mensal da **CONCESSIONÁRIA** (indicadores, evidências fotográficas e listas de presença), consolidado no relatório do **PEA**, e de vistorias trimestrais da fiscalização, sem prejuízo das competências da **AGERSA**. O descumprimento reiterado das metas sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** às medidas previstas no **QID**.

**3.10.1.7 Centro de Educação Ambiental:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e operar um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade, de modo a difundir os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

**3.10.2 Plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD):**

O trabalho de análise envolvendo a gestão dos RSU nos municípios identificou que os principais passivos ambientais da região são os lixões ativos. Os lixões são pontos que merecem atenção em função de sua capacidade de causar poluição ambiental, o que torna necessária a execução de procedimentos de recuperação nestas áreas.

**3.10.3.1 Elaboração do plano de recuperação de área degradada (PRAD):**

O presente estudo prevê a elaboração de **PRAD** destes locais em



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

consonância com a legislação e as boas práticas vigentes. O objetivo geral do programa é a elaboração de ações de recuperação ambiental nos *"lixões"* existentes nos municípios, tendo com objetivos específicos:

- Caracterização da área degradada;
- Escolha de proposta de recuperação da área degradada;
- Definição dos parâmetros a serem recuperados com base na área de referência;
- Adoção de um modelo de recuperação;
- Detalhamento de técnicas para recuperação;
- Monitoramento e avaliação da efetividade da recuperação;
- Previsão dos insumos, custos e cronogramas da recuperação;

Para alcançar os objetivos do programa, as seguintes metas deverão ser atingidas:

- Aferir qualitativamente e quantitativamente os principais impactos ambientais;
- Elaborar o orçamento detalhado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Cabe à **CONCESSIONÁRIA** a elaboração dos PRADs e a execução das obras de recuperação no âmbito do Programa de Promoção de Ações de Recuperação dos Lixões tratado neste item, limitando-se o seu desembolso ao valor previsto para esse fim no rol de investimentos (CAPEX) do projeto, observados a equipe e o prazo estabelecidos neste Caderno para a execução dos serviços, sendo a execução iniciada somente após a aprovação do PRAD pelo órgão ambiental e pelo **PODER CONCEDENTE**. A responsabilidade pelo passivo ambiental existente nos lixões permanece com os MUNICÍPIOS e não é atribuída à **CONCESSIONÁRIA**, nos termos da Subcláusula 18.13 do Contrato. A responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** pela execução das obras de recuperação, nos limites dos investimentos previstos, não se confunde com a responsabilidade pelo passivo ambiental.

**3.10.3.2 Execução do plano de recuperação de área degradada (PRAD) e programa de ações de recuperação de lixões**

Após a elaboração do **PRAD** e a sua respectiva aprovação no órgão ambiental, será realizada a execução, com objetivo de recuperar a área degradada através de técnicas de controle e monitoramento, necessários à minimização dos impactos ambientais.

Considerando que as áreas dos lixões vêm sendo degradadas por décadas, a execução do **PRAD** não devolverá às áreas as condições originais do ecossistema. Será retirado do processo a continuidade do agente causador da degradação.

A proposta em questão sugere a execução da recuperação destes locais em consonância com a legislação e as boas práticas vigentes. O objetivo geral do programa é a execução de ações de recuperação ambiental nos *"lixões"* existentes nos Municípios.

**3.11 Implantação e operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETRs):**

A implantação e operação de **ETR** se efetivará em áreas a serem



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

disponibilizadas pelos Municípios, que serão devidamente licenciadas. As **ETRs** têm como objetivos:

a) receber o **RDO** advindo da coleta regular e armazenar temporariamente o **RDO**, **RCD**, **RSS** e o **RPU**; e

b) executar o transporte destes resíduos no veículo apropriado para o envio à **CVR**.

As áreas de transferência deverão ser mantidas limpas, devendo ser adotadas medidas preventivas para controle de vetores. Para a concepção do projeto da Estação de Transferência deverá ser projetado, na área operacional:

a) pátio de manobra com respectiva drenagem;
b) sistema de tratamento das águas de lavagem do pátio;
c) drenagem pluvial;
d) cercamento;
e) placa de identificação;
f) área administrativa;
g) sistema de segurança; e
h) estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade e o veículo a ser utilizado deverá considerar, para seu dimensionamento, capacidade volumétrica de um para dois. Ou seja, cada veículo transportador deve corresponder a, no mínimo, o dobro do maior veículo coletor empregado nos Municípios. Cada veículo deve, ainda, realizar, no mínimo, duas viagens por dia, quando necessário, entre a Estação e o local de destino final.

A pesagem dos veículos, para cálculos da quantidade de resíduos transportados, será efetivada em balança aferida pelo **INMETRO**, instalada pelo **PODER CONCEDENTE** na área de transferência. A Concessionária deverá emitir ticket de pesagem, constando a placa do veículo, nome do motorista, tara do veículo transportador, peso da carga, peso total, data, hora da pesagem, para



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

todas as cargas que forem transportadas no horário compreendido entre as 8h00min e 18h00min, de segunda-feira a sexta-feira, e aos sábados das 08h00min às 12h00min.

**4. DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a relação, com descrição dos equipamentos (veículos, máquinas etc.), e documentação que comprove a marca, modelo e ano de fabricação dos veículos.

Durante a vigência do Contrato, os critérios de renovação da frota de veículos, maquinários e equipamentos seguirão os prazos estabelecidos para a amortização dos ativos em questão, observando as normas de contabilidade. Submetendo-se, ainda, a vistoria técnica pelo **PODER CONCEDENTE**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a documentação dos veículos/equipamentos a serem utilizados para a prestação dos serviços na data da assinatura do Contrato. Caso não seja proprietária, a Concessionária deverá apresentar contrato de locação ou *leasing*, com reconhecimento de firma das partes, acompanhado da documentação do veículo/equipamento.

Não será permitida a exploração de publicidade de terceiros nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços objeto da Concessão. Tanto nos veículos, quanto nos fardamentos, somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**.

Os veículos deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso e operação. Todos os veículos e equipamentos disponíveis aos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes.

O **PODER CONCEDENTE** pode, a qualquer momento, exigir a troca de veículo que não esteja em conformidade com as exigências dos serviços estabelecidas no Edital de Licitação, a exemplo do não atendimento ao modelo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

especificado para a prestação dos serviços. Nestes casos, o **PODER CONCEDENTE** deve apresentar laudo de vistoria técnica. A balança de pesagem dos resíduos deverá ser mantida com certificação do **INMETRO**.

**5. DO PESSOAL**

Compete à **CONCESSIONÁRIA** a admissão de mão-de-obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços, correndo por sua conta todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário, fiscal ou comercial, bem como quaisquer indenizações de acidentes de trabalho causados por seus empregados, auxiliares ou prepostos.

Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços objeto do Contrato de Concessão.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar a comprovação de treinamento e capacitação de seus funcionários.

O pessoal empregado em atividades operacionais deverá estar sempre uniformizado e com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) correspondentes, conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06) do Ministério do Trabalho.

Todo o pessoal empregado nessas atividades deverá estar devidamente capacitado para o exercício destas.

**6. DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E CAPACIDADE TÉCNICA**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá, obrigatoriamente, possuir em seu quadro técnico a equipe mínima conforme determinada no edital.

**7. PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS**

**7.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no Art. 1º da Lei nº



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

9.795/99, qual seja: *"[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".*

O **PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL** *("PNEA")* tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, necessária ao desenvolvimento da região. Com isto, busca-se o envolvimento e a participação da sociedade na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da região, observando-se os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A implantação do programa de educação ambiental no **PARQUE DO SOL VELHO CHICO** será estendida a todos os municípios integrantes do **CONSÓRCIO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental.

Como objetivos específicos, o programa deverá atender os seguintes requisitos:

- Identificar e integrar-se às iniciativas existentes nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, relacionadas à gestão de resíduos sólidos e educação ambiental;

- Promover a educação ambiental nas Unidades de Ensino Municipais, incluindo os professores e alunos na construção de ações que favoreçam a compreensão e a intervenção na realidade local.

Para alcançar os objetivos elencados no Programa, a equipe de educação ambiental da Concessionária deverá elaborar Plano com metas objetivas e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

quantificáveis, obedecendo, minimamente:

- Contatar, visitar e promover parcerias com as escolas públicas e organizações da sociedade civil dos Municípios consorciados do **CDS VELHO CHICO**;

- Desenvolver, em conjunto com professores e alunos, projetos de Educação Ambiental em cada Município integrante do **CDS VELHO CHICO**, abertos a toda a comunidade;

- Realizar 01 (um) curso, por ano, em cada Município integrante do **CDS VELHO CHICO,** com, no mínimo, 10 (dez) horas de conteúdo relacionado à gestão de resíduos sólidos e educação ambiental para, no mínimo, 20 professores, em conjunto com as organizações da sociedade civil e as escolas;

- Produzir e divulgar 02 (dois) materiais educativos, por ano, junto aos moradores dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

O Programa de Educação Ambiental deverá ser executado durante o prazo de vigência do Contrato de Concessão. Periodicamente, o Programa deverá passar por análises e adequações, quando couber, conforme solicitação da fiscalização do **CDS VELHO CHICO**.

**7.2. Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.**

O Programa consiste na implementação de ações voltadas a apoiar as associações e cooperativas de catadores atuantes na região. Sua finalidade é a de estimular a mobilização, a formalização e o desenvolvimento dos grupos e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

das associações de catadores residentes nos Municípios, considerando-se suas potencialidades sociais e econômicas.

As ações deverão contribuir para que esses trabalhadores alcancem um novo padrão de atuação, mediante a adoção de processos laborais seguros, salubres e que visem à sustentabilidade socioambiental, resultando em benefícios sociais e econômicos, com a consequente melhoria da qualidade de vida do público-alvo. Os objetivos específicos do Programa deverão atender aos seguintes requisitos:

- Contribuir para a geração de trabalho e renda;
- Promover a formalização das associações e cooperativas de catadores;
- Ampliar oportunidades para a consolidação das associações e cooperativas, visando à sua autossuficiência econômica e institucional;
- Identificar atividades que possam servir a um plano de desenvolvimento e de transformação social;
- Promover as boas práticas laborais que garantam a segurança, saúde e salubridade dos catadores cooperativados na operação de triagem dos resíduos.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar Plano de trabalho com as metas objetivas e quantificáveis que contenha:

- Diagnóstico da situação atual;
- Realização de escuta ativa dos diversos atores, através de oficinas com as lideranças das associações de catadores, a fim de compartilhar conhecimentos sobre gestão;
- Realizar treinamentos com o objetivo de sensibilizar os catadores cooperativados, para que adotem boas práticas que sejam seguras, saúde e salubridade de triagem dos resíduos.
- O Programa deverá ser executado até o final do Contrato da Concessão.

### 7.3. Programa de Capacitação do poder público para entes envolvidos nos serviços a serem concedidos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores que integrarão a equipe de fiscalização do **PODER CONCEDENTE**.

O Programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos realizados por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o Poder Concedente.

A capacitação poderá ser realizada em parcerias com universidades ou instituições de ensino, com a finalidade de pautar diversos aspectos da gestão de resíduos sólidos urbanos, desenvolvendo capacidades necessárias ao estabelecimento de desenvolvimento sustentável com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego. Os cursos deverão ter no mínimo os seguintes assuntos: Gestão sustentável de Resíduos; Marco Legal de Saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

- Os Programas de capacitação serão avaliados segundo os seguintes critérios:
    - Conteúdo programático;
    - Infraestrutura física e materiais didáticos;
    - Capacidade técnica dos facilitadores; e
    - Pesquisa de satisfação.

## 8. CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

### 8.1. DIMENSIONAMENTO/DETALHAMENTO

a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos municípios.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs)** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo *"meia lua"* e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| PEV 2500 litros | 12 |

Tabela 11 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (PEV)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de Mão de Obra** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 12 - Quantidade de Mão de Obra (PEV)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação Ecopontos.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de implantação e Operação de Ecopontos.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Ecoponto | 5 |
| Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo *"meia lua"* e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 13 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (Ecopontos)

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |

Tabela 14 - Quantidade de Mão de Obra (Ecopontos)

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| Quantidade de veículos e equipamentos para implantação e operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR). | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Caixas estacionarias de 30 m³ e/ou 40m³ | 14 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |

Tabela 15 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (ETR)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Balanceiro | 4 |
| Agente Coletor | 4 |

Tabela 16 - Quantidade de Mão de Obra (ETR)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| Quantidade de veículos e equipamentos para serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO) |
|---|



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Equipamento | Quantidade |
|---|---|
| Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| Triturador de Podas | 1 |
| Composteira | 10 |
| Reservatório de água 10.000 litros | 1 |

Tabela 15 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (UCO)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Agrícola | 1 |
| Agente de Limpeza | 3 |

Tabela 16 - Quantidade de Mão de Obra (UCO)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de Disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento) | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Trator de esteira | 1 |
| Caçamba basculante | 1 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| Balança de pesagem | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |

Tabela 21 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Disposição final
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| **Mão de Obra Direta** | |
| Coordenador técnico | 1 |
| Balanceiro | 2 |
| Operador de máquina pesada | 2 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Motorista | 2 |
| Servente | 7 |

Tabela 22 - Quantidade de Mão de Obra – Disposição final
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)

| **Quantidade mínima de veículos e equipamentos para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caçamba basculante | 3 |
| Retroescavadeira | 1 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |

Tabela 23 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (PRAD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade mínima de Mão de Obra** | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Engenheiro | 1 |
| Fiscal | 1 |
| Motorista | 3 |
| Operador de máquina | 2 |
| Servente | 5 |
| Engenheiro | 1 |

Tabela 24 - Quantidade de Mão de Obra (PRAD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

g) Educação Ambiental

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 25 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Educação Ambiental



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 3 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Tabela 26 - Quantidade de Mão de Obra – Educação Ambiental
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores: e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, benefícios e importância da implementação do projeto em questão.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 27 - Quantidade de Veículos e Equipamentos – Programa de Apoio Comunitário aos Catadores
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 3 |
| Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Tabela 28 - Quantidade de Mão de Obra – Programa de Apoio Comunitário aos Catadores
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para entes envolvidos nos serviços concedidos

| Quantidade de Mão de Obra |
|---|



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Função | Quantidade |
|---|---|
| Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Tabela 29 - Quantidade de Mão de Obra – Programa de Capacitação do poder público
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de equipamentos para operação do Programa de Capacitação do Poder Concedente para entes envolvidos nos serviços concedidos.** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |

Tabela 30 - Quantidade de equipamentos – Programa de Capacitação do poder público
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área urbana, rural e áreas de difícil acesso (RDO):

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação de coleta domiciliar urbana** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| Caminhão Compactador de 15 m³ (reserva técnica) | 2 |
| Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| Veículo para fiscalização | 1 |
| Contêineres de 1,2 m³ até 4,5 m³ | 154 |
| Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 22 |

Tabela 33 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (RDO - Urbano)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação de coleta domiciliar rural** | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Trator com Reboque | 1 |
| Quadriciclo | 1 |
| Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| Contêiner 1,2 m³ | 31 |
| Composteira | 10 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |

Tabela 34 - Quantidade de Veículos e Equipamentos (RDO - Rural)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra (Urbana) | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| Motorista Compactador | 8 |
| Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| Agente Coletor | 35 |

Tabela 35 - Quantidade de Mão de Obra (RDO – Urbana)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra (Rural) | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| Motorista (Caçamba) | 3 |
| Operador de Quadriciclo | 1 |
| Operador de Trator Coletor | 1 |
| Coletor | 9 |

Tabela 36 - Quantidade de Mão de Obra (RDO – Rural)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD):

| **Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD);** |
|---|



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Equipamento | Quantidade |
|---|---|
| Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| Pá carregadeira | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 8 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 8 |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |

Tabela 38 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RCD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Motorista | 6 |
| Operador de máquina pesada / equipamento | 2 |
| Coletor | 13 |

Tabela 39 - Quantidade de Mão de Obra (RCD)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde (RSS). | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| Bombona 200 litros | 200 |
| Bombona 50 litros | 100 |
| Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| Balança | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 40 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RSS)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Supervisor | 1 |
| Técnico ambiental | 1 |
| Motorista | 1 |
| Agente Coletor | 2 |

Tabela 41 - Quantidade de Mão de Obra (RSS)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos Urbanos (RPU);

| Quantidade de veículos e equipamentos para operação do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos Urbanos (RPU) | |
|---|---|
| **Equipamento** | **Quantidade** |
| Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| Triturador de Podas | 1 |
| Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |

Tabela 42 - Quantidade Veículos e Equipamentos (RPU)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

| Quantidade de Mão de Obra | |
|---|---|
| **Função** | **Quantidade** |
| Técnico agrícola | 1 |
| Motorista de caçamba | 1 |
| Agente de Limpeza | 1 |
| Agente Coletor | 2 |

Tabela 43 - Quantidade de Mão de Obra (RPU)
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços administrativo, recursos humanos, gestão de estoque, tecnologia, gestão comercial:

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 43.

| Equipamentos necessários para gestão | |
|---|---|
| **Equipamentos** | **Quantidade Mínima** |
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| Profissionais necessários para gestão | |
|---|---|
| **Cargos** | **Quantidade Mínima** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Tabela 44 - Profissionais necessários para gestão
Fonte: TORRE CONSTRUÇÕES, 2025

### 8.2. Custos das Obras e Investimentos

Os investimentos necessários para implantação, construção e aquisição de equipamentos, que serão realizados pela Concessionária, e os custos de operação dos serviços estarão discriminados nos estudos de viabilidade econômico-financeira.

Os custos da concessionária são os valores gastos na prestação dos serviços contratados, correspondendo aos desembolsos necessários e ao funcionamento e ao desenvolvimento da Concessionária. Os principais custos de implantação e de prestação dos serviços são: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros. Os custos são classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.

## 9. NÍVEL DE SERVIÇOS E ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Os veículos, as máquinas e os equipamentos utilizados deverão **(i)**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

atender sua vida útil segundo o regime fiscal, **(ii)** ser mantidos em perfeitas condições operacionais, de manutenção e de conservação e **(iii)** ter padronização visual estabelecida pelo Poder Concedente após a assinatura do Contrato.

A Concessionária deverá promover a renovação de toda a frota de veículos de pequeno porte e compactadores a partir de 120 (cento e vinte) meses de uso. A renovação dos caminhões basculantes e máquinas pesadas deverá ser a partir de 180 (cento e oitenta) meses de uso.

A ouvidoria atenderá aos usuários dos serviços que serão implantados, deverá ser através do sistema de serviço de atendimento ao cliente (**SAC**) através do seu call center, bem como dos pontos de atendimento ao cidadão e unidade de atendimento móvel. O serviço será gratuito.

**9.1. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)**

O serviço poderá também ser feito por tecnologias mais modernas, a exemplo de unidade móvel, pontos de atendimento presencial, via telefone, via website, via aplicativo com chat ou ainda a partir da utilização de códigos **QR CODE** disponibilizados.

**9.2. Pesquisa de Avaliação do Nível de Satisfação**

A concessionária deverá contratar uma empresa de pesquisa de satisfação para avaliar a qualidade dos serviços implementados, com periodicidade anual.

A pesquisa poderá utilizar tecnologias mais modernas utilizando os meios eletrônicos disponíveis.

**9.3. Modelagem abordagem das soluções de gestão comercial e atendimento ao usuário a serem implantadas.**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Software de leitura com impressão simultânea de faturas que deverá atuar diretamente na redução de custos operacionais e na melhoria dos processos gerenciais e de campo. Essa solução receberá todos os dados para leitura, cálculo e emissão das faturas diretamente do sistema gestor e os retornará de forma direta e automática, após concluídas as operações.

- Software de gerenciamento das ordens de serviço do Centro de Controle de Operações (**CCO**) que tem o objetivo de automatizar as rotinas dos setores comercial e operacional, transformando dados coletados em informações gerenciais. O **CCO** deverá possibilitar o monitoramento, gerenciamento e controle em tempo real das atividades executadas em campo.

- Aplicativo de serviços de resíduos sólidos focado em fornecer comodidade para os consumidores e acesso facilitado às informações dos principais serviços disponibilizados pela empresa. Seu principal objetivo é a mobilidade, permitindo consultar e enviar dados de qualquer lugar e a qualquer momento, através do celular. Desse modo, será possível o acesso rápido e prático aos serviços essenciais da **CONCESSIONÁRIA** com este aplicativo.

- Software de soluções de pagamento ágil e seguro que combina recursos avançados, tarifas acessíveis e suporte especializado. A escolha ideal para quem busca reduzir custos e otimizar processos. O software de soluções de pagamento deverá ser uma solução completa e inovadora para empresas no setor de resíduos sólidos que buscam agilidade, segurança e eficiência em suas operações financeiras.

- Software de gerenciamento a execução de todas as rotinas de recadastramento imobiliário, permitindo a atualização cadastral e enriquecimento de dados para diversos setores, agilizando o processo e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

reduzindo as dificuldades comuns a essa atividade. Os dados obtidos durante a atualização cadastral são transferidos diretamente para o Sistema Comercial, garantindo informações mais confiáveis no cadastro.

- Software integrado de gestão comercial de resíduos sólidos, focado em promover agilidade, centralidade e segurança das informações. Garantindo a automatização dos processos diários, minimizando erros e aumentando a produtividade da equipe com informações consolidadas para a rápida e assertiva tomada de decisões. Essa solução moderna, intuitiva, deverá ser no formato 100% web, voltada para o uso exclusivo da **CONCESSIONÁRIA**, em busca da evolução da gestão, aumento de receita e redução de custos.

- Para a implantação das ações em questão a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar o fornecimento das ferramentas e equipamentos para atendimento aos serviços em questão. A exemplo de impressora térmica industrial do tipo zebra ou similar, tablet industrial reforçado, coletora de dados, computador móvel, tablet, smartphones e similares.

## 10. ARRANJO TARIFÁRIO E COMERCIAL

### 10.1. Modelo de Cobrança

O manejo de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) será remunerado diretamente pelo usuário do sistema através da tarifa do usuário final (**TUF**) ou da tarifa alternativa do usuário final **(TAUF),** nos casos onde o abastecimento de água ocorra através sistema ***"CERB"*** ou poços artesianos.

O manejo de **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos no território dos Municípios Aderentes serão remunerados diretamente pelos entes públicos através da tarifa do ente público (**TEP)**.

**10.2. Estrutura Tarifária -** *As tarifas serão reajustadas anualmente, a cada período de 12 (doze) meses contado da data-base, assim entendida a data de apresentação da proposta, pela seguinte fórmula:*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Tn = T0 × IRn**

**IRn = Σ [pj × ( Ij,n ÷ Ij,0)], com Σ pj = 1**

*onde: Tn = tarifa reajustada; T0 = tarifa de referência da proposta, na data-base, já aplicado o multiplicador K; IRn = índice de reajuste acumulado; pj = peso de cada componente na estrutura de custos da concessão; Ij,n = número-índice do componente j no mês anterior ao do reajuste; Ij,0 = número-índice do componente j no mês anterior ao da data-base.*

*2. O reajuste incide sempre sobre a tarifa de referência T0, sem encadeamento sobre tarifa afetada pelo Fator de Desempenho, que não se incorpora à tarifa."*

*3. O índice de reajuste inferior a 1,00 será aplicado integralmente, com a correspondente redução das tarifas."*

*4. A extinção ou a alteração de metodologia de qualquer índice implicará sua substituição pelo índice oficial que o suceder ou, na falta deste, por outro de mesma natureza, definido pelo Poder Concedente."*

**10.2.1. Receitas**

As receitas serão agrupadas da seguinte maneira:

**a) Receitas Ordinárias:** são as receitas originárias da remuneração mensal tarifa do usuário final (**TUF**) e tarifa alternativa do usuário final (**TAUF**), ambas pagas pelo usuário final, seja pessoa física ou jurídica privada. As tarifas do ente público (**TEP)** serão pagas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**b) Receitas Extraordinárias:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, acessórios, autorizados pelo Poder Concedente, inclusive na prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e da destinação final de resíduos *"RDO"*, *"RCD"* e *"RSS"* dos grandes geradores privados.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) **Contraprestação Pecuniária**: é a complementação da receita tarifária devida pelos MUNICÍPIOS, nos termos dos arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, quando, em regime de cobrança direta da TUF pela CONCESSIONÁRIA, a inadimplência dos USUÁRIOS exceder 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita tarifária devida em cada período de apuração, até o limite de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida de cada MUNICÍPIO, conforme a Subcláusula 8.3.2.5 do Contrato.

**10.2.2. Receitas Ordinárias**

**a) TUF**

A Tarifa do Usuário Final (**TUF**) será cobrada diretamente ao usuário do sistema, preferencialmente através do cofaturamento na fatura da água, podendo ser cobrado direto ao usuário final caso o cofaturamento na fatura da água não seja formalizado ou ocorra instabilidade no acordo comercial a ser firmado junto à prestadora dos serviços de água e esgoto.

A implantação da cobrança da tarifa do usuário final (**TUF**) seguirá o manual da NR01 da ANA, utilizando documento de arrecadação do serviço público de abastecimento de água. O valor a ser ressarcido ao prestador será definido em contrato com ele firmado no limite de 3,00% (três por cento) da receita auferida, observando-se os termos e condições previstos no Contrato de Concessão, com anuência da Agência Reguladora.

Incumbe ao **PODER CONCEDENTE** envidar todos os esforços institucionais e administrativos necessários para viabilizar o cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, inclusive mediante negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pela prestação desses serviços nos **MUNICÍPIOS** e a celebração dos instrumentos necessários



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Firmado o referido contrato com a prestadora dos serviços de água e esgoto, a Agência Reguladora informará à prestadora do serviço de água e esgoto a respeito do valor da Tarifa do Usuário Final (**TUF**), a ser cobrado por cada m³ de água faturada, bem como o fator multiplicador (fator de uso) a ser aplicado para cada economia, conforme categoria em que estejam inseridas.

A arrecadação se dará através de instituição financeira responsável por administrar conta de arrecadação dos recursos provenientes preferencialmente da cobrança conjunta das tarifas de água, esgoto e da Tarifa do Usuário Final (**TUF**) através de código de barras único, seja ele através de boleto bancário ou pix, ambos de titularidade da prestadora de serviço de água e esgoto, e, na sequência, distribuirá conforme estabelecido no acordo comercial entre as partes.

Caso não seja efetivado o referido acordo comercial, a **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar de forma independente a sua metodologia de cobrança, mantendo sempre como base no consumo por m³ de água faturada, bem como o fator multiplicador (fator de uso) a ser aplicado para cada economia, conforme categoria em que estejam inseridas, observada a homologação da estrutura tarifária e dos fatores FU e FL pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

Segundo manual da ANA, NR 01, Resolução 79, o gerenciamento e a execução da cobrança do SMRSU, utilizando o sistema de cobrança do serviço público de abastecimento de água, apresenta-se como uma das alternativas mais eficientes, por utilizar um cadastro mais abrangente e por reunir serviços de competência municipal, possibilitando a redução da inadimplência em relação a outras formas de cobranças.

Quando utilizado documento para a cobrança da remuneração de outro serviço público, inclusive o de abastecimento de água, deve ser previsto no custo do **SMRSU** o valor de ressarcimento ao prestador do outro serviço, conforme



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

estabelecido em contrato celebrado entre as partes, com anuência da entidade reguladora do **SMRSU** ao valor a ser pago a título de ressarcimento dos custos de cofaturamento (Item 5.6.3 da NR1).

A cobrança conjunta da Tarifa do Usuário Final (**TUF**) na fatura de água e esgoto levou em consideração a existência de uma correlação entre a geração de resíduos e consumo de água e esgoto. Esta correlação foi calculada por meio do *"Coeficiente de Geração"* (**CG**).

CG = **((tonelada de lixo coletada anual/ m3de água faturada anual)**
CG = ((ton coletada anual urbano + ton coletada anual rural) / m³ de água faturada anual)
CG = (2.493) x 12) / (289.626 x 12)
CG = (2.493 x 12) / (289.626 x 12)
CG = (29.916 / (3.475.511)
CG = 0,0086077

No **CDS VELHO CHICO**, o "Coeficiente de Geração" (CG) é de 0,0086077 t/m³, o que significa que são gerados 8,61 kg de resíduos domiciliares a cada m³ de água consumida.

Os Fatores de Uso (FU) e de Localização (FL) serão fixados pelo **PODER CONCEDENTE**, com homologação da **AGÊNCIA REGULADORA**, de modo que a receita média por metro cúbico de água faturada, em cada **MUNICÍPIO**, seja igual à TUF resultante da **PROPOSTA COMERCIAL**. Eventual diferença apurada será compensada na revisão ordinária seguinte.

A Tarifa do Usuário Final (**TUF**) corresponde ao valor médio que será cobrado em R$/m³ e foi calculada na modelagem econômico-financeira, levando em consideração a relação entre o valor do projeto e o consumo de água projetado para concessão, de modo a obter o seguinte resultado:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE** (**TUF-C**), que somente poderá ser cobrada pela **CONCESSIONÁRIA** mediante adesão formal dos Municípios a tais serviços, corresponde a R$2,33/m³, a ser aplicado o fator de multiplicação (fator de uso) de acordo com cada categoria estabelecida pelo **PODER CONCEDENTE** e homologada pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

A **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** (**TUF-D**) corresponde a R$3,81/m³, a ser aplicado o fator de multiplicação (fator de uso) de acordo com cada categoria estabelecida pela **PODER CONCEDENTE** e homologada pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

A partir da definição da Tarifa do Usuário Final *"TUF"*, é possível calcular a receita ordinária mensal advinda do pagamento dessa tarifa, conforme equação abaixo:

Cobrança por economia = **TUF x VA x FU x FL**

Onde:

• **TUF** = Tarifa Usuário Final;

• **VA** = Volume Faturado de Água;

• **FU** = Fator de Uso referente ao tipo de ocupação da economia.

• **FL**= Fator de localização referente a frequência de coleta na região da economia.

O Volume Faturado de Água (**VA**) é a quantidade média de água consumida por cada economia no mês. O Fator de Uso (**FU**) refere-se ao tipo de ocupação de cada *"economia"* (usuário do sistema e gerador do resíduo). Este volume está associado às características dos resíduos produzidos e aos fatores socioeconômicos dos usuários deste serviço a ser definido no momento da implantação dos serviços. Para elaboração do modelo utilizou-se as seguintes informações:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Ano | Ibotirama | Paratinga | Morpará | Oliveira dos Brejinhos | Muquém do São Francisco | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANO 1 | 960.256 | 1.089.885 | 287.397 | 759.849 | 378.123 | 3.475.511 |
| ANO 2 | 995.912 | 1.124.033 | 297.438 | 783.133 | 391.238 | 3.591.754 |
| ANO 3 | 1.037.871 | 1.164.670 | 309.300 | 810.886 | 406.738 | 3.729.465 |
| ANO 4 | 1.086.976 | 1.212.671 | 323.227 | 843.711 | 424.943 | 3.891.528 |
| ANO 5 | 1.144.221 | 1.269.066 | 339.505 | 882.318 | 446.230 | 4.081.339 |
| ANO 6 | 1.210.782 | 1.335.076 | 358.476 | 927.549 | 471.045 | 4.302.928 |
| ANO 7 | 1.233.016 | 1.364.532 | 365.595 | 948.368 | 480.477 | 4.391.988 |
| ANO 8 | 1.234.734 | 1.366.433 | 366.104 | 949.689 | 481.147 | 4.398.107 |
| ANO 9 | 1.236.098 | 1.367.943 | 366.509 | 950.738 | 481.678 | 4.402.967 |
| ANO 10 | 1.237.078 | 1.369.027 | 366.799 | 951.492 | 482.060 | 4.406.456 |
| ANO 11 | 1.237.672 | 1.369.685 | 366.976 | 951.949 | 482.292 | 4.408.573 |
| ANO 12 | 1.237.881 | 1.369.917 | 367.038 | 952.110 | 482.373 | 4.409.318 |
| ANO 13 | 1.237.705 | 1.369.722 | 366.985 | 951.974 | 482.305 | 4.408.691 |
| ANO 14 | 1.237.145 | 1.369.102 | 366.819 | 951.544 | 482.086 | 4.406.697 |
| ANO 15 | 1.236.203 | 1.368.059 | 366.540 | 950.819 | 481.719 | 4.403.340 |
| ANO 16 | 1.234.877 | 1.366.592 | 366.147 | 949.799 | 481.203 | 4.398.619 |
| ANO 17 | 1.233.168 | 1.364.700 | 365.640 | 948.484 | 480.536 | 4.392.528 |
| ANO 18 | 1.231.076 | 1.362.386 | 365.020 | 946.876 | 479.721 | 4.385.079 |
| ANO 19 | 1.228.611 | 1.359.658 | 364.289 | 944.980 | 478.761 | 4.376.299 |
| ANO 20 | 1.225.781 | 1.356.525 | 363.450 | 942.803 | 477.658 | 4.366.216 |
| ANO 21 | 1.222.584 | 1.352.988 | 362.502 | 940.344 | 476.412 | 4.354.831 |
| ANO 22 | 1.219.020 | 1.349.044 | 361.445 | 937.603 | 475.023 | 4.342.135 |
| ANO 23 | 1.215.092 | 1.344.696 | 360.280 | 934.581 | 473.493 | 4.328.142 |
| ANO 24 | 1.210.804 | 1.339.951 | 359.009 | 931.284 | 471.822 | 4.312.870 |
| ANO 25 | 1.206.162 | 1.334.814 | 357.633 | 927.713 | 470.013 | 4.296.336 |
| ANO 26 | 1.201.168 | 1.329.287 | 356.152 | 923.872 | 468.067 | 4.278.545 |
| ANO 27 | 1.195.821 | 1.323.371 | 354.567 | 919.760 | 465.983 | 4.259.502 |
| ANO 28 | 1.190.126 | 1.317.068 | 352.878 | 915.379 | 463.764 | 4.239.214 |
| ANO 29 | 1.184.084 | 1.310.381 | 351.087 | 910.732 | 461.410 | 4.217.694 |
| ANO 30 | 1.177.699 | 1.303.315 | 349.193 | 905.821 | 458.922 | 4.194.951 |

Tabela 45 - Volume Faturado de água por município: Ano 01 ao 30. Fonte: SNIS, 2021

**a.1) Condições operacionais do cofaturamento**

**a.1.1) Instrumentos e tratativas.** A implantação do cofaturamento dar-se-á mediante **Acordo Comercial de Cofaturamento e Repasse** a ser celebrado entre a **CONCESSIONÁRIA** e a(s) prestadora(s) dos serviços de água e esgoto, com interveniência-anuência do **PODER CONCEDENTE** e homologação da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**AGÊNCIA REGULADORA**. O **PODER CONCEDENTE** oficiará a prestadora em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, instaurando mesa técnica de negociação; a minuta do Acordo será apresentada em até 90 (noventa) dias e sua celebração buscada em até 180 (cento e oitenta) dias.

**a.1.2) Parâmetros operacionais mínimos do Acordo.** O Acordo Comercial conterá, no mínimo:

a) inclusão da **TUF** como rubrica destacada no documento de arrecadação, sob código de barras/PIX único, com identificação clara do serviço e da **CONCESSIONÁRIA**;

b) arrecadação centralizada em instituição financeira contratada, com segregação automática e repasse dos valores da **TUF** à conta vinculada da **CONCESSIONÁRIA** em até D+2 (dois dias úteis) da compensação, vedada a retenção, compensação ou utilização dos recursos pela prestadora, ressalvado o ressarcimento pactuado;

c) ressarcimento à prestadora pré-estabelecido em percentual fixo sobre a receita liquida da **TUF** efetivamente arrecadada por seu intermédio e não da receita total da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do item 5.6.3 da Norma de Referência nº 1/ANA, com anuência da Agência Reguladora;

d) fornecimento mensal de dados, em layout eletrônico padronizado, até o 10º dia útil: cadastro de economias por categoria e localidade, volume de água faturado por economia, situação da ligação, arrecadação da rubrica TUF e inadimplência, observada a LGPD (tratamento fundado na execução de política pública de saneamento, com cláusulas de finalidade, segurança e confidencialidade);

e) regra expressa de imputação em pagamento parcial (rateio proporcional entre as rubricas do documento único) e vedação de qualquer condicionamento do fornecimento de água ao pagamento da TUF;

f) SLA de atendimento: encaminhamento à **CONCESSIONÁRIA**, em até 48 horas, das reclamações relativas à rubrica TUF, para resposta nos prazos da regulação;

g) comunicação de reajustes e revisões da TUF pela Agência Reguladora



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

à prestadora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ciclo de faturamento subsequente;

h) vigência atrelada ao prazo da Concessão, admitida denúncia mediante aviso prévio mínimo de 12 (doze) meses, com obrigação de cooperação na transição, e caracterização de instabilidade para os fins da cláusula de contingência pelo inadimplemento de repasses em 2 (dois) ciclos consecutivos ou 3 (três) alternados em 12 (doze) meses;

i) direito de auditoria da **CONCESSIONÁRIA** e da Agência Reguladora sobre os processos de faturamento, arrecadação e repasse, com relatório mensal de arrecadação por município e categoria.

**a.1.3) Cronograma de implementação.** Marcos de referência, contados do marco contratual:

- **D+30:** ofício e instalação da mesa técnica;
- **D+90:** minuta do Acordo;
- **D+180:** celebração;
- **D+210:** homologação pela Agência;
- **D+240:** parametrização do sistema comercial da prestadora e faturamento-teste;
- **D+270:** primeiro ciclo de cofaturamento. Não implementado o cofaturamento até D+270 ou verificada instabilidade superveniente, fica automaticamente autorizada a cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo da migração posterior ao cofaturamento quando viabilizado.

**a.1.4) Modelo de cobrança direta (contingencial)**

**a.1.4.1.) Gatilho e transição.** A cobrança direta será implantada nas hipóteses



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

do item 3, mediante comunicação à Agência Reguladora e apresentação, em até 60 (sessenta) dias, de Plano de Implantação da Cobrança Direta contendo cadastro, faturamento, arrecadação, atendimento e régua de cobrança.

**a.1.5) Base de cálculo na ausência dos dados da prestadora.** Preserva-se a metodologia por m³ de água faturada com fatores FU e FL, obtendo-se o volume, em ordem de preferência: (i) por contrato específico de fornecimento de dados com a prestadora, ainda que sem cofaturamento; (ii) na impossibilidade, por **consumo de referência por categoria e faixa de economia**, homologado pela Agência Reguladora com base no histórico disponível, assegurado ao usuário o direito de revisão mediante comprovação do consumo real; (iii) recadastramento próprio, georreferenciado, a partir do cadastro imobiliário municipal.

**a.1.6) Operacionalização, fluxos e responsabilidades.**

| AGENTE | RESPONSABILIDADES NA COBRANÇA DIRETA |
|---|---|
| **CONCESSIONÁRIA** | Constituir e manter cadastro de usuários (atualização mínima anual); emitir faturas mensais (boleto, PIX, débito automático e meio digital); arrecadar em conta vinculada; operar canais de atendimento (presencial nas sedes municipais, telefônico e digital, com SLAs da regulação); executar a régua de cobrança; reportar mensalmente à Agência arrecadação, inadimplência e contestações |
| **PODER CONCEDENTE** | Disponibilizar cadastro imobiliário e bases de IPTU; editar os atos normativos de apoio eventualmente necessários; apoiar institucionalmente a comunicação aos usuários |
| **AGÊNCIA REGULADORA** | Homologar estrutura tarifária, fatores FU/FL e consumos de referência; regulamentar atendimento e contestações; dirimir conflitos; fiscalizar |

**a.1.7) Régua de cobrança e enforcement.**

- Vencida a fatura: aviso de débito em D+15;
- Cobrança amigável e oferta de parcelamento até D+45;
- Inscrição em cadastros de proteção ao crédito a partir de D+60;
- Protesto extrajudicial a partir de D+90;
- Cobrança judicial dos débitos consolidados, vedada, em qualquer hipótese, a interrupção de serviços essenciais como meio coercitivo, e mantida a coleta ao usuário inadimplente por imperativo de saúde pública.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- A **CONCESSIONÁRIA** divulgará estrutura tarifária, fatores e calendário de faturamento em seus canais e nos meios oficiais dos **MUNICÍPIOS**.

**a.1.8) Interface com o equilíbrio contratual.** A alocação do risco de inadimplência e a eventual existência de banda de tolerância com gatilho de revisão extraordinária observarão o disposto na Matriz de Riscos, prevalecendo o ali pactuado.

**b) Tarifa do Ente Público – TEP**

A tarifa que será cobrada dos Municípios Aderentes se prestará a remunerar os serviços referentes ao manejo e gerenciamento de **RPU, RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos.

A TEP será paga mensalmente diretamente pelos Municípios, utilizando-se da Tabela 15, do Estudo de Viabilidade econômico-financeiro.

• **Volume faturado de água máximo (VA máximo)**

Para efeito de cálculo de faturamento será considerado o volume máximo de 470 m³/mês de água (VA máximo) por economia, equivalente à geração de 60 Kg/dia (1.800 Kg/mês) de RDO.

**c) Tarifa Alternativa do Usuário Final – TAUF**

A modalidade de cobrança desta tarifa, utilizará o mesmo valor da TUF, através da cobrança direta ao usuário final levando em consideração o consumo mínimo da água, considerando que são localidades que utilizam sistema de abastecimento de água *"CERB"* ou poços artesianos, não existindo a possibilidade de aferição do consumo de água através de medidores tipo hidrômetro, consequentemente não podendo ser feito uma correlação entre a geração de resíduos e consumo de água.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A TAUF corresponde ao valor do consumo mínimo utilizado pelas prestadoras dos serviços de água que será cobrado em R$/m³. A partir da definição da "TAUF", será possível calcular a receita ordinária mensal advinda do pagamento dessa tarifa.

**Cobrança por economia = TUF x consumo mínimo de água x fator de uso (FU)**

**10.3. Créditos da Receita Extraordinária ou Acessória**

As Receitas Acessórias ou complementares poderão ser obtidas mediante a exploração de atividades correlatas à concessão, incluindo o manejo e gerenciamento de resíduos de atividades comerciais de grandes geradores privados em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores.

Do valor da receita líquida auferida pela prestação desses serviços complementares pela Concessionária, será repassado ao poder concedente o valor percentual de 3,00% (três por cento), para favorecer a modicidade tarifária.

**10.4. Revisão do Coeficiente de Geração (CG)**

Considerando as possíveis variações no consumo de água e na geração de resíduos domiciliares, a cada 5 (cinco) anos de operação, no mesmo período da revisão ordinária da tarifa, a Agência Reguladora realizará uma avaliação do *"Coeficiente de Geração"* (**CG**). Caso o **CG** apresente variação superior a 3,00% (três por cento) em relação ao valor apurado na última avaliação, a tarifa será revisada conforme fórmula abaixo. Excepcionalmente, poderá ser realizada a primeira revisão ao final do segundo ano de concessão. As revisões posteriores do coeficiente acompanharão as revisões ordinárias quinquenais. A revisão considerará o volume de água e a quantidade de resíduos gerados observando



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a média dos meses decorridos desde a última revisão.

**$TUF^1 = TUF (CGR^1 / CGR)$**

Onde:

- **$TUF^1$ =** Tarifa Usuário Final (novo valor a ser cobrado em R$/m³);
- **TUF =** Tarifa Usuário Final (valor em R$/m³ anterior);
- **$CGR^1$ =** Coeficiente de geração de resíduos atualizado (novo valor em t/m³)
- **CGR =** Coeficiente de geração de resíduos anterior (t/m³)

A revisão do **CGR** e a revisão da tarifa deverão ocorrer no mesmo período. O cálculo do novo **CGR** deverá ser realizado antes do cálculo de reajuste da tarifa, pois a fórmula de reajuste da tarifa será composta pelo coeficiente revisado. As **TUF** e **TEP** serão reajustadas anualmente, a partir de 12 meses da data-base (julho/2026), por:

**$Tn = T0 \times IRn$ $IRn = \Sigma [pj \times (Ij,n \div Ij,0)]$, com $\Sigma pj = 1$**

**Onde:** T0 = tarifa de referência multiplicada pelo K da **PROPOSTA COMERCIAL**. O reajuste não incorpora o Fator de Desempenho (FD) nem o **CRT**. Componentes, índices (Ij) e pesos (pj) são os seguintes:

*- Mão de obra (piso salarial/convenção coletiva): 0,30*

*- Equipamentos (IPA-OG-Veículos Automotores - FGV): 0,20*

*- Obras (INCC - FGV): 0,10*

*- Óleo diesel (ANP): 0,10*

*- Serviços e demais itens (IPCA - IBGE): 0,30.*

**10.5.** O valor devido em cada período será Vn = Tn × Qn × FDn - CRTn, em que Qn é a quantidade faturada e CRTn corresponde a 3% das receitas acessórias do período (cláusula 8.1.2.1 do CONTRATO), deduzido no faturamento.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 11. CRONOGRAMA DA CONCESSÃO

O cronograma da implantação dos serviços objeto desta concessão exige o cumprimento dos seguintes marcos contratuais e prazos máximos, independentemente de outros detalhados no PIO e no Estudo de Viabilidade Econômico-financeira:

- **Início da 2ª Fase (Ordem de Serviço):** D+30 dias da assinatura do Contrato.
- **Implantação do Cofaturamento de Água/Esgoto:** Até D+270 dias da assinatura do Contrato.
- **Célula de Aterramento de Rejeitos (Aterro Sanitário):** Construção, licenciamento e entrada em operação concluídos até o final do 1º ano contratual (Mês 12).
- **Trilha Ecológica do Parque do Sol:** Operacional em até 12 meses do marco contratual.
- **Implantação de Ecopontos e PEVs:** Conforme prazos a serem aprovados no Plano de Investimentos e Operação (PIO).

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

❖ AGÊNCIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – ANA. NR -01: **Manual Orientativo sobre a norma de referência nº 1, 2021.** Resolução ANA, nº 79, 2021.

❖ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.

❖ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 10.004: 2004. **Estabelece os critérios para classificação dos resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde do homem. Também, estabelece os códigos para a identificação dos resíduos de acordo com suas características.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 12810: 2016. **Resíduos do Serviço de Saúde Extra estabelecimento - Requisitos.** ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 14652: 2019. **Implementos Rodoviários – Coletor Transportador de Resíduos do Serviço de Saúde – Requisitos de construção e inspeção.** ABNT, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 16775: 2019. **Estruturas de aço, estruturas mistas de aço e concreto, coberturas e fechamentos de aço — Gestão dos processos de projeto, fabricação e montagem — Requisitos.** ABNT, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 16868: 2020. **Alvenaria Estrutural.** ABNT, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 7229: 1993. Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. ABNT, 1993.
- BAHIA. Lei Estadual nº 12.932, de 07 de janeiro de 2014. **Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado da Bahia de 08 de janeiro de 2014.
- BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. **Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.** Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13**




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).** Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

- BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.
- BRASIL. Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.** Diário Oficial da União de 16 de julho de 2020.
- BRASIL. Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 24 de dezembro de 1966.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 12 de setembro de 1990.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 1997.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 28 de abril de 1999.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. **Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).** Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27. **Ativo Imobilizado.** Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 237/1997. **Dispõe sobre conceitos, sujeição e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 307/2022. **Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 348/2004. **Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 431/2011. **Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 2002. Resolução CONAMA nº 448/2012. **Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.** Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Brasil.
- https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/PrincEquador2016PT.pdf>.
- IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <https://www.IPEA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38577#:~:text=As%20taxas%20de%20crescimento%20estimam,no%20cen%C3%A1rio%20de%20fecundidade%20constante>.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR – 18 - **Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR – 24 - **Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. NR – 06 - **Regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas.** Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência, 1978.
- **Princípios do Equador**, 2016. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/PrincEquador2016PT.pdf




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO II

## MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA** que entre si celebram o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO - CDS VELHO CHICO** e a empresa [•], para a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("VELHO CHICO").**

Aos [•] dias do mês de [•] de dois mil e vinte e sete, na Cidade de , Estado da Bahia, presentes, de um lado, o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO – CDS VELHO CHICO**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Cidade de , Estado da Bahia, à Rua _____, Bairro da _____, Cidade de _____, Estado da Bahia, CEP nº __-__, inscrito no CNPJ/MF sob o n° __.__./__-__, doravante denominado **PODER CONCEDENTE**, neste ato representado por [•], [nacionalidade, profissão, estado civil], residente e domiciliado na [•], portador da Carteira de Identidade nº [•], inscrito no CPF sob nº [•], em pleno exercício do seu mandato e, de outro lado, adiante denominada abreviadamente de **CONCESSIONÁRIA**, a empresa [•], pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Cidade de [•], Estado da [•], à Rua [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato, representada por [•], e como Interveniente Anuente, a **[AGÊNCIA REGULADORA]**, autarquia municipal, com sede e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, à [•] nº [•], inscrita no CNPJ/MF sob o n° [•], doravante denominada **AGÊNCIA REGULADORA**, neste ato representada por seu [•], tendo em vista o Convênio de Cooperação nº [•], **CONSIDERANDO** que:

**1)** Os 5 (cinco) **MUNICÍPIOS** integrantes da iniciativa foram autorizados, por

força de leis específicas aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais, a delegar ao **CDS VELHO CHICO** a competência para outorgar à iniciativa privada, por meio de concessão e mediante prévia licitação, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, o que inclui o manejo de resíduos sólidos;

**2)** O projeto abrange a possibilidade da administração, manejo, operação e aproveitamento econômico da Central de Valorização de Rejeitos (CVR), a ser instalada na área indicada no Caderno de Encargos, bem como as demais infraestruturas aplicadas ou que impactem na coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos de serviço de saúde (RSS), dos resíduos públicos urbanos (RPU), dos resíduos de construção civil e demolição (RCD), de coleta

seletiva (CS), e atividades correlatas dos **MUNICÍPIOS**;

**3)** O **CDS VELHO CHICO** realizou procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência, para a delegação da prestação dos serviços, conforme autorizada por meio da Assembleia Geral do **CDS VELHO CHICO,** na data de [•] do mês de [•] de 2026;

**4)** O procedimento licitatório se desenvolveu de forma regular, tendo sido selecionada a empresa [●] como vencedora do certame [ou o Consórcio [●] como vencedor do certame], por atender a todos os requisitos e exigências do **EDITAL** e apresentar a proposta de menor preço, aferido pelo multiplicador k, como devidamente publicado no Diário Oficial do **CDS VELHO CHICO** (“**D.O CDS VELHO CHICO**”), do dia [●] de [●] de [●], fls. [●], bem como no sítio eletrônico https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br/; e

**5)** Na forma do que dispõe o **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [●], a empresa [●], vencedora do certame licitatório [ou o Consórcio [●], vencedor do certame licitatório], constituiu uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), denominada [●], tendo atendido a todas as condições precedentes e

exigências para assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, conforme estabelecido no Item 23 do **EDITAL;**

Acordam firmar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), DE COLETA SELETIVA (CS) E ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO**
**CONSÓRCIO CDS VELHO CHICO**, obedecidas as condições estabelecidas no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [•], e as condições expressas nas Leis Federais nº 11.079/2004, 8.987/95 e 14.133/21, no que couber, 11.445/07 e 12.305/10, com suas alterações posteriores, mediante os termos e condições seguintes:

## 1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**1.1.** O presente **CONTRATO** será regido por seus Itens e condições; pelas regras previstas no **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**; pelas Leis Federais nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), n° 8.987/95 (Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos), n° 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas), n° 11.445/07 (Lei Nacional do Saneamento Básico - LNSB), com redação dada pela Lei n° 14.026/2020, e n° 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS); Lei Estadual n° 12.932/14 (Política Estadual de Resíduos Sólidos); pelos Decretos Federais

nº 10.936/2022 (Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/10) e n° 7.217/10 (Regulamenta a Lei n° 11.445/07); pelas Leis Orgânicas de cada **MUNICÍPIO** que integra o **CDS VELHO CHICO**, bem como pelas demais normas vigentes sobre a matéria, assim como suas alterações posteriores.

## 2. DEFINIÇÕES

**2.1.** Para fins deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS** ou de qualquer outro documento, os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados deste item, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso.

**AGÊNCIA REGULADORA**: é a Agência Reguladora, que exercerá, enquanto não for criada uma Agência Reguladora Intermunicipal, as atividades de regulação, controle e fiscalização da **CONCESSÃO**, nos termos do **CONTRATO** e da legislação de regência.

**ANEXOS**: os documentos que integram o presente **CONTRATO**.

**ATIVIDADES CORRELATAS**: engloba outras atividades a serem exercidas pela **CONCESSIONÁRIA**, como a prestação de outros serviços ou exercício de outras atividades que lhe sejam autorizadas pelo **PODER CONCEDENTE**, mediante a exploração de atividades correlatas e complementares, que gerem **RECEITAS ACESSÓRIAS**.

**BENS REVERSÍVEIS**: são todos os bens móveis e imóveis, imprescindíveis, essenciais e vinculados à execução da **CONCESSÃO**, adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** ou que lhes tenham sido cedidos pelo **PODER CONCEDENTE**, ao longo de todo o prazo do **CONTRATO**, os quais reverterão em favor do **PODER CONCEDENTE** após o término, por qualquer razão, da **CONCESSÃO**, estando excluídos deste conceito os **BENS NÃO REVERSÍVEIS**.

**BENS NÃO REVERSÍVEIS**: são aqueles que perderam as características de reversibilidade, bem como os bens de uso administrativo e/ou não essenciais e vinculados à prestação dos serviços, que venham a ser eventualmente utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO**.

**BIOGÁS**: é a mistura de gases produzida pela decomposição biológica da matéria orgânica na ausência de oxigênio, consistindo em uma mistura gasosa composta,

principalmente, de gás metano (CH4) e gás carbônico (CO2).

**CADERNO DE ENCARGOS**: é o documento correspondente ao **ANEXO I** do **EDITAL**, elaborado a partir dos estudos técnicos, econômicos e de mercado preliminares, que contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o **OBJETO** do processo licitatório e do presente **CONTRATO**.

**CAPEX**: valor nominal correspondente ao total dos investimentos previstos para a implantação dos serviços e dos bens necessários à realização da exploração da **CONCESSÃO** pela **CONCESSIONÁRIA**.

**CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**: acontecimento extraordinário, superveniente, imprevisível no momento da celebração do **CONTRATO**, exterior à vontade das partes e irresistível que afete a execução do **CONTRATO**.

**CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS (ATERRO SANITÁRIO)**: aterro sanitário a ser instalado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do primeiro ano do **CONTRATO**, na área sugerida no **CADERNO DE ENCARGOS**, sob sua inteira responsabilidade, que será administrado e operado pela **CONCESSIONÁRIA** e revertido ao **CDS VELHO CHICO** ao final do prazo da concessão. Corresponde ao local de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário, com o intuito de evitar danos à saúde e à segurança públicas e de minimizar os impactos ambientais.

**CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS (CVR):** é a unidade de destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, o tratamento com tecnologias de beneficiamento de resíduos ou outras formas de destinações admitidas pelos órgãos competentes do **SISNAMA**.

**COLETA SELETIVA:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme

sua constituição ou composição (**PNRS**).

**CONCESSÃO**: concessão patrocinada para a realização do **OBJETO** contratual, outorgada à **CONCESSIONÁRIA** pelo **PRAZO** previsto no **CONTRATO**, nos termos da Lei Federal n° 8.987/95 (Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos), n° 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas).

**CONCESSIONÁRIA**: **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de executar o **OBJETO** do **CONTRATO**.

**CONTA DE ARRECADAÇÃO**: conta da prestadora de água e esgoto, administrada por instituição financeira, com a função de arrecadar, de forma centralizada, os recursos provenientes da cobrança conjunta das tarifas de água/esgoto e de manejo de **RDO**, com um único código de barras, realizada pela prestadora de serviços de água e esgoto, conforme estabelecido no presente **CONTRATO**.

**CONTA TRANSITÓRIA**: conta da **CONCESSIONÁRIA**, administrada por instituição financeira, destinada a receber os repasses provenientes da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** no que se refere às tarifas de **RDO**, a qual deverá observar as condições previstas no presente **CONTRATO**.

**CONTRATO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO**: é o instrumento jurídico firmado entre as **PARTES**
com o objetivo de regular os termos da **CONCESSÃO**.

**CONTROLADA**: qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo **CONTROLE** é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLADORA**: qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar que exerça **CONTROLE** sobre outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLE**: é o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por

acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

**DESTINAÇÃO FINAL** ou **DISPOSIÇÃO FINAL**: é a destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, o tratamento com tecnologias de beneficiamento de resíduos ou outras formas de destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (**SISNAMA**), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (**SNVS**) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (**SUASA**), entre elas a disposição em **ATERRO SANITÁRIO** regularmente licenciado, observando-se as normas operacionais específicas previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como na legislação vigente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos.

**ECOPONTO:** Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis em pequeno volume (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos).

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA** ou **EDITAL**: é o instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da **CONCESSIONÁRIA** apta a receber a outorga da **CONCESSÃO**, devidamente anexado a este **CONTRATO** como **ANEXO I**.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**: processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e sua sustentabilidade.

**ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR):** instalação que possibilita a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo

(transportador), com maior capacidade de carga.

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**: é a garantia do fiel cumprimento das obrigações do **CONTRATO**, a ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos montantes e nos termos definidos no presente **CONTRATO**.

**INDICADORES DE DESEMPENHO ou QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO – QID:** conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do **INDICADORES DE DESEMPENHO**, delimitado no caderno **ANEXO** do **EDITAL**, referentes às metas e aos padrões de qualidade da prestação dos serviços, que serão utilizados para aferição do desempenho e para determinar a remuneração devida à **CONCESSIONÁRIA**.

**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**: um dos instrumentos de política ambiental, estabelecido por Lei Federal, Estadual e Municipal, que avalia impactos ambientais dos empreendimentos.

**MUNICÍPIOS**: os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos, membros do **CDS VELHO CHICO**, que aderiram à prestação dos serviços **OBJETO** do **CONTRATO**.

**MATRIZ DE RISCOS:** cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as **PARTES** e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO**, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

**OBJETO**: exploração e prestação dos serviços coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**); de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de coleta seletiva (**CS**); e atividades correlatas, nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**.

**OPEX**: valor nominal estimado referente aos custos e despesas operacionais ao longo do **PRAZO** de exploração da **CONCESSÃO**.

**ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA**: São empresas certificadas pelo **INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA** (**INMETRO**) para realizar inspeções de projeto de acordo com a normas técnicas do referido instituto.

**PARTES**: o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**.

**PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEV)**: é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão tipo Munck.

**PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD):** ações de remediação ambiental nos *"lixões"* existentes nos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, de acordo com as diretrizes e objetivos estabelecidos no Caderno de Encargos.

**PODER CONCEDENTE** ou **CONCEDENTE**: o **CDS VELHO CHICO**.

**PRAZO**: é o prazo de duração da **CONCESSÃO**, como sendo de 30 (trinta) anos, contados a partir do início da vigência do **CONTRATO**, na forma de sua Cláusula Quarta, podendo ser prorrogado como meio de recomposição econômico-financeira.

**PROPOSTA** ou **PROPOSTA ECONÔMICO-FINANCEIRA**: é a **PROPOSTA** relativa às condições econômico-financeiras apresentadas pela **LICITANTE** vencedora, de acordo com os termos e condições do **EDITAL**.

**RECEITAS ORDINÁRIAS:** são as receitas originárias da remuneração mensal (**TARIFA**) paga pelos **USUÁRIOS**, seja pessoa física ou jurídica privada ou os **MUNICÍPIOS**, pela prestação dos serviços por parte da **CONCESSIONÁRIA**

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo:

**i)** os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos, incluindo a geração de energia e créditos de carbono; **ii)** manejo de **RDO, RCD** e **RSS** de grandes geradores privados; e **iii)** outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**: é a operação realizada com vistas à
manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, por fatos ocorridos durante a execução do **CONTRATO**, supervenientes à apresentação da **PROPOSTA ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que representem onerosidade excessiva para a **PARTE** que requerer, o que inclui novos serviços ou investimentos solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, bem como aqueles fatos imprevisíveis e que afetem a execução do ajuste contratual, conforme delimitado na **MATRIZ DE RISCOS.**

**RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES** ou **RDO**: resíduos sólidos gerados em unidades residenciais, uni ou multifamiliares, e resíduos comerciais com características similares às domiciliares.

**RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** ou **RSU:** são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas (**RDO**) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (RPU).

**RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS** ou **RPU**: resíduos obtidos na operação de limpeza urbana (logradouros e vias públicas) realizada pelas Prefeituras, tais como varrição, poda, capina, entulho e volumosos.

**RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE** ou **RSS:** resíduos relacionados com o atendimento à saúde humana, proveniente de Hospitais, Unidades de Saúde da Família, Unidades de Pronto Atendimento e Clínicas.

**RESÍDUOS DE CONTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO** ou **RCD:** resíduos gerados nas

construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

**SISTEMA**: Todo o sistema de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de resíduos públicos urbanos (**RPU**) e de resíduos de construção civil e demolição (**RCD**); de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, tal como definido pelo Caderno de Encargos.

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** ou **SPE**: é a sociedade que será constituída pela **LICITANTE** vencedora da **LICITAÇÃO**, sob a forma de uma sociedade anônima ou sociedade limitada, para a consecução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.

**SUBCONTRATADAS**: são as empresas indicadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento de quaisquer atividades relativas à execução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.

**TARIFA**: é a denominação da remuneração a ser paga pelos **USUÁRIOS** à **CONCESSIONÁRIA**, em função da prestação dos serviços descritos neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, de acordo com as periodicidades definidas, dividindo-se em **TUF**, **TEP** e **TAUF**.

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)**: trata-se do valor devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da **COLETA**, **TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO** (**TRANSFERÊNCIA**), **TRATAMENTO** e da **DISPOSIÇÃO FINAL** do **RDO**, calculado na forma prevista, neste **CONTRATO**, subdividindo-se em **TUF-C** e **TUF-D**.

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DE RDO (TUF-C):** trata-se do valor
devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da prestação dos serviços opcionais de **COLETA E TRANSPORTE** de **RDO**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços.

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO (TUF-D):** trata-se do valor devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da prestação dos serviços obrigatórios de **TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO.**

**TARIFA DO ENTE PÚBLICO (TEP)**: trata-se do valor cobrado por tonelada dos **MUNICÍPIOS** pela prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL** de **RPU**, **RSS** e **RCD** gerados por estabelecimentos públicos, calculado na forma prevista neste **CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL (TAUF):** trata-se do valor do consumo mínimo utilizado pelas prestadoras dos serviços de água que será cobrado em R$/m³, quando o usuário estiver situado em localidades que utilizam sistema de abastecimento de água "CERB" ou poços artesianos, não existindo a possibilidade de aferição do consumo de água através de medidores tipo hidrômetro. Subdivide-se em **TAUF-C** e **TAUF-D**.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DE RDO (TAUF-C):** trata-se da **TAUF** devida pelos serviços opcionais de **COLETA** e **TRANSPORTE** de **RDO**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a esses serviços.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO (TAUF-D):** trata-se da **TAUF** devida pelos serviços obrigatórios de **TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** de **RDO**.

**TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS:** é a passagem dos resíduos coletados em caminhões compactadores com capacidade menor para

caminhões de transporte com maior capacidade de carga, quando necessário for, a fim de permitir a prestação de um serviço mais eficiente no transporte dos resíduos até o local do **ATERRO SANITÁRIO**.

**TRATAMENTO**: processo que envolve alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas dos Resíduos Sólidos Urbanos e que visa recuperar, separar ou neutralizar determinadas substâncias presentes nos Resíduos Sólidos Urbanos, reduzindo sua massa e volume.

**TRIAGEM:** operação intermediária de gestão de resíduos que consiste em separar os materiais conforme suas características físicas e químicas, sem alterar suas propriedades, preparando-os para valorização (reciclagem, compostagem, recuperação energética) ou eliminação.

**UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO):** instalação onde são
processados os resíduos orgânicos.

**USUÁRIO** ou **USUÁRIOS**: a população dos **MUNICÍPIOS** do **CDS VELHO CHICO** de quem será cobrada a **TUF** pelos serviços de **COLETA**, **TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO** (**TRANSFERÊNCIA**), **TRATAMENTO** e **DESTINAÇÃO FINAL** de **RESÍDUOS SÓLIDOS**
**DOMICILIARES** (**RDO**), na forma definida pelo **CONTRATO** e permitida pela legislação.

**VERIFICADOR INDEPENDENTE:** empresa de consultoria especializada que poderá ser contratada pela **AGÊNCIA REGULADORA**, às suas expensas.

## 3. INTERPRETAÇÃO

**3.1.** Para fins deste **CONTRATO**, de seus **ANEXOS** e de documentos correlatos, adotam-se as seguintes regras de interpretação, exceto quando o contexto não permitir:

**3.1.1.** As definições do **CONTRATO** serão igualmente aplicadas nas formas

singular e plural;

**3.1.2.** Referências ao **CONTRATO** ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as **PARTES**;

**3.1.3.** No caso de divergência entre o **CONTRATO** e seus **ANEXOS** ou entre o

**CONTRATO** e o **EDITAL**, prevalecerá o disposto no **CONTRATO**;

**3.1.4.** No caso de divergência entre os **ANEXOS**, prevalecerão aqueles emitidos pelo **PODER CONCEDENTE**, e, em caso de divergência entre **ANEXOS** elaborados pelo **PODER CONCEDENTE**, prevalecerá o de data mais recente;

**3.1.5.** Os títulos atribuídos aos Itens e Subitens servem apenas como referência e não devem ser considerados para fins de interpretação das disposições neles contidas.

## 4. ANEXOS

**4.1.** Integram o presente **CONTRATO** os seguintes **ANEXOS**:

**a)** **ANEXO I – EDITAL** de Concorrência n° [●] e seus **ANEXOS**;

**b)** **ANEXO II –** Proposta da **CONCESSIONÁRIA**;

**c)** **ANEXO III –** Carta de apresentação de proposta;

**d)** **ANEXO IV –** Termo de Adesão aos Serviços Opcionais;

**e)** **ANEXO V –** Termo de Transferência dos Serviços; e

**f)** **ANEXO VI** – *TermSheet* das Debêntures.

**g)** **ANEXO VII** – Estrutura de Garantias

## 5. OBJETO

**5.1.** O **OBJETO** do presente **CONTRATO** é a **CONCESSÃO** à empresa/consórcio [•] da exploração e execução dos serviços de coleta,

transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, no âmbito dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, nos termos devidamente autorizados pelas leis municipais e em conformidade com as condições, as especificações, o detalhamento e os demais elementos técnicos estabelecidos no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [•] e em seus **ANEXOS**, em especial o **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**, que, juntamente com a **PROPOSTA** da **CONCESSIONÁRIA**, datada de [•] (**ANEXO II** deste **CONTRATO**), passa a fazer parte integrante deste **CONTRATO**, como se nele estivesse integral e expressamente reproduzido. Os serviços a serem executados pela **CONCESSIONÁRIA** estão detalhados no **CADERNO DE ENCARGOS** constante do **ANEXO I** do Edital, e podem ser assim resumidos:

### 5.1.1. SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DOS MUNICÍPIOS (RDO):

Compreende como serviços obrigatórios a **TRIAGEM**, **TRANSFERÊNCIA** (**TRANSBORDO**), **TRATAMENTO** e **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RDO** nas zonas urbana, rural e áreas de difícil acesso dos **MUNICÍPIOS**, conforme detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**), a serem remunerados através da **TUF-D**.

A prestação dos serviços de **COLETA** e o **TRANSPORTE** de **RDO** pela **CONCESSIONÁRIA** depende da adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços, que serão remunerados através da **TUF-C**.

### 5.1.2. SISTEMA DE RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU):

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA,**

**TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de resíduos decorrentes da limpeza pública urbana (**RPU**) pela **CONCESSIONÁRIA**.

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS.**

Não o se incluem nos serviços concedidos os serviços de limpeza e conservação de logradouros públicos, tais como varrição das vias e áreas públicas, capina, podas, coleta e transporte dos respectivos resíduos, os quais seguirão sendo realizados diretamente pelos **MUNICÍPIOS** ou por empresas por eles contratadas.

### 5.1.3. SISTEMA DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (RSS):

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de Resíduos de Serviço de Saúde das Unidades Municipais localizadas nos **MUNICÍPIOS** que integram o **CDS VELHO CHICO**, bem como a implantação de Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) na **CVR**, pela **CONCESSIONÁRIA,** conforme condições, especificações e quantitativos constantes no **CADERNO DE ENCARGOS.**

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**.

A construção, implantação, operação e manutenção de unidade de tratamento térmico (Autoclave) dos Resíduos de Saúde (RSS) se dará na forma

prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**.

### 5.1.4. SISTEMA DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD):

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCD) pela **CONCESSIONÁRIA.**

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS.**

A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção civil, demolição e volumosos (RCD) se dará na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

### 5.1.5. DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

A **DESTINAÇÃO FINAL** compreende a destinação segura de **RDO**, obrigatoriamente, bem como a destinação segura de **RPU**, de **RSS** e de **RCD,** em caso de adesão pelos **MUNICÍPIOS,** observando-se as normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Para o período inicial de contrato, os **RDO** gerados nos **MUNICÍPIOS** deverão ser transportados para um aterro licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**.

Após a construção da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** (Aterro Sanitário), de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, os resíduos deverão seguir para a **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS** (**CVR**), também de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

A vida útil projetada para a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída deverá ser superior a 30 (trinta) anos. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever uma ampliação ou construção de uma nova Célula de Aterramento para o período posterior ao encerramento da vida útil da Célula de Aterramento de Rejeitos que será construída para atendimento aos **MUNICÍPIOS**, cujo início da implantação se dará, no mínimo, com antecedência de 02 (dois) anos do encerramento da vida útil da Célula de Aterramento em funcionamento.

O **SISTEMA** de **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS** tem como ponto central a implantação do *"***COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO***"*, que engloba:

**5.1.5.1.** A projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, manutenção da Central de Valorização dos Resíduos (CVR), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.2.** A implantação e operação de *"compactainer"*: contêineres do tipo caixas compactadoras estacionárias para coleta de orgânico em feiras livres;

**5.1.5.3.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (UCO), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.4.** A operação e manutenção de Estações de Transferência de Resíduos (ETR), na forma prevista no **CADERNO DE**

**ENCARGOS**;

**5.1.5.5.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de tratamento térmico (autoclave) de RSS, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.6.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de recebimento, triagem e reciclagem de RCD, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.7.** A Construção e Operação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**

(Aterro Sanitário), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.8.** A Implantação e Operação de Viveiro de Mudas na **CVR**;

**5.1.5.9.** A Implantação e Operação de uma Trilha Ecológica no Parque do Sol, através da qual os visitantes conhecerão o Sistema Integrado de Resíduos Sólidos e seus reflexos;

**5.1.5.10.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade com o objetivo de interagir com os educadores ambientais, aprofundando os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos.

**5.1.6. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (LIXÕES) E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Sistema Integrado dos Resíduos Sólidos compreende ainda os seguintes itens:

**5.1.6.1.** A elaboração de projeto, planejamento e execução de plano de recuperação de áreas degradadas e lixões (PRAD);

**5.1.6.2.** A elaboração de projeto, planejamento, implantação e execução de programa de educação ambiental, de apoio comunitário aos catadores, da solução logística dos sistemas de coleta, transporte e destinação final, e de recuperação das áreas dos antigos lixões;

**5.1.6.3.** Ações de capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**.

### 5.1.7. SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA

A **COLETA SELETIVA** de resíduos recicláveis será realizada, inicialmente, no modelo *"ponto a ponto"*, a ser ampliado pelos **MUNICÍPIOS** para o modelo *"porta a porta"*. Os serviços incluem:

**5.1.7.1.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de 5 (cinco) Ecopontos, incluindo a coleta e transporte de resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos **MUNICÍPIOS**; e

**5.1.7.2.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de 12 (doze) pontos de entrega voluntária (PEVs), incluindo a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos **MUNICÍPIOS**.

### 5.1.8. ATIVIDADES CORRELATAS

**5.1.8.1.** Engloba a exploração de atividades e a prestação de serviços

correlatos e complementares, autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**, no que couber, com vistas à obtenção de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, em benefício da modicidade das **TARIFAS**.

**5.2.** A execução dos serviços licitados e o cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, previstas neste **CONTRATO**, deverão obedecer às normas, aos padrões e às demais

exigências da legislação de regência e dos atos normativos editados pela **AGÊNCIA REGULADORA**, bem como as condições e as exigências do **EDITAL**, do **CADERNO DE ENCARGOS** e dos demais **ANEXOS** que integram o presente **CONTRATO**.

**5.3.** A **CONCESSÃO** objeto do presente **CONTRATO** não implicará transferência à **CONCESSIONÁRIA** da titularidade dos serviços públicos, que continuarão pertencendo aos **MUNICÍPIOS**, nos termos das leis vigentes.

**5.4.** Os serviços **OBJETO** desta **CONCESSÃO** serão divididos em 3 fases, na forma prevista no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**) e conforme detalhado no **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

## 6. PRAZO CONTRATUAL E FASES DA CONCESSÃO

**6.1.** O presente **CONTRATO** de **CONCESSÃO** terá prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir do cumprimento dos seguintes requisitos cumulativos: **(i)** emissão da Ordem de Serviço, **(ii)** liberação das áreas objeto da **CONCESSÃO** sob a responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** e **(iii)** celebração do acordo comercial de cofaturamento junto à concessionária de água e esgoto, ou, caso isso não seja possível ou viável, a implementação do regime de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, observando-se os parâmetros e diretrizes previstos neste **CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I DO EDITAL)**.

**6.2.** O prazo de vigência do **CONTRATO** não será passível de prorrogação, salvo na hipótese de revisão extraordinária, como meio de recomposição econômico-financeira.

**6.3.** A execução do **CONTRATO** se divide em 03 (três) **FASES** distintas, como previsto no **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**), a saber:

**6.3.1.** **FASE 1 – FASE PRÉ-OPERACIONAL**, que inicia com a assinatura do **CONTRATO** e termina com a emissão da Ordem de Serviço pelo **CONCEDENTE**, cuja duração será de até 30 (trinta) dias. Nessa fase, a **CONCESSIONÁRIA** deverá se familiarizar com as atividades e os procedimentos até então adotados pela(s) empresa(s) que executa(m), atualmente, as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**, acompanhando os serviços por ela(s) realizado(s), sem qualquer interferência, objetivando capacitar seu pessoal. Durante esse período, a **CONCESSIONÁRIA** não poderá efetuar qualquer cobrança aos **USUÁRIOS**;

**6.3.2.** **FASE 2** – inicia-se com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**, quando então a **CONCESSIONÁRIA** assumirá plenamente todas as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**. Nesta fase se iniciará a cobrança da tarifa aos **USUÁRIOS** pelos serviços prestados. O término da Fase 2 se dará quando a **CONCESSIONÁRIA** finalizar a construção do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**, que será utilizado pela **CONCESSIONÁRIA** para as atividades de **DESTINAÇÃO FINAL**, na forma, prazo e condições estabelecidos no **CADERNO DE ENCARGOS**. O **PODER CONCEDENTE** permitirá, excepcionalmente, durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, a utilização de frotas de veículos/máquinas locados e/ou com data de fabricação superior a 10 (dez) anos, desde que devidamente vistoriados e aprovados, até que

se complemente o prazo para entrega dos novos veículos/máquinas apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**6.3.3.** **FASE 3** – período que se inicia com o início da operação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL** e termina com o fim da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** e início da operação de nova **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** no **COMPLEXO PARQUE DO SOL**. Nesta fase, encerra-se o **PRAZO** do **CONTRATO**, com a entrega dos **BENS REVERSÍVEIS** ao **PODER CONCEDENTE**.

**6.4.** São condições para a emissão da Ordem de Serviço pelo **CDS VELHO CHICO**:

**6.4.1.** A apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos Seguros de que trata a Cláusula 31;

**6.4.2.** A apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, da relação dos bens reversíveis, como previsto no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**6.5.** A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a cumprir todos os prazos e metas do cronograma constante do **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**.

**6.6.** Os prazos estabelecidos em dias neste **CONTRATO** contar-se-ão em dias corridos, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último, salvo expressa referência à contagem em dias úteis.

## 7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1.** Os serviços **OBJETO** da presente **CONCESSÃO** deverão ser executados em estrita observância do **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** e de seus **ANEXOS**, em especial o **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**, parte integrante deste **CONTRATO**.

**7.2.** O Plano de Investimentos e Operação (**PIO**), previsto no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**, deverá guardar compatibilidade com os termos deste **CONTRATO** e de seus **ANEXOS,** e deverá ser entregue ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, em caráter informativo e não vinculante, até o final da 1ª Fase.

**7.2.1.** O **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** podem solicitar

esclarecimentos e informações complementares que julgarem relevantes.

**7.2.2.** Eventuais alterações do **PIO** ao longo da concessão deverão ser informadas ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** por meio da apresentação de uma nova versão consolidada do documento.

**7.3.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá estar completamente pronta e apta a assumir os serviços **OBJETO** deste **CONTRATO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura, quando se encerra a **FASE 1** da **CONCESSÃO**, mediante a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**.

**7.4.** É da responsabilidade dos **MUNICÍPIOS**, inclusive daqueles que posteriormente venham a aderir aos serviços objeto deste **CONTRATO**, assumir os ônus e os custos decorrentes do término antecipado de Contratos Administrativos cujos objetos coincidam parcialmente com o objeto deste **CONTRATO**, a fim de permitir que a **CONCESSIONÁRIA** inicie a **FASE 2** da **CONCESSÃO**.

**7.5.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá assumir em etapas as atividades e os serviços objeto da **CONCESSÃO**, no decorrer do **PRIMEIRO ANO** do **CONTRATO**, quando o **PODER CONCEDENTE** entender apropriado. Nessa hipótese, o **PODER CONCEDENTE** emitirá Ordens de Serviço parciais.

**7.6.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor alternativas operacionais, realizar alterações e evolução dos projetos de forma a assegurar melhorias na qualidade, expansão dos serviços e/ou redução dos custos, as quais somente poderão ser implantadas após certificação pelo **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA**, ou, quando couber, mediante Termo Aditivo. Tais medidas alternativas não poderão acarretar quaisquer ônus ao **PODER CONCEDENTE** ou aos **USUÁRIOS**.

**7.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar os serviços descritos no Item 5 (**OBJETO DO CONTRATO**), de forma adequada, satisfazendo-se as condições de regularidade, continuidade, eficiência, economicidade, segurança e atualidade, a serem aferidas em conformidade com o **EDITAL**, seus **ANEXOS** e com a sua **PROPOSTA**.

**7.8.** A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos serviços. Não caracteriza descontinuidade a interrupção dos serviços em situação de emergência, quando devidamente justificada e motivada por razões de ordem técnica ou de segurança não imputáveis à **CONCESSIONÁRIA**.

**7.9.** Para garantia da manutenção das condições adequadas à prestação de serviços, a **CONCESSIONÁRIA** manterá quadro permanente de pessoal técnico plenamente capacitado durante todo o período de vigência do **CONTRATO**.

**7.10.** A qualidade, a eficiência e a segurança dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** serão aferidas através dos **INDICADORES DE DESEMPENHO** constantes do **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**7.11.** *O valor devido em cada período de apuração corresponderá ao produto da tarifa reajustada (Tn) pela quantidade efetivamente faturada e pelo Fator de Desempenho (FD) apurado no período, nos termos do Anexo IV.*

**7.12.** *O FD não se incorpora à tarifa e é apurado a cada ciclo de avaliação, sem efeito sobre os períodos subsequentes.*

**7.13.** *A aplicação do FD não afasta as penalidades previstas neste Contrato.*

**7.14.** A atualidade dos serviços será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação dos serviços concedidos, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do **PRAZO** da **CONCESSÃO**, que tragam benefícios para os **USUÁRIOS**, respeitadas as disposições do presente **CONTRATO**, a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**7.15.** Serão admitidos, no **SISTEMA**, resíduos de outros geradores, não oriundos dos **MUNICÍPIOS**, sem necessidade prévia de aprovação pelo **PODER CONCEDENTE**, observada a condição prevista na Cláusula 8.1.2 do **CONTRATO**.

## 8. REMUNERAÇÃO E FORMAS DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS

**8.1.** A remuneração da **CONCESSIONÁRIA**, durante o **PRAZO** de execução dos serviços **OBJETO** deste **CONTRATO**, será efetivada das seguintes formas:

**8.1.1.** **RECEITAS ORDINÁRIAS**: são as receitas mensalmente obtidas pela **CONCESSIONÁRIA**, originárias da remuneração mensal paga pelos **USUÁRIOS** dos serviços concedidos, aí incluídas pessoas físicas e jurídicas e os **MUNICÍPIOS**, pela efetiva prestação desses serviços pela **CONCESSIONÁRIA**.

**8.1.2.** **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS OU ACESSÓRIAS:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo:

**(i)** os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos;

**(ii)** os valores de serviços de gestão de resíduos a terceiros, públicos ou privados, observado o disposto na Cláusula 8.2 deste **CONTRATO**;

**(iii)** outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.

**8.1.2.1.** Fixa-se o percentual de 3,00% (três por cento) da receita líquida auferida com as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS OU ACESSÓRIAS** para aplicação em benefício da modicidade da **TUF** e/ou da **TEP** conforme a origem da receita, na forma prevista neste **CONTRATO** e de acordo com o artigo 11, da Lei n° 8.987/95, pertencendo à **CONCESSIONÁRIA** o valor remanescente.

**8.1.2.2.** No caso de a **CONCESSIONÁRIA** pretender prestar serviços de **TRIAGEM**, **TRANSFERÊNCIA** (**TRANSBORDO**) e de **DESTINAÇÃO FINAL** de resíduos sólidos de Municípios não integrantes do **CDS VELHO CHICO**, deverá ser obtida a prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**, revertendo-se, neste caso, o percentual de 3% (três por cento) da receita líquida auferida com esses serviços em benefício da modicidade da **TUF** e/ou da **TEP** conforme a origem da receita.

**8.1.2.3.** Acordam as **PARTES** que, previamente ao início da exploração de eventual atividade destinada à obtenção de **RECEITA ACESSÓRIA**, caso a **CONCESSIONÁRIA** verifique que o percentual de reversão em benefício da modicidade tarifária torna inviável a prestação do serviço, as **PARTES** poderão, por

proposição justificada da **CONCESSIONÁRIA**, estabelecer o percentual que se mostre econômica e financeiramente viável para cada tipo de atividade.

**8.2.** A **CONCESSIONÁRIA,** desde a assinatura do **CONTRATO**, fica autorizada, pelo **PODER CONCEDENTE**, a explorar, direta ou indiretamente, os serviços complementares, alternativos e acessórios abaixo especificados, sendo certo de que outros serviços não expressamente listados devem ser submetidos à prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**:

**8.2.1.** Serviços pré-autorizados:

**8.2.1.1.** Prestação de serviços de correspondente bancário nos pontos de atendimento ao cidadão (PAC);

**8.2.1.2.** Prestação de serviços de clube de benefícios e recompensas para engajamento do relacionamento com a rede de usuários e unidades consumidoras;

**8.2.1.3.** Geração e comercialização de energia gerada através dos resíduos sólidos;

**8.2.1.4.** Geração e comercialização de energia gerada através usina fotovoltaicas instaladas nas unidades operacionais;

**8.2.1.5.** Geração e comercialização de créditos de carbonos;

**8.2.1.6.** Geração e comercialização de logística reversa e reciclagem;

**8.2.1.7.** Coleta, Transporte, Triagem, Transferência e Destinação Final de **RDO**, **RSS** e **RCD** de Grande Geradores Privados, que ultrapassem a quantidade estabelecida em norma.

**8.3.** O valor da **TUF** deverá ser cobrado preferencialmente na fatura dos serviços públicos de água e esgoto, utilizando-se do mesmo código de barras, e será depositado na **CONTA DE ARRECADAÇÃO**. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, junto a uma instituição financeira, a **CONTA TRANSITÓRIA** destinada a receber os repasses da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** relativos às suas receitas.

**8.3.1.** Incumbe ao **PODER CONCEDENTE** envidar todos os esforços institucionais e administrativos necessários para viabilizar o cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, inclusive mediante negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pela prestação desses serviços nos **MUNICÍPIOS** e a celebração dos instrumentos necessários, observando-se obrigatoriamente as seguintes condições: (i) aplicação de taxa de administração limitada a até 3% (três por cento); e (ii) arrecadação conjunta com a emissão de fatura única ao usuário, contendo a discriminação individualizada dos valores correspondentes a cada serviço, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

**8.3.1.1.** Na hipótese de a negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pelos serviços de água e esgoto nos **MUNICÍPIOS** resultar em taxa de administração inferior ao limite de 3% (três por cento), a economia obtida deverá ser obrigatoriamente destinada à modicidade tarifária, mediante os mecanismos de redução tarifária definidos no **CONTRATO**.

**8.3.2.** Caso o cofaturamento não seja possível ou viável, a cobrança da **TUF** será realizada diretamente pela **CONCESSIONÁRIA**, observando-se o disposto neste **CONTRATO,** no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I DO EDITAL**, na legislação aplicável e nos instrumentos regulatórios pertinentes.

**8.3.2.1.** Na hipótese de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, caberá ao **PODER CONCEDENTE** fornecer os dados atualizados dos **USUÁRIOS** constantes de sua base de dados para viabilizar a emissão das faturas.

**8.3.2.1.1.** No caso do item anterior, o **PODER CONCEDENTE** terá até 90 (noventa) dias para fornecer os dados constantes de sua base própria à **CONCESSIONÁRIA**, contados a partir da

solicitação desta.

**8.3.2.2.** Na hipótese de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá auxiliar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção das informações referentes ao consumo de água das residências a serem atendidas, necessárias para o cálculo das **TARIFAS.**

**8.3.2.3.** A **FASE 2** da **CONCESSÃO** somente se iniciará plenamente com a implantação do regime de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, caso não seja possível ou viável o regime de cofaturamento.

**8.3.2.4.** Os custos decorrentes da implementação do cofaturamento ou do regime de cobrança direta serão de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, mas o descumprimento das obrigações do **PODER CONCEDENTE,** relativas à implementação de qualquer dos regimes**,** que atrase o início da operação, pode ocasionar o direito a reequilíbrio econômico-financeiro em favor da **CONCESSIONÁRIA**, conforme o caso.

**8.3.2.5.** Quando, em regime de cobrança direta da **TUF** pela **CONCESSIONÁRIA**, for verificada inadimplência extraordinária que exceda 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita tarifária devida pelos **USUÁRIOS** em cada período de apuração, os **MUNICÍPIOS** deverão complementar a remuneração da **CONCESSIONÁRIA** mediante contraprestação pecuniária do parceiro público, nos termos dos arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei Federal nº 11.079/2004. no valor correspondente à diferença que ultrapassar esse percentual, até o limite de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) de cada **MUNICÍPIO**.

**8.3.2.6.** A **CONCESSIONÁRIA** permanece obrigada a adotar práticas

eficientes de cobrança, controle da inadimplência e gestão de créditos, não lhe sendo devida qualquer complementação relativamente à inadimplência ordinária, assim considerada aquela inferior ao percentual previsto no Item anterior.

**8.3.2.7.** Caso, após a complementação realizada pelos **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** venha a receber pagamentos de **USUÁRIOS** inadimplentes, por qualquer meio admitido, deverá restituir aos **MUNICÍPIOS** os valores repassados a título de complementação, com base nos valores líquidos arrecadados, deduzidos os custos e despesas eventualmente incorridos na cobrança, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

**8.3.2.8.** A apuração dos níveis de inadimplência e do valor da eventual complementação será realizada trimestralmente, mediante boletim financeiro acompanhado e aferido pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período, e dos relatórios mensais consolidados da arrecadação realizada no período, através da **TUF**.

**8.3.2.9.** O limite da **RCL** de cada **MUNICÍPIO** deverá ser calculado trimestralmente, utilizando como base o trimestre correspondente do exercício anterior, nos termos da legislação fiscal vigente.

**8.3.2.10.** Anualmente, será realizada avaliação consolidada dos valores complementados, para fins de:

a) verificação de eventual saldo credor ou devedor;

b) compensação financeira entre as **PARTES**;

c) ajuste de projeções no Plano de Negócios Referencial.

**8.4.** O valor máximo da **TUF** é aquele calculado conforme critério disposto no **CADERNO DE ENCARGOS - ANEXO** do **EDITAL**.

**8.5.** O acordo comercial referido na Cláusula 8.3 determinará que a instituição financeira administradora da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** deverá proceder ao repasse dos valores devidos à **CONCESSIONÁRIA**, para a **CONTA TRANSITÓRIA**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do respectivo recebimento.

**8.6.** A **CONCESSIONÁRIA** fará jus ao recebimento de 100,00% (cem por cento) do valor das **TUF-D**, assim que iniciar a **TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO) E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** dos resíduos domiciliares coletados nos **MUNICÍPIOS** para o **ATERRO SANITÁRIO** a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA** ou, no período transitório previsto na Subcláusula 18.2, para aterro sanitário licenciado pré-existente.

**8.7.** Caso haja a adesão dos **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus ao recebimento de 100,00% (cem por cento) do valor das **TUF-C**, assim que iniciar a **COLETA E TRANSPORTE** do **RDO** nos **MUNICÍPIOS** para o **ATERRO SANITÁRIO** a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, para aterro sanitário licenciado pré-existente no período transitório previsto na Subcláusula 18.2, ou para a **ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**).

**8.8.** O contrato de administração da **CONTA TRANSITÓRIA** deverá também contar com mecanismo de retenção de eventual multa devida pela **CONCESSIONÁRIA**, em decorrência do inadimplemento de quaisquer obrigações previstas neste **CONTRATO**, na forma da Cláusula 30 do **CONTRATO**. Para a aplicação da multa, o **PODER CONCEDENTE** deverá deflagrar processo administrativo, a ser conduzido conforme Cláusula 30 do **CONTRATO** e em observância ao devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Ao final do trâmite processual, caso se

decida pela aplicação da sanção, o **PODER CONCEDENTE** deverá informar à instituição financeira o valor da multa aplicada para fins de retenção. Realizada a comunicação formal do valor, a instituição financeira deverá transferi-lo para o **PODER CONCEDENTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

**8.9.** Caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS**, o pagamento dos serviços de **COLETA**, **TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, **RCD** e **RSS** de estabelecimentos públicos deverá obedecer às seguintes regras e condições:

**8.9.1.** O pagamento será efetuado pelos **MUNICÍPIOS** com periodicidade mensal, mediante crédito na conta corrente da **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação da medição, pelo **MUNICÍPIO** atendido, devendo para tanto ser encaminhada pela **CONCESSIONÁRIA** a medição aprovada juntamente com a nota fiscal de serviços corretamente emitida.

**8.9.2.** O valor da contrapartida na forma de **TEP** será calculado por tonelada de **RPU** e **RCD** e por quilograma de **RSS** recebida pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante medição acompanhada e aferida pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período e dos relatórios mensais consolidados.

**8.9.3.** O valor do aporte público a ser paga pela ausência de completude no caráter arrecadatório das **TARIFAS DOS USUÁRIO FINAL** (**TUF**) será calculado com base na inadimplência dos usuários de cada **MUNICÍPIO** no que tange à arrecadação dos serviços domiciliares, mediante boletim financeiro acompanhado e aferido pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período, e dos

relatórios mensais consolidados da arrecadação realizada no período, através das **TARIFAS DOS USUÁRIO FINAL** (**TUF**). Caso a **CONCESSIONÁRIA** venha a obter tais recursos ora inadimplidos posteriormente, seja através de notificação extrajudicial, cobrança judicial, ou, ainda, renegociação administrativa da dívida, a **CONCESSIONÁRIA** deverá repassar no prazo de 30 (trinta) dias ao **PODER CONCEDENTE** o valor líquido arrecadado (abatendo-se assim os descontos concedidos, custos e despesas com o controle, cobrança, honorários de assessores jurídicos e outras despesas que venham a ocorrer).

**8.9.4.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, manter e encaminhar, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, até o quinto dia útil do mês subsequente, os boletins de medição contendo as pesagens dos resíduos, seja em **ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO**, na **CVR** ou na **ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), devidamente medidos em balança apropriada, identificando, no mínimo: veículo transportador, dia, hora, peso de cada pesagem (entrada/saída – cheio/vazio), conteúdo, origem e destino.

**8.9.5.** O **PODER CONCEDENTE** fará a análise e emitirá, se for o caso, Boletim de Retificação da medição até o décimo dia útil do mês, ou aprovará, no mesmo prazo, a medição encaminhada pela **CONCESSIONÁRIA**, para possibilitar a posterior emissão da fatura pela **CONCESSIONÁRIA**.

**8.9.6.** O **PODER CONCEDENTE**, ouvida a **CONCESSIONÁRIA**, definirá a forma de tramitação dos documentos, dando preferência aos meios eletrônicos.

**8.10.** Caso seja constatada alguma irregularidade na fatura emitida pela **CONCESSIONÁRIA** ou nos documentos que a integram, estes serão devolvidos para as devidas correções, reiniciando a contagem dos prazos quando da apresentação dos documentos corrigidos.

**8.11.** A aceitação das medições e o pagamento das faturas correspondentes não isentará a **CONCESSIONÁRIA** das responsabilidades contratuais, nem implicará o recebimento definitivo dos serviços, que somente se dará mediante verificação do cumprimento das respectivas condições de execução.

**8.12.** O pagamento dos serviços executados será efetuado mediante a apresentação de requerimento, recibo e fatura, em papel timbrado da **CONCESSIONÁRIA**, expedidos em 03 (três) vias, devidamente atestados pelo setor competente do **PODER CONCEDENTE**.

**8.13.** Somente serão consideradas, nas medições mensais de que tratam os itens acima, os serviços efetivamente prestados pela **CONCESSIONÁRIA** aos **USUÁRIOS** e aos **MUNICÍPIOS**.

## 9. VALOR DO CONTRATO

**9.1.** O valor global nominal estimado do **CONTRATO** é de ([•]), resultante do somatório das **RECEITAS** em valores reais, data-base julho de 2026.

## 10. INDICADORES DE DESEMPENHO

**10.1.** Os **INDICADORES DE DESEMPENHO** a serem atingidos pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO** encontram-se especificados no **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**10.2.** Os indicadores relativos a serviços de adesão facultativa somente serão aplicados aos Municípios que tenham aderido ao respectivo serviço. Na ausência de adesão, o peso do indicador será redistribuído proporcionalmente entre os demais indicadores aplicáveis àquele Município. O Índice de Desempenho Geral (IDG) será apurado por Município

## 11. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**11.1.** Na assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** apresentou ao **PODER CONCEDENTE** a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, na modalidade de
seguro garantia, nos valores referenciais estipulados para cada período vide Tabela 23 Garantia Execução do Contrato (Anexo III – estudo de viabilidade e modelagem econômico-financeira) sobre o valor do **CONTRATO**, bem como atendidas as especificações do **EDITAL**.

| GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO | | |
|---|---|---|
| **PERIODO CONTRATUAL** | **%** | **VALOR DA GARANTIA** |
| **0 – 2** | 1,00% | Valor do Contrato [•] * 1,00% |
| **3 – 10** | 0,50% | Valor do Contrato [•] * 0,50% |
| **11 – 20** | 0,25% | Valor do Contrato [•] * 0,25% |
| **21 – 28** | 1,00% | Valor do Contrato [•] * 1,00% |
| **29 – 30** | 0,05% | Valor do Contrato [•] * 0,05% |

**11.2.** O valor efetivo da garantia deverá ser recomposto pela **CONCESSIONÁRIA**, levando em consideração o percentual indicado na Subcláusula 11.1, sempre que o **PODER CONCEDENTE** executar, total ou parcialmente, o seu valor, em razão da cobrança de valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE** ou a terceiros.

**11.3.** O valor da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** deverá ser reajustado sempre que houver o reajustamento e/ou a revisão da **TUF**, nas mesmas datas e pelo mesmo percentual, devendo a **CONCESSIONÁRIA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do reajuste/revisão, apresentar ao **PODER CONCEDENTE** apólice complementar com o novo valor da Garantia de Execução do **CONTRATO**.

**11.4.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** terá vigência durante todo o **PRAZO** do **CONTRATO**, cabendo à **CONCESSIONÁRIA**, em caso de término do prazo da Garantia antes desse prazo ou de eventual prorrogação do prazo contratual, comprovar sua renovação ao **PODER CONCEDENTE** em até 5 (cinco) dias úteis antes do seu vencimento.

**11.4.1.** Se a **CONCESSIONÁRIA** não comprovar a renovação da Garantia de que trata a Subcláusula 11.1, será notificada pelo **PODER CONCEDENTE** para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação, sob pena de imposição da multa prevista na Subcláusula 30.1.2 deste **CONTRATO**, até que a renovação seja apresentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste **CONTRATO**.

**11.5.** O valor da garantia contratual poderá ser revisado, a critério do **PODER CONCEDENTE**, para fins de adequação às obrigações remanescentes.

**11.6.** O valor da garantia será liberado à **CONCESSIONÁRIA** após integral

cumprimento do **CONTRATO**, podendo ser debitado pelo **CDS VELHO CHICO**, se for o caso, o valor necessário para quitar eventuais penalidades e obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

**11.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 05 (cinco) dias antes do término do prazo de vigência da Garantia, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma prevista neste **CONTRATO**.

**11.8.** Se a **CONCESSIONÁRIA** tiver optado pela apresentação dos títulos da dívida pública, deverá garantir, no **PRAZO** da **CONCESSÃO**, a cobertura do valor referido na

Subcláusula 11.1, compreendido o reajuste previsto neste **CONTRATO.**

**11.9.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **CONTRATO** e na regulamentação vigente, a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** poderá ser utilizada nos seguintes casos:

**11.9.1.** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as obrigações previstas no

**CONTRATO** ou executá-las em desconformidade com o quanto pactuado;

**11.9.2.** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não proceder ao pagamento das indenizações que lhe forem impostas, na forma do **CONTRATO**;

**11.9.3.** Na hipótese de entrega de **BENS REVERSÍVEIS** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **CONTRATO**; ou

**11.9.4.** Na declaração de caducidade.

**11.10.** A **CONCESSIONÁRIA** permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

**11.11.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** prestada será restituída ou liberada após a integral e fiel execução do **CONTRATO** ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **PODER CONCEDENTE**, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela variação do IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo oficialmente.

**11.12.** A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da **CONCESSIONÁRIA** e da expedição do relatório de reversão dos **BENS REVERSÍVEIS**.

## 12. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

**12.1.** São direitos e deveres dos **USUÁRIOS** dos serviços:

**12.1.1.** Receber serviços adequados, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto, cortesia e generalidade;

**12.1.3.** Receber do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as informações quanto ao valor das **TARIFAS**, bem como ser avisado, com antecedência, sobre novos valores tarifários em decorrência de reajustamento ou revisão;

**12.1.4.** Obter as informações necessárias para o bom uso do serviço, obrigando-se a cumprir as normas sobre forma, local, horário, higiene e segurança na disposição dos resíduos a serem coletados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**12.1.5.** Não despejar e/ou jogar resíduos em vias públicas, áreas e/ou terrenos vazios em desacordo com as normas expedidas pelo **PODER CONCEDENTE**;

**12.1.6.** Levar ao conhecimento do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as irregularidades de que tenha conhecimento, seja em relação a terceiros, seja referente aos serviços prestados;

**12.1.7.** Comunicar às autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos praticados pela **CONCESSIONÁRIA** na operação do **SISTEMA**;

**12.1.8.** Contribuir para a conservação das boas condições dos bens relativos à prestação dos serviços e dos bens através dos quais lhes são prestados os serviços;

**12.1.9.** Adotar e incentivar a **COLETA SELETIVA**, objetivando ter um ambiente ecologicamente estável e saudável; e

**12.1.10.** Cumprir e incentivar que os moradores dos **MUNICÍPIOS** cumpram os regulamentos para uso dos serviços, em prol do bem de toda a comunidade.

## 13. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

**13.1.** São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo do quanto previsto no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**:

**13.1.1.** Cumprir as normas regulatórias expedidas pela **AGÊNCIA REGULADORA** e atender às suas solicitações;

**13.1.2.** Prestar serviço adequado, na forma da lei, da PROPOSTA e do EDITAL e seus ANEXOS;

**13.1.3.** Cumprir as exigências ambientais impostas pelos Órgãos Governamentais responsáveis pelo controle do meio-ambiente;

**13.1.4.** Responder integralmente pela aquisição dos bens, pela execução das obras de instalação e pela operação do **SISTEMA**, pela execução dos

serviços e por eventuais danos deles decorrentes, de acordo com o estabelecido no **EDITAL**, neste **CONTRATO** e nos demais documentos que o integram;

**13.1.5.** Manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **EDITAL**;

**13.1.6.** Além da execução dos serviços específicos discriminados neste **CONTRATO**, no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, quando solicitado pelo **PODER CONCEDENTE**, proceder aos reparos, à manutenção ou à adequação que se fizerem necessários, sem interrupção da prestação dos serviços;

**13.1.7.** Executar os estudos, projetos e obras que se fizerem necessários, em conformidade com as especificações constantes do **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

**13.1.8.** Fornecer todos os veículos, equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços **OBJETO** deste **CONTRATO**, em perfeitas condições de uso, devidamente segurados, com cobertura contra danos materiais para os equipamentos e para terceiros, e danos físicos com relação aos recursos humanos envolvidos e terceiros, competindo-lhe, ainda, o fornecimento de combustível, lubrificantes e demais utilidades necessárias ao cumprimento do **OBJETO** contratual, não podendo a falta ser invocada como justificativa de atraso ou imperfeição dos serviços;

**13.1.9.** Admitir pessoal e arcar, sob sua inteira responsabilidade, com as despesas relativas às contratações, incluindo encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o **PODER CONCEDENTE**;

**13.1.10.** Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes do consumo,

conservação, reparos, avarias e perdas, custos com reparação ou reposição de peças, ferramentas, máquinas e materiais;

**13.1.11.** Cumprir os prazos determinados no cronograma de execução dos serviços **OBJETO** da **CONCESSÃO**, de acordo com o **CADERNO DE ENCARGOS**, constante do **ANEXO I** do **EDITAL**, bem como todas as demais obrigações e prazos previstos no **EDITAL**, neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**;

**13.1.12.** Responder integralmente pelas penalidades aplicadas pelos órgãos governamentais, em decorrência das obrigações assumidas no **CONTRATO**;

**13.1.13.** Manter em operação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias da semana, um sistema capaz de garantir a integridade das instalações e das áreas internas do *"Parque do Sol Velho Chico"*, vetando-se a permanência de pessoas estranhas ou de animais;

**13.1.14.** Cumprir as exigências impostas pelos Órgãos Governamentais responsáveis pela segurança, higiene e medicina do trabalho;

**13.1.15.** Atender a quantidade de trabalhadores, máquinas e equipamentos, de acordo com o dimensionamento do Projeto;

**13.1.16.** Prestar, sempre que solicitada, orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços, aos técnicos do **PODER CONCEDENTE**, bem como enviar todos os elementos e comunicações referentes à execução do **CONTRATO**, por correspondência protocolizada;

**13.1.17.** Permitir ao pessoal da fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, desde que devidamente identificados, livre acesso aos seus depósitos, oficinas, garagens e outras

dependências, de modo a possibilitar a vistoria das instalações e das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material.

**13.1.18.** Fornece ao **PODER CONCEDENTE** ou à **AGÊNCIA REGULADORA**, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, para fins de fiscalização;

**13.1.19.** Captar, aplicar e gerir, sob sua exclusiva responsabilidade e risco, recursos financeiros necessários à execução do **CONTRATO**, que poderão ser de origem interna ou externa;

**13.1.20.** Obter, junto aos órgãos competentes, as licenças ambientais e respectivas renovações, bem como outras licenças que venham a ser necessárias à efetiva implantação e operação dos diversos componentes do sistema;

**13.1.21.** Manter em dia o registro de seu ativo fixo;

**13.1.22.** Responsabilizar-se integralmente, perante terceiros, durante a vigência do **CONTRATO**, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos e veículos atrelados à prestação dos serviços, isentando o **PODER CONCEDENTE**, desde que não tenha concorrido para o dano, de quaisquer reclamações, multas ou indenizações;

**13.1.23.** Providenciar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do **CONTRATO**, todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados aos seus empregados ou a terceiros, bem como multas ou indenizações por danos ambientais aplicadas nos termos da lei;

**13.1.24.** Manter em perfeito estado de funcionamento balanças rodoviárias para pesagem dos veículos contendo os resíduos sólidos;

**13.1.25.** Manter em dia o inventário e o registro dos **BENS REVERSÍVEIS**, bem como dos demais bens utilizados na **CONCESSÃO** e zelar pela integridade destes;

**13.1.26.** Manter os equipamentos, máquinas e veículos em bom estado de funcionamento e dentro dos padrões de controle ambiental exigidos, especialmente quanto à poluição do ar e sonora, pelas normas federais, estaduais e municipais aplicáveis;

**13.1.27.** Manter a sua equipe identificada, fornecendo uniformes e calçados padronizados, com os equipamentos de proteção individual (EPI), conforme exigências legais, necessários ao seguro desempenho de suas funções;

**13.1.28.** Designar o responsável técnico pelos serviços, que fará o contato com o fiscal do **CONTRATO** do **PODER CONCEDENTE** para discutir os assuntos técnicos referentes ao **CONTRATO**;

**13.1.29.** Manter um técnico responsável pelos serviços durante todo o horário de funcionamento, que será responsável pelo contato imediato para esclarecimentos e atendimento de questões apresentadas pela fiscalização do **PODER CONCEDENTE** e/ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, para assuntos urgentes referentes ao **OBJETO** deste **CONTRATO**;

**13.1.30.** Permitir a permanência dos fiscais do **PODER CONCEDENTE** e/ou da **AGÊNCIA REGULADORA** nas suas instalações, disponibilizando infraestrutura básica aos

mesmos para o trabalho de fiscalização das atividades de forma direta e/ou por meio eletrônico;

**13.1.31.** Manter as logomarcas, no modelo a ser previamente aprovado pelo

**PODER CONCEDENTE**, do **CDS VELHO CHICO** em todos os veículos e materiais de divulgação, bem como nos uniformes dos seus empregados, quando solicitado pelo **CDS VELHO CHICO**;

**13.1.32.** Confeccionar e colocar, nos locais de trabalho, sinalização visual completa;

**13.1.33.** Custear e realizar a capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**, conforme definições constantes no **ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS** do **EDITAL**;

**13.1.34.** Manter cadastro atualizado e dar livre acesso, mediante prévia comunicação, por parte do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, à toda a infraestrutura, livros, registros, documentos e convênios/contratos firmados com as empresas prestadoras dos serviços de água e esgoto, relacionados ao presente **CONTRATO**, prestando, a respeito destes, os esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo razoável, estabelecido de comum acordo com o solicitante;

**13.1.35.** Implantar sistema telefônico para o Serviço de Atendimento ao Consumidor, em até 90 (noventa) dias do início efetivo da implementação dos serviços, com funcionamento, pelo menos, durante todo o horário e em todos os dias em que os serviços objeto do **CONTRATO** são executados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**13.1.36.** Realizar, nos primeiros 4 (quatro) meses de cada ano, suas demonstrações financeiras e contábeis, entregando uma cópia dos documentos ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, no prazo de 15 (quinze) dias após a sua respectiva publicação;

**13.1.37.** Orientar e divulgar para os **USUÁRIOS** dos serviços as normas para a sua utilização, bem como os direitos e deveres dos **USUÁRIOS**

contidos na Cláusula 12 deste **CONTRATO**;

**13.1.38.** Suspender a prestação do serviço de **COLETA**, **TRANSPORTE, TRIAGEM TRANSBORDO** (“**TRANSFERÊNCIA**”), **TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, de **RCD** e de **RSS** gerados por estabelecimentos públicos nos **MUNICÍPIOS** que atrasarem o pagamento das faturas por período igual ou superior a 90 (noventa) dias. Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** deverá notificar o **MUNICÍPIO**, com cópia para o **PODER CONCEDENTE**, 15 (quinze) dias antes de efetuar a suspensão dos serviços.

**13.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, manter e encaminhar ao **PODER CONCEDENTE**, com periodicidade mensal, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório consolidado das atividades, contendo minimamente:

**13.2.1.** As medições dos pesos líquidos de entrada de **RDO**, obrigatoriamente, bem como de **RPU**, **RCD** e **RSS**, caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS**, devidamente identificadas por **MUNICÍPIO** de origem, em planilhas separadas, quando couber, para efeitos de acompanhamento do faturamento e das **TARIFAS** praticadas;

**13.2.2.** Relatório completo com outros serviços prestados e o faturamento respectivo;

**13.2.3.** Relatório completo das atividades do mês, com cópia para a **AGÊNCIA REGULADORA**, dos fluxos financeiros e de materiais, quantitativos de resíduos e subprodutos, indicando origem e destino (internos ou externos) e valores de comercialização ou objetivos da movimentação, de modo a permitir a avaliação da evolução das condições técnicas e financeiras dos serviços.

**13.3.** A **CONCESSIONÁRIA** terá responsabilidade objetiva pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos **USUÁRIOS**, ao **PODER CONCEDENTE** e a terceiros.

**13.3.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** indenes em razão de qualquer demanda ou prejuízo que estes venham a sofrer em virtude de atos praticados pela **CONCESSIONÁRIA**, por seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros contratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

**13.3.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá também indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** indenes em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, tenham que arcar em função das ocorrências descritas na Subcláusula anterior.

## 14. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

**14.1.** São obrigações do **PODER CONCEDENTE**, quando for o caso, sem prejuízo do previsto no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**:

**14.1.1.** Proceder à vistoria das instalações, em conjunto com a **CONCESSIONÁRIA**, antes do início dos serviços e, a partir de então, a cada 60 (sessenta) dias, lavrando ata com relatório da situação observada;

**14.1.2.** Disponibilizar, no prazo de 30 (trinta dias) a contar da assinatura do **CONTRATO**, os bens moveis, instalações, edificações e áreas (onde serão instalados pelo **PODER CONCEDENTE** os **PONTOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO** (**PACs**), os **ECOPONTOS**, os **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) e as **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**ETRs**), bem como os serviços de portaria vigilância da **ESTAÇÕES DE**

**TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ETRs**), necessários ao cumprimento das obrigações da **CONCESSÃO**.

**14.1.3.** Responsabilizar-se pelo ônus de eventuais desapropriações e/ou instituições de servidões que sejam necessárias à execução dos serviços;

**14.1.4.** Adotar todas as medidas necessárias para implementar o cofaturamento da **TUF** na tarifa dos serviços de água e esgoto junto aos órgãos ou entidades competentes, bem como fornecer dados dos **USUÁRIOS** e auxiliar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção de informações referentes ao consumo de água das residências a serem atendidas, de modo a viabilizar a implementação do regime de cobrança direta, caso o cofaturamento não seja possível ou viável;

**14.1.5.** Fiscalizar e acompanhar permanentemente a execução dos serviços, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e fiel cumprimento;

**14.1.6.** Exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado à prestação dos serviços objeto do **CONTRATO**;

**14.1.7.** Aplicar as penalidades previstas no **CONTRATO**, de acordo com as regras aqui estabelecidas e na legislação de regência;

**14.1.8.** Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços **OBJETO**
do **CONTRATO**;

**14.1.9.** Solicitar as correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições que se fizerem necessárias;

**14.1.10.** Notificar a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito, para que proceda ao

afastamento de qualquer empregado que não tenha comportamento adequado. Em caso de dispensa, não caberá ao **PODER CONCEDENTE** qualquer responsabilidade;

**14.1.11.** Emitir a respectiva Ordem de Serviço no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do **CONTRATO**, desde que a **CONCESSIONÁRIA** atenda integral e corretamente às exigências contidas na Subcláusula 6.4 do **CONTRATO**;

**14.1.12.** Manter o(s) necessário(s) acordo(s) com o respectivo **PODER CONCEDENTE** e/ou com os prestadores de serviços de água e esgoto que irão efetuar a cobrança, em conta conjunta, dos serviços objeto desta **CONCESSÃO**, a fim de possibilitar que a **CONCESSIONÁRIA**, quando necessário, possa firmar os seus acordos comerciais com os respectivos prestadores de água e esgoto, bem como com a rede bancária arrecadadora;

**14.1.13.** Manter atualizado o envio de informações ao **SNIS**, sob gestão do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL** (**MDR**) através da **SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO** (**SNS**), no que se refere aos resíduos gerenciados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**14.1.14.** Manter atualizados os contratos, acordos ou convênios firmados com a **AGÊNCIA REGULADORA**;

**14.1.15.** Manter atualizados os instrumentos de planejamento, como o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

**14.1.16.** Deter e manter sempre o **CONTRATO** de **CONCESSÃO** e seus respectivos aditivos arquivados de forma atualizada e regular;

**14.1.17.** Instituir e manter política de recuperação de custos;

**14.1.18.** Transferir para a administração da **CONCESSIONÁRIA** os bens necessários à prestação dos serviços, na forma prevista neste **CONTRATO**;

**14.1.19.** Fornecer informações pertinentes ao **CONTRATO**, caso sejam requisitadas pela **SPE**; e

**14.1.20.** Acompanhar e monitorar a regularidade da SPE constituída, ao longo de todo o processo.

## 15. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA

**15.1.** Constituem direitos e deveres da **AGÊNCIA REGULADORA**, entre outras:

**15.1.1.** Regular os serviços objeto do **CONTRATO**, mediante a edição de regulamentos e aplicação de penalidades pelo descumprimento destes;

**15.1.2.** Reajustar as **TARIFAS**, anualmente, com base no previsto neste **CONTRATO**. Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** deve enviar o pleito 30 (trinta) dias antes da data de emissão da resolução do reajuste à **AGÊNCIA REGULADORA**, que, por sua vez, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar a respeito do cálculo, podendo suspender o prazo uma única vez, caso precise de informações adicionais da **CONCESSIONÁRIA**;

**15.1.3.** Realizar auditorias técnicas e inspeção local para avaliar a prestação dos serviços;

**15.1.4.** Obter da **CONCESSIONÁRIA** relatórios técnicos, operacionais e financeiros, sempre que necessário, com a finalidade de demonstrar a

execução das obras e serviços previstos neste **CONTRATO** e os respectivos investimentos, na forma da **PROPOSTA** e deste **CONTRATO**, sendo que o conteúdo e a forma de apresentação de tais relatórios serão estabelecidos em norma pela **AGÊNCIA REGULADORA**;

**15.1.5.** Obter da **CONCESSIONÁRIA**, no caso de eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução das obras e dos serviços concedidos, em comparação com os prazos previstos no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL** e com os indicadores do **QID – ANEXO IV** do **EDITAL**:

**15.1.5.1.** Informação detalhada, na forma de regulamento expedido pela **AGÊNCIA REGULADORA**, das providências que estiverem sendo adotadas pela **CONCESSIONÁRIA** para corrigir tais atrasos e discrepâncias, objetivando o cumprimento integral dos prazos do **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL** e dos indicadores do **QID – ANEXO IV** do **EDITAL**; e

**15.1.5.2.** informação, de forma imediata, sobre interrupções decorrentes de paralisações emergenciais ou suspensões dos serviços.

**15.1.6.** Mediar e subsidiar os processos de revisão tarifária, elaborando os estudos econômicos e financeiros necessários para tanto, conforme previsto em **CONTRATO**, com o objetivo de fornecer dados ao **PODER CONCEDENTE**, para que este decida pela manutenção das **TARIFAS** em patamar justo e dentro do princípio da modicidade;

**15.1.7.** Acompanhar e monitorar:

**15.1.7.1.** A aplicação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO** previstos no **ANEXO IV**
do **EDITAL**;

**15.1.7.2.** Os cálculos de valores previstos no **CONTRATO**, em especial das **TARIFAS**, devendo também executar a apuração das **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, com o intuito de revertê-las parcialmente em benefício da modicidade tarifária, propondo ao **PODER CONCEDENTE** os ajustes necessários, se for o caso;

**15.1.7.3.** O atingimento dos marcos contratuais específicos para eventual redução do capital social, caso requerido pela **CONCESSIONÁRIA**, assim como eventual pleito de alteração do **CONTROLE** acionário; e

**15.1.7.4.** A pesquisa, caso seja oportuno e conveniente, de satisfação dos **USUÁRIOS**, na forma acordada pelas **PARTES**, sem prejuízo de outras atribuições que lhe venham a ser designadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**15.2.** Receber, analisar e tratar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, utilizando como ferramenta o fluxo de caixa marginal.

**15.3.** Auxiliar o **PODER CONCEDENTE** na:

**15.3.1.** Análise e acompanhamento da reversão dos bens atrelados à prestação dos serviços concedidos para a administração e utilização pela **CONCESSIONÁRIA** e, depois, o respectivo retorno ao **PODER CONCEDENTE**;

**15.3.2.** Análise técnica da certificação dos projetos executivos desenvolvidos pela **CONCESSIONÁRIA**;

**15.3.3.** Análise de pedidos provenientes da **CONCESSIONÁRIA** para a prestação de serviços extraordinários;

**15.3.4.** Análise e acompanhamento da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**; e

**15.3.5.** Atendimento a reclamações recorrentes de **USUÁRIOS**.

## 16. PARTES RELACIONADAS

**16.1.** Os contratos ou transações da **CONCESSIONÁRIA** com Partes Relacionadas deverão se dar em termos e condições equitativas, compatíveis com as práticas de mercado.

**16.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá solicitar a anuência da **AGÊNCIA REGULADORA** para a celebração de contrato ou qualquer tipo de transação, acordo ou ajuste com Partes

Relacionadas, cuja aprovação será condicionada à demonstração da conformidade com as condições de mercado, inclusive a partir dos contratos análogos firmados com terceiros nos últimos 12 (doze) meses anteriores à assinatura do Contrato, caso existam.

**16.2.1.** As condições de mercado envolvem o respeito ao tratamento equitativo, à transparência, à boa fé e à ética dos participantes na transação, acordo ou ajuste, de forma a permitir que estes participantes possam apresentar suas propostas de negócio dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores, subcontratados e prestadores de serviço da **CONCESSIONÁRIA** que não sejam Partes Relacionadas.

**16.3.** As condições dos contratos celebrados com Partes Relacionadas deverão ser divulgadas nas demonstrações financeiras da **CONCESSIONÁRIA**, acompanhadas de notas explicativas que forneçam detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas das respectivas transações.

**16.4.** No caso de contratos para o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de caráter não exclusivo, como serviço de agenciamento ou de publicidade, as condições oferecidas a Partes Relacionadas devem ser extensíveis a terceiros que estejam em situações semelhantes.

**16.5.** A anuência do **PODER CONCEDENTE** está condicionada à prévia definição de procedimentos adequados e suficientes para auditar a transferência das receitas da **CONCESSIONÁRIA** às Partes Relacionadas.

**16.6.** As transações, acordos ou ajustes com Partes Relacionadas serão submetidas à fiscalização posterior da **AGÊNCIA REGULADORA**.

**16.7.** São vedadas, entre outras, as transações, acordos ou ajustes com Partes Relacionadas que:

**16.7.1.** Não sejam realizadas em condições comutativas ou com pagamento compensatório adequado, compatível com as condições de mercado;

**16.7.2.** Tenham por objeto o empréstimo ou adiantamento de valores; ou

**16.7.3.** Tenham por objeto a prestação de serviços com cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional da **CONCESSIONÁRIA**, tal como faturamento, receita, lucro líquido, ou que de outra forma envolvam remuneração não justificável ou desproporcional em termos de geração de valor para a **CONCESSIONÁRIA**.

## 17. DIREITOS AUTORAIS

**17.1.** A Concessionária deverá ressarcir o proponente autorizado no âmbito do **PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)**

n° 01/2023, **TORRE CONSTRUÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.189.046/0001-51, que realizou os estudos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros que subsidiaram o presente contrato de concessão, no importe de R$1.362.781,05 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e cinco centavos), a ser atualizado monetariamente através do índice IPCA a partir de 11 de outubro de 2023, na forma do art. 13 e art. 21, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 16.522/2015.

## 18. COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO E OBRAS

**18.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, após o início da **FASE 2** do **CONTRATO**, construir e operar, por sua conta e risco, a **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – CVR** (**PARQUE DO SOL VELHO CHICO**), na forma e de acordo com as condições estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.2.** No período inicial do **CONTRATO**, até o final do **PRIMEIRO ANO**, quando deverá ter sido finalizada a construção da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** que integrará a **CVR**, e enquanto esta não estiver em operação, os resíduos do **SISTEMA** deverão ser destinados pela **CONCESSIONÁRIA** a aterro sanitário licenciado pré-existente, a ser por ela identificado, conforme previsto no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.2.1.** A responsabilidade pelo passivo ambiental existente nos lixões dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** dos **MUNICÍPIOS**, independentemente da obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de executar as obras de recuperação das áreas degradadas, nos limites previstos na Subcláusula 18.13.

**18.2.2.** A escolha do aterro sanitário licenciado pré-existente de que trata a Subcláusula 18.2 caberá exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**, observada a regularidade do licenciamento ambiental da instalação,

podendo optar pelo aterro licenciado mais próximo ou por outro que repute mais eficiente. Os custos de transporte e de destinação final nesse período integram os encargos da **CONCESSÃO** e devem ter sido considerados pela licitante na formação de sua **PROPOSTA**, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.

**18.3.** A área da **CVR** será identificada e adquirida pela **CONCESSIONÁRIA**, cabendo-lhe, pelo

**PRAZO** da **CONCESSÃO**:

**18.3.1.** Obter e manter válidas todas as licenças e autorizações exigidas pelas autoridades competentes, na forma da legislação, bem como cumprir todos os encargos ou restrições nelas estabelecidos;

**18.3.2.** Operar, manejar, fazer destinação e manejo de resíduos e conservar a **CVR** dentro dos padrões exigidos, preservando suas condições de utilização e de segurança física, de saúde e ambiental;

**18.3.3.** Realizar qualquer obra ou serviço que se faça necessário para a correta drenagem e tratamento de resíduos líquidos provenientes do aterramento;

**18.3.4.** Separar adequadamente os resíduos a serem dispostos na **CVR**, a fim de monitorar e acompanhar a melhor forma de aproveitamento da sua capacidade;

**18.3.5.** Manter a segurança de acesso ao local, proibindo a entrada de pessoas não autorizadas;

**18.3.6.** Adotar técnicas e tecnologias apropriadas para o melhor aproveitamento e o máximo de extensão da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, podendo inclusive explorar atividades complementares que gerem **RECEITAS ACESSÓRIAS** para a **CONCESSIONÁRIA**, observando-se os termos e condições do

**CONTRATO**;

**18.3.7.** Ao término do prazo da **CONCESSÃO** ou da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, ou de parte dela, adotar todas as providências e procedimentos necessários para que o empreendimento ou a parte respectiva tenha sua atividade encerrada, com a adoção de cobertura de vegetação adequada e compatível, recuperando a paisagem do local; e

**18.3.8.** Ao término do **CONTRATO**, entregar ao **PODER CONCEDENTE**, como **BEM REVERSÍVEL**, a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída na
forma da Subcláusula 18.4 deste **CONTRATO**, com vida útil remanescente de, pelo menos, 2 (dois) anos.

**18.4.** A **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a implantar a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, observando o disposto neste **CONTRATO**, até o **PRIMEIRO ANO**, conforme estabelecido no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**).

**18.5.** A **CONCESSIONÁRIA** deve observar, durante a fase que precede a implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL** (**FASE 2**), as condições constantes do **ANEXO I** do **EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.6.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela realização das obras e assumirá todos os custos e despesas envolvidos, inclusive os custos de aquisição da área necessária, de

construção e de implantação de nova **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**.

**18.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá adotar as seguintes providências relativas às obras de implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**:

**18.7.1.** Elaborar, no prazo do cronograma constante do **ANEXO I** do **EDITAL**

(**CADERNO DE ENCARGOS**), os estudos, análises e projetos do empreendimento a ser construído, o cronograma de execução, bem como informações sobre a área que irá ser utilizada para a implantação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**;

**18.7.2.** Os projetos deverão ser certificados por **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**);

**18.7.3.** Os projetos certificados deverão ser apresentados ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, para fins informativos;

**18.7.4.** Os projetos deverão guardar compatibilidade com o **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) vigente;

**18.7.5.** Toda e qualquer licença e autorização necessária para a obra e implantação do novo aterro serão da exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, que deverá atender às exigências dos órgãos ambientais e de controle;

**18.7.6.** A contratação de **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**) é de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**;

**18.7.7.** A aprovação dos estudos, análises e projetos pelo **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**) não exime ou diminui a responsabilidade integral e exclusiva da **CONCESSIONÁRIA** pela adequação e conformidade dos projetos e das obras;

**18.7.8.** As obras devem estar concluídas no prazo fixado no cronograma constante do **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**), sob pena de serem aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO**.

**18.8.** Cabe à **CONCESSIONÁRIA** a construção dos **PONTOS DE**

**ATENDIMENTO AO CIDADÃO** (**PAC**), das **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), dos **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**) e dos **ECOPONTOS**, na forma e de acordo com as condições estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.8.1.** As áreas de **ECOPONTOS, PAC, PEV** e **ETR** serão cedidas à **CONCESSIONÁRIA** pelos **MUNICÍPIOS** durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO**, assim como sua construção e instalação ocorrerá a cargo dos municípios

**18.8.2.** As **PARTES**, com a interveniência dos **MUNICÍPIOS**, firmarão o Termo de Administração e Recebimento de terrenos para instalação de **ECOPONTOS**, **PAC**, **PEV** e **ETR** e demais instrumentos necessários à execução do objeto da **CONCESSÃO**.

**18.9.** É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** a execução das Obras e dos Serviços, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, em observância aos Indicadores de Desempenho e demais exigências estabelecidas neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**.

**18.10.** Caso a **CONCESSIONÁRIA** pretenda ou necessite realizar outras obras, deverá comunicar tal fato ao **PODER CONCEDENTE** e seguir as mesmas normas e disposições previstas neste **CONTRATO**.

**18.11.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total responsabilidade pela execução de Obras e Serviços em desconformidade com o **CONTRATO** e com as especificações mínimas estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**, assim como por eventual inobservância dos Indicadores de Desempenho.

**18.12.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo passivo ambiental gerado na **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** que venha a construir, na hipótese de decorrer de manejo inadequado ou incorreto por parte da **CONCESSIONÁRIA**. Caso contrário, o passivo ambiental pós-

desativação será de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**.

**18.13.** É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de custear a recuperação das áreas degradadas e lixões limita-se ao CAPEX de PRAD previsto no Anexo III – EVEF, de R$ 9.729.115,00 [julho/2026], composto por licenciamento e projetos (R$809.846,00) e execução (R$ 8.919.269,00). Intervenções que excederem esse limite, por decorrerem de passivo ambiental preexistente de responsabilidade dos **MUNICÍPIOS**, serão executadas pela **CONCESSIONÁRIA** somente por determinação do **PODER CONCEDENTE**, precedida da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ou diretamente pelo **MUNICÍPIO** responsável.

**18.14.** A **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída pela **CONCESSIONÁRIA** deverá seguir as regras constantes do **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I do EDITAL).**

**18.15.** Após o término do **CONTRATO**, a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** será **BEM REVERSÍVEL**, com vida útil remanescente de pelo menos 2 (dois) anos, para o **PODER CONCEDENTE**, que assumirá a responsabilidade pelo monitoramento e recuperação, com base em projeto a ser elaborado pela **CONCESSIONÁRIA**, sem custos para o **PODER CONCEDENTE**. Esses projetos deverão ser entregues para aprovação do **PODER CONCEDENTE** até 6 (seis) meses antes do término do **PRAZO da CONCESSÃO**.

**18.16.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por garantir a plena execução do **OBJETO**, observando o quanto determinado neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, bem como nos dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e nas exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive o **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**, na forma determinada na legislação.

**18.17.** O aterro sanitário licenciado pré-existente utilizado na forma da

Subcláusula 18.2, enquanto a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** não estiver em operação, não integra os **BENS REVERSÍVEIS** e não será objeto de reversão ao **PODER CONCEDENTE**.

## 19. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

**19.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a implantação das obras de acordo com o cronograma de implantação constante do **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** (**PNR**) e **MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA** (**MEF**).

**19.2.** O Cronograma de Implantação constante no **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** (**PNR**) e **MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA** (**MEF**) poderá ser alterado por sugestão da **CONCESSIONÁRIA**, desde que as datas para atingimento das metas finais de universalização dos Serviços previstas no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) sejam mantidas.

**19.2.1.** As alterações do Cronograma de Implantação do interesse da **CONCESSIONÁRIA** deverão ser propostas ao **PODER CONCEDENTE**, que apenas poderá recusá-las caso entenda que a inversão da ordem de investimentos proposta ameace o atingimento das metas finais de universalização dos Serviços previstas no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) e na legislação aplicável.

**19.2.2.** O Cronograma de Implantação foi elaborado em conformidade com as metas para universalização dos serviços de saneamento básico previstas pela Lei Federal 14.026/2020.

## 20. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS

**20.1.** Elaboração de Projetos

**20.1.1.** Os Projetos de Engenharia e as especificações dos equipamentos deverão estar adequados às normas técnicas e à legislação vigente, às especificações técnicas mínimas e ao disposto no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**) e neste **CONTRATO**.

**20.1.2.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total responsabilidade pela elaboração e execução dos Projetos de Engenharia, bem como pela execução de obras e serviços em conformidade com o **CONTRATO** e especificações mínimas nele estabelecidas.

**20.1.3.** O **PODER CONCEDENTE**, a seu critério, poderá supervisionar a elaboração dos Projetos, sem que tal supervisão importe na assunção de quaisquer responsabilidades.

**20.2.** Aprovação dos Projetos de Engenharia:

**20.2.1.** Salvo determinação em contrário dos **MUNICÍPIOS**, que deverá ser comunicada ao **CDS VELHO CHICO** e à **CONCESSIONÁRIA** em até 30 (trinta) dias a partir da data de transferência dos serviços, os Projetos de Engenharia serão aprovados pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme as atividades e prazos previstos nesta subcláusula.

**20.2.1.1.** A determinação do **MUNICÍPIO** para que os Projetos de Engenharia não sejam aprovados deverá ser acompanhada de descrição detalhada dos procedimentos a serem adotados para aprovação dos Projetos de Engenharia, bem como seus responsáveis, e não poderá conter prazos totais superiores a 30 (trinta) dias após a entrega dos respectivos Projetos de Engenharia pela **CONCESSIONÁRIA**.

**20.2.1.2.** Caso o **MUNICÍPIO** não emita determinação para que os Projetos de Engenharia não sejam aprovados pelo **CDS VELHO CHICO**, no prazo indicado acima, a ausência de determinação gerará autorização tácita para a realização dos procedimentos pelo **PODER CONCEDENTE**.

**20.2.1.3.** Independentemente de o **MUNICÍPIO** realizar seus próprios procedimentos, o **PODER CONCEDENTE** não se desobriga da necessidade de aprovar os Projetos de Engenharia, conforme previsto nas subcláusulas abaixo.

**20.2.2. PROJETO BÁSICO:**

**20.2.2.1.** No mínimo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o início das Obras, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** o respectivo projeto básico.

**20.2.2.2.** O **PODER CONCEDENTE** deverá analisar o projeto básico apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua apresentação, e deverá aprová-lo ou indicar a necessidade de adequações ou correções, caso entenda haver desconformidade com as diretrizes estabelecidas no **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, indicando de forma detalhada e justificada as desconformidades verificadas.

**20.2.2.3.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste no prazo previsto na subcláusula anterior, o projeto será tacitamente aprovado.

**20.2.2.4.** Caso o **PODER CONCEDENTE** determine que sejam feitas adequações ou correções no projeto básico, a **CONCESSIONÁRIA** deverá ajustá-lo e reapresentá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para posterior aprovação pelo **PODER CONCEDENTE**, que terá novo prazo de 15 (quinze) dias

para aprovação.

**20.2.2.5.** Caso o **PODER CONCEDENTE** solicite alterações no projeto básico posteriormente à sua aprovação, deverá submetê-las à **CONCESSIONÁRIA**, hipótese em que deverá ser avaliado o impacto econômico e de prazo da alteração, para fins de eventual restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.2.6.** Eventual alteração de projeto básico aprovado, solicitada pela **CONCESSIONÁRIA**, somente poderá ser executada mediante prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**, e não dará ensejo a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.3. PROJETO EXECUTIVO:**

**20.2.3.1.** A partir da aprovação do projeto básico, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** os projetos executivos, até 60 (sessenta) dias antes do início da execução da etapa correspondente, observados os prazos definidos no cronograma de implantação.

**20.2.3.2.** O **PODER CONCEDENTE** deverá analisar cada projeto executivo no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua apresentação pela **CONCESSIONÁRIA**, e deverá aprová-lo ou indicar a necessidade de adequações ou correções, caso entenda haver desconformidade com as diretrizes estabelecidas no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, indicando de forma detalhada e justificada as desconformidades verificadas.

**20.2.3.3.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste no prazo previsto na subcláusula anterior, o projeto será tacitamente aprovado.

**20.2.3.4.** Caso o **PODER CONCEDENTE** determine que sejam feitas adequações ou correções no projeto executivo, a **CONCESSIONÁRIA** deverá ajustá-lo e reapresentá-lo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para aprovação do **PODER CONCEDENTE**, que terá novo prazo de 15 (quinze) dias para aprovação.

**20.2.3.5.** Caso o **PODER CONCEDENTE** solicite alterações no projeto executivo posteriormente à sua aprovação, deverá submeter as eventuais alterações à **CONCESSIONÁRIA**, hipótese em que deverá ser avaliado o impacto econômico e de prazo da alteração, para fins eventual restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.3.6.** Eventual alteração de projeto executivo aprovado, solicitada pela **CONCESSIONÁRIA**, somente poderá ser executada mediante prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**, e não dará ensejo a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

## 21. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS

**21.1.** Para a execução das obras, a **CONCESSIONÁRIA** deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir com todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança às Obras, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

**21.2. RECEBIMENTO DAS OBRAS:**

**21.2.1.** As Obras relacionadas ao **SISTEMA** serão recebidas pelo **PODER**

**CONCEDENTE**.

**21.2.2.** Salvo determinação em contrário dos **MUNICÍPIOS**, que deverá ser comunicada ao **CDS VELHO CHICO** e à **CONCESSIONÁRIA** em até 30 (trinta) dias a partir da Data de Transferência, e sem prejuízo do recebimento das Obras pelo **PODER CONCEDENTE**, os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação serão realizados pelo **CDS VELHO CHICO**, conforme as atividades e prazos previstos nesta subcláusula.

**21.2.2.1.** A determinação do **MUNICÍPIO** para que os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação não sejam realizados pelo **CDS VELHO CHICO** deverá ser acompanhada de descrição detalhada dos procedimentos a serem adotados para aceitação das Obras, tal como de seus responsáveis, e não poderá conter prazos para recebimento de Obras superiores a 30 (trinta) dias após a conclusão delas pela **CONCESSIONÁRIA**.

**21.2.2.2.** Caso o **MUNICÍPIO** não emita determinação para que os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação não sejam realizados pelo **CDS VELHO CHICO** no prazo indicado acima, a ausência de determinação gerará autorização tácita para realização dos procedimentos pelo **CDS VELHO CHICO**.

**21.2.2.3.** Independentemente de o **MUNICÍPIO** realizar seus próprios procedimentos, o **PODER CONCEDENTE** não se desobriga da necessidade de realizar os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação previstos nas subcláusulas abaixo, sendo a aprovação das Obras pelo **PODER CONCEDENTE** um requisito para a emissão do Termo de Aceitação Provisória ou Definitiva pelo **MUNICÍPIO**.

**21.3. PRÉ-OPERAÇÃO PARCIAL:**

**21.3.1.** A pedido da **CONCESSIONÁRIA**, e quando a natureza da Obra assim permitir, o **PODER CONCEDENTE** poderá proceder à Pré-Operação Parcial, desde que as estruturas, partes de estruturas ou parcelas da Obra estejam concluídas e sejam adequadas para a utilização prevista.

**21.3.2.** A Pré-Operação Parcial dar-se-á no período imediatamente anterior à conclusão de determinada parte das Obras e instalações dos correspondentes equipamentos e procedimentos de serviços, na medida em que estas forem sendo concluídas.

**21.3.3.** Qualquer aprovação de estruturas, partes de estruturas ou parcelas da Obra recebida pelo **PODER CONCEDENTE** em tais condições corresponderá à Pré-Operação Parcial.

**21.3.4.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar a Pré-Operação Parcial em prazo não superior a 30 (trinta) dias antes de as Obras estarem concluídas e aptas à Pré-Operação Parcial.

**21.3.5.** No prazo de até 30 dias, contados da solicitação da **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá: (i) aprovar parcialmente a Obra; ou (ii) rejeitar o pedido, justificando a sua decisão e apontando as não conformidades.

**21.3.6.** Após atestada a Pré-Operação Parcial, a **CONCESSIONÁRIA** desmontará e removerá as estruturas provisórias, bem como os materiais cuja utilização já não seja necessária para a execução deste **CONTRATO**. A **CONCESSIONÁRIA** removerá igualmente quaisquer entulhos ou obstruções e retificará qualquer modificação das condições do local das Obras.

**21.4. PRÉ-OPERAÇÃO:**

**21.4.1.** Para proceder à Pré-Operação, a **CONCESSIONÁRIA** enviará ao **PODER CONCEDENTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o seu início, os procedimentos a serem adotados durante esse período, inclusive a relação dos procedimentos exigidos pelos fabricantes dos equipamentos, o método de execução dos testes e expectativa de resultado com os limites permitidos para aceitação dos equipamentos durante o período da Pré-Operação, fornecendo, também, mesmo que em cópia, os certificados de garantia e correspondentes coberturas.

**21.4.2.** A Pré-Operação consistirá em testes de desempenho para assegurar que o funcionamento e a performance de cada equipamento estão de acordo com o disposto neste **CONTRATO** e com as exigências do projeto aprovado pelo **PODER**

**CONCEDENTE**. Os testes serão conduzidos durante um período de 30 (trinta) dias, ao final do qual serão validados os manuais, que, após aprovados pelos representantes legais das **PARTES**, passarão a fazer parte integrante deste **CONTRATO**.

**21.4.3.** Antes da Pré-Operação, deverão ser apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA** as curvas de correção e calibração de cada instrumento a ser utilizado, bem como os manuais de operação e manutenção e o cadastro dos materiais, equipamentos de reserva e peças sobressalentes.

**21.4.4.** As durações dos testes, tanto dos equipamentos individualmente, quanto para o conjunto total, serão acordadas pelas **PARTES**.

**21.4.5.** Caso os limites permitidos sejam excedidos, os testes poderão ser rejeitados, hipótese em que deverão ser repetidos.

**21.4.6.** Os custos decorrentes da Pré-Operação serão inteiramente suportados pela

**CONCESSIONÁRIA**.

**21.4.7.** A emissão do Termo de Aceitação Provisória das Obras ficará vinculada à entrega dos desenhos "*as built*", elaborados segundo normas internas do **PODER CONCEDENTE**.

**21.4.8.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar em *"pendrive"* o cadastro geral das Obras executadas ("*as built*"), compreendendo plantas (**AUTOCAD**) e memorial (**WORD**), que conterão descrição minuciosa de tudo o que foi realizado, inclusive relação dos bens móveis reversíveis, que deverá, ao longo do período contratual, ser atualizada e apresentada ao **PODER CONCEDENTE**, para a assinatura das **PARTES**.

**21.4.9.** Ao final da Pré-Operação, será elaborado um relatório completo, contendo todos os resultados obtidos. Uma cópia deste relatório deverá ser protocolada no **CDS VELHO CHICO**.

**21.4.10.** No caso de Obras recebidas pelos **MUNICÍPIOS**, o relatório previsto na subcláusula anterior deverá ser encaminhado pelo **CDS VELHO CHICO** ao respectivo **MUNICÍPIO**.

**21.5. RESPONSABILIDADE DE CONCLUSÃO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

**21.5.1.** A **CONCESSIONÁRIA** será integralmente responsável pela reparação de qualquer defeito ou danos em qualquer parte das Obras, equipamentos e instalações, que possam surgir ou ocorrer durante a Pré-Operação.

**21.5.2.** Nas hipóteses de falha grave, decorrente de culpa ou dolo da **CONCESSIONÁRIA**, que tenha o condão de comprometer a continuidade dos serviços ou a segurança de **USUÁRIOS**,

funcionários ou terceiros, caso a **CONCESSIONÁRIA** não repare o defeito ou danos no prazo estipulado de comum acordo com o **PODER CONCEDENTE**, este poderá determinar a extinção antecipada deste **CONTRATO**, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

**21.5.3.** Ausentes erros, defeitos e insuficiências ou depois de todos os erros, defeitos e insuficiências terem sido retificados, o **CDS VELHO CHICO** emitirá um Termo de Aceitação Provisória a ser entregue à **CONCESSIONÁRIA**, indicando a data de conclusão da Obra a contento.

**21.5.4.** Após a conclusão da Obra, terá início um período de operação supervisionada de 60 (sessenta) dias, durante o qual a Obra será operada pela **CONCESSIONÁRIA**, com a supervisão do **PODER CONCEDENTE**.

**21.5.5.** O Termo de Aceitação Definitiva será entregue pelo **CDS VELHO CHICO** em até 60 (sessenta), contados da devida conclusão das Obras.

**21.5.6.** A Obra só será considerada concluída depois da emissão do Termo de Aceitação Definitiva pelo **CDS VELHO CHICO**.

**21.5.7.** Independentemente da emissão do Termo de Aceitação Definitiva, a **CONCESSIONÁRIA** continuará a ser responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação assumida sob este **CONTRATO**, anteriormente à emissão do termo e que ainda não tenha sido cumprida.

**21.5.8.** Os **MUNICÍPIOS** e o **CDS VELHO CHICO** deverão rejeitar, no todo ou em parte, a Obra ou o Serviço executado em desconformidade com as Cláusulas deste **CONTRATO**, seus **ANEXOS**, a regulamentação aplicável ou as normas técnicas da **ABNT**.

**21.5.9.** O recebimento provisório ou definitivo das Obras ou Serviços não exclui a responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, sobretudo com relação às

condições de segurança ou de qualidade, e tampouco exime ou diminui a sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas no **CONTRATO**.

**21.5.10.** O **CDS VELHO CHICO** poderá exigir que a **CONCESSIONÁRIA** apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer Obra ou Serviço prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.

**21.5.10.1.** Em caso de omissão da **CONCESSIONÁRIA** quanto à obrigação prevista nesta subcláusula, é facultado ao **PODER CONCEDENTE** se valer da Garantia de Execução do Contrato para remediar vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

## 22. DESAPROPRIAÇÕES

**22.1.** Competirá aos **MUNICÍPIOS** onde situados os bens a serem desapropriados a edição dos decretos de utilidade pública necessários às desapropriações e às servidões administrativas que se fizerem necessárias para a implantação dos equipamentos e operação dos serviços.

**22.2.** Os atos de execução das desapropriações e das servidões ficarão a cargo do **PODER CONCEDENTE**, que deverá prestar as seguintes informações e fornecer os seguintes documentos:

**22.2.1.** Cadastro socioeconômico dos proprietários ou ocupantes da(s) área(s) atingida(s);

**22.2.2.** Cadastro físico, discriminando a(s) propriedade(s), conforme sua

situação fundiária, especificando a extensão, por proprietário(s), da(s) área(s) atingida(s);

**22.2.3.** Certidão do RGI atualizada, e

**22.2.4.** Outras informações que o **PODER CONCEDENTE** julgar relevantes.

**22.3.** Caberá ao **PODER CONCEDENTE**, a promoção e a conclusão **(i)** dos processos amigáveis ou judiciais de desapropriação; **(ii)** das servidões administrativas; **(iii)** da ocupação provisória de bens imóveis; e **(iv)** das demais medidas necessárias à liberação das áreas.

**22.4.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** regularizar os imóveis irregulares que lhe sejam cedidos pelo **PODER CONCEDENTE**, sendo, nesse caso, os custos assumidos pelo **MUNICÍPIO**

titular do bem, que deverá outorgar poderes suficientes para que a **CONCESSIONÁRIA**
proceda com a regularização em nome do Poder Público.

**22.5.** É obrigação do **PODER CONCEDENTE** a assunção de todos os custos e despesas decorrentes da execução dos atos referidos nos itens anteriores, seja por via consensual ou por intermédio de ações judiciais, exceto os custos de regularização de imóveis cedidos, que ficam a cargo do **MUNICÍPIO** titular do bem, conforme Item 22.4 deste **CONTRATO**.

**22.6.** Caso os Municípios não promovam as medidas que lhes competem em relação às desapropriações ou servidões administrativas necessárias à execução dos Serviços, os prazos referentes ao cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e ao cumprimento dos Indicadores de Desempenho diretamente impactados serão revistos.

## 23. RISCOS

**23.1.** Os riscos que são assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** e/ou pelo **PODER CONCEDENTE** encontram-se discriminados na **MATRIZ DE RISCOS** constante do **EDITAL**, considerada parte integrante deste **CONTRATO**.

**23.2.** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos riscos relacionados ao **CONTRATO** que não tenham sido expressamente alocados ao **PODER CONCEDENTE** na **MATRIZ DE RISCOS**, salvo previsão legal em sentido contrário.

**23.3.** Constituem riscos do **PODER CONCEDENTE**, nos termos da **MATRIZ DE RISCOS**, as alterações unilaterais e injustificadas do **CONTRATO**, inclusive a supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos, pelo **PODER CONCEDENTE**, pela **AGÊNCIA REGULADORA** ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do **OBJETO** pela **CONCESSIONÁRIA**, ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** em favor da **CONCESSIONÁRIA**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4, e a repactuação de metas e prazos.

**23.4.** Constitui risco do **PODER CONCEDENTE** a não adesão, a adesão parcial ou a adesão tardia dos **MUNICÍPIOS** aos serviços facultativos de coleta previstos no **CADERNO DE ENCARGOS** que implique o não ingresso integral dos resíduos gerados no sistema de triagem, tratamento e destinação final da **CONCESSÃO** e comprometa a universalização dos serviços e o atingimento das metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e resíduos triados, tratados e destinados, exclusivamente quanto aos efeitos sobre o atingimento das metas de universalização e de desempenho, ensejando a repactuação das metas e dos prazos de universalização afetados e o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4, restrito a esses efeitos.

**23.5.** A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**23.6.** Constituem riscos do **PODER CONCEDENTE** as alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de incorporação de novos municípios ou de retirada ou exclusão de municípios originais, que causem impacto de qualquer natureza na **CONCESSÃO**, ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** em favor da **CONCESSIONÁRIA**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4. Na hipótese de retirada, o **MUNICÍPIO** retirante deverá indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei, observado o art. 11, § 2º, da Lei Federal nº 11.107/2005.

**23.6.1.** A retirada ou exclusão de **MUNICÍPIO** do **CONSÓRCIO** não prejudicará as obrigações já constituídas perante a **CONCESSIONÁRIA**. Sua extinção, na parcela correspondente, dependerá do prévio pagamento das indenizações devidas, nos termos do art. 11, § 2º, da Lei nº 11.107/2005, sem prejuízo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO.**

## 24. SUBCONCESSÃO

**24.1.** Incumbe unicamente à **CONCESSIONÁRIA** a execução dos serviços concedidos, conforme compromisso assumido quando da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada a subconcessão. Admite-se, entretanto, a subcontratação de parcelas de menor relevância técnica do **CONTRATO**, nos termos do Item 33 do **EDITAL** e da Cláusula 40 deste **CONTRATO.**

## 25. REVISÃO DO CONTRATO

**25.1.** A revisão do **CONTRATO** de **CONCESSÃO** tem como objetivo a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e poderá ocorrer na modalidade ordinária ou extraordinária, abrangendo aspectos relativos ao **PODER CONCEDENTE** e à **CONCESSIONÁRIA**.

**25.2.** Considera-se equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** a manutenção da relação entre os encargos da **CONCESSIONÁRIA** e a contraprestação por ela recebida para a justa remuneração dos serviços concedidos, observando-se as condições previstas na **PROPOSTA** e neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, na ocorrência de **CASO FORTUITO**, **FORÇA MAIOR** ou **FATO DO PRÍNCIPE**, que configure álea econômica extraordinária e extracontratual.

**25.2.1.** **REVISÕES ORDINÁRIAS:** são aquelas realizadas a cada 5 (cinco) anos, de acordo com as normas contratuais da **CONCESSÃO**, observada necessariamente a distribuição de riscos prevista no Item 23.

**25.2.2.** **REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS:** são aquelas realizadas a qualquer tempo, diante de solicitações de novos serviços ou investimentos pelo **PODER CONCEDENTE**, ou, ainda, da ocorrência superveniente de fatores imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que possam comprometer a continuidade dos serviços ou a equação econômico-financeira do **CONTRATO** e que não estejam incluídos na revisão quinquenal, observada a distribuição de riscos prevista neste **CONTRATO**.

**25.2.3.** A primeira revisão do Coeficiente de Geração (CG), conforme previsto no **ANEXO I** (**CADERNO DE ENCARGOS**), deverá ocorrer, excepcionalmente, ao final do 2º ano de vigência da **CONCESSÃO**, enquanto as revisões subsequentes serão efetuadas junto com as revisões ordinárias subsequentes, incluindo aquela a ser feita no 5º ano de vigência do **CONTRATO**.

## 26. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO

**26.1. REVISÃO ORDINÁRIA:**

**26.1.1.** A cada 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do presente **CONTRATO**, as **PARTES** procederão à revisão ordinária dos parâmetros e resultados gerais da **CONCESSÃO**, vedada a revisão de riscos como alocados neste **CONTRATO**.

**26.1.1.1.** O processo de revisão será instaurado pelo **PODER CONCEDENTE** de ofício ou a pedido da **CONCESSIONÁRIA**, mediante requerimento apresentado à **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.1.1.2.** O prazo máximo para a instauração do processo de revisão ordinária é de
60 (sessenta) dias, contados do início do quinto ano de cada período.

**26.1.1.3.** O processo de revisão ordinária deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses.

**26.1.1.4.** O processo de revisão ordinária resultará na emissão de Resolução da **AGÊNCIA REGULADORA** e seus resultados serão devidamente documentados e, caso importem em alterações no **CONTRATO**, serão incorporados em aditivo contratual, sempre observando-se o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**26.1.1.5.** A **AGÊNCIA REGULADORA** poderá ser assistida por **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, a seu custo, sendo os laudos, estudos, pareceres ou opiniões emitidas encartados ao processo respectivo, de modo a explicitar as razões que levaram a decidir sobre a revisão contratual.

**26.1.1.6.** O processo de revisão ordinária também terá como objetivo avaliar a necessidade de revisão do Coeficiente de Geração (**CG**), conforme previsto no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**.

## 26.2. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA:

**26.2.1.** A qualquer tempo, com base em pedido de uma das **PARTES**, a ser avaliado pela **AGÊNCIA REGULADORA**, poderão ser realizadas revisões extraordinárias, a fim de ajustar o **CONTRATO** às mudanças, alterações ou condições que venham a impactar a sua execução.

**26.2.1.1.** A revisão extraordinária somente será cabível em situações excepcionais, mediante apresentação de justificativa escrita e comprovada, observando-se a repartição objetiva de riscos constante da **MATRIZ DE RISCOS**, bem como a Cláusula 23 do **CONTRATO.**

**26.2.1.2.** A revisão extraordinária do **CONTRATO**, para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, será solicitada pela **PARTE** que se sentir prejudicada, mediante o envio de requerimento fundamentado à **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.2.1.3.** A **PARTE** não poderá formular pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** com fundamento na ocorrência de evento cujo risco lhe seja integralmente imputado pela **MATRIZ DE RISCOS**.

**26.2.1.4.** O requerimento de reequilíbrio será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO** e sua onerosidade excessiva para a **PARTE**, sob pena de não conhecimento.

**26.2.1.5.** A **AGÊNCIA REGULADORA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da formalização da solicitação apresentada pela **PARTE** requerente, para avaliar os motivos apresentados para a revisão extraordinária do **CONTRATO**.

**26.2.1.6.** Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, não previstos no **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** poderá requerer à **CONCESSIONÁRIA**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, a elaboração do projeto básico das obras e serviços, incluindo o orçamento dos investimentos ou gastos adicionais previstos, nos termos deste **CONTRATO**, que também deverá ser encaminhado à **AGÊNCIA REGULADORA** para apreciação.

**26.2.1.7.** Considera-se motivo para o reequilíbrio do **CONTRATO** a obtenção de benefícios fiscais pela **CONCESSIONÁRIA**, como é o caso de sua habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (**REIDI**) e outros programas ou exonerações fiscais. Neste caso, o reequilíbrio deverá contribuir para a modicidade da **TUF**.

## 26.3. DO PROCEDIMENTO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

**26.3.1.** O procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da **CONCESSIONÁRIA** ou do **PODER CONCEDENTE**, cabendo à **PARTE** pleiteante a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação do evento causador do desequilíbrio à **AGÊNCIA REGULADORA**, mediante a apresentação de, no mínimo:

**26.3.1.1.** Identificação precisa do evento causador do desequilíbrio, contemplando, ainda, dados como a data da ocorrência e a provável duração da hipótese

ensejadora da recomposição, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está contratualmente alocada à outra **PARTE**, por meio da apresentação de relatório técnico, laudo pericial ou estudo independente;

**26.3.1.2.** Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de novos investimentos, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**;

**26.3.1.3.** Identificação dos impactos econômicos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela **PARTE** pleiteante, decorrentes do evento causador do desequilíbrio, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos supostamente desequilibrados;

**26.3.1.4.** Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos;

**26.3.1.5.** O pedido, conforme o caso, deverá conter a indicação da pretensão de revisão do **CONTRATO**, trazendo a demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados e informando os impactos e as eventuais alternativas de balanceamento das prestações entre as **PARTES**;

**26.3.1.6.** De acordo com as eventuais premissas eventualmente definidas pelo **PODER CONCEDENTE**, este poderá solicitar

que a **CONCESSIONÁRIA** demonstra, na hipótese de novos serviços ou investimentos, que os valores necessários para realização de novos investimentos serão calculados com base em valores de mercado, considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

**26.3.2.** A **PARTE** pleiteante deverá, preferencialmente, identificar o evento de desequilíbrio e comunicar à outra **PARTE** em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das

relações contratuais, bem como possibilitar a adequada identificação das consequências do evento causador do desequilíbrio.

**26.3.3.** A omissão de quaisquer das **PARTES** em solicitar a recomposição importará em renúncia desse direito após 5 (cinco) anos, contados da ciência do evento que der causa ao desequilíbrio.

**26.3.4.** Por ocasião de cada processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, serão contemplados conjuntamente os pleitos então existentes de ambas as **PARTES**, de forma a se compensarem impactos econômico-financeiros positivos ou negativos decorrentes dos eventos causadores do desequilíbrio.

**26.3.5.** No caso de pleito apresentado pela **CONCESSIONÁRIA** ou **PODER CONCEDENTE**, a **AGÊNCIA REGULADORA** deverá, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do seu cabimento.

**26.3.6.** A **AGÊNCIA REGULADORA**, ou quem por ela indicado, terá livre

acesso às informações, aos bens e às instalações da **CONCESSIONÁRIA** ou de terceiros por ela contratados, com o intuito de aferir o valor do desequilíbrio alegado pela **CONCESSIONÁRIA** no seu pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**26.3.7.** Após a apresentação de pleito por uma das **PARTES**, a outra **PARTE** deverá apresentar à **AGÊNCIA REGULADORA**, no prazo 30 (trinta) dias, manifestação fundamentada acerca do pedido.

**26.3.8.** Para a confirmação das situações apontadas como ensejadoras de desequilíbrio econômico-financeiro e para o dimensionamento dos efeitos e medidas delas resultantes, a **AGÊNCIA REGULADORA** poderá contar com a participação de entidade especializada, contratada especificamente para essa finalidade, ou solicitar laudos econômicos a serem elaborados por **VERIFICADOR INDEPENDENTE**. Caso se faça necessária a contratação de entidade especializada, os respectivos custos serão arcados pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.3.8.1.** O **PODER CONCEDENTE** ou a **AGÊNCIA REGULADORA** poderá(ão)
também solicitar laudos econômicos ou técnicos elaborados por órgãos ou entidades da Administração Pública Intermunicipal.

**26.3.9.** A metodologia utilizada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será a do fluxo de caixa marginal, conforme procedimentos descritos a seguir:

**26.3.9.1.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma a que seja nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando, na mesma data base:

**26.3.9.1.1.** Os fluxos de caixa dos dispêndios marginais resultantes do

evento que deu origem à recomposição; e

**26.3.9.1.2.** Os fluxos de caixas das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**26.3.10.** Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento causador do desequilíbrio.

**26.3.11.** A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente líquido deve ser obtida nos seguintes termos:

$$TD = (1+0{,}03874) \times (1+TR) - 1$$

Onde:

**TD:** Taxa de desconto real anual;

**TR:** Taxa bruta real de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ (NTN-B) ou, na ausência deste, outro título que o substitua, com vencimento em 15/05/2055 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, ex-ante a dedução do imposto de renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos doze meses.

**26.3.12.** Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais e efetivamente desembolsados.

**26.3.13.** Desde que observada a regra de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, será definida a Taxa de Desconto definitiva para todo o prazo da **CONCESSÃO** quanto aos eventos nela

considerados.

**26.4. DA FORMA DO REEQUILÍBRIO:**

**26.4.1.** A recomposição poderá ser implementada pelos seguintes mecanismos:

**26.4.1.1.** Prorrogação ou redução do **PRAZO** da **CONCESSÃO**;

**26.4.1.2.** Repactuação de metas e prazos;

**26.4.1.3.** Revisão dos **INDICADORES DE DESEMPENHO**;

**26.4.1.4.** Compensação com eventuais créditos tributários vencidos ou vincendos da **CONCESSIONÁRIA**, na forma autorizada por lei;

**26.4.1.5.** Revisão das **TARIFAS**;

**26.4.1.6.** Pagamento de indenização;

**26.4.1.7.** Compensação com penalidades já atribuídas à **CONCESSIONÁRIA**;

**26.4.1.8.** Alterações ou ajustes na modelagem da **CONCESSÃO**; e

**26.4.1.9.** Prorrogação de prazo contratual

**26.4.1.10.** Combinação dos itens acima.

**26.4.2.** Caberá às **PARTES**, em comum acordo, a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos serviços concedidos e a preservação da capacidade de pagamento dos financiamentos, devendo toda a documentação do acordo realizado ser encaminhada à **AGÊNCIA REGULADORA** para

as providências cabíveis.

**26.4.3.** Caso, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de reequilíbrio do **CONTRATO**, não haja acordo a respeito do mecanismo a ser aplicado, o **PODER CONCEDENTE** elegerá os mecanismos de recomposição a serem adotados, a seu exclusivo critério, por meio de decisão motivada.

**26.4.4.** Eventuais divergências surgidas em relação ao reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** não suspendem ou alteram as obrigações das **PARTES** durante a pendência do processo de revisão.

**26.4.4.1.** Não sendo encontrada solução amigável ou em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição ou quanto aos valores ou demais dados indicados, as **PARTES** poderão recorrer aos procedimentos previstos neste **CONTRATO** para a solução da controvérsia.

## 27. REAJUSTE DA TARIFA

**27.1.** O reajuste consiste na atualização dos valores das **TARIFAS**, necessária à manutenção da sua expressão econômica ao longo do tempo, tendo em vista os aumentos de custos pertinentes à inflação.

**27.2.** As TUF e TEP serão reajustadas anualmente, a partir de 12 meses da data-base (julho/2026), por:Tn = T0 × IRnIRn = Σ [pj × (Ij,n ÷ Ij,0)], com Σ pj = 1Onde: T0 = tarifa de referência multiplicada pelo K da PROPOSTA COMERCIAL. O reajuste não incorpora o Fator de Desempenho (FD) nem o CRT. Componentes, índices (Ij) e pesos (pj) são os definidos no Caderno de Encargos:

- Mão de obra: 0,30
- Equipamentos: 0,20
- Obras: 0,10

- Óleo diesel: 0,10
- Serviços: 0,30

**27.3.** O valor devido em cada período será Vn = Tn × Qn × FDn - CRTn, em que Qn é a quantidade faturada e CRTn corresponde a 3% das receitas acessórias do período (cláusula 8.1.2.1 do CONTRATO), deduzido no faturamento

**27.4.** Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice aqui estabelecido, fica, desde já, eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo ou, na hipótese de não determinação deste, aquele que melhor reflita a variação ponderada dos custos da **CONCESSIONÁRIA**, desde que oficialmente divulgado.

**27.5.** O reajuste está previsto de forma expressa na Lei Geral de Concessões, mais precisamente no art. 9º, *caput*, e nos arts. 18, VIII, 23, IV, e 29, V.

## 28. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

**28.1.** A fiscalização da **CONCESSÃO** será exercida pela **AGÊNCIA REGULADORA**, na condição de autoridade regulatória competente, com o suporte do **PODER CONCEDENTE**, podendo contar, quando necessário, com o apoio técnico de terceiros contratados para essa finalidade.

**28.1.1.** Os terceiros eventualmente contratados atuarão exclusivamente no apoio técnico às atividades de fiscalização, não lhes sendo delegados quaisquer poderes decisórios, sancionatórios ou de polícia administrativa, os quais permanecerão integralmente atribuídos à **AGÊNCIA REGULADORA** e ao **PODER CONCEDENTE**, nos limites de suas respectivas competências.

**28.2.** A fiscalização deverá obedecer às orientações, às normatizações e aos cronogramas de fiscalização emitidos pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

**28.3.** A fiscalização da **CONCESSÃO** terá livre e incondicional acesso às instalações da **CONCESSIONÁRIA**, bem como aos dados e às demais instalações utilizadas na execução do **CONTRATO**, devendo a **CONCESSIONÁRIA** aceitar e facilitar o trabalho da fiscalização.

**28.4.** O **PODER CONCEDENTE** deverá manter a **AGÊNCIA REGULADORA** informada de todas as providências e diligências realizadas por descumprimento do **CONTRATO** pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como informar sobre eventuais infrações por parte da **CONCESSIONÁRIA**, que se submeterá às punições impostas pela **AGÊNCIA REGULADORA** após a devida averiguação dos fatos.

**28.5.** Após o início da prestação dos serviços obrigatórios, a **CONCESSIONÁRIA** deverá repassar à **AGÊNCIA REGULADORA**, mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao vencido, a título de remuneração pelas atividades de regulação e fiscalização, o valor de 0,5% (meio por cento) sobre as receitas provenientes da implementação e da cobrança da **TUF-D**.

**28.5.1.** Caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS** aos serviços opcionais, a base de cálculo da remuneração da **AGÊNCIA REGULADORA** deverá incluir a **TUF-C** e a **TEP** efetivamente recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**.

**28.5.2.** As despesas com regulação e fiscalização serão consideradas ordinárias e não ensejarão direito a pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato quando se mantiverem dentro do intervalo de 1,0% (um por cento) a 2,0% (dois por cento).

**28.5.3.** Na hipótese de as despesas de regulação e fiscalização situarem-se fora do intervalo estabelecido na Subcláusula anterior, qualquer das partes poderá pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-

financeiro do Contrato, limitada à parcela que exceder os referidos limites.

**28.6.** A fiscalização da **AGÊNCIA REGULADORA** em nada restringe a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** no que concerne aos serviços concedidos e às consequências e implicações imediatas ou remotas decorrentes da sua irregular prestação.

## 29. DO SISTEMA DE GOVERNANÇA CONTRATUAL

**29.1.** As **PARTES** se obrigam a instituir um Sistema de Governança Contratual, com a finalidade de promover a articulação institucional, o acompanhamento da execução do **CONTRATO** e o alinhamento operacional entre o **PODER CONCEDENTE**, os **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** e a **AGÊNCIA REGULADORA**, observados os princípios da legalidade, eficiência, transparência, integridade e responsabilidade.

**29.2.** O Sistema de Governança Contratual possui natureza consultiva e de acompanhamento, não lhe sendo atribuídos poderes de gestão direta do **CONTRATO**, de substituição das atividades de fiscalização ou regulação, nem de criação, modificação ou extinção de obrigações contratuais.

**29.3.** O Sistema de Governança será operacionalizado, principalmente, por meio do Comitê de Acompanhamento da Concessão, instância colegiada destinada ao acompanhamento sistêmico da execução contratual e à formulação de recomendações técnicas e institucionais, sem caráter vinculante.

**29.4.** O Comitê de Acompanhamento da Concessão será composto por:

I – 01 (um) representante do **PODER CONCEDENTE**;

II – 01 (um) representante da **CONCESSIONÁRIA**;

III – 01 (um) representante dos **MUNICÍPIOS**;

IV – 01 (um) representante da **AGÊNCIA REGULADORA**, quando aplicável;

V – o **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, quando contratado, na condição de participante técnico, sem direito a voto.

**29.5.** Os membros do Comitê deverão ser formalmente designados pelas respectivas instituições, admitida a substituição a qualquer tempo, mediante comunicação às demais **PARTES**.

**29.6.** Compete ao Comitê de Acompanhamento da Concessão, dentre outras atribuições compatíveis com sua natureza consultiva:

I – acompanhar a execução do **CONTRATO** e a prestação dos serviços concedidos;

II – analisar informações consolidadas sobre indicadores de desempenho, níveis de serviço e metas contratuais;

III – discutir questões operacionais de caráter sistêmico que impactem a execução da **CONCESSÃO**;

IV – promover a articulação institucional entre o **PODER CONCEDENTE**, os **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** e a **AGÊNCIA REGULADORA**;

V – formular recomendações técnicas e institucionais ao **PODER CONCEDENTE** e à **CONCESSIONÁRIA**, sem efeito vinculante.

**29.7.** O Comitê de Acompanhamento da Concessão reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias, mediante solicitação fundamentada de qualquer de seus membros.

**29.8.** As reuniões serão presididas pelo representante do **PODER CONCEDENTE**, cabendo-lhe coordenar os trabalhos e definir a pauta, admitida a inclusão de temas sugeridos pelos demais membros.

**29.9.** De cada reunião será lavrada ata, a qual deverá registrar as discussões havidas e as recomendações eventualmente formuladas, sem caráter vinculante, sendo disponibilizada às **PARTES**.

**29.10.** As manifestações e recomendações emanadas do Comitê de Acompanhamento da Concessão:

I – não substituem as atribuições de fiscalização, regulação ou controle;

II – não alteram o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**;

III – não criam obrigações não previstas contratualmente;

IV – não afastam a aplicação de penalidades contratuais ou regulatórias cabíveis.

## 30. PENALIDADES

**30.1.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá ser penalizada por descumprimento total ou parcial de quaisquer condições ou obrigações decorrentes deste **CONTRATO** e do **EDITAL** de **LICITAÇÃO**, assegurada a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, nos termos da lei.

**30.1.1.** Caberá à **AGÊNCIA REGULADORA** a aplicação das penalidades correspondentes às faltas ou infrações cometidas, com gradação em função da natureza da infração.

**30.1.2.** O não cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos Itens do **CONTRATO**, do **EDITAL** e seus respectivos **ANEXOS**, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação, isolada ou concomitantemente, das seguintes penalidades:

**30.1.2.1.** Advertência formal, por escrito, quando o descumprimento não justificar a aplicação de outra sanção prevista no **CONTRATO**, que será acompanhada de determinação de adoção das medidas corretivas necessárias;

**30.1.2.2.** Multa de até 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao dia,

calculada sobre o valor do serviço (relacionado ao descumprimento), multiplicado pelo número de dias relativos ao descumprimento. O valor limite acumulado de multas por mês é de 1,00% (um por cento) do valor anual do **CONTRATO**, apurado com base na média do valor do **CONTRATO** no período de 12 (doze) meses anteriores à data da infração.

**30.1.2.3.** Declaração de caducidade da **CONCESSÃO**;

**30.1.2.4.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **MUNICÍPIOS** e perante o **CDS VELHO CHICO**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**30.1.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos

**30.1.3.** A **AGÊNCIA REGULADORA**, na definição e dosimetria das penalidades correspondentes, observará os seguintes parâmetros, com vistas a assegurar a efetividade e a proporcionalidade da medida:

**30.1.3.1.** A natureza e a gravidade da infração, sendo que o não cumprimento dos prazos fixados no Cronograma da **CONCESSÃO**, contido no **CADERNO DE ENCARGOS**, será considerado como uma infração de natureza grave, salvo se por motivo de **CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**;

**30.1.3.2.** As peculiaridades do caso concreto, tais como a vantagem auferida pela **CONCESSIONÁRIA** em virtude da infração e a situação econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do **CONTRATO**;

**30.1.3.3.** Os danos resultantes ao **PODER CONCEDENTE**, ao **CONTRATO**, à segurança pública, ao meio ambiente e aos **USUÁRIOS**;

**30.1.3.4.** As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes na prática da infração, dentre elas, os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**, a reincidência e a boa ou a má-fé da **CONCESSIONÁRIA**;

**30.1.3.5.** A proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de **USUÁRIOS** atingidos e ao prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

**30.1.3.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**30.1.4.** A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da **CONCESSIONÁRIA**, devendo o **CONCEDENTE** assegurar a devolução, pela **CONCESSIONÁRIA**, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a prática da infração, podendo, para tanto, executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO** e/ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

**30.1.5.** O processo de aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** terá início com a lavratura do auto de infração pela **AGÊNCIA REGULADORA**, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

**30.1.6.** Lavrado o auto, a **CONCESSIONÁRIA** será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 20 (vinte) dias úteis.

**30.1.7.** No mesmo prazo de que trata o subitem anterior, a

**CONCESSIONÁRIA** poderá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada pela **AGÊNCIA REGULADORA**, hipótese em que a penalidade aplicável deverá ser reavaliada.

**30.1.8.** Na fase de instrução, a **CONCESSIONÁRIA** pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia, bem como pode juntar documentos e/ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo à **AGÊNCIA REGULADORA** recusar provas ilícitas e/ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, desde que motivadamente.

**30.1.9.** Encerrada a instrução processual, a **AGÊNCIA REGULADORA** decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultada à **CONCESSIONÁRIA** a interposição de recurso para o Presidente do **CDS VELHO CHICO**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato.

**30.1.10.** Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante previsto no art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**30.1.11.** Após a decisão de eventual recurso interposto pela **CONCESSIONÁRIA**, a **AGÊNCIA REGULADORA** emitirá, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, documento de cobrança contra a **CONCESSIONÁRIA**, que deverá pagar o valor correspondente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação. Caso não o faça, a **AGÊNCIA REGULADORA** informará o valor da multa à instituição financeira administradora da **CONTA TRANSITÓRIA** para que efetue, no modo e no prazo estabelecidos no Subcláusula 8.8, a liberação o valor para o **PODER CONCEDENTE**.

**30.1.12.** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do **CDS VELHO CHICO**.

**30.1.13.** A aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** pelo descumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** não se confunde com o mecanismo de pagamento fundado na sistemática de avaliação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO**, previstos no **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**30.1.14.** Independentemente dos direitos e princípios previstos no **CONTRATO**, poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, que não se confundem com o procedimento de intervenção, desde que sejam observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, nas seguintes situações:

**30.1.14.1.** Risco de descontinuidade da prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO**;

**30.1.14.2.** Dano grave aos direitos dos **USUÁRIOS**, à segurança pública ou ao meio ambiente;

**30.1.14.3.** Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

**30.1.15.** Alternativamente, a critério do **CONCEDENTE**, o limite poderá ser estabelecido em termos de prazo (dias), sendo que qualquer infração ou inadimplência na prestação dos serviços não poderá ultrapassar 06 (seis) meses de duração sem ser sanada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**30.1.16.** Assim que for atingida a primeira condição limite, o **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na administração da **CONCESSIONÁRIA**, a fim de obter a realização do serviço ou o cumprimento da obrigação contratual, agindo posteriormente contra a **CONCESSIONÁRIA** para fins de ressarcimento de eventuais despesas ou para a regularização definitiva do problema.

**30.1.17.** Observadas as regras e condições da Subcláusula 30.1 deste

**CONTRATO**, poderão ser aplicadas as seguintes multas à **CONCESSIONÁRIA**, calculadas sobre o valor da **RECEITA ORDINÁRIA**, exclusivamente das **TUFs**, apurada nos 12 (doze) meses anteriores a cada infração.

**30.1.18.** Multa indenizatória de 1,00% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da **RECEITA ORDINÁRIA** do **CONTRATO**, quando a **CONCESSIONÁRIA**:

**30.1.18.1.** Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

**30.1.18.2.** Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem autorização do **CDS VELHO CHICO**;

**30.1.18.3.** Desatender às determinações da fiscalização;

**30.1.18.4.** Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais aplicáveis;

**30.1.18.5.** Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao **CONCEDENTE** ou a terceiros, independente da obrigação da **CONCESSIONÁRIA** em reparar os danos causados.

**30.1.19.** Multa indenizatória de 1,00% (um por cento) calculada sobre o valor anual da **RECEITA ORDINÁRIA** do **CONTRATO**, na hipótese de rescisão contratual por culpa da **CONCESSIONÁRIA**.

## 31. SEGUROS

**31.1.** A **CONCESSIONÁRIA** manterá vigentes, durante o período de vigência do **CONTRATO**, apólices de seguros com seguradora devidamente autorizada a operar pela **SUSEP**, cobrindo:

**31.1.1.** Danos materiais, englobando todos os riscos materiais ao **OBJETO** do **CONTRATO** e todos os bens da **CONCESSIONÁRIA**, fundamentais para a execução do **CONTRATO**, incluindo instalações, máquinas e equipamentos (Riscos Operacionais), no valor mínimo de R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos)

**31.1.2.** Responsabilidade Civil para a cobertura de todos os danos, materiais e morais, que possam ser causados a propriedades ou pessoas, incluindo prepostos, empregados, por qualquer ação relacionada aos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito deste **CONTRATO**, com a Cobertura Básica RC e com limite não inferior a R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos), incluindo as seguintes coberturas adicionais:

- Responsabilidade civil cruzada;
- Fundações;
- Poluição súbita/acidental;
- Tumultos;
- Danos a instalações e redes de serviços públicos;
- Circulação de equipamentos em vias adjacentes;
- RC subsidiária de mercadorias transportadas por terceiros;
- Equipamentos a serviço do segurado;
- Responsabilidade civil empregador; e
- Danos morais decorrentes de todas as coberturas.

**31.1.3.** Riscos de execução de implantação de obras e serviços durante a Fase 2 de operação do **CONTRATO** (Riscos de Engenharia), na modalidade *All Risks*, no valor mínimo de R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos).

**31.2.** Os limites de cobertura das apólices deverão situar-se em níveis adequados às características dos serviços e ao mercado segurador, observando o valor mínimo acima referido. Os valores fixados acima serão

corrigidos pela variação do **IPCA**, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do **CONTRATO**, devendo a **CONCEDENTE** fazer os seguros complementares e emitir os endossos das apólices ou novas apólices que cubram a diferença apurada nos reajustes.

**31.3.** Todas as apólices de seguro incluirão como cossegurado o **CDS VELHO CHICO**.

**31.4.** Na apólice de seguro deve constar a obrigação de a seguradora informar à **CONCESSIONÁRIA** e ao **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sobre quaisquer fatos que impliquem cancelamento parcial ou total dos seguros previstos, redução nas coberturas, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas, devendo também ser informada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos o vencimento dos seguros, obrigando-se a **CONCESSIONÁRIA**, no caso de cancelamento e/ou redução do valor do seguro, a apresentar ao **CONCEDENTE** nova apólice de seguro com a recomposição do valor original previsto neste **CONTRATO**.

**31.5.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer ao **CONCEDENTE**, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data de assinatura do **CONTRATO**, bem como do término de cada ano fiscal, um certificado confirmando que todas as apólices de seguro estão válidas naquela data e que os respectivos prêmios vencidos se encontram pagos, além de apresentar as apólices complementares decorrentes do valor do reajuste praticado na forma deste Item. As apólices de seguro deverão conter obrigatoriamente cláusula de que a seguradora se obriga a pagar o valor do sinistro no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

**31.6.** Os montantes cobertos pelos seguros, incluídos os danos materiais e os danos morais abrangidos, deverão atender os limites máximos estabelecidos nas respectivas apólices.

**31.7.** A **CONCESSIONÁRIA** assume toda a responsabilidade por eventuais omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o **CONTRATO**, bem como pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro.

**31.8.** A existência de cobertura securitária não exime a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** de substituir os bens que tenham sido danificados ou inutilizados, nem tampouco de pagar, na hipótese de ser condenada a tanto, os valores dos danos que ultrapassem o valor segurado, mantendo sempre indene o **CONCEDENTE**, a **AGÊNCIA REGULADORA** ou quaisquer de seus respectivos servidores e representantes de qualquer pleito que possa ser feito por quaisquer terceiros.

## 32. BENS

**32.1.** Vinculam-se à **CONCESSÃO** os bens utilizados na execução dos serviços que:

**32.1.1.** Estejam sob o domínio ou sob o uso do **CONCEDENTE** e sejam cedidos para uso da **CONCESSIONÁRIA**; e

**32.1.2.** Pertençam à **CONCESSIONÁRIA** ou sejam por esta adquiridos com o objetivo de executar o presente **CONTRATO**.

**32.2.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** se obriga a entregar ao **CDS VELHO CHICO** uma lista de todos os **BENS REVERSÍVEIS** que serão empregados na prestação dos serviços concedidos, identificando-os inclusive no que se refere ao estado de conservação, e apresentando, sempre que possível, fotos. No caso dos veículos, estes deverão ser identificados por tipo, número de chassis e do **RENAVAN**, ano de fabricação e outros dados que os caracterizem.

**32.2.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, ainda, indicar eventuais bens do **CDS VELHO CHICO** que, porventura, sejam a ela cedidos, na forma do Item 31.1.1.

**32.2.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, também, indicar os bens de sua titularidade que sejam de uso administrativo e/ou não essenciais à prestação dos **SERVIÇOS**, excluídos, portanto, do conceito de **BENS REVERSÍVEIS**.

**32.2.3.** A **CONCESSIONÁRIA** deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **BENS REVERSÍVEIS** e dos bens cedidos pelo **CDS VELHO CHICO**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, acessibilidade, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.

**32.2.3.1.** No caso de quebra, obsolescência ou extravio dos **BENS REVERSÍVEIS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar o imediato conserto, substituição ou reposição do bem, observada a continuidade dos serviços, obrigando-se ainda a apresentar à **AGÊNCIA REGULADORA**, sempre que novos bens venham a ser adquiridos ou de qualquer forma substituídos, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório atualizado.

**32.2.3.2.** A partir da apresentação do relatório de que trata a Subcláusula 32.2, a relação dos bens, incluindo os **BENS REVERSÍVEIS**, deverá ser atualizada e apresentada, anualmente, pela **CONCESSIONÁRIA** à **AGÊNCIA REGULADORA**, até o final da **CONCESSÃO**, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO**.

**32.3.** Todos os **BENS REVERSÍVEIS** ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela **CONCESSIONÁRIA**

durante a **CONCESSÃO**, de acordo com os termos da legislação vigente.

**32.4.** Ao término da **CONCESSÃO**, por qualquer motivo, a reversão dos bens ao **PODER CONCEDENTE** será gratuita e automática, com os bens em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributo, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela **CONCESSIONÁRIA**, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena **OPERAÇÃO** dos serviços.

**32.5.** Os **BENS REVERSÍVEIS** não poderão ser alienados, cedidos ou, sob qualquer forma, transferidos a terceiros sem a prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, que dependerá da análise das razões apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA** e dos bens e/ou outras utilidades que serão adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** para substituir os **BENS REVERSÍVEIS** que vierem a ser alienados, cedidos ou transferidos.

**32.5.1.** Pertencerão ao **CONCEDENTE** todas as obras, melhorias, equipamentos, *softwares*, benfeitorias e acessões realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** em relação aos **BENS REVERSÍVEIS** indicados neste **CONTRATO**.

**32.5.2.** É vedada a oferta de **BENS REVERSÍVEIS** em garantia, salvo para o financiamento da sua aquisição pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**.

**32.5.3.** Todos os negócios jurídicos da **CONCESSIONÁRIA** com terceiros que envolvam os

**BENS REVERSÍVEIS** deverão mencionar expressamente sua vinculação.

**32.6.** Os bens eventualmente adquiridos pelo **CDS VELHO CHICO** não integrarão o patrimônio da **CONCESSIONÁRIA**, mesmo em caso de serem por esta utilizados, permanecendo assim na propriedade do **CDS VELHO**

**CHICO** até o final do **CONTRATO**.

## 33. FINANCIAMENTO

**33.1.** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pela obtenção dos recursos financeiros destinados à implantação e operação dos serviços, inclusive por intermédio de financiamentos.

**33.2.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá dar, com prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, o presente **CONTRATO** e/ou os direitos dele emergentes em garantia para o financiamento obtido conforme este Item.

**33.3.** Para assegurar a continuidade da **CONCESSÃO**, é facultada aos financiadores da **CONCESSIONÁRIA**, mediante autorização prévia e formal do **CONCEDENTE**, a assunção do controle societário da **CONCESSIONÁRIA** nos seguintes casos:

**33.3.1.** Inadimplência de financiamento contratado pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que prevista esta possibilidade nos respectivos contratos de financiamento;

**33.3.2.** Nas demais hipóteses previstas no(s) contrato(s) celebrado(s) entre a **CONCESSIONÁRIA** e seu(s) financiador(es).

**33.4.** Quando configurada inadimplência do financiamento, que possa dar ensejo à transferência mencionada neste Item, o financiador deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONCEDENTE**, informando sobre a inadimplência e abrindo à **CONCESSIONÁRIA** prazo para purgar o inadimplemento.

**33.5.** Para que possam assumir o controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, os financiadores deverão:

**33.5.1.** Comprometer-se a cumprir todas as disposições do **CONTRATO**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**; e

**33.5.2.** Informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços.

**33.6.** A assunção do controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos deste subitem, não altera as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** perante o **CONCEDENTE**.

## 34. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

**34.1.** Para fins deste **CONTRATO**, incluem-se no conceito de **CASO FORTUITO** e **FORÇA MAIOR**, sem prejuízo de outros, fato de terceiros ou eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou danos causados por terceiros aos **BENS VINCULADOS**, não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela **CONCESSIONÁRIA** ou pela garantia do fabricante.

## 35. SPE E COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**35.1.** A **CONCESSIONÁRIA** será necessariamente uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), deverá ser estruturada sob a forma de sociedade por ações ou sociedade limitada, e deverá indicar, em seu estatuto ou contrato social, como finalidade exclusiva, a exploração do **OBJETO** da **CONCESSÃO**, sendo a sua composição societária aquela apresentada na **LICITAÇÃO** e constante de seus instrumentos societários, que deverão ser entregues, atualizados, ao **CONCEDENTE**.

**35.2.** O capital social subscrito da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser igual ou superior a R$ 6.397.735 (seis milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta cinco reais) seguindo as seguintes diretrizes:

**35.2.1.** Antes da data de assinatura do **CONTRATO**, o valor R$1.711.596,71

(um milhão e setecentos e onze mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos);

**35.2.2.** No prazo de até 60 (sessenta) meses, contados da data de eficácia do **CONTRATO**, o valor remanescente de R$4.686.138,29 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e oito reais e vinte e nove centavos);

**35.3.** No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404/1976.

**35.4.** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter o **CONCEDENTE** permanentemente informado sobre a integralização do capital de que tratam os itens anteriores, sendo facultado ao **CONCEDENTE** realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.

**35.5.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá, durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, reduzir o seu capital abaixo do valor mínimo estabelecido no Subcláusula 35.2 deste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**. Fica, desde logo, estabelecido que não poderá ser concedida a autorização para a redução do capital social nas hipóteses de a **CONCESSIONÁRIA** não cumprir os prazos dos marcos de investimentos constantes no **ESTUDOS DE VIABILIDADE E MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA – EVEF** (**ANEXO III** do **EDITAL**) e **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**) e/ou não atingir a nota mínima no **QID** relativa ao ano imediatamente anterior ao da solicitação de redução, constante do **ÍNDICES DE DESEMPENHO** do **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**35.6.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

**35.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá ter prazo de duração mínimo igual ao prazo da **CONCESSÃO** e possuir sede em um dos **MUNICÍPIOS** do **CDS VELHO CHICO**. Em caso de prorrogação do prazo da **CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** se obriga, em data anterior à modificação do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, a arquivar na Junta Comercial a respectiva alteração do prazo de duração da **SPE**.

**35.8.** A **CONCESSIONÁRIA** deve comunicar imediatamente ao **CONCEDENTE** as alterações na sua composição societária, existente à época de assinatura do **CONTRATO**, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas no **CONTRATO** referentes à transferência do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA**.

**35.9.** Qualquer transferência ou alteração no **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** durante toda a vigência do **CONTRATO**, a contar da data da sua assinatura, deverá ser previamente autorizada, por escrito, pelo **PODER CONCEDENTE** e **AGÊNCIA REGULADORA**, nos termos do art. 27 da Lei Federal nº 8.987/1995 e do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.079/2004, sob pena de caducidade (Subcláusula 39.1.8), aplicando-se à assunção do controle pelos financiadores o disposto na Subcláusula 33.3.

## 36. INTERVENÇÃO

**36.1.** O **CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO**, na forma da lei, com a finalidade de assegurar a adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas estabelecidas neste **CONTRATO**.

**36.2.** A intervenção far-se-á por ato administrativo específico, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, o objeto e os limites da medida e deverá ser concluída no prazo improrrogável de 180 (cento

e oitenta) dias, sendo que a **CONCESSIONÁRIA**, em face de eventual descumprimento deste limite, poderá requerer, diretamente ao **CONCEDENTE**, a declaração da invalidade da intervenção, com a consequente retomada dos serviços.

**36.3.** Declarada a intervenção, o **CONCEDENTE** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à **CONCESSIONÁRIA**.

**36.4.** Na hipótese de ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos referidos neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** poderá requerer, diretamente ao **CONCEDENTE**, a declaração da sua invalidade, a qual, se confirmada, acarretará a devolução imediata dos serviços à sua administração.

**36.5.** Cessada a intervenção e não havendo rescisão do **CONTRATO**, a administração dos serviços será devolvida à **CONCESSIONÁRIA,** precedida da prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

## 37. EXTINÇÃO

**37.1.** Extinguir-se-á o **CONTRATO** por:

**37.1.1.** Advento do termo contratual;

**37.1.2.** Encampação;

**37.1.3.** Caducidade;

**37.1.4.** Rescisão;

**37.1.5.** Anulação; ou

**37.1.6.** Extinção ou falência da **CONCESSIONÁRIA**.

**37.2.** Extinto o **CONTRATO**, retornarão imediatamente ao **CONCEDENTE** todos os ativos relacionados à prestação dos serviços, compreendendo os bens constantes do inventário dos bens utilizados para a exploração da

**CONCESSÃO**, na forma da Cláusula 32.

**37.3.** Extinto o **CONTRATO**, haverá a imediata assunção dos serviços pelo **CONCEDENTE**, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

**37.4.** A **CONCESSIONÁRIA** será indenizada pelos valores pendentes de bens, equipamentos e instalações reversíveis que não estiverem totalmente amortizados ou depreciados à data de extinção da **CONCESSÃO**, na forma prevista no **CONTRATO**.

**37.5.** Na hipótese de extinção do **CONTRATO** por uma das formas da Subcláusula 37.1, eventuais multas ou indenizações devidas pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE** poderão, após instaurado e concluído o processo administrativo respectivo e comprovada a inadimplência da **CONCESSIONÁRIA**, ser descontados de eventuais créditos da **CONCESSIONÁRIA**.

**37.6.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA**, cobrirá:

**37.6.1.** Os bens reversíveis ao Poder Público e as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

**37.6.2.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do **CONTRATO**; e

**37.6.3.** Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

## 38. ENCAMPAÇÃO

**38.1.** O **CONCEDENTE** poderá, a qualquer tempo, encampar a **CONCESSÃO**, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da Subcláusula 38.2.

**38.2.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de encampação cobrirá:

**38.2.1.** As parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

**38.2.2.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos, contraídos com vistas ao cumprimento do **CONTRATO**;

**38.2.3.** Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

**38.2.4.** Os lucros cessantes, na forma da Cláusula 38.5, e, demais danos emergentes, não previstos na Cláusula 31.2, que vierem a ser regularmente comprovados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**38.3.** Exclusivamente para fins da indenização contemplada no Item 38.1:

**38.3.1.** O método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o **PRAZO DA CONCESSÃO**;

**38.3.2.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de juros durante o período de construção;

**38.3.3.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;

**38.3.4.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de margem de construção;

**38.3.5.** Não serão considerados eventuais ágios de aquisição.

**38.4.** Os componentes indicados nas Subcláusulas 38.2.1 e 38.2.4 deverão ser atualizados conforme o IPCA/IBGE do período compreendido entre (a) o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento ou (b) o fato gerador dos encargos e ônus, até o ano contratual da data do pagamento da indenização.

**38.5.** O componente indicado na Subcláusula 38.2.4 será calculado de acordo com a seguinte fórmula: $LC = ((A \times (1+WACC)) + (O \times (1 + WACC))) \times (1+NTNB')^{n} - 1$, onde:

**LC =** lucros cessantes indicados na Subcláusula 38.2.4

**A =** os investimentos indicados na Subcláusula 38.2.1

**NTNB' =** Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 15/05/2055 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos 12 (doze) meses.

**n =** período restante entre a data do pagamento da indenização e o advento do termo contratual, caso não houvesse a extinção antecipada do CONTRATO, na mesma base da NTNB'.

**O =** OPEX Médio Anual

**WACC ("WEIGHTED AVERAGE CAPITAL COST") =** Custo Médio Ponderado de Capital

**38.6.** O pagamento realizado na forma estabelecida neste Item corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo **CONCEDENTE** em decorrência da indenização por encampação, ressalvada situação excepcional devidamente comprovada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**38.7.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do **CONTRATO** poderá ser realizada por:

**38.7.1.** Assunção, pelo **CONCEDENTE** ou por terceiros, por sub-rogação perante os **FINANCIADORES** credores, das obrigações contratuais remanescentes da **CONCESSIONÁRIA**; ou

**38.7.2.** Prévia indenização à **CONCESSIONÁRIA**, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Subcláusula 38.2, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante **FINANCIADORES** credores.

**38.8.** O valor indicado na Subcláusula 38.7.2, acima, poderá ser pago pelo **PODER CONCEDENTE** diretamente aos **FINANCIADORES**, conforme aplicável.

**38.9.** O valor referente à desoneração tratada na Subcláusula 38.7, acima, deverá ser descontado do montante da indenização devida.

**38.10.** As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** serão descontados da indenização bruta prevista para o caso de encampação.

**38.11.** O **CONCEDENTE** determinará e pagará a indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** antes da encampação da **CONCESSÃO**.

## 39. CADUCIDADE

**39.1.** A caducidade da **CONCESSÃO** poderá ser declarada pelo **CONCEDENTE** por:

**39.1.1.** Inexecução total ou parcial relevante dos serviços e obras previstos no **CONTRATO**, por período superior a 90 (noventa) dias;

**39.1.2.** Prestação recorrentemente inadequada ou insuficiente dos serviços, tendo por base as normas, procedimentos e critérios técnicos estabelecidos neste **CONTRATO**, no **EDITAL** e seus **ANEXOS** e na **PROPOSTA**;

**39.1.3.** Descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, de disposições legais ou contratuais referentes à **CONCESSÃO**;

**39.1.4.** Paralisação, total ou parcial, da prestação dos serviços pela **CONCESSIONÁRIA**, por período superior a 90 (noventa) dias, ressalvadas as hipóteses decorrentes de **CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**;

**39.1.5.** Perda, pela **CONCESSIONÁRIA**, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessárias à manutenção da prestação adequada dos serviços;

**39.1.6.** Descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das penalidades impostas pelo

**CONCEDENTE** ou da obrigação de regularização dos serviços;

**39.1.7.** Condenação da **CONCESSIONÁRIA** com sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições fiscais; e

**39.1.8.** Transferência da **CONCESSÃO** ou do controle acionário da **CONCESSIONÁRIA** sem prévia autorização do **CONCEDENTE**.

**39.1.9.** A apuração de IDG inferior a 0,60 em períodos consecutivos, ou em períodos alternados no intervalo de 60 (sessenta) meses, caracteriza prestação inadequada do serviço, para os fins do art. 38, § 1º, I, da Lei nº 8.987/1995, sem prejuízo do devido processo administrativo.

**39.2.** A declaração de caducidade da **CONCESSÃO** deverá ser precedida da verificação da inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo específico, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao devido processo legal.

**39.3.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência da **CONCESSIONÁRIA**, a caducidade será declarada por ato administrativo específico, independentemente de indenização prévia calculada no decurso do processo, da qual deverá ser descontado o valor das multas contratuais e dos demais danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**39.4.** Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não restará para o **CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

**39.5.** A declaração de caducidade acarretará, ainda:

**39.5.1.** A execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **CONCEDENTE**; e

**39.5.2.** Retenção de eventuais créditos decorrentes do **CONTRATO**, até o

limite dos prejuízos causados ao **CONCEDENTE**.

**39.6.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a **BENS REVERSÍVEIS** ainda não amortizados.

**39.7.** Do montante previsto no Item anterior, serão descontados:

**39.7.1.** Os prejuízos causados pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** e à sociedade,
devidamente comprovados;

**39.7.2.** As multas contratuais aplicadas à **CONCESSIONÁRIA** que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização; e

**39.7.3.** Quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

## 40. SUBCONTRATAÇÃO

**40.1.** Nos termos dos artigos 25 da Lei Federal nº 8.987/95 e da Lei Federal nº 14.133/21, será permitida a subcontratação de empresas, denominadas simplesmente **SUBCONTRATADAS**, para a prestação de parcela do **OBJETO**, desde que o **CONCEDENTE** seja comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis e aprove a realização, de forma prévia e escrita.

**40.2.** Em atendimento à Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, as subcontratações permitidas serão limitadas pela natureza da atividade, sendo vedadas aquelas que envolvam as parcelas de maior relevância técnica do **CONTRATO**.

**40.3.** As subcontratações propostas pela **CONCESSIONÁRIA** somente se

efetivarão mediante aprovação expressa do **CONCEDENTE**.

**40.4.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessárias à execução da parcela do serviço subcontratado.

**40.5.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa às **SUBCONTRATADAS**, empregados e terceirizados.

## 41. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**41.1.** As despesas dos serviços prestados aos **MUNICÍPIOS**, relativos à **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, **RCD** e **RSS** correrão à conta da dotação orçamentária do(s) **MUNICÍPIO**(s) respectivo(s), a ser registrada no **ANEXO IV** do **CONTRATO** e devidamente consignadas no Plano Plurianual e nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais.

**41.2.** As despesas dos serviços prestados aos **MUNICÍPIOS**, relativos à **COLETA, TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RDO**, por sua vez, correrão à conta da cobrança de tarifas diretamente aos **USUÁRIOS** do **SISTEMA**.

## 42. RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

**42.1.** Em caso de disputas ou controvérsias oriundas deste **CONTRATO**, as **PARTES** se reunirão e buscarão dirimi-las consensualmente,

convocando, sempre, suas instâncias diretivas com poderes para decisão.

**42.2.** A **PARTE** interessada notificará a outra **PARTE** por escrito, apresentando todas as suas alegações acerca da disputa ou controvérsia, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução ou elucidação.

**42.2.1.** A **PARTE** notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.

**42.2.2.** Caso a **PARTE** notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as **PARTES** darão por encerrada a disputa ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar o quanto acordado.

**42.2.3.** Caso não concorde, a **PARTE** notificada deverá apresentar à outra **PARTE**, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para a solução do impasse.

## 43. COMISSÃO TÉCNICA

**43.1.** Qualquer das **PARTES** poderá convocar a instauração de Comissão Técnica específica (*ad hoc*) para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do **CONTRATO**.

**43.1.1.** As **PARTES** poderão acordar que a Comissão Técnica tenha funcionamento permanente, hipótese em que deverão estabelecer em comum acordo as regras de funcionamento do referido órgão.

**43.1.2.** A Comissão Técnica não poderá revisar os termos do **CONTRATO**.

**43.1.3.** As despesas necessárias ao funcionamento da Comissão Técnica

serão arcadas pela **CONCESSIONÁRIA**, com exceção da remuneração eventualmente devida aos membros indicados pelo **CONCEDENTE**.

**43.2.** A **PARTE** interessada terá o prazo de 15 (quinze) dias a partir do evento causador da controvérsia para solicitar a instauração da Comissão Técnica.

**43.2.1.** Cada **PARTE** deverá indicar seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação para a instauração da Comissão Técnica.

**43.2.2.** Os membros da Comissão Técnica serão designados da seguinte forma, tendo, cada um deles, direito a um voto nas deliberações:

**43.2.2.1.** Um membro indicado pelo **CONCEDENTE**;

**43.2.2.2.** Um membro pela **CONCESSIONÁRIA**; e

**43.2.2.3.** Um membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as **PARTES**, na hipótese de divergências de questões estritamente econômicas ou relacionadas aos **ÍNDICES DE DESEMPENHO**.

**43.3.** Após a instauração da Comissão Técnica, o procedimento para solução de divergências se iniciará mediante a comunicação à outra **PARTE** de que uma solicitação de pronunciamento foi apresentada à Comissão Técnica.

**43.3.1.** Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à Comissão Técnica constituída e à **PARTE** reclamada, juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a compreensão da demanda.

**43.3.2.** No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da

comunicação referida no Subitem anterior, a **PARTE** reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada.

**43.4.** O parecer da Comissão Técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela Comissão Técnica, das alegações apresentadas pela **PARTE** reclamada.

**43.5.** Os pareceres da Comissão Técnica serão considerados aprovados, se contarem com o voto favorável da totalidade de seus membros.

**43.6.** A atuação da Comissão Técnica será considerada prejudicada se a **PARTE** se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante, ou se a solução não for apresentada pela Comissão Técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento.

**43.7.** A decisão da Comissão Técnica, retratada no parecer a que se refere este item, será vinculante até que sobrevenha eventual decisão arbitral sobre a divergência.

**43.7.1.** Se nenhuma das **PARTES** solicitar a instauração de procedimento arbitral no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da decisão da Comissão Técnica, esta será considerada definitivamente aceita, precluindo o direito das **PARTES** de a impugnarem.

**43.7.2.** Caso a solução proposta pela Comissão Técnica seja aceita pelas **PARTES**, poderá ser incorporada ao **CONTRATO** mediante assinatura de termo aditivo.

**43.8.** A submissão de qualquer questão à Comissão Técnica não exonera a **CONCESSIONÁRIA** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais.

## 44. FINANCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E REPOSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA

### 44.1. REGRAS GERAIS:

**44.1.1.** Ressalvadas as exceções expressamente previstas neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos Financiamentos necessários à implantação e reposição da infraestrutura e operação dos Serviços, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

**44.1.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **CONCEDENTE** cópia autenticada dos contratos de Financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha eventualmente a emitir, e quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura e/ou emissão, conforme o caso.

**44.1.3.** Quando da contratação de Financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando, à emissão de debêntures ou *bonds* e à estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC), a **CONCESSIONÁRIA** deverá prever expressamente e garantir a efetividade, por meio contratual, da obrigação do Financiador ou do estruturador da operação de comunicar imediatamente ao **CONCEDENTE** o descumprimento de qualquer obrigação contratual (*covenant*) estabelecida entre o Financiador/estruturador e a **CONCESSIONÁRIA**, que possa ocasionar situações como a execução de garantias ou vencimento antecipado dos contratos de Financiamento.

**44.1.4.** Competirá ao **CONCEDENTE** informar aos Financiadores e estruturadores das operações referidas na subcláusula anterior, concomitantemente à comunicação para a própria

**CONCESSIONÁRIA**, sobre quaisquer eventuais descumprimentos graves do Contrato pela **CONCESSIONÁRIA**.

**44.1.4.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer ao **CONCEDENTE** os contatos dos Financiadores e estruturadores de operações com quem tenha contratado operações de Financiamento.

**44.1.4.2.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de Financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste **CONTRATO**.

**44.1.4.3.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá dar em garantia dos Financiamentos contratados nos termos deste Item, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, tais como as receitas oriundas das tarifas, bem como eventuais **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** que cabe à **CONCESSIONÁRIA**, desde que não se comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da **CONCESSÃO**.

**44.1.4.4.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao Financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos à percepção:

**(i)** da parcela das TUFs que lhe cabe;

**(ii)** da parcela das TEPs que lhe cabe;

**(iii)** da parcela de aporte público que lhe cabe;

**(iv)** das receitas extraordinárias; e

**(v)** das indenizações que lhe são devidas em virtude do **CONTRATO**.

**44.1.5.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao Financiador, ou, ainda, dar em garantia os

Bens da Concessão.

**44.1.6.** É vedado à **CONCESSIONÁRIA**:

**44.1.6.1.** Conceder empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para Partes Relacionadas, exceto acionistas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, pagamentos de juros sobre capital próprio ou, observados os limites previstos neste Contrato, pagamentos pela contratação de serviços celebrada em condições equitativas de mercado e dentro dos limites permitidos por este Contrato; e

**44.1.6.2.** Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas ou terceiros.

**44.1.7.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** apresentar comprovação ao **CONCEDENTE**, concomitantemente à contratação com Partes Relacionadas, de que tal contratação ocorreu em condições equitativas de mercado, nos termos do item 16.1 deste **CONTRATO**.

**44.1.8.** Deve ser previamente aprovada pelo **CONCEDENTE** e pelas Agências Reguladoras qualquer operação que importe em oneração das ações representativas do capital social da **CONCESSIONÁRIA** ou de seus **CONTROLADORES**.

## 44.2. APORTE-DÍVIDA VIA DEBÊNTURES E EMISSÃO DE DEBENTURÊS.

**44.2.1.** A **CONCESSIONÁRIA** se compromete a aportar recursos nos Serviços através dos mais diversos instrumentos financeiros e estruturas de capital, inclusive sob a forma de Debêntures emitidas diretamente pela **CONCESSIONÁRIA** ou indiretamente através de seus **CONTROLADORES**, cujas características essenciais estão

previstas no Term Sheet constante do ANEXO VI deste **CONTRATO** (Term sheet das Debêntures).

**44.2.2.** A transferência de recursos pelo **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** em função da aquisição, pela primeira, das Debêntures emitidas pela segunda, será intitulada Aporte-Dívida.

**44.2.3.** As Debêntures emitidas pela **CONCESSIONÁRIA** serão garantidas por:

**44.2.3.1.** Penhor do direito da Companhia em receber indenização do Titular pela reversão das Infraestruturas que não tenham sido integralmente amortizadas ou depreciadas (o "Direito à Indenização"), que deverá ser prontamente convertido em cessão fiduciária, tão logo sejam quitados os demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures, na hipótese de o Direito à Indenização lhes tenha sido cedido fiduciariamente; ou por

**44.2.3.2.** Cessão fiduciária do Direito à Indenização, caso não tenha sido cedido fiduciariamente em garantia aos demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures.

**44.2.3.3.** O **PODER CONCEDENTE** pode transferir recursos à **CONCESSIONÁRIA** através da aquisição das Debêntures emitidas por esta, em operação que, para os fins deste **CONTRATO**, será intitulada simplesmente como *"DEBÊNTURES"*.

**44.2.4.** Além de mitigar os riscos de financiamento da **CONCESSÃO**, os **DEBÊNTURES** terão a finalidade principal de compartilhar os riscos de crédito relacionados ao recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das indenizações devidas pelos Titulares ao final do prazo de cada Termo de Adesão aos Serviços Opcionais, equivalente ao valor não

depreciado e nem amortizado dos Bens da Concessão, indenização esta regulada pela Subcláusula 38.2.1 deste **CONTRATO**, tendo em vista que os prazos regulatórios de depreciação dos Bens da Concessão são superiores aos prazos dos Contratos de Programa e desta Parceria.

**44.2.4.1.** Não é objetivo do **DEBÊNTURES** mitigar o risco de inexistência de indenização, como, por exemplo, se os bens da **CONCESSÃO** revertidos estiverem deteriorados ou se da indenização devida forem abatidos valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos titulares.

**44.2.4.2.** As Debêntures emitidas e entregues pela **CONCESSIONÁRIA** em contrapartida dos **DEBÊNTURES** darão direito ao detentor das Debêntures de receber as importâncias inicialmente transferidas, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos de sua escritura.

**44.2.5.** O **DEBÊNTURE** será realizado pelo **PODER CONCEDENTE** e na medida em que forem atendidas as seguintes condições:

**44.2.5.1.** Cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos marcos de implantação das Obras indicados na Cláusula seguinte;

**44.2.5.2.** Manutenção da **CONCESSIONÁRIA** em níveis adequados de alavancagem, assim compreendidos;

**44.2.5.3.** Observância dos valores máximos estabelecidos neste **CONTRATO**;

**44.2.5.4.** Transferência definitiva, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao detentor das Debêntures (aquele a quem está transferir o direito de subscrever as Debêntures ou aquele que venha a detê-las após sua emissão), do direito de receber a indenização que será devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA** pela reversão dos

Bens da **CONCESSÃO** ao final deste Contrato, ou a constituição de garantia real, em favor ao detentor das Debêntures, sobre o direito de receber a indenização em questão (alienação fiduciária, penhor ou caução de recebíveis);

**44.2.5.5.** Emissão das Debêntures com respeito integral ao ANEXO VI do

**CONTRATO** (Term Sheet das Debêntures).

**44.2.6.** Os **DEBÊNTURES** serão quitados pela **CONCESSIONÁRIA** (ou por sua conta e ordem) por ocasião do recebimento de indenização pela reversão dos bens da **CONCESSÃO** para cada Titular, indenização esta que poderá ser paga pelo Titular ou pelo novo operador dos Serviços, por sua conta e ordem.

**44.2.7.** Os financiamentos que forem contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a implantação da infraestrutura anteriormente à realização de cada **DEBÊNTURE**, desde que obtidos em condições de mercado, terão preferência em relação ao **DEBÊNTURE** no recebimento de indenização devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA**, atrelada ao **DEBÊNTURE**, cada **DEBÊNTURE**, contudo, salvo aquiescência do **PODER CONCEDENTE** em sentido contrário, terá preferência no recebimento da respectiva indenização pela reversão dos bens em relação aos financiamentos ou empréstimos da **CONCESSIONÁRIA** que forem celebrados posteriormente ao recebimento pela **CONCESSIONÁRIA** do **DEBÊNTURE**.

**44.2.8.** Quando do recebimento das indenizações devidas pelos **MUNICÍPIOS** à **CONCESSIONÁRIA**, as Debêntures deverão ser integralmente pagas ao **PODER CONDENTE** ou ao seu detentor pela **CONCESSIONÁRIA**.

**44.2.9.** No caso do aporte dívida as Debêntures serão garantidas por:

**44.2.9.1.** Penhor do direito da Companhia em receber indenização do Titular pela reversão das Infraestruturas que não tenham sido

integralmente amortizadas ou depreciadas (o *"Direito à Indenização"*), que deverá ser prontamente convertido em cessão fiduciária, tão logo sejam quitados os demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures, na hipótese de o Direito à Indenização lhes tenha sido cedido fiduciariamente; ou por

**44.2.9.2.** Cessão fiduciária do Direito à Indenização, caso não tenha sido cedido fiduciariamente em garantia aos demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures.

**44.2.10.** Além de mitigar os riscos de financiamento da **CONCESSÃO**, os Aportes-Dívida terão a finalidade principal de compartilhar os riscos de crédito relacionados ao recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das indenizações devidas pelos Titulares ao final do prazo de cada Contrato de Programa, equivalente ao valor não depreciado e nem amortizado dos Bens da Concessão, indenização está regulada pelos Contratos de Programa e deste **CONTRATO**, tendo em vista que os prazos regulatórios de depreciação dos Bens da Concessão são superiores aos prazos dos Contratos de Programa e desta Parceria.

**44.2.10.1.** Não é objetivo do Aporte-Dívida mitigar o risco de inexistência de indenização, como, por exemplo, se os bens da **CONCESSÃO** revertidos estiverem deteriorados ou se da indenização devida forem abatidos valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos titulares.

**44.2.10.2.** As Debêntures emitidas e entregues pela **CONCESSIONÁRIA** em contrapartida dos Aportes-Dívida darão direito ao detentor das Debêntures de receber as importâncias inicialmente transferidas, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos de sua escritura.

**44.2.11.** O Aporte-Dívida será realizado pelo **CONCEDENTE** se e na medida em que forem atendidas as seguintes condições:

**44.2.11.1.** Cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos marcos de implantação das Obras indicados na Cláusula seguinte;

**44.2.11.2.** Manutenção da **CONCESSIONÁRIA** em níveis adequados de alavancagem, assim compreendidos.

**44.2.11.3.** Observância dos valores máximos estabelecidos neste **CONTRATO**;

**44.2.11.4.** Transferência definitiva, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao detentor das Debêntures (ao **PODER PÚBLICO**, aquele a quem está transferir o direito de subscrever as Debêntures ou aquele que venha a detê-las após sua emissão), do direito de receber a indenização que será devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA** pela reversão dos Bens da **CONCESSÃO** ao final deste Contrato, ou a constituição de garantia real, em favor ao detentor das Debêntures, sobre o direito de receber a indenização em questão (alienação fiduciária, penhor ou caução de recebíveis);

**44.2.11.5.** Emissão das Debêntures com respeito integral ao Anexo XIV (*Term Sheet*
das Debêntures).

**44.2.12.** Os Aportes-Dívida serão quitados pela **CONCESSIONÁRIA** (ou por sua conta e ordem) por ocasião do recebimento de indenização pela reversão dos bens da **CONCESSÃO** para cada Titular, indenização esta que poderá ser paga pelo Titular ou pelo novo operador dos Serviços, por sua conta e ordem.

**44.2.13.** Os financiamentos que forem contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a implantação da infraestrutura anteriormente à realização de cada Aporte-Dívida, desde que obtidos em condições de mercado, terão preferência em relação ao Aporte-Dívida no recebimento de indenização devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA**, atrelada ao Aporte-Dívida; cada Aporte-Dívida, contudo, salvo aquiescência DO **CONCEDENTE** em sentido contrário, terá preferência no recebimento da respectiva indenização pela reversão dos bens em relação aos financiamentos ou empréstimos da **CONCESSIONÁRIA** que forem celebrados posteriormente ao recebimento pela **CONCESSIONÁRIA** do Aporte-Dívida.

**44.2.14.** Quando do recebimento das indenizações devidas pelos **MUNICÍPIOS** e ao **CDS VELHO CHICO** à **CONCESSIONÁRIA**, as Debêntures deverão ser integralmente pagas ao **PODER CONDENTE** ou ao seu detentor pela **CONCESSIONÁRIA**.

## 45. OPERAÇÃO ASSISTIDA

**45.1.** No período de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** atuará em conjunto com o **CONCEDENTE** para assumir progressivamente a responsabilidade pelo exercício da prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**.

**45.2.** A critério das Partes, a etapa de Operação Assistida poderá ser prorrogada, justificadamente.

**45.3.** O início da execução do **CONTRATO** dependerá da liberação das áreas a serem disponibilizadas pelo **PODER CONCEDENTE,** conforme definido no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**.

**45.4.** Durante a Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA** fará o

acompanhamento intensivo das atividades relacionadas à operação dos Sistemas de Resíduos Sólidos, figurando o **PODER CONCEDENTE**, para todos os efeitos, como responsável direto pela operação dos Serviços e titular das receitas provenientes desta operação.

**45.5.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** a receita relativa aos Serviços prestados a partir da data de transferência dos serviços.

**45.6.** Para realizar o acompanhamento das atividades durante a Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA** será integralmente responsável por mobilizar recursos próprios, na forma de pessoal, material, contratação e desenvolvimento de *softwares*, dentre outros necessários ao acompanhamento e transição das atividades desempenhadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**45.7.** Durante a Operação Assistida, o **PODER CONCEDENTE** compromete-se a cumprir com as seguintes obrigações:

**45.7.1.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA** livre acesso às informações necessárias acerca dos Sistemas de Resíduos Sólidos e de todos os Serviços, incluindo, mas não se limitando, a:

**45.7.1.1.** Registros da prestação dos Serviços e quaisquer outras atividades eventualmente prestadas, relativos aos 5 (cinco) anos anteriores;

**45.7.1.2.** Arquivos técnicos, cadastros, plantas, desenhos e demais documentos e informações acerca das instalações integrantes dos Sistemas de Resíduos Sólidos que serão operados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**45.7.1.3.** Licenças ambientais em vigor e demais documentos relativos ao
cumprimento da legislação ambiental, inclusive quanto a

procedimentos de eventual licenciamento ambiental em curso;

**45.7.1.4.** Registros imobiliários dos bens imóveis;

**45.7.1.5.** Disponibilizar quaisquer outras informações relevantes ao planejamento e à adoção das providências necessárias à adequada transferência dos Sistemas de Resíduos Sólidos e de todos os Serviços;

**45.7.1.6.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA** o livre e desimpedido acesso aos bens dos Sistemas de Resíduos Sólidos;

**45.7.1.7.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA**, durante o período de Operação Assistida e pelo período de até 30 (trinta) dias após o término da Operação Assistida, livre acesso a todas e quaisquer informações, de forma completa e integral, do sistema(s) informatizado(s) de cadastro, sistema de gestão comercial, banco de dados, cobrança, leitura, emissão, corte, religação, inadimplência, recebimento e controle dos Serviços e quaisquer outros serviços prestados pelo **PODER CONCEDENTE** ou das concessionárias de saneamento básico que atendam aos **MUNICIPIOS** na Área da **CONCESSÃO**, mediante a disponibilização de senhas, códigos-fonte e demais permissões de acesso aos funcionários da **CONCESSIONÁRIA** designados para tal fim, bem como ao menos um terminal específico para acesso ao sistema de gestão comercial na sede do **CONCEDENTE**;

**45.7.1.8.** Disponibilizar, em favor da **CONCESSIONÁRIA**, em seu edifício sede, infraestrutura física para que as equipes da **CONCESSIONÁRIA**, encarregadas da transição dos Serviços, possam realizar as atividades necessárias à assunção dos Serviços.

**45.7.2.** O descumprimento das obrigações previstas nas Subcláusulas 45.3 e 45.7, assim como a materialização, durante a Operação Assistida, de riscos alocados à responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**, nos termos deste **CONTRATO**, ensejará, nos termos deste **CONTRATO**, ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato em favor da **CONCESSIONÁRIA** pelos eventuais prejuízos gerados e devidamente comprovados.

**45.7.3.** Ao final do período de Operação Assistida, o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** assinarão o Termo de Transferência dos Serviços (ANEXO V do **CONTRATO**), na Data de Transferência, por meio do qual se procederá à assunção dos Serviços pela **CONCESSIONÁRIA**.

**45.7.4.** Após a formalização do Termo de Transferência dos Serviços, a **CONCESSIONÁRIA** tornar-se-á responsável pela prestação dos Serviços e pela posse dos bens transferidos, até a extinção da **CONCESSÃO**, assumindo todas as obrigações e fazendo jus ao conjunto de direitos previstos no Contrato, inclusive quanto à percepção das receitas correspondentes.

**45.7.5.** Na hipótese de comum acordo entre as Partes, o período de Operação Assistida poderá ser encerrado antecipadamente, mediante a celebração do Termo de Transferência dos Serviços, assumindo a **CONCESSIONÁRIA** a operação plena e integral dos Sistemas de Resíduos Sólidos e dos Serviços, sem fazer jus, nesta hipótese, a qualquer indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro.

## 45.8. COMITÊ DE TRANSIÇÃO

**45.8.1.** Em até 7 (sete) dias úteis após a celebração deste **CONTRATO**, será constituído o Comitê de Transição, com duração, no mínimo, ao longo do período da Operação Assistida, com a função de facilitar a interlocução e interação entre as equipes do **CONCEDENTE**, da

**CONCESSIONÁRIA** e da **AGÊNCIA REGULADORA**, possibilitando a troca de informações referentes aos aspectos essenciais para a transferência dos Serviços.

**45.8.2.** Durante a Operação Assistida, o Comitê de Transição se reunirá, no mínimo, semanalmente.

## 45.9. OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS

**45.9.1.** Após o período de Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA**:

**45.9.1.1.** Dará início à operação da Concessão, mediante a emissão da Ordem de Início pela **CDS VELHO CHICO**; e

**45.9.1.2.** Deverá implementar um plano de comunicação junto aos Usuários, por meio de campanha publicitária a ser veiculada em meios de comunicação de massa, que deverá ser apresentado à **CDS VELHO CHICO** no prazo de 60 (sessenta) dias contados da Ordem de Início.

**45.9.2.** Havendo atraso no início da operação por responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, observar-se-á o disposto neste Contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, se for o caso.

**45.9.3.** Além de atender ao estabelecido neste Contrato e seus Anexos, a execução dos serviços objeto da Concessão deverá respeitar as normas técnicas aplicáveis, em especial a regulamentação da **AGÊNCIA REGULADORA**.

**45.9.4.** A **CONCESSIONÁRIA** executará os Serviços de forma a garantir os melhores resultados à **CDS VELHO CHICO**, aos Municípios e aos Usuários, realizando permanente e continuamente seus melhores

esforços para otimizar a gestão dos recursos humanos, materiais de consumo e dos Bens da Concessão.

**45.9.5.** Salvo autorização expressa da **CDS VELHO CHICO**, é vedada a execução de serviços que não constem deste Contrato e em seus Anexos, bem como a sua execução por modo diverso daquele previsto.

## 46. ARBITRAGEM E FORO

**46.1.** As **PARTES** concordam em, na forma disciplinada pela Lei Federal nº 9.307/96, resolver por meio de arbitragem eventuais conflitos de interesses que decorram da execução do **CONTRATO** ou de quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

**46.2.** A submissão de controvérsias ao juízo arbitral poderá ocorrer a qualquer tempo e não dependerá da instauração prévia dos procedimentos de resolução consensual ou da Comissão Técnica referida nos itens 42 e 43.

**46.3.** As partes indicam o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) como competente para solucionar controvérsias submetidas à arbitragem, nos termos deste **CONTRATO**.

**46.4.** Havendo acordo entre as **PARTES** ou em caso de extinção do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), será eleita outra câmara para o processamento da arbitragem.

**46.5.** As decisões da arbitragem serão baseadas nas leis de direito material do Brasil, em especial a legislação aplicável ao **CONTRATO** e aos **SERVIÇOS**.

**46.5.1.** A arbitragem será processada segundo as regras previstas no regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de

Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

**46.5.2.** A arbitragem será conduzida na sede do Município sede da Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**46.5.3.** Poderão ser utilizados documentos técnicos redigidos em outros idiomas, com tradução apenas em caso de discordância das **PARTES** quanto ao seu significado.

**46.5.4.** Por solicitação da **CONCESSIONÁRIA** e mediante o consentimento do **CONCEDENTE**, a arbitragem poderá ser parcialmente bilíngue, sendo as decisões produzidas em versões em português e em inglês ou outra língua estrangeira.

**46.5.5.** Caso a arbitragem seja parcialmente bilíngue, a **CONCESSIONÁRIA** deverá arcar com as despesas relacionadas à tradução dos documentos, mesmo quando os materiais traduzidos sejam decorrentes de atos realizados pelo **CONCEDENTE**, e estes custos não comporão os custos e despesas processuais para fins de sucumbência.

**46.5.6.** Havendo divergências entre o conteúdo das decisões ou dos documentos nas versões em língua portuguesa e em língua estrangeira, prevalecerá o conteúdo das versões confeccionadas em língua portuguesa.

**46.6.** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria a ser decidida, cabendo a cada **PARTE** indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **PARTES**. A presidência do tribunal

arbitral caberá ao terceiro árbitro.

**46.7.** Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos pelas **PARTES**, o terceiro árbitro será indicado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

**46.7.1.** Em qualquer hipótese, os árbitros indicados pelas **PARTES** devem ser, cumulativamente, profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.

**46.7.2.** Os árbitros indicados pelas **PARTES** deverão, ainda, observar os seguintes requisitos mínimos:

(i) estar no gozo de plena capacidade civil; e

(ii) não ter, com as **PARTES** ou com o litígio que lhe for submetido, relações que caracterizem os casos de impedimento ou suspensão de juízes, conforme previsto no Código de Processo Civil.

**46.8.** As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas, irrecorríveis e vincularão as **PARTES** e seus sucessores.

**46.9.** As custas da arbitragem serão adiantadas pela **PARTE** que suscitar a instauração do procedimento arbitral. A **PARTE** vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo ressarcir a **PARTE** vencedora pelas custas que está, porventura, já tenha assumido no aludido procedimento, excluindo-se apenas eventuais honorários advocatícios.

**46.9.1.** No caso de procedência parcial do pleito levado ao tribunal arbitral, os custos serão divididos entre as **PARTES**, se assim entender o tribunal,

na proporção da sucumbência de cada uma.

**46.10.** As **PARTES** elegem o foro central da comarca de Salvador, Estado da Bahia, para obter:

(a) tutela cautelar porventura necessária antes da formação do tribunal arbitral;

(b) promover a execução de medida cautelar, decisão ou da sentença proferida pelo tribunal arbitral;

(c) discutir controvérsias atinentes a direitos que não se enquadrem como patrimoniais disponíveis.

**46.11.** Os autos do processo arbitral serão públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo decorrentes da lei, de segredo de justiça, de segredo industrial ou quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**46.12.** As **PARTES** reconhecem que as decisões proferidas pelo tribunal arbitral poderão ser regularmente executadas no Brasil, seguindo o procedimento para execução contra a Fazenda Pública, não dispondo o **CONCEDENTE** de qualquer imunidade soberana que iniba a execução.

**46.13.** Os **CONTROLADORES** poderão atuar como assistentes ou litisconsortes ativos da **CONCESSIONÁRIA**.

**46.14.** A submissão de qualquer questão aos mecanismos de resolução de disputas previstos neste **CONTRATO** não exonera as **PARTES** do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do **CONTRATO** e das determinações do **CONCEDENTE**, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da **CONCESSÃO**, que deverão continuar a se processar nos termos contratualmente exigíveis, assim permanecendo até que uma decisão seja obtida relativamente à matéria em causa.

**46.14.1.** Somente se admitirá a paralisação dos **SERVIÇOS** quando o objeto da divergência implicar riscos à segurança de pessoas ou do empreendimento.

## 47. DISPOSIÇÕES FINAIS

**47.1.** Salvo disposição expressa em contrário, o não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **PARTES** pelo **CONTRATO**, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

**47.2.** A declaração de invalidade, nulidade, ilegalidade, irregularidade ou a inexequibilidade de qualquer disposição deste **CONTRATO** não afetará necessariamente as demais disposições e obrigações nele previstas.

**47.3.** O **CONCEDENTE** adotará todas as medidas necessárias, inclusive com a celebração e/ou adequação de outros instrumentos jurídicos que se façam necessários, para a transferência à **CONCESSIONÁRIA** do uso da integralidade das áreas abrangidas na **CONCESSÃO**, a tempo e modo, compatíveis com as obrigações por ela assumidas neste **CONTRATO**, em especial no que se refere à cessão de áreas para implantação de **PAC**, **PEV**, **ECOPONTOS** e **ETR** pela **CONCESSIONÁRIA**.

**47.4.** As comunicações e as notificações entre as **PARTES** serão efetuadas por escrito e remetidas nos endereços constantes do preâmbulo deste **CONTRATO**:

**47.4.1.** Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;

**47.4.2.** Por fax, e-mail ou outro meio remoto, desde que comprovada a recepção; ou

**47.4.3.** Por correio registrado, com aviso de recebimento.

E, por estarem assim de acordo, foi este instrumento lavrado e 4 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, [•] de [•] de 2027.

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO PRESIDENTE**

**CONCESSIONÁRIA**
**REPRESENTANTE**
**LEGAL**

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA** que entre si celebram o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO - CDS VELHO CHICO** e a empresa [•], para a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("VELHO CHICO").**

Aos [•] dias do mês de [•] de dois mil e vinte e sete, na Cidade de , Estado da Bahia, presentes, de um lado, o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO – CDS VELHO CHICO**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Cidade de , Estado da Bahia, à Rua _____, Bairro da _____, Cidade de _____, Estado da Bahia, CEP nº __-__, inscrito no CNPJ/MF sob o n° __.__./__-__, doravante denominado **PODER CONCEDENTE**, neste ato representado por [•], [nacionalidade, profissão, estado civil], residente e domiciliado na [•], portador da Carteira de Identidade nº [•], inscrito no CPF sob nº [•], em pleno exercício do seu mandato e, de outro lado, adiante denominada abreviadamente de **CONCESSIONÁRIA**, a empresa [•], pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Cidade de [•], Estado da [•], à Rua [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato, representada por [•], e como Interveniente Anuente, a **[AGÊNCIA REGULADORA]**, autarquia municipal, com sede e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, à [•] nº [•], inscrita no CNPJ/MF sob o n° [•], doravante denominada **AGÊNCIA REGULADORA**, neste ato representada por seu [•], tendo em vista o Convênio de Cooperação nº [•], **CONSIDERANDO** que:

**1)** Os 5 (cinco) **MUNICÍPIOS** integrantes da iniciativa foram autorizados, por



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

força de leis específicas aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais, a delegar ao **CDS VELHO CHICO** a competência para outorgar à iniciativa privada, por meio de concessão e mediante prévia licitação, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, o que inclui o manejo de resíduos sólidos;

**2)** O projeto abrange a possibilidade da administração, manejo, operação e aproveitamento econômico da Central de Valorização de Rejeitos (CVR), a ser instalada na área indicada no Caderno de Encargos, bem como as demais infraestruturas aplicadas ou que impactem na coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos de serviço de saúde (RSS), dos resíduos públicos urbanos (RPU), dos resíduos de construção civil e demolição (RCD), de coleta

seletiva (CS), e atividades correlatas dos **MUNICÍPIOS**;

**3)** O **CDS VELHO CHICO** realizou procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência, para a delegação da prestação dos serviços, conforme autorizada por meio da Assembleia Geral do **CDS VELHO CHICO,** na data de [•] do mês de [•] de 2026;

**4)** O procedimento licitatório se desenvolveu de forma regular, tendo sido selecionada a empresa [●] como vencedora do certame [ou o Consórcio [●] como vencedor do certame], por atender a todos os requisitos e exigências do **EDITAL** e apresentar a proposta de menor preço, aferido pelo multiplicador k, como devidamente publicado no Diário Oficial do **CDS VELHO CHICO** (“**D.O CDS VELHO CHICO**”), do dia [●] de [●] de [●], fls. [●], bem como no sítio eletrônico https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br/; e

**5)** Na forma do que dispõe o **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [●], a empresa [●], vencedora do certame licitatório [ou o Consórcio [●], vencedor do certame licitatório], constituiu uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), denominada [●], tendo atendido a todas as condições precedentes e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

exigências para assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, conforme estabelecido no Item 23 do **EDITAL;**

Acordam firmar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD) E DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), DE COLETA SELETIVA (CS) E ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO**
**CONSÓRCIO CDS VELHO CHICO**, obedecidas as condições estabelecidas no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [•], e as condições expressas nas Leis Federais nº 11.079/2004, 8.987/95 e 14.133/21, no que couber, 11.445/07 e 12.305/10, com suas alterações posteriores, mediante os termos e condições seguintes:

## 1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**1.1.** O presente **CONTRATO** será regido por seus Itens e condições; pelas regras previstas no **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**; pelas Leis Federais nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), n° 8.987/95 (Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos), n° 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas), n° 11.445/07 (Lei Nacional do Saneamento Básico - LNSB), com redação dada pela Lei n° 14.026/2020, e n° 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS); Lei Estadual n° 12.932/14 (Política Estadual de Resíduos Sólidos); pelos Decretos Federais

nº 10.936/2022 (Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/10) e n° 7.217/10 (Regulamenta a Lei n° 11.445/07); pelas Leis Orgânicas de cada **MUNICÍPIO** que integra o **CDS VELHO CHICO**, bem como pelas demais normas vigentes sobre a matéria, assim como suas alterações posteriores.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 2. DEFINIÇÕES

**2.1.** Para fins deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS** ou de qualquer outro documento, os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados deste item, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso.

**AGÊNCIA REGULADORA**: é a Agência Reguladora, que exercerá, enquanto não for criada uma Agência Reguladora Intermunicipal, as atividades de regulação, controle e fiscalização da **CONCESSÃO**, nos termos do **CONTRATO** e da legislação de regência.

**ANEXOS**: os documentos que integram o presente **CONTRATO**.

**ATIVIDADES CORRELATAS**: engloba outras atividades a serem exercidas pela **CONCESSIONÁRIA**, como a prestação de outros serviços ou exercício de outras atividades que lhe sejam autorizadas pelo **PODER CONCEDENTE**, mediante a exploração de atividades correlatas e complementares, que gerem **RECEITAS ACESSÓRIAS**.

**BENS REVERSÍVEIS**: são todos os bens móveis e imóveis, imprescindíveis, essenciais e vinculados à execução da **CONCESSÃO**, adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** ou que lhes tenham sido cedidos pelo **PODER CONCEDENTE**, ao longo de todo o prazo do **CONTRATO**, os quais reverterão em favor do **PODER CONCEDENTE** após o término, por qualquer razão, da **CONCESSÃO**, estando excluídos deste conceito os **BENS NÃO REVERSÍVEIS**.

**BENS NÃO REVERSÍVEIS**: são aqueles que perderam as características de reversibilidade, bem como os bens de uso administrativo e/ou não essenciais e vinculados à prestação dos serviços, que venham a ser eventualmente utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO**.

**BIOGÁS**: é a mistura de gases produzida pela decomposição biológica da matéria orgânica na ausência de oxigênio, consistindo em uma mistura gasosa composta,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

principalmente, de gás metano (CH4) e gás carbônico (CO2).

**CADERNO DE ENCARGOS**: é o documento correspondente ao **ANEXO I** do **EDITAL**, elaborado a partir dos estudos técnicos, econômicos e de mercado preliminares, que contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o **OBJETO** do processo

licitatório e do presente **CONTRATO**.

**CAPEX**: valor nominal correspondente ao total dos investimentos previstos para a implantação dos serviços e dos bens necessários à realização da exploração da **CONCESSÃO** pela **CONCESSIONÁRIA**.

**CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**: acontecimento extraordinário, superveniente, imprevisível no momento da celebração do **CONTRATO**, exterior à vontade das partes e irresistível que afete a execução do **CONTRATO**.

**CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS (ATERRO SANITÁRIO)**: aterro sanitário a ser instalado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do primeiro ano do **CONTRATO**, na área sugerida no **CADERNO DE ENCARGOS**, sob sua inteira responsabilidade, que será administrado e operado pela **CONCESSIONÁRIA** e revertido ao **CDS VELHO CHICO** ao final do prazo da concessão. Corresponde ao local de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário, com o intuito de evitar danos à saúde e à segurança públicas e de minimizar os impactos ambientais.

**CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS (CVR):** é a unidade de destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, o tratamento com tecnologias de beneficiamento de resíduos ou outras formas de destinações admitidas pelos órgãos competentes do **SISNAMA**.

**COLETA SELETIVA:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

sua constituição ou composição (**PNRS**).

**CONCESSÃO**: concessão patrocinada para a realização do **OBJETO** contratual, outorgada à **CONCESSIONÁRIA** pelo **PRAZO** previsto no **CONTRATO**, nos termos da Lei Federal n° 8.987/95 (Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos), n° 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas).

**CONCESSIONÁRIA**: **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de executar o **OBJETO** do **CONTRATO**.

**CONTA DE ARRECADAÇÃO**: conta da prestadora de água e esgoto, administrada por instituição financeira, com a função de arrecadar, de forma centralizada, os recursos provenientes da cobrança conjunta das tarifas de água/esgoto e de manejo de **RDO**, com um único código de barras, realizada pela prestadora de serviços de água e esgoto, conforme estabelecido no presente **CONTRATO**.

**CONTA TRANSITÓRIA**: conta da **CONCESSIONÁRIA**, administrada por instituição financeira, destinada a receber os repasses provenientes da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** no que se refere às tarifas de **RDO**, a qual deverá observar as condições previstas no presente **CONTRATO**.

**CONTRATO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO**: é o instrumento jurídico firmado entre as **PARTES**
com o objetivo de regular os termos da **CONCESSÃO**.

**CONTROLADA**: qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo **CONTROLE** é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLADORA**: qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar que exerça **CONTROLE** sobre outra pessoa ou fundo de investimento.

**CONTROLE**: é o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

**DESTINAÇÃO FINAL** ou **DISPOSIÇÃO FINAL**: é a destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, o tratamento com tecnologias de beneficiamento de resíduos ou outras formas de destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (**SISNAMA**), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (**SNVS**) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (**SUASA**), entre elas a disposição em **ATERRO SANITÁRIO** regularmente licenciado, observando-se as normas operacionais específicas previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como na legislação vigente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos.

**ECOPONTO:** Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis em pequeno volume (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos).

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA** ou **EDITAL**: é o instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da **CONCESSIONÁRIA** apta a receber a outorga da **CONCESSÃO**, devidamente anexado a este **CONTRATO** como **ANEXO I**.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**: processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e sua sustentabilidade.

**ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR):** instalação que possibilita a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(transportador), com maior capacidade de carga.

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**: é a garantia do fiel cumprimento das obrigações do **CONTRATO**, a ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos montantes e nos termos definidos no presente **CONTRATO**.

**INDICADORES DE DESEMPENHO ou QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO – QID:**
conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do **INDICADORES DE DESEMPENHO**, delimitado no caderno **ANEXO** do **EDITAL**, referentes às metas e aos padrões de qualidade da prestação dos serviços, que serão utilizados para aferição do desempenho e para determinar a remuneração devida à **CONCESSIONÁRIA**.

**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**: um dos instrumentos de política ambiental, estabelecido por Lei Federal, Estadual e Municipal, que avalia impactos ambientais dos empreendimentos.

**MUNICÍPIOS**: os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos, membros do **CDS VELHO CHICO**, que aderiram à prestação dos serviços **OBJETO** do **CONTRATO**.

**MATRIZ DE RISCOS:** cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as **PARTES** e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO**, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

**OBJETO**: exploração e prestação dos serviços coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**); de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de coleta seletiva (**CS**); e atividades correlatas, nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**OPEX**: valor nominal estimado referente aos custos e despesas operacionais ao longo do **PRAZO** de exploração da **CONCESSÃO**.

**ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA**: São empresas certificadas pelo **INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA** (**INMETRO**) para realizar inspeções de projeto de acordo com a normas técnicas do referido instituto.

**PARTES**: o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**.

**PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEV)**: é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão tipo Munck.

**PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD):** ações de remediação ambiental nos *"lixões"* existentes nos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, de acordo com as diretrizes e objetivos estabelecidos no Caderno de Encargos.

**PODER CONCEDENTE** ou **CONCEDENTE**: o **CDS VELHO CHICO**.

**PRAZO**: é o prazo de duração da **CONCESSÃO**, como sendo de 30 (trinta) anos, contados a partir do início da vigência do **CONTRATO**, na forma de sua Cláusula Quarta, podendo ser prorrogado como meio de recomposição econômico-financeira.

**PROPOSTA** ou **PROPOSTA ECONÔMICO-FINANCEIRA**: é a **PROPOSTA** relativa às condições econômico-financeiras apresentadas pela **LICITANTE** vencedora, de acordo com os termos e condições do **EDITAL**.

**RECEITAS ORDINÁRIAS:** são as receitas originárias da remuneração mensal (**TARIFA**) paga pelos **USUÁRIOS**, seja pessoa física ou jurídica privada ou os **MUNICÍPIOS**, pela prestação dos serviços por parte da **CONCESSIONÁRIA**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo:

**i)** os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos, incluindo a geração de energia e créditos de carbono; **ii)** manejo de **RDO, RCD** e **RSS** de grandes geradores privados; e **iii)** outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**: é a operação realizada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, por fatos ocorridos durante a execução do **CONTRATO**, supervenientes à apresentação da **PROPOSTA ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que representem onerosidade excessiva para a **PARTE** que requerer, o que inclui novos serviços ou investimentos solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, bem como aqueles fatos imprevisíveis e que afetem a execução do ajuste contratual, conforme delimitado na **MATRIZ DE RISCOS.**

**RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES** ou **RDO**: resíduos sólidos gerados em unidades residenciais, uni ou multifamiliares, e resíduos comerciais com características similares às domiciliares.

**RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** ou **RSU:** são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas (**RDO**) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (RPU).

**RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS** ou **RPU**: resíduos obtidos na operação de limpeza urbana (logradouros e vias públicas) realizada pelas Prefeituras, tais como varrição, poda, capina, entulho e volumosos.

**RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE** ou **RSS:** resíduos relacionados com o atendimento à saúde humana, proveniente de Hospitais, Unidades de Saúde da Família, Unidades de Pronto Atendimento e Clínicas.

**RESÍDUOS DE CONTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO** ou **RCD:** resíduos gerados nas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

**SISTEMA**: Todo o sistema de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de resíduos públicos urbanos (**RPU**) e de resíduos de construção civil e demolição (**RCD**); de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, tal como definido pelo Caderno de Encargos.

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** ou **SPE**: é a sociedade que será constituída pela **LICITANTE** vencedora da **LICITAÇÃO**, sob a forma de uma sociedade anônima ou sociedade limitada, para a consecução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.

**SUBCONTRATADAS**: são as empresas indicadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento de quaisquer atividades relativas à execução do **OBJETO** da **CONCESSÃO**.

**TARIFA**: é a denominação da remuneração a ser paga pelos **USUÁRIOS** à **CONCESSIONÁRIA**, em função da prestação dos serviços descritos neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, de acordo com as periodicidades definidas, dividindo-se em **TUF**, **TEP** e **TAUF**.

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)**: trata-se do valor devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da **COLETA**, **TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO** (**TRANSFERÊNCIA**), **TRATAMENTO** e da **DISPOSIÇÃO FINAL** do **RDO**, calculado na forma prevista, neste **CONTRATO**, subdividindo-se em **TUF-C** e **TUF-D**.

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DE RDO (TUF-C):** trata-se do valor
devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da prestação dos serviços opcionais de **COLETA E TRANSPORTE** de **RDO**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO,**
**RECICLAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO (TUF-D):** trata-se do valor devido mensalmente à **CONCESSIONÁRIA** pelos **USUÁRIOS**, em decorrência da prestação dos serviços obrigatórios de **TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO.**

**TARIFA DO ENTE PÚBLICO (TEP)**: trata-se do valor cobrado por tonelada dos **MUNICÍPIOS** pela prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL** de **RPU**, **RSS** e **RCD** gerados por
estabelecimentos públicos, calculado na forma prevista neste **CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL (TAUF):** trata-se do valor do consumo mínimo utilizado pelas prestadoras dos serviços de água que será cobrado em R$/m³, quando o usuário estiver situado em localidades que utilizam sistema de abastecimento de água “CERB” ou poços artesianos, não existindo a possibilidade de aferição do consumo de água através de medidores tipo hidrômetro. Subdivide-se em **TAUF-C** e **TAUF-D**.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DE RDO (TAUF-C):**
trata-se da **TAUF** devida pelos serviços opcionais de **COLETA** e **TRANSPORTE** de **RDO**, em caso de adesão dos **MUNICÍPIOS** a esses serviços.

**TARIFA ALTERNATIVA DO USUÁRIO FINAL DE TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA),**
**TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RDO (TAUF-D):** trata-se da **TAUF** devida pelos serviços obrigatórios de **TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** de **RDO**.

**TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS:** é a passagem dos resíduos coletados em caminhões compactadores com capacidade menor para



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

caminhões de transporte com maior capacidade de carga, quando necessário for, a fim de permitir a prestação de um serviço mais eficiente no transporte dos resíduos até o local do **ATERRO SANITÁRIO**.

**TRATAMENTO**: processo que envolve alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas dos Resíduos Sólidos Urbanos e que visa recuperar, separar ou neutralizar determinadas substâncias presentes nos Resíduos Sólidos Urbanos, reduzindo sua massa e volume.

**TRIAGEM:** operação intermediária de gestão de resíduos que consiste em separar os materiais conforme suas características físicas e químicas, sem alterar suas propriedades, preparando-os para valorização (reciclagem, compostagem, recuperação energética) ou eliminação.

**UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO):** instalação onde são
processados os resíduos orgânicos.

**USUÁRIO** ou **USUÁRIOS**: a população dos **MUNICÍPIOS** do **CDS VELHO CHICO** de quem será cobrada a **TUF** pelos serviços de **COLETA**, **TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO** (**TRANSFERÊNCIA**), **TRATAMENTO** e **DESTINAÇÃO FINAL** de **RESÍDUOS SÓLIDOS**
**DOMICILIARES** (**RDO**), na forma definida pelo **CONTRATO** e permitida pela legislação.

**VERIFICADOR INDEPENDENTE:** empresa de consultoria especializada que poderá ser contratada pela **AGÊNCIA REGULADORA**, às suas expensas.

## 3. INTERPRETAÇÃO

**3.1.** Para fins deste **CONTRATO**, de seus **ANEXOS** e de documentos correlatos, adotam-se as seguintes regras de interpretação, exceto quando o contexto não permitir:

**3.1.1.** As definições do **CONTRATO** serão igualmente aplicadas nas formas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

singular e plural;

**3.1.2.** Referências ao **CONTRATO** ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as **PARTES**;

**3.1.3.** No caso de divergência entre o **CONTRATO** e seus **ANEXOS** ou entre o **CONTRATO** e o **EDITAL**, prevalecerá o disposto no **CONTRATO**;

**3.1.4.** No caso de divergência entre os **ANEXOS**, prevalecerão aqueles emitidos pelo **PODER CONCEDENTE**, e, em caso de divergência entre **ANEXOS** elaborados pelo **PODER CONCEDENTE**, prevalecerá o de data mais recente;

**3.1.5.** Os títulos atribuídos aos Itens e Subitens servem apenas como referência e não devem ser considerados para fins de interpretação das disposições neles contidas.

## 4. ANEXOS

**4.1.** Integram o presente **CONTRATO** os seguintes **ANEXOS**:

**a)** **ANEXO I – EDITAL** de Concorrência n° [●] e seus **ANEXOS**;
**b)** **ANEXO II –** Proposta da **CONCESSIONÁRIA**;
**c)** **ANEXO III –** Carta de apresentação de proposta;
**d)** **ANEXO IV –** Termo de Adesão aos Serviços Opcionais;
**e)** **ANEXO V –** Termo de Transferência dos Serviços; e
**f)** **ANEXO VI** – *TermSheet* das Debêntures.
**g)** **ANEXO VII** – Estrutura de Garantias

## 5. OBJETO

**5.1.** O **OBJETO** do presente **CONTRATO** é a **CONCESSÃO** à empresa/consórcio [•] da exploração e execução dos serviços de coleta,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, no âmbito dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, nos termos devidamente autorizados pelas leis municipais e em conformidade com as condições, as especificações, o detalhamento e os demais elementos técnicos estabelecidos no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** nº [•] e em seus **ANEXOS**, em especial o **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**, que, juntamente com a **PROPOSTA** da **CONCESSIONÁRIA**, datada de [•] (**ANEXO II** deste **CONTRATO**), passa a fazer parte integrante deste **CONTRATO**, como se nele estivesse integral e expressamente reproduzido. Os serviços a serem executados pela **CONCESSIONÁRIA** estão detalhados no **CADERNO DE ENCARGOS** constante do **ANEXO I** do Edital, e podem ser assim resumidos:

**5.1.1. SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DOS MUNICÍPIOS (RDO):**

Compreende como serviços obrigatórios a **TRIAGEM**, **TRANSFERÊNCIA** (**TRANSBORDO**), **TRATAMENTO** e **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RDO** nas zonas urbana, rural e áreas de difícil acesso dos **MUNICÍPIOS**, conforme detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**), a serem remunerados através da **TUF-D**.

A prestação dos serviços de **COLETA** e o **TRANSPORTE** de **RDO** pela **CONCESSIONÁRIA** depende da adesão dos **MUNICÍPIOS** a tais serviços, que serão remunerados através da **TUF-C**.

**5.1.2. SISTEMA DE RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU):**

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA,**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de resíduos decorrentes da limpeza pública urbana (**RPU**) pela **CONCESSIONÁRIA**.

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS.**

Não o se incluem nos serviços concedidos os serviços de limpeza e conservação de logradouros públicos, tais como varrição das vias e áreas públicas, capina, podas, coleta e transporte dos respectivos resíduos, os quais seguirão sendo realizados diretamente pelos **MUNICÍPIOS** ou por empresas por eles contratadas.

**5.1.3. SISTEMA DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (RSS):**

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de Resíduos de Serviço de Saúde das Unidades Municipais localizadas nos **MUNICÍPIOS** que integram o **CDS VELHO CHICO**, bem como a implantação de Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) na **CVR**, pela **CONCESSIONÁRIA,** conforme condições, especificações e quantitativos constantes no **CADERNO DE ENCARGOS.**

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**.

A construção, implantação, operação e manutenção de unidade de tratamento térmico (Autoclave) dos Resíduos de Saúde (RSS) se dará na forma



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**5.1.4. SISTEMA DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD):**

Compreende a prestação dos serviços opcionais de **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCD) pela **CONCESSIONÁRIA.**

Tais serviços serão remunerados por **TEP** e os **MUNICÍPIOS** poderão a eles aderir mediante instrumento próprio (**ANEXO IV** do **CONTRATO),** observando-se todas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS.**

A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção civil, demolição e volumosos (RCD) se dará na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5. DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:**

A **DESTINAÇÃO FINAL** compreende a destinação segura de **RDO**, obrigatoriamente, bem como a destinação segura de **RPU**, de **RSS** e de **RCD,** em caso de adesão pelos **MUNICÍPIOS,** observando-se as normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Para o período inicial de contrato, os **RDO** gerados nos **MUNICÍPIOS** deverão ser transportados para um aterro licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Após a construção da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** (Aterro Sanitário), de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, os resíduos deverão seguir para a **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS** (**CVR**), também de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

A vida útil projetada para a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída deverá ser superior a 30 (trinta) anos. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever uma ampliação ou construção de uma nova Célula de Aterramento para o período posterior ao encerramento da vida útil da Célula de Aterramento de Rejeitos que será construída para atendimento aos **MUNICÍPIOS**, cujo início da implantação se dará, no mínimo, com antecedência de 02 (dois) anos do encerramento da vida útil da Célula de Aterramento em funcionamento.

O **SISTEMA** de **DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS** tem como ponto central a implantação do *"***COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO***"*, que engloba:

**5.1.5.1.** A projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, manutenção da Central de Valorização dos Resíduos (CVR), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.2.** A implantação e operação de *"compactainer"*: contêineres do tipo caixas compactadoras estacionárias para coleta de orgânico em feiras livres;

**5.1.5.3.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (UCO), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.4.** A operação e manutenção de Estações de Transferência de Resíduos (ETR), na forma prevista no **CADERNO DE**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ENCARGOS**;

**5.1.5.5.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de tratamento térmico (autoclave) de RSS, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.6.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de unidade de recebimento, triagem e reciclagem de RCD, na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.7.** A Construção e Operação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**

(Aterro Sanitário), na forma prevista no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**5.1.5.8.** A Implantação e Operação de Viveiro de Mudas na **CVR**;

**5.1.5.9.** A Implantação e Operação de uma Trilha Ecológica no Parque do Sol, através da qual os visitantes conhecerão o Sistema Integrado de Resíduos Sólidos e seus reflexos;

**5.1.5.10.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de um Centro de Educação Ambiental com ações de integração diárias, que receberá visitas de estudantes e da comunidade com o objetivo de interagir com os educadores ambientais, aprofundando os conhecimentos relativos aos resíduos sólidos.

**5.1.6. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (LIXÕES) E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Sistema Integrado dos Resíduos Sólidos compreende ainda os seguintes itens:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**5.1.6.1.** A elaboração de projeto, planejamento e execução de plano de recuperação de áreas degradadas e lixões (PRAD);

**5.1.6.2.** A elaboração de projeto, planejamento, implantação e execução de programa de educação ambiental, de apoio comunitário aos catadores, da solução logística dos sistemas de coleta, transporte e destinação final, e de recuperação das áreas dos antigos lixões;

**5.1.6.3.** Ações de capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**.

**5.1.7. SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA**

A **COLETA SELETIVA** de resíduos recicláveis será realizada, inicialmente, no modelo *"ponto a ponto"*, a ser ampliado pelos **MUNICÍPIOS** para o modelo *"porta a porta"*. Os serviços incluem:

**5.1.7.1.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de 5 (cinco) Ecopontos, incluindo a coleta e transporte de resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos **MUNICÍPIOS**; e

**5.1.7.2.** A construção, implantação, Implantação operação e manutenção de 12 (doze) pontos de entrega voluntária (PEVs), incluindo a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos **MUNICÍPIOS**.

**5.1.8. ATIVIDADES CORRELATAS**

**5.1.8.1.** Engloba a exploração de atividades e a prestação de serviços



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

correlatos e complementares, autorizados pelo **PODER CONCEDENTE**, no que couber, com vistas à obtenção de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, em benefício da modicidade das **TARIFAS**.

**5.2.** A execução dos serviços licitados e o cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, previstas neste **CONTRATO**, deverão obedecer às normas, aos padrões e às demais

exigências da legislação de regência e dos atos normativos editados pela **AGÊNCIA REGULADORA**, bem como as condições e as exigências do **EDITAL**, do **CADERNO DE ENCARGOS** e dos demais **ANEXOS** que integram o presente **CONTRATO**.

**5.3.** A **CONCESSÃO** objeto do presente **CONTRATO** não implicará transferência à **CONCESSIONÁRIA** da titularidade dos serviços públicos, que continuarão pertencendo aos **MUNICÍPIOS**, nos termos das leis vigentes.

**5.4.** Os serviços **OBJETO** desta **CONCESSÃO** serão divididos em 3 fases, na forma prevista no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**) e conforme detalhado no **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

## 6. PRAZO CONTRATUAL E FASES DA CONCESSÃO

**6.1.** O presente **CONTRATO** de **CONCESSÃO** terá prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir do cumprimento dos seguintes requisitos cumulativos: **(i)** emissão da Ordem de Serviço, **(ii)** liberação das áreas objeto da **CONCESSÃO** sob a responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** e **(iii)** celebração do acordo comercial de cofaturamento junto à concessionária de água e esgoto, ou, caso isso não seja possível ou viável, a implementação do regime de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, observando-se os parâmetros e diretrizes previstos neste **CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I DO EDITAL)**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**6.2.** O prazo de vigência do **CONTRATO** não será passível de prorrogação, salvo na hipótese de revisão extraordinária, como meio de recomposição econômico-financeira.

**6.3.** A execução do **CONTRATO** se divide em 03 (três) **FASES** distintas, como previsto no
**CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**), a saber:

**6.3.1.** **FASE 1 – FASE PRÉ-OPERACIONAL**, que inicia com a assinatura do **CONTRATO** e termina com a emissão da Ordem de Serviço pelo **CONCEDENTE**, cuja duração será de até 30 (trinta) dias. Nessa fase, a **CONCESSIONÁRIA** deverá se familiarizar com as atividades e os procedimentos até então adotados pela(s) empresa(s) que executa(m), atualmente, as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**, acompanhando os serviços por ela(s) realizado(s), sem qualquer interferência, objetivando capacitar seu pessoal. Durante esse período, a **CONCESSIONÁRIA** não poderá efetuar qualquer cobrança aos **USUÁRIOS**;

**6.3.2.** **FASE 2** – inicia-se com a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**, quando então a **CONCESSIONÁRIA** assumirá plenamente todas as atividades **OBJETO** da **CONCESSÃO**. Nesta fase se iniciará a cobrança da tarifa aos **USUÁRIOS** pelos serviços prestados. O término da Fase 2 se dará quando a **CONCESSIONÁRIA** finalizar a construção do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**, que será utilizado pela **CONCESSIONÁRIA** para as atividades de **DESTINAÇÃO FINAL**, na forma, prazo e condições estabelecidos no **CADERNO DE ENCARGOS**. O **PODER CONCEDENTE** permitirá, excepcionalmente, durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, a utilização de frotas de veículos/máquinas locados e/ou com data de fabricação superior a 10 (dez) anos, desde que devidamente vistoriados e aprovados, até que



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

se complemente o prazo para entrega dos novos veículos/máquinas apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**6.3.3.** **FASE 3** – período que se inicia com o início da operação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL** e termina com o fim da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** e início da operação de nova **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** no **COMPLEXO PARQUE DO SOL**. Nesta fase, encerra-se o **PRAZO** do **CONTRATO**, com a entrega dos **BENS REVERSÍVEIS** ao **PODER CONCEDENTE**.

**6.4.** São condições para a emissão da Ordem de Serviço pelo **CDS VELHO CHICO**:

**6.4.1.** A apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos Seguros de que trata a Cláusula 31;

**6.4.2.** A apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, da relação dos bens reversíveis, como previsto no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**6.5.** A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a cumprir todos os prazos e metas do cronograma constante do **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**.

**6.6.** Os prazos estabelecidos em dias neste **CONTRATO** contar-se-ão em dias corridos, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último, salvo expressa referência à contagem em dias úteis.

## 7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1.** Os serviços **OBJETO** da presente **CONCESSÃO** deverão ser executados em estrita observância do **EDITAL DE CONCORRÊNCIA** e de seus **ANEXOS**, em especial o **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**, parte integrante deste **CONTRATO**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**7.2.** O Plano de Investimentos e Operação (**PIO**), previsto no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL**, deverá guardar compatibilidade com os termos deste **CONTRATO** e de seus **ANEXOS,** e deverá ser entregue ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, em caráter informativo e não vinculante, até o final da 1ª Fase.

**7.2.1.** O **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** podem solicitar

esclarecimentos e informações complementares que julgarem relevantes.

**7.2.2.** Eventuais alterações do **PIO** ao longo da concessão deverão ser informadas ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA** por meio da apresentação de uma nova versão consolidada do documento.

**7.3.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá estar completamente pronta e apta a assumir os serviços **OBJETO** deste **CONTRATO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura, quando se encerra a **FASE 1** da **CONCESSÃO**, mediante a emissão da Ordem de Serviço pelo **PODER CONCEDENTE**.

**7.4.** É da responsabilidade dos **MUNICÍPIOS**, inclusive daqueles que posteriormente venham a aderir aos serviços objeto deste **CONTRATO**, assumir os ônus e os custos decorrentes do término antecipado de Contratos Administrativos cujos objetos coincidam parcialmente com o objeto deste **CONTRATO**, a fim de permitir que a **CONCESSIONÁRIA** inicie a **FASE 2** da **CONCESSÃO**.

**7.5.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá assumir em etapas as atividades e os serviços objeto da **CONCESSÃO**, no decorrer do **PRIMEIRO ANO** do **CONTRATO**, quando o **PODER CONCEDENTE** entender apropriado. Nessa hipótese, o **PODER CONCEDENTE** emitirá Ordens de Serviço parciais.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**7.6.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor alternativas operacionais, realizar alterações e evolução dos projetos de forma a assegurar melhorias na qualidade, expansão dos serviços e/ou redução dos custos, as quais somente poderão ser implantadas após certificação pelo **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA**, ou, quando couber, mediante Termo Aditivo. Tais medidas alternativas não poderão acarretar quaisquer ônus ao **PODER CONCEDENTE** ou aos **USUÁRIOS**.

**7.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar os serviços descritos no Item 5 (**OBJETO DO CONTRATO**), de forma adequada, satisfazendo-se as condições de regularidade, continuidade, eficiência, economicidade, segurança e atualidade, a serem aferidas em

conformidade com o **EDITAL**, seus **ANEXOS** e com a sua **PROPOSTA**.

**7.8.** A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos serviços. Não caracteriza descontinuidade a interrupção dos serviços em situação de emergência, quando devidamente justificada e motivada por razões de ordem técnica ou de segurança não imputáveis à **CONCESSIONÁRIA**.

**7.9.** Para garantia da manutenção das condições adequadas à prestação de serviços, a **CONCESSIONÁRIA** manterá quadro permanente de pessoal técnico plenamente capacitado durante todo o período de vigência do **CONTRATO**.

**7.10.** A qualidade, a eficiência e a segurança dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** serão aferidas através dos **INDICADORES DE DESEMPENHO** constantes do **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**7.11.** *O valor devido em cada período de apuração corresponderá ao produto da tarifa reajustada (Tn) pela quantidade efetivamente faturada e pelo Fator de Desempenho (FD) apurado no período, nos termos do Anexo IV.*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**7.12.** *O FD não se incorpora à tarifa e é apurado a cada ciclo de avaliação, sem efeito sobre os períodos subsequentes.*

**7.13.** *A aplicação do FD não afasta as penalidades previstas neste Contrato.*

**7.14.** A atualidade dos serviços será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação dos serviços concedidos, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do **PRAZO** da **CONCESSÃO**, que tragam benefícios para os **USUÁRIOS**, respeitadas as disposições do presente **CONTRATO**, a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**7.15.** Serão admitidos, no **SISTEMA**, resíduos de outros geradores, não oriundos dos **MUNICÍPIOS**, sem necessidade prévia de aprovação pelo **PODER CONCEDENTE**, observada a condição prevista na Cláusula 8.1.2 do **CONTRATO**.

## 8. REMUNERAÇÃO E FORMAS DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS

**8.1.** A remuneração da **CONCESSIONÁRIA**, durante o **PRAZO** de execução dos serviços **OBJETO** deste **CONTRATO**, será efetivada das seguintes formas:

**8.1.1.** **RECEITAS ORDINÁRIAS**: são as receitas mensalmente obtidas pela **CONCESSIONÁRIA**, originárias da remuneração mensal paga pelos **USUÁRIOS** dos serviços concedidos, aí incluídas pessoas físicas e jurídicas e os **MUNICÍPIOS**, pela efetiva prestação desses serviços pela **CONCESSIONÁRIA**.

**8.1.2.** **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS OU ACESSÓRIAS:** são as receitas oriundas de atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, autorizados, no que couber, pelo **PODER CONCEDENTE**, compreendendo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**(i)** os valores da venda, a terceiros, de subprodutos ou serviços resultantes do processamento dos resíduos recebidos;

**(ii)** os valores de serviços de gestão de resíduos a terceiros, públicos ou privados, observado o disposto na Cláusula 8.2 deste **CONTRATO**;

**(iii)** outras receitas de atividades não previstas na proposta, tais como publicidade, entre outras.

**8.1.2.1.** Fixa-se o percentual de 3,00% (três por cento) da receita líquida auferida com as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS OU ACESSÓRIAS** para aplicação em benefício da modicidade da **TUF** e/ou da **TEP** conforme a origem da receita, na forma prevista neste **CONTRATO** e de acordo com o artigo 11, da Lei n° 8.987/95, pertencendo à **CONCESSIONÁRIA** o valor remanescente.

**8.1.2.2.** No caso de a **CONCESSIONÁRIA** pretender prestar serviços de **TRIAGEM**, **TRANSFERÊNCIA** (**TRANSBORDO**) e de **DESTINAÇÃO FINAL** de resíduos sólidos de Municípios não integrantes do **CDS VELHO CHICO**, deverá ser obtida a prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**, revertendo-se, neste caso, o percentual de 3% (três por cento) da receita líquida auferida com esses serviços em benefício da modicidade da **TUF** e/ou da **TEP** conforme a origem da receita.

**8.1.2.3.** Acordam as **PARTES** que, previamente ao início da exploração de eventual atividade destinada à obtenção de **RECEITA ACESSÓRIA**, caso a **CONCESSIONÁRIA** verifique que o percentual de reversão em benefício da modicidade tarifária torna inviável a prestação do serviço, as **PARTES** poderão, por



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

proposição justificada da **CONCESSIONÁRIA**, estabelecer o percentual que se mostre econômica e financeiramente viável para cada tipo de atividade.

**8.2.** A **CONCESSIONÁRIA,** desde a assinatura do **CONTRATO**, fica autorizada, pelo **PODER CONCEDENTE**, a explorar, direta ou indiretamente, os serviços complementares, alternativos e acessórios abaixo especificados, sendo certo de que outros serviços não expressamente listados devem ser submetidos à prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**:

**8.2.1.** Serviços pré-autorizados:

**8.2.1.1.** Prestação de serviços de correspondente bancário nos pontos de atendimento ao cidadão (PAC);

**8.2.1.2.** Prestação de serviços de clube de benefícios e recompensas para engajamento do relacionamento com a rede de usuários e unidades consumidoras;

**8.2.1.3.** Geração e comercialização de energia gerada através dos resíduos sólidos;

**8.2.1.4.** Geração e comercialização de energia gerada através usina fotovoltaicas instaladas nas unidades operacionais;

**8.2.1.5.** Geração e comercialização de créditos de carbonos;

**8.2.1.6.** Geração e comercialização de logística reversa e reciclagem;

**8.2.1.7.** Coleta, Transporte, Triagem, Transferência e Destinação Final de **RDO**, **RSS** e **RCD** de Grande Geradores Privados, que ultrapassem a quantidade estabelecida em norma.

**8.3.** O valor da **TUF** deverá ser cobrado preferencialmente na fatura dos serviços públicos de água e esgoto, utilizando-se do mesmo código de barras, e será depositado na **CONTA DE ARRECADAÇÃO**. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, junto a uma instituição financeira, a **CONTA TRANSITÓRIA** destinada a receber os repasses da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** relativos às suas receitas.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**8.3.1.** Incumbe ao **PODER CONCEDENTE** envidar todos os esforços institucionais e administrativos necessários para viabilizar o cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, inclusive mediante negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pela prestação desses serviços nos **MUNICÍPIOS** e a celebração dos instrumentos necessários, observando-se obrigatoriamente as seguintes condições: (i) aplicação de taxa de administração limitada a até 3% (três por cento); e (ii) arrecadação conjunta com a emissão de fatura única ao usuário, contendo a discriminação individualizada dos valores correspondentes a cada serviço, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

**8.3.1.1.** Na hipótese de a negociação com os órgãos ou entidades responsáveis pelos serviços de água e esgoto nos **MUNICÍPIOS** resultar em taxa de administração inferior ao limite de 3% (três por cento), a economia obtida deverá ser obrigatoriamente destinada à modicidade tarifária, mediante os mecanismos de redução tarifária definidos no **CONTRATO**.

**8.3.2.** Caso o cofaturamento não seja possível ou viável, a cobrança da **TUF** será realizada diretamente pela **CONCESSIONÁRIA**, observando-se o disposto neste **CONTRATO,** no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I DO EDITAL**, na legislação aplicável e nos instrumentos regulatórios pertinentes.

**8.3.2.1.** Na hipótese de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, caberá ao **PODER CONCEDENTE** fornecer os dados atualizados dos **USUÁRIOS** constantes de sua base de dados para viabilizar a emissão das faturas.

**8.3.2.1.1.** No caso do item anterior, o **PODER CONCEDENTE** terá até 90 (noventa) dias para fornecer os dados constantes de sua base própria à **CONCESSIONÁRIA**, contados a partir da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




solicitação desta.

**8.3.2.2.** Na hipótese de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá auxiliar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção das informações referentes ao consumo de água das residências a serem atendidas, necessárias para o cálculo das **TARIFAS.**

**8.3.2.3.** A **FASE 2** da **CONCESSÃO** somente se iniciará plenamente com a implantação do regime de cobrança direta pela **CONCESSIONÁRIA**, caso não seja possível ou viável o regime de cofaturamento.

**8.3.2.4.** Os custos decorrentes da implementação do cofaturamento ou do regime de cobrança direta serão de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, mas o descumprimento das obrigações do **PODER CONCEDENTE,** relativas à implementação de qualquer dos regimes**,** que atrase o início da operação, pode ocasionar o direito a reequilíbrio econômico-financeiro em favor da **CONCESSIONÁRIA**, conforme o caso.

**8.3.2.5.** Quando, em regime de cobrança direta da **TUF** pela **CONCESSIONÁRIA**, for verificada inadimplência extraordinária que exceda 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita tarifária devida pelos **USUÁRIOS** em cada período de apuração, os **MUNICÍPIOS** deverão complementar a remuneração da **CONCESSIONÁRIA** mediante contraprestação pecuniária do parceiro público, nos termos dos arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei Federal nº 11.079/2004. no valor correspondente à diferença que ultrapassar esse percentual, até o limite de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) de cada **MUNICÍPIO**.

**8.3.2.6.** A **CONCESSIONÁRIA** permanece obrigada a adotar práticas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

eficientes de cobrança, controle da inadimplência e gestão de créditos, não lhe sendo devida qualquer complementação relativamente à inadimplência ordinária, assim considerada aquela inferior ao percentual previsto no Item anterior.

**8.3.2.7.** Caso, após a complementação realizada pelos **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** venha a receber pagamentos de **USUÁRIOS** inadimplentes, por qualquer meio admitido, deverá restituir aos **MUNICÍPIOS** os valores repassados a título de complementação, com base nos valores líquidos arrecadados, deduzidos os custos e despesas eventualmente incorridos na cobrança, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

**8.3.2.8.** A apuração dos níveis de inadimplência e do valor da eventual complementação será realizada trimestralmente, mediante boletim financeiro acompanhado e aferido pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período, e dos relatórios mensais consolidados da arrecadação realizada no período, através da **TUF**.

**8.3.2.9.** O limite da **RCL** de cada **MUNICÍPIO** deverá ser calculado trimestralmente, utilizando como base o trimestre correspondente do exercício anterior, nos termos da legislação fiscal vigente.

**8.3.2.10.** Anualmente, será realizada avaliação consolidada dos valores complementados, para fins de:

a) verificação de eventual saldo credor ou devedor;
b) compensação financeira entre as **PARTES**;
c) ajuste de projeções no Plano de Negócios Referencial.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**8.4.** O valor máximo da **TUF** é aquele calculado conforme critério disposto no **CADERNO DE ENCARGOS - ANEXO** do **EDITAL**.

**8.5.** O acordo comercial referido na Cláusula 8.3 determinará que a instituição financeira administradora da **CONTA DE ARRECADAÇÃO** deverá proceder ao repasse dos valores devidos à **CONCESSIONÁRIA**, para a **CONTA TRANSITÓRIA**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do respectivo recebimento.

**8.6.** A **CONCESSIONÁRIA** fará jus ao recebimento de 100,00% (cem por cento) do valor das **TUF-D**, assim que iniciar a **TRIAGEM, TRANSFERÊNCIA (TRANSBORDO) E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** dos resíduos domiciliares coletados nos **MUNICÍPIOS** para o **ATERRO SANITÁRIO** a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA** ou, no período transitório previsto na Subcláusula 18.2, para aterro sanitário licenciado pré-existente.

**8.7.** Caso haja a adesão dos **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus ao recebimento de 100,00% (cem por cento) do valor das **TUF-C**, assim que iniciar a **COLETA E TRANSPORTE** do **RDO** nos **MUNICÍPIOS** para o **ATERRO SANITÁRIO** a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, para aterro sanitário licenciado pré-existente no período transitório previsto na Subcláusula 18.2, ou para a **ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**).

**8.8.** O contrato de administração da **CONTA TRANSITÓRIA** deverá também contar com mecanismo de retenção de eventual multa devida pela **CONCESSIONÁRIA**, em decorrência do inadimplemento de quaisquer obrigações previstas neste **CONTRATO**, na forma da Cláusula 30 do **CONTRATO**. Para a aplicação da multa, o **PODER CONCEDENTE** deverá deflagrar processo administrativo, a ser conduzido conforme Cláusula 30 do **CONTRATO** e em observância ao devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Ao final do trâmite processual, caso se



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

decida pela aplicação da sanção, o **PODER CONCEDENTE** deverá informar à instituição financeira o valor da multa aplicada para fins de retenção. Realizada a comunicação formal do valor, a instituição financeira deverá transferi-lo para o **PODER CONCEDENTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

**8.9.** Caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS**, o pagamento dos serviços de **COLETA**, **TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, **RCD** e **RSS** de estabelecimentos públicos deverá obedecer às seguintes regras e condições:

**8.9.1.** O pagamento será efetuado pelos **MUNICÍPIOS** com periodicidade mensal, mediante crédito na conta corrente da **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação da medição, pelo **MUNICÍPIO** atendido, devendo para tanto ser encaminhada pela **CONCESSIONÁRIA** a medição aprovada juntamente com a nota fiscal de serviços corretamente emitida.

**8.9.2.** O valor da contrapartida na forma de **TEP** será calculado por tonelada de **RPU** e **RCD** e por quilograma de **RSS** recebida pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante medição acompanhada e aferida pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período e dos relatórios mensais consolidados.

**8.9.3.** O valor do aporte público a ser paga pela ausência de completude no caráter arrecadatório das **TARIFAS DOS USUÁRIO FINAL** (**TUF**) será calculado com base na inadimplência dos usuários de cada **MUNICÍPIO** no que tange à arrecadação dos serviços domiciliares, mediante boletim financeiro acompanhado e aferido pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir de boletins diários dos serviços, emitidos com base na totalidade das pesagens realizadas no período, e dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

relatórios mensais consolidados da arrecadação realizada no período, através das **TARIFAS DOS USUÁRIO FINAL** (**TUF**). Caso a **CONCESSIONÁRIA** venha a obter tais recursos ora inadimplidos posteriormente, seja através de notificação extrajudicial, cobrança judicial, ou, ainda, renegociação administrativa da dívida, a **CONCESSIONÁRIA** deverá repassar no prazo de 30 (trinta) dias ao **PODER CONCEDENTE** o valor líquido arrecadado (abatendo-se assim os descontos concedidos, custos e despesas com o controle, cobrança, honorários de assessores jurídicos e outras despesas que venham a ocorrer).

**8.9.4.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, manter e encaminhar, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, até o quinto dia útil do mês subsequente, os boletins de medição contendo as pesagens dos resíduos, seja em **ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO**, na **CVR** ou na **ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), devidamente medidos em balança apropriada, identificando, no mínimo: veículo transportador, dia, hora, peso de cada pesagem (entrada/saída – cheio/vazio), conteúdo, origem e destino.

**8.9.5.** O **PODER CONCEDENTE** fará a análise e emitirá, se for o caso, Boletim de Retificação da medição até o décimo dia útil do mês, ou aprovará, no mesmo prazo, a medição encaminhada pela **CONCESSIONÁRIA**, para possibilitar a posterior emissão da fatura pela **CONCESSIONÁRIA**.

**8.9.6.** O **PODER CONCEDENTE**, ouvida a **CONCESSIONÁRIA**, definirá a forma de tramitação dos documentos, dando preferência aos meios eletrônicos.

**8.10.** Caso seja constatada alguma irregularidade na fatura emitida pela **CONCESSIONÁRIA** ou nos documentos que a integram, estes serão devolvidos para as devidas correções, reiniciando a contagem dos prazos quando da apresentação dos documentos corrigidos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**8.11.** A aceitação das medições e o pagamento das faturas correspondentes não isentará a **CONCESSIONÁRIA** das responsabilidades contratuais, nem implicará o recebimento definitivo dos serviços, que somente se dará mediante verificação do cumprimento das respectivas condições de execução.

**8.12.** O pagamento dos serviços executados será efetuado mediante a apresentação de requerimento, recibo e fatura, em papel timbrado da **CONCESSIONÁRIA**, expedidos em 03 (três) vias, devidamente atestados pelo setor competente do **PODER CONCEDENTE**.

**8.13.** Somente serão consideradas, nas medições mensais de que tratam os itens acima, os serviços efetivamente prestados pela **CONCESSIONÁRIA** aos **USUÁRIOS** e aos **MUNICÍPIOS**.

## 9. VALOR DO CONTRATO

**9.1.** O valor global nominal estimado do **CONTRATO** é de ([•]), resultante do somatório das **RECEITAS** em valores reais, data-base julho de 2026.

## 10. INDICADORES DE DESEMPENHO

**10.1.** Os **INDICADORES DE DESEMPENHO** a serem atingidos pela **CONCESSIONÁRIA** na execução do **CONTRATO** encontram-se especificados no **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**10.2.** Os indicadores relativos a serviços de adesão facultativa somente serão aplicados aos Municípios que tenham aderido ao respectivo serviço. Na ausência de adesão, o peso do indicador será redistribuído proporcionalmente entre os demais indicadores aplicáveis àquele Município. O Índice de Desempenho Geral (IDG) será apurado por Município

## 11. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**11.1.** Na assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** apresentou ao **PODER CONCEDENTE** a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, na modalidade de

seguro garantia, nos valores referenciais estipulados para cada período vide Tabela 23 Garantia Execução do Contrato (Anexo III – estudo de viabilidade e modelagem econômico-financeira) sobre o valor do **CONTRATO**, bem como atendidas as especificações do **EDITAL**.

| GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO | | |
|---|---|---|
| **PERIODO CONTRATUAL** | **%** | **VALOR DA GARANTIA** |
| **0 – 2** | 1,00% | Valor do Contrato [•] * 1,00% |
| **3 – 10** | 0,50% | Valor do Contrato [•] * 0,50% |
| **11 – 20** | 0,25% | Valor do Contrato [•] * 0,25% |
| **21 – 28** | 1,00% | Valor do Contrato [•] * 1,00% |
| **29 – 30** | 0,05% | Valor do Contrato [•] * 0,05% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**11.2.** O valor efetivo da garantia deverá ser recomposto pela **CONCESSIONÁRIA**, levando em consideração o percentual indicado na Subcláusula 11.1, sempre que o **PODER CONCEDENTE** executar, total ou parcialmente, o seu valor, em razão da cobrança de valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE** ou a terceiros.

**11.3.** O valor da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** deverá ser reajustado sempre que houver o reajustamento e/ou a revisão da **TUF**, nas mesmas datas e pelo mesmo percentual, devendo a **CONCESSIONÁRIA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do reajuste/revisão, apresentar ao **PODER CONCEDENTE** apólice complementar com o novo valor da Garantia de Execução do **CONTRATO**.

**11.4.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** terá vigência durante todo o **PRAZO** do **CONTRATO**, cabendo à **CONCESSIONÁRIA**, em caso de término do prazo da Garantia antes desse prazo ou de eventual prorrogação do prazo contratual, comprovar sua renovação ao **PODER CONCEDENTE** em até 5 (cinco) dias úteis antes do seu vencimento.

**11.4.1.** Se a **CONCESSIONÁRIA** não comprovar a renovação da Garantia de que trata a Subcláusula 11.1, será notificada pelo **PODER CONCEDENTE** para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação, sob pena de imposição da multa prevista na Subcláusula 30.1.2 deste **CONTRATO**, até que a renovação seja apresentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste **CONTRATO**.

**11.5.** O valor da garantia contratual poderá ser revisado, a critério do **PODER CONCEDENTE**, para fins de adequação às obrigações remanescentes.

**11.6.** O valor da garantia será liberado à **CONCESSIONÁRIA** após integral



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

cumprimento do **CONTRATO**, podendo ser debitado pelo **CDS VELHO CHICO**, se for o caso, o valor necessário para quitar eventuais penalidades e obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

**11.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 05 (cinco) dias antes do término do prazo de vigência da Garantia, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma prevista neste **CONTRATO**.

**11.8.** Se a **CONCESSIONÁRIA** tiver optado pela apresentação dos títulos da dívida pública, deverá garantir, no **PRAZO** da **CONCESSÃO**, a cobertura do valor referido na

Subcláusula 11.1, compreendido o reajuste previsto neste **CONTRATO.**

**11.9.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no **CONTRATO** e na regulamentação vigente, a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** poderá ser utilizada nos seguintes casos:

**11.9.1.** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as obrigações previstas no

**CONTRATO** ou executá-las em desconformidade com o quanto pactuado;

**11.9.2.** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** não proceder ao pagamento das indenizações que lhe forem impostas, na forma do **CONTRATO**;

**11.9.3.** Na hipótese de entrega de **BENS REVERSÍVEIS** em desconformidade com as exigências estabelecidas no **CONTRATO**; ou

**11.9.4.** Na declaração de caducidade.

**11.10.** A **CONCESSIONÁRIA** permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

**11.11.** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** prestada será restituída ou liberada após a integral e fiel execução do **CONTRATO** ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **PODER CONCEDENTE**, e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela variação do IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo oficialmente.

**11.12.** A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da **CONCESSIONÁRIA** e da expedição do relatório de reversão dos **BENS REVERSÍVEIS**.

## 12. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

**12.1.** São direitos e deveres dos **USUÁRIOS** dos serviços:

**12.1.1.** Receber serviços adequados, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto, cortesia e generalidade;

**12.1.3.** Receber do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as informações quanto ao valor das **TARIFAS**, bem como ser avisado, com antecedência, sobre novos valores tarifários em decorrência de reajustamento ou revisão;

**12.1.4.** Obter as informações necessárias para o bom uso do serviço, obrigando-se a cumprir as normas sobre forma, local, horário, higiene e segurança na disposição dos resíduos a serem coletados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**12.1.5.** Não despejar e/ou jogar resíduos em vias públicas, áreas e/ou terrenos vazios em desacordo com as normas expedidas pelo **PODER CONCEDENTE**;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**12.1.6.** Levar ao conhecimento do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** as irregularidades de que tenha conhecimento, seja em relação a terceiros, seja referente aos serviços prestados;

**12.1.7.** Comunicar às autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos praticados pela **CONCESSIONÁRIA** na operação do **SISTEMA**;

**12.1.8.** Contribuir para a conservação das boas condições dos bens relativos à prestação dos serviços e dos bens através dos quais lhes são prestados os serviços;

**12.1.9.** Adotar e incentivar a **COLETA SELETIVA**, objetivando ter um ambiente ecologicamente estável e saudável; e

**12.1.10.** Cumprir e incentivar que os moradores dos **MUNICÍPIOS** cumpram os regulamentos para uso dos serviços, em prol do bem de toda a comunidade.

## 13. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

**13.1.** São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo do quanto previsto no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**:

**13.1.1.** Cumprir as normas regulatórias expedidas pela **AGÊNCIA REGULADORA** e atender às suas solicitações;

**13.1.2.** Prestar serviço adequado, na forma da lei, da PROPOSTA e do EDITAL e seus ANEXOS;

**13.1.3.** Cumprir as exigências ambientais impostas pelos Órgãos Governamentais responsáveis pelo controle do meio-ambiente;

**13.1.4.** Responder integralmente pela aquisição dos bens, pela execução das obras de instalação e pela operação do **SISTEMA**, pela execução dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

serviços e por eventuais danos deles decorrentes, de acordo com o estabelecido no **EDITAL**, neste **CONTRATO** e nos demais documentos que o integram;

**13.1.5.** Manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **EDITAL**;

**13.1.6.** Além da execução dos serviços específicos discriminados neste **CONTRATO**, no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, quando solicitado pelo **PODER CONCEDENTE**, proceder aos reparos, à manutenção ou à adequação que se fizerem necessários, sem interrupção da prestação dos serviços;

**13.1.7.** Executar os estudos, projetos e obras que se fizerem necessários, em conformidade com as especificações constantes do **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

**13.1.8.** Fornecer todos os veículos, equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços **OBJETO** deste **CONTRATO**, em perfeitas condições de uso, devidamente segurados, com cobertura contra danos materiais para os equipamentos e para terceiros, e danos físicos com relação aos recursos humanos envolvidos e terceiros, competindo-lhe, ainda, o fornecimento de combustível, lubrificantes e demais utilidades necessárias ao cumprimento do **OBJETO** contratual, não podendo a falta ser invocada como justificativa de atraso ou imperfeição dos serviços;

**13.1.9.** Admitir pessoal e arcar, sob sua inteira responsabilidade, com as despesas relativas às contratações, incluindo encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o **PODER CONCEDENTE**;

**13.1.10.** Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes do consumo,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

conservação, reparos, avarias e perdas, custos com reparação ou reposição de peças, ferramentas, máquinas e materiais;

**13.1.11.** Cumprir os prazos determinados no cronograma de execução dos serviços **OBJETO** da **CONCESSÃO**, de acordo com o **CADERNO DE ENCARGOS**, constante do **ANEXO I** do **EDITAL**, bem como todas as demais obrigações e prazos previstos no **EDITAL**, neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**;

**13.1.12.** Responder integralmente pelas penalidades aplicadas pelos órgãos governamentais, em decorrência das obrigações assumidas no **CONTRATO**;

**13.1.13.** Manter em operação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias da semana, um sistema capaz de garantir a integridade das instalações e das áreas internas do *"Parque do Sol Velho Chico"*, vetando-se a permanência de pessoas estranhas ou de animais;

**13.1.14.** Cumprir as exigências impostas pelos Órgãos Governamentais responsáveis pela segurança, higiene e medicina do trabalho;

**13.1.15.** Atender a quantidade de trabalhadores, máquinas e equipamentos, de acordo com o dimensionamento do Projeto;

**13.1.16.** Prestar, sempre que solicitada, orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços, aos técnicos do **PODER CONCEDENTE**, bem como enviar todos os elementos e comunicações referentes à execução do **CONTRATO**, por correspondência protocolizada;

**13.1.17.** Permitir ao pessoal da fiscalização do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, desde que devidamente identificados, livre acesso aos seus depósitos, oficinas, garagens e outras



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

dependências, de modo a possibilitar a vistoria das instalações e das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material.

**13.1.18.** Fornece ao **PODER CONCEDENTE** ou à **AGÊNCIA REGULADORA**, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, para fins de fiscalização;

**13.1.19.** Captar, aplicar e gerir, sob sua exclusiva responsabilidade e risco, recursos financeiros necessários à execução do **CONTRATO**, que poderão ser de origem interna ou externa;

**13.1.20.** Obter, junto aos órgãos competentes, as licenças ambientais e respectivas renovações, bem como outras licenças que venham a ser necessárias à efetiva implantação e operação dos diversos componentes do sistema;

**13.1.21.** Manter em dia o registro de seu ativo fixo;

**13.1.22.** Responsabilizar-se integralmente, perante terceiros, durante a vigência do **CONTRATO**, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos e veículos atrelados à prestação dos serviços, isentando o **PODER CONCEDENTE**, desde que não tenha concorrido para o dano, de quaisquer reclamações, multas ou indenizações;

**13.1.23.** Providenciar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do **CONTRATO**, todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados aos seus empregados ou a terceiros, bem como multas ou indenizações por danos ambientais aplicadas nos termos da lei;

**13.1.24.** Manter em perfeito estado de funcionamento balanças rodoviárias para pesagem dos veículos contendo os resíduos sólidos;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**13.1.25.** Manter em dia o inventário e o registro dos **BENS REVERSÍVEIS**, bem como dos demais bens utilizados na **CONCESSÃO** e zelar pela integridade destes;

**13.1.26.** Manter os equipamentos, máquinas e veículos em bom estado de funcionamento e dentro dos padrões de controle ambiental exigidos, especialmente quanto à poluição do ar e sonora, pelas normas federais, estaduais e municipais aplicáveis;

**13.1.27.** Manter a sua equipe identificada, fornecendo uniformes e calçados padronizados, com os equipamentos de proteção individual (EPI), conforme exigências legais, necessários ao seguro desempenho de suas funções;

**13.1.28.** Designar o responsável técnico pelos serviços, que fará o contato com o fiscal do **CONTRATO** do **PODER CONCEDENTE** para discutir os assuntos técnicos referentes ao **CONTRATO**;

**13.1.29.** Manter um técnico responsável pelos serviços durante todo o horário de funcionamento, que será responsável pelo contato imediato para esclarecimentos e atendimento de questões apresentadas pela fiscalização do **PODER CONCEDENTE** e/ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, para assuntos urgentes referentes ao **OBJETO** deste **CONTRATO**;

**13.1.30.** Permitir a permanência dos fiscais do **PODER CONCEDENTE** e/ou da **AGÊNCIA REGULADORA** nas suas instalações, disponibilizando infraestrutura básica aos

mesmos para o trabalho de fiscalização das atividades de forma direta e/ou por meio eletrônico;

**13.1.31.** Manter as logomarcas, no modelo a ser previamente aprovado pelo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**PODER CONCEDENTE**, do **CDS VELHO CHICO** em todos os veículos e materiais de divulgação, bem como nos uniformes dos seus empregados, quando solicitado pelo **CDS VELHO CHICO**;

**13.1.32.** Confeccionar e colocar, nos locais de trabalho, sinalização visual completa;

**13.1.33.** Custear e realizar a capacitação da equipe do **PODER CONCEDENTE**, conforme definições constantes no **ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS** do **EDITAL**;

**13.1.34.** Manter cadastro atualizado e dar livre acesso, mediante prévia comunicação, por parte do **PODER CONCEDENTE** ou da **AGÊNCIA REGULADORA**, à toda a infraestrutura, livros, registros, documentos e convênios/contratos firmados com as empresas prestadoras dos serviços de água e esgoto, relacionados ao presente **CONTRATO**, prestando, a respeito destes, os esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo razoável, estabelecido de comum acordo com o solicitante;

**13.1.35.** Implantar sistema telefônico para o Serviço de Atendimento ao Consumidor, em até 90 (noventa) dias do início efetivo da implementação dos serviços, com funcionamento, pelo menos, durante todo o horário e em todos os dias em que os serviços objeto do **CONTRATO** são executados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**13.1.36.** Realizar, nos primeiros 4 (quatro) meses de cada ano, suas demonstrações financeiras e contábeis, entregando uma cópia dos documentos ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, no prazo de 15 (quinze) dias após a sua respectiva publicação;

**13.1.37.** Orientar e divulgar para os **USUÁRIOS** dos serviços as normas para a sua utilização, bem como os direitos e deveres dos **USUÁRIOS**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

contidos na Cláusula 12 deste **CONTRATO**;

**13.1.38.** Suspender a prestação do serviço de **COLETA**, **TRANSPORTE, TRIAGEM TRANSBORDO** ("**TRANSFERÊNCIA**"), **TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, de **RCD** e de **RSS** gerados por estabelecimentos públicos nos **MUNICÍPIOS** que atrasarem o pagamento das faturas por período igual ou superior a 90 (noventa) dias. Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** deverá notificar o **MUNICÍPIO**, com cópia para o **PODER CONCEDENTE**, 15 (quinze) dias antes de efetuar a suspensão dos serviços.

**13.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, manter e encaminhar ao **PODER CONCEDENTE**, com periodicidade mensal, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório consolidado das atividades, contendo minimamente:

**13.2.1.** As medições dos pesos líquidos de entrada de **RDO**, obrigatoriamente, bem como de **RPU**, **RCD** e **RSS**, caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS**, devidamente identificadas por **MUNICÍPIO** de origem, em planilhas separadas, quando couber, para efeitos de acompanhamento do faturamento e das **TARIFAS** praticadas;

**13.2.2.** Relatório completo com outros serviços prestados e o faturamento respectivo;

**13.2.3.** Relatório completo das atividades do mês, com cópia para a **AGÊNCIA REGULADORA**, dos fluxos financeiros e de materiais, quantitativos de resíduos e subprodutos, indicando origem e destino (internos ou externos) e valores de comercialização ou objetivos da movimentação, de modo a permitir a avaliação da evolução das condições técnicas e financeiras dos serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**13.3.** A **CONCESSIONÁRIA** terá responsabilidade objetiva pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos **USUÁRIOS**, ao **PODER CONCEDENTE** e a terceiros.

**13.3.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** indenes em razão de qualquer demanda ou prejuízo que estes venham a sofrer em virtude de atos praticados pela **CONCESSIONÁRIA**, por seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros contratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

**13.3.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá também indenizar e manter o **PODER CONCEDENTE** e a **AGÊNCIA REGULADORA** indenes em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, tenham que arcar em função das ocorrências descritas na Subcláusula anterior.

## 14. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

**14.1.** São obrigações do **PODER CONCEDENTE**, quando for o caso, sem prejuízo do previsto no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**:

**14.1.1.** Proceder à vistoria das instalações, em conjunto com a **CONCESSIONÁRIA**, antes do início dos serviços e, a partir de então, a cada 60 (sessenta) dias, lavrando ata com relatório da situação observada;

**14.1.2.** Disponibilizar, no prazo de 30 (trinta dias) a contar da assinatura do **CONTRATO**, os bens moveis, instalações, edificações e áreas (onde serão instalados pelo **PODER CONCEDENTE** os **PONTOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO** (**PACs**), os **ECOPONTOS**, os **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEVs**) e as **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**ETRs**), bem como os serviços de portaria vigilância da **ESTAÇÕES DE**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ETRs**), necessários ao cumprimento das obrigações da **CONCESSÃO**.

**14.1.3.** Responsabilizar-se pelo ônus de eventuais desapropriações e/ou instituições de servidões que sejam necessárias à execução dos serviços;

**14.1.4.** Adotar todas as medidas necessárias para implementar o cofaturamento da **TUF** na tarifa dos serviços de água e esgoto junto aos órgãos ou entidades competentes, bem como fornecer dados dos **USUÁRIOS** e auxiliar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção de informações referentes ao consumo de água das residências a serem atendidas, de modo a viabilizar a implementação do regime de cobrança direta, caso o cofaturamento não seja possível ou viável;

**14.1.5.** Fiscalizar e acompanhar permanentemente a execução dos serviços, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e fiel cumprimento;

**14.1.6.** Exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado à prestação dos serviços objeto do **CONTRATO**;

**14.1.7.** Aplicar as penalidades previstas no **CONTRATO**, de acordo com as regras aqui estabelecidas e na legislação de regência;

**14.1.8.** Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços **OBJETO**
do **CONTRATO**;

**14.1.9.** Solicitar as correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições que se fizerem necessárias;

**14.1.10.** Notificar a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito, para que proceda ao



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

afastamento de qualquer empregado que não tenha comportamento adequado. Em caso de dispensa, não caberá ao **PODER CONCEDENTE** qualquer responsabilidade;

**14.1.11.** Emitir a respectiva Ordem de Serviço no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do **CONTRATO**, desde que a **CONCESSIONÁRIA** atenda integral e corretamente às exigências contidas na Subcláusula 6.4 do **CONTRATO**;

**14.1.12.** Manter o(s) necessário(s) acordo(s) com o respectivo **PODER CONCEDENTE** e/ou com os prestadores de serviços de água e esgoto que irão efetuar a cobrança, em conta conjunta, dos serviços objeto desta **CONCESSÃO**, a fim de possibilitar que a **CONCESSIONÁRIA**, quando necessário, possa firmar os seus acordos comerciais com os respectivos prestadores de água e esgoto, bem como com a rede bancária arrecadadora;

**14.1.13.** Manter atualizado o envio de informações ao **SNIS**, sob gestão do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL** (**MDR**) através da **SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO** (**SNS**), no que se refere aos resíduos gerenciados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**14.1.14.** Manter atualizados os contratos, acordos ou convênios firmados com a **AGÊNCIA REGULADORA**;

**14.1.15.** Manter atualizados os instrumentos de planejamento, como o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

**14.1.16.** Deter e manter sempre o **CONTRATO** de **CONCESSÃO** e seus respectivos aditivos arquivados de forma atualizada e regular;

**14.1.17.** Instituir e manter política de recuperação de custos;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**14.1.18.** Transferir para a administração da **CONCESSIONÁRIA** os bens necessários à prestação dos serviços, na forma prevista neste **CONTRATO**;

**14.1.19.** Fornecer informações pertinentes ao **CONTRATO**, caso sejam requisitadas pela **SPE**; e

**14.1.20.** Acompanhar e monitorar a regularidade da SPE constituída, ao longo de todo o processo.

## 15. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA

**15.1.** Constituem direitos e deveres da **AGÊNCIA REGULADORA**, entre outras:

**15.1.1.** Regular os serviços objeto do **CONTRATO**, mediante a edição de regulamentos e aplicação de penalidades pelo descumprimento destes;

**15.1.2.** Reajustar as **TARIFAS**, anualmente, com base no previsto neste **CONTRATO**. Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** deve enviar o pleito 30 (trinta) dias antes da data de emissão da resolução do reajuste à **AGÊNCIA REGULADORA**, que, por sua vez, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar a respeito do cálculo, podendo suspender o prazo uma única vez, caso precise de informações adicionais da **CONCESSIONÁRIA**;

**15.1.3.** Realizar auditorias técnicas e inspeção local para avaliar a prestação dos serviços;

**15.1.4.** Obter da **CONCESSIONÁRIA** relatórios técnicos, operacionais e financeiros, sempre que necessário, com a finalidade de demonstrar a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

execução das obras e serviços previstos neste **CONTRATO** e os respectivos investimentos, na forma da **PROPOSTA** e deste **CONTRATO**, sendo que o conteúdo e a forma de apresentação de tais relatórios serão estabelecidos em norma pela **AGÊNCIA REGULADORA**;

**15.1.5.** Obter da **CONCESSIONÁRIA**, no caso de eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução das obras e dos serviços concedidos, em comparação com os prazos previstos no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL** e com os indicadores do **QID – ANEXO IV** do **EDITAL**:

**15.1.5.1.** Informação detalhada, na forma de regulamento expedido pela **AGÊNCIA REGULADORA**, das providências que estiverem sendo adotadas pela **CONCESSIONÁRIA** para corrigir tais atrasos e discrepâncias, objetivando o cumprimento integral dos prazos do **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I** do **EDITAL** e dos indicadores do **QID – ANEXO IV** do **EDITAL**; e

**15.1.5.2.** informação, de forma imediata, sobre interrupções decorrentes de paralisações emergenciais ou suspensões dos serviços.

**15.1.6.** Mediar e subsidiar os processos de revisão tarifária, elaborando os estudos econômicos e financeiros necessários para tanto, conforme previsto em **CONTRATO**, com o objetivo de fornecer dados ao **PODER CONCEDENTE**, para que este decida pela manutenção das **TARIFAS** em patamar justo e dentro do princípio da modicidade;

**15.1.7.** Acompanhar e monitorar:

**15.1.7.1.** A aplicação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO** previstos no **ANEXO IV**
do **EDITAL**;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**15.1.7.2.** Os cálculos de valores previstos no **CONTRATO**, em especial das **TARIFAS**, devendo também executar a apuração das **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, com o intuito de revertê-las parcialmente em benefício da modicidade tarifária, propondo ao **PODER CONCEDENTE** os ajustes necessários, se for o caso;

**15.1.7.3.** O atingimento dos marcos contratuais específicos para eventual redução do capital social, caso requerido pela **CONCESSIONÁRIA**, assim como eventual pleito de alteração do **CONTROLE** acionário; e

**15.1.7.4.** A pesquisa, caso seja oportuno e conveniente, de satisfação dos **USUÁRIOS**, na forma acordada pelas **PARTES**, sem prejuízo de outras atribuições que lhe venham a ser designadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**15.2.** Receber, analisar e tratar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, utilizando como ferramenta o fluxo de caixa marginal.

**15.3.** Auxiliar o **PODER CONCEDENTE** na:

**15.3.1.** Análise e acompanhamento da reversão dos bens atrelados à prestação dos serviços concedidos para a administração e utilização pela **CONCESSIONÁRIA** e, depois, o respectivo retorno ao **PODER CONCEDENTE**;

**15.3.2.** Análise técnica da certificação dos projetos executivos desenvolvidos pela **CONCESSIONÁRIA**;

**15.3.3.** Análise de pedidos provenientes da **CONCESSIONÁRIA** para a prestação de serviços extraordinários;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**15.3.4.** Análise e acompanhamento da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**; e

**15.3.5.** Atendimento a reclamações recorrentes de **USUÁRIOS**.

## 16. PARTES RELACIONADAS

**16.1.** Os contratos ou transações da **CONCESSIONÁRIA** com Partes Relacionadas deverão se dar em termos e condições equitativas, compatíveis com as práticas de mercado.

**16.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá solicitar a anuência da **AGÊNCIA REGULADORA** para a celebração de contrato ou qualquer tipo de transação, acordo ou ajuste com Partes

Relacionadas, cuja aprovação será condicionada à demonstração da conformidade com as condições de mercado, inclusive a partir dos contratos análogos firmados com terceiros nos últimos 12 (doze) meses anteriores à assinatura do Contrato, caso existam.

**16.2.1.** As condições de mercado envolvem o respeito ao tratamento equitativo, à transparência, à boa fé e à ética dos participantes na transação, acordo ou ajuste, de forma a permitir que estes participantes possam apresentar suas propostas de negócio dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores, subcontratados e prestadores de serviço da **CONCESSIONÁRIA** que não sejam Partes Relacionadas.

**16.3.** As condições dos contratos celebrados com Partes Relacionadas deverão ser divulgadas nas demonstrações financeiras da **CONCESSIONÁRIA**, acompanhadas de notas explicativas que forneçam detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas das respectivas transações.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**16.4.** No caso de contratos para o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de caráter não exclusivo, como serviço de agenciamento ou de publicidade, as condições oferecidas a Partes Relacionadas devem ser extensíveis a terceiros que estejam em situações semelhantes.

**16.5.** A anuência do **PODER CONCEDENTE** está condicionada à prévia definição de procedimentos adequados e suficientes para auditar a transferência das receitas da **CONCESSIONÁRIA** às Partes Relacionadas.

**16.6.** As transações, acordos ou ajustes com Partes Relacionadas serão submetidas à fiscalização posterior da **AGÊNCIA REGULADORA**.

**16.7.** São vedadas, entre outras, as transações, acordos ou ajustes com Partes Relacionadas que:

**16.7.1.** Não sejam realizadas em condições comutativas ou com pagamento compensatório adequado, compatível com as condições de mercado;

**16.7.2.** Tenham por objeto o empréstimo ou adiantamento de valores; ou

**16.7.3.** Tenham por objeto a prestação de serviços com cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional da **CONCESSIONÁRIA**, tal como faturamento, receita, lucro líquido, ou que de outra forma envolvam remuneração não justificável ou desproporcional em termos de geração de valor para a **CONCESSIONÁRIA**.

## 17. DIREITOS AUTORAIS

**17.1.** A Concessionária deverá ressarcir o proponente autorizado no âmbito do **PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

n° 01/2023, **TORRE CONSTRUÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.189.046/0001-51, que realizou os estudos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros que subsidiaram o presente contrato de concessão, no importe de R$1.362.781,05 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e cinco centavos), a ser atualizado monetariamente através do índice IPCA a partir de 11 de outubro de 2023, na forma do art. 13 e art. 21, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 16.522/2015.

## 18. COMPLEXO PARQUE DO SOL VELHO CHICO E OBRAS

**18.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, após o início da **FASE 2** do **CONTRATO**, construir e operar, por sua conta e risco, a **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – CVR** (**PARQUE DO SOL VELHO CHICO**), na forma e de acordo com as condições estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.2.** No período inicial do **CONTRATO**, até o final do **PRIMEIRO ANO**, quando deverá ter sido finalizada a construção da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** que integrará a **CVR**, e enquanto esta não estiver em operação, os resíduos do **SISTEMA** deverão ser destinados pela **CONCESSIONÁRIA** a aterro sanitário licenciado pré-existente, a ser por ela identificado, conforme previsto no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.2.1.** A responsabilidade pelo passivo ambiental existente nos lixões dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** dos **MUNICÍPIOS**, independentemente da obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de executar as obras de recuperação das áreas degradadas, nos limites previstos na Subcláusula 18.13.

**18.2.2.** A escolha do aterro sanitário licenciado pré-existente de que trata a Subcláusula 18.2 caberá exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**, observada a regularidade do licenciamento ambiental da instalação,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

podendo optar pelo aterro licenciado mais próximo ou por outro que repute mais eficiente. Os custos de transporte e de destinação final nesse período integram os encargos da **CONCESSÃO** e devem ter sido considerados pela licitante na formação de sua **PROPOSTA**, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.

**18.3.** A área da **CVR** será identificada e adquirida pela **CONCESSIONÁRIA**, cabendo-lhe, pelo **PRAZO** da **CONCESSÃO**:

**18.3.1.** Obter e manter válidas todas as licenças e autorizações exigidas pelas autoridades competentes, na forma da legislação, bem como cumprir todos os encargos ou restrições nelas estabelecidos;

**18.3.2.** Operar, manejar, fazer destinação e manejo de resíduos e conservar a **CVR** dentro dos padrões exigidos, preservando suas condições de utilização e de segurança física, de saúde e ambiental;

**18.3.3.** Realizar qualquer obra ou serviço que se faça necessário para a correta drenagem e tratamento de resíduos líquidos provenientes do aterramento;

**18.3.4.** Separar adequadamente os resíduos a serem dispostos na **CVR**, a fim de monitorar e acompanhar a melhor forma de aproveitamento da sua capacidade;

**18.3.5.** Manter a segurança de acesso ao local, proibindo a entrada de pessoas não autorizadas;

**18.3.6.** Adotar técnicas e tecnologias apropriadas para o melhor aproveitamento e o máximo de extensão da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, podendo inclusive explorar atividades complementares que gerem **RECEITAS ACESSÓRIAS** para a **CONCESSIONÁRIA**, observando-se os termos e condições do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONTRATO**;

**18.3.7.** Ao término do prazo da **CONCESSÃO** ou da vida útil da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, ou de parte dela, adotar todas as providências e procedimentos necessários para que o empreendimento ou a parte respectiva tenha sua atividade encerrada, com a adoção de cobertura de vegetação adequada e compatível, recuperando a paisagem do local; e

**18.3.8.** Ao término do **CONTRATO**, entregar ao **PODER CONCEDENTE**, como **BEM REVERSÍVEL**, a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída na forma da Subcláusula 18.4 deste **CONTRATO**, com vida útil remanescente de, pelo menos, 2 (dois) anos.

**18.4.** A **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a implantar a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**, observando o disposto neste **CONTRATO**, até o **PRIMEIRO ANO**, conforme estabelecido no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**).

**18.5.** A **CONCESSIONÁRIA** deve observar, durante a fase que precede a implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL** (**FASE 2**), as condições constantes do **ANEXO I** do **EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.6.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela realização das obras e assumirá todos os custos e despesas envolvidos, inclusive os custos de aquisição da área necessária, de construção e de implantação de nova **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**.

**18.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá adotar as seguintes providências relativas às obras de implantação do **COMPLEXO PARQUE DO SOL**:

**18.7.1.** Elaborar, no prazo do cronograma constante do **ANEXO I** do **EDITAL**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

(**CADERNO DE ENCARGOS**), os estudos, análises e projetos do empreendimento a ser construído, o cronograma de execução, bem como informações sobre a área que irá ser utilizada para a implantação da **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS**;

**18.7.2.** Os projetos deverão ser certificados por **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**);

**18.7.3.** Os projetos certificados deverão ser apresentados ao **PODER CONCEDENTE** e à **AGÊNCIA REGULADORA**, para fins informativos;

**18.7.4.** Os projetos deverão guardar compatibilidade com o **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) vigente;

**18.7.5.** Toda e qualquer licença e autorização necessária para a obra e implantação do novo aterro serão da exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, que deverá atender às exigências dos órgãos ambientais e de controle;

**18.7.6.** A contratação de **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**) é de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**;

**18.7.7.** A aprovação dos estudos, análises e projetos pelo **ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADA** (**OIA**) não exime ou diminui a responsabilidade integral e exclusiva da **CONCESSIONÁRIA** pela adequação e conformidade dos projetos e das obras;

**18.7.8.** As obras devem estar concluídas no prazo fixado no cronograma constante do **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**), sob pena de serem aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO**.

**18.8.** Cabe à **CONCESSIONÁRIA** a construção dos **PONTOS DE**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ATENDIMENTO AO CIDADÃO** (**PAC**), das **ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS** (**ETR**), dos **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**) e dos **ECOPONTOS**, na forma e de acordo com as condições estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**.

**18.8.1.** As áreas de **ECOPONTOS, PAC, PEV** e **ETR** serão cedidas à **CONCESSIONÁRIA** pelos **MUNICÍPIOS** durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO**, assim como sua construção e instalação ocorrerá a cargo dos municípios

**18.8.2.** As **PARTES**, com a interveniência dos **MUNICÍPIOS**, firmarão o Termo de Administração e Recebimento de terrenos para instalação de **ECOPONTOS**, **PAC**, **PEV** e **ETR** e demais instrumentos necessários à execução do objeto da **CONCESSÃO**.

**18.9.** É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** a execução das Obras e dos Serviços, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, em observância aos Indicadores de Desempenho e demais exigências estabelecidas neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**.

**18.10.** Caso a **CONCESSIONÁRIA** pretenda ou necessite realizar outras obras, deverá comunicar tal fato ao **PODER CONCEDENTE** e seguir as mesmas normas e disposições previstas neste **CONTRATO**.

**18.11.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total responsabilidade pela execução de Obras e Serviços em desconformidade com o **CONTRATO** e com as especificações mínimas estabelecidas no **CADERNO DE ENCARGOS**, assim como por eventual inobservância dos Indicadores de Desempenho.

**18.12.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo passivo ambiental gerado na **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** que venha a construir, na hipótese de decorrer de manejo inadequado ou incorreto por parte da **CONCESSIONÁRIA**. Caso contrário, o passivo ambiental pós-



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

desativação será de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**.

**18.13.** É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de custear a recuperação das áreas degradadas e lixões limita-se ao CAPEX de PRAD previsto no Anexo III – EVEF, de R$ 9.729.115,00 [julho/2026], composto por licenciamento e projetos (R$809.846,00) e execução (R$ 8.919.269,00). Intervenções que excederem esse limite, por decorrerem de passivo ambiental preexistente de responsabilidade dos **MUNICÍPIOS**, serão executadas pela **CONCESSIONÁRIA** somente por determinação do **PODER CONCEDENTE**, precedida da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ou diretamente pelo **MUNICÍPIO** responsável.

**18.14.** A **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** a ser construída pela **CONCESSIONÁRIA** deverá seguir as regras constantes do **CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I do EDITAL).**

**18.15.** Após o término do **CONTRATO**, a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** será **BEM REVERSÍVEL**, com vida útil remanescente de pelo menos 2 (dois) anos, para o **PODER CONCEDENTE**, que assumirá a responsabilidade pelo monitoramento e recuperação, com base em projeto a ser elaborado pela **CONCESSIONÁRIA**, sem custos para o **PODER CONCEDENTE**. Esses projetos deverão ser entregues para aprovação do **PODER CONCEDENTE** até 6 (seis) meses antes do término do **PRAZO da CONCESSÃO**.

**18.16.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por garantir a plena execução do **OBJETO**, observando o quanto determinado neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, bem como nos dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e nas exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive o **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**, na forma determinada na legislação.

**18.17.** O aterro sanitário licenciado pré-existente utilizado na forma da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Subcláusula 18.2, enquanto a **CÉLULA DE ATERRAMENTO DE REJEITOS** não estiver em operação, não integra os **BENS REVERSÍVEIS** e não será objeto de reversão ao **PODER CONCEDENTE**.

## 19. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

**19.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a implantação das obras de acordo com o cronograma de implantação constante do **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** (**PNR**) e **MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA** (**MEF**).

**19.2.** O Cronograma de Implantação constante no **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** (**PNR**) e **MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA** (**MEF**) poderá ser alterado por sugestão da **CONCESSIONÁRIA**, desde que as datas para atingimento das metas finais de universalização dos Serviços previstas no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) sejam mantidas.

**19.2.1.** As alterações do Cronograma de Implantação do interesse da **CONCESSIONÁRIA** deverão ser propostas ao **PODER CONCEDENTE**, que apenas poderá recusá-las caso entenda que a inversão da ordem de investimentos proposta ameace o atingimento das metas finais de universalização dos Serviços previstas no **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO** (**PIO**) e na legislação aplicável.

**19.2.2.** O Cronograma de Implantação foi elaborado em conformidade com as metas para universalização dos serviços de saneamento básico previstas pela Lei Federal 14.026/2020.

## 20. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**20.1.** Elaboração de Projetos

**20.1.1.** Os Projetos de Engenharia e as especificações dos equipamentos deverão estar adequados às normas técnicas e à legislação vigente, às especificações técnicas mínimas e ao disposto no **ANEXO I** do **EDITAL** (**CADERNO DE ENCARGOS**) e neste **CONTRATO**.

**20.1.2.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total responsabilidade pela elaboração e execução dos Projetos de Engenharia, bem como pela execução de obras e serviços em conformidade com o **CONTRATO** e especificações mínimas nele estabelecidas.

**20.1.3.** O **PODER CONCEDENTE**, a seu critério, poderá supervisionar a elaboração dos Projetos, sem que tal supervisão importe na assunção de quaisquer responsabilidades.

**20.2.** Aprovação dos Projetos de Engenharia:

**20.2.1.** Salvo determinação em contrário dos **MUNICÍPIOS**, que deverá ser comunicada ao **CDS VELHO CHICO** e à **CONCESSIONÁRIA** em até 30 (trinta) dias a partir da data de transferência dos serviços, os Projetos de Engenharia serão aprovados pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme as atividades e prazos previstos nesta subcláusula.

**20.2.1.1.** A determinação do **MUNICÍPIO** para que os Projetos de Engenharia não sejam aprovados deverá ser acompanhada de descrição detalhada dos procedimentos a serem adotados para aprovação dos Projetos de Engenharia, bem como seus responsáveis, e não poderá conter prazos totais superiores a 30 (trinta) dias após a entrega dos respectivos Projetos de Engenharia pela **CONCESSIONÁRIA**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**20.2.1.2.** Caso o **MUNICÍPIO** não emita determinação para que os Projetos de Engenharia não sejam aprovados pelo **CDS VELHO CHICO**, no prazo indicado acima, a ausência de determinação gerará autorização tácita para a realização dos procedimentos pelo **PODER CONCEDENTE**.

**20.2.1.3.** Independentemente de o **MUNICÍPIO** realizar seus próprios procedimentos, o **PODER CONCEDENTE** não se desobriga da necessidade de aprovar os Projetos de Engenharia, conforme previsto nas subcláusulas abaixo.

**20.2.2. PROJETO BÁSICO:**

**20.2.2.1.** No mínimo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o início das Obras, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** o respectivo projeto básico.

**20.2.2.2.** O **PODER CONCEDENTE** deverá analisar o projeto básico apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua apresentação, e deverá aprová-lo ou indicar a necessidade de adequações ou correções, caso entenda haver desconformidade com as diretrizes estabelecidas no **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**, indicando de forma detalhada e justificada as desconformidades verificadas.

**20.2.2.3.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste no prazo previsto na subcláusula anterior, o projeto será tacitamente aprovado.

**20.2.2.4.** Caso o **PODER CONCEDENTE** determine que sejam feitas adequações ou correções no projeto básico, a **CONCESSIONÁRIA** deverá ajustá-lo e reapresentá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para posterior aprovação pelo **PODER CONCEDENTE**, que terá novo prazo de 15 (quinze) dias



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

para aprovação.

**20.2.2.5.** Caso o **PODER CONCEDENTE** solicite alterações no projeto básico posteriormente à sua aprovação, deverá submetê-las à **CONCESSIONÁRIA**, hipótese em que deverá ser avaliado o impacto econômico e de prazo da alteração, para fins de eventual restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.2.6.** Eventual alteração de projeto básico aprovado, solicitada pela **CONCESSIONÁRIA**, somente poderá ser executada mediante prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**, e não dará ensejo a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.3. PROJETO EXECUTIVO:**

**20.2.3.1.** A partir da aprovação do projeto básico, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **PODER CONCEDENTE** os projetos executivos, até 60 (sessenta) dias antes do início da execução da etapa correspondente, observados os prazos definidos no cronograma de implantação.

**20.2.3.2.** O **PODER CONCEDENTE** deverá analisar cada projeto executivo no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua apresentação pela **CONCESSIONÁRIA**, e deverá aprová-lo ou indicar a necessidade de adequações ou correções, caso entenda haver desconformidade com as diretrizes estabelecidas no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, indicando de forma detalhada e justificada as desconformidades verificadas.

**20.2.3.3.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste no prazo previsto na subcláusula anterior, o projeto será tacitamente aprovado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**20.2.3.4.** Caso o **PODER CONCEDENTE** determine que sejam feitas adequações ou correções no projeto executivo, a **CONCESSIONÁRIA** deverá ajustá-lo e reapresentá-lo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para aprovação do **PODER CONCEDENTE**, que terá novo prazo de 15 (quinze) dias para aprovação.

**20.2.3.5.** Caso o **PODER CONCEDENTE** solicite alterações no projeto executivo posteriormente à sua aprovação, deverá submeter as eventuais alterações à **CONCESSIONÁRIA**, hipótese em que deverá ser avaliado o impacto econômico e de prazo da alteração, para fins eventual restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**20.2.3.6.** Eventual alteração de projeto executivo aprovado, solicitada pela **CONCESSIONÁRIA**, somente poderá ser executada mediante prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**, e não dará ensejo a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

## 21. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS

**21.1.** Para a execução das obras, a **CONCESSIONÁRIA** deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir com todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e

segurança às Obras, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

**21.2. RECEBIMENTO DAS OBRAS:**

**21.2.1.** As Obras relacionadas ao **SISTEMA** serão recebidas pelo **PODER**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCEDENTE**.

**21.2.2.** Salvo determinação em contrário dos **MUNICÍPIOS**, que deverá ser comunicada ao **CDS VELHO CHICO** e à **CONCESSIONÁRIA** em até 30 (trinta) dias a partir da Data de Transferência, e sem prejuízo do recebimento das Obras pelo **PODER CONCEDENTE**, os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação serão realizados pelo **CDS VELHO CHICO**, conforme as atividades e prazos previstos nesta subcláusula.

**21.2.2.1.** A determinação do **MUNICÍPIO** para que os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação não sejam realizados pelo **CDS VELHO CHICO** deverá ser acompanhada de descrição detalhada dos procedimentos a serem adotados para aceitação das Obras, tal como de seus responsáveis, e não poderá conter prazos para recebimento de Obras superiores a 30 (trinta) dias após a conclusão delas pela **CONCESSIONÁRIA**.

**21.2.2.2.** Caso o **MUNICÍPIO** não emita determinação para que os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação não sejam realizados pelo **CDS VELHO CHICO** no prazo indicado acima, a ausência de determinação gerará autorização tácita para realização dos procedimentos pelo **CDS VELHO CHICO**.

**21.2.2.3.** Independentemente de o **MUNICÍPIO** realizar seus próprios procedimentos, o **PODER CONCEDENTE** não se desobriga da necessidade de realizar os procedimentos de Pré-Operação Parcial e/ou Pré-Operação previstos nas subcláusulas abaixo, sendo a aprovação das Obras pelo **PODER CONCEDENTE** um requisito para a emissão do Termo de Aceitação Provisória ou Definitiva pelo **MUNICÍPIO**.

**21.3. PRÉ-OPERAÇÃO PARCIAL:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**21.3.1.** A pedido da **CONCESSIONÁRIA**, e quando a natureza da Obra assim permitir, o **PODER CONCEDENTE** poderá proceder à Pré-Operação Parcial, desde que as estruturas, partes de estruturas ou parcelas da Obra estejam concluídas e sejam adequadas para a utilização prevista.

**21.3.2.** A Pré-Operação Parcial dar-se-á no período imediatamente anterior à conclusão de determinada parte das Obras e instalações dos correspondentes equipamentos e procedimentos de serviços, na medida em que estas forem sendo concluídas.

**21.3.3.** Qualquer aprovação de estruturas, partes de estruturas ou parcelas da Obra recebida pelo **PODER CONCEDENTE** em tais condições corresponderá à Pré-Operação Parcial.

**21.3.4.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar a Pré-Operação Parcial em prazo não superior a 30 (trinta) dias antes de as Obras estarem concluídas e aptas à Pré-Operação Parcial.

**21.3.5.** No prazo de até 30 dias, contados da solicitação da **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá: (i) aprovar parcialmente a Obra; ou (ii) rejeitar o pedido, justificando a sua decisão e apontando as não conformidades.

**21.3.6.** Após atestada a Pré-Operação Parcial, a **CONCESSIONÁRIA** desmontará e removerá as estruturas provisórias, bem como os materiais cuja utilização já não seja necessária para a execução deste **CONTRATO**. A **CONCESSIONÁRIA** removerá igualmente quaisquer entulhos ou obstruções e retificará qualquer modificação das condições do local das Obras.

**21.4. PRÉ-OPERAÇÃO:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**21.4.1.** Para proceder à Pré-Operação, a **CONCESSIONÁRIA** enviará ao **PODER CONCEDENTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o seu início, os procedimentos a serem adotados durante esse período, inclusive a relação dos procedimentos exigidos pelos fabricantes dos equipamentos, o método de execução dos testes e expectativa de resultado com os limites permitidos para aceitação dos equipamentos durante o período da Pré-Operação, fornecendo, também, mesmo que em cópia, os certificados de garantia e correspondentes coberturas.

**21.4.2.** A Pré-Operação consistirá em testes de desempenho para assegurar que o funcionamento e a performance de cada equipamento estão de acordo com o disposto neste **CONTRATO** e com as exigências do projeto aprovado pelo **PODER**

**CONCEDENTE**. Os testes serão conduzidos durante um período de 30 (trinta) dias, ao final do qual serão validados os manuais, que, após aprovados pelos representantes legais das **PARTES**, passarão a fazer parte integrante deste **CONTRATO**.

**21.4.3.** Antes da Pré-Operação, deverão ser apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA** as curvas de correção e calibração de cada instrumento a ser utilizado, bem como os manuais de operação e manutenção e o cadastro dos materiais, equipamentos de reserva e peças sobressalentes.

**21.4.4.** As durações dos testes, tanto dos equipamentos individualmente, quanto para o conjunto total, serão acordadas pelas **PARTES**.

**21.4.5.** Caso os limites permitidos sejam excedidos, os testes poderão ser rejeitados, hipótese em que deverão ser repetidos.

**21.4.6.** Os custos decorrentes da Pré-Operação serão inteiramente suportados pela



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCESSIONÁRIA**.

**21.4.7.** A emissão do Termo de Aceitação Provisória das Obras ficará vinculada à entrega dos desenhos "*as built*", elaborados segundo normas internas do **PODER CONCEDENTE**.

**21.4.8.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar em *"pendrive"* o cadastro geral das Obras executadas ("*as built*"), compreendendo plantas (**AUTOCAD**) e memorial (**WORD**), que conterão descrição minuciosa de tudo o que foi realizado, inclusive relação dos bens móveis reversíveis, que deverá, ao longo do período contratual, ser atualizada e apresentada ao **PODER CONCEDENTE**, para a assinatura das **PARTES**.

**21.4.9.** Ao final da Pré-Operação, será elaborado um relatório completo, contendo todos os resultados obtidos. Uma cópia deste relatório deverá ser protocolada no **CDS VELHO CHICO**.

**21.4.10.** No caso de Obras recebidas pelos **MUNICÍPIOS**, o relatório previsto na subcláusula anterior deverá ser encaminhado pelo **CDS VELHO CHICO** ao respectivo **MUNICÍPIO**.

**21.5. RESPONSABILIDADE DE CONCLUSÃO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

**21.5.1.** A **CONCESSIONÁRIA** será integralmente responsável pela reparação de qualquer defeito ou danos em qualquer parte das Obras, equipamentos e instalações, que possam surgir ou ocorrer durante a Pré-Operação.

**21.5.2.** Nas hipóteses de falha grave, decorrente de culpa ou dolo da **CONCESSIONÁRIA**, que tenha o condão de comprometer a continuidade dos serviços ou a segurança de **USUÁRIOS**,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

funcionários ou terceiros, caso a **CONCESSIONÁRIA** não repare o defeito ou danos no prazo estipulado de comum acordo com o **PODER CONCEDENTE**, este poderá determinar a extinção antecipada deste **CONTRATO**, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

**21.5.3.** Ausentes erros, defeitos e insuficiências ou depois de todos os erros, defeitos e insuficiências terem sido retificados, o **CDS VELHO CHICO** emitirá um Termo de Aceitação Provisória a ser entregue à **CONCESSIONÁRIA**, indicando a data de conclusão da Obra a contento.

**21.5.4.** Após a conclusão da Obra, terá início um período de operação supervisionada de 60 (sessenta) dias, durante o qual a Obra será operada pela **CONCESSIONÁRIA**, com a supervisão do **PODER CONCEDENTE**.

**21.5.5.** O Termo de Aceitação Definitiva será entregue pelo **CDS VELHO CHICO** em até 60 (sessenta), contados da devida conclusão das Obras.

**21.5.6.** A Obra só será considerada concluída depois da emissão do Termo de Aceitação Definitiva pelo **CDS VELHO CHICO**.

**21.5.7.** Independentemente da emissão do Termo de Aceitação Definitiva, a **CONCESSIONÁRIA** continuará a ser responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação assumida sob este **CONTRATO**, anteriormente à emissão do termo e que ainda não tenha sido cumprida.

**21.5.8.** Os **MUNICÍPIOS** e o **CDS VELHO CHICO** deverão rejeitar, no todo ou em parte, a Obra ou o Serviço executado em desconformidade com as Cláusulas deste **CONTRATO**, seus **ANEXOS**, a regulamentação aplicável ou as normas técnicas da **ABNT**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**21.5.9.** O recebimento provisório ou definitivo das Obras ou Serviços não exclui a responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, sobretudo com relação às

condições de segurança ou de qualidade, e tampouco exime ou diminui a sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas no **CONTRATO**.

**21.5.10.** O **CDS VELHO CHICO** poderá exigir que a **CONCESSIONÁRIA** apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer Obra ou Serviço prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.

**21.5.10.1.** Em caso de omissão da **CONCESSIONÁRIA** quanto à obrigação prevista nesta subcláusula, é facultado ao **PODER CONCEDENTE** se valer da Garantia de Execução do Contrato para remediar vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

## 22. DESAPROPRIAÇÕES

**22.1.** Competirá aos **MUNICÍPIOS** onde situados os bens a serem desapropriados a edição dos decretos de utilidade pública necessários às desapropriações e às servidões administrativas que se fizerem necessárias para a implantação dos equipamentos e operação dos serviços.

**22.2.** Os atos de execução das desapropriações e das servidões ficarão a cargo do **PODER CONCEDENTE**, que deverá prestar as seguintes informações e fornecer os seguintes documentos:

**22.2.1.** Cadastro socioeconômico dos proprietários ou ocupantes da(s) área(s) atingida(s);

**22.2.2.** Cadastro físico, discriminando a(s) propriedade(s), conforme sua



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

situação fundiária, especificando a extensão, por proprietário(s), da(s) área(s) atingida(s);

**22.2.3.** Certidão do RGI atualizada, e

**22.2.4.** Outras informações que o **PODER CONCEDENTE** julgar relevantes.

**22.3.** Caberá ao **PODER CONCEDENTE**, a promoção e a conclusão **(i)** dos processos amigáveis ou judiciais de desapropriação; **(ii)** das servidões administrativas; **(iii)** da ocupação provisória de bens imóveis; e **(iv)** das demais medidas necessárias à liberação das áreas.

**22.4.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** regularizar os imóveis irregulares que lhe sejam cedidos pelo **PODER CONCEDENTE**, sendo, nesse caso, os custos assumidos pelo **MUNICÍPIO**

titular do bem, que deverá outorgar poderes suficientes para que a **CONCESSIONÁRIA**
proceda com a regularização em nome do Poder Público.

**22.5.** É obrigação do **PODER CONCEDENTE** a assunção de todos os custos e despesas decorrentes da execução dos atos referidos nos itens anteriores, seja por via consensual ou por intermédio de ações judiciais, exceto os custos de regularização de imóveis cedidos, que ficam a cargo do **MUNICÍPIO** titular do bem, conforme Item 22.4 deste **CONTRATO**.

**22.6.** Caso os Municípios não promovam as medidas que lhes competem em relação às desapropriações ou servidões administrativas necessárias à execução dos Serviços, os prazos referentes ao cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e ao cumprimento dos Indicadores de Desempenho diretamente impactados serão revistos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**23. RISCOS**

**23.1.** Os riscos que são assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** e/ou pelo **PODER CONCEDENTE** encontram-se discriminados na **MATRIZ DE RISCOS** constante do **EDITAL**, considerada parte integrante deste **CONTRATO**.

**23.2.** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos riscos relacionados ao **CONTRATO** que não tenham sido expressamente alocados ao **PODER CONCEDENTE** na **MATRIZ DE RISCOS**, salvo previsão legal em sentido contrário.

**23.3.** Constituem riscos do **PODER CONCEDENTE**, nos termos da **MATRIZ DE RISCOS**, as alterações unilaterais e injustificadas do **CONTRATO**, inclusive a supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos, pelo **PODER CONCEDENTE**, pela **AGÊNCIA REGULADORA** ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do **OBJETO** pela **CONCESSIONÁRIA**, ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** em favor da **CONCESSIONÁRIA**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4, e a repactuação de metas e prazos.

**23.4.** Constitui risco do **PODER CONCEDENTE** a não adesão, a adesão parcial ou a adesão tardia dos **MUNICÍPIOS** aos serviços facultativos de coleta previstos no **CADERNO DE ENCARGOS** que implique o não ingresso integral dos resíduos gerados no sistema de triagem, tratamento e destinação final da **CONCESSÃO** e comprometa a universalização dos serviços e o atingimento das metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e resíduos triados, tratados e destinados, exclusivamente quanto aos efeitos sobre o atingimento das metas de universalização e de desempenho, ensejando a repactuação das metas e dos prazos de universalização afetados e o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4, restrito a esses efeitos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**23.5.** A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**23.6.** Constituem riscos do **PODER CONCEDENTE** as alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de incorporação de novos municípios ou de retirada ou exclusão de municípios originais, que causem impacto de qualquer natureza na **CONCESSÃO**, ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** em favor da **CONCESSIONÁRIA**, na forma das Subcláusulas 26.3 e 26.4. Na hipótese de retirada, o **MUNICÍPIO** retirante deverá indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei, observado o art. 11, § 2º, da Lei Federal nº 11.107/2005.

**23.6.1.** A retirada ou exclusão de **MUNICÍPIO** do **CONSÓRCIO** não prejudicará as obrigações já constituídas perante a **CONCESSIONÁRIA**. Sua extinção, na parcela correspondente, dependerá do prévio pagamento das indenizações devidas, nos termos do art. 11, § 2º, da Lei nº 11.107/2005, sem prejuízo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO.**

## 24. SUBCONCESSÃO

**24.1.** Incumbe unicamente à **CONCESSIONÁRIA** a execução dos serviços concedidos, conforme compromisso assumido quando da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada a subconcessão. Admite-se, entretanto, a subcontratação de parcelas de menor relevância técnica do **CONTRATO**, nos termos do Item 33 do **EDITAL** e da Cláusula 40 deste **CONTRATO.**

## 25. REVISÃO DO CONTRATO

**25.1.** A revisão do **CONTRATO** de **CONCESSÃO** tem como objetivo a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e poderá ocorrer na modalidade ordinária ou extraordinária, abrangendo aspectos relativos ao **PODER CONCEDENTE** e à **CONCESSIONÁRIA**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**25.2.** Considera-se equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** a manutenção da relação entre os encargos da **CONCESSIONÁRIA** e a contraprestação por ela recebida para a justa remuneração dos serviços concedidos, observando-se as condições previstas na **PROPOSTA** e neste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, na ocorrência de **CASO FORTUITO**, **FORÇA MAIOR** ou **FATO DO PRÍNCIPE**, que configure álea econômica extraordinária e extracontratual.

**25.2.1.** **REVISÕES ORDINÁRIAS:** são aquelas realizadas a cada 5 (cinco) anos, de acordo com as normas contratuais da **CONCESSÃO**, observada necessariamente a distribuição de riscos prevista no Item 23.

**25.2.2.** **REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS:** são aquelas realizadas a qualquer tempo, diante de solicitações de novos serviços ou investimentos pelo **PODER CONCEDENTE**, ou, ainda, da ocorrência superveniente de fatores imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que possam comprometer a continuidade dos serviços ou a equação econômico-financeira do **CONTRATO** e que não estejam incluídos na revisão quinquenal, observada a distribuição de riscos prevista neste **CONTRATO**.

**25.2.3.** A primeira revisão do Coeficiente de Geração (CG), conforme previsto no **ANEXO I** (**CADERNO DE ENCARGOS**), deverá ocorrer, excepcionalmente, ao final do 2º ano de vigência da **CONCESSÃO**, enquanto as revisões subsequentes serão efetuadas junto com as revisões ordinárias subsequentes, incluindo aquela a ser feita no 5º ano de vigência do **CONTRATO**.

## 26. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**26.1. REVISÃO ORDINÁRIA:**

**26.1.1.** A cada 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do presente **CONTRATO**, as **PARTES** procederão à revisão ordinária dos parâmetros e resultados gerais da **CONCESSÃO**, vedada a revisão de riscos como alocados neste **CONTRATO**.

**26.1.1.1.** O processo de revisão será instaurado pelo **PODER CONCEDENTE** de ofício ou a pedido da **CONCESSIONÁRIA**, mediante requerimento apresentado à **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.1.1.2.** O prazo máximo para a instauração do processo de revisão ordinária é de
60 (sessenta) dias, contados do início do quinto ano de cada período.

**26.1.1.3.** O processo de revisão ordinária deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses.

**26.1.1.4.** O processo de revisão ordinária resultará na emissão de Resolução da **AGÊNCIA REGULADORA** e seus resultados serão devidamente documentados e, caso importem em alterações no **CONTRATO**, serão incorporados em aditivo contratual, sempre observando-se o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**26.1.1.5.** A **AGÊNCIA REGULADORA** poderá ser assistida por **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, a seu custo, sendo os laudos, estudos, pareceres ou opiniões emitidas encartados ao processo respectivo, de modo a explicitar as razões que levaram a decidir sobre a revisão contratual.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**26.1.1.6.** O processo de revisão ordinária também terá como objetivo avaliar a necessidade de revisão do Coeficiente de Geração (**CG**), conforme previsto no **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**.

**26.2. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA:**

**26.2.1.** A qualquer tempo, com base em pedido de uma das **PARTES**, a ser avaliado pela **AGÊNCIA REGULADORA**, poderão ser realizadas revisões extraordinárias, a fim de ajustar o **CONTRATO** às mudanças, alterações ou condições que venham a impactar a sua execução.

**26.2.1.1.** A revisão extraordinária somente será cabível em situações excepcionais, mediante apresentação de justificativa escrita e comprovada, observando-se a repartição objetiva de riscos constante da **MATRIZ DE RISCOS**, bem como a Cláusula 23 do **CONTRATO.**

**26.2.1.2.** A revisão extraordinária do **CONTRATO**, para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, será solicitada pela **PARTE** que se sentir prejudicada, mediante o envio de requerimento fundamentado à **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.2.1.3.** A **PARTE** não poderá formular pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** com fundamento na ocorrência de evento cujo risco lhe seja integralmente imputado pela **MATRIZ DE RISCOS**.

**26.2.1.4.** O requerimento de reequilíbrio será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO** e sua onerosidade excessiva para a **PARTE**, sob pena de não conhecimento.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**26.2.1.5.** A **AGÊNCIA REGULADORA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da formalização da solicitação apresentada pela **PARTE** requerente, para avaliar os motivos apresentados para a revisão extraordinária do **CONTRATO**.

**26.2.1.6.** Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, não previstos no **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** poderá requerer à **CONCESSIONÁRIA**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, a elaboração do projeto básico das obras e serviços, incluindo o orçamento dos investimentos ou gastos adicionais previstos, nos termos deste **CONTRATO**, que também deverá ser encaminhado à **AGÊNCIA REGULADORA** para apreciação.

**26.2.1.7.** Considera-se motivo para o reequilíbrio do **CONTRATO** a obtenção de benefícios fiscais pela **CONCESSIONÁRIA**, como é o caso de sua habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (**REIDI**) e outros programas ou exonerações fiscais. Neste caso, o reequilíbrio deverá contribuir para a modicidade da **TUF**.

**26.3. DO PROCEDIMENTO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**26.3.1.** O procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da **CONCESSIONÁRIA** ou do **PODER CONCEDENTE**, cabendo à **PARTE** pleiteante a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação do evento causador do desequilíbrio à **AGÊNCIA REGULADORA**, mediante a apresentação de, no mínimo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**26.3.1.1.** Identificação precisa do evento causador do desequilíbrio, contemplando, ainda, dados como a data da ocorrência e a provável duração da hipótese

ensejadora da recomposição, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está contratualmente alocada à outra **PARTE**, por meio da apresentação de relatório técnico, laudo pericial ou estudo independente;

**26.3.1.2.** Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de novos investimentos, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**;

**26.3.1.3.** Identificação dos impactos econômicos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela **PARTE** pleiteante, decorrentes do evento causador do desequilíbrio, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos supostamente desequilibrados;

**26.3.1.4.** Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos;

**26.3.1.5.** O pedido, conforme o caso, deverá conter a indicação da pretensão de revisão do **CONTRATO**, trazendo a demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados e informando os impactos e as eventuais alternativas de balanceamento das prestações entre as **PARTES**;

**26.3.1.6.** De acordo com as eventuais premissas eventualmente definidas pelo **PODER CONCEDENTE**, este poderá solicitar



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

que a **CONCESSIONÁRIA** demonstra, na hipótese de novos serviços ou investimentos, que os valores necessários para realização de novos investimentos serão calculados com base em valores de mercado, considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

**26.3.2.** A **PARTE** pleiteante deverá, preferencialmente, identificar o evento de desequilíbrio e comunicar à outra **PARTE** em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das

relações contratuais, bem como possibilitar a adequada identificação das consequências do evento causador do desequilíbrio.

**26.3.3.** A omissão de quaisquer das **PARTES** em solicitar a recomposição importará em renúncia desse direito após 5 (cinco) anos, contados da ciência do evento que der causa ao desequilíbrio.

**26.3.4.** Por ocasião de cada processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, serão contemplados conjuntamente os pleitos então existentes de ambas as **PARTES**, de forma a se compensarem impactos econômico-financeiros positivos ou negativos decorrentes dos eventos causadores do desequilíbrio.

**26.3.5.** No caso de pleito apresentado pela **CONCESSIONÁRIA** ou **PODER CONCEDENTE**, a **AGÊNCIA REGULADORA** deverá, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do seu cabimento.

**26.3.6.** A **AGÊNCIA REGULADORA**, ou quem por ela indicado, terá livre



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

acesso às informações, aos bens e às instalações da **CONCESSIONÁRIA** ou de terceiros por ela contratados, com o intuito de aferir o valor do desequilíbrio alegado pela **CONCESSIONÁRIA** no seu pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**26.3.7.** Após a apresentação de pleito por uma das **PARTES**, a outra **PARTE** deverá apresentar à **AGÊNCIA REGULADORA**, no prazo 30 (trinta) dias, manifestação fundamentada acerca do pedido.

**26.3.8.** Para a confirmação das situações apontadas como ensejadoras de desequilíbrio econômico-financeiro e para o dimensionamento dos efeitos e medidas delas resultantes, a **AGÊNCIA REGULADORA** poderá contar com a participação de entidade especializada, contratada especificamente para essa finalidade, ou solicitar laudos econômicos a serem elaborados por **VERIFICADOR INDEPENDENTE**. Caso se faça necessária a contratação de entidade especializada, os respectivos custos serão arcados pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

**26.3.8.1.** O **PODER CONCEDENTE** ou a **AGÊNCIA REGULADORA** poderá(ão)
também solicitar laudos econômicos ou técnicos elaborados por órgãos ou entidades da Administração Pública Intermunicipal.

**26.3.9.** A metodologia utilizada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será a do fluxo de caixa marginal, conforme procedimentos descritos a seguir:

**26.3.9.1.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma a que seja nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando, na mesma data base:

**26.3.9.1.1.** Os fluxos de caixa dos dispêndios marginais resultantes do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

evento que deu origem à recomposição; e

**26.3.9.1.2.** Os fluxos de caixas das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**26.3.10.** Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento causador do desequilíbrio.

**26.3.11.** A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente líquido deve ser obtida nos seguintes termos:

$$TD = (1+0{,}03874) \times (1+TR) - 1$$

Onde:

**TD:** Taxa de desconto real anual;

**TR:** Taxa bruta real de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ (NTN-B) ou, na ausência deste, outro título que o substitua, com vencimento em 15/05/2055 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, ex-ante a dedução do imposto de renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos doze meses.

**26.3.12.** Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais e efetivamente desembolsados.

**26.3.13.** Desde que observada a regra de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, será definida a Taxa de Desconto definitiva para todo o prazo da **CONCESSÃO** quanto aos eventos nela



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

considerados.

**26.4. DA FORMA DO REEQUILÍBRIO:**

**26.4.1.** A recomposição poderá ser implementada pelos seguintes mecanismos:

**26.4.1.1.** Prorrogação ou redução do **PRAZO** da **CONCESSÃO**;

**26.4.1.2.** Repactuação de metas e prazos;

**26.4.1.3.** Revisão dos **INDICADORES DE DESEMPENHO**;

**26.4.1.4.** Compensação com eventuais créditos tributários vencidos ou vincendos da **CONCESSIONÁRIA**, na forma autorizada por lei;

**26.4.1.5.** Revisão das **TARIFAS**;

**26.4.1.6.** Pagamento de indenização;

**26.4.1.7.** Compensação com penalidades já atribuídas à **CONCESSIONÁRIA**;

**26.4.1.8.** Alterações ou ajustes na modelagem da **CONCESSÃO**; e

**26.4.1.9.** Prorrogação de prazo contratual

**26.4.1.10.** Combinação dos itens acima.

**26.4.2.** Caberá às **PARTES**, em comum acordo, a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos serviços concedidos e a preservação da capacidade de pagamento dos financiamentos, devendo toda a documentação do acordo realizado ser encaminhada à **AGÊNCIA REGULADORA** para



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

as providências cabíveis.

**26.4.3.** Caso, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de reequilíbrio do **CONTRATO**, não haja acordo a respeito do mecanismo a ser aplicado, o **PODER CONCEDENTE** elegerá os mecanismos de recomposição a serem adotados, a seu exclusivo critério, por meio de decisão motivada.

**26.4.4.** Eventuais divergências surgidas em relação ao reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** não suspendem ou alteram as obrigações das **PARTES** durante a pendência do processo de revisão.

**26.4.4.1.** Não sendo encontrada solução amigável ou em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição ou quanto aos valores ou demais dados indicados, as **PARTES** poderão recorrer aos procedimentos previstos neste **CONTRATO** para a solução da controvérsia.

## 27. REAJUSTE DA TARIFA

**27.1.** O reajuste consiste na atualização dos valores das **TARIFAS**, necessária à manutenção da sua expressão econômica ao longo do tempo, tendo em vista os aumentos de custos pertinentes à inflação.

**27.2.** As TUF e TEP serão reajustadas anualmente, a partir de 12 meses da data-base (julho/2026), por:Tn = T0 × IRnIRn = Σ [pj × (Ij,n ÷ Ij,0)], com Σ pj = 1Onde: T0 = tarifa de referência multiplicada pelo K da PROPOSTA COMERCIAL. O reajuste não incorpora o Fator de Desempenho (FD) nem o CRT. Componentes, índices (Ij) e pesos (pj) são os definidos no Caderno de Encargos:

- Mão de obra: 0,30
- Equipamentos: 0,20
- Obras: 0,10



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Óleo diesel: 0,10
- Serviços: 0,30

**27.3.** O valor devido em cada período será Vn = Tn × Qn × FDn - CRTn, em que Qn é a quantidade faturada e CRTn corresponde a 3% das receitas acessórias do período (cláusula 8.1.2.1 do CONTRATO), deduzido no faturamento

**27.4.** Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice aqui estabelecido, fica, desde já, eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo ou, na hipótese de não determinação deste, aquele que melhor reflita a variação ponderada dos custos da **CONCESSIONÁRIA**, desde que oficialmente divulgado.

**27.5.** O reajuste está previsto de forma expressa na Lei Geral de Concessões, mais precisamente no art. 9º, *caput*, e nos arts. 18, VIII, 23, IV, e 29, V.

## 28. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

**28.1.** A fiscalização da **CONCESSÃO** será exercida pela **AGÊNCIA REGULADORA**, na condição de autoridade regulatória competente, com o suporte do **PODER CONCEDENTE**, podendo contar, quando necessário, com o apoio técnico de terceiros contratados para essa finalidade.

**28.1.1.** Os terceiros eventualmente contratados atuarão exclusivamente no apoio técnico às atividades de fiscalização, não lhes sendo delegados quaisquer poderes decisórios, sancionatórios ou de polícia administrativa, os quais permanecerão integralmente atribuídos à **AGÊNCIA REGULADORA** e ao **PODER CONCEDENTE**, nos limites de suas respectivas competências.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**28.2.** A fiscalização deverá obedecer às orientações, às normatizações e aos cronogramas de fiscalização emitidos pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

**28.3.** A fiscalização da **CONCESSÃO** terá livre e incondicional acesso às instalações da **CONCESSIONÁRIA**, bem como aos dados e às demais instalações utilizadas na execução do **CONTRATO**, devendo a **CONCESSIONÁRIA** aceitar e facilitar o trabalho da fiscalização.

**28.4.** O **PODER CONCEDENTE** deverá manter a **AGÊNCIA REGULADORA** informada de todas as providências e diligências realizadas por descumprimento do **CONTRATO** pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como informar sobre eventuais infrações por parte da **CONCESSIONÁRIA**, que se submeterá às punições impostas pela **AGÊNCIA REGULADORA** após a devida averiguação dos fatos.

**28.5.** Após o início da prestação dos serviços obrigatórios, a **CONCESSIONÁRIA** deverá repassar à **AGÊNCIA REGULADORA**, mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao vencido, a título de remuneração pelas atividades de regulação e fiscalização, o valor de 0,5% (meio por cento) sobre as receitas provenientes da implementação e da cobrança da **TUF-D**.

**28.5.1.** Caso haja adesão dos **MUNICÍPIOS** aos serviços opcionais, a base de cálculo da remuneração da **AGÊNCIA REGULADORA** deverá incluir a **TUF-C** e a **TEP** efetivamente recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**.

**28.5.2.** As despesas com regulação e fiscalização serão consideradas ordinárias e não ensejarão direito a pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato quando se mantiverem dentro do intervalo de 1,0% (um por cento) a 2,0% (dois por cento).

**28.5.3.** Na hipótese de as despesas de regulação e fiscalização situarem-se fora do intervalo estabelecido na Subcláusula anterior, qualquer das partes poderá pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

financeiro do Contrato, limitada à parcela que exceder os referidos limites.

**28.6.** A fiscalização da **AGÊNCIA REGULADORA** em nada restringe a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** no que concerne aos serviços concedidos e às consequências e implicações imediatas ou remotas decorrentes da sua irregular prestação.

## 29. DO SISTEMA DE GOVERNANÇA CONTRATUAL

**29.1.** As **PARTES** se obrigam a instituir um Sistema de Governança Contratual, com a finalidade de promover a articulação institucional, o acompanhamento da execução do **CONTRATO** e o alinhamento operacional entre o **PODER CONCEDENTE**, os **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** e a **AGÊNCIA REGULADORA**, observados os princípios da legalidade, eficiência, transparência, integridade e responsabilidade.

**29.2.** O Sistema de Governança Contratual possui natureza consultiva e de acompanhamento, não lhe sendo atribuídos poderes de gestão direta do **CONTRATO**, de substituição das atividades de fiscalização ou regulação, nem de criação, modificação ou extinção de obrigações contratuais.

**29.3.** O Sistema de Governança será operacionalizado, principalmente, por meio do Comitê de Acompanhamento da Concessão, instância colegiada destinada ao acompanhamento sistêmico da execução contratual e à formulação de recomendações técnicas e institucionais, sem caráter vinculante.

**29.4.** O Comitê de Acompanhamento da Concessão será composto por:

I – 01 (um) representante do **PODER CONCEDENTE**;

II – 01 (um) representante da **CONCESSIONÁRIA**;

III – 01 (um) representante dos **MUNICÍPIOS**;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

IV – 01 (um) representante da **AGÊNCIA REGULADORA**, quando aplicável;

V – o **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, quando contratado, na condição de participante técnico, sem direito a voto.

**29.5.** Os membros do Comitê deverão ser formalmente designados pelas respectivas instituições, admitida a substituição a qualquer tempo, mediante comunicação às demais **PARTES**.

**29.6.** Compete ao Comitê de Acompanhamento da Concessão, dentre outras atribuições compatíveis com sua natureza consultiva:

I – acompanhar a execução do **CONTRATO** e a prestação dos serviços concedidos;

II – analisar informações consolidadas sobre indicadores de desempenho, níveis de serviço e metas contratuais;

III – discutir questões operacionais de caráter sistêmico que impactem a execução da **CONCESSÃO**;

IV – promover a articulação institucional entre o **PODER CONCEDENTE**, os **MUNICÍPIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** e a **AGÊNCIA REGULADORA**;

V – formular recomendações técnicas e institucionais ao **PODER CONCEDENTE** e à **CONCESSIONÁRIA**, sem efeito vinculante.

**29.7.** O Comitê de Acompanhamento da Concessão reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias, mediante solicitação fundamentada de qualquer de seus membros.

**29.8.** As reuniões serão presididas pelo representante do **PODER CONCEDENTE**, cabendo-lhe coordenar os trabalhos e definir a pauta, admitida a inclusão de temas sugeridos pelos demais membros.

**29.9.** De cada reunião será lavrada ata, a qual deverá registrar as discussões havidas e as recomendações eventualmente formuladas, sem caráter vinculante, sendo disponibilizada às **PARTES**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**29.10.** As manifestações e recomendações emanadas do Comitê de Acompanhamento da Concessão:

I – não substituem as atribuições de fiscalização, regulação ou controle;

II – não alteram o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**;

III – não criam obrigações não previstas contratualmente;

IV – não afastam a aplicação de penalidades contratuais ou regulatórias cabíveis.

## 30. PENALIDADES

**30.1.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá ser penalizada por descumprimento total ou parcial de quaisquer condições ou obrigações decorrentes deste **CONTRATO** e do **EDITAL** de **LICITAÇÃO**, assegurada a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, nos termos da lei.

**30.1.1.** Caberá à **AGÊNCIA REGULADORA** a aplicação das penalidades correspondentes às faltas ou infrações cometidas, com gradação em função da natureza da infração.

**30.1.2.** O não cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos Itens do **CONTRATO**, do **EDITAL** e seus respectivos **ANEXOS**, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação, isolada ou concomitantemente, das seguintes penalidades:

**30.1.2.1.** Advertência formal, por escrito, quando o descumprimento não justificar a aplicação de outra sanção prevista no **CONTRATO**, que será acompanhada de determinação de adoção das medidas corretivas necessárias;

**30.1.2.2.** Multa de até 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao dia,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

calculada sobre o valor do serviço (relacionado ao descumprimento), multiplicado pelo número de dias relativos ao descumprimento. O valor limite acumulado de multas por mês é de 1,00% (um por cento) do valor anual do **CONTRATO**, apurado com base na média do valor do **CONTRATO** no período de 12 (doze) meses anteriores à data da infração.

**30.1.2.3.** Declaração de caducidade da **CONCESSÃO**;

**30.1.2.4.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **MUNICÍPIOS** e perante o **CDS VELHO CHICO**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**30.1.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos

**30.1.3.** A **AGÊNCIA REGULADORA**, na definição e dosimetria das penalidades correspondentes, observará os seguintes parâmetros, com vistas a assegurar a efetividade e a proporcionalidade da medida:

**30.1.3.1.** A natureza e a gravidade da infração, sendo que o não cumprimento dos prazos fixados no Cronograma da **CONCESSÃO**, contido no **CADERNO DE ENCARGOS**, será considerado como uma infração de natureza grave, salvo se por motivo de **CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**;

**30.1.3.2.** As peculiaridades do caso concreto, tais como a vantagem auferida pela **CONCESSIONÁRIA** em virtude da infração e a situação econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do **CONTRATO**;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**30.1.3.3.** Os danos resultantes ao **PODER CONCEDENTE**, ao **CONTRATO**, à segurança pública, ao meio ambiente e aos **USUÁRIOS**;

**30.1.3.4.** As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes na prática da infração, dentre elas, os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**, a reincidência e a boa ou a má-fé da **CONCESSIONÁRIA**;

**30.1.3.5.** A proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de **USUÁRIOS** atingidos e ao prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

**30.1.3.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**30.1.4.** A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da **CONCESSIONÁRIA**, devendo o **CONCEDENTE** assegurar a devolução, pela **CONCESSIONÁRIA**, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a prática da infração, podendo, para tanto, executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO** e/ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

**30.1.5.** O processo de aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** terá início com a lavratura do auto de infração pela **AGÊNCIA REGULADORA**, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

**30.1.6.** Lavrado o auto, a **CONCESSIONÁRIA** será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 20 (vinte) dias úteis.

**30.1.7.** No mesmo prazo de que trata o subitem anterior, a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCESSIONÁRIA** poderá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada pela **AGÊNCIA REGULADORA**, hipótese em que a penalidade aplicável deverá ser reavaliada.

**30.1.8.** Na fase de instrução, a **CONCESSIONÁRIA** pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia, bem como pode juntar documentos e/ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo à **AGÊNCIA REGULADORA** recusar provas ilícitas e/ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, desde que motivadamente.

**30.1.9.** Encerrada a instrução processual, a **AGÊNCIA REGULADORA** decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultada à **CONCESSIONÁRIA** a interposição de recurso para o Presidente do **CDS VELHO CHICO**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato.

**30.1.10.** Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante previsto no art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**30.1.11.** Após a decisão de eventual recurso interposto pela **CONCESSIONÁRIA**, a **AGÊNCIA REGULADORA** emitirá, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, documento de cobrança contra a **CONCESSIONÁRIA**, que deverá pagar o valor correspondente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação. Caso não o faça, a **AGÊNCIA REGULADORA** informará o valor da multa à instituição financeira administradora da **CONTA TRANSITÓRIA** para que efetue, no modo e no prazo estabelecidos no Subcláusula 8.8, a liberação o valor para o **PODER CONCEDENTE**.

**30.1.12.** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do **CDS VELHO CHICO**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**30.1.13.** A aplicação das sanções previstas no **CONTRATO** pelo descumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** não se confunde com o mecanismo de pagamento fundado na sistemática de avaliação dos **INDICADORES DE DESEMPENHO**, previstos no **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**30.1.14.** Independentemente dos direitos e princípios previstos no **CONTRATO**, poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, que não se confundem com o procedimento de intervenção, desde que sejam observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, nas seguintes situações:

**30.1.14.1.** Risco de descontinuidade da prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO**;

**30.1.14.2.** Dano grave aos direitos dos **USUÁRIOS**, à segurança pública ou ao meio ambiente;

**30.1.14.3.** Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

**30.1.15.** Alternativamente, a critério do **CONCEDENTE**, o limite poderá ser estabelecido em termos de prazo (dias), sendo que qualquer infração ou inadimplência na prestação dos serviços não poderá ultrapassar 06 (seis) meses de duração sem ser sanada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**30.1.16.** Assim que for atingida a primeira condição limite, o **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na administração da **CONCESSIONÁRIA**, a fim de obter a realização do serviço ou o cumprimento da obrigação contratual, agindo posteriormente contra a **CONCESSIONÁRIA** para fins de ressarcimento de eventuais despesas ou para a regularização definitiva do problema.

**30.1.17.** Observadas as regras e condições da Subcláusula 30.1 deste



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONTRATO**, poderão ser aplicadas as seguintes multas à **CONCESSIONÁRIA**, calculadas sobre o valor da **RECEITA ORDINÁRIA**, exclusivamente das **TUFs**, apurada nos 12 (doze) meses anteriores a cada infração.

**30.1.18.** Multa indenizatória de 1,00% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da **RECEITA ORDINÁRIA** do **CONTRATO**, quando a **CONCESSIONÁRIA**:

**30.1.18.1.** Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

**30.1.18.2.** Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem autorização do **CDS VELHO CHICO**;

**30.1.18.3.** Desatender às determinações da fiscalização;

**30.1.18.4.** Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais aplicáveis;

**30.1.18.5.** Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao **CONCEDENTE** ou a terceiros, independente da obrigação da **CONCESSIONÁRIA** em reparar os danos causados.

**30.1.19.** Multa indenizatória de 1,00% (um por cento) calculada sobre o valor anual da **RECEITA ORDINÁRIA** do **CONTRATO**, na hipótese de rescisão contratual por culpa da **CONCESSIONÁRIA**.

## 31. SEGUROS

**31.1.** A **CONCESSIONÁRIA** manterá vigentes, durante o período de vigência do **CONTRATO**, apólices de seguros com seguradora devidamente autorizada a operar pela **SUSEP**, cobrindo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**31.1.1.** Danos materiais, englobando todos os riscos materiais ao **OBJETO** do **CONTRATO** e todos os bens da **CONCESSIONÁRIA**, fundamentais para a execução do **CONTRATO**, incluindo instalações, máquinas e equipamentos (Riscos Operacionais), no valor mínimo de R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos)

**31.1.2.** Responsabilidade Civil para a cobertura de todos os danos, materiais e morais, que possam ser causados a propriedades ou pessoas, incluindo prepostos, empregados, por qualquer ação relacionada aos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito deste **CONTRATO**, com a Cobertura Básica RC e com limite não inferior a R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos), incluindo as seguintes coberturas adicionais:

- Responsabilidade civil cruzada;
- Fundações;
- Poluição súbita/acidental;
- Tumultos;
- Danos a instalações e redes de serviços públicos;
- Circulação de equipamentos em vias adjacentes;
- RC subsidiária de mercadorias transportadas por terceiros;
- Equipamentos a serviço do segurado;
- Responsabilidade civil empregador; e
- Danos morais decorrentes de todas as coberturas.

**31.1.3.** Riscos de execução de implantação de obras e serviços durante a Fase 2 de operação do **CONTRATO** (Riscos de Engenharia), na modalidade *All Risks*, no valor mínimo de R$356.376,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos).

**31.2.** Os limites de cobertura das apólices deverão situar-se em níveis adequados às características dos serviços e ao mercado segurador, observando o valor mínimo acima referido. Os valores fixados acima serão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

corrigidos pela variação do **IPCA**, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do **CONTRATO**, devendo a **CONCEDENTE** fazer os seguros complementares e emitir os endossos das apólices ou novas apólices que cubram a diferença apurada nos reajustes.

**31.3.** Todas as apólices de seguro incluirão como cossegurado o **CDS VELHO CHICO**.

**31.4.** Na apólice de seguro deve constar a obrigação de a seguradora informar à **CONCESSIONÁRIA** e ao **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sobre quaisquer fatos que impliquem cancelamento parcial ou total dos seguros previstos, redução nas coberturas, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas, devendo também ser informada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos o vencimento dos seguros, obrigando-se a **CONCESSIONÁRIA**, no caso de cancelamento e/ou redução do valor do seguro, a apresentar ao **CONCEDENTE** nova apólice de seguro com a recomposição do valor original previsto neste **CONTRATO**.

**31.5.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer ao **CONCEDENTE**, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data de assinatura do **CONTRATO**, bem como do término de cada ano fiscal, um certificado confirmando que todas as apólices de seguro estão válidas naquela data e que os respectivos prêmios vencidos se encontram pagos, além de apresentar as apólices complementares decorrentes do valor do reajuste praticado na forma deste Item. As apólices de seguro deverão conter obrigatoriamente cláusula de que a seguradora se obriga a pagar o valor do sinistro no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

**31.6.** Os montantes cobertos pelos seguros, incluídos os danos materiais e os danos morais abrangidos, deverão atender os limites máximos estabelecidos nas respectivas apólices.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**31.7.** A **CONCESSIONÁRIA** assume toda a responsabilidade por eventuais omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o **CONTRATO**, bem como pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro.

**31.8.** A existência de cobertura securitária não exime a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** de substituir os bens que tenham sido danificados ou inutilizados, nem tampouco de pagar, na hipótese de ser condenada a tanto, os valores dos danos que ultrapassem o valor segurado, mantendo sempre indene o **CONCEDENTE**, a **AGÊNCIA REGULADORA** ou quaisquer de seus respectivos servidores e representantes de

qualquer pleito que possa ser feito por quaisquer terceiros.

## 32. BENS

**32.1.** Vinculam-se à **CONCESSÃO** os bens utilizados na execução dos serviços que:

**32.1.1.** Estejam sob o domínio ou sob o uso do **CONCEDENTE** e sejam cedidos para uso da
**CONCESSIONÁRIA**; e

**32.1.2.** Pertençam à **CONCESSIONÁRIA** ou sejam por esta adquiridos com o objetivo de executar o presente **CONTRATO**.

**32.2.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** se obriga a entregar ao **CDS VELHO CHICO** uma lista de todos os **BENS REVERSÍVEIS** que serão empregados na prestação dos serviços concedidos, identificando-os inclusive no que se refere ao estado de conservação, e apresentando, sempre que possível, fotos. No caso dos veículos, estes deverão ser identificados por tipo, número de chassis e do **RENAVAN**, ano de fabricação e outros dados que os caracterizem.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**32.2.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, ainda, indicar eventuais bens do **CDS VELHO CHICO** que, porventura, sejam a ela cedidos, na forma do Item 31.1.1.

**32.2.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá, também, indicar os bens de sua titularidade que sejam de uso administrativo e/ou não essenciais à prestação dos **SERVIÇOS**, excluídos, portanto, do conceito de **BENS REVERSÍVEIS**.

**32.2.3.** A **CONCESSIONÁRIA** deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **BENS REVERSÍVEIS** e dos bens cedidos pelo **CDS VELHO CHICO**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, acessibilidade, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.

**32.2.3.1.** No caso de quebra, obsolescência ou extravio dos **BENS REVERSÍVEIS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar o imediato conserto, substituição ou reposição do bem, observada a continuidade dos serviços, obrigando-se ainda a apresentar à **AGÊNCIA REGULADORA**, sempre que novos bens venham a ser adquiridos ou de qualquer forma substituídos, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório atualizado.

**32.2.3.2.** A partir da apresentação do relatório de que trata a Subcláusula 32.2, a relação dos bens, incluindo os **BENS REVERSÍVEIS**, deverá ser atualizada e apresentada, anualmente, pela **CONCESSIONÁRIA** à **AGÊNCIA REGULADORA**, até o final da **CONCESSÃO**, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste **CONTRATO**.

**32.3.** Todos os **BENS REVERSÍVEIS** ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela **CONCESSIONÁRIA**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

durante a **CONCESSÃO**, de acordo com os termos da legislação vigente.

**32.4.** Ao término da **CONCESSÃO**, por qualquer motivo, a reversão dos bens ao **PODER CONCEDENTE** será gratuita e automática, com os bens em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributo, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela **CONCESSIONÁRIA**, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena **OPERAÇÃO** dos serviços.

**32.5.** Os **BENS REVERSÍVEIS** não poderão ser alienados, cedidos ou, sob qualquer forma, transferidos a terceiros sem a prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, que dependerá da análise das razões apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA** e dos bens e/ou outras utilidades que serão adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** para substituir os **BENS REVERSÍVEIS** que vierem a ser alienados, cedidos ou transferidos.

**32.5.1.** Pertencerão ao **CONCEDENTE** todas as obras, melhorias, equipamentos, *softwares*, benfeitorias e acessões realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** em relação aos **BENS REVERSÍVEIS** indicados neste **CONTRATO**.

**32.5.2.** É vedada a oferta de **BENS REVERSÍVEIS** em garantia, salvo para o financiamento da sua aquisição pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**.

**32.5.3.** Todos os negócios jurídicos da **CONCESSIONÁRIA** com terceiros que envolvam os

**BENS REVERSÍVEIS** deverão mencionar expressamente sua vinculação.

**32.6.** Os bens eventualmente adquiridos pelo **CDS VELHO CHICO** não integrarão o patrimônio da **CONCESSIONÁRIA**, mesmo em caso de serem por esta utilizados, permanecendo assim na propriedade do **CDS VELHO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CHICO** até o final do **CONTRATO**.

## 33. FINANCIAMENTO

**33.1.** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pela obtenção dos recursos financeiros destinados à implantação e operação dos serviços, inclusive por intermédio de financiamentos.

**33.2.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá dar, com prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, o presente **CONTRATO** e/ou os direitos dele emergentes em garantia para o financiamento obtido conforme este Item.

**33.3.** Para assegurar a continuidade da **CONCESSÃO**, é facultada aos financiadores da **CONCESSIONÁRIA**, mediante autorização prévia e formal do **CONCEDENTE**, a assunção do controle societário da **CONCESSIONÁRIA** nos seguintes casos:

**33.3.1.** Inadimplência de financiamento contratado pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que prevista esta possibilidade nos respectivos contratos de financiamento;

**33.3.2.** Nas demais hipóteses previstas no(s) contrato(s) celebrado(s) entre a **CONCESSIONÁRIA** e seu(s) financiador(es).

**33.4.** Quando configurada inadimplência do financiamento, que possa dar ensejo à transferência mencionada neste Item, o financiador deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONCEDENTE**, informando sobre a inadimplência e abrindo à **CONCESSIONÁRIA** prazo para purgar o inadimplemento.

**33.5.** Para que possam assumir o controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, os financiadores deverão:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**33.5.1.** Comprometer-se a cumprir todas as disposições do **CONTRATO**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**; e

**33.5.2.** Informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços.

**33.6.** A assunção do controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos deste subitem, não altera as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** perante o **CONCEDENTE**.

## 34. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

**34.1.** Para fins deste **CONTRATO**, incluem-se no conceito de **CASO FORTUITO** e **FORÇA MAIOR**, sem prejuízo de outros, fato de terceiros ou eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou danos causados por terceiros aos **BENS VINCULADOS**, não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela **CONCESSIONÁRIA** ou pela garantia do fabricante.

## 35. SPE E COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**35.1.** A **CONCESSIONÁRIA** será necessariamente uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (**SPE**), deverá ser estruturada sob a forma de sociedade por ações ou sociedade limitada, e deverá indicar, em seu estatuto ou contrato social, como finalidade exclusiva, a exploração do **OBJETO** da **CONCESSÃO**, sendo a sua composição societária aquela apresentada na **LICITAÇÃO** e constante de seus instrumentos societários, que deverão ser entregues, atualizados, ao **CONCEDENTE**.

**35.2.** O capital social subscrito da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser igual ou superior a R$ 6.397.735 (seis milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta cinco reais) seguindo as seguintes diretrizes:

**35.2.1.** Antes da data de assinatura do **CONTRATO**, o valor R$1.711.596,71



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(um milhão e setecentos e onze mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos);

**35.2.2.** No prazo de até 60 (sessenta) meses, contados da data de eficácia do **CONTRATO**, o valor remanescente de R$4.686.138,29 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e oito reais e vinte e nove centavos);

**35.3.** No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404/1976.

**35.4.** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter o **CONCEDENTE** permanentemente informado sobre a integralização do capital de que tratam os itens anteriores, sendo facultado ao **CONCEDENTE** realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.

**35.5.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá, durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, reduzir o seu capital abaixo do valor mínimo estabelecido no Subcláusula 35.2 deste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**. Fica, desde logo, estabelecido que não poderá ser concedida a autorização para a redução do capital social nas hipóteses de a **CONCESSIONÁRIA** não cumprir os prazos dos marcos de investimentos constantes no **ESTUDOS DE VIABILIDADE E MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA – EVEF** (**ANEXO III** do **EDITAL**) e **CADERNO DE ENCARGOS** (**ANEXO I** do **EDITAL**) e/ou não atingir a nota mínima no **QID** relativa ao ano imediatamente anterior ao da solicitação de redução, constante do **ÍNDICES DE DESEMPENHO** do **ANEXO IV** do **EDITAL**.

**35.6.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**35.7.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá ter prazo de duração mínimo igual ao prazo da **CONCESSÃO** e possuir sede em um dos **MUNICÍPIOS** do **CDS VELHO CHICO**. Em caso de prorrogação do prazo da **CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** se obriga, em data anterior à modificação do **CONTRATO** de **CONCESSÃO**, a arquivar na Junta Comercial a respectiva alteração do prazo de duração da **SPE**.

**35.8.** A **CONCESSIONÁRIA** deve comunicar imediatamente ao **CONCEDENTE** as alterações na sua composição societária, existente à época de assinatura do **CONTRATO**, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas no **CONTRATO** referentes à transferência do **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA**.

**35.9.** Qualquer transferência ou alteração no **CONTROLE** da **CONCESSIONÁRIA** durante toda a vigência do **CONTRATO**, a contar da data da sua assinatura, deverá ser previamente autorizada, por escrito, pelo **PODER CONCEDENTE** e **AGÊNCIA REGULADORA**, nos termos do art. 27 da Lei Federal nº 8.987/1995 e do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.079/2004, sob pena de caducidade (Subcláusula 39.1.8), aplicando-se à assunção do controle pelos financiadores o disposto na Subcláusula 33.3.

## 36. INTERVENÇÃO

**36.1.** O **CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO**, na forma da lei, com a finalidade de assegurar a adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas estabelecidas neste **CONTRATO**.

**36.2.** A intervenção far-se-á por ato administrativo específico, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, o objeto e os limites da medida e deverá ser concluída no prazo improrrogável de 180 (cento



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e oitenta) dias, sendo que a **CONCESSIONÁRIA**, em face de eventual descumprimento deste limite, poderá requerer, diretamente ao **CONCEDENTE**, a declaração da invalidade da intervenção, com a consequente retomada dos serviços.

**36.3.** Declarada a intervenção, o **CONCEDENTE** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório à **CONCESSIONÁRIA**.

**36.4.** Na hipótese de ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos referidos neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** poderá requerer, diretamente ao **CONCEDENTE**, a declaração da sua invalidade, a qual, se confirmada, acarretará a devolução imediata dos serviços à sua administração.

**36.5.** Cessada a intervenção e não havendo rescisão do **CONTRATO**, a administração dos serviços será devolvida à **CONCESSIONÁRIA,** precedida da prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

## 37. EXTINÇÃO

**37.1.** Extinguir-se-á o **CONTRATO** por:

**37.1.1.** Advento do termo contratual;

**37.1.2.** Encampação;

**37.1.3.** Caducidade;

**37.1.4.** Rescisão;

**37.1.5.** Anulação; ou

**37.1.6.** Extinção ou falência da **CONCESSIONÁRIA**.

**37.2.** Extinto o **CONTRATO**, retornarão imediatamente ao **CONCEDENTE** todos os ativos relacionados à prestação dos serviços, compreendendo os bens constantes do inventário dos bens utilizados para a exploração da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCESSÃO**, na forma da Cláusula 32.

**37.3.** Extinto o **CONTRATO**, haverá a imediata assunção dos serviços pelo **CONCEDENTE**, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

**37.4.** A **CONCESSIONÁRIA** será indenizada pelos valores pendentes de bens, equipamentos e instalações reversíveis que não estiverem totalmente amortizados ou depreciados à data de extinção da **CONCESSÃO**, na forma prevista no **CONTRATO**.

**37.5.** Na hipótese de extinção do **CONTRATO** por uma das formas da Subcláusula 37.1, eventuais multas ou indenizações devidas pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE** poderão, após instaurado e concluído o processo administrativo respectivo e comprovada a inadimplência da **CONCESSIONÁRIA**, ser descontados de eventuais créditos da **CONCESSIONÁRIA**.

**37.6.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA**, cobrirá:

**37.6.1.** Os bens reversíveis ao Poder Público e as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

**37.6.2.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do **CONTRATO**; e

**37.6.3.** Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**38. ENCAMPAÇÃO**

**38.1.** O **CONCEDENTE** poderá, a qualquer tempo, encampar a **CONCESSÃO**, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da Subcláusula 38.2.

**38.2.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de encampação cobrirá:

**38.2.1.** As parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

**38.2.2.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos, contraídos com vistas ao cumprimento do **CONTRATO**;

**38.2.3.** Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

**38.2.4.** Os lucros cessantes, na forma da Cláusula 38.5, e, demais danos emergentes, não previstos na Cláusula 31.2, que vierem a ser regularmente comprovados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**38.3.** Exclusivamente para fins da indenização contemplada no Item 38.1:

**38.3.1.** O método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o **PRAZO DA CONCESSÃO**;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**38.3.2.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de juros durante o período de construção;

**38.3.3.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;

**38.3.4.** Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de margem de construção;

**38.3.5.** Não serão considerados eventuais ágios de aquisição.

**38.4.** Os componentes indicados nas Subcláusulas 38.2.1 e 38.2.4 deverão ser atualizados conforme o IPCA/IBGE do período compreendido entre (a) o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento ou (b) o fato gerador dos encargos e ônus, até o ano contratual da data do pagamento da indenização.

**38.5.** O componente indicado na Subcláusula 38.2.4 será calculado de acordo com a seguinte fórmula: $LC = ((A \times (1+WACC)) + (O \times (1 + WACC))) \times (1+NTNB')^{n} - 1$, onde:

**LC =** lucros cessantes indicados na Subcláusula 38.2.4

**A =** os investimentos indicados na Subcláusula 38.2.1

**NTNB' =** Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 15/05/2055 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos 12 (doze) meses.

**n =** período restante entre a data do pagamento da indenização e o advento do termo contratual, caso não houvesse a extinção antecipada do CONTRATO, na mesma base da NTNB'.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**O =** OPEX Médio Anual

**WACC ("WEIGHTED AVERAGE CAPITAL COST") =** Custo Médio Ponderado de Capital

**38.6.** O pagamento realizado na forma estabelecida neste Item corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo **CONCEDENTE** em decorrência da indenização por encampação, ressalvada situação excepcional devidamente comprovada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**38.7.** A desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do **CONTRATO** poderá ser realizada por:

**38.7.1.** Assunção, pelo **CONCEDENTE** ou por terceiros, por sub-rogação perante os **FINANCIADORES** credores, das obrigações contratuais remanescentes da **CONCESSIONÁRIA**; ou

**38.7.2.** Prévia indenização à **CONCESSIONÁRIA**, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Subcláusula 38.2, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante **FINANCIADORES** credores.

**38.8.** O valor indicado na Subcláusula 38.7.2, acima, poderá ser pago pelo **PODER CONCEDENTE** diretamente aos **FINANCIADORES**, conforme aplicável.

**38.9.** O valor referente à desoneração tratada na Subcláusula 38.7, acima, deverá ser descontado do montante da indenização devida.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**38.10.** As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** serão descontados da indenização bruta prevista para o caso de encampação.

**38.11.** O **CONCEDENTE** determinará e pagará a indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** antes da encampação da **CONCESSÃO**.

## 39. CADUCIDADE

**39.1.** A caducidade da **CONCESSÃO** poderá ser declarada pelo **CONCEDENTE** por:

**39.1.1.** Inexecução total ou parcial relevante dos serviços e obras previstos no **CONTRATO**, por período superior a 90 (noventa) dias;

**39.1.2.** Prestação recorrentemente inadequada ou insuficiente dos serviços, tendo por base as normas, procedimentos e critérios técnicos estabelecidos neste **CONTRATO**, no **EDITAL** e seus **ANEXOS** e na **PROPOSTA**;

**39.1.3.** Descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, de disposições legais ou contratuais referentes à **CONCESSÃO**;

**39.1.4.** Paralisação, total ou parcial, da prestação dos serviços pela **CONCESSIONÁRIA**, por período superior a 90 (noventa) dias, ressalvadas as hipóteses decorrentes de **CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**;

**39.1.5.** Perda, pela **CONCESSIONÁRIA**, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessárias à manutenção da prestação adequada dos serviços;

**39.1.6.** Descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das penalidades impostas pelo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCEDENTE** ou da obrigação de regularização dos serviços;

**39.1.7.** Condenação da **CONCESSIONÁRIA** com sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições fiscais; e

**39.1.8.** Transferência da **CONCESSÃO** ou do controle acionário da **CONCESSIONÁRIA** sem prévia autorização do **CONCEDENTE**.

**39.1.9.** A apuração de IDG inferior a 0,60 em períodos consecutivos, ou em períodos alternados no intervalo de 60 (sessenta) meses, caracteriza prestação inadequada do serviço, para os fins do art. 38, § 1º, I, da Lei nº 8.987/1995, sem prejuízo do devido processo administrativo.

**39.2.** A declaração de caducidade da **CONCESSÃO** deverá ser precedida da verificação da inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo específico, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao devido processo legal.

**39.3.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência da **CONCESSIONÁRIA**, a caducidade será declarada por ato administrativo específico, independentemente de indenização prévia calculada no decurso do processo, da qual deverá ser descontado o valor das multas contratuais e dos demais danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**39.4.** Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não restará para o **CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

**39.5.** A declaração de caducidade acarretará, ainda:

**39.5.1.** A execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **CONCEDENTE**; e

**39.5.2.** Retenção de eventuais créditos decorrentes do **CONTRATO**, até o



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

limite dos prejuízos causados ao **CONCEDENTE**.

**39.6.** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a **BENS REVERSÍVEIS** ainda não amortizados.

**39.7.** Do montante previsto no Item anterior, serão descontados:

**39.7.1.** Os prejuízos causados pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** e à sociedade,
devidamente comprovados;

**39.7.2.** As multas contratuais aplicadas à **CONCESSIONÁRIA** que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização; e

**39.7.3.** Quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

## 40. SUBCONTRATAÇÃO

**40.1.** Nos termos dos artigos 25 da Lei Federal nº 8.987/95 e da Lei Federal nº 14.133/21, será permitida a subcontratação de empresas, denominadas simplesmente **SUBCONTRATADAS**, para a prestação de parcela do **OBJETO**, desde que o **CONCEDENTE** seja comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis e aprove a realização, de forma prévia e escrita.

**40.2.** Em atendimento à Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, as subcontratações permitidas serão limitadas pela natureza da atividade, sendo vedadas aquelas que envolvam as parcelas de maior relevância técnica do **CONTRATO**.

**40.3.** As subcontratações propostas pela **CONCESSIONÁRIA** somente se



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

efetivarão mediante aprovação expressa do **CONCEDENTE**.

**40.4.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessárias à execução da parcela do serviço subcontratado.

**40.5.** A **CONCESSIONÁRIA** assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa às **SUBCONTRATADAS**, empregados e terceirizados.

## 41. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**41.1.** As despesas dos serviços prestados aos **MUNICÍPIOS**, relativos à **COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RPU**, **RCD** e **RSS** correrão à conta da dotação orçamentária do(s) **MUNICÍPIO**(s) respectivo(s), a ser registrada no **ANEXO IV** do **CONTRATO** e devidamente consignadas no Plano Plurianual e nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais.

**41.2.** As despesas dos serviços prestados aos **MUNICÍPIOS**, relativos à **COLETA, TRANSPORTE**, **TRIAGEM**, **TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA** de **RDO**, por sua vez, correrão à conta da cobrança de tarifas diretamente aos **USUÁRIOS** do **SISTEMA**.

## 42. RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

**42.1.** Em caso de disputas ou controvérsias oriundas deste **CONTRATO**, as **PARTES** se reunirão e buscarão dirimi-las consensualmente,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

convocando, sempre, suas instâncias diretivas com poderes para decisão.

**42.2.** A **PARTE** interessada notificará a outra **PARTE** por escrito, apresentando todas as suas alegações acerca da disputa ou controvérsia, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução ou elucidação.

**42.2.1.** A **PARTE** notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.

**42.2.2.** Caso a **PARTE** notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as **PARTES** darão por encerrada a disputa ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar o quanto acordado.

**42.2.3.** Caso não concorde, a **PARTE** notificada deverá apresentar à outra **PARTE**, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para a solução do impasse.

## 43. COMISSÃO TÉCNICA

**43.1.** Qualquer das **PARTES** poderá convocar a instauração de Comissão Técnica específica (*ad hoc*) para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do **CONTRATO**.

**43.1.1.** As **PARTES** poderão acordar que a Comissão Técnica tenha funcionamento permanente, hipótese em que deverão estabelecer em comum acordo as regras de funcionamento do referido órgão.

**43.1.2.** A Comissão Técnica não poderá revisar os termos do **CONTRATO**.

**43.1.3.** As despesas necessárias ao funcionamento da Comissão Técnica



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

serão arcadas pela **CONCESSIONÁRIA**, com exceção da remuneração eventualmente devida aos membros indicados pelo **CONCEDENTE**.

**43.2.** A **PARTE** interessada terá o prazo de 15 (quinze) dias a partir do evento causador da controvérsia para solicitar a instauração da Comissão Técnica.

**43.2.1.** Cada **PARTE** deverá indicar seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação para a instauração da Comissão Técnica.

**43.2.2.** Os membros da Comissão Técnica serão designados da seguinte forma, tendo, cada um deles, direito a um voto nas deliberações:

**43.2.2.1.** Um membro indicado pelo **CONCEDENTE**;

**43.2.2.2.** Um membro pela **CONCESSIONÁRIA**; e

**43.2.2.3.** Um membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as **PARTES**, na hipótese de divergências de questões estritamente econômicas ou relacionadas aos **ÍNDICES DE DESEMPENHO**.

**43.3.** Após a instauração da Comissão Técnica, o procedimento para solução de divergências se iniciará mediante a comunicação à outra **PARTE** de que uma solicitação de pronunciamento foi apresentada à Comissão Técnica.

**43.3.1.** Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à Comissão Técnica constituída e à **PARTE** reclamada, juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a compreensão da demanda.

**43.3.2.** No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

comunicação referida no Subitem anterior, a **PARTE** reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada.

**43.4.** O parecer da Comissão Técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela Comissão Técnica, das alegações apresentadas pela **PARTE** reclamada.

**43.5.** Os pareceres da Comissão Técnica serão considerados aprovados, se contarem com o voto favorável da totalidade de seus membros.

**43.6.** A atuação da Comissão Técnica será considerada prejudicada se a **PARTE** se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante, ou se a solução não for apresentada pela Comissão Técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento.

**43.7.** A decisão da Comissão Técnica, retratada no parecer a que se refere este item, será vinculante até que sobrevenha eventual decisão arbitral sobre a divergência.

**43.7.1.** Se nenhuma das **PARTES** solicitar a instauração de procedimento arbitral no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da decisão da Comissão Técnica, esta será considerada definitivamente aceita, precluindo o direito das **PARTES** de a impugnarem.

**43.7.2.** Caso a solução proposta pela Comissão Técnica seja aceita pelas **PARTES**, poderá ser incorporada ao **CONTRATO** mediante assinatura de termo aditivo.

**43.8.** A submissão de qualquer questão à Comissão Técnica não exonera a **CONCESSIONÁRIA** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 44. FINANCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E REPOSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA

### 44.1. REGRAS GERAIS:

**44.1.1.** Ressalvadas as exceções expressamente previstas neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos Financiamentos necessários à implantação e reposição da infraestrutura e operação dos Serviços, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

**44.1.2.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **CONCEDENTE** cópia autenticada dos contratos de Financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha eventualmente a emitir, e quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura e/ou emissão, conforme o caso.

**44.1.3.** Quando da contratação de Financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando, à emissão de debêntures ou *bonds* e à estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC), a **CONCESSIONÁRIA** deverá prever expressamente e garantir a efetividade, por meio contratual, da obrigação do Financiador ou do estruturador da operação de comunicar imediatamente ao **CONCEDENTE** o descumprimento de qualquer obrigação contratual (*covenant*) estabelecida entre o Financiador/estruturador e a **CONCESSIONÁRIA**, que possa ocasionar situações como a execução de garantias ou vencimento antecipado dos contratos de Financiamento.

**44.1.4.** Competirá ao **CONCEDENTE** informar aos Financiadores e estruturadores das operações referidas na subcláusula anterior, concomitantemente à comunicação para a própria



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CONCESSIONÁRIA**, sobre quaisquer eventuais descumprimentos graves do Contrato pela **CONCESSIONÁRIA**.

**44.1.4.1.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer ao **CONCEDENTE** os contatos dos Financiadores e estruturadores de operações com quem tenha contratado operações de Financiamento.

**44.1.4.2.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de Financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste **CONTRATO**.

**44.1.4.3.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá dar em garantia dos Financiamentos contratados nos termos deste Item, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, tais como as receitas oriundas das tarifas, bem como eventuais **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** que cabe à **CONCESSIONÁRIA**, desde que não se comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da **CONCESSÃO**.

**44.1.4.4.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao Financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos à percepção:

**(i)** da parcela das TUFs que lhe cabe;

**(ii)** da parcela das TEPs que lhe cabe;

**(iii)** da parcela de aporte público que lhe cabe;

**(iv)** das receitas extraordinárias; e

**(v)** das indenizações que lhe são devidas em virtude do **CONTRATO**.

**44.1.5.** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao Financiador, ou, ainda, dar em garantia os



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Bens da Concessão.

**44.1.6.** É vedado à **CONCESSIONÁRIA**:

**44.1.6.1.** Conceder empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para Partes Relacionadas, exceto acionistas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, pagamentos de juros sobre capital próprio ou, observados os limites previstos neste Contrato, pagamentos pela contratação de serviços celebrada em condições equitativas de mercado e dentro dos limites permitidos por este Contrato; e

**44.1.6.2.** Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas ou terceiros.

**44.1.7.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** apresentar comprovação ao **CONCEDENTE**, concomitantemente à contratação com Partes Relacionadas, de que tal contratação ocorreu em condições equitativas de mercado, nos termos do item 16.1 deste **CONTRATO**.

**44.1.8.** Deve ser previamente aprovada pelo **CONCEDENTE** e pelas Agências Reguladoras qualquer operação que importe em oneração das ações representativas do capital social da **CONCESSIONÁRIA** ou de seus **CONTROLADORES**.

**44.2. APORTE-DÍVIDA VIA DEBÊNTURES E EMISSÃO DE DEBENTURÊS.**

**44.2.1.** A **CONCESSIONÁRIA** se compromete a aportar recursos nos Serviços através dos mais diversos instrumentos financeiros e estruturas de capital, inclusive sob a forma de Debêntures emitidas diretamente pela **CONCESSIONÁRIA** ou indiretamente através de seus **CONTROLADORES**, cujas características essenciais estão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

previstas no Term Sheet constante do ANEXO VI deste **CONTRATO** (Term sheet das Debêntures).

**44.2.2.** A transferência de recursos pelo **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** em função da aquisição, pela primeira, das Debêntures emitidas pela segunda, será intitulada Aporte-Dívida.

**44.2.3.** As Debêntures emitidas pela **CONCESSIONÁRIA** serão garantidas por:

**44.2.3.1.** Penhor do direito da Companhia em receber indenização do Titular pela reversão das Infraestruturas que não tenham sido integralmente amortizadas ou depreciadas (o "Direito à Indenização"), que deverá ser prontamente convertido em cessão fiduciária, tão logo sejam quitados os demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures, na hipótese de o Direito à Indenização lhes tenha sido cedido fiduciariamente; ou por

**44.2.3.2.** Cessão fiduciária do Direito à Indenização, caso não tenha sido cedido fiduciariamente em garantia aos demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures.

**44.2.3.3.** O **PODER CONCEDENTE** pode transferir recursos à **CONCESSIONÁRIA** através da aquisição das Debêntures emitidas por esta, em operação que, para os fins deste **CONTRATO**, será intitulada simplesmente como *"DEBÊNTURES"*.

**44.2.4.** Além de mitigar os riscos de financiamento da **CONCESSÃO**, os **DEBÊNTURES** terão a finalidade principal de compartilhar os riscos de crédito relacionados ao recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das indenizações devidas pelos Titulares ao final do prazo de cada Termo de Adesão aos Serviços Opcionais, equivalente ao valor não



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

depreciado e nem amortizado dos Bens da Concessão, indenização esta regulada pela Subcláusula 38.2.1 deste **CONTRATO**, tendo em vista que os prazos regulatórios de depreciação dos Bens da Concessão são superiores aos prazos dos Contratos de Programa e desta Parceria.

**44.2.4.1.** Não é objetivo do **DEBÊNTURES** mitigar o risco de inexistência de indenização, como, por exemplo, se os bens da **CONCESSÃO** revertidos estiverem deteriorados ou se da indenização devida forem abatidos valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos titulares.

**44.2.4.2.** As Debêntures emitidas e entregues pela **CONCESSIONÁRIA** em contrapartida dos **DEBÊNTURES** darão direito ao detentor das Debêntures de receber as importâncias inicialmente transferidas, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos de sua escritura.

**44.2.5.** O **DEBÊNTURE** será realizado pelo **PODER CONCEDENTE** e na medida em que forem atendidas as seguintes condições:

**44.2.5.1.** Cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos marcos de implantação das Obras indicados na Cláusula seguinte;

**44.2.5.2.** Manutenção da **CONCESSIONÁRIA** em níveis adequados de alavancagem, assim compreendidos;

**44.2.5.3.** Observância dos valores máximos estabelecidos neste **CONTRATO**;

**44.2.5.4.** Transferência definitiva, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao detentor das Debêntures (aquele a quem está transferir o direito de subscrever as Debêntures ou aquele que venha a detê-las após sua emissão), do direito de receber a indenização que será devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA** pela reversão dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Bens da **CONCESSÃO** ao final deste Contrato, ou a constituição de garantia real, em favor ao detentor das Debêntures, sobre o direito de receber a indenização em questão (alienação fiduciária, penhor ou caução de recebíveis);

**44.2.5.5.** Emissão das Debêntures com respeito integral ao ANEXO VI do **CONTRATO** (Term Sheet das Debêntures).

**44.2.6.** Os **DEBÊNTURES** serão quitados pela **CONCESSIONÁRIA** (ou por sua conta e ordem) por ocasião do recebimento de indenização pela reversão dos bens da **CONCESSÃO** para cada Titular, indenização esta que poderá ser paga pelo Titular ou pelo novo operador dos Serviços, por sua conta e ordem.

**44.2.7.** Os financiamentos que forem contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a implantação da infraestrutura anteriormente à realização de cada **DEBÊNTURE**, desde que obtidos em condições de mercado, terão preferência em relação ao **DEBÊNTURE** no recebimento de indenização devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA**, atrelada ao **DEBÊNTURE**, cada **DEBÊNTURE**, contudo, salvo aquiescência do **PODER CONCEDENTE** em sentido contrário, terá preferência no recebimento da respectiva indenização pela reversão dos bens em relação aos financiamentos ou empréstimos da **CONCESSIONÁRIA** que forem celebrados posteriormente ao recebimento pela **CONCESSIONÁRIA** do **DEBÊNTURE**.

**44.2.8.** Quando do recebimento das indenizações devidas pelos **MUNICÍPIOS** à **CONCESSIONÁRIA**, as Debêntures deverão ser integralmente pagas ao **PODER CONDENTE** ou ao seu detentor pela **CONCESSIONÁRIA**.

**44.2.9.** No caso do aporte dívida as Debêntures serão garantidas por:

**44.2.9.1.** Penhor do direito da Companhia em receber indenização do Titular pela reversão das Infraestruturas que não tenham sido



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

integralmente amortizadas ou depreciadas (o *"Direito à Indenização"*), que deverá ser prontamente convertido em cessão fiduciária, tão logo sejam quitados os demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures, na hipótese de o Direito à Indenização lhes tenha sido cedido fiduciariamente; ou por

**44.2.9.2.** Cessão fiduciária do Direito à Indenização, caso não tenha sido cedido fiduciariamente em garantia aos demais empréstimos concedidos pelos Financiadores previamente à emissão das Debêntures.

**44.2.10.** Além de mitigar os riscos de financiamento da **CONCESSÃO**, os Aportes-Dívida terão a finalidade principal de compartilhar os riscos de crédito relacionados ao recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das indenizações devidas pelos Titulares ao final do prazo de cada Contrato de Programa, equivalente ao valor não depreciado e nem amortizado dos Bens da Concessão, indenização está regulada pelos Contratos de Programa e deste **CONTRATO**, tendo em vista que os prazos regulatórios de depreciação dos Bens da Concessão são superiores aos prazos dos Contratos de Programa e desta Parceria.

**44.2.10.1.** Não é objetivo do Aporte-Dívida mitigar o risco de inexistência de indenização, como, por exemplo, se os bens da **CONCESSÃO** revertidos estiverem deteriorados ou se da indenização devida forem abatidos valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos titulares.

**44.2.10.2.** As Debêntures emitidas e entregues pela **CONCESSIONÁRIA** em contrapartida dos Aportes-Dívida darão direito ao detentor das Debêntures de receber as importâncias inicialmente transferidas, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos de sua escritura.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**44.2.11.** O Aporte-Dívida será realizado pelo **CONCEDENTE** se e na medida em que forem atendidas as seguintes condições:

**44.2.11.1.** Cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** dos marcos de implantação das Obras indicados na Cláusula seguinte;

**44.2.11.2.** Manutenção da **CONCESSIONÁRIA** em níveis adequados de alavancagem, assim compreendidos.

**44.2.11.3.** Observância dos valores máximos estabelecidos neste **CONTRATO**;

**44.2.11.4.** Transferência definitiva, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao detentor das Debêntures (ao **PODER PÚBLICO**, aquele a quem está transferir o direito de subscrever as Debêntures ou aquele que venha a detê-las após sua emissão), do direito de receber a indenização que será devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA** pela reversão dos Bens da **CONCESSÃO** ao final deste Contrato, ou a constituição de garantia real, em favor ao detentor das Debêntures, sobre o direito de receber a indenização em questão (alienação fiduciária, penhor ou caução de recebíveis);

**44.2.11.5.** Emissão das Debêntures com respeito integral ao Anexo XIV (*Term Sheet*
das Debêntures).

**44.2.12.** Os Aportes-Dívida serão quitados pela **CONCESSIONÁRIA** (ou por sua conta e ordem) por ocasião do recebimento de indenização pela reversão dos bens da **CONCESSÃO** para cada Titular, indenização esta que poderá ser paga pelo Titular ou pelo novo operador dos Serviços, por sua conta e ordem.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**44.2.13.** Os financiamentos que forem contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a implantação da infraestrutura anteriormente à realização de cada Aporte-Dívida, desde que obtidos em condições de mercado, terão preferência em relação ao Aporte-Dívida no recebimento de indenização devida pelo Titular à **CONCESSIONÁRIA**, atrelada ao Aporte-Dívida; cada Aporte-Dívida, contudo, salvo aquiescência DO **CONCEDENTE** em sentido contrário, terá preferência no recebimento da respectiva indenização pela reversão dos bens em relação aos financiamentos ou empréstimos da **CONCESSIONÁRIA** que forem celebrados posteriormente ao recebimento pela **CONCESSIONÁRIA** do Aporte-Dívida.

**44.2.14.** Quando do recebimento das indenizações devidas pelos **MUNICÍPIOS** e ao **CDS VELHO CHICO** à **CONCESSIONÁRIA**, as Debêntures deverão ser integralmente pagas ao **PODER CONDENTE** ou ao seu detentor pela **CONCESSIONÁRIA**.

## 45. OPERAÇÃO ASSISTIDA

**45.1.** No período de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** atuará em conjunto com o **CONCEDENTE** para assumir progressivamente a responsabilidade pelo exercício da prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**.

**45.2.** A critério das Partes, a etapa de Operação Assistida poderá ser prorrogada, justificadamente.

**45.3.** O início da execução do **CONTRATO** dependerá da liberação das áreas a serem disponibilizadas pelo **PODER CONCEDENTE,** conforme definido no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**.

**45.4.** Durante a Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA** fará o



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

acompanhamento intensivo das atividades relacionadas à operação dos Sistemas de Resíduos Sólidos, figurando o **PODER CONCEDENTE**, para todos os efeitos, como responsável direto pela operação dos Serviços e titular das receitas provenientes desta operação.

**45.5.** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** a receita relativa aos Serviços prestados a partir da data de transferência dos serviços.

**45.6.** Para realizar o acompanhamento das atividades durante a Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA** será integralmente responsável por mobilizar recursos próprios, na forma de pessoal, material, contratação e desenvolvimento de *softwares*, dentre outros necessários ao acompanhamento e transição das atividades desempenhadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

**45.7.** Durante a Operação Assistida, o **PODER CONCEDENTE** compromete-se a cumprir com as seguintes obrigações:

**45.7.1.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA** livre acesso às informações necessárias acerca dos Sistemas de Resíduos Sólidos e de todos os Serviços, incluindo, mas não se limitando, a:

**45.7.1.1.** Registros da prestação dos Serviços e quaisquer outras atividades eventualmente prestadas, relativos aos 5 (cinco) anos anteriores;

**45.7.1.2.** Arquivos técnicos, cadastros, plantas, desenhos e demais documentos e informações acerca das instalações integrantes dos Sistemas de Resíduos Sólidos que serão operados pela **CONCESSIONÁRIA**;

**45.7.1.3.** Licenças ambientais em vigor e demais documentos relativos ao
cumprimento da legislação ambiental, inclusive quanto a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

procedimentos de eventual licenciamento ambiental em curso;

**45.7.1.4.** Registros imobiliários dos bens imóveis;

**45.7.1.5.** Disponibilizar quaisquer outras informações relevantes ao planejamento e à adoção das providências necessárias à adequada transferência dos Sistemas de Resíduos Sólidos e de todos os Serviços;

**45.7.1.6.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA** o livre e desimpedido acesso aos bens dos Sistemas de Resíduos Sólidos;

**45.7.1.7.** Franquear à **CONCESSIONÁRIA**, durante o período de Operação Assistida e pelo período de até 30 (trinta) dias após o término da Operação Assistida, livre acesso a todas e quaisquer informações, de forma completa e integral, do sistema(s) informatizado(s) de cadastro, sistema de gestão comercial, banco de dados, cobrança, leitura, emissão, corte, religação, inadimplência, recebimento e controle dos Serviços e quaisquer outros serviços prestados pelo **PODER CONCEDENTE** ou das concessionárias de saneamento básico que atendam aos **MUNICIPIOS** na Área da **CONCESSÃO**, mediante a disponibilização de senhas, códigos-fonte e demais permissões de acesso aos funcionários da **CONCESSIONÁRIA** designados para tal fim, bem como ao menos um terminal específico para acesso ao sistema de gestão comercial na sede do **CONCEDENTE**;

**45.7.1.8.** Disponibilizar, em favor da **CONCESSIONÁRIA**, em seu edifício sede, infraestrutura física para que as equipes da **CONCESSIONÁRIA**, encarregadas da transição dos Serviços, possam realizar as atividades necessárias à assunção dos Serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**45.7.2.** O descumprimento das obrigações previstas nas Subcláusulas 45.3 e 45.7, assim como a materialização, durante a Operação Assistida, de riscos alocados à responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**, nos termos deste **CONTRATO**, ensejará, nos termos deste **CONTRATO**, ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato em favor da **CONCESSIONÁRIA** pelos eventuais prejuízos gerados e devidamente comprovados.

**45.7.3.** Ao final do período de Operação Assistida, o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** assinarão o Termo de Transferência dos Serviços (ANEXO V do **CONTRATO**), na Data de Transferência, por meio do qual se procederá à assunção dos Serviços pela **CONCESSIONÁRIA**.

**45.7.4.** Após a formalização do Termo de Transferência dos Serviços, a **CONCESSIONÁRIA** tornar-se-á responsável pela prestação dos Serviços e pela posse dos bens transferidos, até a extinção da **CONCESSÃO**, assumindo todas as obrigações e fazendo jus ao conjunto de direitos previstos no Contrato, inclusive quanto à percepção das receitas correspondentes.

**45.7.5.** Na hipótese de comum acordo entre as Partes, o período de Operação Assistida poderá ser encerrado antecipadamente, mediante a celebração do Termo de Transferência dos Serviços, assumindo a **CONCESSIONÁRIA** a operação plena e integral dos Sistemas de Resíduos Sólidos e dos Serviços, sem fazer jus, nesta hipótese, a qualquer indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro.

### 45.8. COMITÊ DE TRANSIÇÃO

**45.8.1.** Em até 7 (sete) dias úteis após a celebração deste **CONTRATO**, será constituído o Comitê de Transição, com duração, no mínimo, ao longo do período da Operação Assistida, com a função de facilitar a interlocução e interação entre as equipes do **CONCEDENTE**, da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**CONCESSIONÁRIA** e da **AGÊNCIA REGULADORA**, possibilitando a troca de informações referentes aos aspectos essenciais para a transferência dos Serviços.

**45.8.2.** Durante a Operação Assistida, o Comitê de Transição se reunirá, no mínimo, semanalmente.

**45.9. OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**45.9.1.** Após o período de Operação Assistida, a **CONCESSIONÁRIA**:

**45.9.1.1.** Dará início à operação da Concessão, mediante a emissão da Ordem de Início pela **CDS VELHO CHICO**; e

**45.9.1.2.** Deverá implementar um plano de comunicação junto aos Usuários, por meio de campanha publicitária a ser veiculada em meios de comunicação de massa, que deverá ser apresentado à **CDS VELHO CHICO** no prazo de 60 (sessenta) dias contados da Ordem de Início.

**45.9.2.** Havendo atraso no início da operação por responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, observar-se-á o disposto neste Contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, se for o caso.

**45.9.3.** Além de atender ao estabelecido neste Contrato e seus Anexos, a execução dos serviços objeto da Concessão deverá respeitar as normas técnicas aplicáveis, em especial a regulamentação da **AGÊNCIA REGULADORA**.

**45.9.4.** A **CONCESSIONÁRIA** executará os Serviços de forma a garantir os melhores resultados à **CDS VELHO CHICO**, aos Municípios e aos Usuários, realizando permanente e continuamente seus melhores



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

esforços para otimizar a gestão dos recursos humanos, materiais de consumo e dos Bens da Concessão.

**45.9.5.** Salvo autorização expressa da **CDS VELHO CHICO**, é vedada a execução de serviços que não constem deste Contrato e em seus Anexos, bem como a sua execução por modo diverso daquele previsto.

## 46. ARBITRAGEM E FORO

**46.1.** As **PARTES** concordam em, na forma disciplinada pela Lei Federal nº 9.307/96, resolver por meio de arbitragem eventuais conflitos de interesses que decorram da execução do **CONTRATO** ou de quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

**46.2.** A submissão de controvérsias ao juízo arbitral poderá ocorrer a qualquer tempo e não dependerá da instauração prévia dos procedimentos de resolução consensual ou da Comissão Técnica referida nos itens 42 e 43.

**46.3.** As partes indicam o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) como competente para solucionar controvérsias submetidas à arbitragem, nos termos deste **CONTRATO**.

**46.4.** Havendo acordo entre as **PARTES** ou em caso de extinção do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), será eleita outra câmara para o processamento da arbitragem.

**46.5.** As decisões da arbitragem serão baseadas nas leis de direito material do Brasil, em especial a legislação aplicável ao **CONTRATO** e aos **SERVIÇOS**.

**46.5.1.** A arbitragem será processada segundo as regras previstas no regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

**46.5.2.** A arbitragem será conduzida na sede do Município sede da Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**46.5.3.** Poderão ser utilizados documentos técnicos redigidos em outros idiomas, com tradução apenas em caso de discordância das **PARTES** quanto ao seu significado.

**46.5.4.** Por solicitação da **CONCESSIONÁRIA** e mediante o consentimento do **CONCEDENTE**, a arbitragem poderá ser parcialmente bilíngue, sendo as decisões produzidas em versões em português e em inglês ou outra língua estrangeira.

**46.5.5.** Caso a arbitragem seja parcialmente bilíngue, a **CONCESSIONÁRIA** deverá arcar com as despesas relacionadas à tradução dos documentos, mesmo quando os materiais traduzidos sejam decorrentes de atos realizados pelo **CONCEDENTE**, e estes custos não comporão os custos e despesas processuais para fins de sucumbência.

**46.5.6.** Havendo divergências entre o conteúdo das decisões ou dos documentos nas versões em língua portuguesa e em língua estrangeira, prevalecerá o conteúdo das versões confeccionadas em língua portuguesa.

**46.6.** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria a ser decidida, cabendo a cada **PARTE** indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **PARTES**. A presidência do tribunal



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

arbitral caberá ao terceiro árbitro.

**46.7.** Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos pelas **PARTES**, o terceiro árbitro será indicado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

**46.7.1.** Em qualquer hipótese, os árbitros indicados pelas **PARTES** devem ser, cumulativamente, profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.

**46.7.2.** Os árbitros indicados pelas **PARTES** deverão, ainda, observar os seguintes requisitos mínimos:

(i) estar no gozo de plena capacidade civil; e

(ii) não ter, com as **PARTES** ou com o litígio que lhe for submetido, relações que caracterizem os casos de impedimento ou suspensão de juízes, conforme previsto no Código de Processo Civil.

**46.8.** As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas, irrecorríveis e vincularão as **PARTES** e seus sucessores.

**46.9.** As custas da arbitragem serão adiantadas pela **PARTE** que suscitar a instauração do procedimento arbitral. A **PARTE** vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo ressarcir a **PARTE** vencedora pelas custas que está, porventura, já tenha assumido no aludido procedimento, excluindo-se apenas eventuais honorários advocatícios.

**46.9.1.** No caso de procedência parcial do pleito levado ao tribunal arbitral, os custos serão divididos entre as **PARTES**, se assim entender o tribunal,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

na proporção da sucumbência de cada uma.

**46.10.** As **PARTES** elegem o foro central da comarca de Salvador, Estado da Bahia, para obter:

(a) tutela cautelar porventura necessária antes da formação do tribunal arbitral;

(b) promover a execução de medida cautelar, decisão ou da sentença proferida pelo tribunal arbitral;

(c) discutir controvérsias atinentes a direitos que não se enquadrem como patrimoniais disponíveis.

**46.11.** Os autos do processo arbitral serão públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo decorrentes da lei, de segredo de justiça, de segredo industrial ou quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**46.12.** As **PARTES** reconhecem que as decisões proferidas pelo tribunal arbitral poderão ser regularmente executadas no Brasil, seguindo o procedimento para execução contra a Fazenda Pública, não dispondo o **CONCEDENTE** de qualquer imunidade soberana que iniba a execução.

**46.13.** Os **CONTROLADORES** poderão atuar como assistentes ou litisconsortes ativos da **CONCESSIONÁRIA**.

**46.14.** A submissão de qualquer questão aos mecanismos de resolução de disputas previstos neste **CONTRATO** não exonera as **PARTES** do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do **CONTRATO** e das determinações do **CONCEDENTE**, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da **CONCESSÃO**, que deverão continuar a se processar nos termos contratualmente exigíveis, assim permanecendo até que uma decisão seja obtida relativamente à matéria em causa.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**46.14.1.** Somente se admitirá a paralisação dos **SERVIÇOS** quando o objeto da divergência implicar riscos à segurança de pessoas ou do empreendimento.

## 47. DISPOSIÇÕES FINAIS

**47.1.** Salvo disposição expressa em contrário, o não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **PARTES** pelo **CONTRATO**, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

**47.2.** A declaração de invalidade, nulidade, ilegalidade, irregularidade ou a inexequibilidade de qualquer disposição deste **CONTRATO** não afetará necessariamente as demais disposições e obrigações nele previstas.

**47.3.** O **CONCEDENTE** adotará todas as medidas necessárias, inclusive com a celebração e/ou adequação de outros instrumentos jurídicos que se façam necessários, para a transferência à **CONCESSIONÁRIA** do uso da integralidade das áreas abrangidas na **CONCESSÃO**, a tempo e modo, compatíveis com as obrigações por ela assumidas neste **CONTRATO**, em especial no que se refere à cessão de áreas para implantação de **PAC**, **PEV**, **ECOPONTOS** e **ETR** pela **CONCESSIONÁRIA**.

**47.4.** As comunicações e as notificações entre as **PARTES** serão efetuadas por escrito e remetidas nos endereços constantes do preâmbulo deste **CONTRATO**:

**47.4.1.** Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;

**47.4.2.** Por fax, e-mail ou outro meio remoto, desde que comprovada a recepção; ou

**47.4.3.** Por correio registrado, com aviso de recebimento.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

E, por estarem assim de acordo, foi este instrumento lavrado e 4 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, [•] de [•] de 2027.

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO PRESIDENTE**

**CONCESSIONÁRIA**
**REPRESENTANTE**
**LEGAL**

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# TERMO DE ADESÃO AOS SERVIÇOS OPCIONAIS

O **MUNICÍPIO DE** _____, [qualificação], doravante denominado ***"CONTRATANTE",*** e a **CONCESSIONÁRIA**, _____, neste ato representada por sua sócio(a)-administrador(a), a Sr(a). _____, profissão, estado civil _____, inscrito(a) no CPF nº_____, sendo está a **CONCESSIONÁRIA** dos serviços públicos objeto do Contrato de Concessão n°_____/2025, oriundo da Concorrência Pública n° _____,/2025, doravante denominada ***"CONTRATADA",*** em conjunto denominadas "PARTES", resolvem firmar o presente Termo de Adesão, tendo como interveniente-anuente o ***CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),*** para a adesão a prestação dos serviços classificados opcionais no objeto do Contrato de Concessão n° _____/2026, observando-se as condições nele estabelecidas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Este Termo de Adesão tem por objeto a adesão à prestação dos serviços de [especificar os serviços objeto da adesão], de acordo com as condições gerais estabelecidas no Contrato de Concessão n°___/2026 e demais regulamentos expedidos pela **AGÊNCIA REGULADORA.**

1.1. O **MUNICIPIO DE** _____ delegou ao a competência para delegar os serviços objeto do presente Termo de Adesão, nos termos da Lei Municipal n° [inserir a Lei], de modo que aplicam-se ao presente instrumento, integralmente, considerando-se aqui transcritas, para todos os efeitos, as disposições do Contrato de Concessão n°_____/2026, especialmente no que tange aos direitos e obrigações das **PARTES**, à forma de remuneração da **CONTRATADA**, à distribuição dos riscos, à revisão, à fiscalização, às formas de extinção do Contrato e às penalidades aplicáveis por eventual descumprimento contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2. A **CONTRATADA** será remunerada pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Adesão, observando-se os valores apresentados em sua Proposta de Preço, anexa ao Contrato de Concessão n° ___/2026, e as condições fixadas naquele instrumento contratual, em especial nas suas Cláusulas Oitava (REMUNERAÇÃO) e Quadragésima (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA).

2.1 Caso o **CONTRATANTE** tenha optado por aderir aos serviços opcionais após 12 meses da emissão da Ordem de Serviço para início dos trabalhos relativos ao objeto do Contrato de Concessão n° _____/2026, os valores apresentados na Proposta de Preço deverão ser reajustados, na forma do Contrato de Concessão n° _____/2026, para fins de fixação da remuneração devida à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto do presente Termo de Adesão.

2.2. No momento de assinatura do presente instrumento, a remuneração da **CONTRATADA** corresponde a:

| SERVIÇOS | UNIDADE | R$/UND |
|---|---|---|
| TEP RPU - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TUF RDO - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TAUF RDO - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TEP RSS - Coleta e transporte | (kg/adesão) | R$ _____ |
| TEP RSS - Destinação final | (kg/adesão) | R$ _____ |
| TEP RCD - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TEP RPU e RCD - Triagem, Tratamento, Destinação final e Reciclagem | (ton/adesão) | R$ _____ |

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3. As despesas decorrentes da adesão do **CONTRATANTE** aos serviços opcionais previstos neste Instrumento correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, compatíveis com a natureza das obrigações assumidas, especialmente aquelas relacionadas aos serviços de manejo de resíduos sólidos objeto da adesão.

3.1. Para o exercício financeiro em curso, as despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias a seguir indicadas, ou por outras que venham a

substituí-las ou complementá-las, observada a classificação orçamentária municipal aplicável:

Unidade Orçamentária: [●]

Função: [●]

Subfunção: [●]

Programa: [●]

Projeto/Atividade: [●]

Elemento de Despesa: [●]

Fonte/Destinação de Recursos: [●]

3.3. As despesas relativas aos exercícios financeiros subsequentes correrão à conta das dotações que vierem a ser consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias, ficando sua indicação condicionada à aprovação dos orçamentos correspondentes e à liberação dos créditos necessários, mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da continuidade das obrigações assumidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE:**

4. O valor devido à **CONTRATADA** será reajustado através do indexador previsto no Contrato de Concessão n° _____/2026 e seus anexos a cada 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

5. O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de duração do Contrato de Concessão n°____/2026, não podendo rescindido, exceto em comum acordo entre as **PARTES**, ou ainda, em caráter de intervenção, encampação e/ou rescisão unilateral do Contrato de Concessão n°____/2026. Em caso de rescisão unilateral do presente Instrumento, aplica-se ao **CONTRATANTE** a multa prevista no Contrato de Concessão nº____/2026.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:**

5. Em caso de disputas ou controvérsias oriundas do presente Termo de Adesão, as **PARTES** buscarão dirimir as divergências consensualmente, observando-se o procedimento estabelecido o Contrato de Concessão n°____/2026.

5.1. Qualquer das **PARTES** poderá convocar a instauração de Comissão Técnica específica (ad hoc) para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do Termo de Adesão, na forma estabelecida no Contrato de Concessão n° ____/2026.

5.1.1. Caso tenha sido criada Comissão Técnica permanente para acompanhamento da execução do Contrato de Concessão n° ____/2026, conforme previsão da Subcláusula 42.1.1 daquele instrumento, as **PARTES** deverão se submeter a esta Comissão para solucionar eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do presente Termo de Adesão.

5.2. As **PARTES** concordam em resolver por meio de arbitragem eventuais conflitos de interesses que decorram da execução do presente Termo de Adesão ou de quaisquer documentos a ele relacionados, seguindo-se integralmente os termos da Convenção de Arbitragem constante do Contrato de Concessão n° _____/2026 (Cláusula 45).

5.2.1. A submissão de controvérsias ao juízo arbitral poderá ocorrer a qualquer tempo e não dependerá da instauração prévia do procedimento de resolução consensual ou da Comissão Técnica referida na Subcláusula 5.1.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:**

6. As **PARTES** elegem o Foro da Comarca de [____], estado da Bahia, para:

(a) obter tutela de urgência porventura necessária antes da formação do tribunal arbitral;

(b) promover a execução da medida de urgência, de decisão ou sentença proferida pelo tribunal arbitral; e

(c) discutir controvérsias atinentes a direitos que não se enquadrem como patrimoniais disponíveis.

E, por estarem assim de acordo, foi este instrumento lavrado em 4 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas.

**LOCAL, [___] DE [___] DE 2026.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE _____**

**INTERVENIENTE-ANUENTE**

**CONCESSIONÁRIA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**

**PODER CONCEDENTE**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Nome:

RG: RG:

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**TERMO DE ADESÃO AOS SERVIÇOS OPCIONAIS**

O **MUNICÍPIO DE** _____, [qualificação], doravante denominado ***"CONTRATANTE",*** e a **CONCESSIONÁRIA**, _____, neste ato representada por sua sócio(a)-administrador(a), a Sr(a). _____, profissão, estado civil _____, inscrito(a) no CPF nº_____, sendo está a **CONCESSIONÁRIA** dos serviços públicos objeto do Contrato de Concessão n°_____/2025, oriundo da Concorrência Pública n° _____,/2025, doravante denominada ***"CONTRATADA",*** em conjunto denominadas "PARTES", resolvem firmar o presente Termo de Adesão, tendo como interveniente-anuente o ***CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),*** para a adesão a prestação dos serviços classificados opcionais no objeto do Contrato de Concessão n° _____/2026, observando-se as condições nele estabelecidas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Este Termo de Adesão tem por objeto a adesão à prestação dos serviços de [especificar os serviços objeto da adesão], de acordo com as condições gerais estabelecidas no Contrato de Concessão n°___/2026 e demais regulamentos expedidos pela **AGÊNCIA REGULADORA.**

1.1. O **MUNICIPIO DE** _____ delegou ao a competência para delegar os serviços objeto do presente Termo de Adesão, nos termos da Lei Municipal n° [inserir a Lei], de modo que aplicam-se ao presente instrumento, integralmente, considerando-se aqui transcritas, para todos os efeitos, as disposições do Contrato de Concessão n°_____/2026, especialmente no que tange aos direitos e obrigações das **PARTES**, à forma de remuneração da **CONTRATADA**, à distribuição dos riscos, à revisão, à fiscalização, às formas de extinção do Contrato e às penalidades aplicáveis por eventual descumprimento contratual.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2. A **CONTRATADA** será remunerada pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Adesão, observando-se os valores apresentados em sua Proposta de Preço, anexa ao Contrato de Concessão n° ___/2026, e as condições fixadas naquele instrumento contratual, em especial nas suas Cláusulas Oitava (REMUNERAÇÃO) e Quadragésima (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA).

2.1 Caso o **CONTRATANTE** tenha optado por aderir aos serviços opcionais após 12 meses da emissão da Ordem de Serviço para início dos trabalhos relativos ao objeto do Contrato de Concessão n° _____/2026, os valores apresentados na Proposta de Preço deverão ser reajustados, na forma do Contrato de Concessão n° _____/2026, para fins de fixação da remuneração devida à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto do presente Termo de Adesão.

2.2. No momento de assinatura do presente instrumento, a remuneração da **CONTRATADA** corresponde a:

| SERVIÇOS | UNIDADE | R$/UND |
|---|---|---|
| TEP RPU - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TUF RDO - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TAUF RDO - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TEP RSS - Coleta e transporte | (kg/adesão) | R$ _____ |
| TEP RSS - Destinação final | (kg/adesão) | R$ _____ |
| TEP RCD - Coleta e transporte | (ton/adesão) | R$ _____ |
| TEP RPU e RCD – Triagem, Tratamento, Destinação final e Reciclagem | (ton/adesão) | R$ _____ |

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3. As despesas decorrentes da adesão do **CONTRATANTE** aos serviços opcionais previstos neste Instrumento correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, compatíveis com a natureza das obrigações assumidas, especialmente aquelas relacionadas aos serviços de manejo de resíduos sólidos objeto da adesão.

3.1. Para o exercício financeiro em curso, as despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias a seguir indicadas, ou por outras que venham a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

substituí-las ou complementá-las, observada a classificação orçamentária municipal aplicável:

Unidade Orçamentária: [●]

Função: [●]

Subfunção: [●]

Programa: [●]

Projeto/Atividade: [●]

Elemento de Despesa: [●]

Fonte/Destinação de Recursos: [●]

3.3. As despesas relativas aos exercícios financeiros subsequentes correrão à conta das dotações que vierem a ser consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias, ficando sua indicação condicionada à aprovação dos orçamentos correspondentes e à liberação dos créditos necessários, mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da continuidade das obrigações assumidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE:**

4. O valor devido à **CONTRATADA** será reajustado através do indexador previsto no Contrato de Concessão n° _____/2026 e seus anexos a cada 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

5. O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de duração do Contrato de Concessão n°____/2026, não podendo rescindido, exceto em comum acordo entre as **PARTES**, ou ainda, em caráter de intervenção, encampação e/ou rescisão unilateral do Contrato de Concessão n°____/2026. Em caso de rescisão unilateral do presente Instrumento, aplica-se ao **CONTRATANTE** a multa prevista no Contrato de Concessão nº____/2026.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:**

5. Em caso de disputas ou controvérsias oriundas do presente Termo de Adesão, as **PARTES** buscarão dirimir as divergências consensualmente, observando-se o procedimento estabelecido o Contrato de Concessão n°____/2026.

5.1. Qualquer das **PARTES** poderá convocar a instauração de Comissão Técnica específica (ad hoc) para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do Termo de Adesão, na forma estabelecida no Contrato de Concessão n° ____/2026.

5.1.1. Caso tenha sido criada Comissão Técnica permanente para acompanhamento da execução do Contrato de Concessão n° ____/2026, conforme previsão da Subcláusula 42.1.1 daquele instrumento, as **PARTES** deverão se submeter a esta Comissão para solucionar eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do presente Termo de Adesão.

5.2. As **PARTES** concordam em resolver por meio de arbitragem eventuais conflitos de interesses que decorram da execução do presente Termo de Adesão ou de quaisquer documentos a ele relacionados, seguindo-se integralmente os termos da Convenção de Arbitragem constante do Contrato de Concessão n° _____/2026 (Cláusula 45).

5.2.1. A submissão de controvérsias ao juízo arbitral poderá ocorrer a qualquer tempo e não dependerá da instauração prévia do procedimento de resolução consensual ou da Comissão Técnica referida na Subcláusula 5.1.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:**

6. As **PARTES** elegem o Foro da Comarca de [____], estado da Bahia, para:

(a) obter tutela de urgência porventura necessária antes da formação do tribunal arbitral;

(b) promover a execução da medida de urgência, de decisão ou sentença proferida pelo tribunal arbitral; e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(c) discutir controvérsias atinentes a direitos que não se enquadrem como patrimoniais disponíveis.

E, por estarem assim de acordo, foi este instrumento lavrado em 4 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas.

**LOCAL, [___] DE [___] DE 2026.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE _____**

**INTERVENIENTE-ANUENTE**

**CONCESSIONÁRIA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**

**PODER CONCEDENTE**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Nome:

RG: RG:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# TERMO DE TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), e a Empresa/Consórcio [●], concessionária dos EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**, por força do Contrato de Concessão n° [●] / 2026, firmam o presente Termo de Transferência dos Serviços, através do qual a **CONCESSIONÁRIA** assume integralmente a responsabilidade pela prestação dos serviços concedidos e pela posse dos bens eventualmente transferidos para a prestação dos serviços, até a extinção da Concessão, na forma das Cláusulas [●] e [●] do Contrato de Concessão [●] / 2026.

[[●] Local, [●] data]

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**PRESIDENTE**

**CONCESSIONÁRIA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**TERMO DE TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS**

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), e a Empresa/Consórcio [●], concessionária dos EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**, por força do Contrato de Concessão n° [●] / 2026, firmam o presente Termo de Transferência dos Serviços, através do qual a **CONCESSIONÁRIA** assume integralmente a responsabilidade pela prestação dos serviços concedidos e pela posse dos bens eventualmente transferidos para a prestação dos serviços, até a extinção da Concessão, na forma das Cláusulas [●] e [●] do Contrato de Concessão [●] / 2026.

[[●] Local, [●] data]

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**PRESIDENTE**

**CONCESSIONÁRIA**

**REPRESENTANTE LEGAL**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a descrição das parcelas que comporão a **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEP)** e a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF),** com a previsão das receitas oriundas dos serviços descritos, considerando a proposta de preço apresentada no **MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL** em **ANEXO** ao **EDITAL**. Esta previsão das receitas tomou como base o volume de resíduos sólidos (RDO, RPU, RSS e RCD) produzido no município que encaminharão seus resíduos para o aterro sanitário licenciado. Neste Plano de Negocial referencial foram considerados os seguintes municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"):** (i) Ibotirama; (ii) Paratinga; (iii) Morpará; (iv) Muquém do São Francisco; e (v) Oliveira dos Brejinhos;

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

Este documento foi estruturado em conformidade com as diretrizes definidas no **EDITAL** e reflete o modelo de exploração do **CONTRATO DE CONCESSÃO** a ser firmado com o **CDS VELHO CHICO**.

Em observância à modelagem estabelecida no **EDITAL**, este documento

reúne tanto os conteúdos usualmente previstos nas melhores práticas de elaboração de um **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL**, quanto as premissas apresentadas no formato definido no **CADERNO DE ENCARGOS**.

As premissas aqui apresentadas e seus respectivos resultados econômico-financeiros estão em consonância com o **CADERNO DE ENCARGOS, MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL, ESTUDO DE DEMANDA E ENGENHARIA e ESTUDOS AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS** apresentados nos demais cadernos do presente estudo elaborado pela **PROPONENTE** do **PMI.**

Assim, o presente documento inclui o detalhamento originalmente previsto para este documento, incluindo:

a) as principais variáveis financeiras assumidas para estimativa do ***CAPITAL EXPENDITURE (CAPEX)***, ***OPERATIONAL EXPENDITURE (OPEX)*** e Receitas;

b) as questões relativas aos financiamentos, depreciação e tributos assumidos, todos indispensáveis para estruturação do demonstrativo econômico-financeiro e do fluxo de caixa do projeto;

c) os resultados obtidos, nas modalidades sem financiamento e com financiamento, contendo a WACC, TIR, *payback*, a exposição máxima, o saldo de caixa, etc.

d) as considerações relevantes para entendimento do modelo econômico-financeiro e **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**.

e) quadros do **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** que geraram os resultados do projeto, contendo:
    a. receitas ordinárias
    b. receitas acessórias
    c. tributos

d. cronograma físico-financeiro
e. investimentos
f. depreciação
g. despesas operacionais
h. demonstrativo de resultado do projeto
i. fluxo de caixa do projeto
j. financiamentos (dívidas)
k. premissas financiamento
l. cálculo financiamento
m. demonstrativo de resultado alavancado
n. fluxo de caixa alavancado
o. seguros e garantias

Desta forma, o **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL** foi desenvolvido com base nas melhores práticas do mercado, segue as características do Contrato de Concessão Patrocinada e inclui as projeções estabelecidas ao longo dos 30 (trinta) anos de prazo contratual, contemplando todos os direitos e obrigações contratuais.

Neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL** foram considerados os seguintes municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO:** (i) Ibotirama; (ii) Paratinga; (iii) Morpará; (iv) Muquém do São Francisco; e (v) Oliveira dos Brejinhos.

Os ativos operacionais a serem implantados deverão atender à demanda de resíduos urbanos dos Municípios abrangidos pelo Contrato pelo período mínimo de 30 (trinta) anos. Além da central de valorização de resíduos (**CVR**), deverá ser construída no mesmo terreno uma unidade de compostagem, Ecopontos, pontos de entrega voluntária (**PEVs**), uma unidade de tratamento térmico de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e uma unidade de tratamento dos resíduos da construção civil e demolição (**URCD**), bem como outros ativos operacionais correlatos.

A previsão é que os ativos operacionais sejam implantados em uma gleba cerca de 31 (trinta e um) hectares com capacidade para absorver a produção gerada em 30 (trinta) anos nos Municípios.

Sempre em linha com a proposta técnica, destaca-se que a área proposta deverá contar com todos os sistemas e instalações necessários à sua adequada operação e controle técnico e ambiental, envolvendo:

- Áreas específicas para disposição e tratamento de resíduos sólidos (**RDO**, **RPU**, **RSS** e **RCD**);
- Ecopontos;
- Pontos de Entrega Voluntária (PEVs);
- Caixa compactadoras estacionárias para atendimento a feiras livres e mercados públicos;
- Contêineres para acondicionamento temporário de resíduos sólidos em vias e logradouros;
- Unidade de Tratamento Térmico dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS);
- Unidade de valorização de resíduos da construção civil e demolição (RCD);
- Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (UCO);
- Trilha ecológica;
- Horta Orgânica;
- Viveiro de Mudas;
- Centro de Educação Ambiental e Experiências Sustentáveis;
- Sistema de drenagem de águas pluviais;
- Unidade de guarita, balança, pátio para manutenção e bloco administrativo;
- Urbanização da área, vias de acesso principais e secundários e cercamento de toda extensão do empreendimento;
- Sistema de controle e preservação ambiental;
- Planejamento de utilização e encerramento da área.

# 2. DESCRIÇÃO DA CONCESSÃO

**DADOS DA CONCESSÃO**

| | |
|---|---|
| **PODER CONCEDENTE:** | **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")** |
| **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** | Concorrência Pública Nacional com Possibilidade de Empresa Estrangeira |
| **PRAZO DE CONCESSÃO:** | 30 (trinta) anos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-C RPU (R$/TON):** | R$227,78/ton de resíduos públicos urbanos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-D RPU (R$/TON):** | R$85,00/ton de resíduos públicos urbanos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-C RCD (R$/TON):** | R$227,78/ton de resíduos da construção civil e demolição |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-D RCD (R$/TON):** | R$85,00/ton de resíduos da construção civil e demolição |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP RSS (R$/KG):** | R$19,20/kg de resíduos dos serviços de saúde |
| **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRANSFERÊNCIA, TRIAGEM, TRATAMENTO, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) – TUF-D (R$/M³)** | R$3,81 (três reais e oitenta e um centavos) por metro cúbico de água faturada para remuneração dos serviços de transferência, triagem, tratamento reciclagem e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO), coleta seletiva (CS), programas socioambientais e atividades correlatas. |
| **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) – TUF-C (R$/M³)** | R$2,33 (dois reais e trinta e três centavos) por metro cúbico de água faturada para remuneração dos serviços de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (RDO). |
| **REALIZAÇÃO DE OBRA E MELHORIAS:** | Modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da exploração e prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), programas socioambientais e coleta seletiva (**CS**), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**. |

| | |
|---|---|
| **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS:** | Menor valor da tarifa do serviço a ser prestado |
| **CAPITAL SOCIAL TOTAL PREVISTO EM PROJETO:** | R$ 6.397.735 (seis milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta cinco reais) |

## 3. RECEITAS

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL (PNR)** considera, como forma de remuneração da Concessionária, a combinação de 3 (três) tipologias distintas de receitas, a saber:

(i) Tarifas do Usuário Final (**TUF**);
(ii) Tarifas do Ente Público (**TEP**); e
(iii) Receitas acessórias (**RA**).

As **TARIFAS DO USUÁRIO FINAL** (**TUF**) destinam-se à remuneração direta e exclusiva dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares (**RDO**), quando prestados aos usuários finais.

A **TUF** constitui a principal base remuneratória da Concessionária para os serviços relativos ao **RDO**, subdividindo-se em **TUF-D** (remuneração dos serviços obrigatórios de triagem, transferência, tratamento e destinação final de **RDO**) e **TUF-C** (remuneração dos serviços opcionais de coleta e transporte de **RDO**).

A **TUF-D** será devida a partir do início da operação, que ocorrerá no primeiro ano de concessão, obedecendo as previsões de implantação do serviço definidas no Contrato e seus Anexos.

A **TUF-C** somente será devida a partir da formalização da adesão, pelos Municípios, à prestação dos serviços de coleta e transporte de **RDO** pela Concessionária.

As **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**) destinam-se à remuneração direta e exclusiva dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos serviços de saúde (**RSS**) e públicos urbanos (**RPU**), quando gerados por estabelecimentos e atividades públicas.

A **TEP** será devida pelos Municípios que formalizem a adesão à prestação desses serviços pela Concessionária.

As **RECEITAS ACESSÓRIAS** (**RA**) poderão ser obtidas através da execução de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, nos termos autorizados pelo Contrato de Concessão.

Incluem-se dentre as potenciais fontes de **RA** a prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final de **RDO**, **RSS** e **RCD** de grandes geradores privados.

Na hipótese de não implementação do regime de cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus a subsídio dos Municípios, com a finalidade de complementar a remuneração dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares **(RDO)**.

Esse subsídio somente será devido quando o inadimplemento dos usuários for superior a 9,5% em cada período de apuração, conforme os termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão e seus Anexos.

Esse valor será cobrado por tonelada, independentemente do município de origem dos resíduos, tendo em vista os custos de implantação, operação e manutenção da estação de transferência (transbordo) de resíduos (ETR) e das demais infraestruturas associadas à destinação final.

Tal cobrança não se aplica nas hipóteses em que a Concessionária for contratada também para esses serviços, os quais serão precificados e cobrados individualmente dos clientes públicos.

### 3.1. TARIFAS DO USUÁRIO FINAL (TUF)

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** deverão ser apresentadas com deságio corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária previstos a seguir:

- A título de **TUF-D:** R$3,81 (três reais e oitenta e um centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços obrigatórios de transferência (transbordo), reciclagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliares (**RDO**), coleta seletiva (**CS**), programas socioambientais e atividades correlatas;

- A título de **TUF-C:** R$2,33 (dois reais e trinta e três centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços opcionais de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (**RDO**), com caminhões compactadores, tratores compactadores, quadriciclos com reboque, caminhão basculante do tipo caçamba, ciclomotores (triciclos de carga) e disponibilização de contentores;

### 3.2. TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEP)

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** deverão ser apresentadas com deságio corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária previstos a seguir:

- R$85,00 (oitenta e cinco reais) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por tonelada, dos serviços de triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**) oriundo dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo, da coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis e programa *"cata bagulho"***;**

- R$227,78 (duzentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por tonelada, dos serviços de coleta e transporte da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**) oriundo dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo, da coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis e programa *"cata bagulho"***;**

- R$19,20 (dezenove reais e vinte centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por quilograma, dos serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**)**;**

### 3.3. RECEITAS ACESSÓRIAS

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, conforme autorizado no Contrato de Concessão e seus Anexos, o que inclui a comercialização, junto aos grandes geradores privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de **RDO**, **RCD** e **RSS** em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores, e dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.

As receitas acessórias serão revertidas à modicidade tarifária, na forma estabelecida no Contrato de Concessão, servindo também para consideração na aferição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

## 4. PROJEÇÃO DE DEMANDA

Com um total de 98.749 habitantes (IBGE 2022) dos Municípios consorciados ao **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, estima-se que haverá uma produção média de aproximadamente 29.916 toneladas/ano de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**), de acordo com os parâmetros e diretrizes da **ABREMA** (anteriormente **ABRELPE**).

Atualmente os resíduos sólidos domiciliares do município não são destinados a aterro sanitário. Os aterros sanitários privados licenciados mais próximos dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** estão nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos *joint ventures* das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA (GVC HOLDING S/A)**, **AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA**.

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (ETR),

acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras localidades.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Desse modo, com intuito de promover a competitividade e a eficiência logística, o estudo considerou a implantação e operação de ETRs, possibilitando o transporte racionalizado dos resíduos a qualquer uma das unidades existentes no Estado da Bahia.

A solução encontrada para o problema foi a construção de diversos ativos operacionais à exemplo da Estação de Transferência de Resíduos (ETR), Ecopontos, Pontos de Entrega Voluntaria (PEVs), Unidade de Compostagem (UCO), Unidade de Valorização dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD), dentro outros investimentos com o intuito de gerar uma redução da quantidade de resíduos sólidos a ser transportado ao aterro sanitário fruto do projeto.

- **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Dentro do processo de implantação e operação do sistema integrado de gestão de resíduos sólidos (**SIGRS**), as seguintes diretrizes devem ser observadas pela **CONCESSIONÁRIA**:

  - Deverá a concessionária atender às diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas por meio da Lei nº 11.445/2007;
  - Deverá a concessionária atender às metas de curto, médio e longo prazo apresentadas no presente documento, que foram estabelecidas com base na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
  - Deverá a concessionária atender à Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
  - Deverá a concessionária atender ao Decreto Federal nº 10.936, de 12

de janeiro de 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os serviços a serem prestados pela Concessionária são os seguintes:

a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (**CVR**), denominada Parque do Sol Velho Chico;

a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

a.2) Projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós encerramento da célula de aterramento de rejeitos.

a.3) Implantação e operação dos serviços de gestão comercial e atendimento aos usuários dos serviços de resíduos sólidos, ofertando os serviços de leitura, cálculo, emissão e entrega de contas de consumo, serviços de cobrança e cadastro dos usuários.

b) Implantação, operação e manutenção dos serviços de manejo de Resíduos:

b.1) Operação e manutenção de Estação de Transferência (Transbordo) de Resíduos Sólidos;

b.2) Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos oriundos de feiras livres e mercados públicos com o uso de equipamentos do tipo caminhão *roll-on roll-off* e contêineres estacionários do tipo caixas compactadoras de no mínimo 17 m³

b.3) Equipe para coleta, programa e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, através da implantação de programa *"cata bagulho"*, *"cata treco"* ou similar.

c) Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas);

d) Programa Socioambiental:

d.1) Educação Ambiental;

d.2) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão;

d.3) Programa de Capacitação do Poder Público para os entes envolvidos nos serviços a serem concedidos;

e) Coleta seletiva:

e.1) Implantação e operação de Ecopontos, contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo município;

e.2) Implantação e operação de pontos de entrega voluntária (**PEVs**), contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo município;

f) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso, em caso de adesão pelos Municípios, nos termos e instrumento específico anexo ao Contrato;

f.1) Coleta e transporte manual e mecanizada de resíduos domiciliares em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso (**RDO**), com adoção de equipamentos do tipo caminhões compactadores de 15 m³ com monitoramento via GPS e videomonitoramento, tratores compactadores, caminhões basculantes do tipo caçamba, quadriciclos com reboque, ciclomotores (triciclo de carga) e disponibilização de contêineres estacionários de 4,2 m³ e 1,2 m³;

g) Triagem, Transbordo (Transferência), Tratamento e Destinação Final Ambientalmente Adequada de **RDO**;

h) Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde (**RSS**), em caso de adesão dos

Municípios, com ação de tecnologia de tratamento térmico através de Autoclave ou tratamento similar previsto em norma para Resíduos do Serviço de Saúde (**RSS**);

i) Coleta e transporte de resíduos sólidos da Construção Civil e Demolição (**RCD**) gerados pelos estabelecimentos e atividades públicas, de modo manual e mecanizado, com o uso de comboio com caminhões basculantes e pás carregadeiras, em caso de adesão dos Municípios;

j) Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos da Construção Civil e Demolição (**RCD**), com operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (**URCD**);

k) Estudo, projeto, licenciamento, implantação e operação da Unidade de Geração de Energia;

m) Serviço de coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos oriundos dos serviços de limpeza pública urbana (**RPU**), em caso de adesão dos Municípios.

**a. RESÍDUOS DOMICILIARES**

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Estima-se que em 2025 serão coletadas, nos municípios integrantes do projeto, aproximadamente 29.916 toneladas de resíduos.

Com base no último censo, a população total das localidades integrantes dos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto teve projeção estimada de 98.749 habitantes (IBGE 2025). Essa população dos Municípios

gera uma média per capita de 0,83 kg/hab/dia de resíduos, que são mais destinados no aterro sanitário, localizado no seu município.

O valor médio calculado está compatível com a média regional do **PANORAMA ABRELPE** e com a média de 0,83 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do MDR (2010), para municípios entre 50 e 100 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado índice de população residente na zona urbana, que possui a mesma frequência de coleta superior às das áreas rurais.

Nas zonas rurais dos Municípios, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização como adubo ou para alimentação dos animais são levados para queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução dos resíduos.

- **CARACTERIZAÇÃO DOS RDO GERADOS**

Para análise do potencial de aproveitamento de **RDO** no Brasil, a análise gravimétrica realizada em 2020 pela **ABREMA** (anteriormente **ABRELPE**) através do Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil, aponta que, dos 100% de resíduos gerados, 45,3% são de materiais orgânicos, 14,1% são materiais rejeitos, 16,8% são materiais plásticos, 10,40% são materiais papel e papelão, 5,60% são materiais de embalagens multicamadas, 2,7% são materiais de vidro, 2,3% são materiais de metais, 1,4% são materiais têxteis, couros e borrachas e

1,4% são outros materiais. Com relação ao potencial de aproveitamento dos resíduos **RDO** nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, a análise gravimétrica demostra que:

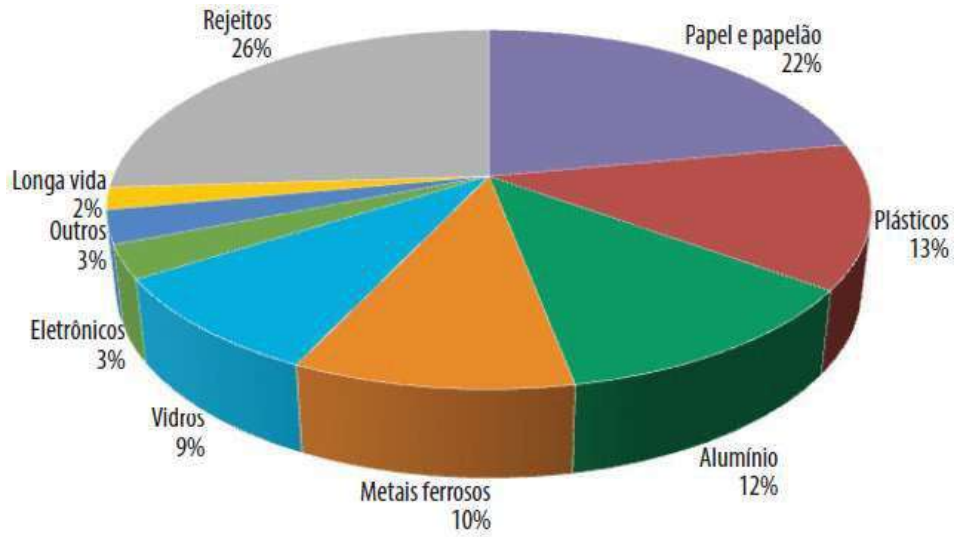



Figura 2 –Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente

Fonte: CEMPRE Review (2019), com dados de 2017

Verifica-se que parcela significativa dos resíduos coletados seletivamente é composta por papel, papelão e plástico, que representam 35% do total. Observa-se, ainda, que os rejeitos correspondem a cerca de 26% do total, o que denota a necessidade de se aprimorar a separação dos resíduos na fonte geradora, uma vez que isso possibilita otimizar a coleta, bem como transportar um maior volume de materiais recicláveis e um volume menor de rejeitos, facilitando a triagem dos materiais e reduzindo os custos do sistema (BESEN et al., 2017).

- **MATÉRIA ORGÂNICA**
  - Contempla sobras e perdas de alimentos, resíduos verdes e madeiras.

- **TÊXTEIS, COUROS E BORRACHAS**
  - Inclui retalhos no geral, peças de roupas, calçados, mochila, tênis,

pedaços de couro e borracha.

- **EMBALAGENS MULTICAMADAS**
  - Consistem em embalagens compostas por mais de um tipo de material.

- **REJEITOS**
  - Incluem resíduos sanitários, outros materiais que não foram passíveis de identificação, bem como recicláveis contaminados que não permitiram a separação.

- **OUTROS**
  - Contempla os resíduos identificados e que não deveriam estar no fluxo de RSU, eletroeletrônicos, pilhas e baterias, resíduos perigosos, RCD, pneus, óleos e graxas, embalagens de agrotóxico e outros resíduos perigosos.

### b. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

Para dimensionar os resíduos da construção civil e demolição gerados nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **15.569** toneladas de **RCD**.

### c. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)

Para dimensionar os resíduos dos serviços de saúde gerados nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os

dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **8.641** quilogramas de **RSS**.

**d. RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU)**

Para dimensionar os resíduos públicos urbanos gerados nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos públicos urbanos (**RPU**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **7.480** toneladas de **RPU**.

## 5. PROJEÇÃO DE RECEITAS

### Tabela 3 – Projeção da Receita Ano 1 ao Ano 10

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **26.993.199** | **27.671.175** | **28.468.569** | **29.401.584** | **30.489.328** | **31.754.493** | **32.269.597** | **32.314.555** | **32.350.267** | **32.375.898** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.703.685 | 1.708.725 | 1.713.358 | 1.717.568 | 1.721.339 | 1.724.658 | 1.727.520 | 1.729.927 | 1.731.839 | 1.733.211 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 635.759 | 637.640 | 639.369 | 640.940 | 642.347 | 643.586 | 644.654 | 645.552 | 646.265 | 646.777 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 165.898 | 166.389 | 166.840 | 167.250 | 167.617 | 167.941 | 168.219 | 168.454 | 168.640 | 168.773 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.546.345 | 3.556.836 | 3.566.481 | 3.575.244 | 3.583.093 | 3.590.003 | 3.595.960 | 3.600.970 | 3.604.949 | 3.607.806 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.323.379 | 1.327.294 | 1.330.894 | 1.334.163 | 1.337.092 | 1.339.671 | 1.341.894 | 1.343.763 | 1.345.249 | 1.346.314 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 8.097.940 | 8.368.788 | 8.689.655 | 9.067.261 | 9.509.521 | 10.025.822 | 10.233.332 | 10.247.589 | 10.258.913 | 10.267.042 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 13.226.118 | 13.668.486 | 14.192.547 | 14.809.281 | 15.531.610 | 16.374.868 | 16.713.788 | 16.737.074 | 16.755.570 | 16.768.846 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (2.112.055) | (2.155.770) | (2.158.773) | (2.161.159) | (2.162.871) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUO | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(3.932.896)** | **(4.036.189)** | **(4.158.453)** | **(4.300.859)** | **(4.468.850)** | **(4.664.329)** | **(4.743.673)** | **(4.750.227)** | **(4.755.363)** | **(4.755.225)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (2.497.940) | (2.564.482) | (2.643.496) | (2.735.274) | (2.844.219) | (2.971.002) | (3.022.405) | (3.026.561) | (3.029.792) | (3.028.287) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.434.956) | (1.471.708) | (1.514.957) | (1.565.585) | (1.624.631) | (1.693.327) | (1.721.268) | (1.723.666) | (1.725.571) | (1.726.938) |

### Tabela 4 – Projeção da Receita Ano 11 ao Ano 20

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **32.391.455** | **32.396.932** | **32.392.324** | **32.377.672** | **32.353.005** | **32.318.317** | **32.273.568** | **32.218.833** | **32.154.326** | **32.080.241** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.734.044 | 1.734.337 | 1.734.090 | 1.733.306 | 1.731.985 | 1.730.128 | 1.727.733 | 1.724.803 | 1.721.349 | 1.717.383 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 647.088 | 647.197 | 647.105 | 646.813 | 646.320 | 645.627 | 644.733 | 643.640 | 642.351 | 640.871 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 168.855 | 168.883 | 168.859 | 168.783 | 168.654 | 168.473 | 168.240 | 167.955 | 167.618 | 167.232 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.609.539 | 3.610.150 | 3.609.636 | 3.608.003 | 3.605.255 | 3.601.389 | 3.596.403 | 3.590.303 | 3.583.115 | 3.574.859 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.346.961 | 1.347.189 | 1.346.997 | 1.346.388 | 1.345.362 | 1.343.920 | 1.342.059 | 1.339.783 | 1.337.101 | 1.334.020 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 10.271.975 | 10.273.712 | 10.272.251 | 10.267.604 | 10.259.782 | 10.248.782 | 10.234.591 | 10.217.233 | 10.196.777 | 10.173.283 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 16.776.903 | 16.779.740 | 16.777.353 | 16.769.765 | 16.756.988 | 16.739.022 | 16.715.844 | 16.687.495 | 16.654.084 | 16.615.712 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUO | Total | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(4.757.269)** | **(4.757.764)** | **(4.757.064)** | **(4.754.837)** | **(4.751.088)** | **(4.745.816)** | **(4.739.015)** | **(4.730.696)** | **(4.720.892)** | **(4.702.516)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (3.029.501) | (3.029.704) | (3.029.249) | (3.027.804) | (3.025.371) | (3.021.949) | (3.017.535) | (3.012.136) | (3.005.773) | (2.991.348) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.727.768) | (1.728.060) | (1.727.815) | (1.727.033) | (1.725.717) | (1.723.867) | (1.721.480) | (1.718.561) | (1.715.120) | (1.711.168) |

## Tabela 5 – Projeção da Receita Ano 21 ao Ano 30

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **31.996.590** | **31.903.311** | **31.800.498** | **31.688.290** | **31.566.806** | **31.436.093** | **31.296.172** | **31.147.114** | **30.988.992** | **30.821.891** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.712.905 | 1.707.911 | 1.702.407 | 1.696.400 | 1.689.897 | 1.682.899 | 1.675.409 | 1.667.429 | 1.658.964 | 1.650.019 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 639.200 | 637.336 | 635.282 | 633.041 | 630.614 | 628.003 | 625.207 | 622.230 | 619.071 | 615.733 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 166.796 | 166.310 | 165.774 | 165.189 | 164.556 | 163.874 | 163.145 | 162.368 | 161.544 | 160.673 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.565.538 | 3.555.143 | 3.543.686 | 3.531.182 | 3.517.645 | 3.503.079 | 3.487.487 | 3.470.876 | 3.453.256 | 3.434.635 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.330.541 | 1.326.662 | 1.322.387 | 1.317.721 | 1.312.669 | 1.307.234 | 1.301.415 | 1.295.217 | 1.288.641 | 1.281.693 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 10.146.756 | 10.117.175 | 10.084.571 | 10.048.987 | 10.010.462 | 9.969.011 | 9.924.639 | 9.877.370 | 9.827.226 | 9.774.235 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 16.572.386 | 16.524.073 | 16.470.822 | 16.412.704 | 16.349.783 | 16.282.081 | 16.209.610 | 16.132.406 | 16.050.508 | 15.963.960 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUOTAS | Total | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(4.689.802)** | **(4.675.626)** | **(4.660.000)** | **(4.642.494)** | **(4.624.030)** | **(4.604.165)** | **(4.582.899)** | **(4.560.245)** | **(4.535.991)** | **(4.432.305)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (2.983.096) | (2.973.895) | (2.963.753) | (2.952.233) | (2.940.249) | (2.927.356) | (2.913.554) | (2.898.850) | (2.883.030) | (2.788.258) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.706.706) | (1.701.731) | (1.696.246) | (1.690.261) | (1.683.781) | (1.676.809) | (1.669.346) | (1.661.395) | (1.652.961) | (1.644.047) |

## 6. TRIBUTOS DIRETOS

Foi adotado durante todo o prazo de concessão o regime de tributação pelo Lucro Real. As alíquotas de impostos que incidem sobre as receitas previstas no **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** estão descritas na tabela abaixo:

| REGIME | LUCRO REAL |
|---|---|
| **IMPOSTOS** | Não Cumulativo |
| **PIS** | 1,65% |
| **ISS** | 5,00% |
| **COFINS** | 7,60% |

## 7. TRIBUTOS INDIRETOS

A análise considerou as regras para a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a partir do lucro societário apurado, conforme o IFRS promulgada pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, e consolidada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014.

O lucro decorrente do projeto estará enquadrado para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com base também no regime de Lucro Real. As alíquotas de tributos incidentes sobre o resultado consideradas foram:

| REGIME | LUCRO REAL |
|---|---|
| **IMPOSTOS** | Não Cumulativo |
| **IR** | 15,00% |
| **ADICIONAL IR** | 10,00% |
| **CSLL** | 9,00% |

A base de cálculo dos impostos (tributos indiretos) sobre o lucro para o Regime de Lucro Real incide sobre o lucro operacional bruto. A **CONCESSIONÁRIA** não considerou em seu ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA Referencial a obtenção de Incentivos de redução da alíquota do IRPJ.

## 8. PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)

## a. PLANO DE INVESTIMENTOS (CAPEX)

Neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram contemplados investimentos relativos a toda a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, especificamente aqueles referentes à infraestrutura e instalações operacionais dos serviços divisíveis de coleta, transporte, transbordo (transferência), triagem, tratamento e destinação final e tratamento de resíduos domiciliares (**RDO**), e coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), de resíduos públicos urbanos (**RPU**) e de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**).

As premissas que deram origem aos orçamentos do **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)** basearam-se nos requisitos definidos a partir dos elementos de projeto disponíveis, investigações de campo e principalmente da expertise das **PROPONENTES**, com larga experiência em coleta, transporte, triagem, bem como construção, manutenção e operação de aterros sanitários.

### i. RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Baseado nos itens previstos nas Diretrizes de elaboração do **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os investimentos previstos para todo o período da Concessão foram divididos em:

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos |
|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** |
| Balança RSS | 5.700 |
| Ecoponto | 550.000 |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 |

| | |
|---|---|
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** |
| PEV 2500 litros | 864.000 |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 |
| Triturador de vidro | 252.000 |
| Triturador de coco | 324.000 |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 |
| Contêiner 1,2m³ e 4,2 m³ | 2.138.400 |
| Bombona 200 litros | 240.000 |
| Bombona 50 litros | 60.000 |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** |
| Trator compactador | 582.000 |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 |
| Retroescavadeira | 1.050.000 |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 |
| Projetos executivos | 431.596 |
| Licenciamento ambiental e projetos dos PRADs | 809.846 |
| Execução PRADs | 8.919.269 |
| **Reembolsos B3 e Ressarcimentos dos Estudos** | **2.113.002** |

Os investimentos previstos ao longo da concessão neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram orçados seguindo parâmetros de mercado, pesquisas de preços junto a empresas especializadas e outras referências de preços disponíveis. O valor a ser investido nos primeiros cinco anos é de R$ 32.392.580,84 (trinta e dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) e conforme o passar dos anos, reinvestimentos em ativos moveis e imóveis, modernização, ampliação e reposição de infraestrutura operacional, bem como parque de máquinas e equipamentos serão realizados para repor equipamentos desgastados. Estes reinvestimentos totalizam R$ 90.592.760,52 (noventa milhões, quinhentos noventa e dois mil, setecentos e sessenta e um reais).

Com isso, o total destes investimentos é de R$ 122.985.341,36 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) base dezembro de 2025, e estão distribuídos ao longo da Concessão conforme o quadro resumo abaixo:

## Tabela 9 – Investimentos Ano 1 ao Ano 10

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **19.356.376** | **5.738.224** | **2.416.927** | **3.989.127** | **891.927** | **10.537.327** | **891.927** | **891.927** | **995.127** | **11.781.351** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **4.922.678** | **4.922.678** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | 4.922.678 | 4.922.678 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **5.700** | **1.525.000** | **1.525.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | 275.000 | 275.000 | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | 600.000 | 600.000 | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | 650.000 | 650.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **2.675.296** | **809.846** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | - | - | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

## Tabela 10 – Investimentos Ano 11 ao Ano 20

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **10.537.327** | **891.927** | **-** | **1.572.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **10.889.424** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **891.927** | **891.927** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | 891.927 | 891.927 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

**Tabela 11 – Investimentos Ano 21 ao Ano 30**

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **9.645.400** | **-** | **-** | **1.572.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **10.889.424** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** em questão optou por adotar para parte dos veículos, máquinas, equipamentos e implementos a serem utilizados no âmbito do contrato de concessão em questão a metodologia de locação desses equipamentos, passando assim a não inserir os mesmos no rol dos investimentos, a iniciativa em questão visou captar de maneira estratégica a oferta de alguns desses insumos fundamentais a operação com preços competitivos no mercado local, contemplando assim a economia local e trazendo uma melhora incremental no resultado do **PNR**. No caso do aterro sanitário, a remuneração prevista para destinação final contempla construção, implantação, operação e manutenção da referida unidade.

**Tabela 12 – Locação de Veículos**

| **Veiculos e máquinas operados através de locação (não incide depreciação)** | | | |
|---|---|---|---|
| Veículo para transporte de passageiros | locação | 2 | und |
| Caminhão basculante 6m³ | locação | 3 | und |
| Caminhão basculante 10m³ | locação | 3 | und |
| Veículo para coleta de RSS | locação | 1 | und |

Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelos investimentos com aquisição de terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação do aterro sanitário. No momento de elaboração da remuneração da destinação final ambientalmente adequada, foram acolhidas informações sobre os preços médios praticados no mercado nacional e estadual, de modo que a remuneração prevista para os serviços de construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário, bem como sua manutenção está devidamente elencado na linha de investimentos (**CAPEX**), custos e despesas (**OPEX**), conforme o item de destinação final inerente aos resíduos sólidos gerados pelos municípios, vide quadro descritivo abaixo:

**Tabela 13 – Total Custos Operacionais**

| **RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$** | **Total 30 anos** |
|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 |
| Tratamento e destinação Final | 135.034.841 |

| | |
|---|---|
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 |
| Mão de obra | 255.626.039 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 |
| Vassourão com cabo | 12.420 |
| Cone de sinalização | 23.184 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 |
| Outros insumos | 1.800 |
| Carrinho de mão | 5.760 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** |
| Obras Civis | 31.885.221 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 |

**Tabela 14 – Total Despesas Administrativas**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS R$ | Total 30 anos |
|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** |
| Consumo | 180.000 |
| Escritório | 180.000 |
| Impressos | 180.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 |
| Gestão de mídias digitais | 1.116.000 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** |
| **Administração Local** | **15.576.466** |

| | |
|---|---|
| Internet/Telefonia/GPS/Videomonitoramento | 3.380.040 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 |
| Assessoria Contábil/Jurídica | 2.960.100 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 |

## ii. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

As taxas de depreciação e amortização utilizada na análise, para fins de apuração base de cálculo do IRPJ e CSSL, como benefícios fiscais oriundos da realização dos investimentos empregados na Concessão pelo setor privado, seguem a legislação fiscal vigente Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, tendo como ponto de partida o lucro societário apurado conforme o IFRS.

No caso da depreciação e amortização, a base para apuração do lucro tributável seguirá às Normas Contábeis introduzidas pelo IFRS, que estabelece que as depreciações do Ativo Imobilizado e as amortizações do Intangível, que devem ser efetuadas tendo como base a vida útil econômica do bem (CPC – 27 Ativo Imobilizado e CPC – 04 Ativo Intangível), mas considerando as determinações da Lei 12.973/2014 e da IN 1.515/2014 para as adições e exclusões quando necessário.

Para os ativos do Imobilizado, a taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos.

Enquanto a identificação de um ativo na definição Intangível, conforme item 12 do CPC 04 – precisaria ser:

a) for separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
b) resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Sua taxa anual de amortização será definida de acordo com os itens 97 a 106 da CPC 04, que de forma resumida deve ser apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, ou seja, no caso das concessões pelo prazo do contratual. E a amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** seguiu estas previsões legais e normativas. Foi elaborado considerando projeções em moeda constante, mas não considerou o efeito da deflação para capturar o impacto da não correção dos custos com depreciação e amortização nas bases de cálculo do lucro real das empresas, para fins de apuração do IRPJ e CSSL.

Abaixo os prazos considerados no **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**, utilizando a metodologia de depreciação e amortização constante, dentro do prazo da concessão, após a disponibilidade efetiva e operacionalidade dos ativos.

**Tabela 15 – Prazo de amortização**

| ITEM | CATEGORIA | PRAZO DE AMORTIZAÇÃO (VIDA ÚTIL) |
|---|---|---|
| **CVR - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÃO** | CVR | 30 (TRINTA) ANOS OU 360 (TREZENTOS E SESSENTA) MESES |
| **ETR, CTM, CTMB e UCO - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÃO** | CVR | 30 (TRINTA) ANOS OU 360 (TREZENTOS E SESSENTA) MESES |

| | | |
|---|---|---|
| **PEVS e ECOPONTOS - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÂO** | INFRAESTRUTURA OPERACIONAL | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **CAMINHÕES e IMPLEMENTOS** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **TRICICLO DE CARGA** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **VEÍCULO LEVE** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** | MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 10 (DEZ) ANOS OU 120 (CENTO E VINTE) MESES |

## b. PLANO DE OPERAÇÃO (OPEX)

Os custos e despesas que serão detalhados a seguir contemplam os gastos necessários para a operação dos serviços públicos de **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS, A PARTIR DA COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CDS VELHO CHICO**, na data base de dezembro de 2025, em linha com o **CADERNO DE ENCARGOS** e os **CADERNOS** de **MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL** e **ESTUDO DE DEMANDA E ENGENHARIA**.

### i. DESPESAS OPERACIONAIS

Resumidamente, os custos e despesas projetados do 1º (primeiro) ao 30º (trigésimo) ano em valores constantes (R$) podem ser agrupados conforme tabela abaixo:

## Tabela 16 – Custos Operacionais Ano 1 ao Ano 10

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |

## Tabela 17 – Custos Operacionais Ano 11 ao Ano 20

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |

**Tabela 18 – Custos Operacionais Ano 21 ao Ano 30**

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |

**Tabela 19 – Despesas Administrativas Ano 01 ao Ano 10**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.148.415** | **1.152.090** | **1.204.415** | **1.209.478** | **1.215.382** | **1.222.252** | **1.225.046** | **1.225.286** | **1.225.476** | **1.225.613** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **168.200** | **168.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de midias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 | 60.000 | 60.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **143.496** | **147.171** | **151.496** | **156.559** | **162.463** | **169.333** | **172.127** | **172.367** | **172.557** | **172.694** |
| **Admnistração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **76.052** | **76.052** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 42.178 | 42.178 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |

**Tabela 20 – Despesas Administrativas Ano 11 ao Ano 20**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.225.696** | **1.225.725** | **1.225.701** | **1.225.622** | **1.225.491** | **1.225.306** | **1.225.067** | **1.224.775** | **1.224.431** | **1.224.036** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de midias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Beneficios | 3.144.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **172.777** | **172.806** | **172.781** | **172.703** | **172.572** | **172.387** | **172.148** | **171.856** | **171.512** | **171.117** |
| **Admnistração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |

**Tabela 21 – Despesas Administrativas Ano 21 ao Ano 30**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.223.590** | **1.223.092** | **1.222.544** | **1.221.945** | **1.221.297** | **1.220.600** | **1.219.854** | **1.219.059** | **1.218.215** | **1.217.324** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de midias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **170.671** | **170.173** | **169.625** | **169.026** | **168.378** | **167.681** | **166.935** | **166.139** | **165.296** | **164.405** |
| **Admnistração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **35.983** | **35.983** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 2.109 | 2.109 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |

## ii. MÃO DE OBRA

A Estrutura Organizacional da **CONCESSIONÁRIA** foi desenhada e prevista considerando uma equipe capaz de operar e monitorar os serviços exigidos pelo Poder Concedente, de modo a garantir a execução do **CONTRATO**.

Aos valores salariais foram adicionados os tributos incidentes e demais encargos patronais, estimados de acordo com os itens discriminados na tabela abaixo, praticados pelas empresas concessionárias atuantes no mercado brasileiro e/ou previstos em acordo coletivo com as categorias respectivas ou sindicatos de trabalho:

**Tabela 22 – Composição dos Encargos Sociais e Trabalhistas**

| ENCARGOS E BENEFICIOS | PREMISSAS |
|---|---|
| **ENCARGOS TRABALHISTAS PESSOAL OPERACIONAL** | **83,49%** |
| **SEGURO DE VIDA** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário |
| **CAFÉ DA MANHÃ** (52 X R$/UND) | R$ valor mensal por funcionário |
| **ASSISTÊNCIA MÉDICA** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário |
| **EXAMES PERIÓDICOS/ADM/DEMISSIONAIS** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário |
| **VALE TRANSPORTE** (52 X TARIFA TRANSP) | R$ valor por funcionário x 52 |
| **ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA** | R$ valor mensal por funcionário |
| **VALE ALIMENTAÇÃO** (26 X VALOR DO VALE REFEIÇÃO) | |

| COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | |
|---|---|---|
| | | |
| **GRUPO "A"** | | |
| INSS | 20,00% | Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91 |
| SESI OU SESC | 1,50% | Artigo 15 Lei 8036 /90 e Art.7º Inciso III CF/88 |
| SENAI OU SENAC | 1,00% | Artigo 3º Lei 8.036/90 |
| INCRA | 0,20% | Decreto 2.318/86 |
| Salário Educação | 2,50% | Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90 |
| FGTS | 8,00% | Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70 |
| Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS | 3,00% | Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82 |
| SEBRAE | 0,60% | Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00 |
| **TOTAL GRUPO "A"** | **36,80%** | |
| **GRUPO "B"** | | |
| Férias | 9,37% | Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII |
| Auxílio-doença | 2,87% | Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art.201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999 |
| Licença paternidade/maternidade | 0,02% | Artigo 7 Inciso XIX CF/88 |

| | | |
|---|---|---|
| Falta legais | 0,54% | Artigo 473 e 822 da CLT |
| Acidente de trabalho | 0,33% | Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT |
| Aviso prévio trabalhado | 0,06% | Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88 |
| Treinamento | 0,34% | IN 05 do MET e Item XXII da CF/88 |
| 1/3 Férias Constitucional | 3,12% | Artigo 7, Inciso XVII CF/88 |
| 13º Salário | 9,37% | Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art.7 CF 88 |
| **TOTAL GRUPO "B"** | **26,02%** | |
| **GRUPO "C"** | | |
| Aviso Prévio Indenizado (*já incluídos os efeitos da Lei 12.506*) | 4,66% | Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88 |
| FGTS s/ Aviso Prévio | 0,28% | Sumula 305 TST |
| Reflexos no Aviso Prévio Indenizado | 0,70% | Decreto 6727/2009 |
| Multa FGTS | 3,93% | Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988 |
| Contribuição Social 10% s/FGTS | 0,98% | Artigo 1º Lei complementar 110/01 |
| Indenização Adicional | 0,09% | Artigo 9 Lei 7238/1984 |
| **TOTAL GRUPO "C"** | **10,64%** | |
| **GRUPO "D"** | | |
| Incidência do GRUPO "A" sobre o GRUPO "B" | 9,57% | Artigo 28 Lei 8.212/91 |
| Incidência sobre o Salário Maternidade | 0,46% | Artigo 56 DA IN 80 PREV.Soc. |
| **TOTAL GRUPO "D"** | **10,03%** | |
| **TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | **83,49%** | |

## 9. PREMISSAS DE FINANCIAMENTO

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** prevê que a possibilidade captação de financiamento total de R$23.313.484,48 (vinte e três milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), base julho de 2026, a ser realizado durante todo o período contratual. Desse modo, as obras, ativos operacionais e investimentos serão financiados em parte pelo próprio fluxo operacional do projeto, por aportes de capital e o restante será obtido por meio de contratação de financiamentos. Os Financiamentos considerados no presente **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** consideraram recursos captados através de linhas de crédito FNE Pro Infra (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) do Banco do Nordeste (BNB) para Projetos de Saneamento, Mobilidade Urbana, Rodovias, Ferrovias e Hidrovias.

Para efeito de cálculo neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram consideradas as seguintes premissas:

| ITENS | PREMISSAS |
|---|---|
| **ALAVANCAGEM** | 35,63% dos investimentos elegíveis |
| **MONTANTE TOTAL** | R$ 23.313.484,48 (vinte e três milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) |
| **CARÊNCIAS** | 3 (três) anos ou 36 (trinta e seis) meses |
| **PRAZO TOTAL** | 18 (dezoito anos) |
| **JUROS** | Taxa Referencial FNE de acordo com instrução normativa do BNB, disponível em www.bnb.gov.br |

Destaca-se que as projeções de juros, a exemplo de todas as projeções feitas que não consideraram a projeção de Inflação, foram feitas em moeda constante.

Considerando as premissas acima, as Projeções de Serviço de Dívida foram as seguintes:

**Tabela 24 – Captações**

| *Operações a Contratar - Captações* | *TOTAL* | *Ano 1 2026* | *Ano 2 2027* | *Ano 3 2028* | *Ano 4 2029* | *Ano 5 2030* | *Ano 6 2031* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Operação 01 | 11.654.462 | 11.654.462 | - | - | - | - | - |
| Operação 02 | 3.942.702 | - | 3.942.702 | - | - | - | - |
| Operação 03 | 7.716.320 | - | - | - | - | - | 7.716.320 |
| **TOTAL** | **23.313.484** | **11.654.462** | **3.942.702** | **-** | **-** | **-** | **7.716.320** |

## 10. SEGUROS E GARANTIAS

Durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, a Concessionária manterá em vigor, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil pela Superintendência de Seguros Privados (**SUSEP**), as apólices de seguro indicadas, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de decretação de caducidade da Concessão.

As apólices de seguro a serem obtidas são as seguintes: Seguro Operacional; Seguro de Responsabilidade Civil; Seguro de riscos de engenharia.

Além disso, o particular deverá prestar Garantia de Execução do Contrato nos valores definidos no Contrato de Concessão, cuja data de referência é o ano de 2026. Segue abaixo o quadro resumo com as premissas adotadas para cada caso:

**Tabela 25 – Premissas Seguros e a Garantia de Execução do Contrato**

| SEGURO E GARANTIA | CUSTO FINANCEIRO |
|---|---|
| GARANTIA DO CONTRATO | ***0,420%*** |
| RISCO DE ENGENHARIA | ***0,080%*** |
| RESPONSABILIDADE CIVIL | ***0,078%*** |
| RISCO OPERACIONAL | ***0,017%*** |

A base de apuração dos prêmios e coberturas considera que: (**i**) A Garantia de Contrato incide sobre o valor total do Contrato; (**ii**) O Risco de Engenharia incide sobre o valor da obra; (**iii**) O Seguro de Responsabilidade Civil incide sobre a média de Receita da **CONCESSÃO** e (**iv**) o Seguro de Risco Operacional incide sobre a média de Receita da **CONCESSÃO** ao longo dos anos.

**Tabela 26 – Garantia de Execução do Contrato**

| GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ***PERÍODO CONTRATUAL*** | **Ano de início** | **%** | **Valor do Contrato** | **Valor da Garantia** |
| ***0-2*** | *1* | *1,00%* | *1.004.249.630* | *10.042.496* |
| ***2-10*** | *3* | *0,50%* | *1.004.249.630* | *5.021.248* |
| ***11-20*** | *11* | *0,25%* | *1.004.249.630* | *2.510.624* |
| ***20-28*** | *21* | *1,00%* | *1.004.249.630* | *10.042.496* |
| ***28-30*** | *29* | *0,05%* | *1.004.249.630* | *502.125* |

## 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir apresentamos os principais demonstrativos projetados que compõem o **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**. O estudo aqui apresentado projeta os resultados e fluxos de caixa esperados da exploração do contrato que definirão os retornos esperados no horizonte temporal de 30 (trinta) anos de operação que equivale à duração estabelecida para o seu Contrato de Concessão, incluindo 1 ano de implantação.

Estas demonstrações foram elaboradas conforme as premissas apresentadas na Parte II, que, por sua vez, refletem a proposta técnica e incluíram, principalmente:

a) As previsões de Tarifa do Usuário Final e Tarifa do Ente Público

b) Projeções de volume de destinação final e manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (**RDO**, **RPU**, **RCD** e **RSS**);

c) Carga tributária incidente sobre as receitas, investimentos e os lucros;

d) Projeções de custos e despesas operacionais e administrativas, refletindo os aspectos organizacionais e societários, incluindo toda a organização para a prestação do serviço objeto da concessão;

e) Cronograma físico-financeiro dos investimentos programados para a implantação dos ativos operacionais;

f) Taxas de amortização e depreciação dos investimentos;

g) Condições das linhas de financiamento e necessidades de aportes;

- **PREMISSAS DE CUSTO DE CAPITAL**

Para o cálculo da estrutura de capital, optou-se pela utilização de uma amostra de empresas no mercado global, disponibilizada por *Aswath Damodaran*, referente ao setor de *Environmental & Waste Services*.

Conforme a metodologia utilizada, o custo de capital (WACC) corresponde a uma taxa real de 11,86% ao ano, referente à média ponderada do custo do capital próprio e do custo do capital terceiros

**Tabela 27 – WACC**

| **WACC** | |
|---|---|
| **CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL** | 11,86% |
| **METODOLOGIA:** | *WACC:*<br>$WACC = \{[D \div (D + E)] * [(1 - Tm) * Kd]\} + [E \div (D + E) * Ken]$<br>*Sendo:*<br>$D$ = valor de dívida;<br>$E$ = valor de capital próprio; |

$Tm$ = taxa marginal de imposto;

$Kd$ = custo da dívida; e

$Ken$ = custo de capital próprio nominal.

*Custo de Capital Próprio Nominal ($Ken$):*

Utilizado o método do CAPM (*Capital Asset Pricing Model* ou Modelo de Precificação de Ativos de Capital) adaptado para os casos em que o mercado norte-americano é utilizado como base para o cálculo do retorno em outro país:

$Ken = [Rf + \beta * (Rm - Rf) + Rp] + (iBRA - iEUA)$

*Sendo:*

$Ken$ = custo de capital próprio nominal;

$Rf$ = retorno histórico do ativo livre de risco EUA;

$\beta$ = sensibilidade da 'cota/ação' da empresa em relação ao mercado de ações;

$Rm$= retorno da carteira de mercado EUA;

$Rp$ = risco país;

iBRA = inflação projetada no Brasil; e

iEUA = inflação projetada nos Estados Unidos.

| | |
|---|---|
| **E – PROPORÇÃO DO VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO:** | 86,13% |
| **D – PROPORÇÃO DO VALOR DE DÍVIDA:** | 13,87% |

- **WACC**

| | |
|---|---|
| **» Custo do Capital Médio Ponderado - Nominal** | **16,16%** |
| **» Custo do Capital Médio Ponderado - Real** | **11,86%** |
| **Inflação** | |
| Inflação EUA | 2,73% |
| Inflação Brasil | 3,84% |
| Diferencial de Inflação | 1,09% |
| **Custo do Capital Próprio** | |
| Taxa Livre de Risco - EUA (Rf) | 2,05% |
| Risco País - Brasil | 2,75% |
| Retorno Histórico de Mercado - EUA (Rm) | 14,82% |
| Industry Risk Premium (IRP) » Prêmio para o Risco de Mercado (Rm - Rf) | 12,77% |
| Beta Desalavancado (βu) | 80,19% |
| Beta Realavancado (βl) | 88,72% |
| Ke \| US Nominal | 18,13% |
| Ke \| BRL Nominal | 17,39% |
| Ke \| BRL Real | 13,05% |
| **Custo do Capital de Terceiros** | |
| Custo da Dívida Antes de Impostos \| BRL Nominal | 12,84% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| US Nominal | 7,31% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| BRL Nominal | 8,47% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| BRL Real | 4,46% |
| **Tributos** | |
| IR + CSLL | 34,00% |
| **Estrutura de Capital** | |
| Debt / Total Capital (D) | 13,87% |
| Equity / Total Capital (E) | 86,13% |
| Debt / Equity | 16,11% |

## a. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Tabela 28 – DRE DO PROJETO Ano 1 ao Ano 10

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | 248.209.905 | 941.691.094 | 26.993.199 | 27.671.175 | 28.468.569 | 29.401.584 | 30.489.328 | 31.754.493 | 32.269.597 | 32.314.555 | 32.350.267 | 32.375.898 |
| (+) Receita Principal | 264.526.783 | 1.004.249.630 | 28.699.123 | 29.434.157 | 30.299.145 | 31.311.707 | 32.492.618 | 33.866.548 | 34.425.367 | 34.473.328 | 34.511.425 | 34.538.769 |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 7.465.859 | 7.478.247 | 7.488.666 | 7.496.942 | 7.502.882 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 26.400.690 | 26.947.120 | 26.984.662 | 27.014.484 | 27.035.887 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (16.316.878) | (62.558.537) | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (2.112.055) | (2.155.770) | (2.158.773) | (2.161.159) | (2.162.871) |
| (-) Tributos | (36.365.051) | (137.990.580) | (3.932.896) | (4.036.189) | (4.158.453) | (4.300.859) | (4.468.850) | (4.664.329) | (4.743.673) | (4.750.227) | (4.755.363) | (4.755.225) |
| (=) Receita Líquida | 211.844.854 | 803.700.513 | 23.060.302 | 23.634.986 | 24.310.115 | 25.100.725 | 26.020.478 | 27.090.164 | 27.525.924 | 27.564.328 | 27.594.903 | 27.620.672 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (159.566.670) | (588.468.917) | (19.546.951) | (19.550.626) | (19.602.951) | (19.608.014) | (19.613.919) | (19.620.788) | (19.623.582) | (19.623.822) | (19.624.013) | (19.624.149) |
| (-) Custos Operacionais | (149.755.063) | (551.956.098) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | (9.811.607) | (36.512.819) | (1.148.415) | (1.152.090) | (1.204.415) | (1.209.478) | (1.215.382) | (1.222.252) | (1.225.046) | (1.225.286) | (1.225.476) | (1.225.613) |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (168.200) | (168.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (143.496) | (147.171) | (151.496) | (156.559) | (162.463) | (169.333) | (172.127) | (172.367) | (172.557) | (172.694) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | 51.804.845 | 213.515.223 | 3.437.299 | 4.008.307 | 4.652.201 | 5.437.748 | 6.351.596 | 7.414.413 | 7.847.378 | 7.885.543 | 7.915.928 | 7.941.560 |
| *Margem EBITDA* | *24,5%* | *21,3%* | *12,0%* | *13,6%* | *15,4%* | *17,4%* | *19,5%* | *21,9%* | *22,8%* | *22,9%* | *22,9%* | *23,0%* |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (2.252.779) | (2.450.649) | (2.536.968) | (2.794.024) | (2.828.329) | (2.864.006) | (2.901.169) | (2.939.949) | (2.980.491) | (3.541.507) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | 26.377.026 | 90.529.882 | 1.184.520 | 1.557.658 | 2.115.233 | 2.643.724 | 3.523.268 | 4.550.407 | 4.946.209 | 4.945.594 | 4.935.437 | 4.400.053 |
| *Margem operacional do projeto* | *12,5%* | *9,61%* | *4,39%* | *5,63%* | *7,43%* | *8,99%* | *11,56%* | *14,33%* | *15,33%* | *15,30%* | *15,26%* | *13,59%* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | (6.443.439) | (27.342.708) | (100.257) | (182.299) | (371.874) | (553.763) | (867.969) | (1.064.671) | (1.218.538) | (1.237.624) | (1.254.923) | (1.101.732) |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (73.719) | (134.043) | (273.437) | (407.178) | (638.213) | (782.846) | (895.984) | (910.018) | (922.737) | (810.097) |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (26.539) | (48.256) | (98.437) | (146.584) | (229.757) | (281.825) | (322.554) | (327.606) | (332.185) | (291.635) |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | 19.933.588 | 63.187.174 | 1.084.263 | 1.375.359 | 1.743.359 | 2.089.961 | 2.655.298 | 3.485.736 | 3.727.671 | 3.707.970 | 3.680.514 | 3.298.320 |
| *Margem Líquida* | *9,4%* | *7,9%* | *4,7%* | *5,8%* | *7,2%* | *8,3%* | *10,2%* | *12,9%* | *13,5%* | *13,5%* | *13,3%* | *11,9%* |

## Tabela 29 – DRE DO PROJETO Ano 11 ao Ano 20

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | 248.209.905 | 941.691.094 | 32.391.455 | 32.396.932 | 32.392.324 | 32.377.672 | 32.353.005 | 32.318.317 | 32.273.568 | 32.218.833 | 32.154.326 | 32.080.241 |
| (+) Receita Principal | 264.526.783 | 1.004.249.630 | 34.555.365 | 34.561.208 | 34.556.292 | 34.540.662 | 34.514.347 | 34.477.341 | 34.429.602 | 34.371.211 | 34.302.395 | 34.223.361 |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.506.487 | 7.507.756 | 7.506.688 | 7.503.293 | 7.497.576 | 7.489.538 | 7.479.167 | 7.466.483 | 7.451.534 | 7.434.365 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 27.048.878 | 27.053.452 | 27.049.604 | 27.037.369 | 27.016.770 | 26.987.804 | 26.950.435 | 26.904.728 | 26.850.861 | 26.788.995 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (16.316.878) | (62.558.537) | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |
| (-) Tributos | (36.365.051) | (137.990.580) | (4.757.269) | (4.757.764) | (4.757.064) | (4.754.837) | (4.751.088) | (4.745.816) | (4.739.015) | (4.730.696) | (4.720.892) | (4.702.516) |
| (=) Receita Líquida | 211.844.854 | 803.700.513 | 27.634.186 | 27.639.168 | 27.635.260 | 27.622.835 | 27.601.917 | 27.572.501 | 27.534.553 | 27.488.137 | 27.433.434 | 27.377.725 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (159.566.670) | (588.468.917) | (19.624.232) | (19.624.262) | (19.624.237) | (19.624.159) | (19.624.027) | (19.623.842) | (19.623.604) | (19.623.312) | (19.622.968) | (19.622.572) |
| (-) Custos Operacionais | (149.755.063) | (551.956.098) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | (9.811.607) | (36.512.819) | (1.225.696) | (1.225.725) | (1.225.701) | (1.225.622) | (1.225.491) | (1.225.306) | (1.225.067) | (1.224.775) | (1.224.431) | (1.224.036) |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (172.777) | (172.806) | (172.781) | (172.703) | (172.572) | (172.387) | (172.148) | (171.856) | (171.512) | (171.117) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | (473.339) | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | 51.804.845 | 213.515.223 | 7.965.535 | 7.970.488 | 7.966.605 | 7.954.258 | 7.933.472 | 7.904.240 | 7.866.531 | 7.820.407 | 7.766.048 | 7.710.735 |
| *Margem EBITDA* | *24,5%* | *21,3%* | *23,1%* | *23,1%* | *23,1%* | *23,0%* | *23,0%* | *22,9%* | *22,8%* | *22,8%* | *22,6%* | *22,5%* |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (3.586.104) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (4.622.995) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | 26.377.026 | 90.529.882 | 4.379.431 | 4.337.440 | 4.333.558 | 4.321.211 | 4.300.424 | 4.271.193 | 4.233.483 | 4.187.359 | 4.133.000 | 3.087.740 |
| *Margem operacional do projeto* | *12,5%* | *9,61%* | *13,52%* | *13,39%* | *13,38%* | *13,35%* | *13,29%* | *13,22%* | *13,12%* | *13,00%* | *12,85%* | *9,63%* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | (6.443.439) | (27.342.708) | (1.123.561) | (1.138.125) | (1.165.645) | (1.190.287) | (1.212.060) | (1.230.962) | (1.246.981) | (1.260.139) | (1.270.497) | (943.949) |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (826.148) | (836.857) | (857.092) | (875.211) | (891.221) | (905.119) | (916.898) | (926.573) | (934.189) | (694.080) |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (297.413) | (301.268) | (308.553) | (315.076) | (320.839) | (325.843) | (330.083) | (333.566) | (336.308) | (249.869) |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | 19.933.588 | 63.187.174 | 3.255.870 | 3.199.316 | 3.167.913 | 3.130.923 | 3.088.364 | 3.040.231 | 2.986.502 | 2.927.220 | 2.862.503 | 2.143.790 |
| *Margem Líquida* | *9,4%* | *7,9%* | *11,8%* | *11,6%* | *11,5%* | *11,3%* | *11,2%* | *11,0%* | *10,8%* | *10,6%* | *10,4%* | *7,8%* |

## Tabela 30 – DRE DO PROJETO Ano 21 ao Ano 30

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | 248.209.905 | 941.691.094 | 31.996.590 | 31.903.311 | 31.800.498 | 31.688.290 | 31.566.806 | 31.436.093 | 31.296.172 | 31.147.114 | 30.988.992 | 30.821.891 |
| (+) Receita Principal | 264.526.783 | 1.004.249.630 | 34.134.122 | 34.034.611 | 33.924.929 | 33.805.225 | 33.675.625 | 33.536.181 | 33.386.912 | 33.227.896 | 33.059.211 | 32.880.947 |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.414.980 | 7.393.363 | 7.369.537 | 7.343.533 | 7.315.380 | 7.285.089 | 7.252.663 | 7.218.120 | 7.181.476 | 7.142.752 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 26.719.142 | 26.641.248 | 26.555.392 | 26.461.692 | 26.360.245 | 26.251.092 | 26.134.249 | 26.009.776 | 25.877.735 | 25.738.195 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (16.316.878) | (62.558.537) | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |
| (-) Tributos | (36.365.051) | (137.990.580) | (4.689.802) | (4.675.626) | (4.660.000) | (4.642.494) | (4.624.030) | (4.604.165) | (4.582.899) | (4.560.245) | (4.535.991) | (4.432.305) |
| (=) Receita Líquida | 211.844.854 | 803.700.513 | 27.306.788 | 27.227.685 | 27.140.498 | 27.045.796 | 26.942.775 | 26.831.929 | 26.713.273 | 26.586.869 | 26.453.001 | 26.389.586 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (159.566.670) | (588.468.917) | (19.622.126) | (19.621.629) | (19.621.080) | (19.620.482) | (19.619.834) | (19.619.137) | (19.618.390) | (19.617.595) | (19.616.752) | (19.615.860) |
| (-) Custos Operacionais | (149.755.063) | (551.956.098) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | (9.811.607) | (36.512.819) | (1.223.590) | (1.223.092) | (1.222.544) | (1.221.945) | (1.221.297) | (1.220.600) | (1.219.854) | (1.219.059) | (1.218.215) | (1.217.324) |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (170.671) | (170.173) | (169.625) | (169.026) | (168.378) | (167.681) | (166.935) | (166.139) | (165.296) | (164.405) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | 51.804.845 | 213.515.223 | 7.608.610 | 7.530.005 | 7.443.365 | 7.349.262 | 7.246.889 | 7.136.740 | 7.018.831 | 6.893.221 | 6.800.267 | 6.737.743 |
| *Margem EBITDA* | *24,5%* | *21,3%* | *22,3%* | *22,1%* | *21,9%* | *21,7%* | *21,5%* | *21,3%* | *21,0%* | *20,7%* | *20,6%* | *20,5%* |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.716.912) | (15.606.336) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | 26.377.026 | 90.529.882 | 2.985.615 | 2.907.010 | 2.820.370 | 2.663.310 | 2.560.937 | 2.450.788 | 2.332.879 | 2.207.269 | 2.083.355 | (8.868.593) |
| *Margem operacional do projeto* | *12,5%* | *9,61%* | *9,33%* | *9,11%* | *8,87%* | *8,40%* | *8,11%* | *7,80%* | *7,45%* | *7,09%* | *6,72%* | *-28,77%* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | (6.443.439) | (27.342.708) | (938.067) | (937.980) | (922.201) | (878.346) | (853.085) | (825.180) | (793.179) | (750.472) | (708.341) | - |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (689.755) | (689.691) | (678.089) | (645.843) | (627.268) | (606.750) | (583.220) | (551.817) | (520.839) | - |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (248.312) | (248.289) | (244.112) | (232.503) | (225.817) | (218.430) | (209.959) | (198.654) | (187.502) | - |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | 19.933.588 | 63.187.174 | 2.047.548 | 1.969.029 | 1.898.169 | 1.784.964 | 1.707.852 | 1.625.608 | 1.539.700 | 1.456.798 | 1.375.014 | (8.868.593) |
| *Margem Líquida* | *9,4%* | *7,9%* | *7,5%* | *7,2%* | *7,0%* | *6,6%* | *6,3%* | *6,1%* | *5,8%* | *5,5%* | *5,2%* | *-33,6%* |

**Tabela 31 – DFC DO PROJETO Ano 1 ao Ano 10**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **1.084.263** | **1.375.359** | **1.743.359** | **2.089.961** | **2.655.298** | **3.485.736** | **3.727.671** | **3.707.970** | **3.680.514** | **3.298.320** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 2.252.779 | 2.450.649 | 2.536.968 | 2.794.024 | 2.828.329 | 2.864.006 | 2.901.169 | 2.939.949 | 2.980.491 | 3.541.507 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **3.337.042** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** | **6.647.919** | **6.661.005** | **6.839.828** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(19.356.376)** | **(5.738.224)** | **(2.416.927)** | **(3.989.127)** | **(891.927)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **(891.927)** | **(995.127)** | **(11.781.351)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | (4.922.678) | (4.922.678) | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | (5.700) | (1.525.000) | (1.525.000) | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | (2.675.296) | (809.846) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(1.912.215)** | **1.863.400** | **894.858** | **4.591.700** | **(4.187.585)** | **5.736.913** | **5.755.992** | **5.665.878** | **(4.941.523)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(17.931.550)** | **(16.068.150)** | **(15.173.292)** | **(10.581.592)** | **(14.769.177)** | **(9.032.264)** | **(3.276.272)** | **2.389.606** | **(2.551.917)** |

| | |
|---|---|
| **TIR Desalavancada** | **11,86%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(17.931.550)** |
| **VPL @11,9% - em R$** | **(0)** |
| **Payback** | **Ano 9** |
| **Taxa Mínima de atratividade** | **11,9%** |

**Tabela 32 – DFC DO PROJETO Ano 11 ao Ano 20**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **3.255.870** | **3.199.316** | **3.167.913** | **3.130.923** | **3.088.364** | **3.040.231** | **2.986.502** | **2.927.220** | **2.862.503** | **2.143.790** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 3.586.104 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 4.622.995 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **6.841.974** | **6.832.363** | **6.800.960** | **6.763.971** | **6.721.411** | **6.673.278** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.495.550** | **6.766.785** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | (891.927) | (891.927) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(3.695.353)** | **5.940.436** | **6.800.960** | **5.191.771** | **6.721.411** | **(2.972.122)** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.392.350** | **(4.122.639)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **(6.247.270)** | **(306.834)** | **6.494.126** | **11.685.896** | **18.407.308** | **15.435.186** | **22.054.736** | **28.615.003** | **35.007.353** | **30.884.715** |

| | |
|---|---|
| **TIR Desalavancada** | **11,86%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(17.931.550)** |
| **VPL @11,9% - em R$** | **(0)** |
| **Payback** | **Ano 9** |
| **Taxa Mínima de atratividade** | **11,9%** |

**Tabela 33 – DFC DO PROJETO Ano 21 ao Ano 30**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **2.047.548** | **1.969.029** | **1.898.169** | **1.784.964** | **1.707.852** | **1.625.608** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.716.912 | 15.606.336 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **6.670.543** | **6.592.024** | **6.521.164** | **6.470.916** | **6.393.804** | **6.311.560** | **6.225.652** | **6.142.750** | **6.091.926** | **6.737.743** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(2.974.857)** | **6.592.024** | **6.521.164** | **4.898.716** | **6.393.804** | **(3.333.840)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **27.909.858** | **34.501.882** | **41.023.046** | **45.921.762** | **52.315.567** | **48.981.727** | **55.207.379** | **61.350.129** | **67.338.855** | **63.187.174** |

| | |
|---|---|
| **TIR Desalavancada** | **11,86%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(17.931.550)** |
| **VPL @11,9% - em R$** | **(0)** |
| **Payback** | **Ano 9** |
| **Taxa Mínima de atratividade** | **11,9%** |

## Tabela 34 – DRE ALAVANCADO Ano 1 ao Ano 10

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **28.699.123** | **29.434.157** | **30.299.145** | **31.311.707** | **32.492.618** | **33.866.548** | **34.425.367** | **34.473.328** | **34.511.425** | **34.538.769** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **26.993.199** | **27.671.175** | **28.468.569** | **29.401.584** | **30.489.328** | **31.754.493** | **32.269.597** | **32.314.555** | **32.350.267** | **32.375.898** |
| TEP | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 7.465.859 | 7.478.247 | 7.488.666 | 7.496.942 | 7.502.882 |
| TUF | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 26.400.690 | 26.947.120 | 26.984.662 | 27.014.484 | 27.035.887 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (2.112.055) | (2.155.770) | (2.158.773) | (2.161.159) | (2.162.871) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(3.932.896)** | **(4.036.189)** | **(4.158.453)** | **(4.300.859)** | **(4.468.850)** | **(4.664.329)** | **(4.743.673)** | **(4.750.227)** | **(4.755.363)** | **(4.755.225)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **23.060.302** | **23.634.986** | **24.310.115** | **25.100.725** | **26.020.478** | **27.090.164** | **27.525.924** | **27.564.328** | **27.594.903** | **27.620.672** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.546.951)** | **(19.550.626)** | **(19.602.951)** | **(19.608.014)** | **(19.613.919)** | **(19.620.788)** | **(19.623.582)** | **(19.623.822)** | **(19.624.013)** | **(19.624.149)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.148.415)** | **(1.152.090)** | **(1.204.415)** | **(1.209.478)** | **(1.215.382)** | **(1.222.252)** | **(1.225.046)** | **(1.225.286)** | **(1.225.476)** | **(1.225.613)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (168.200) | (168.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (143.496) | (147.171) | (151.496) | (156.559) | (162.463) | (169.333) | (172.127) | (172.367) | (172.557) | (172.694) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **3.437.299** | **4.008.307** | **4.652.201** | **5.437.748** | **6.351.596** | **7.414.413** | **7.847.378** | **7.885.543** | **7.915.928** | **7.941.560** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***14,9%*** | ***17,0%*** | ***19,1%*** | ***21,7%*** | ***24,4%*** | ***27,4%*** | ***28,5%*** | ***28,6%*** | ***28,7%*** | ***28,8%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (2.252.779) | (2.450.649) | (2.536.968) | (2.794.024) | (2.828.329) | (2.864.006) | (2.901.169) | (2.939.949) | (2.980.491) | (3.541.507) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **1.184.520** | **1.557.658** | **2.115.233** | **2.643.724** | **3.523.268** | **4.550.407** | **4.946.209** | **4.945.594** | **4.935.437** | **4.400.053** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***5,1%*** | ***6,6%*** | ***8,7%*** | ***10,5%*** | ***13,5%*** | ***16,8%*** | ***18,0%*** | ***17,9%*** | ***17,9%*** | ***15,9%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (763.271) | (1.021.485) | (1.021.485) | (1.015.011) | (970.416) | (1.419.022) | (1.362.273) | (1.305.524) | (1.244.488) | (1.159.663) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **421.249** | **536.173** | **1.093.748** | **1.628.714** | **2.552.851** | **3.131.385** | **3.583.936** | **3.640.070** | **3.690.949** | **3.240.389** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(100.257)** | **(182.299)** | **(371.874)** | **(553.763)** | **(867.969)** | **(1.064.671)** | **(1.218.538)** | **(1.237.624)** | **(1.254.923)** | **(1.101.732)** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (73.719) | (134.043) | (273.437) | (407.178) | (638.213) | (782.846) | (895.984) | (910.018) | (922.737) | (810.097) |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (26.539) | (48.256) | (98.437) | (146.584) | (229.757) | (281.825) | (322.554) | (327.606) | (332.185) | (291.635) |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **320.992** | **353.874** | **721.874** | **1.074.951** | **1.684.882** | **2.066.714** | **2.365.398** | **2.402.446** | **2.436.026** | **2.138.657** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***1,4%*** | ***1,5%*** | ***3,0%*** | ***4,3%*** | ***6,5%*** | ***7,6%*** | ***8,6%*** | ***8,7%*** | ***8,8%*** | ***7,7%*** |

## Tabela 35 – DRE ALAVANCADO Ano 11 ao Ano 20

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **34.555.365** | **34.561.208** | **34.556.292** | **34.540.662** | **34.514.347** | **34.477.341** | **34.429.602** | **34.371.211** | **34.302.395** | **34.223.361** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **32.391.455** | **32.396.932** | **32.392.324** | **32.377.672** | **32.353.005** | **32.318.317** | **32.273.568** | **32.218.833** | **32.154.326** | **32.080.241** |
| TEP | 222.267.921 | 7.506.487 | 7.507.756 | 7.506.688 | 7.503.293 | 7.497.576 | 7.489.538 | 7.479.167 | 7.466.483 | 7.451.534 | 7.434.365 |
| TUF | 781.981.709 | 27.048.878 | 27.053.452 | 27.049.604 | 27.037.369 | 27.016.770 | 26.987.804 | 26.950.435 | 26.904.728 | 26.850.861 | 26.788.995 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(4.757.269)** | **(4.757.764)** | **(4.757.064)** | **(4.754.837)** | **(4.751.088)** | **(4.745.816)** | **(4.739.015)** | **(4.730.696)** | **(4.720.892)** | **(4.702.516)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **27.634.186** | **27.639.168** | **27.635.260** | **27.622.835** | **27.601.917** | **27.572.501** | **27.534.553** | **27.488.137** | **27.433.434** | **27.377.725** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.624.232)** | **(19.624.262)** | **(19.624.237)** | **(19.624.159)** | **(19.624.027)** | **(19.623.842)** | **(19.623.604)** | **(19.623.312)** | **(19.622.968)** | **(19.622.572)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.225.696)** | **(1.225.725)** | **(1.225.701)** | **(1.225.622)** | **(1.225.491)** | **(1.225.306)** | **(1.225.067)** | **(1.224.775)** | **(1.224.431)** | **(1.224.036)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (172.777) | (172.806) | (172.781) | (172.703) | (172.572) | (172.387) | (172.148) | (171.856) | (171.512) | (171.117) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **7.965.535** | **7.970.488** | **7.966.605** | **7.954.258** | **7.933.472** | **7.904.240** | **7.866.531** | **7.820.407** | **7.766.048** | **7.710.735** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,7%*** | ***28,7%*** | ***28,6%*** | ***28,5%*** | ***28,3%*** | ***28,2%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (3.586.104) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (4.622.995) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **4.379.431** | **4.337.440** | **4.333.558** | **4.321.211** | **4.300.424** | **4.271.193** | **4.233.483** | **4.187.359** | **4.133.000** | **3.087.740** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***15,8%*** | ***15,7%*** | ***15,7%*** | ***15,6%*** | ***15,6%*** | ***15,5%*** | ***15,4%*** | ***15,2%*** | ***15,1%*** | ***11,3%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (1.074.839) | (990.014) | (905.190) | (820.365) | (735.541) | (650.717) | (565.892) | (481.068) | (396.243) | (311.419) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **3.304.592** | **3.347.426** | **3.428.368** | **3.500.845** | **3.564.883** | **3.620.477** | **3.667.591** | **3.706.292** | **3.736.757** | **2.776.321** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(1.123.561)** | **(1.138.125)** | **(1.165.645)** | **(1.190.287)** | **(1.212.060)** | **(1.230.962)** | **(1.246.981)** | **(1.260.139)** | **(1.270.497)** | **(943.949)** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (826.148) | (836.857) | (857.092) | (875.211) | (891.221) | (905.119) | (916.898) | (926.573) | (934.189) | (694.080) |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (297.413) | (301.268) | (308.553) | (315.076) | (320.839) | (325.843) | (330.083) | (333.566) | (336.308) | (249.869) |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **2.181.031** | **2.209.301** | **2.262.723** | **2.310.558** | **2.352.823** | **2.389.514** | **2.420.610** | **2.446.153** | **2.466.260** | **1.832.372** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***7,9%*** | ***8,0%*** | ***8,2%*** | ***8,4%*** | ***8,5%*** | ***8,7%*** | ***8,8%*** | ***8,9%*** | ***9,0%*** | ***6,7%*** |

## Tabela 36 – DRE ALAVANCADO Ano 21 ao Ano 30

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **34.134.122** | **34.034.611** | **33.924.929** | **33.805.225** | **33.675.625** | **33.536.181** | **33.386.912** | **33.227.896** | **33.059.211** | **32.880.947** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **31.996.590** | **31.903.311** | **31.800.498** | **31.688.290** | **31.566.806** | **31.436.093** | **31.296.172** | **31.147.114** | **30.988.992** | **30.821.891** |
| TEP | 222.267.921 | 7.414.980 | 7.393.363 | 7.369.537 | 7.343.533 | 7.315.380 | 7.285.089 | 7.252.663 | 7.218.120 | 7.181.476 | 7.142.752 |
| TUF | 781.981.709 | 26.719.142 | 26.641.248 | 26.555.392 | 26.461.692 | 26.360.245 | 26.251.092 | 26.134.249 | 26.009.776 | 25.877.735 | 25.738.195 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(4.689.802)** | **(4.675.626)** | **(4.660.000)** | **(4.642.494)** | **(4.624.030)** | **(4.604.165)** | **(4.582.899)** | **(4.560.245)** | **(4.535.991)** | **(4.432.305)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **27.306.788** | **27.227.685** | **27.140.498** | **27.045.796** | **26.942.775** | **26.831.929** | **26.713.273** | **26.586.869** | **26.453.001** | **26.389.586** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.622.126)** | **(19.621.629)** | **(19.621.080)** | **(19.620.482)** | **(19.619.834)** | **(19.619.137)** | **(19.618.390)** | **(19.617.595)** | **(19.616.752)** | **(19.615.860)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.223.590)** | **(1.223.092)** | **(1.222.544)** | **(1.221.945)** | **(1.221.297)** | **(1.220.600)** | **(1.219.854)** | **(1.219.059)** | **(1.218.215)** | **(1.217.324)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (170.671) | (170.173) | (169.625) | (169.026) | (168.378) | (167.681) | (166.935) | (166.139) | (165.296) | (164.405) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(35.983)** | **(35.983)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **7.608.610** | **7.530.005** | **7.443.365** | **7.349.262** | **7.246.889** | **7.136.740** | **7.018.831** | **6.893.221** | **6.800.267** | **6.737.743** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***27,9%*** | ***27,7%*** | ***27,4%*** | ***27,2%*** | ***26,9%*** | ***26,6%*** | ***26,3%*** | ***25,9%*** | ***25,7%*** | ***25,5%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.716.912) | (15.606.336) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **2.985.615** | **2.907.010** | **2.820.370** | **2.663.310** | **2.560.937** | **2.450.788** | **2.332.879** | **2.207.269** | **2.083.355** | **(8.868.593)** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***10,9%*** | ***10,7%*** | ***10,4%*** | ***9,8%*** | ***9,5%*** | ***9,1%*** | ***8,7%*** | ***8,3%*** | ***7,9%*** | ***-33,6%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (226.594) | (148.244) | (108.014) | (79.939) | (51.864) | (23.788) | (0) | (0) | (0) | (0) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **2.759.020** | **2.758.765** | **2.712.356** | **2.583.371** | **2.509.073** | **2.427.000** | **2.332.879** | **2.207.269** | **2.083.355** | **(8.868.593)** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(938.067)** | **(937.980)** | **(922.201)** | **(878.346)** | **(853.085)** | **(825.180)** | **(793.179)** | **(750.472)** | **(708.341)** | **-** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (689.755) | (689.691) | (678.089) | (645.843) | (627.268) | (606.750) | (583.220) | (551.817) | (520.839) | - |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (248.312) | (248.289) | (244.112) | (232.503) | (225.817) | (218.430) | (209.959) | (198.654) | (187.502) | - |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **1.820.953** | **1.820.785** | **1.790.155** | **1.705.025** | **1.655.988** | **1.601.820** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***6,7%*** | ***6,7%*** | ***6,6%*** | ***6,3%*** | ***6,1%*** | ***6,0%*** | ***5,8%*** | ***5,5%*** | ***5,2%*** | ***-33,6%*** |

## Tabela 37 – FDC ALAVANCADO Ano 1 ao Ano 10

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **1.084.263** | **1.375.359** | **1.743.359** | **2.089.961** | **2.655.298** | **3.485.736** | **3.727.671** | **3.707.970** | **3.680.514** | **3.298.320** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 2.252.779 | 2.450.649 | 2.536.968 | 2.794.024 | 2.828.329 | 2.864.006 | 2.901.169 | 2.939.949 | 2.980.491 | 3.541.507 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **3.337.042** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** | **6.647.919** | **6.661.005** | **6.839.828** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(19.356.376)** | **(5.738.224)** | **(2.416.927)** | **(3.989.127)** | **(891.927)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **(891.927)** | **(995.127)** | **(11.781.351)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | (4.922.678) | (4.922.678) | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | (5.700) | (1.525.000) | (1.525.000) | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | (2.675.296) | (809.846) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(1.912.215)** | **1.863.400** | **894.858** | **4.591.700** | **(4.187.585)** | **5.736.913** | **5.755.992** | **5.665.878** | **(4.941.523)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | 11.654.462 | 3.942.702 | - | - | - | 7.716.320 | - | - | - | - |
| (-) Amortização da dívida | (23.313.484) | - | - | - | (647.470) | (866.509) | (866.509) | (866.509) | (866.509) | (1.295.194) | (1.295.194) |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | (1.269.592) | (429.503) | - | - | - | (840.586) | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (763.271) | (1.021.485) | (1.021.485) | (1.015.011) | (970.416) | (1.419.022) | (1.362.273) | (1.305.524) | (1.244.488) | (1.159.663) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **9.621.599** | **2.491.714** | **(1.021.485)** | **(1.662.481)** | **(1.836.925)** | **4.590.202** | **(2.228.782)** | **(2.172.033)** | **(2.539.681)** | **(2.454.857)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(6.397.735)** | **579.499** | **841.914** | **(767.623)** | **2.754.774** | **402.617** | **3.508.131** | **3.583.959** | **3.126.197** | **(7.396.380)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **(6.397.735)** | **(5.818.237)** | **(4.976.322)** | **(5.743.945)** | **(2.989.170)** | **(2.586.553)** | **921.578** | **4.505.537** | **7.631.734** | **235.354** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |

## Tabela 38 – FDC ALAVANCADO Ano 11 ao Ano 20

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **3.255.870** | **3.199.316** | **3.167.913** | **3.130.923** | **3.088.364** | **3.040.231** | **2.986.502** | **2.927.220** | **2.862.503** | **2.143.790** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 3.586.104 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 4.622.995 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **6.841.974** | **6.832.363** | **6.800.960** | **6.763.971** | **6.721.411** | **6.673.278** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.495.550** | **6.766.785** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | (891.927) | (891.927) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(3.695.353)** | **5.940.436** | **6.800.960** | **5.191.771** | **6.721.411** | **(2.972.122)** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.392.350** | **(4.122.639)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização da dívida | (23.313.484) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (1.074.839) | (990.014) | (905.190) | (820.365) | (735.541) | (650.717) | (565.892) | (481.068) | (396.243) | (311.419) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **(2.370.032)** | **(2.285.208)** | **(2.200.384)** | **(2.115.559)** | **(2.030.735)** | **(1.945.910)** | **(1.861.086)** | **(1.776.261)** | **(1.691.437)** | **(1.606.612)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(6.065.386)** | **3.655.228** | **4.600.576** | **3.076.212** | **4.690.677** | **(4.918.032)** | **4.758.464** | **4.784.006** | **4.700.914** | **(5.729.251)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **(5.830.032)** | **(2.174.804)** | **2.425.773** | **5.501.984** | **10.192.661** | **5.274.629** | **10.033.093** | **14.817.099** | **19.518.013** | **13.788.762** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |

## Tabela 39 – FDC ALAVANCADO Ano 21 ao Ano 30

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **2.047.548** | **1.969.029** | **1.898.169** | **1.784.964** | **1.707.852** | **1.625.608** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.716.912 | 15.606.336 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **6.670.543** | **6.592.024** | **6.521.164** | **6.470.916** | **6.393.804** | **6.311.560** | **6.225.652** | **6.142.750** | **6.091.926** | **6.737.743** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(2.974.857)** | **6.592.024** | **6.521.164** | **4.898.716** | **6.393.804** | **(3.333.840)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização da divida | (23.313.484) | (1.295.194) | (647.723) | (428.684) | (428.684) | (428.684) | (428.684) | - | - | - | - |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (226.594) | (148.244) | (108.014) | (79.939) | (51.864) | (23.788) | (0) | (0) | (0) | (0) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **(1.521.788)** | **(795.968)** | **(536.699)** | **(508.623)** | **(480.548)** | **(452.473)** | **(0)** | **(0)** | **(0)** | **(0)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(4.496.645)** | **5.796.056** | **5.984.466** | **4.390.093** | **5.913.256** | **(3.786.313)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **9.292.117** | **15.088.173** | **21.072.639** | **25.462.732** | **31.375.988** | **27.589.675** | **33.815.327** | **39.958.077** | **45.946.803** | **41.795.122** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |

## b. QUADRO DE USOS E FONTES

**Tabela 40 – QUADRO DE USOS E FONTES**

| QUADRO DE USOS E FONTES - VALORES EM R$ | Total 5 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **USOS** | **57.181.477** | **21.389.239** | **7.189.212** | **3.438.412** | **5.651.608** | **2.728.852** | **13.663.445** | **3.120.709** |
| **Investimentos** | **43.821.835** | **19.356.376** | **5.738.224** | **2.416.927** | **3.989.127** | **891.927** | **10.537.327** | **891.927** |
| Obras, Projetos e Benfeitorias | 9.845.356 | 4.922.678 | 4.922.678 | - | - | - | - | - |
| Infraestrutura Técnico-Operacional | 3.055.700 | - | 5.700 | 1.525.000 | 1.525.000 | - | - | - |
| Veículos | 19.394.000 | 9.645.400 | - | - | 103.200 | - | 9.645.400 | - |
| Máquinas e Equipamentos | 1.469.000 | - | - | - | 1.469.000 | - | - | - |
| PRAD | 7.944.777 | 2.675.296 | 809.846 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 |
| Reembolso Estudos e B3 | 2.113.002 | 2.113.002 | - | - | - | - | - | - |
| **Serviço de Dívida** | **13.359.642** | **2.032.863** | **1.450.988** | **1.021.485** | **1.662.481** | **1.836.925** | **3.126.118** | **2.228.782** |
| Despesas Financeiras | 7.572.963 | 763.271 | 1.021.485 | 1.021.485 | 1.015.011 | 970.416 | 1.419.022 | 1.362.273 |
| Amortização | 3.246.998 | - | - | - | 647.470 | 866.509 | 866.509 | 866.509 |
| Constituição de Conta Reserva | 2.539.681 | 1.269.592 | 429.503 | - | - | - | 840.586 | - |
| **FONTES** | **57.181.477** | **21.389.239** | **7.189.212** | **3.438.412** | **5.651.608** | **2.728.852** | **13.663.445** | **3.120.709** |
| **Recursos de Terceiros** | **23.313.484** | **11.654.462** | **3.942.702** | **-** | **-** | **-** | **7.716.320** | **-** |
| Captação de Financiamento | 23.313.484 | 11.654.462 | 3.942.702 | - | - | - | 7.716.320 | - |
| **Recursos Próprios** | **41.187.306** | **9.734.777** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** |
| Geração de Caixa do Projeto | 34.789.571 | 3.337.042 | 3.826.008 | 4.280.327 | 4.883.985 | 5.483.627 | 6.349.742 | 6.628.840 |
| Aporte de Capital | 6.397.735 | 6.397.735 | - | - | - | - | - | - |
| **Variação Excedente de Caixa** | **(7.319.313)** | | **(579.499)** | **(841.914)** | **767.623** | **(2.754.774)** | **(402.617)** | **(3.508.131)** |

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a descrição das parcelas que comporão a **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEP)** e a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF),** com a previsão das receitas oriundas dos serviços descritos, considerando a proposta de preço apresentada no **MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL** em **ANEXO** ao **EDITAL**. Esta previsão das receitas tomou como base o volume de resíduos sólidos (RDO, RPU, RSS e RCD) produzido no município que encaminharão seus resíduos para o aterro sanitário licenciado. Neste Plano de Negocial referencial foram considerados os seguintes municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"):** (i) Ibotirama; (ii) Paratinga; (iii) Morpará; (iv) Muquém do São Francisco; e (v) Oliveira dos Brejinhos;

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

Este documento foi estruturado em conformidade com as diretrizes definidas no **EDITAL** e reflete o modelo de exploração do **CONTRATO DE CONCESSÃO** a ser firmado com o **CDS VELHO CHICO**.

Em observância à modelagem estabelecida no **EDITAL**, este documento



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

reúne tanto os conteúdos usualmente previstos nas melhores práticas de elaboração de um **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL**, quanto as premissas apresentadas no formato definido no **CADERNO DE ENCARGOS**.

As premissas aqui apresentadas e seus respectivos resultados econômico-financeiros estão em consonância com o **CADERNO DE ENCARGOS, MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL, ESTUDO DE DEMANDA E ENGENHARIA e ESTUDOS AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS** apresentados nos demais cadernos do presente estudo elaborado pela **PROPONENTE** do **PMI.**

Assim, o presente documento inclui o detalhamento originalmente previsto para este documento, incluindo:

a) as principais variáveis financeiras assumidas para estimativa do ***CAPITAL EXPENDITURE (CAPEX)***, ***OPERATIONAL EXPENDITURE (OPEX)*** e Receitas;

b) as questões relativas aos financiamentos, depreciação e tributos assumidos, todos indispensáveis para estruturação do demonstrativo econômico-financeiro e do fluxo de caixa do projeto;

c) os resultados obtidos, nas modalidades sem financiamento e com financiamento, contendo a WACC, TIR, *payback*, a exposição máxima, o saldo de caixa, etc.

d) as considerações relevantes para entendimento do modelo econômico-financeiro e **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**.

e) quadros do **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** que geraram os resultados do projeto, contendo:
   a. receitas ordinárias
   b. receitas acessórias
   c. tributos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

d. cronograma físico-financeiro
e. investimentos
f. depreciação
g. despesas operacionais
h. demonstrativo de resultado do projeto
i. fluxo de caixa do projeto
j. financiamentos (dívidas)
k. premissas financiamento
l. cálculo financiamento
m. demonstrativo de resultado alavancado
n. fluxo de caixa alavancado
o. seguros e garantias

Desta forma, o **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL** foi desenvolvido com base nas melhores práticas do mercado, segue as características do Contrato de Concessão Patrocinada e inclui as projeções estabelecidas ao longo dos 30 (trinta) anos de prazo contratual, contemplando todos os direitos e obrigações contratuais.

Neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL** foram considerados os seguintes municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO:** (i) Ibotirama; (ii) Paratinga; (iii) Morpará; (iv) Muquém do São Francisco; e (v) Oliveira dos Brejinhos.

Os ativos operacionais a serem implantados deverão atender à demanda de resíduos urbanos dos Municípios abrangidos pelo Contrato pelo período mínimo de 30 (trinta) anos. Além da central de valorização de resíduos (**CVR**), deverá ser construída no mesmo terreno uma unidade de compostagem, Ecopontos, pontos de entrega voluntária (**PEVs**), uma unidade de tratamento térmico de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e uma unidade de tratamento dos resíduos da construção civil e demolição (**URCD**), bem como outros ativos operacionais correlatos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A previsão é que os ativos operacionais sejam implantados em uma gleba cerca de 31 (trinta e um) hectares com capacidade para absorver a produção gerada em 30 (trinta) anos nos Municípios.

Sempre em linha com a proposta técnica, destaca-se que a área proposta deverá contar com todos os sistemas e instalações necessários à sua adequada operação e controle técnico e ambiental, envolvendo:

- Áreas específicas para disposição e tratamento de resíduos sólidos (**RDO**, **RPU**, **RSS** e **RCD**);
- Ecopontos;
- Pontos de Entrega Voluntária (PEVs);
- Caixa compactadoras estacionárias para atendimento a feiras livres e mercados públicos;
- Contêineres para acondicionamento temporário de resíduos sólidos em vias e logradouros;
- Unidade de Tratamento Térmico dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS);
- Unidade de valorização de resíduos da construção civil e demolição (RCD);
- Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (UCO);
- Trilha ecológica;
- Horta Orgânica;
- Viveiro de Mudas;
- Centro de Educação Ambiental e Experiências Sustentáveis;
- Sistema de drenagem de águas pluviais;
- Unidade de guarita, balança, pátio para manutenção e bloco administrativo;
- Urbanização da área, vias de acesso principais e secundários e cercamento de toda extensão do empreendimento;
- Sistema de controle e preservação ambiental;
- Planejamento de utilização e encerramento da área.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 2. DESCRIÇÃO DA CONCESSÃO

**DADOS DA CONCESSÃO**

| | |
|---|---|
| **PODER CONCEDENTE:** | **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")** |
| **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** | Concorrência Pública Nacional com Possibilidade de Empresa Estrangeira |
| **PRAZO DE CONCESSÃO:** | 30 (trinta) anos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-C RPU (R$/TON):** | R$227,78/ton de resíduos públicos urbanos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-D RPU (R$/TON):** | R$85,00/ton de resíduos públicos urbanos |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-C RCD (R$/TON):** | R$227,78/ton de resíduos da construção civil e demolição |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP-D RCD (R$/TON):** | R$85,00/ton de resíduos da construção civil e demolição |
| **TARIFA DO ENTE PÚBLICO – TEP RSS (R$/KG):** | R$19,20/kg de resíduos dos serviços de saúde |
| **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE TRANSFERÊNCIA, TRIAGEM, TRATAMENTO, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) – TUF-D (R$/M³)** | R$3,81 (três reais e oitenta e um centavos) por metro cúbico de água faturada para remuneração dos serviços de transferência, triagem, tratamento reciclagem e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO), coleta seletiva (CS), programas socioambientais e atividades correlatas. |
| **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO) – TUF-C (R$/M³)** | R$2,33 (dois reais e trinta e três centavos) por metro cúbico de água faturada para remuneração dos serviços de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (RDO). |
| **REALIZAÇÃO DE OBRA E MELHORIAS:** | Modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da exploração e prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), programas socioambientais e coleta seletiva (**CS**), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS:** | Menor valor da tarifa do serviço a ser prestado |
| **CAPITAL SOCIAL TOTAL PREVISTO EM PROJETO:** | R$ 6.397.735 (seis milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta cinco reais) |

## 3. RECEITAS

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA REFERENCIAL (PNR)** considera, como forma de remuneração da Concessionária, a combinação de 3 (três) tipologias distintas de receitas, a saber:

(i) Tarifas do Usuário Final (**TUF**);
(ii) Tarifas do Ente Público (**TEP**); e
(iii) Receitas acessórias (**RA**).

As **TARIFAS DO USUÁRIO FINAL** (**TUF**) destinam-se à remuneração direta e exclusiva dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares (**RDO**), quando prestados aos usuários finais.

A **TUF** constitui a principal base remuneratória da Concessionária para os serviços relativos ao **RDO**, subdividindo-se em **TUF-D** (remuneração dos serviços obrigatórios de triagem, transferência, tratamento e destinação final de **RDO**) e **TUF-C** (remuneração dos serviços opcionais de coleta e transporte de **RDO**).

A **TUF-D** será devida a partir do início da operação, que ocorrerá no primeiro ano de concessão, obedecendo as previsões de implantação do serviço definidas no Contrato e seus Anexos.

A **TUF-C** somente será devida a partir da formalização da adesão, pelos Municípios, à prestação dos serviços de coleta e transporte de **RDO** pela Concessionária.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

As **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**) destinam-se à remuneração direta e exclusiva dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos serviços de saúde (**RSS**) e públicos urbanos (**RPU**), quando gerados por estabelecimentos e atividades públicas.

A **TEP** será devida pelos Municípios que formalizem a adesão à prestação desses serviços pela Concessionária.

As **RECEITAS ACESSÓRIAS** (**RA**) poderão ser obtidas através da execução de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, nos termos autorizados pelo Contrato de Concessão.

Incluem-se dentre as potenciais fontes de **RA** a prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e disposição final de **RDO**, **RSS** e **RCD** de grandes geradores privados.

Na hipótese de não implementação do regime de cofaturamento da **TUF** na fatura de água e esgoto, a **CONCESSIONÁRIA** fará jus a subsídio dos Municípios, com a finalidade de complementar a remuneração dos serviços públicos divisíveis de coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares **(RDO)**.

Esse subsídio somente será devido quando o inadimplemento dos usuários for superior a 9,5% em cada período de apuração, conforme os termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão e seus Anexos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Esse valor será cobrado por tonelada, independentemente do município de origem dos resíduos, tendo em vista os custos de implantação, operação e manutenção da estação de transferência (transbordo) de resíduos (ETR) e das demais infraestruturas associadas à destinação final.

Tal cobrança não se aplica nas hipóteses em que a Concessionária for contratada também para esses serviços, os quais serão precificados e cobrados individualmente dos clientes públicos.

**3.1. TARIFAS DO USUÁRIO FINAL (TUF)**

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** deverão ser apresentadas com deságio corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária previstos a seguir:

- A título de **TUF-D:** R$3,81 (três reais e oitenta e um centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços obrigatórios de transferência (transbordo), reciclagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliares (**RDO**), coleta seletiva (**CS**), programas socioambientais e atividades correlatas;

- A título de **TUF-C:** R$2,33 (dois reais e trinta e três centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços opcionais de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (**RDO**), com caminhões compactadores, tratores compactadores, quadriciclos com reboque, caminhão basculante do tipo caçamba, ciclomotores (triciclos de carga) e disponibilização de contentores;

**3.2. TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEP)**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** deverão ser apresentadas com deságio corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária previstos a seguir:

- R$85,00 (oitenta e cinco reais) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por tonelada, dos serviços de triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**) oriundo dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo, da coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis e programa *"cata bagulho"***;**

- R$227,78 (duzentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por tonelada, dos serviços de coleta e transporte da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**) oriundo dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo, da coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis e programa *"cata bagulho"***;**

- R$19,20 (dezenove reais e vinte centavos) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente dos Municípios que aderirem aos serviços, por quilograma, dos serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**)**;**

**3.3. RECEITAS ACESSÓRIAS**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, conforme autorizado no Contrato de Concessão e seus Anexos, o que inclui a comercialização, junto aos grandes geradores privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de **RDO**, **RCD** e **RSS** em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores, e dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.

As receitas acessórias serão revertidas à modicidade tarifária, na forma estabelecida no Contrato de Concessão, servindo também para consideração na aferição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

**4. PROJEÇÃO DE DEMANDA**

Com um total de 98.749 habitantes (IBGE 2022) dos Municípios consorciados ao **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, estima-se que haverá uma produção média de aproximadamente 29.916 toneladas/ano de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**), de acordo com os parâmetros e diretrizes da **ABREMA** (anteriormente **ABRELPE**).

Atualmente os resíduos sólidos domiciliares do município não são destinados a aterro sanitário. Os aterros sanitários privados licenciados mais próximos dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** estão nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos *joint ventures* das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA (GVC HOLDING S/A)**, **AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA**.

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (ETR),



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras localidades.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Desse modo, com intuito de promover a competitividade e a eficiência logística, o estudo considerou a implantação e operação de ETRs, possibilitando o transporte racionalizado dos resíduos a qualquer uma das unidades existentes no Estado da Bahia.

A solução encontrada para o problema foi a construção de diversos ativos operacionais à exemplo da Estação de Transferência de Resíduos (ETR), Ecopontos, Pontos de Entrega Voluntaria (PEVs), Unidade de Compostagem (UCO), Unidade de Valorização dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD), dentro outros investimentos com o intuito de gerar uma redução da quantidade de resíduos sólidos a ser transportado ao aterro sanitário fruto do projeto.

- **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Dentro do processo de implantação e operação do sistema integrado de gestão de resíduos sólidos (**SIGRS**), as seguintes diretrizes devem ser observadas pela **CONCESSIONÁRIA**:

- Deverá a concessionária atender às diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas por meio da Lei nº 11.445/2007;
- Deverá a concessionária atender às metas de curto, médio e longo prazo apresentadas no presente documento, que foram estabelecidas com base na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Deverá a concessionária atender à Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
- Deverá a concessionária atender ao Decreto Federal nº 10.936, de 12



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

de janeiro de 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os serviços a serem prestados pela Concessionária são os seguintes:

a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, operação, encerramento e pós encerramento da Central de Valorização dos Resíduos (**CVR**), denominada Parque do Sol Velho Chico;

a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

a.2) Projeto, licenciamento, pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós encerramento da célula de aterramento de rejeitos.

a.3) Implantação e operação dos serviços de gestão comercial e atendimento aos usuários dos serviços de resíduos sólidos, ofertando os serviços de leitura, cálculo, emissão e entrega de contas de consumo, serviços de cobrança e cadastro dos usuários.

b) Implantação, operação e manutenção dos serviços de manejo de Resíduos:

b.1) Operação e manutenção de Estação de Transferência (Transbordo) de Resíduos Sólidos;

b.2) Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos oriundos de feiras livres e mercados públicos com o uso de equipamentos do tipo caminhão *roll-on roll-off* e contêineres estacionários do tipo caixas compactadoras de no mínimo 17 m³

b.3) Equipe para coleta, programa e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, através da implantação de programa *"cata bagulho"*, *"cata treco"* ou similar.

c) Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas);

d) Programa Socioambiental:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

d.1) Educação Ambiental;

d.2) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e as suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão;

d.3) Programa de Capacitação do Poder Público para os entes envolvidos nos serviços a serem concedidos;

e) Coleta seletiva:

e.1) Implantação e operação de Ecopontos, contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes destes Ecopontos para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo município;

e.2) Implantação e operação de pontos de entrega voluntária (**PEVs**), contemplando a coleta e transporte dos resíduos provenientes desta coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelo município;

f) Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares (**RDO**) na zona urbana, rural e áreas de difícil acesso, em caso de adesão pelos Municípios, nos termos e instrumento específico anexo ao Contrato;

f.1) Coleta e transporte manual e mecanizada de resíduos domiciliares em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso (**RDO**), com adoção de equipamentos do tipo caminhões compactadores de 15 m³ com monitoramento via GPS e videomonitoramento, tratores compactadores, caminhões basculantes do tipo caçamba, quadriciclos com reboque, ciclomotores (triciclo de carga) e disponibilização de contêineres estacionários de 4,2 m³ e 1,2 m³;

g) Triagem, Transbordo (Transferência), Tratamento e Destinação Final Ambientalmente Adequada de **RDO**;

h) Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde (**RSS**), em caso de adesão dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Municípios, com ação de tecnologia de tratamento térmico através de Autoclave ou tratamento similar previsto em norma para Resíduos do Serviço de Saúde (**RSS**);

i) Coleta e transporte de resíduos sólidos da Construção Civil e Demolição (**RCD**) gerados pelos estabelecimentos e atividades públicas, de modo manual e mecanizado, com o uso de comboio com caminhões basculantes e pás carregadeiras, em caso de adesão dos Municípios;

j) Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos da Construção Civil e Demolição (**RCD**), com operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (**URCD**);

k) Estudo, projeto, licenciamento, implantação e operação da Unidade de Geração de Energia;

m) Serviço de coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos oriundos dos serviços de limpeza pública urbana (**RPU**), em caso de adesão dos Municípios.

**a. RESÍDUOS DOMICILIARES**

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Estima-se que em 2025 serão coletadas, nos municípios integrantes do projeto, aproximadamente 29.916 toneladas de resíduos.

Com base no último censo, a população total das localidades integrantes dos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto teve projeção estimada de 98.749 habitantes (IBGE 2025). Essa população dos Municípios



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

gera uma média per capita de 0,83 kg/hab/dia de resíduos, que são mais destinados no aterro sanitário, localizado no seu município.

O valor médio calculado está compatível com a média regional do **PANORAMA ABRELPE** e com a média de 0,83 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do MDR (2010), para municípios entre 50 e 100 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado índice de população residente na zona urbana, que possui a mesma frequência de coleta superior às das áreas rurais.

Nas zonas rurais dos Municípios, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização como adubo ou para alimentação dos animais são levados para queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução dos resíduos.

- **CARACTERIZAÇÃO DOS RDO GERADOS**

Para análise do potencial de aproveitamento de **RDO** no Brasil, a análise gravimétrica realizada em 2020 pela **ABREMA** (anteriormente **ABRELPE**) através do Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil, aponta que, dos 100% de resíduos gerados, 45,3% são de materiais orgânicos, 14,1% são materiais rejeitos, 16,8% são materiais plásticos, 10,40% são materiais papel e papelão, 5,60% são materiais de embalagens multicamadas, 2,7% são materiais de vidro, 2,3% são materiais de metais, 1,4% são materiais têxteis, couros e borrachas e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

1,4% são outros materiais. Com relação ao potencial de aproveitamento dos resíduos **RDO** nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, a análise gravimétrica demostra que:

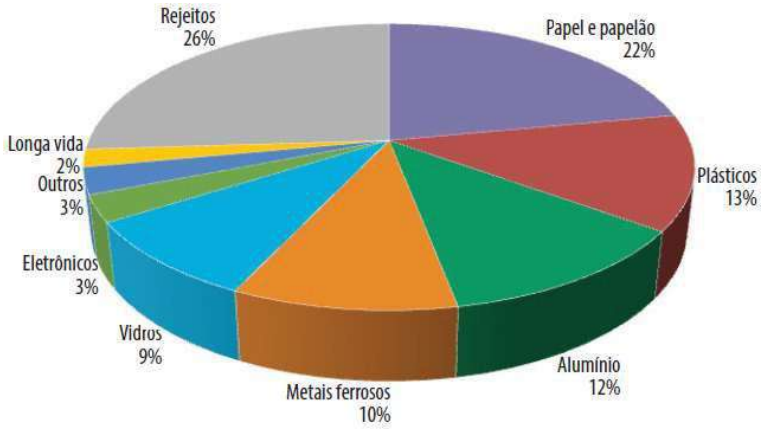



Figura 2 –Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente

Fonte: CEMPRE Review (2019), com dados de 2017

Verifica-se que parcela significativa dos resíduos coletados seletivamente é composta por papel, papelão e plástico, que representam 35% do total. Observa-se, ainda, que os rejeitos correspondem a cerca de 26% do total, o que denota a necessidade de se aprimorar a separação dos resíduos na fonte geradora, uma vez que isso possibilita otimizar a coleta, bem como transportar um maior volume de materiais recicláveis e um volume menor de rejeitos, facilitando a triagem dos materiais e reduzindo os custos do sistema (BESEN et al., 2017).

- **MATÉRIA ORGÂNICA**
  - Contempla sobras e perdas de alimentos, resíduos verdes e madeiras.

- **TÊXTEIS, COUROS E BORRACHAS**
  - Inclui retalhos no geral, peças de roupas, calçados, mochila, tênis,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

pedaços de couro e borracha.

- **EMBALAGENS MULTICAMADAS**
  - Consistem em embalagens compostas por mais de um tipo de material.

- **REJEITOS**
  - Incluem resíduos sanitários, outros materiais que não foram passíveis de identificação, bem como recicláveis contaminados que não permitiram a separação.

- **OUTROS**
  - Contempla os resíduos identificados e que não deveriam estar no fluxo de RSU, eletroeletrônicos, pilhas e baterias, resíduos perigosos, RCD, pneus, óleos e graxas, embalagens de agrotóxico e outros resíduos perigosos.

**b. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO**

Para dimensionar os resíduos da construção civil e demolição gerados nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **15.569** toneladas de **RCD**.

**c. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)**

Para dimensionar os resíduos dos serviços de saúde gerados nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **8.641** quilogramas de **RSS**.

**d. RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU)**

Para dimensionar os resíduos públicos urbanos gerados nos Municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, foram utilizados os dados disponibilizados pelo **IBGE**; o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos públicos urbanos (**RPU**).

Estima-se que em 2024 foram coletadas, nos municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, aproximadamente **7.480** toneladas de **RPU**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 5. PROJEÇÃO DE RECEITAS

### Tabela 3 – Projeção da Receita Ano 1 ao Ano 10

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **26.993.199** | **27.671.175** | **28.468.569** | **29.401.584** | **30.489.328** | **31.754.493** | **32.269.597** | **32.314.555** | **32.350.267** | **32.375.898** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.703.685 | 1.708.725 | 1.713.358 | 1.717.568 | 1.721.339 | 1.724.658 | 1.727.520 | 1.729.927 | 1.731.839 | 1.733.211 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 635.759 | 637.640 | 639.369 | 640.940 | 642.347 | 643.586 | 644.654 | 645.552 | 646.265 | 646.777 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 165.898 | 166.389 | 166.840 | 167.250 | 167.617 | 167.941 | 168.219 | 168.454 | 168.640 | 168.773 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.546.345 | 3.556.836 | 3.566.481 | 3.575.244 | 3.583.093 | 3.590.003 | 3.595.960 | 3.600.970 | 3.604.949 | 3.607.806 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.323.379 | 1.327.294 | 1.330.894 | 1.334.163 | 1.337.092 | 1.339.671 | 1.341.894 | 1.343.763 | 1.345.249 | 1.346.314 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 8.097.940 | 8.368.788 | 8.689.655 | 9.067.261 | 9.509.521 | 10.025.822 | 10.233.332 | 10.247.589 | 10.258.913 | 10.267.042 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 13.226.118 | 13.668.486 | 14.192.547 | 14.809.281 | 15.531.610 | 16.374.868 | 16.713.788 | 16.737.074 | 16.755.570 | 16.768.846 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (2.112.055) | (2.155.770) | (2.158.773) | (2.161.159) | (2.162.871) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUOTA | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(3.932.896)** | **(4.036.189)** | **(4.158.453)** | **(4.300.859)** | **(4.468.850)** | **(4.664.329)** | **(4.743.673)** | **(4.750.227)** | **(4.755.363)** | **(4.755.225)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (2.497.940) | (2.564.482) | (2.643.496) | (2.735.274) | (2.844.219) | (2.971.002) | (3.022.405) | (3.026.561) | (3.029.792) | (3.028.287) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.434.956) | (1.471.708) | (1.514.957) | (1.565.585) | (1.624.631) | (1.693.327) | (1.721.268) | (1.723.666) | (1.725.571) | (1.726.938) |

### Tabela 4 – Projeção da Receita Ano 11 ao Ano 20

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **32.391.455** | **32.396.932** | **32.392.324** | **32.377.672** | **32.353.005** | **32.318.317** | **32.273.568** | **32.218.833** | **32.154.326** | **32.080.241** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.734.044 | 1.734.337 | 1.734.090 | 1.733.306 | 1.731.985 | 1.730.128 | 1.727.733 | 1.724.803 | 1.721.349 | 1.717.383 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 647.088 | 647.197 | 647.105 | 646.813 | 646.320 | 645.627 | 644.733 | 643.640 | 642.351 | 640.871 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 168.855 | 168.883 | 168.859 | 168.783 | 168.654 | 168.473 | 168.240 | 167.955 | 167.618 | 167.232 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.609.539 | 3.610.150 | 3.609.636 | 3.608.003 | 3.605.255 | 3.601.389 | 3.596.403 | 3.590.303 | 3.583.115 | 3.574.859 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.346.961 | 1.347.189 | 1.346.997 | 1.346.388 | 1.345.362 | 1.343.920 | 1.342.059 | 1.339.783 | 1.337.101 | 1.334.020 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 10.271.975 | 10.273.712 | 10.272.251 | 10.267.604 | 10.259.782 | 10.248.782 | 10.234.591 | 10.217.233 | 10.196.777 | 10.173.283 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 16.776.903 | 16.779.740 | 16.777.353 | 16.769.765 | 16.756.988 | 16.739.022 | 16.715.844 | 16.687.495 | 16.654.084 | 16.615.712 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUOTA | Total | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(4.757.269)** | **(4.757.764)** | **(4.757.064)** | **(4.754.837)** | **(4.751.088)** | **(4.745.816)** | **(4.739.015)** | **(4.730.696)** | **(4.720.892)** | **(4.702.516)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (3.029.501) | (3.029.704) | (3.029.249) | (3.027.804) | (3.025.371) | (3.021.949) | (3.017.535) | (3.012.136) | (3.005.773) | (2.991.348) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.727.768) | (1.728.060) | (1.727.815) | (1.727.033) | (1.725.717) | (1.723.867) | (1.721.480) | (1.718.561) | (1.715.120) | (1.711.168) |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 5 – Projeção da Receita Ano 21 ao Ano 30**

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | **941.691.094** | **31.996.590** | **31.903.311** | **31.800.498** | **31.688.290** | **31.566.806** | **31.436.093** | **31.296.172** | **31.147.114** | **30.988.992** | **30.821.891** |
| CP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 227,78 | 51.345.229 | 1.712.905 | 1.707.911 | 1.702.407 | 1.696.400 | 1.689.897 | 1.682.899 | 1.675.409 | 1.667.429 | 1.658.964 | 1.650.019 |
| CP RPU[2] - Triagem, tratamento e destinação final de Resíduos Públicos Urbanos | R$ 85,00 | 19.160.350 | 639.200 | 637.336 | 635.282 | 633.041 | 630.614 | 628.003 | 625.207 | 622.230 | 619.071 | 615.733 |
| CP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | R$ 19,20 | 4.999.803 | 166.796 | 166.310 | 165.774 | 165.189 | 164.556 | 163.874 | 163.145 | 162.368 | 161.544 | 160.673 |
| CP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 227,78 | 106.878.865 | 3.565.538 | 3.555.143 | 3.543.686 | 3.531.182 | 3.517.645 | 3.503.079 | 3.487.487 | 3.470.876 | 3.453.256 | 3.434.635 |
| CP RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | R$ 85,00 | 39.883.675 | 1.330.541 | 1.326.662 | 1.322.387 | 1.317.721 | 1.312.669 | 1.307.234 | 1.301.415 | 1.295.217 | 1.288.641 | 1.281.693 |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | R$ 2,33 | 296.962.282 | 10.146.756 | 10.117.175 | 10.084.571 | 10.048.987 | 10.010.462 | 9.969.011 | 9.924.639 | 9.877.370 | 9.827.226 | 9.774.235 |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | R$ 3,81 | 485.019.428 | 16.572.386 | 16.524.073 | 16.470.822 | 16.412.704 | 16.349.783 | 16.282.081 | 16.209.610 | 16.132.406 | 16.050.508 | 15.963.960 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (R$) | (62.558.537) | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUOTAS | Total | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | **(137.990.580)** | **(4.689.802)** | **(4.675.626)** | **(4.660.000)** | **(4.642.494)** | **(4.624.030)** | **(4.604.165)** | **(4.582.899)** | **(4.560.245)** | **(4.535.991)** | **(4.432.305)** |
| PIS / COFINS [1] | 9,25% | (87.778.099) | (2.983.096) | (2.973.895) | (2.963.753) | (2.952.233) | (2.940.249) | (2.927.356) | (2.913.554) | (2.898.850) | (2.883.030) | (2.788.258) |
| ISS | 5,00% | (50.212.482) | (1.706.706) | (1.701.731) | (1.696.246) | (1.690.261) | (1.683.781) | (1.676.809) | (1.669.346) | (1.661.395) | (1.652.961) | (1.644.047) |




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 6. TRIBUTOS DIRETOS

Foi adotado durante todo o prazo de concessão o regime de tributação pelo Lucro Real. As alíquotas de impostos que incidem sobre as receitas previstas no **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** estão descritas na tabela abaixo:

| REGIME | LUCRO REAL |
|---|---|
| **IMPOSTOS** | Não Cumulativo |
| **PIS** | 1,65% |
| **ISS** | 5,00% |
| **COFINS** | 7,60% |

## 7. TRIBUTOS INDIRETOS

A análise considerou as regras para a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a partir do lucro societário apurado, conforme o IFRS promulgada pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, e consolidada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014.

O lucro decorrente do projeto estará enquadrado para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com base também no regime de Lucro Real. As alíquotas de tributos incidentes sobre o resultado consideradas foram:

| REGIME | LUCRO REAL |
|---|---|
| **IMPOSTOS** | Não Cumulativo |
| **IR** | 15,00% |
| **ADICIONAL IR** | 10,00% |
| **CSLL** | 9,00% |

A base de cálculo dos impostos (tributos indiretos) sobre o lucro para o Regime de Lucro Real incide sobre o lucro operacional bruto. A **CONCESSIONÁRIA** não considerou em seu ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA Referencial a obtenção de Incentivos de redução da alíquota do IRPJ.

## 8. PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**a. PLANO DE INVESTIMENTOS (CAPEX)**

Neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram contemplados investimentos relativos a toda a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, especificamente aqueles referentes à infraestrutura e instalações operacionais dos serviços divisíveis de coleta, transporte, transbordo (transferência), triagem, tratamento e destinação final e tratamento de resíduos domiciliares (**RDO**), e coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), de resíduos públicos urbanos (**RPU**) e de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**).

As premissas que deram origem aos orçamentos do **PLANO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÃO (PIO)** basearam-se nos requisitos definidos a partir dos elementos de projeto disponíveis, investigações de campo e principalmente da expertise das **PROPONENTES**, com larga experiência em coleta, transporte, triagem, bem como construção, manutenção e operação de aterros sanitários.

**i. RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

Baseado nos itens previstos nas Diretrizes de elaboração do **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os investimentos previstos para todo o período da Concessão foram divididos em:

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos |
|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** |
| Balança RSS | 5.700 |
| Ecoponto | 550.000 |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** |
| PEV 2500 litros | 864.000 |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 |
| Triturador de vidro | 252.000 |
| Triturador de coco | 324.000 |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 |
| Contêiner 1,2m³ e 4,2 m³ | 2.138.400 |
| Bombona 200 litros | 240.000 |
| Bombona 50 litros | 60.000 |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** |
| Trator compactador | 582.000 |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 |
| Retroescavadeira | 1.050.000 |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 |
| Projetos executivos | 431.596 |
| Licenciamento ambiental e projetos dos PRADs | 809.846 |
| Execução PRADs | 8.919.269 |
| **Reembolsos B3 e Ressarcimentos dos Estudos** | **2.113.002** |

Os investimentos previstos ao longo da concessão neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram orçados seguindo parâmetros de mercado, pesquisas de preços junto a empresas especializadas e outras referências de preços disponíveis. O valor a ser investido nos primeiros cinco anos é de R$ 32.392.580,84 (trinta e dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) e conforme o passar dos anos, reinvestimentos em ativos moveis e imóveis, modernização, ampliação e reposição de infraestrutura operacional, bem como parque de máquinas e equipamentos serão realizados para repor equipamentos desgastados. Estes reinvestimentos totalizam R$ 90.592.760,52 (noventa milhões, quinhentos noventa e dois mil, setecentos e sessenta e um reais).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Com isso, o total destes investimentos é de R$ 122.985.341,36 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) base dezembro de 2025, e estão distribuídos ao longo da Concessão conforme o quadro resumo abaixo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 9 – Investimentos Ano 1 ao Ano 10**

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **19.356.376** | **5.738.224** | **2.416.927** | **3.989.127** | **891.927** | **10.537.327** | **891.927** | **891.927** | **995.127** | **11.781.351** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **4.922.678** | **4.922.678** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | 4.922.678 | 4.922.678 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **5.700** | **1.525.000** | **1.525.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | 275.000 | 275.000 | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | 600.000 | 600.000 | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | 650.000 | 650.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **2.675.296** | **809.846** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** | **891.927** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | - | - | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 10 – Investimentos Ano 11 ao Ano 20**

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **10.537.327** | **891.927** | **-** | **1.572.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **10.889.424** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **891.927** | **891.927** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | 891.927 | 891.927 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 11 – Investimentos Ano 21 ao Ano 30**

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | **122.985.341** | **9.645.400** | **-** | **-** | **1.572.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **10.889.424** |
| **CVR, CTM, ETR e CTMB** | **42.513.628** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **10.889.424** |
| Implantação de Aterro Sanitário | 9.845.356 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | 32.668.272 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.889.424 |
| **Infraestrutura operacional** | **3.055.700** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Balança RSS | 5.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ecoponto | 550.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | 1.200.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Unidade de Reciclagem de RCD | 1.300.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | **58.491.600** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** | **9.645.400** | **-** | **-** | **103.200** | **-** |
| PEV 2500 litros | 864.000 | 144.000 | - | - | - | - | 144.000 | - | - | - | - |
| Caixa estacionária de 40m³ | 4.032.000 | 672.000 | - | - | - | - | 672.000 | - | - | - | - |
| Triturador de vidro | 252.000 | - | - | - | 42.000 | - | - | - | - | 42.000 | - |
| Triturador de coco | 324.000 | - | - | - | 54.000 | - | - | - | - | 54.000 | - |
| Reservatório de água 10.000 litros | 43.200 | - | - | - | 7.200 | - | - | - | - | 7.200 | - |
| Contêiner 1,2m³ | 2.138.400 | 356.400 | - | - | - | - | 356.400 | - | - | - | - |
| Bombona 200 litros | 240.000 | 40.000 | - | - | - | - | 40.000 | - | - | - | - |
| Bombona 50 litros | 60.000 | 10.000 | - | - | - | - | 10.000 | - | - | - | - |
| Triciclo de carga (motocicleta) | 1.638.000 | 273.000 | - | - | - | - | 273.000 | - | - | - | - |
| Caminhão compactador de 15m³ | 32.160.000 | 5.360.000 | - | - | - | - | 5.360.000 | - | - | - | - |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | 4.020.000 | 670.000 | - | - | - | - | 670.000 | - | - | - | - |
| Caminhão roll on com julieta | 12.720.000 | 2.120.000 | - | - | - | - | 2.120.000 | - | - | - | - |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | **4.407.000** | **-** | **-** | **-** | **1.469.000** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Trator compactador | 582.000 | - | - | - | 194.000 | - | - | - | - | - | - |
| Quadriciclo com reboque | 225.000 | - | - | - | 75.000 | - | - | - | - | - | - |
| Retroescavadeira | 1.050.000 | - | - | - | 350.000 | - | - | - | - | - | - |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | 2.550.000 | - | - | - | 850.000 | - | - | - | - | - | - |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | **12.404.412** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) | 2.243.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 431.596 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Licenciamento ambiental e projeto prad | 809.846 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projetos executivos | 8.919.269 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Reembolsos B3, Estudos e Prefeitura** | **2.113.002** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** em questão optou por adotar para parte dos veículos, máquinas, equipamentos e implementos a serem utilizados no âmbito do contrato de concessão em questão a metodologia de locação desses equipamentos, passando assim a não inserir os mesmos no rol dos investimentos, a iniciativa em questão visou captar de maneira estratégica a oferta de alguns desses insumos fundamentais a operação com preços competitivos no mercado local, contemplando assim a economia local e trazendo uma melhora incremental no resultado do **PNR**. No caso do aterro sanitário, a remuneração prevista para destinação final contempla construção, implantação, operação e manutenção da referida unidade.

**Tabela 12 – Locação de Veículos**

| Veiculos e máquinas operados através de locação (não incide depreciação) | | | |
|---|---|---|---|
| Veículo para transporte de passageiros | locação | 2 | und |
| Caminhão basculante 6m³ | locação | 3 | und |
| Caminhão basculante 10m³ | locação | 3 | und |
| Veículo para coleta de RSS | locação | 1 | und |

Neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelos investimentos com aquisição de terreno, elaboração de projeto, obtenção de licenciamento ambiental, construção e operação do aterro sanitário. No momento de elaboração da remuneração da destinação final ambientalmente adequada, foram acolhidas informações sobre os preços médios praticados no mercado nacional e estadual, de modo que a remuneração prevista para os serviços de construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário, bem como sua manutenção está devidamente elencado na linha de investimentos (**CAPEX**), custos e despesas (**OPEX**), conforme o item de destinação final inerente aos resíduos sólidos gerados pelos municípios, vide quadro descritivo abaixo:

**Tabela 13 – Total Custos Operacionais**

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos |
|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 |
| Tratamento e destinação Final | 135.034.841 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 |
| Mão de obra | 255.626.039 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 |
| Vassourão com cabo | 12.420 |
| Cone de sinalização | 23.184 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 |
| Outros insumos | 1.800 |
| Carrinho de mão | 5.760 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** |
| Obras Civis | 31.885.221 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 |

**Tabela 14 – Total Despesas Administrativas**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS R$ | Total 30 anos |
|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** |
| Consumo | 180.000 |
| Escritório | 180.000 |
| Impressos | 180.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 |
| Gestão de mídias digitais | 1.116.000 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** |
| **Administração Local** | **15.576.466** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Internet/Telefonia/GPS/Videomonitoramento | 3.380.040 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 |
| Assessoria Contábil/Jurídica | 2.960.100 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 |

**ii. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

As taxas de depreciação e amortização utilizada na análise, para fins de apuração base de cálculo do IRPJ e CSSL, como benefícios fiscais oriundos da realização dos investimentos empregados na Concessão pelo setor privado, seguem a legislação fiscal vigente Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, tendo como ponto de partida o lucro societário apurado conforme o IFRS.

No caso da depreciação e amortização, a base para apuração do lucro tributável seguirá às Normas Contábeis introduzidas pelo IFRS, que estabelece que as depreciações do Ativo Imobilizado e as amortizações do Intangível, que devem ser efetuadas tendo como base a vida útil econômica do bem (CPC – 27 Ativo Imobilizado e CPC – 04 Ativo Intangível), mas considerando as determinações da Lei 12.973/2014 e da IN 1.515/2014 para as adições e exclusões quando necessário.

Para os ativos do Imobilizado, a taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos.

Enquanto a identificação de um ativo na definição Intangível, conforme item 12 do CPC 04 – precisaria ser:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a) for separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
b) resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Sua taxa anual de amortização será definida de acordo com os itens 97 a 106 da CPC 04, que de forma resumida deve ser apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, ou seja, no caso das concessões pelo prazo do contratual. E a amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** seguiu estas previsões legais e normativas. Foi elaborado considerando projeções em moeda constante, mas não considerou o efeito da deflação para capturar o impacto da não correção dos custos com depreciação e amortização nas bases de cálculo do lucro real das empresas, para fins de apuração do IRPJ e CSSL.

Abaixo os prazos considerados no **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**, utilizando a metodologia de depreciação e amortização constante, dentro do prazo da concessão, após a disponibilidade efetiva e operacionalidade dos ativos.

**Tabela 15 – Prazo de amortização**

| ITEM | CATEGORIA | PRAZO DE AMORTIZAÇÃO (VIDA ÚTIL) |
|---|---|---|
| **CVR - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÂO** | CVR | 30 (TRINTA) ANOS OU 360 (TREZENTOS E SESSENTA) MESES |
| **ETR, CTM, CTMB e UCO - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÃO** | CVR | 30 (TRINTA) ANOS OU 360 (TREZENTOS E SESSENTA) MESES |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| **PEVS e ECOPONTOS - PROJETO, OBRAS E IMPLANTAÇÂO** | INFRAESTRUTURA OPERACIONAL | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **CAMINHÕES e IMPLEMENTOS** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **TRICICLO DE CARGA** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **VEÍCULO LEVE** | VEÌCULOS COM IMPLEMENTOS | 5 (CINCO) ANOS OU 60 (SESSENTA) MESES |
| **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** | MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 10 (DEZ) ANOS OU 120 (CENTO E VINTE) MESES |

**b. PLANO DE OPERAÇÃO (OPEX)**

Os custos e despesas que serão detalhados a seguir contemplam os gastos necessários para a operação dos serviços públicos de **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS, A PARTIR DA COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CDS VELHO CHICO**, na data base de dezembro de 2025, em linha com o **CADERNO DE ENCARGOS** e os **CADERNOS** de **MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL** e **ESTUDO DE DEMANDA E ENGENHARIA**.

**i. DESPESAS OPERACIONAIS**

Resumidamente, os custos e despesas projetados do 1º (primeiro) ao 30º (trigésimo) ano em valores constantes (R$) podem ser agrupados conforme tabela abaixo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 16 – Custos Operacionais Ano 1 ao Ano 10**

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 17 – Custos Operacionais Ano 11 ao Ano 20**

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 18 – Custos Operacionais Ano 21 ao Ano 30**

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | **551.956.098** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** | **18.398.537** |
| **(-) Custos Operação** | **512.579.617** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** | **17.085.987** |
| ERP Gestão Comercial + Central de Atendimento + CCO | 3.209.514 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 | 106.984 |
| Capacitação do Ente Público | 1.810.332 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 | 60.344 |
| Destinação Final (aterro sanitário) | 135.034.841 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 | 4.501.161 |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | 47.664.792 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 | 1.588.826 |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | 4.154.575 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 | 138.486 |
| Mão de obra | 255.626.039 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 | 8.520.868 |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | 3.218.764 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 | 107.292 |
| Combustível (equipamentos próprios) | 40.397.760 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 | 1.346.592 |
| Peças, Pneus e lubrificantes | 21.463.000 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 | 715.433 |
| **(-) Custos - Conservação** | **107.244** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** | **3.575** |
| Pá quadrada com cabo | 19.440 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 | 648 |
| Vassourão com cabo | 12.420 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 | 414 |
| Cone de sinalização | 23.184 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 | 773 |
| Carrinho coletor (Lutocar 120 litros) | 44.640 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 | 1.488 |
| Outros insumos | 1.800 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| Carrinho de mão | 5.760 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 | 192 |
| **(-) Custos Manutenção** | **39.269.237** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** | **1.308.975** |
| Obras Civis | 31.885.221 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 | 1.062.841 |
| Infraestrutura operacional | 7.384.017 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 | 246.134 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 19 – Despesas Administrativas Ano 01 ao Ano 10**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.148.415** | **1.152.090** | **1.204.415** | **1.209.478** | **1.215.382** | **1.222.252** | **1.225.046** | **1.225.286** | **1.225.476** | **1.225.613** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **168.200** | **168.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de mídias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 | 60.000 | 60.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **143.496** | **147.171** | **151.496** | **156.559** | **162.463** | **169.333** | **172.127** | **172.367** | **172.557** | **172.694** |
| **Admnistração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **76.052** | **76.052** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** | **54.963** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 42.178 | 42.178 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 | 21.089 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 20 – Despesas Administrativas Ano 11 ao Ano 20**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.225.696** | **1.225.725** | **1.225.701** | **1.225.622** | **1.225.491** | **1.225.306** | **1.225.067** | **1.224.775** | **1.224.431** | **1.224.036** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de mídias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **172.777** | **172.806** | **172.781** | **172.703** | **172.572** | **172.387** | **172.148** | **171.856** | **171.512** | **171.117** |
| **Administração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** | **44.418** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 | 10.545 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 21 – Despesas Administrativas Ano 21 ao Ano 30**

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | **36.512.819** | **1.223.590** | **1.223.092** | **1.222.544** | **1.221.945** | **1.221.297** | **1.220.600** | **1.219.854** | **1.219.059** | **1.218.215** | **1.217.324** |
| **Tarifas Públicas** | **3.645.418** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** | **121.514** |
| **Materiais de Consumo** | **540.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** | **18.000** |
| Consumo | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Escritório | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Impressos | 180.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| **Serviços de Terceiros** | **6.390.000** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** | **216.200** |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Rádio e Blogs | 540.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 | 18.000 |
| Gestão de midias digitais | 1.116.000 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 | 37.200 |
| Clube de Benefícios | 3.144.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 | 108.000 |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | 1.050.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 | 35.000 |
| **Taxa de Fiscalização** | **5.021.248** | **170.671** | **170.173** | **169.625** | **169.026** | **168.378** | **167.681** | **166.935** | **166.139** | **165.296** | **164.405** |
| **Admnistração Local** | **15.576.466** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** | **519.216** |
| Internet/Telefonia/GPS | 3.380.040 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 | 112.668 |
| Tarifas Públicas | 3.645.418 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 | 121.514 |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | 5.590.908 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 | 186.364 |
| Assessoria Contabil/Jurídica | 2.960.100 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 | 98.670 |
| **Outras Despesas** | **5.339.687** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** | **177.990** |
| Processos Judiciais de cobrança | 1.151.499 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 | 38.383 |
| Despesas Bancárias | 4.188.188 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 | 139.606 |
| **Seguros e Garantias** | **1.716.373** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **76.052** | **35.983** | **35.983** |
| Garantia de Execução do Contrato | 700.163 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 42.178 | 2.109 | 2.109 |
| Seguro de Risco de Engenharia | 464.553 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 | 15.485 |
| Seguro de Responsabilidade Civil | 452.939 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 | 15.098 |
| Seguro de Todos os Riscos | 98.718 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 | 3.291 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### ii. MÃO DE OBRA

A Estrutura Organizacional da **CONCESSIONÁRIA** foi desenhada e prevista considerando uma equipe capaz de operar e monitorar os serviços exigidos pelo Poder Concedente, de modo a garantir a execução do **CONTRATO**.

Aos valores salariais foram adicionados os tributos incidentes e demais encargos patronais, estimados de acordo com os itens discriminados na tabela abaixo, praticados pelas empresas concessionárias atuantes no mercado brasileiro e/ou previstos em acordo coletivo com as categorias respectivas ou sindicatos de trabalho:

**Tabela 22 – Composição dos Encargos Sociais e Trabalhistas**

| ENCARGOS E BENEFICIOS | PREMISSAS | |
|---|---|---|
| **ENCARGOS TRABALHISTAS PESSOAL OPERACIONAL** | **83,49%** | |
| **SEGURO DE VIDA** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário | |
| **CAFÉ DA MANHÃ** (52 X R$/UND) | R$ valor mensal por funcionário | |
| **ASSISTÊNCIA MÉDICA** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário | |
| **EXAMES PERIÓDICOS/ADM/DEMISSIONAIS** (R$/MÊS) | R$ valor mensal por funcionário | |
| **VALE TRANSPORTE** (52 X TARIFA TRANSP) | R$ valor por funcionário x 52 | |
| **ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA** | R$ valor mensal por funcionário | |
| **VALE ALIMENTAÇÃO** (26 X VALOR DO VALE REFEIÇÃO) | | |
| **COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| | | |
| **GRUPO "A"** | | |
| INSS | 20,00% | Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91 |
| SESI OU SESC | 1,50% | Artigo 15 Lei 8036 /90 e Art.7º Inciso III CF/88 |
| SENAI OU SENAC | 1,00% | Artigo 3º Lei 8.036/90 |
| INCRA | 0,20% | Decreto 2.318/86 |
| Salário Educação | 2,50% | Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90 |
| FGTS | 8,00% | Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70 |
| Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS | 3,00% | Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82 |
| SEBRAE | 0,60% | Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00 |
| **TOTAL GRUPO "A"** | **36,80%** | |
| **GRUPO "B"** | | |
| Férias | 9,37% | Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII |
| Auxílio-doença | 2,87% | Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art.201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999 |
| Licença paternidade/maternidade | 0,02% | Artigo 7 Inciso XIX CF/88 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| Falta legais | 0,54% | Artigo 473 e 822 da CLT |
| Acidente de trabalho | 0,33% | Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT |
| Aviso prévio trabalhado | 0,06% | Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88 |
| Treinamento | 0,34% | IN 05 do MET e Item XXII da CF/88 |
| 1/3 Férias Constitucional | 3,12% | Artigo 7, Inciso XVII CF/88 |
| 13º Salário | 9,37% | Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art.7 CF 88 |
| **TOTAL GRUPO "B"** | **26,02%** | |
| **GRUPO "C"** | | |
| Aviso Prévio Indenizado (*já incluídos os efeitos da Lei 12.506*) | 4,66% | Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88 |
| FGTS s/ Aviso Prévio | 0,28% | Sumula 305 TST |
| Reflexos no Aviso Prévio Indenizado | 0,70% | Decreto 6727/2009 |
| Multa FGTS | 3,93% | Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988 |
| Contribuição Social 10% s/FGTS | 0,98% | Artigo 1º Lei complementar 110/01 |
| Indenização Adicional | 0,09% | Artigo 9 Lei 7238/1984 |
| **TOTAL GRUPO "C"** | **10,64%** | |
| **GRUPO "D"** | | |
| Incidência do GRUPO "A" sobre o GRUPO "B" | 9,57% | Artigo 28 Lei 8.212/91 |
| Incidência sobre o Salário Maternidade | 0,46% | Artigo 56 DA IN 80 PREV.Soc. |
| **TOTAL GRUPO "D"** | **10,03%** | |
| **TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | **83,49%** | |

## 9. PREMISSAS DE FINANCIAMENTO

O **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** prevê que a possibilidade captação de financiamento total de R$23.313.484,48 (vinte e três milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), base julho de 2026, a ser realizado durante todo o período contratual. Desse modo, as obras, ativos operacionais e investimentos serão financiados em parte pelo próprio fluxo operacional do projeto, por aportes de capital e o restante será obtido por meio de contratação de financiamentos. Os Financiamentos considerados no presente **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** consideraram recursos captados através de linhas de crédito FNE Pro Infra (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) do Banco do Nordeste (BNB) para Projetos de Saneamento, Mobilidade Urbana, Rodovias, Ferrovias e Hidrovias.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Para efeito de cálculo neste **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** foram consideradas as seguintes premissas:

| ITENS | PREMISSAS |
|---|---|
| **ALAVANCAGEM** | 35,63% dos investimentos elegíveis |
| **MONTANTE TOTAL** | R$ 23.313.484,48 (vinte e três milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) |
| **CARÊNCIAS** | 3 (três) anos ou 36 (trinta e seis) meses |
| **PRAZO TOTAL** | 18 (dezoito anos) |
| **JUROS** | Taxa Referencial FNE de acordo com instrução normativa do BNB, disponível em www.bnb.gov.br |

Destaca-se que as projeções de juros, a exemplo de todas as projeções feitas que não consideraram a projeção de Inflação, foram feitas em moeda constante.

Considerando as premissas acima, as Projeções de Serviço de Dívida foram as seguintes:

**Tabela 24 – Captações**

| *Operações a Contratar - Captações* | *TOTAL* | *Ano 1 2026* | *Ano 2 2027* | *Ano 3 2028* | *Ano 4 2029* | *Ano 5 2030* | *Ano 6 2031* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Operação 01 | 11.654.462 | 11.654.462 | - | - | - | - | - |
| Operação 02 | 3.942.702 | - | 3.942.702 | - | - | - | - |
| Operação 03 | 7.716.320 | - | - | - | - | - | 7.716.320 |
| **TOTAL** | **23.313.484** | **11.654.462** | **3.942.702** | **-** | **-** | **-** | **7.716.320** |

## 10. SEGUROS E GARANTIAS

Durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, a Concessionária manterá em vigor, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil pela Superintendência de Seguros Privados (**SUSEP**), as apólices de seguro indicadas, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de decretação de caducidade da Concessão.

As apólices de seguro a serem obtidas são as seguintes: Seguro Operacional; Seguro de Responsabilidade Civil; Seguro de riscos de engenharia.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Além disso, o particular deverá prestar Garantia de Execução do Contrato nos valores definidos no Contrato de Concessão, cuja data de referência é o ano de 2026. Segue abaixo o quadro resumo com as premissas adotadas para cada caso:

**Tabela 25 – Premissas Seguros e a Garantia de Execução do Contrato**

| SEGURO E GARANTIA | CUSTO FINANCEIRO |
|---|---|
| GARANTIA DO CONTRATO | *0,420%* |
| RISCO DE ENGENHARIA | *0,080%* |
| RESPONSABILIDADE CIVIL | *0,078%* |
| RISCO OPERACIONAL | *0,017%* |

A base de apuração dos prêmios e coberturas considera que: (**i**) A Garantia de Contrato incide sobre o valor total do Contrato; (**ii**) O Risco de Engenharia incide sobre o valor da obra; (**iii**) O Seguro de Responsabilidade Civil incide sobre a média de Receita da **CONCESSÃO** e (**iv**) o Seguro de Risco Operacional incide sobre a média de Receita da **CONCESSÃO** ao longo dos anos.

**Tabela 26 – Garantia de Execução do Contrato**

| GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| *PERÍODO CONTRATUAL* | Ano de início | % | Valor do Contrato | Valor da Garantia |
| *0-2* | *1* | *1,00%* | *1.004.249.630* | *10.042.496* |
| *2-10* | *3* | *0,50%* | *1.004.249.630* | *5.021.248* |
| *11-20* | *11* | *0,25%* | *1.004.249.630* | *2.510.624* |
| *20-28* | *21* | *1,00%* | *1.004.249.630* | *10.042.496* |
| *28-30* | *29* | *0,05%* | *1.004.249.630* | *502.125* |

## 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir apresentamos os principais demonstrativos projetados que compõem o **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**. O estudo aqui apresentado projeta os resultados e fluxos de caixa esperados da exploração do contrato que definirão os retornos esperados no horizonte temporal de 30 (trinta) anos de operação que equivale à duração estabelecida para o seu Contrato de Concessão, incluindo 1 ano de implantação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Estas demonstrações foram elaboradas conforme as premissas apresentadas na Parte II, que, por sua vez, refletem a proposta técnica e incluíram, principalmente:

a) As previsões de Tarifa do Usuário Final e Tarifa do Ente Público

b) Projeções de volume de destinação final e manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (**RDO**, **RPU**, **RCD** e **RSS**);

c) Carga tributária incidente sobre as receitas, investimentos e os lucros;

d) Projeções de custos e despesas operacionais e administrativas, refletindo os aspectos organizacionais e societários, incluindo toda a organização para a prestação do serviço objeto da concessão;

e) Cronograma físico-financeiro dos investimentos programados para a implantação dos ativos operacionais;

f) Taxas de amortização e depreciação dos investimentos;

g) Condições das linhas de financiamento e necessidades de aportes;

- **PREMISSAS DE CUSTO DE CAPITAL**

Para o cálculo da estrutura de capital, optou-se pela utilização de uma amostra de empresas no mercado global, disponibilizada por *Aswath Damodaran*, referente ao setor de *Environmental & Waste Services*.

Conforme a metodologia utilizada, o custo de capital (WACC) corresponde a uma taxa real de 11,86% ao ano, referente à média ponderada do custo do capital próprio e do custo do capital terceiros

**Tabela 27 – WACC**

| | **WACC** |
|---|---|
| **CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL** | 11,86% |
| **METODOLOGIA:** | *WACC*: $WACC = \{[D \div (D + E)] * [(1 - Tm) * Kd]\} + [E \div (D + E) * Ken]$ *Sendo:* $D$ = valor de dívida; $E$ = valor de capital próprio; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

$Tm$ = taxa marginal de imposto;

$Kd$ = custo da dívida; e

$Ken$ = custo de capital próprio nominal.

*Custo de Capital Próprio Nominal ($Ken$):*

Utilizado o método do CAPM (*Capital Asset Pricing Model* ou Modelo de Precificação de Ativos de Capital) adaptado para os casos em que o mercado norte-americano é utilizado como base para o cálculo do retorno em outro país:

$Ken = [Rf + \beta * (Rm - Rf) + Rp] + (iBRA - iEUA)$

*Sendo:*

$Ken$ = custo de capital próprio nominal;

$Rf$ = retorno histórico do ativo livre de risco EUA;

$\beta$ = sensibilidade da 'cota/ação' da empresa em relação ao mercado de ações;

$Rm$= retorno da carteira de mercado EUA;

$Rp$ = risco país;

iBRA = inflação projetada no Brasil; e

iEUA = inflação projetada nos Estados Unidos.

| | |
|---|---|
| **E – PROPORÇÃO DO VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO:** | 86,13% |
| **D – PROPORÇÃO DO VALOR DE DÍVIDA:** | 13,87% |

- **WACC**

| | |
|---|---|
| **» Custo do Capital Médio Ponderado - Nominal** | **16,16%** |
| **» Custo do Capital Médio Ponderado - Real** | **11,86%** |
| **Inflação** | |
| Inflação EUA | 2,73% |
| Inflação Brasil | 3,84% |
| Diferencial de Inflação | 1,09% |
| **Custo do Capital Próprio** | |
| Taxa Livre de Risco - EUA (Rf) | 2,05% |
| Risco País - Brasil | 2,75% |
| Retorno Histórico de Mercado - EUA (Rm) | 14,82% |
| Industry Risk Premium (IRP) » Prêmio para o Risco de Mercado (Rm - Rf) | 12,77% |
| Beta Desalavancado (βu) | 80,19% |
| Beta Realavancado (βl) | 88,72% |
| Ke \| US Nominal | 16,13% |
| Ke \| BRL Nominal | 17,39% |
| Ke \| BRL Real | 13,05% |
| **Custo do Capital de Terceiros** | |
| Custo da Dívida Antes de Impostos \| BRL Nominal | 12,84% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| US Nominal | 7,31% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| BRL Nominal | 8,47% |
| Custo da Dívida Após Impostos \| BRL Real | 4,46% |
| **Tributos** | |
| IR + CSLL | 34,00% |
| **Estrutura de Capital** | |
| Debt / Total Capital (D) | 13,87% |
| Equity / Total Capital (E) | 86,13% |
| Debt / Equity | 16,11% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**a. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 28 – DRE DO PROJETO Ano 1 ao Ano 10**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | **248.209.905** | **941.691.094** | **26.993.199** | **27.671.175** | **28.468.569** | **29.401.584** | **30.489.328** | **31.754.493** | **32.269.597** | **32.314.555** | **32.350.267** | **32.375.898** |
| (+) Receita Principal | **264.526.783** | **1.004.249.630** | **28.699.123** | **29.434.157** | **30.299.145** | **31.311.707** | **32.492.618** | **33.866.548** | **34.425.367** | **34.473.328** | **34.511.425** | **34.538.769** |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 7.465.859 | 7.478.247 | 7.488.666 | 7.496.942 | 7.502.882 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 26.400.690 | 26.947.120 | 26.984.662 | 27.014.484 | 27.035.887 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(16.316.878)** | **(62.558.537)** | **(1.705.925)** | **(1.762.982)** | **(1.830.576)** | **(1.910.123)** | **(2.003.290)** | **(2.112.055)** | **(2.155.770)** | **(2.158.773)** | **(2.161.159)** | **(2.162.871)** |
| (-) Tributos | **(36.365.051)** | **(137.990.580)** | **(3.932.896)** | **(4.036.189)** | **(4.158.453)** | **(4.300.859)** | **(4.468.850)** | **(4.664.329)** | **(4.743.673)** | **(4.750.227)** | **(4.755.363)** | **(4.755.225)** |
| (=) Receita Líquida | **211.844.854** | **803.700.513** | **23.060.302** | **23.634.986** | **24.310.115** | **25.100.725** | **26.020.478** | **27.090.164** | **27.525.924** | **27.564.328** | **27.594.903** | **27.620.672** |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | **(159.566.670)** | **(588.468.917)** | **(19.546.951)** | **(19.550.626)** | **(19.602.951)** | **(19.608.014)** | **(19.613.919)** | **(19.620.788)** | **(19.623.582)** | **(19.623.822)** | **(19.624.013)** | **(19.624.149)** |
| (-) Custos Operacionais | **(149.755.063)** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | **(9.811.607)** | **(36.512.819)** | **(1.148.415)** | **(1.152.090)** | **(1.204.415)** | **(1.209.478)** | **(1.215.382)** | **(1.222.252)** | **(1.225.046)** | **(1.225.286)** | **(1.225.476)** | **(1.225.613)** |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (168.200) | (168.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (143.496) | (147.171) | (151.496) | (156.559) | (162.463) | (169.333) | (172.127) | (172.367) | (172.557) | (172.694) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | **(473.339)** | **(1.716.373)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | **51.804.845** | **213.515.223** | **3.437.299** | **4.008.307** | **4.652.201** | **5.437.748** | **6.351.596** | **7.414.413** | **7.847.378** | **7.885.543** | **7.915.928** | **7.941.560** |
| *Margem EBITDA* | ***24,5%*** | ***21,3%*** | ***12,0%*** | ***13,6%*** | ***15,4%*** | ***17,4%*** | ***19,5%*** | ***21,9%*** | ***22,8%*** | ***22,9%*** | ***22,9%*** | ***23,0%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (2.252.779) | (2.450.649) | (2.536.968) | (2.794.024) | (2.828.329) | (2.864.006) | (2.901.169) | (2.939.949) | (2.980.491) | (3.541.507) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | **26.377.026** | **90.529.882** | **1.184.520** | **1.557.658** | **2.115.233** | **2.643.724** | **3.523.268** | **4.550.407** | **4.946.209** | **4.945.594** | **4.935.437** | **4.400.053** |
| *Margem operacional do projeto* | ***12,5%*** | ***9,61%*** | ***4,39%*** | ***5,63%*** | ***7,43%*** | ***8,99%*** | ***11,56%*** | ***14,33%*** | ***15,33%*** | ***15,30%*** | ***15,26%*** | ***13,59%*** |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | **(6.443.439)** | **(27.342.708)** | **(100.257)** | **(182.299)** | **(371.874)** | **(553.763)** | **(867.969)** | **(1.064.671)** | **(1.218.538)** | **(1.237.624)** | **(1.254.923)** | **(1.101.732)** |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (73.719) | (134.043) | (273.437) | (407.178) | (638.213) | (782.846) | (895.984) | (910.018) | (922.737) | (810.097) |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (26.539) | (48.256) | (98.437) | (146.584) | (229.757) | (281.825) | (322.554) | (327.606) | (332.185) | (291.635) |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | **19.933.588** | **63.187.174** | **1.084.263** | **1.375.359** | **1.743.359** | **2.089.961** | **2.655.298** | **3.485.736** | **3.727.671** | **3.707.970** | **3.680.514** | **3.298.320** |
| *Margem Líquida* | ***9,4%*** | ***7,9%*** | ***4,7%*** | ***5,8%*** | ***7,2%*** | ***8,3%*** | ***10,2%*** | ***12,9%*** | ***13,5%*** | ***13,5%*** | ***13,3%*** | ***11,9%*** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 29 – DRE DO PROJETO Ano 11 ao Ano 20**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | 248.209.905 | 941.691.094 | 32.391.455 | 32.396.932 | 32.392.324 | 32.377.672 | 32.353.005 | 32.318.317 | 32.273.568 | 32.218.833 | 32.154.326 | 32.080.241 |
| (+) Receita Principal | 264.526.783 | 1.004.249.630 | 34.555.365 | 34.561.208 | 34.556.292 | 34.540.662 | 34.514.347 | 34.477.341 | 34.429.602 | 34.371.211 | 34.302.395 | 34.223.361 |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.506.487 | 7.507.756 | 7.506.688 | 7.503.293 | 7.497.576 | 7.489.538 | 7.479.167 | 7.466.483 | 7.451.534 | 7.434.365 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 27.048.878 | 27.053.452 | 27.049.604 | 27.037.369 | 27.016.770 | 26.987.804 | 26.950.435 | 26.904.728 | 26.850.861 | 26.788.995 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (16.316.878) | (62.558.537) | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |
| (-) Tributos | (36.365.051) | (137.990.580) | (4.757.269) | (4.757.764) | (4.757.064) | (4.754.837) | (4.751.088) | (4.745.816) | (4.739.015) | (4.730.696) | (4.720.892) | (4.702.516) |
| (=) Receita Líquida | 211.844.854 | 803.700.513 | 27.634.186 | 27.639.168 | 27.635.260 | 27.622.835 | 27.601.917 | 27.572.501 | 27.534.553 | 27.488.137 | 27.433.434 | 27.377.725 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (159.566.670) | (588.468.917) | (19.624.232) | (19.624.262) | (19.624.237) | (19.624.159) | (19.624.027) | (19.623.842) | (19.623.604) | (19.623.312) | (19.622.968) | (19.622.572) |
| (-) Custos Operacionais | (149.755.063) | (551.956.098) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | (9.811.607) | (36.512.819) | (1.225.696) | (1.225.725) | (1.225.701) | (1.225.622) | (1.225.491) | (1.225.306) | (1.225.067) | (1.224.775) | (1.224.431) | (1.224.036) |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (172.777) | (172.806) | (172.781) | (172.703) | (172.572) | (172.387) | (172.148) | (171.856) | (171.512) | (171.117) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | (473.339) | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | 51.804.845 | 213.515.223 | 7.965.535 | 7.970.488 | 7.966.605 | 7.954.258 | 7.933.472 | 7.904.240 | 7.866.531 | 7.820.407 | 7.766.048 | 7.710.735 |
| *Margem EBITDA* | *24,5%* | *21,3%* | *23,1%* | *23,1%* | *23,1%* | *23,0%* | *23,0%* | *22,9%* | *22,8%* | *22,8%* | *22,6%* | *22,5%* |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (3.586.104) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (4.622.995) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | 26.377.026 | 90.529.882 | 4.379.431 | 4.337.440 | 4.333.558 | 4.321.211 | 4.300.424 | 4.271.193 | 4.233.483 | 4.187.359 | 4.133.000 | 3.087.740 |
| *Margem operacional do projeto* | *12,5%* | *9,61%* | *13,52%* | *13,39%* | *13,38%* | *13,35%* | *13,29%* | *13,22%* | *13,12%* | *13,00%* | *12,85%* | *9,63%* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | (6.443.439) | (27.342.708) | (1.123.561) | (1.138.125) | (1.165.645) | (1.190.287) | (1.212.060) | (1.230.962) | (1.246.981) | (1.260.139) | (1.270.497) | (943.949) |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (826.148) | (836.857) | (857.092) | (875.211) | (891.221) | (905.119) | (916.898) | (926.573) | (934.189) | (694.080) |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (297.413) | (301.268) | (308.553) | (315.076) | (320.839) | (325.843) | (330.083) | (333.566) | (336.308) | (249.869) |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | 19.933.588 | 63.187.174 | 3.255.870 | 3.199.316 | 3.167.913 | 3.130.923 | 3.088.364 | 3.040.231 | 2.986.502 | 2.927.220 | 2.862.503 | 2.143.790 |
| *Margem Líquida* | *9,4%* | *7,9%* | *11,8%* | *11,6%* | *11,5%* | *11,3%* | *11,2%* | *11,0%* | *10,8%* | *10,6%* | *10,4%* | *7,8%* |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CDS Velho Chico
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 30 – DRE DO PROJETO Ano 21 ao Ano 30**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | 248.209.905 | 941.691.094 | 31.996.590 | 31.903.311 | 31.800.498 | 31.688.290 | 31.566.806 | 31.436.093 | 31.296.172 | 31.147.114 | 30.988.992 | 30.821.891 |
| (+) Receita Principal | 264.526.783 | 1.004.249.630 | 34.134.122 | 34.034.611 | 33.924.929 | 33.805.225 | 33.675.625 | 33.536.181 | 33.386.912 | 33.227.896 | 33.059.211 | 32.880.947 |
| TEP | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.414.980 | 7.393.363 | 7.369.537 | 7.343.533 | 7.315.380 | 7.285.089 | 7.252.663 | 7.218.120 | 7.181.476 | 7.142.752 |
| TUF | 203.960.977 | 781.981.709 | 26.719.142 | 26.641.248 | 26.555.392 | 26.461.692 | 26.360.245 | 26.251.092 | 26.134.249 | 26.009.776 | 25.877.735 | 25.738.195 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | (16.316.878) | (62.558.537) | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |
| (-) Tributos | (36.365.051) | (137.990.580) | (4.689.802) | (4.675.626) | (4.660.000) | (4.642.494) | (4.624.030) | (4.604.165) | (4.582.899) | (4.560.245) | (4.535.991) | (4.432.305) |
| (=) Receita Líquida | 211.844.854 | 803.700.513 | 27.306.788 | 27.227.685 | 27.140.498 | 27.045.796 | 26.942.775 | 26.831.929 | 26.713.273 | 26.586.869 | 26.453.001 | 26.389.586 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (159.566.670) | (588.468.917) | (19.622.126) | (19.621.629) | (19.621.080) | (19.620.482) | (19.619.834) | (19.619.137) | (19.618.390) | (19.617.595) | (19.616.752) | (19.615.860) |
| (-) Custos Operacionais | (149.755.063) | (551.956.098) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) | (18.398.537) |
| (-) Custos Operação | (139.071.555) | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (29.097) | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (10.654.411) | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| (-) Despesas gerais e administrativas | (9.811.607) | (36.512.819) | (1.223.590) | (1.223.092) | (1.222.544) | (1.221.945) | (1.221.297) | (1.220.600) | (1.219.854) | (1.219.059) | (1.218.215) | (1.217.324) |
| (-) Tarifas Públicas | (989.064) | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (146.511) | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (1.678.490) | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (1.322.634) | (5.021.248) | (170.671) | (170.173) | (169.625) | (169.026) | (168.378) | (167.681) | (166.935) | (166.139) | (165.296) | (164.405) |
| (-) Administração Local | (4.226.160) | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (1.448.748) | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (-) Seguros e Garantias | (473.339) | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | - | | | | | | | | | | |
| (=) EBITDA | 51.804.845 | 213.515.223 | 7.608.610 | 7.530.005 | 7.443.365 | 7.349.262 | 7.246.889 | 7.136.740 | 7.018.831 | 6.893.221 | 6.800.267 | 6.737.743 |
| *Margem EBITDA* | *24,5%* | *21,3%* | *22,3%* | *22,1%* | *21,9%* | *21,7%* | *21,5%* | *21,3%* | *21,0%* | *20,7%* | *20,6%* | *20,5%* |
| (-) Depreciação e Amortização | (25.427.819) | (122.985.341) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.716.912) | (15.606.336) |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL | 26.377.026 | 90.529.882 | 2.985.615 | 2.907.010 | 2.820.370 | 2.663.310 | 2.560.937 | 2.450.788 | 2.332.879 | 2.207.269 | 2.083.355 | (8.868.593) |
| *Margem operacional do projeto* | *12,5%* | *9,61%* | *9,33%* | *9,11%* | *8,87%* | *8,40%* | *8,11%* | *7,80%* | *7,45%* | *7,09%* | *6,72%* | *-28,77%* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO | (6.443.439) | (27.342.708) | (938.067) | (937.980) | (922.201) | (878.346) | (853.085) | (825.180) | (793.179) | (750.472) | (708.341) | - |
| (-) Imposto de Renda | (4.737.823) | (20.104.933) | (689.755) | (689.691) | (678.089) | (645.843) | (627.268) | (606.750) | (583.220) | (551.817) | (520.839) | - |
| (-) CSLL | (1.705.616) | (7.237.776) | (248.312) | (248.289) | (244.112) | (232.503) | (225.817) | (218.430) | (209.959) | (198.654) | (187.502) | - |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO | 19.933.588 | 63.187.174 | 2.047.548 | 1.969.029 | 1.898.169 | 1.784.964 | 1.707.852 | 1.625.608 | 1.539.700 | 1.456.798 | 1.375.014 | (8.868.593) |
| *Margem Líquida* | *9,4%* | *7,9%* | *7,5%* | *7,2%* | *7,0%* | *6,6%* | *6,3%* | *6,1%* | *5,8%* | *5,5%* | *5,2%* | *-33,6%* |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 31 – DFC DO PROJETO Ano 1 ao Ano 10**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **1.084.263** | **1.375.359** | **1.743.359** | **2.089.961** | **2.655.298** | **3.485.736** | **3.727.671** | **3.707.970** | **3.680.514** | **3.298.320** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 2.252.779 | 2.450.649 | 2.536.968 | 2.794.024 | 2.828.329 | 2.864.006 | 2.901.169 | 2.939.949 | 2.980.491 | 3.541.507 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **3.337.042** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** | **6.647.919** | **6.661.005** | **6.839.828** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(19.356.376)** | **(5.738.224)** | **(2.416.927)** | **(3.989.127)** | **(891.927)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **(891.927)** | **(995.127)** | **(11.781.351)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | (4.922.678) | (4.922.678) | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | (5.700) | (1.525.000) | (1.525.000) | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | (2.675.296) | (809.846) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(1.912.215)** | **1.863.400** | **894.858** | **4.591.700** | **(4.187.585)** | **5.736.913** | **5.755.992** | **5.665.878** | **(4.941.523)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(17.931.550)** | **(16.068.150)** | **(15.173.292)** | **(10.581.592)** | **(14.769.177)** | **(9.032.264)** | **(3.276.272)** | **2.389.606** | **(2.551.917)** |
| **TIR Desalavancada** | | **11,86%** | | | | | | | | | | |
| **Exposição Máxima - em R$** | | **(17.931.550)** | | | | | | | | | | |
| **VPL @11,9% - em R$** | | **(0)** | | | | | | | | | | |
| **Payback** | | **Ano 9** | | | | | | | | | | |
| **Taxa Mínima de atratividade** | | **11,9%** | | | | | | | | | | |




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 32 – DFC DO PROJETO Ano 11 ao Ano 20**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **3.255.870** | **3.199.316** | **3.167.913** | **3.130.923** | **3.088.364** | **3.040.231** | **2.986.502** | **2.927.220** | **2.862.503** | **2.143.790** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 3.586.104 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 4.622.995 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **6.841.974** | **6.832.363** | **6.800.960** | **6.763.971** | **6.721.411** | **6.673.278** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.495.550** | **6.766.785** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | (891.927) | (891.927) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(3.695.353)** | **5.940.436** | **6.800.960** | **5.191.771** | **6.721.411** | **(2.972.122)** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.392.350** | **(4.122.639)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **(6.247.270)** | **(306.834)** | **6.494.126** | **11.685.896** | **18.407.308** | **15.435.186** | **22.054.736** | **28.615.003** | **35.007.353** | **30.884.715** |
| **TIR Desalavancada** | | **11,86%** | | | | | | | | | | |
| **Exposição Máxima - em R$** | | **(17.931.550)** | | | | | | | | | | |
| **VPL @11,9% - em R$** | | **(0)** | | | | | | | | | | |
| **Payback** | | **Ano 9** | | | | | | | | | | |
| **Taxa Mínima de atratividade** | | **11,9%** | | | | | | | | | | |

www.cdsvelhochico.ba.gov.br
BR 430, Bairro Shangri-la s/n 47600-000
Bom Jesus da Lapa - Bahia
cdsvelhochico@hotmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 33 – DFC DO PROJETO Ano 21 ao Ano 30**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,86% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | **19.933.588** | **63.187.174** | **2.047.548** | **1.969.029** | **1.898.169** | **1.784.964** | **1.707.852** | **1.625.608** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| (+) Depreciação e Amortização | 25.427.819 | 122.985.341 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.716.912 | 15.606.336 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **45.361.406** | **186.172.515** | **6.670.543** | **6.592.024** | **6.521.164** | **6.470.916** | **6.393.804** | **6.311.560** | **6.225.652** | **6.142.750** | **6.091.926** | **6.737.743** |
| **INVESTIMENTOS** | **(45.361.406)** | **(122.985.341)** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (13.419.970) | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (2.068.127) | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (19.550.809) | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 mes | (1.343.885) | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (7.089.645) | (12.404.412) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (1.888.970) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **-** | **63.187.174** | **(2.974.857)** | **6.592.024** | **6.521.164** | **4.898.716** | **6.393.804** | **(3.333.840)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | **-** | **63.187.174** | **27.909.858** | **34.501.882** | **41.023.046** | **45.921.762** | **52.315.567** | **48.981.727** | **55.207.379** | **61.350.129** | **67.338.855** | **63.187.174** |

| | |
|---|---|
| **TIR Desalavancada** | **11,86%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(17.931.550)** |
| **VPL @11,9% - em R$** | **(0)** |
| **Payback** | **Ano 9** |
| **Taxa Mínima de atratividade** | **11,9%** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 34 – DRE ALAVANCADO Ano 1 ao Ano 10**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **28.699.123** | **29.434.157** | **30.299.145** | **31.311.707** | **32.492.618** | **33.866.548** | **34.425.367** | **34.473.328** | **34.511.425** | **34.538.769** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **26.993.199** | **27.671.175** | **28.468.569** | **29.401.584** | **30.489.328** | **31.754.493** | **32.269.597** | **32.314.555** | **32.350.267** | **32.375.898** |
| TEP | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 7.465.859 | 7.478.247 | 7.488.666 | 7.496.942 | 7.502.882 |
| TUF | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 26.400.690 | 26.947.120 | 26.984.662 | 27.014.484 | 27.035.887 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (2.112.055) | (2.155.770) | (2.158.773) | (2.161.159) | (2.162.871) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(3.932.896)** | **(4.036.189)** | **(4.158.453)** | **(4.300.859)** | **(4.468.850)** | **(4.664.329)** | **(4.743.673)** | **(4.750.227)** | **(4.755.363)** | **(4.755.225)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **23.060.302** | **23.634.986** | **24.310.115** | **25.100.725** | **26.020.478** | **27.090.164** | **27.525.924** | **27.564.328** | **27.594.903** | **27.620.672** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.546.951)** | **(19.550.626)** | **(19.602.951)** | **(19.608.014)** | **(19.613.919)** | **(19.620.788)** | **(19.623.582)** | **(19.623.822)** | **(19.624.013)** | **(19.624.149)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.148.415)** | **(1.152.090)** | **(1.204.415)** | **(1.209.478)** | **(1.215.382)** | **(1.222.252)** | **(1.225.046)** | **(1.225.286)** | **(1.225.476)** | **(1.225.613)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (168.200) | (168.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (143.496) | (147.171) | (151.496) | (156.559) | (162.463) | (169.333) | (172.127) | (172.367) | (172.557) | (172.694) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** | **(54.963)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) | (54.963) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **3.437.299** | **4.008.307** | **4.652.201** | **5.437.748** | **6.351.596** | **7.414.413** | **7.847.378** | **7.885.543** | **7.915.928** | **7.941.560** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***14,9%*** | ***17,0%*** | ***19,1%*** | ***21,7%*** | ***24,4%*** | ***27,4%*** | ***28,5%*** | ***28,6%*** | ***28,7%*** | ***28,8%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (2.252.779) | (2.450.649) | (2.536.968) | (2.794.024) | (2.828.329) | (2.864.006) | (2.901.169) | (2.939.949) | (2.980.491) | (3.541.507) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **1.184.520** | **1.557.658** | **2.115.233** | **2.643.724** | **3.523.268** | **4.550.407** | **4.946.209** | **4.945.594** | **4.935.437** | **4.400.053** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***5,1%*** | ***6,6%*** | ***8,7%*** | ***10,5%*** | ***13,5%*** | ***16,8%*** | ***18,0%*** | ***17,9%*** | ***17,9%*** | ***15,9%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (763.271) | (1.021.485) | (1.021.485) | (1.015.011) | (970.416) | (1.419.022) | (1.362.273) | (1.305.524) | (1.244.488) | (1.159.663) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **421.249** | **536.173** | **1.093.748** | **1.628.714** | **2.552.851** | **3.131.385** | **3.583.936** | **3.640.070** | **3.690.949** | **3.240.389** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(100.257)** | **(182.299)** | **(371.874)** | **(553.763)** | **(867.969)** | **(1.064.671)** | **(1.218.538)** | **(1.237.624)** | **(1.254.923)** | **(1.101.732)** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (73.719) | (134.043) | (273.437) | (407.178) | (638.213) | (782.846) | (895.984) | (910.018) | (922.737) | (810.097) |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (26.539) | (48.256) | (98.437) | (146.584) | (229.757) | (281.825) | (322.554) | (327.606) | (332.185) | (291.635) |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **320.992** | **353.874** | **721.874** | **1.074.951** | **1.684.882** | **2.066.714** | **2.365.398** | **2.402.446** | **2.436.026** | **2.138.657** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***1,4%*** | ***1,5%*** | ***3,0%*** | ***4,3%*** | ***6,5%*** | ***7,6%*** | ***8,6%*** | ***8,7%*** | ***8,8%*** | ***7,7%*** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 35 – DRE ALAVANCADO Ano 11 ao Ano 20**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **34.555.365** | **34.561.208** | **34.556.292** | **34.540.662** | **34.514.347** | **34.477.341** | **34.429.602** | **34.371.211** | **34.302.395** | **34.223.361** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **32.391.455** | **32.396.932** | **32.392.324** | **32.377.672** | **32.353.005** | **32.318.317** | **32.273.568** | **32.218.833** | **32.154.326** | **32.080.241** |
| TEP | 222.267.921 | 7.506.487 | 7.507.756 | 7.506.688 | 7.503.293 | 7.497.576 | 7.489.538 | 7.479.167 | 7.466.483 | 7.451.534 | 7.434.365 |
| TUF | 781.981.709 | 27.048.878 | 27.053.452 | 27.049.604 | 27.037.369 | 27.016.770 | 26.987.804 | 26.950.435 | 26.904.728 | 26.850.861 | 26.788.995 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (2.163.910) | (2.164.276) | (2.163.968) | (2.162.990) | (2.161.342) | (2.159.024) | (2.156.035) | (2.152.378) | (2.148.069) | (2.143.120) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(4.757.269)** | **(4.757.764)** | **(4.757.064)** | **(4.754.837)** | **(4.751.088)** | **(4.745.816)** | **(4.739.015)** | **(4.730.696)** | **(4.720.892)** | **(4.702.516)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **27.634.186** | **27.639.168** | **27.635.260** | **27.622.835** | **27.601.917** | **27.572.501** | **27.534.553** | **27.488.137** | **27.433.434** | **27.377.725** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.624.232)** | **(19.624.262)** | **(19.624.237)** | **(19.624.159)** | **(19.624.027)** | **(19.623.842)** | **(19.623.604)** | **(19.623.312)** | **(19.622.968)** | **(19.622.572)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.225.696)** | **(1.225.725)** | **(1.225.701)** | **(1.225.622)** | **(1.225.491)** | **(1.225.306)** | **(1.225.067)** | **(1.224.775)** | **(1.224.431)** | **(1.224.036)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (172.777) | (172.806) | (172.781) | (172.703) | (172.572) | (172.387) | (172.148) | (171.856) | (171.512) | (171.117) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** | **(44.418)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) | (44.418) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **7.965.535** | **7.970.488** | **7.966.605** | **7.954.258** | **7.933.472** | **7.904.240** | **7.866.531** | **7.820.407** | **7.766.048** | **7.710.735** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,8%*** | ***28,7%*** | ***28,7%*** | ***28,6%*** | ***28,5%*** | ***28,3%*** | ***28,2%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (3.586.104) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (3.633.047) | (4.622.995) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **4.379.431** | **4.337.440** | **4.333.558** | **4.321.211** | **4.300.424** | **4.271.193** | **4.233.483** | **4.187.359** | **4.133.000** | **3.087.740** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***15,8%*** | ***15,7%*** | ***15,7%*** | ***15,6%*** | ***15,6%*** | ***15,5%*** | ***15,4%*** | ***15,2%*** | ***15,1%*** | ***11,3%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (1.074.839) | (990.014) | (905.190) | (820.365) | (735.541) | (650.717) | (565.892) | (481.068) | (396.243) | (311.419) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **3.304.592** | **3.347.426** | **3.428.368** | **3.500.845** | **3.564.883** | **3.620.477** | **3.667.591** | **3.706.292** | **3.736.757** | **2.776.321** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(1.123.561)** | **(1.138.125)** | **(1.165.645)** | **(1.190.287)** | **(1.212.060)** | **(1.230.962)** | **(1.246.981)** | **(1.260.139)** | **(1.270.497)** | **(943.949)** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (826.148) | (836.857) | (857.092) | (875.211) | (891.221) | (905.119) | (916.898) | (926.573) | (934.189) | (694.080) |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (297.413) | (301.268) | (308.553) | (315.076) | (320.839) | (325.843) | (330.083) | (333.566) | (336.308) | (249.869) |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **2.181.031** | **2.209.301** | **2.262.723** | **2.310.558** | **2.352.823** | **2.389.514** | **2.420.610** | **2.446.153** | **2.466.260** | **1.832.372** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***7,9%*** | ***8,0%*** | ***8,2%*** | ***8,4%*** | ***8,5%*** | ***8,7%*** | ***8,8%*** | ***8,9%*** | ***9,0%*** | ***6,7%*** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 36 – DRE ALAVANCADO Ano 21 ao Ano 30**

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | **1.004.249.630** | **34.134.122** | **34.034.611** | **33.924.929** | **33.805.225** | **33.675.625** | **33.536.181** | **33.386.912** | **33.227.896** | **33.059.211** | **32.880.947** |
| **(+) Receita Principal** | **941.691.094** | **31.996.590** | **31.903.311** | **31.800.498** | **31.688.290** | **31.566.806** | **31.436.093** | **31.296.172** | **31.147.114** | **30.988.992** | **30.821.891** |
| TEP | 222.267.921 | 7.414.980 | 7.393.363 | 7.369.537 | 7.343.533 | 7.315.380 | 7.285.089 | 7.252.663 | 7.218.120 | 7.181.476 | 7.142.752 |
| TUF | 781.981.709 | 26.719.142 | 26.641.248 | 26.555.392 | 26.461.692 | 26.360.245 | 26.251.092 | 26.134.249 | 26.009.776 | 25.877.735 | 25.738.195 |
| (-) Inadimplência sobre a TUF (8%) | **(62.558.537)** | (2.137.531) | (2.131.300) | (2.124.431) | (2.116.935) | (2.108.820) | (2.100.087) | (2.090.740) | (2.080.782) | (2.070.219) | (2.059.056) |
| **(-) Tributos** | **(137.990.580)** | **(4.689.802)** | **(4.675.626)** | **(4.660.000)** | **(4.642.494)** | **(4.624.030)** | **(4.604.165)** | **(4.582.899)** | **(4.560.245)** | **(4.535.991)** | **(4.432.305)** |
| **(=) Receita Líquida** | **803.700.513** | **27.306.788** | **27.227.685** | **27.140.498** | **27.045.796** | **26.942.775** | **26.831.929** | **26.713.273** | **26.586.869** | **26.453.001** | **26.389.586** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | **(588.468.917)** | **(19.622.126)** | **(19.621.629)** | **(19.621.080)** | **(19.620.482)** | **(19.619.834)** | **(19.619.137)** | **(19.618.390)** | **(19.617.595)** | **(19.616.752)** | **(19.615.860)** |
| **(-) Custos Operacionais** | **(551.956.098)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** | **(18.398.537)** |
| (-) Custos Operação | (512.579.617) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) | (17.085.987) |
| (-) Custos - Conservação | (107.244) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) | (3.575) |
| (-) Custos Manutenção | (39.269.237) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) | (1.308.975) |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** | **(36.512.819)** | **(1.223.590)** | **(1.223.092)** | **(1.222.544)** | **(1.221.945)** | **(1.221.297)** | **(1.220.600)** | **(1.219.854)** | **(1.219.059)** | **(1.218.215)** | **(1.217.324)** |
| (-) Tarifas Públicas | (3.645.418) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) | (121.514) |
| (-) Materiais de Consumo Geral | (540.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) | (18.000) |
| (-) Serviços Terceiros | (6.390.000) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) | (216.200) |
| (-) Taxa de Fiscalização | (5.021.248) | (170.671) | (170.173) | (169.625) | (169.026) | (168.378) | (167.681) | (166.935) | (166.139) | (165.296) | (164.405) |
| (-) Administração Local | (15.576.466) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) | (519.216) |
| (-) Outras Despesas | (5.339.687) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) | (177.990) |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** | **(1.716.373)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(76.052)** | **(35.983)** | **(35.983)** |
| (-) Seguros e Garantias | (1.716.373) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (76.052) | (35.983) | (35.983) |
| (+) Outras receitas Operacionais | - | | | | | | | | | | |
| **(=) EBITDA** | **213.515.223** | **7.608.610** | **7.530.005** | **7.443.365** | **7.349.262** | **7.246.889** | **7.136.740** | **7.018.831** | **6.893.221** | **6.800.267** | **6.737.743** |
| ***Margem EBITDA*** | ***26,6%*** | ***27,9%*** | ***27,7%*** | ***27,4%*** | ***27,2%*** | ***26,9%*** | ***26,6%*** | ***26,3%*** | ***25,9%*** | ***25,7%*** | ***25,5%*** |
| (-) Depreciação e Amortização | (122.985.341) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.622.995) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.685.952) | (4.716.912) | (15.606.336) |
| **(=) EBIT** | **90.529.882** | **2.985.615** | **2.907.010** | **2.820.370** | **2.663.310** | **2.560.937** | **2.450.788** | **2.332.879** | **2.207.269** | **2.083.355** | **(8.868.593)** |
| ***Margem EBIT*** | ***11,3%*** | ***10,9%*** | ***10,7%*** | ***10,4%*** | ***9,8%*** | ***9,5%*** | ***9,1%*** | ***8,7%*** | ***8,3%*** | ***7,9%*** | ***-33,6%*** |
| (-) Despesa Financeira | (18.852.370) | (226.594) | (148.244) | (108.014) | (79.939) | (51.864) | (23.788) | (0) | (0) | (0) | (0) |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | **71.677.512** | **2.759.020** | **2.758.765** | **2.712.356** | **2.583.371** | **2.509.073** | **2.427.000** | **2.332.879** | **2.207.269** | **2.083.355** | **(8.868.593)** |
| **(=) IRPJ + CSSL** | **(27.342.708)** | **(938.067)** | **(937.980)** | **(922.201)** | **(878.346)** | **(853.085)** | **(825.180)** | **(793.179)** | **(750.472)** | **(708.341)** | **-** |
| (-) Imposto de Renda | (20.104.933) | (689.755) | (689.691) | (678.089) | (645.843) | (627.268) | (606.750) | (583.220) | (551.817) | (520.839) | - |
| (-) CSLL | (7.237.776) | (248.312) | (248.289) | (244.112) | (232.503) | (225.817) | (218.430) | (209.959) | (198.654) | (187.502) | - |
| **(=) Lucro Líquido** | **44.334.803** | **1.820.953** | **1.820.785** | **1.790.155** | **1.705.025** | **1.655.988** | **1.601.820** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| ***Margem Líquida*** | ***5,5%*** | ***6,7%*** | ***6,7%*** | ***6,6%*** | ***6,3%*** | ***6,1%*** | ***6,0%*** | ***5,8%*** | ***5,5%*** | ***5,2%*** | ***-33,6%*** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 37 – FDC ALAVANCADO Ano 1 ao Ano 10**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **1.084.263** | **1.375.359** | **1.743.359** | **2.089.961** | **2.655.298** | **3.485.736** | **3.727.671** | **3.707.970** | **3.680.514** | **3.298.320** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 2.252.779 | 2.450.649 | 2.536.968 | 2.794.024 | 2.828.329 | 2.864.006 | 2.901.169 | 2.939.949 | 2.980.491 | 3.541.507 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **3.337.042** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** | **6.647.919** | **6.661.005** | **6.839.828** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(19.356.376)** | **(5.738.224)** | **(2.416.927)** | **(3.989.127)** | **(891.927)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **(891.927)** | **(995.127)** | **(11.781.351)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | (4.922.678) | (4.922.678) | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | (5.700) | (1.525.000) | (1.525.000) | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | (2.675.296) | (809.846) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) | (891.927) |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(16.019.334)** | **(1.912.215)** | **1.863.400** | **894.858** | **4.591.700** | **(4.187.585)** | **5.736.913** | **5.755.992** | **5.665.878** | **(4.941.523)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | 11.654.462 | 3.942.702 | - | - | - | 7.716.320 | - | - | - | - |
| (-) Amortização da dívida | (23.313.484) | - | - | - | (647.470) | (866.509) | (866.509) | (866.509) | (866.509) | (1.295.194) | (1.295.194) |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | (1.269.592) | (429.503) | - | - | - | (840.586) | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (763.271) | (1.021.485) | (1.021.485) | (1.015.011) | (970.416) | (1.419.022) | (1.362.273) | (1.305.524) | (1.244.488) | (1.159.663) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **9.621.599** | **2.491.714** | **(1.021.485)** | **(1.662.481)** | **(1.836.925)** | **4.590.202** | **(2.228.782)** | **(2.172.033)** | **(2.539.681)** | **(2.454.857)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(6.397.735)** | **579.499** | **841.914** | **(767.623)** | **2.754.774** | **402.617** | **3.508.131** | **3.583.959** | **3.126.197** | **(7.396.380)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **(6.397.735)** | **(5.818.237)** | **(4.976.322)** | **(5.743.945)** | **(2.989.170)** | **(2.586.553)** | **921.578** | **4.505.537** | **7.631.734** | **235.354** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 38 – FDC ALAVANCADO Ano 11 ao Ano 20**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **3.255.870** | **3.199.316** | **3.167.913** | **3.130.923** | **3.088.364** | **3.040.231** | **2.986.502** | **2.927.220** | **2.862.503** | **2.143.790** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 3.586.104 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 3.633.047 | 4.622.995 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **6.841.974** | **6.832.363** | **6.800.960** | **6.763.971** | **6.721.411** | **6.673.278** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.495.550** | **6.766.785** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(10.537.327)** | **(891.927)** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | (891.927) | (891.927) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(3.695.353)** | **5.940.436** | **6.800.960** | **5.191.771** | **6.721.411** | **(2.972.122)** | **6.619.550** | **6.560.268** | **6.392.350** | **(4.122.639)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização da dívida | (23.313.484) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) | (1.295.194) |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (1.074.839) | (990.014) | (905.190) | (820.365) | (735.541) | (650.717) | (565.892) | (481.068) | (396.243) | (311.419) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **(2.370.032)** | **(2.285.208)** | **(2.200.384)** | **(2.115.559)** | **(2.030.735)** | **(1.945.910)** | **(1.861.086)** | **(1.776.261)** | **(1.691.437)** | **(1.606.612)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(6.065.386)** | **3.655.228** | **4.600.576** | **3.076.212** | **4.690.677** | **(4.918.032)** | **4.758.464** | **4.784.006** | **4.700.914** | **(5.729.251)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **(5.830.032)** | **(2.174.804)** | **2.425.773** | **5.501.984** | **10.192.661** | **5.274.629** | **10.033.093** | **14.817.099** | **19.518.013** | **13.788.762** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 39 – FDC ALAVANCADO Ano 21 ao Ano 30**

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | **63.187.174** | **2.047.548** | **1.969.029** | **1.898.169** | **1.784.964** | **1.707.852** | **1.625.608** | **1.539.700** | **1.456.798** | **1.375.014** | **(8.868.593)** |
| (+) Depreciação e Amortização | 122.985.341 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.622.995 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.685.952 | 4.716.912 | 15.606.336 |
| **(=) Fluxo Operacional** | **186.172.515** | **6.670.543** | **6.592.024** | **6.521.164** | **6.470.916** | **6.393.804** | **6.311.560** | **6.225.652** | **6.142.750** | **6.091.926** | **6.737.743** |
| **INVESTIMENTOS** | **(122.985.341)** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(1.572.200)** | **-** | **(9.645.400)** | **-** | **-** | **(103.200)** | **(10.889.424)** |
| CVR, CTM, ETR e CTMB | (42.513.628) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.889.424) |
| Infraestrutura operacional | (3.055.700) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | (58.491.600) | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - | (9.645.400) | - | - | (103.200) | - |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | (4.407.000) | - | - | - | (1.469.000) | - | - | - | - | - | - |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | (12.404.412) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso Estudos, Prefeitura e B3 | (2.113.002) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo do Projeto** | **63.187.174** | **(2.974.857)** | **6.592.024** | **6.521.164** | **4.898.716** | **6.393.804** | **(3.333.840)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| (+) Captação de Financiamento | 23.313.484 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização da dívida | (23.313.484) | (1.295.194) | (647.723) | (428.684) | (428.684) | (428.684) | (428.684) | - | - | - | - |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | (2.539.681) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Despesas Financeiras | (18.852.370) | (226.594) | (148.244) | (108.014) | (79.939) | (51.864) | (23.788) | (0) | (0) | (0) | (0) |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **(=) Fluxo Financeiro** | **(21.392.052)** | **(1.521.788)** | **(795.968)** | **(536.699)** | **(508.623)** | **(480.548)** | **(452.473)** | **(0)** | **(0)** | **(0)** | **(0)** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | **41.795.122** | **(4.496.645)** | **5.796.056** | **5.984.466** | **4.390.093** | **5.913.256** | **(3.786.313)** | **6.225.652** | **6.142.750** | **5.988.726** | **(4.151.681)** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | | **9.292.117** | **15.088.173** | **21.072.639** | **25.462.732** | **31.375.988** | **27.589.675** | **33.815.327** | **39.958.077** | **45.946.803** | **41.795.122** |

| | |
|---|---|
| **TIR Alavancada** | **15,7%** |
| **Exposição Máxima - em R$** | **(6.397.735)** |
| **Payback** | **Ano 7** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**b. QUADRO DE USOS E FONTES**

**Tabela 40 – QUADRO DE USOS E FONTES**

| QUADRO DE USOS E FONTES - VALORES EM R$ | Total 5 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **USOS** | **57.181.477** | **21.389.239** | **7.189.212** | **3.438.412** | **5.651.608** | **2.728.852** | **13.663.445** | **3.120.709** |
| **Investimentos** | **43.821.835** | **19.356.376** | **5.738.224** | **2.416.927** | **3.989.127** | **891.927** | **10.537.327** | **891.927** |
| Obras, Projetos e Benfeitorias | 9.845.356 | 4.922.678 | 4.922.678 | - | - | - | - | - |
| Infraestrutura Técnico-Operacional | 3.055.700 | - | 5.700 | 1.525.000 | 1.525.000 | - | - | - |
| Veículos | 19.394.000 | 9.645.400 | - | - | 103.200 | - | 9.645.400 | - |
| Máquinas e Equipamentos | 1.469.000 | - | - | - | 1.469.000 | - | - | - |
| PRAD | 7.944.777 | 2.675.296 | 809.846 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 | 891.927 |
| Reembolso Estudos e B3 | 2.113.002 | 2.113.002 | - | - | - | - | - | - |
| **Serviço de Dívida** | **13.359.642** | **2.032.863** | **1.450.988** | **1.021.485** | **1.662.481** | **1.836.925** | **3.126.118** | **2.228.782** |
| Despesas Financeiras | 7.572.963 | 763.271 | 1.021.485 | 1.021.485 | 1.015.011 | 970.416 | 1.419.022 | 1.362.273 |
| Amortização | 3.246.998 | - | - | - | 647.470 | 866.509 | 866.509 | 866.509 |
| Constituição de Conta Reserva | 2.539.681 | 1.269.592 | 429.503 | - | - | - | 840.586 | - |
| **FONTES** | **57.181.477** | **21.389.239** | **7.189.212** | **3.438.412** | **5.651.608** | **2.728.852** | **13.663.445** | **3.120.709** |
| **Recursos de Terceiros** | **23.313.484** | **11.654.462** | **3.942.702** | **-** | **-** | **-** | **7.716.320** | **-** |
| Captação de Financiamento | 23.313.484 | 11.654.462 | 3.942.702 | - | - | - | 7.716.320 | - |
| **Recursos Próprios** | **41.187.306** | **9.734.777** | **3.826.008** | **4.280.327** | **4.883.985** | **5.483.627** | **6.349.742** | **6.628.840** |
| Geração de Caixa do Projeto | 34.789.571 | 3.337.042 | 3.826.008 | 4.280.327 | 4.883.985 | 5.483.627 | 6.349.742 | 6.628.840 |
| Aporte de Capital | 6.397.735 | 6.397.735 | - | - | - | - | - | - |
| **Variação Excedente de Caixa** | **(7.319.313)** | | **(579.499)** | **(841.914)** | **767.623** | **(2.754.774)** | **(402.617)** | **(3.508.131)** |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ANEXO IV – INDICADORES DE DESEMPENHO**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E DA COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **AGERSA** | Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CR** | Crédito da Receita Acessória |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **FA** | Fator de Avaliação |
| **INMETRO** | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia |
| **IPCA** | Índice de Preços ao Consumidor Amplo |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SAC** | Serviço de Atendimento ao Cliente |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




## 1 PREMISSAS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONCESSIONÁRIA

Todos os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** devem ser acompanhados diariamente pela fiscalização da **CONCESSIONÁRIA** e serão avaliados semestralmente através dos indicadores de produção e qualidade, que medirão o desempenho dos serviços prestados à população. São eles: coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos de públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e da coleta seletiva (**CS**).

Desse modo, a adoção de indicadores de desempenho tem por objetivo avaliar quantitativamente e qualitativamente toda a gestão integrada dos serviços desempenhados pela **CONCESSIONÁRIA**. O nível de qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários deverá ser aferido através de planejamento elaborado de maneira integrada, de política de treinamento da mão de obra e de um eficiente sistema de fiscalização e monitoramento dos serviços.

Sendo assim, a constante utilização de indicadores é de extrema importância para o acompanhamento do contrato, servindo ainda como ferramenta impulsionadora para a melhoria constante da qualidade da prestação de serviços, em busca de ganhos em eficiência operacional e de redução dos dispêndios em atividades de regulação e fiscalização. A avaliação de desempenho contribui para o fornecimento de informações necessárias para a elaboração do diagnóstico anual, que deverá ser expresso no formato de relatório operacional e apresentado ao **PODER CONCEDENTE**, e pode ser utilizada como fonte para a estruturação de diretrizes operacionais e embasamento para desenho de políticas públicas do segmento.

Além disso, os indicadores de desempenho são dados referenciais de performance do Contrato e estímulo à busca por ganhos de eficiência operacional. Os indicadores refletirão na qualidade dos serviços prestados, gerarão resultados positivos e serão utilizados como ferramentas e metodologias a serem aplicadas nos reajustes e nas revisões periódicas das tarifas. Nesse sentido, indicadores que demonstrem o não atingimento de metas contratuais ou a incipiência na prestação dos serviços e na condução da operação deverão resultar em redução da base remuneratória do operador.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Conclui-se, assim, que a apuração e o acompanhamento de tais indicadores trazem para o ambiente de gestão contratual a possibilidade concreta de realizar uma avaliação periódica e acompanhar a evolução da performance operacional da Concessionária, constituindo também um banco de dados e referências históricas para servir de base comparativa do desempenho dos serviços prestados pela Concessionária em relação a outras operações similares ou outras Concessionárias do setor.

**1.1 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Os serviços a serem prestados pela Concessionária poderão ser regulados inicialmente pela **AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA** (**AGERSA**), na qualidade de órgão regulador, nos termos do Contrato de Concessão, da Lei nº 12.602/2012, da Lei nº 12.932/2014 e das alterações posteriores. A **AGERSA** inicialmente executará as atividades de regulação, sendo substituída caso haja a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Intermunicipal do Velho Chico ou ente semelhante.

Todos os indicadores serão apurados pela fiscalização e avaliados por comparação com suas metas respectivas. Os relatórios de avaliação dos indicadores serão encaminhados para a Entidade Reguladora que, após validação, os utilizará para determinar os índices de reajuste e revisões de tarifas. A Entidade Reguladora estabelecerá normas e índices para apuração dos indicadores em comum acordo com a fiscalização. A definição das datas recorrentes de apuração mensal e anual dos indicadores será proposta pela fiscalização para acompanhamento pela Entidade Reguladora.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção do cadastro, fornecendo acesso sempre que houver solicitação prévia por comunicação oficial, por parte do **PODER CONCEDENTE** ou da Entidade Reguladora. A **CONCESSIONÁRIA** também manterá toda a infraestrutura, livros, registros e documentos relacionados ao contrato, fornecendo os esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo estabelecido de comum acordo com a parte solicitante.

Desse modo, quando solicitado, a **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar relatório de avaliação dos indicadores e encaminhar à fiscalização para posterior encaminhamento à Entidade Reguladora.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**1.2 SELEÇÃO DOS INDICADORES**

Na seleção dos indicadores, buscou-se avaliar todos os serviços operacionais que serão realizados pela Concessionária (coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares, dos Resíduos de Públicos Urbanos, dos resíduos da construção civil e demolição, dos resíduos dos serviços de saúde e da coleta seletiva), de modo a garantir que os parâmetros técnicos mais significativos para a avaliação do desempenho da Concessionária sejam obtidos. Para a seleção individual dos indicadores, foram considerados os seguintes aspectos:

- Possibilidade de cálculo sem significativo esforço adicional;
- Facilidade e simplicidade de interpretação e obtenção;
- Medição objetiva e imparcial de aspecto específico do desempenho da concessionária;
- Facilidade de validação e auditoria pela agência reguladora; e
- Possibilidade de validação por verificadores independentes.

São ainda pontos de atenção para atestar o nível de serviço desejado a observância dos seguintes princípios:

- Coleta universal de todos os domicílios com escopo contratado (excetuando-se os classificados como grandes geradores);
- Regularidade na frequência da prestação dos serviços;
- Controle ambiental; e
- Segurança do trabalho e cuidados com a saúde ocupacional da força de trabalho.

**1.3 TIPOS DE INDICADORES DE DESEMPENHO**

Os indicadores propostos para avaliação do desempenho da Concessionária, para efeito de avaliação e organização de critérios, foram classificados em 2 (dois) grupos de análise de requisitos:

- Indicadores de Desempenho Operacional;




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Indicadores de Desempenho Socioambiental.

Desse modo, foram desenvolvidos indicadores que busquem direcionar o desempenho e o posicionamento do operador, a fim de gerar um alinhamento entre o interesse econômico do operador e o interesse público.

Os Indicadores de Desempenho ora apresentados contêm a descrição do aspecto a ser avaliado, fórmula de cálculo, componentes do indicador, unidade de medida, periodicidade e fonte de coleta dos dados componentes. Sendo assim, a partir do conceito de avaliação desenvolvido, foram elaboradas as planilhas de avaliação de indicadores de desempenho.

## 2 QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

### 2.1 AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS OPERACIONAIS

Os requisitos operacionais buscam avaliar a performance da **CONCESSIONÁRIA** na prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO PATROCINADA**, conforme descritos na Tabela 1, a seguir:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **INDICADOR** | **O QUE MEDE** | **AFERIÇÃO** | **PESO** |
| 1 | Atendimento dos serviços em conformidade com o estabelecido no contrato. | Planos de operação e investimentos deverá ser entregue à fiscalização. Os veículos e equipamentos serão dotados de dispositivos que permitam a geolocalização da frota de modo que a fiscalização observará remotamente o cumprimento de cada roteiro, independente da fiscalização de campo. Mensalmente, será apurado percentualmente a quantidade de roteiros que não foram cumpridos integralmente por falhas operacionais e que não foram regularizados no mesmo dia. | Verificador independente | 53,72% |
| 2 | Implantação de programa de capacitação de pessoal operacional e técnico envolvidos no sistema de coleta e transporte de resíduos | A Fiscalização deverá avaliar o programa de capacitação do corpo técnico, através das metas estabelecidas no programa apresentado e aprovado pelo Poder Concedente. Anualmente será apurado percentualmente a quantidade de capacitação executadas de acordo com as metas do cronograma. | Verificador independente | 2,99% |
| 3 | Apresentação da frota de veículos, máquinas e equipamentos conforme programação visual, condições de asseio e conservação | A Fiscalização observará as condições referentes ao tempo de vida útil dos veículos e equipamentos, asseio, conservação, segurança e trafegabilidade dos veículos que compõem a frota da concessionária. Mensalmente será apurado percentualmente a quantidade de veículos em conformidade com o contrato e as quantidades previstas em contrato | Verificador independente | 2,99% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 4 | Verificação dos Certificados de Calibração emitido pelo INMETRO e do atendimento ao cronograma de manutenção preventiva periódica da balança das ETRs e do CVR | O concessionário deverá realizar anualmente pesquisa junto aos usuários dos serviços objeto da concessão, para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária | Verificador independente | 1,49% |
| TOTAL | | | | 61,19% |
| SOCIOAMBIENTAIS | | | | |
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 1 | Conformidade ambiental das instalações | Atendimento das condicionantes das licenças de operação do aterro, das estações de transbordo e das unidades de triagem | Verificador independente | 8,96% |
| 2 | Estabilidade e operação da célula de aterramento e eficiência do tratamento de lixiviado | Conformidade das amostras do efluente tratado com a Resolução CONAMA nº 430/2011 e com a outorga e conformidade geotécnica e operacional da célula (cobertura, compactação, drenagem e monitoramento) | Verificador independente | 8,96% |
| 3 | Recuperação de materiais e desvio de aterro | O indicador deverá ser apurado pela Fiscalização a partir dos relatórios de entregas de recicláveis nas CTM. Será apropriado o quantitativo em número de viagens (vg) de resíduos recicláveis entregues nas CTM e calculado o valor percentual de incremento em relação ao quantitativo no ano anterior | Verificador independente | 8,96% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **INDICADOR** | **O QUE MEDE** | **AFERIÇÃO** | **PESO** |
| 4 | Nível de satisfação da população com o serviço prestado (medido através de pesquisa junto à população) | O concessionário deverá realizar anualmente pesquisa junto aos usuários dos serviços objeto da concessão, para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária | Verificador independente | 8,96% |
| 5 | Conformidade socioambiental | O concessionário deverá apresentar ao Poder Concedente o Programa de Educação Ambiental que será desenvolvido durante a vigência do contrato; com plano de ação, cronograma das atividades e metas anuais. O Poder Concedente após a aprovação do programa, irá aferir periodicamente o desempenho através da razão entre a quantidade de metas atingidas e a de metas previstas | Verificador independente | 2,99% |
| **TOTAL** | | | | 38,81% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 3 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A metodologia de apuração dos indicadores de desempenho tem o objetivo de criar uma forma de mensuração de índices e medições operacionais, que permita a avaliação da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**.

A apuração de serviços de manejo dos resíduos sólidos, na maioria dos serviços implementados, será a quantidade de resíduos gerados pelo usuário, conforme os pesos apresentados na Tabela 3.

### 3.1 PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO DOS INDICADORES

A periodicidade de mensuração foi definida na metodologia, em função das características de cada indicador e do espaço de tempo mais adequado à avaliação.

### 3.2 OBTENÇÃO DOS DADOS DE CÁLCULO PARA OS INDICADORES

A extração dos dados poderá ser feita pela **CONCESSIONÁRIA** ou pela fiscalização do poder concedente. A **CONCESSIONÁRIA** implantará controle e registros para disponibilizar fidedignamente esses dados, a exemplo de:

- ✔ Relatório de inspeção em campo;
- ✔ Ordens de Serviço (**OS**) da **CONCESSIONÁRIA**;
- ✔ Relatórios Operacionais;
- ✔ Relatório das auditorias ambientais;
- ✔ Relatório de Registro do Sistema SAC da **CONCESSIONÁRIA**; e
- ✔ Relatório de Resultado da Pesquisa de opinião contratada pela **CONCESSIONÁRIA**.

O **PODER CONCEDENTE** utilizará os dados disponibilizados pela **CONCESSIONÁRIA** e os sistemas automatizados e georreferenciados.

### 3.3 MATRIZ DE PESOS DE INDICADORES

O peso foi estabelecido utilizando o nível de relevância e a praticidade na obtenção dos dados, que incidem na fórmula de cálculo do indicador.

O nível de relevância de cada indicador foi determinado a partir do nível de exigência para o seu cumprimento, com base na relevância para a avaliação de qualidade dos serviços prestados.

O nível de praticidade indica se há um maior ou menor grau de dificuldade na obtenção de dados, pelo fato de não ser um serviço aferido através de registro por instrumento de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

medição, o que pode acarretar impactos na mensuração e na universalidade de atendimento. Dessa forma, indicadores que não têm uma mensuração considerada prática – ou seja, para os quais é difícil a obtenção de um ou mais parâmetros de cálculo – devem ter um peso menor na composição da nota consolidada de avaliação.

### 3.4 CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO POR FAIXAS DE DESEMPENHO

A pontuação dos indicadores deve seguir a tabela abaixo, observando a faixa em que se enquadra a nota alcançada pela CONCESSIONÁRIA em cada serviço e seus respectivos fatores de aplicação para fins de reajuste.

**Fator de Desempenho** – o Fator de Desempenho (FD) passa a ser definido pelas faixas abaixo:

**Tabela 8 - Critérios para pontuação**

| IDG apurado | FD | Consequência adicional |
|---|---|---|
| Igual ou superior a 0,90 | 1,00 | – |
| Igual ou superior a 0,80 e inferior a 0,90 | 0,98 | – |
| Igual ou superior a 0,70 e inferior a 0,80 | 0,95 | Plano de ação obrigatório |
| Igual ou superior a 0,60 e inferior a 0,70 | 0,92 | Plano de ação e auditoria do verificador independente |
| Inferior a 0,60 | 0,90 | Instauração de processo sancionatório |

Fonte: Torre Construções (2026)

O FD será aplicado sobre [as tarifas / o valor faturado] no período de apuração, não se incorporando à tarifa.

### 3.5 CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A nota alcançada pela Concessionária utilizará a metodologia de cálculo da tabela a seguir:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Tabela 9 - Ficha modelo de apuração**

| INDICADORES DE DESEMPENHO – MODELO DE APLICAÇÃO CONTRATO<br>Avaliação referente ao período:<br>FICHA DE APURAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **REQUISITOS** | **PESO** | **NOTA ALCANÇADA PELA CONCESSIONÁRIA** | **% DA NOTA MÁXIMA** |
| 1 | OPERACIONAIS | 61,19% | 0,00% | 61,19% |
| 2 | SOCIOAMBIENTAIS | 38,81% | 0,00% | 38,81% |
| | **TOTAL** | **100%** | | |
| Resultado da Avaliação de Desempenho (Fator ID) **0 | | | | **100,00%** |
| * Nota ponderada em função dos pesos de cada indicador.<br>**Resultado da Avaliação de Desempenho é obtido pela conversão da Nota Ponderada Total para base 100. | | | | |

Fonte: Torre Construções (2025)

### 3.6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

#### 3.6.1 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC)

O serviço de atendimento ao cliente (SAC) é uma ferramenta importante como canal de comunicação entre o usuário dos serviços e a Concessionária e deverá ser implementado, de forma que garanta o atendimento e a obtenção, através de seus relatórios, de importantes dados para análise, avaliação dos pontos críticos e busca contínua de melhorias.

A **CONCESSIONÁRIA** submeterá a definição geral do serviço, as métricas, os processos padronizados e as ferramentas de gestão do atendimento à aprovação pelo **PODER CONCEDENTE** e pela Agência Reguladora.

#### 3.6.2 PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

A pesquisa de satisfação dos usuários é um canal de escuta ativa, que deverá ser anual e ter como principal objetivo escutar os usuários do sistema com relação à qualidade dos serviços contratados.

A pesquisa deverá ser quantitativa, utilizando questionário estruturado com a coleta de dados através de pesquisas individuais em domicílios, realizada com o responsável da residência ou cônjuge. A amostra deve ser representativa para que a inferência estatística



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

produza resultados. A pesquisa abrangerá os domicílios ocupados dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e o resultado final deve respeitar o intervalo de confiança de 95% e a margem de erro de 3 pontos percentuais.

O produto final da pesquisa será o relatório analítico que apresente as percepções dos usuários quanto à qualidade dos serviços, que servirá de ferramenta para os gestores qualificarem os processos e tomarem decisões.

A pesquisa deverá ser realizada pela empresa competente contratada pelo Poder Concedente, que comprovadamente seja desinteressada do objeto concedido. A pesquisa ocorrerá sob supervisão do **PODER CONCEDENTE**, da Agência Reguladora e da **CONCESSIONÁRIA.** O questionário de quesitos da pesquisa será elaborado em conjunto pelo **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**.

## 4 INCIDÊNCIA DO INDICADOR DE DESEMPENHO NO CÁLCULO DO REAJUSTE CONTRATUAL

### 4.1 FATOR DE AVALIAÇÃO

A **CONCESSIONÁRIA**, conforme estabelecido no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, fará jus anualmente ao reajuste da tarifa pela variação do indexador utilizado para atualização dos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O indexador será composto por uma cesta de índices que leva em consideração os custos ponderados dos serviços executados, a saber:

Índice de Reajuste = [0,30 $*$ ($MOi/MO0$)] + [0,20 $*$ ($EQi/EQ0$)] + [0,10 $*$ ($OBi/OB0$)] + [0,10 $*$ ($ODi/OD0$)] + [0,30 $*$ ($SEi/SE0$)

Onde:

I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices

MOi = piso salarial estabelecido em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, para reajuste da mão-de-obra, relativo ao mês de reajuste contratual.

MO0 = piso salarial estabelecido em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, para reajuste da mão-de-obra, relativo ao mês de apresentação da proposta.

EQi = número índice do IPA-OG-Veículos Automotores (FGV), para reajuste de equipamentos, relativo ao mês de reajuste contratual.

EQ0 = número índice do IPA-OG-Veículos Automotores (FGV), para reajuste de equipamentos, relativo ao mês de apresentação da proposta.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

OBi = número índice do INCC (FGV), para reajuste de obras, relativo ao mês de reajuste contratual. OB0 = número índice do INCC (FGV), para reajuste de obras, relativo ao mês de apresentação da proposta.

ODi = Preço do Óleo Diesel (ANP), para reajuste de combustível, custo pneumático e lubrificação, relativo ao mês de reajuste contratual.

OD0 = Preço do Óleo Diesel (ANP), para reajuste de combustível, custo pneumático e lubrificação, relativo ao mês de apresentação da proposta.

SEi = número índice do IPCA (IBGE), para reajuste de serviços e demais itens, relativo ao mês de reajuste contratual.

SE0 = número índice do IPCA (IBGE), para reajuste de serviços e demais itens, relativo ao mês de apresentação da proposta.

Para efeito da apuração do valor da Tarifa do Usuário Final (TUF), além da aplicação do reajustamento citado anteriormente, deverá haver a recomposição mediante a aplicação do FATOR DE AVALIAÇÃO, de acordo com a fórmula a seguir:

**TUF Reajustada** = TUF × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TUF = Tarifa Usuário Final;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices

• FA = Fator de Avaliação;

• CRT = Créditos de Receitas Extraordinárias oriundas da TEP;

A **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** será reajustada a cada 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, sendo que o primeiro reajuste levará em consideração a data de apresentação da Proposta da licitante. O indexador utilizado para atualização será composto pela mesma cesta de índices utilizada para reajuste da TEP, que leva em consideração os custos ponderados dos serviços executados.

**Tarifa Reajustada** = TEP × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TEP = Tarifa do Ente Público;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

• FA = Fator de Avaliação;

• CRT = Créditos de Receitas Extraordinárias oriundas da TUF;

A Concessionária será avaliada, conforme periodicidade, pelos serviços prestados, tendo os seus resultados consolidados anualmente para efeito de avaliação de performance.

A Pontuação Final do Indicador de Desempenho irá incidir no cálculo do reajuste da tarifa, através da aplicação do Fator de Avaliação, conforme tabela a seguir.

**Tabela 10 - Pontuação e fator de avaliação**

| PONTUAÇÃO E FATOR DE AVALIAÇÃO | |
|---|---|
| **NOTA** | **FATOR DE APLICAÇÃO PAARA REAJUSTE** |
| Acima de 90% | 1 |
| Entre 80% e 89,99% | 0,990 |
| Entre 70% e 79,99% | 0,9800 |
| Entre 60% e 69,99% | 0,9700 |
| Abaixo de 60% | 0,9600 |

Fonte: Torre Construções (2025)

O Fator de Aplicação (FA) comporá a fórmula de reajuste da tarifa e incidirá diretamente sobre o preço da tarifa reajustada, conforme definido no contrato.

**4.1 IMPACTO NO REAJUSTE DAS TARIFAS**

A Tarifa do Usuário final (**TUF**) e a Tarifa do Ente Público (**TEP**) serão reajustadas a cada 12 meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, sendo que o primeiro reajuste levará em consideração, para início do cálculo, a data de apresentação da Proposta do Licitante. O índice utilizado para atualização será o *"I reaj"* apresentado no Anexo I do Edital – Caderno de Encargos e levará em consideração, para sua nova composição, o Fator de Aplicação (**FA**) e o Crédito da Receita Extraordinária fruto de Tecnologias (CRT), de acordo com a fórmula a seguir:

**Tarifa Reajustada =** TUF × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TUF = Tarifa do usuário final;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices;

• FA = Fator de Avaliação;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

• CR = Crédito da Receita Acessória aplicadas ao beneficiamento dos resíduos e aproveitamento energético: 3% (três por cento) do valor da receita liquida acessória apurada nas atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, conforme apresentado no Caderno de Encargos.

**Tarifa Reajustada =** TEP × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TEP = Tarifa do ente público;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices;

• FA = Fator de Avaliação;

• CR = Crédito da Receita Acessória aplicadas ao beneficiamento dos resíduos e aproveitamento energético: 3% (três por cento) do valor da receita liquida acessória apurada nas atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, conforme apresentado no Caderno de Encargos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO IV – INDICADORES DE DESEMPENHO

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E DA COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 E N° 01/2026**

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **AGERSA** | Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CR** | Crédito da Receita Acessória |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **FA** | Fator de Avaliação |
| **INMETRO** | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia |
| **IPCA** | Índice de Preços ao Consumidor Amplo |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SAC** | Serviço de Atendimento ao Cliente |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |

## 1 PREMISSAS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONCESSIONÁRIA

Todos os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** devem ser acompanhados diariamente pela fiscalização da **CONCESSIONÁRIA** e serão avaliados semestralmente através dos indicadores de produção e qualidade, que medirão o desempenho dos serviços prestados à população. São eles: coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos de públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) e da coleta seletiva (**CS**).

Desse modo, a adoção de indicadores de desempenho tem por objetivo avaliar quantitativamente e qualitativamente toda a gestão integrada dos serviços desempenhados pela **CONCESSIONÁRIA**. O nível de qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários deverá ser aferido através de planejamento elaborado de maneira integrada, de política de treinamento da mão de obra e de um eficiente sistema de fiscalização e monitoramento dos serviços.

Sendo assim, a constante utilização de indicadores é de extrema importância para o acompanhamento do contrato, servindo ainda como ferramenta impulsionadora para a melhoria constante da qualidade da prestação de serviços, em busca de ganhos em eficiência operacional e de redução dos dispêndios em atividades de regulação e fiscalização. A avaliação de desempenho contribui para o fornecimento de informações necessárias para a elaboração do diagnóstico anual, que deverá ser expresso no formato de relatório operacional e apresentado ao **PODER CONCEDENTE**, e pode ser utilizada como fonte para a estruturação de diretrizes operacionais e embasamento para desenho de políticas públicas do segmento.

Além disso, os indicadores de desempenho são dados referenciais de performance do Contrato e estímulo à busca por ganhos de eficiência operacional. Os indicadores refletirão na qualidade dos serviços prestados, gerarão resultados positivos e serão utilizados como ferramentas e metodologias a serem aplicadas nos reajustes e nas revisões periódicas das tarifas. Nesse sentido, indicadores que demonstrem o não atingimento de metas contratuais ou a incipiência na prestação dos serviços e na condução da operação deverão resultar em redução da base remuneratória do operador.

Conclui-se, assim, que a apuração e o acompanhamento de tais indicadores trazem para o ambiente de gestão contratual a possibilidade concreta de realizar uma avaliação periódica e acompanhar a evolução da performance operacional da Concessionária, constituindo também um banco de dados e referências históricas para servir de base comparativa do desempenho dos serviços prestados pela Concessionária em relação a outras operações similares ou outras Concessionárias do setor.

### 1.1 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços a serem prestados pela Concessionária poderão ser regulados inicialmente pela **AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA** (**AGERSA**), na qualidade de órgão regulador, nos termos do Contrato de Concessão, da Lei nº 12.602/2012, da Lei nº 12.932/2014 e das alterações posteriores. A **AGERSA** inicialmente executará as atividades de regulação, sendo substituída caso haja a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Intermunicipal do Velho Chico ou ente semelhante.

Todos os indicadores serão apurados pela fiscalização e avaliados por comparação com suas metas respectivas. Os relatórios de avaliação dos indicadores serão encaminhados para a Entidade Reguladora que, após validação, os utilizará para determinar os índices de reajuste e revisões de tarifas. A Entidade Reguladora estabelecerá normas e índices para apuração dos indicadores em comum acordo com a fiscalização. A definição das datas recorrentes de apuração mensal e anual dos indicadores será proposta pela fiscalização para acompanhamento pela Entidade Reguladora.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção do cadastro, fornecendo acesso sempre que houver solicitação prévia por comunicação oficial, por parte do **PODER CONCEDENTE** ou da Entidade Reguladora. A **CONCESSIONÁRIA** também manterá toda a infraestrutura, livros, registros e documentos relacionados ao contrato, fornecendo os esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo estabelecido de comum acordo com a parte solicitante.

Desse modo, quando solicitado, a **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar relatório de avaliação dos indicadores e encaminhar à fiscalização para posterior encaminhamento à Entidade Reguladora.

## 1.2 SELEÇÃO DOS INDICADORES

Na seleção dos indicadores, buscou-se avaliar todos os serviços operacionais que serão realizados pela Concessionária (coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares, dos Resíduos de Públicos Urbanos, dos resíduos da construção civil e demolição, dos resíduos dos serviços de saúde e da coleta seletiva), de modo a garantir que os parâmetros técnicos mais significativos para a avaliação do desempenho da Concessionária sejam obtidos. Para a seleção individual dos indicadores, foram considerados os seguintes aspectos:

- Possibilidade de cálculo sem significativo esforço adicional;
- Facilidade e simplicidade de interpretação e obtenção;
- Medição objetiva e imparcial de aspecto específico do desempenho da concessionária;
- Facilidade de validação e auditoria pela agência reguladora; e
- Possibilidade de validação por verificadores independentes.

São ainda pontos de atenção para atestar o nível de serviço desejado a observância dos seguintes princípios:

- Coleta universal de todos os domicílios com escopo contratado (excetuando-se os classificados como grandes geradores);
- Regularidade na frequência da prestação dos serviços;
- Controle ambiental; e
- Segurança do trabalho e cuidados com a saúde ocupacional da força de trabalho.

## 1.3 TIPOS DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores propostos para avaliação do desempenho da Concessionária, para efeito de avaliação e organização de critérios, foram classificados em 2 (dois) grupos de análise de requisitos:

- Indicadores de Desempenho Operacional;

- Indicadores de Desempenho Socioambiental.

Desse modo, foram desenvolvidos indicadores que busquem direcionar o desempenho e o posicionamento do operador, a fim de gerar um alinhamento entre o interesse econômico do operador e o interesse público.

Os Indicadores de Desempenho ora apresentados contêm a descrição do aspecto a ser avaliado, fórmula de cálculo, componentes do indicador, unidade de medida, periodicidade e fonte de coleta dos dados componentes. Sendo assim, a partir do conceito de avaliação desenvolvido, foram elaboradas as planilhas de avaliação de indicadores de desempenho.

## 2 QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

### 2.1 AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS OPERACIONAIS

Os requisitos operacionais buscam avaliar a performance da **CONCESSIONÁRIA** na prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO PATROCINADA**, conforme descritos na Tabela 1, a seguir:

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 1 | Atendimento dos serviços em conformidade com o estabelecido no contrato. | Planos de operação e investimentos deverá ser entregue à fiscalização. Os veículos e equipamentos serão dotados de dispositivos que permitam a geolocalização da frota de modo que a fiscalização observará remotamente o cumprimento de cada roteiro, independente da fiscalização de campo. Mensalmente, será apurado percentualmente a quantidade de roteiros que não foram cumpridos integralmente por falhas operacionais e que não foram regularizados no mesmo dia. | Verificador independente | 53,72% |
| 2 | Implantação de programa de capacitação de pessoal operacional e técnico envolvidos no sistema de coleta e transporte de resíduos | A Fiscalização deverá avaliar o programa de capacitação do corpo técnico, através das metas estabelecidas no programa apresentado e aprovado pelo Poder Concedente. Anualmente será apurado percentualmente a quantidade de capacitação executadas de acordo com as metas do cronograma. | Verificador independente | 2,99% |
| 3 | Apresentação da frota de veículos, máquinas e equipamentos conforme programação visual, condições de asseio e conservação | A Fiscalização observará as condições referentes ao tempo de vida útil dos veículos e equipamentos, asseio, conservação, segurança e trafegabilidade dos veículos que compõem a frota da concessionária. Mensalmente será apurado percentualmente a quantidade de veículos em conformidade com o contrato e as quantidades previstas em contrato | Verificador independente | 2,99% |

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 4 | Verificação dos Certificados de Calibração emitido pelo INMETRO e do atendimento ao cronograma de manutenção preventiva periódica da balança das ETRs e do CVR | O concessionário deverá realizar anualmente pesquisa junto aos usuários dos serviços objeto da concessão, para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária | Verificador independente | 1,49% |
| TOTAL | | | | 61,19% |
| SOCIOAMBIENTAIS | | | | |
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 1 | Conformidade ambiental das instalações | Atendimento das condicionantes das licenças de operação do aterro, das estações de transbordo e das unidades de triagem | Verificador independente | 8,96% |
| 2 | Estabilidade e operação da célula de aterramento e eficiência do tratamento de lixiviado | Conformidade das amostras do efluente tratado com a Resolução CONAMA nº 430/2011 e com a outorga e conformidade geotécnica e operacional da célula (cobertura, compactação, drenagem e monitoramento) | Verificador independente | 8,96% |
| 3 | Recuperação de materiais e desvio de aterro | O indicador deverá ser apurado pela Fiscalização a partir dos relatórios de entregas de recicláveis nas CTM. Será apropriado o quantitativo em número de viagens (vg) de resíduos recicláveis entregues nas CTM e calculado o valor percentual de incremento em relação ao quantitativo no ano anterior | Verificador independente | 8,96% |

| OPERACIONAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº | INDICADOR | O QUE MEDE | AFERIÇÃO | PESO |
| 4 | Nível de satisfação da população com o serviço prestado (medido através de pesquisa junto à população) | O concessionário deverá realizar anualmente pesquisa junto aos usuários dos serviços objeto da concessão, para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária | Verificador independente | 8,96% |
| 5 | Conformidade socioambiental | O concessionário deverá apresentar ao Poder Concedente o Programa de Educação Ambiental que será desenvolvido durante a vigência do contrato; com plano de ação, cronograma das atividades e metas anuais. O Poder Concedente após a aprovação do programa, irá aferir periodicamente o desempenho através da razão entre a quantidade de metas atingidas e a de metas previstas | Verificador independente | 2,99% |
| TOTAL | | | | 38,81% |

# 3 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A metodologia de apuração dos indicadores de desempenho tem o objetivo de criar uma forma de mensuração de índices e medições operacionais, que permita a avaliação da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**.

A apuração de serviços de manejo dos resíduos sólidos, na maioria dos serviços implementados, será a quantidade de resíduos gerados pelo usuário, conforme os pesos apresentados na Tabela 3.

## 3.1 PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO DOS INDICADORES

A periodicidade de mensuração foi definida na metodologia, em função das características de cada indicador e do espaço de tempo mais adequado à avaliação.

## 3.2 OBTENÇÃO DOS DADOS DE CÁLCULO PARA OS INDICADORES

A extração dos dados poderá ser feita pela **CONCESSIONÁRIA** ou pela fiscalização do poder concedente. A **CONCESSIONÁRIA** implantará controle e registros para disponibilizar fidedignamente esses dados, a exemplo de:

- ✔ Relatório de inspeção em campo;
- ✔ Ordens de Serviço (**OS**) da **CONCESSIONÁRIA**;
- ✔ Relatórios Operacionais;
- ✔ Relatório das auditorias ambientais;
- ✔ Relatório de Registro do Sistema SAC da **CONCESSIONÁRIA**; e
- ✔ Relatório de Resultado da Pesquisa de opinião contratada pela **CONCESSIONÁRIA**.

O **PODER CONCEDENTE** utilizará os dados disponibilizados pela **CONCESSIONÁRIA** e os sistemas automatizados e georreferenciados.

## 3.3 MATRIZ DE PESOS DE INDICADORES

O peso foi estabelecido utilizando o nível de relevância e a praticidade na obtenção dos dados, que incidem na fórmula de cálculo do indicador.

O nível de relevância de cada indicador foi determinado a partir do nível de exigência para o seu cumprimento, com base na relevância para a avaliação de qualidade dos serviços prestados.

O nível de praticidade indica se há um maior ou menor grau de dificuldade na obtenção de dados, pelo fato de não ser um serviço aferido através de registro por instrumento de

medição, o que pode acarretar impactos na mensuração e na universalidade de atendimento. Dessa forma, indicadores que não têm uma mensuração considerada prática – ou seja, para os quais é difícil a obtenção de um ou mais parâmetros de cálculo – devem ter um peso menor na composição da nota consolidada de avaliação.

### 3.4 CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO POR FAIXAS DE DESEMPENHO

A pontuação dos indicadores deve seguir a tabela abaixo, observando a faixa em que se enquadra a nota alcançada pela CONCESSIONÁRIA em cada serviço e seus respectivos fatores de aplicação para fins de reajuste.

**Fator de Desempenho** – o Fator de Desempenho (FD) passa a ser definido pelas faixas abaixo:

**Tabela 8 - Critérios para pontuação**

| IDG apurado | FD | Consequência adicional |
|---|---|---|
| Igual ou superior a 0,90 | 1,00 | – |
| Igual ou superior a 0,80 e inferior a 0,90 | 0,98 | – |
| Igual ou superior a 0,70 e inferior a 0,80 | 0,95 | Plano de ação obrigatório |
| Igual ou superior a 0,60 e inferior a 0,70 | 0,92 | Plano de ação e auditoria do verificador independente |
| Inferior a 0,60 | 0,90 | Instauração de processo sancionatório |

Fonte: Torre Construções (2026)

O FD será aplicado sobre [as tarifas / o valor faturado] no período de apuração, não se incorporando à tarifa.

### 3.5 CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A nota alcançada pela Concessionária utilizará a metodologia de cálculo da tabela a seguir:

**Tabela 9 - Ficha modelo de apuração**

| INDICADORES DE DESEMPENHO – MODELO DE APLICAÇÃO CONTRATO<br>Avaliação referente ao período:<br>FICHA DE APURAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **REQUISITOS** | **PESO** | **NOTA ALCANÇADA PELA CONCESSIONÁRIA** | **% DA NOTA MÁXIMA** |
| 1 | OPERACIONAIS | 61,19% | 0,00% | 61,19% |
| 2 | SOCIOAMBIENTAIS | 38,81% | 0,00% | 38,81% |
| | **TOTAL** | **100%** | | |
| Resultado da Avaliação de Desempenho (Fator ID) **0 | | | | **100,00%** |
| * Nota ponderada em função dos pesos de cada indicador.<br>**Resultado da Avaliação de Desempenho é obtido pela conversão da Nota Ponderada Total para base 100. | | | | |

Fonte: Torre Construções (2025)

## 3.6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

### 3.6.1 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC)

O serviço de atendimento ao cliente (SAC) é uma ferramenta importante como canal de comunicação entre o usuário dos serviços e a Concessionária e deverá ser implementado, de forma que garanta o atendimento e a obtenção, através de seus relatórios, de importantes dados para análise, avaliação dos pontos críticos e busca contínua de melhorias.

A **CONCESSIONÁRIA** submeterá a definição geral do serviço, as métricas, os processos padronizados e as ferramentas de gestão do atendimento à aprovação pelo **PODER CONCEDENTE** e pela Agência Reguladora.

### 3.6.2 PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

A pesquisa de satisfação dos usuários é um canal de escuta ativa, que deverá ser anual e ter como principal objetivo escutar os usuários do sistema com relação à qualidade dos serviços contratados.

A pesquisa deverá ser quantitativa, utilizando questionário estruturado com a coleta de dados através de pesquisas individuais em domicílios, realizada com o responsável da residência ou cônjuge. A amostra deve ser representativa para que a inferência estatística

produza resultados. A pesquisa abrangerá os domicílios ocupados dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e o resultado final deve respeitar o intervalo de confiança de 95% e a margem de erro de 3 pontos percentuais.

O produto final da pesquisa será o relatório analítico que apresente as percepções dos usuários quanto à qualidade dos serviços, que servirá de ferramenta para os gestores qualificarem os processos e tomarem decisões.

A pesquisa deverá ser realizada pela empresa competente contratada pelo Poder Concedente, que comprovadamente seja desinteressada do objeto concedido. A pesquisa ocorrerá sob supervisão do **PODER CONCEDENTE**, da Agência Reguladora e da **CONCESSIONÁRIA.** O questionário de quesitos da pesquisa será elaborado em conjunto pelo **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**.

## 4 INCIDÊNCIA DO INDICADOR DE DESEMPENHO NO CÁLCULO DO REAJUSTE CONTRATUAL

### 4.1 FATOR DE AVALIAÇÃO

A **CONCESSIONÁRIA**, conforme estabelecido no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, fará jus anualmente ao reajuste da tarifa pela variação do indexador utilizado para atualização dos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O indexador será composto por uma cesta de índices que leva em consideração os custos ponderados dos serviços executados, a saber:

Índice de Reajuste = [0,30 $*$ ($MOi/MO0$)] + [0,20 $*$ ($EQi/EQ0$)] + [0,10 $*$ ($OBi/OB0$)] + [0,10 $*$ ($ODi/OD0$)] + [0,30 $*$ ($SEi/SE0$)

Onde:

I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices

MOi = piso salarial estabelecido em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, para reajuste da mão-de-obra, relativo ao mês de reajuste contratual.

MO0 = piso salarial estabelecido em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, para reajuste da mão-de-obra, relativo ao mês de apresentação da proposta.

EQi = número índice do IPA-OG-Veículos Automotores (FGV), para reajuste de equipamentos, relativo ao mês de reajuste contratual.

EQ0 = número índice do IPA-OG-Veículos Automotores (FGV), para reajuste de equipamentos, relativo ao mês de apresentação da proposta.

OBi = número índice do INCC (FGV), para reajuste de obras, relativo ao mês de reajuste contratual. OB0 = número índice do INCC (FGV), para reajuste de obras, relativo ao mês de apresentação da proposta.

ODi = Preço do Óleo Diesel (ANP), para reajuste de combustível, custo pneumático e lubrificação, relativo ao mês de reajuste contratual.

OD0 = Preço do Óleo Diesel (ANP), para reajuste de combustível, custo pneumático e lubrificação, relativo ao mês de apresentação da proposta.

SEi = número índice do IPCA (IBGE), para reajuste de serviços e demais itens, relativo ao mês de reajuste contratual.

SE0 = número índice do IPCA (IBGE), para reajuste de serviços e demais itens, relativo ao mês de apresentação da proposta.

Para efeito da apuração do valor da Tarifa do Usuário Final (TUF), além da aplicação do reajustamento citado anteriormente, deverá haver a recomposição mediante a aplicação do FATOR DE AVALIAÇÃO, de acordo com a fórmula a seguir:

**TUF Reajustada** = TUF × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TUF = Tarifa Usuário Final;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices

• FA = Fator de Avaliação;

• CRT = Créditos de Receitas Extraordinárias oriundas da TEP;

A **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** será reajustada a cada 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, sendo que o primeiro reajuste levará em consideração a data de apresentação da Proposta da licitante. O indexador utilizado para atualização será composto pela mesma cesta de índices utilizada para reajuste da TEP, que leva em consideração os custos ponderados dos serviços executados.

**Tarifa Reajustada** = TEP × [(I reaj × FA) + 1] – CRT

Onde:

• TEP = Tarifa do Ente Público;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices

• FA = Fator de Avaliação;

• CRT = Créditos de Receitas Extraordinárias oriundas da TUF;

A Concessionária será avaliada, conforme periodicidade, pelos serviços prestados, tendo os seus resultados consolidados anualmente para efeito de avaliação de performance.

A Pontuação Final do Indicador de Desempenho irá incidir no cálculo do reajuste da tarifa, através da aplicação do Fator de Avaliação, conforme tabela a seguir.

**Tabela 10 - Pontuação e fator de avaliação**

| PONTUAÇÃO E FATOR DE AVALIAÇÃO | |
|---|---|
| **NOTA** | **FATOR DE APLICAÇÃO PAARA REAJUSTE** |
| Acima de 90% | 1 |
| Entre 80% e 89,99% | 0,990 |
| Entre 70% e 79,99% | 0,9800 |
| Entre 60% e 69,99% | 0,9700 |
| Abaixo de 60% | 0,9600 |

Fonte: Torre Construções (2025)

O Fator de Aplicação (FA) comporá a fórmula de reajuste da tarifa e incidirá diretamente sobre o preço da tarifa reajustada, conforme definido no contrato.

## 4.1 IMPACTO NO REAJUSTE DAS TARIFAS

A Tarifa do Usuário final (**TUF**) e a Tarifa do Ente Público (**TEP**) serão reajustadas a cada 12 meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, sendo que o primeiro reajuste levará em consideração, para início do cálculo, a data de apresentação da Proposta do Licitante. O índice utilizado para atualização será o *"I reaj"* apresentado no Anexo I do Edital – Caderno de Encargos e levará em consideração, para sua nova composição, o Fator de Aplicação (**FA**) e o Crédito da Receita Extraordinária fruto de Tecnologias (CRT), de acordo com a fórmula a seguir:

$$\textbf{Tarifa Reajustada} = TUF \times [(I\ reaj \times FA) + 1] - CRT$$

Onde:

• TUF = Tarifa do usuário final;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices;

• FA = Fator de Avaliação;

• CR = Crédito da Receita Acessória aplicadas ao beneficiamento dos resíduos e aproveitamento energético: 3% (três por cento) do valor da receita liquida acessória apurada nas atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, conforme apresentado no Caderno de Encargos.

$$\textbf{Tarifa Reajustada} = TEP \times [(I\ reaj \times FA) + 1] - CRT$$

Onde:

• TEP = Tarifa do ente público;

• I reaj = Índice de Reajuste com base na ponderação de cesta de índices;

• FA = Fator de Avaliação;

• CR = Crédito da Receita Acessória aplicadas ao beneficiamento dos resíduos e aproveitamento energético: 3% (três por cento) do valor da receita liquida acessória apurada nas atividades ou serviços complementares, alternativos ou acessórios, conforme apresentado no Caderno de Encargos.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7°, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

_____

**[PROPONENTE]**

**[representante legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA QUE INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA AS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° __/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que seus dirigentes, diretores ou administradores não se encontram em exercício de cargo, emprego ou função pública nas secretarias, administração direta e indireta do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e/ou na Agência Reguladora, que impeçam a participação na licitação em referência e a execução do futuro Contrato de Concessão, caso se sagre vencedora do certame.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A LICITAÇÃO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com a Administração Pública, e que está ciente da obrigatoriedade de se declarar eventuais ocorrências posteriores.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo assinado(s), apresenta sua Proposta e os Documentos de Habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do EDITAL, declarando, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a Proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da Proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a Proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato da licitação, quanto a participar ou não do certame;

d) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação em referência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do seu objeto;

e) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da licitação antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes para firmá-la.

_____

***[PROPONENTE]***

***[Representante Legal]***



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° _____/2026**

Prezados Senhores,

A **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO LICITANTE**], doravante denominado [abreviação do nome da Licitante], para atendimento às condições estabelecidas no EDITAL da licitação em referência, consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios:

- desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;

- determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos; e

- ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis, **DECLARA**, sob as penas da legislação aplicável, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que se compromete a:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

1) Adotar ou reforçar todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de Concessionária do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**;

2) Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora do Contrato de Concessão ou seus contratados, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;

3) Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora ou seus contratados;

4) Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5) Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da licitação em referência;

6) Apoiar e colaborar com o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e com a Agência Reguladora em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**DECLARA**, ainda, que:

7) Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

8) Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes para firmá-lo.

_____

**[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| MATRIZ DE RISCOS | | | | MEDIDAS MITIGATÓRIAS / TRATAMENTO DOS RISCOS |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | RISCO | RESPONSABILIDADE | | |
| | | CONCEDENTE | SPE | |
| 1 | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, dos projetos, do plano de execução ou do objeto do contrato pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | X | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 2 | Modificações em indicadores de desempenho, encargos, especificações ou condições de prestação dos serviços, promovidas unilateralmente pelo Poder Concedente ou Agência Reguladora. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| 3 | Atraso de emissão da Ordem de Serviço, inclusive por atraso na extinção dos contratos atuais que tenham objeto similar ao objeto do Contrato de Concessão, exceto se decorrente de fatos imputáveis à Concessionária. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Planejamento prévio de transição por parte do Poder Concedente;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 4 | Atraso pelo Poder Concedente na liberação e entrega de áreas e bens afetos à concessão, quando estas providências forem de sua responsabilidade. | x | | Interrupção do início do prazo de vigência do Contrato, conforme Cláusula 6.1 do Contrato; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos e revisão dos indicadores de desempenho diretamente impactados, conforme Cláusula 22.6 do Contrato. |
| **5** | Passivos e prejuízos de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços, decorrentes de atos ou fatos ocorridos ou originados antes da assunção dos serviços pela Concessionária, inclusive aqueles atribuíveis do antigo responsável pela prestação de serviços objeto da concessão. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **6** | Obtenção ou regularização das Licenças Ambientais e Autorizações no âmbito municipal relativas ao sistema existente previamente à assunção dos serviços pela Concessionária | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **7** | Vícios ocultos nos bens cedidos à Concessionária pelo Poder Concedente, assim considerados aqueles não apontados no Termo de Vistoria dos Bens e que não poderiam ter sido identificados pela Concessionária, quando do recebimento dos bens. | **x** | | Vistorias prévias pelo Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| **8** | Impossibilidade de cobrança dos serviços públicos objeto da Concessão, inclusive em razão da não viabilização do cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ou de impedimentos de natureza jurídica, regulatória ou institucional, desde que não decorrentes de ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | (i) Obrigação do Poder Concedente de envidar esforços para viabilização do cofaturamento, conforme Cláusulas 8.3.1 e seguintes;<br><br>(ii) previsão contratual de regime alternativo de cobrança direta, conforme Cláusula 8.3.2 e seguintes;<br><br>(iii) aplicação do mecanismo de compartilhamento do risco de inadimplência extraordinária, nos termos do Risco 26 e das cláusulas contratuais específicas (especialmente a Cláusula 8.3.2.5 e seguintes);<br><br>(iv) Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **9** | Responsabilidade sobre os passivos já existentes ou originados em data anterior à data da assunção dos serviços, ainda que verificados ou conhecidos após tal data, bem como pelas compensações, e condicionantes que não estejam previstas no Edital ou nas licenças ambientais disponibilizadas pelo Poder Concedente, e desde que não sejam decorrentes de ação ou omissão da Concessionária. | **x** | | |
| **10** | Atraso no cumprimento dos cronogramas quando vinculado a obrigações alocadas ao Poder Concedente | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **11** | Impactos decorrentes de descobertas arqueológicas no terreno, incluindo atrasos no cronograma dos investimentos sob responsabilidade da Concessionária, prejuízos ao atingimento dos indicadores de desempenho e das metas, bem como perdas de receita e custos adicionais experimentados pela Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **12** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações requeridas em tempo hábil pela Concessionária, desde que cumpridas todas as exigências do órgão competente e não caiba nenhuma outra providência adicional à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **13** | Mudanças nas legislações que afetem diretamente os encargos e custos para a prestação do serviço e comprometam o equilíbrio original do Contrato de Concessão | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **14** | Interdição total ou parcial das áreas e bens vinculados à concessão, por causas não imputáveis à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **15** | Decisões judiciais ou arbitrais que impactem negativamente a execução do Contrato, especialmente aquelas que interrompam a prestação dos serviços e que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de cobrar as tarifas ou de reajustá-las de acordo com o estabelecido no Contrato, desde que não tenham sido ocasionadas por atos ou omissões da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **16** | Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda, após a data de apresentação da proposta comercial. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **17** | Caso fortuito ou força maior não seguráveis, fato do príncipe e fato da Administração. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **18** | Efeitos decorrentes do atraso na realização das desapropriações, servidões, limitações administrativas, ou, ainda, do parcelamento e regularização de registro dos imóveis, desde que tal atraso não tenha sido causado por ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **19** | Ocorrência de greves dos servidores e/ou empregados do Poder Concedente que afetem diretamente a prestação dos serviços ou a execução das obras objeto do Contrato. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **20** | Comoções ou manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução dos serviços ou a execução das obras, especialmente se eventuais perdas e danos causados por tais eventos não forem passíveis de cobertura por seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, desde que não tenham sido decorrentes de atos ou omissões da Concessionária | **x** | | Suporte institucional e policial por parte do Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **23** | Custos de ações judiciais (despesas processuais, honorários e valor da condenação) de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **21** | Anulação do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Indenização à Concessionária, contemplando as rubricas listadas na Cláusula 37.6 do Contrato, a ser calculada em observância aos critérios estabelecidos nas Cláusulas 38.4 e 38.5 do Contrato |
| **22** | Inadimplência dos **USUÁRIOS** em patamar acima do previsto em plano de negócios referencial, quando implementado o regime de cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de água e esgoto. | | **x** | Adoção de práticas eficientes de cobrança, controle de inadimplência e gestão de créditos pela Concessionária |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **23** | Atraso na implantação do projeto de engenharia e investimentos previstos no Caderno de Encargos | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **24** | Erro ou omissões nos levantamentos necessários para a elaboração da proposta comercial e para a execução do objeto do contrato. | | **x** | Análise aprofundada dos estudos pela Concessionária |
| **25** | Falhas na prestação dos serviços e erros ou falhas causadas pelos subcontratados, empregados ou terceirizados. | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **26** | Erro ou omissões nos projetos de engenharia elaborados pela Concessionária e falhas na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **27** | Danos comprovadamente causados pela Concessionária aos imóveis vizinhos na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução de seguros contratados. |
| **28** | Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do objeto do contrato. | | **x** | Assunção dos encargos pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **29** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **30** | Riscos de saúde e segurança dos trabalhadores | | **x** | Cumprimento das NRs; programas de saúde e segurança; treinamentos periódicos; EPI/EPC; e fiscalização interna pela Concessionária; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção de eventuais ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **31** | Prejuízos causados aos usuários e a terceiros após a assunção dos serviços | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **32** | Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados. | | **x** | Diversificação de fornecedores e *due dilligence* para seleção destes pela Concessionária;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente |
| **33** | Prejuízos decorrentes de eventual paralisação da prestação dos serviços, por ato ou fato imputável à Concessionária. | | **x** | Fiscalização da execução contratual pela Agência Reguladora, com o apoio do Poder Concedente;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente;<br><br>Aplicação de penalidades contratuais. |
| **34** | Responsabilidade civil, administrativa, criminal e ambiental por danos decorrentes da execução do objeto do contrato, com exceção de obrigações e passivos atribuídos ao Poder Concedente. | | **x** | Execução de seguros contratados; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **35** | Quebra das metas e não cumprimento indicadores de desempenho entre a Concessionária de serviços públicos e o **PODER CONCEDENTE**, motivado pela não implementação efetiva da cadeia de serviços ofertas. Fato esse que é motivado apenas em casos da **ADESÃO E TRANSFERÊNCIA PARCIAL** da execução para Concessionária, restando assim nesse caso necessidade de participação ativa do **PODER CONCEDENTE** na execução direta de parcela relevante desses serviços | **x** | | Sistema de monitoramento de desempenho;<br><br>Previsão de incentivos para desempenho adequado;<br><br>Previsão de penalidades proporcionais para desempenho inadequado. |
| **36** | Variação da taxa de câmbio | | **X** | Priorização de insumos nacionais e gestão financeira ativa pela Concessionária |
| **37** | Alterações no plano de investimentos e nos projetos, e no método de execução, por mera liberalidade da Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **38** | Variação dos custos operacionais, de manutenção, de aquisição, de investimentos, inclusive imobiliários, dentre outros de mesma natureza para o cumprimento das metas da concessão. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **39** | Término do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **40** | Todos os riscos relacionados à exploração de atividades que gerem receitas extraordinárias e possíveis prejuízos que resultem de sua execução. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **41** | Não obtenção do retorno econômico-financeiro previsto pela Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **42** | Não obtenção de financiamentos pela Concessionária. | | **x** | Estruturação prévia; cartas de intenção; garantias adequadas e diversificação de fontes pela Concessionária. |
| **43** | Aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela Concessionária para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da concessão | | **x** | Busca por taxas prefixadas; renegociação contratual com financiadores e planejamento financeiro pela Concessionária; |
| **44** | Custos diretos e indiretos relacionados a invasões de imóveis que façam parte dos bens da concessão e que tenham sido disponibilizados livres e desembaraçados pelo Poder Concedente à Concessionária. | | **x** | Medidas de segurança patrimonial por parte da Concessionária; |
| **45** | Danos ambientais originados após a assunção dos serviços objeto da concessão | | **x** | Licenciamento ambiental adequado;<br><br>Monitoramento ambiental pela Concessionária. |
| **46** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações pela Concessionária, em razão de fatos ou atos a ela imputáveis | | **x** | Observância das diretrizes ambientais do projeto;<br><br>Planejamento e observância dos prazos de implantação dos empreendimentos pela Concessionária;<br><br>Aplicação das sanções contratuais |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **47** | Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente. | | **x** | Monitoramento pela Concessionária;<br><br>Elaboração de planos corretivos imediatos pela Concessionária; |
| **48** | Não observância das diretrizes ambientais constantes do Edital ou alteração das concepções, projetos ou especificações por ato ou fato imputável à Concessionária, que implique em emissão de nova(s) licença(s). | | **x** | Análise e aprovação dos projetos pelo Poder Concedente;<br><br>Fiscalização contratual;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **49** | Ocorrência de greves e efeitos de dissídios coletivos dos empregados da Concessionária | | **x** | Desenvolvimento de plano de contingência pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **50** | Custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução da concessão. | | **x** | Desenvolvimento de política de gestão de litígios e prevenção de danos pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **51** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos equipamentos e estruturas destinados às Cooperativas e Associações | | **x** | Vigilância patrimonial pela Concessionária; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **52** | Inadimplência dos usuários no pagamento da **TUF** de **RDO**, na hipótese de adoção do regime de cobrança direta aos usuários pela Concessionária, ou seja, sem a implementação do cofaturamento com os serviços de água e esgoto:<br>• Até 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o risco é integralmente da Concessionária;<br>• Acima de 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o excedente a esse percentual é de responsabilidade do Poder Concedente | **x** | **x** | Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, em complementação à remuneração da Concessionária, em caso de inadimplência em patamares extraordinários, na forma e nas condições estabelecidas na Cláusula 8.3.2.5 e seguintes do Contrato, limitada a 1,35% da Receita Corrente Líquida de cada Município. |
| **53** | Variação das despesas com regulação e fiscalização<br>• Dentro do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato<br>• Fora do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização qualquer parte poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro do contrato | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos das Cláusulas 28.5.2 e 28.5.3 do Contrato e na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **54** | Variação da demanda projetada no **CADERNO DE ENCARGOS** para os serviços obrigatórios (a variação da demanda dos serviços facultativos rege-se pelos itens 57 e 58)<br>• Dentro do intervalo de 85% a 115%: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.<br>• inferior a 85% ou superior a 115%: qualquer parte poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **55** | Alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de incorporação de novos municípios ou de retirada ou exclusão de municípios originais, que cause impacto de qualquer natureza na **CONCESSÃO**. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Na hipótese de retirada, o Município Retirante deve indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei. |
| **56** | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, inclusive a supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos, pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **57** | Variação da demanda projetada dos serviços facultativos previstos no CADERNO DE ENCARGOS, decorrente da adesão (ou não), da adesão parcial ou da adesão tardia dos MUNICÍPIOS, considerada isoladamente. | **X** | **X** | A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br>Cada serviço facultativo constitui módulo autônomo, remunerado por tarifa própria, devida somente se houver adesão e na medida da efetiva prestação (Cláusulas 8.7 e 8.9 do Contrato);<br>Os efeitos da não adesão, adesão parcial ou adesão tardia sobre o atingimento das metas observam o item 58. |
| **58** | Não adesão, adesão parcial ou adesão tardia dos MUNICÍPIOS aos serviços facultativos de coleta previstos no CADERNO DE ENCARGOS, que implique o não ingresso integral dos resíduos gerados no sistema de triagem, tratamento e destinação final da CONCESSÃO e comprometa a universalização dos serviços e o atingimento das metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e resíduos triados, tratados e destinados. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, restrito aos efeitos sobre o atingimento das metas;<br>Repactuação das metas e dos prazos de universalização afetados;<br>A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **59** | Alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de alteração na relação dos municípios originais, que cause impacto de qualquer natureza na CONCESSÃO. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Na hipótese de retirada, o Município Retirante deve indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei. |

| MATRIZ DE RISCOS | | | | MEDIDAS MITIGATÓRIAS / TRATAMENTO DOS RISCOS |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | RISCO | RESPONSABILIDADE | | |
| | | CONCEDENTE | SPE | |
| 1 | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, dos projetos, do plano de execução ou do objeto do contrato pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | X | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 2 | Modificações em indicadores de desempenho, encargos, especificações ou condições de prestação dos serviços, promovidas unilateralmente pelo Poder Concedente ou Agência Reguladora. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| 3 | Atraso de emissão da Ordem de Serviço, inclusive por atraso na extinção dos contratos atuais que tenham objeto similar ao objeto do Contrato de Concessão, exceto se decorrente de fatos imputáveis à Concessionária. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Planejamento prévio de transição por parte do Poder Concedente;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 4 | Atraso pelo Poder Concedente na liberação e entrega de áreas e bens afetos à concessão, quando estas providências forem de sua responsabilidade. | x | | Interrupção do início do prazo de vigência do Contrato, conforme Cláusula 6.1 do Contrato; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos e revisão dos indicadores de desempenho diretamente impactados, conforme Cláusula 22.6 do Contrato. |
| **5** | Passivos e prejuízos de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços, decorrentes de atos ou fatos ocorridos ou originados antes da assunção dos serviços pela Concessionária, inclusive aqueles atribuíveis do antigo responsável pela prestação de serviços objeto da concessão. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **6** | Obtenção ou regularização das Licenças Ambientais e Autorizações no âmbito municipal relativas ao sistema existente previamente à assunção dos serviços pela Concessionária | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **7** | Vícios ocultos nos bens cedidos à Concessionária pelo Poder Concedente, assim considerados aqueles não apontados no Termo de Vistoria dos Bens e que não poderiam ter sido identificados pela Concessionária, quando do recebimento dos bens. | **x** | | Vistorias prévias pelo Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| **8** | Impossibilidade de cobrança dos serviços públicos objeto da Concessão, inclusive em razão da não viabilização do cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ou de impedimentos de natureza jurídica, regulatória ou institucional, desde que não decorrentes de ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | (i) Obrigação do Poder Concedente de envidar esforços para viabilização do cofaturamento, conforme Cláusulas 8.3.1 e seguintes;<br><br>(ii) previsão contratual de regime alternativo de cobrança direta, conforme Cláusula 8.3.2 e seguintes;<br><br>(iii) aplicação do mecanismo de compartilhamento do risco de inadimplência extraordinária, nos termos do Risco 26 e das cláusulas contratuais específicas (especialmente a Cláusula 8.3.2.5 e seguintes);<br><br>(iv) Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **9** | Responsabilidade sobre os passivos já existentes ou originados em data anterior à data da assunção dos serviços, ainda que verificados ou conhecidos após tal data, bem como pelas compensações, e condicionantes que não estejam previstas no Edital ou nas licenças ambientais disponibilizadas pelo Poder Concedente, e desde que não sejam decorrentes de ação ou omissão da Concessionária. | **x** | | |
| **10** | Atraso no cumprimento dos cronogramas quando vinculado a obrigações alocadas ao Poder Concedente | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **11** | Impactos decorrentes de descobertas arqueológicas no terreno, incluindo atrasos no cronograma dos investimentos sob responsabilidade da Concessionária, prejuízos ao atingimento dos indicadores de desempenho e das metas, bem como perdas de receita e custos adicionais experimentados pela Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **12** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações requeridas em tempo hábil pela Concessionária, desde que cumpridas todas as exigências do órgão competente e não caiba nenhuma outra providência adicional à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **13** | Mudanças nas legislações que afetem diretamente os encargos e custos para a prestação do serviço e comprometam o equilíbrio original do Contrato de Concessão | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **14** | Interdição total ou parcial das áreas e bens vinculados à concessão, por causas não imputáveis à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **15** | Decisões judiciais ou arbitrais que impactem negativamente a execução do Contrato, especialmente aquelas que interrompam a prestação dos serviços e que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de cobrar as tarifas ou de reajustá-las de acordo com o estabelecido no Contrato, desde que não tenham sido ocasionadas por atos ou omissões da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **16** | Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda, após a data de apresentação da proposta comercial. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **17** | Caso fortuito ou força maior não seguráveis, fato do príncipe e fato da Administração. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **18** | Efeitos decorrentes do atraso na realização das desapropriações, servidões, limitações administrativas, ou, ainda, do parcelamento e regularização de registro dos imóveis, desde que tal atraso não tenha sido causado por ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **19** | Ocorrência de greves dos servidores e/ou empregados do Poder Concedente que afetem diretamente a prestação dos serviços ou a execução das obras objeto do Contrato. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **20** | Comoções ou manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução dos serviços ou a execução das obras, especialmente se eventuais perdas e danos causados por tais eventos não forem passíveis de cobertura por seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, desde que não tenham sido decorrentes de atos ou omissões da Concessionária | **x** | | Suporte institucional e policial por parte do Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **23** | Custos de ações judiciais (despesas processuais, honorários e valor da condenação) de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **21** | Anulação do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Indenização à Concessionária, contemplando as rubricas listadas na Cláusula 37.6 do Contrato, a ser calculada em observância aos critérios estabelecidos nas Cláusulas 38.4 e 38.5 do Contrato |
| **22** | Inadimplência dos **USUÁRIOS** em patamar acima do previsto em plano de negócios referencial, quando implementado o regime de cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de água e esgoto. | | **x** | Adoção de práticas eficientes de cobrança, controle de inadimplência e gestão de créditos pela Concessionária |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **23** | Atraso na implantação do projeto de engenharia e investimentos previstos no Caderno de Encargos | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **24** | Erro ou omissões nos levantamentos necessários para a elaboração da proposta comercial e para a execução do objeto do contrato. | | **x** | Análise aprofundada dos estudos pela Concessionária |
| **25** | Falhas na prestação dos serviços e erros ou falhas causadas pelos subcontratados, empregados ou terceirizados. | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **26** | Erro ou omissões nos projetos de engenharia elaborados pela Concessionária e falhas na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **27** | Danos comprovadamente causados pela Concessionária aos imóveis vizinhos na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução de seguros contratados. |
| **28** | Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do objeto do contrato. | | **x** | Assunção dos encargos pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **29** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **30** | Riscos de saúde e segurança dos trabalhadores | | **x** | Cumprimento das NRs; programas de saúde e segurança; treinamentos periódicos; EPI/EPC; e fiscalização interna pela Concessionária; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção de eventuais ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **31** | Prejuízos causados aos usuários e a terceiros após a assunção dos serviços | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **32** | Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados. | | **x** | Diversificação de fornecedores e *due dilligence* para seleção destes pela Concessionária;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente |
| **33** | Prejuízos decorrentes de eventual paralisação da prestação dos serviços, por ato ou fato imputável à Concessionária. | | **x** | Fiscalização da execução contratual pela Agência Reguladora, com o apoio do Poder Concedente;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente;<br><br>Aplicação de penalidades contratuais. |
| **34** | Responsabilidade civil, administrativa, criminal e ambiental por danos decorrentes da execução do objeto do contrato, com exceção de obrigações e passivos atribuídos ao Poder Concedente. | | **x** | Execução de seguros contratados; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **35** | Quebra das metas e não cumprimento indicadores de desempenho entre a Concessionária de serviços públicos e o **PODER CONCEDENTE**, motivado pela não implementação efetiva da cadeia de serviços ofertas. Fato esse que é motivado apenas em casos da **ADESÃO E TRANSFERÊNCIA PARCIAL** da execução para Concessionária, restando assim nesse caso necessidade de participação ativa do **PODER CONCEDENTE** na execução direta de parcela relevante desses serviços | **x** | | Sistema de monitoramento de desempenho;<br><br>Previsão de incentivos para desempenho adequado;<br><br>Previsão de penalidades proporcionais para desempenho inadequado. |
| **36** | Variação da taxa de câmbio | | **X** | Priorização de insumos nacionais e gestão financeira ativa pela Concessionária |
| **37** | Alterações no plano de investimentos e nos projetos, e no método de execução, por mera liberalidade da Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **38** | Variação dos custos operacionais, de manutenção, de aquisição, de investimentos, inclusive imobiliários, dentre outros de mesma natureza para o cumprimento das metas da concessão. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **39** | Término do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **40** | Todos os riscos relacionados à exploração de atividades que gerem receitas extraordinárias e possíveis prejuízos que resultem de sua execução. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **41** | Não obtenção do retorno econômico-financeiro previsto pela Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **42** | Não obtenção de financiamentos pela Concessionária. | | **x** | Estruturação prévia; cartas de intenção; garantias adequadas e diversificação de fontes pela Concessionária. |
| **43** | Aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela Concessionária para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da concessão | | **x** | Busca por taxas prefixadas; renegociação contratual com financiadores e planejamento financeiro pela Concessionária; |
| **44** | Custos diretos e indiretos relacionados a invasões de imóveis que façam parte dos bens da concessão e que tenham sido disponibilizados livres e desembaraçados pelo Poder Concedente à Concessionária. | | **x** | Medidas de segurança patrimonial por parte da Concessionária; |
| **45** | Danos ambientais originados após a assunção dos serviços objeto da concessão | | **x** | Licenciamento ambiental adequado;<br><br>Monitoramento ambiental pela Concessionária. |
| **46** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações pela Concessionária, em razão de fatos ou atos a ela imputáveis | | **x** | Observância das diretrizes ambientais do projeto;<br><br>Planejamento e observância dos prazos de implantação dos empreendimentos pela Concessionária;<br><br>Aplicação das sanções contratuais |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **47** | Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente. | | **x** | Monitoramento pela Concessionária;<br><br>Elaboração de planos corretivos imediatos pela Concessionária; |
| **48** | Não observância das diretrizes ambientais constantes do Edital ou alteração das concepções, projetos ou especificações por ato ou fato imputável à Concessionária, que implique em emissão de nova(s) licença(s). | | **x** | Análise e aprovação dos projetos pelo Poder Concedente;<br><br>Fiscalização contratual;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **49** | Ocorrência de greves e efeitos de dissídios coletivos dos empregados da Concessionária | | **x** | Desenvolvimento de plano de contingência pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **50** | Custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução da concessão. | | **x** | Desenvolvimento de política de gestão de litígios e prevenção de danos pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **51** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos equipamentos e estruturas destinados às Cooperativas e Associações | | **x** | Vigilância patrimonial pela Concessionária; |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **52** | Inadimplência dos usuários no pagamento da **TUF** de **RDO**, na hipótese de adoção do regime de cobrança direta aos usuários pela Concessionária, ou seja, sem a implementação do cofaturamento com os serviços de água e esgoto:<br>• Até 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o risco é integralmente da Concessionária;<br>• Acima de 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o excedente a esse percentual é de responsabilidade do Poder Concedente | **x** | **x** | Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, em complementação à remuneração da Concessionária, em caso de inadimplência em patamares extraordinários, na forma e nas condições estabelecidas na Cláusula 8.3.2.5 e seguintes do Contrato, limitada a 1,35% da Receita Corrente Líquida de cada Município. |
| **53** | Variação das despesas com regulação e fiscalização<br>• Dentro do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato<br>• Fora do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização qualquer parte poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro do contrato | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos das Cláusulas 28.5.2 e 28.5.3 do Contrato e na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **54** | Variação da demanda projetada no **CADERNO DE ENCARGOS** para os serviços obrigatórios (a variação da demanda dos serviços facultativos rege-se pelos itens 57 e 58)<br>• Dentro do intervalo de 85% a 115%: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.<br>• inferior a 85% ou superior a 115%: qualquer parte poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **55** | Alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de incorporação de novos municípios ou de retirada ou exclusão de municípios originais, que cause impacto de qualquer natureza na **CONCESSÃO**. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Na hipótese de retirada, o Município Retirante deve indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei. |
| **56** | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, inclusive a supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos, pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **57** | Variação da demanda projetada dos serviços facultativos previstos no CADERNO DE ENCARGOS, decorrente da adesão (ou não), da adesão parcial ou da adesão tardia dos MUNICÍPIOS, considerada isoladamente. | **X** | **X** | A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br>Cada serviço facultativo constitui módulo autônomo, remunerado por tarifa própria, devida somente se houver adesão e na medida da efetiva prestação (Cláusulas 8.7 e 8.9 do Contrato);<br>Os efeitos da não adesão, adesão parcial ou adesão tardia sobre o atingimento das metas observam o item 58. |
| **58** | Não adesão, adesão parcial ou adesão tardia dos MUNICÍPIOS aos serviços facultativos de coleta previstos no CADERNO DE ENCARGOS, que implique o não ingresso integral dos resíduos gerados no sistema de triagem, tratamento e destinação final da CONCESSÃO e comprometa a universalização dos serviços e o atingimento das metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e resíduos triados, tratados e destinados. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, restrito aos efeitos sobre o atingimento das metas;<br>Repactuação das metas e dos prazos de universalização afetados;<br>A variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **59** | Alterações na configuração da parte contratante, decorrentes de alteração na relação dos municípios originais, que cause impacto de qualquer natureza na CONCESSÃO. | **X** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Na hipótese de retirada, o Município Retirante deve indenizar os efeitos econômicos decorrentes de sua retirada, na forma da lei. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**MODELO DE CARTA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [___/___]**

Prezados Senhores,

1) A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu(s) representante(s) legal(ais), apresenta anexos os documentos para a sua habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do **EDITAL**, organizados consoante a ordem ali estabelecida, refletida no índice anexo.

2) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do **EDITAL** e que os aceita integralmente, em especial, no que tange às faculdades conferidas à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO de** conduzir diligências especiais para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.

3) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para qualificação, e que apresentou os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** conforme definido no Edital de Concorrência, item 17, responsabilizando-se pela sua veracidade e autenticidade.

4) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara, ainda, que os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe.

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

_____

**[PROPONENTE]**

[representante legal]

**MODELO DE CARTA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [___/___]**

Prezados Senhores,

1) A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu(s) representante(s) legal(ais), apresenta anexos os documentos para a sua habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do **EDITAL**, organizados consoante a ordem ali estabelecida, refletida no índice anexo.

2) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do **EDITAL** e que os aceita integralmente, em especial, no que tange às faculdades conferidas à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO de** conduzir diligências especiais para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.

3) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para qualificação, e que apresentou os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** conforme definido no Edital de Concorrência, item 17, responsabilizando-se pela sua veracidade e autenticidade.

4) A **[PROPONENTE] ("PROPONENTE")** declara, ainda, que os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe.

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

_____

**[PROPONENTE]**

[representante legal]



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO VII

## MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, [LICITANTE], [qualificação], doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [XXXX], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

1. Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo os órgãos e entidades integrantes da administração dos municípios do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), para estabelecer e manter entendimentos com as referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência n° __/2026, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos, e, em especial:

    a. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

    b. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes

especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

c. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Bom Jesus da Lapa, [XX] de [XXXX] de 2026.

**[LICITANTE]**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**ANEXO VII**

**MODELO DE PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento de mandato, [LICITANTE], [qualificação], doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [XXXX], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

1. Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo os órgãos e entidades integrantes da administração dos municípios do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), para estabelecer e manter entendimentos com as referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar todos os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concorrência n° __/2026, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos, e, em especial:

    a. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

    b. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

c. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Bom Jesus da Lapa, [XX] de [XXXX] de 2026.

**[LICITANTE]**

**REPRESENTANTE LEGAL**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

[LOCAL], [_____] de [_____] de 2026

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ____/2026**

Prezados Senhores,

A ***PROPONENTE ["PROPONENTE"],*** por meio do(s) seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo infrafirmado(s), apresenta a(s) seguinte(s) solicitação(ões) de esclarecimentos relativa ao EDITAL da Concorrência em referência:

| NÚMERO DA QUESTÃO FORMULADA | ITEM DO EDITAL | ESCLARECIMENTO SOLICITADO |
|---|---|---|
| **1** | Inserir item do **EDITAL** ou **ANEXO** ao qual se refere o esclarecimento solicitado | Escrever, em forma de pergunta e de forma clara, o pedido de esclarecimento desejado |
| **2** | Idem | Idem |
| **3** | Idem | Idem |
| **4** | Idem | Idem |

Atenciosamente,

***[PROPONENTE]***

***Responsável para contato: [_____]***

***Telefone: [_____]***

***Endereço eletrônico: [_____]***

**SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

[LOCAL], [_____] de [_____] de 2026

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ____/2026**

Prezados Senhores,

A ***PROPONENTE ["PROPONENTE"],*** por meio do(s) seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo infrafirmado(s), apresenta a(s) seguinte(s) solicitação(ões) de esclarecimentos relativa ao EDITAL da Concorrência em referência:

| NÚMERO DA QUESTÃO FORMULADA | ITEM DO EDITAL | ESCLARECIMENTO SOLICITADO |
|---|---|---|
| **1** | Inserir item do **EDITAL** ou **ANEXO** ao qual se refere o esclarecimento solicitado | Escrever, em forma de pergunta e de forma clara, o pedido de esclarecimento desejado |
| **2** | Idem | Idem |
| **3** | Idem | Idem |
| **4** | Idem | Idem |

Atenciosamente,

***[PROPONENTE]***

***Responsável para contato: [_____]***

***Telefone: [_____]***

***Endereço eletrônico: [_____]***



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7°, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

_____

**[PROPONENTE]**

**[representante legal]**

**AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA QUE INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA AS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° __/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que seus dirigentes, diretores ou administradores não se encontram em exercício de cargo, emprego ou função pública nas secretarias, administração direta e indireta do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e/ou na Agência Reguladora, que impeçam a participação na licitação em referência e a execução do futuro Contrato de Concessão, caso se sagre vencedora do certame.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**

**AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A LICITAÇÃO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com a Administração Pública, e que está ciente da obrigatoriedade de se declarar eventuais ocorrências posteriores.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**

# DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo assinado(s), apresenta sua Proposta e os Documentos de Habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do EDITAL, declarando, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a Proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da Proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a Proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato da licitação, quanto a participar ou não do certame;

d) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação em referência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado

ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do seu objeto;

e) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da licitação antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes para firmá-la.

_____

***[PROPONENTE]***

***[Representante Legal]***

# COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° _____/2026**

Prezados Senhores,

A **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO LICITANTE**], doravante denominado [abreviação do nome da Licitante], para atendimento às condições estabelecidas no EDITAL da licitação em referência, consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios:

- desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;

- determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos; e

- ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis, **DECLARA**, sob as penas da legislação aplicável, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que se compromete a:

1) Adotar ou reforçar todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de Concessionária do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**;

2) Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora do Contrato de Concessão ou seus contratados, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;

3) Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora ou seus contratados;

4) Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5) Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da licitação em referência;

6) Apoiar e colaborar com o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e com a Agência Reguladora em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

**DECLARA**, ainda, que:

7) Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

8) Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes para firmá-lo.

_____

**[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]**

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7°, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]**

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

_____

**[PROPONENTE]**

**[representante legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA QUE INTEGRE A ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA AS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° __/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que seus dirigentes, diretores ou administradores não se encontram em exercício de cargo, emprego ou função pública nas secretarias, administração direta e indireta do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e/ou na Agência Reguladora, que impeçam a participação na licitação em referência e a execução do futuro Contrato de Concessão, caso se sagre vencedora do certame.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A LICITAÇÃO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [PROPONENTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com a Administração Pública, e que está ciente da obrigatoriedade de se declarar eventuais ocorrências posteriores.

_____

**[PROPONENTE]**

**[Representante Legal]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

Prezados Senhores,

A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo assinado(s), apresenta sua Proposta e os Documentos de Habilitação no certame licitatório em referência, nos termos do EDITAL, declarando, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a Proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da Proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a Proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato da licitação, quanto a participar ou não do certame;

d) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação em referência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do seu objeto;

e) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da licitação antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes para firmá-la.

_____

***[PROPONENTE]***

***[Representante Legal]***



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° _____/2026**

Prezados Senhores,

A **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO LICITANTE]**, doravante denominado [abreviação do nome da Licitante], para atendimento às condições estabelecidas no EDITAL da licitação em referência, consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios:

- desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;

- determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos; e

- ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis, **DECLARA**, sob as penas da legislação aplicável, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que se compromete a:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

1) Adotar ou reforçar todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de Concessionária do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**;

2) Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora do Contrato de Concessão ou seus contratados, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;

3) Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**, das Secretarias e unidades de saúde que o integram, da Agência Reguladora ou seus contratados;

4) Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5) Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da licitação em referência;

6) Apoiar e colaborar com o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** e com a Agência Reguladora em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**DECLARA**, ainda, que:

7) Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

8) Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes para firmá-lo.

_____

**[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

**CARTA FIANÇA Nº _____**

**BANCO _____**

Á **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco _____, com domicílio [endereço], inscrito no CNPJ/MF nº _____, por seus representante(s) legal(is), abaixo assinado(s), declara-se fiador e principal pagador da [empresa/consórcio], _____ com domicílio [endereço], inscrita(o) no CNPJ/MF nº _____, doravante denominada EMPRESA, até o limite de R$ _____(valor por extenso), para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão nº _____, decorrente do processo licitatório Concorrência Pública nº 001/2026, cujo objeto é a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO**

**CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**.

A fiança ora concedida assegura a garantia necessária à execução do Contrato correspondente, por parte da empresa afiançada, inclusive no prazo em que for convocada pela **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** para a sua assinatura, e o valor da fiança presentemente concedida poderá ser recebido pela **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** a qualquer tempo, independentemente de autorização da afiançada, de ordem judicial ou extrajudicial, ou, ainda, de qualquer prévia justificação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação feita, por escrito, pelo administrativo da **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**.

Este Banco renúncia, expressamente, aos benefícios estatuídos no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, e declara sob as penas da Lei que:

- está legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente Carta de Fiança;
- está fiança está devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária, regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis à espécie;
- o Fiador e principal pagador não está ligado a nenhum grupo da empresa afiançada;
- o valor da presente fiança está dentro dos limites permitidos pelo Banco Central.
- a presente Fiança Bancária vigorará pelo prazo de _____ (valor por extenso) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, prorrogável automaticamente por iguais períodos, até a consecução das obrigações

contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito deste Banco.

Constituirá, também, prova suficiente para desobrigar o fiador do compromisso assumido, a devolução da via original desta Carta de Fiança.

**[LOCAL], _____de _____de _____**

_____

**[BANCO]**

**MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA**

**CARTA FIANÇA Nº** _____

**BANCO** _____

Á **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco _____, com domicílio [endereço], inscrito no CNPJ/MF nº _____, por seus representante(s) legal(is), abaixo assinado(s), declara-se fiador e principal pagador da [empresa/consórcio], _____ com domicílio [endereço], inscrita(o) no CNPJ/MF nº _____, doravante denominada EMPRESA, até o limite de R$ _____(valor por extenso), para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão nº _____, decorrente do processo licitatório Concorrência Pública nº 001/2026, cujo objeto é a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**.

A fiança ora concedida assegura a garantia necessária à execução do Contrato correspondente, por parte da empresa afiançada, inclusive no prazo em que for convocada pela **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** para a sua assinatura, e o valor da fiança presentemente concedida poderá ser recebido pela **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** a qualquer tempo, independentemente de autorização da afiançada, de ordem judicial ou extrajudicial, ou, ainda, de qualquer prévia justificação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação feita, por escrito, pelo administrativo da **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**.

Este Banco renúncia, expressamente, aos benefícios estatuídos no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, e declara sob as penas da Lei que:

- está legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente Carta de Fiança;
- está fiança está devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária, regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis à espécie;
- o Fiador e principal pagador não está ligado a nenhum grupo da empresa afiançada;
- o valor da presente fiança está dentro dos limites permitidos pelo Banco Central.
- a presente Fiança Bancária vigorará pelo prazo de _____ (valor por extenso) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, prorrogável automaticamente por iguais períodos, até a consecução das obrigações



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito deste Banco.

Constituirá, também, prova suficiente para desobrigar o fiador do compromisso assumido, a devolução da via original desta Carta de Fiança.

**[LOCAL], _____de _____de _____**

_____

**[BANCO]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ANEXO XI**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° XX/XXXX**

**ATESTO** para os devidos fins, que o Sr(ª) _____, profissional devidamente qualificado, mediante apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de cargo ou função da Empresa Licitante _____, inscrito no CPF sob o nº _____, visitou e vistoriou as áreas e os locais de intervenção, onde serão executados os serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XX/XXXX**, juntamente com representante do **PODER CONCEDENTE**, tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações contratuais referentes à execução do objeto dessa licitação.

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**[Representante]**

**[PROPONENTE]**

**[Profissional responsável pela visita]**

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ANEXO XI**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° XX/XXXX**

**ATESTO** para os devidos fins, que o Sr(ª) _____, profissional devidamente qualificado, mediante apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de cargo ou função da Empresa Licitante _____, inscrito no CPF sob o nº _____, visitou e vistoriou as áreas e os locais de intervenção, onde serão executados os serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XX/XXXX**, juntamente com representante do **PODER CONCEDENTE**, tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações contratuais referentes à execução do objeto dessa licitação.

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**[Representante]**

**[PROPONENTE]**

**[Profissional responsável pela visita]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [XX] / XXXX**

Prezados Senhores,

***A [PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu responsável técnico, declara, para todos os fins, que detém pleno conhecimento das áreas, das condições e das peculiaridades para realização das obras e serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° [XX] / XXXX**, de modo que dispensa a realização de vistoria técnica prévia, conforme facultado pelo **EDITAL**.

A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** declara, ainda, ter ciência de que a não realização da vistoria técnica não poderá ser invocada como justificativa para a apresentação de qualquer requerimento, questionamento ou reclamação com fundamento em desconhecimento das condições e peculiaridades da contratação objeto da **LICITAÇÃO**, e que cabe exclusivamente à ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** suportar todos os ônus decorrentes de sua livre escolha.

Atenciosamente,

**[PROPONENTE]**

**[Responsável Técnico]**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [XX] / XXXX**

Prezados Senhores,

***A [PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** por seu responsável técnico, declara, para todos os fins, que detém pleno conhecimento das áreas, das condições e das peculiaridades para realização das obras e serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° [XX] / XXXX**, de modo que dispensa a realização de vistoria técnica prévia, conforme facultado pelo **EDITAL**.

A ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** declara, ainda, ter ciência de que a não realização da vistoria técnica não poderá ser invocada como justificativa para a apresentação de qualquer requerimento, questionamento ou reclamação com fundamento em desconhecimento das condições e peculiaridades da contratação objeto da **LICITAÇÃO**, e que cabe exclusivamente à ***[PROPONENTE] ("PROPONENTE"),*** suportar todos os ônus decorrentes de sua livre escolha.

Atenciosamente,

**[PROPONENTE]**

**[Responsável Técnico]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [XX] / XXXX**

Prezados Senhores,

A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE"),*** por seu responsável técnico, declara, para todos os fins, que detém pleno conhecimento das áreas, das condições e das peculiaridades para realização das obras e serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° [XX] / XXXX**, de modo que dispensa a realização de vistoria técnica prévia, conforme facultado pelo **EDITAL**.

A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE")***, declara, ainda, ter ciência de que a não realização da vistoria técnica não poderá ser invocada como justificativa para a apresentação de qualquer requerimento, questionamento ou reclamação com fundamento em desconhecimento das condições e peculiaridades da contratação objeto da **LICITAÇÃO**, e que cabe exclusivamente à A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE")*****,** suportar todos os ônus decorrentes de sua livre escolha.

Atenciosamente,

**[PROPONENTE]**

**[Responsável Técnico]**

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

[LOCAL], [XX] de [XXXX] de [XXXX]

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° [XX] / XXXX**

Prezados Senhores,

A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE"),*** por seu responsável técnico, declara, para todos os fins, que detém pleno conhecimento das áreas, das condições e das peculiaridades para realização das obras e serviços objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° [XX] / XXXX**, de modo que dispensa a realização de vistoria técnica prévia, conforme facultado pelo **EDITAL**.

A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE")***, declara, ainda, ter ciência de que a não realização da vistoria técnica não poderá ser invocada como justificativa para a apresentação de qualquer requerimento, questionamento ou reclamação com fundamento em desconhecimento das condições e peculiaridades da contratação objeto da **LICITAÇÃO**, e que cabe exclusivamente à A **[PROPONENTE]** ***("PROPONENTE"),*** suportar todos os ônus decorrentes de sua livre escolha.

Atenciosamente,

**[PROPONENTE]**

**[Responsável Técnico]**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PROPOSTA DE PREÇO**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° __/2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**. Nossa **PROPOSTA** corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária e valor unitários de remuneração previstos a seguir:

i) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por tonelada dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo para compor a **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**);

ii) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (**RDO**) com caminhões compactadores, ciclomotores (triciclos de carga) e disponibilização de contentores para compor a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA** (**TUF-C**);

iii) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços de triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliares (**RDO**) para compor a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE DESTINAÇÃO FINAL** (**TUF-D**);

iv) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por quilograma dos serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) para compor a **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**);

Declaramos, expressamente, que:

i) Manteremos válida esta **PROPOSTA DE PREÇO** pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de entrega dos **ENVELOPES**;

ii) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

iii) Temos pleno conhecimento do **OBJETO** de **CONCESSÃO** e de todas as condições para a sua adequada execução;

iv) Não nos enquadramos em nenhuma das restrições previstas no **EDITAL**;

v) Atendemos a todos os requisitos exigidos no **EDITAL** para a perfeita execução dos serviços objeto da **CONCESSÃO**, inclusive quanto aos critérios de **HABILITAÇÃO**; e

vi) Os valores das **TARIFAS** serão reajustados e sujeitos a revisão periódica, na forma prevista no **CONTRATO DE CONCESSÃO** (**ANEXO DO EDITAL**).

_____

**PROPONENTE**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° [___] /2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO *(“CDS VELHO CHICO”),* MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**.

Nosso **PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA** abarca todos os elementos necessários e suficientes para permitir a aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica da nossa **PROPOSTA DE PREÇO**, observando-se os requisitos definidos na Tabela A do Item 16.4.2.2 do **EDITAL** e o seguinte:

| QUESITO | CONTEÚDO MÍNIMO | CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO |
|---|---|---|
| Metodologia de implantação dos serviços | (i) cronograma físico de mobilização e implantação, por serviço e por Município; (ii) sequência de entrada em operação das unidades (aterro sanitário, CVR e estações de transbordo); (iii) plano de transição dos serviços em curso; (iv) frota, equipamentos e equipes por fase; (v) plano de encerramento dos lixões | Todos os elementos apresentados; prazos iguais ou inferiores aos marcos do Caderno de Encargos; frota e equipes iguais ou superiores ao dimensionamento mínimo do Caderno |
| Rota tecnológica | (i) solução de tratamento e destinação para cada fração (rejeitos, recicláveis, orgânicos, RCD, RSS e lixiviado); (ii) fluxograma de massas; (iii) metas anuais de recuperação de materiais e desvio de aterro; (iv) licenças necessárias e cronograma de licenciamento | Solução indicada para todas as frações previstas no Caderno; tecnologias admitidas no Caderno e na legislação; metas iguais ou superiores às contratuais |
| Planos complementares | Para cada plano: objetivo, ações, responsáveis, cronograma e indicadores de acompanhamento | Os cinco elementos presentes; compatibilidade com as especificações do Caderno de Encargos |

a) Dimensionamento, quantitativo com especificação dos veículos, equipamentos, ferramentas, uniforme, EPI e mão de obra, necessários para execução de todos os serviços, incluindo as memórias de cálculo adotadas, mobilização de recursos humanos, equipamentos e local indicado para instalação dos empreendimentos necessários para execução de todos os serviços que serão remunerados pela TUF-C, TUF-D e pelas TEPs, incluindo as memórias de cálculo adotadas.

b) Cronograma de implantação de todos os serviços e atividades correlatas que serão remunerados pela TUF-C, TUF-D e pelas TEPs.

c) Descrição da rota tecnológica a ser adotada, incluindo possibilidades de valorização dos resíduos.

d) Apresentação do Programa de Segurança e Prevenção de Acidentes do Trabalho; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; Plano de Manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos; Programa de capacitação dos entes públicos, com plano de ação para implantação de plataforma digital com produção de cursos e workshops, incluindo a descrição dos custos e técnica para interrelacionar o programa com os entes públicos, prefeituras e prefeitos nos municípios; e Programa de Coleta Seletiva e Educação Ambiental, com plano de ação para instalação dos conjuntos de coleta seletiva, incluindo a descrição dos custos e técnica para interrelacionar o programa com a comunidade, catadores e ONGs da área em atuação nos municípios.

e) Apresentação dos mapas de atendimento a todas as fases do projeto dos serviços de coleta, transporte e transferência (transbordo) até o destino final ambientalmente adequados de toda a tipologia de resíduos atendida na escala mínima de 1:7500 indicando, através de cores e respectivas legendas, os seguintes elementos:

f) Mapas de coleta de resíduos sólidos urbanos zona urbana RSU (RDO+RPU), mapas de coleta seletiva (CS), mapas de coleta dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) e mapas de transporte e transferência (transbordo) dos resíduos das Estações de Transferência de Resíduos (ETRs) até o aterro sanitário.

g) Divisão de setores e respectivos períodos (diurno e noturno);

h) Programação da coleta (dias da semana);

i) Itinerários dos veículos coletores de cada setor, com a extensão total de vias percorridas, com discriminação do trajeto e o sentido de fluxo percorrido pelos veículos coletores compactadores, em cada viagem a ser realizada, discriminado a extensão produtiva (coletando), a extensão improdutiva (não coletando) da viagem (Km/viagem), a produtividade da viagem (t/viagem) e o tempo de cada viagem (h/viagem), indicando o início e o final de cada viagem, bem como as coordenadas desses locais (latitude e longitude);

j) Cronograma de realização dos serviços: os serviços têm caráter de natureza contínua, em um período de 30 (trinta) anos.

k) Medidas que assegurem o ambiente de trabalho sadio e seguro para seus trabalhadores, respeitando as NRs do MTE.

l) Programas previstos na NR 38;

m) Ações de equidade entre homens e mulheres, se já implantadas pela licitante;

n) Programa de integridade, se já implantado pela licitante.

_____

**LICITANTE**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE C – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PLANO DE NEGÓCIOS**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° [___] /2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO *("CDS VELHO CHICO"),* MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**. Nosso **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** valida as premissas e a viabilidade econômico-financeira (modelagem econômico-financeira) da **PROPOSTA DE PREÇO** apresentada, bem como sua bancabilidade e consideração aos aspectos editalícios (custos, despesas, investimentos e ressarcimentos). Desse modo, para suprir os riscos de uma seleção adversa tendo em vista a tamanha complexidade do projeto, apresentamos nosso **PLANO DE NEGÓCIOS** de acordo com os critérios

mínimos e apresentamos nosso plano de negócios em conformidade com técnicas mais consagradas de economia e finanças. Declaramos, expressamente, que apresentamos todas as informações de acordo com as condições estabelecidas pelo **EDITAL** e em termo reais:

- Payback (simples e descontado);
- Taxa Interna de Retorno (**TIR**);
- Valor Presente Líquido (**VPL**);
- Fluxo de Caixa Livre do Acionista (**FCLA**);
- Fluxo de Caixa Livre da Empresa (**FCLE**);
- Custo do Capital dos Acionistas (**CAPM**);
- Custo do Capital de Terceiros (**CCT**);
- Taxa Mínima de Atratividade Referencial (**TMA**) ou Custo Médio Ponderado do Capital Referencial utilizado para a elaboração da Proposta de Preço e Plano de Negócios Referencial (**WACC**);
- Necessidade de Capital de Giro (**NIG**);
- Demonstração de Resultado da Proposta (**DRE PROPOSTA**);
- Demonstração de Resultado Alavancada (**DRE ALAVANCADA**);
- Demonstração de Fluxo de Caixa da Proposta (**DFC PROPOSTA**);
- Demonstração de Fluxo de Caixa Alavancado (**DFC ALAVANCADO**);
- Balanço Patrimonial (**BP**);
- Quadro de Usos e Fontes (**QUF**);
- Premissas tributárias
- Premissas relativas aos financiamentos de referência;
- Premissas relativas aos seguros e garantias;

- Fluxos de depreciação e amortização;
- Parâmetros de demanda com detalhamento dos volumes previstos para atendimento, sejam eles:
- Volume de atendimento (toneladas/ton e habitantes/hab);
- Cronograma detalhado com o fluxo de investimentos e reinvestimentos (**CAPEX**);
- Cronograma detalhado com fluxo de custos operacionais e despesas administrativas (**OPEX**); e
- Cronograma detalhado com o fluxo de custos e despesas com pessoal (**FOPAG**).

Declaramos, ainda, que:

(i) Manteremos válido este **PLANO DE NEGÓCIOS** pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de entrega dos **ENVELOPES**;

(ii) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

(iii) Temos pleno conhecimento do **OBJETO** de **CONCESSÃO** e de todas as condições para a sua adequada execução;

(iv) Não nos enquadramos em nenhuma das restrições previstas no **EDITAL**;

(v) Atendemos a todos os requisitos exigidos no **EDITAL** para a perfeita execução dos serviços objeto da **CONCESSÃO**, inclusive quanto aos critérios de **HABILITAÇÃO**; e

(vi) Os valores das **REMUNERAÇÕES** (**TUF** e **TEP**) serão reajustados e sujeitos a revisão periódica, na forma prevista no **CONTRATO DE CONCESSÃO (ANEXO DO EDITAL).**

_____

**LICITANTE**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE C – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, QUADRO DE USOS E FONTES, BALANÇO PATRIMONIAL, FLUXO DA CAIXA, SEGUROS E GARANTIAS, FINANCIAMENTOS, DEPRECIAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO, PROJEÇÃO DE POPULAÇÃO, PROJEÇÃO DE RESÍDUOS, RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PROJEÇÃO DE RECEITAS, PROJEÇÃO DE CUSTOS, PROJEÇÃO DE DESPESAS, PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS.**

## QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |
| Taxa de Crescimento Populacional | | | | | | | | | | |

## QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Taxa de Crescimento Populacional | |

## QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |
| Taxa de Crescimento Populacional | | | | | | | | | | |

## QUADRO 2A: PROJEÇÃO ADESÃO DOS MUNÍCIPIOS

| Ano Concessão | TUF-D RDO | TEP RSS | TEP RCD Coleta e transporte | TUF-C RDO | TEP RCD Destinação final | TEP RPU |
|---|---|---|---|---|---|---|

| |
|---|
| **Ano 2** |
| **Ano 3** |
| **Ano 4** |
| **Ano 5** |
| **Ano 6** |
| **Ano 7** |
| **Ano 8** |
| **Ano 9** |
| **Ano 10** |
| **Ano 11** |
| **Ano 12** |
| **Ano 13** |
| **Ano 14** |
| **Ano 15** |
| **Ano 16** |
| **Ano 17** |
| **Ano 18** |
| **Ano 19** |
| **Ano 20** |
| **Ano 21** |
| **Ano 22** |
| **Ano 23** |
| **Ano 24** |
| **Ano 25** |
| **Ano 26** |

| | |
|---|---|
| Ano 28 | |
| Ano 29 | |
| Ano 30 | |

## QUADRO 2B: PROJEÇÃO DOS VOLUMES TEP

**VOLUME BASE ANUAL**

| Ano Concessão | TEP RPU - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RPU - Destinação final/ (ton/Municípios) | TEP RSS - Coleta e transporte/ (Kg/Municípios) | TEP RSS - Destinação final/ (Kg/Municípios) | TEP RCD - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RCD - Destinação final e Reciclagem/ (ton/Municípios) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano 1 | | | | | | |
| Ano 2 | | | | | | |
| Ano 3 | | | | | | |
| Ano 4 | | | | | | |
| Ano 5 | | | | | | |
| Ano 6 | | | | | | |
| Ano 7 | | | | | | |
| Ano 8 | | | | | | |
| Ano 9 | | | | | | |
| Ano 10 | | | | | | |
| Ano 11 | | | | | | |
| Ano 12 | | | | | | |
| Ano 13 | | | | | | |

| | |
|---|---|
| **Ano 14** | |
| **Ano 15** | |
| **Ano 16** | |
| **Ano 17** | |
| **Ano 18** | |
| **Ano 19** | |
| **Ano 20** | |
| **Ano 21** | |
| **Ano 22** | |
| **Ano 23** | |
| **Ano 24** | |
| **Ano 25** | |
| **Ano 26** | |
| **Ano 27** | |
| **Ano 28** | |
| **Ano 29** | |
| **Ano 30** | |

**VOLUME BASE MENSAL**

| Ano Concessão | TEP RPU - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RPU - Destinação final/ (ton/Municípios) | TEP RSS - Coleta e transporte/ (Kg/Municípios) | TEP RSS - Destinação final/ (Kg/Municípios) | TEP RCD - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RCD - Destinação final e Reciclagem/ (ton/Municípios) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano 1** | | | | | | |
| **Ano 2** | | | | | | |

| |
|---|
| **Ano 4** |
| **Ano 5** |
| **Ano 6** |
| **Ano 7** |
| **Ano 8** |
| **Ano 9** |
| **Ano 10** |
| **Ano 11** |
| **Ano 12** |
| **Ano 13** |
| **Ano 14** |
| **Ano 15** |
| **Ano 16** |
| **Ano 17** |
| **Ano 18** |
| **Ano 19** |
| **Ano 20** |
| **Ano 21** |
| **Ano 22** |
| **Ano 23** |
| **Ano 24** |
| **Ano 25** |
| **Ano 26** |
| **Ano 27** |
| **Ano 28** |

| |
|---|
| Ano 30 |

## QUADRO 2C: PROJEÇÃO DOS VOLUMES TUF

**VOLUME BASE ANUAL**

| Ano Concessão | População CDS Velho Chico | % Universalização CDS Velho Chico | % Micromedição CDS Velho Chico | Consumo água m³ - CDS Velho Chico | % Médio Consumo faturado CDS Velho Chico | Consumo água m³ - faturada com a universalização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano 1 | | | | | | |
| Ano 2 | | | | | | |
| Ano 3 | | | | | | |
| Ano 4 | | | | | | |
| Ano 5 | | | | | | |
| Ano 6 | | | | | | |
| Ano 7 | | | | | | |
| Ano 8 | | | | | | |
| Ano 9 | | | | | | |
| Ano 10 | | | | | | |
| Ano 11 | | | | | | |
| Ano 12 | | | | | | |
| Ano 13 | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Ano 14 | |
| Ano 15 | |
| Ano 16 | |
| Ano 17 | |
| Ano 18 | |
| Ano 19 | |
| Ano 20 | |
| Ano 21 | |
| Ano 22 | |
| Ano 23 | |
| Ano 24 | |
| Ano 25 | |
| Ano 26 | |
| Ano 27 | |
| Ano 28 | |
| Ano 29 | |
| Ano 30 | |

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| TEP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) |
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) |
| TEP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) |
| TEP RPU e RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| | (R$) |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) |

| **IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$** | **ALÍQUOTA** | **Total** | **Ano 1** | **Ano 2** | **Ano 3** | **Ano 4** | **Ano 5** | **Ano 6** | **Ano 7** | **Ano 8** | **Ano 9** | **Ano 10** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | | |

**Alíquotas efetivas**

PIS / COFINS [1]

ISS

[1] **Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| TEP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RPU RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) | | | | | | | | | | |

| **IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$** | **ALÍQUOTA** | **Ano 11** | **Ano 12** | **Ano 13** | **Ano 14** | **Ano 15** | **Ano 16** | **Ano 17** | **Ano 18** | **Ano 19** | **Ano 20** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |
| **Alíquotas efetivas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |

**[1] Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| **RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$** | **UNIDADE** | **Ano 21** | **Ano 22** | **Ano 23** | **Ano 24** | **Ano 25** | **Ano 26** | **Ano 27** | **Ano 28** | **Ano 29** | **Ano 30** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| TEP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) |
| TEP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) |
| TEP RPU e RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) |

| **IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$** | **ALÍQUOTA** | **Ano 21** | **Ano 22** | **Ano 23** | **Ano 24** | **Ano 25** | **Ano 26** | **Ano 27** | **Ano 28** | **Ano 29** | **Ano 30** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |
| **Alíquotas efetivas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |

[1] **Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos Operação** | | | | | | | | | | | |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO | | | | | | | | | | | |
| Capacitação do Ente Público | | | | | | | | | | | |
| Destinação Final (aterro sanitário) | | | | | | | | | | | |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | | | | | | | | | | | |
| Mão de obra | | | | | | | | | | | |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | | | | | | | | | | | |
| Combustível (equipamentos próprios) | | | | | | | | | | | |
| Peças, Pneus e lubrificantes | | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos - Conservação** | | | | | | | | | | | |
| Pá quadrada com cabo | | | | | | | | | | | |

Vassoura com cabo

Cone de sinalização

Carrinho coletor (lutocar 120 litros)

Outros insumos

Carrinho de mão

**(-) Custos Manutenção**

Obras Civis

Infraestrutura operacional

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos Operação** | | | | | | | | | | |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO | | | | | | | | | | |
| Capacitação do Ente Público | | | | | | | | | | |
| Destinação Final (aterro sanitário) | | | | | | | | | | |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | |
| Mão de obra | |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | |
| Combustível (equipamentos próprios) | |
| Peças, Pneus e lubrificantes | |
| **(-) Custos - Conservação** | |
| Pá quadrada com cabo | |
| Vassoura com cabo | |
| Cone de sinalização | |
| Carrinho coletor (lutocar 120 litros) | |
| Outros insumos | |
| Carrinho de mão | |
| **(-) Custos Manutenção** | |
| Obras Civis | |
| Infraestrutura operacional | |

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS**

| |
|---|
| **(-) Custos Operação** |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO |
| Capacitação do Ente Público |
| Destinação Final (aterro sanitário) |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) |
| Mão de obra |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos |
| Combustível (equipamentos próprios) |
| Peças, Pneus e lubrificantes |
| **(-) Custos - Conservação** |
| Pá quadrada com cabo |
| Vassoura com cabo |
| Cone de sinalização |
| Carrinho coletor (lutocar 120 litros) |
| Outros insumos |
| Carrinho de mão |
| **(-) Custos Manutenção** |

Obras Civis

Infraestrutura operacional

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | | |
| Consumo | | | | | | | | | | | |
| Escritório | | | | | | | | | | | |
| Impressos | | | | | | | | | | | |
| **Serviços de Terceiros** | | | | | | | | | | | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | | | | | | | | | | | |
| Rádio e Blogs | | | | | | | | | | | |
| Gestão de mídias digitais | | | | | | | | | | | |
| Clube de Benefícios | | | | | | | | | | | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | | | | | | | | | | | |
| **Taxa de Fiscalização** | | | | | | | | | | | |
| **Administração Local** | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Internet/Telefonia/GPS | |
| Tarifas Públicas | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | |
| **Outras Despesas** | |
| Processos Judiciais de cobrança | |
| Despesas Bancárias | |
| **Seguros e Garantias** | |
| Garantia de Execução do Contrato | |
| Seguro de Risco de Engenharia | |
| Seguro de Responsabilidade Civil | |
| Seguro de Todos os Riscos | |

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Consumo | |
| Escritório | |
| Impressos | |
| **Serviços de Terceiros** | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | |
| Rádio e Blogs | |
| Gestão de mídias digitais | |
| Clube de Benefícios | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | |
| **Taxa de Fiscalização** | |
| | |
| **Administração Local** | |
| Internet/Telefonia/GPS | |
| Tarifas Públicas | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | |
| **Outras Despesas** | |
| Processos Judiciais de cobrança | |
| Despesas Bancárias | |
| **Seguros e Garantias** | |
| Garantia de Execução do Contrato | |
| Seguro de Risco de Engenharia | |

Seguro de Responsabilidade Civil

Seguro de Todos os Riscos

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | |
| Consumo | | | | | | | | | | |
| Escritório | | | | | | | | | | |
| Impressos | | | | | | | | | | |
| **Serviços de Terceiros** | | | | | | | | | | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | | | | | | | | | | |
| Rádio e Blogs | | | | | | | | | | |
| Gestão de mídias digitais | | | | | | | | | | |
| Clube de Benefícios | | | | | | | | | | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | | | | | | | | | | |
| **Taxa de Fiscalização** | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| **Administração Local** | |
| Internet/Telefonia/GPS | |
| Tarifas Públicas | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | |
| **Outras Despesas** | |
| Processos Judiciais de cobrança | |
| Despesas Bancárias | |
| **Seguros e Garantias** | |
| Garantia de Execução do Contrato | |
| Seguro de Risco de Engenharia | |
| Seguro de Responsabilidade Civil | |
| Seguro de Todos os Riscos | |

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

Pré-implantação de aterro sanitário (CVR)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e Despesas B3**

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| **Infraestrutura operacional** | | | | | | | | | | | |
| Balança RSS | | | | | | | | | | | |
| Ecopontos | | | | | | | | | | | |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | | | | | | | | | | | |
| Unidade de Reciclagem de RCD | | | | | | | | | | | |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | | | | | | | | | | | |
| PEV 2500 litros | | | | | | | | | | | |
| Caixa estacionária de 40m³ | | | | | | | | | | | |

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

Pré-implantação de aterro sanitário (CVR)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e Despesas B3**

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| **Infraestrutura operacional** | | | | | | | | | | | |
| Balança RSS | | | | | | | | | | | |
| Ecopontos | | | | | | | | | | | |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | | | | | | | | | | | |
| Unidade de Reciclagem de RCD | | | | | | | | | | | |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | | | | | | | | | | | |
| PEV 2500 litros | | | | | | | | | | | |
| Caixa estacionária de 40m³ | | | | | | | | | | | |
| Triturador de vidro | | | | | | | | | | | |
| Triturador de coco | | | | | | | | | | | |
| Reservatório de água 10.000 litros | | | | | | | | | | | |
| Contêiner 1,2m³ | | | | | | | | | | | |
| Bombona 200 litros | | | | | | | | | | | |
| Bombona 50 litros | | | | | | | | | | | |
| Triciclo de carga (motocicleta) | | | | | | | | | | | |
| Caminhão compactador de 15m³ | | | | | | | | | | | |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | | | | | | | | | | | |

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

Pré-implantação de aterro sanitário (CVR)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e Despesas B3**

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

***Infraestrutura operacional - em %***

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %***

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %***

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %***

Pré-implantação de aterro sanitário (cvr)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e despesas B3**

***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %***

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

***Infraestrutura operacional - em %***

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %***

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %***

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %***

Pré-implantação de aterro sanitário (cvr)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e despesas B3**

***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %***

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |

Implantação de Aterro Sanitário

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

***Infraestrutura operacional - em %***

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %***

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %***

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %***

Pré-implantação de aterro sanitário (cvr)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e despesas B3**

***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %***

## QUADRO 7: ESTRUTURA DE CAPITAL E DÍVIDA

| Média | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| % Dívida Bruta | | | | | | | | | | | | | | |
| % Capital Social Média D/(D+E) | | | | | | | | | | | | | | |

Saldo Dívida
Bruta
Capital Social

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ a TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tributos | | | | | | | | | | | | |
| (=) Receita Líquida | | | | | | | | | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operacionais | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos - Conservação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Manutenção | | | | | | | | | | | | |
| (-) Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tarifas Públicas | | | | | | | | | | | | |

(-) Materiais de Consumo Geral

(-) Serviços Terceiros

(-) Taxa de Fiscalização

(-) Administração Local

(-) Outras Despesas

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

(-) Seguros e Garantias

(+) Outras receitas Operacionais

**(=) EBITDA**

*Margem EBITDA*

(-) Depreciação e Amortização

(=) Lucro Operacional Projeto
antes do IRPJ/CSSL
*Margem operacional do projeto*

IRPJ + CSSL
DESALAVANCADO
(-) Imposto de Renda

(-) CSLL

**(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO**

*Margem Líquida*

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ a TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tributos | | | | | | | | | | | | |
| (=) Receita Líquida | | | | | | | | | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operacionais | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos - Conservação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Manutenção | | | | | | | | | | | | |
| (-) Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tarifas Públicas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Materiais de Consumo Geral | | | | | | | | | | | | |
| (-) Serviços Terceiros | | | | | | | | | | | | |
| (-) Taxa de Fiscalização | | | | | | | | | | | | |
| (-) Administração Local | | | | | | | | | | | | |

(-) Outras Despesas

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

(-) Seguros e Garantias

(+) Outras receitas Operacionais

**(=) EBITDA**

*Margem EBITDA*

(-) Depreciação e Amortização

(=) Lucro Operacional Projeto
antes do IRPJ/CSSL

*Margem operacional do projeto*

IRPJ + CSSL
DESALAVANCADO

(-) Imposto de Renda

(-) CSLL

**(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO**

*Margem Líquida*

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |

| |
|---|
| TEP |
| TUF |
| (-) Inadimplência s/ a TUF |
| (-) Tributos |
| (=) Receita Líquida |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** |
| (-) Custos Operacionais |
| (-) Custos Operação |
| (-) Custos - Conservação |
| (-) Custos Manutenção |
| (-) Despesas gerais e administrativas |
| (-) Tarifas Públicas |
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| *Margem EBITDA* |

(=) Lucro Operacional Projeto
antes do IRPJ/CSSL
*Margem operacional do projeto*

IRPJ + CSSL
DESALAVANCADO
(-) Imposto de Renda

(-) CSLL

**(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO**

*Margem Líquida*

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |

Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses

| | |
|---|---|
| Reembolsos estudos e B3 | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | |

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | | |
| Reembolsos estudos e B3 | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | | |
| Reembolsos estudos e B3 | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**RECEITA BRUTA**

**(+) Receita Principal**

TEP

TUF

(-) Inadimplência s/ TUF

**(-) Tributos**

**(=) Receita Líquida**

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**(-) Custos Operacionais**

(-) Custos Operação

(-) Custos - Conservação

(-) Custos Manutenção

**(-) Despesas gerais e administrativas**

(-) Tarifas Públicas

(-) Materiais de Consumo Geral

(-) Serviços Terceiros

(-) Taxa de Fiscalização

(-) Administração Local

(-) Outras Despesas

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

(-) Seguros e Garantias

(+) Outras receitas Operacionais

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) EBITDA** | | | | | | | | | | | |
| ***Margem EBITDA*** | | | | | | | | | | | |
| (-) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) EBIT** | | | | | | | | | | | |
| ***Margem EBIT*** | | | | | | | | | | | |
| (-) Despesa Financeira | | | | | | | | | | | |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | | | | | | | | | | | |
| **(=) IRPJ + CSSL** | | | | | | | | | | | |
| (-) Imposto de Renda | | | | | | | | | | | |
| (-) CSLL | | | | | | | | | | | |
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| ***Margem Líquida %*** | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$** | **Total 30 anos** | **Ano 11** | **Ano 12** | **Ano 13** | **Ano 14** | **Ano 15** | **Ano 16** | **Ano 17** | **Ano 18** | **Ano 19** | **Ano 20** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| **(+) Receita Principal** | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | |

(-) Inadimplência s/ TUF

**(-) Tributos**

**(=) Receita Líquida**

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**(-) Custos Operacionais**

(-) Custos Operação

(-) Custos - Conservação

(-) Custos Manutenção

**(-) Despesas gerais e administrativas**

(-) Tarifas Públicas

(-) Materiais de Consumo Geral

(-) Serviços Terceiros

(-) Taxa de Fiscalização

(-) Administração Local

(-) Outras Despesas

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

(-) Seguros e Garantias

(+) Outras receitas Operacionais

**(=) EBITDA**

***Margem EBITDA***

(-) Depreciação e Amortização

**(=) EBIT**

***Margem EBIT***

(-) Despesa Financeira

**(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL**

**(=) IRPJ + CSSL**

(-) Imposto de Renda

(-) CSLL

**(=) Lucro Líquido**

***Margem Líquida %***

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| **(+) Receita Principal** | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ TUF | | | | | | | | | | | |
| **(-) Tributos** | | | | | | | | | | | |
| **(=) Receita Líquida** | | | | | | | | | | | |

**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**(-) Custos Operacionais**

(-) Custos Operação

(-) Custos - Conservação

(-) Custos Manutenção

**(-) Despesas gerais e administrativas**

(-) Tarifas Públicas

(-) Materiais de Consumo Geral

(-) Serviços Terceiros

(-) Taxa de Fiscalização

(-) Administração Local

(-) Outras Despesas

**OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

(-) Seguros e Garantias

(+) Outras receitas Operacionais

**(=) EBITDA**

***Margem EBITDA***

(-) Depreciação e Amortização

**(=) EBIT**

***Margem EBIT***

(-) Despesa Financeira

| | |
|---|---|
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | |
| **(=) IRPJ + CSSL** | |
| (-) Imposto de Renda | |
| (-) CSLL | |
| **(=) Lucro Líquido** | |
| ***Margem Líquida %*** | |

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| **FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$** | **Total 30 anos** | **Ano 1** | **Ano 2** | **Ano 3** | **Ano 4** | **Ano 5** | **Ano 6** | **Ano 7** | **Ano 8** | **Ano 9** | **Ano 10** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | |
| Reembolso estudos e Despesas B3 | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | |

(+) Captação de Financiamento

(-) Amortização da dívida

(+/-) Constituição de Conta Reserva

(-) Despesas Financeiras

(-) Benefício fiscal - Despesa Financeira

**(=) Fluxo Financeiro**

**(=) Fluxo de Caixa Alavancado**

***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.***

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | |
| Reembolso estudos e Despesas B3 | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | |
| (+) Captação de Financiamento | |
| (-) Amortização da dívida | |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva | |
| (-) Despesas Financeiras | |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira | |
| **(=) Fluxo Financeiro** | |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** | |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** | |

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |

Infraestrutura operacional

Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses

Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses

Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento

Reembolso estudos e Despesas B3

**(=) Fluxo do Projeto**

(+) Captação de Financiamento

(-) Amortização da dívida

(+/-) Constituição de Conta Reserva

(-) Despesas Financeiras

(-) Benefício fiscal - Despesa Financeira

**(=) Fluxo Financeiro**

**(=) Fluxo de Caixa Alavancado**

***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.***

## QUADRO 12: QUADRO DE USOS E FONTES

| QUADRO DE USOS E FONTES - VALORES EM R$ | Total 5 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **USOS** | | | | | | | | |

**Investimentos**

Obras, Projetos e Benfeitorias

Infraestrutura Técnico-Operacional

Veículos

Máquinas e Equipamentos

PRAD

Reembolso Estudos e Despesas B3

**Serviço de Dívida**

Despesas Financeiras

Amortização

Constituição de Conta Reserva

**FONTES**

**Recursos de Terceiros**

Captação de Financiamento

**Recursos Próprios**

Geração de Caixa do Projeto

Aporte de Capital

**Variação Excedente de Caixa**

# COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

| DISCRIMINAÇÃO | PERCENTUAL | FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |
|---|---|---|
| **GRUPO "A"** | | |
| INSS | | |
| SESI OU SESC | | |
| SENAI OU SENAC | | |
| INCRA | | |
| Salário Educação | | |
| FGTS | | |
| Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS | | |
| SEBRAE | | |
| **TOTAL GRUPO "A"** | | |
| **GRUPO "B"** | | |
| Férias | | |
| Auxílio doença | | |
| Licença paternidade/maternidade | | |
| Falta legais | | |
| Acidente de trabalho | | |
| Aviso prévio Trabalhado | | |
| Treinamento | | |
| 1/3 Férias Constitucional | | |
| 13º Salário | | |
| **TOTAL GRUPO "B"** | | |
| **GRUPO "C"** | | |

| | | |
|---|---|---|
| Aviso Prévio Indenizado ( *já incluídos os efeitos da Lei 12.506*) | | |
| FGTS s/ Aviso Prévio | | |
| Reflexos no Aviso Prévio Indenizado | | |
| Multa FGTS | | |
| Contribuição Social 10% s/FGTS | | |
| Indenização Adicional | | |
| **TOTAL GRUPO "C"** | | |

**GRUPO "D"**

| | | |
|---|---|---|
| Incidência do GRUPO "A" sobre o GRUPO "B" | | |
| Incidência sobre o Salário Maternidade | | |
| **TOTAL GRUPO "D"** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |

**CONVENÇÃO REFERENCIAL UTILIZADO [____]**

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PROPOSTA DE PREÇO**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° __/2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**. Nossa **PROPOSTA** corresponde ao multiplicador K (x,xxxx), com 4 (quatro) casas decimais e valor máximo de 1,0000 (um inteiro), a ser aplicado linearmente sobre os valores da estrutura tarifária e valor unitários de remuneração previstos a seguir:

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

i) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por tonelada dos serviços de coleta, transporte, triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**) e dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos serviços de limpeza urbana, desde varrição, roçagem, poda, capina, serviços congêneres até paisagismo para compor a **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**);

ii) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços de coleta e transporte dos resíduos domiciliares (**RDO**) com caminhões compactadores, ciclomotores (triciclos de carga) e disponibilização de contentores para compor a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE COLETA** (**TUF-C**);

iii) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por metro cúbico de água faturado pelos serviços de triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliares (**RDO**) para compor a **TARIFA DO USUÁRIO FINAL DE DESTINAÇÃO FINAL** (**TUF-D**);

iv) R$_____(_____) referenciado à data-base de julho de 2026, a ser cobrado mensalmente por quilograma dos serviços de coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**) para compor a **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**);

Declaramos, expressamente, que:

i) Manteremos válida esta **PROPOSTA DE PREÇO** pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de entrega dos **ENVELOPES**;

ii) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

iii) Temos pleno conhecimento do **OBJETO** de **CONCESSÃO** e de todas as condições para a sua adequada execução;

iv) Não nos enquadramos em nenhuma das restrições previstas no **EDITAL**;

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

v) Atendemos a todos os requisitos exigidos no **EDITAL** para a perfeita execução dos serviços objeto da **CONCESSÃO**, inclusive quanto aos critérios de **HABILITAÇÃO**; e

vi) Os valores das **TARIFAS** serão reajustados e sujeitos a revisão periódica, na forma prevista no **CONTRATO DE CONCESSÃO** (**ANEXO DO EDITAL**).

_____

**PROPONENTE**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° [___] /2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO *(“CDS VELHO CHICO”),* MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**.

Nosso **PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA** abarca todos os elementos necessários e suficientes para permitir a aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica da nossa **PROPOSTA DE PREÇO**, observando-se os requisitos definidos na Tabela A do Item 16.4.2.2 do **EDITAL** e o seguinte:

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| QUESITO | CONTEÚDO MÍNIMO | CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO |
|---|---|---|
| Metodologia de implantação dos serviços | (i) cronograma físico de mobilização e implantação, por serviço e por Município; (ii) sequência de entrada em operação das unidades (aterro sanitário, CVR e estações de transbordo); (iii) plano de transição dos serviços em curso; (iv) frota, equipamentos e equipes por fase; (v) plano de encerramento dos lixões | Todos os elementos apresentados; prazos iguais ou inferiores aos marcos do Caderno de Encargos; frota e equipes iguais ou superiores ao dimensionamento mínimo do Caderno |
| Rota tecnológica | (i) solução de tratamento e destinação para cada fração (rejeitos, recicláveis, orgânicos, RCD, RSS e lixiviado); (ii) fluxograma de massas; (iii) metas anuais de recuperação de materiais e desvio de aterro; (iv) licenças necessárias e cronograma de licenciamento | Solução indicada para todas as frações previstas no Caderno; tecnologias admitidas no Caderno e na legislação; metas iguais ou superiores às contratuais |
| Planos complementares | Para cada plano: objetivo, ações, responsáveis, cronograma e indicadores de acompanhamento | Os cinco elementos presentes; compatibilidade com as especificações do Caderno de Encargos |

a) Dimensionamento, quantitativo com especificação dos veículos, equipamentos, ferramentas, uniforme, EPI e mão de obra, necessários para execução de todos os serviços, incluindo as memórias de cálculo adotadas, mobilização de recursos humanos, equipamentos e local indicado para instalação dos empreendimentos necessários para execução de todos os serviços que serão remunerados pela TUF-C, TUF-D e pelas TEPs, incluindo as memórias de cálculo adotadas.

b) Cronograma de implantação de todos os serviços e atividades correlatas que serão remunerados pela TUF-C, TUF-D e pelas TEPs.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) Descrição da rota tecnológica a ser adotada, incluindo possibilidades de valorização dos resíduos.

d) Apresentação do Programa de Segurança e Prevenção de Acidentes do Trabalho; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; Plano de Manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos; Programa de capacitação dos entes públicos, com plano de ação para implantação de plataforma digital com produção de cursos e workshops, incluindo a descrição dos custos e técnica para interrelacionar o programa com os entes públicos, prefeituras e prefeitos nos municípios; e Programa de Coleta Seletiva e Educação Ambiental, com plano de ação para instalação dos conjuntos de coleta seletiva, incluindo a descrição dos custos e técnica para interrelacionar o programa com a comunidade, catadores e ONGs da área em atuação nos municípios.

e) Apresentação dos mapas de atendimento a todas as fases do projeto dos serviços de coleta, transporte e transferência (transbordo) até o destino final ambientalmente adequados de toda a tipologia de resíduos atendida na escala mínima de 1:7500 indicando, através de cores e respectivas legendas, os seguintes elementos:

f) Mapas de coleta de resíduos sólidos urbanos zona urbana RSU (RDO+RPU), mapas de coleta seletiva (CS), mapas de coleta dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) e mapas de transporte e transferência (transbordo) dos resíduos das Estações de Transferência de Resíduos (ETRs) até o aterro sanitário.

g) Divisão de setores e respectivos períodos (diurno e noturno);

h) Programação da coleta (dias da semana);

i) Itinerários dos veículos coletores de cada setor, com a extensão total de vias percorridas, com discriminação do trajeto e o sentido de fluxo percorrido pelos veículos coletores compactadores, em cada viagem a ser realizada, discriminado a extensão produtiva (coletando), a extensão improdutiva (não coletando) da viagem (Km/viagem), a produtividade da viagem (t/viagem) e o tempo de cada viagem (h/viagem), indicando o início e o final de cada viagem, bem como as coordenadas desses locais (latitude e longitude);

j) Cronograma de realização dos serviços: os serviços têm caráter de natureza contínua, em um período de 30 (trinta) anos.

k) Medidas que assegurem o ambiente de trabalho sadio e seguro para seus trabalhadores, respeitando as NRs do MTE.

l) Programas previstos na NR 38;

m) Ações de equidade entre homens e mulheres, se já implantadas pela licitante;

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

n) Programa de integridade, se já implantado pela licitante.

_____

**LICITANTE**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE C – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**

[LOCAL], [___] DE [___] DE [___]

À **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA N° ___/2026**

**PLANO DE NEGÓCIOS**

Em atendimento ao Edital de Concorrência n° [___] /2026, apresentamos nossa **PROPOSTA DE PREÇO** para a execução dos serviços licitados, concernentes à **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO *(“CDS VELHO CHICO”),* MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO**. Nosso **PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL** valida as premissas e a viabilidade econômico-financeira (modelagem econômico-financeira) da **PROPOSTA DE PREÇO** apresentada, bem como sua bancabilidade e consideração aos aspectos editalícios (custos, despesas, investimentos e ressarcimentos). Desse modo, para suprir os riscos de uma seleção adversa tendo em vista a tamanha complexidade do projeto, apresentamos nosso **PLANO DE NEGÓCIOS** de acordo com os critérios

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

mínimos e apresentamos nosso plano de negócios em conformidade com técnicas mais consagradas de economia e finanças. Declaramos, expressamente, que apresentamos todas as informações de acordo com as condições estabelecidas pelo **EDITAL** e em termo reais:

- Payback (simples e descontado);
- Taxa Interna de Retorno (**TIR**);
- Valor Presente Líquido (**VPL**);
- Fluxo de Caixa Livre do Acionista (**FCLA**);
- Fluxo de Caixa Livre da Empresa (**FCLE**);
- Custo do Capital dos Acionistas (**CAPM**);
- Custo do Capital de Terceiros (**CCT**);
- Taxa Mínima de Atratividade Referencial (**TMA**) ou Custo Médio Ponderado do Capital Referencial utilizado para a elaboração da Proposta de Preço e Plano de Negócios Referencial (**WACC**);
- Necessidade de Capital de Giro (**NIG**);
- Demonstração de Resultado da Proposta (**DRE PROPOSTA**);
- Demonstração de Resultado Alavancada (**DRE ALAVANCADA**);
- Demonstração de Fluxo de Caixa da Proposta (**DFC PROPOSTA**);
- Demonstração de Fluxo de Caixa Alavancado (**DFC ALAVANCADO**);
- Balanço Patrimonial (**BP**);
- Quadro de Usos e Fontes (**QUF**);
- Premissas tributárias
- Premissas relativas aos financiamentos de referência;
- Premissas relativas aos seguros e garantias;

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Fluxos de depreciação e amortização;
- Parâmetros de demanda com detalhamento dos volumes previstos para atendimento, sejam eles:
- Volume de atendimento (toneladas/ton e habitantes/hab);
- Cronograma detalhado com o fluxo de investimentos e reinvestimentos (**CAPEX**);
- Cronograma detalhado com fluxo de custos operacionais e despesas administrativas (**OPEX**); e
- Cronograma detalhado com o fluxo de custos e despesas com pessoal (**FOPAG**).

Declaramos, ainda, que:

(i) Manteremos válido este **PLANO DE NEGÓCIOS** pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de entrega dos **ENVELOPES**;

(ii) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

(iii) Temos pleno conhecimento do **OBJETO** de **CONCESSÃO** e de todas as condições para a sua adequada execução;

(iv) Não nos enquadramos em nenhuma das restrições previstas no **EDITAL**;

(v) Atendemos a todos os requisitos exigidos no **EDITAL** para a perfeita execução dos serviços objeto da **CONCESSÃO**, inclusive quanto aos critérios de **HABILITAÇÃO**; e

(vi) Os valores das **REMUNERAÇÕES** (**TUF** e **TEP**) serão reajustados e sujeitos a revisão periódica, na forma prevista no **CONTRATO DE CONCESSÃO (ANEXO DO EDITAL).**

_____

**LICITANTE**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**APÊNDICE C – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, QUADRO DE USOS E FONTES, BALANÇO PATRIMONIAL, FLUXO DA CAIXA, SEGUROS E GARANTIAS, FINANCIAMENTOS, DEPRECIAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO, PROJEÇÃO DE POPULAÇÃO, PROJEÇÃO DE RESÍDUOS, RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PROJEÇÃO DE RECEITAS, PROJEÇÃO DE CUSTOS, PROJEÇÃO DE DESPESAS, PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS.**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO**

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |
| Taxa de Crescimento Populacional | | | | | | | | | | |

**QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO**

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Taxa de Crescimento Populacional | |

**QUADRO 1: PROJEÇÃO POPULAÇÃO**

| PROJEÇÃO CRESCIMENTO POPULACIONAL | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Ibotirama | | | | | | | | | | |
| Paratinga | | | | | | | | | | |
| Morpará | | | | | | | | | | |
| Muquém do São Francisco | | | | | | | | | | |
| Oliveira dos Brejinhos | | | | | | | | | | |
| Taxa de Crescimento Populacional | | | | | | | | | | |

**QUADRO 2A: PROJEÇÃO ADESÃO DOS MUNÍCIPIOS**

| Ano Concessão | TUF-D RDO | TEP RSS | TEP RCD Coleta e transporte | TUF-C RDO | TEP RCD Destinação final | TEP RPU |
|---|---|---|---|---|---|---|

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| **Ano 2** |
| **Ano 3** |
| **Ano 4** |
| **Ano 5** |
| **Ano 6** |
| **Ano 7** |
| **Ano 8** |
| **Ano 9** |
| **Ano 10** |
| **Ano 11** |
| **Ano 12** |
| **Ano 13** |
| **Ano 14** |
| **Ano 15** |
| **Ano 16** |
| **Ano 17** |
| **Ano 18** |
| **Ano 19** |
| **Ano 20** |
| **Ano 21** |
| **Ano 22** |
| **Ano 23** |
| **Ano 24** |
| **Ano 25** |
| **Ano 26** |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Ano 28 | |
| Ano 29 | |
| Ano 30 | |

## QUADRO 2B: PROJEÇÃO DOS VOLUMES TEP

**VOLUME BASE ANUAL**

| Ano Concessão | TEP RPU - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RPU - Destinação final/ (ton/Municípios) | TEP RSS - Coleta e transporte/ (Kg/Municípios) | TEP RSS - Destinação final/ (Kg/Municípios) | TEP RCD - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RCD - Destinação final e Reciclagem/ (ton/Municípios) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano 1 | | | | | | |
| Ano 2 | | | | | | |
| Ano 3 | | | | | | |
| Ano 4 | | | | | | |
| Ano 5 | | | | | | |
| Ano 6 | | | | | | |
| Ano 7 | | | | | | |
| Ano 8 | | | | | | |
| Ano 9 | | | | | | |
| Ano 10 | | | | | | |
| Ano 11 | | | | | | |
| Ano 12 | | | | | | |
| Ano 13 | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **Ano 14** | |
| **Ano 15** | |
| **Ano 16** | |
| **Ano 17** | |
| **Ano 18** | |
| **Ano 19** | |
| **Ano 20** | |
| **Ano 21** | |
| **Ano 22** | |
| **Ano 23** | |
| **Ano 24** | |
| **Ano 25** | |
| **Ano 26** | |
| **Ano 27** | |
| **Ano 28** | |
| **Ano 29** | |
| **Ano 30** | |

**VOLUME BASE MENSAL**

| Ano Concessão | TEP RPU - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RPU - Destinação final/ (ton/Municípios) | TEP RSS - Coleta e transporte/ (Kg/Municípios) | TEP RSS - Destinação final/ (Kg/Municípios) | TEP RCD - Coleta e transporte/ (ton/Municípios) | TEP RCD - Destinação final e Reciclagem/ (ton/Municípios) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano 1** | | | | | | |
| **Ano 2** | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| **Ano 4** |
| **Ano 5** |
| **Ano 6** |
| **Ano 7** |
| **Ano 8** |
| **Ano 9** |
| **Ano 10** |
| **Ano 11** |
| **Ano 12** |
| **Ano 13** |
| **Ano 14** |
| **Ano 15** |
| **Ano 16** |
| **Ano 17** |
| **Ano 18** |
| **Ano 19** |
| **Ano 20** |
| **Ano 21** |
| **Ano 22** |
| **Ano 23** |
| **Ano 24** |
| **Ano 25** |
| **Ano 26** |
| **Ano 27** |
| **Ano 28** |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Ano 30 |

## QUADRO 2C: PROJEÇÃO DOS VOLUMES TUF

**VOLUME BASE ANUAL**

| Ano Concessão | População CDS Velho Chico | % Universalização CDS Velho Chico | % Micromedição CDS Velho Chico | Consumo água m³ - CDS Velho Chico | % Médio Consumo faturado CDS Velho Chico | Consumo água m³ - faturada com a universalização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano 1 | | | | | | |
| Ano 2 | | | | | | |
| Ano 3 | | | | | | |
| Ano 4 | | | | | | |
| Ano 5 | | | | | | |
| Ano 6 | | | | | | |
| Ano 7 | | | | | | |
| Ano 8 | | | | | | |
| Ano 9 | | | | | | |
| Ano 10 | | | | | | |
| Ano 11 | | | | | | |
| Ano 12 | | | | | | |
| Ano 13 | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Ano 14 | |
| Ano 15 | |
| Ano 16 | |
| Ano 17 | |
| Ano 18 | |
| Ano 19 | |
| Ano 20 | |
| Ano 21 | |
| Ano 22 | |
| Ano 23 | |
| Ano 24 | |
| Ano 25 | |
| Ano 26 | |
| Ano 27 | |
| Ano 28 | |
| Ano 29 | |
| Ano 30 | |

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA BRUTA | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TEP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | | |
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) | | | | | | | | | | | |
| TEP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) | | | | | | | | | | | |
| TEP RPU e RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | | |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | | |
| TUF RDO[2] - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) | | | | | | | | | | | |
| **IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$** | **ALÍQUOTA** | **Total** | **Ano 1** | **Ano 2** | **Ano 3** | **Ano 4** | **Ano 5** | **Ano 6** | **Ano 7** | **Ano 8** | **Ano 9** | **Ano 10** |
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS [1] | | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **Alíquotas efetivas** | |
| PIS / COFINS [1] | |
| ISS | |

**[1] Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$ | UNIDADE | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| TEP RPU[1] - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RCD[1] - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) | | | | | | | | | | |
| TEP RPU RCD[2] - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |
| TUF RDO[1] - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TUF RDO² - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) | | | | | | | | | | |
| **IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$** | **ALÍQUOTA** | **Ano 11** | **Ano 12** | **Ano 13** | **Ano 14** | **Ano 15** | **Ano 16** | **Ano 17** | **Ano 18** | **Ano 19** | **Ano 20** |
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS ¹ | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |
| **Alíquotas efetivas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS ¹ | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |

**¹ Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 3: RECEITAS E TRIBUTOS

| **RECEITAS OPERACIONAIS - VALORES EM R$** | **UNIDADE** | **Ano 21** | **Ano 22** | **Ano 23** | **Ano 24** | **Ano 25** | **Ano 26** | **Ano 27** | **Ano 28** | **Ano 29** | **Ano 30** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| TEP RPU¹ - Coleta e transporte de Resíduos Públicos Urbanos | (R$) | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| TEP RSS - Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde | (R$) |
| TEP RCD¹ - Coleta e transporte dos Resíduos da Construção Civil e Demolição | (R$) |
| TEP RPU e RCD² - Triagem, tratamento e destinação final dos Resíduos da Construção Civil e Demolição e Resíduos Públicos Urbanos | (R$) |
| TUF RDO¹ - Coleta e transporte dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| TUF RDO² - Transferência, triagem e destinação final dos Resíduos Domiciliares | (R$) |
| (-) Inadimplência s/ TUF | (R$) |

| IMPOSTOS SOBRE RECEITA BRUTA - VALORES EM R$ | ALÍQUOTA | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(-) Tributos sobre Receitas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS ¹ | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |
| **Alíquotas efetivas** | | | | | | | | | | | |
| PIS / COFINS ¹ | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**[1] Pis/Cofins - Lucro real/ regime da não cumulatividade**

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos Operação** | | | | | | | | | | | |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO | | | | | | | | | | | |
| Capacitação do Ente Público | | | | | | | | | | | |
| Destinação Final (aterro sanitário) | | | | | | | | | | | |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | | | | | | | | | | | |
| Mão de obra | | | | | | | | | | | |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | | | | | | | | | | | |
| Combustível (equipamentos próprios) | | | | | | | | | | | |
| Peças, Pneus e lubrificantes | | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos - Conservação** | | | | | | | | | | | |
| Pá quadrada com cabo | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Vassoura com cabo | |
| Cone de sinalização | |
| Carrinho coletor (lutocar 120 litros) | |
| Outros insumos | |
| Carrinho de mão | |
| **(-) Custos Manutenção** | |
| Obras Civis | |
| Infraestrutura operacional | |

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | |
| **(-) Custos Operação** | | | | | | | | | | |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO | | | | | | | | | | |
| Capacitação do Ente Público | | | | | | | | | | |
| Destinação Final (aterro sanitário) | | | | | | | | | | |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) |
| Mão de obra |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos |
| Combustível (equipamentos próprios) |
| Peças, Pneus e lubrificantes |
| **(-) Custos - Conservação** |
| Pá quadrada com cabo |
| Vassoura com cabo |
| Cone de sinalização |
| Carrinho coletor (lutocar 120 litros) |
| Outros insumos |
| Carrinho de mão |
| **(-) Custos Manutenção** |
| Obras Civis |
| Infraestrutura operacional |

## QUADRO 4: RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

| RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS - EM R$ | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS | |
|---|---|
| **(-) Custos Operação** | |
| ERP Gestão Comercial, Central de Atendimento e CCO | |
| Capacitação do Ente Público | |
| Destinação Final (aterro sanitário) | |
| Locação de veículos, máquinas e equipamentos | |
| Custos gestão de cobrança (envio de contas) | |
| Mão de obra | |
| Ferramental, EPIs e Fardamentos | |
| Combustível (equipamentos próprios) | |
| Peças, Pneus e lubrificantes | |
| **(-) Custos - Conservação** | |
| Pá quadrada com cabo | |
| Vassoura com cabo | |
| Cone de sinalização | |
| Carrinho coletor (lutocar 120 litros) | |
| Outros insumos | |
| Carrinho de mão | |
| **(-) Custos Manutenção** | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Obras Civis

Infraestrutura operacional

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | | |
| Consumo | | | | | | | | | | | |
| Escritório | | | | | | | | | | | |
| Impressos | | | | | | | | | | | |
| **Serviços de Terceiros** | | | | | | | | | | | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | | | | | | | | | | | |
| Rádio e Blogs | | | | | | | | | | | |
| Gestão de mídias digitais | | | | | | | | | | | |
| Clube de Benefícios | | | | | | | | | | | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | | | | | | | | | | | |
| **Taxa de Fiscalização** | | | | | | | | | | | |
| **Administração Local** | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Internet/Telefonia/GPS | | | | | | | | | | |
| Tarifas Públicas | | | | | | | | | | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | | | | | | | | | | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | | | | | | | | | | |
| **Outras Despesas** | | | | | | | | | | |
| Processos Judiciais de cobrança | | | | | | | | | | |
| Despesas Bancárias | | | | | | | | | | |
| **Seguros e Garantias** | | | | | | | | | | |
| Garantia de Execução do Contrato | | | | | | | | | | |
| Seguro de Risco de Engenharia | | | | | | | | | | |
| Seguro de Responsabilidade Civil | | | | | | | | | | |
| Seguro de Todos os Riscos | | | | | | | | | | |

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Consumo | |
| Escritório | |
| Impressos | |
| **Serviços de Terceiros** | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | |
| Rádio e Blogs | |
| Gestão de mídias digitais | |
| Clube de Benefícios | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | |
| **Taxa de Fiscalização** | |
| | |
| **Administração Local** | |
| Internet/Telefonia/GPS | |
| Tarifas Públicas | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | |
| **Outras Despesas** | |
| Processos Judiciais de cobrança | |
| Despesas Bancárias | |
| **Seguros e Garantias** | |
| Garantia de Execução do Contrato | |
| Seguro de Risco de Engenharia | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Seguro de Responsabilidade Civil |
| Seguro de Todos os Riscos |

## QUADRO 5: RESUMO DAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM R$ | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | | | | | | | | | | |
| **Tarifas Públicas** | | | | | | | | | | |
| **Materiais de Consumo** | | | | | | | | | | |
| Consumo | | | | | | | | | | |
| Escritório | | | | | | | | | | |
| Impressos | | | | | | | | | | |
| **Serviços de Terceiros** | | | | | | | | | | |
| Material Gráfico (Panfletos e Informativos) | | | | | | | | | | |
| Rádio e Blogs | | | | | | | | | | |
| Gestão de mídias digitais | | | | | | | | | | |
| Clube de Benefícios | | | | | | | | | | |
| Programa de Sustentabilidade e Governança | | | | | | | | | | |
| **Taxa de Fiscalização** | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **Administração Local** | |
| Internet/Telefonia/GPS | |
| Tarifas Públicas | |
| Centro de Serviços Compartilhados (CSC) | |
| Assessoria Contábil/Jurídica | |
| **Outras Despesas** | |
| Processos Judiciais de cobrança | |
| Despesas Bancárias | |
| **Seguros e Garantias** | |
| Garantia de Execução do Contrato | |
| Seguro de Risco de Engenharia | |
| Seguro de Responsabilidade Civil | |
| Seguro de Todos os Riscos | |

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário |
| **Infraestrutura operacional** |
| Balança RSS |
| Ecopontos |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) |
| Unidade de Reciclagem de RCD |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** |
| PEV 2500 litros |
| Caixa estacionária de 40m³ |
| Triturador de vidro |
| Triturador de coco |
| Reservatório de água 10.000 litros |
| Contêiner 1,2m³ |
| Bombona 200 litros |
| Bombona 50 litros |
| Triciclo de carga (motocicleta) |
| Caminhão compactador de 15m³ |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck |
| Caminhão roll on com julieta |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** |
| Trator compactador |
| Quadriciclo com reboque |
| Retroescavadeira |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | | | | | | | | | | | |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | | | | | | | | | | | |
| Pré-implantação de aterro sanitário (CVR) | | | | | | | | | | | |
| Projetos executivos | | | | | | | | | | | |
| Licenciamento ambiental e projeto PRAD | | | | | | | | | | | |
| Execução PRAD | | | | | | | | | | | |
| **Reembolsos estudos e Despesas B3** | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| **Infraestrutura operacional** | | | | | | | | | | | |
| Balança RSS | | | | | | | | | | | |
| Ecopontos | | | | | | | | | | | |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | | | | | | | | | | | |
| Unidade de Reciclagem de RCD | | | | | | | | | | | |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | | | | | | | | | | | |
| PEV 2500 litros | | | | | | | | | | | |
| Caixa estacionária de 40m³ | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Trator compactador

Quadriciclo com reboque

Retroescavadeira

Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres)

**Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento**

Pré-implantação de aterro sanitário (CVR)

Projetos executivos

Licenciamento ambiental e projeto PRAD

Execução PRAD

**Reembolsos estudos e Despesas B3**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## QUADRO 6A: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |
| **Infraestrutura operacional** | | | | | | | | | | | |
| Balança RSS | | | | | | | | | | | |
| Ecopontos | | | | | | | | | | | |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) | | | | | | | | | | | |
| Unidade de Reciclagem de RCD | | | | | | | | | | | |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** | | | | | | | | | | | |
| PEV 2500 litros | | | | | | | | | | | |
| Caixa estacionária de 40m³ | | | | | | | | | | | |
| Triturador de vidro | | | | | | | | | | | |
| Triturador de coco | | | | | | | | | | | |
| Reservatório de água 10.000 litros | | | | | | | | | | | |
| Contêiner 1,2m³ | | | | | | | | | | | |
| Bombona 200 litros | | | | | | | | | | | |
| Bombona 50 litros | | | | | | | | | | | |
| Triciclo de carga (motocicleta) | | | | | | | | | | | |
| Caminhão compactador de 15m³ | | | | | | | | | | | |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caminhão roll on com julieta | | | | | | | | | | | |
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** | | | | | | | | | | | |
| Trator compactador | | | | | | | | | | | |
| Quadriciclo com reboque | | | | | | | | | | | |
| Retroescavadeira | | | | | | | | | | | |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) | | | | | | | | | | | |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** | | | | | | | | | | | |
| Pré-implantação de aterro sanitário (CVR) | | | | | | | | | | | |
| Projetos executivos | | | | | | | | | | | |
| Licenciamento ambiental e projeto PRAD | | | | | | | | | | | |
| Execução PRAD | | | | | | | | | | | |
| **Reembolsos estudos e Despesas B3** | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

***Infraestrutura operacional - em %***

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %***

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| ***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %*** |
| Trator compactador |
| Quadriciclo com reboque |
| Retroescavadeira |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** |
| ***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %*** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) |
| Projetos executivos |
| Licenciamento ambiental e projeto PRAD |
| Execução PRAD |
| **Reembolsos estudos e despesas B3** |
| ***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %*** |

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |
| Implantação de Aterro Sanitário | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Reinvestimentos do Aterro Sanitário

**Infraestrutura operacional**

***Infraestrutura operacional - em %***

Balança RSS

Ecopontos

Unidade de tratamento térmico (autoclave)

Unidade de Reciclagem de RCD

**Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses**

***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %***

PEV 2500 litros

Caixa estacionária de 40m³

Triturador de vidro

Triturador de coco

Reservatório de água 10.000 litros

Contêiner 1,2m³

Bombona 200 litros

Bombona 50 litros

Triciclo de carga (motocicleta)

Caminhão compactador de 15m³

Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck

Caminhão roll on com julieta

**Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| ***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %*** |
| Trator compactador |
| Quadriciclo com reboque |
| Retroescavadeira |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** |
| ***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %*** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) |
| Projetos executivos |
| Licenciamento ambiental e projeto PRAD |
| Execução PRAD |
| **Reembolsos estudos e despesas B3** |
| ***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %*** |

## QUADRO 6B: INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

| INVESTIMENTOS - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL DOS INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| ***TOTAL DOS INVESTIMENTOS - em %*** | | | | | | | | | | | |
| **CVR** | | | | | | | | | | | |
| ***CVR - em %*** | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Implantação de Aterro Sanitário |
| Reinvestimentos do Aterro Sanitário |
| **Infraestrutura operacional** |
| ***Infraestrutura operacional - em %*** |
| Balança RSS |
| Ecopontos |
| Unidade de tratamento térmico (autoclave) |
| Unidade de Reciclagem de RCD |
| **Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses** |
| ***Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses - em %*** |
| PEV 2500 litros |
| Caixa estacionária de 40m³ |
| Triturador de vidro |
| Triturador de coco |
| Reservatório de água 10.000 litros |
| Contêiner 1,2m³ |
| Bombona 200 litros |
| Bombona 50 litros |
| Triciclo de carga (motocicleta) |
| Caminhão compactador de 15m³ |
| Caminhão Coleta Seletiva com lança tipo munck |
| Caminhão roll on com julieta |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| **Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses** |
| ***Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses - em %*** |
| Trator compactador |
| Quadriciclo com reboque |
| Retroescavadeira |
| Caixa compactadora de 17m³ (para uso em feiras livres) |
| **Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento** |
| ***Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento - em %*** |
| Pré-implantação de aterro sanitário (cvr) |
| Projetos executivos |
| Licenciamento ambiental e projeto PRAD |
| Execução PRAD |
| **Reembolsos estudos e despesas B3** |
| ***Reembolsos estudos e despesas B3 - em %*** |

## QUADRO 7: ESTRUTURA DE CAPITAL E DÍVIDA

| Média | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| % Dívida Bruta | | | | | | | | | | | | | | |
| % Capital Social | | | | | | | | | | | | | | |
| Média D/(D+E) | | | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Saldo Dívida
Bruta
Capital Social

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ a TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tributos | | | | | | | | | | | | |
| (=) Receita Líquida | | | | | | | | | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operacionais | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos - Conservação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Manutenção | | | | | | | | | | | | |
| (-) Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tarifas Públicas | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| *Margem EBITDA* |
| (-) Depreciação e Amortização |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL |
| *Margem operacional do projeto* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO |
| (-) Imposto de Renda |
| (-) CSLL |
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** |
| *Margem Líquida* |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ a TUF | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tributos | | | | | | | | | | | | |
| (=) Receita Líquida | | | | | | | | | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operacionais | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Operação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos - Conservação | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos Manutenção | | | | | | | | | | | | |
| (-) Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Tarifas Públicas | | | | | | | | | | | | |
| (-) Materiais de Consumo Geral | | | | | | | | | | | | |
| (-) Serviços Terceiros | | | | | | | | | | | | |
| (-) Taxa de Fiscalização | | | | | | | | | | | | |
| (-) Administração Local | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| *Margem EBITDA* |
| (-) Depreciação e Amortização |
| (=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL |
| *Margem operacional do projeto* |
| IRPJ + CSSL DESALAVANCADO |
| (-) Imposto de Renda |
| (-) CSLL |
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** |
| *Margem Líquida* |

## QUADRO 8: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Principal | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| TEP |
| TUF |
| (-) Inadimplência s/ a TUF |
| (-) Tributos |
| (=) Receita Líquida |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** |
| (-) Custos Operacionais |
| (-) Custos Operação |
| (-) Custos - Conservação |
| (-) Custos Manutenção |
| (-) Despesas gerais e administrativas |
| (-) Tarifas Públicas |
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| *Margem EBITDA* |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(=) Lucro Operacional Projeto antes do IRPJ/CSSL
*Margem operacional do projeto*

IRPJ + CSSL DESALAVANCADO
(-) Imposto de Renda

(-) CSLL

**(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO**

*Margem Líquida*

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Reembolsos estudos e B3 | | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | | | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | | | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | | |
| Reembolsos estudos e B3 | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## QUADRO 9: FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO (DESALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | VPL @11,9% | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) LUCRO LÍQUIDO DESALAVANCADO** | | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | | |
| Reembolsos estudos e B3 | | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | | |
| ***(=) Fluxo de Caixa do projeto Acum.*** | | | | | | | | | | | | |

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| **RECEITA BRUTA** |
| **(+) Receita Principal** |
| TEP |
| TUF |
| (-) Inadimplência s/ TUF |
| **(-) Tributos** |
| **(=) Receita Líquida** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** |
| **(-) Custos Operacionais** |
| (-) Custos Operação |
| (-) Custos - Conservação |
| (-) Custos Manutenção |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** |
| (-) Tarifas Públicas |
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **(=) EBITDA** | |
| ***Margem EBITDA*** | |
| (-) Depreciação e Amortização | |
| **(=) EBIT** | |
| ***Margem EBIT*** | |
| (-) Despesa Financeira | |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | |
| **(=) IRPJ + CSSL** | |
| (-) Imposto de Renda | |
| (-) CSLL | |
| **(=) Lucro Líquido** | |
| ***Margem Líquida %*** | |

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| **(+) Receita Principal** | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| (-) Inadimplência s/ TUF |
| **(-) Tributos** |
| **(=) Receita Líquida** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** |
| **(-) Custos Operacionais** |
| (-) Custos Operação |
| (-) Custos - Conservação |
| (-) Custos Manutenção |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** |
| (-) Tarifas Públicas |
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| ***Margem EBITDA*** |
| (-) Depreciação e Amortização |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **(=) EBIT** | |
| ***Margem EBIT*** | |
| (-) Despesa Financeira | |
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | |
| **(=) IRPJ + CSSL** | |
| (-) Imposto de Renda | |
| (-) CSLL | |
| **(=) Lucro Líquido** | |
| ***Margem Líquida %*** | |

## QUADRO 10: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO (ALAVANCADO)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ALAVANCADO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA** | | | | | | | | | | | |
| **(+) Receita Principal** | | | | | | | | | | | |
| TEP | | | | | | | | | | | |
| TUF | | | | | | | | | | | |
| (-) Inadimplência s/ TUF | | | | | | | | | | | |
| **(-) Tributos** | | | | | | | | | | | |
| **(=) Receita Líquida** | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** |
| **(-) Custos Operacionais** |
| (-) Custos Operação |
| (-) Custos - Conservação |
| (-) Custos Manutenção |
| **(-) Despesas gerais e administrativas** |
| (-) Tarifas Públicas |
| (-) Materiais de Consumo Geral |
| (-) Serviços Terceiros |
| (-) Taxa de Fiscalização |
| (-) Administração Local |
| (-) Outras Despesas |
| **OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS** |
| (-) Seguros e Garantias |
| (+) Outras receitas Operacionais |
| **(=) EBITDA** |
| ***Margem EBITDA*** |
| (-) Depreciação e Amortização |
| **(=) EBIT** |
| ***Margem EBIT*** |
| (-) Despesa Financeira |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **(=) Lucro antes do IRPJ e CSSL** | |
| **(=) IRPJ + CSSL** | |
| (-) Imposto de Renda | |
| (-) CSLL | |
| **(=) Lucro Líquido** | |
| ***Margem Líquida %*** | |

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento | | | | | | | | | | | |
| Reembolso estudos e Despesas B3 | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo do Projeto** | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(+) Captação de Financiamento

(-) Amortização da dívida

(+/-) Constituição de Conta Reserva

(-) Despesas Financeiras

(-) Benefício fiscal - Despesa Financeira

**(=) Fluxo Financeiro**

**(=) Fluxo de Caixa Alavancado**

***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.***

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 11 | Ano 12 | Ano 13 | Ano 14 | Ano 15 | Ano 16 | Ano 17 | Ano 18 | Ano 19 | Ano 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |
| Infraestrutura operacional | | | | | | | | | | | |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses | | | | | | | | | | | |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento |
| Reembolso estudos e Despesas B3 |
| **(=) Fluxo do Projeto** |
| (+) Captação de Financiamento |
| (-) Amortização da dívida |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva |
| (-) Despesas Financeiras |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira |
| **(=) Fluxo Financeiro** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** |

## QUADRO 11: FLUXO DE CAIXA INDIRETO (ALAVANCADO)

| FLUXO DE CAIXA INDIRETO DO PROJETO - VALORES EM R$ | Total 30 anos | Ano 21 | Ano 22 | Ano 23 | Ano 24 | Ano 25 | Ano 26 | Ano 27 | Ano 28 | Ano 29 | Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **(=) Lucro Líquido** | | | | | | | | | | | |
| (+) Depreciação e Amortização | | | | | | | | | | | |
| **(=) Fluxo Operacional** | | | | | | | | | | | |
| **INVESTIMENTOS** | | | | | | | | | | | |
| CVR | | | | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| |
|---|
| Infraestrutura operacional |
| Veiculos, implementos e ativos operacionais com ciclo de vida de 60 meses |
| Máquinas, equipamentos e ativos operacionais com ciclo de vida de 120 meses |
| Mobilização, Encerramento e Pós-Encerramento |
| Reembolso estudos e Despesas B3 |
| **(=) Fluxo do Projeto** |
| (+) Captação de Financiamento |
| (-) Amortização da dívida |
| (+/-) Constituição de Conta Reserva |
| (-) Despesas Financeiras |
| (-) Benefício fiscal - Despesa Financeira |
| **(=) Fluxo Financeiro** |
| **(=) Fluxo de Caixa Alavancado** |
| ***(=) Fluxo de Caixa Alavancado Acum.*** |

## QUADRO 12: QUADRO DE USOS E FONTES

| QUADRO DE USOS E FONTES - VALORES EM R$ | Total 5 anos | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **USOS** | | | | | | | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Investimentos**
Obras, Projetos e Benfeitorias
Infraestrutura Técnico-Operacional
Veículos
Máquinas e Equipamentos
PRAD
Reembolso Estudos e Despesas B3
**Serviço de Dívida**
Despesas Financeiras
Amortização
Constituição de Conta Reserva

**FONTES**
**Recursos de Terceiros**
Captação de Financiamento
**Recursos Próprios**
Geração de Caixa do Projeto
Aporte de Capital
**Variação Excedente de Caixa**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

| DISCRIMINAÇÃO | PERCENTUAL | FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |
|---|---|---|
| **GRUPO "A"** | | |
| INSS | | |
| SESI OU SESC | | |
| SENAI OU SENAC | | |
| INCRA | | |
| Salário Educação | | |
| FGTS | | |
| Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS | | |
| SEBRAE | | |
| **TOTAL GRUPO "A"** | | |
| **GRUPO "B"** | | |
| Férias | | |
| Auxílio doença | | |
| Licença paternidade/maternidade | | |
| Falta legais | | |
| Acidente de trabalho | | |
| Aviso prévio Trabalhado | | |
| Treinamento | | |
| 1/3 Férias Constitucional | | |
| 13º Salário | | |
| **TOTAL GRUPO "B"** | | |
| **GRUPO "C"** | | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| Aviso Prévio Indenizado ( *já incluídos os efeitos da Lei 12.506*) | | |
| FGTS s/ Aviso Prévio | | |
| Reflexos no Aviso Prévio Indenizado | | |
| Multa FGTS | | |
| Contribuição Social 10% s/FGTS | | |
| Indenização Adicional | | |
| **TOTAL GRUPO "C"** | | |

**GRUPO "D"**

| | | |
|---|---|---|
| Incidência do GRUPO "A" sobre o GRUPO "B" | | |
| Incidência sobre o Salário Maternidade | | |
| **TOTAL GRUPO "D"** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |

**CONVENÇÃO REFERENCIAL UTILIZADO [____]**

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO XIV – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3

## EDITAL Nº 001/2026

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.

## PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 052/2026

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ..... 3
CAPÍTULO 1 CORRETORA CREDENCIADA ..... 5
CAPÍTULO 2 RECEBIMENTO DOS VOLUMES ..... 6
CAPÍTULO 3 GARANTIA DA PROPOSTA ..... Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO ..... Erro! Indicador não definido.
ANEXO A - CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO PROPONENTE E CORRETORA CREDENCIADA ..... Erro! Indicador não definido.
ANEXO B – APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA ..... Erro! Indicador não definido.

## INTRODUÇÃO

Este manual instrui as LICITANTES sobre as etapas da LICITAÇÃO, possuindo caráter meramente informativo e complementar ao EDITAL.

A B3 reportará à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO toda e qualquer questão decorrente de sua prestação de serviço.

As decisões finais da LICITAÇÃO competem apenas e tão somente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responsável por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.

A B3 não garante o cumprimento de nenhuma obrigação das partes envolvidas na LICITAÇÃO,

PODER CONCEDENTE, assessores, LICITANTES, PARTICIPANTES

CREDENCIADAS, não estando obrigada a honrar quaisquer pagamentos devidos, não atuando como coobrigada da parte inadimplente e não efetuando, assim, quaisquer pagamentos no lugar destas.

A B3 ressalta sua condição de assessora do PODER CONCEDENTE no âmbito da LICITAÇÃO. Sendo assim, a atuação da B3 se limita ao suporte técnico relativo aos procedimentos inerentes à LICITAÇÃO, tais como: análise de EDITAL; elaboração do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3; fornecimento de recursos e espaços para sessões realizadas na B3; fornecimento de recursos e espaços para guarda de documentação; suporte a esclarecimento de dúvidas a LICITANTES quanto a procedimentos que envolvem a B3; assessoria no recebimento, análise, manutenção, devolução e execução de GARANTIA DA PROPOSTA; suporte à análise de documentação de habilitação jurídica, técnica, econômico financeira, fiscal e trabalhista; publicação do link de acesso ao EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 no site da B3.

Em contrapartida, não compete à B3 atuar em atividades fundamentais à realização da LICITAÇÃO, nem assumir a frente ou tomar decisões indelegáveis da Administração Pública na LICITAÇÃO, sendo estas atribuições prerrogativas exclusivas do PODER CONCEDENTE, tais como publicações de cunho oficial ou vinculante; acesso ao EDITAL e seus ANEXOS; eventuais informações, eventuais outros manuais, eventual nota técnica, esclarecimentos ao EDITAL; alterações de prazos; devolução de GARANTIA DA PROPOSTA na modalidade depósito caução; crédito, liquidez, exequibilidade e execução de GARANTIA DA PROPOSTA; eventuais outras garantias; disponibilização de documentação para a consulta; saneamento de falhas ou promoção de diligências; participação ou habilitação de LICITANTES; obrigações das LICITANTES e LICITANTE VENCEDORA, eventuais acordos de acionistas, eventual liquidação, eventuais créditos, eventuais direitos de tag along e de participação, obrigações do PODER CONCEDENTE perante a LICITANTE VENCEDORA; e outras etapas da LICITAÇÃO não dispostas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

## PREVALÊNCIA DO EDITAL

Caso exista conflito entre as disposições deste documento e as do EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL.

## DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES

As definições utilizadas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 são as mesmas aplicadas ao EDITAL. Qualquer novo termo que porventura tenha sido usado neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 não substitui ou invalida os termos adotados pelo EDITAL, os quais sempre prevalecerão.

## DOCUMENTOS DO LEILÃO

Os documentos relativos à LICITAÇÃO serão disponibilizados conforme descrito em EDITAL.

Este MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 poderá ser obtido também no *site* da B3, em https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/leiloes/licitacoes-publicas/licitacoes/em-andamento-e-anteriores/.

## DÚVIDAS QUANTO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO LEILÃO

As PARTICIPANTES CREDENCIADAS e demais interessados na LICITAÇÃO poderão esclarecer dúvidas sobre as etapas da LICITAÇÃO descritas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 pelo *e-mail* leiloes@b3.com.br

As dúvidas encaminhadas ao *e-mail* mencionado não se confundem com eventual impugnação, esclarecimento ou recurso ao EDITAL.

A B3 destaca que eventuais orientações fornecidas no âmbito da assessoria técnica especializada a licitações não constituem esclarecimentos ao EDITAL.

CAPÍTULO 1

## CORRETORA CREDENCIADA

A LICITANTE deve ser representada por PARTICIPANTE CREDENCIADA em etapas junto à B3, conforme o EDITAL.

Sempre que houver necessidade, a B3 contatará a PARTICIPANTE CREDENCIADA e esta, por sua vez, deverá comunicar-se com a LICITANTE.

Somente pode representar a LICITANTE uma corretora ou distribuidora autorizada a operar na B3. Essa autorização pode ser confirmada em lista divulgada no *site* da B3, em http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/participantes/busca-de-participantes/.

Cada LICITANTE somente pode ser representada por uma única PARTICIPANTE CREDENCIADA e cada PARTICIPANTE CREDENCIADA somente pode exercer representação de uma única LICITANTE. Em caso de LICITANTE que venha a participar em CONSÓRCIO, a PARTICIPANTE CREDENCIADA exercerá a representação de todas as integrantes do CONSÓRCIO, o qual constitui uma única LICITANTE.

## CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A CORRETORA CREDENCIADA E A LICITANTE

Para formalizar esta intermediação, a LICITANTE deve firmar contrato com uma PARTICIPANTE CREDENCIADA, nos termos do Anexo A deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, devendo este documento ser apresentado no interior do ENVELOPE 1.

O documento deve ser assinado pelo representante legal da LICITANTE e por representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA, por duas testemunhas e possuir reconhecimento em cartório das firmas dos signatários, ou assinado digitalmente, na forma disposta no EDITAL. Os poderes dos signatários da PARTICIPANTE CREDENCIADA poderão ser comprovados mediante consulta do cadastro no sistema da B3. Caso a PARTICIPANTE CREDENCIADA não tenha cadastro na B3, seu cadastro esteja desatualizado, ou ainda, caso seus signatários do contrato de intermediação não estejam cadastrados no sistema da B3, a PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá apresentar a comprovação dos poderes dos signatários no ENVELOPE 1, conforme EDITAL.

## REPRESENTAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA

Os poderes dos representantes legais das PARTICIPANTE CREDENCIADA não serão verificados no sistema da B3. Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela PARTICIPANTE CREDENCIADA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

Caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA esteja desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação, conforme aplicável.

Na ausência da atualização cadastral da PARTICIPANTE CREDENCIADA junto à **B3**, deverão ser entregues pela PARTICIPANTE CREDENCIADA documentos que comprovem seus poderes de representação, **em apartado de qualquer** ENVELOPE, uma vez que o ENVELOPE 1 somente será aberto após a identificação de poderes suficientes para a prática desse ato.

Não é necessário estar habilitado como operador de mesas de Bolsa para atuação como representante da PARTICIPANTE CREDENCIADA, bastando ser mandatário desta.

# CAPÍTULO 2

## RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

Conforme previsto no item 13.1 do EDITAL, as LICITANTES, devidamente representadas por PARTICIPANTE CREDENCIADA, deverão entregar os ENVELOPES 1, 2 e 3, nas datas e horários estabelecidos no EDITAL.

A documentação deverá ser entregue presencialmente na B3, no endereço abaixo, observados a data e o horário previstos no EDITAL:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo, SP, Brasil

## REPRESENTAÇÃO

Os documentos devem ser entregues por meio de representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA da LICITANTE.

Os poderes de representação serão verificados via sistema da B3. Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria PARTICIPANTE CREDENCIADA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

Caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA esteja desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação, conforme aplicável.

Apenas caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA presente no momento da ENTREGA DOS ENVELOPES junto à B3 não esteja atualizado, deverão ser entregues pela PARTICIPANTE CREDENCIADA documentos que comprovem seus poderes de representação, em apartado de qualquer ENVELOPE, uma vez que o ENVELOPE 1 somente será aberto após a identificação de poderes suficientes para a prática desse ato.

Ao final do aporte, para que seja concluído, a PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá assinar, juntamente com a B3, o protocolo de recebimento em pelo menos duas vias, sendo que a B3 reterá uma das vias.

Ainda, em estando o cadastro desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar sua atualização, antecipadamente, junto à área de Cadastro da B3, ficando dispensada a apresentação de seus documentos de comprovação de poderes acima mencionada. Não é necessário estar habilitado como operador de mesas de Bolsa para atuação como representante da PARTICIPANTE CREDENCIADA, bastando ser mandatário desta.

## ANÁLISE DOS ENVELOPES

Após a entrega dos ENVELOPES, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com o apoio da B3, procederá, em ambiente reservado, à abertura e à análise dos ENVELOPES 1 e 2, que contêm, respectivamente, a GARANTIA DA PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme os itens 17.7 e 17.8 do EDITAL.

A análise de documentos poderá ser realizada em conjunto pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pela B3. Toda e qualquer decisão a respeito da aptidão das LICITANTES compete única e exclusivamente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

Até o dia anterior à SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3, o resultado da análise dos documentos contidos nos ENVELOPES 1 e 2 será divulgado no sítio eletrônico do CDS VELHO CHICO, com as respectivas motivações na hipótese de não aceitação, conforme o item 17.12 do EDITAL.

Os documentos analisados pela B3 ficarão sob sua guarda para posterior arquivamento do projeto.

## CAPÍTULO 3 GARANTIA DA PROPOSTA

### MODALIDADES ACEITAS

A GARANTIA DA PROPOSTA pode ser aportada, conforme instruções a seguir, nas seguintes modalidades:

- Apólice de Seguro Garantia;
- Carta de Fiança Bancária;
- Título Público Federal;
- Depósito Caução (Caução em Dinheiro); e/ou
- Títulos de Capitalização.

### REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES

### DEPÓSITO ESPECÍFICO

As LICITANTES devem realizar depósito de garantia específico para a participação na LICITAÇÃO. Eventual garantia depositada junto à B3 para outras operações das PARTICIPANTES CREDENCIADAS ou das LICITANTES não integrará a GARANTIA DA PROPOSTA da LICITAÇÃO.

### MOEDA

A GARANTIA DA PROPOSTA deve ser emitida em moeda corrente nacional, Real.

### OBJETO

Assegurar a manutenção das PROPOSTAS DE PREÇO apresentadas pelas LICITANTES durante a LICITAÇÃO.

### VALOR

A LICITANTE deve aportar GARANTIA DA PROPOSTA, conforme o valor disposto no item 14.1 do EDITAL.

DENOMINAÇÃO

Se a LICITANTE participar isoladamente, o instrumento de garantia deverá possuir como tomador/afiançado/titular/depositário a denominação social própria.

CONSÓRCIO

Se a LICITANTE participar em CONSÓRCIO, não será aceita GARANTIA DA PROPOSTA que utilize como tomador/afiançado/titular/depositário o nome de CONSÓRCIO, tendo em vista que CONSÓRCIOS não possuem personalidade jurídica. Nesse caso, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser entregue:

- Em somente um instrumento em razão social de uma CONSORCIADA; ou
- Em instrumentos distintos cada um em razão social de uma CONSORCIADA, de maneira que a soma desses atinja o valor mínimo indicado no item 14.1 do EDITAL.

Se a LICITANTE participar em CONSÓRCIO, é admissível o aporte do montante total da GARANTIA DA PROPOSTA segregado entre as CONSORCIADAS, independente do percentual de suas participações no CONSÓRCIO, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha pelas demais CONSORCIADAS de modalidade diversa. Também é permitida a entrega de uma única GARANTIA DA PROPOSTA, correspondente ao valor integral da garantia, por uma única CONSORCIADA.

Em todos os casos, a GARANTIA DA PROPOSTA deve assegurar a responsabilidade do CONSÓRCIO, sendo vedado o instrumento que garanta apenas a participação de parte das CONSORCIADAS. O nome do CONSÓRCIO, as razões sociais de todas as CONSORCIADAS e seus percentuais de participação devem constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Em caso de fundo de investimento, a GARANTIA DA PROPOSTA deve estar em nome do administrador do fundo.

O nome do fundo de investimento deve constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

PRAZO

Conforme o item 14.2 do EDITAL, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, e conter cláusula de prorrogação, por igual período, para a hipótese de prorrogação da validade da PROPOSTA.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022, a apólice deverá compreender as 24 (vinte e quatro) horas, tanto da data de início da sua vigência, qual seja, a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, quanto da data de fim de vigência.

VALORAÇÃO E MANUTENÇÃO

A B3 acompanhará a valoração das GARANTIAS DE PROPOSTA e informará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso avalie que quaisquer destas sofreram ou estão por sofrer deterioração no valor ou na qualidade, de maneira que a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá estabelecer um prazo para que a LICITANTE promova o reforço ou a substituição da GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL.

SUBSTITUIÇÃO

Após a data e o horário limite para depósito da GARANTIA DA PROPOSTA, na DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, essas somente poderão ser modificadas ou substituídas por outras garantias aceitas, conforme previsto no EDITAL e neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, mediante expressa e prévia anuência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou no momento de sua renovação, e para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

A B3 somente procederá à devolução das garantias substituídas após a efetivação do depósito das garantias substitutas.

A B3 somente efetuará qualquer movimentação de GARANTIA DA PROPOSTA depositada com ordem expressa e formal da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

## DEVOLUÇÃO

As devoluções das garantias aportadas serão autorizadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO conforme especificações do item 14.5 do EDITAL.

A devolução da GARANTIA DA PROPOSTA ocorrerá por intermédio da PARTICIPANTE CREDENCIADA da LICITANTE junto à B3, nas modalidades Apólice de Seguro Garantia, Carta de Fiança Bancária e Título Público Federal. Quando autorizada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a B3 entrará em contato com as PARTICIPANTES CREDENCIADAS para operacionalização da devolução das garantias aportadas.

## EXECUÇÃO

A GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, com apoio operacional da B3. Sempre que se verificar uma ou mais hipóteses aventadas na lei e no EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO terá a prerrogativa de executar GARANTIA DA PROPOSTA, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no EDITAL.

## REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA

### FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas apólices de seguro-garantia que atendam aos seguintes requisitos:

- A Seguradora seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- A apólice indique a LICITANTE como tomadora, observadas as regras específicas;
- A apólice indique o PODER CONCEDENTE, como beneficiário;
- A apólice de seguro-garantia deverá ser emitida nos termos do modelo constante do Anexo B – Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia deste Manual de Procedimentos da B3, conforme o item 14.3.4, inciso (iii), do EDITAL;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a instituição seguradora de suas responsabilidades;

- Estejam em conformidade com a Circular Susep 662, de 11 de abril de 2022 e demais condições vigentes estipuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- As apólices de seguro-garantia com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da seguradora ou da SUSEP.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade apólice de seguro-garantia segue-se as instruções:

- A LICITANTE solicitará a emissão de apólice de seguro-garantia à instituição seguradora, preferencialmente cadastrada previamente na B3, observados os critérios estipulados

neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 e no EDITAL;

- A apólice de seguro-garantia deverá constar do ENVELOPE 1;
- A apólice deverá conter certificação digital, admitidas as apólices com assinaturas à caneta com firmas reconhecidas ou com assinaturas eletrônicas; e
- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DA APÓLICE DE SEGURO GARANTIA NA B3

Para comprovação dos poderes dos signatários do seguro-garantia, as LICITANTES poderão utilizar-se como signatários das apólices de seguro-garantia os administradores cadastrados e passíveis de verificação no *site* da SUSEP.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria EMISSORA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.

Caso a instituição não tenha efetuado ou atualizado seu cadastro na B3, os documentos deverão constar no ENVELOPE 1.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas cartas de fiança bancária que atendam aos requisitos do item 14.3.5 do EDITAL e instruções deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

- A carta de fiança bancária indique a LICITANTE como afiançada, observadas as regras específicas;
- A carta de fiança bancária indique o PODER CONCEDENTE como beneficiário;
- As obrigações da carta de fiança bancária sejam perante o PODER CONCEDENTE;
- A instituição fiadora seja banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizada a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- A Instituição fiadora observe as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
- A instituição fiadora seja instituição financeira classificada entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B” na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors;
- A instituição fiadora possua o sistema EMVIA da Embratel para que a B3 verifique a autenticidade da carta de fiança bancária;
- A carta de fiança bancária seja entregue em sua forma física original;
- A carta de fiança bancária seja assinada a punho e tenha as firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas, devendo ainda possuir rubrica nas demais páginas e no verso;
- A carta de fiança bancária tenha assinatura de duas testemunhas;
- Sejam respeitadas as diretrizes do item 14.3.5 do EDITAL;

- Seja utilizado o modelo constante do ANEXO – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA; e
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a instituição fiadora de suas responsabilidades.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

---

Para a modalidade carta de fiança bancária segue-se a rotina:

- A carta de fiança bancária deverá ser apresentada em sua via original, sendo vedadas cópias de qualquer natureza;
- A carta de fiança bancária deverá estar contida no ENVELOPE 1; e
- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DA FIANÇA BANCÁRIA NA B3

---

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, faculta-se a utilização do cadastro da instituição emissora na B3, conforme indicações a seguir.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria emissora, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.

Caso a instituição:

- não possua cadastro e queira cadastrar-se, deverá solicitar o seu cadastro nos termos do item 1. Acesso à Plataforma, a. Empresas candidatas a participantes, do

  Manual de Navegação; ou

- não possua cadastro esteja atualizado na B3 em tempo hábil, as LICITANTES poderão, alternativamente (i) apresentar Certidão dos Administradores, emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia; ou (ii) apresentar comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, conforme o caso. Os documentos poderão constar no ENVELOPE de Garantia da Proposta e/ou ser enviados por e-mail, em possuindo certificação digital, conforme o caso.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

TÍTULOS ACEITOS

---

- Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN);
- Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT);
- Notas do Tesouro Nacional série B (NTN – B);
- Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN – B Principal);
- Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional- série C – NTN-C); ou
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional- série F – NTN-F).

FORMA DE TRANSFERÊNCIA E APORTE

---

O bloqueio escritural de Título Público Federal será feito mediante a seguinte rotina:

- As LICITANTES detentoras de carteira própria de Títulos Públicos Federais deverão proceder ao seu aporte em garantia mediante a transferência desses títulos, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema.
- A LICITANTE solicitará, à instituição financeira a que esteja vinculada sua posição de títulos no SELIC, que esta providencie a transferência junto ao sistema para a B3. Não necessariamente a instituição financeira que possui a posição de títulos é

a PARTICIPANTE CREDENCIADA contratada pela LICITANTE para representá-la na LICITAÇÃO.

- As seguintes informações devem ser enviadas pela LICITANTE para a B3:
  - Dados dos títulos que estão sendo transferidos;
  - Razão social e código da instituição financeira na qual a LICITANTE detém sua posição de títulos; e
  - Código de cliente e da conta da LICITANTE no Sistema de Garantias da B3 (NGA);
- Os títulos devem ser transferidos pela instituição financeira através de uma "operação sem financeiro", denominada "1023", no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, à execução do comando de transferência.
- A PARTICIPANTE CREDENCIADA envia para a B3 as informações sobre os títulos que estão sendo transferidos. A B3 providencia a correspondência do lançamento no SELIC e acompanha a sua atualização para confirmar o depósito no Sistema de Garantias.
- Após esse procedimento, a B3 registra a transferência no Sistema de Garantias da B3 (NGA). As corretoras que intermediaram a transferência dos títulos podem confirmá-la por meio do site https://clearing3.bvmfnet.com.br/Garantias/.
- A entrega da GARANTIA DA PROPOSTA será confirmada digitalmente através de sistema da B3.

Em virtude dos prazos de transferência do SELIC, somente serão aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, títulos disponíveis, sob a guarda da B3, naquele sistema, até o prazo limite da

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES descrita no EDITAL.

VALORAÇÃO

Os Títulos Públicos Federais transferidos para a conta de garantia da B3 estarão sujeitos à valoração diária para apuração de seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e apurado pela B3.

Casos omissos serão tratados diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. A B3 poderá informar a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a qualquer momento, a

necessidade da recomposição de títulos com a intenção de manter inalterado o valor exigido pelo
EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO EM DINHEIRO

A aceitação da comprovação do depósito é feita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, não tendo a B3 qualquer responsabilidade por esse ato. A B3 também não se responsabilizará pela devolução da GARANTIA DA PROPOSTA que for depositada na forma de caução em dinheiro, devendo a LICITANTE contatar diretamente a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para instruções.

FORMA DE ENTREGA

A GARANTIA DA PROPOSTA deve ser entregue mediante a inclusão do comprovante de depósito em seu formato original no ENVELOPE 1.

FORMA DE DEPÓSITO E APORTE

A LICITANTE não efetua o aporte junto à B3. O aporte deve ser efetuado conforme descrito no item 14.3.1.1, do EDITAL.
Em razão do prazo de compensação, somente serão aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, os recursos sob a guarda da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO até o prazo limite da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES descrita no EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO
FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitos títulos de capitalização por pagamento único, com resgate pelo valor total, desde que:

- A Sociedade de Capitalização não esteja sob regime de direção fiscal, intervenção ou

liquidação extrajudicial;

- A Sociedade de Capitalização seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- O título indique a LICITANTE como titular, observadas as regras específicas aplicáveis a consórcios e fundos;
- O título indique o PODER CONCEDENTE como cessionária e indique o valor total de resgate no valor da GARANTIA DE PROPOSTA;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a Sociedade de Capitalização de suas responsabilidades;
- Sigam estritamente a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 384/2020 e a Circular Susep nº 656/2022 e demais condições vigentes estipuladas pelos reguladores;
- Os títulos sejam emitidos eletronicamente com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da Sociedade de Capitalização e/ou da SUSEP;
- Os Títulos de Capitalização emitidos eletronicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização passíveis de verificação de sua autenticidade; e
- Os Títulos de Capitalização emitidos fisicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização com reconhecimento de firma.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

---

Para a modalidade Títulos de Capitalização, segue-se a rotina:

- A LICITANTE solicitará a emissão do título à sociedade de capitalização de sua preferência, possivelmente previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 e no EDITAL;
- A PARTICIPANTE CREDENCIADA entregará o título de capitalização no ENVELOPE 1; e

- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DO TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

---

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, faculta-se a utilização do cadastro da instituição emissora na B3, conforme indicações a seguir.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria emissora, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.

Caso a instituição:

- não possua cadastro e queira cadastrar-se, deverá solicitar o seu cadastro nos termos do item 1. Acesso à Plataforma, a. Empresas candidatas a participantes, do Manual de Navegação; ou
- não possua cadastro atualizado na B3 em tempo hábil, as LICITANTES poderão, alternativamente (i) apresentar Certidão dos Administradores, emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia; ou (ii) apresentar comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, conforme o caso. Os documentos poderão constar no ENVELOPE de GARANTIA DA PROPOSTA e/ou ser enviados por e-mail, em possuindo certificação digital, conforme o caso.

## CAPÍTULO 4
## SESSÕES PÚBLICAS DA LICITAÇÃO

### ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO

O ENVELOPE 3 – PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta conforme modelo do ANEXO XIII do EDITAL.

Na SESSÃO PÚBLICA haverá a abertura dos ENVELOPE 3 e classificação das PROPOSTAS, conforme EDITAL.

A LICITANTE com a melhor PROPOSTA DE PREÇO, ou seja, aquela que ofertar o menor multiplicador K ao final da fase de lances será considerada a mais bem classificada, conforme os itens 16.6, 16.7 e 17.15 do EDITAL.

### REGRAS GERAIS

A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO será conduzida pela B3 em suas dependências, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL, no endereço indicado no EDITAL.

A sessão será transmitida publicamente ao vivo, no horário de seu início, no site www.tvB3.com.br.

Na SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO, a intermediação entre a B3 e a LICITANTE deve ser realizada pela PARTICIPANTE CREDENCIADA.

Cada PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá indicar, até o segundo dia útil anterior às SESSÕES PÚBLICAS, pelo e-mail leiloes@B3.com.br, os membros da LICITANTE que estarão presentes no recinto.

O acesso à área restrita a investidores será controlado para garantir a isonomia, o sigilo das comunicações e o conforto dos presentes na SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO.

### DINÂMICA

O DIRETOR DA SESSÃO fornecerá as informações necessárias para a condução e o bom entendimento do procedimento, nos termos do EDITAL.

Na SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3 – PROPOSTA DE PREÇO, o DIRETOR DA SESSÃO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, conduzirá os atos previstos no item 17 do EDITAL, inclusive a eventual disputa de lances à viva-voz.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A LICITANTE que apresentar a melhor proposta de preço será considerada a melhor classificada.

O sistema da B3 exibirá, no recinto da SESSÃO PÚBLICA, os valores das propostas recebidas e a classificação.

EMPATE

Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS DE PREÇO, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme os itens 17.20, 17.20.1 e 17.20.2 do EDITAL.

RESULTADO FINAL

Obedecendo-se a todas as fases anteriores, a LICITANTE melhor classificada será imediatamente declarada pelo DIRETOR DA SESSÃO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

## CAPÍTULO 5

## HABILITAÇÃO

ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

Após a entrega dos ENVELOPES 1, 2 e 3, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com o apoio da B3, procederá, em ambiente reservado, à abertura dos ENVELOPES 1 e 2 e à análise da GARANTIA DA PROPOSTA, dos DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme os itens 17.7 a 17.12 do EDITAL.

Somente serão abertos, na SESSÃO PÚBLICA, os ENVELOPES 3 das LICITANTES cujos ENVELOPES 1 e 2 tenham sido aceitos, nos termos dos itens 17.11 a 17.13 do EDITAL.

O resultado da análise dos documentos contidos nos ENVELOPES 1 e 2 será divulgado no sítio eletrônico do CDS VELHO CHICO até o dia anterior à SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3, conforme o item 17.12 do EDITAL.

As LICITANTES que não atenderem aos requisitos do EDITAL relativamente aos ENVELOPES 1 e 2 poderão ser inabilitadas, conforme o item 17.8 do EDITAL.

# CAPÍTULO 6

# REMUNERAÇÃO DA B3

## HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA B3

Nos termos dos itens 16.5, “f”, e 23.2.6 do EDITAL, a ADJUDICATÁRIA deverá ressarcir a B3 no valor de R$ 750.220,93 (setecentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais e noventa e três centavos), com data-base de novembro de 2025, atualizado monetariamente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento, conforme as orientações deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

Após a adjudicação do objeto da LICITAÇÃO, a B3 emitirá, contra a PARTICIPANTE CREDENCIADA que representou a LICITANTE VENCEDORA, boleto de cobrança bancária para pagamento em até 15 (quinze) dias contados de sua emissão, devendo este ser pago impreterivelmente antes da assinatura do CONTRATO.

No caso de a ADJUDICATÁRIA não efetuar o pagamento na forma prevista, em decorrência de fato não atribuível à B3, aos valores devidos serão acrescidos multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata tempore, calculados desde o dia do vencimento do boleto até a data da efetiva liquidação, sem prejuízo da execução da GARANTIA DA PROPOSTA, subsistindo o inadimplemento.

O valor será atualizado anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao
Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou na falta deste, pelo índice de atualização que venha a substituí-lo, tendo como data base novembro/2025.

A B3 confirmará o recebimento de sua remuneração à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, atestando o cumprimento da presente condição prévia de assinatura do CONTRATO.

ANEXO A

CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO LICITANTE E PARTICIPANTE CREDENCIADA

---

*[local], [dia] de [mês] de [ano].*

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL Nº 001/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.

Na melhor forma de direito, as partes:

[D*enominação social da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], sociedade corretora/distribuidora com sede na [*sede social da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], inscrita no CNPJ/MF [*CNPJ da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PARTICIPANTE CREDENCIADA; e

[*Denominação social da LICITANTE*], com sede na [*sede social da LICITANTE*], inscrita no CNPJ/MF [*CNPJ da LICITANTE*], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada LICITANTE;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação da LICITANTE na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

1. A LICITANTE e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos

documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:

- EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3;
- Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
- Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
- Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.

2. Se comprometem a entregar, a LICITANTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e prazos da LICITAÇÃO:

- GARANTIA DA PROPOSTA;
- ENVELOPES 1, 2, e 3; e
- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.

3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica desde já, neste ato, os seguintes operadores para atuarem nas sessões públicas da LICITAÇÃO:

- Operador principal: [*Nome completo do operador*], inscrito no CPF [*número do CPF do operador*]; e
- Operador contingência: [*Nome completo do operador*], inscrito no CPF [*número do CPF do operador*].

3.1. É permitida a substituição ou inclusão de operadores para atuarem nas sessões públicas da licitação, independentemente de aditamento do presente contrato.

3.2. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada,

30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, junto ao DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da sessão pública de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.

4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

5. A taxa de corretagem devida pela LICITANTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em *[condições comerciais acordadas entre as partes]*.

6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da LICITANTE na lista de aptos e/ou habilitados para a LICITAÇÃO, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

7. A LICITANTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

8. A execução de GARANTIA DA PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela LICITANTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.

9. A LICITANTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais LICITANTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da LICITANTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra,

para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

10. O presente Contrato vigerá até a ocorrência de ambos os eventos:

- retirada de GARANTIA DA PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à LICITANTE; e
- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.

12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à LICITANTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.

14. A LICITANTE se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.

15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da LICITANTE, se este for diverso do dela.

16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação da LICITAÇÃO] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

*Assinaturas dos representantes legais da LICITANTE com firmas reconhecidas.*

---

*[Nomes dos representantes legais]*

*[Razão Social da LICITANTE]*

*Assinaturas dos representantes legais da PARTICIPANTE CREDENCIADA com firmas reconhecidas.*

---

*[Nomes dos representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA]*

*[Razão Social da PARTICIPANTE CREDENCIADA]*

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: R.G.: R.G.: |

ANEXO B

TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA

*Se CONSÓRCIO, mencionar a denominação, a composição e o percentual de participação das consorciadas.*

1. TOMADOR:

1.1. LICITANTE

2. SEGURADO:

2.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO,

inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.069.044/0001-39. Situado na BR 430 km 2S Bairro Shangri-Lá, Bom Jesus da Lapa-Ba.

OBJETO DO SEGURO:

2.2. Garantir a indenização, no montante de R$ [●], no caso de a LICITANTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da LEI ou do EDITAL DE CONCESSÃO [●]/[●], incluindo a recusa em assinar o CONTRATO ou não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no EDITAL, e em qualquer das hipóteses previstas no EDITAL.

INSTRUMENTO:

2.3. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo a Circular nº 662/2022 da SUSEP.

3. VALOR DA GARANTIA:

3.1. A Apólice de seguro-garantia deverá prever o montante de indenização no valor de R$ [•] ([•] Reais).

4. PRAZO:

4.1. A Apólice de seguro-garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 01 (um) ano, a contar da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1. A Apólice de seguro-garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

(ii) Declaração da seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega de todos os documentos necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e

(iii) Que, confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela Apólice de seguro-garantia, o SEGURADO terá direito de exigir da seguradora indenização devida.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste ANEXO terão os seus significados a eles atribuídos no EDITAL.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

ANEXO XIV – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3

EDITAL Nº 001/2026

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 052/2026

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ..... 3
CAPÍTULO 1 CORRETORA CREDENCIADA ..... 5
CAPÍTULO 2 RECEBIMENTO DOS VOLUMES ..... 6
CAPÍTULO 3 GARANTIA DA PROPOSTA ..... Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO ..... Erro! Indicador não definido.
ANEXO A - CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO PROPONENTE E CORRETORA CREDENCIADA ..... Erro! Indicador não definido.
ANEXO B – APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA ..... Erro! Indicador não definido.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## INTRODUÇÃO

Este manual instrui as LICITANTES sobre as etapas da LICITAÇÃO, possuindo caráter meramente informativo e complementar ao EDITAL.

A B3 reportará à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO toda e qualquer questão decorrente de sua prestação de serviço.

As decisões finais da LICITAÇÃO competem apenas e tão somente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responsável por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.

A B3 não garante o cumprimento de nenhuma obrigação das partes envolvidas na LICITAÇÃO,

PODER CONCEDENTE, assessores, LICITANTES, PARTICIPANTES

CREDENCIADAS, não estando obrigada a honrar quaisquer pagamentos devidos, não atuando como coobrigada da parte inadimplente e não efetuando, assim, quaisquer pagamentos no lugar destas.

A B3 ressalta sua condição de assessora do PODER CONCEDENTE no âmbito da LICITAÇÃO. Sendo assim, a atuação da B3 se limita ao suporte técnico relativo aos procedimentos inerentes à LICITAÇÃO, tais como: análise de EDITAL; elaboração do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3; fornecimento de recursos e espaços para sessões realizadas na B3; fornecimento de recursos e espaços para guarda de documentação; suporte a esclarecimento de dúvidas a LICITANTES quanto a procedimentos que envolvem a B3; assessoria no recebimento, análise, manutenção, devolução e execução de GARANTIA DA PROPOSTA; suporte à análise de documentação de habilitação jurídica, técnica, econômico financeira, fiscal e trabalhista; publicação do link de acesso ao EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 no site da B3.

Em contrapartida, não compete à B3 atuar em atividades fundamentais à realização da LICITAÇÃO, nem assumir a frente ou tomar decisões indelegáveis da Administração Pública na LICITAÇÃO, sendo estas atribuições prerrogativas exclusivas do PODER CONCEDENTE, tais como publicações de cunho oficial ou vinculante; acesso ao EDITAL e seus ANEXOS; eventuais informações, eventuais outros manuais, eventual nota técnica, esclarecimentos ao EDITAL; alterações de prazos; devolução de GARANTIA DA PROPOSTA na modalidade depósito caução; crédito, liquidez, exequibilidade e execução de GARANTIA DA PROPOSTA; eventuais outras garantias; disponibilização de documentação para a consulta; saneamento de falhas ou promoção de diligências; participação ou habilitação de LICITANTES; obrigações das LICITANTES e LICITANTE VENCEDORA, eventuais acordos de acionistas, eventual liquidação, eventuais créditos, eventuais direitos de tag along e de participação, obrigações do PODER CONCEDENTE perante a LICITANTE VENCEDORA; e outras etapas da LICITAÇÃO não dispostas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

## PREVALÊNCIA DO EDITAL

Caso exista conflito entre as disposições deste documento e as do EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES

As definições utilizadas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 são as mesmas aplicadas ao EDITAL. Qualquer novo termo que porventura tenha sido usado neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 não substitui ou invalida os termos adotados pelo EDITAL, os quais sempre prevalecerão.

## DOCUMENTOS DO LEILÃO

Os documentos relativos à LICITAÇÃO serão disponibilizados conforme descrito em EDITAL.

Este MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 poderá ser obtido também no *site* da B3, em https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/leiloes/licitacoes-publicas/licitacoes/em-andamento-e-anteriores/.

## DÚVIDAS QUANTO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO LEILÃO

As PARTICIPANTES CREDENCIADAS e demais interessados na LICITAÇÃO poderão esclarecer dúvidas sobre as etapas da LICITAÇÃO descritas neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 pelo *e-mail* leiloes@b3.com.br

As dúvidas encaminhadas ao *e-mail* mencionado não se confundem com eventual impugnação, esclarecimento ou recurso ao EDITAL.

A B3 destaca que eventuais orientações fornecidas no âmbito da assessoria técnica especializada a licitações não constituem esclarecimentos ao EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CAPÍTULO 1

## CORRETORA CREDENCIADA

A LICITANTE deve ser representada por PARTICIPANTE CREDENCIADA em etapas junto à B3, conforme o EDITAL.

Sempre que houver necessidade, a B3 contatará a PARTICIPANTE CREDENCIADA e esta, por sua vez, deverá comunicar-se com a LICITANTE.

Somente pode representar a LICITANTE uma corretora ou distribuidora autorizada a operar na B3. Essa autorização pode ser confirmada em lista divulgada no *site* da B3, em http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/participantes/busca-de-participantes/.

Cada LICITANTE somente pode ser representada por uma única PARTICIPANTE CREDENCIADA e cada PARTICIPANTE CREDENCIADA somente pode exercer representação de uma única LICITANTE. Em caso de LICITANTE que venha a participar em CONSÓRCIO, a PARTICIPANTE CREDENCIADA exercerá a representação de todas as integrantes do CONSÓRCIO, o qual constitui uma única LICITANTE.

## CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A CORRETORA CREDENCIADA E A LICITANTE

Para formalizar esta intermediação, a LICITANTE deve firmar contrato com uma PARTICIPANTE CREDENCIADA, nos termos do Anexo A deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, devendo este documento ser apresentado no interior do ENVELOPE 1.

O documento deve ser assinado pelo representante legal da LICITANTE e por representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA, por duas testemunhas e possuir reconhecimento em cartório das firmas dos signatários, ou assinado digitalmente, na forma disposta no EDITAL. Os poderes dos signatários da PARTICIPANTE CREDENCIADA poderão ser comprovados mediante consulta do cadastro no sistema da B3. Caso a PARTICIPANTE CREDENCIADA não tenha cadastro na B3, seu cadastro esteja desatualizado, ou ainda, caso seus signatários do contrato de intermediação não estejam cadastrados no sistema da B3, a PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá apresentar a comprovação dos poderes dos signatários no ENVELOPE 1, conforme EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## REPRESENTAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA

Os poderes dos representantes legais das PARTICIPANTE CREDENCIADA não serão verificados no sistema da B3. Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela PARTICIPANTE CREDENCIADA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

Caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA esteja desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação, conforme aplicável.

Na ausência da atualização cadastral da PARTICIPANTE CREDENCIADA junto à **B3**, deverão ser entregues pela PARTICIPANTE CREDENCIADA documentos que comprovem seus poderes de representação, **em apartado de qualquer** ENVELOPE, uma vez que o ENVELOPE 1 somente será aberto após a identificação de poderes suficientes para a prática desse ato.

Não é necessário estar habilitado como operador de mesas de Bolsa para atuação como representante da PARTICIPANTE CREDENCIADA, bastando ser mandatário desta.

## CAPÍTULO 2

## RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

Conforme previsto no item 13.1 do EDITAL, as LICITANTES, devidamente representadas por PARTICIPANTE CREDENCIADA, deverão entregar os ENVELOPES 1, 2 e 3, nas datas e horários estabelecidos no EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A documentação deverá ser entregue presencialmente na B3, no endereço abaixo, observados a data e o horário previstos no EDITAL:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo, SP, Brasil

## REPRESENTAÇÃO

Os documentos devem ser entregues por meio de representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA da LICITANTE.

Os poderes de representação serão verificados via sistema da B3. Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria PARTICIPANTE CREDENCIADA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

Caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA esteja desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação, conforme aplicável.

Apenas caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA presente no momento da ENTREGA DOS ENVELOPES junto à B3 não esteja atualizado, deverão ser entregues pela PARTICIPANTE CREDENCIADA documentos que comprovem seus poderes de representação, em apartado de qualquer ENVELOPE, uma vez que o ENVELOPE 1 somente será aberto após a identificação de poderes suficientes para a prática desse ato.

Ao final do aporte, para que seja concluído, a PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá assinar, juntamente com a B3, o protocolo de recebimento em pelo menos duas vias, sendo que a B3 reterá uma das vias.

Ainda, em estando o cadastro desatualizado, a PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá providenciar sua atualização, antecipadamente, junto à área de Cadastro da B3, ficando dispensada a apresentação de seus documentos de comprovação de poderes acima mencionada. Não é necessário estar habilitado como operador de mesas de Bolsa para atuação como representante da PARTICIPANTE CREDENCIADA, bastando ser mandatário desta.

## ANÁLISE DOS ENVELOPES



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Após a entrega dos ENVELOPES, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com o apoio da B3, procederá, em ambiente reservado, à abertura e à análise dos ENVELOPES 1 e 2, que contêm, respectivamente, a GARANTIA DA PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme os itens 17.7 e 17.8 do EDITAL.

A análise de documentos poderá ser realizada em conjunto pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pela B3. Toda e qualquer decisão a respeito da aptidão das LICITANTES compete única e exclusivamente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

Até o dia anterior à SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3, o resultado da análise dos documentos contidos nos ENVELOPES 1 e 2 será divulgado no sítio eletrônico do CDS VELHO CHICO, com as respectivas motivações na hipótese de não aceitação, conforme o item 17.12 do EDITAL.

Os documentos analisados pela B3 ficarão sob sua guarda para posterior arquivamento do projeto.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CAPÍTULO 3 GARANTIA DA PROPOSTA

MODALIDADES ACEITAS

A GARANTIA DA PROPOSTA pode ser aportada, conforme instruções a seguir, nas seguintes modalidades:

- Apólice de Seguro Garantia;
- Carta de Fiança Bancária;
- Título Público Federal;
- Depósito Caução (Caução em Dinheiro); e/ou
- Títulos de Capitalização.

REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES

DEPÓSITO ESPECÍFICO

As LICITANTES devem realizar depósito de garantia específico para a participação na LICITAÇÃO. Eventual garantia depositada junto à B3 para outras operações das PARTICIPANTES CREDENCIADAS ou das LICITANTES não integrará a GARANTIA DA PROPOSTA da LICITAÇÃO.

MOEDA

A GARANTIA DA PROPOSTA deve ser emitida em moeda corrente nacional, Real.

OBJETO

Assegurar a manutenção das PROPOSTAS DE PREÇO apresentadas pelas LICITANTES durante a LICITAÇÃO.

VALOR



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A LICITANTE deve aportar GARANTIA DA PROPOSTA, conforme o valor disposto no item 14.1 do EDITAL.

DENOMINAÇÃO
Se a LICITANTE participar isoladamente, o instrumento de garantia deverá possuir como tomador/afiançado/titular/depositário a denominação social própria.

CONSÓRCIO
Se a LICITANTE participar em CONSÓRCIO, não será aceita GARANTIA DA PROPOSTA que utilize como tomador/afiançado/titular/depositário o nome de CONSÓRCIO, tendo em vista que CONSÓRCIOS não possuem personalidade jurídica. Nesse caso, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser entregue:

- Em somente um instrumento em razão social de uma CONSORCIADA; ou
- Em instrumentos distintos cada um em razão social de uma CONSORCIADA, de maneira que a soma desses atinja o valor mínimo indicado no item 14.1 do EDITAL.

Se a LICITANTE participar em CONSÓRCIO, é admissível o aporte do montante total da GARANTIA DA PROPOSTA segregado entre as CONSORCIADAS, independente do percentual de suas participações no CONSÓRCIO, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha pelas demais CONSORCIADAS de modalidade diversa. Também é permitida a entrega de uma única GARANTIA DA PROPOSTA, correspondente ao valor integral da garantia, por uma única CONSORCIADA.

Em todos os casos, a GARANTIA DA PROPOSTA deve assegurar a responsabilidade do CONSÓRCIO, sendo vedado o instrumento que garanta apenas a participação de parte das CONSORCIADAS. O nome do CONSÓRCIO, as razões sociais de todas as CONSORCIADAS e seus percentuais de participação devem constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

FUNDO DE INVESTIMENTO



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Em caso de fundo de investimento, a GARANTIA DA PROPOSTA deve estar em nome do administrador do fundo.

O nome do fundo de investimento deve constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

PRAZO

Conforme o item 14.2 do EDITAL, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, e conter cláusula de prorrogação, por igual período, para a hipótese de prorrogação da validade da PROPOSTA.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022, a apólice deverá compreender as 24 (vinte e quatro) horas, tanto da data de início da sua vigência, qual seja, a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, quanto da data de fim de vigência.

VALORAÇÃO E MANUTENÇÃO

A B3 acompanhará a valoração das GARANTIAS DE PROPOSTA e informará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso avalie que quaisquer destas sofreram ou estão por sofrer deterioração no valor ou na qualidade, de maneira que a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá estabelecer um prazo para que a LICITANTE promova o reforço ou a substituição da GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL.

SUBSTITUIÇÃO

Após a data e o horário limite para depósito da GARANTIA DA PROPOSTA, na DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, essas somente poderão ser modificadas ou substituídas por outras garantias aceitas, conforme previsto no EDITAL e neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, mediante expressa e prévia anuência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou no momento de sua renovação, e para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

A B3 somente procederá à devolução das garantias substituídas após a efetivação do depósito das garantias substitutas.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A B3 somente efetuará qualquer movimentação de GARANTIA DA PROPOSTA depositada com ordem expressa e formal da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

DEVOLUÇÃO

As devoluções das garantias aportadas serão autorizadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO conforme especificações do item 14.5 do EDITAL.

A devolução da GARANTIA DA PROPOSTA ocorrerá por intermédio da PARTICIPANTE CREDENCIADA da LICITANTE junto à B3, nas modalidades Apólice de Seguro Garantia, Carta de Fiança Bancária e Título Público Federal. Quando autorizada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a B3 entrará em contato com as PARTICIPANTES CREDENCIADAS para operacionalização da devolução das garantias aportadas.

EXECUÇÃO

A GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, com apoio operacional da B3. Sempre que se verificar uma ou mais hipóteses aventadas na lei e no EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO terá a prerrogativa de executar GARANTIA DA PROPOSTA, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas apólices de seguro-garantia que atendam aos seguintes requisitos:

- A Seguradora seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- A apólice indique a LICITANTE como tomadora, observadas as regras específicas;
- A apólice indique o PODER CONCEDENTE, como beneficiário;
- A apólice de seguro-garantia deverá ser emitida nos termos do modelo constante do Anexo B – Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia deste Manual de Procedimentos da B3, conforme o item 14.3.4, inciso (iii), do EDITAL;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a instituição seguradora de suas responsabilidades;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Estejam em conformidade com a Circular Susep 662, de 11 de abril de 2022 e demais condições vigentes estipuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- As apólices de seguro-garantia com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da seguradora ou da SUSEP.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade apólice de seguro-garantia segue-se as instruções:

- A LICITANTE solicitará a emissão de apólice de seguro-garantia à instituição seguradora, preferencialmente cadastrada previamente na B3, observados os critérios estipulados

neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 e no EDITAL;

- A apólice de seguro-garantia deverá constar do ENVELOPE 1;
- A apólice deverá conter certificação digital, admitidas as apólices com assinaturas à caneta com firmas reconhecidas ou com assinaturas eletrônicas; e
- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DA APÓLICE DE SEGURO GARANTIA NA B3

Para comprovação dos poderes dos signatários do seguro-garantia, as LICITANTES poderão utilizar-se como signatários das apólices de seguro-garantia os administradores cadastrados e passíveis de verificação no *site* da SUSEP.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria EMISSORA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Caso a instituição não tenha efetuado ou atualizado seu cadastro na B3, os documentos deverão constar no ENVELOPE 1.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas cartas de fiança bancária que atendam aos requisitos do item 14.3.5 do EDITAL e instruções deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

- A carta de fiança bancária indique a LICITANTE como afiançada, observadas as regras específicas;
- A carta de fiança bancária indique o PODER CONCEDENTE como beneficiário;
- As obrigações da carta de fiança bancária sejam perante o PODER CONCEDENTE;
- A instituição fiadora seja banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizada a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- A Instituição fiadora observe as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
- A instituição fiadora seja instituição financeira classificada entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B” na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors;
- A instituição fiadora possua o sistema EMVIA da Embratel para que a B3 verifique a autenticidade da carta de fiança bancária;
- A carta de fiança bancária seja entregue em sua forma física original;
- A carta de fiança bancária seja assinada a punho e tenha as firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas, devendo ainda possuir rubrica nas demais páginas e no verso;
- A carta de fiança bancária tenha assinatura de duas testemunhas;
- Sejam respeitadas as diretrizes do item 14.3.5 do EDITAL;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Seja utilizado o modelo constante do ANEXO – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA; e
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a instituição fiadora de suas responsabilidades.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade carta de fiança bancária segue-se a rotina:

- A carta de fiança bancária deverá ser apresentada em sua via original, sendo vedadas cópias de qualquer natureza;
- A carta de fiança bancária deverá estar contida no ENVELOPE 1; e
- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DA FIANÇA BANCÁRIA NA B3

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, faculta-se a utilização do cadastro da instituição emissora na B3, conforme indicações a seguir.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria emissora, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.

Caso a instituição:

- não possua cadastro e queira cadastrar-se, deverá solicitar o seu cadastro nos termos do item 1. Acesso à Plataforma, a. Empresas candidatas a participantes, do
  Manual de Navegação; ou



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- não possua cadastro esteja atualizado na B3 em tempo hábil, as LICITANTES poderão, alternativamente (i) apresentar Certidão dos Administradores, emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia; ou (ii) apresentar comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, conforme o caso. Os documentos poderão constar no ENVELOPE de Garantia da Proposta e/ou ser enviados por e-mail, em possuindo certificação digital, conforme o caso.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

TÍTULOS ACEITOS

- Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN);
- Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT);
- Notas do Tesouro Nacional série B (NTN – B);
- Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN – B Principal);
- Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional- série C – NTN-C); ou
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional- série F – NTN-F).

FORMA DE TRANSFERÊNCIA E APORTE

O bloqueio escritural de Título Público Federal será feito mediante a seguinte rotina:

- As LICITANTES detentoras de carteira própria de Títulos Públicos Federais deverão proceder ao seu aporte em garantia mediante a transferência desses títulos, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema.
- A LICITANTE solicitará, à instituição financeira a que esteja vinculada sua posição de títulos no SELIC, que esta providencie a transferência junto ao sistema para a B3. Não necessariamente a instituição financeira que possui a posição de títulos é



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a PARTICIPANTE CREDENCIADA contratada pela LICITANTE para representá-la na LICITAÇÃO.

- As seguintes informações devem ser enviadas pela LICITANTE para a B3:
  - Dados dos títulos que estão sendo transferidos;
  - Razão social e código da instituição financeira na qual a LICITANTE detém sua posição de títulos; e
  - Código de cliente e da conta da LICITANTE no Sistema de Garantias da B3 (NGA);
- Os títulos devem ser transferidos pela instituição financeira através de uma "operação sem financeiro", denominada "1023", no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, à execução do comando de transferência.
- A PARTICIPANTE CREDENCIADA envia para a B3 as informações sobre os títulos que estão sendo transferidos. A B3 providencia a correspondência do lançamento no SELIC e acompanha a sua atualização para confirmar o depósito no Sistema de Garantias.
- Após esse procedimento, a B3 registra a transferência no Sistema de Garantias da B3 (NGA). As corretoras que intermediaram a transferência dos títulos podem confirmá-la por meio do site https://clearing3.bvmfnet.com.br/Garantias/.
- A entrega da GARANTIA DA PROPOSTA será confirmada digitalmente através de sistema da B3.

Em virtude dos prazos de transferência do SELIC, somente serão aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, títulos disponíveis, sob a guarda da B3, naquele sistema, até o prazo limite da

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES descrita no EDITAL.

VALORAÇÃO

Os Títulos Públicos Federais transferidos para a conta de garantia da B3 estarão sujeitos à valoração diária para apuração de seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e apurado pela B3.

Casos omissos serão tratados diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. A B3 poderá informar a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a qualquer momento, a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

necessidade da recomposição de títulos com a intenção de manter inalterado o valor exigido pelo
EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO EM DINHEIRO

A aceitação da comprovação do depósito é feita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, não tendo a B3 qualquer responsabilidade por esse ato. A B3 também não se responsabilizará pela devolução da GARANTIA DA PROPOSTA que for depositada na forma de caução em dinheiro, devendo a LICITANTE contatar diretamente a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para instruções.

FORMA DE ENTREGA

A GARANTIA DA PROPOSTA deve ser entregue mediante a inclusão do comprovante de depósito em seu formato original no ENVELOPE 1.

FORMA DE DEPÓSITO E APORTE

A LICITANTE não efetua o aporte junto à B3. O aporte deve ser efetuado conforme descrito no item 14.3.1.1, do EDITAL.
Em razão do prazo de compensação, somente serão aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, os recursos sob a guarda da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO até o prazo limite da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES descrita no EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO
FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitos títulos de capitalização por pagamento único, com resgate pelo valor total, desde que:

- A Sociedade de Capitalização não esteja sob regime de direção fiscal, intervenção ou



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

liquidação extrajudicial;

- A Sociedade de Capitalização seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- O título indique a LICITANTE como titular, observadas as regras específicas aplicáveis a consórcios e fundos;
- O título indique o PODER CONCEDENTE como cessionária e indique o valor total de resgate no valor da GARANTIA DE PROPOSTA;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a LICITANTE ou a Sociedade de Capitalização de suas responsabilidades;
- Sigam estritamente a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 384/2020 e a Circular Susep nº 656/2022 e demais condições vigentes estipuladas pelos reguladores;
- Os títulos sejam emitidos eletronicamente com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da Sociedade de Capitalização e/ou da SUSEP;
- Os Títulos de Capitalização emitidos eletronicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização passíveis de verificação de sua autenticidade; e
- Os Títulos de Capitalização emitidos fisicamente possuam assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização com reconhecimento de firma.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade Títulos de Capitalização, segue-se a rotina:

- A LICITANTE solicitará a emissão do título à sociedade de capitalização de sua preferência, possivelmente previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 e no EDITAL;
- A PARTICIPANTE CREDENCIADA entregará o título de capitalização no ENVELOPE 1; e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- A B3 assessorará a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA DO TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, faculta-se a utilização do cadastro da instituição emissora na B3, conforme indicações a seguir.
As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria emissora, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do Manual de Navegação.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação.
Caso a instituição:

- não possua cadastro e queira cadastrar-se, deverá solicitar o seu cadastro nos termos do item 1. Acesso à Plataforma, a. Empresas candidatas a participantes, do Manual de Navegação; ou
- não possua cadastro atualizado na B3 em tempo hábil, as LICITANTES poderão, alternativamente (i) apresentar Certidão dos Administradores, emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia; ou (ii) apresentar comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, conforme o caso. Os documentos poderão constar no ENVELOPE de GARANTIA DA PROPOSTA e/ou ser enviados por e-mail, em possuindo certificação digital, conforme o caso.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CAPÍTULO 4
SESSÕES PÚBLICAS DA LICITAÇÃO

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO

O ENVELOPE 3 – PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta conforme modelo do ANEXO XIII do EDITAL.

Na SESSÃO PÚBLICA haverá a abertura dos ENVELOPE 3 e classificação das PROPOSTAS, conforme EDITAL.

A LICITANTE com a melhor PROPOSTA DE PREÇO, ou seja, aquela que ofertar o menor multiplicador K ao final da fase de lances será considerada a mais bem classificada, conforme os itens 16.6, 16.7 e 17.15 do EDITAL.

REGRAS GERAIS

A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO será conduzida pela B3 em suas dependências, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL, no endereço indicado no EDITAL.

A sessão será transmitida publicamente ao vivo, no horário de seu início, no site www.tvB3.com.br.

Na SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO, a intermediação entre a B3 e a LICITANTE deve ser realizada pela PARTICIPANTE CREDENCIADA.

Cada PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá indicar, até o segundo dia útil anterior às SESSÕES PÚBLICAS, pelo e-mail leiloes@B3.com.br, os membros da LICITANTE que estarão presentes no recinto.

O acesso à área restrita a investidores será controlado para garantir a isonomia, o sigilo das comunicações e o conforto dos presentes na SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO.

DINÂMICA

O DIRETOR DA SESSÃO fornecerá as informações necessárias para a condução e o bom entendimento do procedimento, nos termos do EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Na SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3 – PROPOSTA DE PREÇO, o DIRETOR DA SESSÃO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, conduzirá os atos previstos no item 17 do EDITAL, inclusive a eventual disputa de lances à viva-voz.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A LICITANTE que apresentar a melhor proposta de preço será considerada a melhor classificada.

O sistema da B3 exibirá, no recinto da SESSÃO PÚBLICA, os valores das propostas recebidas e a classificação.

EMPATE

Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS DE PREÇO, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme os itens 17.20, 17.20.1 e 17.20.2 do EDITAL.

RESULTADO FINAL

Obedecendo-se a todas as fases anteriores, a LICITANTE melhor classificada será imediatamente declarada pelo DIRETOR DA SESSÃO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CAPÍTULO 5

HABILITAÇÃO

ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Após a entrega dos ENVELOPES 1, 2 e 3, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com o apoio da B3, procederá, em ambiente reservado, à abertura dos ENVELOPES 1 e 2 e à análise da GARANTIA DA PROPOSTA, dos DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme os itens 17.7 a 17.12 do EDITAL.

Somente serão abertos, na SESSÃO PÚBLICA, os ENVELOPES 3 das LICITANTES cujos ENVELOPES 1 e 2 tenham sido aceitos, nos termos dos itens 17.11 a 17.13 do EDITAL.

O resultado da análise dos documentos contidos nos ENVELOPES 1 e 2 será divulgado no sítio eletrônico do CDS VELHO CHICO até o dia anterior à SESSÃO PÚBLICA destinada à abertura e à classificação dos ENVELOPES 3, conforme o item 17.12 do EDITAL.

As LICITANTES que não atenderem aos requisitos do EDITAL relativamente aos ENVELOPES 1 e 2 poderão ser inabilitadas, conforme o item 17.8 do EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

CAPÍTULO 6

REMUNERAÇÃO DA B3

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA B3

Nos termos dos itens 16.5, "f", e 23.2.6 do EDITAL, a ADJUDICATÁRIA deverá ressarcir a B3 no valor de R$ 750.220,93 (setecentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais e noventa e três centavos), com data-base de novembro de 2025, atualizado monetariamente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento, conforme as orientações deste MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

Após a adjudicação do objeto da LICITAÇÃO, a B3 emitirá, contra a PARTICIPANTE CREDENCIADA que representou a LICITANTE VENCEDORA, boleto de cobrança bancária para pagamento em até 15 (quinze) dias contados de sua emissão, devendo este ser pago impreterivelmente antes da assinatura do CONTRATO.

No caso de a ADJUDICATÁRIA não efetuar o pagamento na forma prevista, em decorrência de fato não atribuível à B3, aos valores devidos serão acrescidos multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata tempore, calculados desde o dia do vencimento do boleto até a data da efetiva liquidação, sem prejuízo da execução da GARANTIA DA PROPOSTA, subsistindo o inadimplemento.

O valor será atualizado anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao
Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou na falta deste, pelo índice de atualização que venha a substituí-lo, tendo como data base novembro/2025.

A B3 confirmará o recebimento de sua remuneração à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, atestando o cumprimento da presente condição prévia de assinatura do CONTRATO.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

ANEXO A

CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO LICITANTE E PARTICIPANTE CREDENCIADA

*[local], [dia] de [mês] de [ano].*

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL Nº 001/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA

EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.

Na melhor forma de direito, as partes:

[D*enominação social da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], sociedade corretora/distribuidora com sede na [*sede social da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], inscrita no CNPJ/MF [*CNPJ da PARTICIPANTE CREDENCIADA*], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PARTICIPANTE CREDENCIADA; e

[*Denominação social da LICITANTE*], com sede na [*sede social da LICITANTE*], inscrita no CNPJ/MF [*CNPJ da LICITANTE*], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada LICITANTE;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação da LICITANTE na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

1. A LICITANTE e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:

- EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3;
- Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
- Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
- Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.

2. Se comprometem a entregar, a LICITANTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e prazos da LICITAÇÃO:

- GARANTIA DA PROPOSTA;
- ENVELOPES 1, 2, e 3; e
- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.

3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica desde já, neste ato, os seguintes operadores para atuarem nas sessões públicas da LICITAÇÃO:

- Operador principal: [*Nome completo do operador*], inscrito no CPF [*número do CPF do operador*]; e
- Operador contingência: [*Nome completo do operador*], inscrito no CPF [*número do CPF do operador*].

3.1. É permitida a substituição ou inclusão de operadores para atuarem nas sessões públicas da licitação, independentemente de aditamento do presente contrato.

3.2. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada,

30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, junto ao DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da sessão pública de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

5. A taxa de corretagem devida pela LICITANTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em *[condições comerciais acordadas entre as partes]*.

6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da LICITANTE na lista de aptos e/ou habilitados para a LICITAÇÃO, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

7. A LICITANTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

8. A execução de GARANTIA DA PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela LICITANTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.

9. A LICITANTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais LICITANTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da LICITANTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

10. O presente Contrato vigerá até a ocorrência de ambos os eventos:

- retirada de GARANTIA DA PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à LICITANTE; e
- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.

12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à LICITANTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.

14. A LICITANTE se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.

15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da LICITANTE, se este for diverso do dela.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação da LICITAÇÃO] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

*Assinaturas dos representantes legais da LICITANTE com firmas reconhecidas.*

*[Nomes dos representantes legais]*

*[Razão Social da LICITANTE]*

*Assinaturas dos representantes legais da PARTICIPANTE CREDENCIADA com firmas reconhecidas.*

*[Nomes dos representantes da PARTICIPANTE CREDENCIADA]*

*[Razão Social da PARTICIPANTE CREDENCIADA]*

Testemunhas:

Nome: Nome: R.G.: R.G.:

ANEXO B

TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA

*Se CONSÓRCIO, mencionar a denominação, a composição e o percentual de participação das consorciadas.*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

1. TOMADOR:

1.1. LICITANTE

2. SEGURADO:

2.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO,

inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.069.044/0001-39. Situado na BR 430 km 2S Bairro Shangri-Lá, Bom Jesus da Lapa-Ba.

OBJETO DO SEGURO:

2.2. Garantir a indenização, no montante de R$ [●], no caso de a LICITANTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da LEI ou do EDITAL DE CONCESSÃO [●]/[●], incluindo a recusa em assinar o CONTRATO ou não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no EDITAL, e em qualquer das hipóteses previstas no EDITAL.

INSTRUMENTO:

2.3. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo a Circular nº 662/2022 da SUSEP.

3. VALOR DA GARANTIA:

3.1. A Apólice de seguro-garantia deverá prever o montante de indenização no valor de R$ [•] ([•] Reais).

4. PRAZO:

4.1. A Apólice de seguro-garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 01 (um) ano, a contar da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

5.1. A Apólice de seguro-garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

(i) Declaração da seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

(ii) Declaração da seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega de todos os documentos necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e

(iii) Que, confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela Apólice de seguro-garantia, o SEGURADO terá direito de exigir da seguradora indenização devida.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste ANEXO terão os seus significados a eles atribuídos no EDITAL.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ESTUDOS DE DEMANDA E ENGENHARIA

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ABNT** | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| **ABRELPE** | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| **ANA** | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| **ANVISA** | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| **CDR** | Combustível derivado de resíduos sólidos |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EPI** | Equipamento de Proteção Individual |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estágio de Transferência de Resíduos |
| **EVTE** | Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-financeira |
| **GPS** | Sistema de Posicionamento Global |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **ICMBIO** | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| **IN** | Instrução Normativa |
| **kg/hab/dia** | quilograma por habitante por dia |
| **Km** | Quilômetro |
| **LNSB** | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| **MCIDADES** | Ministério das Cidades |
| **MDR** | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| **MMA** | Ministério do Meio Ambiente |
| **NBR** | Norma Brasileira |
| **NR OS** | Norma Regulamentadora Ordem de Serviço |
| **OS** | Ordem de Serviço |

| | |
|---|---|
| **PEAD** | Polietileno de alta densidade |
| **PEBD** | Polietileno de baixa densidade |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PET** | Tereftalato de polietileno |
| **PEV** | Ponto de Entrega Voluntária |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **ProteGeer** | Cooperação para Proteção do Clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDC** | Resolução de Diretoria Colegiada |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SPDA** | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas |
| **t/ano** | Tonelada por ano |
| **t/dia** | Tonelada por dia |
| **t/mês** | Tonelada por mês |
| **TEP** | Tarifa do Ente Público |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Estudo de Demanda e Engenharia integra o conjunto de estudos técnicos destinados a subsidiar a modelagem e a estruturação do projeto de parceria público-privada dos serviços de manejo e gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO)**.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**. Para os fins deste estudo, foram considerados os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará, integrantes do **CDS VELHO CHICO**, que aderiram ao projeto.

O marco do projeto é a implantação, operação e manutenção do *"Parque do Sol Velho Chico"*, cujo conceito é agrupar soluções tecnológicas

que possibilitem a recuperação de matéria e energia antes do processo de disposição final dos resíduos, minimizando os impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, a exemplo do aterramento de todos os resíduos em lixões.

Os estudos estabeleceram a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final apenas dos rejeitos.

A destinação final agregará as melhores técnicas de reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, possibilidade de estudo para viabilidade de aproveitamento energético, inclusão social dos catadores na cadeia produtiva e disposição final apenas dos rejeitos.

O Parque do Sol Velho Chico receberá tecnologias para prestar serviços, objetivando a valorização dos resíduos, a exemplo de: (i) serviços de recebimento, triagem e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (RDO) gerado nas zonas urbana e rural; (ii) central de tratamento mecânico biológico; (iii) operação da unidade de compostagem; (iv) estação de transferência e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. Serão implantados um centro de educação ambiental, trilhas ecológicas e um viveiro de mudas para receber a comunidade local e visitantes.

Para fins de estabelecimento das tarifas cobradas pela prestação dos serviços, objeto da futura concessão, serão observadas as diretrizes estabelecidas na Norma Regulamentadora (NR) nº 01/2021, aprovada pela Resolução 79/2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a fim de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços e a modicidade tarifária.

A tarifa denominada de **TARIFA DO USUÁRIO FINAL** (**TUF**) seguirá a NR 01/2021 da ANA, englobando os resíduos domésticos e os resíduos originários de atividades comerciais em quantidades similares aos resíduos domésticos, desde que não estejam enquadrados em norma legal ou de conduta, que atribua a responsabilidade ao seu gerador.

A **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**) representará os valores pagos diretamente pelos municípios que aderirem aos serviços relativos aos resíduos dos serviços de saúde (RSS), resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos públicos urbanos (RPU) gerados pelos estabelecimentos públicos.

As receitas acessórias ou alternativas advirão da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, englobando, mas não se limitando, ao manejo dos resíduos de atividades comerciais de estabelecimentos privados classificados como grandes geradores, em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores. Do valor da receita acessória aferida pela prestação desses serviços pela Concessionária, o percentual de 3,00% (três) será revertido em favor da modicidade tarifária, nos termos do Contrato de Concessão.

## 2. OBJETIVOS

O principal objetivo do estudo é o atendimento à política nacional de resíduos sólidos (PNRS), por meio da estruturação da gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos. O desenvolvimento do modelo para otimização econômica, social e ambiental da logística operacional para atendimento da área de interesse compreendeu:

a) seleção de áreas para implantação da infraestrutura operacional das estações de transferência de resíduos (ETR) e da central de valorização de resíduos (CVR);
b) simulador de cenários para o dimensionamento dos recursos necessários;
c) extração de dados dos cenários, como total de quilômetros, horas e contêineres para armazenamento dos resíduos para orçamentação;
d) ampliação da participação da sociedade na gestão dos resíduos sólidos urbanos;
e) inclusão formal dos catadores;
f) redução dos riscos de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente;

g) redução dos riscos existentes, mediante o manejo adequado dos resíduos sólidos.

## 3. FONTES UTILIZADAS NOS ESTUDOS

As fontes utilizadas para pesquisa e levantamento de dados foram as seguintes:

a) Setores censitários do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) – censo demográfico 2010;
b) Estudo de regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos (ERGIRS-BA);
c) Programa de aceleração do crescimento (PAC) 1 - Diagnóstico ambiental e social;
d) Programa de aceleração do crescimento (PAC) 2 - Foco em coleta seletiva, tratamento e destinação final;
e) Projeção populacional - IBGE (2021);
f) Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-BA);
g) Mapas do Openstreetmap;
h) API do Google Maps (Places);
i) Mapa de unidades de conservação – Ministério do Meio Ambiente (MMA);
j) Mapa de hidrografia e rodovias (IBGE);
k) Panorama de resíduos sólidos no Brasil (ABREMA);
l) Dados levantados em campo;
m) Dados fornecidos pelos Municípios do **CDS VELHO CHICO**;
n) Normas Técnicas;
o) Legislações Vigentes;
p) Termos de Referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

## 4. TECNOLOGIA UTILIZADA NA MODELAGEM

Para o desenvolvimento da modelagem foram utilizados recursos baseados no conceito de software livre. O sistema utilizou-se das melhores

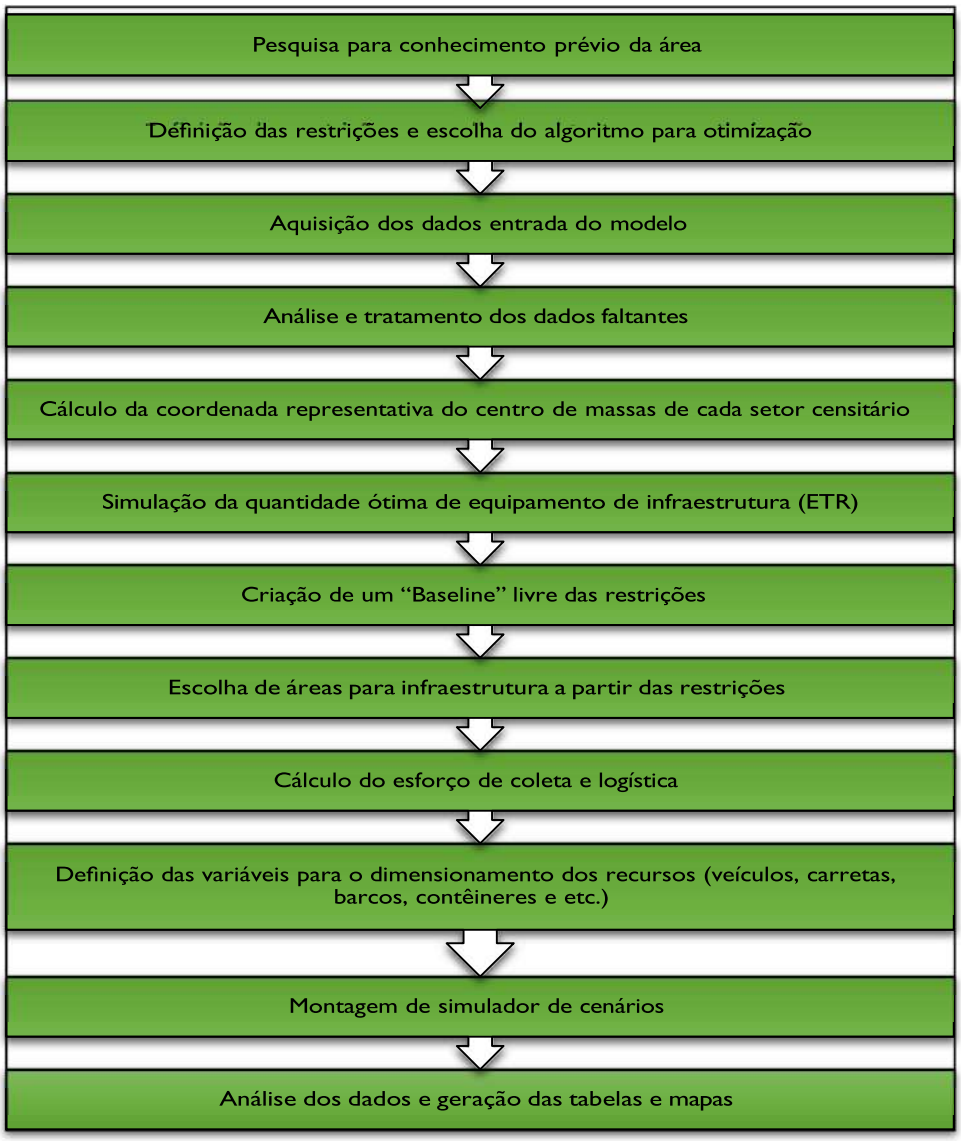
práticas e de bibliotecas aplicadas à logística, que se encontram no estado da arte da tecnologia.

As limitações do modelo estão relacionadas à qualidade dos mapas disponíveis e ao período de mais de 10 (dez) anos decorridos desde o último censo do IBGE. Neste sentido, optou-se por ajustar os dados com base na taxa de produção de resíduos e manter inalterados esses quantitativos, permitindo a padronização para análise dos planos de operação.

## 5. ETAPAS DA MODELAGEM

A modelagem seguiu o seguinte fluxo:

Figura 1 - Fluxo das etapas de modelagem



## 6. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para o estudo de demanda e engenharia seguirá as normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstas no art. 10, da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), na Portaria nº 557 de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), e em outras normas pertinentes.

Utilizou-se os setores censitários com o esforço de operação para a execução dos serviços, tanto do ponto de vista da operação interna de cada setor, quanto do ponto de vista da logística entre os setores e as bases de operação.

O fator principal de restrição para o dimensionamento dos recursos a serem investidos foi o tempo, admitindo-se o trabalho mensal de 190 horas em 26 dias, aproximadamente 7,33 horas decimais por dia, com um ciclo semanal de 6 dias trabalhados. Também foram adotados outros fatores de restrição para implantação da infraestrutura operacional, tais como:

a) a distância máxima para a sede dos Municípios;
b) a escolha dos locais para instalação da estrutura operacional deveria priorizar áreas em vias com boa infraestrutura e de fácil acesso; e
c) imposições legais contidas na Lei nº 9.985/2000 e na Lei nº 12.651/2012.

Com a análise prévia dos dados, ficou caracterizado que a variável de maior custo operacional corresponderá às distâncias, e não ao volume de resíduos.

## 7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A análise de diagnóstico da situação atual foi feita através de vistorias técnicas in loco e levantamento de dados em todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto. A referida análise corresponde ao estudo, pesquisas e levantamento de informações

relacionadas a demandas de engenharia, logística e infraestrutura, a fim de obter informações dos possíveis riscos e das possibilidades, tendo como principal objetivo a estruturação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos municípios.

## 7.1. ESTRUTURA ATUAL

### 7.1.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto são: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O **CDS VELHO CHICO** tem como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável regional, visando à melhoria da qualidade de vida da população do território Velho Chico do Estado da Bahia e adjacências. Sua finalidade específica é a atuação nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, saúde, educação, cultura e esporte, assistência, inclusão e direitos humanos, segurança pública e fortalecimento institucional.

É de suma importância a participação do **CDS VELHO CHICO** para equalizar problemas de ordem econômico-financeira que impedem o avanço dos investimentos relacionados à gestão dos resíduos sólidos, a fim de buscar uma solução que contemple todos os 5 (cinco) municípios consorciados.

Para os municípios de menor porte, seria inviável realizar o planejamento e a implementação do projeto, além da gestão e do monitoramento do sistema integrado de resíduos sólidos, sem se associar a outros Municípios.

Atualmente alguns Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** possuem contratos com empresas terceirizadas para prestação de parte dos serviços de limpeza urbana. O objetivo do consórcio é articular ações voltadas à concretização da Política Territorial de Resíduos Sólidos, buscando alternativas consorciadas para os Municípios da região que aderirem ao programa.

### 7.1.2. GESTÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS

Os serviços de coleta e de limpeza pública dos 5 (cinco) municípios integrantes da iniciativa são realizados através de empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras.

### 7.1.3. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O estudo abordará os Resíduos Sólidos Urbanos, que incluem Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e Resíduos Públicos Urbanos (RPU); resíduos da Construção e Demolição (RCD); Resíduos do Serviço de Saúde (RSS); e Coleta Seletiva (CS), englobando as áreas urbanas e rurais.

#### 7.1.3.1. RESÍDUOS DOMICILIARES NOS MUNICÍPIOS

Com um total de 98.749 mil habitantes, segundo o censo demográfico (**IBGE**), a população da região do **CDS VELHO CHICO** gera uma média de aproximadamente 82 (oitenta e duas) toneladas/dia de resíduos sólidos domiciliares, que atualmente são destinados aos lixões localizados nos seus municípios ou em municípios circunvizinhos, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos dos municípios abrangidos pelo **CDS VELHO CHICO** estão nos

Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA** (**GVC HOLDING S/A), AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA.**

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras localidades.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, tornando a atividade verdadeiramente inacessível.

Atualmente, a coleta e o transporte de **RDO** são realizados individualmente por cada município integrante do **CDS VELHO CHICO**, mediante a celebração de contratos administrativos típicos para terceirização dos serviços ou a locação de equipamentos para prestação direta dos serviços pelos Municípios.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Desse modo, os Municípios não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta, observa-se que, na maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média próxima de 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Quanto aos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), foi verificado que uma parte dos **RCD** são dispostos para aterrar terrenos nos Municípios.

Verifica-se, ainda, que os Municípios não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da PNRS.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

#### 7.1.3.2. TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL

Os Resíduos Sólidos Urbanos (**RSU**) provenientes da limpeza pública e da coleta domiciliar dos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** são destinados aos lixões, em contrariedade ao que dispõe a legislação ambiental vigente.

# 8. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE DEMANDA E ENGENHARIA

## 8.1. DIMENSÃO DO PROJETO

A dimensão do estudo alcançará a estruturação do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de 5 (cinco) dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O projeto seguirá as normas de referência para a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-Financeira (EVTE) previstas no art. 10, inciso I, da Lei nº 11.445/2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) e na Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES).

O estudo de demanda seguirá o previsto no art. 10 da referida portaria, que prevê o horizonte de tempo do contrato de 30 (trinta) anos. Consideramos a identificação da expectativa de demanda pelos serviços, baseada em estudos populacionais, em estudo de custos, despesas e receitas, e no referido prazo contratual.

## 8.2. ESTUDO DA GERAÇÃO PER CAPITA (KG/HAB/DIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados em 5 (cinco) dos municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, foram utilizados os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (2022); o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Com base no último censo demográfico (IBGE, 2022), estimou-se a população total dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**. A Tabela 2 apresenta a estimativa dos quantitativos de **RDO** recolhidos nos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, no ano de 2025, por Município.

**Tabela 2 - Estimativa dos quantitativos de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) recolhidos nos Municípios do CDS VELHO CHICO**

| MUNICÍPIOS | T/ANO | T/MÊS | T/DIA | KG/HAB.DIA |
|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 8.398,68 | 699,89 | 23,01 | 0,83 |
| Paratinga | 9.294,48 | 774,54 | 25,46 | 0,83 |
| Muquém do São Francisco | 3.272,76 | 272,73 | 8,97 | 0,83 |
| Morpará | 2.490,24 | 207,52 | 6,82 | 0,83 |
| Oliveira dos Brejinhos | 6.459,84 | 538,32 | 17,70 | 0,83 |
| **Total** | 29.916,00 | 2.493,00 | 81,96 | 0,83 |

O valor médio calculado está compatível com a média regional de 0,971 kg/hab/dia (ABRELPE, 2021) e com a média de 0,90 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para Municípios com

população de até 200 a 500 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado índice de população residente na zona rural, que não possui a mesma frequência de coleta das áreas urbanas.

Nas zonas rurais dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização, como adubo, ou para alimentação dos animais, são levados para a queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução.

## 8.3. PRINCÍPIOS APLICADOS AO ESTUDO

Os estudos tomaram como base os princípios e objetivos da PNRS, em especial os prescritos no art. 7º da Lei nº 12.305/2010, a saber:

*"I - Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;*

*II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;*

*III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;*

*IV - adoção, desenvolvimento E aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;*

*VII - gestão integrada de resíduos sólidos;*

*IX - Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;*

*X - regularidade, continuidade, funcionalidade E universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;*

*XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos." (BRASIL, Lei nº 12.305)*

A meta do presente estudo é reduzir progressivamente, até o final do contrato, percentual relevante do rejeito levado ao aterro sanitário, considerando para tanto o conceito de rejeito da PNRS em atendimento a Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA:

*"Os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (BRASIL, Lei nº 12.305)*

Para a redução dos rejeitos nos Municípios pertencentes **ao CDS VELHO CHICO**, serão disponibilizados:

a) O complexo Parque do Sol Velho Chico, preferencialmente no Município de Ibotirama, com a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**)
b) Unidade de Compostagem de resíduos orgânicos (UCO);

c) Estações de Transferência de Resíduos (ETR) localizadas em Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos

d) Ecopontos nas cidades;

e) Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) espalhados em todos os Municípios integrantes do consórcio.

## 8.4. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional adotado considerou o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

## 8.5. ROTA TÉCNOLÓGICA

### 8.5.1. CONCEITO SELECIONADO PARA O PROJETO

Segundo Reichert (2021), em publicação resultante de termo de cooperação para proteção do clima na gestão de resíduos sólidos urbanos (ProteGeer), na gestão de resíduos sólidos urbanos, o conceito de rota tecnológica é conjunto de processos, tecnologias e fluxos de resíduos, desde sua geração até a sua disposição final, envolvendo circuito de coleta de resíduos de forma indiferenciada e diferenciada, e contemplando tecnologias de tratamento dos resíduos com ou sem valoração energética. A rota tecnológica inicia-se com a geração dos resíduos e encerra-se com a disposição final em aterro sanitário licenciado a ser construído pela **CONCESSIONÁRIA** até o 1º ano de contrato.

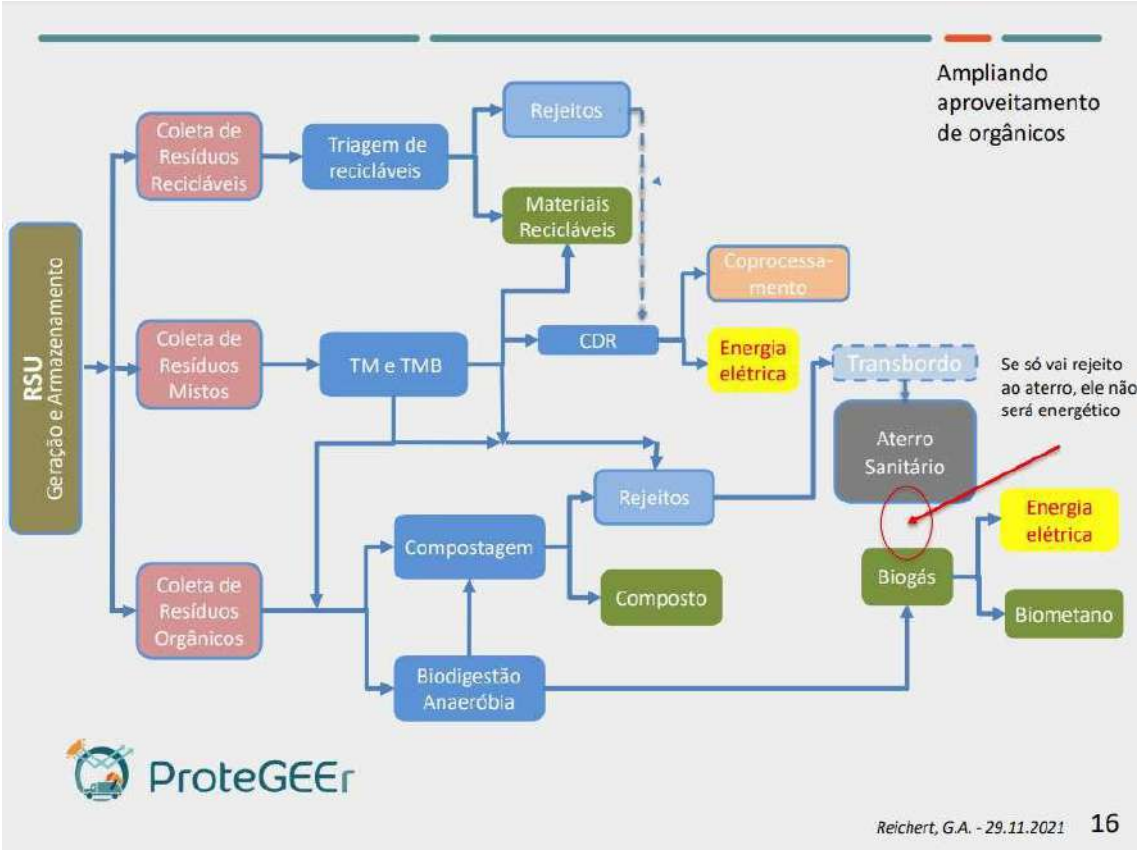
### 8.5.2. PREMISSAS E DIRETRIZES

O estudo seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:

a) conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo Município;
b) seguir com os objetivos de redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022;
c) recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
d) compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
e) avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
f) atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
g) considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
h) avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
i) criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

O estudo seguirá em busca de alcançar o fluxograma sugerido pelo ProteGeer, conforme disposto na Figura 5.

Figura 5 - Fluxograma da Rota Tecnológica adotada




Fonte: ProteGeer (2021).

### 8.5.3. DAS ROTAS TECNOLÓGICAS DEFINIDAS NO ESTUDOS

#### 8.5.3.1. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão de **RDO** fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF). A seguir, apresentamos a descrição da gestão de RDO, fundamentada nas premissas e nas diretrizes já descritas e nas etapas definidas no cronograma.

### 8.5.3.1.1. Parque do Sol Velho Chico

**a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, Operação, Encerramento e Pós-encerramento da Central de Valorização de Resíduos (CVR):**

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens a seguir, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de Limpeza Urbana e de Manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e comunicação social. A Central de Valorização de Resíduos (CVR) será composta dos itens abaixo:

- Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO)
- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado)
- Viveiro de Mudas
- Trilha Ecológica
- Centro de Educação Ambiental
- Área Administrativa
- Apoio Operacional

**a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação da Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO):**

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado “composto”. O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos,

transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

Segundo termo de referência do MDR, as Unidades de Compostagem (UCOs) constituem instalações onde são processados os resíduos orgânicos. Nelas, os resíduos orgânicos passam pela bioestabilização, por meio de compostagem aeróbia, que é o processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material fisicamente semelhante ao solo, chamado de composto, e que pode ser utilizado como biofertilizantes para produção agrícola. As UCOs compreendem áreas específicas para a recepção e o tratamento dos resíduos, a estocagem, o acondicionamento e a expedição do composto orgânico.

As UCOs deverão ser projetadas para atender até 7,50% (sete virgula cinquenta por cento) dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 (trinta) anos. Elas deverão ser dimensionadas com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).

A unidade de compostagem será implantada no complexo Parque do Sol Velho Chico e deverá conter as seguintes instalações:

- galpão com cobertura;
- área de recepção dos resíduos orgânicos;
- trituração de podas;
- pátio de compostagem propriamente dito;
- laboratório de controle do processo de compostagem (com especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários);
- peneiramento, armazenamento e expedição de composto curado;
- estacionamento para máquinas operacionais e veículos de carga.

O sistema a ser utilizado será o de leiras. Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e, trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 5,0 metros de base e de 1,5 metros a 2,0 metros de altura. Estas leiras sofrerão reviradas periódicas, para que o ar circule, permitindo a difusão do oxigênio e possibilitando uma fermentação uniforme e mais completa.

O composto para uso agronômico deverá passar por um peneiramento visando a remoção de fragmentos como plásticos, vidros e outros, podendo ser a eles adicionados outros nutrientes.

**a.2) Projeto, Licenciamento, Pré implantação, Implantação, Operação, Encerramento e Pós Encerramento da célula de aterramento de rejeitos:**

Segundo a NBR 8419/1992, da ABNT, entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

O processo de licenciamento ambiental seguirá as normas vigentes e pertinentes e o termo de referência do MDR ou do órgão licenciador de controle ambiental. Os cálculos para o dimensionamento serão para uma vida útil de 30 (trinta) anos.

Seguindo a sugestão do MDR, o projeto executivo deverá contemplar: vias internas (permanente e transitórias) de acesso à frente de operações (plantas; perfil longitudinal médio; e perfis transversais, a cada 10m); sistema de drenagem e manejo de águas pluviais; sistema de impermeabilização da base e de captação e escoamento dos efluentes líquidos; sistema de tratamento dos efluentes líquidos (inclusive detalhamento da rede de lançamento dos efluentes tratados em seu corpo receptor); sistema de captação e tratamento dos gases; plantas (globais e parciais, fase a fase) do maciço; secções, longitudinais e transversais, do maciço; poços de monitoramento da qualidade do lençol

freático; edificações necessárias (guarita, sede administrativa e de apoio ao pessoal técnico e operacional, galpão para manutenção primária e guarda de máquinas e veículos operacionais etc.); urbanização, paisagismo/revegetação e sinalização da gleba.

A distância de 30 km, indicada pelo MDR como máxima desejável em relação à região mais populosa das cidades, serviu como base para se buscar o melhor roteiro possível na região e adequar os custos de transporte. Contudo, em alguns municípios não foi possível alcançar a distância recomendada, mesmo utilizando-se estações de transferência de resíduos (ETR). Assim, recomendamos uma extensão superficial mínima de 31 hectares de gleba destinada à implantação de aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

A operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão compreende as atividades de operação, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos, bem como obras de drenagem (águas pluviais, líquidos percolados e gases), cobertura vegetal, monitoramento do maciço e das águas subterrâneas.

Deverá ser elaborado um plano, indicando como e quando o aterro sanitário licenciado fruto da concessão será encerrado, assim como os cuidados que serão mantidos após o encerramento das atividades, tais como monitoramento e controle de vetores.

A correta gestão dos resíduos, com aterramento da parcela considerada como rejeito, trará benefícios do ponto de vista técnico, econômico e socioambiental, a exemplo de:

- redução da frota para transporte dos rejeitos até a disposição final;
- redução do espaço nas células;
- aumento da vida útil total do Parque do Sol Velho Chico;
- redução dos riscos ambientais na operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão

**c) Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (ETR):**

Segundo termo de referência do MDR, as Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.

A ETRs preferencialmente deverão ser localizadas na periferia da zona urbana, em local com baixa densidade de ocupação populacional, levando-se consideração sua função essencial, de redução das distâncias de deslocamento dos veículos coletores, entre as áreas de coleta e estação de transbordo, e a função dos veículos transportadores, de deslocamento entre as ETRs e o aterro sanitário licenciado fruto da concessão, ou unidade de tratamento.

Para concepção do projeto da Estação de Transferência, deverão ser projetados, na área operacional, pátio de manobra com respectiva drenagem, sistema de tratamento das águas de lavagem do pasto, drenagem pluvial, cercamento, placa de identificação, área administrativa, sistema de segurança e estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade. Para dimensionamento do veículo a ser utilizado, deverá ser considerada capacidade volumétrica de um para dois, ou seja, cada veículo transportador deve ter capacidade volumétrica mínima correspondente ao dobro da capacidade do maior veículo coletor, devendo realizar no mínimo duas viagens por dia entre a Estação e o destino final.

A demarcação do local a ser instalada a Estação de Transferência dentro do Parque do Sol Velho Chico deverá ocorrer na fase preliminar, para elaboração de projeto e licenciamento.

No caso do CDS VELHO CHICO, justificam-se as Estações de Transferências de Resíduos, pois o local da destinação final possui uma distância superior à máxima recomendável entre alguns Municípios. Logo, essas

estações viabilizam o armazenamento temporário dos resíduos até sua disposição final.

#### 8.5.3.1.2. Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Entende-se como área degradada, segundo a instrução normativa (IN) nº 11/2014 do ICMBIO, aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, mas apenas recuperada. Extrai-se da IN que o PRAD tem como objetivo definir medidas necessárias à recuperação, ou seja, medidas que visem à restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original.

Segundo a IN 11/2014, para elaboração do PRAD, deverão ser definidas as medidas necessárias à recuperação da área degradada, fundamentadas nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impactos causados, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Segundo o termo de referência do MDR, o objeto dos estudos e projetos de encerramento e/ou remediação de lixões consiste em um conjunto de procedimentos, serviços e obras necessários para a redução ao mínimo considerado possível, do ponto de vista técnico e dos recursos financeiros disponíveis, do potencial de comprometimento ambiental associado aos referidos despejos de lixo, tendo em vista o volume aparente e a natureza intrínseca dos resíduos neles predominantemente dispostos, bem como a

maior ou menor fragilidade dos contextos ambientais em que estejam inseridos.

Os projetos executivos deverão conter todos os componentes físicos, aí incluídos:

a) Projeto de terraplenagem;
b) Urbanização e paisagismo (inclusive comunicação visual);
c) Projetos arquitetônico, estrutural (se for o caso) e de instalações complementares das edificações se necessário;
d) Drenagem pluvial;
e) Entrada de energia elétrica e iluminação pública;
f) Drenagem e tratamento de líquidos percolados;
g) Manual de operação e monitoramento
h) Memorial do cálculo para o dimensionamento dos diversos componentes da unidade de compostagem;
i) Planilhas de especificações técnicas, quantificação e orçamento da implantação do empreendimento (inclusive especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários para o laboratório de controle)
j) Plano de operação; e
k) Plano de monitoramento ambiental.

Os estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais em que se encontram identificados os lixões atualmente utilizados pelos Municípios. A execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em cada Município deverá ocorrer após a obtenção do licenciamento ambiental pertinente, observadas as condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Para fins de viabilidade econômico-financeira do projeto, não foram considerados os custos relativos à remoção dos resíduos atualmente dispostos nos lixões existentes, tampouco ao transporte desses resíduos para destinação final ambientalmente adequada, os quais não integram o escopo contemplado na modelagem.

A implantação do aterro sanitário licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO** e de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser concluída até o final do 1º (primeiro) ano de vigência contratual, estando prevista, a destinação final dos resíduos ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais onde foram identificados os lixões.

#### 8.5.3.1.3. PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

##### 8.5.3.1.3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no art. 1º da Lei nº 9.795/99, que dispõe:

*"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (art. 1º da Lei nº 9.795/99)".*

O programa nacional de educação ambiental tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental (ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política) ao desenvolvimento da região, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, na recuperação e na melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida, visando à sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Implantação do programa de educação ambiental no Parque do Sol Velho Chico abrangerá todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental**.**

***8.5.3.1.3.2. PROGRAMA DE APOIO COMUNITÁRIO AOS CATADORES E ÀS SUAS FAMÍLIAS NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EM QUESTÃO:***

A implantação de programa de apoio comunitário será destinada aos catadores identificados nas áreas de lixões, de modo a reintroduzi-los no mercado de trabalho de forma digna, através dos PEVs e Ecopontos.

O programa de apoio comunitário aos catadores tem como objetivo conscientizar famílias de catadores que estão nos lixões, assim como as que serão alocadas nas centrais de triagem, onde os catadores estarão inseridos em associações ou cooperativas, recebendo treinamento e estrutura para exercer suas atividades em melhores condições

#### 8.5.3.1.3.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA ENTES ENVOLVIDOS NOS SERVIÇOS A SEREM CONCEDIDOS

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores integrantes dos municípios do consórcio.

O programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o poder concedente.

A capacitação poderá ser realizada em parceria com especialistas em PPPs e concessões, empresas de consultoria especializadas, universidades ou instituições de ensino, tendo como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável, com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego.

Os cursos deverão abordar, no mínimo, os seguintes assuntos: aspectos jurídicos em PPPs e concessões, gestão regulatória e contratual de PPPs e Concessões, reequilíbrio contratual, gestão sustentável de resíduos; marco legal de saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

#### 8.5.3.1.4. COLETA SELETIVA

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será “ponto a ponto”, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo “porta a porta”. Serão instalados pontos de entrega voluntária (PEVs) e Ecopontos. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador poderá separar, coletar e transportar seus resíduos recicláveis e entregá-los as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador com sede no Município de Ibotirama poderá levar os resíduos recicláveis diretamente ao Parque do Sol Velho Chico.

Nos locais que receberem composteiras domésticas para a coleta seletiva, a parcela orgânica poderá ser coletada,

transportada e destinada à UCO. Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o PEV e o Ecoponto receber apenas os secos. Após os processos na UCO, os rejeitos seguirão para o Parque do Sol Velho Chico, podendo ainda passar por nova triagem e identificação de alternativas de tratamento e recuperação.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos PEVs implantados em todos os Municípios do CDS VELHO CHICO e dos Ecopontos implantados em áreas estratégicas nos Municípios. As cooperativas e associações de catadores ficarão localizadas próximo da ETR, para que neste local também ocorra a separação dos resíduos secos e úmidos.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa “Lixo Zero”, que preconiza o encaminhamento dos resíduos para as PEV, Ecopontos e ETRs, e a destinação final do rejeito, para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA.

A meta até o final do Contrato de Concessão é alcançar um aterramento de até 7,50% dos rejeitos gerados pelos Municípios integrantes do CDS VELHO CHICO.

**8.5.3.1.4.1. IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS: CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESSE ECOPONTO PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE**

**RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS:**

Os Ecopontos são Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis, em pequeno volume, (como materiais recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). É uma solução para disponibilizar aos geradores, de forma ambientalmente adequada, um equipamento, a fim de acabar com o despejo desses materiais em vias públicas, rios e terrenos baldios, o que acaba por gerar enchentes e prejuízos à saúde pública, onerando o orçamento municipal.

A seleção de áreas para a instalação dos Ecopontos se dará nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Morpará, Muquém do São Francisco e Oliveira dos Brejinhos.

**8.5.3.1.4.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS), CONTEMPLANDO A**

**COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESTA COLETA SELETIVA PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS.**

O Ponto de Entrega Voluntária (PEV) é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão específico para coleta seletiva, com implemento do tipo “munck” ou caminhão compactador com concha do tipo “meia-lua” e implemento do tipo braço mecânico.

Os Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) são de diferentes cores, para identificar o descarte correto dos diversos tipos de materiais. As cores são associadas à coleta de

resíduos como plásticos, papeis, vidros, metais, orgânicos, não recicláveis etc. Haverá a escolha de locais em todos os 5 (cinco) municípios do CONSÓRCIO inseridos na iniciativa para implantação e operação dos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs), fomentando a ampliação do serviço de coleta de recicláveis. Os resíduos recicláveis provenientes do acondicionamento nos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) serão disponibilizados para as cooperativas e associações de catadores indicadas pelos Municípios**.**

### 8.5.3.2 GESTÃO DE RESÍDUOS

#### 8.5.3.2.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), NA ZONA URBANA E RURAL

Os serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos domiciliares (RDO) serão implantados pela **CONCESSIONÁRIA**, à medida que os 5 (cinco) municípios aderirem aos referidos serviços.

A coleta domiciliar consiste no recolhimento de todos os resíduos provenientes de residências e de comércios, utilizando-se veículos coletores compactadores e contêineres estacionários, podendo ser executada de forma manual e mecanizada.

Na zona rural, a coleta de resíduos poderá ser realizada por equipamentos diversos, de acordo com a realidade de cada Município, tais como: caminhões basculantes, quadriciclos, triciclos, tratores, entre outros.

**8.5.3.2.2 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução da diretoria colegiada (RDC) Anvisa nº 306/04 e nº 222/18, resíduos de serviço de saúde (RSS) são os resíduos resultantes de atividades exercidas por estabelecimento gerador que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição.

O gerenciamento do RSS consiste no manuseio, na minimização da geração, na segregação, no acondicionamento, na identificação, no armazenamento temporário, na coleta e no transporte interno, no tratamento interno e externo, no armazenamento externo, na coleta e no transporte externo, e na disposição final para cada grupo dos serviços de saúde, com o objetivo de melhorar a segurança, a qualidade dos serviços e evitar impactos ao meio ambiente.

Segundo o gerenciamento de resíduos do serviço de saúde disponibilizado pelo MDR, para o tratamento adequado dos resíduos de saúde, são utilizadas tecnologias específicas e ambientalmente adequadas. Uma delas é a autoclavagem, que consiste em manter o resíduo contaminado em contato com vapor de água, a uma temperatura elevada, durante período de tempo suficiente para destruir potenciais agentes patogênicos ou reduzi-los a um nível que não constitua risco.

A disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, após o respectivo tratamento, deverá ocorrer em aterro sanitário devidamente licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO**. A implantação desse aterro deverá ser concluída até o final 1º ano após a assinatura do

Contrato de Concessão, estando prevista, a destinação final no aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Verifica-se que os resíduos de saúde dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** são atualmente geridos pelas Prefeituras Municipais, mediante contratações diretas para a prestação dos respectivos serviços. Contudo, a maioria dos Municípios não disponibilizou informações quanto aos quantitativos de RSS gerados em cada um deles.

Diante dessa limitação, para fins de estimativa e quantificação do RSS, foram adotados parâmetros e dados de referência provenientes da ABRELPE e do IBGE.

**8.5.3.2.3 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução CONAMA 307/2002, resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

O destino a ser dado aos resíduos da construção civil (RCD) priorizará as soluções de reutilização e reciclagem. Quando inevitável, será adotada uma das alternativas indicadas na Resolução 307 do CONAMA e nas normas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT).

Os resíduos da construção civil e demolição (RCD) poderão ainda ser utilizados para correção dos tipos de terreno na CVR ou ser dispostos temporariamente em área de reservação para uso futuro.

Atualmente, inexiste gestão de RCD nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, o que demonstra a inobservância das normas técnicas e da legislação aplicável. Nos Municípios, os referidos resíduos são utilizados, via de

regra, para aproveitamento em pequenas contenções de encostas, aterramento de áreas privadas e aterramento de vias com difícil acesso, sem quaisquer preceitos de engenharia.

**8.5.3.2.4 RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar a **ETR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para posterior transporte para destinação final.

Nessa hipótese, deverá o Município necessariamente contratar a **CONCESSIONÁRIA** para também prestar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem do **RCD** na **CVR**

**8.5.3.2.5 RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar apenas a **CVR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para destino final do **RCD**.

**8.5.3.2.6 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão destinar seus resíduos públicos, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda, para as estações de transferência de resíduos **(ETR)** a serem implantadas pela **CONCESSIONÁRIA.**

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

**8.5.3.2.7 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão contratar da **CONCESSIONÁRIA** os serviços de recebimento, tratamento e destinação final de RPU, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda.

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

Os fluxogramas, apresentados a seguir demonstram a estrutura operacional de todos os serviços descritos neste estudo. O fluxograma inicial mostra toda a logística de manejo e gestão de RDO até o aterro sanitário licenciado sob escolha da **CONCESSIONÁRIA**, onde os rejeitos serão temporariamente destinados até a conclusão da implantação da CVR no Parque do Sol Velho Chico.

O fluxograma definitivo mostra a logística de manejo e gestão de RDO, RCD, RSS e dos resíduos recicláveis.

### 8.5.3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS X RECEITA ACESSÓRIA

A exploração de receitas acessórias ou receitas alternativas está prescrita no art. 11 da Lei nº 8.987/95, com objetivo de favorecer a modicidade das tarifas, para dar sustentabilidade econômico-financeira ao Contrato.

A concessionária deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da CONCESSÃO, incluindo a comercialização, junto aos grandes geradores de resíduos privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RDO, RSS, RCD, bem como a comercialização dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.

Tais receitas serão revertidas à modicidade tarifária, nos termos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato**.**

**8.5.3.3.1 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta, transporte e destinação final de RDO, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**8.5.3.3.2 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta e transporte de RCD, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**8.5.3.3.3 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento na ETR e transporte para destinação final de RCD gerado por grandes geradores privados que pretendam transportar seus resíduos à ETR utilizando-se de veículos próprios.

**8.5.3.3.4 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem de RCD gerado por grandes geradores privados.

#### 8.5.3.3.5 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá prestar aos estabelecimentos de saúde privados os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS, seguindo as resoluções do **CONAMA** e da **ANVISA**.

Para os grupos de resíduos devidamente classificados na RDC 222/2018, o tratamento a ser utilizado será térmico, através de autoclave, com objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública.

O rejeito proveniente do pós-tratamento será encaminhado para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão.

## 9 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

Será implantada, no Parque do Sol Velho Chico, em Ibotirama, uma estrutura para administrar os serviços prestados, objeto do contrato de concessão. Serão contratados profissionais para executar a gestão, o controle da operação e o monitoramento dos serviços, em busca da qualidade na prestação dos serviços e de melhorias contínuas.

O organograma abaixo apresenta a estrutura administrativa e operacional que será implantada no Parque do Sol Velho Chico, bem como a estrutura de apoio, a ser instalada em Ibotirama

## 9.1 EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A equipe técnica necessária para implantar e operar os serviços objeto do contrato de concessão será composta de profissionais com experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo dos serviços, devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Equipe técnica administrativa

| PROFISSIONAIS RECOMENDADOS PARA GESTÃO DA CONCESSIONÁRIA | |
|---|---|
| **CARGOS** | **QUANTIDADE MÍNIMA** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

## 9.2 ESTRUTURA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DE APOIO NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A escolha da área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:

**Área Administrativa**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços**

Deverá ser instalada próximo à área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral;

**Área de Manutenção**

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico, de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

### 9.2.1 DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR 18 e NR 24. Os ambientes deverão ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente

de trabalho aos colaboradores. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final do contrato de concessão.

### 9.3 INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA

As redes de energia elétrica, hidráulica, sanitária, dispositivos de segurança contra incêndios e redes de drenagem serão estimadas de acordo com as Normas Técnicas. A água a ser utilizada será adquirida em rede de abastecimento já existente. Caso sejam necessárias obras de instalações hidráulicas, a sua realização será de responsabilidade da Concessionária.

Os equipamentos de segurança contra incêndio deverão atender às normas regulamentadoras do tema. Os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDAs) deverão ser instalados em pontos estratégicos, devendo o dimensionamento e a distribuição atender às Normas Técnicas pertinentes.

### 9.4 PLANO DE MANUTENÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTOS

Os veículos e equipamentos que atenderão ao Contrato deverão seguir plano de manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Os planos seguirão sempre os procedimentos estabelecidos pelos fabricantes, devendo a Concessionária elaborar o planejamento e um cronograma para o efetivo atendimento.

O setor de manutenção que será estruturado para atender o Contrato deverá ter como objetivo zelar e manter os veículos e equipamentos em perfeito funcionamento, assegurando a plena continuidade dos serviços e a preservação do patrimônio, bem como a remuneração e o retorno do seu investimento.

Para o atendimento do plano de manutenção, a Concessionária deverá contratar e capacitar equipe técnica qualificada, bem como dispor das instalações de apoio necessárias à adequada execução das atividades. A lavagem e a lubrificação dos veículos e equipamentos deverão ser executadas regularmente, com o objetivo de prevenir danos, assegurar o desempenho operacional e prolongar a vida útil dos veículos e dos demais equipamentos.

Os serviços de borracharia deverão ser implantados pela Concessionária, a fim de atender a todos os veículos da frota. A Concessionária deverá disponibilizar instalações físicas compatíveis, com infraestrutura necessária para atender todas as demandas relacionadas com a manutenção da frota e dos equipamentos em operação.

A frota, inclusive as unidades de reserva, deverá ser mantida em perfeita condição de funcionamento, inclusive no que concerne ao hodômetro, à pintura, ao controle de emissão sonora, ao controle de emissão de gases poluentes e à limpeza geral.

A **CONCESSIONÁRIA** executará manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos auxiliares, a exemplo dos contêineres plásticos e metálicos, mantendo a pintura e preservando sempre a apresentação.

### 9.4.1 PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA

O plano de manutenção preventiva é um conjunto de documentos com objetivo de registrar todas as intervenções designadas pelos fabricantes na frota de veículos e de equipamentos. O objetivo do plano deve ser o de garantir que a frota atue de maneira ideal, sem falhas e com o mínimo possível de intercorrências, para que a Concessionária alcance a eficiência e a lucratividade prevista em orçamento.

A manutenção preventiva consiste basicamente no atendimento às recomendações dos fabricantes, com a substituição de peças em períodos indicados. Desse modo, serão realizadas interferências na frota antes da ocorrência inesperada.

A intervenção da manutenção preventiva deverá seguir um planejamento para que não interfira negativamente na execução dos serviços. A manutenção preditiva atuará antecipando os problemas, através da análise crítica dos parâmetros de eficiência da frota. O principal objetivo da manutenção preditiva é, com base nos dados que informam o desgaste dos equipamentos, atuar de forma eficiente, a fim de evitar a degradação dos seus componentes.

A manutenção preditiva, proativa, pressupõe que, através do monitoramento, haverá uma intervenção ideal nos veículos e equipamentos. Ou seja, será identificado o melhor momento para interferir de forma eficaz no equipamento, a fim de manter um bom desempenho. Recomenda-se, para realização dos serviços, a manutenção de veículos e caminhões, seguindo as seguintes frequências, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tipos de serviço para manutenção de veículos e caminhões**

| SERVIÇOS | FREQUÊNCIA (A CADA) |
|---|---|
| Trocas de óleo do motor | 10.000 km |
| Substituição do filtro de óleo | 10.000 km |
| Verificar bomba injetora | 10.000 km |
| Elemento de filtro de combustível | 20.000 km |
| Limpar elemento filtro de ar | 10.000 km |
| Trocar elemento filtro de ar | 30.000 km |
| Limpar bicos injetores | 30.000 km |
| Pressão dos pneus | Semana |
| Verificar bateria | Semana |
| Verificar água radiador | Dia |
| Verificar sistema de freios | 30 dias |
| Verificar nível de óleo caixa de câmbio | 10.000 km |
| Trocar óleo da caixa de câmbio | 40.000 km |
| Trocar óleo do diferencial | 40.000 km |
| Verificar nível do fluido da direção hidráulica | 5.000 km |
| Trocar fluido do sistema da direção hidráulica | 40.000 km |
| Substituir elemento filtrante do sistema da direção | 40.000 km |
| Verificar e ajustar correia ventilador | 10.000 km |
| Lubrificar e ajustar rolamento das rodas dianteiras | 40.000 km |
| Rodízios dos pneus e balancear rodas | 10.000 km |
| Lubrificar suspensão dianteira | 10.000 km |
| Trocar fluido do sistema de freios | 50.000 km |
| Verificar sistema de freios | 10.000 km |
| Regular faróis | 10.000 km |
| Verificar nível óleo do motor | Dia |
| Verificar nível de água limpador para-brisa | Dia |
| Lavagem dos caminhões de coleta | Dia |
| Lavagem dos veículos leves | Semana |

### 9.4.2 INSPEÇÃO MECÂNICA

a) Os equipamentos serão inspecionados, sistematicamente, toda semana para regulagem e troca de peças ou por eventuais desgastes detectados;

b) Os equipamentos serão inspecionados regularmente pela equipe da mecânica para observação do funcionamento e comportamento do motor, caixa de câmbio, diferencial, bomba injetora e sistema elétrico, suspensão e sistema hidráulico;

c) Controle de consumo de combustível, controle de pneus, verificação das partes da carroceria dos caminhões coletores compactadores, que desgastam pela ação do chorume;

d) É de vital importância para a empresa ter uma manutenção preventiva que eficaz, pois isto reflete em custos menores e maior produção;

e) Sistematicamente, é indispensável verificar:

- Ao trocar o óleo do motor, a presença de limalha no óleo retirado;
- Ao trocar o óleo do diferencial ou da caixa de câmbio, se há presença de limalha no óleo trocado;

A existência de limalha nos óleos indica a existência de algum desgaste, que pode ser evitado, muitas vezes, com um simples ajuste ou troca de uma peça, antes que o conjunto todo se danifique;

f) O setor de manutenção, sempre que observar qualquer irregularidade, deverá comunicar o fato ao encarregado da oficina para as devidas providências;

g) De acordo com recomendações do fabricante, os catálogos de manutenção trazem indicações dos componentes que deverão ser verificados ou trocados e em que períodos.

A inspeção mecânica nos equipamentos tanto pode auxiliar na manutenção preventiva, como pode indicar necessidade de manutenção corretiva.

**9.4.2.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Manutenção corretiva é o conjunto de medidas tomadas para corrigir um defeito ou uma quebra ocorrida no veículo ou no equipamento. A correção pode ser feita com a recuperação da peça danificada, se for o caso, ou pela substituição por outra peça.

A manutenção poderá ser executada pelos profissionais da Concessionária na própria oficina ou no campo, e dependerá das condições do veículo/equipamento, sendo também autorizada a terceirização do serviço

mecânico, preferencialmente em oficinas autorizadas pelo fabricante. As manutenções corretivas são intervenções realizadas após ocorrência de falha mecânica, ou seja, de forma emergencial, não programada.

**9.4.2.1.1 PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO**

**Substituição temporária:**

Se ocorrer algum imprevisto que a equipe de socorro não possa solucionar no campo, o fato será comunicado pelo rádio à supervisão, que providenciará a substituição do equipamento por outro reserva, quando couber.

O veículo/equipamento substituído será recolhido à garagem para diagnóstico e reparo, e o veículo/equipamento reserva será acionado para prosseguir com o serviço que foi interrompido.

**Substituição definitiva:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de um sistema informatizado integrado de entrada e saída de materiais e serviços, que totaliza instantaneamente os consumos diário e acumulado de um determinado equipamento. De posse destes dados, pode-se acompanhar detalhadamente o comportamento do equipamento sob a ótica de custo-benefício, obtendo indicadores importantes para decisão sobre a troca ou não do equipamento, ou sobre a viabilidade de reforma.

Uma manutenção efetiva e eficaz, aliada a uma operação correta, irá induzir a Concessionária na escolha adequada dos equipamentos, levando em conta também a influência da topografia, o estado de conservação das pistas de rolamento, o tipo de serviço, etc.

Para os serviços objeto do contrato de concessão, será necessário manter uma equipe de apoio para socorro mecânico e externo imediato, para qualquer eventualidade durante os turnos de trabalho. Caso a equipe de socorro externo não consiga resolver o problema com a rapidez desejada, o fato será comunicado à supervisão para proceder com a substituição do equipamento, evitando prejuízos aos serviços.

Sempre que for solicitado o socorro interno ou externo, será emitida uma ordem de serviço (OS) e um formulário para o acompanhamento dos procedimentos de reparo e de liberação do veículo/equipamento.

**9.5 PLANO DE CONTINGENCIAMENTO**

O plano de contingenciamento deverá descrever os instrumentos que estimam os riscos da prestação dos serviços e prever ações necessárias à minimização dos seus impactos. O plano estará limitado a situações de emergência, devendo levar em conta o atual cenário e prever as ações a serem realizadas nessas circunstâncias, a exemplo de: substituição de veículos e equipamentos para manutenção, substituição de colaboradores por acidente de trabalho, férias ou falta, greve, dentre outras razões. A elaboração do Plano deverá seguir o seguinte roteiro:

I. Eleger uma comissão para gestão e tomada de decisão;

II. Definir estratégias e cronograma de reuniões da comissão;

III. Analisar as diferentes gradações dos impactos das situações emergenciais e as suas respectivas intensidades;

IV. Descrever os riscos e as possíveis ocorrências;

V. Eleger as prioridades, estabelecendo ações segundo critérios pré-estabelecidos e análises das situações reais;

VI. Eleger os responsáveis, os prazos, os recursos e suas respectivas fontes;

VII. Descrever as formas de monitoramento e de avaliação das ações do plano, com cronograma pré-definido.

Todos os planos de contingenciamento deverão conter os temas descritos no Quadro 2, a seguir colacionado.

**Quadro 2 - Temas que deverão constar nos Planos de Contingenciamento**

| | |
|---|---|
| **VULNERABILIDADE** | Indicará as situações emergenciais às quais um colaborador poderá ser exposto devido a acidentes de trabalho ou situações similares. |
| **RISCO** | Descreverá os riscos emergenciais. |
| **AÇÃO** | Definirá ações de combate aos riscos, elencando as ações voltadas a evitar os acidentes. |
| **PRAZO** | Definir os prazos e datas (quando necessário) para as ações. |
| **RESPONSÁVEL** | Apresentar os setores ou gestores responsáveis pela execução das ações |
| **RECURSOS** | Designar os recursos humanos, físicos e financeiros necessários para as ações. |
| **FONTE DE RECURSOS** | Estabelecer, a partir dos recursos existentes em orçamento, quais serão utilizados em cada ação. |

Fonte: Torre (2025)

## 12 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro será anexado no Caderno 4 – *"Viabilidade Econômico-financeira".*

## 13 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

### 13.1 Dimensionamento/Detalhamento

**a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes da coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios.**

Tabela 7 - Quantidade de veículos e equipamentos para operação dos serviços de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVS), Mão de obra e Sistemas.

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | PEV 2500 litros | 12 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos.**

Tabela 8 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Ecoponto | 5 |
| | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| | Agente coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre (2025).

**c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).**

Tabela 9 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Caixa Estacionária com capacidade volumétrica de 30 e/ou 40m³ | 14 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |
| **Mão de Obra/Função** | Motorista | 2 |
| | Porteiro | 4 |
| | Agente Coletor | 4 |

Fonte: Torre (2025).

**d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).**

Tabela 11 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água 10.000 litros | 1 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Agrícola | 1 |
| | Agente de Limpeza | 3 |

Fonte: Torre (2025).

**e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário);**

Tabela 12 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Trator de esteira | 1 |
| | Caçamba basculante | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| | Balança de pesagem | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |
| **Mão de Obra/Função** | Coordenador técnico | 1 |
| | Porteiro diurno | 2 |
| | Porteiro noturno | 2 |
| | Balanceiro | 2 |
| | Operador de máquina pesada | 2 |
| | Motorista | 2 |
| | Servente | 7 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)

Tabela 13 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caçamba basculante | 3 |
| | Retroescavadeira | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |
| **Mão de Obra/Função** | Engenheiro | 1 |
| | Fiscal | 1 |
| | Motorista | 3 |
| | Operador de máquina | 2 |
| | Servente | 5 |

Fonte: Torre Construções (2025).

## g) Educação Ambiental

Tabela 14 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental | 1 |
| | Agente Ambiental | 3 |
| | Motorista | 1 |

Fonte: Torre Construções (2025).

**h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, demonstrando os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão.**

Tabela 15 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para os entes que aderiram aos serviços concedidos**

Tabela 16 - Dimensionamento da Mão de Obra para o Programa de Capacitação do poder público

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área Urbana e Rural (RDO).**

Tabela 18 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área urbana

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| | Caminhão Compactador de 15 m³ (Reserva) | 2 |
| | Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Contêineres de 4,2 m³ | 154 |
| | Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 22 |
| **Função** | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista Compactador | 8 |
| | Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| | Coletor | 35 |

Tabela 19 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área rural

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| | Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |
| | Trator com Reboque | 1 |
| | Quadriciclo | 1 |
| | Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| | Contêineres de 1,2 m³ (25 unidades) e 4,5m³ (6 unidades) | 31 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |

| | | |
|---|---|---|
| | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista (Caçamba) | 3 |
| | Operador de Quadriciclo | 1 |
| | Operador de Máquina Pesada | 1 |
| | Coletor | 9 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD).**

Tabela 20 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| | Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| | Pá carregadeira ou Retroescavadeira | 2 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 9 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 9 |
| | Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Operador de máquina pesada / equipamento | 3 |
| | Motorista caçamba 6m³ | 3 |
| | Motorista caçamba 10 m³ | 3 |
| | Coletor | 13 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS).**

Tabela 21 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| | Bombona 200 litros | 200 |

| | | |
|---|---|---|
| | Bombona 50 litros | 100 |
| | Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| | Balança | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Supervisor | 1 |
| | Técnico ambiental | 1 |
| | Motorista | 1 |
| | Agente Coletor | 2 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU).**

Tabela 22 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| | Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico agrícola | 1 |
| | Motorista de caçamba | 1 |
| | Agente de Limpeza | 1 |
| | Agente Coletor | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**n) Quadro de mão de obra administrativa**

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 23.

Tabela 23 - Dimensionamento de equipamentos e profissionais necessários para gestão

| EQUIPAMENTOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| CARGOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## 13.2 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS

Os investimentos necessários à implantação, construção e aquisição de equipamentos, a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, e, os custos associados à operação dos serviços, encontram-se detalhadamente descritos no Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Para fins conceituais, os custos da **CONCESSIONÁRIA** correspondem aos dispêndios necessários à prestação dos serviços contratados, abrangendo tanto os gastos indispensáveis ao funcionamento regular, quanto aqueles relacionados ao desenvolvimento e à manutenção das atividades operacionais. Dentre os principais custos de implantação e de operação, destacam-se os custos com: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros.

Em síntese, os custos associados à Concessão podem ser classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama-2021/.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de março de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8419: 1992. Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 14/02/1995.

BRASIL. Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, de 28/04/1999.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, de 19 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB). Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA nº 307/2022. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 11, de 11 de dezembro de 2014. Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Termo de Referência Técnico. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/biblioteca/101-secretaria-nacional-de-saneamento/biblioteca/1444-termo-de-referencia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Protegeer – Cooperação para a proteção do clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Disponível em: < http://protegeer.gov.br/biblioteca/ferramentas-rsu>.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ESTUDOS DE DEMANDA E ENGENHARIA**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ABNT** | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| **ABRELPE** | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| **ANA** | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| **ANVISA** | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| **CDR** | Combustível derivado de resíduos sólidos |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EPI** | Equipamento de Proteção Individual |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estágio de Transferência de Resíduos |
| **EVTE** | Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-financeira |
| **GPS** | Sistema de Posicionamento Global |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **ICMBIO** | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| **IN** | Instrução Normativa |
| **kg/hab/dia** | quilograma por habitante por dia |
| **Km** | Quilômetro |
| **LNSB** | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| **MCIDADES** | Ministério das Cidades |
| **MDR** | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| **MMA** | Ministério do Meio Ambiente |
| **NBR** | Norma Brasileira |
| **NR OS** | Norma Regulamentadora Ordem de Serviço |
| **OS** | Ordem de Serviço |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **PEAD** | Polietileno de alta densidade |
| **PEBD** | Polietileno de baixa densidade |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PET** | Tereftalato de polietileno |
| **PEV** | Ponto de Entrega Voluntária |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **ProteGeer** | Cooperação para Proteção do Clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDC** | Resolução de Diretoria Colegiada |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SPDA** | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas |
| **t/ano** | Tonelada por ano |
| **t/dia** | Tonelada por dia |
| **t/mês** | Tonelada por mês |
| **TEP** | Tarifa do Ente Público |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Estudo de Demanda e Engenharia integra o conjunto de estudos técnicos destinados a subsidiar a modelagem e a estruturação do projeto de parceria público-privada dos serviços de manejo e gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO)**.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**. Para os fins deste estudo, foram considerados os Municípios de Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará, integrantes do **CDS VELHO CHICO**, que aderiram ao projeto.

O marco do projeto é a implantação, operação e manutenção do *"Parque do Sol Velho Chico"*, cujo conceito é agrupar soluções tecnológicas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

que possibilitem a recuperação de matéria e energia antes do processo de disposição final dos resíduos, minimizando os impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, a exemplo do aterramento de todos os resíduos em lixões.

Os estudos estabeleceram a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final apenas dos rejeitos.

A destinação final agregará as melhores técnicas de reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, possibilidade de estudo para viabilidade de aproveitamento energético, inclusão social dos catadores na cadeia produtiva e disposição final apenas dos rejeitos.

O Parque do Sol Velho Chico receberá tecnologias para prestar serviços, objetivando a valorização dos resíduos, a exemplo de: (i) serviços de recebimento, triagem e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (RDO) gerado nas zonas urbana e rural; (ii) central de tratamento mecânico biológico; (iii) operação da unidade de compostagem; (iv) estação de transferência e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. Serão implantados um centro de educação ambiental, trilhas ecológicas e um viveiro de mudas para receber a comunidade local e visitantes.

Para fins de estabelecimento das tarifas cobradas pela prestação dos serviços, objeto da futura concessão, serão observadas as diretrizes estabelecidas na Norma Regulamentadora (NR) nº 01/2021, aprovada pela Resolução 79/2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a fim de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços e a modicidade tarifária.

A tarifa denominada de **TARIFA DO USUÁRIO FINAL** (**TUF**) seguirá a NR 01/2021 da ANA, englobando os resíduos domésticos e os resíduos originários de atividades comerciais em quantidades similares aos resíduos domésticos, desde que não estejam enquadrados em norma legal ou de conduta, que atribua a responsabilidade ao seu gerador.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A **TARIFA DO ENTE PÚBLICO** (**TEP**) representará os valores pagos diretamente pelos municípios que aderirem aos serviços relativos aos resíduos dos serviços de saúde (RSS), resíduos da construção e demolição (RCD) e resíduos públicos urbanos (RPU) gerados pelos estabelecimentos públicos.

As receitas acessórias ou alternativas advirão da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da concessão, englobando, mas não se limitando, ao manejo dos resíduos de atividades comerciais de estabelecimentos privados classificados como grandes geradores, em quantidade superior ao estabelecido em norma, ou cuja responsabilidade seja dos seus geradores. Do valor da receita acessória aferida pela prestação desses serviços pela Concessionária, o percentual de 3,00% (três) será revertido em favor da modicidade tarifária, nos termos do Contrato de Concessão.

## 2. OBJETIVOS

O principal objetivo do estudo é o atendimento à política nacional de resíduos sólidos (PNRS), por meio da estruturação da gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos. O desenvolvimento do modelo para otimização econômica, social e ambiental da logística operacional para atendimento da área de interesse compreendeu:

a) seleção de áreas para implantação da infraestrutura operacional das estações de transferência de resíduos (ETR) e da central de valorização de resíduos (CVR);
b) simulador de cenários para o dimensionamento dos recursos necessários;
c) extração de dados dos cenários, como total de quilômetros, horas e contêineres para armazenamento dos resíduos para orçamentação;
d) ampliação da participação da sociedade na gestão dos resíduos sólidos urbanos;
e) inclusão formal dos catadores;
f) redução dos riscos de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

g) redução dos riscos existentes, mediante o manejo adequado dos resíduos sólidos.

## 3. FONTES UTILIZADAS NOS ESTUDOS

As fontes utilizadas para pesquisa e levantamento de dados foram as seguintes:

a) Setores censitários do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) – censo demográfico 2010;
b) Estudo de regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos (ERGIRS-BA);
c) Programa de aceleração do crescimento (PAC) 1 - Diagnóstico ambiental e social;
d) Programa de aceleração do crescimento (PAC) 2 - Foco em coleta seletiva, tratamento e destinação final;
e) Projeção populacional - IBGE (2021);
f) Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-BA);
g) Mapas do Openstreetmap;
h) API do Google Maps (Places);
i) Mapa de unidades de conservação – Ministério do Meio Ambiente (MMA);
j) Mapa de hidrografia e rodovias (IBGE);
k) Panorama de resíduos sólidos no Brasil (ABREMA);
l) Dados levantados em campo;
m) Dados fornecidos pelos Municípios do **CDS VELHO CHICO**;
n) Normas Técnicas;
o) Legislações Vigentes;
p) Termos de Referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

## 4. TECNOLOGIA UTILIZADA NA MODELAGEM

Para o desenvolvimento da modelagem foram utilizados recursos baseados no conceito de software livre. O sistema utilizou-se das melhores



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

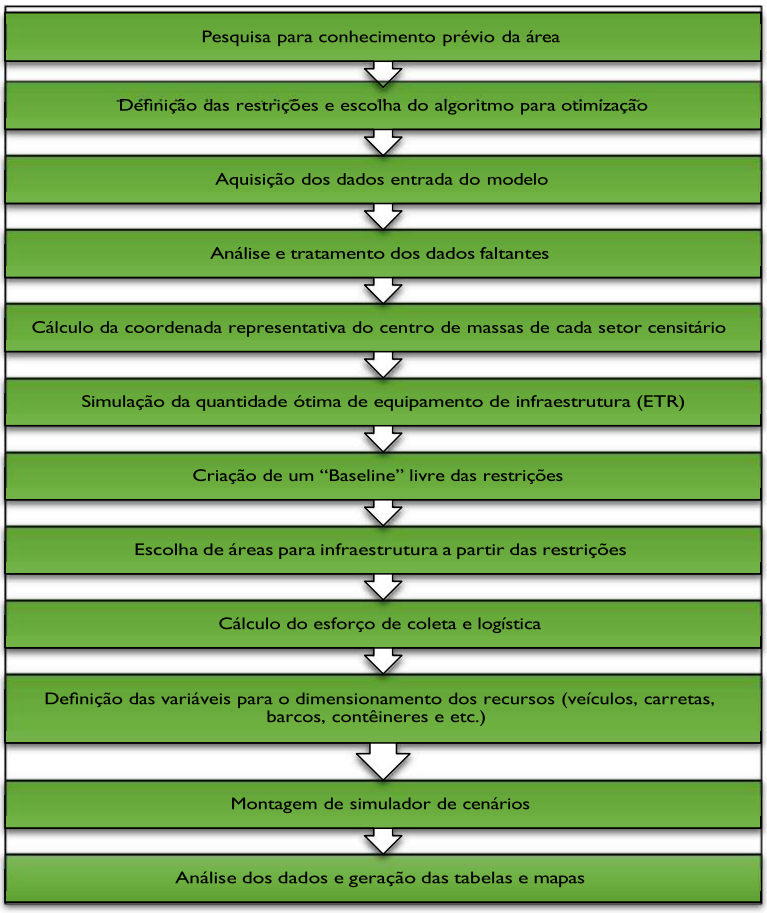
práticas e de bibliotecas aplicadas à logística, que se encontram no estado da arte da tecnologia.

As limitações do modelo estão relacionadas à qualidade dos mapas disponíveis e ao período de mais de 10 (dez) anos decorridos desde o último censo do IBGE. Neste sentido, optou-se por ajustar os dados com base na taxa de produção de resíduos e manter inalterados esses quantitativos, permitindo a padronização para análise dos planos de operação.

## 5. ETAPAS DA MODELAGEM

A modelagem seguiu o seguinte fluxo:

Figura 1 - Fluxo das etapas de modelagem






Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 6. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para o estudo de demanda e engenharia seguirá as normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstas no art. 10, da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), na Portaria nº 557 de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), e em outras normas pertinentes.

Utilizou-se os setores censitários com o esforço de operação para a execução dos serviços, tanto do ponto de vista da operação interna de cada setor, quanto do ponto de vista da logística entre os setores e as bases de operação.

O fator principal de restrição para o dimensionamento dos recursos a serem investidos foi o tempo, admitindo-se o trabalho mensal de 190 horas em 26 dias, aproximadamente 7,33 horas decimais por dia, com um ciclo semanal de 6 dias trabalhados. Também foram adotados outros fatores de restrição para implantação da infraestrutura operacional, tais como:

a) a distância máxima para a sede dos Municípios;
b) a escolha dos locais para instalação da estrutura operacional deveria priorizar áreas em vias com boa infraestrutura e de fácil acesso; e
c) imposições legais contidas na Lei nº 9.985/2000 e na Lei nº 12.651/2012.

Com a análise prévia dos dados, ficou caracterizado que a variável de maior custo operacional corresponderá às distâncias, e não ao volume de resíduos.

## 7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A análise de diagnóstico da situação atual foi feita através de vistorias técnicas in loco e levantamento de dados em todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto. A referida análise corresponde ao estudo, pesquisas e levantamento de informações



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

relacionadas a demandas de engenharia, logística e infraestrutura, a fim de obter informações dos possíveis riscos e das possibilidades, tendo como principal objetivo a estruturação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos municípios.

## 7.1. ESTRUTURA ATUAL

### 7.1.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto são: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O **CDS VELHO CHICO** tem como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável regional, visando à melhoria da qualidade de vida da população do território Velho Chico do Estado da Bahia e adjacências. Sua finalidade específica é a atuação nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, saúde, educação, cultura e esporte, assistência, inclusão e direitos humanos, segurança pública e fortalecimento institucional.

É de suma importância a participação do **CDS VELHO CHICO** para equalizar problemas de ordem econômico-financeira que impedem o avanço dos investimentos relacionados à gestão dos resíduos sólidos, a fim de buscar uma solução que contemple todos os 5 (cinco) municípios consorciados.

Para os municípios de menor porte, seria inviável realizar o planejamento e a implementação do projeto, além da gestão e do monitoramento do sistema integrado de resíduos sólidos, sem se associar a outros Municípios.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Atualmente alguns Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** possuem contratos com empresas terceirizadas para prestação de parte dos serviços de limpeza urbana. O objetivo do consórcio é articular ações voltadas à concretização da Política Territorial de Resíduos Sólidos, buscando alternativas consorciadas para os Municípios da região que aderirem ao programa.

### 7.1.2. GESTÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS

Os serviços de coleta e de limpeza pública dos 5 (cinco) municípios integrantes da iniciativa são realizados através de empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras.

### 7.1.3. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O estudo abordará os Resíduos Sólidos Urbanos, que incluem Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e Resíduos Públicos Urbanos (RPU); resíduos da Construção e Demolição (RCD); Resíduos do Serviço de Saúde (RSS); e Coleta Seletiva (CS), englobando as áreas urbanas e rurais.

#### 7.1.3.1. RESÍDUOS DOMICILIARES NOS MUNICÍPIOS

Com um total de 98.749 mil habitantes, segundo o censo demográfico (**IBGE**), a população da região do **CDS VELHO CHICO** gera uma média de aproximadamente 82 (oitenta e duas) toneladas/dia de resíduos sólidos domiciliares, que atualmente são destinados aos lixões localizados nos seus municípios ou em municípios circunvizinhos, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos dos municípios abrangidos pelo **CDS VELHO CHICO** estão nos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA** (**GVC HOLDING S/A), AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA.**

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras localidades.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, tornando a atividade verdadeiramente inacessível.

Atualmente, a coleta e o transporte de **RDO** são realizados individualmente por cada município integrante do **CDS VELHO CHICO**, mediante a celebração de contratos administrativos típicos para terceirização dos serviços ou a locação de equipamentos para prestação direta dos serviços pelos Municípios.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Desse modo, os Municípios não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta, observa-se que, na maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média próxima de 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Quanto aos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), foi verificado que uma parte dos **RCD** são dispostos para aterrar terrenos nos Municípios.

Verifica-se, ainda, que os Municípios não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da PNRS.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

#### 7.1.3.2. TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL

Os Resíduos Sólidos Urbanos (**RSU**) provenientes da limpeza pública e da coleta domiciliar dos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** são destinados aos lixões, em contrariedade ao que dispõe a legislação ambiental vigente.

## 8. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE DEMANDA E ENGENHARIA

### 8.1. DIMENSÃO DO PROJETO

A dimensão do estudo alcançará a estruturação do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de 5 (cinco) dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O projeto seguirá as normas de referência para a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-Financeira (EVTE) previstas no art. 10, inciso I, da Lei nº 11.445/2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) e na Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O estudo de demanda seguirá o previsto no art. 10 da referida portaria, que prevê o horizonte de tempo do contrato de 30 (trinta) anos. Consideramos a identificação da expectativa de demanda pelos serviços, baseada em estudos populacionais, em estudo de custos, despesas e receitas, e no referido prazo contratual.

### 8.2. ESTUDO DA GERAÇÃO PER CAPITA (KG/HAB/DIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados em 5 (cinco) dos municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, foram utilizados os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (2022); o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Com base no último censo demográfico (IBGE, 2022), estimou-se a população total dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**. A Tabela 2 apresenta a estimativa dos quantitativos de **RDO** recolhidos nos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, no ano de 2025, por Município.

**Tabela 2 - Estimativa dos quantitativos de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) recolhidos nos Municípios do CDS VELHO CHICO**

| MUNICÍPIOS | T/ANO | T/MÊS | T/DIA | KG/HAB.DIA |
|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 8.398,68 | 699,89 | 23,01 | 0,83 |
| Paratinga | 9.294,48 | 774,54 | 25,46 | 0,83 |
| Muquém do São Francisco | 3.272,76 | 272,73 | 8,97 | 0,83 |
| Morpará | 2.490,24 | 207,52 | 6,82 | 0,83 |
| Oliveira dos Brejinhos | 6.459,84 | 538,32 | 17,70 | 0,83 |
| **Total** | 29.916,00 | 2.493,00 | 81,96 | 0,83 |

O valor médio calculado está compatível com a média regional de 0,971 kg/hab/dia (ABRELPE, 2021) e com a média de 0,90 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para Municípios com



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

população de até 200 a 500 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado índice de população residente na zona rural, que não possui a mesma frequência de coleta das áreas urbanas.

Nas zonas rurais dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização, como adubo, ou para alimentação dos animais, são levados para a queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução.

### 8.3. PRINCÍPIOS APLICADOS AO ESTUDO

Os estudos tomaram como base os princípios e objetivos da PNRS, em especial os prescritos no art. 7º da Lei nº 12.305/2010, a saber:

*“I - Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;*

*II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;*

*III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;*

*IV - adoção, desenvolvimento E aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

*VII - gestão integrada de resíduos sólidos;*

*IX - Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;*

*X - regularidade, continuidade, funcionalidade E universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;*

*XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos." (BRASIL, Lei nº 12.305)*

A meta do presente estudo é reduzir progressivamente, até o final do contrato, percentual relevante do rejeito levado ao aterro sanitário, considerando para tanto o conceito de rejeito da PNRS em atendimento a Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA:

*"Os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (BRASIL, Lei nº 12.305)*

Para a redução dos rejeitos nos Municípios pertencentes **ao CDS VELHO CHICO**, serão disponibilizados:

a) O complexo Parque do Sol Velho Chico, preferencialmente no Município de Ibotirama, com a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**)
b) Unidade de Compostagem de resíduos orgânicos (UCO);



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) Estações de Transferência de Resíduos (ETR) localizadas em Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos

d) Ecopontos nas cidades;

e) Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) espalhados em todos os Municípios integrantes do consórcio.

### 8.4. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional adotado considerou o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

### 8.5. ROTA TÉCNOLÓGICA

#### 8.5.1. CONCEITO SELECIONADO PARA O PROJETO

Segundo Reichert (2021), em publicação resultante de termo de cooperação para proteção do clima na gestão de resíduos sólidos urbanos (ProteGeer), na gestão de resíduos sólidos urbanos, o conceito de rota tecnológica é conjunto de processos, tecnologias e fluxos de resíduos, desde sua geração até a sua disposição final, envolvendo circuito de coleta de resíduos de forma indiferenciada e diferenciada, e contemplando tecnologias de tratamento dos resíduos com ou sem valoração energética. A rota tecnológica inicia-se com a geração dos resíduos e encerra-se com a disposição final em aterro sanitário licenciado a ser construído pela **CONCESSIONÁRIA** até o 1º ano de contrato.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**8.5.2. PREMISSAS E DIRETRIZES**

O estudo seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:

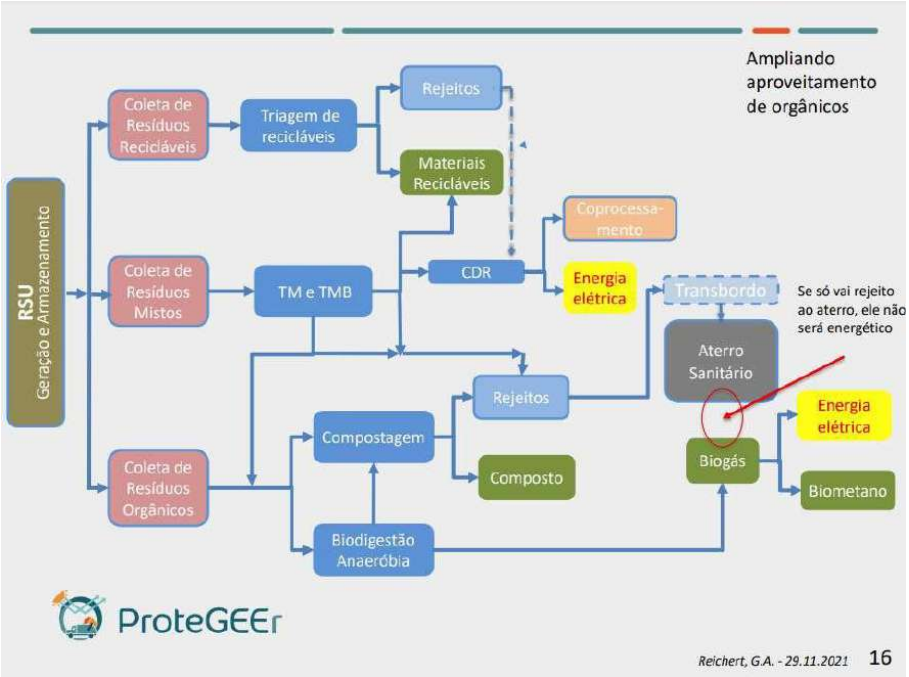
a) conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo Município;
b) seguir com os objetivos de redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022;
c) recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
d) compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
e) avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
f) atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
g) considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
h) avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
i) criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

O estudo seguirá em busca de alcançar o fluxograma sugerido pelo ProteGeer, conforme disposto na Figura 5.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Figura 5 - Fluxograma da Rota Tecnológica adotada




Fonte: ProteGeer (2021).

### 8.5.3. DAS ROTAS TECNOLÓGICAS DEFINIDAS NO ESTUDOS

#### 8.5.3.1. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão de **RDO** fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF). A seguir, apresentamos a descrição da gestão de RDO, fundamentada nas premissas e nas diretrizes já descritas e nas etapas definidas no cronograma.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**8.5.3.1.1. Parque do Sol Velho Chico**

**a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, Operação, Encerramento e Pós-encerramento da Central de Valorização de Resíduos (CVR):**

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens a seguir, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de Limpeza Urbana e de Manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e comunicação social. A Central de Valorização de Resíduos (CVR) será composta dos itens abaixo:

- Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO)
- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado)
- Viveiro de Mudas
- Trilha Ecológica
- Centro de Educação Ambiental
- Área Administrativa
- Apoio Operacional

**a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação da Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO):**

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado “composto”. O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

Segundo termo de referência do MDR, as Unidades de Compostagem (UCOs) constituem instalações onde são processados os resíduos orgânicos. Nelas, os resíduos orgânicos passam pela bioestabilização, por meio de compostagem aeróbia, que é o processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material fisicamente semelhante ao solo, chamado de composto, e que pode ser utilizado como biofertilizantes para produção agrícola. As UCOs compreendem áreas específicas para a recepção e o tratamento dos resíduos, a estocagem, o acondicionamento e a expedição do composto orgânico.

As UCOs deverão ser projetadas para atender até 7,50% (sete virgula cinquenta por cento) dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 (trinta) anos. Elas deverão ser dimensionadas com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).

A unidade de compostagem será implantada no complexo Parque do Sol Velho Chico e deverá conter as seguintes instalações:

- galpão com cobertura;
- área de recepção dos resíduos orgânicos;
- trituração de podas;
- pátio de compostagem propriamente dito;
- laboratório de controle do processo de compostagem (com especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários);
- peneiramento, armazenamento e expedição de composto curado;
- estacionamento para máquinas operacionais e veículos de carga.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O sistema a ser utilizado será o de leiras. Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e, trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 5,0 metros de base e de 1,5 metros a 2,0 metros de altura. Estas leiras sofrerão reviradas periódicas, para que o ar circule, permitindo a difusão do oxigênio e possibilitando uma fermentação uniforme e mais completa.

O composto para uso agronômico deverá passar por um peneiramento visando a remoção de fragmentos como plásticos, vidros e outros, podendo ser a eles adicionados outros nutrientes.

**a.2) Projeto, Licenciamento, Pré implantação, Implantação, Operação, Encerramento e Pós Encerramento da célula de aterramento de rejeitos:**

Segundo a NBR 8419/1992, da ABNT, entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

O processo de licenciamento ambiental seguirá as normas vigentes e pertinentes e o termo de referência do MDR ou do órgão licenciador de controle ambiental. Os cálculos para o dimensionamento serão para uma vida útil de 30 (trinta) anos.

Seguindo a sugestão do MDR, o projeto executivo deverá contemplar: vias internas (permanente e transitórias) de acesso à frente de operações (plantas; perfil longitudinal médio; e perfis transversais, a cada 10m); sistema de drenagem e manejo de águas pluviais; sistema de impermeabilização da base e de captação e escoamento dos efluentes líquidos; sistema de tratamento dos efluentes líquidos (inclusive detalhamento da rede de lançamento dos efluentes tratados em seu corpo receptor); sistema de captação e tratamento dos gases; plantas (globais e parciais, fase a fase) do maciço; secções, longitudinais e transversais, do maciço; poços de monitoramento da qualidade do lençol



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

freático; edificações necessárias (guarita, sede administrativa e de apoio ao pessoal técnico e operacional, galpão para manutenção primária e guarda de máquinas e veículos operacionais etc.); urbanização, paisagismo/revegetação e sinalização da gleba.

A distância de 30 km, indicada pelo MDR como máxima desejável em relação à região mais populosa das cidades, serviu como base para se buscar o melhor roteiro possível na região e adequar os custos de transporte. Contudo, em alguns municípios não foi possível alcançar a distância recomendada, mesmo utilizando-se estações de transferência de resíduos (ETR). Assim, recomendamos uma extensão superficial mínima de 31 hectares de gleba destinada à implantação de aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

A operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão compreende as atividades de operação, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos, bem como obras de drenagem (águas pluviais, líquidos percolados e gases), cobertura vegetal, monitoramento do maciço e das águas subterrâneas.

Deverá ser elaborado um plano, indicando como e quando o aterro sanitário licenciado fruto da concessão será encerrado, assim como os cuidados que serão mantidos após o encerramento das atividades, tais como monitoramento e controle de vetores.

A correta gestão dos resíduos, com aterramento da parcela considerada como rejeito, trará benefícios do ponto de vista técnico, econômico e socioambiental, a exemplo de:

- redução da frota para transporte dos rejeitos até a disposição final;
- redução do espaço nas células;
- aumento da vida útil total do Parque do Sol Velho Chico;
- redução dos riscos ambientais na operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**c) Projeto, Licenciamento, Implantação e Operação das Estações de Transferência de Resíduos (ETR):**

Segundo termo de referência do MDR, as Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.

A ETRs preferencialmente deverão ser localizadas na periferia da zona urbana, em local com baixa densidade de ocupação populacional, levando-se consideração sua função essencial, de redução das distâncias de deslocamento dos veículos coletores, entre as áreas de coleta e estação de transbordo, e a função dos veículos transportadores, de deslocamento entre as ETRs e o aterro sanitário licenciado fruto da concessão, ou unidade de tratamento.

Para concepção do projeto da Estação de Transferência, deverão ser projetados, na área operacional, pátio de manobra com respectiva drenagem, sistema de tratamento das águas de lavagem do pasto, drenagem pluvial, cercamento, placa de identificação, área administrativa, sistema de segurança e estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade. Para dimensionamento do veículo a ser utilizado, deverá ser considerada capacidade volumétrica de um para dois, ou seja, cada veículo transportador deve ter capacidade volumétrica mínima correspondente ao dobro da capacidade do maior veículo coletor, devendo realizar no mínimo duas viagens por dia entre a Estação e o destino final.

A demarcação do local a ser instalada a Estação de Transferência dentro do Parque do Sol Velho Chico deverá ocorrer na fase preliminar, para elaboração de projeto e licenciamento.

No caso do CDS VELHO CHICO, justificam-se as Estações de Transferências de Resíduos, pois o local da destinação final possui uma distância superior à máxima recomendável entre alguns Municípios. Logo, essas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

estações viabilizam o armazenamento temporário dos resíduos até sua disposição final.

**8.5.3.1.2. Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)**

Entende-se como área degradada, segundo a instrução normativa (IN) nº 11/2014 do ICMBIO, aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, mas apenas recuperada. Extrai-se da IN que o PRAD tem como objetivo definir medidas necessárias à recuperação, ou seja, medidas que visem à restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original.

Segundo a IN 11/2014, para elaboração do PRAD, deverão ser definidas as medidas necessárias à recuperação da área degradada, fundamentadas nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impactos causados, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Segundo o termo de referência do MDR, o objeto dos estudos e projetos de encerramento e/ou remediação de lixões consiste em um conjunto de procedimentos, serviços e obras necessários para a redução ao mínimo considerado possível, do ponto de vista técnico e dos recursos financeiros disponíveis, do potencial de comprometimento ambiental associado aos referidos despejos de lixo, tendo em vista o volume aparente e a natureza intrínseca dos resíduos neles predominantemente dispostos, bem como a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

maior ou menor fragilidade dos contextos ambientais em que estejam inseridos.

Os projetos executivos deverão conter todos os componentes físicos, aí incluídos:

a) Projeto de terraplenagem;
b) Urbanização e paisagismo (inclusive comunicação visual);
c) Projetos arquitetônico, estrutural (se for o caso) e de instalações complementares das edificações se necessário;
d) Drenagem pluvial;
e) Entrada de energia elétrica e iluminação pública;
f) Drenagem e tratamento de líquidos percolados;
g) Manual de operação e monitoramento
h) Memorial do cálculo para o dimensionamento dos diversos componentes da unidade de compostagem;
i) Planilhas de especificações técnicas, quantificação e orçamento da implantação do empreendimento (inclusive especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários para o laboratório de controle)
j) Plano de operação; e
k) Plano de monitoramento ambiental.

Os estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais em que se encontram identificados os lixões atualmente utilizados pelos Municípios. A execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em cada Município deverá ocorrer após a obtenção do licenciamento ambiental pertinente, observadas as condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Para fins de viabilidade econômico-financeira do projeto, não foram considerados os custos relativos à remoção dos resíduos atualmente dispostos nos lixões existentes, tampouco ao transporte desses resíduos para destinação final ambientalmente adequada, os quais não integram o escopo contemplado na modelagem.

A implantação do aterro sanitário licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO** e de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser concluída até o final do 1º (primeiro) ano de vigência contratual, estando prevista, a destinação final dos resíduos ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais onde foram identificados os lixões.

#### 8.5.3.1.3. PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

##### 8.5.3.1.3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no art. 1º da Lei nº 9.795/99, que dispõe:

*"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (art. 1º da Lei nº 9.795/99)".*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O programa nacional de educação ambiental tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental (ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política) ao desenvolvimento da região, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, na recuperação e na melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida, visando à sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Implantação do programa de educação ambiental no Parque do Sol Velho Chico abrangerá todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental**.**

***8.5.3.1.3.2. PROGRAMA DE APOIO COMUNITÁRIO AOS CATADORES E ÀS SUAS FAMÍLIAS NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EM QUESTÃO:***



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

A implantação de programa de apoio comunitário será destinada aos catadores identificados nas áreas de lixões, de modo a reintroduzi-los no mercado de trabalho de forma digna, através dos PEVs e Ecopontos.

O programa de apoio comunitário aos catadores tem como objetivo conscientizar famílias de catadores que estão nos lixões, assim como as que serão alocadas nas centrais de triagem, onde os catadores estarão inseridos em associações ou cooperativas, recebendo treinamento e estrutura para exercer suas atividades em melhores condições

**8.5.3.1.3.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA ENTES ENVOLVIDOS NOS SERVIÇOS A SEREM CONCEDIDOS**

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores integrantes dos municípios do consórcio.

O programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o poder concedente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A capacitação poderá ser realizada em parceria com especialistas em PPPs e concessões, empresas de consultoria especializadas, universidades ou instituições de ensino, tendo como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável, com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego.

Os cursos deverão abordar, no mínimo, os seguintes assuntos: aspectos jurídicos em PPPs e concessões, gestão regulatória e contratual de PPPs e Concessões, reequilíbrio contratual, gestão sustentável de resíduos; marco legal de saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

**8.5.3.1.4. COLETA SELETIVA**

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será “ponto a ponto”, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo “porta a porta”. Serão instalados pontos de entrega voluntária (PEVs) e Ecopontos. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador poderá separar, coletar e transportar seus resíduos recicláveis e entregá-los as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador com sede no Município de Ibotirama poderá levar os resíduos recicláveis diretamente ao Parque do Sol Velho Chico.

Nos locais que receberem composteiras domésticas para a coleta seletiva, a parcela orgânica poderá ser coletada,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

transportada e destinada à UCO. Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o PEV e o Ecoponto receber apenas os secos. Após os processos na UCO, os rejeitos seguirão para o Parque do Sol Velho Chico, podendo ainda passar por nova triagem e identificação de alternativas de tratamento e recuperação.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos PEVs implantados em todos os Municípios do CDS VELHO CHICO e dos Ecopontos implantados em áreas estratégicas nos Municípios. As cooperativas e associações de catadores ficarão localizadas próximo da ETR, para que neste local também ocorra a separação dos resíduos secos e úmidos.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa “Lixo Zero”, que preconiza o encaminhamento dos resíduos para as PEV, Ecopontos e ETRs, e a destinação final do rejeito, para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA.

A meta até o final do Contrato de Concessão é alcançar um aterramento de até 7,50% dos rejeitos gerados pelos Municípios integrantes do CDS VELHO CHICO.

**8.5.3.1.4.1. IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS: CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESSE ECOPONTO PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS:**

Os Ecopontos são Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis, em pequeno volume, (como materiais recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). É uma solução para disponibilizar aos geradores, de forma ambientalmente adequada, um equipamento, a fim de acabar com o despejo desses materiais em vias públicas, rios e terrenos baldios, o que acaba por gerar enchentes e prejuízos à saúde pública, onerando o orçamento municipal.

A seleção de áreas para a instalação dos Ecopontos se dará nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Morpará, Muquém do São Francisco e Oliveira dos Brejinhos.

**8.5.3.1.4.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS), CONTEMPLANDO A**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESTA COLETA SELETIVA PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS.**

O Ponto de Entrega Voluntária (PEV) é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão específico para coleta seletiva, com implemento do tipo “munck” ou caminhão compactador com concha do tipo “meia-lua” e implemento do tipo braço mecânico.

Os Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) são de diferentes cores, para identificar o descarte correto dos diversos tipos de materiais. As cores são associadas à coleta de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

resíduos como plásticos, papeis, vidros, metais, orgânicos, não recicláveis etc. Haverá a escolha de locais em todos os 5 (cinco) municípios do CONSÓRCIO inseridos na iniciativa para implantação e operação dos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs), fomentando a ampliação do serviço de coleta de recicláveis. Os resíduos recicláveis provenientes do acondicionamento nos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) serão disponibilizados para as cooperativas e associações de catadores indicadas pelos Municípios**.**

**8.5.3.2 GESTÃO DE RESÍDUOS**

**8.5.3.2.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), NA ZONA URBANA E RURAL**

Os serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos domiciliares (RDO) serão implantados pela **CONCESSIONÁRIA**, à medida que os 5 (cinco) municípios aderirem aos referidos serviços.

A coleta domiciliar consiste no recolhimento de todos os resíduos provenientes de residências e de comércios, utilizando-se veículos coletores compactadores e contêineres estacionários, podendo ser executada de forma manual e mecanizada.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Na zona rural, a coleta de resíduos poderá ser realizada por equipamentos diversos, de acordo com a realidade de cada Município, tais como: caminhões basculantes, quadriciclos, triciclos, tratores, entre outros.

**8.5.3.2.2 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução da diretoria colegiada (RDC) Anvisa nº 306/04 e nº 222/18, resíduos de serviço de saúde (RSS) são os resíduos resultantes de atividades exercidas por estabelecimento gerador que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição.

O gerenciamento do RSS consiste no manuseio, na minimização da geração, na segregação, no acondicionamento, na identificação, no armazenamento temporário, na coleta e no transporte interno, no tratamento interno e externo, no armazenamento externo, na coleta e no transporte externo, e na disposição final para cada grupo dos serviços de saúde, com o objetivo de melhorar a segurança, a qualidade dos serviços e evitar impactos ao meio ambiente.

Segundo o gerenciamento de resíduos do serviço de saúde disponibilizado pelo MDR, para o tratamento adequado dos resíduos de saúde, são utilizadas tecnologias específicas e ambientalmente adequadas. Uma delas é a autoclavagem, que consiste em manter o resíduo contaminado em contato com vapor de água, a uma temperatura elevada, durante período de tempo suficiente para destruir potenciais agentes patogênicos ou reduzi-los a um nível que não constitua risco.

A disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, após o respectivo tratamento, deverá ocorrer em aterro sanitário devidamente licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO**. A implantação desse aterro deverá ser concluída até o final 1º ano após a assinatura do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Contrato de Concessão, estando prevista, a destinação final no aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Verifica-se que os resíduos de saúde dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** são atualmente geridos pelas Prefeituras Municipais, mediante contratações diretas para a prestação dos respectivos serviços. Contudo, a maioria dos Municípios não disponibilizou informações quanto aos quantitativos de RSS gerados em cada um deles.

Diante dessa limitação, para fins de estimativa e quantificação do RSS, foram adotados parâmetros e dados de referência provenientes da ABRELPE e do IBGE.

**8.5.3.2.3 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução CONAMA 307/2002, resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

O destino a ser dado aos resíduos da construção civil (RCD) priorizará as soluções de reutilização e reciclagem. Quando inevitável, será adotada uma das alternativas indicadas na Resolução 307 do CONAMA e nas normas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT).

Os resíduos da construção civil e demolição (RCD) poderão ainda ser utilizados para correção dos tipos de terreno na CVR ou ser dispostos temporariamente em área de reservação para uso futuro.

Atualmente, inexiste gestão de RCD nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, o que demonstra a inobservância das normas técnicas e da legislação aplicável. Nos Municípios, os referidos resíduos são utilizados, via de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

regra, para aproveitamento em pequenas contenções de encostas, aterramento de áreas privadas e aterramento de vias com difícil acesso, sem quaisquer preceitos de engenharia.

**8.5.3.2.4 RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar a **ETR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para posterior transporte para destinação final.

Nessa hipótese, deverá o Município necessariamente contratar a **CONCESSIONÁRIA** para também prestar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem do **RCD** na **CVR**

**8.5.3.2.5 RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar apenas a **CVR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para destino final do **RCD**.

**8.5.3.2.6 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão destinar seus resíduos públicos, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda, para as estações de transferência de resíduos **(ETR)** a serem implantadas pela **CONCESSIONÁRIA.**

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

**8.5.3.2.7 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os Municípios poderão contratar da **CONCESSIONÁRIA** os serviços de recebimento, tratamento e destinação final de RPU, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda.

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

Os fluxogramas, apresentados a seguir demonstram a estrutura operacional de todos os serviços descritos neste estudo. O fluxograma inicial mostra toda a logística de manejo e gestão de RDO até o aterro sanitário licenciado sob escolha da **CONCESSIONÁRIA**, onde os rejeitos serão temporariamente destinados até a conclusão da implantação da CVR no Parque do Sol Velho Chico.

O fluxograma definitivo mostra a logística de manejo e gestão de RDO, RCD, RSS e dos resíduos recicláveis.

**8.5.3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS X RECEITA ACESSÓRIA**

A exploração de receitas acessórias ou receitas alternativas está prescrita no art. 11 da Lei nº 8.987/95, com objetivo de favorecer a modicidade das tarifas, para dar sustentabilidade econômico-financeira ao Contrato.

A concessionária deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da CONCESSÃO, incluindo a comercialização, junto aos grandes geradores de resíduos privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RDO, RSS, RCD, bem como a comercialização dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Tais receitas serão revertidas à modicidade tarifária, nos termos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato**.**

**8.5.3.3.1 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta, transporte e destinação final de RDO, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**8.5.3.3.2 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta e transporte de RCD, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**8.5.3.3.3 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento na ETR e transporte para destinação final de RCD gerado por grandes geradores privados que pretendam transportar seus resíduos à ETR utilizando-se de veículos próprios.

**8.5.3.3.4 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem de RCD gerado por grandes geradores privados.

**8.5.3.3.5 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá prestar aos estabelecimentos de saúde privados os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS, seguindo as resoluções do **CONAMA** e da **ANVISA**.

Para os grupos de resíduos devidamente classificados na RDC 222/2018, o tratamento a ser utilizado será térmico, através de autoclave, com objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública.

O rejeito proveniente do pós-tratamento será encaminhado para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão.

## 9 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

Será implantada, no Parque do Sol Velho Chico, em Ibotirama, uma estrutura para administrar os serviços prestados, objeto do contrato de concessão. Serão contratados profissionais para executar a gestão, o controle da operação e o monitoramento dos serviços, em busca da qualidade na prestação dos serviços e de melhorias contínuas.

O organograma abaixo apresenta a estrutura administrativa e operacional que será implantada no Parque do Sol Velho Chico, bem como a estrutura de apoio, a ser instalada em Ibotirama



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 9.1 EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A equipe técnica necessária para implantar e operar os serviços objeto do contrato de concessão será composta de profissionais com experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo dos serviços, devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Equipe técnica administrativa

| PROFISSIONAIS RECOMENDADOS PARA GESTÃO DA CONCESSIONÁRIA | |
|---|---|
| **CARGOS** | **QUANTIDADE MÍNIMA** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

### 9.2 ESTRUTURA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DE APOIO NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A escolha da área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Área Administrativa**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços**

Deverá ser instalada próximo à área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral;

**Área de Manutenção**

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico, de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

### 9.2.1 DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR 18 e NR 24. Os ambientes deverão ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

de trabalho aos colaboradores. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final do contrato de concessão.

**9.3 INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA**

As redes de energia elétrica, hidráulica, sanitária, dispositivos de segurança contra incêndios e redes de drenagem serão estimadas de acordo com as Normas Técnicas. A água a ser utilizada será adquirida em rede de abastecimento já existente. Caso sejam necessárias obras de instalações hidráulicas, a sua realização será de responsabilidade da Concessionária.

Os equipamentos de segurança contra incêndio deverão atender às normas regulamentadoras do tema. Os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDAs) deverão ser instalados em pontos estratégicos, devendo o dimensionamento e a distribuição atender às Normas Técnicas pertinentes.

**9.4 PLANO DE MANUTENÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTOS**

Os veículos e equipamentos que atenderão ao Contrato deverão seguir plano de manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Os planos seguirão sempre os procedimentos estabelecidos pelos fabricantes, devendo a Concessionária elaborar o planejamento e um cronograma para o efetivo atendimento.

O setor de manutenção que será estruturado para atender o Contrato deverá ter como objetivo zelar e manter os veículos e equipamentos em perfeito funcionamento, assegurando a plena continuidade dos serviços e a preservação do patrimônio, bem como a remuneração e o retorno do seu investimento.

Para o atendimento do plano de manutenção, a Concessionária deverá contratar e capacitar equipe técnica qualificada, bem como dispor das instalações de apoio necessárias à adequada execução das atividades. A lavagem e a lubrificação dos veículos e equipamentos deverão ser executadas regularmente, com o objetivo de prevenir danos, assegurar o desempenho operacional e prolongar a vida útil dos veículos e dos demais equipamentos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os serviços de borracharia deverão ser implantados pela Concessionária, a fim de atender a todos os veículos da frota. A Concessionária deverá disponibilizar instalações físicas compatíveis, com infraestrutura necessária para atender todas as demandas relacionadas com a manutenção da frota e dos equipamentos em operação.

A frota, inclusive as unidades de reserva, deverá ser mantida em perfeita condição de funcionamento, inclusive no que concerne ao hodômetro, à pintura, ao controle de emissão sonora, ao controle de emissão de gases poluentes e à limpeza geral.

A **CONCESSIONÁRIA** executará manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos auxiliares, a exemplo dos contêineres plásticos e metálicos, mantendo a pintura e preservando sempre a apresentação.

**9.4.1 PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA**

O plano de manutenção preventiva é um conjunto de documentos com objetivo de registrar todas as intervenções designadas pelos fabricantes na frota de veículos e de equipamentos. O objetivo do plano deve ser o de garantir que a frota atue de maneira ideal, sem falhas e com o mínimo possível de intercorrências, para que a Concessionária alcance a eficiência e a lucratividade prevista em orçamento.

A manutenção preventiva consiste basicamente no atendimento às recomendações dos fabricantes, com a substituição de peças em períodos indicados. Desse modo, serão realizadas interferências na frota antes da ocorrência inesperada.

A intervenção da manutenção preventiva deverá seguir um planejamento para que não interfira negativamente na execução dos serviços. A manutenção preditiva atuará antecipando os problemas, através da análise crítica dos parâmetros de eficiência da frota. O principal objetivo da manutenção preditiva é, com base nos dados que informam o desgaste dos equipamentos, atuar de forma eficiente, a fim de evitar a degradação dos seus componentes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A manutenção preditiva, proativa, pressupõe que, através do monitoramento, haverá uma intervenção ideal nos veículos e equipamentos. Ou seja, será identificado o melhor momento para interferir de forma eficaz no equipamento, a fim de manter um bom desempenho. Recomenda-se, para realização dos serviços, a manutenção de veículos e caminhões, seguindo as seguintes frequências, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tipos de serviço para manutenção de veículos e caminhões**

| SERVIÇOS | FREQUÊNCIA (A CADA) |
|---|---|
| Trocas de óleo do motor | 10.000 km |
| Substituição do filtro de óleo | 10.000 km |
| Verificar bomba injetora | 10.000 km |
| Elemento de filtro de combustível | 20.000 km |
| Limpar elemento filtro de ar | 10.000 km |
| Trocar elemento filtro de ar | 30.000 km |
| Limpar bicos injetores | 30.000 km |
| Pressão dos pneus | Semana |
| Verificar bateria | Semana |
| Verificar água radiador | Dia |
| Verificar sistema de freios | 30 dias |
| Verificar nível de óleo caixa de câmbio | 10.000 km |
| Trocar óleo da caixa de câmbio | 40.000 km |
| Trocar óleo do diferencial | 40.000 km |
| Verificar nível do fluido da direção hidráulica | 5.000 km |
| Trocar fluido do sistema da direção hidráulica | 40.000 km |
| Substituir elemento filtrante do sistema da direção | 40.000 km |
| Verificar e ajustar correia ventilador | 10.000 km |
| Lubrificar e ajustar rolamento das rodas dianteiras | 40.000 km |
| Rodízios dos pneus e balancear rodas | 10.000 km |
| Lubrificar suspensão dianteira | 10.000 km |
| Trocar fluido do sistema de freios | 50.000 km |
| Verificar sistema de freios | 10.000 km |
| Regular faróis | 10.000 km |
| Verificar nível óleo do motor | Dia |
| Verificar nível de água limpador para-brisa | Dia |
| Lavagem dos caminhões de coleta | Dia |
| Lavagem dos veículos leves | Semana |

**9.4.2 INSPEÇÃO MECÂNICA**

a) Os equipamentos serão inspecionados, sistematicamente, toda semana para regulagem e troca de peças ou por eventuais desgastes detectados;

b) Os equipamentos serão inspecionados regularmente pela equipe da mecânica para observação do funcionamento e comportamento do motor, caixa de câmbio, diferencial, bomba injetora e sistema elétrico, suspensão e sistema hidráulico;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) Controle de consumo de combustível, controle de pneus, verificação das partes da carroceria dos caminhões coletores compactadores, que desgastam pela ação do chorume;

d) É de vital importância para a empresa ter uma manutenção preventiva que eficaz, pois isto reflete em custos menores e maior produção;

e) Sistematicamente, é indispensável verificar:

- Ao trocar o óleo do motor, a presença de limalha no óleo retirado;
- Ao trocar o óleo do diferencial ou da caixa de câmbio, se há presença de limalha no óleo trocado;

A existência de limalha nos óleos indica a existência de algum desgaste, que pode ser evitado, muitas vezes, com um simples ajuste ou troca de uma peça, antes que o conjunto todo se danifique;

f) O setor de manutenção, sempre que observar qualquer irregularidade, deverá comunicar o fato ao encarregado da oficina para as devidas providências;

g) De acordo com recomendações do fabricante, os catálogos de manutenção trazem indicações dos componentes que deverão ser verificados ou trocados e em que períodos.

A inspeção mecânica nos equipamentos tanto pode auxiliar na manutenção preventiva, como pode indicar necessidade de manutenção corretiva.

**9.4.2.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Manutenção corretiva é o conjunto de medidas tomadas para corrigir um defeito ou uma quebra ocorrida no veículo ou no equipamento. A correção pode ser feita com a recuperação da peça danificada, se for o caso, ou pela substituição por outra peça.

A manutenção poderá ser executada pelos profissionais da Concessionária na própria oficina ou no campo, e dependerá das condições do veículo/equipamento, sendo também autorizada a terceirização do serviço



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

mecânico, preferencialmente em oficinas autorizadas pelo fabricante. As manutenções corretivas são intervenções realizadas após ocorrência de falha mecânica, ou seja, de forma emergencial, não programada.

**9.4.2.1.1 PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO**

**Substituição temporária:**

Se ocorrer algum imprevisto que a equipe de socorro não possa solucionar no campo, o fato será comunicado pelo rádio à supervisão, que providenciará a substituição do equipamento por outro reserva, quando couber.

O veículo/equipamento substituído será recolhido à garagem para diagnóstico e reparo, e o veículo/equipamento reserva será acionado para prosseguir com o serviço que foi interrompido.

**Substituição definitiva:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de um sistema informatizado integrado de entrada e saída de materiais e serviços, que totaliza instantaneamente os consumos diário e acumulado de um determinado equipamento. De posse destes dados, pode-se acompanhar detalhadamente o comportamento do equipamento sob a ótica de custo-benefício, obtendo indicadores importantes para decisão sobre a troca ou não do equipamento, ou sobre a viabilidade de reforma.

Uma manutenção efetiva e eficaz, aliada a uma operação correta, irá induzir a Concessionária na escolha adequada dos equipamentos, levando em conta também a influência da topografia, o estado de conservação das pistas de rolamento, o tipo de serviço, etc.

Para os serviços objeto do contrato de concessão, será necessário manter uma equipe de apoio para socorro mecânico e externo imediato, para qualquer eventualidade durante os turnos de trabalho. Caso a equipe de socorro externo não consiga resolver o problema com a rapidez desejada, o fato será comunicado à supervisão para proceder com a substituição do equipamento, evitando prejuízos aos serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Sempre que for solicitado o socorro interno ou externo, será emitida uma ordem de serviço (OS) e um formulário para o acompanhamento dos procedimentos de reparo e de liberação do veículo/equipamento.

**9.5 PLANO DE CONTINGENCIAMENTO**

O plano de contingenciamento deverá descrever os instrumentos que estimam os riscos da prestação dos serviços e prever ações necessárias à minimização dos seus impactos. O plano estará limitado a situações de emergência, devendo levar em conta o atual cenário e prever as ações a serem realizadas nessas circunstâncias, a exemplo de: substituição de veículos e equipamentos para manutenção, substituição de colaboradores por acidente de trabalho, férias ou falta, greve, dentre outras razões. A elaboração do Plano deverá seguir o seguinte roteiro:

I. Eleger uma comissão para gestão e tomada de decisão;

II. Definir estratégias e cronograma de reuniões da comissão;

III. Analisar as diferentes gradações dos impactos das situações emergenciais e as suas respectivas intensidades;

IV. Descrever os riscos e as possíveis ocorrências;

V. Eleger as prioridades, estabelecendo ações segundo critérios pré-estabelecidos e análises das situações reais;

VI. Eleger os responsáveis, os prazos, os recursos e suas respectivas fontes;

VII. Descrever as formas de monitoramento e de avaliação das ações do plano, com cronograma pré-definido.

Todos os planos de contingenciamento deverão conter os temas descritos no Quadro 2, a seguir colacionado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Quadro 2 - Temas que deverão constar nos Planos de Contingenciamento**

| | |
|---|---|
| **VULNERABILIDADE** | Indicará as situações emergenciais às quais um colaborador poderá ser exposto devido a acidentes de trabalho ou situações similares. |
| **RISCO** | Descreverá os riscos emergenciais. |
| **AÇÃO** | Definirá ações de combate aos riscos, elencando as ações voltadas a evitar os acidentes. |
| **PRAZO** | Definir os prazos e datas (quando necessário) para as ações. |
| **RESPONSÁVEL** | Apresentar os setores ou gestores responsáveis pela execução das ações |
| **RECURSOS** | Designar os recursos humanos, físicos e financeiros necessários para as ações. |
| **FONTE DE RECURSOS** | Estabelecer, a partir dos recursos existentes em orçamento, quais serão utilizados em cada ação. |

Fonte: Torre (2025)

## 12 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro será anexado no Caderno 4 – *"Viabilidade Econômico-financeira".*

## 13 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

### 13.1 Dimensionamento/Detalhamento

**a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes da coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios.**

Tabela 7 - Quantidade de veículos e equipamentos para operação dos serviços de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVS), Mão de obra e Sistemas.

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | PEV 2500 litros | 12 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos.**

Tabela 8 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Ecoponto | 5 |
| | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| | Agente coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre (2025).

**c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).**

Tabela 9 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Caixa Estacionária com capacidade volumétrica de 30 e/ou 40m³ | 14 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |
| **Mão de Obra/Função** | Motorista | 2 |
| | Porteiro | 4 |
| | Agente Coletor | 4 |

Fonte: Torre (2025).

**d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Tabela 11 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água 10.000 litros | 1 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Agrícola | 1 |
| | Agente de Limpeza | 3 |

Fonte: Torre (2025).

**e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário);**

Tabela 12 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Trator de esteira | 1 |
| | Caçamba basculante | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| | Balança de pesagem | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |
| **Mão de Obra/Função** | Coordenador técnico | 1 |
| | Porteiro diurno | 2 |
| | Porteiro noturno | 2 |
| | Balanceiro | 2 |
| | Operador de máquina pesada | 2 |
| | Motorista | 2 |
| | Servente | 7 |

Fonte: Torre Construções, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)**

Tabela 13 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caçamba basculante | 3 |
| | Retroescavadeira | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |
| **Mão de Obra/Função** | Engenheiro | 1 |
| | Fiscal | 1 |
| | Motorista | 3 |
| | Operador de máquina | 2 |
| | Servente | 5 |

Fonte: Torre Construções (2025).

**g) Educação Ambiental**

Tabela 14 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental | 1 |
| | Agente Ambiental | 3 |
| | Motorista | 1 |

Fonte: Torre Construções (2025).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, demonstrando os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão.**

Tabela 15 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para os entes que aderiram aos serviços concedidos**

Tabela 16 - Dimensionamento da Mão de Obra para o Programa de Capacitação do poder público

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área Urbana e Rural (RDO).**

Tabela 18 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área urbana

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| | Caminhão Compactador de 15 m³ (Reserva) | 2 |
| | Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Contêineres de 4,2 m³ | 154 |
| | Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 22 |
| Função | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista Compactador | 8 |
| | Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| | Coletor | 35 |

Tabela 19 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área rural

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| | Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |
| | Trator com Reboque | 1 |
| | Quadriciclo | 1 |
| | Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| | Contêineres de 1,2 m³ (25 unidades) e 4,5m³ (6 unidades) | 31 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista (Caçamba) | 3 |
| | Operador de Quadriciclo | 1 |
| | Operador de Máquina Pesada | 1 |
| | Coletor | 9 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD).**

Tabela 20 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| | Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| | Pá carregadeira ou Retroescavadeira | 2 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 9 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 9 |
| | Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Operador de máquina pesada / equipamento | 3 |
| | Motorista caçamba 6m³ | 3 |
| | Motorista caçamba 10 m³ | 3 |
| | Coletor | 13 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS).**

Tabela 21 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| | Bombona 200 litros | 200 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| | Bombona 50 litros | 100 |
| | Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| | Balança | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Supervisor | 1 |
| | Técnico ambiental | 1 |
| | Motorista | 1 |
| | Agente Coletor | 2 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU).**

Tabela 22 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| | Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico agrícola | 1 |
| | Motorista de caçamba | 1 |
| | Agente de Limpeza | 1 |
| | Agente Coletor | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**n) Quadro de mão de obra administrativa**

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 23.

Tabela 23 - Dimensionamento de equipamentos e profissionais necessários para gestão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| EQUIPAMENTOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| CARGOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre Construções, 2025

### 13.2 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS

Os investimentos necessários à implantação, construção e aquisição de equipamentos, a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, e, os custos associados à operação dos serviços, encontram-se detalhadamente descritos no Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Para fins conceituais, os custos da **CONCESSIONÁRIA** correspondem aos dispêndios necessários à prestação dos serviços contratados, abrangendo tanto os gastos indispensáveis ao funcionamento regular, quanto aqueles relacionados ao desenvolvimento e à manutenção das atividades operacionais. Dentre os principais custos de implantação e de operação, destacam-se os custos com: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros.

Em síntese, os custos associados à Concessão podem ser classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama-2021/.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de março de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8419: 1992. Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 14/02/1995.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

BRASIL. Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, de 28/04/1999.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, de 19 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB). Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA nº 307/2022. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 11, de 11 de dezembro de 2014. Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Termo de Referência Técnico. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/biblioteca/101-secretaria-nacional-de-saneamento/biblioteca/1444-termo-de-referencia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Protegeer – Cooperação para a proteção do clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Disponível em: < http://protegeer.gov.br/biblioteca/ferramentas-rsu>.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# VALUE FOR MONEY

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

# GLOSSÁRIO

BDI – Bonificações de despesas indiretas

CAPEX - Capital Expenditure - Despesas de Capital

CS – Coleta Seletiva

CSP - Comparador do Setor Público

ETR- Estação de Transferência de Resíduos

OPEX - Operational Expenditure - Despesas Operacionais

PEV - Ponto de Entrega Voluntária

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPP - Parceria Público Privada

RCD - Resíduos da Construção Civil e Demolição

RDO - Resíduos Sólidos Domiciliares

RPU - Resíduos Públicos Urbanos

CMPC - Custo Médio Ponderado do Capital

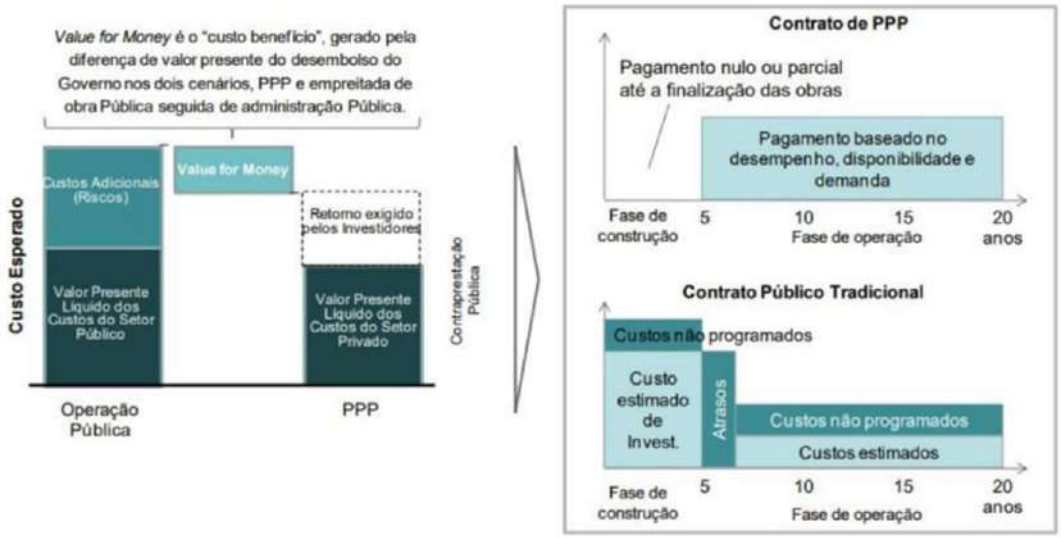
# VALUE FOR MONEY

## RELEVÂNCIA E ESTIMATIVA PRELIMINAR DOS BENEFÍCIOS

## BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Conforme conceito firmado pelo antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual Ministério da Economia, Value for Money é “o custo-benefício gerado pela diferença de valor presente do desembolso do Poder Público nos cenários comparados”, como mostra a figura a seguir.

Figura 1 Demonstração – Apuração do *Value for Money* quantitativo




Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Desta forma, torna-se necessário elaborar o cenário denominado comparador do setor público (CSP) ou modelo tradicional de compras públicas (contrato público tradicional), onde são estimados os gastos, caso o projeto fosse executado e/ou operado pelo poder público. A tomada de decisão reside na confrontação das projeções dos fluxos de caixa dos custos descontados a valor presente do contrato público tradicional (CSP) e do outro modelo adotado.

## COMPARADOR DO SETOR PÚBLICO – CSP

- **CONCEITO:** Ente público, por meio de contrato tradicional, contrata a prestação dos serviços de coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos públicos urbanos (RPU), dos resíduos da construção civil e demolição (RCD), dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) e coleta seletiva (CS), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),** mediante delegação a ser feita por contrato de concessão patrocinada.

- **PREMISSAS DE INVESTIMENTOS:** Utilização das mesmas proposições e decorrentes valores de investimento em obras civis, veículos, máquinas, equipamentos pesados, equipamentos de informática, móveis e utensílios, licenças e qualificações da outra modelagem de contratação adotada.

- **PREMISSAS DE CUSTOS OPERACIONAIS:** Utilização de pessoal próprio do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")** para gestão e operação de coleta, transporte, transbordo (transferência) e destinação final de resíduos sólidos e gastos com educação ambiental e valorização de resíduos sólidos também de responsabilidade do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO").**

- **CUSTO DE PESSOAL:** média aritmética dos salários dos profissionais vinculados a atividades de resíduos sólidos. São eles: Engenheiro Civil; Engenheiro Ambiental; Supervisor de Serviços e Operações; Fiscal de Campo (Cabo de Turma);

Motorista de veículos leves; Motorista de caçamba; Motorista de Compactador; Operador de máquina pesada; Agente Coletor; Agente de limpeza; Agente ambiental; Marinheiro; Balanceiro; Técnico Ambiental; Pedagogo; Educador Ambiental; Supervisor; Assistente; Fiscal; Assistente de Recursos Humanos; Almoxarife; Comprador; Motorista administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Analista de Tecnologia e informação.

- **CUSTO DE OPERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:** custos projetados para execução das atividades de gestão e operação dos resíduos sólidos, extraídos dos estudos dos serviços a serem executados junto dos municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**

## COMPARAÇÃO ENTRE O CONTRATO PÚBLICO TRADICIONAL - CSP E A CONTRATAÇÃO VIA CONCESSÃO PATROCINADA

A seguir apresenta-se os fluxos de custos do CSP e das despesas vinculadas à **CONCESSÃO PATROCINADA**, os quais possibilitam apurar os valores atuais líquidos, descontados pelo CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital, para efeito de comparação e verificação do ganho de eficiência quantitativo. Comparando os valores atuais líquidos dos fluxos apresentados, verifica-se o ganho de eficiência, Value for Money quantitativo.

## RISCOS TRANSFERIDOS E NEUTRALIDADE COMPETITIVA

- **SOBRECUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS:** reflete a incapacidade de o ente público executar os contratos, serviços e obras planejadas. Utilizou-se como referência o valor de 34,36% (DOPAZZO, 2020).

- **CUSTO DA LICITAÇÃO TRADICIONAL:** considerou-se o valor de 4,19% (SILVEIRA, DUCATI, 2015), incidente sobre o valor de investimento, ou seja, a ser contratado, tendo como principais componentes os custos com pessoal e publicações.

- **IMPOSTOS:** a fim de manter a neutralidade competitiva, considerou-se os impostos a serem pagos pela companhia, vide item premissas deste relatório de Value for Money, em um modelo de contratação conjunta e não incidentes no caso dos serviços pelo setor público.

## ESTUDO - GANHOS DE EFICIÊNCIA

Como abordagem técnica especializada para análise dos ganhos de eficiência e para consolidação de todos os benefícios econômicos, em casos de avaliação e tomada de decisão sobre possibilidades de modelos de contratação no setor público, o relatório de VfM tem sido adotado como ferramenta avaliadora. O Value for Money (VfM) tem como objetivo comparar dois modelos contratuais possíveis para operacionalização de serviços e grupos de investimentos. Neste caso específico, são comparados:

a) Contrato público tradicional

b) Contrato de concessão patrocinada

Dentre os pontos analisados, estão os benefícios dos cenários entre:

a) Manutenção de melhores índices de eficiência operacional para os sistemas de gestão de resíduos sólidos do município, no que tange a desperdícios e perdas;

b) Implantação de solução integrada e prestação de serviços para atendimento e exploração dos serviços públicos de resíduos sólidos urbanos do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO").**

## ANÁLISE QUANTITATIVA

Quando partimos para uma análise mais profunda do ponto de vista qualitativo, a identificação dos benefícios econômicos ou VfM (Value for Money) compreende a análise dos aspectos de difícil mensuração econômica, objetivando identificar custos ou benefícios intangíveis adicionais à sociedade, para a hipótese de o serviço público ser prestado via **CONCESSÃO PATROCINADA**, ao invés da contratação tradicional, regida pela Lei nº 14.133/21.

A análise quantitativa, por sua vez, compreende os aspectos passíveis de mensuração econômica. Essa análise é relevante para a tomada de decisão, pois pode ter substância suficiente para até superar as estimativas de ganhos calculados na análise quantitativa, como destacado na página seis do Guia Suplementar para Avaliações de Value for Money, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro:

*"Quando houver razões para acreditar que os benefícios não financeiros gerados pelo modelo de contratação são maiores do que os de um modelo convencional de aquisição, deve-se tomar cuidado para que a abordagem tradicional de VfM não subestime os benefícios das modelagens de contratação".*

[...]

*"Uma vez que a abordagem tradicional de VfM não inclui benefícios não financeiros da contratação, como, por exemplo, terminar a infraestrutura a tempo ou possuir um melhor serviço, estes devem ser levados em consideração antes de rejeitar um projeto devido a um VfM negativo".*

[…]

*"VfM positivo por si só não garante que o método da contratação deva ser adotado. Fatores qualitativos (não mensuráveis) devem ser levados em consideração na tomada de decisão".*

A estruturação de uma **CONCESSÃO PATROCINADA** agrega valor, de forma qualitativa, sob diferentes aspectos, se comparada ao contrato tradicional. Desse modo, o modelo a ser definido nos cadernos técnicos deverá preconizar a visão holística de integração das atividades logísticas sob a gestão de um único operador, denominada Gestão e Operacionalização Integrada dos Sistemas de Resíduos Sólidos do Velho Chico, o que se traduz em inovação e oportuniza alguns benefícios e externalidades positivas de cunho técnico, possibilitando a entrega dos serviços em padrões mais elevados.

Por outro lado, partindo da ótica social, esse modelo propicia a melhoria da assistência aos serviços públicos prestados para a população do território do Velho Chico, pelas razões destacadas a seguir:

✓ Maior controle sobre os insumos necessários aos serviços a serem prestados. Permite-se o planejamento eficaz e a tomada de decisão passa a ser baseada em projeções estatísticas de demanda, fundamentadas no histórico da demanda real, promovendo o uso racional dos recursos públicos;

✓ Quantificação da demanda reprimida, evitando a disposição final em lixões;

✓ Adoção de sistema informatizado de gestão logística, que:

a) permite o monitoramento da roteirização das coletas, bem como estabelece rotinas, mitigando problemas de ordem ambiental e de saúde pública;

b) auxilia no controle dos custos e na utilização dos insumos evitando a utilização ou a redução de insumos necessários à prestação dos serviços.

✓ Conhecimento da real destinação dos serviços adquiridos, evitando a distribuição de serviços em multiplicidade;

✓ Atendimento ininterrupto da população, dos grandes geradores, dos órgãos públicos e dos equipamentos públicos, evitando os graves prejuízos decorrentes de interrupção dos serviços;

✓ Padronização dos procedimentos, que permite avaliar a atividade a partir de parâmetros desejáveis; e

✓ Serviços prestados na qualidade exigida, com avaliação periódica baseada em indicadores de desempenho.

Boa parte dos benefícios citados, mesmo considerados de forma isolada, visam à promoção da oferta de serviços, garantindo o acesso à saúde e preservando o meio ambiente.

**BENEFÍCIOS DA ÓTICA ECONÔMICA:**

✓ Ampliam as possibilidades de captação de recursos financeiros;

✓ Determinam a prestação, pela Concessionária, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos;

✓ Tornam o projeto mais vantajoso sob a ótica pública, vez que exigem o compartilhamento de ganhos econômicos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

✓ Possibilitam utilizar o mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro devido necessárias atualizações tecnológicas, sem ter que incorrer nos custos envolvidos na estruturação de novas licitações;

✓ Permite a implementação de controles em tempo real dos serviços;

✓ Possibilita a implantação de painel de monitoramento com indicadores (sala de situação + mobile);

✓ Possibilita a redução da imobilização de equipamentos;

✓ Gera a redução dos desperdícios por perda;

✓ Gera uma maior assertividade no planejamento dos serviços;

✓ Resulta na otimização do uso dos recursos destinados a prestação dos serviços;

✓ Resulta na redução significativa do índice de ausência dos serviços para população, consequentemente ampliação do atendimento.

Uma das principais virtudes da proposta de modelagem de contratação em questão é a possibilidade de contratar os serviços de gestão e operacionalização integrada dos sistemas de resíduos sólidos para um único operador, em uma única licitação, pelo prazo de 30 (trinta) anos. O tempo de prestação dos serviços imprime ritmo à operação, vez que o empreendimento ao longo do tempo acumula conhecimentos que resultam em ganhos de produtividade na execução dos processos de trabalho, principalmente pela maior especialização da mão-de-obra. Ocorre também a diminuição dos riscos de obsolescência dos recursos materiais por conta dos reinvestimentos.

A concentração de atividades em um mesmo contrato facilita ao Poder Público a supervisão da gestão do projeto e da operação, pois o relacionamento se concentra em um único contrato.

Os contratos públicos tradicionais, para o mesmo objeto, esbarram no limite de tempo escasso para a prestação do serviço. Isto provoca sucessivos processos de contratação do mesmo objeto, levando principalmente a gastos repetidos e potencial descontinuidade na prestação do serviço, que costumeiramente é evitada por contratações emergenciais, elevando o risco e provavelmente os preços contratados.

A operação também ganha em agilidade, pois o parceiro privado possui maior flexibilidade nas negociações para aquisição de materiais ou contratação de serviços, gerando a redução de preços, ao passo que a aquisição de materiais diretamente pelo Poder Público submete-se ao procedimento licitatório, mais burocrático e lento e menos eficiente.

Outra vantagem do processo de contratação via **CONCESSÃO PATROCINADA** é propiciar, no momento da licitação, simetria de informações aos concorrentes, dado que os melhores estudos resultantes desta análise de Value for Money (Vfm) servirão de base para a Proposta de Preço (modelagem econômica), o Termo de Referência (caderno de encargos), a Minuta de Contrato (modelagem jurídica) e os demais anexos ao Edital de Concorrência.

Ademais, a administração pública não despende recursos com a elaboração do projeto, que fica a cargo do ente privado

Observa-se, ainda, a utilização dos ativos, durante todo o período de vigência do Contrato, com maior grau de eficiência, o que viabiliza a manutenção de um serviço de qualidade, na medida em que o ente público recebe, ao final, a integralidade dos bens necessários à regular prestação dos serviços concedidos.

Em contratos públicos tradicionais, a administração pública é responsável pela implantação do projeto, sobrecarregando o próprio orçamento, devido ao necessário aporte de recursos financeiros. Também se encarrega de articular e gerir todos os estágios da operação, objeto, prazos, qualidade, custos, comunicação e coordenação das partes envolvidas, o que eleva os riscos.

## BENEFÍCIOS SOCIAIS

Quando se faz a referência a benefícios sociais esperados por um projeto de infraestrutura com tamanho grau de inovação, dinamismo e desafios, como o objeto deste Relatório de Value for Money (VfM) em questão, os resultados ocupam os mais abrangentes campos possíveis. Em breve síntese, citamos:

a. Confiabilidade no fornecimento de produtos e serviços;

b. Estabilidade do serviço por meio de uma relação de longo prazo entre as partes (Municípios x Privado);

c. Geração de emprego e renda;

d. Redução de desperdícios por uma gestão unificada e racional; e

e. Redução do tempo de atendimento aos sistemas de resíduos sólidos;

**DETERMINAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PROJETO E ELABORAÇÃO DE ESTUDO VALUE FOR MONEY**

a) Análise dos impactos socioeconômicos do projeto;

b) Tabulação dos indicadores de desempenho esperado;

c) Análise econômica da modalidade da contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, dentre outros, incluindo estimativa simplificada do Value for Money.

**ESTUDO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO VELHO CHICO**

Como estudo de caso para validação das premissas e parâmetros anteriormente citados, bem como para pôr em prática as metodologias referentes ao desenvolvimento do relatório de Value for Money (VfM), elegemos como modelo o quadro de detalhamento de despesa dos serviços a serem concedidos pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),** referente ao ano de 2025, a saber: os serviços de coleta, transporte, transbordo (transferência) e tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos da construção civil e demolição (RCD) e da coleta seletiva (CS), bem como atividades correlatas.

Os atuais contratos celebrados pelas prefeituras integrantes do **CDS VELHO CHICO**, através da contratação tradicional, tendo como objeto a gestão de resíduos sólidos, são incompletos, não possuem serviços inerentes ao objeto do projeto em questão e não atendem às determinações da PNRS. Desse modo, não há como se incluir nas análises os resultados de performance esperados pela implementação desses serviços.

## O DESAFIO DA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

*"Nas entidades privadas, os gastos desnecessários para a elaboração de um bem ou a prestação de um serviço, ou seja, os desperdícios, remetem a um ponto indispensável para a sobrevivência de um negócio: a questão da otimização dos recursos. Em ambientes de acirrada concorrência, as organizações precisam fazer mais com menos para ganhar clientes que se tornam mais exigentes, querendo produtos de alta qualidade a um preço mais baixo".*

[...]

*"Exemplo disto vem ocorrendo na área da saúde privada, onde pesquisas têm identificado a profissionalização da gestão hospitalar, que tem passado a adotar ferramentas gerenciais modernas, que já são normalmente utilizadas em outras áreas, buscando com isso unir esforços para o alcance da excelência do atendimento que, por sua vez, gerará satisfação do cliente e, como consequência, aumento no lucro, como no caso da implantação do Balanced Scorecard em hospitais, conforme Carvalho, Dias e Prochnik (2005)".*

[...]

*"No entanto, quando se fala em serviços e bens ofertados pelo Estado, em princípio, a questão do desperdício parece não receber tanta importância, talvez pelo fato de o Estado não precisar se preocupar com a concorrência ou mesmo devido ao 'valor' pago pelo serviço público pelo cidadão não ser diretamente relacionado ao que foi consumido por ele, sendo esta última uma característica do governo, conforme Niyama e Silva (2011)".*

[...]

*"Além do mais, contabilidade pública é um tema pouco estudado no Brasil, conforme pesquisas realizadas por Oliveira (2002) e Reis, Slomski, Pereira e Mello (2007), fazendo com que não contribua tanto quanto poderia para a melhoria da qualidade da informação relacionada ao erário público, que pertence*

*a todos os brasileiros. Assim, a avaliação dos investimentos feitos pelo Estado e o retorno trazido pelos programas desenvolvidos, que têm como seu principal objetivo a contínua melhoria da qualidade de vida da população, podem não ser suficientemente ou eficientemente avaliados".*

**ESTRUTURA TEÓRICA DOS DESPERDÍCIOS ATIVO E PASSIVO CONFORME BANDIERA, PRAT E VALLETTI (2009).**

*"De acordo com Bandiera et al. (2009), o desperdício passivo ocorre quando há um gasto desnecessário para o ente público, mas o servidor ou gestor não obtém vantagem financeira para si".*

[...]

*"Por sua vez, o desperdício ativo é a corrupção propriamente dita, em que o indivíduo obtém benefício privado, provocando um prejuízo aos cofres públicos, por exemplo, quando ocorre o superfaturamento na contratação de um serviço público (Bandiera, Prat, & Valletti, 2009)".*

[...]

*"Com o objetivo de desenvolver uma estrutura teórica para estudar o desperdício ativo e o desperdício passivo, Bandiera et al. (2009) utilizaram como exemplo o trabalho de um gestor de compras de uma entidade pública que deve comprar certa quantidade de produto, pela qual pode pagar um determinado preço. Nesse caso, podem ocorrer duas coisas: a primeira é a possibilidade de o gestor receber benefício direto, "propina", na realização da transação, que eleve o preço e, consequentemente, o gasto público (desperdício ativo); a segunda é a possibilidade de o gestor ser ineficiente e não conseguir otimizar o preço (desperdício passivo)".*

[...]

*"A questão teórica subjacente é o que leva à ocorrência ou não da primeira possibilidade e também o que ocasiona a eficiência ou ineficiência do gestor prevista na segunda possibilidade".*

[...]

*"Uma provável hipótese teórica relacionada à eficiência no gasto público é a seguinte: "O gestor de compras sente uma pressão para manter os preços baixos" (Bandiera et al., 2009, p. 1284)".*

[...]

*"De acordo com esses autores, isso pode ocorrer em função de uma genuína motivação em maximizar o uso do dinheiro público por ele, o gestor, ter consciência das consequências negativas provocadas pelo pagamento elevado de preços na aquisição de produtos e serviços públicos. Por sua vez, a ineficiência pode ocorrer em função do baixo ou inadequado nível de conhecimento do gestor de compras, ou até mesmo devido à "preguiça", de acordo com Bandiera et al. (2009, p. 1284)".*

**CONCLUSÃO DOS ESTUDOS DE VALUE FOR MONEY E QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS**

Desse modo, aplicando as premissas anteriormente citadas ao estudo de caso do Velho Chico no que tange à contratação dos serviços de resíduos sólidos via PPP, podemos observar alguns pontos importantes, a saber:

- **IMPOSTOS:** ganhos de eficiência na transferência de impostos e taxas para os Governos Federal, Estadual e Municipal

- **DÉFICIT/SUPERÁVIT RESULTADO DE REDUÇÃO DE CAPEX E OPEX:** O saldo de eficiência operacional é um ponto bem sensível. Podemos observar que as reduções do emprego de OPEX e CAPEX ora suprimidas pela utilização das atividades da do sistema de gestão integrado são um dos fatores decisivos para a opção pelo modelo e sua atuação como redutora do fluxo de saída de caixa. Atualmente, os níveis ótimos de eficiência giram em torno de 27% de CAPEX (indicador que fora considerado na modelagem de contratação conjunta), frente a média de quase 9% de OPEX (indicador que fora considerado na modelagem de

contratação conjunta) de economicidade perante a integração do município.

- **REDUÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** possibilidade de redução das despesas administrativas e demais provisões anteriormente inseridas no BDI (bonificações de despesas indiretas) da Concessionária, uma vez que, com a ampliação do volume de serviços e receitas, a tendência é a ocorrência de um rateio inferior.

- **REDUÇÃO DE OPEX E CAPEX:** os principais benefícios econômicos gerados pela contratação integrada estão relacionados à redução de custos e despesas operacionais, desperdícios, extravios e outras formas de redução física de estoque, mão de obra e equipamentos empregados. Desse modo, adotou-se como premissa de redução de OPEX de 9% (nove por cento), a partir de média referenciada em estudos do setor, e meta de redução de CAPEX de 27% (vinte e sete por cento) após a implantação dos serviços integrados.

- **ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DE MÃO DE OBRA:** fora considerada a redução progressiva da mão de obra empregada pelo Poder Público na prestação dos serviços. Sendo assim, para realizar as análises de Vfm, considerou-se a onda de crescimento da universalização dos serviços. Desse modo, adotou-se como premissa a remuneração média da categoria, de acordo com o último dissidio coletivo, benefícios, encargos, bem como outros custos e despesas de pessoal.

- **PRIMEIRA ETAPA:** Ocorrerá do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) ano de implantação dos ativos operacionais, abarcando os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos. A redução da mão de obra empregada pelo Poder Público alcançaria 100% dos colaboradores do quadro original empregado.

- **CUSTO DA LICITAÇÃO TRADICIONAL:** Considerou-se o valor de 4,19% (SILVEIRA, DUCATI, 2015), incidente sobre o valor de investimento, ou seja, a ser contratado, tendo como principais componentes os custos com pessoal e publicações.

- **SOBRECUSTO DE CONTRATOS PÚBLICOS, SERVIÇOS E OBRAS:** Reflete a incapacidade de o Ente Público executar as obras planejadas e executar contratos de prestação de serviços continuados. Utilizou-se como referência o valor de 34,36% (DOPAZZO, 2020). Desse modo, considerou-se o risco de sobrecustos em ambos os cenários, o que poderia impactar na modelagem de contratação original ou conjunta.

- **VISÃO QUALITATIVA:**

Padrão de qualidade que se manterá ao longo do tempo com maior facilidade pelo poder público de fiscalização e punição.

- **QUESTÃO TRIBUTÁRIA:**
  - Transferências de impostos entre diferentes instâncias do Governo.

- **TRANSFERÊNCIA DE RISCO DO SETOR PÚBLICO PARA O PRIVADO:**
  - Riscos financiamento;
  - Riscos de Obras e Projeto;
  - Riscos de Operação, Conservação e Manutenção; e
  - Riscos de prazos e execução dos investimentos.

- **CONCLUSÃO:**

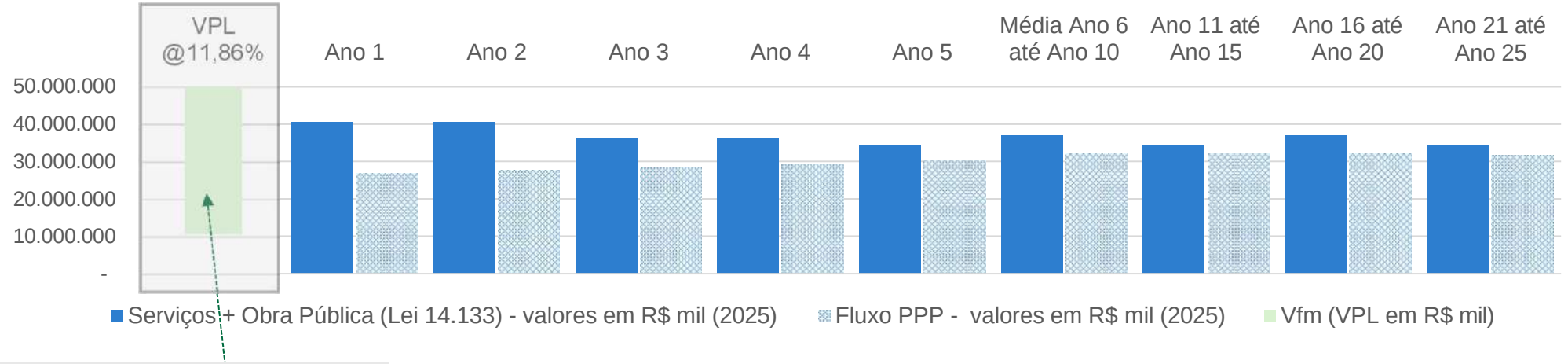
Com esta análise, podemos concluir que a prestação dos serviços de maneira conjunta, via **CONCESSÃO PATROCINADA**, apresenta maior vantagem para o Poder Público e ainda transfere ao privado riscos relevantes,

melhorando a eficiência do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos. Chegamos assim ao final do estudo com resultados sólidos não apenas quanto aos benefícios sociais, atingindo também altos níveis analíticos e de governança na validação da viabilidade da modelagem de contratação adotada. O modelo escolhido fora quantificado, tendo todas as suas métricas valoradas em termos reais e o seu saldo consolidado resultado em 20,61% (vinte virgula sessenta e um por cento) de vantajosidade da contratação no modelo sugerido. Sendo assim, o Poder Público, ao optar pela **CONCESSÃO PATROCINADA**, estaria trazendo para a administração uma economia de R$50.946.164 (cinquenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais) a valor presente.

**Tabela 1 – Demonstrativo do Value for Money (VfM): Serviços + Obra Pública vs fluxo PPP**

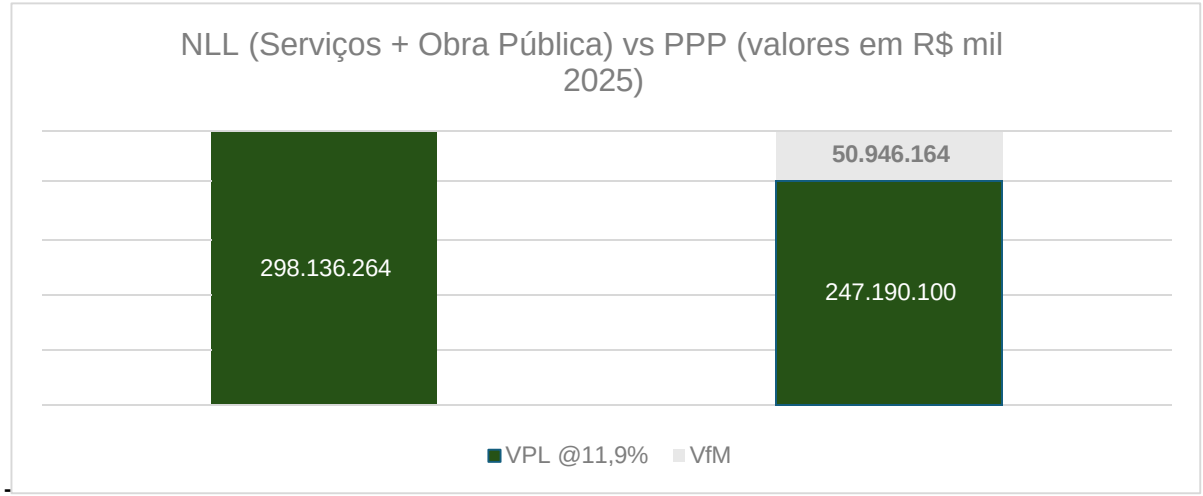
| VfM - Value for Money (VPL @11,9% em R$ mil - 2025) | 14.133 + Operação Pública | Flux PPP |
|---|---|---|
| Receitas Públicas (RSS + RCD + RPU) | | 60.565.806 |
| Receita Privadas (TUF) | | 203.960.977 |
| Inadimplência privada (TUF) | | (16.316.878) |
| Taxa de Fiscal. Contrato | | (1.019.805) |
| Investimentos - Obras Civis | 15.488.097 | |
| O&M | 210.802.499 | |
| Risco de Engenharia | 71.820.258 | |
| ***Total*** | ***298.136.264*** | ***247.190.100*** |
| ***Value for Money - Fluxo NLL (Serviços + Obra Pública) vs Fluxo PPP*** | ***50.946.164*** | ***20,61%*** |

**Figura 2 – Comparação dos Fluxos Descontados: Operação Pública vs PPP**




**Fluxos, base anual, descontados à 11,86% para análise do valor presente (VfM)**

**Figura 3 – Comparativo do VPL entre Operação Pública e PPP (2025)**




-

**Tabela 2 – Serviços + Obra Pública (Lei 14.133)** **Valores em R$ mil (dez/2025)**

| Serviços + Obra Pública (Lei 14.133) - valores em R$ mil (dez/2025) | VPL @11,86% | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 até Ano 10 | Ano 11 até Ano 15 | Ano 16 até Ano 20 | Ano 21 até Ano 25 | Ano 26 até Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **298.136.264** | **1.084.236.844** | **40.538.584** | **40.552.471** | **36.123.254** | **36.132.040** | **34.133.336** | **185.092.959** | **170.664.252** | **185.001.363** | **170.911.377** | **185.087.207** |
| (+) Investimentos - Obras Civis | 15.488.097 | 45.569.328 | 4.922.678 | 4.928.378 | 1.525.000 | 1.525.000 | - | 10.889.424 | - | 10.889.424 | - | 10.889.424 |
| (+) O&M | 210.827.909 | 777.477.654 | 25.850.266 | 25.855.107 | 25.896.255 | 25.902.925 | 25.910.703 | 129.615.118 | 129.551.673 | 129.545.587 | 129.739.267 | 129.610.752 |
| (+) Risco Engenharia, Veículos e Equipamentos (31,7%%) | 71.820.258 | 261.189.862 | 9.765.640 | 9.768.986 | 8.701.999 | 8.704.115 | 8.222.633 | 44.588.417 | 41.112.579 | 44.566.352 | 41.172.110 | 44.587.031 |

**Tabela 3 – Fluxo PPP** **Valores em R$ mil (dez/2025)**

| Fluxo PPP - valores em R$ mil (dez/2025) | VPL @11.9% | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 até Ano 10 | Ano 11 até Ano 15 | Ano 16 até Ano 20 | Ano 21 até Ano 25 | Ano 26 até Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **247.190.100** | **937.781.185** | **26.886.578** | **27.560.989** | **28.354.158** | **29.282.201** | **30.364.122** | **160.392.896** | **161.235.357** | **160.372.870** | **158.291.806** | **155.040.207** |
| (+) Receitas Públicas (TEP) | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 37.432.595 | 37.521.800 | 37.321.087 | 36.836.793 | 36.080.099 |
| (+) Receita Privadas (TUF) | 203.960.977 | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 134.382.842 | 135.206.073 | 134.482.823 | 132.737.719 | 130.011.047 |
| (-) Inadimplência privada (TUF) | (16.316.878) | (62.558.537) | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (10.750.627) | (10.816.486) | (10.758.626) | (10.619.017) | (10.400.884) |
| (+) Taxa de Fiscal. Contrato | (1.019.805) | (3.909.909) | (106.620) | (110.186) | (114.411) | (119.383) | (125.206) | (671.914) | (676.030) | (672.414) | (663.689) | (650.055) |

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chi

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**VALUE FOR MONEY**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**GLOSSÁRIO**

BDI – Bonificações de despesas indiretas

CAPEX - Capital Expenditure - Despesas de Capital

CS – Coleta Seletiva

CSP - Comparador do Setor Público

ETR- Estação de Transferência de Resíduos

OPEX - Operational Expenditure - Despesas Operacionais

PEV - Ponto de Entrega Voluntária

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPP - Parceria Público Privada

RCD - Resíduos da Construção Civil e Demolição

RDO - Resíduos Sólidos Domiciliares

RPU - Resíduos Públicos Urbanos

CMPC - Custo Médio Ponderado do Capital



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

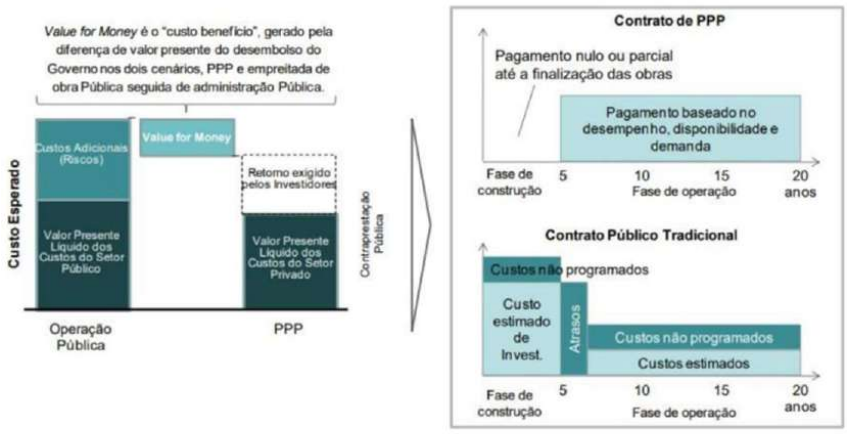
**VALUE FOR MONEY**

**RELEVÂNCIA E ESTIMATIVA PRELIMINAR DOS BENEFÍCIOS**

**BENEFÍCIOS ECONÔMICOS**

Conforme conceito firmado pelo antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual Ministério da Economia, Value for Money é “o custo-benefício gerado pela diferença de valor presente do desembolso do Poder Público nos cenários comparados”, como mostra a figura a seguir.

Figura 1 Demonstração – Apuração do *Value for Money* quantitativo




Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Desta forma, torna-se necessário elaborar o cenário denominado comparador do setor público (CSP) ou modelo tradicional de compras públicas (contrato público tradicional), onde são estimados os gastos, caso o projeto fosse executado e/ou operado pelo poder público. A tomada de decisão reside na confrontação das projeções dos fluxos de caixa dos custos descontados a valor presente do contrato público tradicional (CSP) e do outro modelo adotado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**COMPARADOR DO SETOR PÚBLICO – CSP**

- **CONCEITO:** Ente público, por meio de contrato tradicional, contrata a prestação dos serviços de coleta, transporte, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos públicos urbanos (RPU), dos resíduos da construção civil e demolição (RCD), dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) e coleta seletiva (CS), bem como atividades correlatas, do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),** mediante delegação a ser feita por contrato de concessão patrocinada.

- **PREMISSAS DE INVESTIMENTOS:** Utilização das mesmas proposições e decorrentes valores de investimento em obras civis, veículos, máquinas, equipamentos pesados, equipamentos de informática, móveis e utensílios, licenças e qualificações da outra modelagem de contratação adotada.

- **PREMISSAS DE CUSTOS OPERACIONAIS:** Utilização de pessoal próprio do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")** para gestão e operação de coleta, transporte, transbordo (transferência) e destinação final de resíduos sólidos e gastos com educação ambiental e valorização de resíduos sólidos também de responsabilidade do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO").**

- **CUSTO DE PESSOAL:** média aritmética dos salários dos profissionais vinculados a atividades de resíduos sólidos. São eles: Engenheiro Civil; Engenheiro Ambiental; Supervisor de Serviços e Operações; Fiscal de Campo (Cabo de Turma);



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Motorista de veículos leves; Motorista de caçamba; Motorista de Compactador; Operador de máquina pesada; Agente Coletor; Agente de limpeza; Agente ambiental; Marinheiro; Balanceiro; Técnico Ambiental; Pedagogo; Educador Ambiental; Supervisor; Assistente; Fiscal; Assistente de Recursos Humanos; Almoxarife; Comprador; Motorista administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Analista de Tecnologia e informação.

- **CUSTO DE OPERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:** custos projetados para execução das atividades de gestão e operação dos resíduos sólidos, extraídos dos estudos dos serviços a serem executados junto dos municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”)**

**COMPARAÇÃO ENTRE O CONTRATO PÚBLICO TRADICIONAL - CSP E A CONTRATAÇÃO VIA CONCESSÃO PATROCINADA**

A seguir apresenta-se os fluxos de custos do CSP e das despesas vinculadas à **CONCESSÃO PATROCINADA**, os quais possibilitam apurar os valores atuais líquidos, descontados pelo CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital, para efeito de comparação e verificação do ganho de eficiência quantitativo. Comparando os valores atuais líquidos dos fluxos apresentados, verifica-se o ganho de eficiência, Value for Money quantitativo.

**RISCOS TRANSFERIDOS E NEUTRALIDADE COMPETITIVA**

- **SOBRECUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS:** reflete a incapacidade de o ente público executar os contratos, serviços e obras planejadas. Utilizou-se como referência o valor de 34,36% (DOPAZZO, 2020).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **CUSTO DA LICITAÇÃO TRADICIONAL:** considerou-se o valor de 4,19% (SILVEIRA, DUCATI, 2015), incidente sobre o valor de investimento, ou seja, a ser contratado, tendo como principais componentes os custos com pessoal e publicações.

- **IMPOSTOS:** a fim de manter a neutralidade competitiva, considerou-se os impostos a serem pagos pela companhia, vide item premissas deste relatório de Value for Money, em um modelo de contratação conjunta e não incidentes no caso dos serviços pelo setor público.

**ESTUDO - GANHOS DE EFICIÊNCIA**

Como abordagem técnica especializada para análise dos ganhos de eficiência e para consolidação de todos os benefícios econômicos, em casos de avaliação e tomada de decisão sobre possibilidades de modelos de contratação no setor público, o relatório de VfM tem sido adotado como ferramenta avaliadora. O Value for Money (VfM) tem como objetivo comparar dois modelos contratuais possíveis para operacionalização de serviços e grupos de investimentos. Neste caso específico, são comparados:

a) Contrato público tradicional

b) Contrato de concessão patrocinada

Dentre os pontos analisados, estão os benefícios dos cenários entre:

a) Manutenção de melhores índices de eficiência operacional para os sistemas de gestão de resíduos sólidos do município, no que tange a desperdícios e perdas;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

b) Implantação de solução integrada e prestação de serviços para atendimento e exploração dos serviços públicos de resíduos sólidos urbanos do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO").**

**ANÁLISE QUANTITATIVA**

Quando partimos para uma análise mais profunda do ponto de vista qualitativo, a identificação dos benefícios econômicos ou VfM (Value for Money) compreende a análise dos aspectos de difícil mensuração econômica, objetivando identificar custos ou benefícios intangíveis adicionais à sociedade, para a hipótese de o serviço público ser prestado via **CONCESSÃO PATROCINADA**, ao invés da contratação tradicional, regida pela Lei nº 14.133/21.

A análise quantitativa, por sua vez, compreende os aspectos passíveis de mensuração econômica. Essa análise é relevante para a tomada de decisão, pois pode ter substância suficiente para até superar as estimativas de ganhos calculados na análise quantitativa, como destacado na página seis do Guia Suplementar para Avaliações de Value for Money, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro:

*"Quando houver razões para acreditar que os benefícios não financeiros gerados pelo modelo de contratação são maiores do que os de um modelo convencional de aquisição, deve-se tomar cuidado para que a abordagem tradicional de VfM não subestime os benefícios das modelagens de contratação".*

[...]

*"Uma vez que a abordagem tradicional de VfM não inclui benefícios não financeiros da contratação, como, por exemplo, terminar a infraestrutura a tempo ou possuir um melhor serviço, estes devem ser levados em consideração antes de rejeitar um projeto devido a um VfM negativo".*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




[…]

*"VfM positivo por si só não garante que o método da contratação deva ser adotado. Fatores qualitativos (não mensuráveis) devem ser levados em consideração na tomada de decisão".*

A estruturação de uma **CONCESSÃO PATROCINADA** agrega valor, de forma qualitativa, sob diferentes aspectos, se comparada ao contrato tradicional. Desse modo, o modelo a ser definido nos cadernos técnicos deverá preconizar a visão holística de integração das atividades logísticas sob a gestão de um único operador, denominada Gestão e Operacionalização Integrada dos Sistemas de Resíduos Sólidos do Velho Chico, o que se traduz em inovação e oportuniza alguns benefícios e externalidades positivas de cunho técnico, possibilitando a entrega dos serviços em padrões mais elevados.

Por outro lado, partindo da ótica social, esse modelo propicia a melhoria da assistência aos serviços públicos prestados para a população do território do Velho Chico, pelas razões destacadas a seguir:

✓ Maior controle sobre os insumos necessários aos serviços a serem prestados. Permite-se o planejamento eficaz e a tomada de decisão passa a ser baseada em projeções estatísticas de demanda, fundamentadas no histórico da demanda real, promovendo o uso racional dos recursos públicos;

✓ Quantificação da demanda reprimida, evitando a disposição final em lixões;

✓ Adoção de sistema informatizado de gestão logística, que:

a) permite o monitoramento da roteirização das coletas, bem como estabelece rotinas, mitigando problemas de ordem ambiental e de saúde pública;

b) auxilia no controle dos custos e na utilização dos insumos evitando a utilização ou a redução de insumos necessários à prestação dos serviços.

✓ Conhecimento da real destinação dos serviços adquiridos, evitando a distribuição de serviços em multiplicidade;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

✓ Atendimento ininterrupto da população, dos grandes geradores, dos órgãos públicos e dos equipamentos públicos, evitando os graves prejuízos decorrentes de interrupção dos serviços;

✓ Padronização dos procedimentos, que permite avaliar a atividade a partir de parâmetros desejáveis; e

✓ Serviços prestados na qualidade exigida, com avaliação periódica baseada em indicadores de desempenho.

Boa parte dos benefícios citados, mesmo considerados de forma isolada, visam à promoção da oferta de serviços, garantindo o acesso à saúde e preservando o meio ambiente.

**BENEFÍCIOS DA ÓTICA ECONÔMICA:**

✓ Ampliam as possibilidades de captação de recursos financeiros;

✓ Determinam a prestação, pela Concessionária, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos;

✓ Tornam o projeto mais vantajoso sob a ótica pública, vez que exigem o compartilhamento de ganhos econômicos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

✓ Possibilitam utilizar o mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro devido necessárias atualizações tecnológicas, sem ter que incorrer nos custos envolvidos na estruturação de novas licitações;

✓ Permite a implementação de controles em tempo real dos serviços;

✓ Possibilita a implantação de painel de monitoramento com indicadores (sala de situação + mobile);

✓ Possibilita a redução da imobilização de equipamentos;

✓ Gera a redução dos desperdícios por perda;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

✓ Gera uma maior assertividade no planejamento dos serviços;

✓ Resulta na otimização do uso dos recursos destinados a prestação dos serviços;

✓ Resulta na redução significativa do índice de ausência dos serviços para população, consequentemente ampliação do atendimento.

Uma das principais virtudes da proposta de modelagem de contratação em questão é a possibilidade de contratar os serviços de gestão e operacionalização integrada dos sistemas de resíduos sólidos para um único operador, em uma única licitação, pelo prazo de 30 (trinta) anos. O tempo de prestação dos serviços imprime ritmo à operação, vez que o empreendimento ao longo do tempo acumula conhecimentos que resultam em ganhos de produtividade na execução dos processos de trabalho, principalmente pela maior especialização da mão-de-obra. Ocorre também a diminuição dos riscos de obsolescência dos recursos materiais por conta dos reinvestimentos.

A concentração de atividades em um mesmo contrato facilita ao Poder Público a supervisão da gestão do projeto e da operação, pois o relacionamento se concentra em um único contrato.

Os contratos públicos tradicionais, para o mesmo objeto, esbarram no limite de tempo escasso para a prestação do serviço. Isto provoca sucessivos processos de contratação do mesmo objeto, levando principalmente a gastos repetidos e potencial descontinuidade na prestação do serviço, que costumeiramente é evitada por contratações emergenciais, elevando o risco e provavelmente os preços contratados.

A operação também ganha em agilidade, pois o parceiro privado possui maior flexibilidade nas negociações para aquisição de materiais ou contratação de serviços, gerando a redução de preços, ao passo que a aquisição de materiais diretamente pelo Poder Público submete-se ao procedimento licitatório, mais burocrático e lento e menos eficiente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Outra vantagem do processo de contratação via **CONCESSÃO PATROCINADA** é propiciar, no momento da licitação, simetria de informações aos concorrentes, dado que os melhores estudos resultantes desta análise de Value for Money (Vfm) servirão de base para a Proposta de Preço (modelagem econômica), o Termo de Referência (caderno de encargos), a Minuta de Contrato (modelagem jurídica) e os demais anexos ao Edital de Concorrência.

Ademais, a administração pública não despende recursos com a elaboração do projeto, que fica a cargo do ente privado

Observa-se, ainda, a utilização dos ativos, durante todo o período de vigência do Contrato, com maior grau de eficiência, o que viabiliza a manutenção de um serviço de qualidade, na medida em que o ente público recebe, ao final, a integralidade dos bens necessários à regular prestação dos serviços concedidos.

Em contratos públicos tradicionais, a administração pública é responsável pela implantação do projeto, sobrecarregando o próprio orçamento, devido ao necessário aporte de recursos financeiros. Também se encarrega de articular e gerir todos os estágios da operação, objeto, prazos, qualidade, custos, comunicação e coordenação das partes envolvidas, o que eleva os riscos.

## BENEFÍCIOS SOCIAIS

Quando se faz a referência a benefícios sociais esperados por um projeto de infraestrutura com tamanho grau de inovação, dinamismo e desafios, como o objeto deste Relatório de Value for Money (VfM) em questão, os resultados ocupam os mais abrangentes campos possíveis. Em breve síntese, citamos:

a. Confiabilidade no fornecimento de produtos e serviços;

b. Estabilidade do serviço por meio de uma relação de longo prazo entre as partes (Municípios x Privado);

c. Geração de emprego e renda;

d. Redução de desperdícios por uma gestão unificada e racional; e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e. Redução do tempo de atendimento aos sistemas de resíduos sólidos;

**DETERMINAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PROJETO E ELABORAÇÃO DE ESTUDO VALUE FOR MONEY**

a) Análise dos impactos socioeconômicos do projeto;

b) Tabulação dos indicadores de desempenho esperado;

c) Análise econômica da modalidade da contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, dentre outros, incluindo estimativa simplificada do Value for Money.

**ESTUDO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO VELHO CHICO**

Como estudo de caso para validação das premissas e parâmetros anteriormente citados, bem como para pôr em prática as metodologias referentes ao desenvolvimento do relatório de Value for Money (VfM), elegemos como modelo o quadro de detalhamento de despesa dos serviços a serem concedidos pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"),** referente ao ano de 2025, a saber: os serviços de coleta, transporte, transbordo (transferência) e tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares (RDO), dos resíduos da construção civil e demolição (RCD) e da coleta seletiva (CS), bem como atividades correlatas.

Os atuais contratos celebrados pelas prefeituras integrantes do **CDS VELHO CHICO**, através da contratação tradicional, tendo como objeto a gestão de resíduos sólidos, são incompletos, não possuem serviços inerentes ao objeto do projeto em questão e não atendem às determinações da PNRS. Desse modo, não há como se incluir nas análises os resultados de performance esperados pela implementação desses serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**O DESAFIO DA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS**

*"Nas entidades privadas, os gastos desnecessários para a elaboração de um bem ou a prestação de um serviço, ou seja, os desperdícios, remetem a um ponto indispensável para a sobrevivência de um negócio: a questão da otimização dos recursos. Em ambientes de acirrada concorrência, as organizações precisam fazer mais com menos para ganhar clientes que se tornam mais exigentes, querendo produtos de alta qualidade a um preço mais baixo".*

[...]

*"Exemplo disto vem ocorrendo na área da saúde privada, onde pesquisas têm identificado a profissionalização da gestão hospitalar, que tem passado a adotar ferramentas gerenciais modernas, que já são normalmente utilizadas em outras áreas, buscando com isso unir esforços para o alcance da excelência do atendimento que, por sua vez, gerará satisfação do cliente e, como consequência, aumento no lucro, como no caso da implantação do Balanced Scorecard em hospitais, conforme Carvalho, Dias e Prochnik (2005)".*

[...]

*"No entanto, quando se fala em serviços e bens ofertados pelo Estado, em princípio, a questão do desperdício parece não receber tanta importância, talvez pelo fato de o Estado não precisar se preocupar com a concorrência ou mesmo devido ao 'valor' pago pelo serviço público pelo cidadão não ser diretamente relacionado ao que foi consumido por ele, sendo esta última uma característica do governo, conforme Niyama e Silva (2011)".*

[...]

*"Além do mais, contabilidade pública é um tema pouco estudado no Brasil, conforme pesquisas realizadas por Oliveira (2002) e Reis, Slomski, Pereira e Mello (2007), fazendo com que não contribua tanto quanto poderia para a melhoria da qualidade da informação relacionada ao erário público, que pertence*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

*a todos os brasileiros. Assim, a avaliação dos investimentos feitos pelo Estado e o retorno trazido pelos programas desenvolvidos, que têm como seu principal objetivo a contínua melhoria da qualidade de vida da população, podem não ser suficientemente ou eficientemente avaliados".*

**ESTRUTURA TEÓRICA DOS DESPERDÍCIOS ATIVO E PASSIVO CONFORME BANDIERA, PRAT E VALLETTI (2009).**

*"De acordo com Bandiera et al. (2009), o desperdício passivo ocorre quando há um gasto desnecessário para o ente público, mas o servidor ou gestor não obtém vantagem financeira para si".*

[...]

*"Por sua vez, o desperdício ativo é a corrupção propriamente dita, em que o indivíduo obtém benefício privado, provocando um prejuízo aos cofres públicos, por exemplo, quando ocorre o superfaturamento na contratação de um serviço público (Bandiera, Prat, & Valletti, 2009)".*

[...]

*"Com o objetivo de desenvolver uma estrutura teórica para estudar o desperdício ativo e o desperdício passivo, Bandiera et al. (2009) utilizaram como exemplo o trabalho de um gestor de compras de uma entidade pública que deve comprar certa quantidade de produto, pela qual pode pagar um determinado preço. Nesse caso, podem ocorrer duas coisas: a primeira é a possibilidade de o gestor receber benefício direto, "propina", na realização da transação, que eleve o preço e, consequentemente, o gasto público (desperdício ativo); a segunda é a possibilidade de o gestor ser ineficiente e não conseguir otimizar o preço (desperdício passivo)".*

[...]

*"A questão teórica subjacente é o que leva à ocorrência ou não da primeira possibilidade e também o que ocasiona a eficiência ou ineficiência do gestor prevista na segunda possibilidade".*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

[...]

*"Uma provável hipótese teórica relacionada à eficiência no gasto público é a seguinte: "O gestor de compras sente uma pressão para manter os preços baixos" (Bandiera et al., 2009, p. 1284)".*

[...]

*"De acordo com esses autores, isso pode ocorrer em função de uma genuína motivação em maximizar o uso do dinheiro público por ele, o gestor, ter consciência das consequências negativas provocadas pelo pagamento elevado de preços na aquisição de produtos e serviços públicos. Por sua vez, a ineficiência pode ocorrer em função do baixo ou inadequado nível de conhecimento do gestor de compras, ou até mesmo devido à "preguiça", de acordo com Bandiera et al. (2009, p. 1284)".*

**CONCLUSÃO DOS ESTUDOS DE VALUE FOR MONEY E QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS**

Desse modo, aplicando as premissas anteriormente citadas ao estudo de caso do Velho Chico no que tange à contratação dos serviços de resíduos sólidos via PPP, podemos observar alguns pontos importantes, a saber:

- **IMPOSTOS:** ganhos de eficiência na transferência de impostos e taxas para os Governos Federal, Estadual e Municipal

- **DÉFICIT/SUPERÁVIT RESULTADO DE REDUÇÃO DE CAPEX E OPEX:** O saldo de eficiência operacional é um ponto bem sensível. Podemos observar que as reduções do emprego de OPEX e CAPEX ora suprimidas pela utilização das atividades da do sistema de gestão integrado são um dos fatores decisivos para a opção pelo modelo e sua atuação como redutora do fluxo de saída de caixa. Atualmente, os níveis ótimos de eficiência giram em torno de 27% de CAPEX (indicador que fora considerado na modelagem de contratação conjunta), frente a média de quase 9% de OPEX (indicador que fora considerado na modelagem de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

contratação conjunta) de economicidade perante a integração do município.

- **REDUÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** possibilidade de redução das despesas administrativas e demais provisões anteriormente inseridas no BDI (bonificações de despesas indiretas) da Concessionária, uma vez que, com a ampliação do volume de serviços e receitas, a tendência é a ocorrência de um rateio inferior.

- **REDUÇÃO DE OPEX E CAPEX:** os principais benefícios econômicos gerados pela contratação integrada estão relacionados à redução de custos e despesas operacionais, desperdícios, extravios e outras formas de redução física de estoque, mão de obra e equipamentos empregados. Desse modo, adotou-se como premissa de redução de OPEX de 9% (nove por cento), a partir de média referenciada em estudos do setor, e meta de redução de CAPEX de 27% (vinte e sete por cento) após a implantação dos serviços integrados.

- **ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DE MÃO DE OBRA:** fora considerada a redução progressiva da mão de obra empregada pelo Poder Público na prestação dos serviços. Sendo assim, para realizar as análises de Vfm, considerou-se a onda de crescimento da universalização dos serviços. Desse modo, adotou-se como premissa a remuneração média da categoria, de acordo com o último dissidio coletivo, benefícios, encargos, bem como outros custos e despesas de pessoal.

- **PRIMEIRA ETAPA:** Ocorrerá do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) ano de implantação dos ativos operacionais, abarcando os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos. A redução da mão de obra empregada pelo Poder Público alcançaria 100% dos colaboradores do quadro original empregado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **CUSTO DA LICITAÇÃO TRADICIONAL:** Considerou-se o valor de 4,19% (SILVEIRA, DUCATI, 2015), incidente sobre o valor de investimento, ou seja, a ser contratado, tendo como principais componentes os custos com pessoal e publicações.

- **SOBRECUSTO DE CONTRATOS PÚBLICOS, SERVIÇOS E OBRAS:** Reflete a incapacidade de o Ente Público executar as obras planejadas e executar contratos de prestação de serviços continuados. Utilizou-se como referência o valor de 34,36% (DOPAZZO, 2020). Desse modo, considerou-se o risco de sobrecustos em ambos os cenários, o que poderia impactar na modelagem de contratação original ou conjunta.

- **VISÃO QUALITATIVA:**

Padrão de qualidade que se manterá ao longo do tempo com maior facilidade pelo poder público de fiscalização e punição.

- **QUESTÃO TRIBUTÁRIA:**
  - Transferências de impostos entre diferentes instâncias do Governo.

- **TRANSFERÊNCIA DE RISCO DO SETOR PÚBLICO PARA O PRIVADO:**
  - Riscos financiamento;
  - Riscos de Obras e Projeto;
  - Riscos de Operação, Conservação e Manutenção; e
  - Riscos de prazos e execução dos investimentos.

- **CONCLUSÃO:**

Com esta análise, podemos concluir que a prestação dos serviços de maneira conjunta, via **CONCESSÃO PATROCINADA**, apresenta maior vantagem para o Poder Público e ainda transfere ao privado riscos relevantes,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

melhorando a eficiência do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos. Chegamos assim ao final do estudo com resultados sólidos não apenas quanto aos benefícios sociais, atingindo também altos níveis analíticos e de governança na validação da viabilidade da modelagem de contratação adotada. O modelo escolhido fora quantificado, tendo todas as suas métricas valoradas em termos reais e o seu saldo consolidado resultado em 20,61% (vinte virgula sessenta e um por cento) de vantajosidade da contratação no modelo sugerido. Sendo assim, o Poder Público, ao optar pela **CONCESSÃO PATROCINADA**, estaria trazendo para a administração uma economia de R$50.946.164 (cinquenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais) a valor presente.



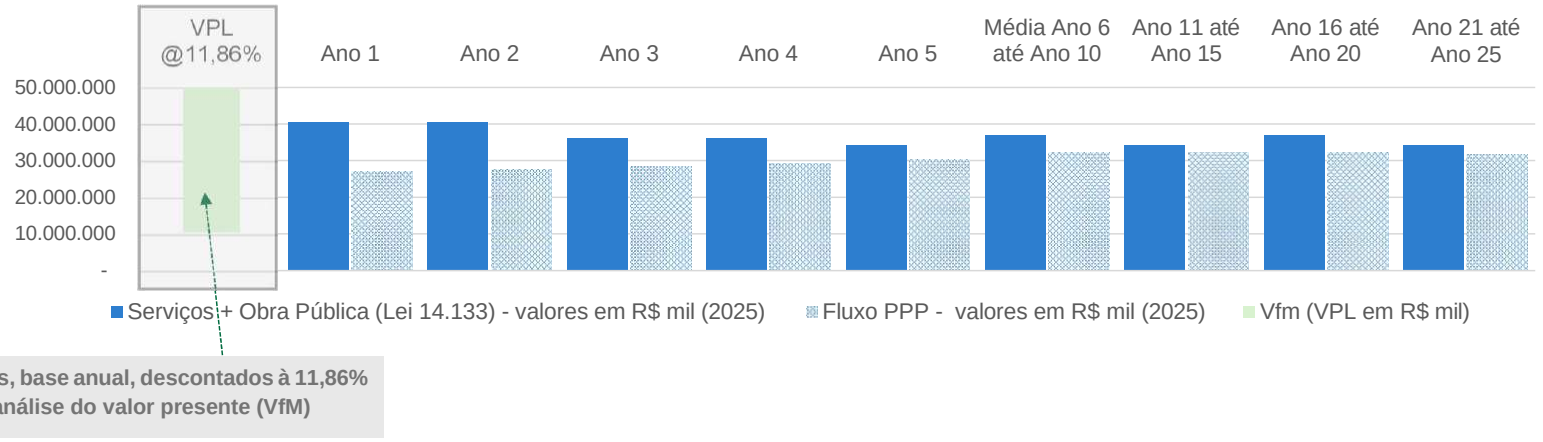
Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**Tabela 1 – Demonstrativo do Value for Money (VfM): Serviços + Obra Pública vs fluxo PPP**

| VfM - Value for Money (VPL @11,9% em R$ mil - 2025) | 14.133 + Operação Pública | Flux PPP |
|---|---|---|
| Receitas Públicas (RSS + RCD + RPU) | | 60.565.806 |
| Receita Privadas (TUF) | | 203.960.977 |
| Inadimplência privada (TUF) | | (16.316.878) |
| Taxa de Fiscal. Contrato | | (1.019.805) |
| Investimentos - Obras Civis | 15.488.097 | |
| O&M | 210.802.499 | |
| Risco de Engenharia | 71.820.258 | |
| ***Total*** | ***298.136.264*** | ***247.190.100*** |
| ***Value for Money - Fluxo NLL (Serviços + Obra Pública) vs Fluxo PPP*** | ***50.946.164*** | ***20,61%*** |

**Figura 2 – Comparação dos Fluxos Descontados: Operação Pública vs PPP**




Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Figura 3 – Comparativo do VPL entre Operação Pública e PPP (2025)**

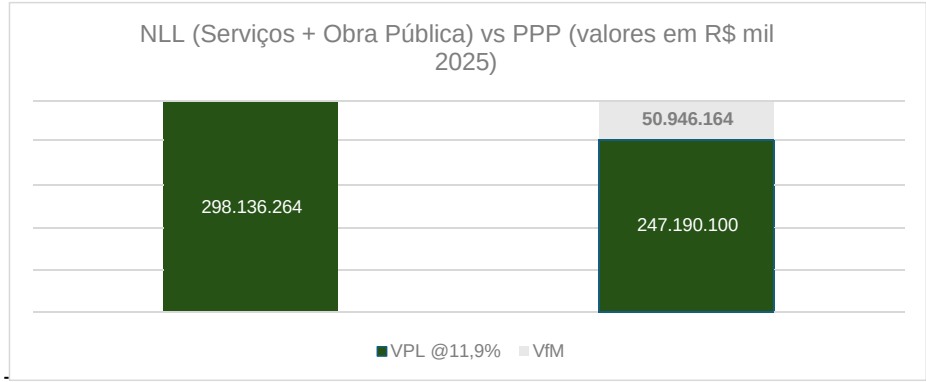



**Tabela 2 – Serviços + Obra Pública (Lei 14.133)** **Valores em R$ mil (dez/2025)**

| Serviços + Obra Pública (Lei 14.133) - valores em R$ mil (dez/2025) | VPL @11,86% | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 até Ano 10 | Ano 11 até Ano 15 | Ano 16 até Ano 20 | Ano 21 até Ano 25 | Ano 26 até Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **298.136.264** | **1.084.236.844** | **40.538.584** | **40.552.471** | **36.123.254** | **36.132.040** | **34.133.336** | **185.092.959** | **170.664.252** | **185.001.363** | **170.911.377** | **185.087.207** |
| (+) Investimentos - Obras Civis | 15.488.097 | 45.569.328 | 4.922.678 | 4.928.378 | 1.525.000 | 1.525.000 | - | 10.889.424 | - | 10.889.424 | - | 10.889.424 |
| (+) O&M | 210.827.909 | 777.477.654 | 25.850.266 | 25.855.107 | 25.896.255 | 25.902.925 | 25.910.703 | 129.615.118 | 129.551.673 | 129.545.587 | 129.739.267 | 129.610.752 |
| (+) Risco Engenharia, Veículos e Equipamentos (31,7%%) | 71.820.258 | 261.189.862 | 9.765.640 | 9.768.986 | 8.701.999 | 8.704.115 | 8.222.633 | 44.588.417 | 41.112.579 | 44.566.352 | 41.172.110 | 44.587.031 |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




**Tabela 3 – Fluxo PPP** **Valores em R$ mil (dez/2025)**

| Fluxo PPP - valores em R$ mil (dez/2025) | VPL @11.9% | Total | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 até Ano 10 | Ano 11 até Ano 15 | Ano 16 até Ano 20 | Ano 21 até Ano 25 | Ano 26 até Ano 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **247.190.100** | **937.781.185** | **26.886.578** | **27.560.989** | **28.354.158** | **29.282.201** | **30.364.122** | **160.392.896** | **161.235.357** | **160.372.870** | **158.291.806** | **155.040.207** |
| (+) Receitas Públicas (TEP) | 60.565.806 | 222.267.921 | 7.375.066 | 7.396.884 | 7.416.943 | 7.435.166 | 7.451.487 | 37.432.595 | 37.521.800 | 37.321.087 | 36.836.793 | 36.080.099 |
| (+) Receita Privadas (TUF) | 203.960.977 | 781.981.709 | 21.324.057 | 22.037.274 | 22.882.202 | 23.876.542 | 25.041.131 | 134.382.842 | 135.206.073 | 134.482.823 | 132.737.719 | 130.011.047 |
| (-) Inadimplência privada (TUF) | (16.316.878) | (62.558.537) | (1.705.925) | (1.762.982) | (1.830.576) | (1.910.123) | (2.003.290) | (10.750.627) | (10.816.486) | (10.758.626) | (10.619.017) | (10.400.884) |
| (+) Taxa de Fiscal. Contrato | (1.019.805) | (3.909.909) | (106.620) | (110.186) | (114.411) | (119.383) | (125.206) | (671.914) | (676.030) | (672.414) | (663.689) | (650.055) |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chi

www.cdsvclhochico[illegible]go\.lir
BR 430, Bairro Shangrl-la s/n 47600-000
Bom Jesus da Lapa - Bahia
cdsvolhochico1hotmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO XVII – ESTUDO AMBIENTAL E FUNDIÁRIO

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ANAC** | Agência Nacional de Aviação Civil |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CONDER** | Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EMBRAPA** | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estações de Transferência de Resíduos |
| **FAO** | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| **GEE** | Gases de Efeito Estufa |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **MNCR** | Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis |
| **ODM** | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PEV** | Pontos de Entrega Voluntária |
| **PNMC** | Política Nacional sobre Mudança do Clima |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **RCD** | Resíduos da Construção Civil e Demolição |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RDS** | Regiões de Desenvolvimento Sustentável |
| **RSS** | Resíduos dos Serviços de Saúde |
| **SEDUR** | Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| **UC** | Unidade de Conservação |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |
| **ZEE** | Zoneamento Ecológico Econômico |

## 1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS

Este estudo tem por objetivo avaliar as questões ambientais e fundiárias nas áreas de abrangência de 5 (cinco) Municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.

A finalidade é identificar e georreferenciar os lixões nas localidades, correlacionando-os aos proprietários sempre que possível, bem como apresentar o diagnóstico ambiental da área do projeto, avaliar o passivo ambiental e desenvolver os estudos dos impactos ao meio ambiente, sugerindo as respectivas medidas mitigadoras.

A Lei nº 12.932/2014 instituiu a Política de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia, estabelecendo normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos, garantindo a efetividade das ações do Governo Estadual, em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) responsável pela elaboração do Estudo de Regionalização de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (ERGIRS).

A regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos do Estado da Bahia, em 2014, permitiu orientar as ações do Governo do Estado em resíduos, buscando soluções integradas desde a geração até a destinação final adequada, estimulando a busca de soluções consorciadas com base nas diretrizes nacionais para o saneamento (Lei Federal nº 11.445/07), nas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10) e na Lei Federal de Consórcios (Lei nº 11.707/2005).

A proposta do **ERGIRS** agrega um conjunto de recomendações de arranjos com base em critérios técnicos, resultando em 26 (vinte e seis) regiões de desenvolvimento sustentável (RDS), tendo como base

levantamentos de dados populacionais e produção diária de resíduos sólidos urbanos, considerando o espaço temporal de 20 anos (2013 a 2033).

O **PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BAHIA** (**PERS-BA**), instrumento elaborado pelo Governo do Estado da Bahia, através da **SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** (**SEDUR**), é de fundamental importância para o planejamento e ações de implementação das políticas públicas, em saneamento básico e ambiental, em especial no gerenciamento de resíduos sólidos, e contribuirá na busca, pelos municípios, de soluções para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, de modo a resolver os problemas existentes e cumprir a legislação pertinente.

A **SEDUR** foi selecionada pelo Ministério das Cidades para elaboração de estudos, projetos de engenharia e sistemas integrados de destinação final de resíduos sólidos urbanos, adotando arranjos de cidades propostos no **ERGIRS**.

No relatório *"Produto 3"*, diagnóstico da gestão de resíduos sólidos do Estado da Bahia, concluído em julho/2022, destaca-se os estudos apresentados no *"território de identidade do velho chico"*.

Com relação ao tema *"existência de normativa associada ao saneamento básico"*, o relatório do PERS é conclusivo em afirmar que, para o Território de Identidade Velho Chico, apenas 01 (um) dos municípios, em 2017, possuía normas associadas à política municipal de saneamento básico.

Com relação à abrangência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, no Território de Identidade Velho Chico, o relatório é conclusivo em afirmar que os municípios do Território de Identidade Velho Chico estão inseridos no objeto do PAC 2, com diagnóstico ambiental e estudo de mercado.

Destaca-se do estudo desenvolvido pelo PAC 2 os temas inerentes aos aspectos sociais dos catadores, que serão considerados quando do cadastramento deles. A ausência do cadastro é ratificada pelo estudo do PAC 2, apontando para a necessidade de uma política de reinserção dos catadores na sociedade e a gestão de resíduos com coleta seletiva dos materiais recicláveis, atendendo aos aspectos legais, sociais e econômicos.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 e 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

## 2. ESTUDOS AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao Projeto estão localizados em um dos eixos viários mais importantes do

Estado da Bahia. Os estudos fundiários demonstraram que as áreas dos lixões estão situadas na zona rural dos Municípios, com distâncias que variam de 60 a 90 km dos centros das sedes municipais.

No Brasil, o critério político-administrativo, em diversos casos, não corresponde à realidade territorial das unidades federativas que o compõem. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como órgão federal responsável pelas estatísticas oficiais, segue o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que representa um marco legal acerca da diferenciação entre os espaços urbanos e rurais do país.

Segundo esse decreto, todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes dos municípios. Tudo o que estivesse fora desse enquadramento corresponderia ao rural.

É possível verificar que existem residências no entorno de parte dessas áreas, bem como pessoas morando nas áreas de trabalho dos lixões. Em relação à questão ambiental, verificou-se que: (i) há corpo hídrico nas proximidades de grande parte dos lixões; (ii) não há recobrimento do lixo com material argiloso; (iii) existe mau cheiro no entorno, resultando em foco atrativo de aves, insetos e roedores; e (iv) há contaminação dos solos e dos respectivos lençóis freáticos.

O estudo fundiário e ambiental mostrará como estão as áreas dos lixões e quais as medidas que serão adotadas para minimizar os impactos causados pelo descarte irregular desses resíduos, bem como as diretrizes para a implantação das unidades para o descarte ambientalmente adequado.

## 2.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

### 2.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS LIXÕES

Com o objetivo de identificar e quantificar as áreas das poligonais dos lixões de cada município, de modo a auxiliar na elaboração, no licenciamento e na execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (**PRAD**), foi utilizada a ferramenta Google Earth para estimar suas áreas a partir de coordenadas geográficas obtidas in loco.

Deve-se frisar que todos os 5 (cinco) municípios que tiveram suas áreas analisadas sempre destinaram seus resíduos sólidos aos lixões locais. Delimita-se, nesses estudos, as áreas dos mencionados lixões, que serão desativados, recuperados e monitorados.

### 2.1.2. IDENTIFICAÇÃO DA POLIGONAL DO EMPREENDIMENTO E RESPECTIVA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO CVR, ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

Os estudos técnicos demonstraram a melhor logística e a viabilidade econômico-financeira do projeto. Após os estudos, foram sugeridos locais favoráveis, preferencialmente no município de Ibotirama, para a fundação do complexo de educação ambiental e valorização de resíduos Parque do Sol Velho Chico, contemplando a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**) e Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (**UCO**).

As Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**) deverão estar situadas nos municípios de Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará, para direcionar os rejeitos à **CVR PARQUE DO SOL VELHO CHICO**.

As áreas e edificações das Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), dos Pontos de Atendimento ao Cidadão (**PAC**), dos Pontos de Entregas Voluntárias (**PEVs**) e dos Ecopontos deverão ser

disponibilizadas pelos Municípios, livres e desembaraçadas, ao passo que a área da **CVR** será identificada, adquirida e custeada pela futura **CONCESSIONÁRIA**.

As áreas passarão pelos requisitos legais e procedimentos necessários ao seu licenciamento ambiental junto ao órgão competente, sendo também imprescindível a regularização destas áreas junto às prefeituras locais.

Serão utilizados como requisitos técnicos e legais para estudos e licenciamento ambiental destas áreas as normas técnicas, portarias e resoluções do **CONAMA**.

Utilizou-se como referência para a escolha do município a ser contemplado com o **CVR** o **ERGIRS-BA**, que indica Ibotirama como *"município polo"*.

## 2.2. CADASTRO DE POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS EXISTENTES NOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADAS AS OBRAS E LEVANTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES E DE DESOCUPAÇÕES NECESSÁRIAS

### 2.2.1. LIXÕES

A futura Concessionária deverá elaborar e executar um **PRAD** para cada lixão. É possível verificar se os municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** têm seus lixões em áreas públicas ou em áreas privadas. Sugere-se que, após a recuperação das áreas privadas, estas sejam desapropriadas e monitoradas pelos Municípios para que não haja posterior ocupação. Com relação às áreas públicas, após a recuperação, sugere-se que os Municípios façam o monitoramento para evitar retrocessos.

### 2.2.2. CVR E ECOPONTOS

No processo de licenciamento ambiental exigido pelo órgão competente, serão identificadas as possíveis interferências existentes nas áreas de implantação de **CVR**. Após essa definição, se iniciarão os processos de desapropriação e de desocupação destas áreas e dos seus entornos, quando necessário.

Como citado no tópico anterior, as áreas dos Ecopontos serão cedidas pelas Prefeituras dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** para implantação das estruturas pela **CONCESSIONÁRIA**.

## 2.3. DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS RELATIVOS À DESOCUPAÇÃO

Os custos de desocupação foram estimados preliminarmente serão arcados diretamente pelo poder concedente e dessa forma não detalhados nos estudos de viabilidade econômico-financeira.

### 2.3.1. LIXÕES

Caberá ao **PODER CONCEDENTE** a desocupação das áreas utilizadas como lixões nos Municípios, bem como a organização e o cadastramento dos catadores para que sejam inseridos nos PEVs e Ecopontos, onde terão melhores condições de trabalho. Será fomentada a formação de cooperativas ou associações com o apoio da **CONCESSIONÁRIA**.

Sugere-se que, após cadastro dos catadores de materiais recicláveis dos lixões, realizado pelos Municípios, sejam provisoriamente fornecidas pelo poder concedente moradias sociais aos cidadãos que atualmente moram nos lixões ou passagens de ônibus para regressarem às suas cidades de origem, bem como cestas básicas para os que serão remanejados para os PEVs e Ecopontos, até que o novo sistema de gestão dos resíduos recicláveis esteja em pleno funcionamento.

A desocupação dos lixões, mediante a retirada dos catadores, será necessária para viabilizar a elaboração e a execução do PRAD nos Municípios, e deverá ser realizada pelos Municípios após o cadastro dos catadores.

Deverá ser atendido o disposto no art. 36 do Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):

*"Art. 36. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda, com vistas:*

*I - à formalização da contratação;*

*II - ao empreendedorismo;*

*III - à inclusão social; e*

*IV - à emancipação econômica." (Lei n°12.305/2010)*

É necessário, portanto, que o processo de desocupação transcorra de forma ordeira, pacífica, obedeça aos dispositivos legais e concorra para o processo de transição do encerramento dos lixões e sua recuperação, sempre priorizando o quanto estabelecido no título IV, do Decreto 10.936/2022.

### 2.3.2. CVR

Os custos para aquisição de área, implantação e operação da CVR serão de exclusiva responsabilidade da futura Concessionária. Os requisitos para escolha da área para a implantação da CVR seguirão a legislação ambiental, as normas técnicas e o termo de referência do órgão de controle ambiental, em especial os requisitos preliminares utilizados nos estudos para indicar o município onde preferencialmente deve ser implantada a estrutura: População, Taxa de crescimento populacional, Geração per capita de resíduos.

Além disso, deverá ser utilizado para a escolha do logradouro o código florestal, a distância mínima de 500 m da cidade ou área urbanizada (de acordo com a NBR 13896/97), e a distância mínima de 200 m para corpos, de forma a causar o mínimo impacto ambiental.

Os impactos ambientais gerados com a implantação do CVR podem ser minimizados com a aplicação das melhores técnicas de engenharia e práticas operacionais. A não utilização de tais técnicas acarreta riscos significativos, como a poluição do meio ambiente com vazamentos de líquidos e gases; a contaminação dos lençóis freáticos e aquíferos; os riscos aos animais selvagens; a presença de vetores, entre outros.

### 2.3.3. ECOPONTO, PEV E ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS

As áreas para implantação desses equipamentos serão cedidas pelos Municípios, e o custo de construção, implantação e operação será de responsabilidade da futura Concessionária, exceto as Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**), que por sua vez, deverão ser construídas pelo poder concedente.

As áreas para a implantação dos **ECOPONTOS** e **PEVs** deverão ser selecionadas em função da facilidade de acesso dos munícipes, preferencialmente em região central da sede, que concentre atividade comercial. Não existe impacto ambiental em decorrência da implantação desses equipamentos, pois eles só receberão a parcela de resíduos secos.

Por outro lado, os requisitos para escolha das áreas para a implantação dos equipamentos da Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**) são: (i) estar em conformidade com o Zoneamento Municipal; (ii) apresentar distância mínima de 500 (quinhentos) metros de núcleos populacionais, medidos a partir do limite da área de transbordo; (iii) respeitar as faixas de domínio de estradas e rodovias; (iv) dispor de vias de acesso em boas condições de tráfego ao longo de todo o ano, inclusive no período de chuvas intensas; (v) não estar localizada em áreas alagadas ou sujeitas a inundações, ainda que periódicas; (vi) não estar

localizada em áreas restringidas pelas legislações federal, estadual ou municipal; e (vii) não estar localizada em áreas de preservação permanente (APP), conforme definido pela Resolução **CONAMA** N° 303/2002 e pela Lei Federal Nº12.651/2012.

Os impactos ambientais gerados com a implantação da Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**) podem ser minimizados com a utilização das melhores técnicas de engenharia e emprego das melhores formas de operação e manutenção. Os riscos oriundos de ineficientes construção e operação podem ser: poluição do meio ambiente com vazamentos de líquidos e gases; contaminação dos lençóis freáticos e aquíferos e presença de vetores.

## 3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DO PROJETO, AVALIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, ESTUDOS DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE, MEDIDAS MITIGADORAS

### 3.1. LIXÕES

#### a) DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A metodologia utilizada para o diagnóstico ambiental foi a visita técnica in loco, com a realização de análise dos aspectos socioambientais, a identificação das APAs e dos recursos hídricos e a coleta de informações dos gestores municipais e dos munícipes. Constatou-se a existência de lixões em todos os Municípios integrantes do CDS VELHO CHICO, todos eles em funcionamento inadequado, sem atender às regras de proteção ao meio ambiente.

Verificou-se que os resíduos são descartados a céu aberto, em solos sem qualquer tipo de impermeabilização que impeça o escoamento do seu lixiviado para águas superficiais (riachos, nascentes, rios, córregos etc.) e para águas

subterrâneas (lençóis freáticos e lençóis artesianos). O solo, por sua vez, é contaminado pela composição físico-química dos resíduos descartados diretamente nele.

Dessa forma, foram observados nos lixões dos municípios que integram o CDS VELHO CHICO os seguintes impactos no meio físico: aumento dos processos erosivos no solo; compactação do solo; depreciação da água subterrânea; poluição do ar (Gases de Efeito Estufa); proliferação de micro e macrovetores de doenças; e poluição do solo (percolado).

De igual modo, foram identificados efeitos nefastos no meio biótico, a saber: a redução da biota do solo; a redução da capacidade de sustentação da fauna; a redução da biodiversidade nativa; e o estresse da fauna local. Ademais, foram identificados, no meio antrópico, visuais desnudamentos do solo; poluição de áreas circunvizinhas e poluição visual. Nesse sentido, observa-se o grau de complexidade e de abrangência decorrentes de atividades ou ações antropogênicas, que alteram e danificam os componentes bióticos e abióticos do meio ambiente nos seus mais diversos aspectos: natural, cultural, social e econômico.

Como consequência, têm-se os efeitos causados pela contaminação do solo e das águas subterrâneas: a deterioração da paisagem e dos alimentos; a poluição visual; a redução da biodiversidade nativa; a redução da capacidade de sustentação da fauna; e o desequilíbrio ecológico; provocando uma série de prejuízos à qualidade ambiental e, principalmente, à saúde pública (TORNISIELO; GOBBI; FOWLER, 1995).

Estima-se que, no Brasil, 39 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os dias; são R$12 bilhões anuais desperdiçados, que se refletem nos preços dos produtos. Além de representar um grande desperdício de terras, água, energia e materiais, esse quadro traz um importante ônus ambiental, em razão da contaminação da água e do solo pelo chorume, e da

contaminação do ar pela geração de Gases de Efeito Estufa (GEE).

O caminho percorrido pelo desperdício começa na plantação e termina na matéria orgânica disposta em aterros sanitários ou em alguma solução inadequada. A falta de planejamento, a ineficiência na colheita, no transporte e na distribuição geram 8% de perdas de alimentos (INSTITUTO ECODESENVOLVIMENTO, 2013).

Em diversos municípios brasileiros, o trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável já perdura por muito tempo. A catação de materiais descartados pelas diversas atividades socioeconômicas, que possuem valor econômico, é uma atividade que contribui como meio de sobrevivência de pessoas em situação de vulnerabilidade. O Brasil ainda conta com um contingente significativo de catadores não organizados que atuam em condições precárias em lixões.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que existe entre 600 mil (estimativa indicada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos) e 1 milhão de catadores no Brasil, sendo que a maioria absoluta atua de forma individualizada. Estudos desenvolvidos apontam que existem diferentes níveis de organização dos catadores, divididos basicamente em três segmentos: os organizados em associações/cooperativas, os catadores parcialmente organizados (em processo de organização), e um contingente maior dos catadores não organizados.

Os lixões interferem diretamente nas mudanças climáticas. Os principais GEE relacionados com o manejo de resíduos sólidos são: o dióxido de carbono ($CO_2$), que é o mais abundante, sendo emitido como resultado do transporte dos resíduos; o gás metano ($CH_4$), produzido durante a decomposição da matéria orgânica, em aterros sanitários e que tem poder de aquecimento global 21 vezes maior que o dióxido de carbono; o óxido nitroso ($N_2O$), cujas emissões resultam

da queima de combustíveis fósseis, da incineração de resíduos e do uso de fertilizantes, e que possui um poder de aquecimento global 310 vezes maior que o dióxido de carbono.

O Brasil, mesmo incluído na lista do protocolo de Quioto (1997), assumiu suas metas próprias para redução das emissões de GEE, entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas para 2020. O art. 4º, V, da Lei nº 12.187/2009 estabelece que a Política Nacional sobre Mudanças do Clima visará a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação.

A PNMC, em seu art. 11, estabelece que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os da PNRS, utilizando-se as possibilidades de não geração e redução; a reciclagem dos resíduos secos e orgânicos; a segregação e a reciclagem dos diversos resíduos (RDO Secos, RCC, RSS, industriais e outros); a retenção dos resíduos orgânicos e a compostagem in situ em domicílios, condomínios e comunidades; a priorização da coleta seletiva e compostagem para eficientização dos orgânicos; e a adoção da biodigestão para eliminação do biogás.

Essas práticas conduzem ao melhor caminho para gerar menos gases de efeito estufa e aproveitar o conteúdo energético dos resíduos, valorizando estes como bem econômico e social, promovendo a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, incentivando a indústria da reciclagem e possibilitando a logística reversa, em atendimento às diretrizes centrais da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A biodigestão de resíduos orgânicos apresenta a maior redução de emissão de GEE. A compostagem apresenta, por sua vez, significativa diferença quanto às emissões de metano, quando comparado aos valores do aterro sanitário, apresentando emissão aproximadamente 10 vezes menor, segundo

estudo realizado pela EMBRAPA (INÁCIO, 2010).

Considerando que a metodologia utilizada para a realização desses estudos valeu-se de informações técnicas visuais in loco, será necessário o aprofundamento dos diagnósticos referentes à compactação do solo, à alteração dos ciclos hidrológicos, à poluição do ar e à diminuição da umidade do ar. Os diagnósticos ambientais citados no estudo também deverão ser detalhados no PRAD, que será elaborado e executado pela futura Concessionária.

**b) AVALIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E IMPACTO AO MEIO AMBIENTE**

Através de visita in loco, observou-se que existe passivo ambiental, conforme itens elencados seguir:

a) Contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais, que impedem o restabelecimento vegetal com espécies arbóreas, provocada pelo descarte dos resíduos sólidos nas áreas dos lixões;
b) Supressão irregular da vegetação nativa;
c) Maus odores nos lixões; descarte inadequado dos resíduos;
d) Proliferação de micro e macro vetores de doenças;
e) Poluição visual;
f) Alteração na qualidade do solo;
g) Depreciação de águas subterrâneas;
h) Extinção de espécies da fauna e da flora;
i) Diminuição de mananciais;
j) Emissão de metano, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global;
k) Aumento do número de incêndios gerados pelos gases, em função da decomposição dos resíduos;
l) Erosões do solo, causando deslizamentos de terra; e
m) Redução da biodiversidade nativa.

O resultado da avaliação do passivo e dos impactos ambientais está descrito na matriz de avaliação abaixo exposta:

**Matriz de avaliação qualitativa dos impactos ambientais, nos meios Físico, Biótico e Antrópico dos Lixões dos municípios do CDS VELHO CHICO.**

| MEIOS/ IMPACTOS | CARACTERÍSTICAS | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Frequência | | | Reversibilidade | | Extensão | | Duração | | | Origem | | Sentido | | Grau de impacto | | |
| | T | Pr | C | Rv | Ir | L | Rg | Cp | Mp | Lp | D | I | P | N | B | M | A |
| **MEIO FÍSICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento dos processos erosivos | | X | | x | | x | | | | x | x | | | x | | | x |
| Compactação do solo | | X | | | x | x | | | X | | | x | | x | | | x |
| Depreciação da qualidade da água subterrânea | | X | | x | | | x | | X | | x | | | x | | | x |
| Poluição do ar (biogás) | | X | | x | | x | | | X | | x | | | x | | x | |
| Poluição do solo (percolato) | | | X | x | | x | | | | x | x | | | x | | | x |
| Proliferação de micro e macrovetores | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | | x |
| **MEIO BIÓTICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redução da biota do solo | | X | | | x | x | | | x | | x | | | x | | x | |
| Redução da capacidade de sustentação da fauna | | X | | | x | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Redução da biodiversidade nativa | | X | | x | | X | | | x | | x | | | x | | x | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estresse da fauna local | x | | | x | | x | | | x | | x | | | x | | x | |

## MEIO ANTRÓPICO

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visual desnudamento do solo | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Poluição de áreas circunvizinhas | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Contaminação dos catadores | | | X | | x | | X | | | x | x | | | x | | | x |
| Poluição visual | x | | | x | | | X | x | | | x | | | x | | x | |

**Legenda:**
T - Temporário;
Pr - Permanente;
C - Cíclico;
Rv - Reversível;
Ir - Irreversível;
L - Local;
Rg - Regional;
Cp - Curto Prazo;
Mp - Médio Prazo;
Lp - Longo Prazo;
D - Direta;
I - Indireta;
P - Positiva;
N - Negativa;
B - Baixa;
M - Médio;
A -Alto.

**c) Prováveis Medidas Mitigatórias ou Compensatórias**

As medidas mitigadoras serão adotadas para atenuar os impactos ambientais causados pelos lixões irregularmente instalados nos Municípios.

O detalhamento dessas medidas deverá estar contemplado no PRAD de cada lixão, que será entregue pela licitante vencedora, devendo ser observadas as seguintes diretrizes: (i) implantação de programas capazes de sensibilizar e induzir a população local a priorizar a redução do consumo e o reaproveitamento de materiais, utilizando-se, para tais fins, os princípios da educação ambiental; (ii) elaboração de projetos escolares, visando a promover a mudança comportamental da comunidade escolar desde cedo, com a formação de novos hábitos relacionados à importância da coleta seletiva, da reciclagem, bem como o descarte correto do lixo; (iii) promoção de programas de capacitação para os catadores, na intenção de informar-lhes acerca dos perigos aos quais estão sujeitos e dos procedimentos necessários para evitá-los; e (iv) isolamento das áreas do lixão, com as intervenções de engenharia indicadas nos PRADs.

## 3.2. CVR, ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

O relatório com os diagnósticos ambientais dos locais onde serão implantados esses equipamentos deverá ser elaborado pela licitante vencedora, observando-se as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.

## 4. LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA OU DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO, QUANDO O PROJETO EXIGIR

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, nos incisos do art. 1º, define:

> ***"I - Licenciamento Ambiental:*** *procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. 3 IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino-Americano de Engenharia e Sustentabilidade*
>
> ***II - Licença Ambiental:*** *ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimento ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.*
>
> ***III - Estudos Ambientais:*** *são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.*
>
> ***IV - Impacto Ambiental Regional****: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados." (CONAMA Nº 237/1997)*

Com base nas definições elencadas, deverão ser utilizadas as diretrizes do INEMA, que é o órgão responsável pelos processos de licenciamento e de autorização para intervenção ambiental e tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, à Política Estadual de Recursos Hídricos e à Política Estadual sobre Mudança do Clima.

Para a implantação de um empreendimento cujas atividades sejam potencialmente degradadoras ou que venha causar impacto ambiental direto ou indireto, faz-se necessária a emissão de uma licença ambiental adequada à natureza da atividade. O processo de licenciamento ambiental no Estado da Bahia compreende a avaliação de impactos ambientais, a outorga de direito de uso de recursos hídricos e a supressão de vegetação, processos que dependerão da anuência do órgão competente.

Será também considerado para escolha da área da CVR a Lei Federal n° 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Deve-se buscar uma área fora de Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Preservação Permanente (APP). Deverá ser considerado, ainda, na escolha da área, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), conforme conceito abaixo:

*"O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE BA é um instrumento de gestão socioeconômica e ambiental que tem como objetivo orientar o planejamento e a tomada de decisões sobre programas, projetos e atividades que utilizam recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável. As delimitações territoriais do ZEE BA são chamadas de Zonas, as quais foram definidas a partir da convergência de características geoambientais e socioeconômicas do Estado, unindo as Unidades Geoambientais (espaços com solo, clima, hidrografia e vegetação semelhantes) e as Unidades de Paisagem (regiões marcadas por atividades produtivas, a exemplo da agricultura e pecuária)."*

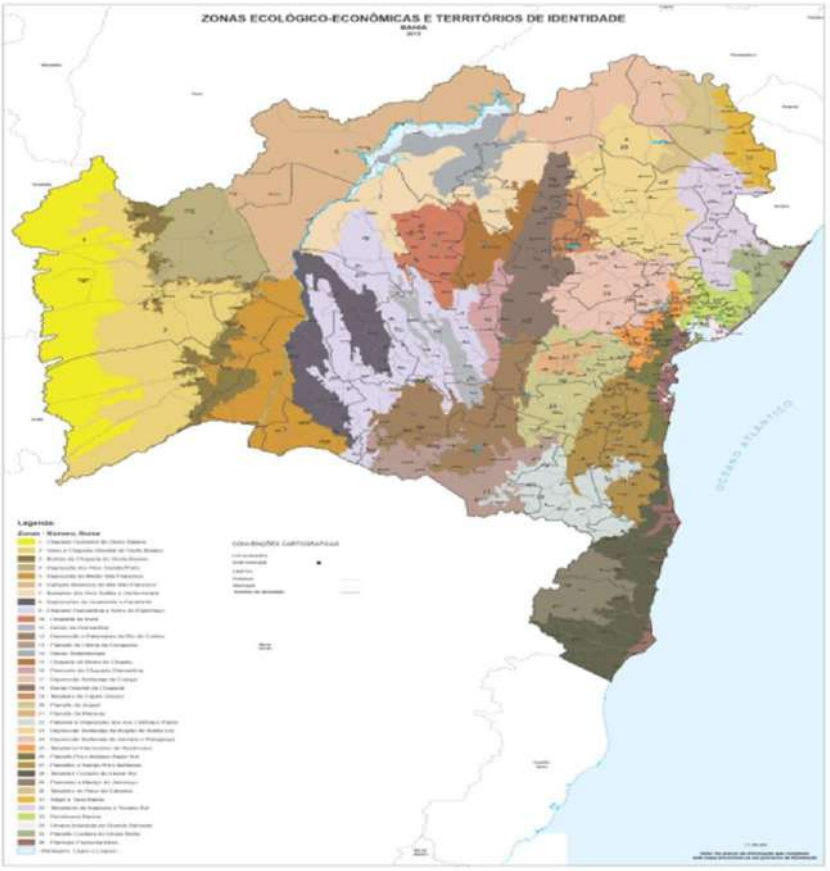



*Figura 26 - Mapa das Zonas Ecológico-Econômicas (ZEE)*

*Fonte:http://www.zee.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Zona_BA_Territorios_17102013.pdf*

Vale destacar que, independentemente do local de instalação do empreendimento, deverão ser cumpridos todos os requisitos legais referentes aos recursos hídricos, bacias hidrográficas, hidrologia e solos, bem como todos os requisitos legais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

A seguir, colaciona-se os mapas dos recursos hídricos do Estado da Bahia e recorte da região do **CDS VELHO CHICO**:

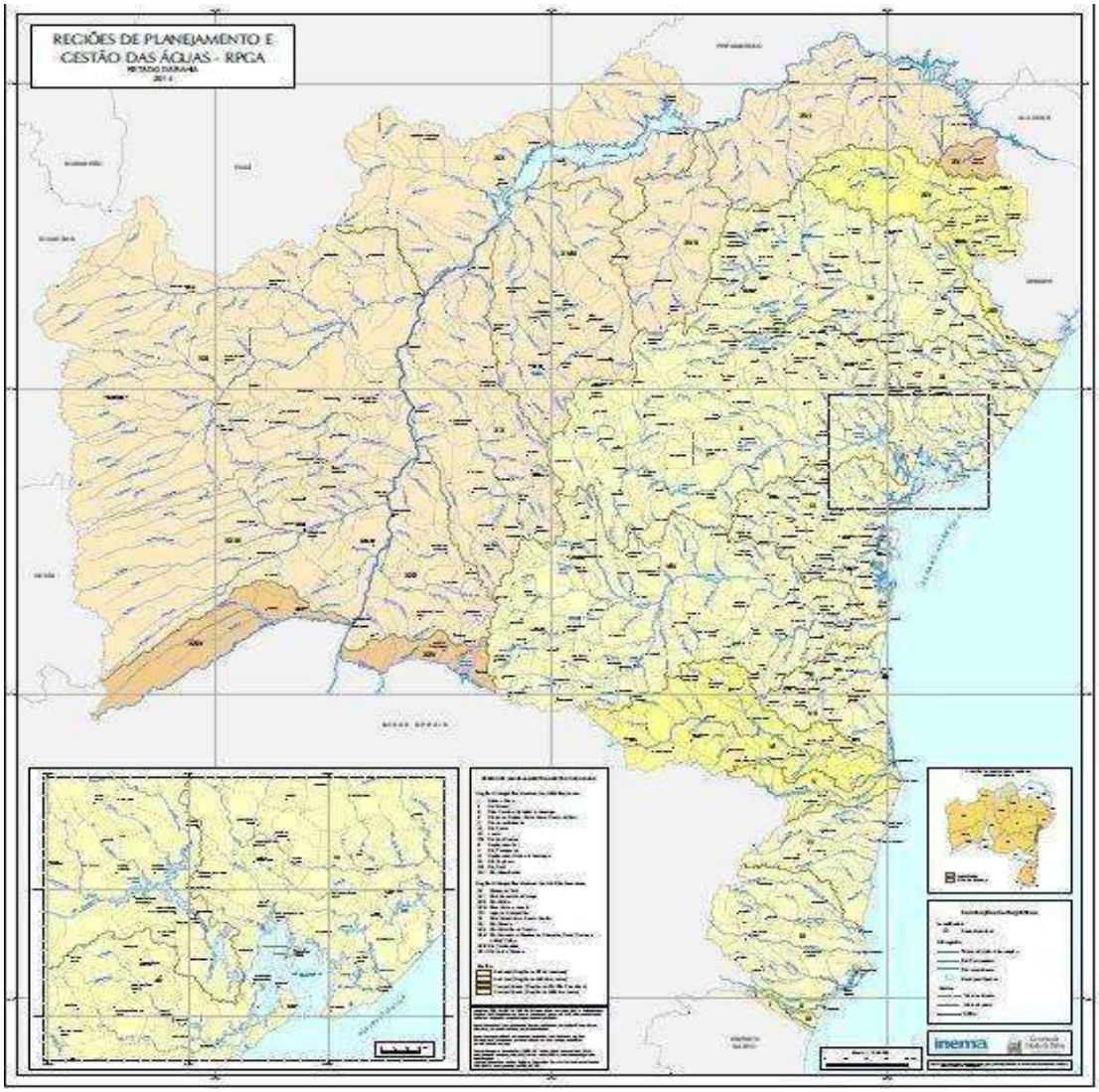



Figura 27 - Mapa dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia

Fonte: Inema-2014

Deverão ser utilizados, portanto, no processo de licenciamento ambiental, todos os instrumentos legais necessários, inclusive as resoluções do CONAMA, ANAC, UC e ZEE.

## 4.1. LIXÕES

Para a recuperação dos lixões, será necessária a elaboração do PRAD e seu respectivo licenciamento/autorização, emitido pelo órgão ambiental.

## 4.2. CVR, ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

O início do processo de licenciamento ambiental ocorre quando o empreendimento é enquadrado na classe adequada de execução de suas atividades, que acontecem após a prestação das informações solicitadas pelo órgão de controle ambiental.

A título ilustrativo, o fluxograma abaixo apresenta o passo a passo para caracterização do empreendimento e início da análise do processo de licenciamento ambiental, para retirada da Licença Prévia (figura 46):

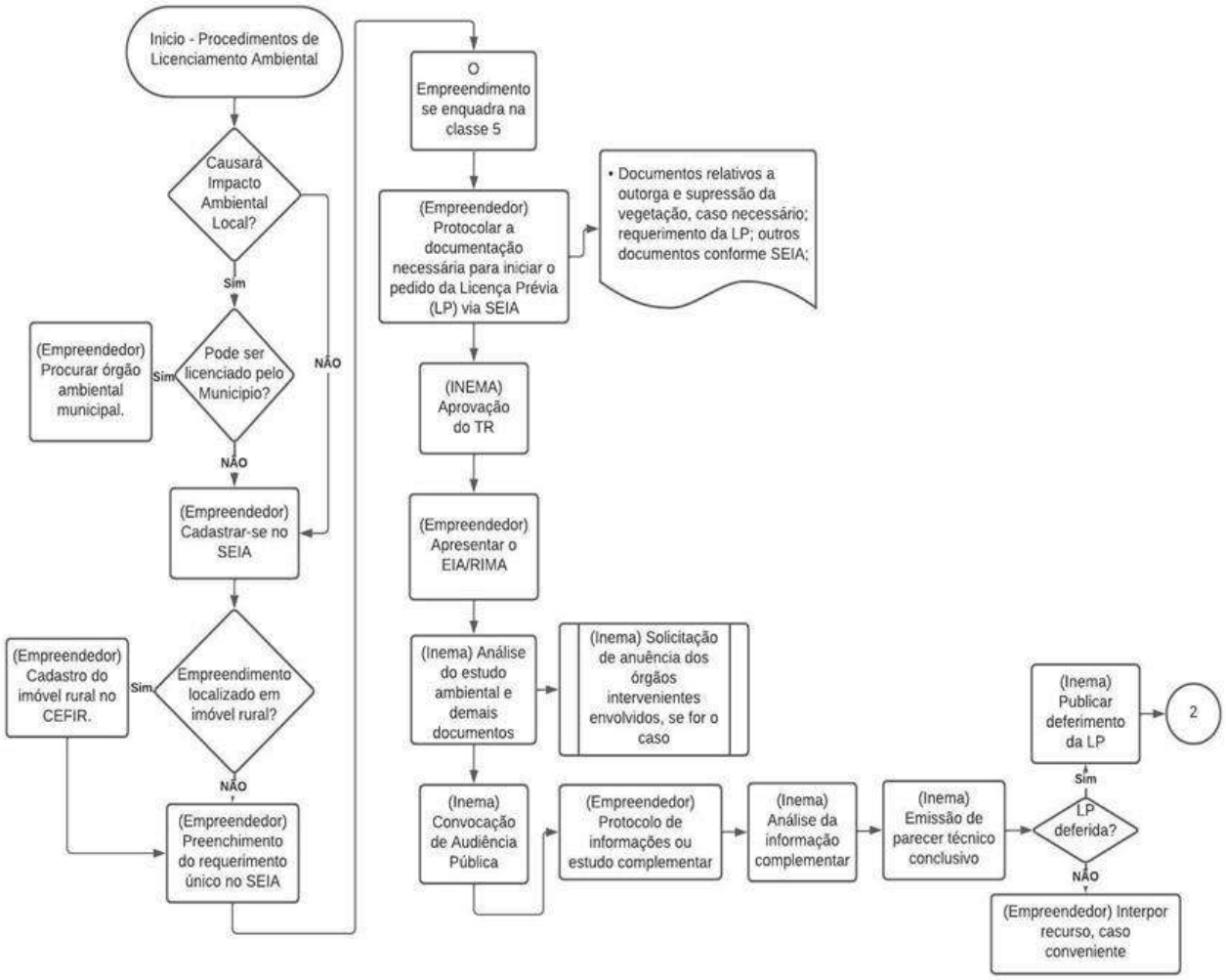



Figura 28 - Fluxograma do processo de licenciamento

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2016

## 5. CONCLUSÃO

Após a realização dos trabalhos de campo e de escritório, e ainda as reuniões realizadas com os técnicos do **CDS VELHO CHICO**, observou-se a necessidade de buscar soluções para gestão integrada dos resíduos sólidos, que fossem compatíveis com as características com o espaço territorial, seus recursos ambientais, diversidade biológica, sempre em bases sustentáveis.

# ANEXO I – DIRETRIZES AMBIENTAIS

## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao inciso VII do art. 10 da Lei Federal N° 11.079/04, as diretrizes aqui contidas visam informar aos **LICITANTES** a respeito dos principais aspectos que deverão ser observados quando do licenciamento ambiental para implantação de Ecopontos, Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos, Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos na área da **CVR**, Unidade de Compostagem Aeróbia na zona rural e diretrizes para o transporte de resíduos não perigosos e a recuperação dos antigos lixões.

## 2. PRINCÍPIOS

- Prevalência do interesse público.
- Melhoria contínua da qualidade ambiental.
- Multidisciplinaridade no trato das questões ambientais.
- Participação comunitária na defesa do meio ambiente.
- Integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado, Município e as demais ações do governo.
- Manutenção de equilíbrio ambiental.
- Uso racional dos recursos naturais.
- Mitigação e minimização dos impactos ambientais.
- Educação e conscientização ambiental como ação mobilizadora da sociedade.
- Recuperação do dano ambiental.

Para o cumprimento do disposto no art. 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, consideram-se como de interesse local:

- O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

- A adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
- A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público e a iniciativa privada para a redução dos impactos ambientais;
- A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorize a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de trabalho e renda;
- O licenciamento ambiental e o controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de Controle de Poluição Ambiental Federal, Estadual e Municipal no que couber;
- O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
- O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos; e
- O estabelecimento de indicadores ambientais.

A gestão integrada dos resíduos sólidos e o desenvolvimento sustentável do **MUNICÍPIO** deverá ter ênfase na qualidade de vida de sua população, tendo como base a educação, direito fundamental para o exercício da cidadania.

## 3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Toda atividade de licenciamento ficará sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que deverá observar a legislação federal, estadual e municipal pertinentes à matéria.

Com vistas ao licenciamento dos empreendimentos, a **CONCESSIONÁRIA** deverá levar em consideração as especificações técnicas, constantes no **CADERNO DE ENCARGOS**, e as legislações ambientais vigentes.

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (**PNMA**), Lei Federal N° 6.938/1981, que visa agir preventivamente na proteção do meio ambiente, considerado bem de uso comum de toda a sociedade (BRASIL, 1981).

O licenciamento ambiental consiste na avaliação da viabilidade de um empreendimento por meio de um órgão competente que atesta seu enquadramento às normas ambientais vigentes e determina ações que o empreendedor deve tomar para minimizar os impactos ambientais do empreendimento.

O órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Todo empreendimento listado na Resolução CONAMA 237 de 1997 é obrigado a ter licença ambiental, estando o tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos citados nesta lista.

O empreendimento, sujeito ao licenciamento, que não regularizar sua situação infringirá a legislação, podendo sofrer as sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal N° 9.605/1998, como multa, embargo ou mesmo detenção.

De acordo com o Art. 7º. da Resolução CONAMA Nº. 237/1997 os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados ambientalmente por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições definidas em lei. No nível federal, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e no nível estadual, no caso da Bahia, é o Instituto Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos (INEMA). No nível municipal, o licenciamento ambiental é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente dos respectivos municipios integrantes do CDS.

No quadro a seguir são apresentados os casos em que cada órgão deve ser responsável pelo licenciamento.

Quadro 1: Competências para o licenciamento ambiental no Brasil

| **Órgão Ambiental Competente** | **Dano Potencial** | **Outros requisitos legais** |
|---|---|---|
| IBAMA | Significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional | Atividades localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; em zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União. |

| **Órgão Ambiental Competente** | **Dano Potencial** | **Outros requisitos legais** |
|---|---|---|
| | | Atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados. |
| IBAMA | Significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional | Atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados. |

| | | |
|---|---|---|
| | | Bases ou empreendimentos de caráter militar, quando couber, observada a legislação específica. |
| | | Destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). |
| INEMA | Impactos ambientais diretos que ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios | Atividades localizadas ou desenvolvidas em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual. |
| | | Atividades localizadas ou desenvolvidas nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais. |
| | | Atividades e empreendimento cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios. |
| | | Atividades delegadas pela União aos Estados ou ao Distrito Federal por instrumento legal ou convênio. |
| Secretária Municipal de Meio Ambiente | Impacto ambiental local | Atividades cujos impactos ambientais diretos concentram-se dentro dos limites do Município. |

O licenciamento ambiental é regido, de forma geral, pelas Resoluções CONAMA N° 01/86 e N° 237/97. O processo consiste na emissão de três tipos de licenças, sendo cada uma exigida em uma etapa específica do licenciamento. Assim, temos:

- Licença Prévia (LP);
- Licença de Instalação (LI);
- Licença de Operação (LO).

O Estado da Bahia possui o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), instituído pela Lei Estadual nº 10.431/2006, posteriormente alterada pela Lei 12.377 de 28 de dezembro de 2011 estabelece competências, critérios e diretrizes relacionados a regularização ambiental no estado da Bahia e a melhoria dos instrumentos de controle ambiental (licença, fiscalização e monitoramento). Nele determina-se que ao empreendimento ou atividade sujeito ao licenciamento ambiental, podem ser concedidas as seguintes Licenças Ambientais:

- **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade e aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes de sua implantação.

- **Licença de Instalação (LI):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

- **Licença Prévia e de Instalação (LPI):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e o órgão ambiental, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental e autoriza a implantação de empreendimentos ou atividades, nos casos em que a análise de viabilidade ambiental da atividade ou empreendimento não depender da elaboração de EIA/Rima ou RAS, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental.

- **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação de empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com base em constatações de vistoria, relatórios de pré-operação, relatórios de auditoria ambiental, dados de monitoramento ou qualquer meio técnico de verificação do dimensionamento e eficiência do sistema de controle ambiental e das medidas de mitigação implantadas.

- **Licença de Instalação e de Operação (LIO):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e autoriza, concomitantemente, a instalação e a operação de empreendimento ou atividade cuja operação represente um potencial poluidor insignificante, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que devem ser observadas na sua implantação e funcionamento. A LIO poderá ser concedida para a realização de ampliações ou ajustes em empreendimentos e atividades já implantados e licenciados.

- **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e a operação de empreendimento ou atividade enquadrados na Classe 2, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser atendidas.

- **Licença de Operação e Recuperação (LOR):** autoriza a operação de empreendimento ou atividade concomitante à recuperação ambiental de áreas contaminadas.

- **Licença Ambiental de Recuperação (LAR):** autoriza a recuperação de áreas contaminadas em atividades ou

empreendimento fechado, desativado ou abandonado ou de áreas degradadas, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos em leis e regulamentos.

O prazo de validade da LP é, no mínimo, o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos e, no máximo, de 5 (cinco) anos. Já para a LI e para a LPI o prazo mínimo se dá de acordo com o estabelecido no cronograma de instalação e pré-operação, e o máximo, de 6 (seis) anos.

Para a LO o prazo mínimo é de 4 (quatro) anos e, o máximo, de 10 (dez) anos. Nos casos em que a LO for concedida com prazo de validade inferior ao máximo, poderá ter seu prazo de validade ampliado até o limite de 10 (dez) anos, mediante requerimento do titular da licença, quando constatadas, cumulativamente:

- Manutenção das condições ambientais existentes quando de sua concessão
- Implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental;
- Inexistência de denúncias e autos de constatação e de infração;
- Correção das não conformidades decorrentes da última auditoria ambiental realizada.

Os prazos de validade da LIO e da LAS são, no mínimo, de 4 (quatro) anos e, no máximo, de 10 (dez) anos. Por fim, tanto o prazo mínimo da LAR como da LOR é de acordo com o estabelecido pelo cronograma de recuperação ambiental do local e, no máximo, de 6 (seis) anos.

Para todas as licenças ambientais, caso elas tenham sido concedidas com prazo de validade inferior ao máximo, este poderá ser ampliado, por meio de averbação, até o seu respectivo limite máximo, mediante requerimento do titular da licença, desde que comprovada a manutenção do

projeto original e das condições ambientais existentes quando de sua concessão.

Para verificar o enquadramento das atividades e empreendimento sujeitos ao processo de licenciamento, e consequentemente, qual licença solicitar, a **CONCESSIONÁRIA** deverá informar os dados necessários a respeito da atividade. O **INEMA** indicará o enquadramento e o órgão ambiental responsável pelo licenciamento da atividade (estadual ou municipal).

Para os casos de licenciamento junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), ele também indicará a documentação necessária para dar entrada no processo, o local para entrega desta documentação, bem como emitirá o boleto bancário para pagamento dos custos de análise do processo.

Das atividades previstas no **CADERNO DE ENCARGOS**, serão licenciadas no âmbito municipal, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente dos municípios, os Ecopontos, a Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos, a Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos e a Unidade de Compostagem Aeróbia.

Para estas atividades, os procedimentos e documentos necessários para abertura de processo de licenciamento que serão apresentados. Poderão ser solicitados outros documentos além dos descritos a seguir em função das características específicas da localização e da tipologia do empreendimento.

Já o transporte rodoviário de resíduos não perigosos e a recuperação da área dos antigos lixões serão objeto de licenciamento em âmbito estadual, pelo INEMA.

### 3.1. ECOPONTOS

No enquadramento, considera-se como inexigível o licenciamento ambiental de Ecopontos. Sendo assim, a **CONCESSIONÁRIA** deverá solicitar a emissão da Certidão Ambiental de Inexigibilidade e dar entrada no processo com a seguinte documentação:

- Requerimentos, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;
- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;
- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;

- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

Para os ecopontos localizados em unidades de conservação a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**) deverá realizar consulta prévia, no órgão responsável, sobre o tipo de licença a ser solicitada.

### 3.2. UNIDADE DE TRIAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A documentação listada neste item é referente à obtenção de Licença Ambiental Simplificada para Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos com capacidade acima de 10 t/d.

- Requerimentos, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;
- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;

- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;
- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

### 3.3. UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E UNIDADE DE COMPOSTAGEM AERÓBIA

Para o licenciamento de uma nova unidade de compostagem com capacidade de até 10 t/d, será emitida uma Licença Ambiental Simplificada. Para isso é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Requerimentos disponível no portal do INEMA, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;

- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;
- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;
- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;

- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

### 3.4. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Para o licenciamento da atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classes II A e II B) a seguinte documentação deverá ser apresentada no INEMA, conforme Norma Operacional:

- Comprovante da Guia de Recolhimento (GR) do custo de análise da licença ambiental requerida;
- Formulários de requerimento de licença preenchido e assinado pelo representante legal;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração, pública ou particular, com firma reconhecida, e cópia do documento de identidade e do CPF;
- Cópia das atas de constituição e eleição da última diretoria, quando se tratar de S/A, ou contrato social atualizado quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Se o requerente for órgão público deverá ser apresentado o Ato de Nomeação do representante que assinar o requerimento;
- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contemplando a atividade de transporte rodoviário de resíduos;
- Alvará emitido pela Prefeitura Municipal;
- Declaração de entrega de documentos em meio impresso e digital;
- Formulário de Cadastro de Transporte de resíduos perigosos classe I e não perigosos – classe II - CTR, preenchido e assinado pelo representante legal, de acordo com o modelo do Anexo VI A do presente edital;

- Cópia dos Cerificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigentes, usados no transporte dos Resíduos;
- Cópia do CIPP e CIV, no caso de transporte rodoviário de resíduos perigosos a granel, dentro da validade, emitido pelo Inmetro ou entidade por este acreditada;
- Cópia dos contratos efetuados com os proprietários dos veículos agregados e/ou terceirizados que efetuarão o transporte dos resíduos;
- Cópia da Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) para os condutores dos veículos responsáveis pelo transporte dos Resíduos perigosos – classe I;
- Cópia do CPF e do Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(veis) pela elaboração do Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes acompanhados da A.R.T atualizada para os casos de transporte rodoviário de resíduos perigosos – classe I;
- Cópia(s) da(s) identidade(s) Profissional do(s) Responsável(eis) Técnico(s) pelas atividades de coleta e transporte rodoviário de Resíduos perigosos - classe I e não perigosos - classe II.
- Cópia(s) da(s) A.R.T com atribuições e responsabilidades referentes aos serviços de coleta e transporte de resíduos realizados pela empresa;
- Cópia do Plano de ação de emergência (PAE) referente ao transporte rodoviário dos Resíduos perigosos – classe I a serem transportados, seguindo os requisitos mínimos de elaboração da ABNT NBR 15480, devidamente assinado pelo representante legal e responsável técnico pela sua elaboração;
- Cópia do contrato com a empresa que realizará o atendimento emergencial (nos casos de terceirização do serviço) ou comprovação de posse de recursos materiais, humanos e de comunicação, de acordo com ABNT NBR 15480 e NBR 14064

com apresentação dos certificados de treinamento dos colaboradores da empresa (atendimento emergencial próprio);

- Fichas de Emergência referentes aos resíduos perigosos transportados ABNT NBR 7503; 6.3.2.12 Cópia da licença Ambiental de operação das empresas que realizarão as atividades de tratamento e/ou destinação final dos Resíduos transportados, emitida pelo órgão ambiental competente;
- Comprovante de inscrição do Cadastro Técnico Federal – CTF e o Certificado de regularidade, para os casos de transporte rodoviário de resíduos classe I;
- Comprovante de que os veículos possuem sistema de rastreabilidade de forma a atender à Lei 6.268 de 15 de julho de 2014.

Para o licenciamento da atividade de transporte rodoviário de resíduos da construção civil a seguinte documentação deverá ser apresentada no INEMA, conforme Norma Operacional:

- Comprovante da guia de recolhimento (GR) do custo de análise da licença ambiental requerida;
- Formulários de requerimento de licença preenchido e assinado pelo representante legal;
- Declaração de entrega de documentos em meio impresso e digital;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração, pública ou particular, com firma reconhecida, e cópia do documento de identidade e do CPF;
- Cópia das atas de constituição e eleição da última diretoria, quando se tratar de S/A, ou contrato social atualizado quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

Se o requerente for órgão público deverá ser apresentado o Ato de Nomeação do representante que assinar o requerimento;

- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Inscrição Estadual contemplando a atividade de transporte rodoviário de resíduos;
- Alvará emitido pela Prefeitura Municipal;
- Formulário de Cadastro de Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC) - CTRCC, preenchido e assinado pelo representante legal, de acordo com o modelo do Anexo VI B presente neste edital;
- Cópia dos Cerificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigentes, usados no transporte dos RCC;
- Relatório fotográfico comprovando à adequação dos veículos e caçambas;
- Cópia dos contratos efetuados com os proprietários dos veículos agregados e/ou terceirizados que efetuarão o transporte dos resíduos;
- Cópia do CPF e do Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável pela atividade de coleta e transporte rodoviário de RCC e PAE. Cópia(s) da(s) ART com atribuições e responsabilidades referentes aos serviços de coleta e transporte de resíduos realizados pela empresa e pelo PAE;
- Cópia do plano de Ação de Emergência (PAE) no atendimento a acidentes no transporte rodoviário, de acordo com as características do resíduo a ser transportado e seguindo os requisitos mínimos de elaboração da ABNT NBR 15480. Devendo estar devidamente assinado pelo representante legal e responsável técnico pela elaboração do plano;
- Cópia do contrato com a empresa que realizará o atendimento emergencial (quando terceirizado) ou comprovação de posse de recursos materiais, humanos e de comunicação, de acordo

com ABNT NBR 15480 e NBR 14064 com apresentação dos certificados de treinamento dos colaboradores da empresa (atendimento emergencial próprio);

- Possuir cópia da licença ambiental que autoriza a operação das empresas que realizarão as atividades de beneficiamento e destino dos RCC, emitida por órgão ambiental do estado de destino;
- Comprovante que os veículos possuem sistema de rastreabilidade.

### 3.5. RECUPERAÇÃO E MONITORAMENTO DE LIXÃO

Para a recuperação de áreas contaminadas, se faz necessária a obtenção de Licença Ambiental de Recuperação – Área Contaminada (porte 2). Será solicitada a lista de documentos a seguir, havendo possibilidade de durante a análise do requerimento serem exigidos outros documentos complementares:

- Formulário de requerimento preenchido e assinado pelo representante legal;
- Boleto e respectivo comprovante de pagamento de acordo com o instrumento do solicitado;
- Recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, para atividades ou empreendimento desenvolvidos em imóveis rurais, se couber;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) ou Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), se couber;
- Contrato de trabalho ou CTPS e CPF do Responsável Técnico, sua habilitação e o respectivo comprovante de vinculação ao Conselho de Classe, se couber. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos;

- Declaração de microempresa ou relatório do simples nacional emitido pela receita federal, se couber;
- Cópias dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento. Se o requerente for pessoa física, deverá apresentar também comprovante de residência;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração pública ou particular com firma reconhecida, e cópias dos documentos de identidade e CPF;
- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para o caso de pessoa jurídica ou cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para o caso de pessoa física;
- Certidão Municipal de Zoneamento ou Declaração da Prefeitura, dentro do prazo de validade, afirmando expressamente que a atividade ou empreendimento está de acordo com as normas de Uso e Ocupação do Solo, ou Alvará de localização e Funcionamento expedido pelo MUNICÍPIO que ateste a conformidade da atividade/empreendimento quanto ao uso e ocupação", válido. Na falta da data de validade o documento deverá ter sido emitido 1(um) ano antes do pedido da licença.
- Cópia do título de propriedade do imóvel e da Certidão atualizada do Registro Geral de Imóveis (RGI); ou cópia da certidão de aforamento, se for o caso; ou cópia da Cessão de Uso, quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado. Se o requerente não for proprietário do imóvel, apresentar também Contrato de Locação, de Comodato ou outros.
- Planta de localização – em cópias de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:
- Coordenadas UTM ou geográficas, em SIRGAS2000;
- Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;

- Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- Corpos d'água (rios, lagos etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.
- Relatório consolidado referente às investigações do solo e da água subterrâneas realizadas anteriores ao requerimento de Licença Ambiental de Recuperação;
- Plano de ação, devendo minimamente contemplar:
- Cronograma detalhado contendo as etapas de Gerenciamento de Áreas Contaminadas a serem realizadas conforme Resolução CONAMA n° 420/2009, incluindo 2 (dois) anos de monitoramento para reabilitação;
- Plano de Desmobilização da Unidade, objetivando a destinação ambientalmente correta de todos os resíduos gerados, bem como a remoção e destinação de todas as instalações e equipamentos, superficiais ou subterrâneos, substâncias e produtos perigosos, em conformidade com as legislações aplicáveis à respectiva atividade;
- Relatório de cumprimento das condicionantes dos Instrumentos do Sistema de Licenciamento Ambiental e/ou Termos de Ajustamento de Conduta anteriormente emitidos para a respectiva atividade;
- Projeto das medidas de intervenção propostas para uso pretendido, caso já tenha sido definido;
- Declaração técnica pelo projeto de recuperação da área.

Os relatórios deverão conter: assinatura original e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pelo estudo, laudos originais, no formato digital, das análises de solo e água subterrânea emitidos

por laboratório credenciado pelo INEMA e as respectivas cadeias de custódia das amostragens. A amostragem de água subterrânea deverá ser feita pelo método de baixa vazão.

Observar todas as normas brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABTN/NBR elaboradas pela Comissão de Estudo de Especial Temporária de Avaliação da Qualidade do Solo e da Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Avaliação de Risco à Saúde Humana, como as ABNT/NBR 15.492, 15.495, 15.847, 15515, 15.935, 16.209 e 16.210 e demais publicações e atualizações.

O custo da análise do procedimento é de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** o qual deve ser pago via boleto bancário. Apenas após o pagamento da taxa a **CONCESSIONÁRIA** poderá dar entrada no processo de licenciamento da atividade e agendar uma data para seu comparecimento em uma das unidades do **INEMA**.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2022.

EPIFANIA, A. G. et al. TERRITÓRIO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BAIXO SUL DA BAHIA. 1ª edição. Curitiba/PR: Appris,2021.

FERREIRA, R.G. Proposta de padronização cartográfica para carta-imagem emergencial de inundação. Impactos ambientais decorrentes do lixão da cidade de Condado-PB, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/24004/pdf.

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo. Comitê Intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos, 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivo

s/PGIRS-2014.pdf>.

Procedimentos de Licenciamento Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamento-Ambiental-WEB.pdf>.

Regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.sedur.ba.gov.br/wp-content/uploads/sgt/residuos/DocumentoSinteseEstudoRegionalizacao.pdf

Política Estadual de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=264190.

Mapa dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: < http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/>.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ANEXO XVII – ESTUDO AMBIENTAL E FUNDIÁRIO**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ANAC** | Agência Nacional de Aviação Civil |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CONDER** | Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega Voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EMBRAPA** | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estações de Transferência de Resíduos |
| **FAO** | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| **GEE** | Gases de Efeito Estufa |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **MNCR** | Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis |
| **ODM** | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PEV** | Pontos de Entrega Voluntária |
| **PNMC** | Política Nacional sobre Mudança do Clima |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **RCD** | Resíduos da Construção Civil e Demolição |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RDS** | Regiões de Desenvolvimento Sustentável |
| **RSS** | Resíduos dos Serviços de Saúde |
| **SEDUR** | Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| **UC** | Unidade de Conservação |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |
| **ZEE** | Zoneamento Ecológico Econômico |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS

Este estudo tem por objetivo avaliar as questões ambientais e fundiárias nas áreas de abrangência de 5 (cinco) Municípios integrantes do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco.

A finalidade é identificar e georreferenciar os lixões nas localidades, correlacionando-os aos proprietários sempre que possível, bem como apresentar o diagnóstico ambiental da área do projeto, avaliar o passivo ambiental e desenvolver os estudos dos impactos ao meio ambiente, sugerindo as respectivas medidas mitigadoras.

A Lei nº 12.932/2014 instituiu a Política de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia, estabelecendo normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos, garantindo a efetividade das ações do Governo Estadual, em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) responsável pela elaboração do Estudo de Regionalização de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (ERGIRS).

A regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos do Estado da Bahia, em 2014, permitiu orientar as ações do Governo do Estado em resíduos, buscando soluções integradas desde a geração até a destinação final adequada, estimulando a busca de soluções consorciadas com base nas diretrizes nacionais para o saneamento (Lei Federal nº 11.445/07), nas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10) e na Lei Federal de Consórcios (Lei nº 11.707/2005).

A proposta do **ERGIRS** agrega um conjunto de recomendações de arranjos com base em critérios técnicos, resultando em 26 (vinte e seis) regiões de desenvolvimento sustentável (RDS), tendo como base



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

levantamentos de dados populacionais e produção diária de resíduos sólidos urbanos, considerando o espaço temporal de 20 anos (2013 a 2033).

O **PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BAHIA** (**PERS-BA**), instrumento elaborado pelo Governo do Estado da Bahia, através da **SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** (**SEDUR**), é de fundamental importância para o planejamento e ações de implementação das políticas públicas, em saneamento básico e ambiental, em especial no gerenciamento de resíduos sólidos, e contribuirá na busca, pelos municípios, de soluções para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, de modo a resolver os problemas existentes e cumprir a legislação pertinente.

A **SEDUR** foi selecionada pelo Ministério das Cidades para elaboração de estudos, projetos de engenharia e sistemas integrados de destinação final de resíduos sólidos urbanos, adotando arranjos de cidades propostos no **ERGIRS**.

No relatório *"Produto 3"*, diagnóstico da gestão de resíduos sólidos do Estado da Bahia, concluído em julho/2022, destaca-se os estudos apresentados no *"território de identidade do velho chico"*.

Com relação ao tema *"existência de normativa associada ao saneamento básico"*, o relatório do PERS é conclusivo em afirmar que, para o Território de Identidade Velho Chico, apenas 01 (um) dos municípios, em 2017, possuía normas associadas à política municipal de saneamento básico.

Com relação à abrangência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, no Território de Identidade Velho Chico, o relatório é conclusivo em afirmar que os municípios do Território de Identidade Velho Chico estão inseridos no objeto do PAC 2, com diagnóstico ambiental e estudo de mercado.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Destaca-se do estudo desenvolvido pelo PAC 2 os temas inerentes aos aspectos sociais dos catadores, que serão considerados quando do cadastramento deles. A ausência do cadastro é ratificada pelo estudo do PAC 2, apontando para a necessidade de uma política de reinserção dos catadores na sociedade e a gestão de resíduos com coleta seletiva dos materiais recicláveis, atendendo aos aspectos legais, sociais e econômicos.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 e 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do **PMI n° 01/2023**, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

**2. ESTUDOS AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao Projeto estão localizados em um dos eixos viários mais importantes do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Estado da Bahia. Os estudos fundiários demonstraram que as áreas dos lixões estão situadas na zona rural dos Municípios, com distâncias que variam de 60 a 90 km dos centros das sedes municipais.

No Brasil, o critério político-administrativo, em diversos casos, não corresponde à realidade territorial das unidades federativas que o compõem. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como órgão federal responsável pelas estatísticas oficiais, segue o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que representa um marco legal acerca da diferenciação entre os espaços urbanos e rurais do país.

Segundo esse decreto, todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes dos municípios. Tudo o que estivesse fora desse enquadramento corresponderia ao rural.

É possível verificar que existem residências no entorno de parte dessas áreas, bem como pessoas morando nas áreas de trabalho dos lixões. Em relação à questão ambiental, verificou-se que: (i) há corpo hídrico nas proximidades de grande parte dos lixões; (ii) não há recobrimento do lixo com material argiloso; (iii) existe mau cheiro no entorno, resultando em foco atrativo de aves, insetos e roedores; e (iv) há contaminação dos solos e dos respectivos lençóis freáticos.

O estudo fundiário e ambiental mostrará como estão as áreas dos lixões e quais as medidas que serão adotadas para minimizar os impactos causados pelo descarte irregular desses resíduos, bem como as diretrizes para a implantação das unidades para o descarte ambientalmente adequado.

## 2.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

### 2.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS LIXÕES



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Com o objetivo de identificar e quantificar as áreas das poligonais dos lixões de cada município, de modo a auxiliar na elaboração, no licenciamento e na execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (**PRAD**), foi utilizada a ferramenta Google Earth para estimar suas áreas a partir de coordenadas geográficas obtidas in loco.

Deve-se frisar que todos os 5 (cinco) municípios que tiveram suas áreas analisadas sempre destinaram seus resíduos sólidos aos lixões locais. Delimita-se, nesses estudos, as áreas dos mencionados lixões, que serão desativados, recuperados e monitorados.

### 2.1.2. IDENTIFICAÇÃO DA POLIGONAL DO EMPREENDIMENTO E RESPECTIVA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO CVR, ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

Os estudos técnicos demonstraram a melhor logística e a viabilidade econômico-financeira do projeto. Após os estudos, foram sugeridos locais favoráveis, preferencialmente no município de Ibotirama, para a fundação do complexo de educação ambiental e valorização de resíduos Parque do Sol Velho Chico, contemplando a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**) e Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (**UCO**).

As Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**) deverão estar situadas nos municípios de Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará, para direcionar os rejeitos à **CVR PARQUE DO SOL VELHO CHICO**.

As áreas e edificações das Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), dos Pontos de Atendimento ao Cidadão (**PAC**), dos Pontos de Entregas Voluntárias (**PEVs**) e dos Ecopontos deverão ser



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

disponibilizadas pelos Municípios, livres e desembaraçadas, ao passo que a área da **CVR** será identificada, adquirida e custeada pela futura **CONCESSIONÁRIA**.

As áreas passarão pelos requisitos legais e procedimentos necessários ao seu licenciamento ambiental junto ao órgão competente, sendo também imprescindível a regularização destas áreas junto às prefeituras locais.

Serão utilizados como requisitos técnicos e legais para estudos e licenciamento ambiental destas áreas as normas técnicas, portarias e resoluções do **CONAMA**.

Utilizou-se como referência para a escolha do município a ser contemplado com o **CVR** o **ERGIRS-BA**, que indica Ibotirama como *"município polo"*.

## 2.2. CADASTRO DE POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS EXISTENTES NOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADAS AS OBRAS E LEVANTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES E DE DESOCUPAÇÕES NECESSÁRIAS

### 2.2.1. LIXÕES

A futura Concessionária deverá elaborar e executar um **PRAD** para cada lixão. É possível verificar se os municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** têm seus lixões em áreas públicas ou em áreas privadas. Sugere-se que, após a recuperação das áreas privadas, estas sejam desapropriadas e monitoradas pelos Municípios para que não haja posterior ocupação. Com relação às áreas públicas, após a recuperação, sugere-se que os Municípios façam o monitoramento para evitar retrocessos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 2.2.2. CVR E ECOPONTOS

No processo de licenciamento ambiental exigido pelo órgão competente, serão identificadas as possíveis interferências existentes nas áreas de implantação de **CVR**. Após essa definição, se iniciarão os processos de desapropriação e de desocupação destas áreas e dos seus entornos, quando necessário.

Como citado no tópico anterior, as áreas dos Ecopontos serão cedidas pelas Prefeituras dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** para implantação das estruturas pela **CONCESSIONÁRIA**.

## 2.3. DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS RELATIVOS À DESOCUPAÇÃO

Os custos de desocupação foram estimados preliminarmente serão arcados diretamente pelo poder concedente e dessa forma não detalhados nos estudos de viabilidade econômico-financeira.

### 2.3.1. LIXÕES

Caberá ao **PODER CONCEDENTE** a desocupação das áreas utilizadas como lixões nos Municípios, bem como a organização e o cadastramento dos catadores para que sejam inseridos nos PEVs e Ecopontos, onde terão melhores condições de trabalho. Será fomentada a formação de cooperativas ou associações com o apoio da **CONCESSIONÁRIA**.

Sugere-se que, após cadastro dos catadores de materiais recicláveis dos lixões, realizado pelos Municípios, sejam provisoriamente fornecidas pelo poder concedente moradias sociais aos cidadãos que atualmente moram nos lixões ou passagens de ônibus para regressarem às suas cidades de origem, bem como cestas básicas para os que serão remanejados para os PEVs e Ecopontos, até que o novo sistema de gestão dos resíduos recicláveis esteja em pleno funcionamento.

A desocupação dos lixões, mediante a retirada dos catadores, será necessária para viabilizar a elaboração e a execução do PRAD nos Municípios, e deverá ser realizada pelos Municípios após o cadastro dos catadores.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Deverá ser atendido o disposto no art. 36 do Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):

*"Art. 36. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda, com vistas:*

*I - à formalização da contratação;*

*II - ao empreendedorismo;*

*III - à inclusão social; e*

*IV - à emancipação econômica." (Lei n°12.305/2010)*

É necessário, portanto, que o processo de desocupação transcorra de forma ordeira, pacífica, obedeça aos dispositivos legais e concorra para o processo de transição do encerramento dos lixões e sua recuperação, sempre priorizando o quanto estabelecido no título IV, do Decreto 10.936/2022.

**2.3.2. CVR**

Os custos para aquisição de área, implantação e operação da CVR serão de exclusiva responsabilidade da futura Concessionária. Os requisitos para escolha da área para a implantação da CVR seguirão a legislação ambiental, as normas técnicas e o termo de referência do órgão de controle ambiental, em especial os requisitos preliminares utilizados nos estudos para indicar o município onde preferencialmente deve ser implantada a estrutura: População, Taxa de crescimento populacional, Geração per capita de resíduos.

Além disso, deverá ser utilizado para a escolha do logradouro o código florestal, a distância mínima de 500 m da cidade ou área urbanizada (de acordo com a NBR 13896/97), e a distância mínima de 200 m para corpos, de forma a causar o mínimo impacto ambiental.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os impactos ambientais gerados com a implantação do CVR podem ser minimizados com a aplicação das melhores técnicas de engenharia e práticas operacionais. A não utilização de tais técnicas acarreta riscos significativos, como a poluição do meio ambiente com vazamentos de líquidos e gases; a contaminação dos lençóis freáticos e aquíferos; os riscos aos animais selvagens; a presença de vetores, entre outros.

### 2.3.3. ECOPONTO, PEV E ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS

As áreas para implantação desses equipamentos serão cedidas pelos Municípios, e o custo de construção, implantação e operação será de responsabilidade da futura Concessionária, exceto as Estações de Transferência de Resíduos (**ETRs**), que por sua vez, deverão ser construídas pelo poder concedente.

As áreas para a implantação dos **ECOPONTOS** e **PEVs** deverão ser selecionadas em função da facilidade de acesso dos munícipes, preferencialmente em região central da sede, que concentre atividade comercial. Não existe impacto ambiental em decorrência da implantação desses equipamentos, pois eles só receberão a parcela de resíduos secos.

Por outro lado, os requisitos para escolha das áreas para a implantação dos equipamentos da Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**) são: (i) estar em conformidade com o Zoneamento Municipal; (ii) apresentar distância mínima de 500 (quinhentos) metros de núcleos populacionais, medidos a partir do limite da área de transbordo; (iii) respeitar as faixas de domínio de estradas e rodovias; (iv) dispor de vias de acesso em boas condições de tráfego ao longo de todo o ano, inclusive no período de chuvas intensas; (v) não estar localizada em áreas alagadas ou sujeitas a inundações, ainda que periódicas; (vi) não estar



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

localizada em áreas restringidas pelas legislações federal, estadual ou municipal; e (vii) não estar localizada em áreas de preservação permanente (APP), conforme definido pela Resolução **CONAMA** N° 303/2002 e pela Lei Federal Nº12.651/2012.

Os impactos ambientais gerados com a implantação da Estação de Transferência de Resíduos (**ETR**) podem ser minimizados com a utilização das melhores técnicas de engenharia e emprego das melhores formas de operação e manutenção. Os riscos oriundos de ineficientes construção e operação podem ser: poluição do meio ambiente com vazamentos de líquidos e gases; contaminação dos lençóis freáticos e aquíferos e presença de vetores.

## 3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DO PROJETO, AVALIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, ESTUDOS DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE, MEDIDAS MITIGADORAS

### 3.1. LIXÕES

#### a) DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A metodologia utilizada para o diagnóstico ambiental foi a visita técnica in loco, com a realização de análise dos aspectos socioambientais, a identificação das APAs e dos recursos hídricos e a coleta de informações dos gestores municipais e dos munícipes. Constatou-se a existência de lixões em todos os Municípios integrantes do CDS VELHO CHICO, todos eles em funcionamento inadequado, sem atender às regras de proteção ao meio ambiente.

Verificou-se que os resíduos são descartados a céu aberto, em solos sem qualquer tipo de impermeabilização que impeça o escoamento do seu lixiviado para águas superficiais (riachos, nascentes, rios, córregos etc.) e para águas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

subterrâneas (lençóis freáticos e lençóis artesianos). O solo, por sua vez, é contaminado pela composição físico-química dos resíduos descartados diretamente nele.

Dessa forma, foram observados nos lixões dos municípios que integram o CDS VELHO CHICO os seguintes impactos no meio físico: aumento dos processos erosivos no solo; compactação do solo; depreciação da água subterrânea; poluição do ar (Gases de Efeito Estufa); proliferação de micro e macrovetores de doenças; e poluição do solo (percolado).

De igual modo, foram identificados efeitos nefastos no meio biótico, a saber: a redução da biota do solo; a redução da capacidade de sustentação da fauna; a redução da biodiversidade nativa; e o estresse da fauna local. Ademais, foram identificados, no meio antrópico, visuais desnudamentos do solo; poluição de áreas circunvizinhas e poluição visual. Nesse sentido, observa-se o grau de complexidade e de abrangência decorrentes de atividades ou ações antropogênicas, que alteram e danificam os componentes bióticos e abióticos do meio ambiente nos seus mais diversos aspectos: natural, cultural, social e econômico.

Como consequência, têm-se os efeitos causados pela contaminação do solo e das águas subterrâneas: a deterioração da paisagem e dos alimentos; a poluição visual; a redução da biodiversidade nativa; a redução da capacidade de sustentação da fauna; e o desequilíbrio ecológico; provocando uma série de prejuízos à qualidade ambiental e, principalmente, à saúde pública (TORNISIELO; GOBBI; FOWLER, 1995).

Estima-se que, no Brasil, 39 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas todos os dias; são R$12 bilhões anuais desperdiçados, que se refletem nos preços dos produtos. Além de representar um grande desperdício de terras, água, energia e materiais, esse quadro traz um importante ônus ambiental, em razão da contaminação da água e do solo pelo chorume, e da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

contaminação do ar pela geração de Gases de Efeito Estufa (GEE).

O caminho percorrido pelo desperdício começa na plantação e termina na matéria orgânica disposta em aterros sanitários ou em alguma solução inadequada. A falta de planejamento, a ineficiência na colheita, no transporte e na distribuição geram 8% de perdas de alimentos (INSTITUTO ECODESENVOLVIMENTO, 2013).

Em diversos municípios brasileiros, o trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável já perdura por muito tempo. A catação de materiais descartados pelas diversas atividades socioeconômicas, que possuem valor econômico, é uma atividade que contribui como meio de sobrevivência de pessoas em situação de vulnerabilidade. O Brasil ainda conta com um contingente significativo de catadores não organizados que atuam em condições precárias em lixões.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que existe entre 600 mil (estimativa indicada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos) e 1 milhão de catadores no Brasil, sendo que a maioria absoluta atua de forma individualizada. Estudos desenvolvidos apontam que existem diferentes níveis de organização dos catadores, divididos basicamente em três segmentos: os organizados em associações/cooperativas, os catadores parcialmente organizados (em processo de organização), e um contingente maior dos catadores não organizados.

Os lixões interferem diretamente nas mudanças climáticas. Os principais GEE relacionados com o manejo de resíduos sólidos são: o dióxido de carbono (CO2), que é o mais abundante, sendo emitido como resultado do transporte dos resíduos; o gás metano (CH4), produzido durante a decomposição da matéria orgânica, em aterros sanitários e que tem poder de aquecimento global 21 vezes maior que o dióxido de carbono; o óxido nitroso (N2O), cujas emissões resultam



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

da queima de combustíveis fósseis, da incineração de resíduos e do uso de fertilizantes, e que possui um poder de aquecimento global 310 vezes maior que o dióxido de carbono.

O Brasil, mesmo incluído na lista do protocolo de Quioto (1997), assumiu suas metas próprias para redução das emissões de GEE, entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas para 2020. O art. 4º, V, da Lei nº 12.187/2009 estabelece que a Política Nacional sobre Mudanças do Clima visará a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação.

A PNMC, em seu art. 11, estabelece que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os da PNRS, utilizando-se as possibilidades de não geração e redução; a reciclagem dos resíduos secos e orgânicos; a segregação e a reciclagem dos diversos resíduos (RDO Secos, RCC, RSS, industriais e outros); a retenção dos resíduos orgânicos e a compostagem in situ em domicílios, condomínios e comunidades; a priorização da coleta seletiva e compostagem para eficientização dos orgânicos; e a adoção da biodigestão para eliminação do biogás.

Essas práticas conduzem ao melhor caminho para gerar menos gases de efeito estufa e aproveitar o conteúdo energético dos resíduos, valorizando estes como bem econômico e social, promovendo a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, incentivando a indústria da reciclagem e possibilitando a logística reversa, em atendimento às diretrizes centrais da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A biodigestão de resíduos orgânicos apresenta a maior redução de emissão de GEE. A compostagem apresenta, por sua vez, significativa diferença quanto às emissões de metano, quando comparado aos valores do aterro sanitário, apresentando emissão aproximadamente 10 vezes menor, segundo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

estudo realizado pela EMBRAPA (INÁCIO, 2010).

Considerando que a metodologia utilizada para a realização desses estudos valeu-se de informações técnicas visuais in loco, será necessário o aprofundamento dos diagnósticos referentes à compactação do solo, à alteração dos ciclos hidrológicos, à poluição do ar e à diminuição da umidade do ar. Os diagnósticos ambientais citados no estudo também deverão ser detalhados no PRAD, que será elaborado e executado pela futura Concessionária.

**b) AVALIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E IMPACTO AO MEIO AMBIENTE**

Através de visita in loco, observou-se que existe passivo ambiental, conforme itens elencados seguir:

a) Contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais, que impedem o restabelecimento vegetal com espécies arbóreas, provocada pelo descarte dos resíduos sólidos nas áreas dos lixões;
b) Supressão irregular da vegetação nativa;
c) Maus odores nos lixões; descarte inadequado dos resíduos;
d) Proliferação de micro e macro vetores de doenças;
e) Poluição visual;
f) Alteração na qualidade do solo;
g) Depreciação de águas subterrâneas;
h) Extinção de espécies da fauna e da flora;
i) Diminuição de mananciais;
j) Emissão de metano, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global;
k) Aumento do número de incêndios gerados pelos gases, em função da decomposição dos resíduos;
l) Erosões do solo, causando deslizamentos de terra; e
m) Redução da biodiversidade nativa.

O resultado da avaliação do passivo e dos impactos ambientais está descrito na matriz de avaliação abaixo exposta:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Matriz de avaliação qualitativa dos impactos ambientais, nos meios Físico, Biótico e Antrópico dos Lixões dos municípios do CDS VELHO CHICO.**

| MEIOS/ IMPACTOS | CARACTERÍSTICAS | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Frequência | | | Reversibilidade | | Extensão | | Duração | | | Origem | | Sentido | | Grau de impacto | | |
| | T | Pr | C | Rv | Ir | L | Rg | Cp | Mp | Lp | D | I | P | N | B | M | A |
| **MEIO FÍSICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento dos processos erosivos | | X | | x | | x | | | | x | x | | | x | | | x |
| Compactação do solo | | X | | | x | x | | | X | | | x | | x | | | x |
| Depreciação da qualidade da água subterrânea | | X | | x | | | x | | X | | x | | | x | | | x |
| Poluição do ar (biogás) | | X | | x | | x | | | X | | x | | | x | | x | |
| Poluição do solo (percolato) | | | X | x | | x | | | | x | x | | | x | | | x |
| Proliferação de micro e macrovetores | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | | x |
| **MEIO BIÓTICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Redução da biota do solo | | X | | | x | x | | | x | | x | | | x | | x | |
| Redução da capacidade de sustentação da fauna | | X | | | x | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Redução da biodiversidade nativa | | X | | x | | X | | | x | | x | | | x | | x | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estresse da fauna local | x | | | x | | x | | | x | | x | | | x | | x | |
| **MEIO ANTRÓPICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Visual desnudamento do solo | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Poluição de áreas circunvizinhas | x | | | x | | x | | x | | | x | | | x | | x | |
| Contaminação dos catadores | | | X | | x | | X | | | x | x | | | x | | | x |
| Poluição visual | x | | | x | | | X | x | | | x | | | x | | x | |

**Legenda:**
T - Temporário;
Pr - Permanente;
C - Cíclico;
Rv - Reversível;
Ir - Irreversível;
L - Local;
Rg - Regional;
Cp - Curto Prazo;
Mp - Médio Prazo;
Lp - Longo Prazo;
D - Direta;
I - Indireta;
P - Positiva;
N - Negativa;
B - Baixa;
M - Médio;
A -Alto.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**c) Prováveis Medidas Mitigatórias ou Compensatórias**

As medidas mitigadoras serão adotadas para atenuar os impactos ambientais causados pelos lixões irregularmente instalados nos Municípios.

O detalhamento dessas medidas deverá estar contemplado no PRAD de cada lixão, que será entregue pela licitante vencedora, devendo ser observadas as seguintes diretrizes: (i) implantação de programas capazes de sensibilizar e induzir a população local a priorizar a redução do consumo e o reaproveitamento de materiais, utilizando-se, para tais fins, os princípios da educação ambiental; (ii) elaboração de projetos escolares, visando a promover a mudança comportamental da comunidade escolar desde cedo, com a formação de novos hábitos relacionados à importância da coleta seletiva, da reciclagem, bem como o descarte correto do lixo; (iii) promoção de programas de capacitação para os catadores, na intenção de informar-lhes acerca dos perigos aos quais estão sujeitos e dos procedimentos necessários para evitá-los; e (iv) isolamento das áreas do lixão, com as intervenções de engenharia indicadas nos PRADs.

## 3.2. CVR, ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

O relatório com os diagnósticos ambientais dos locais onde serão implantados esses equipamentos deverá ser elaborado pela licitante vencedora, observando-se as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.

## 4. LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA OU DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO, QUANDO O PROJETO EXIGIR



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, nos incisos do art. 1º, define:

> ***"I - Licenciamento Ambiental:*** *procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. 3 IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino-Americano de Engenharia e Sustentabilidade*
>
> ***II - Licença Ambiental:*** *ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimento ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.*
>
> ***III - Estudos Ambientais:*** *são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.*
>
> ***IV - Impacto Ambiental Regional****: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados." (CONAMA Nº 237/1997)*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Com base nas definições elencadas, deverão ser utilizadas as diretrizes do INEMA, que é o órgão responsável pelos processos de licenciamento e de autorização para intervenção ambiental e tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, à Política Estadual de Recursos Hídricos e à Política Estadual sobre Mudança do Clima.

Para a implantação de um empreendimento cujas atividades sejam potencialmente degradadoras ou que venha causar impacto ambiental direto ou indireto, faz-se necessária a emissão de uma licença ambiental adequada à natureza da atividade. O processo de licenciamento ambiental no Estado da Bahia compreende a avaliação de impactos ambientais, a outorga de direito de uso de recursos hídricos e a supressão de vegetação, processos que dependerão da anuência do órgão competente.

Será também considerado para escolha da área da CVR a Lei Federal n° 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Deve-se buscar uma área fora de Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Preservação Permanente (APP). Deverá ser considerado, ainda, na escolha da área, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), conforme conceito abaixo:

*"O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE BA é um instrumento de gestão socioeconômica e ambiental que tem como objetivo orientar o planejamento e a tomada de decisões sobre programas, projetos e atividades que utilizam recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável. As delimitações territoriais do ZEE BA são chamadas de Zonas, as quais foram definidas a partir da convergência de características geoambientais e socioeconômicas do Estado, unindo as Unidades Geoambientais (espaços com solo, clima, hidrografia e vegetação semelhantes) e as Unidades de Paisagem (regiões marcadas por atividades produtivas, a exemplo da agricultura e pecuária)."*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

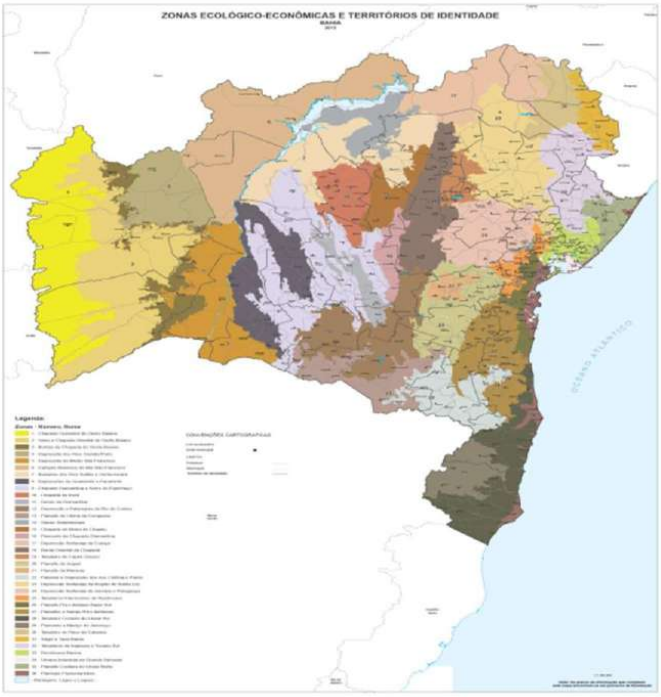



*Figura 26 - Mapa das Zonas Ecológico-Econômicas (ZEE)*

*Fonte:http://www.zee.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Zona_BA_Territorios_17102013.pdf*

Vale destacar que, independentemente do local de instalação do empreendimento, deverão ser cumpridos todos os requisitos legais referentes aos recursos hídricos, bacias hidrográficas, hidrologia e solos, bem como todos os requisitos legais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

A seguir, colaciona-se os mapas dos recursos hídricos do Estado da Bahia e recorte da região do **CDS VELHO CHICO**:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

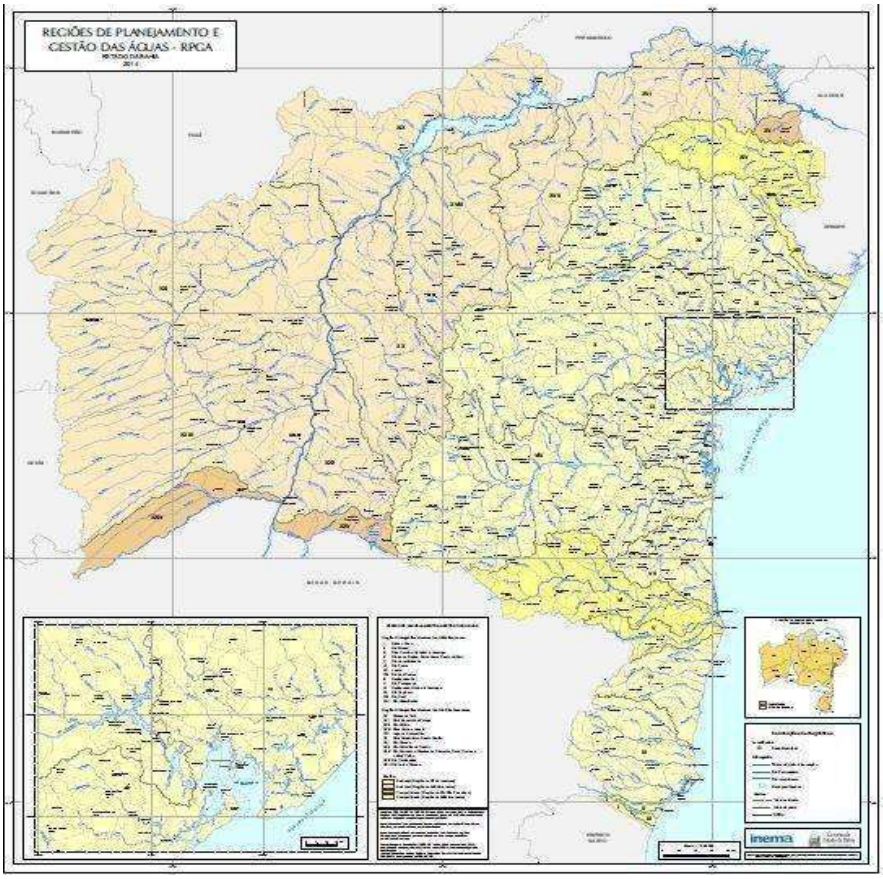



Figura 27 - Mapa dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia
Fonte: Inema-2014

Deverão ser utilizados, portanto, no processo de licenciamento ambiental, todos os instrumentos legais necessários, inclusive as resoluções do CONAMA, ANAC, UC e ZEE.

### 4.1. LIXÕES

Para a recuperação dos lixões, será necessária a elaboração do PRAD e seu respectivo licenciamento/autorização, emitido pelo órgão ambiental.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 4.2. CVR, ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E ECOPONTOS

O início do processo de licenciamento ambiental ocorre quando o empreendimento é enquadrado na classe adequada de execução de suas atividades, que acontecem após a prestação das informações solicitadas pelo órgão de controle ambiental.

A título ilustrativo, o fluxograma abaixo apresenta o passo a passo para caracterização do empreendimento e início da análise do processo de licenciamento ambiental, para retirada da Licença Prévia (figura 46):

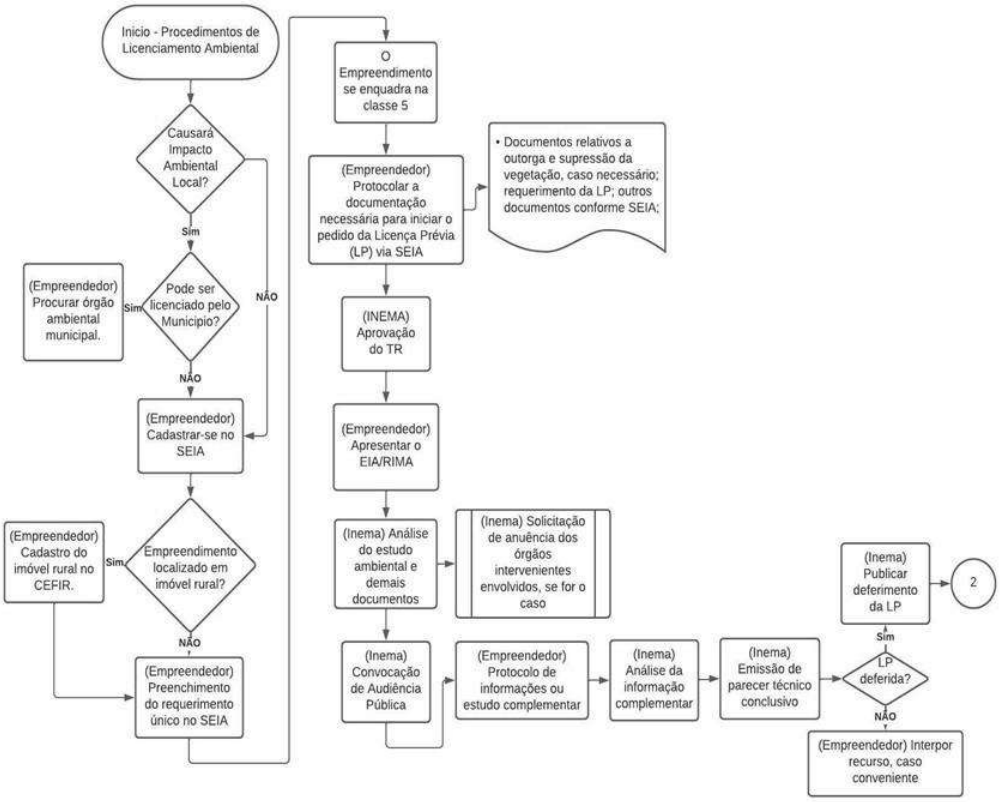



Figura 28 - Fluxograma do processo de licenciamento
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2016



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 5. CONCLUSÃO

Após a realização dos trabalhos de campo e de escritório, e ainda as reuniões realizadas com os técnicos do **CDS VELHO CHICO**, observou-se a necessidade de buscar soluções para gestão integrada dos resíduos sólidos, que fossem compatíveis com as características com o espaço territorial, seus recursos ambientais, diversidade biológica, sempre em bases sustentáveis.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## ANEXO I – DIRETRIZES AMBIENTAIS

### 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao inciso VII do art. 10 da Lei Federal N° 11.079/04, as diretrizes aqui contidas visam informar aos **LICITANTES** a respeito dos principais aspectos que deverão ser observados quando do licenciamento ambiental para implantação de Ecopontos, Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos, Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos na área da **CVR**, Unidade de Compostagem Aeróbia na zona rural e diretrizes para o transporte de resíduos não perigosos e a recuperação dos antigos lixões.

### 2. PRINCÍPIOS

- Prevalência do interesse público.
- Melhoria contínua da qualidade ambiental.
- Multidisciplinaridade no trato das questões ambientais.
- Participação comunitária na defesa do meio ambiente.
- Integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado, Município e as demais ações do governo.
- Manutenção de equilíbrio ambiental.
- Uso racional dos recursos naturais.
- Mitigação e minimização dos impactos ambientais.
- Educação e conscientização ambiental como ação mobilizadora da sociedade.
- Recuperação do dano ambiental.

Para o cumprimento do disposto no art. 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, consideram-se como de interesse local:

- O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- A adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
- A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público e a iniciativa privada para a redução dos impactos ambientais;
- A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorize a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de trabalho e renda;
- O licenciamento ambiental e o controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de Controle de Poluição Ambiental Federal, Estadual e Municipal no que couber;
- O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
- O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos; e
- O estabelecimento de indicadores ambientais.

A gestão integrada dos resíduos sólidos e o desenvolvimento sustentável do **MUNICÍPIO** deverá ter ênfase na qualidade de vida de sua população, tendo como base a educação, direito fundamental para o exercício da cidadania.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Toda atividade de licenciamento ficará sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que deverá observar a legislação federal, estadual e municipal pertinentes à matéria.

Com vistas ao licenciamento dos empreendimentos, a **CONCESSIONÁRIA** deverá levar em consideração as especificações técnicas, constantes no **CADERNO DE ENCARGOS**, e as legislações ambientais vigentes.

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (**PNMA**), Lei Federal N° 6.938/1981, que visa agir preventivamente na proteção do meio ambiente, considerado bem de uso comum de toda a sociedade (BRASIL, 1981).

O licenciamento ambiental consiste na avaliação da viabilidade de um empreendimento por meio de um órgão competente que atesta seu enquadramento às normas ambientais vigentes e determina ações que o empreendedor deve tomar para minimizar os impactos ambientais do empreendimento.

O órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Todo empreendimento listado na Resolução CONAMA 237 de 1997 é obrigado a ter licença ambiental, estando o tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos citados nesta lista.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O empreendimento, sujeito ao licenciamento, que não regularizar sua situação infringirá a legislação, podendo sofrer as sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal N° 9.605/1998, como multa, embargo ou mesmo detenção.

De acordo com o Art. 7º. da Resolução CONAMA Nº. 237/1997 os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados ambientalmente por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições definidas em lei. No nível federal, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e no nível estadual, no caso da Bahia, é o Instituto Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos (INEMA). No nível municipal, o licenciamento ambiental é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente dos respectivos municipios integrantes do CDS.

No quadro a seguir são apresentados os casos em que cada órgão deve ser responsável pelo licenciamento.

Quadro 1: Competências para o licenciamento ambiental no Brasil

| Órgão Ambiental Competente | Dano Potencial | Outros requisitos legais |
|---|---|---|
| IBAMA | Significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional | Atividades localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; em zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União. |

| Órgão Ambiental Competente | Dano Potencial | Outros requisitos legais |
|---|---|---|
| | | Atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados. |
| IBAMA | Significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional | Atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | |
|---|---|---|
| | | Bases ou empreendimentos de caráter militar, quando couber, observada a legislação específica. |
| | | Destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). |
| INEMA | Impactos ambientais diretos que ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios | Atividades localizadas ou desenvolvidas em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual. |
| | | Atividades localizadas ou desenvolvidas nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais. |
| | | Atividades e empreendimento cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios. |
| | | Atividades delegadas pela União aos Estados ou ao Distrito Federal por instrumento legal ou convênio. |
| Secretária Municipal de Meio Ambiente | Impacto ambiental local | Atividades cujos impactos ambientais diretos concentram-se dentro dos limites do Município. |

O licenciamento ambiental é regido, de forma geral, pelas Resoluções CONAMA N° 01/86 e N° 237/97. O processo consiste na emissão de três tipos de licenças, sendo cada uma exigida em uma etapa específica do licenciamento. Assim, temos:

- Licença Prévia (LP);
- Licença de Instalação (LI);
- Licença de Operação (LO).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O Estado da Bahia possui o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), instituído pela Lei Estadual nº 10.431/2006, posteriormente alterada pela Lei 12.377 de 28 de dezembro de 2011 estabelece competências, critérios e diretrizes relacionados a regularização ambiental no estado da Bahia e a melhoria dos instrumentos de controle ambiental (licença, fiscalização e monitoramento). Nele determina-se que ao empreendimento ou atividade sujeito ao licenciamento ambiental, podem ser concedidas as seguintes Licenças Ambientais:

- **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade e aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes de sua implantação.

- **Licença de Instalação (LI):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

- **Licença Prévia e de Instalação (LPI):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e o órgão ambiental, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental e autoriza a implantação de empreendimentos ou atividades, nos casos em que a análise de viabilidade ambiental da atividade ou empreendimento não depender da elaboração de EIA/Rima ou RAS, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação de empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com base em constatações de vistoria, relatórios de pré-operação, relatórios de auditoria ambiental, dados de monitoramento ou qualquer meio técnico de verificação do dimensionamento e eficiência do sistema de controle ambiental e das medidas de mitigação implantadas.

- **Licença de Instalação e de Operação (LIO):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e autoriza, concomitantemente, a instalação e a operação de empreendimento ou atividade cuja operação represente um potencial poluidor insignificante, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que devem ser observadas na sua implantação e funcionamento. A LIO poderá ser concedida para a realização de ampliações ou ajustes em empreendimentos e atividades já implantados e licenciados.

- **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** concedida antes de iniciar-se a implantação do empreendimento ou atividade e, em uma única fase, atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e a operação de empreendimento ou atividade enquadrados na Classe 2, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser atendidas.

- **Licença de Operação e Recuperação (LOR):** autoriza a operação de empreendimento ou atividade concomitante à recuperação ambiental de áreas contaminadas.

- **Licença Ambiental de Recuperação (LAR):** autoriza a recuperação de áreas contaminadas em atividades ou



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

empreendimento fechado, desativado ou abandonado ou de áreas degradadas, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos em leis e regulamentos.

O prazo de validade da LP é, no mínimo, o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos e, no máximo, de 5 (cinco) anos. Já para a LI e para a LPI o prazo mínimo se dá de acordo com o estabelecido no cronograma de instalação e pré-operação, e o máximo, de 6 (seis) anos.

Para a LO o prazo mínimo é de 4 (quatro) anos e, o máximo, de 10 (dez) anos. Nos casos em que a LO for concedida com prazo de validade inferior ao máximo, poderá ter seu prazo de validade ampliado até o limite de 10 (dez) anos, mediante requerimento do titular da licença, quando constatadas, cumulativamente:

- Manutenção das condições ambientais existentes quando de sua concessão
- Implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental;
- Inexistência de denúncias e autos de constatação e de infração;
- Correção das não conformidades decorrentes da última auditoria ambiental realizada.

Os prazos de validade da LIO e da LAS são, no mínimo, de 4 (quatro) anos e, no máximo, de 10 (dez) anos. Por fim, tanto o prazo mínimo da LAR como da LOR é de acordo com o estabelecido pelo cronograma de recuperação ambiental do local e, no máximo, de 6 (seis) anos.

Para todas as licenças ambientais, caso elas tenham sido concedidas com prazo de validade inferior ao máximo, este poderá ser ampliado, por meio de averbação, até o seu respectivo limite máximo, mediante requerimento do titular da licença, desde que comprovada a manutenção do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

projeto original e das condições ambientais existentes quando de sua concessão.

Para verificar o enquadramento das atividades e empreendimento sujeitos ao processo de licenciamento, e consequentemente, qual licença solicitar, a **CONCESSIONÁRIA** deverá informar os dados necessários a respeito da atividade. O **INEMA** indicará o enquadramento e o órgão ambiental responsável pelo licenciamento da atividade (estadual ou municipal).

Para os casos de licenciamento junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), ele também indicará a documentação necessária para dar entrada no processo, o local para entrega desta documentação, bem como emitirá o boleto bancário para pagamento dos custos de análise do processo.

Das atividades previstas no **CADERNO DE ENCARGOS**, serão licenciadas no âmbito municipal, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente dos municípios, os Ecopontos, a Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos, a Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos e a Unidade de Compostagem Aeróbia.

Para estas atividades, os procedimentos e documentos necessários para abertura de processo de licenciamento que serão apresentados. Poderão ser solicitados outros documentos além dos descritos a seguir em função das características específicas da localização e da tipologia do empreendimento.

Já o transporte rodoviário de resíduos não perigosos e a recuperação da área dos antigos lixões serão objeto de licenciamento em âmbito estadual, pelo INEMA.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 3.1. ECOPONTOS

No enquadramento, considera-se como inexigível o licenciamento ambiental de Ecopontos. Sendo assim, a **CONCESSIONÁRIA** deverá solicitar a emissão da Certidão Ambiental de Inexigibilidade e dar entrada no processo com a seguinte documentação:

- Requerimentos, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;
- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;
- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.




- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

Para os ecopontos localizados em unidades de conservação a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**) deverá realizar consulta prévia, no órgão responsável, sobre o tipo de licença a ser solicitada.

### 3.2. UNIDADE DE TRIAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A documentação listada neste item é referente à obtenção de Licença Ambiental Simplificada para Galpão de Triagem de Resíduos Sólidos com capacidade acima de 10 t/d.

- Requerimentos, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;
- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;
- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

### 3.3. UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E UNIDADE DE COMPOSTAGEM AERÓBIA

Para o licenciamento de uma nova unidade de compostagem com capacidade de até 10 t/d, será emitida uma Licença Ambiental Simplificada. Para isso é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Requerimentos disponível no portal do INEMA, que deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal, devidamente autorizado;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ambiental;
- Documento de identificação do Requerente / Representante legal CPF (Pessoa física) ou CNPJ (Pessoa jurídica);
- Documento de identificação, Registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com respectivo comprovante de pagamento do responsável técnico;
- RGI ou Comprovante de domínio ou ocupação do imóvel;
- Para imóvel rural: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCRI) ou Prova de Justa Posse;
- Para imóvel em que o requerente não for proprietário: Contrato de Locação, comodato ou equivalente e carta de anuência do proprietário;
- Alvará de funcionamento e habite-se para licenciamento de atividades;
- Alvará de construção para licenciamento de edificações novas;
- Alvará de habite-se para licenciamento de edificações já existentes;
- Declaração possibilidade de esgotamento sanitário (DPE) e abastecimento de água (DPA) pela concessionária, no caso de sistema público;
- Documento de comprovação da legalidade do abastecimento de água:
- Rede Pública: Conta de água da concessionária;
- Rede Particular: Declaração do responsável pelo loteamento ou condomínio, ou documento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos emitido pelo órgão estadual;
- Captação Superficial ou Subterrânea: Certidão de Uso Insignificante ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Para pedidos de renovação, apresentar cópia da Licença Ambiental ou equivalente (Certidão/Autorização) anterior.

### 3.4. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Para o licenciamento da atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classes II A e II B) a seguinte documentação deverá ser apresentada no INEMA, conforme Norma Operacional:

- Comprovante da Guia de Recolhimento (GR) do custo de análise da licença ambiental requerida;
- Formulários de requerimento de licença preenchido e assinado pelo representante legal;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração, pública ou particular, com firma reconhecida, e cópia do documento de identidade e do CPF;
- Cópia das atas de constituição e eleição da última diretoria, quando se tratar de S/A, ou contrato social atualizado quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Se o requerente for órgão público deverá ser apresentado o Ato de Nomeação do representante que assinar o requerimento;
- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contemplando a atividade de transporte rodoviário de resíduos;
- Alvará emitido pela Prefeitura Municipal;
- Declaração de entrega de documentos em meio impresso e digital;
- Formulário de Cadastro de Transporte de resíduos perigosos classe I e não perigosos – classe II - CTR, preenchido e assinado pelo representante legal, de acordo com o modelo do Anexo VI A do presente edital;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Cópia dos Cerificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigentes, usados no transporte dos Resíduos;
- Cópia do CIPP e CIV, no caso de transporte rodoviário de resíduos perigosos a granel, dentro da validade, emitido pelo Inmetro ou entidade por este acreditada;
- Cópia dos contratos efetuados com os proprietários dos veículos agregados e/ou terceirizados que efetuarão o transporte dos resíduos;
- Cópia da Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP) para os condutores dos veículos responsáveis pelo transporte dos Resíduos perigosos – classe I;
- Cópia do CPF e do Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(veis) pela elaboração do Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes acompanhados da A.R.T atualizada para os casos de transporte rodoviário de resíduos perigosos – classe I;
- Cópia(s) da(s) identidade(s) Profissional do(s) Responsável(eis) Técnico(s) pelas atividades de coleta e transporte rodoviário de Resíduos perigosos - classe I e não perigosos - classe II.
- Cópia(s) da(s) A.R.T com atribuições e responsabilidades referentes aos serviços de coleta e transporte de resíduos realizados pela empresa;
- Cópia do Plano de ação de emergência (PAE) referente ao transporte rodoviário dos Resíduos perigosos – classe I a serem transportados, seguindo os requisitos mínimos de elaboração da ABNT NBR 15480, devidamente assinado pelo representante legal e responsável técnico pela sua elaboração;
- Cópia do contrato com a empresa que realizará o atendimento emergencial (nos casos de terceirização do serviço) ou comprovação de posse de recursos materiais, humanos e de comunicação, de acordo com ABNT NBR 15480 e NBR 14064



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

com apresentação dos certificados de treinamento dos colaboradores da empresa (atendimento emergencial próprio);

- Fichas de Emergência referentes aos resíduos perigosos transportados ABNT NBR 7503; 6.3.2.12 Cópia da licença Ambiental de operação das empresas que realizarão as atividades de tratamento e/ou destinação final dos Resíduos transportados, emitida pelo órgão ambiental competente;
- Comprovante de inscrição do Cadastro Técnico Federal – CTF e o Certificado de regularidade, para os casos de transporte rodoviário de resíduos classe I;
- Comprovante de que os veículos possuem sistema de rastreabilidade de forma a atender à Lei 6.268 de 15 de julho de 2014.

Para o licenciamento da atividade de transporte rodoviário de resíduos da construção civil a seguinte documentação deverá ser apresentada no INEMA, conforme Norma Operacional:

- Comprovante da guia de recolhimento (GR) do custo de análise da licença ambiental requerida;
- Formulários de requerimento de licença preenchido e assinado pelo representante legal;
- Declaração de entrega de documentos em meio impresso e digital;
- Cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração, pública ou particular, com firma reconhecida, e cópia do documento de identidade e do CPF;
- Cópia das atas de constituição e eleição da última diretoria, quando se tratar de S/A, ou contrato social atualizado quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Se o requerente for órgão público deverá ser apresentado o Ato de Nomeação do representante que assinar o requerimento;

- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Inscrição Estadual contemplando a atividade de transporte rodoviário de resíduos;
- Alvará emitido pela Prefeitura Municipal;
- Formulário de Cadastro de Transporte de Resíduos da Construção Civil (RCC) - CTRCC, preenchido e assinado pelo representante legal, de acordo com o modelo do Anexo VI B presente neste edital;
- Cópia dos Cerificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigentes, usados no transporte dos RCC;
- Relatório fotográfico comprovando à adequação dos veículos e caçambas;
- Cópia dos contratos efetuados com os proprietários dos veículos agregados e/ou terceirizados que efetuarão o transporte dos resíduos;
- Cópia do CPF e do Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável pela atividade de coleta e transporte rodoviário de RCC e PAE. Cópia(s) da(s) ART com atribuições e responsabilidades referentes aos serviços de coleta e transporte de resíduos realizados pela empresa e pelo PAE;
- Cópia do plano de Ação de Emergência (PAE) no atendimento a acidentes no transporte rodoviário, de acordo com as características do resíduo a ser transportado e seguindo os requisitos mínimos de elaboração da ABNT NBR 15480. Devendo estar devidamente assinado pelo representante legal e responsável técnico pela elaboração do plano;
- Cópia do contrato com a empresa que realizará o atendimento emergencial (quando terceirizado) ou comprovação de posse de recursos materiais, humanos e de comunicação, de acordo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

com ABNT NBR 15480 e NBR 14064 com apresentação dos certificados de treinamento dos colaboradores da empresa (atendimento emergencial próprio);

- Possuir cópia da licença ambiental que autoriza a operação das empresas que realizarão as atividades de beneficiamento e destino dos RCC, emitida por órgão ambiental do estado de destino;
- Comprovante que os veículos possuem sistema de rastreabilidade.

### 3.5. RECUPERAÇÃO E MONITORAMENTO DE LIXÃO

Para a recuperação de áreas contaminadas, se faz necessária a obtenção de Licença Ambiental de Recuperação – Área Contaminada (porte 2). Será solicitada a lista de documentos a seguir, havendo possibilidade de durante a análise do requerimento serem exigidos outros documentos complementares:

- Formulário de requerimento preenchido e assinado pelo representante legal;
- Boleto e respectivo comprovante de pagamento de acordo com o instrumento do solicitado;
- Recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, para atividades ou empreendimento desenvolvidos em imóveis rurais, se couber;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) ou Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), se couber;
- Contrato de trabalho ou CTPS e CPF do Responsável Técnico, sua habilitação e o respectivo comprovante de vinculação ao Conselho de Classe, se couber. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Declaração de microempresa ou relatório do simples nacional emitido pela receita federal, se couber;
- Cópias dos documentos de identidade e CPF do representante legal que assina o requerimento. Se o requerente for pessoa física, deverá apresentar também comprovante de residência;
- Se houver procurador, apresentar cópia da procuração pública ou particular com firma reconhecida, e cópias dos documentos de identidade e CPF;
- Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para o caso de pessoa jurídica ou cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para o caso de pessoa física;
- Certidão Municipal de Zoneamento ou Declaração da Prefeitura, dentro do prazo de validade, afirmando expressamente que a atividade ou empreendimento está de acordo com as normas de Uso e Ocupação do Solo, ou Alvará de localização e Funcionamento expedido pelo MUNICÍPIO que ateste a conformidade da atividade/empreendimento quanto ao uso e ocupação", válido. Na falta da data de validade o documento deverá ter sido emitido 1(um) ano antes do pedido da licença.
- Cópia do título de propriedade do imóvel e da Certidão atualizada do Registro Geral de Imóveis (RGI); ou cópia da certidão de aforamento, se for o caso; ou cópia da Cessão de Uso, quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado. Se o requerente não for proprietário do imóvel, apresentar também Contrato de Locação, de Comodato ou outros.
- Planta de localização – em cópias de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:
- Coordenadas UTM ou geográficas, em SIRGAS2000;
- Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

- Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- Corpos d'água (rios, lagos etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.
- Relatório consolidado referente às investigações do solo e da água subterrâneas realizadas anteriores ao requerimento de Licença Ambiental de Recuperação;
- Plano de ação, devendo minimamente contemplar:
- Cronograma detalhado contendo as etapas de Gerenciamento de Áreas Contaminadas a serem realizadas conforme Resolução CONAMA n° 420/2009, incluindo 2 (dois) anos de monitoramento para reabilitação;
- Plano de Desmobilização da Unidade, objetivando a destinação ambientalmente correta de todos os resíduos gerados, bem como a remoção e destinação de todas as instalações e equipamentos, superficiais ou subterrâneos, substâncias e produtos perigosos, em conformidade com as legislações aplicáveis à respectiva atividade;
- Relatório de cumprimento das condicionantes dos Instrumentos do Sistema de Licenciamento Ambiental e/ou Termos de Ajustamento de Conduta anteriormente emitidos para a respectiva atividade;
- Projeto das medidas de intervenção propostas para uso pretendido, caso já tenha sido definido;
- Declaração técnica pelo projeto de recuperação da área.

Os relatórios deverão conter: assinatura original e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pelo estudo, laudos originais, no formato digital, das análises de solo e água subterrânea emitidos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

por laboratório credenciado pelo INEMA e as respectivas cadeias de custódia das amostragens. A amostragem de água subterrânea deverá ser feita pelo método de baixa vazão.

Observar todas as normas brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABTN/NBR elaboradas pela Comissão de Estudo de Especial Temporária de Avaliação da Qualidade do Solo e da Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Avaliação de Risco à Saúde Humana, como as ABNT/NBR 15.492, 15.495, 15.847, 15515, 15.935, 16.209 e 16.210 e demais publicações e atualizações.

O custo da análise do procedimento é de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** o qual deve ser pago via boleto bancário. Apenas após o pagamento da taxa a **CONCESSIONÁRIA** poderá dar entrada no processo de licenciamento da atividade e agendar uma data para seu comparecimento em uma das unidades do **INEMA**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2022.

EPIFANIA, A. G. et al. TERRITÓRIO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BAIXO SUL DA BAHIA. 1ª edição. Curitiba/PR: Appris,2021.

FERREIRA, R.G. Proposta de padronização cartográfica para carta-imagem emergencial de inundação. Impactos ambientais decorrentes do lixão da cidade de Condado-PB, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/24004/pdf.

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo. Comitê Intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos, 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

s/PGIRS-2014.pdf>.

Procedimentos de Licenciamento Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/VERS%C3%83O-FINAL-E-BOOK-Procedimentos-do-Lincenciamento-Ambiental-WEB.pdf>.

Regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.sedur.ba.gov.br/wp-content/uploads/sgt/residuos/DocumentoSinteseEstudoRegionalizacao.pdf

Política Estadual de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=264190.

Mapa dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: < http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/>.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ESTUDOS TÉCNICO-OPERACIONAIS

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**

# GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ABNT** | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| **ABRELPE** | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| **ANA** | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| **ANVISA** | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| **CDR** | Combustível derivado de resíduos sólidos |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EPI** | Equipamento de Proteção Individual |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estágio de Transferência de Resíduos |
| **EVTE** | Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-financeira |
| **GPS** | Sistema de Posicionamento Global |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **ICMBIO** | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| **IN** | Instrução Normativa |
| **kg/hab/dia** | quilograma por habitante por dia |
| **Km** | Quilômetro |
| **LNSB** | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| **MCIDADES** | Ministério das Cidades |
| **MDR** | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| **MMA** | Ministério do Meio Ambiente |
| **NBR** | Norma Brasileira |
| **NR OS** | Norma Regulamentadora Ordem de Serviço |
| **OS** | Ordem de Serviço |

| | |
|---|---|
| **PEAD** | Polietileno de alta densidade |
| **PEBD** | Polietileno de baixa densidade |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PET** | Tereftalato de polietileno |
| **PEV** | Ponto de Entrega Voluntária |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **ProteGeer** | Cooperação para Proteção do Clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDC** | Resolução de Diretoria Colegiada |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SPDA** | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas |
| **t/ano** | Tonelada por ano |
| **t/dia** | Tonelada por dia |
| **t/mês** | Tonelada por mês |
| **TEP** | Tarifa do Ente Público |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Estudo Técnico-Operacional tem por objetivo subsidiar a modelagem e a estruturação do contrato de concessão, na modalidade parceria público-privada, dos serviços de gestão de resíduos sólidos no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO),** a partir da definição das soluções operacionais, das diretrizes de prestação dos serviços e dos parâmetros de desempenho aplicáveis à concessão. Para tanto, o Estudo Técnico-Operacional apresenta:

(i) a caracterização dos serviços a serem prestados e as respectivas diretrizes operacionais;

(ii) a discriminação dos custos e despesas estimados para a execução dos serviços;

(iii) os critérios e indicadores de avaliação de desempenho;

(iv) a descrição do sistema de fiscalização e monitoramento da execução contratual, com a correspondente estimativa de despesas; e

(v) a identificação dos bens reversíveis, com indicação de suas características e das condições de entrega ao término da concessão.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **N° 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto:

(i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das análises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região;

(ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do PMI n° 01/2023, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente;

(iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

## 2. MODELO OPERACIONAL, CARACTERÍSTICAS E DIRETRIZES.

### 2.1. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional da concessão foi detalhado no Estudo de Demanda e Engenharia (Caderno 2), do qual se apresenta, neste Caderno, um resumo executivo, com foco nos aspectos operacionais relevantes.

A definição do modelo operacional considerou, de forma integrada, o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

Com o objetivo de otimizar os roteiros e gerar o menor custo de logística possível, sugere-se a divisão dos Municípios em 03 (três) grupos, quais sejam:

- **Grupo 1:** Paratinga e Ibotirama;
- **Grupo 2:** Oliveira dos Brejinhos.
- **Grupo 3:** Morpará e Muquém do São Francisco.

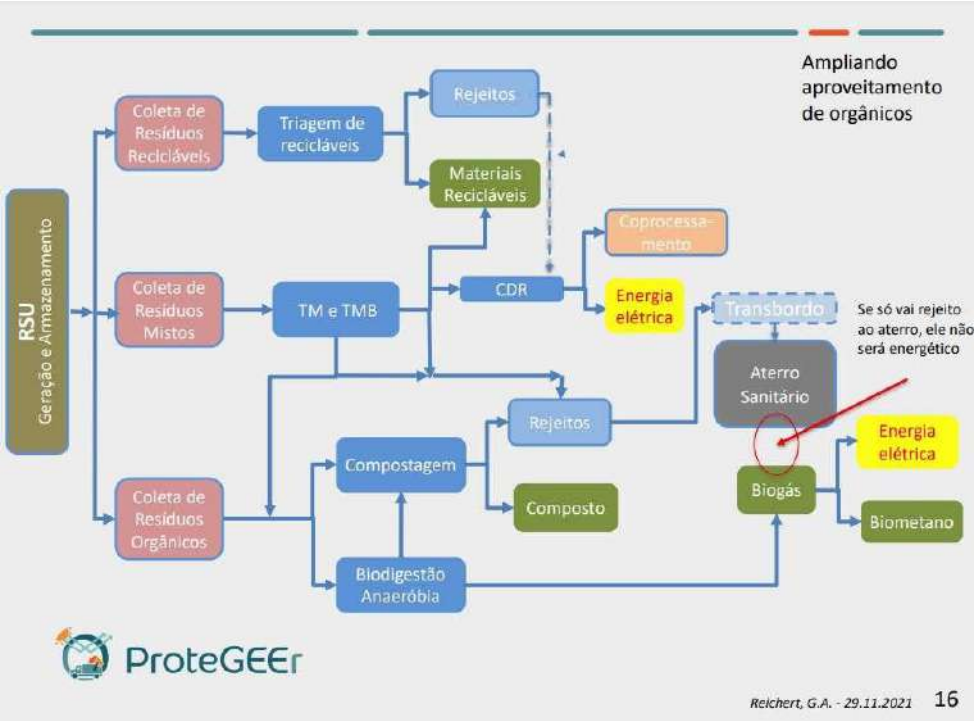
## 2.2. PREMISSAS E DIRETRIZES DA ROTA TECNOLÓGICA

Como abordado nos estudos de técnico-operacional, o estudo da rota tecnológica seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:

- Conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo município;
- Seguir com os objetivos redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022.
- Recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
- Compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
- Avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
- Atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
- Considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
- Avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
- Criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

Com isso, busca-se alcançar o fluxograma sugerido pelo ProteGeer, conforme apresentado na Figura 4.

**Figura 4 – Fluxograma da Rota Tecnológica adotada**




Fonte: ProteGeer (2021).

## 2.3. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão dos Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da implementação e da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF).

### 2.3.1. CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS (CVR) – PARQUE DO SOL VELHO CHICO

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens abaixo, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e

comunicação social. A CVR será composta dos itens abaixo: Unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado fruto da concessão);
- Viveiro de Mudas;
- Trilha Ecológica;
- Centro de Educação Ambiental;
- Área Administrativa; e
- Apoio Operacional.

### 2.3.2. UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO)

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado *"composto".* O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos, transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

A **UCO** deverá ser projetada para atender 7,50% dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 anos. Ela deverá ser dimensionada com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).

### 2.3.3. ATERRO SANITÁRIO (ATERRAMENTO DE REJEITOS)

Segundo a NBR 8419/1992, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

Nesta unidade ocorrerá a classificação do RDO misturado ou não selecionado, a fim de se obter uma separação dos resíduos em função da sua composição (PET, PEAD, PEBD, plástico misto, metais ferrosos e não ferrosos, papel, papelão) e de destiná-los à unidade de reciclagem. A fração orgânica no Galpão de triagem de pequeno porte poderá seguir para composteiras domésticas; e os rejeitos, resíduos que não podem ser valorizados, serão destinados ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**.

**FIGURA 5 – PROJETO GALPÃO – PARQUE DO SOL VELHO CHICO.**



Fonte: Torre Construções (2025).

**FIGURA 6 – PLANTA BAIXA GALPÃO**



Fonte: Torre Construções (2025).

### 2.3.4. ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR)

As Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.

**Tabela 1 – Movimentação de RSU nos municípios do CDS VELHO CHICO**

| Empreendimento | Município | Distância da ETR (KM) | População | População total | Ton/ano | ton/ano | ton/mês | ton/dia | Distância média das ETRs para CVR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CVR IBOTIRAMA | Paratinga | 66 km | 30.680 | 98.749 | 774,54 | 2.493 | 207,75 | 81,96 | 75,25 |
| | Muquém do São Francisco | 62 km | 10.803 | | 272,73 | | | | |
| | Oliveira dos Brejinhos | 85 km | 21.323 | | 538,32 | | | | |
| | Morpará | 88 km | 8.220 | | 207,52 | | | | |
| | Ibotirama | 0,0 km (sede) | 27.723 | | 699,89 | | | | |
| **TOTAL** | | | **98.749** | | **2.493** | | **207,75** | **81,96** | |

O destino dos rejeitos será no aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO** em local sob escolha da **CONCESSIONÁRIA** na cidade de Ibotirama, onde será futuramente na célula de rejeito instalada no Parque do Sol Velho Chico.

O projeto definiu como sugestão de logística a opção de uso de 04 (quatro) Estações de Transferência de Resíduos (Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos), a ser instalada pelos municípios, após a conclusão das obras e investimentos do aterro sanitário fruto da concessão a ser instalado no Parque do Sol Velho Chico em Ibotirama, os resíduos dos municípios serão direcionados da ETR de cada município até a destinação final ambientalmente adequada no aterro sanitário em questão.

## 3. TECNOLOGIA UTILIZADA NA MODELAGEM

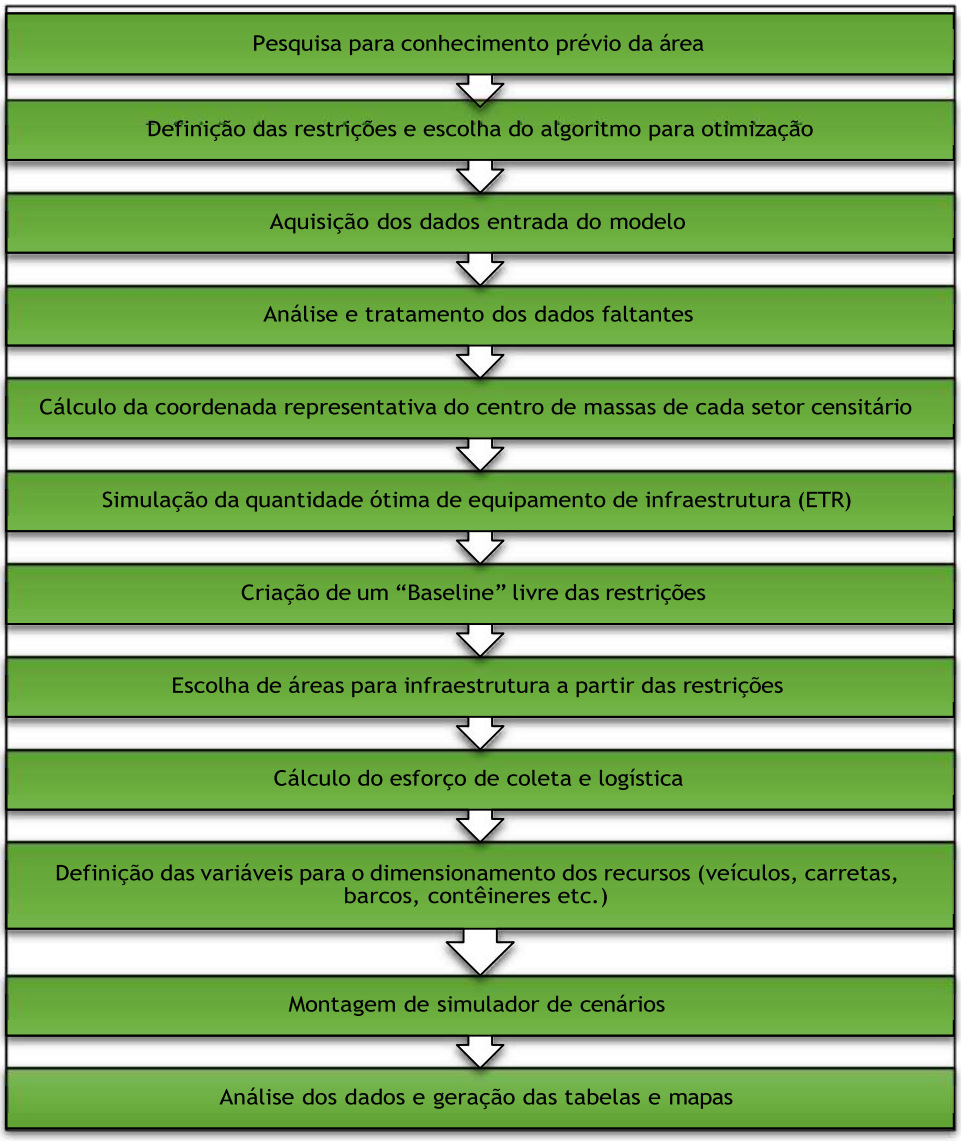
Para o desenvolvimento da modelagem foram utilizados recursos baseados no conceito de software livre. O sistema utilizou-se das melhores práticas e de bibliotecas aplicadas à logística, que se encontram no estado da arte da tecnologia.

As limitações do modelo estão relacionadas à qualidade dos mapas disponíveis e ao período de mais de 10 (dez) anos decorridos desde o último censo do IBGE. Neste sentido, optou-se por ajustar os dados com base na taxa de produção de resíduos e manter inalterados esses quantitativos, permitindo a padronização para análise dos planos de operação.

## 4. ETAPAS DA MODELAGEM

A modelagem seguiu o seguinte fluxo:

Figura 1 - Fluxo das etapas de modelagem




## 5. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para o estudo técnico operacional seguirá as normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstas no art. 10, da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), na Portaria nº 557 de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), e em outras normas pertinentes.

Utilizou-se os setores censitários com o esforço de operação para a execução dos serviços, tanto do ponto de vista da operação interna de

cada setor, quanto do ponto de vista da logística entre os setores e as bases de operação.

O fator principal de restrição para o dimensionamento dos recursos a serem investidos foi o tempo, admitindo-se o trabalho mensal de 190 horas em 26 dias, aproximadamente 7,33 horas decimais por dia, com um ciclo semanal de 6 dias trabalhados. Também foram adotados outros fatores de restrição para implantação da infraestrutura operacional, tais como:

a) a distância máxima para a sede dos Municípios;
b) a escolha dos locais para instalação da estrutura operacional deveria priorizar áreas em vias com boa infraestrutura e de fácil acesso; e
c) imposições legais contidas na Lei nº 9.985/2000 e na Lei nº 12.651/2012.

Com a análise prévia dos dados, ficou caracterizado que a variável de maior custo operacional corresponderá às distâncias, e não ao volume de resíduos.

## 6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A análise de diagnóstico da situação atual foi feita através de vistorias técnicas in loco e levantamento de dados em todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto. A referida análise corresponde ao estudo, pesquisas e levantamento de informações relacionadas a demandas de engenharia, logística e infraestrutura, a fim de obter informações dos possíveis riscos e das possibilidades, tendo como principal objetivo a estruturação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos municípios.

## 6.3. ESTRUTURA ATUAL

### 6.3.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto são: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O **CDS VELHO CHICO** tem como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável regional, visando à melhoria da qualidade de vida da população do território Velho Chico do Estado da Bahia e adjacências. Sua finalidade específica é a atuação nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, saúde, educação, cultura e esporte, assistência, inclusão e direitos humanos, segurança pública e fortalecimento institucional.

É de suma importância a participação do **CDS VELHO CHICO** para equalizar problemas de ordem econômico-financeira que impedem o avanço dos investimentos relacionados à gestão dos resíduos sólidos, a fim de buscar uma solução que contemple todos os 5 (cinco) municípios consorciados.

Para os municípios de menor porte, seria inviável realizar o planejamento e a implementação do projeto, além da gestão e do monitoramento do sistema integrado de resíduos sólidos, sem se associar a outros Municípios.

Atualmente alguns Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** possuem contratos com empresas terceirizadas para prestação de parte dos serviços de limpeza urbana. O objetivo do consórcio é articular ações voltadas à concretização da Política Territorial de Resíduos Sólidos, buscando alternativas consorciadas para os Municípios da região que aderirem ao programa.

### 6.3.2. GESTÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS

Os serviços de coleta e de limpeza pública dos 5 (cinco) municípios integrantes da iniciativa são realizados através de empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras.

### 6.3.3. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O estudo abordará os Resíduos Sólidos Urbanos, que incluem Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e Resíduos Públicos Urbanos (RPU); resíduos da Construção e Demolição (RCD); Resíduos do Serviço de Saúde (RSS); e Coleta Seletiva (CS), englobando as áreas urbanas e rurais.

#### 6.3.3.1. RESÍDUOS DOMICILIARES NOS MUNICÍPIOS

Com um total de 98.749 mil habitantes, segundo o censo demográfico (**IBGE**), a população da região do **CDS VELHO CHICO** gera uma média de aproximadamente 82 (oitenta e duas) toneladas/dia de resíduos sólidos domiciliares, que atualmente são destinados aos lixões localizados nos seus municípios ou em municípios circunvizinhos, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos dos municípios abrangidos pelo **CDS VELHO CHICO** estão nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA** (**GVC HOLDING S/A), AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA.**

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras

localidades.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, tornando a atividade verdadeiramente inacessível.

Atualmente, a coleta e o transporte de **RDO** são realizados individualmente por cada município integrante do **CDS VELHO CHICO**, mediante a celebração de contratos administrativos típicos para terceirização dos serviços ou a locação de equipamentos para prestação direta dos serviços pelos Municípios.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Desse modo, os Municípios não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as

possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta, observa-se que, na maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média próxima de 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Quanto aos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), foi verificado que uma parte dos **RCD** são dispostos para aterrar terrenos nos Municípios.

Verifica-se, ainda, que os Municípios não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da PNRS.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

#### 6.3.3.2. TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL

Os Resíduos Sólidos Urbanos (**RSU**) provenientes da limpeza pública e da coleta domiciliar dos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** são destinados aos lixões, em contrariedade ao que dispõe a legislação ambiental vigente.

## 7. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE TÉCNICO-OPERACIONAL

### 7.1. DIMENSÃO DO PROJETO

A dimensão do estudo alcançará a estruturação do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de 5 (cinco) dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O projeto seguirá as normas de referência para a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-Financeira (EVTE) previstas no art. 10, inciso I, da Lei nº 11.445/2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) e na Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES).

O estudo de demanda seguirá o previsto no art. 10 da referida portaria, que prevê o horizonte de tempo do contrato de 30 (trinta) anos. Consideramos a identificação da expectativa de demanda pelos serviços, baseada em estudos populacionais, em estudo de custos, despesas e receitas, e no referido prazo contratual.

## 7.2. ESTUDO DA GERAÇÃO PER CAPITA (KG/HAB/DIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados em 5 (cinco) dos municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, foram utilizados os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (2022); o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Com base no último censo demográfico (IBGE, 2022), estimou-se a população total dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**. A Tabela 2 apresenta a estimativa dos quantitativos de **RDO** recolhidos nos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, no ano de 2025, por Município.

**Tabela 2 - Estimativa dos quantitativos de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) recolhidos nos Municípios do CDS VELHO CHICO**

| MUNICÍPIOS | T/ANO | T/MÊS | T/DIA | KG/HAB.DIA |
|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 8.398,68 | 699,89 | 23,01 | 0,83 |
| Paratinga | 9.294,48 | 774,54 | 25,46 | 0,83 |
| Muquém do São Francisco | 3.272,76 | 272,73 | 8,97 | 0,83 |
| Morpará | 2.490,24 | 207,52 | 6,82 | 0,83 |
| Oliveira dos Brejinhos | 6.459,84 | 538,32 | 17,70 | 0,83 |
| **Total** | 29.916,00 | 2.493,00 | 81,96 | 0,83 |

Fonte: Torre Construções, 2025

O valor médio calculado está compatível com a média regional de 0,971 kg/hab/dia (ABRELPE, 2021) e com a média de 0,90 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para Municípios com população de até 200 a 500 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado

índice de população residente na zona rural, que não possui a mesma frequência de coleta das áreas urbanas.

Nas zonas rurais dos Municípios do CDS VELHO CHICO, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização, como adubo, ou para alimentação dos animais, são levados para a queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução.

## 7.3. PRINCÍPIOS APLICADOS AO ESTUDO

Os estudos tomaram como base os princípios e objetivos da PNRS, em especial os prescritos no art. 7º da Lei nº 12.305/2010, a saber:

*"I - Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;*

*II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;*

*III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;*

*IV - adoção, desenvolvimento E aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;*

*VII - gestão integrada de resíduos sólidos;*

*IX - Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;*

> *X - regularidade, continuidade, funcionalidade E universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;*
>
> *XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos." (BRASIL, Lei nº 12.305)*

A meta do presente estudo é reduzir progressivamente, até o final do contrato, percentual relevante do rejeito levado ao aterro sanitário, considerando para tanto o conceito de rejeito da PNRS em atendimento a Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA:

> *"Os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (BRASIL, Lei nº 12.305)*

Para a redução dos rejeitos nos Municípios pertencentes **ao CDS VELHO CHICO**, serão disponibilizados:

a) O complexo Parque do Sol Velho Chico, preferencialmente no Município de Ibotirama, com a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**)
b) Unidade de Compostagem de resíduos orgânicos (UCO);
c) Estações de Transferência de Resíduos (ETR) localizadas em Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos
d) Ecopontos nas cidades;

e) Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) espalhados em todos os Municípios integrantes do consórcio.

## 7.4. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional adotado considerou o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

## 7.5. ROTA TÉCNOLÓGICA

### 7.5.1. CONCEITO SELECIONADO PARA O PROJETO

Segundo Reichert (2021), em publicação resultante de termo de cooperação para proteção do clima na gestão de resíduos sólidos urbanos (ProteGeer), na gestão de resíduos sólidos urbanos, o conceito de rota tecnológica é conjunto de processos, tecnologias e fluxos de resíduos, desde sua geração até a sua disposição final, envolvendo circuito de coleta de resíduos de forma indiferenciada e diferenciada, e contemplando tecnologias de tratamento dos resíduos com ou sem valoração energética. A rota tecnológica inicia-se com a geração dos resíduos e encerra-se com a disposição final em aterro sanitário licenciado a ser construído pela **CONCESSIONÁRIA** até o 1º ano de contrato.

### 7.5.2. PREMISSAS E DIRETRIZES

O estudo seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:

a) conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo Município;
b) seguir com os objetivos de redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022;
c) recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
d) compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
e) avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
f) atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
g) considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
h) avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
i) criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

### 7.5.3. DAS ROTAS TECNOLÓGICAS DEFINIDAS NO ESTUDOS

#### 7.5.3.1. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão de **RDO** fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF). A seguir, apresentamos a descrição da gestão de RDO, fundamentada nas premissas e nas

diretrizes já descritas e nas etapas definidas no cronograma.

#### 7.5.3.1.1. Parque do Sol Velho Chico

**a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, Operação, Encerramento e Pós-encerramento da Central de Valorização de Resíduos (CVR):**

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens a seguir, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de Limpeza Urbana e de Manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e comunicação social. A Central de Valorização de Resíduos (CVR) será composta dos itens abaixo:

- Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO)
- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado)
- Viveiro de Mudas
- Trilha Ecológica
- Centro de Educação Ambiental
- Área Administrativa
- Apoio Operacional

**a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação da Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO):**

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado “composto”. O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos,

transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

Segundo termo de referência do MDR, as Unidades de Compostagem (UCOs) constituem instalações onde são processados os resíduos orgânicos. Nelas, os resíduos orgânicos passam pela bioestabilização, por meio de compostagem aeróbia, que é o processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material fisicamente semelhante ao solo, chamado de composto, e que pode ser utilizado como biofertilizantes para produção agrícola. As UCOs compreendem áreas específicas para a recepção e o tratamento dos resíduos, a estocagem, o acondicionamento e a expedição do composto orgânico.

As UCOs deverão ser projetadas para atender até 7,50% (sete virgula cinquenta por cento) dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 (trinta) anos. Elas deverão ser dimensionadas com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).

A unidade de compostagem será implantada no complexo Parque do Sol Velho Chico e deverá conter as seguintes instalações:

- galpão com cobertura;
- área de recepção dos resíduos orgânicos;
- trituração de podas;
- pátio de compostagem propriamente dito;
- laboratório de controle do processo de compostagem (com especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários);
- peneiramento, armazenamento e expedição de composto curado;
- estacionamento para máquinas operacionais e veículos de carga.

O sistema a ser utilizado será o de leiras. Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e, trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 5,0 metros de base e de 1,5 metros a 2,0 metros de altura. Estas leiras sofrerão reviradas periódicas, para que o ar circule, permitindo a difusão do oxigênio e possibilitando uma fermentação uniforme e mais completa.

O composto para uso agronômico deverá passar por um peneiramento visando a remoção de fragmentos como plásticos, vidros e outros, podendo ser a eles adicionados outros nutrientes.

**a.2) Projeto, Licenciamento, Pré implantação, Implantação, Operação, Encerramento e Pós Encerramento da célula de aterramento de rejeitos:**

Segundo a NBR 8419/1992, da ABNT, entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

O processo de licenciamento ambiental seguirá as normas vigentes e pertinentes e o termo de referência do MDR ou do órgão licenciador de controle ambiental. Os cálculos para o dimensionamento serão para uma vida útil de 30 (trinta) anos.

Seguindo a sugestão do MDR, o projeto executivo deverá contemplar: vias internas (permanente e transitórias) de acesso à frente de operações (plantas; perfil longitudinal médio; e perfis transversais, a cada 10m); sistema de drenagem e manejo de águas pluviais; sistema de impermeabilização da base e de captação e escoamento dos efluentes líquidos; sistema de tratamento dos efluentes líquidos (inclusive detalhamento da rede de lançamento dos efluentes tratados em seu corpo receptor); sistema de captação e tratamento dos gases; plantas (globais e parciais, fase a fase) do maciço; secções, longitudinais e

transversais, do maciço; poços de monitoramento da qualidade do lençol

freático; edificações necessárias (guarita, sede administrativa e de apoio ao pessoal técnico e operacional, galpão para manutenção primária e guarda de máquinas e veículos operacionais etc.); urbanização, paisagismo/revegetação e sinalização da gleba.

A distância de 30 km, indicada pelo MDR como máxima desejável em relação à região mais populosa das cidades, serviu como base para se buscar o melhor roteiro possível na região e adequar os custos de transporte. Contudo, em alguns municípios não foi possível alcançar a distância recomendada, mesmo utilizando-se estações de transferência de resíduos (ETR). Assim, recomendamos uma extensão superficial mínima de 31 hectares de gleba destinada à implantação de aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

A operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão compreende as atividades de operação, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos, bem como obras de drenagem (águas pluviais, líquidos percolados e gases), cobertura vegetal, monitoramento do maciço e das águas subterrâneas.

Deverá ser elaborado um plano, indicando como e quando o aterro sanitário licenciado fruto da concessão será encerrado, assim como os cuidados que serão mantidos após o encerramento das atividades, tais como monitoramento e controle de vetores.

A correta gestão dos resíduos, com aterramento da parcela considerada como rejeito, trará benefícios do ponto de vista técnico, econômico e socioambiental, a exemplo de:

- redução da frota para transporte dos rejeitos até a disposição final;
- redução do espaço nas células;
- aumento da vida útil total do Parque do Sol Velho Chico;
- redução dos riscos ambientais na operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão

**c) Operação das Estações de Transferência de Resíduos (ETR):**

Segundo termo de referência do MDR, as Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.

A ETRs preferencialmente deverão ser localizadas na periferia da zona urbana, em local com baixa densidade de ocupação populacional, levando-se consideração sua função essencial, de redução das distâncias de deslocamento dos veículos coletores, entre as áreas de coleta e estação de transbordo, e a função dos veículos transportadores, de deslocamento entre as ETRs e o aterro sanitário licenciado fruto da concessão, ou unidade de tratamento.

Para concepção do projeto da Estação de Transferência, deverão ser projetados, na área operacional, pátio de manobra com respectiva drenagem, sistema de tratamento das águas de lavagem do pasto, drenagem pluvial, cercamento, placa de identificação, área administrativa, sistema de segurança e estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade. Para dimensionamento do veículo a ser utilizado, deverá ser considerada capacidade volumétrica de um para dois, ou seja, cada veículo transportador deve ter capacidade volumétrica mínima correspondente ao dobro da capacidade do maior veículo coletor, devendo realizar no mínimo duas viagens por dia entre a Estação e o destino final.

A demarcação do local a ser instalada a Estação de Transferência dentro do Parque do Sol Velho Chico deverá ocorrer na fase preliminar, para elaboração de projeto e licenciamento.

No caso do CDS VELHO CHICO, justificam-se as Estações de Transferências de Resíduos, pois o local da destinação final possui uma distância superior à máxima recomendável entre alguns Municípios. Logo, essas

estações viabilizam o armazenamento temporário dos resíduos até sua disposição final.

#### 7.7.3.1.2. Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Entende-se como área degradada, segundo a instrução normativa (IN) nº 11/2014 do ICMBIO, aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, mas apenas recuperada. Extrai-se da IN que o PRAD tem como objetivo definir medidas necessárias à recuperação, ou seja, medidas que visem à restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original.

Segundo a IN 11/2014, para elaboração do PRAD, deverão ser definidas as medidas necessárias à recuperação da área degradada, fundamentadas nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impactos causados, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Segundo o termo de referência do MDR, o objeto dos estudos e projetos de encerramento e/ou remediação de lixões consiste em um conjunto de procedimentos, serviços e obras necessários para a redução ao mínimo considerado possível, do ponto de vista técnico e dos recursos financeiros disponíveis, do potencial de comprometimento ambiental associado aos referidos despejos de lixo, tendo em vista o volume aparente e a natureza intrínseca dos resíduos neles predominantemente dispostos, bem como a

maior ou menor fragilidade dos contextos ambientais em que estejam inseridos.

Os projetos executivos deverão conter todos os componentes físicos, aí incluídos:

a) Projeto de terraplenagem;
b) Urbanização e paisagismo (inclusive comunicação visual);
c) Projetos arquitetônico, estrutural (se for o caso) e de instalações complementares das edificações se necessário;
d) Drenagem pluvial;
e) Entrada de energia elétrica e iluminação pública;
f) Drenagem e tratamento de líquidos percolados;
g) Manual de operação e monitoramento
h) Memorial do cálculo para o dimensionamento dos diversos componentes da unidade de compostagem;
i) Planilhas de especificações técnicas, quantificação e orçamento da implantação do empreendimento (inclusive especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários para o laboratório de controle)
j) Plano de operação; e
k) Plano de monitoramento ambiental.

Os estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais em que se encontram identificados os lixões atualmente utilizados pelos Municípios. A execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em cada Município deverá ocorrer após a obtenção do licenciamento ambiental pertinente, observadas as condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Para fins de viabilidade econômico-financeira do projeto, não foram considerados os custos relativos à remoção dos resíduos atualmente dispostos nos lixões existentes, tampouco ao transporte desses resíduos para destinação final ambientalmente adequada, os quais não integram o escopo contemplado na modelagem.

A implantação do aterro sanitário licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO** e de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser concluída até o final do 1º (primeiro) ano de vigência contratual, estando prevista, a destinação final dos resíduos ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais onde foram identificados os lixões.

#### 7.5.3.1.3. PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

#### 7.5.3.1.3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no art. 1º da Lei nº 9.795/99, que dispõe:

*"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (art. 1º da Lei nº 9.795/99)".*

O programa nacional de educação ambiental tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental (ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política) ao desenvolvimento da região, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, na recuperação e na melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida, visando à sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Implantação do programa de educação ambiental no Parque do Sol Velho Chico abrangerá todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental**.**

#### *7.5.3.1.3.2. PROGRAMA DE APOIO COMUNITÁRIO AOS CATADORES E ÀS SUAS FAMÍLIAS NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EM QUESTÃO:*

A implantação de programa de apoio comunitário será destinada aos catadores identificados nas áreas de lixões, de modo a reintroduzi-los no mercado de trabalho de forma digna, através dos PEVs e Ecopontos.

O programa de apoio comunitário aos catadores tem como objetivo conscientizar famílias de catadores que estão nos lixões, assim como as que serão alocadas nas centrais de triagem, onde os catadores estarão inseridos em associações ou cooperativas, recebendo treinamento e estrutura para exercer suas atividades em melhores condições

#### 7.5.3.1.3.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA ENTES ENVOLVIDOS NOS SERVIÇOS A SEREM CONCEDIDOS

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores integrantes dos municípios do consórcio.

O programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o poder concedente.

A capacitação poderá ser realizada em parceria com especialistas em PPPs e concessões, empresas de consultoria especializadas, universidades ou instituições de ensino, tendo como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável, com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego.

Os cursos deverão abordar, no mínimo, os seguintes assuntos: aspectos jurídicos em PPPs e concessões, gestão regulatória e contratual de PPPs e Concessões, reequilíbrio contratual, gestão sustentável de resíduos; marco legal de saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

**7.5.3.1.4. COLETA SELETIVA**

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será “ponto a ponto”, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo “porta a porta”. Serão instalados pontos de entrega voluntária (PEVs) e Ecopontos. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador poderá separar, coletar e transportar seus resíduos recicláveis e entregá-los as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador com sede no Município de Ibotirama poderá levar os resíduos recicláveis diretamente ao Parque do Sol Velho Chico.

Nos locais que receberem composteiras domésticas para a coleta seletiva, a parcela orgânica poderá ser coletada, transportada e destinada à UCO. Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o PEV e o Ecoponto receber apenas os secos. Após os processos na UCO, os rejeitos seguirão para o Parque do Sol Velho Chico, podendo ainda passar por nova triagem e identificação de alternativas de tratamento e recuperação.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos PEVs implantados em todos os Municípios do CDS VELHO CHICO e dos Ecopontos implantados em áreas estratégicas nos Municípios. As cooperativas e associações de catadores ficarão localizadas próximo da ETR, para que neste local também ocorra a separação dos resíduos secos e úmidos.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa “Lixo Zero”, que preconiza o encaminhamento dos

resíduos para as PEV, Ecopontos e ETRs, e a destinação final do rejeito, para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**.

**7.5.3.1.4.1. IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS: CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESSE ECOPONTO PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS:**

Os Ecopontos são Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis, em pequeno volume, (como materiais recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). É uma solução para disponibilizar aos geradores, de forma ambientalmente adequada, um equipamento, a fim de acabar com o despejo desses materiais em vias públicas, rios e terrenos baldios, o que acaba por gerar enchentes e prejuízos à saúde pública, onerando o orçamento municipal.

A seleção de áreas para a instalação dos Ecopontos se dará nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Morpará, Muquém do São Francisco e Oliveira dos Brejinhos.

**7.5.3.1.4.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS), CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESTA COLETA SELETIVA PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS.**

O Ponto de Entrega Voluntária (PEV) é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão específico para coleta seletiva, com implemento do tipo “munck” ou caminhão compactador com concha do tipo “meia-lua” e implemento do tipo braço mecânico.

Os Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) são de diferentes cores, para identificar o descarte correto dos diversos tipos de materiais. As cores são

associadas à coleta de resíduos como plásticos, papeis, vidros, metais, orgânicos, não recicláveis etc.

Haverá a escolha de locais em todos os 5 (cinco) municípios do CONSÓRCIO inseridos na iniciativa para implantação e operação dos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs), fomentando a ampliação do serviço de coleta de recicláveis. Os resíduos recicláveis provenientes do acondicionamento nos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) serão disponibilizados para as cooperativas e associações de catadores indicadas pelos Municípios**.**

### 7.5.3.2 GESTÃO DE RESÍDUOS

#### 7.5.3.2.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), NA ZONA URBANA E RURAL

Os serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos domiciliares (RDO) serão implantados pela **CONCESSIONÁRIA**, à medida que os 5 (cinco) municípios aderirem aos referidos serviços.

A coleta domiciliar consiste no recolhimento de todos os resíduos provenientes de residências e de comércios, utilizando-se veículos coletores compactadores de 15 m³ e contêineres estacionários de 1,2m³ e 4,2 m³, podendo ser executada de forma manual e mecanizada.

Na zona rural, a coleta de resíduos poderá ser realizada por equipamentos diversos, de acordo com a realidade de cada Município, tais como: caminhões basculantes, quadriciclos, triciclos, tratores, entre outros.

#### 7.5.3.2.2 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

Segundo a resolução da diretoria colegiada (RDC) Anvisa nº 306/04 e nº 222/18, resíduos de serviço de saúde (RSS) são os resíduos resultantes de atividades exercidas por estabelecimento gerador que, por suas características,

necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição.

O gerenciamento do RSS consiste no manuseio, na minimização da geração, na segregação, no acondicionamento, na identificação, no armazenamento temporário, na coleta e no transporte interno, no tratamento interno e externo, no armazenamento externo, na coleta e no transporte externo, e na disposição final para cada grupo dos serviços de saúde, com o objetivo de melhorar a segurança, a qualidade dos serviços e evitar impactos ao meio ambiente.

Segundo o gerenciamento de resíduos do serviço de saúde disponibilizado pelo MDR, para o tratamento adequado dos resíduos de saúde, são utilizadas tecnologias específicas e ambientalmente adequadas. Uma delas é a autoclavagem, que consiste em manter o resíduo contaminado em contato com vapor de água, a uma temperatura elevada, durante período de tempo suficiente para destruir potenciais agentes patogênicos ou reduzi-los a um nível que não constitua risco.

A disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, após o respectivo tratamento, deverá ocorrer em aterro sanitário devidamente licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO**. A implantação desse aterro deverá ser concluída até o final 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão, estando prevista, a destinação final no aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Verifica-se que os resíduos de saúde dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** são atualmente geridos pelas Prefeituras Municipais, mediante contratações diretas para a prestação dos respectivos serviços. Contudo, a maioria dos Municípios não disponibilizou informações quanto aos quantitativos de RSS gerados em cada um deles.

Diante dessa limitação, para fins de estimativa e quantificação do RSS, foram adotados parâmetros e dados de referência provenientes da ABRELPE e do IBGE.

### 7.5.3.2.3 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

Segundo a resolução CONAMA 307/2002, resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

O destino a ser dado aos resíduos da construção civil (RCD) priorizará as soluções de reutilização e reciclagem. Quando inevitável, será adotada uma das alternativas indicadas na Resolução 307 do CONAMA e nas normas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT).

Os resíduos da construção civil e demolição (RCD) poderão ainda ser utilizados para correção dos tipos de terreno na CVR ou ser dispostos temporariamente em área de reservação para uso futuro.

Atualmente, inexiste gestão de RCD nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, o que demonstra a inobservância das normas técnicas e da legislação aplicável. Nos Municípios, os referidos resíduos são utilizados, via de regra, para aproveitamento em pequenas contenções de encostas, aterramento de áreas privadas e aterramento de vias com difícil acesso, sem quaisquer preceitos de engenharia.

### 7.5.3.2.4 RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar a **ETR** a ser implantada, para posterior transporte para destinação final.

Nessa hipótese, deverá o Município necessariamente contratar a **CONCESSIONÁRIA** para também prestar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem do **RCD** na **CVR**

**8.5.3.2.5 RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar apenas a **CVR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para destino final do **RCD**.

**7.5.3.2.6 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão destinar seus resíduos públicos, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda, para as estações de transferência de resíduos **(ETR).**

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

**7.5.3.2.7 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão contratar da **CONCESSIONÁRIA** os serviços de recebimento, tratamento e destinação final de RPU, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda.

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

Os fluxogramas, apresentados a seguir demonstram a estrutura operacional de todos os serviços descritos neste estudo. O fluxograma inicial mostra toda a logística de manejo e gestão de RDO até o aterro sanitário licenciado sob escolha da **CONCESSIONÁRIA**, onde os rejeitos serão

temporariamente destinados até a conclusão da implantação da CVR no Parque do Sol Velho Chico.

O fluxograma definitivo mostra a logística de manejo e gestão de RDO, RCD, RSS e dos resíduos recicláveis.

### 7.5.3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS X RECEITA ACESSÓRIA

A exploração de receitas acessórias ou receitas alternativas está prescrita no art. 11 da Lei nº 8.987/95, com objetivo de favorecer a modicidade das tarifas, para dar sustentabilidade econômico-financeira ao Contrato.

A concessionária deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da **CONCESSÃO**, incluindo a comercialização, junto aos grandes geradores de resíduos privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RDO, RSS, RCD, bem como a comercialização dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.

Tais receitas serão revertidas à modicidade tarifária, nos termos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato**.**

#### 7.5.3.3.1 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS

Os serviços de coleta, transporte e destinação final de RDO, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**7.5.3.3.2 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta e transporte de RCD, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**7.5.3.3.3 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento na ETR e transporte para destinação final de RCD gerado por grandes geradores privados que pretendam transportar seus resíduos à ETR utilizando-se de veículos próprios.

**7.5.3.3.4 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem de RCD gerado por grandes geradores privados.

**7.5.3.3.5 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá prestar aos estabelecimentos de saúde privados os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS, seguindo as resoluções do **CONAMA** e da **ANVISA**.

Para os grupos de resíduos devidamente classificados na RDC 222/2018, o tratamento a ser utilizado será térmico, através de autoclave, com objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública.

O rejeito proveniente do pós-tratamento será encaminhado para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão.

## 8 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

Será implantada, no Parque do Sol Velho Chico, em Ibotirama, uma estrutura para administrar os serviços prestados, objeto do contrato de concessão. Serão contratados profissionais para executar a gestão, o controle da operação e o monitoramento dos serviços, em busca da qualidade na prestação dos serviços e de melhorias contínuas.

O organograma abaixo apresenta a estrutura administrativa e operacional que será implantada no Parque do Sol Velho Chico, bem como a estrutura de apoio, a ser instalada em Ibotirama

### 8.1 EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A equipe técnica necessária para implantar e operar os serviços objeto do contrato de concessão será composta de profissionais com experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo dos serviços, devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Equipe técnica administrativa

| **Profissionais necessários para gestão** | |
|---|---|
| **Cargos** | **Quantidade Mínima** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |

| | |
|---|---|
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre (2025).

## 8.2 ESTRUTURA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DE APOIO NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A escolha da área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:

**Área Administrativa**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços**

Deverá ser instalada próximo à área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral;

**Área de Manutenção**

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico, de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

### 8.2.1 DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR 18 e NR 24. Os ambientes deverão ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente de trabalho aos colaboradores. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final do contrato de concessão.

## 8.3 INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA

As redes de energia elétrica, hidráulica, sanitária, dispositivos de segurança contra incêndios e redes de drenagem serão estimadas de acordo com as Normas Técnicas. A água a ser utilizada será adquirida em rede de abastecimento já existente. Caso sejam necessárias obras de instalações hidráulicas, a sua realização será de responsabilidade da Concessionária.

Os equipamentos de segurança contra incêndio deverão atender às normas regulamentadoras do tema. Os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDAs) deverão ser instalados em pontos estratégicos, devendo o dimensionamento e a distribuição atender às Normas Técnicas pertinentes.

## 8.4 PLANO DE MANUTENÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTOS

Os veículos e equipamentos que atenderão ao Contrato deverão seguir plano de manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Os planos seguirão sempre os procedimentos estabelecidos pelos fabricantes, devendo a Concessionária elaborar o planejamento e um cronograma para o efetivo atendimento.

O setor de manutenção que será estruturado para atender o Contrato deverá ter como objetivo zelar e manter os veículos e equipamentos em perfeito funcionamento, assegurando a plena continuidade dos serviços e a preservação do patrimônio, bem como a remuneração e o retorno do seu investimento.

Para o atendimento do plano de manutenção, a Concessionária deverá contratar e capacitar equipe técnica qualificada, bem como dispor das instalações de apoio necessárias à adequada execução das atividades. A lavagem e a lubrificação dos veículos e equipamentos deverão ser executadas regularmente, com o objetivo de prevenir danos, assegurar o desempenho operacional e prolongar a vida útil dos veículos e dos demais equipamentos.

Os serviços de borracharia deverão ser implantados pela Concessionária, a fim de atender a todos os veículos da frota. A Concessionária deverá disponibilizar instalações físicas compatíveis, com infraestrutura necessária para atender todas as demandas relacionadas com a manutenção da frota e dos equipamentos em operação.

A frota, inclusive as unidades de reserva, deverá ser mantida em perfeita condição de funcionamento, inclusive no que concerne ao hodômetro, à pintura, ao controle de emissão sonora, ao controle de emissão de gases poluentes e à limpeza geral.

A **CONCESSIONÁRIA** executará manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos auxiliares, a exemplo dos contêineres plásticos e/ou metálicos, mantendo a pintura e preservando sempre a apresentação.

### 8.4.1 PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA

O plano de manutenção preventiva é um conjunto de documentos com objetivo de registrar todas as intervenções designadas pelos fabricantes na frota de veículos e de equipamentos. O objetivo do plano deve ser o de garantir que a frota atue de maneira ideal, sem falhas e com o mínimo possível de intercorrências, para que a Concessionária alcance a eficiência e a lucratividade prevista em orçamento.

A manutenção preventiva consiste basicamente no atendimento às recomendações dos fabricantes, com a substituição de peças em períodos indicados. Desse modo, serão realizadas interferências na frota antes da ocorrência inesperada.

A intervenção da manutenção preventiva deverá seguir um planejamento para que não interfira negativamente na execução dos serviços. A manutenção preditiva atuará antecipando os problemas, através da análise crítica dos parâmetros de eficiência da frota. O principal objetivo da manutenção preditiva é, com base nos dados que informam o desgaste dos equipamentos, atuar de forma eficiente, a fim de evitar a degradação dos seus componentes.

A manutenção preditiva, proativa, pressupõe que, através do monitoramento, haverá uma intervenção ideal nos veículos e equipamentos. Ou seja, será identificado o melhor momento para interferir de forma eficaz no equipamento, a fim de manter um bom desempenho. Recomenda-se, para realização dos serviços, a manutenção de veículos e caminhões, seguindo as seguintes frequências, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tipos de serviço para manutenção de veículos e caminhões**

| SERVIÇOS | FREQUÊNCIA (A CADA) |
|---|---|
| Trocas de óleo do motor | 10.000 km |
| Substituição do filtro de óleo | 10.000 km |
| Verificar bomba injetora | 10.000 km |
| Elemento de filtro de combustível | 20.000 km |
| Limpar elemento filtro de ar | 10.000 km |
| Trocar elemento filtro de ar | 30.000 km |
| Limpar bicos injetores | 30.000 km |
| Pressão dos pneus | Semana |

| | |
|---|---|
| Verificar bateria | Semana |
| Verificar água radiador | Dia |
| Verificar sistema de freios | 30 dias |
| Verificar nível de óleo caixa de câmbio | 10.000 km |
| Trocar óleo da caixa de câmbio | 40.000 km |
| Trocar óleo do diferencial | 40.000 km |
| Verificar nível do fluido da direção hidráulica | 5.000 km |
| Trocar fluido do sistema da direção hidráulica | 40.000 km |
| Substituir elemento filtrante do sistema da direção | 40.000 km |
| Verificar e ajustar correia ventilador | 10.000 km |
| Lubrificar e ajustar rolamento das rodas dianteiras | 40.000 km |
| Rodízios dos pneus e balancear rodas | 10.000 km |
| Lubrificar suspensão dianteira | 10.000 km |
| Trocar fluido do sistema de freios | 50.000 km |
| Verificar sistema de freios | 10.000 km |
| Regular faróis | 10.000 km |
| Verificar nível óleo do motor | Dia |
| Verificar nível de água limpador para-brisa | Dia |
| Lavagem dos caminhões de coleta | Dia |
| Lavagem dos veículos leves | Semana |

Fonte: Torre (2025).

### 8.4.2 INSPEÇÃO MECÂNICA

a) Os equipamentos serão inspecionados, sistematicamente, toda semana para regulagem e troca de peças ou por eventuais desgastes detectados;

b) Os equipamentos serão inspecionados regularmente pela equipe da mecânica para observação do funcionamento e comportamento do motor, caixa de câmbio, diferencial, bomba injetora e sistema elétrico, suspensão e sistema hidráulico;

c) Controle de consumo de combustível, controle de pneus, verificação das partes da carroceria dos caminhões coletores compactadores, que desgastam pela ação do chorume;

d) É de vital importância para a empresa ter uma manutenção preventiva que eficaz, pois isto reflete em custos menores e maior produção;

e) Sistematicamente, é indispensável verificar:

- Ao trocar o óleo do motor, a presença de limalha no óleo retirado;
- Ao trocar o óleo do diferencial ou da caixa de câmbio, se há presença de limalha no óleo trocado;

A existência de limalha nos óleos indica a existência de algum desgaste, que pode ser evitado, muitas vezes, com um simples ajuste ou troca de uma peça, antes que o conjunto todo se danifique;

f) O setor de manutenção, sempre que observar qualquer irregularidade, deverá comunicar o fato ao encarregado da oficina para as devidas providências;

g) De acordo com recomendações do fabricante, os catálogos de manutenção trazem indicações dos componentes que deverão ser verificados ou trocados e em que períodos.

A inspeção mecânica nos equipamentos tanto pode auxiliar na manutenção preventiva, como pode indicar necessidade de manutenção corretiva.

**8.4.2.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Manutenção corretiva é o conjunto de medidas tomadas para corrigir um defeito ou uma quebra ocorrida no veículo ou no equipamento. A correção pode ser feita com a recuperação da peça danificada, se for o caso, ou pela substituição por outra peça.

A manutenção poderá ser executada pelos profissionais da Concessionária na própria oficina ou no campo, e dependerá das condições do veículo/equipamento, sendo também autorizada a terceirização do serviço mecânico, preferencialmente em oficinas autorizadas pelo fabricante. As manutenções corretivas são intervenções realizadas após ocorrência de falha mecânica, ou seja, de forma emergencial, não programada.

**8.4.2.1.1 PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO**

**Substituição temporária:**

Se ocorrer algum imprevisto que a equipe de socorro não possa solucionar no campo, o fato será comunicado pelo rádio à supervisão, que providenciará a substituição do equipamento por outro reserva, quando couber.

O veículo/equipamento substituído será recolhido à garagem para diagnóstico e reparo, e o veículo/equipamento reserva será acionado para prosseguir com o serviço que foi interrompido.

**Substituição definitiva:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de um sistema informatizado integrado de entrada e saída de materiais e serviços, que totaliza instantaneamente os consumos diário e acumulado de um determinado equipamento. De posse destes dados, pode-se acompanhar detalhadamente o comportamento do equipamento sob a ótica de custo-benefício, obtendo indicadores importantes para decisão sobre a troca ou não do equipamento, ou sobre a viabilidade de reforma.

Uma manutenção efetiva e eficaz, aliada a uma operação correta, irá induzir a Concessionária na escolha adequada dos equipamentos, levando em conta também a influência da topografia, o estado de conservação das pistas de rolamento, o tipo de serviço, etc.

Para os serviços objeto do contrato de concessão, será necessário manter uma equipe de apoio para socorro mecânico e externo imediato, para qualquer eventualidade durante os turnos de trabalho. Caso a equipe de socorro externo não consiga resolver o problema com a rapidez desejada, o fato será comunicado à supervisão para proceder com a substituição do equipamento, evitando prejuízos aos serviços.

Sempre que for solicitado o socorro interno ou externo, será emitida uma ordem de serviço (OS) e um formulário para o acompanhamento dos procedimentos de reparo e de liberação do veículo/equipamento.

## 8.5 PLANO DE CONTINGENCIAMENTO

O plano de contingenciamento deverá descrever os instrumentos que estimam os riscos da prestação dos serviços e prever ações necessárias à minimização dos seus impactos. O plano estará limitado a situações de emergência, devendo levar em conta o atual cenário e prever as ações a serem realizadas nessas circunstâncias, a exemplo de: substituição de veículos e

equipamentos para manutenção, substituição de colaboradores por acidente de trabalho, férias ou falta, greve, dentre outras razões. A elaboração do Plano deverá seguir o seguinte roteiro:

I. Eleger uma comissão para gestão e tomada de decisão;

II. Definir estratégias e cronograma de reuniões da comissão;

III. Analisar as diferentes gradações dos impactos das situações emergenciais e as suas respectivas intensidades;

IV. Descrever os riscos e as possíveis ocorrências;

V. Eleger as prioridades, estabelecendo ações segundo critérios pré-estabelecidos e análises das situações reais;

VI. Eleger os responsáveis, os prazos, os recursos e suas respectivas fontes;

VII. Descrever as formas de monitoramento e de avaliação das ações do plano, com cronograma pré-definido.

Todos os planos de contingenciamento deverão conter os temas descritos no Quadro 2, a seguir colacionado.

**Quadro 2 - Temas que deverão constar nos Planos de Contingenciamento**

| | |
|---|---|
| **VULNERABILIDADE** | Indicará as situações emergenciais às quais um colaborador poderá ser exposto devido a acidentes de trabalho ou situações similares. |
| **RISCO** | Descreverá os riscos emergenciais. |
| **AÇÃO** | Definirá ações de combate aos riscos, elencando as ações voltadas a evitar os acidentes. |
| **PRAZO** | Definir os prazos e datas (quando necessário) para as ações. |
| **RESPONSÁVEL** | Apresentar os setores ou gestores responsáveis pela execução das ações |
| **RECURSOS** | Designar os recursos humanos, físicos e financeiros necessários para as ações. |
| **FONTE DE RECURSOS** | Estabelecer, a partir dos recursos existentes em orçamento, quais serão utilizados em cada ação. |

## 9 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro será anexado no Caderno 4 — *"Viabilidade Econômico-financeira".*

# 10 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

## 10.1 Dimensionamento/Detalhamento

**a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes da coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios.**

Tabela 7 - Quantidade de veículos e equipamentos para operação dos serviços de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVS), Mão de obra e Sistemas.

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | PEV 2500 litros | 12 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos.**

Tabela 8 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Ecoponto | 5 |
| | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| | Agente coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre (2025).

**c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).**

Tabela 9 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Caixa Estacionária com capacidade volumétrica de 40m³ | 14 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |
| **Mão de Obra/Função** | Motorista | 2 |
| | Porteiro | 4 |
| | Agente Coletor | 4 |

Fonte: Torre (2025).

**d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).**

Tabela 11 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água 10.000 litros | 1 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Agrícola | 1 |
| | Agente de Limpeza | 3 |

Fonte: Torre (2025).

**e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário);**

Tabela 12 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Trator de esteira | 1 |
| | Caçamba basculante | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| | Balança de pesagem | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |
| **Mão de Obra/Função** | Coordenador técnico | 1 |
| | Porteiro diurno | 2 |
| | Porteiro noturno | 2 |
| | Balanceiro | 2 |
| | Operador de máquina pesada | 2 |
| | Motorista | 2 |
| | Servente | 7 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)

Tabela 13 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caçamba basculante | 3 |
| | Retroescavadeira | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |
| **Mão de Obra/Função** | Engenheiro | 1 |
| | Fiscal | 1 |
| | Motorista | 3 |
| | Operador de máquina | 2 |
| | Servente | 5 |

Fonte: Torre Construções (2025).

### g) Educação Ambiental

Tabela 14 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental | 1 |
| | Agente Ambiental | 3 |
| | Motorista | 1 |

Fonte: Torre Construções (2025).

### h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, demonstrando os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão.

Tabela 15 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

### i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para os entes que aderiram aos serviços concedidos

Tabela 16 - Dimensionamento da Mão de Obra para o Programa de Capacitação do poder público

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área Urbana e Rural (RDO).

Tabela 18 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área urbana

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| | Caminhão Compactador de 15 m³ (Reserva) | 2 |
| | Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Contêineres de 4,5 m³ | 154 |
| | Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) e videomonitoramento | 22 |
| **Mão de Obra/Função** | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista Compactador | 8 |
| | Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| | Coletor | 35 |

Fonte: Torre Construções, 2025

Tabela 19 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área rural

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |
| | Trator com Reboque | 1 |
| | Quadriciclo | 1 |
| | Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| | Contêineres de 1,2 m³ (25 unidades) e 4,5m³ (6 unidades) | 31 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |
| Mão de Obra/Função | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista (Caçamba) | 3 |
| | Operador de Quadriciclo | 1 |
| | Operador de Máquina Pesada | 1 |
| | Coletor | 9 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD).**

Tabela 20 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| | Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| | Pá carregadeira ou Retroescavadeira | 2 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 9 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 9 |
| | Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Operador de máquina pesada / equipamento | 3 |
| | Motorista caçamba 6m³ | 3 |
| | Motorista caçamba 10 m³ | 3 |
| | Coletor | 13 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS).**

Tabela 21 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| | Bombona 200 litros | 200 |
| | Bombona 50 litros | 100 |
| | Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| | Balança | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Supervisor | 1 |
| | Técnico ambiental | 1 |
| | Motorista | 1 |
| | Agente Coletor | 2 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU).**

Tabela 22 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| | Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico agrícola | 1 |
| | Motorista de caçamba | 1 |
| | Agente de Limpeza | 1 |
| | Agente Coletor | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

### n) Quadro de mão de obra administrativa

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 23.

Tabela 23 - Dimensionamento de equipamentos e profissionais necessários para gestão

| EQUIPAMENTOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| CARGOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## 10.2 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS

Os investimentos necessários à implantação, construção e aquisição de equipamentos, a serem realizados pela Concessionária, e, os custos associados à operação dos serviços, encontram-se detalhadamente descritos no Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Para fins conceituais, os custos da Concessionária correspondem aos dispêndios necessários à prestação dos serviços contratados, abrangendo tanto os gastos indispensáveis ao funcionamento regular, quanto aqueles relacionados ao desenvolvimento e à manutenção das atividades operacionais. Dentre os principais custos de implantação e de operação, destacam-se os

custos com: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros.

Em síntese, os custos associados à Concessão podem ser classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.

## 11. DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS ESTIMADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os custos e as despesas para prestação dos serviços foram calculados seguindo o pressuposto de recuperação dos custos, conforme art. 29, inciso V, da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), no horizonte de tempo do contrato (30 anos). Os custos tributários seguem discriminados de acordo com a legislação vigente.

### 11.1. TRIBUTOS INDIRETOS

Para fins de modelo técnico-operacional, foram estimados sobre a receita o Programa de Integração Social (PIS); a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Além dessas estimativas, também foi considerado, em relação aos seguros, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

**Quadro 1 – Tributos Indiretos**

| TIPOS | ALÍQUOTA |
|---|---|
| Programa de Integração Social (PIS) | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 7,60% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) | 5,00% |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) | 7,38% |

Fonte: Receita Federal/BACEN (2022).

Quanto à tributação do PIS/COFINS, prevê-se na modelagem a não cumulatividade tributária sobre modo, e, toda a previsão considerou o abatimento dos créditos tributários seguindo as determinações da instrução normativa da RFB Nº 1911, de 11 de outubro de 2019.

## 11.2. TRIBUTOS DIRETOS

As entidades classificadas como Pessoas Jurídicas (PJ), independentemente da forma de constituição e da natureza da atividade exercida, pagam imposto de renda (IRPJ) à alíquota de 15,00%, incidente sobre a base de cálculo apurada na forma do lucro real, presumido ou arbitrado, porém estão sujeitas também ao cálculo do adicional de imposto de renda que exemplificaremos neste trabalho.

De acordo com a legislação tributária, sobre a parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, o adicional incidirá à alíquota de 10%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada considerando a alíquota de 9,00% sobre o lucro antes do Imposto de Renda, aplicável às pessoas jurídicas optantes pelo lucro real.

**Quadro 2 – Tributos Diretos**

| TIPOS | ALÍQUOTA |
|---|---|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 15,00% |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica Adicional | 10,00% |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) | 9,00% |

Fonte: Receita Federal/BACEN (2022).

Seguimos os objetivos da regulação, conforme a Lei nº 11.445/2007, a saber: (i) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, observando as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); (ii) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico; (iii) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; (iv) definir tarifas que

assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.

A escala utilizada para aumentar a eficiência econômica e diminuir impacto ao meio ambiente e à saúde pública seguiu as orientações do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, considerando que sua edição é a mais atualizada e foi regulamentada através do Decreto Federal 11.043/2022. Os estudos obedeceram ao critério fundamental da regionalização, que definiu microrregiões, em especial o Velho Chico, através da Lei Estadual Complementar nº 048/2019.

Os valores relativos aos custos e despesas operacionais do projeto foram estimados e detalhados conforme o Caderno 04 — Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Os gastos necessários para operação, exploração e manutenção dos Serviços de Gestão dos Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e de destinação final de resíduos sólidos de conservação urbana (RPU) acontecerão de acordo com as especificações mínimas definidas pelo Edital e pelo **CADERNO DE ENCARGOS** (Anexo I do Edital).

**Coleta:** Para os serviços de “Coleta”, foram previstas despesas como mão de obra, respectivos encargos, manutenção de veículos e equipamentos, ferramental e insumos necessários para prestação dos serviços.

**Estação de Transferência de Resíduos:** As despesas que compõem a “ETR” envolvem mão de obra, encargos, insumos, manutenção de sistemas de drenagem e viários.

**Aterro:** O OPEX “Aterro” contemplou mão de obra, respectivos encargos, manutenção de veículos e equipamentos, manutenção de sistemas (drenagem, viário, monitoramento), manutenções técnicas do aterro, monitoramento ambiental e insumos necessários para a prestação dos serviços.

**Compostagem:** Para dimensionamento do OPEX “Compostagem”, foram atribuídos custos fixos por tonelada de resíduo que ingressa no sistema e por tonelada de resíduo destinado à compostagem.

**Programa Socioambiental:** Os custos e despesas dimensionados e destinados aos programas "Socioambientais" referem-se a mão de obra, encargos, contratação de consultorias, recursos materiais e bolsas de qualificação social.

**Agência Reguladora:** As despesas relativas ao custeio das atividades de regulação e fiscalização englobam mão de obra, instalações e capacitação técnica de funcionários. Desse modo, fora utilizado o valor de 0,5% sobre as receitas principais (TUF), a ser arrecadada sob a forma de taxa de fiscalização, para fazer frente às despesas anteriormente citadas.

**Verificador Independente:** O custeio, a contratação e a gestão contratual ficarão a cargo do Poder Concedente.

**Reembolso estudos:** Trata-se do reembolso, por parte da futura Concessionária, do montante de recursos, autorizados pelo CDS VELHO CHICO, a serem destinados para custeio da estruturação do projeto. O valor autorizado deverá ser atualizado pelo IPCA na data do pagamento.

**Seguros e Garantias:** A contratação dos seguros e garantias descritos nos cadernos “plano de negócio referencial” e “modelagem econômico-financeira”, considerada na estrutura de despesas, visa resguardar a operação de eventuais riscos de danos materiais ou a terceiros, causados em decorrência das atividades operacionais, bem como o cumprimento das obrigações contratuais.

**Custos de cobranças:** Será utilizado, conforme definido na NR 01 da ANA, o cofaturamento, utilizando documento de arrecadação do serviço público de abastecimento de água. O valor a ser ressarcido ao prestador será acordado com ele e definido em contrato, com anuência da Agência Reguladora.

## 12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho descritos foram elaborados com vistas a acompanhar e avaliar a Concessionária nas faixas de atendimento satisfatório, parcial ou não atendido, conforme anexo 01 “Indicadores de Desempenho”.

## 13. INDICAÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO PELO GESTOR DO PROCESSO, COM A DEVIDA ESTIMATIVA DE DESPESA

A Concessionária contribuirá com o pagamento de taxa de fiscalização no valor de 0,5% sobre as receitas principais (TUF). Tais recursos serão destinados ao custeio das atividades de regulação e fiscalização, a serem realizadas pela Agência Reguladora, e englobam mão de obra, instalações, capacitação técnica de funcionários e serviços terceirizados.

Os serviços objeto deste projeto deverá ser monitorados eletronicamente, através de rastreio via satélite dos equipamentos e veículos, garantindo a total lisura aos serviços realizados.

### 13.1 JUSTIFICATIVA

A implantação do sistema de fiscalização justifica-se pela necessidade de monitoramento e de acompanhamento dos serviços, a fim de garantir a qualidade na sua execução.

A Lei Federal nº 11.445/2007 reconhece que a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é um dos componentes do saneamento básico e por essa razão deve ser prestado com regularidade, eficiência e qualidade, sob pena de comprometer a saúde pública e a proteção ao meio ambiente.

A Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tem como objetivo a “regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira”.

Além disso, um dos princípios destacados na PNRS é a “visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública”. Tais variáveis influenciam diretamente na quantidade, sazonalidade e distribuição dos resíduos, tornando possível uma relação entre estes fatores na busca de soluções contínuas.

A fim de evitar situações de conflito administrativo e principalmente assegurar as metas de qualidade idealizadas pelo CDS VELHO CHICO, a fiscalização deverá operar com recursos tecnológicos adequados e avançados para a captação de indicadores confiáveis, que permitirão acompanhar e garantir a qualidade das operações no campo em tempo real.

Porém, para se atingir sucesso na implantação e operação desse sistema, é necessário que haja cumplicidade e comprometimento entre as partes envolvidas e, por essa razão, foi opção do CDS VELHO CHICO atribuir a responsabilidade pela disponibilização desse Sistema à Concessionária.

Os indicadores de qualidade obtidos com os recursos tecnológicos adequados permitirão que a operação dos serviços licitados seja ajustada, de comum acordo entre as partes, com base nas análises técnicas dos dados obtidos e permitirão corrigir pontualmente as irregularidades operacionais que estejam gerando amostras de qualidade indesejáveis e identificar ações bem-sucedidas na execução dos serviços que poderão ser ampliadas.

A implantação da Sala de Monitoramento, por parte da Concessionária, centralizará todas as demandas, agilizando suas respostas e aumentando a precisão das ações pertinentes. Todas as demandas, as respostas, o tempo de atendimento e qualquer outra informação ou dado obtido pela Sala de Monitoramento farão parte de análises e estatísticas, visando ao aperfeiçoamento e à melhoria dos serviços e viabilizando o controle e a gestão dos serviços públicos prestados.

É importante lembrar que, além do atendimento à nova legislação, os serviços de Acompanhamento Técnico e de Controle Tecnológico também permitem que sejam atingidas maior eficiência qualitativa e otimização dos

recursos operacionais e financeiros.

Para tanto, a Concessionária deverá se responsabilizar pela disponibilização do referido Sistema, de forma direta ou mediante a contratação de empresa especializada no ramo.

**13.2 OBJETIVO**

O objetivo da implantação do sistema de fiscalização em questão é monitorar a qualidade dos serviços de limpeza urbana, utilizando ferramentas que permitam o acompanhamento em tempo real de toda a operação realizada pela Concessionária, com foco na tomada de decisões em ambientes complexos envolvendo logística avançada, informatização dos sistemas, planejamento dos serviços, rastreamento dos veículos e dos equipamentos, fiscalização dos serviços, análises críticas de dados e avaliações técnicas de controle dos serviços públicos prestados.

O sistema proposto deve acompanhar a dinâmica urbana com aumento de eficiência técnico-financeira. Será disponibilizado um sistema de informática que permita o planejamento e o acompanhamento da execução dos serviços de limpeza pública, com emissão de relatórios gerenciais para aferição confiável do nível da qualidade contratada da prestação dos serviços pela Concessionária.

Ficará a cargo da Concessionária a instalação do sistema em data center especializado, sua atualização e manutenção durante todo o prazo contratual. A Concessionária deverá disponibilizar o sistema antes do início dos serviços, de forma direta ou através de empresa especializada por ela contratada.

O sistema de monitoramento e controle proposto consiste na aplicação da melhor tecnologia disponível no mercado para exercer a plena fiscalização dos serviços de limpeza urbana, através de uma estrutura formada pelos seus principais componentes:

a) Sistema de gestão comercial e atendimento ao usuário para atendimento de demandas como gestão de crédito e cobrança, agência virtual, comunicação com usuário, meios de pagamento, etc.

b) Sistema de gerenciamento das operações via web;

c) Rastreadores de veículos e equipamentos;

d) Aplicativos para registro de demandas e tarefas; e

e) Montagem e operação de um Centro de Controle Operacional (CCO) dentro do ambiente da Concessionária.

O sistema deverá permitir aos analistas a consciência situacional de toda a operação através do monitoramento dos serviços realizados, confrontados com os planos operacionais regulares e com as operações sob demanda. As equipes responsáveis pela implantação dos serviços deverão portar dispositivos móveis (smartphones).

O Centro de Controle Operacional deverá compilar as informações mais relevantes da operação utilizando os dados transmitidos pelo rastreamento dos veículos/equipamentos e pelos dispositivos móveis de coleta de dados. Com base nos dados compilados, o CCO deverá produzir relatórios da operação com periodicidade diária, relatórios por serviço com periodicidade semanal e relatórios mensais de operação. O gerenciamento tecnológico deverá englobar todos os serviços previstos no Edital.

Para a disponibilização do sistema, a Concessionária deverá, obrigatoriamente, atender às especificações técnicas apresentadas a seguir. Caso, durante o prazo contratual, a empresa queira promover alguma alteração em relação a estas especificações, somente poderá fazê-lo após a devida análise e aprovação por parte do Contratante.

A Concessionária deverá disponibilizar, instalar e manter equipamentos de rastreamento em todos os veículos, máquinas e equipamentos operacionais, possibilitando a visualização de sua localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real.

Os veículos e equipamentos operacionais deverão receber rastreadores que possibilitem a comunicação direta com os sistemas disponibilizados para o **CDS VELHO CHICO**, por meio de dispositivo capaz de transmitir os dados de sinal do Sistema Global de Navegação por Satélite (**GNSS**).

A Concessionária deverá se responsabilizar, durante toda a vigência do contrato, pela manutenção e por eventuais trocas de equipamentos. O Consórcio **CDS VELHO CHICO** se isenta da obrigação de oferecer qualquer tipo de suporte de infraestrutura para o fornecimento, operação e manutenção do sistema disponibilizado.

Os dados e relatórios extraídos diretamente do Sistema deverão permitir que **o CDS VELHO CHICO** tome conhecimento detalhado de todas as operações de campo e visualize seu desempenho e suas eventuais não conformidades, através das seguintes informações por ele geradas:

a) Indicadores da eficiência operacional;

b) Indicadores da qualidade operacional;

c) Rastreabilidade de todos os serviços;

d) Percentual de atendimento aos planos operacionais;

e) Percentual de atendimento às demandas de acordo com regras de tempos máximos;

f) Produção, metragem e tempo produtivo e improdutivo resultantes dos serviços.

O fornecimento do sistema deverá abranger as atividades de capacitação e suporte aos usuários do **CDS VELHO CHICO** e da **CONCESSIONÁRIA** e, para isso, prevê-se a realização de: treinamento básico, treinamento avançado, suporte técnico e cooperação técnica.

Os treinamentos deverão ser realizados em local a ser definido com os gestores do **CDS VELHO CHICO**, em sala de treinamento com computador, acesso à internet e projetor multimídia. A equipe de monitoramento deverá ser responsável por tarefas rotineiras e por tarefas sob demanda da central operacional e deverá gerar o mapeamento e a marcação dos eventos relacionados aos seguintes pontos: locais com descarte de grandes geradores e locais com materiais depositados irregularmente em vias públicas. Essas

equipes deverão mapear os pontos de interesse e os disponibilizar as informações.

Ao final do Contrato, a Concessionária poderá, a seu exclusivo critério, retirar todos os equipamentos de rastreamento e de registro fotográfico utilizados na prestação desses serviços. No entanto, toda a documentação técnica elaborada pela Concessionária a serviço específico do Contrato será considerada de propriedade exclusiva do **CDS VELHO CHICO**, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier.

Toda e qualquer informação digital ou analógica, material ou na forma de mapas, figuras, desenhos, textos, material de divulgação, resultados de pesquisas e de cadastro e outras, que tenham sido geradas ou utilizadas durante os serviços prestados pela Concessionária, também serão de propriedade exclusiva do **CDS VELHO CHICO** e deverão ser armazenados de forma a manter a integridade, sigilo e segurança dos dados e a permitir sua disponibilização para a fiscalização do **CDS VELHO CHICO** sempre que esta solicitar. Ademais, nenhuma dessas informações poderá ser utilizada ou divulgada pela **CONCESSIONÁRIA** para fins distintos do Contrato, sem a autorização formal do **CDS VELHO CHICO**.

### 13.3 ESTIMATIVA DA DESPESA

As estimativas das despesas operacionais variam conforme o tipo de equipamento, completo ou básico. Os rastreadores de veículos e equipamentos (GPS) completo e videomonitoramento (apenas para os compactadores) custarão, em média, R$ 320,00/mês por equipamento, os SmartPOS custarão, em média, R$60,00/mês por equipamento, os totens de autoatendimento custarão, em média, R$2.000,00/mês por equipamento, o custo de emissão de boleto de cobrança custará, em média, R$1,05/unidade por boleto emitido, às impressões gráficas custarão em média R$1,07/unidade impressa, a logística de entrega custará em média R$2,55/unidade entregue porta a porta mensalmente, o Software ERP referente ao sistema de gestão comercial e atendimento ao usuário custarão, em média, R$8.000,00/mês e sua implantação custará em

média R$150.000,00, o clube de benefícios e programa fatura premiada custarão em média R$5.000,00 (cinco mil reais mensais), etc.

O valor unitário informado do GPS e videomonitoramento foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para rastreamento e gerenciamento de serviços, equipamentos e pessoas.

O valor unitário informado do SmartPOS e Boleto foram cotados junto a banco de atuação em âmbito nacional, considerado banco de primeira linha líder em soluções empresariais para o segmento corporativo.

O valor unitário informado do programa de benefícios foi cotado junto à plataforma de parcerias de atuação em âmbito nacional, considerada líder em soluções para clube de benefícios e recompensas.

O valor unitário informado do totem de autoatendimento ao usuário foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para concessões e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta, transporte, transferência (transbordo), destinação final ambientalmente adequada e gestão de aterro sanitário.

O valor unitário informado do Software ERP de gestão comercial e atendimento ao usuário foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para concessões e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada e gestão de aterro sanitário.

O valor unitário informado de impressão gráfica foi cotado junto aos **CORREIOS**, companhia estatal especializada em logística e soluções para entrega de encomendas, cartas e gerenciamento de postal, mala direta, transporte e armazenamento.

O valor unitário informado de impressão gráfica foi cotado junto a **EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA (EGBA),** companhia de economia mista especializada em serviços editoriais, serviços gráficos, preservação documental e implementação de soluções para edição e publicação de documentos, informações, arquivos e materiais gráficos.

## 14 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS E INDICAÇÃO EXPRESSA DAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

De acordo com a Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), são bens reversíveis os bens móveis e imóveis necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato, que serão devolvidos ao contratante ao final da operação, quando finalizada a vigência do contrato de concessão.

Destarte, **BENS REVERSÍVEIS** são todos os bens e direitos necessários à continuidade dos serviços que serão transferidos ao **PODER CONCEDENTE** no final da **CONCESSÃO**. A seguir, o Quadro 3 apresenta a relação dos bens reversíveis do presente estudo.

**Quadro 3 – Relação de Bens Reversíveis**

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS | INDICAÇÃO EXPRESSA DAS CARACTERÍSTICAS | CONDIÇÕES DE ENTREGA |
|---|---|---|---|
| 1 | CVR – Central de Valorização de Resíduos | Composto por 01 (uma) Central de Valorização de Resíduos instalada em terreno dentro do território | Em bom estado de conservação |
| 2 | Galpões de triagem | Composto por 02 galpões de 400m² cada | Em bom estado de conservação |
| 3 | Galpão de compostagem | Composto por 01 galpão de 400m² | Em bom estado de conservação |
| 4 | Galpão refrigerado para armazenamento temporário dos serviços de saúde | Composto por 01 galpão de 100m² | Em bom estado de conservação |
| 5 | Balança de pesagem | Composta por 01 balança de pesagem | Em bom estado de funcionamento |
| 6 | Ecopontos | Composto por 05 unidades de Ecopontos | Em bom estado de conservação |
| 7 | Trator de esteira | Composto por 01 trator de esteira | Em bom estado de funcionamento |
| 8 | Pá carregadeira | Composto por 01 pá carregadeira | Em bom estado de funcionamento |
| 9 | Triturador de vidros | Composto por 01 triturador de vidros | Em bom estado de funcionamento |
| 10 | Triturador de resíduos orgânicos | Composto por 01 trituradores de resíduos orgânicos | Em bom estado de funcionamento |
| 11 | Triturador de podas | Composto por 01 trituradores de poda | Em bom estado de funcionamento |

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama-2021/.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de março de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8419: 1992. Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 14/02/1995.

BRASIL. Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, de 28/04/1999.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, de 19 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB). Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA nº 307/2022. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 11, de 11 de dezembro de 2014. Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Termo de Referência Técnico. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/biblioteca/101-secretaria-nacional-de-saneamento/biblioteca/1444-termo-de-referencia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Protegeer – Cooperação para a proteção do clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Disponível em: < http://protegeer.gov.br/biblioteca/ferramentas-rsu>.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ESTUDOS TÉCNICO-OPERACIONAIS**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N° 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## GLOSSÁRIO

| | |
|---|---|
| **ABNT** | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| **ABRELPE** | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| **ANA** | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico |
| **ANVISA** | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| **CDR** | Combustível derivado de resíduos sólidos |
| **CDS** | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| **CONAMA** | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| **CS** | Coleta Seletiva |
| **CVR** | Central de Valorização de Resíduos |
| **ECOPONTO** | Pontos de Entrega voluntária de Materiais Inservíveis, em pequeno volume, (que não servem mais, como recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). |
| **EPI** | Equipamento de Proteção Individual |
| **ERGIRS** | Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos |
| **ETR** | Estágio de Transferência de Resíduos |
| **EVTE** | Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-financeira |
| **GPS** | Sistema de Posicionamento Global |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **ICMBIO** | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| **IN** | Instrução Normativa |
| **kg/hab/dia** | quilograma por habitante por dia |
| **Km** | Quilômetro |
| **LNSB** | Lei Nacional de Saneamento Básico |
| **MCIDADES** | Ministério das Cidades |
| **MDR** | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| **MMA** | Ministério do Meio Ambiente |
| **NBR** | Norma Brasileira |
| **NR OS** | Norma Regulamentadora Ordem de Serviço |
| **OS** | Ordem de Serviço |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| **PEAD** | Polietileno de alta densidade |
| **PEBD** | Polietileno de baixa densidade |
| **PERS** | Plano Estadual de Resíduos Sólidos |
| **PET** | Tereftalato de polietileno |
| **PEV** | Ponto de Entrega Voluntária |
| **PNRS** | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| **PRAD** | Plano de Recuperação de Áreas Degradadas |
| **ProteGeer** | Cooperação para Proteção do Clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos |
| **RCD** | Resíduos da Construção e Demolição |
| **RDC** | Resolução de Diretoria Colegiada |
| **RDO** | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| **RPU** | Resíduos Públicos Urbanos |
| **RSS** | Resíduos do Serviço de Saúde |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SPDA** | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas |
| **t/ano** | Tonelada por ano |
| **t/dia** | Tonelada por dia |
| **t/mês** | Tonelada por mês |
| **TEP** | Tarifa do Ente Público |
| **TUF** | Tarifa do Usuário Final |
| **UCO** | Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente Estudo Técnico-Operacional tem por objetivo subsidiar a modelagem e a estruturação do contrato de concessão, na modalidade parceria público-privada, dos serviços de gestão de resíduos sólidos no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO),** a partir da definição das soluções operacionais, das diretrizes de prestação dos serviços e dos parâmetros de desempenho aplicáveis à concessão. Para tanto, o Estudo Técnico-Operacional apresenta:

(i) a caracterização dos serviços a serem prestados e as respectivas diretrizes operacionais;

(ii) a discriminação dos custos e despesas estimados para a execução dos serviços;

(iii) os critérios e indicadores de avaliação de desempenho;

(iv) a descrição do sistema de fiscalização e monitoramento da execução contratual, com a correspondente estimativa de despesas; e

(v) a identificação dos bens reversíveis, com indicação de suas características e das condições de entrega ao término da concessão.

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023** e **N° 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA)**, tendo por objeto:

(i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das análises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do PMI n° 01/2023, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente;

(iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

## 2. MODELO OPERACIONAL, CARACTERÍSTICAS E DIRETRIZES.

### 2.1. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional da concessão foi detalhado no Estudo de Demanda e Engenharia (Caderno 2), do qual se apresenta, neste Caderno, um resumo executivo, com foco nos aspectos operacionais relevantes.

A definição do modelo operacional considerou, de forma integrada, o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

Com o objetivo de otimizar os roteiros e gerar o menor custo de logística possível, sugere-se a divisão dos Municípios em 03 (três) grupos, quais sejam:

- **Grupo 1:** Paratinga e Ibotirama;
- **Grupo 2:** Oliveira dos Brejinhos.
- **Grupo 3:** Morpará e Muquém do São Francisco.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 2.2. PREMISSAS E DIRETRIZES DA ROTA TECNOLÓGICA

Como abordado nos estudos de técnico-operacional, o estudo da rota tecnológica seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:

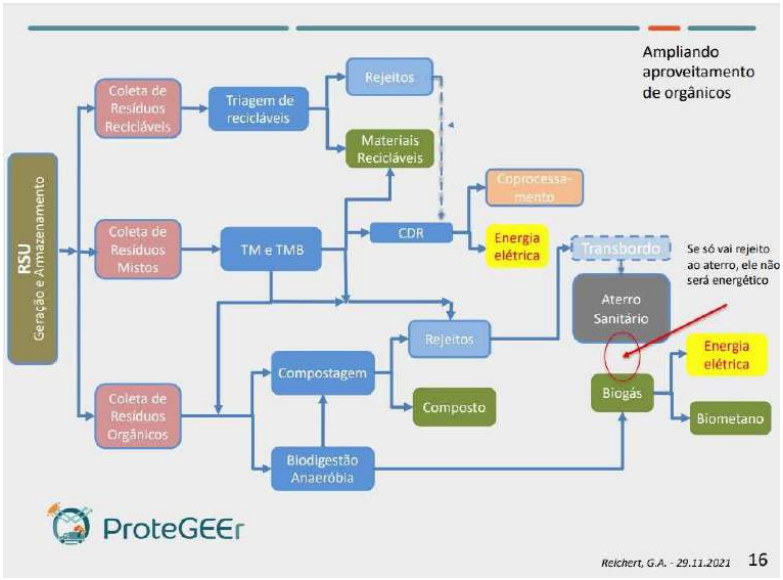
- Conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo município;
- Seguir com os objetivos redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022.
- Recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
- Compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
- Avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
- Atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
- Considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
- Avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
- Criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

Com isso, busca-se alcançar o fluxograma sugerido pelo ProteGeer, conforme apresentado na Figura 4.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Figura 4 – Fluxograma da Rota Tecnológica adotada**




Fonte: ProteGeer (2021).

## 2.3. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão dos Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da implementação e da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF).

### 2.3.1. CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS (CVR) – PARQUE DO SOL VELHO CHICO

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens abaixo, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

comunicação social. A CVR será composta dos itens abaixo: Unidade de compostagem dos resíduos orgânicos (**UCO**);

- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado fruto da concessão);
- Viveiro de Mudas;
- Trilha Ecológica;
- Centro de Educação Ambiental;
- Área Administrativa; e
- Apoio Operacional.

### 2.3.2. UNIDADE DE COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS (UCO)

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado *"composto"*. O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos, transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

A **UCO** deverá ser projetada para atender 7,50% dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 anos. Ela deverá ser dimensionada com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 2.3.3. ATERRO SANITÁRIO (ATERRAMENTO DE REJEITOS)

Segundo a NBR 8419/1992, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

Nesta unidade ocorrerá a classificação do RDO misturado ou não selecionado, a fim de se obter uma separação dos resíduos em função da sua composição (PET, PEAD, PEBD, plástico misto, metais ferrosos e não ferrosos, papel, papelão) e de destiná-los à unidade de reciclagem. A fração orgânica no Galpão de triagem de pequeno porte poderá seguir para composteiras domésticas; e os rejeitos, resíduos que não podem ser valorizados, serão destinados ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**.

**FIGURA 5 – PROJETO GALPÃO – PARQUE DO SOL VELHO CHICO.**

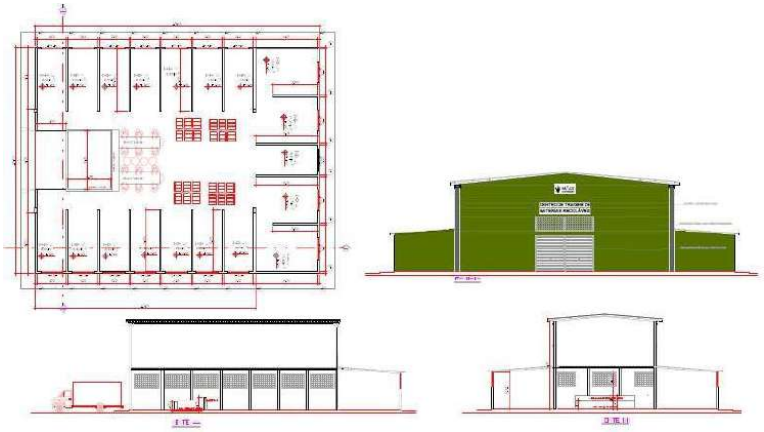


Fonte: Torre Construções (2025).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**FIGURA 6 – PLANTA BAIXA GALPÃO**



Fonte: Torre Construções (2025).

### 2.3.4. ESTAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS (ETR)

As Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Tabela 1 – Movimentação de RSU nos municípios do CDS VELHO CHICO**

| Empreendimento | Município | Distância da ETR (KM) | População | População total | Ton/ano | ton/ano | ton/mês | ton/dia | Distância média das ETRs para CVR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CVR IBOTIRAMA | Paratinga | 66 km | 30.680 | 98.749 | 774,54 | 2.493 | 207,75 | 81,96 | 75,25 |
| | Muquém do São Francisco | 62 km | 10.803 | | 272,73 | | | | |
| | Oliveira dos Brejinhos | 85 km | 21.323 | | 538,32 | | | | |
| | Morpará | 88 km | 8.220 | | 207,52 | | | | |
| | Ibotirama | 0,0 km (sede) | 27.723 | | 699,89 | | | | |
| TOTAL | | | 98.749 | | 2.493 | | 207,75 | 81,96 | |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O destino dos rejeitos será no aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO** em local sob escolha da **CONCESSIONÁRIA** na cidade de Ibotirama, onde será futuramente na célula de rejeito instalada no Parque do Sol Velho Chico.

O projeto definiu como sugestão de logística a opção de uso de 04 (quatro) Estações de Transferência de Resíduos (Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos), a ser instalada pelos municípios, após a conclusão das obras e investimentos do aterro sanitário fruto da concessão a ser instalado no Parque do Sol Velho Chico em Ibotirama, os resíduos dos municípios serão direcionados da ETR de cada município até a destinação final ambientalmente adequada no aterro sanitário em questão.

## 3. TECNOLOGIA UTILIZADA NA MODELAGEM

Para o desenvolvimento da modelagem foram utilizados recursos baseados no conceito de software livre. O sistema utilizou-se das melhores práticas e de bibliotecas aplicadas à logística, que se encontram no estado da arte da tecnologia.

As limitações do modelo estão relacionadas à qualidade dos mapas disponíveis e ao período de mais de 10 (dez) anos decorridos desde o último censo do IBGE. Neste sentido, optou-se por ajustar os dados com base na taxa de produção de resíduos e manter inalterados esses quantitativos, permitindo a padronização para análise dos planos de operação.

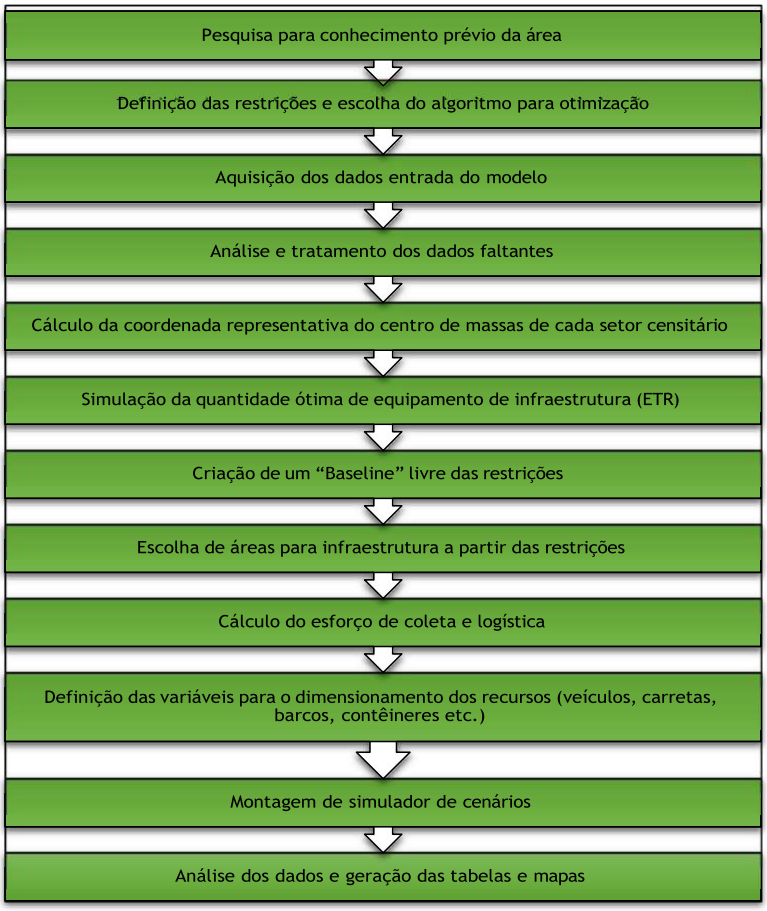
## 4. ETAPAS DA MODELAGEM

A modelagem seguiu o seguinte fluxo:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Figura 1 - Fluxo das etapas de modelagem




## 5. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para o estudo técnico operacional seguirá as normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstas no art. 10, da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), na Portaria nº 557 de 11 de novembro de 2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), e em outras normas pertinentes.

Utilizou-se os setores censitários com o esforço de operação para a execução dos serviços, tanto do ponto de vista da operação interna de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

cada setor, quanto do ponto de vista da logística entre os setores e as bases de operação.

O fator principal de restrição para o dimensionamento dos recursos a serem investidos foi o tempo, admitindo-se o trabalho mensal de 190 horas em 26 dias, aproximadamente 7,33 horas decimais por dia, com um ciclo semanal de 6 dias trabalhados. Também foram adotados outros fatores de restrição para implantação da infraestrutura operacional, tais como:

a) a distância máxima para a sede dos Municípios;
b) a escolha dos locais para instalação da estrutura operacional deveria priorizar áreas em vias com boa infraestrutura e de fácil acesso; e
c) imposições legais contidas na Lei nº 9.985/2000 e na Lei nº 12.651/2012.

Com a análise prévia dos dados, ficou caracterizado que a variável de maior custo operacional corresponderá às distâncias, e não ao volume de resíduos.

## 6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A análise de diagnóstico da situação atual foi feita através de vistorias técnicas in loco e levantamento de dados em todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto. A referida análise corresponde ao estudo, pesquisas e levantamento de informações relacionadas a demandas de engenharia, logística e infraestrutura, a fim de obter informações dos possíveis riscos e das possibilidades, tendo como principal objetivo a estruturação do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos municípios.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

### 6.3. ESTRUTURA ATUAL

#### 6.3.1. CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO

Os 5 (cinco) municípios do **CDS VELHO CHICO** que aderiram ao projeto são: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O **CDS VELHO CHICO** tem como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável regional, visando à melhoria da qualidade de vida da população do território Velho Chico do Estado da Bahia e adjacências. Sua finalidade específica é a atuação nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, saúde, educação, cultura e esporte, assistência, inclusão e direitos humanos, segurança pública e fortalecimento institucional.

É de suma importância a participação do **CDS VELHO CHICO** para equalizar problemas de ordem econômico-financeira que impedem o avanço dos investimentos relacionados à gestão dos resíduos sólidos, a fim de buscar uma solução que contemple todos os 5 (cinco) municípios consorciados.

Para os municípios de menor porte, seria inviável realizar o planejamento e a implementação do projeto, além da gestão e do monitoramento do sistema integrado de resíduos sólidos, sem se associar a outros Municípios.

Atualmente alguns Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** possuem contratos com empresas terceirizadas para prestação de parte dos serviços de limpeza urbana. O objetivo do consórcio é articular ações voltadas à concretização da Política Territorial de Resíduos Sólidos, buscando alternativas consorciadas para os Municípios da região que aderirem ao programa.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

### 6.3.2. GESTÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS

Os serviços de coleta e de limpeza pública dos 5 (cinco) municípios integrantes da iniciativa são realizados através de empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras.

### 6.3.3. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O estudo abordará os Resíduos Sólidos Urbanos, que incluem Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e Resíduos Públicos Urbanos (RPU); resíduos da Construção e Demolição (RCD); Resíduos do Serviço de Saúde (RSS); e Coleta Seletiva (CS), englobando as áreas urbanas e rurais.

#### 6.3.3.1. RESÍDUOS DOMICILIARES NOS MUNICÍPIOS

Com um total de 98.749 mil habitantes, segundo o censo demográfico (**IBGE**), a população da região do **CDS VELHO CHICO** gera uma média de aproximadamente 82 (oitenta e duas) toneladas/dia de resíduos sólidos domiciliares, que atualmente são destinados aos lixões localizados nos seus municípios ou em municípios circunvizinhos, em desacordo com as exigências legais em ambientais vigentes.

Os aterros sanitários licenciados mais próximos dos municípios abrangidos pelo **CDS VELHO CHICO** estão nos Municípios de Caetité (aterro privado sob gestão da **CVR VELHO CHICO LTDA**) e Bom Jesus da Lapa (aterro privado sob gestão da **CVR SÃO FRANCISCO LTDA**), ambos joint venture das empresas **RETEC TECNOLOGIA EM RESIDUOS LTDA** (**GVC HOLDING S/A), AMBIENTAL FORT COLETA DE RESIDUOS LTDA** e **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA.**

Todavia, a grande distância em relação ao centro de geração dos resíduos, aliada à inexistência de Estações de Transferência de Resíduos (**ETR**), acarretaria custos elevados de transporte para os aterros sanitários situados nessas outras



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

localidades.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A utilização dos aterros existentes, portanto, aumentaria significativamente as despesas dos Municípios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, tornando a atividade verdadeiramente inacessível.

Atualmente, a coleta e o transporte de **RDO** são realizados individualmente por cada município integrante do **CDS VELHO CHICO**, mediante a celebração de contratos administrativos típicos para terceirização dos serviços ou a locação de equipamentos para prestação direta dos serviços pelos Municípios.

Grande parte dos contratos existentes nos Municípios aderentes foram celebrados ainda sob a égide da Lei n° 8.666/93, com vigência limitada a até 60 meses (art. 57, II, da Lei n° 8.666/93). Há, ainda, contratos mais recentes firmados em caráter emergencial (prazo de 6 meses a 12 meses) e outros firmados com prazos de até 120 (cento e vinte) meses, com fundamento na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações).

Em todos os casos, os contratos abrangem apenas o custeio operacional, não contemplando investimentos estruturais relevantes, o que impede a superação definitiva dos lixões e implantação da infraestrutura necessária à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Desse modo, os Municípios não dispõem de capacidade financeira para, individualmente, realizar investimentos de longo prazo, seja na modernização da frota, seja na implantação de unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, visto que esses ativos têm um alto valor nominal.

Além disso, o sistema atualmente adotado para a coleta domiciliar é predominantemente convencional e precário, desconsiderando as novas rotas tecnológicas, mais eficientes, e as



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

possibilidades de modernização do sistema previstas na legislação aplicável.

De acordo com dados levantados sobre a quantidade média estimada de resíduos coletados diariamente (t/dia) e os equipamentos disponíveis para a coleta, observa-se que, na maioria dos Municípios, são utilizados caminhões coletores compactadores com idade média próxima de 10 (dez) anos e caçambas basculantes com idade média próxima de 15 (quinze) anos, o que compromete a eficiência e a confiabilidade do serviço.

Quanto aos resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), foi verificado que uma parte dos **RCD** são dispostos para aterrar terrenos nos Municípios.

Verifica-se, ainda, que os Municípios não possuem programas estruturados de redução, reaproveitamento ou coleta seletiva dos resíduos, o que contraria as diretrizes da PNRS.

Observa-se também a existência de inúmeros catadores não organizados, sem qualquer relação/cadastro com as Prefeituras e sem acesso à infraestrutura técnica operacional para exercerem suas atividades de maneira digna, com tecnologias de mecanização e redução das atividades de cunho manual na exploração dos resíduos.

Os catadores não organizados são exclusivamente responsáveis pelo aproveitamento dos recicláveis descartados pelos comércios e feiras locais.

No que concerne à coleta seletiva, o cenário ideal pressupõe a implantação de programas estruturados, capazes de garantir aos catadores renda, EPIs, fardamento, equipamentos como carrinho, prensas e **PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA** (**PEV**), para a realização do transporte e destinação final dos resíduos recicláveis.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Nesse contexto, parcela significativa da coleta seletiva nos Municípios Aderentes poderá ser realizada através da implantação de PEVs estrategicamente distribuídos, associada à execução de programa de educação ambiental, direcionado tanto ao comércio, quanto às residências, inclusive com ações porta a porta.

#### 6.3.3.2. TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL

Os Resíduos Sólidos Urbanos (**RSU**) provenientes da limpeza pública e da coleta domiciliar dos Municípios que integram o **CDS VELHO CHICO** são destinados aos lixões, em contrariedade ao que dispõe a legislação ambiental vigente.

## 7. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE TÉCNICO-OPERACIONAL

### 7.1. DIMENSÃO DO PROJETO

A dimensão do estudo alcançará a estruturação do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de 5 (cinco) dos municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, a saber: Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Muquém do São Francisco e Morpará.

O projeto seguirá as normas de referência para a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica Econômico-Financeira (EVTE) previstas no art. 10, inciso I, da Lei nº 11.445/2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) e na Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES).

O estudo de demanda seguirá o previsto no art. 10 da referida portaria, que prevê o horizonte de tempo do contrato de 30 (trinta) anos. Consideramos a identificação da expectativa de demanda pelos serviços, baseada em estudos populacionais, em estudo de custos, despesas e receitas, e no referido prazo contratual.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 7.2. ESTUDO DA GERAÇÃO PER CAPITA (KG/HAB/DIA) DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Para dimensionar os resíduos sólidos domiciliares gerados em 5 (cinco) dos municípios que integram o **CDS VELHO CHICO**, foram utilizados os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE (2022); o nível de atendimento da população, considerando a universalização dos serviços ao longo do período do contrato; o crescimento populacional; e o coeficiente de geração média per capita de resíduos domiciliares.

Com base no último censo demográfico (IBGE, 2022), estimou-se a população total dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**. A Tabela 2 apresenta a estimativa dos quantitativos de **RDO** recolhidos nos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, no ano de 2025, por Município.

**Tabela 2 - Estimativa dos quantitativos de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) recolhidos nos Municípios do CDS VELHO CHICO**

| MUNICÍPIOS | T/ANO | T/MÊS | T/DIA | KG/HAB.DIA |
|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 8.398,68 | 699,89 | 23,01 | 0,83 |
| Paratinga | 9.294,48 | 774,54 | 25,46 | 0,83 |
| Muquém do São Francisco | 3.272,76 | 272,73 | 8,97 | 0,83 |
| Morpará | 2.490,24 | 207,52 | 6,82 | 0,83 |
| Oliveira dos Brejinhos | 6.459,84 | 538,32 | 17,70 | 0,83 |
| **Total** | 29.916,00 | 2.493,00 | 81,96 | 0,83 |

Fonte: Torre Construções, 2025

O valor médio calculado está compatível com a média regional de 0,971 kg/hab/dia (ABRELPE, 2021) e com a média de 0,90 kg/hab/dia estabelecida no termo de referência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para Municípios com população de até 200 a 500 mil habitantes, com algumas variações entre os Municípios.

Dentre as características que definem a média per capita real de geração de resíduos na região, destacamos o elevado



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

índice de população residente na zona rural, que não possui a mesma frequência de coleta das áreas urbanas.

Nas zonas rurais dos Municípios do CDS VELHO CHICO, observa-se que a frequência de coleta dos resíduos varia entre semanal, quinzenal e mensal, ao passo que há localidades que não são contempladas com a coleta. Nos casos em que não existe coleta, os resíduos orgânicos que não são aproveitados para utilização, como adubo, ou para alimentação dos animais, são levados para a queima.

De acordo com os estudos realizados, levando em consideração o índice per capita, para que os resíduos gerados sejam reduzidos, é necessária a implantação de programas socioambientais que conscientizem e sensibilizem a população sobre a importância da redução.

**7.3. PRINCÍPIOS APLICADOS AO ESTUDO**

Os estudos tomaram como base os princípios e objetivos da PNRS, em especial os prescritos no art. 7º da Lei nº 12.305/2010, a saber:

*"I - Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;*

*II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;*

*III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;*

*IV - adoção, desenvolvimento E aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;*

*VII - gestão integrada de resíduos sólidos;*

*IX - Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

> *X - regularidade, continuidade, funcionalidade E universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;*
>
> *XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos." (BRASIL, Lei nº 12.305)*

A meta do presente estudo é reduzir progressivamente, até o final do contrato, percentual relevante do rejeito levado ao aterro sanitário, considerando para tanto o conceito de rejeito da PNRS em atendimento a Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA:

> *"Os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (BRASIL, Lei nº 12.305)*

Para a redução dos rejeitos nos Municípios pertencentes **ao CDS VELHO CHICO**, serão disponibilizados:

a) O complexo Parque do Sol Velho Chico, preferencialmente no Município de Ibotirama, com a implantação de Central de Valorização de Resíduos (**CVR**)
b) Unidade de Compostagem de resíduos orgânicos (UCO);
c) Estações de Transferência de Resíduos (ETR) localizadas em Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos
d) Ecopontos nas cidades;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e) Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) espalhados em todos os Municípios integrantes do consórcio.

### 7.4. MODELO OPERACIONAL

O modelo operacional adotado considerou o estudo regional de toda extensão territorial, as unidades de conservação, o levantamento de dados, o conhecimento da geração de resíduos, a análise da demanda, o conhecimento do destino final, a atuação dos catadores, a distância entre Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, os processos tecnológicos existentes, a capacidade produtiva dos equipamentos a serem utilizados, as estratégias para alcançar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária, observadas as normas de regência da matéria.

### 7.5. ROTA TÉCNOLÓGICA

#### 7.5.1. CONCEITO SELECIONADO PARA O PROJETO

Segundo Reichert (2021), em publicação resultante de termo de cooperação para proteção do clima na gestão de resíduos sólidos urbanos (ProteGeer), na gestão de resíduos sólidos urbanos, o conceito de rota tecnológica é conjunto de processos, tecnologias e fluxos de resíduos, desde sua geração até a sua disposição final, envolvendo circuito de coleta de resíduos de forma indiferenciada e diferenciada, e contemplando tecnologias de tratamento dos resíduos com ou sem valoração energética. A rota tecnológica inicia-se com a geração dos resíduos e encerra-se com a disposição final em aterro sanitário licenciado a ser construído pela **CONCESSIONÁRIA** até o 1º ano de contrato.

#### 7.5.2. PREMISSAS E DIRETRIZES

O estudo seguirá as seguintes premissas e diretrizes indicadas no ProteGeer:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a) conhecer a rota tecnológica atualmente utilizada pelo Município;
b) seguir com os objetivos de redução, aproveitamento, reaproveitamento, tratamento ambientalmente adequado e inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022;
c) recuperar as áreas degradadas com encerramento e monitoramento de lixões;
d) compatibilizar a rota tecnológica com as metas definidas;
e) avaliar e quantificar os subprodutos que possam resultar em receitas acessórias ao sistema;
f) atender à hierarquia do gerenciamento integrado de resíduos estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010;
g) considerar tecnologias consolidadas, viáveis e licenciáveis de acordo com a legislação brasileira;
h) avaliar a possibilidade de implantação de avanços tecnológicos e de novas formas de tratamento de maneira escalonada, após realização do estudo de balanço de massa e de energia das rotas avaliadas;
i) criar cronograma de implementação dos investimentos e da estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica.

### 7.5.3. DAS ROTAS TECNOLÓGICAS DEFINIDAS NO ESTUDOS

#### 7.5.3.1. GESTÃO DE RESÍDUOS X TARIFA DO USUÁRIO FINAL (TUF)

A gestão de **RDO** fará parte do escopo de serviços do estudo e será arcada com receitas provenientes da cobrança da Tarifa do Usuário Final (TUF). A seguir, apresentamos a descrição da gestão de RDO, fundamentada nas premissas e nas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

diretrizes já descritas e nas etapas definidas no cronograma.

**7.5.3.1.1. Parque do Sol Velho Chico**

**a) Pré-Implantação, Projeto, Licenciamento, Implantação, Operação, Encerramento e Pós-encerramento da Central de Valorização de Resíduos (CVR):**

O complexo Parque do Sol Velho Chico, composto dos itens a seguir, é um projeto que propõe o conceito de valorização dos resíduos, fomentando a universalização dos serviços de Limpeza Urbana e de Manejo dos resíduos sólidos, com auxílio do programa de Educação Ambiental, que contribuirá de forma direta com a conscientização e comunicação social. A Central de Valorização de Resíduos (CVR) será composta dos itens abaixo:

- Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO)
- Célula de Aterramento de Rejeitos (aterro sanitário licenciado)
- Viveiro de Mudas
- Trilha Ecológica
- Centro de Educação Ambiental
- Área Administrativa
- Apoio Operacional

**a.1) Projeto, Licenciamento, Implantação e operação da Unidade de Compostagem dos Resíduos Orgânicos (UCO):**

Compostagem é o processo biológico de transformação da fração orgânica dos resíduos em adubo humificado, chamado “composto”. O composto é o adubo orgânico preparado pela decomposição de restos animais e vegetais que, em condições favoráveis de fermentação, conduz essas matérias primas a um estado de parcial ou total humificação. O composto é, portanto, o resultado de um processo controlado de decomposição bioquímica de materiais orgânicos,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

transformando-os em um produto mais estável, mais bem utilizado como fertilizante orgânico.

Segundo termo de referência do MDR, as Unidades de Compostagem (UCOs) constituem instalações onde são processados os resíduos orgânicos. Nelas, os resíduos orgânicos passam pela bioestabilização, por meio de compostagem aeróbia, que é o processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material fisicamente semelhante ao solo, chamado de composto, e que pode ser utilizado como biofertilizantes para produção agrícola. As UCOs compreendem áreas específicas para a recepção e o tratamento dos resíduos, a estocagem, o acondicionamento e a expedição do composto orgânico.

As UCOs deverão ser projetadas para atender até 7,50% (sete virgula cinquenta por cento) dos resíduos orgânicos, previamente segregados, gerados pela população no período de 30 (trinta) anos. Elas deverão ser dimensionadas com base no aporte diário, nas características dos resíduos orgânicos e no clima da região. Deverá ser concebido o processo mais adequado de compostagem, tendo por preferência o sistema natural a céu aberto com reviramento mecânico das leiras (Windrow).

A unidade de compostagem será implantada no complexo Parque do Sol Velho Chico e deverá conter as seguintes instalações:

- galpão com cobertura;
- área de recepção dos resíduos orgânicos;
- trituração de podas;
- pátio de compostagem propriamente dito;
- laboratório de controle do processo de compostagem (com especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários);
- peneiramento, armazenamento e expedição de composto curado;
- estacionamento para máquinas operacionais e veículos de carga.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O sistema a ser utilizado será o de leiras. Os resíduos serão dispostos em leiras de seção triangular, nos períodos chuvosos, e, trapezoidal, nos períodos secos, com cerca de 2,5 metros a 5,0 metros de base e de 1,5 metros a 2,0 metros de altura. Estas leiras sofrerão reviradas periódicas, para que o ar circule, permitindo a difusão do oxigênio e possibilitando uma fermentação uniforme e mais completa.

O composto para uso agronômico deverá passar por um peneiramento visando a remoção de fragmentos como plásticos, vidros e outros, podendo ser a eles adicionados outros nutrientes.

**a.2) Projeto, Licenciamento, Pré implantação, Implantação, Operação, Encerramento e Pós Encerramento da célula de aterramento de rejeitos:**

Segundo a NBR 8419/1992, da ABNT, entende-se como aterro sanitário a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

O processo de licenciamento ambiental seguirá as normas vigentes e pertinentes e o termo de referência do MDR ou do órgão licenciador de controle ambiental. Os cálculos para o dimensionamento serão para uma vida útil de 30 (trinta) anos.

Seguindo a sugestão do MDR, o projeto executivo deverá contemplar: vias internas (permanente e transitórias) de acesso à frente de operações (plantas; perfil longitudinal médio; e perfis transversais, a cada 10m); sistema de drenagem e manejo de águas pluviais; sistema de impermeabilização da base e de captação e escoamento dos efluentes líquidos; sistema de tratamento dos efluentes líquidos (inclusive detalhamento da rede de lançamento dos efluentes tratados em seu corpo receptor); sistema de captação e tratamento dos gases; plantas (globais e parciais, fase a fase) do maciço; secções, longitudinais e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

transversais, do maciço; poços de monitoramento da qualidade do lençol



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

freático; edificações necessárias (guarita, sede administrativa e de apoio ao pessoal técnico e operacional, galpão para manutenção primária e guarda de máquinas e veículos operacionais etc.); urbanização, paisagismo/revegetação e sinalização da gleba.

A distância de 30 km, indicada pelo MDR como máxima desejável em relação à região mais populosa das cidades, serviu como base para se buscar o melhor roteiro possível na região e adequar os custos de transporte. Contudo, em alguns municípios não foi possível alcançar a distância recomendada, mesmo utilizando-se estações de transferência de resíduos (ETR). Assim, recomendamos uma extensão superficial mínima de 31 hectares de gleba destinada à implantação de aterro sanitário licenciado fruto da concessão.

A operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão compreende as atividades de operação, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos, bem como obras de drenagem (águas pluviais, líquidos percolados e gases), cobertura vegetal, monitoramento do maciço e das águas subterrâneas.

Deverá ser elaborado um plano, indicando como e quando o aterro sanitário licenciado fruto da concessão será encerrado, assim como os cuidados que serão mantidos após o encerramento das atividades, tais como monitoramento e controle de vetores.

A correta gestão dos resíduos, com aterramento da parcela considerada como rejeito, trará benefícios do ponto de vista técnico, econômico e socioambiental, a exemplo de:

- redução da frota para transporte dos rejeitos até a disposição final;
- redução do espaço nas células;
- aumento da vida útil total do Parque do Sol Velho Chico;
- redução dos riscos ambientais na operação do aterro sanitário licenciado fruto da concessão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**c) Operação das Estações de Transferência de Resíduos (ETR):**

Segundo termo de referência do MDR, as Estações de Transferência constituem espaços onde se faz a transferência de resíduos sólidos de um veículo coletor para um outro veículo (transportador), com maior capacidade de carga. Esse segundo veículo faz o transporte dos resíduos até o local ambientalmente adequado para tratamento e/ou destinação final.

A ETRs preferencialmente deverão ser localizadas na periferia da zona urbana, em local com baixa densidade de ocupação populacional, levando-se consideração sua função essencial, de redução das distâncias de deslocamento dos veículos coletores, entre as áreas de coleta e estação de transbordo, e a função dos veículos transportadores, de deslocamento entre as ETRs e o aterro sanitário licenciado fruto da concessão, ou unidade de tratamento.

Para concepção do projeto da Estação de Transferência, deverão ser projetados, na área operacional, pátio de manobra com respectiva drenagem, sistema de tratamento das águas de lavagem do pasto, drenagem pluvial, cercamento, placa de identificação, área administrativa, sistema de segurança e estacionamento.

A Estação será preferencialmente direta por gravidade. Para dimensionamento do veículo a ser utilizado, deverá ser considerada capacidade volumétrica de um para dois, ou seja, cada veículo transportador deve ter capacidade volumétrica mínima correspondente ao dobro da capacidade do maior veículo coletor, devendo realizar no mínimo duas viagens por dia entre a Estação e o destino final.

A demarcação do local a ser instalada a Estação de Transferência dentro do Parque do Sol Velho Chico deverá ocorrer na fase preliminar, para elaboração de projeto e licenciamento.

No caso do CDS VELHO CHICO, justificam-se as Estações de Transferências de Resíduos, pois o local da destinação final possui uma distância superior à máxima recomendável entre alguns Municípios. Logo, essas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

estações viabilizam o armazenamento temporário dos resíduos até sua disposição final.

**7.7.3.1.2. Projeto, Licenciamento, Elaboração e Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)**

Entende-se como área degradada, segundo a instrução normativa (IN) nº 11/2014 do ICMBIO, aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, mas apenas recuperada. Extrai-se da IN que o PRAD tem como objetivo definir medidas necessárias à recuperação, ou seja, medidas que visem à restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original.

Segundo a IN 11/2014, para elaboração do PRAD, deverão ser definidas as medidas necessárias à recuperação da área degradada, fundamentadas nas características bióticas e abióticas da área e em conhecimentos secundários sobre o tipo de impactos causados, a resiliência da vegetação e a sucessão secundária.

Segundo o termo de referência do MDR, o objeto dos estudos e projetos de encerramento e/ou remediação de lixões consiste em um conjunto de procedimentos, serviços e obras necessários para a redução ao mínimo considerado possível, do ponto de vista técnico e dos recursos financeiros disponíveis, do potencial de comprometimento ambiental associado aos referidos despejos de lixo, tendo em vista o volume aparente e a natureza intrínseca dos resíduos neles predominantemente dispostos, bem como a



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

maior ou menor fragilidade dos contextos ambientais em que estejam inseridos.

Os projetos executivos deverão conter todos os componentes físicos, aí incluídos:

a) Projeto de terraplenagem;
b) Urbanização e paisagismo (inclusive comunicação visual);
c) Projetos arquitetônico, estrutural (se for o caso) e de instalações complementares das edificações se necessário;
d) Drenagem pluvial;
e) Entrada de energia elétrica e iluminação pública;
f) Drenagem e tratamento de líquidos percolados;
g) Manual de operação e monitoramento
h) Memorial do cálculo para o dimensionamento dos diversos componentes da unidade de compostagem;
i) Planilhas de especificações técnicas, quantificação e orçamento da implantação do empreendimento (inclusive especificação e quantificação dos equipamentos e instalações necessários para o laboratório de controle)
j) Plano de operação; e
k) Plano de monitoramento ambiental.

Os estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais em que se encontram identificados os lixões atualmente utilizados pelos Municípios. A execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) em cada Município deverá ocorrer após a obtenção do licenciamento ambiental pertinente, observadas as condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Para fins de viabilidade econômico-financeira do projeto, não foram considerados os custos relativos à remoção dos resíduos atualmente dispostos nos lixões existentes, tampouco ao transporte desses resíduos para destinação final ambientalmente adequada, os quais não integram o escopo contemplado na modelagem.

A implantação do aterro sanitário licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO** e de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser concluída até o final do 1º (primeiro) ano de vigência contratual, estando prevista, a destinação final dos resíduos ao aterro sanitário licenciado fruto da **CONCESSÃO**. estudos das áreas degradadas foram realizados nos locais onde foram identificados os lixões.

**7.5.3.1.3. PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL**

**7.5.3.1.3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O conceito de Educação Ambiental está prescrito no art. 1º da Lei nº 9.795/99, que dispõe:

*"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (art. 1º da Lei nº 9.795/99)".*

O programa nacional de educação ambiental tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração da sustentabilidade ambiental (ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política) ao desenvolvimento da região, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, na recuperação e na melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida, visando à sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A Implantação do programa de educação ambiental no Parque do Sol Velho Chico abrangerá todos os municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** e seguirá as diretrizes do programa nacional de educação ambiental**.**

***7.5.3.1.3.2. PROGRAMA DE APOIO COMUNITÁRIO AOS CATADORES E ÀS SUAS FAMÍLIAS NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EM QUESTÃO:***

A implantação de programa de apoio comunitário será destinada aos catadores identificados nas áreas de lixões, de modo a reintroduzi-los no mercado de trabalho de forma digna, através dos PEVs e Ecopontos.

O programa de apoio comunitário aos catadores tem como objetivo conscientizar famílias de catadores que estão nos lixões, assim como as que serão alocadas nas centrais de triagem, onde os catadores estarão inseridos em associações ou cooperativas, recebendo treinamento e estrutura para exercer suas atividades em melhores condições

**7.5.3.1.3.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA ENTES ENVOLVIDOS NOS SERVIÇOS A SEREM CONCEDIDOS**

Será realizado um programa de capacitação do poder público, a fim de qualificar os colaboradores integrantes dos municípios do consórcio.

O programa de capacitação do poder público consiste na realização de treinamentos, palestras, seminários e cursos por instituições de ensino, com o objetivo de capacitar o poder concedente.

A capacitação poderá ser realizada em parceria com especialistas em PPPs e concessões, empresas de consultoria especializadas, universidades ou instituições de ensino, tendo como premissa a promoção do desenvolvimento sustentável, com atenção ao princípio da proteção ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e à geração de emprego.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Os cursos deverão abordar, no mínimo, os seguintes assuntos: aspectos jurídicos em PPPs e concessões, gestão regulatória e contratual de PPPs e Concessões, reequilíbrio contratual, gestão sustentável de resíduos; marco legal de saneamento; ferramentas de apoio para gestão de resíduos; rota tecnológica; encerramento dos lixões; coleta seletiva; e sustentabilidade ambiental.

**7.5.3.1.4. COLETA SELETIVA**

O modelo de logística da coleta seletiva inicialmente adotada no presente estudo será “ponto a ponto”, devendo ser ampliado pelos Municípios em modelo “porta a porta”. Serão instalados pontos de entrega voluntária (PEVs) e Ecopontos. Esses resíduos serão coletados e transportados para as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador poderá separar, coletar e transportar seus resíduos recicláveis e entregá-los as cooperativas e associações de catadores. O grande gerador com sede no Município de Ibotirama poderá levar os resíduos recicláveis diretamente ao Parque do Sol Velho Chico.

Nos locais que receberem composteiras domésticas para a coleta seletiva, a parcela orgânica poderá ser coletada, transportada e destinada à UCO. Os materiais recicláveis serão segregados em duas frações (secos e úmidos), devendo o PEV e o Ecoponto receber apenas os secos. Após os processos na UCO, os rejeitos seguirão para o Parque do Sol Velho Chico, podendo ainda passar por nova triagem e identificação de alternativas de tratamento e recuperação.

A implantação e operação da coleta seletiva se dará através dos PEVs implantados em todos os Municípios do CDS VELHO CHICO e dos Ecopontos implantados em áreas estratégicas nos Municípios. As cooperativas e associações de catadores ficarão localizadas próximo da ETR, para que neste local também ocorra a separação dos resíduos secos e úmidos.

As campanhas educativas irão orientar a população a respeito do consumo sustentável, reuso e separação dos resíduos. A coleta seletiva deverá almejar a meta do Programa “Lixo Zero”, que preconiza o encaminhamento dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

resíduos para as PEV, Ecopontos e ETRs, e a destinação final do rejeito, para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**.

**7.5.3.1.4.1. IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTOS: CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESSE ECOPONTO PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS:**

Os Ecopontos são Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis, em pequeno volume, (como materiais recicláveis, entulho da construção civil e objetos volumosos). É uma solução para disponibilizar aos geradores, de forma ambientalmente adequada, um equipamento, a fim de acabar com o despejo desses materiais em vias públicas, rios e terrenos baldios, o que acaba por gerar enchentes e prejuízos à saúde pública, onerando o orçamento municipal.

A seleção de áreas para a instalação dos Ecopontos se dará nos Municípios de Ibotirama, Paratinga, Morpará, Muquém do São Francisco e Oliveira dos Brejinhos.

**7.5.3.1.4.2 IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS), CONTEMPLANDO A COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DESTA COLETA SELETIVA PARA AS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM INDICADAS PELOS MUNICÍPIOS.**

O Ponto de Entrega Voluntária (PEV) é um equipamento desenvolvido para realizar o acondicionamento, o manuseio e o transporte de resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva. O sistema de coleta dos PEVs é feito através de caminhão específico para coleta seletiva, com implemento do tipo “munck” ou caminhão compactador com concha do tipo “meia-lua” e implemento do tipo braço mecânico.

Os Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) são de diferentes cores, para identificar o descarte correto dos diversos tipos de materiais. As cores são



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

associadas à coleta de resíduos como plásticos, papeis, vidros, metais, orgânicos, não recicláveis etc.

Haverá a escolha de locais em todos os 5 (cinco) municípios do CONSÓRCIO inseridos na iniciativa para implantação e operação dos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs), fomentando a ampliação do serviço de coleta de recicláveis. Os resíduos recicláveis provenientes do acondicionamento nos Pontos de Entregas Voluntárias (PEVs) serão disponibilizados para as cooperativas e associações de catadores indicadas pelos Municípios**.**

**7.5.3.2 GESTÃO DE RESÍDUOS**

**7.5.3.2.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), NA ZONA URBANA E RURAL**

Os serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos domiciliares (RDO) serão implantados pela **CONCESSIONÁRIA**, à medida que os 5 (cinco) municípios aderirem aos referidos serviços.

A coleta domiciliar consiste no recolhimento de todos os resíduos provenientes de residências e de comércios, utilizando-se veículos coletores compactadores de 15 m³ e contêineres estacionários de 1,2m³ e 4,2 m³, podendo ser executada de forma manual e mecanizada.

Na zona rural, a coleta de resíduos poderá ser realizada por equipamentos diversos, de acordo com a realidade de cada Município, tais como: caminhões basculantes, quadriciclos, triciclos, tratores, entre outros.

**7.5.3.2.2 SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução da diretoria colegiada (RDC) Anvisa nº 306/04 e nº 222/18, resíduos de serviço de saúde (RSS) são os resíduos resultantes de atividades exercidas por estabelecimento gerador que, por suas características,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição.

O gerenciamento do RSS consiste no manuseio, na minimização da geração, na segregação, no acondicionamento, na identificação, no armazenamento temporário, na coleta e no transporte interno, no tratamento interno e externo, no armazenamento externo, na coleta e no transporte externo, e na disposição final para cada grupo dos serviços de saúde, com o objetivo de melhorar a segurança, a qualidade dos serviços e evitar impactos ao meio ambiente.

Segundo o gerenciamento de resíduos do serviço de saúde disponibilizado pelo MDR, para o tratamento adequado dos resíduos de saúde, são utilizadas tecnologias específicas e ambientalmente adequadas. Uma delas é a autoclavagem, que consiste em manter o resíduo contaminado em contato com vapor de água, a uma temperatura elevada, durante período de tempo suficiente para destruir potenciais agentes patogênicos ou reduzi-los a um nível que não constitua risco.

A disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, após o respectivo tratamento, deverá ocorrer em aterro sanitário devidamente licenciado, integrante da infraestrutura objeto da **CONCESSÃO**. A implantação desse aterro deverá ser concluída até o final 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão, estando prevista, a destinação final no aterro sanitário fruto da **CONCESSÃO**.

Verifica-se que os resíduos de saúde dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** são atualmente geridos pelas Prefeituras Municipais, mediante contratações diretas para a prestação dos respectivos serviços. Contudo, a maioria dos Municípios não disponibilizou informações quanto aos quantitativos de RSS gerados em cada um deles.

Diante dessa limitação, para fins de estimativa e quantificação do RSS, foram adotados parâmetros e dados de referência provenientes da ABRELPE e do IBGE.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**7.5.3.2.3 SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Segundo a resolução CONAMA 307/2002, resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

O destino a ser dado aos resíduos da construção civil (RCD) priorizará as soluções de reutilização e reciclagem. Quando inevitável, será adotada uma das alternativas indicadas na Resolução 307 do CONAMA e nas normas da associação brasileira de normas técnicas (ABNT).

Os resíduos da construção civil e demolição (RCD) poderão ainda ser utilizados para correção dos tipos de terreno na CVR ou ser dispostos temporariamente em área de reservação para uso futuro.

Atualmente, inexiste gestão de RCD nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, o que demonstra a inobservância das normas técnicas e da legislação aplicável. Nos Municípios, os referidos resíduos são utilizados, via de regra, para aproveitamento em pequenas contenções de encostas, aterramento de áreas privadas e aterramento de vias com difícil acesso, sem quaisquer preceitos de engenharia.

**7.5.3.2.4 RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar a **ETR** a ser implantada, para posterior transporte para destinação final.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Nessa hipótese, deverá o Município necessariamente contratar a **CONCESSIONÁRIA** para também prestar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem do **RCD** na **CVR**

**8.5.3.2.5 RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DE RCD GERADO PELOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.**

Esse serviço atenderá aos Municípios que eventualmente não aderirem aos serviços de coleta e transporte de **RCD**, mas optarem por utilizar apenas a **CVR** a ser implantada pela **CONCESSIONÁRIA**, para destino final do **RCD**.

**7.5.3.2.6 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESÍDUOS E TRANSPORTE PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão destinar seus resíduos públicos, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda, para as estações de transferência de resíduos **(ETR).**

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

**7.5.3.2.7 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PÚBLICOS (RPU)**

Os Municípios poderão contratar da **CONCESSIONÁRIA** os serviços de recebimento, tratamento e destinação final de RPU, oriundos dos serviços de varrição, capina, roçagem e poda.

Nesse caso, a **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante pagamento direto do gerador do resíduo, observando-se o quanto disposto no Contrato de Concessão e nas normas que regulam os serviços.

Os fluxogramas, apresentados a seguir demonstram a estrutura operacional de todos os serviços descritos neste estudo. O fluxograma inicial mostra toda a logística de manejo e gestão de RDO até o aterro sanitário licenciado sob escolha da **CONCESSIONÁRIA**, onde os rejeitos serão



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

temporariamente destinados até a conclusão da implantação da CVR no Parque do Sol Velho Chico.

O fluxograma definitivo mostra a logística de manejo e gestão de RDO, RCD, RSS e dos resíduos recicláveis.

**7.5.3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS X RECEITA ACESSÓRIA**

A exploração de receitas acessórias ou receitas alternativas está prescrita no art. 11 da Lei nº 8.987/95, com objetivo de favorecer a modicidade das tarifas, para dar sustentabilidade econômico-financeira ao Contrato.

A concessionária deverá elaborar, para fins de atendimento dos serviços incluídos neste tipo de receita, o estudo de engenharia e o estudo de viabilidade econômico-financeira.

As receitas acessórias serão originadas da exploração de atividades correlatas e complementares ao objeto da **CONCESSÃO**, incluindo a comercialização, junto aos grandes geradores de resíduos privados, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RDO, RSS, RCD, bem como a comercialização dos produtos oriundos da geração de energia e de créditos de carbono.

Tais receitas serão revertidas à modicidade tarifária, nos termos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão, e aplicadas na aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato**.**

**7.5.3.3.1 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta, transporte e destinação final de RDO, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**7.5.3.3.2 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Os serviços de coleta e transporte de RCD, proveniente dos grandes geradores privados, cujos resíduos estão em quantidade superior aos estabelecidos em norma, poderão ser executados pela **CONCESSIONÁRIA**, mediante cobrança direta ao gerador, para fins de obtenção de receitas acessórias.

**7.5.3.3.3 SERVIÇO DE RECEBIMENTO NA ETR E TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD), PROVENIENTES DE GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento na ETR e transporte para destinação final de RCD gerado por grandes geradores privados que pretendam transportar seus resíduos à ETR utilizando-se de veículos próprios.

**7.5.3.3.4 SERVIÇO DE RECEBIMENTO, TRIAGEM E RECICLAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) GERADOS POR GRANDES GERADORES PRIVADOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá executar os serviços de recebimento, triagem e reciclagem de RCD gerado por grandes geradores privados.

**7.5.3.3.5 SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) GERADOS PELOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS**

Para fins de obtenção de receitas acessórias, a **CONCESSIONÁRIA** poderá prestar aos estabelecimentos de saúde privados os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS, seguindo as resoluções do **CONAMA** e da **ANVISA**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Para os grupos de resíduos devidamente classificados na RDC 222/2018, o tratamento a ser utilizado será térmico, através de autoclave, com objetivo de modificar as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo o risco de danos ao meio ambiente e à saúde pública.

O rejeito proveniente do pós-tratamento será encaminhado para aterro sanitário licenciado a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, até o final do 1º ano após a assinatura do Contrato de Concessão.

## 8 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

Será implantada, no Parque do Sol Velho Chico, em Ibotirama, uma estrutura para administrar os serviços prestados, objeto do contrato de concessão. Serão contratados profissionais para executar a gestão, o controle da operação e o monitoramento dos serviços, em busca da qualidade na prestação dos serviços e de melhorias contínuas.

O organograma abaixo apresenta a estrutura administrativa e operacional que será implantada no Parque do Sol Velho Chico, bem como a estrutura de apoio, a ser instalada em Ibotirama

### 8.1 EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO

A equipe técnica necessária para implantar e operar os serviços objeto do contrato de concessão será composta de profissionais com experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo dos serviços, devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Equipe técnica administrativa

| Profissionais necessários para gestão | |
|---|---|
| **Cargos** | **Quantidade Mínima** |
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre (2025).

**8.2 ESTRUTURA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DE APOIO NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO CONTRATO**

A escolha da área onde serão implantados os setores administrativos e operacionais será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**. Vale frisar que, neste local, serão instaladas as áreas administrativas, operacionais e a oficina. Dessa forma, a área deve ser suficiente para atender a esta estrutura e para que os veículos transitem sem nenhuma dificuldade ou interferência.

Além disso, a área onde ficará localizado o setor operacional e administrativo deverá ser fechada e deverá conter pátios para abrigo e manutenção da frota de veículos. A divisão das áreas que irão contemplar a sede deverá ser composta de:

**Área Administrativa**

Nesse setor ficarão instaladas as atividades técnicas e administrativas. Sua alocação deve ser realizada em locais estratégicos, contemplando:

- Portaria (entrada principal do terreno);
- Escritório Administrativo.

**Área de Serviços**

Deverá ser instalada próximo à área de manutenção, de forma a dar apoio a todos os funcionários, contemplando:

- Sanitários e Vestiários;
- Refeitório;
- Descanso laboral;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Área de Manutenção**

Local onde serão realizadas as manutenções de todos os veículos e equipamentos que serão utilizados para execução dos serviços. Deverá ser instalada em local estratégico, de forma a facilitar a manobra dos veículos. Dentro desse setor serão implantados:

- Almoxarifado;
- Oficina de Manutenção de Equipamentos e Veículos;
- Rampa de lavagem;
- Abastecimento de Combustível.

### 8.2.1 DIMENSIONAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DAS UNIDADES

Para fins de dimensionamento e especificações das unidades, o projeto deverá atender às Normas Regulamentadoras de medicina e segurança do trabalho, em especial as NR 18 e NR 24. Os ambientes deverão ser mantidos sempre limpos, asseados e seguros, de forma a garantir qualidade do ambiente de trabalho aos colaboradores. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por zelar pela segurança patrimonial dos ativos relativos ao contrato até o final do contrato de concessão.

### 8.3 INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA

As redes de energia elétrica, hidráulica, sanitária, dispositivos de segurança contra incêndios e redes de drenagem serão estimadas de acordo com as Normas Técnicas. A água a ser utilizada será adquirida em rede de abastecimento já existente. Caso sejam necessárias obras de instalações hidráulicas, a sua realização será de responsabilidade da Concessionária.

Os equipamentos de segurança contra incêndio deverão atender às normas regulamentadoras do tema. Os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDAs) deverão ser instalados em pontos estratégicos, devendo o dimensionamento e a distribuição atender às Normas Técnicas pertinentes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**8.4 PLANO DE MANUTENÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTOS**

Os veículos e equipamentos que atenderão ao Contrato deverão seguir plano de manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Os planos seguirão sempre os procedimentos estabelecidos pelos fabricantes, devendo a Concessionária elaborar o planejamento e um cronograma para o efetivo atendimento.

O setor de manutenção que será estruturado para atender o Contrato deverá ter como objetivo zelar e manter os veículos e equipamentos em perfeito funcionamento, assegurando a plena continuidade dos serviços e a preservação do patrimônio, bem como a remuneração e o retorno do seu investimento.

Para o atendimento do plano de manutenção, a Concessionária deverá contratar e capacitar equipe técnica qualificada, bem como dispor das instalações de apoio necessárias à adequada execução das atividades. A lavagem e a lubrificação dos veículos e equipamentos deverão ser executadas regularmente, com o objetivo de prevenir danos, assegurar o desempenho operacional e prolongar a vida útil dos veículos e dos demais equipamentos.

Os serviços de borracharia deverão ser implantados pela Concessionária, a fim de atender a todos os veículos da frota. A Concessionária deverá disponibilizar instalações físicas compatíveis, com infraestrutura necessária para atender todas as demandas relacionadas com a manutenção da frota e dos equipamentos em operação.

A frota, inclusive as unidades de reserva, deverá ser mantida em perfeita condição de funcionamento, inclusive no que concerne ao hodômetro, à pintura, ao controle de emissão sonora, ao controle de emissão de gases poluentes e à limpeza geral.

A **CONCESSIONÁRIA** executará manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos auxiliares, a exemplo dos contêineres plásticos e/ou metálicos, mantendo a pintura e preservando sempre a apresentação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**8.4.1 PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA**

O plano de manutenção preventiva é um conjunto de documentos com objetivo de registrar todas as intervenções designadas pelos fabricantes na frota de veículos e de equipamentos. O objetivo do plano deve ser o de garantir que a frota atue de maneira ideal, sem falhas e com o mínimo possível de intercorrências, para que a Concessionária alcance a eficiência e a lucratividade prevista em orçamento.

A manutenção preventiva consiste basicamente no atendimento às recomendações dos fabricantes, com a substituição de peças em períodos indicados. Desse modo, serão realizadas interferências na frota antes da ocorrência inesperada.

A intervenção da manutenção preventiva deverá seguir um planejamento para que não interfira negativamente na execução dos serviços. A manutenção preditiva atuará antecipando os problemas, através da análise crítica dos parâmetros de eficiência da frota. O principal objetivo da manutenção preditiva é, com base nos dados que informam o desgaste dos equipamentos, atuar de forma eficiente, a fim de evitar a degradação dos seus componentes.

A manutenção preditiva, proativa, pressupõe que, através do monitoramento, haverá uma intervenção ideal nos veículos e equipamentos. Ou seja, será identificado o melhor momento para interferir de forma eficaz no equipamento, a fim de manter um bom desempenho. Recomenda-se, para realização dos serviços, a manutenção de veículos e caminhões, seguindo as seguintes frequências, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 - Tipos de serviço para manutenção de veículos e caminhões**

| SERVIÇOS | FREQUÊNCIA (A CADA) |
|---|---|
| Trocas de óleo do motor | 10.000 km |
| Substituição do filtro de óleo | 10.000 km |
| Verificar bomba injetora | 10.000 km |
| Elemento de filtro de combustível | 20.000 km |
| Limpar elemento filtro de ar | 10.000 km |
| Trocar elemento filtro de ar | 30.000 km |
| Limpar bicos injetores | 30.000 km |
| Pressão dos pneus | Semana |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | |
|---|---|
| Verificar bateria | Semana |
| Verificar água radiador | Dia |
| Verificar sistema de freios | 30 dias |
| Verificar nível de óleo caixa de câmbio | 10.000 km |
| Trocar óleo da caixa de câmbio | 40.000 km |
| Trocar óleo do diferencial | 40.000 km |
| Verificar nível do fluido da direção hidráulica | 5.000 km |
| Trocar fluido do sistema da direção hidráulica | 40.000 km |
| Substituir elemento filtrante do sistema da direção | 40.000 km |
| Verificar e ajustar correia ventilador | 10.000 km |
| Lubrificar e ajustar rolamento das rodas dianteiras | 40.000 km |
| Rodízios dos pneus e balancear rodas | 10.000 km |
| Lubrificar suspensão dianteira | 10.000 km |
| Trocar fluido do sistema de freios | 50.000 km |
| Verificar sistema de freios | 10.000 km |
| Regular faróis | 10.000 km |
| Verificar nível óleo do motor | Dia |
| Verificar nível de água limpador para-brisa | Dia |
| Lavagem dos caminhões de coleta | Dia |
| Lavagem dos veículos leves | Semana |

Fonte: Torre (2025).

**8.4.2 INSPEÇÃO MECÂNICA**

a) Os equipamentos serão inspecionados, sistematicamente, toda semana para regulagem e troca de peças ou por eventuais desgastes detectados;

b) Os equipamentos serão inspecionados regularmente pela equipe da mecânica para observação do funcionamento e comportamento do motor, caixa de câmbio, diferencial, bomba injetora e sistema elétrico, suspensão e sistema hidráulico;

c) Controle de consumo de combustível, controle de pneus, verificação das partes da carroceria dos caminhões coletores compactadores, que desgastam pela ação do chorume;

d) É de vital importância para a empresa ter uma manutenção preventiva que eficaz, pois isto reflete em custos menores e maior produção;

e) Sistematicamente, é indispensável verificar:

- Ao trocar o óleo do motor, a presença de limalha no óleo retirado;
- Ao trocar o óleo do diferencial ou da caixa de câmbio, se há presença de limalha no óleo trocado;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A existência de limalha nos óleos indica a existência de algum desgaste, que pode ser evitado, muitas vezes, com um simples ajuste ou troca de uma peça, antes que o conjunto todo se danifique;

f) O setor de manutenção, sempre que observar qualquer irregularidade, deverá comunicar o fato ao encarregado da oficina para as devidas providências;

g) De acordo com recomendações do fabricante, os catálogos de manutenção trazem indicações dos componentes que deverão ser verificados ou trocados e em que períodos.

A inspeção mecânica nos equipamentos tanto pode auxiliar na manutenção preventiva, como pode indicar necessidade de manutenção corretiva.

**8.4.2.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Manutenção corretiva é o conjunto de medidas tomadas para corrigir um defeito ou uma quebra ocorrida no veículo ou no equipamento. A correção pode ser feita com a recuperação da peça danificada, se for o caso, ou pela substituição por outra peça.

A manutenção poderá ser executada pelos profissionais da Concessionária na própria oficina ou no campo, e dependerá das condições do veículo/equipamento, sendo também autorizada a terceirização do serviço mecânico, preferencialmente em oficinas autorizadas pelo fabricante. As manutenções corretivas são intervenções realizadas após ocorrência de falha mecânica, ou seja, de forma emergencial, não programada.

**8.4.2.1.1 PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO**

**Substituição temporária:**

Se ocorrer algum imprevisto que a equipe de socorro não possa solucionar no campo, o fato será comunicado pelo rádio à supervisão, que providenciará a substituição do equipamento por outro reserva, quando couber.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O veículo/equipamento substituído será recolhido à garagem para diagnóstico e reparo, e o veículo/equipamento reserva será acionado para prosseguir com o serviço que foi interrompido.

**Substituição definitiva:**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor de um sistema informatizado integrado de entrada e saída de materiais e serviços, que totaliza instantaneamente os consumos diário e acumulado de um determinado equipamento. De posse destes dados, pode-se acompanhar detalhadamente o comportamento do equipamento sob a ótica de custo-benefício, obtendo indicadores importantes para decisão sobre a troca ou não do equipamento, ou sobre a viabilidade de reforma.

Uma manutenção efetiva e eficaz, aliada a uma operação correta, irá induzir a Concessionária na escolha adequada dos equipamentos, levando em conta também a influência da topografia, o estado de conservação das pistas de rolamento, o tipo de serviço, etc.

Para os serviços objeto do contrato de concessão, será necessário manter uma equipe de apoio para socorro mecânico e externo imediato, para qualquer eventualidade durante os turnos de trabalho. Caso a equipe de socorro externo não consiga resolver o problema com a rapidez desejada, o fato será comunicado à supervisão para proceder com a substituição do equipamento, evitando prejuízos aos serviços.

Sempre que for solicitado o socorro interno ou externo, será emitida uma ordem de serviço (OS) e um formulário para o acompanhamento dos procedimentos de reparo e de liberação do veículo/equipamento.

**8.5 PLANO DE CONTINGENCIAMENTO**

O plano de contingenciamento deverá descrever os instrumentos que estimam os riscos da prestação dos serviços e prever ações necessárias à minimização dos seus impactos. O plano estará limitado a situações de emergência, devendo levar em conta o atual cenário e prever as ações a serem realizadas nessas circunstâncias, a exemplo de: substituição de veículos e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

equipamentos para manutenção, substituição de colaboradores por acidente de trabalho, férias ou falta, greve, dentre outras razões. A elaboração do Plano deverá seguir o seguinte roteiro:

I. Eleger uma comissão para gestão e tomada de decisão;

II. Definir estratégias e cronograma de reuniões da comissão;

III. Analisar as diferentes gradações dos impactos das situações emergenciais e as suas respectivas intensidades;

IV. Descrever os riscos e as possíveis ocorrências;

V. Eleger as prioridades, estabelecendo ações segundo critérios pré-estabelecidos e análises das situações reais;

VI. Eleger os responsáveis, os prazos, os recursos e suas respectivas fontes;

VII. Descrever as formas de monitoramento e de avaliação das ações do plano, com cronograma pré-definido.

Todos os planos de contingenciamento deverão conter os temas descritos no Quadro 2, a seguir colacionado.

**Quadro 2 - Temas que deverão constar nos Planos de Contingenciamento**

| | |
|---|---|
| **VULNERABILIDADE** | Indicará as situações emergenciais às quais um colaborador poderá ser exposto devido a acidentes de trabalho ou situações similares. |
| **RISCO** | Descreverá os riscos emergenciais. |
| **AÇÃO** | Definirá ações de combate aos riscos, elencando as ações voltadas a evitar os acidentes. |
| **PRAZO** | Definir os prazos e datas (quando necessário) para as ações. |
| **RESPONSÁVEL** | Apresentar os setores ou gestores responsáveis pela execução das ações |
| **RECURSOS** | Designar os recursos humanos, físicos e financeiros necessários para as ações. |
| **FONTE DE RECURSOS** | Estabelecer, a partir dos recursos existentes em orçamento, quais serão utilizados em cada ação. |

## 9 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro será anexado no Caderno 4 — *"Viabilidade Econômico-financeira".*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 10 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS COM DETALHAMENTOS

### 10.1 Dimensionamento/Detalhamento

**a) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVs), com coleta e transporte de resíduos provenientes da coleta seletiva para as associações e/ou cooperativas de reciclagem indicadas pelos Municípios.**

Tabela 7 - Quantidade de veículos e equipamentos para operação dos serviços de implantação e operação de pontos de entrega voluntária (PEVS), Mão de obra e Sistemas.

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | PEV 2500 litros | 12 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**b) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos.**

Tabela 8 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de implantação e operação de Ecopontos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Ecoponto | 5 |
| | Caminhão de coleta seletiva c/ munck ou caminhão compactador com concha do tipo "meia lua" e braço mecânico (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Agente coletor (fixo em cada ecoponto) | 5 |
| | Agente coletor (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre (2025).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**c) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).**

Tabela 9 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de operação de Estações de Transferência de Resíduos (ETR).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Roll On Roll Off acoplado a implemento do tipo julieta (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Caixa Estacionária com capacidade volumétrica de 40m³ | 14 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 2 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 2 |
| **Mão de Obra/Função** | Motorista | 2 |
| | Porteiro | 4 |
| | Agente Coletor | 4 |

Fonte: Torre (2025).

**d) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).**

Tabela 11 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução dos serviços de implantação e de operação de unidade de compostagem dos resíduos orgânicos oriundos de feiras livres (UCO).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Triturador de Resíduos Orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água 10.000 litros | 1 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Agrícola | 1 |
| | Agente de Limpeza | 3 |

Fonte: Torre (2025).

**e) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário);**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Tabela 12 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de disposição final ambientalmente adequada (pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento de central de valorização de resíduos com aterro sanitário)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Trator de esteira | 1 |
| | Caçamba basculante | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Veículo para transporte de pessoal | 1 |
| | Balança de pesagem | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 4 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 4 |
| **Mão de Obra/Função** | Coordenador técnico | 1 |
| | Porteiro diurno | 2 |
| | Porteiro noturno | 2 |
| | Balanceiro | 2 |
| | Operador de máquina pesada | 2 |
| | Motorista | 2 |
| | Servente | 7 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**f) Elaboração e Execução do PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas)**

Tabela 13 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do serviço de Recuperação de áreas degradadas/lixões (elaboração e execução do PRAD).

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caçamba basculante | 3 |
| | Retroescavadeira | 1 |
| | Pá carregadeira | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 5 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 3 |
| **Mão de Obra/Função** | Engenheiro | 1 |
| | Fiscal | 1 |
| | Motorista | 3 |
| | Operador de máquina | 2 |
| | Servente | 5 |

Fonte: Torre Construções (2025).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**g) Educação Ambiental**

Tabela 14 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a operação do serviço de Educação Ambiental: Sensibilização dos cidadãos quanto aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental | 1 |
| | Agente Ambiental | 3 |
| | Motorista | 1 |

Fonte: Torre Construções (2025).

**h) Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias na conscientização das mudanças no sistema de gestão dos resíduos sólidos, demonstrando os benefícios e a importância da implementação do projeto em questão.**

Tabela 15 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para operação do Programa de Apoio Comunitário aos catadores e às suas famílias

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Veículo para transporte (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Técnico Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 1 |
| | Agente Ambiental (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Motorista (a ser rateado entre os serviços) | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**i) Programa de Capacitação do Poder Concedente para os entes que aderiram aos serviços concedidos**

Tabela 16 - Dimensionamento da Mão de Obra para o Programa de Capacitação do poder público



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Software LMS (“Learning Management System”), Plataforma digital em formato web que permite a criação e gestão de cursos, programas de treinamento e aprendizagem. | 1 |
| **Mão de Obra/Função** | Especialista em PPPs e Concessões | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**j) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares em área Urbana e Rural (RDO).**

Tabela 18 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área urbana

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| **Equipamentos** | Caminhão Compactador de 15 m³ | 6 |
| | Caminhão Compactador de 15 m³ (Reserva) | 2 |
| | Caminhão Roll On Roll Off para feiras livres (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Triciclo de carga (Motocicleta) | 6 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Contêineres de 4,5 m³ | 154 |
| | Caixa compactadora estacionária de 17 m³ (para uso em feiras livres) | 5 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 22 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) e videomonitoramento | 22 |
| **Mão de Obra/Função** | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista Compactador | 8 |
| | Motorista Roll On Roll Off (a ser rateado entre os serviços) | 2 |
| | Condutor de veículo Ciclomotor (triciclo de carga) | 6 |
| | Coletor | 35 |

Fonte: Torre Construções, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Tabela 19 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para implantação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares (RDO) em área rural

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão Basculante 6 m³ | 3 |
| | Trator com Reboque | 1 |
| | Quadriciclo | 1 |
| | Veículo de fiscalização 4x4 | 1 |
| | Contêineres de 1,2 m³ (25 unidades) e 4,5m³ (6 unidades) | 31 |
| | Composteira | 10 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 6 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 6 |
| Mão de Obra/Função | Supervisor | 1 |
| | Fiscal (Cabo de Turma) | 1 |
| | Motorista (Caçamba) | 3 |
| | Operador de Quadriciclo | 1 |
| | Operador de Máquina Pesada | 1 |
| | Coletor | 9 |

Fonte: Torre Construções, 2025

**k) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD).**

Tabela 20 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de coleta, transporte, recebimento, triagem e reciclagem de Resíduos da Construção Civil gerados pelos estabelecimentos públicos (RCD)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão basculante de 6m³ | 3 |
| | Caminhão basculante de 10m³ | 3 |
| | Pá carregadeira ou Retroescavadeira | 2 |
| | Veículo para fiscalização | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 9 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 9 |
| | Unidade de Reciclagem de RCD | 1 |
| Mão de Obra/Função | Operador de máquina pesada / equipamento | 3 |
| | Motorista caçamba 6m³ | 3 |
| | Motorista caçamba 10 m³ | 3 |
| | Coletor | 13 |

Fonte: Torre Construções, 2025



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**l) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS).**

Tabela 21 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde gerados pelos estabelecimentos públicos (RSS)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão Baú 6 m³ | 1 |
| | Bombona 200 litros | 200 |
| | Bombona 50 litros | 100 |
| | Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) | 1 |
| | Balança | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| Mão de Obra/Função | Supervisor | 1 |
| | Técnico ambiental | 1 |
| | Motorista | 1 |
| | Agente Coletor | 2 |

Fonte: Torre Construções, 2025.

**m) Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU).**

Tabela 22 - Dimensionamento de veículos, equipamentos e mão de obra para a execução do serviço de recebimento, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Públicos (RPU)

| GRUPO | DETALHAMENTO | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| Equipamentos | Caminhão basculante de 6m³ | 1 |
| | Triturador de resíduos orgânicos | 1 |
| | Triturador de Podas | 1 |
| | Reservatório de água com capacidade para 10.000 litros | 1 |
| | Sistema de comunicação (smartphone) | 1 |
| | Sistema de posicionamento global (GPS) | 1 |
| Mão de Obra/Função | Técnico agrícola | 1 |
| | Motorista de caçamba | 1 |
| | Agente de Limpeza | 1 |
| | Agente Coletor | 1 |

Fonte: Torre Construções, 2025.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**n) Quadro de mão de obra administrativa**

Para todas as atividades de suporte administrativo e gerência das atividades operacionais e de planejamento do contrato de concessão, também foi dimensionado o quadro administrativo apresentado na Tabela 23.

Tabela 23 - Dimensionamento de equipamentos e profissionais necessários para gestão

| EQUIPAMENTOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Computadores e periféricos (notebooks e desktops) | 5 |
| Mobiliário de escritório (kits) | 5 |
| Veículo tipo caminhonete de pequeno porte para apoio a manutenção | 1 |
| Totem de autoatendimento | 5 |
| Pin pad para uso em campo pelos leituristas | 5 |
| Impressoras para uso em campo pelos leiturista | 5 |
| Central telefônica | 1 |
| Pin pad e impressoras para uso nos pontos de atendimento (kits) | 5 |
| Motocicletas para uso pelos leiturista | 5 |
| ERP Gestão Comercial de Resíduos/Central de atendimento | 1 |
| Estrutura de manutenção veicular | 1 |
| Smartphone | 5 |

| CARGOS | QUANTIDADE MÍNIMA |
|---|---|
| Diretor Executivo | 1 |
| Auxiliar de atendimento ao usuário (pontos de atendimento e call center) | 5 |
| Auxiliar de Gestão Comercial (“leiturista”) | 5 |
| Jovem aprendiz | 5 |
| Almoxarife | 1 |
| Assistente de Recursos Humanos | 1 |
| Auxiliar de Manutenção (borracheiro, mecânico e moleiro) | 3 |

Fonte: Torre Construções, 2025

## 10.2 CUSTOS DAS OBRAS E INVESTIMENTOS

Os investimentos necessários à implantação, construção e aquisição de equipamentos, a serem realizados pela Concessionária, e, os custos associados à operação dos serviços, encontram-se detalhadamente descritos no Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Para fins conceituais, os custos da Concessionária correspondem aos dispêndios necessários à prestação dos serviços contratados, abrangendo tanto os gastos indispensáveis ao funcionamento regular, quanto aqueles relacionados ao desenvolvimento e à manutenção das atividades operacionais. Dentre os principais custos de implantação e de operação, destacam-se os



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

custos com: salário da equipe, manutenção de sistemas, veículos e equipamentos, tarifas públicas, dentre outros.

Em síntese, os custos associados à Concessão podem ser classificados como financeiros (empréstimo, financiamento e capital de giro), de implantação e de operação.

## 11. DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS ESTIMADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os custos e as despesas para prestação dos serviços foram calculados seguindo o pressuposto de recuperação dos custos, conforme art. 29, inciso V, da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), no horizonte de tempo do contrato (30 anos). Os custos tributários seguem discriminados de acordo com a legislação vigente.

### 11.1. TRIBUTOS INDIRETOS

Para fins de modelo técnico-operacional, foram estimados sobre a receita o Programa de Integração Social (PIS); a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Além dessas estimativas, também foi considerado, em relação aos seguros, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

**Quadro 1 – Tributos Indiretos**

| TIPOS | ALÍQUOTA |
|---|---|
| Programa de Integração Social (PIS) | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 7,60% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) | 5,00% |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) | 7,38% |

Fonte: Receita Federal/BACEN (2022).

Quanto à tributação do PIS/COFINS, prevê-se na modelagem a não cumulatividade tributária sobre modo, e, toda a previsão considerou o abatimento dos créditos tributários seguindo as determinações da instrução normativa da RFB Nº 1911, de 11 de outubro de 2019.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**11.2. TRIBUTOS DIRETOS**

As entidades classificadas como Pessoas Jurídicas (PJ), independentemente da forma de constituição e da natureza da atividade exercida, pagam imposto de renda (IRPJ) à alíquota de 15,00%, incidente sobre a base de cálculo apurada na forma do lucro real, presumido ou arbitrado, porém estão sujeitas também ao cálculo do adicional de imposto de renda que exemplificaremos neste trabalho.

De acordo com a legislação tributária, sobre a parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, o adicional incidirá à alíquota de 10%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada considerando a alíquota de 9,00% sobre o lucro antes do Imposto de Renda, aplicável às pessoas jurídicas optantes pelo lucro real.

**Quadro 2 – Tributos Diretos**

| TIPOS | ALÍQUOTA |
|---|---|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 15,00% |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica Adicional | 10,00% |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) | 9,00% |

Fonte: Receita Federal/BACEN (2022).

Seguimos os objetivos da regulação, conforme a Lei nº 11.445/2007, a saber: (i) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, observando as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); (ii) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico; (iii) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; (iv) definir tarifas que



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.

A escala utilizada para aumentar a eficiência econômica e diminuir impacto ao meio ambiente e à saúde pública seguiu as orientações do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, considerando que sua edição é a mais atualizada e foi regulamentada através do Decreto Federal 11.043/2022. Os estudos obedeceram ao critério fundamental da regionalização, que definiu microrregiões, em especial o Velho Chico, através da Lei Estadual Complementar nº 048/2019.

Os valores relativos aos custos e despesas operacionais do projeto foram estimados e detalhados conforme o Caderno 04 — Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira.

Os gastos necessários para operação, exploração e manutenção dos Serviços de Gestão dos Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) e de destinação final de resíduos sólidos de conservação urbana (RPU) acontecerão de acordo com as especificações mínimas definidas pelo Edital e pelo **CADERNO DE ENCARGOS** (Anexo I do Edital).

**Coleta:** Para os serviços de “Coleta”, foram previstas despesas como mão de obra, respectivos encargos, manutenção de veículos e equipamentos, ferramental e insumos necessários para prestação dos serviços.

**Estação de Transferência de Resíduos:** As despesas que compõem a “ETR” envolvem mão de obra, encargos, insumos, manutenção de sistemas de drenagem e viários.

**Aterro:** O OPEX “Aterro” contemplou mão de obra, respectivos encargos, manutenção de veículos e equipamentos, manutenção de sistemas (drenagem, viário, monitoramento), manutenções técnicas do aterro, monitoramento ambiental e insumos necessários para a prestação dos serviços.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Compostagem:** Para dimensionamento do OPEX “Compostagem”, foram atribuídos custos fixos por tonelada de resíduo que ingressa no sistema e por tonelada de resíduo destinado à compostagem.

**Programa Socioambiental:** Os custos e despesas dimensionados e destinados aos programas "Socioambientais" referem-se a mão de obra, encargos, contratação de consultorias, recursos materiais e bolsas de qualificação social.

**Agência Reguladora:** As despesas relativas ao custeio das atividades de regulação e fiscalização englobam mão de obra, instalações e capacitação técnica de funcionários. Desse modo, fora utilizado o valor de 0,5% sobre as receitas principais (TUF), a ser arrecadada sob a forma de taxa de fiscalização, para fazer frente às despesas anteriormente citadas.

**Verificador Independente:** O custeio, a contratação e a gestão contratual ficarão a cargo do Poder Concedente.

**Reembolso estudos:** Trata-se do reembolso, por parte da futura Concessionária, do montante de recursos, autorizados pelo CDS VELHO CHICO, a serem destinados para custeio da estruturação do projeto. O valor autorizado deverá ser atualizado pelo IPCA na data do pagamento.

**Seguros e Garantias:** A contratação dos seguros e garantias descritos nos cadernos “plano de negócio referencial” e “modelagem econômico-financeira”, considerada na estrutura de despesas, visa resguardar a operação de eventuais riscos de danos materiais ou a terceiros, causados em decorrência das atividades operacionais, bem como o cumprimento das obrigações contratuais.

**Custos de cobranças:** Será utilizado, conforme definido na NR 01 da ANA, o cofaturamento, utilizando documento de arrecadação do serviço público de abastecimento de água. O valor a ser ressarcido ao prestador será acordado com ele e definido em contrato, com anuência da Agência Reguladora.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Os indicadores de desempenho descritos foram elaborados com vistas a acompanhar e avaliar a Concessionária nas faixas de atendimento satisfatório, parcial ou não atendido, conforme anexo 01 “Indicadores de Desempenho”.

**13. INDICAÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO PELO GESTOR DO PROCESSO, COM A DEVIDA ESTIMATIVA DE DESPESA**

A Concessionária contribuirá com o pagamento de taxa de fiscalização no valor de 0,5% sobre as receitas principais (TUF). Tais recursos serão destinados ao custeio das atividades de regulação e fiscalização, a serem realizadas pela Agência Reguladora, e englobam mão de obra, instalações, capacitação técnica de funcionários e serviços terceirizados.

Os serviços objeto deste projeto deverá ser monitorados eletronicamente, através de rastreio via satélite dos equipamentos e veículos, garantindo a total lisura aos serviços realizados.

**13.1 JUSTIFICATIVA**

A implantação do sistema de fiscalização justifica-se pela necessidade de monitoramento e de acompanhamento dos serviços, a fim de garantir a qualidade na sua execução.

A Lei Federal nº 11.445/2007 reconhece que a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é um dos componentes do saneamento básico e por essa razão deve ser prestado com regularidade, eficiência e qualidade, sob pena de comprometer a saúde pública e a proteção ao meio ambiente.

A Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tem como objetivo a “regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira”.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Além disso, um dos princípios destacados na PNRS é a “visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública”. Tais variáveis influenciam diretamente na quantidade, sazonalidade e distribuição dos resíduos, tornando possível uma relação entre estes fatores na busca de soluções contínuas.

A fim de evitar situações de conflito administrativo e principalmente assegurar as metas de qualidade idealizadas pelo CDS VELHO CHICO, a fiscalização deverá operar com recursos tecnológicos adequados e avançados para a captação de indicadores confiáveis, que permitirão acompanhar e garantir a qualidade das operações no campo em tempo real.

Porém, para se atingir sucesso na implantação e operação desse sistema, é necessário que haja cumplicidade e comprometimento entre as partes envolvidas e, por essa razão, foi opção do CDS VELHO CHICO atribuir a responsabilidade pela disponibilização desse Sistema à Concessionária.

Os indicadores de qualidade obtidos com os recursos tecnológicos adequados permitirão que a operação dos serviços licitados seja ajustada, de comum acordo entre as partes, com base nas análises técnicas dos dados obtidos e permitirão corrigir pontualmente as irregularidades operacionais que estejam gerando amostras de qualidade indesejáveis e identificar ações bem-sucedidas na execução dos serviços que poderão ser ampliadas.

A implantação da Sala de Monitoramento, por parte da Concessionária, centralizará todas as demandas, agilizando suas respostas e aumentando a precisão das ações pertinentes. Todas as demandas, as respostas, o tempo de atendimento e qualquer outra informação ou dado obtido pela Sala de Monitoramento farão parte de análises e estatísticas, visando ao aperfeiçoamento e à melhoria dos serviços e viabilizando o controle e a gestão dos serviços públicos prestados.

É importante lembrar que, além do atendimento à nova legislação, os serviços de Acompanhamento Técnico e de Controle Tecnológico também permitem que sejam atingidas maior eficiência qualitativa e otimização dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

recursos operacionais e financeiros.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Para tanto, a Concessionária deverá se responsabilizar pela disponibilização do referido Sistema, de forma direta ou mediante a contratação de empresa especializada no ramo.

**13.2 OBJETIVO**

O objetivo da implantação do sistema de fiscalização em questão é monitorar a qualidade dos serviços de limpeza urbana, utilizando ferramentas que permitam o acompanhamento em tempo real de toda a operação realizada pela Concessionária, com foco na tomada de decisões em ambientes complexos envolvendo logística avançada, informatização dos sistemas, planejamento dos serviços, rastreamento dos veículos e dos equipamentos, fiscalização dos serviços, análises críticas de dados e avaliações técnicas de controle dos serviços públicos prestados.

O sistema proposto deve acompanhar a dinâmica urbana com aumento de eficiência técnico-financeira. Será disponibilizado um sistema de informática que permita o planejamento e o acompanhamento da execução dos serviços de limpeza pública, com emissão de relatórios gerenciais para aferição confiável do nível da qualidade contratada da prestação dos serviços pela Concessionária.

Ficará a cargo da Concessionária a instalação do sistema em data center especializado, sua atualização e manutenção durante todo o prazo contratual. A Concessionária deverá disponibilizar o sistema antes do início dos serviços, de forma direta ou através de empresa especializada por ela contratada.

O sistema de monitoramento e controle proposto consiste na aplicação da melhor tecnologia disponível no mercado para exercer a plena fiscalização dos serviços de limpeza urbana, através de uma estrutura formada pelos seus principais componentes:

a) Sistema de gestão comercial e atendimento ao usuário para atendimento de demandas como gestão de crédito e cobrança, agência virtual, comunicação com usuário, meios de pagamento, etc.

b) Sistema de gerenciamento das operações via web;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

c) Rastreadores de veículos e equipamentos;

d) Aplicativos para registro de demandas e tarefas; e

e) Montagem e operação de um Centro de Controle Operacional (CCO) dentro do ambiente da Concessionária.

O sistema deverá permitir aos analistas a consciência situacional de toda a operação através do monitoramento dos serviços realizados, confrontados com os planos operacionais regulares e com as operações sob demanda. As equipes responsáveis pela implantação dos serviços deverão portar dispositivos móveis (smartphones).

O Centro de Controle Operacional deverá compilar as informações mais relevantes da operação utilizando os dados transmitidos pelo rastreamento dos veículos/equipamentos e pelos dispositivos móveis de coleta de dados. Com base nos dados compilados, o CCO deverá produzir relatórios da operação com periodicidade diária, relatórios por serviço com periodicidade semanal e relatórios mensais de operação. O gerenciamento tecnológico deverá englobar todos os serviços previstos no Edital.

Para a disponibilização do sistema, a Concessionária deverá, obrigatoriamente, atender às especificações técnicas apresentadas a seguir. Caso, durante o prazo contratual, a empresa queira promover alguma alteração em relação a estas especificações, somente poderá fazê-lo após a devida análise e aprovação por parte do Contratante.

A Concessionária deverá disponibilizar, instalar e manter equipamentos de rastreamento em todos os veículos, máquinas e equipamentos operacionais, possibilitando a visualização de sua localização geográfica e do status operacional da equipe em tempo real.

Os veículos e equipamentos operacionais deverão receber rastreadores que possibilitem a comunicação direta com os sistemas disponibilizados para o **CDS VELHO CHICO**, por meio de dispositivo capaz de transmitir os dados de sinal do Sistema Global de Navegação por Satélite (**GNSS**).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A Concessionária deverá se responsabilizar, durante toda a vigência do contrato, pela manutenção e por eventuais trocas de equipamentos. O Consórcio **CDS VELHO CHICO** se isenta da obrigação de oferecer qualquer tipo de suporte de infraestrutura para o fornecimento, operação e manutenção do sistema disponibilizado.

Os dados e relatórios extraídos diretamente do Sistema deverão permitir que **o CDS VELHO CHICO** tome conhecimento detalhado de todas as operações de campo e visualize seu desempenho e suas eventuais não conformidades, através das seguintes informações por ele geradas:

a) Indicadores da eficiência operacional;

b) Indicadores da qualidade operacional;

c) Rastreabilidade de todos os serviços;

d) Percentual de atendimento aos planos operacionais;

e) Percentual de atendimento às demandas de acordo com regras de tempos máximos;

f) Produção, metragem e tempo produtivo e improdutivo resultantes dos serviços.

O fornecimento do sistema deverá abranger as atividades de capacitação e suporte aos usuários do **CDS VELHO CHICO** e da **CONCESSIONÁRIA** e, para isso, prevê-se a realização de: treinamento básico, treinamento avançado, suporte técnico e cooperação técnica.

Os treinamentos deverão ser realizados em local a ser definido com os gestores do **CDS VELHO CHICO**, em sala de treinamento com computador, acesso à internet e projetor multimídia. A equipe de monitoramento deverá ser responsável por tarefas rotineiras e por tarefas sob demanda da central operacional e deverá gerar o mapeamento e a marcação dos eventos relacionados aos seguintes pontos: locais com descarte de grandes geradores e locais com materiais depositados irregularmente em vias públicas. Essas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

equipes deverão mapear os pontos de interesse e os disponibilizar as informações.

Ao final do Contrato, a Concessionária poderá, a seu exclusivo critério, retirar todos os equipamentos de rastreamento e de registro fotográfico utilizados na prestação desses serviços. No entanto, toda a documentação técnica elaborada pela Concessionária a serviço específico do Contrato será considerada de propriedade exclusiva do **CDS VELHO CHICO**, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier.

Toda e qualquer informação digital ou analógica, material ou na forma de mapas, figuras, desenhos, textos, material de divulgação, resultados de pesquisas e de cadastro e outras, que tenham sido geradas ou utilizadas durante os serviços prestados pela Concessionária, também serão de propriedade exclusiva do **CDS VELHO CHICO** e deverão ser armazenados de forma a manter a integridade, sigilo e segurança dos dados e a permitir sua disponibilização para a fiscalização do **CDS VELHO CHICO** sempre que esta solicitar. Ademais, nenhuma dessas informações poderá ser utilizada ou divulgada pela **CONCESSIONÁRIA** para fins distintos do Contrato, sem a autorização formal do **CDS VELHO CHICO**.

**13.3 ESTIMATIVA DA DESPESA**

As estimativas das despesas operacionais variam conforme o tipo de equipamento, completo ou básico. Os rastreadores de veículos e equipamentos (GPS) completo e videomonitoramento (apenas para os compactadores) custarão, em média, R$ 320,00/mês por equipamento, os SmartPOS custarão, em média, R$60,00/mês por equipamento, os totens de autoatendimento custarão, em média, R$2.000,00/mês por equipamento, o custo de emissão de boleto de cobrança custará, em média, R$1,05/unidade por boleto emitido, às impressões gráficas custarão em média R$1,07/unidade impressa, a logística de entrega custará em média R$2,55/unidade entregue porta a porta mensalmente, o Software ERP referente ao sistema de gestão comercial e atendimento ao usuário custarão, em média, R$8.000,00/mês e sua implantação custará em



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

média R$150.000,00, o clube de benefícios e programa fatura premiada custarão em média R$5.000,00 (cinco mil reais mensais), etc.

O valor unitário informado do GPS e videomonitoramento foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para rastreamento e gerenciamento de serviços, equipamentos e pessoas.

O valor unitário informado do SmartPOS e Boleto foram cotados junto a banco de atuação em âmbito nacional, considerado banco de primeira linha líder em soluções empresariais para o segmento corporativo.

O valor unitário informado do programa de benefícios foi cotado junto à plataforma de parcerias de atuação em âmbito nacional, considerada líder em soluções para clube de benefícios e recompensas.

O valor unitário informado do totem de autoatendimento ao usuário foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para concessões e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta, transporte, transferência (transbordo), destinação final ambientalmente adequada e gestão de aterro sanitário.

O valor unitário informado do Software ERP de gestão comercial e atendimento ao usuário foi cotado junto a empresa especializada em planejamento e implementação de soluções para concessões e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada e gestão de aterro sanitário.

O valor unitário informado de impressão gráfica foi cotado junto aos **CORREIOS**, companhia estatal especializada em logística e soluções para entrega de encomendas, cartas e gerenciamento de postal, mala direta, transporte e armazenamento.

O valor unitário informado de impressão gráfica foi cotado junto a **EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA (EGBA),** companhia de economia mista especializada em serviços editoriais, serviços gráficos, preservação documental e implementação de soluções para edição e publicação de documentos, informações, arquivos e materiais gráficos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 14 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS E INDICAÇÃO EXPRESSA DAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

De acordo com a Portaria nº 557/2016, do Ministério das Cidades (MCIDADES), são bens reversíveis os bens móveis e imóveis necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato, que serão devolvidos ao contratante ao final da operação, quando finalizada a vigência do contrato de concessão.

Destarte, **BENS REVERSÍVEIS** são todos os bens e direitos necessários à continuidade dos serviços que serão transferidos ao **PODER CONCEDENTE** no final da **CONCESSÃO**. A seguir, o Quadro 3 apresenta a relação dos bens reversíveis do presente estudo.

**Quadro 3 – Relação de Bens Reversíveis**

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS | INDICAÇÃO EXPRESSA DAS CARACTERÍSTICAS | CONDIÇÕES DE ENTREGA |
|---|---|---|---|
| 1 | CVR – Central de Valorização de Resíduos | Composto por 01 (uma) Central de Valorização de Resíduos instalada em terreno dentro do território | Em bom estado de conservação |
| 2 | Galpões de triagem | Composto por 02 galpões de 400m² cada | Em bom estado de conservação |
| 3 | Galpão de compostagem | Composto por 01 galpão de 400m² | Em bom estado de conservação |
| 4 | Galpão refrigerado para armazenamento temporário dos serviços de saúde | Composto por 01 galpão de 100m² | Em bom estado de conservação |
| 5 | Balança de pesagem | Composta por 01 balança de pesagem | Em bom estado de funcionamento |
| 6 | Ecopontos | Composto por 05 unidades de Ecopontos | Em bom estado de conservação |
| 7 | Trator de esteira | Composto por 01 trator de esteira | Em bom estado de funcionamento |
| 8 | Pá carregadeira | Composto por 01 pá carregadeira | Em bom estado de funcionamento |
| 9 | Triturador de vidros | Composto por 01 triturador de vidros | Em bom estado de funcionamento |
| 10 | Triturador de resíduos orgânicos | Composto por 01 trituradores de resíduos orgânicos | Em bom estado de funcionamento |
| 11 | Triturador de podas | Composto por 01 trituradores de poda | Em bom estado de funcionamento |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama-2021/.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de março de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8419: 1992. Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Decreto-lei nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 14/02/1995.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

BRASIL. Lei Federal n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, de 28/04/1999.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 14.133, de 01 de abril de 2021, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, de 19 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. Gabinete do Ministro. Portaria nº 557, de 11 de novembro de 2016. Institui normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) previstos no art. 11, inciso II, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB). Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2016.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA nº 307/2022. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 11, de 11 de dezembro de 2014. Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental. (Processo nº 02127.000030/ 2013-48).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Termo de Referência Técnico. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/biblioteca/101-secretaria-nacional-de-saneamento/biblioteca/1444-termo-de-referencia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Protegeer – Cooperação para a proteção do clima na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Disponível em: < http://protegeer.gov.br/biblioteca/ferramentas-rsu>.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ESTUDOS DE VIABILIDADE JURÍDICO INSTITUCIONAL

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 02/2023 E 01/2026**

## GLOSSÁRIO

CDS Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

CS Coleta Seletiva

CVR Central de Valorização de Resíduos

ETR Estarão de Transferência de Resíduos

PEV Ponto de Entrega voluntária

PNRS Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPP Parceria Público-Privada

RCD Resíduos da Construção e Demolição

RDO Resíduos Sólidos Domiciliares

RPU Resíduos Públicos Urbanos

RSS Resíduos do Serviço de Saúde

# 1 OBJETIVO

O objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade jurídico institucional da Concessão Patrocinada pretendida, dando-se, assim, continuidade aos elementos necessários e fundamentais para modelagem e estruturação da concessão dos serviços de gestão de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, para os 5 (cinco) municípios que integram o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), quais sejam: Morpará, Ibotirama, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos e Paratinga.

Neste sentido, o presente documento apresenta os fundamentos que justificam o modelo jurídico escolhido pelo Consórcio Público, dispondo sobre os elementos jurídicos e os fundamentos legais que respaldam a contratação pretendida.

Para tanto, nos tópicos seguintes, serão realizados o levantamento e a análise da legislação que regulamenta a concessão de serviços públicos, visando à proposição de um modelo de contratação da concessão, e do panorama legislativo acerca dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, especialmente no que se refere à sua aplicação aos 5 (cinco) municípios membros do **CDS VELHO CHICO** que compõem a iniciativa.

Por fim, serão apresentadas as recomendações e instrumentos jurídicos necessários à viabilização da concessão, bem como os riscos existentes e a sua alocação entre as partes.

## 2 PARECER SOBRE A CONTRATAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO

Para fins de organização, o parecer a respeito da viabilidade jurídica do Projeto de contratação, mediante concessão dos serviços de Gestão de **RDO**, de **RPU**, de **RCD**, de **RSS**, de **CS** e atividades correlatas nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, será dividido em alguns subtópicos:

a) O primeiro abordará a legislação aplicável ao caso;
b) O segundo abordará os aspectos jurídicos do modelo de contratação proposto;
c) O terceiro abordará os requisitos legais para a realização da concessão;
d) O quarto trará as conclusões das considerações realizadas nos tópicos precedentes.

### 2.1 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente estudo encontra-se fundamentado nas normas abaixo elencadas:

i. **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

ii. **LEI N° 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

iii. **LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

iv. **LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 14.133, de 01 de abril de 2021, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

v. **LEI FEDERAL N° 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

vi. **LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.

vii. **LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

viii. **DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ix. **LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.

Todas as normas supra elencadas têm relevância na implementação da concessão proposta, de forma que devem compor o alicerce das decisões tomadas no estudo quanto à modelagem mais adequada para a prestação dos serviços públicos a serem concedidos e para a consecução do interesse público.

Tratando especialmente de estudos correlatos à prestação do serviço de saneamento básico, verifica-se que a concessão encontra-se em estrita consonância com o que prevê a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico, introduzindo mudanças relevantes e estruturais na prestação do serviço de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (**PNRS**), estabelecendo novas metas para a universalização dos serviços de saneamento.

O marco regulatório do saneamento básico prevê que os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de saneamento deverão conter expressamente, sob pena de nulidade, cláusulas relativas a metas de expansão e de qualidade, possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, ou provenientes de projetos associados, metodologia de cálculo de eventual indenização por bens reversíveis, bem como a repartição de riscos entre as partes, inclusive relacionados a caso fortuito, força maior e a álea econômica extraordinária.

Neste mesmo sentido, verifica-se que o art. 10 do marco legal do saneamento básico prevê, em atenção ao art. 175 da Constituição Federal, que a prestação dos serviços públicos de saneamento dependerá da celebração de contrato de concessão – seja comum, patrocinada ou administrativa, sendo

vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Tais alterações previstas pelo novo marco regulatório foram integralmente incorporadas pela concessão ora analisada, inexistindo qualquer reparo a ser feito neste particular.

## 2.2 PROPOSTA DE MODELO DE CONTRATO: CONCESSÃO PATROCINADA

Seguindo o escopo proposto, cuida-se neste tópico da apresentação do modelo de contratação pública proposto no projeto, apresentando os fundamentos e as justificativas que o embasam, em consonância com os objetivos do **CDS VELHO CHICO**.

Como cediço, a concessão é o instituto jurídico mediante qual o **PODER CONCEDENTE**, titular de um determinado serviço público, delega, total ou parcialmente, mediante licitação, a sua prestação a pessoa jurídica privada ou a consórcio de empresas que deverá prestá-lo em nome próprio, durante prazo determinado e sob condições contratuais e extracontratuais estabelecidas pelo próprio Poder Público.

No âmbito infraconstitucional, o regime jurídico da concessão é delimitado, prioritariamente, pela Lei Federal nº 8.987/95, pela Lei Federal nº 9.074/95 e pela Lei Federal nº 11.079/04, sendo esta última norma atinente às denominadas Parcerias Público-Privadas (PPPs).

A Lei Federal nº 8.987/95, cuja incidência recai tanto sobre as Concessões Comuns como sobre as Parcerias Público-Privadas (complementar e subsidiariamente, nos termos do art. 3°, *caput* e §1°, da Lei 11.079/04), prescreve as regras gerais aplicáveis ao instituto, especialmente quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas; à forma e remuneração da prestação do serviço objeto; e às disposições contratuais que deverão reger esta relação jurídica.

Como cediço, a **Concessão Comum**, regida pela Lei de Concessões e pela Lei nº 9.074/95, consiste no contrato pelo qual a Administração Pública delega a uma pessoa jurídica de direito privado (ou a um consórcio de empresas) a execução remunerada de serviços públicos, de forma que o concessionário os explore, por sua conta e risco, por prazo e condições contratualmente determinadas, **sendo remunerado, no particular, eminentemente pela cobrança de tarifa diretamente dos usuários** do serviço explorado, sem nenhuma complementação pública para a composição da receita da Concessionária.

Assim, as principais características desse modelo de contratação administrativa são: (**i**) a adoção de tarifa compatível com a amortização dos investimentos a serem executados pelo concessionário, observada a necessidade de modicidade tarifária, e (**ii**) a prestação de serviço público pelo privado (assim caracterizado por meio de lei), por sua conta e risco, desde que garantidos parâmetros mínimos de qualidade na respectiva execução.

De tal modo, o concessionário privado conduz as atividades por sua conta e risco, devendo a sua remuneração advir integralmente dos usuários, ressalvados subsídios pontuais previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

A **Concessão Patrocinada**, por sua vez, regida pela Lei Federal nº 11.079/04, envolve, **adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários** dos serviços públicos prestados, **contraprestação pecuniária do parceiro público** ao parceiro privado, na forma de contraprestação pública ou aporte público.

Já a **Concessão Administrativa**, igualmente regida pela Lei Federal nº 11.079/04, consiste em modelo em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço público ou de utilidade pública delegada, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou fornecimento e a instalação de bens. Neste modelo, a **remuneração do privado é composta unicamente por uma**

**contraprestação paga pelo parceiro público**, inexistindo cobrança de tarifa pelo concessionário.

Tradicionalmente, os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, quando concedidos, utilizavam o modelo de Concessão Administrativa, com contrapartida direta da Administração Pública, notadamente em razão da dificuldade em individualizar o uso do serviço por cada usuário, de modo a viabilizar a cobrança de tarifa.

As alterações trazidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico, em especial na redação do artigo 35 da Lei nº 11.445/07, representam mudanças significativas, e igualmente positivas, no cenário que se pretende implementar após a vigência da Lei nº 14.026/2020.

O dispositivo inovou ao possibilitar, de um lado, a estimativa do uso do serviço por cada unidade usuária, com base no consumo de água da unidade, e, de outro, a cobrança da tarifa na fatura de consumo de outros serviços, a exemplo dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento. Assim, a nova lei facilitou, em muito, a implementação de concessões de manejo de resíduos sólidos com cobrança de tarifa diretamente ao usuário.

No presente caso, o contrato de concessão englobará a construção e operação de central de valorização de resíduos (**CVR**) para tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), a título de serviço obrigatório, e, mediante adesão, de resíduos públicos urbanos (**RPU**), de resíduos de saúde (**RSS**) e de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**). Também está prevista a construção e a operação de estações de transferência de resíduos (**ETR)**, de ecopontos e de pontos de entrega voluntária (**PEVs**), de modo a viabilizar a prestação de serviço público de qualidade e a adequação aos preceitos e às exigências da **POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**PNRS**).

Prevê-se, ainda, a possibilidade de prestação dos serviços de coleta, transporte e transbordo (transferência) de **RDO**, **RPU**, **RSS**, **RCD** e **CS**, por parte da concessionária, mediante adesão dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, por instrumento próprio.

O modelo considerou a prestação de serviços públicos em um horizonte de 30 (trinta) anos, com investimentos em infraestrutura operacional e urbana pelo setor privado, de modo a proporcionar a otimização do gerenciamento operacional compartilhado entre os Municípios com redução de custos fixos, melhor aproveitamento do parque de equipamentos, atendimento às metas definidas pelo **POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**PNRS**) e redução também do percentual de incidência dos gastos inerentes à administração local.

No presente caso, o objeto principal e obrigatório da concessão a prestação de serviços divisíveis e individualizados (manejo de **RDO**), que por natureza, devem ser objeto de cobrança direta ao usuário final, via taxa ou tarifa, em razão de **obrigação legal expressa, inafastável e específica para os serviços de manejo de resíduos sólidos**, constante do art. 35 da Lei do Saneamento:

> Art. 35. As **taxas ou as tarifas** decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de **manejo de resíduos sólidos** considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar: [...]
> § 2º A **não proposição de instrumento de cobrança** pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, **configura renúncia de receita** e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades

> constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

Como se vê, a ausência de instituição de taxa ou tarifa – por meio das quais se concretiza a cobrança direta ao usuário – configura renúncia de receita, atraindo situação de irregularidade e ilegalidade para o Município que assim proceder.

Optou-se, então, pela cobrança de tarifa aos usuários do serviço (e não de taxa). Isso porque, caso se optasse pela cobrança de taxa, ficaria a cargo do Poder Concedente a gestão da cobrança da taxa, de sorte que a Concessionária estabeleceria relação direta exclusivamente com o Poder Público, recebendo dele a integralidade da sua remuneração.

Ocorre que essa modelagem é vista como arriscada pela iniciativa privada, que, em regra, prefere o risco pulverizado de inadimplência usurário final, e não o risco concentrado de inadimplência do Ente Público.

Nesse sentido, veja-se as considerações do Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos do Governo Federal ressalta, ao enfrentar as duas possibilidades (remuneração triangulada com o Poder Concedente ou diretamente cobrada do usuário final):

> Em uma PPP, **a relação financeira entre o poder público e a concessionária é direta**, pois os recursos que remuneram os serviços são em sua totalidade, no caso de uma concessão administrativa, ou em parte, no caso de uma concessão patrocinada, recolhidos pelo poder público e repassados à concessionária. Portanto, **o risco de inadimplência reflete, no todo ou em parte, a pontualidade dos pagamentos devidos pelo poder público**. Já em uma concessão comum, em que a concessionária é responsável por cobrar a tarifa, o risco de

> inadimplência está relacionado ao comportamento dos usuários e cabe à concessionária fazer as gestões necessárias para recolher os valores devidos. **Em muitos casos, os agentes privados podem se sentir mais capacitados a lidar diretamente com o risco de inadimplência do usuário em vez do risco de inadimplência do poder público**, ainda que se disponibilize uma estrutura de garantias sólidas.

Logo, dada a opção pela cobrança de tarifa diretamente ao usuário do serviço, o modelo de Concessão Administrativa seria inviável e incompatível. Tal escolha alinha-se, inclusive, às melhores práticas para contratos de concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos[1].

Resta, então, justificar a escolha do modelo de Concessão Patrocinada em detrimento da Concessão Comum.

Como já esposado, a Concessão Patrocinada prevê, adicionalmente à tarifa cobrada do usuário dos serviços públicos prestados, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, na forma de **contraprestação pública ou aporte público**.

Desse modo, quando não é viável remunerar a prestação dos serviços concedidos integralmente via tarifa cobrada do usuário final sem comprometer a modicidade tarifária, prevê-se a complementação de recursos por parte do Poder Concedente, garantindo, por conseguinte, a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

---

[1] Esse foi o entendimento firmado, em conjunto, pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal (PPI); pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP) da Caixa Econômica Federal; e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); no Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos (p. 24/25). Também é esse o entendimento manifestado expressamente por diversos órgãos federais, conforme Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA (Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente); Resolução CPPI nº 254/2022; Resolução CFEP nº 22/2018; Resolução CFEP nº 50/2022; Resolução CFEP nº 52/2022.

É o que ocorre no presente caso. Da análise dos estudos econômico-financeiros, verifica-se que, **o modelo de cobrança proposto, realizado mediante faturamento conjunto com os serviços de abastecimento de água e esgotamento (realizado pela EMBASA e/ou por SAAEs), viabiliza que o Projeto seja remunerado sem a necessidade de complementação de remuneração por parte do Poder Concedente, dados os índices reduzidos de inadimplência do modelo de cofaturamento.**

Contudo, **cabe ao Poder Concedente**, na forma do Contrato (Cláusula 8.3.1 e seguintes e Cláusulas 26.3 e 26.4) e da Matriz de Riscos (Riscos nº 9 e 26), **viabilizar a realização do faturamento conjunto**, mediante a celebração de parceria com a EMBASA e/ou por SAAEs da região, de modo que, **caso tal obrigação contratual seja descumprida, a elevação da taxa de inadimplência** dos usuários finais atrairá o compartilhamento do risco de inadimplência, com a consequente realização de aporte público, caso a inadimplência supere a taxa de 9,5%, prevista na Matriz de Riscos como "inadimplência ordinária".

Justifica-se, assim, a escolha pelo modelo de Concessão Patrocinada, com previsão de aporte público eventual, em caso de (i) não concretização do modelo de cofaturamento inicialmente previsto e (ii) ocorrência de inadimplência extraordinária, assim considerada a inadimplência superior a 9,5%, prevista em Contrato e na respectiva Matriz de Risco.

Destarte, em razão das características da concessão patrocinada, combinada à análise da natureza e da peculiaridade dos serviços, não há dúvida de que este é o modelo que melhor se encaixa às necessidades do referido contrato de concessão.

O modelo ainda possibilita a prestação dos demais serviços da cadeia (coleta, transporte e transbordo/transferência) pela concessionária, com o intuito

de proporcionar a prestação adequada de todos os serviços que compõem a cadeia de manejo de resíduos sólidos, de maneira economicamente sustentável.

Frise-se que não há óbice jurídico à adesão posterior dos 5 (cinco) municípios aos serviços mediante instrumento próprio, acessório ao contrato de concessão, que conterá as premissas principais da relação, principalmente porque todos os 5 (cinco) municípios delegaram regularmente ao **CDS VELHO CHICO** a competência para delegar a prestação dos serviços relacionados aos serviços de saneamento básico, como um todo (aí incluídos o manejo adequado de resíduos sólidos).

A própria licitação para a concessão, no caso em análise, respaldará, juridicamente, a aderência dos gestores dos 5 (cinco) municípios aos serviços de coleta, transporte e transbordo/transferência de resíduos, sendo necessária apenas a demonstração, em procedimento próprio, da vantajosidade da aderência em relação à contratação comum, em separado, dos mesmos serviços pela municipalidade.

Desta forma, o modelo contratual da concessão patrocinada se mostra viável para o presente contrato de concessão.

Uma vez assentada a melhor adequação da concessão patrocinada como modelo contratual aplicável para a execução do contrato de concessão, cumpre-nos analisar o marco regulatório do modelo da concessão patrocinada, com vistas a verificar os requisitos e ações necessários à delegação de tais serviços no âmbito dos 5 (cinco) municípios.

## 2.3 A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONCESSÃO.

Feitos os necessários apontamentos a respeito da definição do modelo de contrato (PPP Patrocinada), cumpre tecer breves considerações a respeito do escopo da Concessão, de modo a justificar (i) quais serviços de manejo de resíduos sólidos foram incluídos no objeto do Contrato de Concessão e (ii) a definição de quais desses serviços obrigatoriamente concedidos e quais serão facultativos, cabendo a cada Município Consorciado optar – ou não – pela sua prestação no âmbito do presente Contrato, fazendo-o mediante a celebração do Termo de Adesão aos Serviços Opcionais anexo à Minuta de Contrato (Anexo II.4 do Edital).

Segundo a Lei do Saneamento Básico (nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010), os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos compreendem as seguintes atividades:

a. Coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, destinação final de resíduos sólidos; e

b. Varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros eventuais serviços de limpeza urbana.

As atividades listadas acima no item “a” compõem o Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), ao passo que as constantes do item “b” compõem os Serviços de Limpeza Urbana (SLU), de acordo com o Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos do Governo Federal[2].

[2] Disponível em: https://www.ppi.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/CONCESSAO-DE-SERVICOS-DE-MANEJO-DE-RESIDUOS-SOLIDOS-URBANOS.pdf

Tais atividades são classificadas, quanto ao destinatário do serviço, como (i) divisíveis (individuais ou uti singuli), assim considerados os serviços públicos prestados à coletividade de forma indivisível, não sendo possível mensurar o uso de cada indivíduo, ou (ii) indivisíveis (gerais ou uti universi), assim considerados os serviços públicos divisíveis e mensuráveis, permitindo a identificação do beneficiário e a cobrança individualizada.

A referida classificação tem especial relevância no estudo dos serviços públicos em geral, notadamente para estruturação de projetos de concessão, uma vez que impacta diretamente na forma de cobrança pelo serviço prestado. Enquanto os serviços divisíveis podem (e por vezes devem) objeto de cobrança direta ao usuário, via taxa ou tarifa, os serviços indivisíveis devem ser financiados por impostos.

Nesse contexto, são consideradas divisíveis todas as atividades que compõem o SMRSU, referentes ao manejo de resíduos[3] (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, destinação final) e indivisíveis as atividades vinculadas à limpeza urbana (SLU).

Pois bem. São objeto do presente Projeto precisamente as atividades que compõem o SMRSU (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento e destinação final). Como já esposado, tais atividades são consideradas serviços divisíveis, que, portanto, podem (e devem) ser objeto de cobrança por tarifa ou taxa, tendo o **CDS VELHO CHICO** optado, na estruturação do Projeto, pela cobrança por tarifa.

Quanto aos tipos de resíduos, o Projeto abarca (i) os Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO), originários de atividades domésticas em residências urbanas[4]; (ii) os Resíduos de Limpeza Urbana (RPU)[5], originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, que, em conjunto com o RDO, compõem os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) [6]; (iii) os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), gerados nos serviços de saúde[7]; e (iv) os Resíduos da Construção Civil (RCC ou RCD), gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil[8].

[3] Esse foi o entendimento firmado, em conjunto, pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal (PPI); pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP) da Caixa Econômica Federal; e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); no Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos (p. 24/25). Também é esse o entendimento manifestado expressamente por diversos órgãos federais, conforme Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA (Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente); Resolução CPPI nº 254/2022; Resolução CFEP nº 22/2018; Resolução CFEP nº 50/2022; Resolução CFEP nº 52/2022.

[4] Art. 13, I, a, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[5] Art. 13, I, b, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[6] Art. 13, I, c, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[7] Art. 13, I, g, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[8] Art. 13, I, h, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

Apesar de ter como objeto todos os serviços da cadeia de manejo de resíduos sólidos (SMRSU), referentes aos tipos de resíduos acima elencados (RDO, RPU RSS e RCC), a modelagem do Contrato de Concessão prevê que apenas os serviços de transbordo, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO) são obrigatoriamente concedidos. Os demais serviços, embora sejam objeto do contrato, só serão efetivamente concedidos e prestados pela contratada mediante a adesão, pelos Municípios.

Destarte, tem-se que, no âmbito do Contrato, é facultativa, dependendo de adesão por parte de cada Município, a concessão dos seguintes serviços: (i) coleta e transporte de RDO e (ii) todos os serviços de manejo (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento e destinação final) de RPU, RSS e RCD.

As razões para tanto estão previstas nos Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e nos Estudos de *Value for Money*, bem como no Anexo XXI do Edital, mas podem ser aqui sintetizadas.

Quando iniciados os estudos para estruturação da Concessão, ainda na fase de diagnóstico e planejamento, constatou-se que os Municípios Consorciados tinham contratos vigentes para coleta domiciliar (RDO), ao passo que os serviços de transbordo, triagem, tratamento e destinação final sequer eram prestados na região, estando em situação de irregularidade, com uso de lixão, precisamente porque a solução individualizada do problema de cada Município (sem regionalização e investimento privado) era economicamente inviável.

Nesse contexto, os estudos concluíram que o problema mais grave, urgente e central, vivido por todos os Municípios Consorciados, diz respeito justamente às atividades de transbordo, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO). Como consequência, foi proposta uma modelagem que contemplasse obrigatoriamente esses
serviços para todos os municipios

Em relação aos demais serviços, os estudos constataram que (i) há contratos vigentes de coleta domiciliar em todos os Municípios, em condições bastante distintas entre si; (ii) quanto aos demais serviços, a qualidade e a abrangência da prestação varia bastante de um Município para outro; e (iii) há diversos pontos de ineficiência e melhoria a serem explorados. Como consequência, foi proposta uma modelagem que também contempla esses serviços, porém de forma facultativa, de modo a oferecer a solução completa e respeitar as particularidades e a autonomia de cada Município.

## 2.4 REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO.

A Lei 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a Lei 11.445/2007 (com alterações promovidas pela lei 14.026/2020), que estabelece as diretrizes para o saneamento básico, preveem que a concessão de serviços públicos de saneamento básico depende de prévia licitação, na modalidade concorrência, condicionada a:

a) ato autorizativo da autoridade competente, fundamentado em estudo técnico que demonstre, entre outras coisas, a conveniência e oportunidade da contratação;
b) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato;
c) declaração do ordenador da despesa que demonstra que as obrigações contraídas pelo Poder Público são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias;
d) estimativa do fluxo de recursos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato, das obrigações contraídas pelo Poder Público;
e) previsão do objeto contratado no plano plurianual;
f) realização de audiência e de consulta pública acerca dos instrumentos editalícios e contratuais;
g) licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para licenciamento ambiental do empreendimento, sempre que o objeto do contrato exigir.

Neste espeque, a Lei nº 11.445/2007 (com alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020), também estabelece, em seu art. 10-A, as condições de validade dos contratos. Impõe-se, ainda:

a) a autorização para a contratação dos serviços, com indicação dos respectivos prazos e da área a ser atendida;
b) a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços;
c) as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
d) as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, incluindo o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas, a sistemática de reajustes e revisões e a política de subsídios;
e) os mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização; e, por fim,
f) as hipóteses de intervenção e retomada dos serviços.

Em síntese, da análise conjunta que se faça da Lei Federal nº 11.445/2007 (com alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020), da Lei Federal nº 11.079/04, do Protocolo de Intenções firmado pelo **CDS VELHO CHICO** e das Leis Orgânicas de cada Município que integram o Consórcio, tem-se os seguintes requisitos para a concessão de serviços públicos de saneamento básico:

a) autorização legal para a delegação dos serviços públicos de saneamento básicos de cada município;
b) existência de normas de regulação da concessão dos serviços públicos e a designação da entidade de regulação e fiscalização;
c) existência de Planos Municipais, Regional ou Estadual de Saneamento Básico ou Saneamento Ambiental ou ainda os estudos que fundamentaram a concessão, como prescrito no parágrafo único art. 19, da Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal de Saneamento);
d) existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

e) declaração do ordenador das despesas de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual;
f) seu objeto estar previsto no plano plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;
g) realização de audiência e de consulta pública prévias, acerca do Edital e do Contrato propostos;
h) realização de licitação, na modalidade concorrência, precedida de publicação de ato autorizativo da concessão, lastreado em estudo técnico que demonstre a conveniência e a oportunidade da contratação.

Analisando-se o presente projeto, verifica-se que os 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** aprovaram, em suas respectivas Câmaras, lei autorizativa da Concessão Patrocinada e da delegação de competências ao Consórcio Público, de modo que está comprovado o atendimento ao requisito "a", acima indicado.

Também está satisfeito o requisito "b", na medida em que a Minuta de Contrato proposta atribui à **AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA** (**AGERSA**) uma série de competências no âmbito da concessão, além de preservar as competências que decorrem de lei, até que seja criada agência reguladora Intermunicipal específica pelo **CDS VELHO CHICO**.

A respeito do requisito "c", tem-se que existe o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do Governo do Estado da Bahia e os estudos, projetos e modelagens desenvolvidos no âmbito do Governo do Estado da Bahia com viés de construção de arranjos para a regionalização da cadeia de serviços de resíduos sólidos que fundamentam a concessão, satisfazendo o requisito legal para os fins deste Projeto – concessão de serviços públicos de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente

adequada de resíduos sólidos, conforme prescrito na Lei nº 14.026/2020, Novo Marco Legal de Saneamento.

Além disso, os próprios estudos que fundamentam a presente concessão são considerados, por Lei, como instrumento de planejamento adequado, nos termos do art. 19, parágrafo único, da Lei nº 14.026/2020.

Quanto ao requisito “d”, nota-se que foram realizados estudos aprofundados, pautados em minucioso levantamento de dados reais, que comprovam a viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto, bem como que o Edital de Licitação proposto adota a modalidade concorrência, conforme exigência legal.

Os requisitos “e” e “f”, por sua vez, dependem primordialmente do juízo de conveniência e oportunidade de cada gestor a respeito da aderência ou não aos serviços “opcionais” da Concessão. A partir daí, deverão ser realizadas as adequações orçamentárias devidas, incluindo-se os serviços contratados no plano plurianual municipal. Tal previsão consta da Minuta de Termo de Adesão aos Serviços Opcionais anexo ao Contrato de Concessão.

Em relação ao requisito “g”, tem-se que o Edital de Licitação, o Contrato de Concessão, os respectivos anexos e os demais estudos de estruturação e modelagem do Projeto foram submetidos a Consulta Pública, nos termos do art. 10, VI, da Lei 11.079/2004, e do art. 11, IV, da Lei n° 11.445/2007, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação, no Diário do **CDS VELHO CHICO**, disponibilizado no sítio eletrônico do **CDS VELHO CHICO** [https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br].

A Licitação foi também precedida de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, conforme publicação no Diário do **CDS VELHO CHICO**, disponibilizado no sítio eletrônico do **CDS VELHO CHICO** [https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br], observando-se o quanto disposto no art. 11, IV, da Lei Federal nº 11.445/2007 e, na Lei Federal nº14.133/21, e no art. 10, da Lei n° 11.079/2004. Por fim, verifica-se, ainda, que

a Licitação da presente Concessão é da modalidade concorrência e foi precedida de publicação de ato autorizativo, lastreado em estudo técnico que demonstra a conveniência e a oportunidade da contratação.

## 2.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.

Originalmente, o critério de julgamento adotado na presente Concorrência Pública foi a combinação entre o menor valor da tarifa e a melhor técnica (técnica e preço).

Como se sabe, o art. 12, II, da Lei nº 11.079/2004, c/c art. 15, V, da Lei nº 8.987/95, estabelecem que o certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, podendo adotar como critério de julgamento a melhor proposta em razão da combinação do critério de menor tarifa com o de melhor técnica.

Não há, nas referidas legislações, especificação a respeito das hipóteses em que o referido critério pode ser utilizado. Aplica-se, assim, com as devidas adequações, o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, segundo a qual a combinação *"técnica e preço"* é adequada quando o nível de serviço e o desempenho contratual dependerem de soluções técnicas não padronizadas.

Sendo assim, se o objeto é padronizado e rotineiro, tende-se a adotar o menor preço (menor valor da tarifa); ao passo que, se o objeto é integrado, complexo e orientado a desempenho, a técnica e preço (menor valor da tarifa e melhor técnica) é idônea.

Destarte, no presente caso, o objeto complexo e orientado a desempenho justifica a adoção do critério combinado.

Primeiro, trata-se de uma PPP intermunicipal cujo escopo obrigatório da PPP contempla:

(i) transbordo, triagem, tratamento e disposição final de RDO como serviços obrigatórios;

(ii) reengenharia de rotas intermunicipais;

(iii) implantação de CVR composta por Central de Separação, Triagem e Tratamento, Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (UCO), Estação de Transferência de Resíduos (ETR), Célula de Aterramento de Rejeitos (Aterro Sanitário);

(iv) estudo de tecnologia para identificar a viabilidade de implantação de CTMB, com o intuito de realizar a biodigestão anaeróbica com geração biofertilizantes orgânicos que promovem, de forma segura e benéfica, o manuseio ambientalmente adequado dos resíduos orgânicos no próprio local de geração, o que possibilita uma correta destinação e, consequentemente, reduz o volume desses resíduos enviados para aterros sanitários ou descartados na natureza.

(v) implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e Ecopontos com soluções de valorização;

(vi) implantação de Estações de Transferência de Resíduos (ETRs);

(vii) implantação de sistemas de medição e verificação das metas de desvio de Aterro;

(viii) implantação de tecnologia de rastreabilidade e cobrança;

(ix) governança socioambiental e educação ambiental, com previsão de criação de Programa de Capacitação dos Entes atendidos pelo projeto;

(x) recuperação dos lixões nos Municípios atendidos pelo projeto.

Ademais, também são objeto da concessão, mediante adesão dos Municípios, os serviços de coleta e transporte de RDO, coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de RSS, RPU e RCD. A adesão a esses serviços demandará, ainda, a implantação de Unidade de Recebimento, Triagem e Reciclagem de RCD e a implantação de Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) de RSS. Nessa modelagem extremamente complexa, há uma integração entre obras e serviços, metas socioambientais e exigências tecnológicas que demandam inovação, de modo que:

- a solução técnica (ex.: desenho de rede logística, produtividade de frota, tecnologia de segregação/triagem, performance de compostagem, gestão de lixiviados, captura e aproveitamento de biogás/biometano) altera custo e resultado;

- a entrega não é “commodity”: diferentes metodologias geram eficiências não triviais e ganhos ambientais mensuráveis.

Segundo o projeto prevê a realização de obras de infraestrutura de grande porte - a exemplo da CVR, da recuperação de áreas degradadas e lixões, da construção de centrais de triagem mecânica semiautomáticas e de central de tratamento mecânico biológico -, as quais se enquadram no conceito de obras e serviços especiais de engenharia, que são previstos na Lei nº 14.133/2021 como uma das hipóteses que admitem o uso do critério técnica e preço.

Terceiro, diversos projetos similares, utilizados como benchmarking no presente caso, adotaram o critério *“técnica e preço”* para a seleção de seus contratados, a saber: CIAPRA/BA (CP nº 024/24); Salvador/BA (CP nº01/24); Belém/PA (CP nº. 02/23); Franca/SP (CP nº 10/23), Campo Mourão/PR (CP nº. 03/24), Vargem Grande/MA (CP nº. 01/23) e Itapevi/SP (CP nº. 21/19).

Isso demonstrava, no entendimento da área técnica, que a adoção do critério técnica e preço era adequada, por ser prática comum, escorreita e recomendada em contratos similares.

Todavia, em decisão prolatada no Processo TCM/BA n° 03450e26, baseada em conclusão da Diretoria de Assistência aos Municípios em relatório técnico sobre o certame em questão, a Corte de Contas estadual entendeu que o critério “técnica e preço” seria inadequado para o caso em questão.

Nesse sentido, o Tribunal indicou que o certame somente poderia prosseguir mediante a reestruturação do Edital, com a substituição do critério de “técnico e preço” pelo critério de “menor preço”, condicionada à apresentação, por todos os licitantes, juntamente com a proposta de preço, de plano de trabalho, metodologia, diagnóstico, cronograma de execução dos serviços e investimentos e mapas/roteiros de validação das premissas operacionais, como instrumentos de aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica das propostas.

Por essas razões, adotou-se, no caso em questão, o critério de julgamento de “menor preço”, através do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da Lei Federal n° 8.987/95, e no artigo 12, II, da Lei 11.079/2004, exigindo-se junto à proposta de preço a apresentação de plano de trabalho e metodologia, que permita a verificação da exequibilidade técnica e econômica das propostas, bem como a adequação destas com os parâmetros do Edital e seus Anexos.

## 2.6 CONCLUSÃO

Verifica-se que o projeto de concessão sob análise permite (i) a redução das despesas mensais dos 5 (cinco) municípios com os serviços de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos; (ii) a adequação dos serviços de tratamento e a destinação final de resíduos sólidos com as metas definidas pela Lei nº 12.305/10; (iii) mais eficiência na prestação dos serviços; (iv) a desoneração do Poder Público em investimentos em novas tecnologias para a prestação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos; (v) a geração de empregos diretos e indiretos para a região; e (vi) a redução progressiva do percentual de resíduos aterrados.

Além de inserir novas tecnologias no contexto social das cidades consorciadas, o Projeto pretende, principalmente, pôr fim a operações com destinação final inadequada, que afetam diretamente a saúde da população da região. Nos parâmetros de saneamento, o tratamento e a destinação final eficientes são fundamentais para a qualidade de vida humana.

Neste sentido, conclui-se pela plena viabilidade jurídica da concessão dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**); de resíduos públicos urbanos (**RPU**), de resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, na modalidade de Concessão Patrocinada.

Registre-se, ainda, que tal modelagem demonstra-se a mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, conforme demonstram os estudos de viabilidade econômico-financeira desenvolvidos.

# 3 MINUTA DO EDITAL, ANEXOS E CONTRATO

Em razão do volume de conteúdo dos documentos referidos neste tópico, os instrumentos comporão o Anexo A do presente estudo de viabilidade.

## 4 TRATAMENTO DE RISCOS

Os contratos de concessão, de um modo geral, são ajustes de longo prazo, que envolvem vultosos investimentos. Faz-se necessário, portanto, em tais hipóteses, o máximo de previsibilidade e de segurança possível, para que se construa um projeto viável e atrativo para o parceiro privado, tão importante para o sucesso de contratações dessa natureza.

Parte importante dessa previsibilidade perpassa pelo prognóstico dos riscos existentes e pela prévia distribuição destes entre as partes, que permite aos potenciais interessados ter maior clareza a respeito da sua capacidade para assumir os encargos contratuais e para gerir os riscos dele oriundos, sem que se comprometa a consecução das finalidades públicas pretendidas pelo Ente Público contratante.

O art. 4°, VI, da Lei 11.079/04, inclusive, prevê, como uma das diretrizes da contratação de Parceria Público-Privada, a repartição objetiva de riscos entre as partes. Daí porque se faz imprescindível, para o projeto do **CDS VELHO CHICO**, a dos riscos existentes e da melhor forma de alocação destes entre os futuros **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**.

No particular, há de se ressaltar que os riscos variam de projeto para projeto, de acordo com as particularidades de cada atividade por eles abarcada. Há, todavia, categorias de riscos *"comuns"* à maioria dos contratos de concessão, conforme demonstra a Figura 1 a seguir, extraída do *"Guia Prático para Estruturação de Programas e Projetos de PPPs"*[9], *com base em tabela prevista no "Public-Private Partnerships Reference Guide 1.0", do World Bank Institute*[10]*:*

[9] Radar PPP: Guia Prático para Estruturação de Programas e Projetos de PPP. 2014, p. 67. Disponível em: https://radarppp.com/biblioteca/guia-pratico-para-estruturacao-de-programas-e-projetos-de-ppp/

[10] World Bank Institute; PPIAF. 2012. Public-Private Partnerships: Reference Guide Version 1.0. World Bank, Washington, DC. © World Bank.

**Figura 1 - Categorias de riscos em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP)**

◆ Box 19: Categorias de Riscos em Contratos de PPP

As seguintes categorias de riscos são comumente alocadas para as partes em muitos contratos de PPP:

- **Terreno –** Riscos associados à disponibilidade e qualidade do espaço em que o projeto será implementado, a exemplo dos custos e do tempo para aquisição do terreno;
- **Ambiental –** Risco associado ao cumprimento de toda a legislação e procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental, com todas as contrapartidas e respectivos custos para obter as permissões necessárias ao empreendimento;
- **Desenho, Construção e Comissionamento –** Risco de que a construção demore mais tempo ou custe mais do que esperado, ou de que o desenho ou a qualidade da obra não cumpram os requisitos do projeto;
- **Operação –** Risco de que a operação não seja bem sucedida, incluindo o risco de interrupção no serviço ou disponibilidade do bem e o risco de que o custo de operação e manutenção da infraestrutura seja diferente do que o esperado;
- **Demanda -** O risco de que o consumo do serviço seja diferente do esperado, ou de que as receitas não sejam atingidas da forma como originalmente foi estimado;
- **Regulatório ou Político –** Risco de decisões regulatórias ou políticas, ou de que haja mudanças no arcabouço regulatório do setor que afetam o projeto;
- **Legislativo –** O risco de que haja alteração no arcabouço legal, sobretudo de ordem tributária;
- ***Default* –** Risco de que a concessionária se torne incapaz, financeiramente ou tecnicamente, de implementar o projeto;
- **Econômico e Financeiro –** Mudanças nas taxas de juros, câmbio ou inflação que possam afetar os resultados do projeto;
- **Caso Fortuito e Força Maior –** Risco de que eventos de natureza externa, fora do controle das partes, influenciem nos rumos da PPP;
- **Tecnológico –** Risco de obsolescência tecnológica vinculado aos equipamentos contratados para realização de determinado tipo de serviço cuja operação foi concedida em regime de PPP.

Fonte: Radar PPP (2014).

O projeto em análise, como não poderia deixar de ser, possui todas essas categorias de riscos, por envolver a construção e operação de um empreendimento **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS** (**CVR**), conjugada com a prestação de um serviço público (tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, com possibilidade ainda de coleta, transporte e transbordo/transferência). Tais categorias de riscos, obviamente, desdobram-se em riscos específicos, cuja alocação, para uma parte ou outra, deve considerar alguns critérios, especialmente (**i**) a capacidade da parte de prevenir a ocorrência do evento indesejável e (**ii**) a capacidade da parte de mitigar as consequências do evento indesejável. Tendo como base tais premissas e as particularidades do projeto, chegou-se ao seguinte formato no que diz respeito aos riscos do projeto em análise e a sua alocação entre as partes, conforme apresentado no Quadro 1.

Os custos e a memória de cálculo do valor dos riscos seguem no anexo III (Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira).

| MATRIZ DE RISCOS | | | | MEDIDAS MITIGATÓRIAS / TRATAMENTO DOS RISCOS |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | RISCO | RESPONSABILIDADE | | |
| | | CONCEDENTE | SPE | |
| 1 | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, dos projetos, do plano de execução ou do objeto do contrato pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | X | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 2 | Modificações em indicadores de desempenho, encargos, especificações ou condições de prestação dos serviços, promovidas unilateralmente pelo Poder Concedente ou Agência Reguladora. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| 4 | Atraso de emissão da Ordem de Serviço, inclusive por atraso na extinção dos contratos atuais que tenham objeto similar ao objeto do Contrato de Concessão, exceto se decorrente de fatos imputáveis à Concessionária. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Planejamento prévio de transição por parte do Poder Concedente;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 5 | Atraso pelo Poder Concedente na liberação e entrega de áreas e bens afetos à concessão, quando estas providências forem de sua responsabilidade. | x | | Interrupção do início do prazo de vigência do Contrato, conforme Cláusula 6.1 do Contrato;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos e revisão dos indicadores de desempenho |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | diretamente impactados, conforme Cláusula 22.6 do Contrato. |
| **6** | Passivos e prejuízos de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços, decorrentes de atos ou fatos ocorridos ou originados antes da assunção dos serviços pela Concessionária, inclusive aqueles atribuíveis do antigo responsável pela prestação de serviços objeto da concessão. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **7** | Obtenção ou regularização das Licenças Ambientais e Autorizações no âmbito municipal relativas ao sistema existente previamente à assunção dos serviços pela Concessionária | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **8** | Vícios ocultos nos bens cedidos à Concessionária pelo Poder Concedente, assim considerados aqueles não apontados no Termo de Vistoria dos Bens e que não poderiam ter sido identificados pela Concessionária, quando do recebimento dos bens. | **x** | | Vistorias prévias pelo Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **9** | Impossibilidade de cobrança dos serviços públicos objeto da Concessão, inclusive em razão da não viabilização do cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ou de impedimentos de natureza jurídica, regulatória ou institucional, desde que não decorrentes de ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | (i) Obrigação do Poder Concedente de envidar esforços para viabilização do cofaturamento, conforme Cláusulas 8.3.1 e seguintes;<br><br>(ii) previsão contratual de regime alternativo de cobrança direta, conforme Cláusula 8.3.2 e seguintes;<br><br>(iii) aplicação do mecanismo de compartilhamento do risco de inadimplência extraordinária, nos termos do Risco 26 e das cláusulas contratuais específicas (especialmente a Cláusula 8.3.2.5 e seguintes); |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | (iv) Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato |
| **10** | Responsabilidade sobre os passivos já existentes ou originados em data anterior à data da assunção dos serviços, ainda que verificados ou conhecidos após tal data, bem como pelas compensações, e condicionantes que não estejam previstas no Edital ou nas licenças ambientais disponibilizadas pelo Poder Concedente, e desde que não sejam decorrentes de ação ou omissão da Concessionária. | **x** | | |
| **11** | Atraso no cumprimento dos cronogramas quando vinculado a obrigações alocadas ao Poder Concedente | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **12** | Impactos decorrentes de descobertas arqueológicas no terreno, incluindo atrasos no cronograma dos investimentos sob responsabilidade da Concessionária, prejuízos ao atingimento dos indicadores de desempenho e das metas, bem como perdas de receita e custos adicionais experimentados pela Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **13** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações requeridas em tempo hábil pela Concessionária, desde que cumpridas todas as exigências do órgão competente e não caiba nenhuma outra providência adicional à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **14** | Mudanças nas legislações que afetem diretamente os encargos e custos para a prestação do serviço e comprometam o equilíbrio original do Contrato de Concessão | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **15** | Interdição total ou parcial das áreas e bens vinculados à concessão, por causas não imputáveis à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **16** | Decisões judiciais ou arbitrais que impactem negativamente a execução do Contrato, especialmente aquelas que interrompam a prestação dos serviços e que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de cobrar as tarifas ou de reajustá-las de acordo com o estabelecido no Contrato, desde que não tenham sido ocasionadas por atos ou omissões da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **17** | Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda, após a data de apresentação da proposta comercial. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **18** | Caso fortuito ou força maior não seguráveis, fato do príncipe e fato da Administração. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **19** | Efeitos decorrentes do atraso na realização das desapropriações, servidões, limitações administrativas, ou, ainda, do parcelamento e regularização de registro dos imóveis, desde que tal atraso não tenha sido causado por ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **20** | Ocorrência de greves dos servidores e/ou empregados do Poder Concedente que afetem diretamente a prestação dos serviços ou a execução das obras objeto do Contrato. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **21** | Comoções ou manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução dos serviços ou a execução das obras, especialmente se eventuais perdas e danos causados por tais eventos não forem passíveis de cobertura por seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, desde que não tenham sido decorrentes de atos ou omissões da Concessionária | **x** | | Suporte institucional e policial por parte do Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **23** | Custos de ações judiciais (despesas processuais, honorários e valor da condenação) de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **24** | Anulação do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Indenização à Concessionária, contemplando as rubricas listadas na Cláusula 36.6 do Contrato, a ser calculada em observância aos critérios estabelecidos nas Cláusulas 37.4 e 37.5 do Contrato |
| **25** | Inadimplência dos **USUÁRIOS** em patamar acima do previsto em plano de negócios referencial, quando implementado o regime de cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de água e esgoto. | | **x** | Adoção de práticas eficientes de cobrança, controle de inadimplência e gestão de créditos pela Concessionária |
| **26** | Atraso na implantação do projeto de engenharia e investimentos previstos no Caderno de Encargos | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **27** | Erro ou omissões nos levantamentos necessários para a elaboração da proposta comercial e para a execução do objeto do contrato. | | **x** | Análise aprofundada dos estudos pela Concessionária |
| **28** | Falhas na prestação dos serviços e erros ou falhas causadas pelos subcontratados, empregados ou terceirizados. | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **29** | Erro ou omissões nos projetos de engenharia elaborados pela Concessionária e falhas na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **30** | Danos comprovadamente causados pela Concessionária aos imóveis vizinhos na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução de seguros contratados. |
| **31** | Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do objeto do contrato. | | **x** | Assunção dos encargos pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **32** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **33** | Riscos de saúde e segurança dos trabalhadores | | **x** | Cumprimento das NRs; programas de saúde e segurança; treinamentos periódicos; EPI/EPC; e fiscalização interna pela Concessionária;<br><br>Assunção de eventuais ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **34** | Prejuízos causados aos usuários e a terceiros após a assunção dos serviços | | **x** | Execução de seguros contratados; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **35** | Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados. | | **x** | Diversificação de fornecedores e *due dilligence* para seleção destes pela Concessionária;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente |
| **36** | Prejuízos decorrentes de eventual paralisação da prestação dos serviços, por ato ou fato imputável à Concessionária. | | **x** | Fiscalização da execução contratual pela Agência Reguladora, com o apoio do Poder Concedente;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente;<br><br>Aplicação de penalidades contratuais. |
| **37** | Responsabilidade civil, administrativa, criminal e ambiental por danos decorrentes da execução do objeto do contrato, com exceção de obrigações e passivos atribuídos ao Poder Concedente. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **38** | Quebra das metas e não cumprimento indicadores de desempenho entre a Concessionária de serviços públicos e o **PODER CONCEDENTE**, motivado pela não implementação efetiva da cadeia de serviços ofertas. Fato esse que é motivado apenas em casos da **ADESÃO E TRANSFERÊNCIA PARCIAL** da execução para Concessionária, restando assim nesse caso necessidade de participação ativa do **PODER CONCEDENTE** na execução direta de parcela relevante desses serviços | **x** | | Sistema de monitoramento de desempenho;<br><br>Previsão de incentivos para desempenho adequado;<br><br>Previsão de penalidades proporcionais para desempenho inadequado. |
| **39** | Variação da taxa de câmbio | | **X** | Priorização de insumos nacionais e gestão financeira ativa pela Concessionária |
| **40** | Alterações no plano de investimentos e nos projetos, e no método de execução, por mera liberalidade da Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **41** | Variação dos custos operacionais, de manutenção, de aquisição, de investimentos, inclusive imobiliários, dentre outros de mesma natureza para o cumprimento das metas da concessão. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **42** | Término do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **43** | Todos os riscos relacionados à exploração de atividades que gerem receitas extraordinárias e possíveis prejuízos que resultem de sua execução. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **44** | Não obtenção do retorno econômico-financeiro previsto pela Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **45** | Não obtenção de financiamentos pela Concessionária. | | **x** | Estruturação prévia; cartas de intenção; garantias adequadas e diversificação de fontes pela Concessionária. |
| **46** | Aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela Concessionária para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da concessão | | **x** | Busca por taxas prefixadas; renegociação contratual com financiadores e planejamento financeiro pela Concessionária; |
| **47** | Custos diretos e indiretos relacionados a invasões de imóveis que façam parte dos bens da concessão e que tenham sido disponibilizados livres e desembaraçados pelo Poder Concedente à Concessionária. | | **x** | Medidas de segurança patrimonial por parte da Concessionária; |
| **48** | Danos ambientais originados após a assunção dos serviços objeto da concessão | | **x** | Licenciamento ambiental adequado;<br><br>Monitoramento ambiental pela Concessionária. |
| **49** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações pela Concessionária, em razão de fatos ou atos a ela imputáveis | | **x** | Observância das diretrizes ambientais do projeto;<br><br>Planejamento e observância dos prazos de implantação dos empreendimentos pela Concessionária;<br><br>Aplicação das sanções contratuais |
| **50** | Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente. | | **x** | Monitoramento pela Concessionária;<br><br>Elaboração de planos corretivos imediatos pela Concessionária; |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **51** | Não observância das diretrizes ambientais constantes do Edital ou alteração das concepções, projetos ou especificações por ato ou fato imputável à Concessionária, que implique em emissão de nova(s) licença(s). | | **x** | Análise e aprovação dos projetos pelo Poder Concedente;<br><br>Fiscalização contratual;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **52** | Ocorrência de greves e efeitos de dissídios coletivos dos empregados da Concessionária | | **x** | Desenvolvimento de plano de contingência pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **53** | Custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução da concessão. | | **x** | Desenvolvimento de política de gestão de litígios e prevenção de danos pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **54** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos equipamentos e estruturas destinados às Cooperativas e Associações | | **x** | Vigilância patrimonial pela Concessionária;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **55** | Inadimplência dos usuários no pagamento da **TUF** de **RDO**, na hipótese de adoção do regime de cobrança direta aos usuários pela Concessionária, ou seja, sem a implementação do cofaturamento com os serviços de água e esgoto:<br>• Até 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o risco é integralmente da Concessionária;<br>• Acima de 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o excedente a esse percentual é de responsabilidade do Poder Concedente | **x** | **x** | Previsão de complementação automática da remuneração da Concessionária em caso de inadimplência em patamares extraordinários, na forma e nas condições estabelecidas na Cláusula 8.3.2.5 e seguintes do Contrato |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **56** | Variação das despesas com regulação e fiscalização<br>• Dentro do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato<br>• Fora do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização qualquer parte poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro do contrato | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos das Cláusulas 28.5.2 e 28.5.3 do Contrato e na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, |
| **57** | Variação da demanda projetada de estoques no **CADERNO DE ENCARGOS**<br>• Dentro do intervalo de 85% a 115%: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.<br>• inferior a 85% ou superior a 115%: qualquer parte poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. **Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos**. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 8 de janeiro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

BRASIL. Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2015**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.** Diário Oficial da União, 16 de julho de 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 14 de fevereiro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho DE 1995. **Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 8 de julho DE 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9074cons.htm>. Diário Oficial da União, 03 de agosto de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.** Diário Oficial da União, 22 de junho de 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ESTUDOS DE VIABILIDADE JURÍDICO INSTITUCIONAL**

**EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 02/2023 E 01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**GLOSSÁRIO**

| | |
|---|---|
| CDS | Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico |
| CS | Coleta Seletiva |
| CVR | Central de Valorização de Resíduos |
| ETR | Estarão de Transferência de Resíduos |
| PEV | Ponto de Entrega voluntária |
| PNRS | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| PPP | Parceria Público-Privada |
| RCD | Resíduos da Construção e Demolição |
| RDO | Resíduos Sólidos Domiciliares |
| RPU | Resíduos Públicos Urbanos |
| RSS | Resíduos do Serviço de Saúde |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 1 OBJETIVO

O objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade jurídico institucional da Concessão Patrocinada pretendida, dando-se, assim, continuidade aos elementos necessários e fundamentais para modelagem e estruturação da concessão dos serviços de gestão de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), dos resíduos públicos urbanos (**RPU**), dos resíduos da construção civil e demolição (**RCD**), dos resíduos dos serviços de saúde (**RSS**), de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, para os 5 (cinco) municípios que integram o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), quais sejam: Morpará, Ibotirama, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos e Paratinga.

Neste sentido, o presente documento apresenta os fundamentos que justificam o modelo jurídico escolhido pelo Consórcio Público, dispondo sobre os elementos jurídicos e os fundamentos legais que respaldam a contratação pretendida.

Para tanto, nos tópicos seguintes, serão realizados o levantamento e a análise da legislação que regulamenta a concessão de serviços públicos, visando à proposição de um modelo de contratação da concessão, e do panorama legislativo acerca dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, especialmente no que se refere à sua aplicação aos 5 (cinco) municípios membros do **CDS VELHO CHICO** que compõem a iniciativa.

Por fim, serão apresentadas as recomendações e instrumentos jurídicos necessários à viabilização da concessão, bem como os riscos existentes e a sua alocação entre as partes.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 2 PARECER SOBRE A CONTRATAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO

Para fins de organização, o parecer a respeito da viabilidade jurídica do Projeto de contratação, mediante concessão dos serviços de Gestão de **RDO**, de **RPU**, de **RCD**, de **RSS**, de **CS** e atividades correlatas nos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO**, será dividido em alguns subtópicos:

a) O primeiro abordará a legislação aplicável ao caso;
b) O segundo abordará os aspectos jurídicos do modelo de contratação proposto;
c) O terceiro abordará os requisitos legais para a realização da concessão;
d) O quarto trará as conclusões das considerações realizadas nos tópicos precedentes.

### 2.1 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente estudo encontra-se fundamentado nas normas abaixo elencadas:

i. **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

ii. **LEI N° 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

iii. **LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

iv. **LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 14.133, de 01 de abril de 2021, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

v. **LEI FEDERAL N° 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

vi. **LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.

vii. **LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

viii. **DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

ix. **LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.

Todas as normas supra elencadas têm relevância na implementação da concessão proposta, de forma que devem compor o alicerce das decisões tomadas no estudo quanto à modelagem mais adequada para a prestação dos serviços públicos a serem concedidos e para a consecução do interesse público.

Tratando especialmente de estudos correlatos à prestação do serviço de saneamento básico, verifica-se que a concessão encontra-se em estrita consonância com o que prevê a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico, introduzindo mudanças relevantes e estruturais na prestação do serviço de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (**PNRS**), estabelecendo novas metas para a universalização dos serviços de saneamento.

O marco regulatório do saneamento básico prevê que os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de saneamento deverão conter expressamente, sob pena de nulidade, cláusulas relativas a metas de expansão e de qualidade, possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, ou provenientes de projetos associados, metodologia de cálculo de eventual indenização por bens reversíveis, bem como a repartição de riscos entre as partes, inclusive relacionados a caso fortuito, força maior e a álea econômica extraordinária.

Neste mesmo sentido, verifica-se que o art. 10 do marco legal do saneamento básico prevê, em atenção ao art. 175 da Constituição Federal, que a prestação dos serviços públicos de saneamento dependerá da celebração de contrato de concessão – seja comum, patrocinada ou administrativa, sendo



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Tais alterações previstas pelo novo marco regulatório foram integralmente incorporadas pela concessão ora analisada, inexistindo qualquer reparo a ser feito neste particular.

**2.2 PROPOSTA DE MODELO DE CONTRATO: CONCESSÃO PATROCINADA**

Seguindo o escopo proposto, cuida-se neste tópico da apresentação do modelo de contratação pública proposto no projeto, apresentando os fundamentos e as justificativas que o embasam, em consonância com os objetivos do **CDS VELHO CHICO**.

Como cediço, a concessão é o instituto jurídico mediante qual o **PODER CONCEDENTE**, titular de um determinado serviço público, delega, total ou parcialmente, mediante licitação, a sua prestação a pessoa jurídica privada ou a consórcio de empresas que deverá prestá-lo em nome próprio, durante prazo determinado e sob condições contratuais e extracontratuais estabelecidas pelo próprio Poder Público.

No âmbito infraconstitucional, o regime jurídico da concessão é delimitado, prioritariamente, pela Lei Federal nº 8.987/95, pela Lei Federal nº 9.074/95 e pela Lei Federal nº 11.079/04, sendo esta última norma atinente às denominadas Parcerias Público-Privadas (PPPs).

A Lei Federal nº 8.987/95, cuja incidência recai tanto sobre as Concessões Comuns como sobre as Parcerias Público-Privadas (complementar e subsidiariamente, nos termos do art. 3°, *caput* e §1°, da Lei 11.079/04), prescreve as regras gerais aplicáveis ao instituto, especialmente quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas; à forma e remuneração da prestação do serviço objeto; e às disposições contratuais que deverão reger esta relação jurídica.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Como cediço, a **Concessão Comum**, regida pela Lei de Concessões e pela Lei nº 9.074/95, consiste no contrato pelo qual a Administração Pública delega a uma pessoa jurídica de direito privado (ou a um consórcio de empresas) a execução remunerada de serviços públicos, de forma que o concessionário os explore, por sua conta e risco, por prazo e condições contratualmente determinadas, **sendo remunerado, no particular, eminentemente pela cobrança de tarifa diretamente dos usuários** do serviço explorado, sem nenhuma complementação pública para a composição da receita da Concessionária.

Assim, as principais características desse modelo de contratação administrativa são: (**i**) a adoção de tarifa compatível com a amortização dos investimentos a serem executados pelo concessionário, observada a necessidade de modicidade tarifária, e (**ii**) a prestação de serviço público pelo privado (assim caracterizado por meio de lei), por sua conta e risco, desde que garantidos parâmetros mínimos de qualidade na respectiva execução.

De tal modo, o concessionário privado conduz as atividades por sua conta e risco, devendo a sua remuneração advir integralmente dos usuários, ressalvados subsídios pontuais previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

A **Concessão Patrocinada**, por sua vez, regida pela Lei Federal nº 11.079/04, envolve, **adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários** dos serviços públicos prestados, **contraprestação pecuniária do parceiro público** ao parceiro privado, na forma de contraprestação pública ou aporte público.

Já a **Concessão Administrativa**, igualmente regida pela Lei Federal nº 11.079/04, consiste em modelo em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço público ou de utilidade pública delegada, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou fornecimento e a instalação de bens. Neste modelo, a **remuneração do privado é composta unicamente por uma**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**contraprestação paga pelo parceiro público**, inexistindo cobrança de tarifa pelo concessionário.

Tradicionalmente, os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, quando concedidos, utilizavam o modelo de Concessão Administrativa, com contrapartida direta da Administração Pública, notadamente em razão da dificuldade em individualizar o uso do serviço por cada usuário, de modo a viabilizar a cobrança de tarifa.

As alterações trazidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico, em especial na redação do artigo 35 da Lei nº 11.445/07, representam mudanças significativas, e igualmente positivas, no cenário que se pretende implementar após a vigência da Lei nº 14.026/2020.

O dispositivo inovou ao possibilitar, de um lado, a estimativa do uso do serviço por cada unidade usuária, com base no consumo de água da unidade, e, de outro, a cobrança da tarifa na fatura de consumo de outros serviços, a exemplo dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento. Assim, a nova lei facilitou, em muito, a implementação de concessões de manejo de resíduos sólidos com cobrança de tarifa diretamente ao usuário.

No presente caso, o contrato de concessão englobará a construção e operação de central de valorização de resíduos (**CVR**) para tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), a título de serviço obrigatório, e, mediante adesão, de resíduos públicos urbanos (**RPU**), de resíduos de saúde (**RSS**) e de resíduos da construção civil e demolição (**RCD**). Também está prevista a construção e a operação de estações de transferência de resíduos (**ETR)**, de ecopontos e de pontos de entrega voluntária (**PEVs**), de modo a viabilizar a prestação de serviço público de qualidade e a adequação aos preceitos e às exigências da **POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**PNRS**).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Prevê-se, ainda, a possibilidade de prestação dos serviços de coleta, transporte e transbordo (transferência) de **RDO**, **RPU**, **RSS**, **RCD** e **CS**, por parte da concessionária, mediante adesão dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**, por instrumento próprio.

O modelo considerou a prestação de serviços públicos em um horizonte de 30 (trinta) anos, com investimentos em infraestrutura operacional e urbana pelo setor privado, de modo a proporcionar a otimização do gerenciamento operacional compartilhado entre os Municípios com redução de custos fixos, melhor aproveitamento do parque de equipamentos, atendimento às metas definidas pelo **POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS** (**PNRS**) e redução também do percentual de incidência dos gastos inerentes à administração local.

No presente caso, o objeto principal e obrigatório da concessão a prestação de serviços divisíveis e individualizados (manejo de **RDO**), que por natureza, devem ser objeto de cobrança direta ao usuário final, via taxa ou tarifa, em razão de **obrigação legal expressa, inafastável e específica para os serviços de manejo de resíduos sólidos**, constante do art. 35 da Lei do Saneamento:

> Art. 35. As **taxas ou as tarifas** decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de **manejo de resíduos sólidos** considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar: [...]
> § 2º A **não proposição de instrumento de cobrança** pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, **configura renúncia de receita** e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

Como se vê, a ausência de instituição de taxa ou tarifa – por meio das quais se concretiza a cobrança direta ao usuário – configura renúncia de receita, atraindo situação de irregularidade e ilegalidade para o Município que assim proceder.

Optou-se, então, pela cobrança de tarifa aos usuários do serviço (e não de taxa). Isso porque, caso se optasse pela cobrança de taxa, ficaria a cargo do Poder Concedente a gestão da cobrança da taxa, de sorte que a Concessionária estabeleceria relação direta exclusivamente com o Poder Público, recebendo dele a integralidade da sua remuneração.

Ocorre que essa modelagem é vista como arriscada pela iniciativa privada, que, em regra, prefere o risco pulverizado de inadimplência usurário final, e não o risco concentrado de inadimplência do Ente Público.

Nesse sentido, veja-se as considerações do Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos do Governo Federal ressalta, ao enfrentar as duas possibilidades (remuneração triangulada com o Poder Concedente ou diretamente cobrada do usuário final):

> Em uma PPP, **a relação financeira entre o poder público e a concessionária é direta**, pois os recursos que remuneram os serviços são em sua totalidade, no caso de uma concessão administrativa, ou em parte, no caso de uma concessão patrocinada, recolhidos pelo poder público e repassados à concessionária. Portanto, **o risco de inadimplência reflete, no todo ou em parte, a pontualidade dos pagamentos devidos pelo poder público**. Já em uma concessão comum, em que a concessionária é responsável por cobrar a tarifa, o risco de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

> inadimplência está relacionado ao comportamento dos usuários e cabe à concessionária fazer as gestões necessárias para recolher os valores devidos. **Em muitos casos, os agentes privados podem se sentir mais capacitados a lidar diretamente com o risco de inadimplência do usuário em vez do risco de inadimplência do poder público**, ainda que se disponibilize uma estrutura de garantias sólidas.

Logo, dada a opção pela cobrança de tarifa diretamente ao usuário do serviço, o modelo de Concessão Administrativa seria inviável e incompatível. Tal escolha alinha-se, inclusive, às melhores práticas para contratos de concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos[1].

Resta, então, justificar a escolha do modelo de Concessão Patrocinada em detrimento da Concessão Comum.

Como já esposado, a Concessão Patrocinada prevê, adicionalmente à tarifa cobrada do usuário dos serviços públicos prestados, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, na forma de **contraprestação pública ou aporte público**.

Desse modo, quando não é viável remunerar a prestação dos serviços concedidos integralmente via tarifa cobrada do usuário final sem comprometer a modicidade tarifária, prevê-se a complementação de recursos por parte do Poder Concedente, garantindo, por conseguinte, a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

[1] Esse foi o entendimento firmado, em conjunto, pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal (PPI); pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP) da Caixa Econômica Federal; e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); no Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos (p. 24/25). Também é esse o entendimento manifestado expressamente por diversos órgãos federais, conforme Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA (Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente); Resolução CPPI nº 254/2022; Resolução CFEP nº 22/2018; Resolução CFEP nº 50/2022; Resolução CFEP nº 52/2022.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

É o que ocorre no presente caso. Da análise dos estudos econômico-financeiros, verifica-se que, **o modelo de cobrança proposto, realizado mediante faturamento conjunto com os serviços de abastecimento de água e esgotamento (realizado pela EMBASA e/ou por SAAEs), viabiliza que o Projeto seja remunerado sem a necessidade de complementação de remuneração por parte do Poder Concedente, dados os índices reduzidos de inadimplência do modelo de cofaturamento.**

Contudo, **cabe ao Poder Concedente**, na forma do Contrato (Cláusula 8.3.1 e seguintes e Cláusulas 26.3 e 26.4) e da Matriz de Riscos (Riscos nº 9 e 26), **viabilizar a realização do faturamento conjunto**, mediante a celebração de parceria com a EMBASA e/ou por SAAEs da região, de modo que, **caso tal obrigação contratual seja descumprida, a elevação da taxa de inadimplência** dos usuários finais atrairá o compartilhamento do risco de inadimplência, com a consequente realização de aporte público, caso a inadimplência supere a taxa de 9,5%, prevista na Matriz de Riscos como "inadimplência ordinária".

Justifica-se, assim, a escolha pelo modelo de Concessão Patrocinada, com previsão de aporte público eventual, em caso de (i) não concretização do modelo de cofaturamento inicialmente previsto e (ii) ocorrência de inadimplência extraordinária, assim considerada a inadimplência superior a 9,5%, prevista em Contrato e na respectiva Matriz de Risco.

Destarte, em razão das características da concessão patrocinada, combinada à análise da natureza e da peculiaridade dos serviços, não há dúvida de que este é o modelo que melhor se encaixa às necessidades do referido contrato de concessão.

O modelo ainda possibilita a prestação dos demais serviços da cadeia (coleta, transporte e transbordo/transferência) pela concessionária, com o intuito



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

de proporcionar a prestação adequada de todos os serviços que compõem a cadeia de manejo de resíduos sólidos, de maneira economicamente sustentável.

Frise-se que não há óbice jurídico à adesão posterior dos 5 (cinco) municípios aos serviços mediante instrumento próprio, acessório ao contrato de concessão, que conterá as premissas principais da relação, principalmente porque todos os 5 (cinco) municípios delegaram regularmente ao **CDS VELHO CHICO** a competência para delegar a prestação dos serviços relacionados aos serviços de saneamento básico, como um todo (aí incluídos o manejo adequado de resíduos sólidos).

A própria licitação para a concessão, no caso em análise, respaldará, juridicamente, a aderência dos gestores dos 5 (cinco) municípios aos serviços de coleta, transporte e transbordo/transferência de resíduos, sendo necessária apenas a demonstração, em procedimento próprio, da vantajosidade da aderência em relação à contratação comum, em separado, dos mesmos serviços pela municipalidade.

Desta forma, o modelo contratual da concessão patrocinada se mostra viável para o presente contrato de concessão.

Uma vez assentada a melhor adequação da concessão patrocinada como modelo contratual aplicável para a execução do contrato de concessão, cumpre-nos analisar o marco regulatório do modelo da concessão patrocinada, com vistas a verificar os requisitos e ações necessários à delegação de tais serviços no âmbito dos 5 (cinco) municípios.

**2.3 A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONCESSÃO.**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Feitos os necessários apontamentos a respeito da definição do modelo de contrato (PPP Patrocinada), cumpre tecer breves considerações a respeito do escopo da Concessão, de modo a justificar (i) quais serviços de manejo de resíduos sólidos foram incluídos no objeto do Contrato de Concessão e (ii) a definição de quais desses serviços obrigatoriamente concedidos e quais serão facultativos, cabendo a cada Município Consorciado optar – ou não – pela sua prestação no âmbito do presente Contrato, fazendo-o mediante a celebração do Termo de Adesão aos Serviços Opcionais anexo à Minuta de Contrato (Anexo II.4 do Edital).

Segundo a Lei do Saneamento Básico (nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010), os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos compreendem as seguintes atividades:

a. Coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, destinação final de resíduos sólidos; e

b. Varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros eventuais serviços de limpeza urbana.

As atividades listadas acima no item “a” compõem o Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), ao passo que as constantes do item “b” compõem os Serviços de Limpeza Urbana (SLU), de acordo com o Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos do Governo Federal[2].

[2] Disponível em: https://www.ppi.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/CONCESSAO-DE-SERVICOS-DE-MANEJO-DE-RESIDUOS-SOLIDOS-URBANOS.pdf



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Tais atividades são classificadas, quanto ao destinatário do serviço, como (i) divisíveis (individuais ou uti singuli), assim considerados os serviços públicos prestados à coletividade de forma indivisível, não sendo possível mensurar o uso de cada indivíduo, ou (ii) indivisíveis (gerais ou uti universi), assim considerados os serviços públicos divisíveis e mensuráveis, permitindo a identificação do beneficiário e a cobrança individualizada.

A referida classificação tem especial relevância no estudo dos serviços públicos em geral, notadamente para estruturação de projetos de concessão, uma vez que impacta diretamente na forma de cobrança pelo serviço prestado. Enquanto os serviços divisíveis podem (e por vezes devem) objeto de cobrança direta ao usuário, via taxa ou tarifa, os serviços indivisíveis devem ser financiados por impostos.

Nesse contexto, são consideradas divisíveis todas as atividades que compõem o SMRSU, referentes ao manejo de resíduos[3] (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, destinação final) e indivisíveis as atividades vinculadas à limpeza urbana (SLU).

Pois bem. São objeto do presente Projeto precisamente as atividades que compõem o SMRSU (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento e destinação final). Como já esposado, tais atividades são consideradas serviços divisíveis, que, portanto, podem (e devem) ser objeto de cobrança por tarifa ou taxa, tendo o **CDS VELHO CHICO** optado, na estruturação do Projeto, pela cobrança por tarifa.

Quanto aos tipos de resíduos, o Projeto abarca (i) os Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO), originários de atividades domésticas em residências urbanas[4]; (ii) os Resíduos de Limpeza Urbana (RPU)[5], originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, que, em conjunto com o RDO, compõem os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) [6]; (iii) os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), gerados nos serviços de saúde[7]; e (iv) os Resíduos da Construção Civil (RCC ou RCD), gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil[8].



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

[3] Esse foi o entendimento firmado, em conjunto, pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal (PPI); pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP) da Caixa Econômica Federal; e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); no Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos (p. 24/25). Também é esse o entendimento manifestado expressamente por diversos órgãos federais, conforme Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA (Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente); Resolução CPPI nº 254/2022; Resolução CFEP nº 22/2018; Resolução CFEP nº 50/2022; Resolução CFEP nº 52/2022.

[4] Art. 13, I, a, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[5] Art. 13, I, b, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[6] Art. 13, I, c, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[7] Art. 13, I, g, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).

[8] Art. 13, I, h, da PNRS (Lei nº 12.305/2010).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Apesar de ter como objeto todos os serviços da cadeia de manejo de resíduos sólidos (SMRSU), referentes aos tipos de resíduos acima elencados (RDO, RPU RSS e RCC), a modelagem do Contrato de Concessão prevê que apenas os serviços de transbordo, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO) são obrigatoriamente concedidos. Os demais serviços, embora sejam objeto do contrato, só serão efetivamente concedidos e prestados pela contratada mediante a adesão, pelos Municípios.

Destarte, tem-se que, no âmbito do Contrato, é facultativa, dependendo de adesão por parte de cada Município, a concessão dos seguintes serviços: (i) coleta e transporte de RDO e (ii) todos os serviços de manejo (coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento e destinação final) de RPU, RSS e RCD.

As razões para tanto estão previstas nos Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e nos Estudos de *Value for Money*, bem como no Anexo XXI do Edital, mas podem ser aqui sintetizadas.

Quando iniciados os estudos para estruturação da Concessão, ainda na fase de diagnóstico e planejamento, constatou-se que os Municípios Consorciados tinham contratos vigentes para coleta domiciliar (RDO), ao passo que os serviços de transbordo, triagem, tratamento e destinação final sequer eram prestados na região, estando em situação de irregularidade, com uso de lixão, precisamente porque a solução individualizada do problema de cada Município (sem regionalização e investimento privado) era economicamente inviável.

Nesse contexto, os estudos concluíram que o problema mais grave, urgente e central, vivido por todos os Municípios Consorciados, diz respeito justamente às atividades de transbordo, triagem, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares (RDO). Como consequência, foi proposta uma modelagem que contemplasse obrigatoriamente esses serviços para todos os municipios



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Em relação aos demais serviços, os estudos constataram que (i) há contratos vigentes de coleta domiciliar em todos os Municípios, em condições bastante distintas entre si; (ii) quanto aos demais serviços, a qualidade e a abrangência da prestação varia bastante de um Município para outro; e (iii) há diversos pontos de ineficiência e melhoria a serem explorados. Como consequência, foi proposta uma modelagem que também contempla esses serviços, porém de forma facultativa, de modo a oferecer a solução completa e respeitar as particularidades e a autonomia de cada Município.

**2.4 REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO.**

A Lei 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a Lei 11.445/2007 (com alterações promovidas pela lei 14.026/2020), que estabelece as diretrizes para o saneamento básico, preveem que a concessão de serviços públicos de saneamento básico depende de prévia licitação, na modalidade concorrência, condicionada a:

a) ato autorizativo da autoridade competente, fundamentado em estudo técnico que demonstre, entre outras coisas, a conveniência e oportunidade da contratação;
b) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato;
c) declaração do ordenador da despesa que demonstra que as obrigações contraídas pelo Poder Público são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias;
d) estimativa do fluxo de recursos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato, das obrigações contraídas pelo Poder Público;
e) previsão do objeto contratado no plano plurianual;
f) realização de audiência e de consulta pública acerca dos instrumentos editalícios e contratuais;
g) licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para licenciamento ambiental do empreendimento, sempre que o objeto do contrato exigir.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Neste espeque, a Lei nº 11.445/2007 (com alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020), também estabelece, em seu art. 10-A, as condições de validade dos contratos. Impõe-se, ainda:

a) a autorização para a contratação dos serviços, com indicação dos respectivos prazos e da área a ser atendida;
b) a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços;
c) as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
d) as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, incluindo o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas, a sistemática de reajustes e revisões e a política de subsídios;
e) os mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização; e, por fim,
f) as hipóteses de intervenção e retomada dos serviços.

Em síntese, da análise conjunta que se faça da Lei Federal nº 11.445/2007 (com alterações promovidas pela Lei nº 14.026/2020), da Lei Federal nº 11.079/04, do Protocolo de Intenções firmado pelo **CDS VELHO CHICO** e das Leis Orgânicas de cada Município que integram o Consórcio, tem-se os seguintes requisitos para a concessão de serviços públicos de saneamento básico:

a) autorização legal para a delegação dos serviços públicos de saneamento básicos de cada município;
b) existência de normas de regulação da concessão dos serviços públicos e a designação da entidade de regulação e fiscalização;
c) existência de Planos Municipais, Regional ou Estadual de Saneamento Básico ou Saneamento Ambiental ou ainda os estudos que fundamentaram a concessão, como prescrito no parágrafo único art. 19, da Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal de Saneamento);
d) existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e) declaração do ordenador das despesas de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual;
f) seu objeto estar previsto no plano plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;
g) realização de audiência e de consulta pública prévias, acerca do Edital e do Contrato propostos;
h) realização de licitação, na modalidade concorrência, precedida de publicação de ato autorizativo da concessão, lastreado em estudo técnico que demonstre a conveniência e a oportunidade da contratação.

Analisando-se o presente projeto, verifica-se que os 5 (cinco) municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** aprovaram, em suas respectivas Câmaras, lei autorizativa da Concessão Patrocinada e da delegação de competências ao Consórcio Público, de modo que está comprovado o atendimento ao requisito "a", acima indicado.

Também está satisfeito o requisito "b", na medida em que a Minuta de Contrato proposta atribui à **AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA** (**AGERSA**) uma série de competências no âmbito da concessão, além de preservar as competências que decorrem de lei, até que seja criada agência reguladora Intermunicipal específica pelo **CDS VELHO CHICO**.

A respeito do requisito "c", tem-se que existe o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do Governo do Estado da Bahia e os estudos, projetos e modelagens desenvolvidos no âmbito do Governo do Estado da Bahia com viés de construção de arranjos para a regionalização da cadeia de serviços de resíduos sólidos que fundamentam a concessão, satisfazendo o requisito legal para os fins deste Projeto – concessão de serviços públicos de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

adequada de resíduos sólidos, conforme prescrito na Lei nº 14.026/2020, Novo Marco Legal de Saneamento.

Além disso, os próprios estudos que fundamentam a presente concessão são considerados, por Lei, como instrumento de planejamento adequado, nos termos do art. 19, parágrafo único, da Lei nº 14.026/2020.

Quanto ao requisito “d”, nota-se que foram realizados estudos aprofundados, pautados em minucioso levantamento de dados reais, que comprovam a viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto, bem como que o Edital de Licitação proposto adota a modalidade concorrência, conforme exigência legal.

Os requisitos “e” e “f”, por sua vez, dependem primordialmente do juízo de conveniência e oportunidade de cada gestor a respeito da aderência ou não aos serviços “opcionais” da Concessão. A partir daí, deverão ser realizadas as adequações orçamentárias devidas, incluindo-se os serviços contratados no plano plurianual municipal. Tal previsão consta da Minuta de Termo de Adesão aos Serviços Opcionais anexo ao Contrato de Concessão.

Em relação ao requisito “g”, tem-se que o Edital de Licitação, o Contrato de Concessão, os respectivos anexos e os demais estudos de estruturação e modelagem do Projeto foram submetidos a Consulta Pública, nos termos do art. 10, VI, da Lei 11.079/2004, e do art. 11, IV, da Lei n° 11.445/2007, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação, no Diário do **CDS VELHO CHICO**, disponibilizado no sítio eletrônico do **CDS VELHO CHICO** [https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br].

A Licitação foi também precedida de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, conforme publicação no Diário do **CDS VELHO CHICO**, disponibilizado no sítio eletrônico do **CDS VELHO CHICO** [https://www.cdsvelhochico.ba.gov.br], observando-se o quanto disposto no art. 11, IV, da Lei Federal nº 11.445/2007 e, na Lei Federal nº14.133/21, e no art. 10, da Lei n° 11.079/2004. Por fim, verifica-se, ainda, que



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

a Licitação da presente Concessão é da modalidade concorrência e foi precedida de publicação de ato autorizativo, lastreado em estudo técnico que demonstra a conveniência e a oportunidade da contratação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**2.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.**

Originalmente, o critério de julgamento adotado na presente Concorrência Pública foi a combinação entre o menor valor da tarifa e a melhor técnica (técnica e preço).

Como se sabe, o art. 12, II, da Lei nº 11.079/2004, c/c art. 15, V, da Lei nº 8.987/95, estabelecem que o certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, podendo adotar como critério de julgamento a melhor proposta em razão da combinação do critério de menor tarifa com o de melhor técnica.

Não há, nas referidas legislações, especificação a respeito das hipóteses em que o referido critério pode ser utilizado. Aplica-se, assim, com as devidas adequações, o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, segundo a qual a combinação *"técnica e preço"* é adequada quando o nível de serviço e o desempenho contratual dependerem de soluções técnicas não padronizadas.

Sendo assim, se o objeto é padronizado e rotineiro, tende-se a adotar o menor preço (menor valor da tarifa); ao passo que, se o objeto é integrado, complexo e orientado a desempenho, a técnica e preço (menor valor da tarifa e melhor técnica) é idônea.

Destarte, no presente caso, o objeto complexo e orientado a desempenho justifica a adoção do critério combinado.

Primeiro, trata-se de uma PPP intermunicipal cujo escopo obrigatório da PPP contempla:

(i) transbordo, triagem, tratamento e disposição final de RDO como serviços obrigatórios;

(ii) reengenharia de rotas intermunicipais;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(iii) implantação de CVR composta por Central de Separação, Triagem e Tratamento, Unidade de Compostagem de Resíduos Orgânicos (UCO), Estação de Transferência de Resíduos (ETR), Célula de Aterramento de Rejeitos (Aterro Sanitário);

(iv) estudo de tecnologia para identificar a viabilidade de implantação de CTMB, com o intuito de realizar a biodigestão anaeróbica com geração biofertilizantes orgânicos que promovem, de forma segura e benéfica, o manuseio ambientalmente adequado dos resíduos orgânicos no próprio local de geração, o que possibilita uma correta destinação e, consequentemente, reduz o volume desses resíduos enviados para aterros sanitários ou descartados na natureza.

(v) implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e Ecopontos com soluções de valorização;

(vi) implantação de Estações de Transferência de Resíduos (ETRs);

(vii) implantação de sistemas de medição e verificação das metas de desvio de Aterro;

(viii) implantação de tecnologia de rastreabilidade e cobrança;

(ix) governança socioambiental e educação ambiental, com previsão de criação de Programa de Capacitação dos Entes atendidos pelo projeto;

(x) recuperação dos lixões nos Municípios atendidos pelo projeto.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Ademais, também são objeto da concessão, mediante adesão dos Municípios, os serviços de coleta e transporte de RDO, coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de RSS, RPU e RCD. A adesão a esses serviços demandará, ainda, a implantação de Unidade de Recebimento, Triagem e Reciclagem de RCD e a implantação de Unidade de Tratamento Térmico (Autoclave) de RSS. Nessa modelagem extremamente complexa, há uma integração entre obras e serviços, metas socioambientais e exigências tecnológicas que demandam inovação, de modo que:

- a solução técnica (ex.: desenho de rede logística, produtividade de frota, tecnologia de segregação/triagem, performance de compostagem, gestão de lixiviados, captura e aproveitamento de biogás/biometano) altera custo e resultado;

- a entrega não é “commodity”: diferentes metodologias geram eficiências não triviais e ganhos ambientais mensuráveis.

Segundo o projeto prevê a realização de obras de infraestrutura de grande porte - a exemplo da CVR, da recuperação de áreas degradadas e lixões, da construção de centrais de triagem mecânica semiautomáticas e de central de tratamento mecânico biológico -, as quais se enquadram no conceito de obras e serviços especiais de engenharia, que são previstos na Lei nº 14.133/2021 como uma das hipóteses que admitem o uso do critério técnica e preço.

Terceiro, diversos projetos similares, utilizados como benchmarking no presente caso, adotaram o critério *“técnica e preço”* para a seleção de seus contratados, a saber: CIAPRA/BA (CP nº 024/24); Salvador/BA (CP nº01/24); Belém/PA (CP nº. 02/23); Franca/SP (CP nº 10/23), Campo Mourão/PR (CP nº. 03/24), Vargem Grande/MA (CP nº. 01/23) e Itapevi/SP (CP nº. 21/19).

Isso demonstrava, no entendimento da área técnica, que a adoção do critério técnica e preço era adequada, por ser prática comum, escorreita e recomendada em contratos similares.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Todavia, em decisão prolatada no Processo TCM/BA n° 03450e26, baseada em conclusão da Diretoria de Assistência aos Municípios em relatório técnico sobre o certame em questão, a Corte de Contas estadual entendeu que o critério “técnica e preço” seria inadequado para o caso em questão.

Nesse sentido, o Tribunal indicou que o certame somente poderia prosseguir mediante a reestruturação do Edital, com a substituição do critério de “técnico e preço” pelo critério de “menor preço”, condicionada à apresentação, por todos os licitantes, juntamente com a proposta de preço, de plano de trabalho, metodologia, diagnóstico, cronograma de execução dos serviços e investimentos e mapas/roteiros de validação das premissas operacionais, como instrumentos de aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica das propostas.

Por essas razões, adotou-se, no caso em questão, o critério de julgamento de “menor preço”, através do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da Lei Federal n° 8.987/95, e no artigo 12, II, da Lei 11.079/2004, exigindo-se junto à proposta de preço a apresentação de plano de trabalho e metodologia, que permita a verificação da exequibilidade técnica e econômica das propostas, bem como a adequação destas com os parâmetros do Edital e seus Anexos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**2.6 CONCLUSÃO**

Verifica-se que o projeto de concessão sob análise permite (i) a redução das despesas mensais dos 5 (cinco) municípios com os serviços de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos; (ii) a adequação dos serviços de tratamento e a destinação final de resíduos sólidos com as metas definidas pela Lei nº 12.305/10; (iii) mais eficiência na prestação dos serviços; (iv) a desoneração do Poder Público em investimentos em novas tecnologias para a prestação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos; (v) a geração de empregos diretos e indiretos para a região; e (vi) a redução progressiva do percentual de resíduos aterrados.

Além de inserir novas tecnologias no contexto social das cidades consorciadas, o Projeto pretende, principalmente, pôr fim a operações com destinação final inadequada, que afetam diretamente a saúde da população da região. Nos parâmetros de saneamento, o tratamento e a destinação final eficientes são fundamentais para a qualidade de vida humana.

Neste sentido, conclui-se pela plena viabilidade jurídica da concessão dos serviços de coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares (**RDO**), de resíduos dos serviços de saúde (**RSS**); de resíduos públicos urbanos (**RPU**), de resíduos de construção civil e demolição (**RCD**), de coleta seletiva (**CS**) e atividades correlatas, na modalidade de Concessão Patrocinada.

Registre-se, ainda, que tal modelagem demonstra-se a mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, conforme demonstram os estudos de viabilidade econômico-financeira desenvolvidos.

**3 MINUTA DO EDITAL, ANEXOS E CONTRATO**

Em razão do volume de conteúdo dos documentos referidos neste tópico, os instrumentos comporão o Anexo A do presente estudo de viabilidade.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

## 4 TRATAMENTO DE RISCOS

Os contratos de concessão, de um modo geral, são ajustes de longo prazo, que envolvem vultosos investimentos. Faz-se necessário, portanto, em tais hipóteses, o máximo de previsibilidade e de segurança possível, para que se construa um projeto viável e atrativo para o parceiro privado, tão importante para o sucesso de contratações dessa natureza.

Parte importante dessa previsibilidade perpassa pelo prognóstico dos riscos existentes e pela prévia distribuição destes entre as partes, que permite aos potenciais interessados ter maior clareza a respeito da sua capacidade para assumir os encargos contratuais e para gerir os riscos dele oriundos, sem que se comprometa a consecução das finalidades públicas pretendidas pelo Ente Público contratante.

O art. 4°, VI, da Lei 11.079/04, inclusive, prevê, como uma das diretrizes da contratação de Parceria Público-Privada, a repartição objetiva de riscos entre as partes. Daí porque se faz imprescindível, para o projeto do **CDS VELHO CHICO**, a dos riscos existentes e da melhor forma de alocação destes entre os futuros **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**.

No particular, há de se ressaltar que os riscos variam de projeto para projeto, de acordo com as particularidades de cada atividade por eles abarcada. Há, todavia, categorias de riscos *"comuns"* à maioria dos contratos de concessão, conforme demonstra a Figura 1 a seguir, extraída do *"Guia Prático para Estruturação de Programas e Projetos de PPPs"*[9], *com base em tabela prevista no "Public-Private Partnerships Reference Guide 1.0", do World Bank Institute*[10]*:*

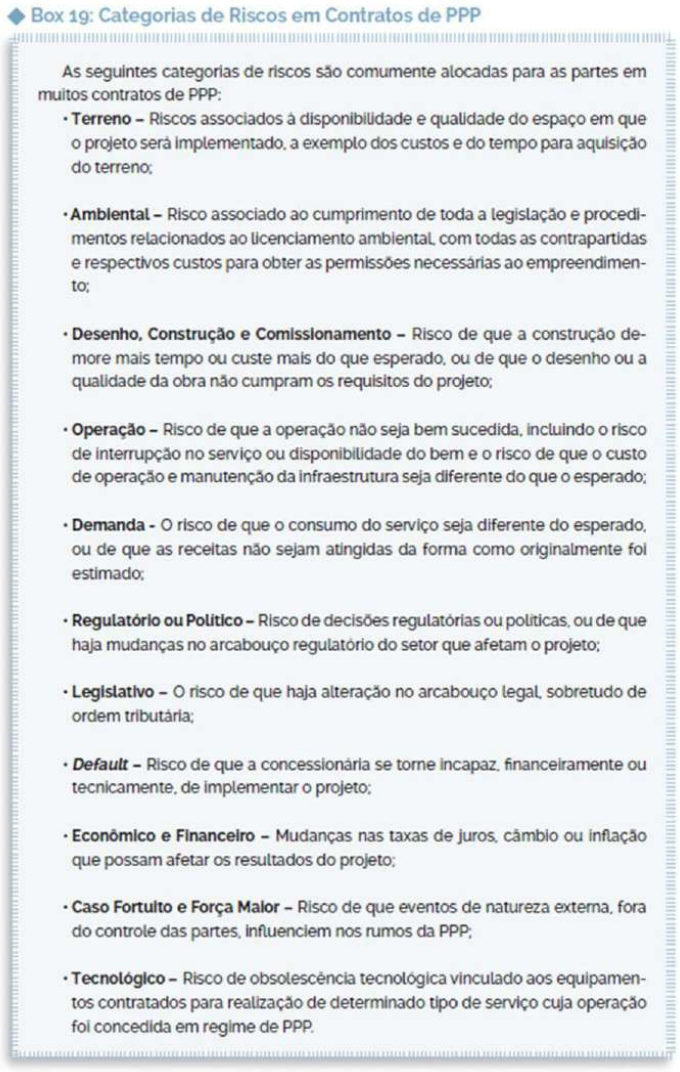
[9] Radar PPP: Guia Prático para Estruturação de Programas e Projetos de PPP. 2014, p. 67. Disponível em: https://radarppp.com/biblioteca/guia-pratico-para-estruturacao-de-programas-e-projetos-de-ppp/

[10] World Bank Institute; PPIAF. 2012. Public-Private Partnerships: Reference Guide Version 1.0. World Bank, Washington, DC. © World Bank.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**Figura 1 - Categorias de riscos em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP)**



◆ Box 19: Categorias de Riscos em Contratos de PPP

As seguintes categorias de riscos são comumente alocadas para as partes em muitos contratos de PPP:

- **Terreno –** Riscos associados à disponibilidade e qualidade do espaço em que o projeto será implementado, a exemplo dos custos e do tempo para aquisição do terreno;
- **Ambiental –** Risco associado ao cumprimento de toda a legislação e procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental, com todas as contrapartidas e respectivos custos para obter as permissões necessárias ao empreendimento;
- **Desenho, Construção e Comissionamento –** Risco de que a construção demore mais tempo ou custe mais do que esperado, ou de que o desenho ou a qualidade da obra não cumpram os requisitos do projeto;
- **Operação –** Risco de que a operação não seja bem sucedida, incluindo o risco de interrupção no serviço ou disponibilidade do bem e o risco de que o custo de operação e manutenção da infraestrutura seja diferente do que o esperado;
- **Demanda -** O risco de que o consumo do serviço seja diferente do esperado, ou de que as receitas não sejam atingidas da forma como originalmente foi estimado;
- **Regulatório ou Político –** Risco de decisões regulatórias ou políticas, ou de que haja mudanças no arcabouço regulatório do setor que afetam o projeto;
- **Legislativo –** O risco de que haja alteração no arcabouço legal, sobretudo de ordem tributária;
- ***Default* –** Risco de que a concessionária se torne incapaz, financeiramente ou tecnicamente, de implementar o projeto;
- **Econômico e Financeiro –** Mudanças nas taxas de juros, câmbio ou inflação que possam afetar os resultados do projeto;
- **Caso Fortuito e Força Maior –** Risco de que eventos de natureza externa, fora do controle das partes, influenciem nos rumos da PPP;
- **Tecnológico –** Risco de obsolescência tecnológica vinculado aos equipamentos contratados para realização de determinado tipo de serviço cuja operação foi concedida em regime de PPP.

Fonte: Radar PPP (2014).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O projeto em análise, como não poderia deixar de ser, possui todas essas categorias de riscos, por envolver a construção e operação de um empreendimento **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS** (**CVR**), conjugada com a prestação de um serviço público (tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, com possibilidade ainda de coleta, transporte e transbordo/transferência). Tais categorias de riscos, obviamente, desdobram-se em riscos específicos, cuja alocação, para uma parte ou outra, deve considerar alguns critérios, especialmente (**i**) a capacidade da parte de prevenir a ocorrência do evento indesejável e (**ii**) a capacidade da parte de mitigar as consequências do evento indesejável. Tendo como base tais premissas e as particularidades do projeto, chegou-se ao seguinte formato no que diz respeito aos riscos do projeto em análise e a sua alocação entre as partes, conforme apresentado no Quadro 1.

Os custos e a memória de cálculo do valor dos riscos seguem no anexo III (Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| MATRIZ DE RISCOS | | | | MEDIDAS MITIGATÓRIAS / TRATAMENTO DOS RISCOS |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | RISCO | RESPONSABILIDADE | | |
| | | CONCEDENTE | SPE | |
| 1 | Alterações unilaterais e injustificadas do contrato, dos projetos, do plano de execução ou do objeto do contrato pelo Poder Concedente, pela Agência Reguladora, ou em decorrência de determinação de qualquer autoridade pública, que afetem negativamente o cumprimento do objeto do Contrato de Concessão pela Concessionária. | X | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 2 | Modificações em indicadores de desempenho, encargos, especificações ou condições de prestação dos serviços, promovidas unilateralmente pelo Poder Concedente ou Agência Reguladora. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| 4 | Atraso de emissão da Ordem de Serviço, inclusive por atraso na extinção dos contratos atuais que tenham objeto similar ao objeto do Contrato de Concessão, exceto se decorrente de fatos imputáveis à Concessionária. | x | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Planejamento prévio de transição por parte do Poder Concedente;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| 5 | Atraso pelo Poder Concedente na liberação e entrega de áreas e bens afetos à concessão, quando estas providências forem de sua responsabilidade. | x | | Interrupção do início do prazo de vigência do Contrato, conforme Cláusula 6.1 do Contrato;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos e revisão dos indicadores de desempenho |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | diretamente impactados, conforme Cláusula 22.6 do Contrato. |
| **6** | Passivos e prejuízos de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços, decorrentes de atos ou fatos ocorridos ou originados antes da assunção dos serviços pela Concessionária, inclusive aqueles atribuíveis do antigo responsável pela prestação de serviços objeto da concessão. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **7** | Obtenção ou regularização das Licenças Ambientais e Autorizações no âmbito municipal relativas ao sistema existente previamente à assunção dos serviços pela Concessionária | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **8** | Vícios ocultos nos bens cedidos à Concessionária pelo Poder Concedente, assim considerados aqueles não apontados no Termo de Vistoria dos Bens e que não poderiam ter sido identificados pela Concessionária, quando do recebimento dos bens. | **x** | | Vistorias prévias pelo Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **9** | Impossibilidade de cobrança dos serviços públicos objeto da Concessão, inclusive em razão da não viabilização do cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ou de impedimentos de natureza jurídica, regulatória ou institucional, desde que não decorrentes de ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | (i) Obrigação do Poder Concedente de envidar esforços para viabilização do cofaturamento, conforme Cláusulas 8.3.1 e seguintes;<br><br>(ii) previsão contratual de regime alternativo de cobrança direta, conforme Cláusula 8.3.2 e seguintes;<br><br>(iii) aplicação do mecanismo de compartilhamento do risco de inadimplência extraordinária, nos termos do Risco 26 e das cláusulas contratuais específicas (especialmente a Cláusula 8.3.2.5 e seguintes); |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | (iv) Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato |
| **10** | Responsabilidade sobre os passivos já existentes ou originados em data anterior à data da assunção dos serviços, ainda que verificados ou conhecidos após tal data, bem como pelas compensações, e condicionantes que não estejam previstas no Edital ou nas licenças ambientais disponibilizadas pelo Poder Concedente, e desde que não sejam decorrentes de ação ou omissão da Concessionária. | **x** | | |
| **11** | Atraso no cumprimento dos cronogramas quando vinculado a obrigações alocadas ao Poder Concedente | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **12** | Impactos decorrentes de descobertas arqueológicas no terreno, incluindo atrasos no cronograma dos investimentos sob responsabilidade da Concessionária, prejuízos ao atingimento dos indicadores de desempenho e das metas, bem como perdas de receita e custos adicionais experimentados pela Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **13** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações requeridas em tempo hábil pela Concessionária, desde que cumpridas todas as exigências do órgão competente e não caiba nenhuma outra providência adicional à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **14** | Mudanças nas legislações que afetem diretamente os encargos e custos para a prestação do serviço e comprometam o equilíbrio original do Contrato de Concessão | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **15** | Interdição total ou parcial das áreas e bens vinculados à concessão, por causas não imputáveis à Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **16** | Decisões judiciais ou arbitrais que impactem negativamente a execução do Contrato, especialmente aquelas que interrompam a prestação dos serviços e que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de cobrar as tarifas ou de reajustá-las de acordo com o estabelecido no Contrato, desde que não tenham sido ocasionadas por atos ou omissões da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **17** | Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda, após a data de apresentação da proposta comercial. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **18** | Caso fortuito ou força maior não seguráveis, fato do príncipe e fato da Administração. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato; |
| **19** | Efeitos decorrentes do atraso na realização das desapropriações, servidões, limitações administrativas, ou, ainda, do parcelamento e regularização de registro dos imóveis, desde que tal atraso não tenha sido causado por ato ou omissão da Concessionária. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato;<br><br>Repactuação de metas e prazos. |
| **20** | Ocorrência de greves dos servidores e/ou empregados do Poder Concedente que afetem diretamente a prestação dos serviços ou a execução das obras objeto do Contrato. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **21** | Comoções ou manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução dos serviços ou a execução das obras, especialmente se eventuais perdas e danos causados por tais eventos não forem passíveis de cobertura por seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, desde que não tenham sido decorrentes de atos ou omissões da Concessionária | **x** | | Suporte institucional e policial por parte do Poder Concedente;<br><br>Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **23** | Custos de ações judiciais (despesas processuais, honorários e valor da condenação) de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |
| **24** | Anulação do Contrato, quando por fato imputável ao Poder Concedente. | **x** | | Indenização à Concessionária, contemplando as rubricas listadas na Cláusula 36.6 do Contrato, a ser calculada em observância aos critérios estabelecidos nas Cláusulas 37.4 e 37.5 do Contrato |
| **25** | Inadimplência dos **USUÁRIOS** em patamar acima do previsto em plano de negócios referencial, quando implementado o regime de cofaturamento da **TUF** na fatura dos serviços de água e esgoto. | | **x** | Adoção de práticas eficientes de cobrança, controle de inadimplência e gestão de créditos pela Concessionária |
| **26** | Atraso na implantação do projeto de engenharia e investimentos previstos no Caderno de Encargos | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **27** | Erro ou omissões nos levantamentos necessários para a elaboração da proposta comercial e para a execução do objeto do contrato. | | **x** | Análise aprofundada dos estudos pela Concessionária |
| **28** | Falhas na prestação dos serviços e erros ou falhas causadas pelos subcontratados, empregados ou terceirizados. | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados; |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **29** | Erro ou omissões nos projetos de engenharia elaborados pela Concessionária e falhas na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução da garantia de execução;<br><br>Aplicação das sanções contratuais. |
| **30** | Danos comprovadamente causados pela Concessionária aos imóveis vizinhos na execução das obras concernentes ao objeto da concessão | | **x** | Regularização pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Execução de seguros contratados. |
| **31** | Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do objeto do contrato. | | **x** | Assunção dos encargos pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **32** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **33** | Riscos de saúde e segurança dos trabalhadores | | **x** | Cumprimento das NRs; programas de saúde e segurança; treinamentos periódicos; EPI/EPC; e fiscalização interna pela Concessionária;<br><br>Assunção de eventuais ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **34** | Prejuízos causados aos usuários e a terceiros após a assunção dos serviços | | **x** | Execução de seguros contratados; |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **35** | Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados. | | **x** | Diversificação de fornecedores e *due dilligence* para seleção destes pela Concessionária;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente |
| **36** | Prejuízos decorrentes de eventual paralisação da prestação dos serviços, por ato ou fato imputável à Concessionária. | | **x** | Fiscalização da execução contratual pela Agência Reguladora, com o apoio do Poder Concedente;<br><br>Regularização pela Concessionária, sem ônus para o Poder Concedente;<br><br>Aplicação de penalidades contratuais. |
| **37** | Responsabilidade civil, administrativa, criminal e ambiental por danos decorrentes da execução do objeto do contrato, com exceção de obrigações e passivos atribuídos ao Poder Concedente. | | **x** | Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **38** | Quebra das metas e não cumprimento indicadores de desempenho entre a Concessionária de serviços públicos e o **PODER CONCEDENTE**, motivado pela não implementação efetiva da cadeia de serviços ofertas. Fato esse que é motivado apenas em casos da **ADESÃO E TRANSFERÊNCIA PARCIAL** da execução para Concessionária, restando assim nesse caso necessidade de participação ativa do **PODER CONCEDENTE** na execução direta de parcela relevante desses serviços | **x** | | Sistema de monitoramento de desempenho;<br><br>Previsão de incentivos para desempenho adequado;<br><br>Previsão de penalidades proporcionais para desempenho inadequado. |
| **39** | Variação da taxa de câmbio | | **X** | Priorização de insumos nacionais e gestão financeira ativa pela Concessionária |
| **40** | Alterações no plano de investimentos e nos projetos, e no método de execução, por mera liberalidade da Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **41** | Variação dos custos operacionais, de manutenção, de aquisição, de investimentos, inclusive imobiliários, dentre outros de mesma natureza para o cumprimento das metas da concessão. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **42** | Término do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **43** | Todos os riscos relacionados à exploração de atividades que gerem receitas extraordinárias e possíveis prejuízos que resultem de sua execução. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **44** | Não obtenção do retorno econômico-financeiro previsto pela Concessionária. | | **X** | Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **45** | Não obtenção de financiamentos pela Concessionária. | | **x** | Estruturação prévia; cartas de intenção; garantias adequadas e diversificação de fontes pela Concessionária. |
| **46** | Aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela Concessionária para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da concessão | | **x** | Busca por taxas prefixadas; renegociação contratual com financiadores e planejamento financeiro pela Concessionária; |
| **47** | Custos diretos e indiretos relacionados a invasões de imóveis que façam parte dos bens da concessão e que tenham sido disponibilizados livres e desembaraçados pelo Poder Concedente à Concessionária. | | **x** | Medidas de segurança patrimonial por parte da Concessionária; |
| **48** | Danos ambientais originados após a assunção dos serviços objeto da concessão | | **x** | Licenciamento ambiental adequado;<br><br>Monitoramento ambiental pela Concessionária. |
| **49** | Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações pela Concessionária, em razão de fatos ou atos a ela imputáveis | | **x** | Observância das diretrizes ambientais do projeto;<br><br>Planejamento e observância dos prazos de implantação dos empreendimentos pela Concessionária;<br><br>Aplicação das sanções contratuais |
| **50** | Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente. | | **x** | Monitoramento pela Concessionária;<br><br>Elaboração de planos corretivos imediatos pela Concessionária; |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **51** | Não observância das diretrizes ambientais constantes do Edital ou alteração das concepções, projetos ou especificações por ato ou fato imputável à Concessionária, que implique em emissão de nova(s) licença(s). | | **x** | Análise e aprovação dos projetos pelo Poder Concedente;<br><br>Fiscalização contratual;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro. |
| **52** | Ocorrência de greves e efeitos de dissídios coletivos dos empregados da Concessionária | | **x** | Desenvolvimento de plano de contingência pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **53** | Custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou subcontratadas decorrentes da execução da concessão. | | **x** | Desenvolvimento de política de gestão de litígios e prevenção de danos pela Concessionária;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **54** | Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos equipamentos e estruturas destinados às Cooperativas e Associações | | **x** | Vigilância patrimonial pela Concessionária;<br><br>Execução de seguros contratados;<br><br>Assunção dos ônus pela Concessionária, sem reequilíbrio econômico-financeiro |
| **55** | Inadimplência dos usuários no pagamento da **TUF** de **RDO**, na hipótese de adoção do regime de cobrança direta aos usuários pela Concessionária, ou seja, sem a implementação do cofaturamento com os serviços de água e esgoto:<br>• Até 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o risco é integralmente da Concessionária;<br>• Acima de 9,5% da receita tarifária devida em cada período de apuração, o excedente a esse percentual é de responsabilidade do Poder Concedente | **x** | **x** | Previsão de complementação automática da remuneração da Concessionária em caso de inadimplência em patamares extraordinários, na forma e nas condições estabelecidas na Cláusula 8.3.2.5 e seguintes do Contrato |

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **56** | Variação das despesas com regulação e fiscalização<br>• Dentro do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato<br>• Fora do intervalo de 1,0% a 2,0% das despesas com regulação e fiscalização qualquer parte poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro do contrato | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos das Cláusulas 28.5.2 e 28.5.3 do Contrato e na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato, |
| **57** | Variação da demanda projetada de estoques no **CADERNO DE ENCARGOS**<br>• Dentro do intervalo de 85% a 115%: não caberá pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.<br>• inferior a 85% ou superior a 115%: qualquer parte poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. | **x** | **x** | Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma das Cláusulas 26.3 e 26.4 do Contrato. |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Caixa Econômica Federal – Caixa. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. **Guia prático de estruturação de projetos de concessão de manejo sustentável de resíduos sólidos urbanos**. 1º ed. Brasília. 2023

BRASIL. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.** Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 8 de janeiro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

BRASIL. Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2015**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.** Diário Oficial da União, 16 de julho de 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

BRASIL. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 14 de fevereiro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho DE 1995. **Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 8 de julho DE 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9074cons.htm>. Diário Oficial da União, 03 de agosto de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BRASIL. Lei Federal nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo aplicação subsidiária em Contratos de Concessões.** Diário Oficial da União, 22 de junho de 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ESTRUTURA DE GARANTIAS

## DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS A SEREM PRESTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ESTUDO DE SUA VIABILIDADE, CONTENDO INFORMAÇÕES INERENTES AO CASO.

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N°01/2026**

# GLOSSÁRIO

CAPEX – Capital Expenditure – Despesas de Capitais

CGP – Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas

CDS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

FGP – Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

OPEX – Operational Expenditure - Despesas Operacionais

PPPs – Parcerias Público-Privadas

RCD – Resíduos da Construção e Demolição

RCL – Receita Corrente Líquida

RDO – Resíduos Sólidos Domiciliares

RPU – Resíduos Públicos Urbanos

RSS – Resíduos do Serviço de Saúde

SPE – Sociedade de Propósito Específico

TEPs – Tarifas do Ente Público

## PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO")**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 30.069.044/0001-39, com sede na BR 430, Bairro Shangrilá, s/nº, Cidade de Bom Jesus da Lapa, CEP nº 47.600-000, Estado da Bahia, através da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, nomeada pela Portaria n°16/2025, torna pública aos interessados a presente **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, objetivando selecionar a melhor **PROPOSTA** para a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO ("CDS VELHO CHICO"), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 e 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA),** tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do PMI n° 01/2023, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

A presente **LICITAÇÃO** será regida pelas regras previstas neste **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**, pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei Geral de Concessões); Lei Federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas); Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; Resolução NR 1 – AGERSA (Estabelece o regime, a estrutura e os parâmetros da cobrança pela prestação dos Serviços de Limpeza Urbana – SLU e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – SMRSU); Resolução NR7 – AGERSA (Estabelece as condições gerais para a prestação direta dos serviços ou mediante concessão); Metodologia Tarifária – AGERSA para atendimento à Norma de Referência nº 1 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (Propõe uma metodologia tarifária adaptada ao contexto do Estado da Bahia, com análise do cenário nacional, definição de regras específicas para a cobrança, arrecadação e distribuição de recursos); Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB), com redação dada pela Lei n° 14.026/2020, e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010; pelo Contrato, pelo Estatuto do **CDS VELHO CHICO**, pela Lei Estadual n° 12.932/14 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos (“PERS-BA”), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia, e pelas demais normas vigentes sobre a matéria, incluindo suas alterações posteriores**.**

## 1. CONCESSÃO COMUM

A concessão comum, regida pela Lei Geral de Concessões e legislação correlata, consiste no contrato por meio do qual delega-se a uma pessoa jurídica de direito privado, ou a um consórcio de pessoas jurídicas, a execução de serviços públicos, para que o eventual concessionário os explore, por sua conta e risco, prazo e condições contratualmente determinadas, geralmente mediante o recebimento de tarifas cobradas diretamente dos usuários dos serviços públicos concedidos.

Tal modalidade contratual tem como base constitucional o artigo 175 da Constituição Federal, que atribui ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. O mencionado dispositivo constitucional deixa claro que a concessão comum corresponde à delegação da execução de serviço cuja incumbência original é do poder público.

A lei prevê duas modalidades de concessão comum, a saber: (a) a concessão de serviços públicos; e (b) a concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública. Na primeira modalidade de contratação, são delegados apenas os serviços públicos relacionados a uma infraestrutura já existente. Na segunda modalidade, além da delegação dos serviços, atribui-se ao concessionário a obrigação de realização de investimentos, os quais devem ser amortizados mediante a exploração do serviço ou da obra por um prazo determinado.

Ambas as formas de contratação encontram amparo no artigo 2º, incisos II e III, da Lei Geral de Concessões, que assim determina:

Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

(...)

II - Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa

jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado. (...).

Para a celebração de contrato de concessão comum, seu objeto deverá ser licitado, necessariamente, por meio de concorrência pública, a ser realizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações”) e da Lei Geral de Concessões, podendo-se adotar, como critério para a seleção do futuro concessionário:

- o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado (art. 15, inc. I da Lei Geral de Concessões);
- o maior valor oferecido à Administração Pública em pagamento de ônus da outorga (art.15, inc. II da Lei Geral de Concessões); ainda, mediante decisão do Poder Concedente,
- a combinação do critério *“**a**”* ou *“**b**”* com o critério de melhor técnica (art. 15, incisos V e VI, da Lei Geral de Concessões); ou
- exclusivamente o critério de melhor técnica, com a fixação do preço no edital da concorrência pública (art. 15, inc. IV da Lei Geral de Concessões).

No que tange ao prazo contratual, a Lei Geral de Concessões é silente quanto ao prazo máximo de duração das concessões comuns, sendo de se destacar que os prazos fixados no artigo 57, caput e inciso II da Lei de Licitações não se aplicam a esta modalidade de contratação, devendo ser adotado o

necessário para que o futuro concessionário possa ter seus investimentos amortizados.

O modelo ora em comento tem como principal característica a inexistência, em regra, da obrigação do poder público de pagar qualquer contraprestação ao concessionário. Nesses casos, o concessionário costuma ser remunerado, principalmente, pelas tarifas pagas pelos usuários do serviço objeto da concessão, admitindo-se, caso previsto no edital e no contrato, a obtenção de receitas extraordinárias, para favorecer a modicidade tarifária.

Portanto, se, de um lado, a inexistência de contraprestação do poder público evita o direcionamento de escassos recursos públicos para custear a prestação e a expansão dos serviços concedidos, por outro lado, este aspecto geralmente implica cobrança de tarifa dos usuários como forma de remuneração dos investimentos realizados pela concessionária.

Bem por isso pode-se dizer que as modalidades de concessão comum costumam ser mais adequadas aos serviços que a doutrina entende por uti singuli ou individuais, que têm usuários determinados e utilização mensurável para cada destinatário, como o uso de rodovias. Segundo Hely Lopes Meirelles *"esses serviços, desde que implantados, geram direito subjetivo à sua obtenção para todos os administrados que se encontrem na área de sua prestação ou fornecimento e satisfaçam as exigências regulamentares. São sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, pelo qual devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público), e não por imposto"*.

Com efeito, embora a definição legal não vincule a Concessão comum à necessária cobrança de tarifa do usuário, *"ela determina que a remuneração do concessionário se dê por meio da exploração do serviço ou obras concedidas"*, o que, em muitos dos casos, de fato se materializa por meio da cobrança de tarifa do usuário.

Conforme aponta Egon Bockmann Moreira: *"Nas concessões comuns, cujo projeto é autossustentável, a tarifa há de ser a principal fonte de*

*remuneração, amortização e lucratividade"*. Em suma, ela advém da composição de, ao menos, cinco itens:

- Benefícios aos usuários;
- Administração do serviço e respectivos custos operacionais;
- Lucro do investidor;
- Amortização dos investimentos; e
- Tributos.

O percentual dessas unidades varia de concessão a concessão.

## 2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS) - CONCESSÃO PATROCINADA E ADMINISTRATIVA

As PPPs, regidas, em nível federal, pelas normas gerais instituídas pela Lei das PPPs, consistem em contratos de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, que objetivam a mútua colaboração entre a Administração Pública e entes privados, com a transferência a estes da prestação dos serviços, execução de atividades, operação e gestão de infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos de interesse público, dentre outras situações, mediante remuneração total ou parcialmente pelo Poder Público.

É no percentual de participação do orçamento público nesses contratos onde reside a diferenciação entre concessão patrocinada e administrativa. Nesse sentido, essa subseção é organizada em:

- Subseção 3.3.2.1: Trata da alternativa Concessão Patrocinada; e
- Subseção 3.3.2.2: Trata da alternativa Concessão Administrativa.

## 3. CONCESSÃO PATROCINADA

A concessão patrocinada, cujo fundamento, a exemplo da concessão comum, igualmente decorre do artigo 175 da Constituição Federal, encontra-se definida no artigo 2º, §1º da Lei de PPP, que assim dispõe:

Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1.º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária ou aporte público do parceiro público ao parceiro privado. (...).

Em outras palavras, a concessão patrocinada é a modalidade de PPP que consiste na concessão de serviço público em que, conforme a própria denominação sugere, a viabilidade de sua implantação depende de pagamentos adicionais, por parte do poder público, às tarifas arrecadadas pelo concessionário.

É o que ocorre, por exemplo, em um contrato de concessão rodoviária em que o pedágio não seja suficiente para cobrir os custos, amortizar os investimentos e remunerar o concessionário, necessitando, para sua viabilização, de pagamentos complementares realizados diretamente pelo poder público ao parceiro privado.

Tal qual ocorre na concessão comum, um dos conceitos centrais da concessão patrocinada está justamente na expressão *"serviços públicos",* composta de dois principais elementos, a saber: (a) a prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados, e (b) a prestação em regime de direito público.

Para a celebração de um contrato de concessão patrocinada, seu objeto deverá, igualmente, ser licitado por meio de concorrência pública, a ser realizada nos termos da Lei de Licitações e da Lei de PPP, podendo-se adotar como critérios para a seleção do futuro concessionário, além daqueles previstos no artigo 15, incisos I a V, da Lei Geral de Concessões, os seguintes: (a) menor

valor da contraprestação a ser paga pela poder público (art. 12, inc. II, alínea "a" da Lei de PPP); ou (b) a combinação do critério da menor contraprestação do poder público com o critério de melhor técnica (art. 12, inc. II, alínea "b" da Lei de PPP).

Adicionalmente, a contratação de uma concessão patrocinada exige a observância de requisitos mínimos no que tange ao seu prazo, valor e objeto, consoante disposições da Lei de PPP. Nesse sentido, a legislação de regência estabelece que as PPPs devem ser contratadas por prazo compatível com a amortização dos investimentos previstos, sendo que o seu termo mínimo de vigência será de cinco anos, e o prazo máximo da contratação não poderá ser superior a trinta e cinco anos.

Ressalta-se, além disso, que inúmeras legislações municipais trazem, ainda, como valor mínimo anual do Contrato, o montante de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), vedando-se a contratação de PPP que tenha por objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Além do pressuposto da necessidade de contraprestação pecuniária ou aporte público por parte do poder público, bem como da observância do prazo e dos valores mínimos de contratação, as PPPs afastam-se da concessão comum na medida em que o parceiro privado não presta o serviço ou executa a obra pública por sua conta e risco, havendo necessidade – imposta pela legislação geral, em nível federal – de repartição (contratual) objetiva dos riscos com o poder público.

Considerando o vulto dos investimentos necessários à implantação de uma PPP, a Lei de PPPs previu, além das garantias de execução do contrato pelo parceiro privado, um forte mecanismo de garantias a serem prestadas pelo parceiro público, incluindo a possibilidade de: (a) vinculação de receitas em garantia pelo poder público; (b) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei; (c) contratação de seguro-garantia de entidades não controladas pelo poder público; (d) prestação de garantias por organismos

internacionais ou instituições financeiras não controladas pelo poder público; (e) prestação de garantias por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; bem como (f) outros mecanismos admitidos em lei, tudo com vistas a assegurar a solidez financeira e atratividade do projeto.

## 4. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

O conceito de concessão administrativa, por sua vez, encontra-se no artigo 2.º, § 2.º, da Lei das PPPs, que assim dispõe:

Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa (...)

§ 2.º. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (...).

A concessão administrativa, portanto, consiste em modalidade de PPP na qual o poder público é o usuário direto ou indireto do serviço concedido, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens. Ocorre que, diferentemente da concessão patrocinada, na concessão administrativa o poder público arca integralmente com a remuneração do concessionário.

Em linhas gerais, a concessão administrativa distingue-se da concessão comum e da concessão patrocinada na medida em que não tem como finalidade a delegação de um serviço público, mas a contratação de serviço de que o poder público seja o usuário direto ou indireto, não passível de cobrança de tarifa (ao menos não pelo concessionário, em nome próprio).

Desta forma, nas concessões administrativas a remuneração do parceiro privado é composta integralmente pela contraprestação paga pelo parceiro público, sem prejuízo de eventuais receitas extraordinárias que poderão ser exploradas pelo concessionário.

Pode-se dizer, assim, que a peculiaridade da concessão administrativa advém do fato de esta modalidade não envolver atividades tarifadas ou tarifáveis, ou seja, atividades que, pela sua natureza ou pelo regime jurídico incidente, não podem ser divididas em unidades aptas a serem cobradas dos usuários. Trata-se, portanto, do modelo de concessão adequado aos serviços públicos que Hely Lopes Meirelles classifica como uti universi ou gerais. Segundo o aludido doutrinador, estes serviços são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo (...). Esses serviços satisfazem indiscriminadamente a população, sem que se erijam em direito subjetivo de qualquer administrado à sua obtenção para o seu domicílio, para sua ou rua ou para seu bairro. Estes serviços são indivisíveis, isto é, não mensuráveis na sua utilização. Daí por que, normalmente, os serviços uti universi devem ser mantidos por imposto (tributo geral), e não por taxa ou tarifa, que é remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.

Nesse mesmo sentido, entende-se que, ainda que a Lei de PPPs fale em *"prestação de serviços que a Administração seja usuária direta ou indireta"*, não se exclui do âmbito das concessões administrativas a exploração de serviços públicos, uma vez que a estrutura legal que incide sobre esta modalidade de concessão não é essencialmente diferente da aplicável às concessões comuns de serviço público.

Ademais, a concessão administrativa, assim como a concessão patrocinada, enquanto modalidade de PPP, deve ser estruturada de modo que seu prazo seja compatível com a amortização dos investimentos e a remuneração do parceiro privado, variando de cinco (prazo mínimo de vigência) a trinta e cinco anos (prazo máximo de vigência).

Assim como ocorre nas concessões patrocinadas, há leis municipais que estabelecem o valor mínimo anual de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para os contratos de concessões administrativas, vedando-se ainda a celebração de contrato que tenha por objeto único o fornecimento de mão de

obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

## 5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA MODELO

Esta subseção apresenta a análise comparativa das vantagens e desvantagens das diferentes espécies de concessão previstas no ordenamento jurídico brasileiro, à luz das características técnicas, econômicas e institucionais do projeto de manejo de resíduos sólidos dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

Da análise realizada, nota-se que o projeto do **CDS VELHO CHICO** pode, em tese, assumir qualquer modelo de concessão. Todavia, a escolha de cada espécie implica arranjos contratuais distintos.

Conforme visto, a concessão comum possui como vantagens o fato de o projeto se mostrar economicamente autossustentável. Essa circunstância simplificaria a estruturação da concessão, já que, diante da desnecessidade de contraprestação pública continuada, fica dispensada a criação do necessário (mas potencialmente complexo) sistema de garantias previsto na lei das PPPs, voltados a garantir pagamentos periódicos provenientes do erário.

De igual modo, tratando-se de concessão comum, e não de uma parceria público-privada, o Município não irá comprometer absolutamente nada dos limites fiscais previstos no art. 28 da Lei 11.079/04, que assim estabelece:

Art. 28. A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. (Redação dada pela Lei nº 12.766, de 2012)

O dispositivo impede que a União conceda garantias ou realize transferências voluntárias para os entes subnacionais cujas despesas com PPPs tenham superado, no ano anterior, 5% da RCL projetada.

Assim, a opção por uma concessão comum preservaria a capacidade futura dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** para eventual celebração de outros contratos de PPP em outros setores.

Outro aspecto positivo da concessão comum reside na maior flexibilidade do modelo tarifário, vez que se mostra mais flexível que a cobrança dos usuários por meio de tributos, sujeitos ao regime jurídico-tributário.

No caso do projeto do **CDS VELHO CHICO**, os estudos demonstram que o projeto é economicamente autossustentável exclusivamente caso haja a implementação do cofaturamento e efetivação de acordo comercial entre a futura concessionária de resíduos (**SPE**) e as concessionárias de serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto) para realização das cobranças conjuntas para os serviços de água-esgoto-resíduos, garantindo assim a manutenção da inadimplência alvo e custos operacionais no que tange à gestão comercial do sistema a ser implementado. Ou seja, o estudo de viabilidade econômico financeira fora idealizado para garantir um ecossistema autossustentável e modular partir da combinação entre a Tarifa do Usuário Final, aplicável aos serviços relativos aos resíduos domiciliares, e a Tarifa do Ente Público, devida pelos Municípios exclusivamente em relação aos serviços divisíveis e facultativos (RCD, RSS e RPU), mediante adesão específica. Porém, por se tratar de uma relação contratual e comercial externa a relação do **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**), sendo está a parte mais competente para gerenciar esse risco, faz-se que o **PODER CONCEDENTE**, conduza a conclusão da negociação junto as concessionárias de serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto) possibilitando a construção de acordo comercial entre as partes para realização das cobranças conjuntas para os serviços de água-esgoto-resíduos, garantindo assim a manutenção da

inadimplência alvo e custos operacionais no que tange à gestão comercial do sistema a ser implementado.

É importante frisar que o manejo de **RPU** não constitui serviço indivisível (uti universi). Conforme orientações do Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos, o manejo de **RPU** não se confunde com os serviços de limpeza urbana (estes, sim, indivisíveis), uma vez que é possível identificar o usuário dos serviços de manejo de **RPU** como sendo o próprio Poder Público, o que viabiliza a mensuração correta e a cobrança do serviço diretamente da Administração, mediante tarifa por ela devida à Concessionária de forma proporcional à utilização efetiva do serviço.

As espécies de concessão enquadradas como concessões comuns foram analisadas no âmbito dos estudos, mostrando-se juridicamente possíveis, embora menos aderentes às premissas do projeto.

A concessão patrocinada apresenta como principal vantagem a possibilidade de complementação da remuneração do parceiro privado por meio de contraprestação pública e/ou aporte público, o que pode ser relevante em cenários nos quais a tarifa paga pelos usuários se mostre insuficiente ou excessivamente onerosa. Trata-se, contudo, de uma solução indicada sobretudo para projetos estruturalmente deficitários sob a ótica tarifária, o que não se verifica no caso em análise.

Já a concessão administrativa tem como ponto positivo a possibilidade de concentrar todo o ciclo de serviços em um único contrato, independentemente da natureza divisível ou universal das atividades prestadas. Essa concentração pode gerar ganhos de escala e facilitar a gestão contratual, porém pressupõe que o Poder Público figure como usuário direto e exclusivo dos serviços, arcando integralmente com a remuneração do parceiro privado.

Por outro lado, ambas as modalidades de PPP apresentam como desvantagens relevantes a necessidade de estruturação de sistemas robustos e

potencialmente complexos de garantias, destinados a assegurar o pagamento das contraprestações públicas, bem como o comprometimento dos limites fiscais previstos no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, reduzindo a margem de manobra dos entes públicos para futuras contratações dessa natureza. Em resumo:

| CONCESSÃO COMUM | | CONCESSÃO PATROCINADA | | CONCESSÃO ADMINISTRATIVA | |
|---|---|---|---|---|---|
| VANTAGENS | DESVANTAGENS | VANTAGENS | DESVANTAGENS | VANTAGENS | DESVANTAGENS |
| Projeto autossustentável | Necessidade de licitar de forma separada os serviços "universais" | Caso a tarifa se mostre excessiva, permite que o Poder Público pague contraprestação complementar | Necessidade de licitar de forma separada os serviços "universais" | Permite que se concentre todo o ciclo em apenas um contrato, facilitando a gestão e gerando ganhos de escala | Pagamento do parceiro privado exclusivamente por meio de contraprestação pública |
| Dispensa sistema de garantias | | | Exige o sistema de garantias | | Exige o sistema de garantias |
| Não compromete os 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 | | | Compromete parte dos 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 | | Compromete parte dos 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 |
| Tarifa - flexibilidade | | | Tributo - menor flexibilidade | | Tributo - menor flexibilidade |

Fonte: Torre Construções (2025)

## 6. ANÁLISE DE COMPROMETIMENTO DA RCL

Esta subseção apresenta a análise de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) de cada município, em função da contraprestação do projeto à luz do limite orçamentário para contratações de concessões administrativas pelos municípios do **CDS VELHO CHICO**, nos moldes da Lei 11.079/04. A presente análise é acompanhada de avaliação do comprometimento da RCL em cenários de contraprestação calculada com diferentes níveis de OPEX e CAPEX

Para tanto, primeiramente é calculado o limite de comprometimento da RCL com contratos de concessão administrativa e patrocinada (PPP) para os municípios do **CDS VELHO CHICO**. Conforme apresentado na Estrutura de Garantias (contendo o diagnóstico Jurídico e Econômico), em sua seção 5, o

limite se refere a 5% da RCL (Lei 11.079/04) de limite de comprometimento para os municípios integrantes do projeto, o que por sua vez fora plenamente atendido e respeitado. Ademais, uso integral do limite representaria para os municípios um potencial de comprometimento de R$32.005.268 (trinta e dois milhões, cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais).

| Municipio | Previsão para 2025 | | | Limite RCL % | Valor a comprometer | Valor comprometido | RCL % Comprometida | Saldo a comprometer |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RCL | FPM | ICMS | | | | | |
| Ibotirama | 230.873.000 | 40.731.558 | 13.356.563 | 5,00% | 11.543.650 | 5.187.277 | 2,25% | 6.356.373,13 |
| Morpará | 48.128.965 | 17.456.382 | 5.771.653 | 5,00% | 2.406.448 | 1.263.651 | 2,63% | 1.142.796,79 |
| Paratinga | 149.921.935 | 46.550.352 | 12.204.469 | 5,00% | 7.496.097 | 4.315.281 | 2,88% | 3.180.815,80 |
| Muquém de São Francisco | 73.586.500 | 23.275.176 | 10.391.851 | 5,00% | 3.679.325 | 1.800.239 | 2,45% | 1.879.085,54 |
| Oliveira dos Brejinhos | 137.594.969 | 34.912.764 | 12.500.034 | 5,00% | 6.879.748 | 3.450.040 | 2,51% | 3.429.708,79 |
| **TOTAL** | **640.105.369** | **162.926.232** | **54.224.570** | | **32.005.268** | **16.016.488,38** | | **15.988.780,05** |

| Municipio | FPM | ICMS | R$ TEP | R$ Limite p/ constituição de adicional garantia e realização de aportes públicos | % FPM | % ICMS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 40.731.558 | 13.356.563 | 2.070.491,37 | 3.116.785,50 | 9,55% | 9,71% |
| Morpará | 17.456.382 | 5.771.653 | 613.910,44 | 649.741,03 | 5,43% | 5,47% |
| Paratinga | 46.550.352 | 12.204.469 | 2.291.334,82 | 2.023.946,12 | 7,42% | 7,07% |
| Muquém de São Francisco | 23.275.176 | 10.391.851 | 806.821,71 | 993.417,75 | 5,41% | 5,20% |
| Oliveira dos Brejinhos | 34.912.764 | 12.500.034 | 1.592.507,57 | 1.857.532,08 | 7,41% | 6,90% |
| **TOTAL** | **162.926.232** | **54.224.570** | **7.375.065,90** | **8.641.422,48** | | |

**Fonte:**

**ICMS** https://www.sefaz.ba.gov.br/docs/financas-publicas/repasse/val24dez.pdf

**FPM** https://informacoesmunicipais.com.br/wp-content/uploads/2024/03/mar-abr-mai-2024-29-BA.pdf

Logo, considerando adesão integral das Tarifas do Ente Público (TEPs) atingindo assim um montante total a partir do ano 1 de R$7.375.065,90 (sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e noventa centavos), as TEPs correspondem a 1,15% do RCL ou 23,04% do limite da RCL, portanto significativamente abaixo do limite de 5%. Adicionalmente, fora calculado qual seria o comprometimento da RCL em cenários de aporte público máximo (uma vez que esse fora limitado há 1,35% da RCL) calculada com diferentes níveis de desembolsos de TEP, desse modo alcançou-se 50,04% do limite da RCL ou 2,50% da RCL.

## 7. DAS GARANTIAS

As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I - Vinculação de receita, observado o disposto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal;

II - Utilização do fundo garantidor;

III - Garantia fidejussória ou seguro;

IV - Atribuição ao contratado do encargo de faturamento e cobrança de crédito do contratante em relação a terceiros, salvo os relativos a tributos;

V - Outros mecanismos admitidos em lei.

## 8. CRIAÇÃO DE FUNDO GARANTIDOR PELOS MUNICÍPIOS

Os Municípios somente poderão contratar parceria público privada até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício, devendo adequar as despesas anuais dos contratos às receitas correntes líquidas projetadas para os exercícios seguintes respectivos.

Exclui-se do limite a que se refere o caput deste artigo os contratos de parcerias público-privadas não custeados com recursos do Tesouro Municipal, os quais estarão submetidos às condições específicas do respectivo projeto e àquelas estabelecidas pelas partes.

A previsão de receita e despesa dos contratos de parcerias público-privadas consta do Anexo de Metas Fiscais a que se refere o § 10 do art. 4° da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

As despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias, de caráter continuado, submetidas à disciplina da Lei Complementar nº 101/2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal, inclusive para aferição do comprometimento do limite.

Compete ao Consórcio responsável pela área que porventura está sendo realizado o projeto de parceria público privada a manifestação prévia sobre o mérito do projeto.

Competem às Secretarias Municipais da Fazenda a manifestação prévia sobre o impacto financeiro e a compatibilidade do projeto com as Leis Orçamentárias do Município.

Compete ao Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar) exercer o controle dos contratos a serem celebrados e, obrigatoriamente, emitir parecer final sobre o projeto a ser realizado.

As Procuradorias Gerais do Município emitirão, obrigatoriamente, parecer prévio quanto aos editais e contratos.

Deverá ser criado o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de cada um dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**FGP CDS VELHO CHICO**), entidade contábil sem personalidade jurídica, com o objetivo de viabilizar a implantação do Programa de Parcerias Público-Privadas, prestando as garantias necessárias quanto ao pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Município. São beneficiárias do Fundo as empresas parceiras definidas e habilitadas nos termos da Lei. São recursos do Fundo:

I – As dotações consignadas no orçamento do Município e os créditos adicionais;

II – Os rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do próprio Fundo;

III – As doações, os auxílios, as contribuições e os legados destinados ao Fundo.

IV – Os recursos provenientes de operações de crédito internas e externas destinadas ao Fundo;

V – Transferências de outros fundos municipais;

VI – Os provenientes do Estado da Bahia e da União;

VII – Outras receitas destinadas ao Fundo.

O suprimento ao Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privada dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**FGP CDS VELHO CHICO**) dos recursos previstos nos incisos III, VI e VII deste artigo deverá ser processado através das Secretarias Municipais das cidades que compõem o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (Finanças ou Fazenda), a quem caberá a prestação de contas da aplicação desses recursos à instituição de origem e seu controle orçamentário.

A destinação dos recursos financeiros mencionados no parágrafo anterior, quando sua aplicação não estiver condicionada pela instituição de origem, pública ou privada, será definida pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO**), criado por esta lei, em conformidade com suas atribuições, o qual indicará o órgão responsável pela aplicação desses recursos, tipo de investimento e seu controle.

Os órgãos responsáveis pela aplicação dos recursos do Programa de Parceria Público-Privada deverão fornecer a documentação necessária à Secretaria Executiva do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico, para a devida prestação de contas. Poderão ser alocados ao Fundo:

I - Ativos de propriedade do Município, excetuados os de origem tributária;

II- Bens móveis e imóveis, na forma definida em regulamento, observadas as condições previstas em lei.

As receitas decorrentes do recebimento dos ativos de que trata o inciso I e da alienação dos bens de que trata o inciso II deste artigo poderão ser utilizadas prioritariamente no pagamento de parcelas devidas pelo contratante.

As condições para liberação e utilização de recursos do Fundo por parte do beneficiário serão estabelecidas no contrato de parceria público-privada, firmado nos termos da Lei.

Os recursos do **FGP CDS VELHO CHICO** serão depositados em conta específica junto à instituição oficial de crédito ou instituição gestora das contas dos Municípios.

Será criado o Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico - **CGP CDS VELHO CHICO**, integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar), que o presidirá;

II - Secretários Municipais de Finanças ou Fazenda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

III - Secretários Municipais de Meio Ambiente dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

IV - Presidente do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar);

V - 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal por cidade.

VI - Secretários Municipais de Infraestrutura dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

Participarão das reuniões do Comitê com direito a voz e voto os demais titulares de Secretarias ou Órgãos dos Municípios que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto a ser contratado e a respectiva competência.

O Comitê deliberará por maioria de votos de seus membros, tendo o Presidente o direito ao voto de qualidade.

A participação no Comitê não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Compete ao Comitê Gestor:

I - Definir os projetos prioritários para execução no regime de parcerias público-privadas;

II - Disciplinar os procedimentos para a celebração desses contratos;

III - Autorizar a abertura da licitação e aprovar projetos de parcerias público-privadas, para deliberação do Prefeito Municipal;

IV - Supervisionar a fiscalização e a execução das parcerias público-privadas;

V - Opinar sobre alteração, revisão, resolução, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria, observado o limite de prazo fixado nesta Lei;

VI – Elaborar o seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal.

Ao membro do Comitê é vedado:

I - Exercer o direito de voz e voto ou qualquer ato em matéria objeto do Programa de Parcerias Público-Privadas em que tiver interesse pessoal conflitante, cumprindo-lhe cientificar os demais membros do Comitê de seu impedimento e fazer constar em ata a natureza e extensão do conflito de seu interesse;

II - Valer-se de informação sobre processo de parceria público-privada ainda não divulgado para obter vantagem, para si ou para terceiros;

III - Adquirir bens móveis ou imóveis eventualmente alienados pelo ente privado, quando da execução da parceria.

Cada Secretaria ou órgão interessado em desenvolver contrato de parceria público-privada encaminhará ao Comitê Gestor os estudos fundamentados, nos termos e prazos previstos em regulamento, ficando

responsável, nas fases subsequentes, pelo acompanhamento da execução da parceria.

Sem prejuízo do disposto, as posições e relatórios sobre o desempenho dos contratos de parcerias público-privadas serão incluídos na prestação de contas dos Municípios, para a Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Será criada na estrutura da Câmara Técnica de Meio Ambiente do Velho Chico (ou órgão similar), o Departamento de Parcerias Público-Privadas em representação aos Município que compõem o **CDS VELHO CHICO**, com as seguintes competências:

I - Executar as atividades operacionais e coordenar as ações correlatas ao desenvolvimento dos projetos de parcerias público-privadas;

II - Assessorar e prestar apoio técnico ao Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (**CGP CDS VELHO CHICO**);

III - Divulgar os conceitos metodológicos próprios dos contratos de parceria público-privadas.

O Poder Executivo regulamentará a legislação atinente aos temas aqui abordados, no que couber.

## 9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE

Será constituído sistema contratual de garantias, lastreado nos seguintes instrumentos:

- Vinculação e destinação para o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** dos percentuais abaixo indicados, oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído

nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, destinados ao custeio das seguintes atividades:

I - Percentual para custear a tarifa do ente público e os aportes públicos da concessão celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**;

II - Percentual para custear a garantia da tarifa do ente público pública e os aportes públicos da concessão celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO);**

III - Instituição da **CONTA PAGAMENTO**, decorrente da celebração de **CONTRATO DE DEPÓSITO**, a ser obrigatoriamente celebrado entre o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** e **AGENTE CUSTODIANTE**, alimentada, de parte dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, conforme previsão legal municipal, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e os aporte públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **PODER CONCEDENTE**.

- Instituição da **CONTA GARANTIA DO CONTRATO**, decorrente da celebração de **CONTRATO DE DEPÓSITO**, a ser obrigatoriamente celebrado entre o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** e **AGENTE CUSTODIANTE**, alimentada de parte dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, conforme previsão legal municipal, para custear a garantia adicional das futuras **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO**

**(TEPs)** e os aporte públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **PODER CONCEDENTE.**

- Contratação de **SEGURO GARANTIA** pela **CONCESSIONÁRIA**, na forma do art. 8º, inciso III, da Lei Federal nº11.079/2004.

Os instrumentos acima elencados deverão ser obrigatoriamente implementados. O acionamento das garantias deverá ser gradual e crescente, observando-se a ordem de ocorrência dos itens I, II, III, IV do item 7 acima, à medida e na proporção que vierem a ocorrer os fatos e/ou eventos que ensejaram a sua aplicação, especialmente quando se verificarem ausentes recursos suficientes para custeio das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** em prol da **CONCESSIONÁRIA**, ou ainda, os aporte públicos em caso que o inadimplemento das **TARIFAS DO USUÁRIO FINAL (TUF)** extrapolarem as premissas previstas na matriz de risco, esse por sua vez limitado ao montante de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da RCL anual do município.

## 10. DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA

Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** vir a celebrar contrato de financiamento com terceiro para a execução do **OBJETO** do **CONTRATO**, poderá oferecer-lhe em garantia, nos termos do artigo 28 da Lei Federal nº 8.987/95, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, na forma deste **CONTRATO**.

O oferecimento, em garantia, nos financiamentos vinculados ao escopo do **CONTRATO**, dos direitos emergentes da **CONCESSÃO**, somente poderá ocorrer até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da **CONCESSÃO**.

As ações de emissão da **CONCESSIONÁRIA** poderão ser dadas em garantia de financiamentos ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem necessidade de prévia autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.

As ações correspondentes ao controle da **CONCESSIONÁRIA** poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem necessidade de prévia autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.

Sem prejuízo da garantia estipulada neste item, é permitido o pagamento direto em nome do **FINANCIADOR** da **CONCESSIONÁRIA**, em relação às obrigações pecuniárias do **PODER CONCEDENTE**, nos termos deste **CONTRATO** e no anexo **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

Reconhece-se a legitimidade dos **FINANCIADORES** da **CONCESSIONÁRIA** para receber indenizações por extinção antecipada do **CONTRATO**.

## 11. ANEXOS

**ANEXO A**

**MINUTA DE CONTRATO DE DEPÓSITO**

Através deste instrumento de contrato de **DEPÓSITO**, o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, pessoa jurídica de direito público interno da espécie associação pública, de natureza autárquica, integrante da Administração Pública Indireta dos Poderes Executivos dos entes da Federação consorciados, inscrita no CNPJ sob o n.º __.__/____-__, com sede na Rua da _____, nº _____, Bairro da _____, Cidade de _____, Estado da Bahia, CEP nº __-__, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). ___, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, doravante denominado simplesmente **CDS VELHO CHICO**, a (NOME DA SPE), sociedade de propósito específico de direito privado, (qualificação), neste ato representada por seu(s) diretor(es), (qualificação), doravante denominada simplesmente **SPE**, e **BANCO** (nome do banco), instituição financeira brasileira oficial, (qualificação), neste ato representada por seu(s) diretor(es), (qualificação), doravante denominado simplesmente **AGENTE CUSTODIANTE,** em conjunto doravante denominados simplesmente de **PARTES**, considerando-se que encontram-se contratadas através do contrato n° (número), cujo objeto é a concessão para prestação dos serviços de gerenciamento da coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos domiciliares, da saúde, da construção civil e demolição e dos serviços públicos urbanos, no território dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** (Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), tem entre si justo e acertado o presente **CONTRATO DE DEPÓSITO**, e acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS.**

1.1. O **CDS VELHO CHICO** depositará, com periodicidade mensal, os recursos provenientes dos repasses dos Municípios Consorciados (Ibotirama,

Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEPs**) e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, em contas correntes de sua titularidade, mantida pelo **AGENTE CUSTODIANTE.**

1.2. Estas contas serão denominadas de **CONTA PAGAMENTO** e **CONTA GARANTIA.**

**CLAUSULA SEGUNDA – TRATAMENTO DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA**

2.1. Os recursos que venham a ser depositados na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** terão remuneração a ser definida através de resolução das **PARTES**, após a abertura das respectivas contas, segregadas de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

2.2. Estas contas terão os números ..... e..... , e serão mantidas na Agência..... , do **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PARA A CONTA PAGAMENTO E PARA A CONTA GARANTIA**

3.1. Recursos destinados ao depósito na **CONTA PAGAMENTO**:

3.1.1. O valor equivalente ao percentual constante da tabela abaixo, dos respectivos dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**:

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE FPM |
|---|---|
| **Ibotirama** | 3,81% |
| **Paratinga** | 3,94% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,42% |
| **Morpará** | 2,64% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,43% |

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE ICMS |
|---|---|
| **Ibotirama** | 3,88% |
| **Paratinga** | 3,75% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,19% |
| **Morpará** | 2,66% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,33% |

3.2. Recursos destinados ao depósito na **CONTA GARANTIA DO CONTRATO**:

3.2.1. O valor equivalente ao percentual constante da tabela abaixo, dos respectivos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para garantia adicional das futuras **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**, até o saldo acumulado de forma individual por cada município até montante de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da

RCL anual, ou ainda, até o saldo acumulado de forma global por todos municípios de R$8.641.422,48 (oito milhões de reais. seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos) a ser atualizado monetariamente anualmente pelo IPCA a partir da assinatura do contrato:

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE FPM |
|---|---|
| **Ibotirama** | 5,74% |
| **Paratinga** | 3,48% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,99% |
| **Morpará** | 2,79% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,99% |

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE ICMS |
|---|---|
| **Ibotirama** | 5,83% |
| **Paratinga** | 3,32% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,72% |
| **Morpará** | 2,81% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,87% |

## CLÁUSULA QUARTA – INVESTIMENTOS DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA

4.1. Os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** serão investidos e reinvestidos pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, nos

investimentos determinados pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, por escrito, dentre as modalidades existentes nas carteiras de investimento mantidas e operadas pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

4.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** fornecerá relatórios, com periodicidade mensal, refletindo as transações realizadas na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA**.

4.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** terá o direito de liquidar todos os investimentos realizados, a fim de fazer os desembolsos necessários, nos termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

4.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** não terá nenhuma responsabilidade por qualquer prejuízo sofrido como resultado de todo o investimento feito em conformidade com as instruções do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, ou como resultado de qualquer liquidação de qualquer investimento antes de seu vencimento ou com a não obtenção de resultado programado para qualquer investimento advindo de instrução do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**.

**CLÁUSULA QUINTA – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA.**

5.1. Procedimentos para pagamento com recursos da **CONTA PAGAMENTO**:

5.1.1. Os recursos depositados pelo **CDS VELHO CHICO** na **CONTA PAGAMENTO** serão utilizados exclusivamente para custeio das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos, conforme o Atestado Liberatório de pagamento encaminhado ao **AGENTE CUSTODIANTE** pelo **CDS VELHO**

**CHICO**, por meio do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**.

5.1.2. O valor referente às **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)**, conforme indicado no Atestado Liberatório de pagamento encaminhado ao **AGENTE CUSTODIANTE** pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, será pago à **SPE**, na sua conta especialmente destinada, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Atestado Liberatório, conforme modelo no Anexo A.

5.1.3. Os Boletins de Medição serão entregues pela **SPE** ao **CDS VELHO CHICO** no 1º (primeiro) dia útil de cada mês.

5.1.4. Os Atestados Liberatórios serão entregues pelo **CDS VELHO CHICO** ao **AGENTE CUSTODIANTE** no 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.1.5. Não havendo entrega de qualquer Atestado Liberatório, pelo **CDS VELHO CHICO** ao **AGENTE CUSTODIANTE** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a **SPE** poderá entregar o respectivo Boletim de Medição para pagamento ao **AGENTE CUSTODIANTE**, substituindo-se Atestado Liberatório para todos os fins de direito.

5.1.6. O **AGENTE CUSTODIANTE** poderá, a seu critério, buscar a confirmação da emissão do atestado liberatório de pagamento e da respectiva autorização de pagamento. Nesse caso, poderá entrar em contato por qualquer meio que julgue conveniente com pelo menos um dos seguintes servidores do **CDS VELHO CHICO**:

Secretaria Executiva do **CDS VELHO CHICO**: Sr(a). _____

- Outros que se deseje incluir

5.1.7. Caso o **AGENTE CUSTODIANTE** entenda que há necessidade da confirmação de pelo menos um dos servidores do **CDS VELHO CHICO** acima

relacionados e não obtenha êxito na tentativa de contato, poderá, a seu critério, não realizar qualquer movimentação na **CONTA PAGAMENTO** e/ou na **CONTA GARANTIA,** até que o contato seja realizado e o respectivo pagamento confirmado.

5.2. Após a realização do pagamento, caso haja saldo na **CONTA PAGAMENTO**, os valores serão nela mantidos para custeio das subsequentes T**ARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos devidas pelo **CDS VELHO CHICO** à **SPE**, através do **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.3. Ao fim da execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, quitados todos os compromissos financeiros do **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**, caso haja saldo na **CONTA PAGAMENTO**, os respectivos recursos financeiros serão devolvidos aos Municípios, sob a forma de rateio compatível com a contribuição de cada um para a composição da **CONTA PAGAMENTO**.

5.4. A **CONTA PAGAMENTO**, juntamente com todos os juros recebidos nessa conta (que constituem parte integrante da **CONTA PAGAMENTO**), será mantida pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, e seus recursos desembolsados de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

5.5. As **PARTES** reconhecem que o **AGENTE CUSTODIANTE** está autorizado a utilizar as instruções de transferência de fundos para desembolsar os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO**, sem a emissão de ordem adicional, conforme estabelecido no item 3.2, na forma determinada no Anexo A deste contrato. Os desembolsos serão realizados através da seguinte movimentação:

5.5.1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.6. Procedimentos para pagamento com recursos da **CONTA GARANTIA**:

5.6.1. Após a emissão do Atestado Liberatório, não havendo saldo suficiente na **CONTA PAGAMENTO**, juntamente com todos os juros recebidos nessa conta (que constituem parte integrante da **CONTA PAGAMENTO**), a **CONTA GARANTIA** será acionada, tanto por iniciativa direta e imediata do **AGENTE CUSTODIANTE**, quanto por provocação da **SPE**, de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**, para cobrir eventual ausência de disponibilidade financeira da **CONTA PAGAMENTO** para cobrir as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos.

5.6.2. As **PARTES** reconhecem que o **AGENTE CUSTODIANTE** está autorizado a utilizar as instruções de transferência de fundos para desembolsar os recursos existentes na **CONTA GARANTIA**, sem a emissão de ordem adicional, conforme estabelecido no item 3.2, na forma determinada no Anexo A deste contrato. Os desembolsos serão realizados através da seguinte movimentação:

5.6.2.1. Movimentações da **CONTA GARANTIA**:

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA**:

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.6.3. Os recursos componentes da **CONTA GARANTIA** deverão ser utilizados para pagamento da **SPE** se (e somente se) os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** não forem suficientes para o pagamento das **TÁRIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos. no todo ou em parte.

5.6.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** deverá utilizar os recursos existentes da **CONTA GARANTIA** para pagamento das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos à **SPE** nas mesmas datas previstas no **CONTRATO DE CONCESSÃO** celebrado entre os municípios integrantes da **CONCESSSÃO**, através do Consórcio Intermunicipal (**CDS VELHO CHICO)** e a Concessionária (**SPE)**, parte integrante deste contrato, no Anexo B.

5.6.5. Ao fim da execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, quitados todos os compromissos financeiros dos municípios integrantes da **CONCESSSÃO** com a Concessionária (**SPE**), caso haja saldo na **CONTA GARANTIA**, os respectivos recursos financeiros serão devolvidos aos Municípios, sob a forma de rateio compatível com a contribuição de cada um para a composição da **CONTA GARANTIA**.

5.7. Procedimentos para pagamento a terceiros com recursos da **CONTA PAGAMENTO** e da **CONTA GARANTIA**:

5.7.1. Caso a **SPE** contrair financiamento com instituição financeira, fornecedor de equipamentos e/ou materiais a serem utilizados no contrato de concessão ou com outro ente que haja financiado a **SPE** para o custeio dos investimentos ou serviços a serem executados no contrato de concessão, o **CDS VELHO CHICO**

poderá emitir ordem, através do atestado liberatório de pagamento total ou parcial, ao **AGENTE CUSTODIANTE**, para que pague diretamente ao financiador ou fornecedor seus haveres financeiros junto à **SPE**.

5.7.2. Para o procedimento disposto neste item 5.3, a **SPE** deverá apresentar ao **CDS VELHO CHICO** o contrato de financiamento ou fornecimento que haja celebrado, cabendo ao **CDS VELHO CHICO** reconhecer o financiador ou fornecedor como parte da relação contratual, constituindo-o como titular de seus haveres financeiros, conforme disposto no contrato celebrado entre o financiador ou fornecedor.

5.7.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** liquidará os haveres do financiador ou fornecedor através das seguintes movimentações na **CONTA PAGAMENTO** ou na **CONTA GARANTIA:**

5.7.3.1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.7.3.2. Movimentações da **CONTA GARANTIA:**

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito **– CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1. Este **CONTRATO DE DEPÓSITO** estará rescindido de pleno direito no caso da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

6.1.1. A descontinuidade de carreamento dos recursos provenientes do repasse, pelo prazo de 6 (seis) meses subsequentes, pelos Municípios Consorciados (Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), oriundos do **FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM),** do **IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)** e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelos municípios integrantes da **CONCESSSÃO**, através do Consórcio Intermunicipal (**CDS VELHO CHICO**) e a Concessionária (**SPE**) para as **CONTA PAGAMENTO** e **CONTA GARANTIA**, por qualquer motivo. Excetuada em casos previstos anteriormente que, por motivos de alcançar o

saldo acumulado limite, tendo assim a soma dos depósitos da conta garantia alcançado a marca de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da RCL do município em questão, uma vez que, fica dispensado a hipótese da **RESCISÃO** pela descontinuidade de carreamento dos recursos provenientes do repasse, pelo prazo de 6 (seis) meses subsequentes.

6.1.2. O decurso do prazo de 30 (trinta) anos, a partir da data da emissão da ordem de início da prestação dos serviços deste contrato, emitida pelo **CDS VELHO CHICO**, caso em que o saldo remanescente na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** será desembolsado de acordo com as disposições dos itens 5.3 e 5.6.5.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES SOBRE O AGENTE CUSTODIANTE**

7.1. O presente **CONTRATO DE DEPÓSITO** expressa e exclusivamente estabelece os deveres do **AGENTE CUSTODIANTE** com relação a todos os assuntos pertinentes a este instrumento, não havendo para o **AGENTE CUSTODIANTE** quaisquer deveres ou obrigações tácitas ou implícitas.

7.1.1. Este **CONTRATO DE DEPÓSITO** constitui o único acordo entre o **AGENTE CUSTODIANTE** e as outras **PARTES** em relação ao objeto deste contrato, e nenhum outro acordo celebrado entre as **PARTES**, em conjunto ou isoladamente, será considerado como obrigação inerente ao **AGENTE CUSTODIANTE**, no todo ou em parte.

7.1.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** irá atuar apenas e tão somente como executor dos depósitos aqui determinados, das movimentações financeiras aqui autorizadas e das aplicações financeiras aqui determinadas, não se responsabilizando de qualquer forma pela suficiência, exatidão, autenticidade ou validade do objeto deste **CONTRATO DE DEPÓSITO** ou qualquer parte dele, pela forma de sua execução ou pela entidade ou autoridade de qualquer pessoa envolvida nos atos aqui previstos.

7.1.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** não terá qualquer obrigação de investigar ou inquirir sobre a validade ou a exatidão de qualquer documento, acordo, instrução

ou pedido que lhe for enviado, não podendo ser responsabilizado por agir ou não agir de acordo com qualquer documento, acordo, instrução ou solicitação que lhe haja sido enviada e que não seja autêntica.

7.1.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** não será, de nenhuma maneira, responsável por notificar, nem será o seu dever notificar a qualquer das **PARTES** ou qualquer outra parte interessada no presente contrato, acerca de qualquer pagamento determinado por este contrato ou seus anexos.

7.1.5. O **AGENTE CUSTODIANTE** fica autorizado e obrigado a atuar por meio deste **CONTRATO DE DEPÓSITO** somente em conformidade com as disposições contidas na cláusula primeira.

7.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** será resguardado de qualquer responsabilidade por agir em conformidade com qualquer notificação por escrito, pedido, contraordem, consentimento, certificado, recibo, autorização, procuração ou outro documento que receba e considere de boa-fé como genuíno, não limitados, mas incluindo itens direcionados a investimento ou não-aplicação dos recursos, itens que solicitem ou autorizem a liberação, o desembolso ou retenção do objeto deste contrato e itens que alterem os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

7.2.1. Em caso de qualquer disputa ou dúvida quanto às disposições deste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** contratará assistência, consultoria ou assessoria jurídica para se resguardar de qualquer obrigação não prevista que eventualmente lhe seja imputada, ficando desde já estipulado que as recomendações jurídicas advindas desse contrato serão seguidas pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

7.2.2. As custas desses serviços jurídicos deverão ser suportadas pelas **PARTES**, caso reste comprovado que deram causa a tal procedimento.

7.3. Em caso de qualquer divergência entre qualquer uma das **PARTES** no presente **CONTRATO DE DEPÓSITO**, ou entre as **PARTES** no contrato de parceria público privada correlato, que resulte em reclamações ou

reivindicações conexas às matérias abrangidas pelo presente contrato, ou no caso de o **AGENTE CUSTODIANTE**, de boa-fé, encontrar-se em dúvida quanto a que medidas tomar em virtude de evento ocorrido em divergência de posição entre as **PARTES** ou em desconformidade com o disposto neste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** poderá, a seu critério, recusar-se a cumprir com todas as reivindicações ou exigências sobre tal evento, ou ainda recusar-se a tomar qualquer medida prevista neste instrumento, assim que reste comprovado o desacordo ou dúvida, e, em qualquer caso, o **AGENTE CUSTODIANTE** não será ou tornar-se-á responsável de qualquer forma ou perante qualquer pessoa por sua falha ou recusa em agir, permanecendo no direito a continuar a abster-se de agir até que:

7.3.1. Os direitos das partes envolvidas no eventual litígio tenham sido total e finalmente julgados por um tribunal de jurisdição competente;

7.3.2. Todas as divergências entre as **PARTES** tenham sido julgadas e/ou todas as dúvidas resolvidas por acordo entre os envolvidos, e o **AGENTE CUSTODIANTE** tenha sido notificado por escrito, em termo(s) assinado(s) por todos os envolvidos.

7.4. No caso de qualquer controvérsia entre as **PARTES** deste contrato não encontrar solução judicial ou extrajudicial, ou no caso de o **AGENTE CUSTODIANTE rescindir** o presente contrato por motivo que lhe seja de direito, e as partes não elegerem agente que o substitua, **o AGENTE CUSTODIANTE** terá o direito de ingressar judicialmente para estabelecer os direitos das partes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO.**

8.1. Pela execução dos serviços objeto deste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** não terá direito à remuneração.

**CLÁUSULA NONA - INDENIZAÇÃO.**

9.1. As **PARTES** concordam solidariamente em indenizar o **AGENTE CUSTODIANTE**, suas afiliadas e seus diretores, funcionários, sucessores, cessionários, advogados e agentes (cada um denominado simplesmente Parte

Indenizada), que sejam declarados isentos de responsabilidade por ato relacionado a este contrato, judicial ou extrajudicialmente, referentes a perdas, custos, reclamações, demandas, despesas, danos, multas e honorários advocatícios sofridos ou incorridos por qualquer Parte Indenizada ou pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, como resultado de qualquer ato realizado ou não realizado em função deste contrato, ou qualquer litígio ou ação decorrente deste contrato.

9.2. Essa indenização deve incluir, mas não se limitando a todos os custos incorridos em conjunto por qualquer Parte Indenizada ou pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS.**

10.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** não realizará qualquer pagamento, investimento ou outro uso de recursos até que a **CONTA PAGAMENTO** ou a **CONTA GARANTIA**, conforme o caso, tenham os recursos suficientes para tal.

10.2. Fica resguardado ao **AGENTE CUSTODIANTE** o direito de retirar-se deste contrato a qualquer momento, mediante notificação por escrito às **PARTES**, quando então as partes deverão nomear imediatamente um sucessor para a função de **AGENTE CUSTODIANTE**.

10.2.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** deverá permanecer na relação contratual até que as **PARTES** nomeiem seu substituto.

10.2.2. A permanência, neste caso, não poderá estender-se por prazo superior a 4 (quatro) meses.

10.2.3. Caso transcorra o prazo estabelecido no item 10.2.2, e as **PARTES** não tenham elegido um substituto, fica facultado ao **AGENTE CUSTODIANTE** a sua retirada imediata desta relação contratual.

10.2.4. Após a entrega de toda a documentação exigida para sua retirada deste contrato e de todos os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** e/ou na **CONTA GARANTIA**, ficam as funções do **AGENTE CUSTODIANTE** extintas,

não havendo mais qualquer obrigação do **AGENTE CUSTODIANTE** em relação a este contrato.

10.3. Todos os direitos inerentes ao **AGENTE CUSTODIANTE** permanecerão vigentes mesmo após a rescisão deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOTIFICAÇÃO.**

11.1. Qualquer notificação relativa a este contrato deverá ser realizada ao **AGENTE CUSTODIANTE** por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES.**

12.1. Os termos deste contrato somente poderão ser alterados, modificados ou revogados através de instrumento de aditivo contratual firmado pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORÇA MAIOR.**

13.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** não poderá ser responsabilizado por eventos advindos de casas fortuitos ou força maior, tais como greves, falha de equipamento ou falha de transmissão, guerra, terrorismo ou qualquer outro ato ou circunstância além do seu controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO.**

14.1. A exigência de uma das partes no que tange ao cumprimento, pelas outras partes, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia a esse direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, TRATATIVAS AMIGÁVEIS E ARBITRAGEM**

15.1. Em caso de disputas ou controvérsias oriundas deste Contrato, ou decorrentes de sua interpretação e execução, as Partes se reunirão e buscarão dirimi-las amigavelmente, convocando, sempre que necessário, suas instâncias diretivas com poderes para se compor ou recorrendo, de mútuo acordo, a processo de mediação.

15.2. Qualquer procedimento de resolução de disputa instaurado no âmbito do presente Contrato deverá ser plurilateral entre as partes.

15.3. A submissão de qualquer questão à Mediação ou Arbitragem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do Contrato e das determinações do **CDS VELHO CHICO** a ele atinentes, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da Concessão, que deverão continuar a processar-se nos termos contratualmente exigíveis, assim permanecendo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em discussão.

15.4. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução do Contrato, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amigavelmente na forma da Cláusula 15.1, deverá ser resolvida de forma definitiva por meio de processo arbitral (“Arbitragem”), que terá início mediante comunicação remetida por uma Parte à outra, requerendo a instalação de tribunal arbitral composto por três árbitros (“Tribunal Arbitral”) e indicando detalhadamente a matéria em torno da qual gira a controvérsia, utilizando como parâmetro as regras arbitrais estabelecidas no Regulamento do Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), conforme as regras de seu regulamento (“Regulamento”), devendo ser realizada em consonância com os seguintes preceitos:

a) a administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), (“Câmara”);

b) o Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo a cada uma das Partes a escolha de um árbitro titular e respectivo suplente, de acordo com os prazos e condições previstos no Regulamento;

c) os árbitros indicados pelas partes deverão escolher em conjunto o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral;

d) se qualquer das partes deixar de indicar árbitro e/ou suplente, caberá ao Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) fazer essa nomeação;

e) caso os árbitros indicados não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro árbitro, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo;

f) o idioma a ser utilizado no processo de Arbitragem será a língua portuguesa;

g) quanto ao mérito, decidirão os árbitros com base nas leis substantivas brasileiras, obedecendo, quanto ao procedimento, as disposições da presente Cláusula, o Regulamento e o disposto na Lei Federal 9.307, de 23 de setembro de 1996.

15.4. A cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, será a sede da Arbitragem e o local da prolação do laudo arbitral.

15.5. A sentença arbitral será definitiva para o impasse e seu conteúdo obrigará as Partes e seus sucessores.

15.6. A Parte vencida no procedimento arbitral arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros, a não ser que os árbitros decidam de outra forma ante as peculiaridades do litígio; e, em caso de derrota parcial, os custos do procedimento, inclusive honorários dos árbitros, serão rateados pelas Partes.

15.7. Não obstante as disposições acima, cada Parte permanece com o direito de requerer medidas judiciais:

15.7.1. para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instauração do procedimento de Arbitragem, cuja propositura não será interpretada como renúncia à arbitragem pelas Partes; e

15.7.2. para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final.

15.8. As Partes reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo judicial.

15.9. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do procedimento arbitral, as Partes elegem o foro central da comarca de Salvador, Bahia, Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

As Partes elegem o foro central da comarca de Salvador, Bahia, Brasil.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente **CONTRATO**, as **PARTES** o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Ibotirama – BA, _____de _____de _____.

**PARTES:**

**CDS VELHO CHICO (PODER CONCEDENTE)**

**CONCESSIONÁRIA**

**AGENTE CUSTODIANTE**

**TESTEMUNHAS**

NOME: NOME:

CPF: CPF:

**ANEXO B**

**ATESTADO LIBERATÓRIO DE PAGAMENTO**

De acordo com o determinado no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, celebrado entre o **CDS VELHO CHICO** e a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**), para o manejo e gerenciamento de Resíduos Sólidos, e com o quanto determinado no **CONTRATO DE DEPÓSITO** celebrado entre o **CDS VELHO CHICO**, a **SPE** e o **BANCO** (nome), a Secretaria Executiva do **CDS VELHO CHICO** vem, por meio deste atestado, solicitar a transferência de recursos da **CONTA PAGAMENTO** e/ou da **CONTA GARANTIA** para a conta da **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**) ou do **FINANCIADOR OU FORNECEDOR**, para o pagamento das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEPs**) e aportes públicos da concessão a ser celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), conforme estipulado no item 1.3 do **CONTRATO DE DEPÓSITO**, nos seguintes montantes:

1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

2. Movimentações da **CONTA GARANTIA:**

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

E/OU

3. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO:**

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

4. Movimentações da **CONTA GARANTIA**:

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

Este atestado refere-se à medição mensal dos serviços executados pela **SPE** e demais movimentações financeiras no mês de competência de (mês/ano)

**SERVIDOR PÚBLICO**

**IDENTIFICAÇÃO**

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**ESTRUTURA DE GARANTIAS**

**DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS A SEREM PRESTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO ESTUDO DE SUA VIABILIDADE, CONTENDO INFORMAÇÕES INERENTES AO CASO.**

**APOIO INSTITUCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº02/2023 E N°01/2026**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

**GLOSSÁRIO**

CAPEX – Capital Expenditure – Despesas de Capitais

CGP – Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas

CDS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

FGP – Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

OPEX – Operational Expenditure - Despesas Operacionais

PPPs – Parcerias Público-Privadas

RCD – Resíduos da Construção e Demolição

RCL – Receita Corrente Líquida

RDO – Resíduos Sólidos Domiciliares

RPU – Resíduos Públicos Urbanos

RSS – Resíduos do Serviço de Saúde

SPE – Sociedade de Propósito Específico

TEPs – Tarifas do Ente Público



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**PREÂMBULO**

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”)**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 30.069.044/0001-39, com sede na BR 430, Bairro Shangrilá, s/nº, Cidade de Bom Jesus da Lapa, CEP nº 47.600-000, Estado da Bahia, através da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, nomeada pela Portaria n°16/2025, torna pública aos interessados a presente **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, objetivando selecionar a melhor **PROPOSTA** para a **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, TRANSBORDO (TRANSFERÊNCIA), TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, NOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (“CDS VELHO CHICO”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO.**

O **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** celebrou os **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 02/2023 e 01/2026** com a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (SEDUR-BA),** tendo por objeto: (i) o compartilhamento entre as partes de informações e dados técnicos para o desenvolvimento das analises quanto ao melhor arranjo territorial e conjunto de soluções a serem ofertados para viabilizar a regionalização e implantação do gerenciamento de resíduos sólidos na região; (ii) auxílio ao Consórcio no que tange à análise e compatibilização dos estudos, projetos, modelagens e relatórios técnicos recepcionados no âmbito do PMI n° 01/2023, bem como no acompanhamento das próximas fases decorrentes da contratação deles decorrente; (iii) capacitação dos gestores e técnicos para melhor condução do processo administrativos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

As contribuições obtidas através das notas técnicas e pareceres fruto da cooperação técnica foram devidamente analisadas, e incorporadas ao **EDITAL**.

A presente **LICITAÇÃO** será regida pelas regras previstas neste **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**, pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei Geral de Concessões); Lei Federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas); Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; Resolução NR 1 – AGERSA (Estabelece o regime, a estrutura e os parâmetros da cobrança pela prestação dos Serviços de Limpeza Urbana – SLU e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – SMRSU); Resolução NR7 – AGERSA (Estabelece as condições gerais para a prestação direta dos serviços ou mediante concessão); Metodologia Tarifária – AGERSA para atendimento à Norma de Referência nº 1 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (Propõe uma metodologia tarifária adaptada ao contexto do Estado da Bahia, com análise do cenário nacional, definição de regras específicas para a cobrança, arrecadação e distribuição de recursos); Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB), com redação dada pela Lei n° 14.026/2020, e seu decreto regulamentador: Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010; pelo Contrato, pelo Estatuto do **CDS VELHO CHICO**, pela Lei Estadual n° 12.932/14 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos (“PERS-BA”), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia, e pelas demais normas vigentes sobre a matéria, incluindo suas alterações posteriores**.**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**1. CONCESSÃO COMUM**

A concessão comum, regida pela Lei Geral de Concessões e legislação correlata, consiste no contrato por meio do qual delega-se a uma pessoa jurídica de direito privado, ou a um consórcio de pessoas jurídicas, a execução de serviços públicos, para que o eventual concessionário os explore, por sua conta e risco, prazo e condições contratualmente determinadas, geralmente mediante o recebimento de tarifas cobradas diretamente dos usuários dos serviços públicos concedidos.

Tal modalidade contratual tem como base constitucional o artigo 175 da Constituição Federal, que atribui ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. O mencionado dispositivo constitucional deixa claro que a concessão comum corresponde à delegação da execução de serviço cuja incumbência original é do poder público.

A lei prevê duas modalidades de concessão comum, a saber: (a) a concessão de serviços públicos; e (b) a concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública. Na primeira modalidade de contratação, são delegados apenas os serviços públicos relacionados a uma infraestrutura já existente. Na segunda modalidade, além da delegação dos serviços, atribui-se ao concessionário a obrigação de realização de investimentos, os quais devem ser amortizados mediante a exploração do serviço ou da obra por um prazo determinado.

Ambas as formas de contratação encontram amparo no artigo 2º, incisos II e III, da Lei Geral de Concessões, que assim determina:

Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

(...)

II - Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado. (...).

Para a celebração de contrato de concessão comum, seu objeto deverá ser licitado, necessariamente, por meio de concorrência pública, a ser realizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações”) e da Lei Geral de Concessões, podendo-se adotar, como critério para a seleção do futuro concessionário:

- o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado (art. 15, inc. I da Lei Geral de Concessões);
- o maior valor oferecido à Administração Pública em pagamento de ônus da outorga (art.15, inc. II da Lei Geral de Concessões); ainda, mediante decisão do Poder Concedente,
- a combinação do critério *“a”* ou *“b”* com o critério de melhor técnica (art. 15, incisos V e VI, da Lei Geral de Concessões); ou
- exclusivamente o critério de melhor técnica, com a fixação do preço no edital da concorrência pública (art. 15, inc. IV da Lei Geral de Concessões).

No que tange ao prazo contratual, a Lei Geral de Concessões é silente quanto ao prazo máximo de duração das concessões comuns, sendo de se destacar que os prazos fixados no artigo 57, caput e inciso II da Lei de Licitações não se aplicam a esta modalidade de contratação, devendo ser adotado o



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

necessário para que o futuro concessionário possa ter seus investimentos amortizados.

O modelo ora em comento tem como principal característica a inexistência, em regra, da obrigação do poder público de pagar qualquer contraprestação ao concessionário. Nesses casos, o concessionário costuma ser remunerado, principalmente, pelas tarifas pagas pelos usuários do serviço objeto da concessão, admitindo-se, caso previsto no edital e no contrato, a obtenção de receitas extraordinárias, para favorecer a modicidade tarifária.

Portanto, se, de um lado, a inexistência de contraprestação do poder público evita o direcionamento de escassos recursos públicos para custear a prestação e a expansão dos serviços concedidos, por outro lado, este aspecto geralmente implica cobrança de tarifa dos usuários como forma de remuneração dos investimentos realizados pela concessionária.

Bem por isso pode-se dizer que as modalidades de concessão comum costumam ser mais adequadas aos serviços que a doutrina entende por uti singuli ou individuais, que têm usuários determinados e utilização mensurável para cada destinatário, como o uso de rodovias. Segundo Hely Lopes Meirelles *"esses serviços, desde que implantados, geram direito subjetivo à sua obtenção para todos os administrados que se encontrem na área de sua prestação ou fornecimento e satisfaçam as exigências regulamentares. São sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, pelo qual devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público), e não por imposto"*.

Com efeito, embora a definição legal não vincule a Concessão comum à necessária cobrança de tarifa do usuário, *"ela determina que a remuneração do concessionário se dê por meio da exploração do serviço ou obras concedidas"*, o que, em muitos dos casos, de fato se materializa por meio da cobrança de tarifa do usuário.

Conforme aponta Egon Bockmann Moreira: *"Nas concessões comuns, cujo projeto é autossustentável, a tarifa há de ser a principal fonte de*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

*remuneração, amortização e lucratividade"*. Em suma, ela advém da composição de, ao menos, cinco itens:

- Benefícios aos usuários;
- Administração do serviço e respectivos custos operacionais;
- Lucro do investidor;
- Amortização dos investimentos; e
- Tributos.

O percentual dessas unidades varia de concessão a concessão.

**2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS) - CONCESSÃO PATROCINADA E ADMINISTRATIVA**

As PPPs, regidas, em nível federal, pelas normas gerais instituídas pela Lei das PPPs, consistem em contratos de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, que objetivam a mútua colaboração entre a Administração Pública e entes privados, com a transferência a estes da prestação dos serviços, execução de atividades, operação e gestão de infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos de interesse público, dentre outras situações, mediante remuneração total ou parcialmente pelo Poder Público.

É no percentual de participação do orçamento público nesses contratos onde reside a diferenciação entre concessão patrocinada e administrativa. Nesse sentido, essa subseção é organizada em:

- Subseção 3.3.2.1: Trata da alternativa Concessão Patrocinada; e
- Subseção 3.3.2.2: Trata da alternativa Concessão Administrativa.

**3. CONCESSÃO PATROCINADA**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A concessão patrocinada, cujo fundamento, a exemplo da concessão comum, igualmente decorre do artigo 175 da Constituição Federal, encontra-se definida no artigo 2º, §1º da Lei de PPP, que assim dispõe:

Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1.º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária ou aporte público do parceiro público ao parceiro privado. (...).

Em outras palavras, a concessão patrocinada é a modalidade de PPP que consiste na concessão de serviço público em que, conforme a própria denominação sugere, a viabilidade de sua implantação depende de pagamentos adicionais, por parte do poder público, às tarifas arrecadadas pelo concessionário.

É o que ocorre, por exemplo, em um contrato de concessão rodoviária em que o pedágio não seja suficiente para cobrir os custos, amortizar os investimentos e remunerar o concessionário, necessitando, para sua viabilização, de pagamentos complementares realizados diretamente pelo poder público ao parceiro privado.

Tal qual ocorre na concessão comum, um dos conceitos centrais da concessão patrocinada está justamente na expressão *"serviços públicos",* composta de dois principais elementos, a saber: (a) a prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados, e (b) a prestação em regime de direito público.

Para a celebração de um contrato de concessão patrocinada, seu objeto deverá, igualmente, ser licitado por meio de concorrência pública, a ser realizada nos termos da Lei de Licitações e da Lei de PPP, podendo-se adotar como critérios para a seleção do futuro concessionário, além daqueles previstos no artigo 15, incisos I a V, da Lei Geral de Concessões, os seguintes: (a) menor



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

valor da contraprestação a ser paga pela poder público (art. 12, inc. II, alínea "a" da Lei de PPP); ou (b) a combinação do critério da menor contraprestação do poder público com o critério de melhor técnica (art. 12, inc. II, alínea "b" da Lei de PPP).

Adicionalmente, a contratação de uma concessão patrocinada exige a observância de requisitos mínimos no que tange ao seu prazo, valor e objeto, consoante disposições da Lei de PPP. Nesse sentido, a legislação de regência estabelece que as PPPs devem ser contratadas por prazo compatível com a amortização dos investimentos previstos, sendo que o seu termo mínimo de vigência será de cinco anos, e o prazo máximo da contratação não poderá ser superior a trinta e cinco anos.

Ressalta-se, além disso, que inúmeras legislações municipais trazem, ainda, como valor mínimo anual do Contrato, o montante de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), vedando-se a contratação de PPP que tenha por objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Além do pressuposto da necessidade de contraprestação pecuniária ou aporte público por parte do poder público, bem como da observância do prazo e dos valores mínimos de contratação, as PPPs afastam-se da concessão comum na medida em que o parceiro privado não presta o serviço ou executa a obra pública por sua conta e risco, havendo necessidade – imposta pela legislação geral, em nível federal – de repartição (contratual) objetiva dos riscos com o poder público.

Considerando o vulto dos investimentos necessários à implantação de uma PPP, a Lei de PPPs previu, além das garantias de execução do contrato pelo parceiro privado, um forte mecanismo de garantias a serem prestadas pelo parceiro público, incluindo a possibilidade de: (a) vinculação de receitas em garantia pelo poder público; (b) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei; (c) contratação de seguro-garantia de entidades não controladas pelo poder público; (d) prestação de garantias por organismos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

internacionais ou instituições financeiras não controladas pelo poder público; (e) prestação de garantias por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; bem como (f) outros mecanismos admitidos em lei, tudo com vistas a assegurar a solidez financeira e atratividade do projeto.

**4. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

O conceito de concessão administrativa, por sua vez, encontra-se no artigo 2.º, § 2.º, da Lei das PPPs, que assim dispõe:

Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa (...)

§ 2.º. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (...).

A concessão administrativa, portanto, consiste em modalidade de PPP na qual o poder público é o usuário direto ou indireto do serviço concedido, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens. Ocorre que, diferentemente da concessão patrocinada, na concessão administrativa o poder público arca integralmente com a remuneração do concessionário.

Em linhas gerais, a concessão administrativa distingue-se da concessão comum e da concessão patrocinada na medida em que não tem como finalidade a delegação de um serviço público, mas a contratação de serviço de que o poder público seja o usuário direto ou indireto, não passível de cobrança de tarifa (ao menos não pelo concessionário, em nome próprio).

Desta forma, nas concessões administrativas a remuneração do parceiro privado é composta integralmente pela contraprestação paga pelo parceiro público, sem prejuízo de eventuais receitas extraordinárias que poderão ser exploradas pelo concessionário.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Pode-se dizer, assim, que a peculiaridade da concessão administrativa advém do fato de esta modalidade não envolver atividades tarifadas ou tarifáveis, ou seja, atividades que, pela sua natureza ou pelo regime jurídico incidente, não podem ser divididas em unidades aptas a serem cobradas dos usuários. Trata-se, portanto, do modelo de concessão adequado aos serviços públicos que Hely Lopes Meirelles classifica como uti universi ou gerais. Segundo o aludido doutrinador, estes serviços são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo (...). Esses serviços satisfazem indiscriminadamente a população, sem que se erijam em direito subjetivo de qualquer administrado à sua obtenção para o seu domicílio, para sua ou rua ou para seu bairro. Estes serviços são indivisíveis, isto é, não mensuráveis na sua utilização. Daí por que, normalmente, os serviços uti universi devem ser mantidos por imposto (tributo geral), e não por taxa ou tarifa, que é remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.

Nesse mesmo sentido, entende-se que, ainda que a Lei de PPPs fale em *"prestação de serviços que a Administração seja usuária direta ou indireta"*, não se exclui do âmbito das concessões administrativas a exploração de serviços públicos, uma vez que a estrutura legal que incide sobre esta modalidade de concessão não é essencialmente diferente da aplicável às concessões comuns de serviço público.

Ademais, a concessão administrativa, assim como a concessão patrocinada, enquanto modalidade de PPP, deve ser estruturada de modo que seu prazo seja compatível com a amortização dos investimentos e a remuneração do parceiro privado, variando de cinco (prazo mínimo de vigência) a trinta e cinco anos (prazo máximo de vigência).

Assim como ocorre nas concessões patrocinadas, há leis municipais que estabelecem o valor mínimo anual de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para os contratos de concessões administrativas, vedando-se ainda a celebração de contrato que tenha por objeto único o fornecimento de mão de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

## 5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA MODELO

Esta subseção apresenta a análise comparativa das vantagens e desvantagens das diferentes espécies de concessão previstas no ordenamento jurídico brasileiro, à luz das características técnicas, econômicas e institucionais do projeto de manejo de resíduos sólidos dos Municípios do **CDS VELHO CHICO**.

Da análise realizada, nota-se que o projeto do **CDS VELHO CHICO** pode, em tese, assumir qualquer modelo de concessão. Todavia, a escolha de cada espécie implica arranjos contratuais distintos.

Conforme visto, a concessão comum possui como vantagens o fato de o projeto se mostrar economicamente autossustentável. Essa circunstância simplificaria a estruturação da concessão, já que, diante da desnecessidade de contraprestação pública continuada, fica dispensada a criação do necessário (mas potencialmente complexo) sistema de garantias previsto na lei das PPPs, voltados a garantir pagamentos periódicos provenientes do erário.

De igual modo, tratando-se de concessão comum, e não de uma parceria público-privada, o Município não irá comprometer absolutamente nada dos limites fiscais previstos no art. 28 da Lei 11.079/04, que assim estabelece:

Art. 28. A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. (Redação dada pela Lei nº 12.766, de 2012)



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

O dispositivo impede que a União conceda garantias ou realize transferências voluntárias para os entes subnacionais cujas despesas com PPPs tenham superado, no ano anterior, 5% da RCL projetada.

Assim, a opção por uma concessão comum preservaria a capacidade futura dos Municípios do **CDS VELHO CHICO** para eventual celebração de outros contratos de PPP em outros setores.

Outro aspecto positivo da concessão comum reside na maior flexibilidade do modelo tarifário, vez que se mostra mais flexível que a cobrança dos usuários por meio de tributos, sujeitos ao regime jurídico-tributário.

No caso do projeto do **CDS VELHO CHICO**, os estudos demonstram que o projeto é economicamente autossustentável exclusivamente caso haja a implementação do cofaturamento e efetivação de acordo comercial entre a futura concessionária de resíduos (**SPE**) e as concessionárias de serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto) para realização das cobranças conjuntas para os serviços de água-esgoto-resíduos, garantindo assim a manutenção da inadimplência alvo e custos operacionais no que tange à gestão comercial do sistema a ser implementado. Ou seja, o estudo de viabilidade econômico financeira fora idealizado para garantir um ecossistema autossustentável e modular partir da combinação entre a Tarifa do Usuário Final, aplicável aos serviços relativos aos resíduos domiciliares, e a Tarifa do Ente Público, devida pelos Municípios exclusivamente em relação aos serviços divisíveis e facultativos (RCD, RSS e RPU), mediante adesão específica. Porém, por se tratar de uma relação contratual e comercial externa a relação do **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**), sendo está a parte mais competente para gerenciar esse risco, faz-se que o **PODER CONCEDENTE**, conduza a conclusão da negociação junto as concessionárias de serviços públicos de saneamento básico (água e esgoto) possibilitando a construção de acordo comercial entre as partes para realização das cobranças conjuntas para os serviços de água-esgoto-resíduos, garantindo assim a manutenção da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

inadimplência alvo e custos operacionais no que tange à gestão comercial do sistema a ser implementado.

É importante frisar que o manejo de **RPU** não constitui serviço indivisível (uti universi). Conforme orientações do Guia Prático de Estruturação de Projetos de Concessão de Manejo Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos, o manejo de **RPU** não se confunde com os serviços de limpeza urbana (estes, sim, indivisíveis), uma vez que é possível identificar o usuário dos serviços de manejo de **RPU** como sendo o próprio Poder Público, o que viabiliza a mensuração correta e a cobrança do serviço diretamente da Administração, mediante tarifa por ela devida à Concessionária de forma proporcional à utilização efetiva do serviço.

As espécies de concessão enquadradas como concessões comuns foram analisadas no âmbito dos estudos, mostrando-se juridicamente possíveis, embora menos aderentes às premissas do projeto.

A concessão patrocinada apresenta como principal vantagem a possibilidade de complementação da remuneração do parceiro privado por meio de contraprestação pública e/ou aporte público, o que pode ser relevante em cenários nos quais a tarifa paga pelos usuários se mostre insuficiente ou excessivamente onerosa. Trata-se, contudo, de uma solução indicada sobretudo para projetos estruturalmente deficitários sob a ótica tarifária, o que não se verifica no caso em análise.

Já a concessão administrativa tem como ponto positivo a possibilidade de concentrar todo o ciclo de serviços em um único contrato, independentemente da natureza divisível ou universal das atividades prestadas. Essa concentração pode gerar ganhos de escala e facilitar a gestão contratual, porém pressupõe que o Poder Público figure como usuário direto e exclusivo dos serviços, arcando integralmente com a remuneração do parceiro privado.

Por outro lado, ambas as modalidades de PPP apresentam como desvantagens relevantes a necessidade de estruturação de sistemas robustos e



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

potencialmente complexos de garantias, destinados a assegurar o pagamento das contraprestações públicas, bem como o comprometimento dos limites fiscais previstos no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, reduzindo a margem de manobra dos entes públicos para futuras contratações dessa natureza. Em resumo:

| CONCESSÃO COMUM | | CONCESSÃO PATROCINADA | | CONCESSÃO ADMINISTRATIVA | |
|---|---|---|---|---|---|
| VANTAGENS | DESVANTAGENS | VANTAGENS | DESVANTAGENS | VANTAGENS | DESVANTAGENS |
| Projeto autossustentável | Necessidade de licitar de forma separada os serviços "universais" | Caso a tarifa se mostre excessiva, permite que o Poder Público pague contraprestação complementar | Necessidade de licitar de forma separada os serviços "universais" | Permite que se concentre todo o ciclo em apenas um contrato, facilitando a gestão e gerando ganhos de escala | Pagamento do parceiro privado exclusivamente por meio de contraprestação pública |
| Dispensa sistema de garantias | | | Exige o sistema de garantias | | Exige o sistema de garantias |
| Não compromete os 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 | | | Compromete parte dos 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 | | Compromete parte dos 5% do art. 28 da Lei 11.079/04 |
| Tarifa - flexibilidade | | | Tributo - menor flexibilidade | | Tributo - menor flexibilidade |

Fonte: Torre Construções (2025)

## 6. ANÁLISE DE COMPROMETIMENTO DA RCL

Esta subseção apresenta a análise de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) de cada município, em função da contraprestação do projeto à luz do limite orçamentário para contratações de concessões administrativas pelos municípios do **CDS VELHO CHICO**, nos moldes da Lei 11.079/04. A presente análise é acompanhada de avaliação do comprometimento da RCL em cenários de contraprestação calculada com diferentes níveis de OPEX e CAPEX

Para tanto, primeiramente é calculado o limite de comprometimento da RCL com contratos de concessão administrativa e patrocinada (PPP) para os municípios do **CDS VELHO CHICO**. Conforme apresentado na Estrutura de Garantias (contendo o diagnóstico Jurídico e Econômico), em sua seção 5, o



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

limite se refere a 5% da RCL (Lei 11.079/04) de limite de comprometimento para os municípios integrantes do projeto, o que por sua vez fora plenamente atendido e respeitado. Ademais, uso integral do limite representaria para os municípios um potencial de comprometimento de R$32.005.268 (trinta e dois milhões, cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais).



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| Municipio | Previsão para 2025 | | | Limite RCL % | Valor a comprometer | Valor comprometido | RCL % Comprometida | Saldo a comprometer |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RCL | FPM | ICMS | | | | | |
| Ibotirama | 230.873.000 | 40.731.558 | 13.356.563 | 5,00% | 11.543.650 | 5.187.277 | 2,25% | 6.356.373,13 |
| Morpará | 48.128.965 | 17.456.382 | 5.771.653 | 5,00% | 2.406.448 | 1.263.651 | 2,63% | 1.142.796,79 |
| Paratinga | 149.921.935 | 46.550.352 | 12.204.469 | 5,00% | 7.496.097 | 4.315.281 | 2,88% | 3.180.815,80 |
| Muquém de São Francisco | 73.586.500 | 23.275.176 | 10.391.851 | 5,00% | 3.679.325 | 1.800.239 | 2,45% | 1.879.085,54 |
| Oliveira dos Brejinhos | 137.594.969 | 34.912.764 | 12.500.034 | 5,00% | 6.879.748 | 3.450.040 | 2,51% | 3.429.708,79 |
| **TOTAL** | **640.105.369** | **162.926.232** | **54.224.570** | | **32.005.268** | **16.016.488,38** | | **15.988.780,05** |

| Municipio | FPM | ICMS | R$ TEP | R$ Limite p/ constituição de adicional garantia e realização de aportes públicos | % FPM | % ICMS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ibotirama | 40.731.558 | 13.356.563 | 2.070.491,37 | 3.116.785,50 | 9,55% | 9,71% |
| Morpará | 17.456.382 | 5.771.653 | 613.910,44 | 649.741,03 | 5,43% | 5,47% |
| Paratinga | 46.550.352 | 12.204.469 | 2.291.334,82 | 2.023.946,12 | 7,42% | 7,07% |
| Muquém de São Francisco | 23.275.176 | 10.391.851 | 806.821,71 | 993.417,75 | 5,41% | 5,20% |
| Oliveira dos Brejinhos | 34.912.764 | 12.500.034 | 1.592.507,57 | 1.857.532,08 | 7,41% | 6,90% |
| **TOTAL** | **162.926.232** | **54.224.570** | **7.375.065,90** | **8.641.422,48** | | |

**Fonte:**
**ICMS** https://www.sefaz.ba.gov.br/docs/financas-publicas/repasse/val24dez.pdf
**FPM** https://informacoesmunicipais.com.br/wp-content/uploads/2024/03/mar-abr-mai-2024-29-BA.pdf

Logo, considerando adesão integral das Tarifas do Ente Público (TEPs) atingindo assim um montante total a partir do ano 1 de R$7.375.065,90 (sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e noventa centavos), as TEPs correspondem a 1,15% do RCL ou 23,04% do limite da RCL, portanto significativamente abaixo do limite de 5%. Adicionalmente, fora calculado qual seria o comprometimento da RCL em cenários de aporte público máximo (uma vez que esse fora limitado há 1,35% da RCL) calculada com diferentes níveis de desembolsos de TEP, desse modo alcançou-se 50,04% do limite da RCL ou 2,50% da RCL.

Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**7. DAS GARANTIAS**

As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I - Vinculação de receita, observado o disposto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal;

II - Utilização do fundo garantidor;

III - Garantia fidejussória ou seguro;

IV - Atribuição ao contratado do encargo de faturamento e cobrança de crédito do contratante em relação a terceiros, salvo os relativos a tributos;

V - Outros mecanismos admitidos em lei.

**8. CRIAÇÃO DE FUNDO GARANTIDOR PELOS MUNICÍPIOS**

Os Municípios somente poderão contratar parceria público privada até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício, devendo adequar as despesas anuais dos contratos às receitas correntes líquidas projetadas para os exercícios seguintes respectivos.

Exclui-se do limite a que se refere o caput deste artigo os contratos de parcerias público-privadas não custeados com recursos do Tesouro Municipal, os quais estarão submetidos às condições específicas do respectivo projeto e àquelas estabelecidas pelas partes.

A previsão de receita e despesa dos contratos de parcerias público-privadas consta do Anexo de Metas Fiscais a que se refere o § 10 do art. 4° da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

As despesas relativas ao Programa de Parcerias Público-Privadas são caracterizadas como despesas obrigatórias, de caráter continuado, submetidas à disciplina da Lei Complementar nº 101/2000, e constarão dos Relatórios de Gestão Fiscal, inclusive para aferição do comprometimento do limite.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

Compete ao Consórcio responsável pela área que porventura está sendo realizado o projeto de parceria público privada a manifestação prévia sobre o mérito do projeto.

Competem às Secretarias Municipais da Fazenda a manifestação prévia sobre o impacto financeiro e a compatibilidade do projeto com as Leis Orçamentárias do Município.

Compete ao Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar) exercer o controle dos contratos a serem celebrados e, obrigatoriamente, emitir parecer final sobre o projeto a ser realizado.

As Procuradorias Gerais do Município emitirão, obrigatoriamente, parecer prévio quanto aos editais e contratos.

Deverá ser criado o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de cada um dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**FGP CDS VELHO CHICO**), entidade contábil sem personalidade jurídica, com o objetivo de viabilizar a implantação do Programa de Parcerias Público-Privadas, prestando as garantias necessárias quanto ao pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Município. São beneficiárias do Fundo as empresas parceiras definidas e habilitadas nos termos da Lei. São recursos do Fundo:

I – As dotações consignadas no orçamento do Município e os créditos adicionais;

II – Os rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do próprio Fundo;

III – As doações, os auxílios, as contribuições e os legados destinados ao Fundo.

IV – Os recursos provenientes de operações de crédito internas e externas destinadas ao Fundo;

V – Transferências de outros fundos municipais;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

VI – Os provenientes do Estado da Bahia e da União;

VII – Outras receitas destinadas ao Fundo.

O suprimento ao Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privada dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**FGP CDS VELHO CHICO**) dos recursos previstos nos incisos III, VI e VII deste artigo deverá ser processado através das Secretarias Municipais das cidades que compõem o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (Finanças ou Fazenda), a quem caberá a prestação de contas da aplicação desses recursos à instituição de origem e seu controle orçamentário.

A destinação dos recursos financeiros mencionados no parágrafo anterior, quando sua aplicação não estiver condicionada pela instituição de origem, pública ou privada, será definida pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO**), criado por esta lei, em conformidade com suas atribuições, o qual indicará o órgão responsável pela aplicação desses recursos, tipo de investimento e seu controle.

Os órgãos responsáveis pela aplicação dos recursos do Programa de Parceria Público-Privada deverão fornecer a documentação necessária à Secretaria Executiva do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico, para a devida prestação de contas. Poderão ser alocados ao Fundo:

I - Ativos de propriedade do Município, excetuados os de origem tributária;

II- Bens móveis e imóveis, na forma definida em regulamento, observadas as condições previstas em lei.

As receitas decorrentes do recebimento dos ativos de que trata o inciso I e da alienação dos bens de que trata o inciso II deste artigo poderão ser utilizadas prioritariamente no pagamento de parcelas devidas pelo contratante.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

As condições para liberação e utilização de recursos do Fundo por parte do beneficiário serão estabelecidas no contrato de parceria público-privada, firmado nos termos da Lei.

Os recursos do **FGP CDS VELHO CHICO** serão depositados em conta específica junto à instituição oficial de crédito ou instituição gestora das contas dos Municípios.

Será criado o Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico - **CGP CDS VELHO CHICO**, integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar), que o presidirá;

II - Secretários Municipais de Finanças ou Fazenda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

III - Secretários Municipais de Meio Ambiente dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

IV - Presidente do Consórcio Intermunicipal (ou órgão similar);

V - 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal por cidade.

VI - Secretários Municipais de Infraestrutura dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Velho Chico (ou órgão similar);

Participarão das reuniões do Comitê com direito a voz e voto os demais titulares de Secretarias ou Órgãos dos Municípios que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto a ser contratado e a respectiva competência.

O Comitê deliberará por maioria de votos de seus membros, tendo o Presidente o direito ao voto de qualidade.

A participação no Comitê não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Compete ao Comitê Gestor:

I - Definir os projetos prioritários para execução no regime de parcerias público-privadas;

II - Disciplinar os procedimentos para a celebração desses contratos;

III - Autorizar a abertura da licitação e aprovar projetos de parcerias público-privadas, para deliberação do Prefeito Municipal;

IV - Supervisionar a fiscalização e a execução das parcerias público-privadas;

V - Opinar sobre alteração, revisão, resolução, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria, observado o limite de prazo fixado nesta Lei;

VI – Elaborar o seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal.

Ao membro do Comitê é vedado:

I - Exercer o direito de voz e voto ou qualquer ato em matéria objeto do Programa de Parcerias Público-Privadas em que tiver interesse pessoal conflitante, cumprindo-lhe cientificar os demais membros do Comitê de seu impedimento e fazer constar em ata a natureza e extensão do conflito de seu interesse;

II - Valer-se de informação sobre processo de parceria público-privada ainda não divulgado para obter vantagem, para si ou para terceiros;

III - Adquirir bens móveis ou imóveis eventualmente alienados pelo ente privado, quando da execução da parceria.

Cada Secretaria ou órgão interessado em desenvolver contrato de parceria público-privada encaminhará ao Comitê Gestor os estudos fundamentados, nos termos e prazos previstos em regulamento, ficando



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

responsável, nas fases subsequentes, pelo acompanhamento da execução da parceria.

Sem prejuízo do disposto, as posições e relatórios sobre o desempenho dos contratos de parcerias público-privadas serão incluídos na prestação de contas dos Municípios, para a Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Será criada na estrutura da Câmara Técnica de Meio Ambiente do Velho Chico (ou órgão similar), o Departamento de Parcerias Público-Privadas em representação aos Município que compõem o **CDS VELHO CHICO**, com as seguintes competências:

I - Executar as atividades operacionais e coordenar as ações correlatas ao desenvolvimento dos projetos de parcerias público-privadas;

II - Assessorar e prestar apoio técnico ao Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (**CGP CDS VELHO CHICO**);

III - Divulgar os conceitos metodológicos próprios dos contratos de parceria público-privadas.

O Poder Executivo regulamentará a legislação atinente aos temas aqui abordados, no que couber.

**9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE**

Será constituído sistema contratual de garantias, lastreado nos seguintes instrumentos:

- Vinculação e destinação para o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)** dos percentuais abaixo indicados, oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, destinados ao custeio das seguintes atividades:

I - Percentual para custear a tarifa do ente público e os aportes públicos da concessão celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**;

II - Percentual para custear a garantia da tarifa do ente público pública e os aportes públicos da concessão celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO);**

III - Instituição da **CONTA PAGAMENTO**, decorrente da celebração de **CONTRATO DE DEPÓSITO**, a ser obrigatoriamente celebrado entre o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** e **AGENTE CUSTODIANTE**, alimentada, de parte dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, conforme previsão legal municipal, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e os aporte públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **PODER CONCEDENTE**.

- Instituição da **CONTA GARANTIA DO CONTRATO**, decorrente da celebração de **CONTRATO DE DEPÓSITO**, a ser obrigatoriamente celebrado entre o **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** e **AGENTE CUSTODIANTE**, alimentada de parte dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, conforme previsão legal municipal, para custear a garantia adicional das futuras **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**(TEPs)** e os aporte públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **PODER CONCEDENTE.**

- Contratação de **SEGURO GARANTIA** pela **CONCESSIONÁRIA**, na forma do art. 8º, inciso III, da Lei Federal nº11.079/2004.

Os instrumentos acima elencados deverão ser obrigatoriamente implementados. O acionamento das garantias deverá ser gradual e crescente, observando-se a ordem de ocorrência dos itens I, II, III, IV do item 7 acima, à medida e na proporção que vierem a ocorrer os fatos e/ou eventos que ensejaram a sua aplicação, especialmente quando se verificarem ausentes recursos suficientes para custeio das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** em prol da **CONCESSIONÁRIA**, ou ainda, os aporte públicos em caso que o inadimplemento das **TARIFAS DO USUÁRIO FINAL (TUF)** extrapolarem as premissas previstas na matriz de risco, esse por sua vez limitado ao montante de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da RCL anual do município.

**10. DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA**

Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** vir a celebrar contrato de financiamento com terceiro para a execução do **OBJETO** do **CONTRATO**, poderá oferecer-lhe em garantia, nos termos do artigo 28 da Lei Federal nº 8.987/95, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, na forma deste **CONTRATO**.

O oferecimento, em garantia, nos financiamentos vinculados ao escopo do **CONTRATO**, dos direitos emergentes da **CONCESSÃO**, somente poderá ocorrer até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da **CONCESSÃO**.

As ações de emissão da **CONCESSIONÁRIA** poderão ser dadas em garantia de financiamentos ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem necessidade de prévia autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

As ações correspondentes ao controle da **CONCESSIONÁRIA** poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem necessidade de prévia autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.

Sem prejuízo da garantia estipulada neste item, é permitido o pagamento direto em nome do **FINANCIADOR** da **CONCESSIONÁRIA**, em relação às obrigações pecuniárias do **PODER CONCEDENTE**, nos termos deste **CONTRATO** e no anexo **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

Reconhece-se a legitimidade dos **FINANCIADORES** da **CONCESSIONÁRIA** para receber indenizações por extinção antecipada do **CONTRATO**.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## 11. ANEXOS



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ANEXO A**

**MINUTA DE CONTRATO DE DEPÓSITO**

Através deste instrumento de contrato de **DEPÓSITO**, o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, pessoa jurídica de direito público interno da espécie associação pública, de natureza autárquica, integrante da Administração Pública Indireta dos Poderes Executivos dos entes da Federação consorciados, inscrita no CNPJ sob o n.º __.__/____-__, com sede na Rua da _____, nº _____, Bairro da _____, Cidade de _____, Estado da Bahia, CEP nº __-__, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). ___, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, doravante denominado simplesmente **CDS VELHO CHICO**, a (NOME DA SPE), sociedade de propósito específico de direito privado, (qualificação), neste ato representada por seu(s) diretor(es), (qualificação), doravante denominada simplesmente **SPE**, e **BANCO** (nome do banco), instituição financeira brasileira oficial, (qualificação), neste ato representada por seu(s) diretor(es), (qualificação), doravante denominado simplesmente **AGENTE CUSTODIANTE,** em conjunto doravante denominados simplesmente de **PARTES**, considerando-se que encontram-se contratadas através do contrato n° (número), cujo objeto é a concessão para prestação dos serviços de gerenciamento da coleta, transporte, triagem, transbordo (transferência), tratamento e destinação final de resíduos domiciliares, da saúde, da construção civil e demolição e dos serviços públicos urbanos, no território dos Municípios integrantes do **CDS VELHO CHICO** (Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), tem entre si justo e acertado o presente **CONTRATO DE DEPÓSITO**, e acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS.**

1.1. O **CDS VELHO CHICO** depositará, com periodicidade mensal, os recursos provenientes dos repasses dos Municípios Consorciados (Ibotirama,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEPs**) e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO)**, em contas correntes de sua titularidade, mantida pelo **AGENTE CUSTODIANTE.**

1.2. Estas contas serão denominadas de **CONTA PAGAMENTO** e **CONTA GARANTIA.**

**CLAUSULA SEGUNDA – TRATAMENTO DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA**

2.1. Os recursos que venham a ser depositados na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** terão remuneração a ser definida através de resolução das **PARTES**, após a abertura das respectivas contas, segregadas de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

2.2. Estas contas terão os números ..... e..... , e serão mantidas na Agência..... , do **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PARA A CONTA PAGAMENTO E PARA A CONTA GARANTIA**

3.1. Recursos destinados ao depósito na **CONTA PAGAMENTO**:

3.1.1. O valor equivalente ao percentual constante da tabela abaixo, dos respectivos dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE FPM |
|---|---|
| **Ibotirama** | 3,81% |
| **Paratinga** | 3,94% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,42% |
| **Morpará** | 2,64% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,43% |

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE ICMS |
|---|---|
| **Ibotirama** | 3,88% |
| **Paratinga** | 3,75% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,19% |
| **Morpará** | 2,66% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,33% |

3.2. Recursos destinados ao depósito na **CONTA GARANTIA DO CONTRATO**:

3.2.1. O valor equivalente ao percentual constante da tabela abaixo, dos respectivos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para garantia adicional das futuras **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelo **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**, até o saldo acumulado de forma individual por cada município até montante de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

RCL anual, ou ainda, até o saldo acumulado de forma global por todos municípios de R$8.641.422,48 (oito milhões de reais. seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos) a ser atualizado monetariamente anualmente pelo IPCA a partir da assinatura do contrato:

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE FPM |
|---|---|
| **Ibotirama** | 5,74% |
| **Paratinga** | 3,48% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,99% |
| **Morpará** | 2,79% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,99% |

| MUNICÍPIO | PERCENTUAL A ACRESCENTAR PARA CUSTEIO DAS TEPs, INCIDENTE SOBRE A SOMA DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE ICMS |
|---|---|
| **Ibotirama** | 5,83% |
| **Paratinga** | 3,32% |
| **Oliveira dos Brejinhos** | 3,72% |
| **Morpará** | 2,81% |
| **Muquém do São Francisco** | 2,87% |

**CLÁUSULA QUARTA – INVESTIMENTOS DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA**

4.1. Os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** serão investidos e reinvestidos pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, nos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

investimentos determinados pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, por escrito, dentre as modalidades existentes nas carteiras de investimento mantidas e operadas pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

4.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** fornecerá relatórios, com periodicidade mensal, refletindo as transações realizadas na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA**.

4.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** terá o direito de liquidar todos os investimentos realizados, a fim de fazer os desembolsos necessários, nos termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

4.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** não terá nenhuma responsabilidade por qualquer prejuízo sofrido como resultado de todo o investimento feito em conformidade com as instruções do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, ou como resultado de qualquer liquidação de qualquer investimento antes de seu vencimento ou com a não obtenção de resultado programado para qualquer investimento advindo de instrução do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**.

**CLÁUSULA QUINTA – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA PAGAMENTO E DA CONTA GARANTIA.**

5.1. Procedimentos para pagamento com recursos da **CONTA PAGAMENTO**:

5.1.1. Os recursos depositados pelo **CDS VELHO CHICO** na **CONTA PAGAMENTO** serão utilizados exclusivamente para custeio das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos, conforme o Atestado Liberatório de pagamento encaminhado ao **AGENTE CUSTODIANTE** pelo **CDS VELHO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CHICO**, por meio do Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**.

5.1.2. O valor referente às **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)**, conforme indicado no Atestado Liberatório de pagamento encaminhado ao **AGENTE CUSTODIANTE** pelo Comitê Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas dos Municípios do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (**CGP CDS VELHO CHICO)**, será pago à **SPE**, na sua conta especialmente destinada, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Atestado Liberatório, conforme modelo no Anexo A.

5.1.3. Os Boletins de Medição serão entregues pela **SPE** ao **CDS VELHO CHICO** no 1º (primeiro) dia útil de cada mês.

5.1.4. Os Atestados Liberatórios serão entregues pelo **CDS VELHO CHICO** ao **AGENTE CUSTODIANTE** no 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.1.5. Não havendo entrega de qualquer Atestado Liberatório, pelo **CDS VELHO CHICO** ao **AGENTE CUSTODIANTE** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a **SPE** poderá entregar o respectivo Boletim de Medição para pagamento ao **AGENTE CUSTODIANTE**, substituindo-se Atestado Liberatório para todos os fins de direito.

5.1.6. O **AGENTE CUSTODIANTE** poderá, a seu critério, buscar a confirmação da emissão do atestado liberatório de pagamento e da respectiva autorização de pagamento. Nesse caso, poderá entrar em contato por qualquer meio que julgue conveniente com pelo menos um dos seguintes servidores do **CDS VELHO CHICO**:

Secretaria Executiva do **CDS VELHO CHICO**: Sr(a). _____

- Outros que se deseje incluir

5.1.7. Caso o **AGENTE CUSTODIANTE** entenda que há necessidade da confirmação de pelo menos um dos servidores do **CDS VELHO CHICO** acima



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

relacionados e não obtenha êxito na tentativa de contato, poderá, a seu critério, não realizar qualquer movimentação na **CONTA PAGAMENTO** e/ou na **CONTA GARANTIA,** até que o contato seja realizado e o respectivo pagamento confirmado.

5.2. Após a realização do pagamento, caso haja saldo na **CONTA PAGAMENTO**, os valores serão nela mantidos para custeio das subsequentes T**ARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos devidas pelo **CDS VELHO CHICO** à **SPE**, através do **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.3. Ao fim da execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, quitados todos os compromissos financeiros do **CDS VELHO CHICO** com a **SPE**, caso haja saldo na **CONTA PAGAMENTO**, os respectivos recursos financeiros serão devolvidos aos Municípios, sob a forma de rateio compatível com a contribuição de cada um para a composição da **CONTA PAGAMENTO**.

5.4. A **CONTA PAGAMENTO**, juntamente com todos os juros recebidos nessa conta (que constituem parte integrante da **CONTA PAGAMENTO**), será mantida pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, e seus recursos desembolsados de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

5.5. As **PARTES** reconhecem que o **AGENTE CUSTODIANTE** está autorizado a utilizar as instruções de transferência de fundos para desembolsar os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO**, sem a emissão de ordem adicional, conforme estabelecido no item 3.2, na forma determinada no Anexo A deste contrato. Os desembolsos serão realizados através da seguinte movimentação:

5.5.1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.6. Procedimentos para pagamento com recursos da **CONTA GARANTIA**:

5.6.1. Após a emissão do Atestado Liberatório, não havendo saldo suficiente na **CONTA PAGAMENTO**, juntamente com todos os juros recebidos nessa conta (que constituem parte integrante da **CONTA PAGAMENTO**), a **CONTA GARANTIA** será acionada, tanto por iniciativa direta e imediata do **AGENTE CUSTODIANTE**, quanto por provocação da **SPE**, de acordo com os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**, para cobrir eventual ausência de disponibilidade financeira da **CONTA PAGAMENTO** para cobrir as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos.

5.6.2. As **PARTES** reconhecem que o **AGENTE CUSTODIANTE** está autorizado a utilizar as instruções de transferência de fundos para desembolsar os recursos existentes na **CONTA GARANTIA**, sem a emissão de ordem adicional, conforme estabelecido no item 3.2, na forma determinada no Anexo A deste contrato. Os desembolsos serão realizados através da seguinte movimentação:

5.6.2.1. Movimentações da **CONTA GARANTIA**:

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA**:

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.6.3. Os recursos componentes da **CONTA GARANTIA** deverão ser utilizados para pagamento da **SPE** se (e somente se) os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** não forem suficientes para o pagamento das **TÁRIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos. no todo ou em parte.

5.6.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** deverá utilizar os recursos existentes da **CONTA GARANTIA** para pagamento das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos à **SPE** nas mesmas datas previstas no **CONTRATO DE CONCESSÃO** celebrado entre os municípios integrantes da **CONCESSSÃO**, através do Consórcio Intermunicipal (**CDS VELHO CHICO)** e a Concessionária (**SPE)**, parte integrante deste contrato, no Anexo B.

5.6.5. Ao fim da execução do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, quitados todos os compromissos financeiros dos municípios integrantes da **CONCESSSÃO** com a Concessionária (**SPE**), caso haja saldo na **CONTA GARANTIA**, os respectivos recursos financeiros serão devolvidos aos Municípios, sob a forma de rateio compatível com a contribuição de cada um para a composição da **CONTA GARANTIA**.

5.7. Procedimentos para pagamento a terceiros com recursos da **CONTA PAGAMENTO** e da **CONTA GARANTIA**:

5.7.1. Caso a **SPE** contrair financiamento com instituição financeira, fornecedor de equipamentos e/ou materiais a serem utilizados no contrato de concessão ou com outro ente que haja financiado a **SPE** para o custeio dos investimentos ou serviços a serem executados no contrato de concessão, o **CDS VELHO CHICO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

poderá emitir ordem, através do atestado liberatório de pagamento total ou parcial, ao **AGENTE CUSTODIANTE**, para que pague diretamente ao financiador ou fornecedor seus haveres financeiros junto à **SPE**.

5.7.2. Para o procedimento disposto neste item 5.3, a **SPE** deverá apresentar ao **CDS VELHO CHICO** o contrato de financiamento ou fornecimento que haja celebrado, cabendo ao **CDS VELHO CHICO** reconhecer o financiador ou fornecedor como parte da relação contratual, constituindo-o como titular de seus haveres financeiros, conforme disposto no contrato celebrado entre o financiador ou fornecedor.

5.7.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** liquidará os haveres do financiador ou fornecedor através das seguintes movimentações na **CONTA PAGAMENTO** ou na **CONTA GARANTIA:**

5.7.3.1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

5.7.3.2. Movimentações da **CONTA GARANTIA:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

B) Contas para crédito **– CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

C) Contas a serem mantidas no **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1. Este **CONTRATO DE DEPÓSITO** estará rescindido de pleno direito no caso da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

6.1.1. A descontinuidade de carreamento dos recursos provenientes do repasse, pelo prazo de 6 (seis) meses subsequentes, pelos Municípios Consorciados (Ibotirama, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Muquém do São Francisco), oriundos do **FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM),** do **IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)** e do instrumento de cobrança (taxa ou tarifa) instituído nos moldes do Art. 35 da Lei 11.445/07 por cada município consorciado, para custear as **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO (TEPs)** e aportes públicos da **CONCESSÃO** celebrada pelos municípios integrantes da **CONCESSSÃO**, através do Consórcio Intermunicipal (**CDS VELHO CHICO**) e a Concessionária (**SPE**) para as **CONTA PAGAMENTO** e **CONTA GARANTIA**, por qualquer motivo. Excetuada em casos previstos anteriormente que, por motivos de alcançar o



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

saldo acumulado limite, tendo assim a soma dos depósitos da conta garantia alcançado a marca de 1,35% (um virgula trinta e cinco por cento) da RCL do município em questão, uma vez que, fica dispensado a hipótese da **RESCISÃO** pela descontinuidade de carreamento dos recursos provenientes do repasse, pelo prazo de 6 (seis) meses subsequentes.

6.1.2. O decurso do prazo de 30 (trinta) anos, a partir da data da emissão da ordem de início da prestação dos serviços deste contrato, emitida pelo **CDS VELHO CHICO**, caso em que o saldo remanescente na **CONTA PAGAMENTO** e na **CONTA GARANTIA** será desembolsado de acordo com as disposições dos itens 5.3 e 5.6.5.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES SOBRE O AGENTE CUSTODIANTE**

7.1. O presente **CONTRATO DE DEPÓSITO** expressa e exclusivamente estabelece os deveres do **AGENTE CUSTODIANTE** com relação a todos os assuntos pertinentes a este instrumento, não havendo para o **AGENTE CUSTODIANTE** quaisquer deveres ou obrigações tácitas ou implícitas.

7.1.1. Este **CONTRATO DE DEPÓSITO** constitui o único acordo entre o **AGENTE CUSTODIANTE** e as outras **PARTES** em relação ao objeto deste contrato, e nenhum outro acordo celebrado entre as **PARTES**, em conjunto ou isoladamente, será considerado como obrigação inerente ao **AGENTE CUSTODIANTE**, no todo ou em parte.

7.1.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** irá atuar apenas e tão somente como executor dos depósitos aqui determinados, das movimentações financeiras aqui autorizadas e das aplicações financeiras aqui determinadas, não se responsabilizando de qualquer forma pela suficiência, exatidão, autenticidade ou validade do objeto deste **CONTRATO DE DEPÓSITO** ou qualquer parte dele, pela forma de sua execução ou pela entidade ou autoridade de qualquer pessoa envolvida nos atos aqui previstos.

7.1.3. O **AGENTE CUSTODIANTE** não terá qualquer obrigação de investigar ou inquirir sobre a validade ou a exatidão de qualquer documento, acordo, instrução



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

ou pedido que lhe for enviado, não podendo ser responsabilizado por agir ou não agir de acordo com qualquer documento, acordo, instrução ou solicitação que lhe haja sido enviada e que não seja autêntica.

7.1.4. O **AGENTE CUSTODIANTE** não será, de nenhuma maneira, responsável por notificar, nem será o seu dever notificar a qualquer das **PARTES** ou qualquer outra parte interessada no presente contrato, acerca de qualquer pagamento determinado por este contrato ou seus anexos.

7.1.5. O **AGENTE CUSTODIANTE** fica autorizado e obrigado a atuar por meio deste **CONTRATO DE DEPÓSITO** somente em conformidade com as disposições contidas na cláusula primeira.

7.2. O **AGENTE CUSTODIANTE** será resguardado de qualquer responsabilidade por agir em conformidade com qualquer notificação por escrito, pedido, contraordem, consentimento, certificado, recibo, autorização, procuração ou outro documento que receba e considere de boa-fé como genuíno, não limitados, mas incluindo itens direcionados a investimento ou não-aplicação dos recursos, itens que solicitem ou autorizem a liberação, o desembolso ou retenção do objeto deste contrato e itens que alterem os termos deste **CONTRATO DE DEPÓSITO**.

7.2.1. Em caso de qualquer disputa ou dúvida quanto às disposições deste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** contratará assistência, consultoria ou assessoria jurídica para se resguardar de qualquer obrigação não prevista que eventualmente lhe seja imputada, ficando desde já estipulado que as recomendações jurídicas advindas desse contrato serão seguidas pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

7.2.2. As custas desses serviços jurídicos deverão ser suportadas pelas **PARTES**, caso reste comprovado que deram causa a tal procedimento.

7.3. Em caso de qualquer divergência entre qualquer uma das **PARTES** no presente **CONTRATO DE DEPÓSITO**, ou entre as **PARTES** no contrato de parceria público privada correlato, que resulte em reclamações ou



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

reivindicações conexas às matérias abrangidas pelo presente contrato, ou no caso de o **AGENTE CUSTODIANTE**, de boa-fé, encontrar-se em dúvida quanto a que medidas tomar em virtude de evento ocorrido em divergência de posição entre as **PARTES** ou em desconformidade com o disposto neste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** poderá, a seu critério, recusar-se a cumprir com todas as reivindicações ou exigências sobre tal evento, ou ainda recusar-se a tomar qualquer medida prevista neste instrumento, assim que reste comprovado o desacordo ou dúvida, e, em qualquer caso, o **AGENTE CUSTODIANTE** não será ou tornar-se-á responsável de qualquer forma ou perante qualquer pessoa por sua falha ou recusa em agir, permanecendo no direito a continuar a abster-se de agir até que:

7.3.1. Os direitos das partes envolvidas no eventual litígio tenham sido total e finalmente julgados por um tribunal de jurisdição competente;

7.3.2. Todas as divergências entre as **PARTES** tenham sido julgadas e/ou todas as dúvidas resolvidas por acordo entre os envolvidos, e o **AGENTE CUSTODIANTE** tenha sido notificado por escrito, em termo(s) assinado(s) por todos os envolvidos.

7.4. No caso de qualquer controvérsia entre as **PARTES** deste contrato não encontrar solução judicial ou extrajudicial, ou no caso de o **AGENTE CUSTODIANTE rescindir** o presente contrato por motivo que lhe seja de direito, e as partes não elegerem agente que o substitua, **o AGENTE CUSTODIANTE** terá o direito de ingressar judicialmente para estabelecer os direitos das partes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO.**

8.1. Pela execução dos serviços objeto deste contrato, o **AGENTE CUSTODIANTE** não terá direito à remuneração.

**CLÁUSULA NONA - INDENIZAÇÃO.**

9.1. As **PARTES** concordam solidariamente em indenizar o **AGENTE CUSTODIANTE**, suas afiliadas e seus diretores, funcionários, sucessores, cessionários, advogados e agentes (cada um denominado simplesmente Parte



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Indenizada), que sejam declarados isentos de responsabilidade por ato relacionado a este contrato, judicial ou extrajudicialmente, referentes a perdas, custos, reclamações, demandas, despesas, danos, multas e honorários advocatícios sofridos ou incorridos por qualquer Parte Indenizada ou pelo **AGENTE CUSTODIANTE**, como resultado de qualquer ato realizado ou não realizado em função deste contrato, ou qualquer litígio ou ação decorrente deste contrato.

9.2. Essa indenização deve incluir, mas não se limitando a todos os custos incorridos em conjunto por qualquer Parte Indenizada ou pelo **AGENTE CUSTODIANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS.**

10.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** não realizará qualquer pagamento, investimento ou outro uso de recursos até que a **CONTA PAGAMENTO** ou a **CONTA GARANTIA**, conforme o caso, tenham os recursos suficientes para tal.

10.2. Fica resguardado ao **AGENTE CUSTODIANTE** o direito de retirar-se deste contrato a qualquer momento, mediante notificação por escrito às **PARTES**, quando então as partes deverão nomear imediatamente um sucessor para a função de **AGENTE CUSTODIANTE**.

10.2.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** deverá permanecer na relação contratual até que as **PARTES** nomeiem seu substituto.

10.2.2. A permanência, neste caso, não poderá estender-se por prazo superior a 4 (quatro) meses.

10.2.3. Caso transcorra o prazo estabelecido no item 10.2.2, e as **PARTES** não tenham elegido um substituto, fica facultado ao **AGENTE CUSTODIANTE** a sua retirada imediata desta relação contratual.

10.2.4. Após a entrega de toda a documentação exigida para sua retirada deste contrato e de todos os recursos existentes na **CONTA PAGAMENTO** e/ou na **CONTA GARANTIA**, ficam as funções do **AGENTE CUSTODIANTE** extintas,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

não havendo mais qualquer obrigação do **AGENTE CUSTODIANTE** em relação a este contrato.

10.3. Todos os direitos inerentes ao **AGENTE CUSTODIANTE** permanecerão vigentes mesmo após a rescisão deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOTIFICAÇÃO.**

11.1. Qualquer notificação relativa a este contrato deverá ser realizada ao **AGENTE CUSTODIANTE** por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES.**

12.1. Os termos deste contrato somente poderão ser alterados, modificados ou revogados através de instrumento de aditivo contratual firmado pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORÇA MAIOR.**

13.1. O **AGENTE CUSTODIANTE** não poderá ser responsabilizado por eventos advindos de casas fortuitos ou força maior, tais como greves, falha de equipamento ou falha de transmissão, guerra, terrorismo ou qualquer outro ato ou circunstância além do seu controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO.**

14.1. A exigência de uma das partes no que tange ao cumprimento, pelas outras partes, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia a esse direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS, TRATATIVAS AMIGÁVEIS E ARBITRAGEM**

15.1. Em caso de disputas ou controvérsias oriundas deste Contrato, ou decorrentes de sua interpretação e execução, as Partes se reunirão e buscarão dirimi-las amigavelmente, convocando, sempre que necessário, suas instâncias diretivas com poderes para se compor ou recorrendo, de mútuo acordo, a processo de mediação.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

15.2. Qualquer procedimento de resolução de disputa instaurado no âmbito do presente Contrato deverá ser plurilateral entre as partes.

15.3. A submissão de qualquer questão à Mediação ou Arbitragem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do Contrato e das determinações do **CDS VELHO CHICO** a ele atinentes, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da Concessão, que deverão continuar a processar-se nos termos contratualmente exigíveis, assim permanecendo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em discussão.

15.4. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução do Contrato, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amigavelmente na forma da Cláusula 15.1, deverá ser resolvida de forma definitiva por meio de processo arbitral (“Arbitragem”), que terá início mediante comunicação remetida por uma Parte à outra, requerendo a instalação de tribunal arbitral composto por três árbitros (“Tribunal Arbitral”) e indicando detalhadamente a matéria em torno da qual gira a controvérsia, utilizando como parâmetro as regras arbitrais estabelecidas no Regulamento do Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), conforme as regras de seu regulamento (“Regulamento”), devendo ser realizada em consonância com os seguintes preceitos:

a) a administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), (“Câmara”);

b) o Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo a cada uma das Partes a escolha de um árbitro titular e respectivo suplente, de acordo com os prazos e condições previstos no Regulamento;

c) os árbitros indicados pelas partes deverão escolher em conjunto o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral;



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

d) se qualquer das partes deixar de indicar árbitro e/ou suplente, caberá ao Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) fazer essa nomeação;

e) caso os árbitros indicados não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro árbitro, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo;

f) o idioma a ser utilizado no processo de Arbitragem será a língua portuguesa;

g) quanto ao mérito, decidirão os árbitros com base nas leis substantivas brasileiras, obedecendo, quanto ao procedimento, as disposições da presente Cláusula, o Regulamento e o disposto na Lei Federal 9.307, de 23 de setembro de 1996.

15.4. A cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, será a sede da Arbitragem e o local da prolação do laudo arbitral.

15.5. A sentença arbitral será definitiva para o impasse e seu conteúdo obrigará as Partes e seus sucessores.

15.6. A Parte vencida no procedimento arbitral arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros, a não ser que os árbitros decidam de outra forma ante as peculiaridades do litígio; e, em caso de derrota parcial, os custos do procedimento, inclusive honorários dos árbitros, serão rateados pelas Partes.

15.7. Não obstante as disposições acima, cada Parte permanece com o direito de requerer medidas judiciais:

15.7.1. para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instauração do procedimento de Arbitragem, cuja propositura não será interpretada como renúncia à arbitragem pelas Partes; e

15.7.2. para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final.

15.8. As Partes reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo judicial.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

15.9. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do procedimento arbitral, as Partes elegem o foro central da comarca de Salvador, Bahia, Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

As Partes elegem o foro central da comarca de Salvador, Bahia, Brasil.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente **CONTRATO**, as **PARTES** o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Ibotirama – BA, _____de _____de _____.

**PARTES:**

**CDS VELHO CHICO (PODER CONCEDENTE)**

**CONCESSIONÁRIA**

**AGENTE CUSTODIANTE**

**TESTEMUNHAS**

NOME: NOME:

CPF: CPF:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ANEXO B**

**ATESTADO LIBERATÓRIO DE PAGAMENTO**

De acordo com o determinado no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, celebrado entre o **CDS VELHO CHICO** e a **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**), para o manejo e gerenciamento de Resíduos Sólidos, e com o quanto determinado no **CONTRATO DE DEPÓSITO** celebrado entre o **CDS VELHO CHICO**, a **SPE** e o **BANCO** (nome), a Secretaria Executiva do **CDS VELHO CHICO** vem, por meio deste atestado, solicitar a transferência de recursos da **CONTA PAGAMENTO** e/ou da **CONTA GARANTIA** para a conta da **CONCESSIONÁRIA** (**SPE**) ou do **FINANCIADOR OU FORNECEDOR**, para o pagamento das **TARIFAS DO ENTE PÚBLICO** (**TEPs**) e aportes públicos da concessão a ser celebrada pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO** (**CDS VELHO CHICO**), conforme estipulado no item 1.3 do **CONTRATO DE DEPÓSITO**, nos seguintes montantes:

1. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO**:

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO**:

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Valor: R$_____

2. Movimentações da **CONTA GARANTIA:**

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (**SPE**)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

E/OU

3. Movimentações da **CONTA PAGAMENTO:**

A) Contas para débito – **CONTA PAGAMENTO:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA PAGAMENTO:**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

4. Movimentações da **CONTA GARANTIA**:

A) Contas para débito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: Prefeitura Municipal de [_____]

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

B) Contas para crédito – **CONTA GARANTIA:**

Titularidade: (Financiador ou Fornecedor)

Número:

Agência:

Banco:

Valor: R$_____

Este atestado refere-se à medição mensal dos serviços executados pela **SPE** e demais movimentações financeiras no mês de competência de (mês/ano)

**SERVIDOR PÚBLICO**

**IDENTIFICAÇÃO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

# ANEXO XXI – JUSTIFICATIVAS

## JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO ADOTADA

A presente licitação foi desenvolvida para atender às prementes necessidades dos Municípios consorciados ao CDS Velho Chico, em estrito cumprimento às diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), que impõem o encerramento imediato das áreas de disposição irregular de rejeitos.

O projeto foi estruturado para garantir, desde o início, uma base mínima obrigatória capaz de atacar o déficit público mais grave e urgente da região: a inexistência de destinação final ambientalmente adequada para os resíduos sólidos domiciliares.

Conforme verificado nos estudos desenvolvidos na fase pré-licitatória, os Municípios integrantes do projeto licitado não dispõem, atualmente, de solução própria de destinação final ambientalmente adequada, o que impõe, sob a ótica da PNRS e das metas de encerramento de lixões, a priorização de uma solução integrada, regionalizada e economicamente viável.

O escopo obrigatório da concessão compreende a triagem, o transbordo, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos Domiciliares (RDO) dos cinco municípios abrangidos pelo projeto (Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos).

Para esta parcela nuclear do contrato, a remuneração ocorrerá por meio da Tarifa do Usuário Final de Destinação (TUF-D). É esse o núcleo mínimo do contrato licitado, plenamente definido, com abrangência territorial determinada (os Municípios aderentes) e com escopo técnico descrito em detalhe no Caderno de Encargos e demais anexos.

Em contrapartida, os serviços de coleta e transporte de RDO, bem como o manejo de Resíduos Públicos Urbanos (RPU), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e Resíduos da Construção Civil (RCD), foram modelados como serviços por adesão opcional. Caso os municípios decidam aderir, os serviços serão prestados pela futura Concessionária observando os termos do contrato de concessão, sendo a remuneração realizada mediante Tarifa do Usuário Final de Coleta (TUF-C) e Tarifa do Ente Público (TEP), respectivamente.

A opção pela facultatividade de determinados serviços decorre de diagnóstico técnico que identificou uma realidade heterogênea nos Municípios consorciados. Enquanto o déficit de destinação final adequada de RDO é comum a todos – e, portanto, exige solução imediata obrigatória e integrada, os serviços de coleta e transporte de RDO e o manejo das outras espécies de resíduos apresentam particularidades locais relevantes, com arranjos distintos, soluções preexistentes e diferentes graus de maturidade e eficiência operacional.

Por essa razão, a modelagem buscou assegurar o objetivo público mais urgente, viabilizar o encerramento dos lixões e implantar solução ambientalmente adequada para o manejo do RDO, sem impor ruptura automática e uniforme na coleta e no manejo de outros tipos de resíduos municipais, permitindo que cada Município, conforme sua capacidade, estratégia e conveniência administrativa, opte por manter sua estrutura ou aderir aos demais serviços pela futura concessionária, nos termos e condições previstos em termo de adesão próprio (Anexo IV da minuta do contrato de concessão), vinculado ao contrato de concessão.

A opção resulta da comparação motivada com as alternativas, todas menos aderentes ao interesse público: execução isolada (não gera escala); contratação de curto prazo (não amortiza CAPEX); concessão integral obrigatória (tensiona a autonomia municipal); e concessão comum sem contraprestação (transferiria integralmente à tarifa o risco de inadimplência extraordinária na cobrança direta, elevando o custo de capital e o valor cobrado do usuário).

Os estudos de viabilidade econômico-financeira (Anexo do Edital) e de *Value for money* (Anexo XVI do Edital), conforme a numeração uniformizada na versão republicada, principalmente, demonstram que essa é a solução mais vantajosa diante das demais existentes, principalmente, demonstram que essa é a solução mais vantajosa diante das demais existentes.

**JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO COMO CONCESSÃO PATROCINADA**

O art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.079/2004 define a concessão patrocinada como aquela que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. A lei exige que o contrato envolva a contraprestação, e não que ela seja ordinária, fixa ou certa; o art. 6º, § 1º, da mesma lei admite expressamente que seja variável.

No presente projeto, a Cláusula 8.3.2.5 do Contrato cria obrigação pecuniária de cada Município em favor da Concessionária, exigível sempre que, adotada a cobrança

direta por impossibilidade ou inviabilidade do cofaturamento, a inadimplência dos usuários superar 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) no período de apuração, com fórmula de cálculo definida e teto de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Município. Independentemente da denominação “aporte” utilizada no Contrato, trata-se de complementação da receita tarifária com natureza de contraprestação (arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei nº 11.079/2004), que não se confunde com o aporte de recursos para obras e bens reversíveis do art. 6º, § 2º.

A escolha do regime decorre do perfil de risco do serviço. A destinação final de RDO é remunerada essencialmente por tarifa, e a cobrança direta ao usuário, em Municípios de pequeno porte do semiárido, expõe o projeto a inadimplência potencialmente elevada. Sem a contraprestação contingente, esse risco seria integralmente precificado na tarifa, onerando o usuário adimplente, ou inviabilizaria o financiamento do projeto. A contraprestação limitada e condicionada protege a modicidade tarifária com exposição pública controlada.

O regime foi estruturado de forma coerente com essa contraprestação: o Anexo XX – Estrutura de Garantias disciplina as garantias do art. 8º da Lei nº 11.079/2004 e dimensiona, Município a Município, o comprometimento da Receita Corrente Líquida no cenário mais conservador (adesão integral aos serviços remunerados por TEP e valor máximo da contraprestação), que resulta em 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), abaixo do limite de 5% (cinco por cento) do art. 28 da Lei nº 11.079/2004. As leis autorizativas da concessão foram aprovadas pelos cinco Municípios.

Nenhuma despesa pública nasce com a licitação ou com a assinatura do Contrato: a TEP somente é devida se e quando o Município aderir aos serviços facultativos, por Termo de Adesão, e a contraprestação por inadimplência extraordinária é despesa contingente. Por isso, as providências dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 10 da Lei nº 11.079/2004 relativas à previsão orçamentária são exigíveis no ato que cria a despesa, a assinatura do Termo de Adesão ou a implantação da cobrança direta, conforme o item 2.4 do Anexo XIV e o item 25.2 do Edital.

**JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO DOS SERVIÇOS FACULTATIVOS NA MODELAGEM E NA MATRIZ DE RISCOS**

Cada serviço facultativo foi modelado como módulo autônomo: a adesão traz consigo os custos, as despesas e os investimentos correspondentes, e a tarifa específica de cada serviço (TUF-C ou TEP) foi calculada para remunerá-los, mantida a taxa interna de retorno do Contrato. Sem adesão, não há serviço, investimento nem receita; havendo adesão, ainda que parcial ou tardia, a tarifa acompanha o serviço efetivamente prestado (Cláusulas 8.7 e 8.9 do Contrato). A adesão é, portanto, neutra para a equação econômico-financeira, e a variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio.

Os licitantes não estão vinculados a premissa de adesão fixada pela Administração: o Quadro 2A do Apêndice C do Anexo XIII exige que cada licitante declare e precifique a sua própria projeção de adesão. A adesão integral considerada no Anexo XX é premissa de prudência fiscal, destinada a dimensionar o desembolso público máximo e a estrutura de garantias, e não constitui garantia de receita à Concessionária. A fixação de prazo ou patamar mínimo de adesão contrariaria a autonomia de cada Município, titular dos serviços, e a própria razão de ser do modelo, validado pelo TCM/BA.

O único efeito negativo da não adesão não é econômico-financeiro: se o Município mantiver a coleta por meios próprios, parte dos resíduos pode não ingressar no sistema da concessão, afetando a universalização e as metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e destinados. Esse risco, assim como o de supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos e o de retirada, exclusão ou incorporação de Municípios, foi alocado expressamente ao Poder Concedente na Matriz de Riscos, com reequilíbrio restrito aos efeitos sobre as metas, conforme a decisão da impugnação AEGEA (itens 3.6 e 3.7).

**JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE ADOTADA**

O art. 10 da Lei 11.079/04 dispõe que a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

A modalidade concorrência se adequa melhor ao caso em questão, uma vez que o objeto contratado não se amolda, em tese, a nenhuma das hipóteses previstas no art. 32 da Lei 14.133/21.

**JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO**

É importante ressaltar que a área técnica do Poder Concedente entende que, em razão da natureza e da complexidade do objeto licitado – que envolve a implantação de uma solução integrada, intermunicipal e orientada a desempenho, com impactos ambientais, sociais e econômicos de longo prazo, a técnica é um aspecto de especial importância para o sucesso da futura contratação.

Por essa razão, originariamente, o critério de julgamento da presente licitação era o critério de técnica e preço, com ponderação de 60% técnica e 40% preço.

Entendia-se que o perfil da contratação autorizava a utilização do referido critério: o art. 15 da Lei 8.987/1995 admite o julgamento pela melhor técnica ou pela combinação de técnica e preço; o art. 12 da Lei 11.079/2004 incorpora e amplia esses critérios às concessões patrocinada e administrativa; e, subsidiariamente, os arts. 33, 36 e 37 da Lei 14.133/2021 disciplinam o julgamento por técnica e preço quando a qualidade das propostas for relevante aos fins pretendidos; a ponderação adotada situava-se dentro do teto legal de 70% (art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, e art. 13, I, da IN Seges/MGI nº 2/2023), preservando a disputa econômica efetiva.

Ademais, entendia-se que o critério exclusivamente econômico poderia privilegiar propostas com preços agressivos, porém sustentadas em soluções tecnicamente frágeis, subdimensionadas ou com visão de curto prazo, o que aumentaria o risco de judicialização, reequilíbrios e deterioração da qualidade dos serviços.

Porém, no Processo TCM/BA nº 03450e26, a Diretoria de Assistência aos Municípios (DAM), em relatório técnico sobre o certame, concluiu pela inconveniência do critério de “técnica e preço” no caso concreto. O Consórcio, então, formulou pedido subsidiário (expediente nº 21556e26) de reestruturação do Edital pelo critério de menor preço, preservada salvaguarda técnica destinada a assegurar a aceitabilidade e a exequibilidade das propostas.

Na decisão de reti-ratificação de 22/07/2026, o Tribunal autorizou a reestruturação do Edital “conforme solicitado subsidiariamente pelo Denunciado”, com a substituição do critério de *“técnica e preço”* pelo critério de *“menor preço”*, condicionada à apresentação, por todos os licitantes, juntamente com a proposta de preço, de plano de trabalho, metodologia, diagnóstico, cronograma de execução dos serviços e investimentos e mapas/roteiros de validação das premissas operacionais, como instrumentos de aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica das propostas, na forma dos arts. 34 e 59 da Lei nº 14.133/2021.

Por essas razões, adotou-se, no caso em questão, o critério de julgamento de *"menor preço"*, através do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da Lei Federal n° 8.987/95, e no artigo 12, II, da Lei 11.079/2004, exigindo-se junto à proposta de preço a apresentação de plano de trabalho e metodologia, que permita a verificação da exequibilidade técnica e econômica das propostas, bem como a adequação destas com os parâmetros do Edital e seus Anexos.

**JULGAMENTO PELO MULTIPLICADOR K**.

A disputa se dá pelo menor multiplicador K, aplicado uniformemente sobre as mesmas tarifas-base de referência (itens 16.6, 16.7 e 17.13 do Edital). Os Fatores de Uso (FU) e de Localização (FL) têm natureza exclusivamente distributiva: repartem o valor médio da tarifa entre categorias de usuários e regiões atendidas, segundo critérios admitidos pelo art. 35 da Lei nº 11.445/2007, e dependem de homologação da Agência Reguladora. Não interferem, portanto, na comparação objetiva das propostas.

**NATUREZA DO PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA.**

O Plano de Trabalho não é critério de julgamento, mas requisito de aceitabilidade e exequibilidade da proposta, com amparo nos arts. 34 e 59, II e IV, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 15, § 3º, da Lei nº 8.987/1995. A análise é feita exclusivamente segundo critério objetivo e binário, vedada qualquer avaliação subjetiva, juízo comparativo entre propostas ou atribuição de pontuação (item 16.4.2.1 do Edital): cada item da Tabela A tem conteúdo obrigatório descrito nos subitens 16.4.2.2.1 a 16.4.2.2.8 e no Apêndice B do Anexo XIII, e a avaliação consiste na verificação, item a item, da apresentação desse conteúdo e de sua adequação aos parâmetros do Edital. Não se aplicam, por isso, o art. 37 da Lei nº 14.133/2021 nem o art. 12, I, da Lei nº 11.079/2004.

**NECESSIDADE DA SALVAGUARDA.**

Em concessão de 30 (trinta) anos, o multiplicador K, isoladamente, não revela se a tarifa ofertada é coerente com os investimentos, a frota, as equipes e a logística necessários à execução. O diagnóstico, as memórias de cálculo, o cronograma e os mapas e roteiros de validação são os elementos que permitem essa verificação, sem ônus para quem domina as soluções exigidas.

**ALCANCE DE EVENTUAL DESCLASSIFICAÇÃO.**

O item 16.4.2.3 do Edital ("será desclassificada") trata do não atendimento de qualquer dos sete itens da Tabela A e do descumprimento das diretrizes do Anexo XIII; o item 16.4.2.2.8.10 ("poderá ser desclassificada") alcança apenas os subelementos de detalhamento dos mapas e roteiros (subitens 16.4.2.2.8.1 a 16.4.2.2.8.9). As ações de equidade e o programa de integridade (subitens 16.4.2.2.8.8 e 16.4.2.2.8.9) somente devem ser apresentados se já implantados, e sua ausência não acarreta desclassificação; a referência a possibilidades de recuperação energética (subitem 16.4.2.2.6) é descritiva e não impõe rota tecnológica.

**ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS FACULTATIVOS**.

O Plano de Trabalho abrange o escopo total previsto no Contrato porque os Municípios podem aderir aos serviços facultativos a qualquer tempo, inclusive desde o início da concessão, sem nova seleção, e porque todas as propostas devem ser comparáveis entre si.

**SUPRESSÃO DA DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

A exigência de declaração de instituição financeira ou de consultor credenciado na CVM (antigo item 16.4.3 do Edital) foi excluída, em juízo de conveniência e oportunidade, para ampliar o universo de interessados e simplificar o procedimento (decisão da impugnação AEGEA, item 3.3). O dever de aferir a exequibilidade das propostas permanece e será exercido pela Comissão com base no Plano de Trabalho, no plano de negócios e nos demais elementos do Anexo XIII.

**JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO**

Conforme previsto no Edital, o procedimento da licitação observará a antecipação da fase de habilitação, que precederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme autorizado pelo art. 18-A da Lei Federal nº 8.987/1995 e pelo art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, este último mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, apresentados a seguir.

A escolha pela antecipação da fase de habilitação mostra-se adequada e conveniente em razão das características do objeto licitado, que compreende, como escopo obrigatório, a triagem, o transbordo, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos RDO e, mediante adesão facultativa dos Municípios, a prestação integrada dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares **(RDO),** coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação

final ambientalmente adequada dos resíduos públicos urbanos **(RPU),** coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição **(RCD),** coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde **(RSS),** da coleta seletiva **(CS),** bem como das atividades correlatas, no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO).**

Trata-se de empreendimento de elevada complexidade técnica, operacional e econômico-financeira, que demanda verificação prévia da capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira dos licitantes antes da realização da etapa competitiva de preços. A antecipação da fase de habilitação permite que apenas licitantes efetivamente aptos a executar o objeto participem da disputa de preços e lances, conferindo maior segurança jurídica e maior confiabilidade ao certame.

Além disso, a prévia análise da documentação de habilitação contribui para a racionalização do procedimento licitatório, evitando que a Administração conduza a etapa competitiva com participantes que, posteriormente, poderiam ser inabilitados por não atenderem aos requisitos mínimos de qualificação. Em licitações como esta, marcadas por elevada complexidade técnica, expressivos investimentos e longa duração, essa sistemática favorece uma condução mais eficiente do certame, reduzindo riscos de retrabalho, de questionamentos e de atrasos na contratação.

**BENEFÍCIOS CONCRETOS NESTE CERTAME**.

Com a habilitação prévia, os lances a viva-voz (itens 17.14 a 17.17 do Edital) ocorrem apenas entre licitantes aptos a executar o objeto, de modo que o preço final se forma sem a participação de quem não poderia ser contratado. Afasta-se o risco de, inabilitado o vencedor, convocar-se o licitante seguinte com preço formado numa disputa que incluiu licitante inapto. Além disso, a Comissão examina os Planos de Trabalho e as propostas, análise extensa, dado o conteúdo exigido no Anexo XIII, apenas dos licitantes habilitados, evitando retrabalho e recursos.

Dessa forma, a antecipação da fase de habilitação revela-se plenamente justificada, legalmente amparada e compatível com a natureza e a relevância do objeto licitado, assegurando maior eficiência e segurança jurídica.

**JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE SESSÃO PRESENCIAL NA SEDE DA B3**

Conforme previsto no Edital, a sessão pública para análise dos documentos e julgamento das propostas será realizada de forma presencial na sede da B3, localizada na Rua Quinze de Novembro, 275 - Centro Histórico, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A realização da **SESSÃO PÚBLICA** de maneira presencial na sede da B3 justifica-se por diversas razões, especialmente: a) a adequação às melhores práticas de mercado; b) o aumento da publicidade (e consequentemente da competitividade), da segurança e da transparência; e c) o reconhecimento, por parte dos órgãos de controle, dos benefícios da realização do certame no "ambiente B3".

Há mais de duas décadas a B3 vem prestando serviços de assessoria na condução de licitações para contratação de obras, serviços, entre outros objetos, tendo como práxis a divulgação extraoficial dos certames em seu sítio eletrônico oficial (promovendo-os aos *players* que direta ou indiretamente participam de seu mercado), o recebimento da documentação das licitantes e a realização das sessões públicas sempre de maneira presencial.

A referida companhia conta com avançados recursos tecnológicos que contribuem para a prestação de serviços eficientes e seguros a toda cadeia impactada pelos certames, garantindo um ambiente de leilões hígido, idôneo e confiável para os investidores privados em processos licitatórios.

Os documentos dos licitantes são armazenados nos cofres da B3, lacrados, e as sessões gravadas e transmitidas em tempo real para todo o Brasil, no Youtube (https://www.youtube.com/@bolsadobrasil), justamente para se proporcionar maior segurança, garantir a inviolabilidade das propostas e aumentar a publicidade do certame, como demandam os projetos de elevada monta e relevância, tais quais o projeto em questão.

Não por outra razão, diversos leilões especiais, públicos e privados, foram e seguem sendo realizados na sede da B3, inclusive no setor específico das concessões de resíduos sólidos urbanos, como nos casos do Município de Franca/SP, do Consórcio Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – COMARES CARIRI/CE, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONVALE/MG, Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – CIRSOP/SP, Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – CISPAR/MG,

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro Oeste Mineiro – CIAS/MG e do Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul – CIAPRA/BA.

Sendo assim, a opção do CDS VELHO CHICO pela contratação da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) para a realização do leilão de concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos justifica-se pela sua reconhecida expertise, capilaridade nacional e comprovada capacidade de atração de investimentos privados em projetos de infraestrutura.

No ano de 2025, a B3 alcançou recorde absoluto na realização de leilões, totalizando 75 (setenta e cinco) leilões, número aproximadamente 20,00% (vinte por cento) superior ao registrado em 2024, até então o maior da série histórica. Esses leilões viabilizaram mais de R$ 240 bilhões em investimentos no segmento de infraestrutura em especial sob a forma de concessões e parcerias públicos privadas, com impactos diretos em 22 (vinte e dois) estados da Federação e geração estimada de 1,6 milhão de empregos.

Tais resultados evidenciam a superioridade da plataforma da B3 em relação aos portais tradicionais de compras públicas, especialmente no que se refere à ampla divulgação nacional e internacional, à segurança jurídica e operacional, à transparência dos procedimentos e à efetiva ampliação da competitividade entre os participantes. Nesse contexto, a utilização da infraestrutura especializada da B3 mostra-se mais adequada à complexidade e à relevância econômica e social do projeto de concessão, assegurando maior eficiência, atratividade e sucesso do certame.

**JUSTIFICATIVA PARA A PREVISÃO DE RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a participação de empresas reunidas em consórcio como regra, mas permite não só a vedação a essa possibilidade, como também o estabelecimento de limite máximo para o número de empresas consorciadas (conforme §4°).

O item 6.3 admite a participação de empresas reunidas em consórcios, mas prevê, no subitem “g”, que o consórcio poderá ser integrado por, no máximo, 3 (três) consorciados, As participações mínimas originalmente previstas no item 6.3, “g”, e no item 15.4.8, II, do Edital (30,00% para fundos de investimento e demais veículos financeiros e 35,00% para empresas e demais consorciados, inclusive para aproveitamento de atestados) foram suprimidas na versão retificada, em atenção à

recomendação da área técnica do TCM/BA de conferir maior flexibilidade à formação de consórcios (decisão da impugnação AEGEA, item 3.5). Permanece, exclusivamente, o limite de integrantes, cuja motivação se expõe a seguir.

A restrição prevista no Edital é justificada pelas seguintes razões:

(**I**) **EXPRESSA AUTORIZAÇÃO LEGAL**. Diferentemente do regime da Lei nº 8.666/1993, sob o qual a limitação do número de consorciadas era admitida apenas excepcionalmente, o art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 positivou a possibilidade de limitação do número de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente. A opção editalícia, portanto, não inova nem restringe além do que a lei autoriza: exerce competência discricionária expressamente conferida pelo legislador, acompanhada da motivação exigida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), *"deve ser justificada a limitação excepcional quanto ao número de empresas a integrarem consórcios, quando seja admitida a participação destes em processo licitatório"* (Acórdão 718/2011-Plenário, rel. Min. Valmir Campelo), orientação reiterada nos Acórdãos 1305/2013-Plenário e 3654/2012-Segunda Câmara, que reconhecem a natureza discricionária da decisão, condicionada à devida motivação no processo administrativo.

(**II**) **GOVERNANÇA E EXEQUIBILIDADE CONTRATUAL.** Trata-se de contrato de longa duração, intensivo em capital e em obrigações de desempenho, a ser executado por sociedade de propósito específico. A experiência em concessões de infraestrutura demonstra que consórcios numerosos elevam exponencialmente os custos de coordenação, multiplicam instâncias decisórias, favorecem impasses societários na futura **SPE** e fragilizam a interlocução com o Poder Concedente, o verificador independente e os financiadores. A limitação a 3 (três) consorciados preserva estrutura decisória funcional, compatível com a celeridade exigida na fase de transição operacional e ao longo de toda a execução.

(**III**) **EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**. A solidariedade dos consorciados pelos atos praticados na licitação e na execução (art. 15, inciso V, da Lei nº 14.133/2021) é garantia instituída em favor da Administração. Consórcios excessivamente pulverizados esvaziam, na prática, essa garantia: diluem responsabilidades, dificultam a identificação de centros de imputação e oneram a fiscalização contratual. O número reduzido de membros mantém a solidariedade operável e a accountability de cada consorciado efetiva.

(**IV**) **VEDAÇÃO À AGREGAÇÃO MERAMENTE INSTRUMENTAL DE QUALIFICAÇÃO**. A Lei nº 14.133/2021 admite, para consórcios, o somatório dos

quantitativos de cada consorciado para fins de habilitação técnica e o cálculo dos indicadores econômico-financeiros a partir do somatório dos valores das contas contábeis de cada consorciado. Sem limite de membros, criar-se-ia incentivo à formação de consórcios integrados por sociedades reunidas com a finalidade exclusiva de emprestar atestados ou demonstrações contábeis, sem lastro real de comprometimento com a execução. O limite de 3 (três) consorciados, combinado com a responsabilidade solidária de todos os integrantes (art. 15, V, da Lei nº 14.133/2021), contém esse incentivo sem necessidade de fixar participações societárias mínimas, que foram suprimidas para ampliar as composições possíveis.

(**V**) **PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME**. O consórcio cumpre função pró-competitiva quando viabiliza a participação de agentes que, isoladamente, não reuniriam condições de disputa. Essa função, contudo, inverte-se quando a agregação ilimitada permite que potenciais competidores independentes se aglutinem em um único proponente, reduzindo o número de propostas efetivas. O limite de 3 (três) membros equilibra as duas dimensões: mantém aberta a via associativa e, simultaneamente, protege a pluralidade de proponentes, finalidade última do próprio instituto.

(**VI**) **ESTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTINUIDADE DO SERVIÇO**. o controle público sobre alterações societárias da SPE, a exigência de anuência prévia para transferências de participação e a recomposição do quadro em caso de inadimplemento de sócio, tudo em favor da continuidade do serviço público, princípio reitor das concessões.

Registre-se, por fim, que a previsão editalícia não veda a participação de consórcios, mantida como regra, na linha do caput do art. 15, limitando-se a disciplinà-la de forma proporcional: a medida é adequada (guarda pertinência direta com a exequibilidade e a governança do contrato), necessária (não há meio menos restritivo capaz de neutralizar a agregação artificial de qualificação e a pulverização de responsabilidades) e proporcional em sentido estrito (o ônus imposto aos interessados é reduzido, ao passo que os ganhos de segurança contratual e de efetividade da disputa são substanciais). Presente, assim, a justificativa técnica exigida pelo art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, aprovada pela autoridade competente nos autos do processo administrativo.

O limite de três integrantes decorre das características desta concessão, de 30 anos, intensiva em capital e dependente de financiamento de longo prazo, executada por SPE de composição idêntica à do consórcio vencedor. O limite preserva a celeridade

das decisões societárias na fase de implantação e a efetividade da responsabilidade solidária das consorciadas. Não impede a reunião de capacidades complementares, dado o somatório ilimitado de atestados, inclusive de empresas do mesmo grupo econômico. Com a supressão dos percentuais mínimos de participação, é a medida menos restritiva apta a esses fins. vo.

**JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONCESSÃO**

O art. 26 da Lei 8.987/95 prevê que:

Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

**§1º** A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

**§2º** O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

A subconcessão, portanto, é uma possibilidade, que depende, para a sua concretização, de: (**i**) previsão contratual; (**ii**) autorização expressa do poder concedente; (**iii**) concorrência prévia.

O item 32.1 da Minuta de Contrato prevê que *"Incumbe unicamente à **CONCESSIONÁRIA** a execução dos serviços concedidos, conforme compromisso assumido quando da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada a subconcessão."*

Portanto, na licitação em questão, não se admite a subconcessão. No caso em questão, a vedação existe pelas seguintes razões:

**(i)** **LEGITIMIDADE DA OPÇÃO REGULATÓRIA**. O art. 26 da Lei nº 8.987/1995 não institui direito subjetivo à subconcessão: admite-a apenas *"nos termos previstos no contrato de concessão"* e mediante autorização expressa do poder concedente. A subconcessão é, portanto, faculdade de modelagem e não elemento obrigatório do regime concessório. Ao vedá-la expressamente, o Edital não restringe nada que a lei assegure; exerce, de forma motivada, a competência discricionária de conformação do contrato que o próprio art. 26 reserva ao poder concedente.

**(ii)** **CARÁTER INTUITU PERSONAE DA DELEGAÇÃO.** A licitação seleciona não apenas a melhor proposta, mas o parceiro delegatário, cujos atributos de capacidade técnica, econômico-financeira, regularidade e experiência são aferidos na habilitação e projetados para toda a vigência contratual. É essa mesma lógica que leva o art. 27 da Lei nº 8.987/1995 a condicionar a transferência da concessão ou do controle societário à anuência prévia, sob pena de caducidade. A subconcessão, ao operar a sub-rogação de direitos e obrigações em favor de terceiro (art. 26, § 2º), fragmentaria justamente o vínculo de confiança e de responsabilidade que o certame constitui.

**(iii)** **UNICIDADE DA MATRIZ DE RISCOS E DO CENTRO DE IMPUTAÇÃO**. A modelagem econômico-financeira, o sistema de remuneração, os indicadores de desempenho, o mecanismo de reajuste e revisão e o sistema de garantias foram estruturados para um único centro de responsabilidade, a Concessionária. A subconcessão criaria sub-rogações parciais, zonas cinzentas de interface entre subsistemas operacionais e controvérsias de imputação em caso de falha sistêmica, fragilizando a posição do poder concedente, do regulador e dos usuários. A alocação objetiva de riscos, pilar do equilíbrio contratual, pressupõe saber, sem ambiguidade, quem responde pelo quê.

**(iv)** **INTERDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO OBJETO**. As atividades concedidas integram cadeia tecnicamente interdependente, cuja eficiência decorre precisamente da operação integrada, com ganhos de escala e de escopo capturados na própria proposta econômica e revertidos à modicidade tarifária. O fatiamento do objeto por subconcessões comprometeria a lógica sistêmica da operação, a rastreabilidade dos fluxos, a consolidação de indicadores e a coerência do plano de investimentos.

**(v)** **EFETIVIDADE DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**. A relação contratual foi desenhada como bilateral: um concedente, uma concessionária. A multiplicação de subconcessionários oneraria a fiscalização, pulverizaria a aferição de desempenho, dificultaria a aplicação de sanções e a execução de garantias, e multiplicaria litígios de fronteira entre operadores, tudo em desfavor da continuidade e da qualidade do serviço essencial.

**(vi)** **BANCABILIDADE DO PROJETO**. Os instrumentos usuais de financiamento de concessões, cessão fiduciária de recebíveis, direitos de intervenção dos financiadores (*step-in*), pacotes de garantias, pressupõem a unicidade da concessionária e de seus recebíveis. A subconcessão fragmentaria fluxos e garantias, elevando o custo de capital do projeto em prejuízo, novamente, da modicidade tarifária.

**(vii)** **PREVENÇÃO À ESPECULAÇÃO DA OUTORGA**. A vedação impede que o vencedor do certame se comporte como mero intermediário da delegação, capturando valor pela *"revenda"* parcial da concessão sem executá-la, o que distorceria a competição original: os licitantes disputam o contrato para operá-lo, e é sobre essa premissa que formulam suas propostas.

**(viii)** **PRESERVAÇÃO DA FLEXIBILIDADE OPERACIONAL LEGÍTIMA**. A vedação à subconcessão não se confunde com vedação à subcontratação: permanece íntegra a faculdade de a Concessionária contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, nos termos do art. 25, §§ 1º a 3º, da Lei nº 8.987/1995, hipótese em que os contratos reger-se-ão pelo direito privado e a Concessionária permanecerá integral e diretamente responsável perante o poder concedente e os usuários (art. 25, caput). Não há, portanto, qualquer restrição indevida à execução contratual nem à participação de empresas de menor porte na cadeia de suprimento: o que se veda é unicamente a transferência parcial da posição contratual de concessionária.

Registre-se, por fim, que a vedação em nada restringe a competitividade do certame, não interfere em quem pode licitar, nem em como as propostas são formuladas, ao passo que assegura ganhos substanciais de segurança jurídica, exequibilidade e accountability na execução. Trata-se de medida adequada (guarda pertinência direta com a integridade do objeto e da matriz de responsabilidades), necessária (não há meio menos gravoso de impedir a fragmentação do vínculo concessório, já que a subcontratação permanece admitida) e proporcional em sentido estrito, encontrando pleno amparo no art. 26 da Lei nº 8.987/1995 e na motivação constante destes autos.

**JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**

O art. 58 da Lei 14.133/2021 prevê que:

*"Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.*

***§ 1º** A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.*

***§ 2º** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.*

***§ 3º** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.*

***§ 4º** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei."*

O item 14 e subitens do Edital exigem a apresentação de garantia da proposta em valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do contrato, isto é, R$ 10.042.496,30 (dez milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta centavos), calculado sobre o valor estimado de R$ 1.004.249.630,20, conforme o modelo do Anexo XII – Formulário de Garantia da Proposta, sob pena de desclassificação.

A exigência de garantia da proposta no certame em questão se dá pelas seguintes razões:

**(i)** **AUTORIZAÇÃO LEGAL EXPRESSA E OBSERVÂNCIA ESTRITA DOS LIMITES**. A exigência encontra fundamento direto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, que a admite como requisito de pré-habilitação, e o Edital a fixa exatamente no teto legal de 1,00% (um por cento) do valor estimado da contratação (§ 1º), admitidas as modalidades plurais do § 1º do art. 96, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária. Não há, portanto, inovação restritiva: há exercício motivado de faculdade legal, nos exatos contornos que o legislador desenhou.

**(ii)** **GARANTIA DE SERIEDADE E FIRMEZA DAS PROPOSTAS**. Trata-se de delegação de longo prazo, cuja disputa pressupõe estudos técnicos, jurídicos

e econômico-financeiros aprofundados por parte dos licitantes. A garantia de proposta funciona como sinalização objetiva de comprometimento: apenas proponentes que efetivamente estruturaram sua participação e pretendem honrá-la, mobilizam o instrumento. Filtra-se, assim, a participação aventureira ou meramente especulativa, sem qualquer juízo subjetivo da Administração.

**(iii)** **PROTEÇÃO CONTRA O COMPORTAMENTO OPORTUNISTA PÓS-CERTAME**. O § 3º do art. 58 vincula a execução integral da garantia à recusa em assinar o contrato ou à não apresentação dos documentos para a contratação. Sem esse mecanismo, o vencedor poderia desistir da adjudicação sem consequência econômica relevante, impondo à Administração os custos de repetição de atos do certame, de convocação de remanescentes em condições potencialmente menos vantajosas e o mais grave em concessões de serviço essencial, o custo social da postergação do início da operação. A garantia internaliza no licitante o risco que hoje recairia integralmente sobre a coletividade.

**(iv)** **DESESTÍMULO A PROPOSTAS TEMERÁRIAS OU INEXEQUÍVEIS**. Em certames disputados pelo critério econômico, a possibilidade de desistência sem ônus incentiva lances agressivos e irrealistas, formulados na expectativa de renegociação ou de simples abandono. A perspectiva de perda da garantia induz cada licitante a ofertar apenas aquilo que pode sustentar, elevando a qualidade média das propostas e a confiabilidade do resultado do leilão, em benefício, inclusive, dos competidores sérios.

**(v)** **PRESERVAÇÃO DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE**. O valor exigido, limitado ao percentual máximo legal, representa fração diminuta do contrato e pode ser prestado por instrumentos de mercado de baixo custo de emissão (seguro-garantia e fiança), acessíveis a qualquer agente com capacidade real de executar a concessão. A exigência incide de modo uniforme sobre todos os interessados e não guarda potencial de afastar licitantes aptos: afasta, deliberadamente, apenas quem não estaria disposto a vincular-se à própria proposta, exclusão que é a finalidade legítima do instituto, e não efeito colateral.

**(vi)** **CELERIDADE E OBJETIVIDADE DO RITO**. Como requisito de pré-habilitação, a garantia confere segurança às fases subsequentes do

certame: a Administração processa a disputa sabendo que os proponentes classificados estão economicamente vinculados às suas ofertas, o que reduz incidentes, recursos protelatórios e riscos de esvaziamento do resultado.

(vii) **AUSÊNCIA DE ONERAÇÃO INDEVIDA**. A garantia é temporária e integralmente restituível: devolvida em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação (§ 2º). Não constitui receita da Administração nem barreira patrimonial permanente, apenas caução de seriedade, com vigência circunscrita ao próprio certame.

(viii) **ALINHAMENTO À PRÁTICA CONSOLIDADA EM CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA**. A exigência de garantia de proposta (*bid bond*) é padrão nos leilões de concessão no Brasil e internacionalmente, precisamente pelas razões acima, prática que os agentes do setor, seus seguradores e financiadores conhecem e precificam com naturalidade.

Diante disso, a medida revela-se adequada (guarda pertinência direta com a seriedade das propostas e a segurança do resultado), necessária (não há instrumento menos gravoso capaz de vincular economicamente o licitante à própria oferta antes da contratação) e proporcional em sentido estrito (o ônus é mínimo, temporário e restituível, enquanto os ganhos de confiabilidade do certame são substanciais), encontrando pleno amparo no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

## JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

O art. 5°, VIII, da Lei 11.079/04 admite que se exija a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites previstos na lei geral de licitações e contratos administrativos.

O art. 96 da Lei 14.133/2021 admite a possibilidade de exigência de garantia contratual conforme transcrito a seguir:

*"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.*

***§ 1º** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*

*__I –__ caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;*

*__II –__ seguro-garantia;*

*__III –__ fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.*

*__IV –__ título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)*

*__§2º__ Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

*__§3º__ O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo."*

*O art. 98 da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, estabelece o limite de valor da garantia conforme transcrito a seguir:*

*"Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.*

***PARÁGRAFO ÚNICO.** Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo."*

Conforme descrito no Edital (Item 24) e na minuta do Contrato (item 11), a Licitante vencedora do certame manterá em vigor, durante todo o prazo de vigência do contrato, garantia de execução do contrato, correspondente inicialmente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, devendo acompanhar as premissas estabelecida na Minuta de Contrato.

Essa exigência se justifica com base nos riscos de não cumprimento de obrigações contratuais pela concessionária, conforme identificado na Matriz de Riscos (Anexo V do Edital). Nesse sentido, a futura concessionária pode causar:

- Prejuízos em decorrência do não cumprimento do objeto contratado, da realização dos investimentos previstos e do não adimplemento das obrigações contratuais.
- Prejuízos diretos ao Poder Concedente decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Desse modo, entre as ações de contingência para esse risco, previstas na Matriz de Riscos, está a execução de garantia contratual. De outra parte, a variação no percentual da garantia ao longo do período de vigência contratual se justifica pelas seguintes razões:

**(i)** **A compatibilidade exigida por lei é dinâmica, não estática**. O art. 5º, VIII, da Lei nº 11.079/2004 exige garantias *"suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos"*. Ora, o perfil de risco de uma concessão não é constante no tempo: concentra-se na fase de implantação, em que se acumulam obrigações de investimento, execução de obras, aquisição de ativos e cumprimento de marcos e decresce na fase operacional estabilizada, quando os investimentos já foram internalizados e o desempenho passa a ser aferido continuamente por indicadores. Um percentual único e invariável seria, por definição, incompatível com essa curva: insuficiente no pico de exposição ou excessivo no risco residual. A modulação temporal é, portanto, a forma tecnicamente correta de cumprir o comando legal de compatibilidade.

**(ii)** **Correspondência com a Matriz de Riscos**. A garantia contratual é ação de contingência vinculada a riscos específicos identificados na Matriz (Anexo V), inexecução do objeto, não realização dos investimentos e inadimplemento de obrigações. Como esses riscos têm intensidade e probabilidade distintas em cada fase contratual, a calibragem do percentual acompanha a própria lógica da Matriz: a garantia é dimensionada onde e quando o risco efetivamente reside, e não de forma linear e desconectada da realidade da execução.

**(iii)** **Modicidade tarifária e eficiência alocativa**. O custo de carregamento da garantia, prêmios de seguro, comissões de fiança, custo de oportunidade da caução, integra a equação econômica do projeto e é, em última análise, repassado à contraprestação e aos usuários. Manter percentuais dimensionados para o pico de risco em fases de exposição reduzida imporia custo permanente sem contrapartida de proteção, em afronta à eficiência e à modicidade. A variação do percentual otimiza o binômio proteção × custo, extraindo o máximo de segurança pelo mínimo de oneração do projeto.

**(iv)** **Suficiência material do valor garantido**. Em concessões, a base de cálculo é o valor global do contrato, grandeza que consolida décadas de execução. Ainda no patamar de 1,00% (um por cento), o montante absoluto garantido é expressivo e guarda proporção adequada com os prejuízos potenciais mapeados, correspondendo a R$ 10.042.496,30 sobre o valor estimado de R$ 1.004.249.630,20. Não se aplica o parágrafo único do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, que manda usar o valor anual do contrato nos serviços contínuos contratados e pagos pela Administração: na concessão, o valor do contrato corresponde às receitas projetadas ao longo de todo o prazo, majoritariamente tarifárias, e a garantia cobre sobretudo obrigações de investimento concentradas nos primeiros anos, que não se distribuem de forma linear por exercício. Sobre essa base, o percentual de 1,00% (um por cento) situa-se muito abaixo do limite de 5,00% (cinco por cento) do caput do art. 98, o que dispensa a justificativa qualificada reservada às majorações.

**(v)** **Preservação da capacidade financeira e da bancabilidade**. Garantias sobredimensionadas consomem limites de crédito e de

colateral da concessionária junto ao mercado segurador e bancário, exatamente os mesmos limites de que ela necessita para contratar o financiamento do projeto e as demais garantias exigidas pelos financiadores. A modulação do percentual evita que a garantia em favor do Poder Concedente concorra, sem necessidade, com a estrutura de funding da concessão, cuja higidez interessa diretamente à continuidade do serviço.

**(vi)** **Alinhamento à prática do mercado de garantias**. Apólices de seguro-garantia de execução com valores modulados por fase ou por marcos contratuais são prática consolidada no mercado brasileiro de infraestrutura, conhecida e precificada por seguradoras e instituições financeiras. A aderência do Edital a esse padrão amplia a oferta de garantidores, reduz o custo de emissão e facilita as renovações anuais ao longo da vigência.

**(vii)** **Função de incentivo ao desempenho**. A variação do percentual atrelada ao avanço da execução opera também como mecanismo de incentivo: a transição para patamares inferiores pressupõe o cumprimento das obrigações da fase anterior, funcionando como reconhecimento objetivo de conformidade e não como liberalidade automática. Alinham-se, assim, os interesses da concessionária ao adimplemento tempestivo de suas obrigações.

Diante do exposto, a exigência de garantia de execução com percentual modulado ao longo da vigência revela-se adequada (espelha a curva real de exposição ao risco do contrato), necessária (não há meio menos oneroso de manter proteção suficiente em cada fase sem sobrecustear o projeto) e proporcional em sentido estrito (equilibra a segurança do Poder Concedente, o custo suportado pelo projeto e a modicidade tarifária), com pleno amparo no art. 5º, VIII, da Lei nº 11.079/2004 c/c os arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021.

**JUSTIFICATIVA QUANTO A INDICAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO**

Nos termos do art. 3°, §1°, da Lei 11.079/04, e do art. 186 da Lei 14.133/2021, aplica-se subsidiariamente às concessões patrocinadas a Lei 8.987/95 e a Lei 14.133/2021.

A Lei 11.079/04 não aborda, especificamente, a questão da avaliação da qualificação técnica das licitantes, razão pela qual é necessário recorrer às Leis 8.987/95 e 14.133/2021 para tratar sobre o tema.

O art. 18, V, da Lei 8.987/95, estabelece que o edital de licitação deverá conter, entre outros aspectos, os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica. O art. 18, IX, da Lei 14.133/2021, por sua vez, estabelece que a fase preparatória da licitação deve conter a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como a justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto.

Na licitação em questão, as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto são as 11 (onze) indicadas a seguir. Elas correspondem aos itens remanescentes da tabela do item 15.4.2 do Edital após a supressão por decisão publicada em 13/10/2026 e ratificada na decisão da impugnação AEGEA (item 3.4) das exigências relativas à implantação e operação de unidade de compostagem, à gestão comercial e ao atendimento aos usuários, aos programas socioambientais e ao galpão de triagem e armazenamento de recicláveis, que não atingiam o requisito legal de valor significativo:

a) **Coleta e transporte manual e mecanizado de resíduos sólidos domiciliares (RDO) em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso, com caminhões compactadores de no mínimo monitorados por GPS, ciclomotores do tipo triciclo de carga e disponibilização de contêineres estacionários.**

Esta é a parcela de maior peso operacional recorrente e a de contato direto e diário com o usuário. Ela exige planejamento e execução de roteiros em escala, gestão de frota dedicada e de equipes numerosas, e soluções logísticas distintas para territórios urbanos, rurais e de acesso restrito. É a face mais visível do serviço. Qualquer descontinuidade, mesmo breve, compromete a salubridade pública e a percepção de qualidade de todo o contrato.

**b) Coleta e transporte manual e mecanizado de resíduos da construção civil e demolição (RCD), com comboio de caminhões basculantes (caçambas) e pás carregadeiras ou retroescavadeiras.**

A parcela envolve resíduos de alta densidade e grande volume, que demandam equipamentos pesados operando de forma coordenada. Sua inexecução favorece o descarte irregular em vias, encostas e corpos hídricos, gerando passivo ambiental e custos de remediação ao Poder Concedente.

**c) Recuperação de áreas degradadas e encerramento de lixões.**

Trata-se de obrigação central da concessão e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010, com os prazos da Lei nº 14.026/2020). Exige diagnóstico ambiental, conformação geométrica e cobertura de massas, drenagem de águas pluviais, de lixiviados e de gases, revegetação e monitoramento pós-encerramento. Falhas de execução perpetuam a contaminação de solo e de águas subterrâneas e expõem o Poder Concedente a responsabilização.

**d) Construção, implantação e pré-operação (startup) de aterro sanitário, incluindo construção e pré-operação e/ou operação e manutenção de estação de tratamento de chorume.**

É a parcela de máxima criticidade técnico-ambiental e de maior CAPEX do objeto. Exige domínio de geotecnia aplicada (impermeabilização de base, estabilidade de taludes e maciços), sistemas de drenagem e tratamento de lixiviados até os padrões de lançamento exigidos, e captação e queima ou aproveitamento de biogás. Erros de projeto ou de execução nessa fase são de difícil ou impossível correção posterior.

**e) Operação e manutenção de aterro sanitário licenciado**

A parcela abrange a disposição diária, a compactação e a cobertura dos resíduos, a gestão de células, o monitoramento geotécnico e ambiental contínuo e o cumprimento das condicionantes da licença perante o órgão ambiental. Falhas operacionais geram dano ambiental de difícil reversão, risco de interdição e colapso de toda a cadeia de manejo, sem alternativa imediata de destinação.

**f) Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de RCD, com operação de tecnologias de valorização, a exemplo de Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD).**

É a parcela de maior complexidade tecnológica do objeto. Envolve engenharia de processo, integração de equipamentos eletromecânicos, curvas de aprendizado operacional e o atingimento de metas de desvio de aterro e de recuperação de materiais vinculadas aos indicadores de desempenho. Seu insucesso inviabiliza as metas finalísticas da concessão e reduz a vida útil do aterro.

**g) Operação e manutenção de estação de transferência (transbordo) de resíduos sólidos (ETR) licenciada e transporte intermunicipal licenciado até aterro sanitário licenciado.**

A ETR é o elo logístico crítico entre a coleta e a disposição final. Sua paralisação interrompe imediatamente todo o fluxo de resíduos do território atendido, sem possibilidade de estocagem prolongada, dada a natureza putrescível dos resíduos. O transporte de longa distância exige gestão de frota pesada e conformidade com o licenciamento ambiental de transporte de resíduos.

**h) Coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços congêneres e resíduos públicos urbanos (RPU) ou similares.**

A parcela abrange resíduos de varrição, capina, roçagem, poda e limpeza de logradouros, cuja geração é dispersa, heterogênea e sazonal. Exige flexibilidade

operacional e articulação com os demais serviços de limpeza urbana, sob pena de acúmulo em vias públicas e obstrução de sistemas de drenagem.

**i) Coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos de feiras livres e mercados públicos, com caminhões roll-on roll-off e contêineres estacionários do tipo caixa compactadora.**

São resíduos de alta umidade e rápida decomposição, gerados de forma concentrada em pontos de grande circulação de pessoas e de manipulação de alimentos. Exigem frequência rigorosa e equipamentos específicos para evitar odores, proliferação de vetores e riscos sanitários. A parcela também é insumo relevante para as rotas de compostagem e valorização de orgânicos.

**j) Execução da coleta seletiva, com equipe dedicada à coleta e ao transporte de resíduos recicláveis e disponibilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs).**

A parcela condiciona diretamente o atingimento das metas de reciclagem e de desvio de aterro previstas no contrato e na PNRS. Exige planejamento de rotas próprias, gestão da rede de PEVs, interface com cooperativas e associações de catadores e ações contínuas de mobilização do usuário.

**k) Coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, por meio de programa do tipo “Cata Bagulho”, “Cata Treco” ou similar.**

Móveis, eletrodomésticos e demais volumosos não são compatíveis com a coleta regular e, sem atendimento estruturado, são descartados em vias, terrenos baldios e cursos d’água. A parcela exige agendamento, logística dedicada e encaminhamento adequado dos materiais, com efeito direto sobre o controle de pontos de descarte irregular.

**CRITÉRIOS DE ELEIÇÃO**. A seleção dessas parcelas decorre da conjugação dos dois critérios legais. Pela relevância técnica, são as atividades de maior complexidade de engenharia, maior criticidade ambiental e sanitária e maior risco de inexecução com repercussão sobre a continuidade de serviço público essencial. Pelo valor significativo, cada uma representa parcela igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), considerados o CAPEX e o OPEX projetados para o contrato, ao longo de todo o Contrato (implantação, reinvestimentos e operação), conforme a modelagem econômico-financeira (Anexo III) e o quadro a seguir.

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 01 | Coleta e transporte manual e mecanizada de resíduos domiciliares em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso (RDO). | R$214.203.998,16 | 21,33% |
| 02 | Coleta e transporte de resíduos sólidos da Construção Civil e Demolição (RCD) manual e mecanizado. | R$66.115.952,08 | 6,58% |
| 03 | Recuperação de Área degradada e Lixão | R$40.504.485,18 | 4,03% |
| 04 | Implantação ou operação de aterro sanitário, e de estação de tratamento de lixiviado prevista no Caderno de Encargos | R$40.757.524,85 | 4,06% |
| 05 | Operação e Manutenção de Aterro Sanitário Licenciado | R$107.975.869,15 | 10,75% |

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 06 | Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU) e da Construção Civil e Demolição (RCD), com operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD) | R$59.044.024,67 | 5,88% |
| 07 | Operação e manutenção de estação de transferência (transbordo) de resíduos sólidos (ETR) licenciada e transporte intermunicipal de resíduos licenciado até o aterro sanitário para destinação e disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado | R$238.547.077,50 | 23,75% |
| 08 | Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos oriundos dos serviços congêneres, resíduos públicos urbanos (RPU) ou similar | R$51.345.228,95 | 5,11% |
| 09 | Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos oriundos de feiras livres e mercados públicos. | R$41.019.761,10 | 4,08% |
| 10 | Execução dos Serviços de Coleta Seletiva, a partir de disponibilização de equipe para os serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Recicláveis. | R$41.738.522,38 | 4,16% |

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 11 | Equipe para coleta programa e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, através da implantação de programa "cata bagulho", "cata treco" ou similar. | R$40.762.912,38 | 4,06% |

**COMPOSIÇÃO DA PARCELA 3 — RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA E LIXÕES**

| COMPONENTE | NATUREZA | FONTE | VALOR (R$) | % PARCELA | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|---|---|
| Licenciamento e projetos dos PRAD | **CAPEX** | **EVEF, item 8.a** | **809.846,00** | **2,00%** | **0,08%** |
| Execução dos PRAD (remediação e encerramento) | **CAPEX** | **EVEF, item 8.a** | **8.919.269,00** | **22,02%** | **0,89%** |
| **SUBTOTAL CAPEX** | | | **9.729.115,00** | **24,02%** | **0,97%** |
| Monitoramento, manutenção e operação pós encerramento das áreas recuperadas, ao longo do contrato | **OPEX** | **EVEF, tabela de OPEX** | **30.775.370,18** | **75,98%** | **3,06%** |
| **TOTAL DA PARCELA 3** | | | **40.504.485,18** | **100,00%** | **4,03%** |

**SERVIÇOS FACULTATIVOS.** A inclusão de parcelas relativas a serviços de adesão facultativa (alíneas "a", "b", "h", "i", "j" e "k") decorre da necessidade de aferir, na habilitação, a aptidão da licitante para o escopo total previsto no Contrato. A adesão pode ocorrer a qualquer tempo, inclusive desde o início da concessão, e não haverá nova seleção quando ela ocorrer; a Concessionária deverá, portanto, estar apta a assumir esses serviços de imediato.

**EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**. Com base nessa indicação, o Edital exige, para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional (art. 67, I e II, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 18, V, da Lei nº 8.987/1995), comprovação de experiência anterior exclusivamente nas parcelas acima, mediante atestados acompanhados, quando cabível, do respectivo registro no conselho profissional competente, observados:

i) quantitativos mínimos limitados a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para cada parcela, em atenção ao teto do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

ii) a admissão do somatório de atestados, sem limitação de número e sem exigência de percentual mínimo individual por atestado (item 15.4.6 do Edital, na redação retificada), observada a compatibilidade de objeto e de condições operacionais, e, no caso de consórcios, do somatório dos quantitativos de cada consorciado, independentemente de participação mínima no consórcio; e

iii) a ausência de restrições quanto a tempo, época ou local de execução dos serviços atestados, vedadas pela tradição legislativa e pela jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

**ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE**. A limitação das exigências às parcelas de maior relevância e valor cumpre dupla função. Assegura que o futuro concessionário detenha experiência real e aferível naquilo que é decisivo para a execução, protegendo a continuidade de serviço essencial de longo prazo. E impede a proliferação de exigências acessórias sem pertinência, preservando a competitividade do certame. A medida é adequada, porque as parcelas eleitas concentram objetivamente o risco técnico e o valor do contrato; necessária, porque não há meio menos restritivo de aferir aptidão para um objeto dessa criticidade; e proporcional em sentido estrito, atendendo à motivação circunstanciada exigida pelo art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021.

**QUADRO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** – fica incluído o quadro referido no Anexo XXI, com o valor de cada parcela (considerando CAPEX e OPEX projetados para todo o prazo da concessão) e sua participação

no valor estimado da contratação, para os fins do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

**JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Os requisitos de qualificação técnica compreendem a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional, cuja documentação está prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Para reduzir os riscos da contratação quanto à capacidade de prestação do serviço, exige-se atestado de execução de serviços similares, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto, nas parcelas de maior relevância acima indicadas. Os quantitativos mínimos observam o limite de 50% (cinquenta por cento) de cada parcela, nos termos do art. 67, § 2º.

Nos termos do art. 67, I, exige-se ainda a comprovação de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes.

Sendo obrigatório o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações, o licitante que optar por não realizar a vistoria poderá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, conforme art. 67, VI.

A vistoria técnica é facultativa e recomendada: o atestado de visita somente será apresentado pela licitante que a realizar, e a sua ausência é suprida pela declaração prevista no art. 67, VI, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da habilitação.

Fica registada a supressão das exigências de equipamentos na qualificação técnico-operacional e profissional; a substituição da CAT pelo registo no conselho profissional competente na qualificação técnico-operacional; a conversão do item 04 em parâmetro de porte e a exclusão do Índice de Endividamento Total.

**DISTINÇÃO ENTRE AS EXIGÊNCIAS**. A qualificação técnico-operacional afere a experiência da empresa, isto é, sua capacidade organizacional de executar o objeto (art. 67, II); a técnico-profissional, a experiência dos profissionais que conduzirão os trabalhos (art. 67, I); e a equipe técnica mínima, a disponibilidade do pessoal técnico adequado (art. 67, III). São hipóteses distintas e cumuláveis, sem duplicidade.

**REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL**. O *registro no conselho profissional competente*.

**EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA (ITEM 15.4.4 DO EDITAL)**. A indicação, na habilitação, do pessoal técnico adequado e disponível e da qualificação de cada membro da equipe tem previsão expressa no art. 67, III, da Lei nº 14.133/2021, e os profissionais indicados deverão participar da execução do objeto (art. 67, § 6º). A exigência não impõe ônus excessivo: não é preciso manter os profissionais em quadro no momento da licitação, bastando o compromisso futuro de contratação (item 15.4.3.1), e cada profissional precisa comprovar experiência em apenas um dos itens de serviço. Cada especialidade corresponde a frente própria do objeto:

**a) Engenheiro civil:** implantação do aterro sanitário e das obras civis da ETR e da CVR, incluindo geotecnia, impermeabilização, terraplenagem e estabilidade de taludes e maciços;

**b) Engenheiro ambiental:** licenciamento ambiental perante o INEMA, cumprimento de condicionantes, monitoramento ambiental e execução dos PRADs de encerramento dos lixões;

**c) Engenheiro sanitarista:** sistemas de drenagem e tratamento de chorume, operação da coleta e da destinação final e atendimento aos padrões de lançamento;

**d) Engenheiro agrônomo e/ou florestal:** revegetação das áreas recuperadas, manejo de resíduos de poda e RPU e tratamento da fração orgânica;

**e) Engenheiro de segurança do trabalho:** operação contínua com grande contingente de trabalhadores e gestão dos riscos próprios das atividades de coleta, transbordo e aterro.

**CAPACIDADE FINANCEIRA NÃO SUBSTITUI APTIDÃO TÉCNICA**. Não se admite substituir os atestados por experiência na captação de recursos para empreendimentos de infraestrutura. A qualificação técnica afere a aptidão para executar o objeto, e não a capacidade de financiá-lo, que é objeto da qualificação econômico-financeira. Admitir que a aptidão seja obtida após a contratação transferiria à Administração, por trinta anos, o risco de execução que a habilitação existe para prevenir, conclusão também registrada pela DAM no Processo TCM/BA nº 03450e26.

Desse modo, a Administração adotou condições que permitem presumir a aptidão do licitante para executar os serviços em quantidade, qualidade e conformidade com as obrigações contratuais, dentro dos limites legais e sem restringir a competitividade

**JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A habilitação econômico-financeira está prevista no artigo 69 da Lei 14.133/2021 conforme transcrito a seguir:

*"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

**I –** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II **–** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante."

No modelo de execução do objeto da presente licitação, está prevista a realização de investimentos consideráveis em implantação e expansão de infraestrutura e universalização de serviços de manejo de resíduos sólidos em 5 (cinco) municípios. Trata-se de contratação de grande expressão econômica e elevada responsabilidade técnica, que demandará da futura concessionária robustez econômico-financeira para a satisfatória execução do objeto contratado.

Assim, previu-se no item 15.5 e subitens do Edital que:

***"15.5.1.** A qualificação econômico-financeira será comprovada através dos seguintes documentos:*

***15.5.1.1.** Capital Social e sua respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada um montante superior a R$100.424.963,02 (cem milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e dois centavos). Em caso de **CONSÓRCIO** será exigida parcela adicional de 30,00% (trinta por cento).*

***15.5.1.2.*** *Balanço Patrimonial e respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada a boa situação financeira da* ***LICITANTE*** *ou de todas as empresas integrantes do* ***CONSÓRCIO,*** *conforme o caso. Para fins de demonstração da boa situação financeira, a* ***LICITANTE*** *deve possuir, no mínimo, os seguintes índices financeiros:*

***a.1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: ILC*** *≥ 1,00* ***(AC /PC)***

***a.2) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: ILG*** *≥ 1,00* ***((AC + ANC) /(PC+PNC))***

***a.3) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: IE*** *≤ 0,60 (****PC +PNC)/AT)***

*Onde:*

***AC – ATIVO CIRCULANTE***

***ANC – ATIVO NÃO CIRCULANTE***

***PC – PASSIVO CIRCULANTE***

***PNC – PASSIVO NÃO CIRCULANTE***

*a.4) Para* ***LICITANTES*** *constituídas por fundos de investimentos ou entidades de previdência complementar:*

*a.4.1) Índice de Alavancagem (IA) ≤ 14 IA = CT / PL*

*Em que:*

***IA:*** *Índice de Alavancagem;*

***CT:*** *Passivo real menos o patrimônio líquido e os diversos;*

***PL:*** *Capital social integralizado mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos os prejuízos.*

*a.5.2) Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) ≥ 0,7 ICB = (AT – CC – EO – EC – F – BC – PMI) / BaC*

*Em que:*

***ICB =*** *Índice de Cobertura de Benefícios;*

***AT =*** *Ativo Total;*

***CC =*** *Contribuições Contratadas;*

***EO =*** *Exigível Operacional;*

***EC =*** *Exigível Contingencial;*

***F =*** *Fundos;*

***BC =*** *Benefícios Concedidos;*

***PMI =*** *Provisões Matemáticas a Integralizar;*

***BaC =*** *Benefícios a Conceder*

***15.5.1.3.*** *A* ***LICITANTE*** *deverá apresentar cópia do Livro Diário em que o balanço foi transcrito, registrado na correspondente Junta Comercial ou SPED, com o respectivo recibo de apresentação do balanço.*

***15.5.1.4.*** *As empresas estrangeiras deverão apresentar os indicadores econômico-financeiros mínimos exigidos na comprovação da qualificação econômico-financeira, ajustados à estrutura contábil da legislação brasileira. Para a conversão da moeda estrangeira para o Real, deverá ser indicada a taxa de câmbio comercial para venda* ***(PTAX),*** *divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa à data de encerramento do exercício social.*

***15.5.1.5.*** *Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor judicial da Comarca da sede da* ***LICITANTE*** *ou dos integrantes de* ***CONSÓRCIO,*** *dentro do prazo de validade, observado o contido na alínea "d" do subitem 6.4."*

**MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (IE ≤ 0,60)**. *A exigência é mantida por três razões próprias desta concessão, que a distinguem de contratação ordinária:*

***(i) Risco de inadimplência****. A remuneração depende majoritariamente da TUF paga pelos usuários. O EVEF considera inadimplência de 8%, e o aporte público só é acionado acima de 9,5% (cláusula 8.3.2.5 do CONTRATO). Até esse patamar, a perda de receita é suportada integralmente pela CONCESSIONÁRIA, o que exige estrutura de capital capaz de absorvê-la sem comprometer a prestação do serviço.*

***(ii) Capital de giro****. Entre a prestação do serviço, o cofaturamento ou a cobrança direta e a efetiva arrecadação há defasagem de caixa, agravada na fase de transição, em que a CONCESSIONÁRIA já opera a destinação final, inclusive em aterro de terceiros, antes da maturação da receita. Desse modo, eventualmente para cobertura desse descasamento depende de recursos próprios e de crédito de curto prazo, cuja obtenção é condicionada ao grau de endividamento.*

***(iii) Empréstimo-ponte**. Os investimentos dos primeiros anos, notadamente a implantação do aterro e a remediação dos lixões, tendem a anteceder a contratação do financiamento de longo prazo, usualmente estruturado por empréstimo-ponte. Caso excepcionalmente haja a necessidade, deverá a licitante possuir capacidade de contrair essa dívida, e de prestar as garantias corporativas que os financiadores exigem dos acionistas nessa fase, o que depende de a **LICITANTE** não estar excessivamente alavancada. O limite de 0,60 é usual para contratos de longo prazo intensivos em capital, aplica-se a cada consorciada e não é cumulado com exigência de patrimônio líquido mínimo, de modo a não restringir a competição além do necessário à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 69 da Lei nº 14.133/2021).*

**CAPITAL SOCIAL MÍNIMO**. O art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, aplicável subsidiariamente às concessões (art. 186), autoriza a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Desse modo, a LICITANTE deverá comprovar capital social mínimo de R$ 48.501.942,80, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado das receitas da Tarifa do Usuário Final (TUF) relativa aos serviços da CONCESSÃO, qual sejam eles triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares (item 3.3), de R$485.019.428,00, na data-base [julho/2026].

A adoção do patamar máximo decorre do perfil de investimentos: os investimentos de implantação, aterro sanitário e CVR, estações de transbordo e encerramento dos lixões, concentram-se nos primeiros anos, no período de implantação, conforme o EVEF, e deverão ser financiados com capital próprio e de terceiros antes de a receita tarifária estar plenamente estabelecida. O capital mínimo assegura que o licitante tenha porte compatível com esse esforço de investimento e com a alavancagem que ele implica.

**ACRÉSCIMO PARA CONSÓRCIOS**. Em caso de consórcio, a exigência será acrescida de 30% (trinta por cento), totalizando R$ 63.052.525,64, admitido o somatório dos valores de cada consorciada na proporção de sua participação (art. 15, II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021). Nas concessões, o valor estimado corresponde às receitas projetadas ao longo de todo o prazo, grandeza que mede o porte econômico do objeto e das obrigações assumidas.

**ÍNDICES CONTÁBEIS**. Os índices exigidos são os indicadores clássicos de liquidez e solvência e não se enquadram na vedação do art. 69, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, restrita a índices de rentabilidade ou lucratividade. Os Índices de Liquidez

Corrente e de Liquidez Geral iguais ou superiores a 1,00 representam a condição mínima de equilíbrio, ativos ao menos equivalentes às obrigações, no curto e no longo prazo e não exigem solidez acima do usual.

**FUNDOS DE INVESTIMENTO E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.** Para esses licitantes, cuja estrutura patrimonial não se ajusta aos índices de liquidez e de endividamento das sociedades operacionais, adotam-se indicadores próprios: o Índice de Alavancagem (IA ≤ 14) limita a alavancagem do veículo, e o Índice de Cobertura de Benefícios (ICB ≥ 0,7) verifica a capacidade da entidade de previdência de honrar seus compromissos com participantes, assegurando que o aporte na concessão não comprometa sua solvência.

**CUMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS**. Os índices, o capital social mínimo e a garantia da proposta têm finalidades distintas e não se sobrepõem: os índices medem a saúde financeira do licitante; o capital mínimo, o seu porte, compatível com o valor do Contrato; e a garantia da proposta, a seriedade da oferta e a assinatura do contrato pelo vencedor (art. 58). Nenhuma supre as demais: uma empresa de grande porte pode estar excessivamente endividada, e uma empresa saudável pode não ter porte compatível com uma concessão de 30 anos. A admissão de consórcios, com somatório de valores, amplia o universo de potenciais licitantes.

A adoção do critério de índices econômico-financeiros justifica-se como medida de prudência e segurança contratual, compatível com a materialidade dos investimentos, seu volume vultuoso e com a complexidade operacional inerentes à presente concessão patrocinada. Busca-se, assim, selecionar licitantes com efetiva capacidade econômico-financeira, aptos a assegurar a execução integral do contrato, a adequada prestação dos serviços e a continuidade operacional ao longo de toda a vigência.

O objetivo é prevenir a participação e eventual adjudicação a proponentes que, embora atendam formalmente às exigências de habilitação, não disponham de robustez financeira e técnica suficiente para suportar o ciclo de implantação e operação, sobretudo em cenário de oscilações de mercado, contingências não previstas e necessidades de capital de giro. Trata-se de providência que protege o interesse público contra riscos de inexecução, paralisação, degradação da qualidade do serviço e consequentes custos adicionais de recomposição, substituição ou relicitação.

As licitantes deverão demonstrar capacidade financeira para, além de cumprir todas as obrigações contratuais, suportar eventuais defasagens temporais no fluxo de recebimentos, em especial aquelas relacionadas ao risco de inadimplência e aos prazos

de pagamento aplicáveis às receitas previstas no arranjo econômico do projeto. Pela Cláusula 8.3.2.5 do Contrato, a inadimplência dos usuários até 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) no período de apuração é suportada pela própria Concessionária, antes de qualquer contraprestação pública, o que exige liquidez compatível com essa absorção.

Nesse ponto, cumpre destacar que a disciplina legal aplicável impõe, em determinadas hipóteses, condições mais favoráveis à Administração quanto à dinâmica de adimplemento, notadamente quanto à TEP, a exemplo do art. 137, § 2º, IV, que pode repercutir na gestão de caixa da concessionária e exige, por consequência, maior resiliência financeira para manutenção da execução contratual. Assim, ainda que a concessionária apresente os documentos de cobrança, poderá ter de absorver prazos usuais de processamento e, eventualmente, atrasos, sem que isso implique, de imediato, autorização para interromper ou reduzir a prestação dos serviços, dada a natureza essencial e contínua do objeto.

A exigência dos índices revela-se proporcional, necessária e adequada para assegurar que a futura concessionária possua capacidade de suportar atrasos pontuais, preservar a continuidade do serviço, manter padrões de desempenho e cumprir obrigações de investimento, operação e manutenção, sem transferir ao Poder Concedente riscos decorrentes de fragilidade econômico-financeira do contratado.

Por fim, ressalta-se que tais requisitos se alinham ao propósito maior do certame de garantir a observância do interesse público, com seleção de proposta efetivamente exequível e vantajosa, mitigando riscos inerentes à contratação e a eventos supervenientes alheios à vontade das partes, inclusive de natureza extraordinária, cuja materialização pode impactar custos e cronogramas.

**JUSTIFICATIVA DO PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DA CÉLULA DE ATERRAMENTO E DA SOLUÇÃO TRANSITÓRIA**

O prazo de 1 (um) ano para implantação da Célula de Aterramento de Rejeitos (Subcláusulas 18.2 e 18.4 do Contrato, uniformizadas na versão retificada) é compatível com a urgência do encerramento dos lixões imposta pela Lei nº 12.305/2010 e pela Lei nº 14.026/2020. A sua exequibilidade é reforçada pela solução transitória: enquanto a célula não estiver em operação, os resíduos serão destinados a aterro sanitário licenciado pré-existente, escolhido pela Concessionária, cujos custos de transporte e destinação integram os encargos da concessão e devem ser considerados nas

propostas. Assegura-se, assim, destinação ambientalmente adequada desde o início da operação, sem risco de descontinuidade.

O cronograma de referência considera 12 (doze) meses para licenciamento (LP/LI) e para conclusão das obras, implantação e pré-operação da primeira célula. A indicação de Ibotirama como local preferencial (item 1.4 do Caderno de Encargos), respaldada nos estudos de regionalização, é suficiente, cabendo à Concessionária identificar e adquirir a área (Cláusula 18.3 do Contrato).

## JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DE REFERÊNCIA

A modelagem adotou composição gravimétrica de referência, sem caracterização própria por Município, alinhada ao Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos elaborados pela SEDUR (Lei Estadual nº 12.932/2014). Em concessão regional, a composição única assegura base homogênea para dimensionar as unidades, comparabilidade entre os Municípios e isonomia na formação da tarifa; caracterizações isoladas, com metodologias, datas e amostras distintas, gerariam modelo internamente inconsistente.

Uma amostragem local hoje registraria a distorção de um sistema ainda não universalizado, baixa cobertura de coleta, ausência de segregação na fonte e triagem informal nos vazadouros, que retira recicláveis antes da pesagem, e não o perfil do resíduo ao longo da concessão. A caracterização com valor técnico para calibrar as rotas de valorização é a realizada após a estabilização operacional, conforme a ABNT NBR 10007. Além disso, os custos principais (coleta, transporte e disposição) dependem da massa, das distâncias e das frequências, e não da composição; desvios na parcela valorizável são tratados nas revisões ordinária e extraordinária, conforme a Matriz de Riscos.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico

## ANEXO XXI – JUSTIFICATIVAS

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO ADOTADA

A presente licitação foi desenvolvida para atender às prementes necessidades dos Municípios consorciados ao CDS Velho Chico, em estrito cumprimento às diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), que impõem o encerramento imediato das áreas de disposição irregular de rejeitos.

O projeto foi estruturado para garantir, desde o início, uma base mínima obrigatória capaz de atacar o déficit público mais grave e urgente da região: a inexistência de destinação final ambientalmente adequada para os resíduos sólidos domiciliares.

Conforme verificado nos estudos desenvolvidos na fase pré-licitatória, os Municípios integrantes do projeto licitado não dispõem, atualmente, de solução própria de destinação final ambientalmente adequada, o que impõe, sob a ótica da PNRS e das metas de encerramento de lixões, a priorização de uma solução integrada, regionalizada e economicamente viável.

O escopo obrigatório da concessão compreende a triagem, o transbordo, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos Domiciliares (RDO) dos cinco municípios abrangidos pelo projeto (Ibotirama, Paratinga, Muquém do São Francisco, Morpará e Oliveira dos Brejinhos).

Para esta parcela nuclear do contrato, a remuneração ocorrerá por meio da Tarifa do Usuário Final de Destinação (TUF-D). É esse o núcleo mínimo do contrato licitado, plenamente definido, com abrangência territorial determinada (os Municípios aderentes) e com escopo técnico descrito em detalhe no Caderno de Encargos e demais anexos.

Em contrapartida, os serviços de coleta e transporte de RDO, bem como o manejo de Resíduos Públicos Urbanos (RPU), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e Resíduos da Construção Civil (RCD), foram modelados como serviços por adesão opcional. Caso os municípios decidam aderir, os serviços serão prestados pela futura Concessionária observando os termos do contrato de concessão, sendo a remuneração realizada mediante Tarifa do Usuário Final de Coleta (TUF-C) e Tarifa do Ente Público (TEP), respectivamente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A opção pela facultatividade de determinados serviços decorre de diagnóstico técnico que identificou uma realidade heterogênea nos Municípios consorciados. Enquanto o déficit de destinação final adequada de RDO é comum a todos – e, portanto, exige solução imediata obrigatória e integrada, os serviços de coleta e transporte de RDO e o manejo das outras espécies de resíduos apresentam particularidades locais relevantes, com arranjos distintos, soluções preexistentes e diferentes graus de maturidade e eficiência operacional.

Por essa razão, a modelagem buscou assegurar o objetivo público mais urgente, viabilizar o encerramento dos lixões e implantar solução ambientalmente adequada para o manejo do RDO, sem impor ruptura automática e uniforme na coleta e no manejo de outros tipos de resíduos municipais, permitindo que cada Município, conforme sua capacidade, estratégia e conveniência administrativa, opte por manter sua estrutura ou aderir aos demais serviços pela futura concessionária, nos termos e condições previstos em termo de adesão próprio (Anexo IV da minuta do contrato de concessão), vinculado ao contrato de concessão.

A opção resulta da comparação motivada com as alternativas, todas menos aderentes ao interesse público: execução isolada (não gera escala); contratação de curto prazo (não amortiza CAPEX); concessão integral obrigatória (tensiona a autonomia municipal); e concessão comum sem contraprestação (transferiria integralmente à tarifa o risco de inadimplência extraordinária na cobrança direta, elevando o custo de capital e o valor cobrado do usuário).

Os estudos de viabilidade econômico-financeira (Anexo do Edital) e de *Value for money* (Anexo XVI do Edital), conforme a numeração uniformizada na versão republicada, principalmente, demonstram que essa é a solução mais vantajosa diante das demais existentes, principalmente, demonstram que essa é a solução mais vantajosa diante das demais existentes.

**JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO COMO CONCESSÃO PATROCINADA**

O art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.079/2004 define a concessão patrocinada como aquela que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. A lei exige que o contrato envolva a contraprestação, e não que ela seja ordinária, fixa ou certa; o art. 6º, § 1º, da mesma lei admite expressamente que seja variável.

No presente projeto, a Cláusula 8.3.2.5 do Contrato cria obrigação pecuniária de cada Município em favor da Concessionária, exigível sempre que, adotada a cobrança



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

direta por impossibilidade ou inviabilidade do cofaturamento, a inadimplência dos usuários superar 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) no período de apuração, com fórmula de cálculo definida e teto de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Município. Independentemente da denominação “aporte” utilizada no Contrato, trata-se de complementação da receita tarifária com natureza de contraprestação (arts. 2º, § 1º, e 6º da Lei nº 11.079/2004), que não se confunde com o aporte de recursos para obras e bens reversíveis do art. 6º, § 2º.

A escolha do regime decorre do perfil de risco do serviço. A destinação final de RDO é remunerada essencialmente por tarifa, e a cobrança direta ao usuário, em Municípios de pequeno porte do semiárido, expõe o projeto a inadimplência potencialmente elevada. Sem a contraprestação contingente, esse risco seria integralmente precificado na tarifa, onerando o usuário adimplente, ou inviabilizaria o financiamento do projeto. A contraprestação limitada e condicionada protege a modicidade tarifária com exposição pública controlada.

O regime foi estruturado de forma coerente com essa contraprestação: o Anexo XX – Estrutura de Garantias disciplina as garantias do art. 8º da Lei nº 11.079/2004 e dimensiona, Município a Município, o comprometimento da Receita Corrente Líquida no cenário mais conservador (adesão integral aos serviços remunerados por TEP e valor máximo da contraprestação), que resulta em 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), abaixo do limite de 5% (cinco por cento) do art. 28 da Lei nº 11.079/2004. As leis autorizativas da concessão foram aprovadas pelos cinco Municípios.

Nenhuma despesa pública nasce com a licitação ou com a assinatura do Contrato: a TEP somente é devida se e quando o Município aderir aos serviços facultativos, por Termo de Adesão, e a contraprestação por inadimplência extraordinária é despesa contingente. Por isso, as providências dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 10 da Lei nº 11.079/2004 relativas à previsão orçamentária são exigíveis no ato que cria a despesa, a assinatura do Termo de Adesão ou a implantação da cobrança direta, conforme o item 2.4 do Anexo XIV e o item 25.2 do Edital.

**JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO DOS SERVIÇOS FACULTATIVOS NA MODELAGEM E NA MATRIZ DE RISCOS**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Cada serviço facultativo foi modelado como módulo autônomo: a adesão traz consigo os custos, as despesas e os investimentos correspondentes, e a tarifa específica de cada serviço (TUF-C ou TEP) foi calculada para remunerá-los, mantida a taxa interna de retorno do Contrato. Sem adesão, não há serviço, investimento nem receita; havendo adesão, ainda que parcial ou tardia, a tarifa acompanha o serviço efetivamente prestado (Cláusulas 8.7 e 8.9 do Contrato). A adesão é, portanto, neutra para a equação econômico-financeira, e a variação da demanda projetada dos serviços facultativos, por si só, não enseja reequilíbrio.

Os licitantes não estão vinculados a premissa de adesão fixada pela Administração: o Quadro 2A do Apêndice C do Anexo XIII exige que cada licitante declare e precifique a sua própria projeção de adesão. A adesão integral considerada no Anexo XX é premissa de prudência fiscal, destinada a dimensionar o desembolso público máximo e a estrutura de garantias, e não constitui garantia de receita à Concessionária. A fixação de prazo ou patamar mínimo de adesão contrariaria a autonomia de cada Município, titular dos serviços, e a própria razão de ser do modelo, validado pelo TCM/BA.

O único efeito negativo da não adesão não é econômico-financeiro: se o Município mantiver a coleta por meios próprios, parte dos resíduos pode não ingressar no sistema da concessão, afetando a universalização e as metas vinculadas à gravimetria e à relação entre resíduos gerados e destinados. Esse risco, assim como o de supressão ou redução de serviços facultativos já aderidos e o de retirada, exclusão ou incorporação de Municípios, foi alocado expressamente ao Poder Concedente na Matriz de Riscos, com reequilíbrio restrito aos efeitos sobre as metas, conforme a decisão da impugnação AEGEA (itens 3.6 e 3.7).

**JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE ADOTADA**

O art. 10 da Lei 11.079/04 dispõe que a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

A modalidade concorrência se adequa melhor ao caso em questão, uma vez que o objeto contratado não se amolda, em tese, a nenhuma das hipóteses previstas no art. 32 da Lei 14.133/21.

**JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

É importante ressaltar que a área técnica do Poder Concedente entende que, em razão da natureza e da complexidade do objeto licitado – que envolve a implantação de uma solução integrada, intermunicipal e orientada a desempenho, com impactos ambientais, sociais e econômicos de longo prazo, a técnica é um aspecto de especial importância para o sucesso da futura contratação.

Por essa razão, originariamente, o critério de julgamento da presente licitação era o critério de técnica e preço, com ponderação de 60% técnica e 40% preço.

Entendia-se que o perfil da contratação autorizava a utilização do referido critério: o art. 15 da Lei 8.987/1995 admite o julgamento pela melhor técnica ou pela combinação de técnica e preço; o art. 12 da Lei 11.079/2004 incorpora e amplia esses critérios às concessões patrocinada e administrativa; e, subsidiariamente, os arts. 33, 36 e 37 da Lei 14.133/2021 disciplinam o julgamento por técnica e preço quando a qualidade das propostas for relevante aos fins pretendidos; a ponderação adotada situava-se dentro do teto legal de 70% (art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, e art. 13, I, da IN Seges/MGI nº 2/2023), preservando a disputa econômica efetiva.

Ademais, entendia-se que o critério exclusivamente econômico poderia privilegiar propostas com preços agressivos, porém sustentadas em soluções tecnicamente frágeis, subdimensionadas ou com visão de curto prazo, o que aumentaria o risco de judicialização, reequilíbrios e deterioração da qualidade dos serviços.

Porém, no Processo TCM/BA nº 03450e26, a Diretoria de Assistência aos Municípios (DAM), em relatório técnico sobre o certame, concluiu pela inconveniência do critério de “técnica e preço” no caso concreto. O Consórcio, então, formulou pedido subsidiário (expediente nº 21556e26) de reestruturação do Edital pelo critério de menor preço, preservada salvaguarda técnica destinada a assegurar a aceitabilidade e a exequibilidade das propostas.

Na decisão de reti-ratificação de 22/07/2026, o Tribunal autorizou a reestruturação do Edital “conforme solicitado subsidiariamente pelo Denunciado”, com a substituição do critério de *“técnica e preço”* pelo critério de *“menor preço”*, condicionada à apresentação, por todos os licitantes, juntamente com a proposta de preço, de plano de trabalho, metodologia, diagnóstico, cronograma de execução dos serviços e investimentos e mapas/roteiros de validação das premissas operacionais, como instrumentos de aferição da aceitabilidade e da exequibilidade técnica e econômica das propostas, na forma dos arts. 34 e 59 da Lei nº 14.133/2021.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Por essas razões, adotou-se, no caso em questão, o critério de julgamento de *"menor preço"*, através do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da Lei Federal n° 8.987/95, e no artigo 12, II, da Lei 11.079/2004, exigindo-se junto à proposta de preço a apresentação de plano de trabalho e metodologia, que permita a verificação da exequibilidade técnica e econômica das propostas, bem como a adequação destas com os parâmetros do Edital e seus Anexos.

**JULGAMENTO PELO MULTIPLICADOR K**.

A disputa se dá pelo menor multiplicador K, aplicado uniformemente sobre as mesmas tarifas-base de referência (itens 16.6, 16.7 e 17.13 do Edital). Os Fatores de Uso (FU) e de Localização (FL) têm natureza exclusivamente distributiva: repartem o valor médio da tarifa entre categorias de usuários e regiões atendidas, segundo critérios admitidos pelo art. 35 da Lei nº 11.445/2007, e dependem de homologação da Agência Reguladora. Não interferem, portanto, na comparação objetiva das propostas.

**NATUREZA DO PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA.**

O Plano de Trabalho não é critério de julgamento, mas requisito de aceitabilidade e exequibilidade da proposta, com amparo nos arts. 34 e 59, II e IV, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 15, § 3º, da Lei nº 8.987/1995. A análise é feita exclusivamente segundo critério objetivo e binário, vedada qualquer avaliação subjetiva, juízo comparativo entre propostas ou atribuição de pontuação (item 16.4.2.1 do Edital): cada item da Tabela A tem conteúdo obrigatório descrito nos subitens 16.4.2.2.1 a 16.4.2.2.8 e no Apêndice B do Anexo XIII, e a avaliação consiste na verificação, item a item, da apresentação desse conteúdo e de sua adequação aos parâmetros do Edital. Não se aplicam, por isso, o art. 37 da Lei nº 14.133/2021 nem o art. 12, I, da Lei nº 11.079/2004.

**NECESSIDADE DA SALVAGUARDA.**

Em concessão de 30 (trinta) anos, o multiplicador K, isoladamente, não revela se a tarifa ofertada é coerente com os investimentos, a frota, as equipes e a logística necessários à execução. O diagnóstico, as memórias de cálculo, o cronograma e os mapas e roteiros de validação são os elementos que permitem essa verificação, sem ônus para quem domina as soluções exigidas.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**ALCANCE DE EVENTUAL DESCLASSIFICAÇÃO.**

O item 16.4.2.3 do Edital ("será desclassificada") trata do não atendimento de qualquer dos sete itens da Tabela A e do descumprimento das diretrizes do Anexo XIII; o item 16.4.2.2.8.10 ("poderá ser desclassificada") alcança apenas os subelementos de detalhamento dos mapas e roteiros (subitens 16.4.2.2.8.1 a 16.4.2.2.8.9). As ações de equidade e o programa de integridade (subitens 16.4.2.2.8.8 e 16.4.2.2.8.9) somente devem ser apresentados se já implantados, e sua ausência não acarreta desclassificação; a referência a possibilidades de recuperação energética (subitem 16.4.2.2.6) é descritiva e não impõe rota tecnológica.

**ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS FACULTATIVOS**.

O Plano de Trabalho abrange o escopo total previsto no Contrato porque os Municípios podem aderir aos serviços facultativos a qualquer tempo, inclusive desde o início da concessão, sem nova seleção, e porque todas as propostas devem ser comparáveis entre si.

**SUPRESSÃO DA DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

A exigência de declaração de instituição financeira ou de consultor credenciado na CVM (antigo item 16.4.3 do Edital) foi excluída, em juízo de conveniência e oportunidade, para ampliar o universo de interessados e simplificar o procedimento (decisão da impugnação AEGEA, item 3.3). O dever de aferir a exequibilidade das propostas permanece e será exercido pela Comissão com base no Plano de Trabalho, no plano de negócios e nos demais elementos do Anexo XIII.

**JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO**

Conforme previsto no Edital, o procedimento da licitação observará a antecipação da fase de habilitação, que precederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme autorizado pelo art. 18-A da Lei Federal nº 8.987/1995 e pelo art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, este último mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, apresentados a seguir.

A escolha pela antecipação da fase de habilitação mostra-se adequada e conveniente em razão das características do objeto licitado, que compreende, como escopo obrigatório, a triagem, o transbordo, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos RDO e, mediante adesão facultativa dos Municípios, a prestação integrada dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares **(RDO),** coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

final ambientalmente adequada dos resíduos públicos urbanos **(RPU),** coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil e demolição **(RCD),** coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos dos serviços de saúde **(RSS),** da coleta seletiva **(CS),** bem como das atividades correlatas, no âmbito do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO (CDS VELHO CHICO).**

Trata-se de empreendimento de elevada complexidade técnica, operacional e econômico-financeira, que demanda verificação prévia da capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira dos licitantes antes da realização da etapa competitiva de preços. A antecipação da fase de habilitação permite que apenas licitantes efetivamente aptos a executar o objeto participem da disputa de preços e lances, conferindo maior segurança jurídica e maior confiabilidade ao certame.

Além disso, a prévia análise da documentação de habilitação contribui para a racionalização do procedimento licitatório, evitando que a Administração conduza a etapa competitiva com participantes que, posteriormente, poderiam ser inabilitados por não atenderem aos requisitos mínimos de qualificação. Em licitações como esta, marcadas por elevada complexidade técnica, expressivos investimentos e longa duração, essa sistemática favorece uma condução mais eficiente do certame, reduzindo riscos de retrabalho, de questionamentos e de atrasos na contratação.

**BENEFÍCIOS CONCRETOS NESTE CERTAME**.

Com a habilitação prévia, os lances a viva-voz (itens 17.14 a 17.17 do Edital) ocorrem apenas entre licitantes aptos a executar o objeto, de modo que o preço final se forma sem a participação de quem não poderia ser contratado. Afasta-se o risco de, inabilitado o vencedor, convocar-se o licitante seguinte com preço formado numa disputa que incluiu licitante inapto. Além disso, a Comissão examina os Planos de Trabalho e as propostas, análise extensa, dado o conteúdo exigido no Anexo XIII, apenas dos licitantes habilitados, evitando retrabalho e recursos.

Dessa forma, a antecipação da fase de habilitação revela-se plenamente justificada, legalmente amparada e compatível com a natureza e a relevância do objeto licitado, assegurando maior eficiência e segurança jurídica.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE SESSÃO PRESENCIAL NA SEDE DA B3**

Conforme previsto no Edital, a sessão pública para análise dos documentos e julgamento das propostas será realizada de forma presencial na sede da B3, localizada na Rua Quinze de Novembro, 275 - Centro Histórico, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A realização da **SESSÃO PÚBLICA** de maneira presencial na sede da B3 justifica-se por diversas razões, especialmente: a) a adequação às melhores práticas de mercado; b) o aumento da publicidade (e consequentemente da competitividade), da segurança e da transparência; e c) o reconhecimento, por parte dos órgãos de controle, dos benefícios da realização do certame no “ambiente B3”.

Há mais de duas décadas a B3 vem prestando serviços de assessoria na condução de licitações para contratação de obras, serviços, entre outros objetos, tendo como práxis a divulgação extraoficial dos certames em seu sítio eletrônico oficial (promovendo-os aos *players* que direta ou indiretamente participam de seu mercado), o recebimento da documentação das licitantes e a realização das sessões públicas sempre de maneira presencial.

A referida companhia conta com avançados recursos tecnológicos que contribuem para a prestação de serviços eficientes e seguros a toda cadeia impactada pelos certames, garantindo um ambiente de leilões hígido, idôneo e confiável para os investidores privados em processos licitatórios.

Os documentos dos licitantes são armazenados nos cofres da B3, lacrados, e as sessões gravadas e transmitidas em tempo real para todo o Brasil, no Youtube (https://www.youtube.com/@bolsadobrasil), justamente para se proporcionar maior segurança, garantir a inviolabilidade das propostas e aumentar a publicidade do certame, como demandam os projetos de elevada monta e relevância, tais quais o projeto em questão.

Não por outra razão, diversos leilões especiais, públicos e privados, foram e seguem sendo realizados na sede da B3, inclusive no setor específico das concessões de resíduos sólidos urbanos, como nos casos do Município de Franca/SP, do Consórcio Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – COMARES CARIRI/CE, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONVALE/MG, Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – CIRSOP/SP, Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – CISPAR/MG,



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro Oeste Mineiro – CIAS/MG e do Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul – CIAPRA/BA.

Sendo assim, a opção do CDS VELHO CHICO pela contratação da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) para a realização do leilão de concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos justifica-se pela sua reconhecida expertise, capilaridade nacional e comprovada capacidade de atração de investimentos privados em projetos de infraestrutura.

No ano de 2025, a B3 alcançou recorde absoluto na realização de leilões, totalizando 75 (setenta e cinco) leilões, número aproximadamente 20,00% (vinte por cento) superior ao registrado em 2024, até então o maior da série histórica. Esses leilões viabilizaram mais de R$ 240 bilhões em investimentos no segmento de infraestrutura em especial sob a forma de concessões e parcerias públicos privadas, com impactos diretos em 22 (vinte e dois) estados da Federação e geração estimada de 1,6 milhão de empregos.

Tais resultados evidenciam a superioridade da plataforma da B3 em relação aos portais tradicionais de compras públicas, especialmente no que se refere à ampla divulgação nacional e internacional, à segurança jurídica e operacional, à transparência dos procedimentos e à efetiva ampliação da competitividade entre os participantes. Nesse contexto, a utilização da infraestrutura especializada da B3 mostra-se mais adequada à complexidade e à relevância econômica e social do projeto de concessão, assegurando maior eficiência, atratividade e sucesso do certame.

**JUSTIFICATIVA PARA A PREVISÃO DE RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a participação de empresas reunidas em consórcio como regra, mas permite não só a vedação a essa possibilidade, como também o estabelecimento de limite máximo para o número de empresas consorciadas (conforme §4°).

O item 6.3 admite a participação de empresas reunidas em consórcios, mas prevê, no subitem “g”, que o consórcio poderá ser integrado por, no máximo, 3 (três) consorciados, As participações mínimas originalmente previstas no item 6.3, “g”, e no item 15.4.8, II, do Edital (30,00% para fundos de investimento e demais veículos financeiros e 35,00% para empresas e demais consorciados, inclusive para aproveitamento de atestados) foram suprimidas na versão retificada, em atenção à



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

recomendação da área técnica do TCM/BA de conferir maior flexibilidade à formação de consórcios (decisão da impugnação AEGEA, item 3.5). Permanece, exclusivamente, o limite de integrantes, cuja motivação se expõe a seguir.

A restrição prevista no Edital é justificada pelas seguintes razões:

(I) **EXPRESSA AUTORIZAÇÃO LEGAL**. Diferentemente do regime da Lei nº 8.666/1993, sob o qual a limitação do número de consorciadas era admitida apenas excepcionalmente, o art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 positivou a possibilidade de limitação do número de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente. A opção editalícia, portanto, não inova nem restringe além do que a lei autoriza: exerce competência discricionária expressamente conferida pelo legislador, acompanhada da motivação exigida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), *"deve ser justificada a limitação excepcional quanto ao número de empresas a integrarem consórcios, quando seja admitida a participação destes em processo licitatório"* (Acórdão 718/2011-Plenário, rel. Min. Valmir Campelo), orientação reiterada nos Acórdãos 1305/2013-Plenário e 3654/2012-Segunda Câmara, que reconhecem a natureza discricionária da decisão, condicionada à devida motivação no processo administrativo.

(II) **GOVERNANÇA E EXEQUIBILIDADE CONTRATUAL.** Trata-se de contrato de longa duração, intensivo em capital e em obrigações de desempenho, a ser executado por sociedade de propósito específico. A experiência em concessões de infraestrutura demonstra que consórcios numerosos elevam exponencialmente os custos de coordenação, multiplicam instâncias decisórias, favorecem impasses societários na futura **SPE** e fragilizam a interlocução com o Poder Concedente, o verificador independente e os financiadores. A limitação a 3 (três) consorciados preserva estrutura decisória funcional, compatível com a celeridade exigida na fase de transição operacional e ao longo de toda a execução.

(III) **EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**. A solidariedade dos consorciados pelos atos praticados na licitação e na execução (art. 15, inciso V, da Lei nº 14.133/2021) é garantia instituída em favor da Administração. Consórcios excessivamente pulverizados esvaziam, na prática, essa garantia: diluem responsabilidades, dificultam a identificação de centros de imputação e oneram a fiscalização contratual. O número reduzido de membros mantém a solidariedade operável e a accountability de cada consorciado efetiva.

(IV) **VEDAÇÃO À AGREGAÇÃO MERAMENTE INSTRUMENTAL DE QUALIFICAÇÃO**. A Lei nº 14.133/2021 admite, para consórcios, o somatório dos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

quantitativos de cada consorciado para fins de habilitação técnica e o cálculo dos indicadores econômico-financeiros a partir do somatório dos valores das contas contábeis de cada consorciado. Sem limite de membros, criar-se-ia incentivo à formação de consórcios integrados por sociedades reunidas com a finalidade exclusiva de emprestar atestados ou demonstrações contábeis, sem lastro real de comprometimento com a execução. O limite de 3 (três) consorciados, combinado com a responsabilidade solidária de todos os integrantes (art. 15, V, da Lei nº 14.133/2021), contém esse incentivo sem necessidade de fixar participações societárias mínimas, que foram suprimidas para ampliar as composições possíveis.

(**V**) **PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME**. O consórcio cumpre função pró-competitiva quando viabiliza a participação de agentes que, isoladamente, não reuniriam condições de disputa. Essa função, contudo, inverte-se quando a agregação ilimitada permite que potenciais competidores independentes se aglutinem em um único proponente, reduzindo o número de propostas efetivas. O limite de 3 (três) membros equilibra as duas dimensões: mantém aberta a via associativa e, simultaneamente, protege a pluralidade de proponentes, finalidade última do próprio instituto.

(**VI**) **ESTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTINUIDADE DO SERVIÇO**. o controle público sobre alterações societárias da SPE, a exigência de anuência prévia para transferências de participação e a recomposição do quadro em caso de inadimplemento de sócio, tudo em favor da continuidade do serviço público, princípio reitor das concessões.

Registre-se, por fim, que a previsão editalícia não veda a participação de consórcios, mantida como regra, na linha do caput do art. 15, limitando-se a disciplinálo de forma proporcional: a medida é adequada (guarda pertinência direta com a exequibilidade e a governança do contrato), necessária (não há meio menos restritivo capaz de neutralizar a agregação artificial de qualificação e a pulverização de responsabilidades) e proporcional em sentido estrito (o ônus imposto aos interessados é reduzido, ao passo que os ganhos de segurança contratual e de efetividade da disputa são substanciais). Presente, assim, a justificativa técnica exigida pelo art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, aprovada pela autoridade competente nos autos do processo administrativo.

O limite de três integrantes decorre das características desta concessão, de 30 anos, intensiva em capital e dependente de financiamento de longo prazo, executada por SPE de composição idêntica à do consórcio vencedor. O limite preserva a celeridade



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

das decisões societárias na fase de implantação e a efetividade da responsabilidade solidária das consorciadas. Não impede a reunião de capacidades complementares, dado o somatório ilimitado de atestados, inclusive de empresas do mesmo grupo econômico. Com a supressão dos percentuais mínimos de participação, é a medida menos restritiva apta a esses fins. vo.

**JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONCESSÃO**

O art. 26 da Lei 8.987/95 prevê que:

Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

**§1º** A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

**§2º** O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

A subconcessão, portanto, é uma possibilidade, que depende, para a sua concretização, de: (**i**) previsão contratual; (**ii**) autorização expressa do poder concedente; (**iii**) concorrência prévia.

O item 32.1 da Minuta de Contrato prevê que *"Incumbe unicamente à **CONCESSIONÁRIA** a execução dos serviços concedidos, conforme compromisso assumido quando da assinatura deste **CONTRATO**, sendo vedada a subconcessão."*

Portanto, na licitação em questão, não se admite a subconcessão. No caso em questão, a vedação existe pelas seguintes razões:

**(i)** **LEGITIMIDADE DA OPÇÃO REGULATÓRIA**. O art. 26 da Lei nº 8.987/1995 não institui direito subjetivo à subconcessão: admite-a apenas *"nos termos previstos no contrato de concessão"* e mediante autorização expressa do poder concedente. A subconcessão é, portanto, faculdade de modelagem e não elemento obrigatório do regime concessório. Ao vedá-la expressamente, o Edital não restringe nada que a lei assegure; exerce, de forma motivada, a competência discricionária de conformação do contrato que o próprio art. 26 reserva ao poder concedente.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(ii) **CARÁTER INTUITU PERSONAE DA DELEGAÇÃO.** A licitação seleciona não apenas a melhor proposta, mas o parceiro delegatário, cujos atributos de capacidade técnica, econômico-financeira, regularidade e experiência são aferidos na habilitação e projetados para toda a vigência contratual. É essa mesma lógica que leva o art. 27 da Lei nº 8.987/1995 a condicionar a transferência da concessão ou do controle societário à anuência prévia, sob pena de caducidade. A subconcessão, ao operar a sub-rogação de direitos e obrigações em favor de terceiro (art. 26, § 2º), fragmentaria justamente o vínculo de confiança e de responsabilidade que o certame constitui.

(iii) **UNICIDADE DA MATRIZ DE RISCOS E DO CENTRO DE IMPUTAÇÃO**. A modelagem econômico-financeira, o sistema de remuneração, os indicadores de desempenho, o mecanismo de reajuste e revisão e o sistema de garantias foram estruturados para um único centro de responsabilidade, a Concessionária. A subconcessão criaria sub-rogações parciais, zonas cinzentas de interface entre subsistemas operacionais e controvérsias de imputação em caso de falha sistêmica, fragilizando a posição do poder concedente, do regulador e dos usuários. A alocação objetiva de riscos, pilar do equilíbrio contratual, pressupõe saber, sem ambiguidade, quem responde pelo quê.

(iv) **INTERDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO OBJETO**. As atividades concedidas integram cadeia tecnicamente interdependente, cuja eficiência decorre precisamente da operação integrada, com ganhos de escala e de escopo capturados na própria proposta econômica e revertidos à modicidade tarifária. O fatiamento do objeto por subconcessões comprometeria a lógica sistêmica da operação, a rastreabilidade dos fluxos, a consolidação de indicadores e a coerência do plano de investimentos.

(v) **EFETIVIDADE DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**. A relação contratual foi desenhada como bilateral: um concedente, uma concessionária. A multiplicação de subconcessionários oneraria a fiscalização, pulverizaria a aferição de desempenho, dificultaria a aplicação de sanções e a execução de garantias, e multiplicaria litígios de fronteira entre operadores, tudo em desfavor da continuidade e da qualidade do serviço essencial.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(vi) **BANCABILIDADE DO PROJETO**. Os instrumentos usuais de financiamento de concessões, cessão fiduciária de recebíveis, direitos de intervenção dos financiadores (*step-in*), pacotes de garantias, pressupõem a unicidade da concessionária e de seus recebíveis. A subconcessão fragmentaria fluxos e garantias, elevando o custo de capital do projeto em prejuízo, novamente, da modicidade tarifária.

(vii) **PREVENÇÃO À ESPECULAÇÃO DA OUTORGA**. A vedação impede que o vencedor do certame se comporte como mero intermediário da delegação, capturando valor pela *"revenda"* parcial da concessão sem executá-la, o que distorceria a competição original: os licitantes disputam o contrato para operá-lo, e é sobre essa premissa que formulam suas propostas.

(viii) **PRESERVAÇÃO DA FLEXIBILIDADE OPERACIONAL LEGÍTIMA**. A vedação à subconcessão não se confunde com vedação à subcontratação: permanece íntegra a faculdade de a Concessionária contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, nos termos do art. 25, §§ 1º a 3º, da Lei nº 8.987/1995, hipótese em que os contratos reger-se-ão pelo direito privado e a Concessionária permanecerá integral e diretamente responsável perante o poder concedente e os usuários (art. 25, caput). Não há, portanto, qualquer restrição indevida à execução contratual nem à participação de empresas de menor porte na cadeia de suprimento: o que se veda é unicamente a transferência parcial da posição contratual de concessionária.

Registre-se, por fim, que a vedação em nada restringe a competitividade do certame, não interfere em quem pode licitar, nem em como as propostas são formuladas, ao passo que assegura ganhos substanciais de segurança jurídica, exequibilidade e accountability na execução. Trata-se de medida adequada (guarda pertinência direta com a integridade do objeto e da matriz de responsabilidades), necessária (não há meio menos gravoso de impedir a fragmentação do vínculo concessório, já que a subcontratação permanece admitida) e proporcional em sentido estrito, encontrando pleno amparo no art. 26 da Lei nº 8.987/1995 e na motivação constante destes autos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**

O art. 58 da Lei 14.133/2021 prevê que:

*"Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.*

***§ 1º** A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.*

***§ 2º** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.*

***§ 3º** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.*

***§ 4º** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei."*

O item 14 e subitens do Edital exigem a apresentação de garantia da proposta em valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do contrato, isto é, R$ 10.042.496,30 (dez milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta centavos), calculado sobre o valor estimado de R$ 1.004.249.630,20, conforme o modelo do Anexo XII – Formulário de Garantia da Proposta, sob pena de desclassificação.

A exigência de garantia da proposta no certame em questão se dá pelas seguintes razões:

**(i)** **AUTORIZAÇÃO LEGAL EXPRESSA E OBSERVÂNCIA ESTRITA DOS LIMITES**. A exigência encontra fundamento direto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, que a admite como requisito de pré-habilitação, e o Edital a fixa exatamente no teto legal de 1,00% (um por cento) do valor estimado da contratação (§ 1º), admitidas as modalidades plurais do § 1º do art. 96, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária. Não há, portanto, inovação restritiva: há exercício motivado de faculdade legal, nos exatos contornos que o legislador desenhou.

**(ii)** **GARANTIA DE SERIEDADE E FIRMEZA DAS PROPOSTAS**. Trata-se de delegação de longo prazo, cuja disputa pressupõe estudos técnicos, jurídicos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

e econômico-financeiros aprofundados por parte dos licitantes. A garantia de proposta funciona como sinalização objetiva de comprometimento: apenas proponentes que efetivamente estruturaram sua participação e pretendem honrá-la, mobilizam o instrumento. Filtra-se, assim, a participação aventureira ou meramente especulativa, sem qualquer juízo subjetivo da Administração.

**(iii)** **PROTEÇÃO CONTRA O COMPORTAMENTO OPORTUNISTA PÓS-CERTAME**. O § 3º do art. 58 vincula a execução integral da garantia à recusa em assinar o contrato ou à não apresentação dos documentos para a contratação. Sem esse mecanismo, o vencedor poderia desistir da adjudicação sem consequência econômica relevante, impondo à Administração os custos de repetição de atos do certame, de convocação de remanescentes em condições potencialmente menos vantajosas e o mais grave em concessões de serviço essencial, o custo social da postergação do início da operação. A garantia internaliza no licitante o risco que hoje recairia integralmente sobre a coletividade.

**(iv)** **DESESTÍMULO A PROPOSTAS TEMERÁRIAS OU INEXEQUÍVEIS**. Em certames disputados pelo critério econômico, a possibilidade de desistência sem ônus incentiva lances agressivos e irrealistas, formulados na expectativa de renegociação ou de simples abandono. A perspectiva de perda da garantia induz cada licitante a ofertar apenas aquilo que pode sustentar, elevando a qualidade média das propostas e a confiabilidade do resultado do leilão, em benefício, inclusive, dos competidores sérios.

**(v)** **PRESERVAÇÃO DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE**. O valor exigido, limitado ao percentual máximo legal, representa fração diminuta do contrato e pode ser prestado por instrumentos de mercado de baixo custo de emissão (seguro-garantia e fiança), acessíveis a qualquer agente com capacidade real de executar a concessão. A exigência incide de modo uniforme sobre todos os interessados e não guarda potencial de afastar licitantes aptos: afasta, deliberadamente, apenas quem não estaria disposto a vincular-se à própria proposta, exclusão que é a finalidade legítima do instituto, e não efeito colateral.

**(vi)** **CELERIDADE E OBJETIVIDADE DO RITO**. Como requisito de pré-habilitação, a garantia confere segurança às fases subsequentes do



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

certame: a Administração processa a disputa sabendo que os proponentes classificados estão economicamente vinculados às suas ofertas, o que reduz incidentes, recursos protelatórios e riscos de esvaziamento do resultado.

**(vii)** **AUSÊNCIA DE ONERAÇÃO INDEVIDA**. A garantia é temporária e integralmente restituível: devolvida em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação (§ 2º). Não constitui receita da Administração nem barreira patrimonial permanente, apenas caução de seriedade, com vigência circunscrita ao próprio certame.

**(viii)** **ALINHAMENTO À PRÁTICA CONSOLIDADA EM CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA**. A exigência de garantia de proposta (*bid bond*) é padrão nos leilões de concessão no Brasil e internacionalmente, precisamente pelas razões acima, prática que os agentes do setor, seus seguradores e financiadores conhecem e precificam com naturalidade.

Diante disso, a medida revela-se adequada (guarda pertinência direta com a seriedade das propostas e a segurança do resultado), necessária (não há instrumento menos gravoso capaz de vincular economicamente o licitante à própria oferta antes da contratação) e proporcional em sentido estrito (o ônus é mínimo, temporário e restituível, enquanto os ganhos de confiabilidade do certame são substanciais), encontrando pleno amparo no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

**JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL**

O art. 5°, VIII, da Lei 11.079/04 admite que se exija a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites previstos na lei geral de licitações e contratos administrativos.

O art. 96 da Lei 14.133/2021 admite a possibilidade de exigência de garantia contratual conforme transcrito a seguir:

*"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.*

***§ 1º** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

***I –*** *caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;*

***II –*** *seguro-garantia;*

***III –*** *fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.*

***IV –*** *título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)*

***§2º*** *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

***§3º*** *O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo."*

*O art. 98 da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, estabelece o limite de valor da garantia conforme transcrito a seguir:*

*"Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.*

***PARÁGRAFO ÚNICO.*** *Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo."*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Conforme descrito no Edital (Item 24) e na minuta do Contrato (item 11), a Licitante vencedora do certame manterá em vigor, durante todo o prazo de vigência do contrato, garantia de execução do contrato, correspondente inicialmente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, devendo acompanhar as premissas estabelecida na Minuta de Contrato.

Essa exigência se justifica com base nos riscos de não cumprimento de obrigações contratuais pela concessionária, conforme identificado na Matriz de Riscos (Anexo V do Edital). Nesse sentido, a futura concessionária pode causar:

- Prejuízos em decorrência do não cumprimento do objeto contratado, da realização dos investimentos previstos e do não adimplemento das obrigações contratuais.
- Prejuízos diretos ao Poder Concedente decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Desse modo, entre as ações de contingência para esse risco, previstas na Matriz de Riscos, está a execução de garantia contratual. De outra parte, a variação no percentual da garantia ao longo do período de vigência contratual se justifica pelas seguintes razões:

**(i)** **A compatibilidade exigida por lei é dinâmica, não estática**. O art. 5º, VIII, da Lei nº 11.079/2004 exige garantias *"suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos"*. Ora, o perfil de risco de uma concessão não é constante no tempo: concentra-se na fase de implantação, em que se acumulam obrigações de investimento, execução de obras, aquisição de ativos e cumprimento de marcos e decresce na fase operacional estabilizada, quando os investimentos já foram internalizados e o desempenho passa a ser aferido continuamente por indicadores. Um percentual único e invariável seria, por definição, incompatível com essa curva: insuficiente no pico de exposição ou excessivo no risco residual. A modulação temporal é, portanto, a forma tecnicamente correta de cumprir o comando legal de compatibilidade.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

(ii) **Correspondência com a Matriz de Riscos**. A garantia contratual é ação de contingência vinculada a riscos específicos identificados na Matriz (Anexo V), inexecução do objeto, não realização dos investimentos e inadimplemento de obrigações. Como esses riscos têm intensidade e probabilidade distintas em cada fase contratual, a calibragem do percentual acompanha a própria lógica da Matriz: a garantia é dimensionada onde e quando o risco efetivamente reside, e não de forma linear e desconectada da realidade da execução.

(iii) **Modicidade tarifária e eficiência alocativa**. O custo de carregamento da garantia, prêmios de seguro, comissões de fiança, custo de oportunidade da caução, integra a equação econômica do projeto e é, em última análise, repassado à contraprestação e aos usuários. Manter percentuais dimensionados para o pico de risco em fases de exposição reduzida imporia custo permanente sem contrapartida de proteção, em afronta à eficiência e à modicidade. A variação do percentual otimiza o binômio proteção × custo, extraindo o máximo de segurança pelo mínimo de oneração do projeto.

(iv) **Suficiência material do valor garantido**. Em concessões, a base de cálculo é o valor global do contrato, grandeza que consolida décadas de execução. Ainda no patamar de 1,00% (um por cento), o montante absoluto garantido é expressivo e guarda proporção adequada com os prejuízos potenciais mapeados, correspondendo a R$ 10.042.496,30 sobre o valor estimado de R$ 1.004.249.630,20. Não se aplica o parágrafo único do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, que manda usar o valor anual do contrato nos serviços contínuos contratados e pagos pela Administração: na concessão, o valor do contrato corresponde às receitas projetadas ao longo de todo o prazo, majoritariamente tarifárias, e a garantia cobre sobretudo obrigações de investimento concentradas nos primeiros anos, que não se distribuem de forma linear por exercício. Sobre essa base, o percentual de 1,00% (um por cento) situa-se muito abaixo do limite de 5,00% (cinco por cento) do caput do art. 98, o que dispensa a justificativa qualificada reservada às majorações.

(v) **Preservação da capacidade financeira e da bancabilidade**. Garantias sobredimensionadas consomem limites de crédito e de



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

colateral da concessionária junto ao mercado segurador e bancário, exatamente os mesmos limites de que ela necessita para contratar o financiamento do projeto e as demais garantias exigidas pelos financiadores. A modulação do percentual evita que a garantia em favor do Poder Concedente concorra, sem necessidade, com a estrutura de funding da concessão, cuja higidez interessa diretamente à continuidade do serviço.

**(vi)** **Alinhamento à prática do mercado de garantias**. Apólices de seguro-garantia de execução com valores modulados por fase ou por marcos contratuais são prática consolidada no mercado brasileiro de infraestrutura, conhecida e precificada por seguradoras e instituições financeiras. A aderência do Edital a esse padrão amplia a oferta de garantidores, reduz o custo de emissão e facilita as renovações anuais ao longo da vigência.

**(vii)** **Função de incentivo ao desempenho**. A variação do percentual atrelada ao avanço da execução opera também como mecanismo de incentivo: a transição para patamares inferiores pressupõe o cumprimento das obrigações da fase anterior, funcionando como reconhecimento objetivo de conformidade e não como liberalidade automática. Alinham-se, assim, os interesses da concessionária ao adimplemento tempestivo de suas obrigações.

Diante do exposto, a exigência de garantia de execução com percentual modulado ao longo da vigência revela-se adequada (espelha a curva real de exposição ao risco do contrato), necessária (não há meio menos oneroso de manter proteção suficiente em cada fase sem sobrecustear o projeto) e proporcional em sentido estrito (equilibra a segurança do Poder Concedente, o custo suportado pelo projeto e a modicidade tarifária), com pleno amparo no art. 5º, VIII, da Lei nº 11.079/2004 c/c os arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**JUSTIFICATIVA QUANTO A INDICAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO**

Nos termos do art. 3°, §1°, da Lei 11.079/04, e do art. 186 da Lei 14.133/2021, aplica-se subsidiariamente às concessões patrocinadas a Lei 8.987/95 e a Lei 14.133/2021.

A Lei 11.079/04 não aborda, especificamente, a questão da avaliação da qualificação técnica das licitantes, razão pela qual é necessário recorrer às Leis 8.987/95 e 14.133/2021 para tratar sobre o tema.

O art. 18, V, da Lei 8.987/95, estabelece que o edital de licitação deverá conter, entre outros aspectos, os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica. O art. 18, IX, da Lei 14.133/2021, por sua vez, estabelece que a fase preparatória da licitação deve conter a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como a justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto.

Na licitação em questão, as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto são as 11 (onze) indicadas a seguir. Elas correspondem aos itens remanescentes da tabela do item 15.4.2 do Edital após a supressão por decisão publicada em 13/10/2026 e ratificada na decisão da impugnação AEGEA (item 3.4) das exigências relativas à implantação e operação de unidade de compostagem, à gestão comercial e ao atendimento aos usuários, aos programas socioambientais e ao galpão de triagem e armazenamento de recicláveis, que não atingiam o requisito legal de valor significativo:

a) **Coleta e transporte manual e mecanizado de resíduos sólidos domiciliares (RDO) em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso, com caminhões compactadores de no mínimo monitorados por GPS, ciclomotores do tipo triciclo de carga e disponibilização de contêineres estacionários.**

Esta é a parcela de maior peso operacional recorrente e a de contato direto e diário com o usuário. Ela exige planejamento e execução de roteiros em escala, gestão de frota dedicada e de equipes numerosas, e soluções logísticas distintas para territórios urbanos, rurais e de acesso restrito. É a face mais visível do serviço. Qualquer descontinuidade, mesmo breve, compromete a salubridade pública e a percepção de qualidade de todo o contrato.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

b) **Coleta e transporte manual e mecanizado de resíduos da construção civil e demolição (RCD), com comboio de caminhões basculantes (caçambas) e pás carregadeiras ou retroescavadeiras.**

A parcela envolve resíduos de alta densidade e grande volume, que demandam equipamentos pesados operando de forma coordenada. Sua inexecução favorece o descarte irregular em vias, encostas e corpos hídricos, gerando passivo ambiental e custos de remediação ao Poder Concedente.

c) **Recuperação de áreas degradadas e encerramento de lixões.**

Trata-se de obrigação central da concessão e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010, com os prazos da Lei nº 14.026/2020). Exige diagnóstico ambiental, conformação geométrica e cobertura de massas, drenagem de águas pluviais, de lixiviados e de gases, revegetação e monitoramento pós-encerramento. Falhas de execução perpetuam a contaminação de solo e de águas subterrâneas e expõem o Poder Concedente a responsabilização.

d) **Construção, implantação e pré-operação (startup) de aterro sanitário, incluindo construção e pré-operação e/ou operação e manutenção de estação de tratamento de chorume.**

É a parcela de máxima criticidade técnico-ambiental e de maior CAPEX do objeto. Exige domínio de geotecnia aplicada (impermeabilização de base, estabilidade de taludes e maciços), sistemas de drenagem e tratamento de lixiviados até os padrões de lançamento exigidos, e captação e queima ou aproveitamento de biogás. Erros de projeto ou de execução nessa fase são de difícil ou impossível correção posterior.

e) **Operação e manutenção de aterro sanitário licenciado**



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

A parcela abrange a disposição diária, a compactação e a cobertura dos resíduos, a gestão de células, o monitoramento geotécnico e ambiental contínuo e o cumprimento das condicionantes da licença perante o órgão ambiental. Falhas operacionais geram dano ambiental de difícil reversão, risco de interdição e colapso de toda a cadeia de manejo, sem alternativa imediata de destinação.

**f) Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de RCD, com operação de tecnologias de valorização, a exemplo de Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD).**

É a parcela de maior complexidade tecnológica do objeto. Envolve engenharia de processo, integração de equipamentos eletromecânicos, curvas de aprendizado operacional e o atingimento de metas de desvio de aterro e de recuperação de materiais vinculadas aos indicadores de desempenho. Seu insucesso inviabiliza as metas finalísticas da concessão e reduz a vida útil do aterro.

**g) Operação e manutenção de estação de transferência (transbordo) de resíduos sólidos (ETR) licenciada e transporte intermunicipal licenciado até aterro sanitário licenciado.**

A ETR é o elo logístico crítico entre a coleta e a disposição final. Sua paralisação interrompe imediatamente todo o fluxo de resíduos do território atendido, sem possibilidade de estocagem prolongada, dada a natureza putrescível dos resíduos. O transporte de longa distância exige gestão de frota pesada e conformidade com o licenciamento ambiental de transporte de resíduos.

**h) Coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços congêneres e resíduos públicos urbanos (RPU) ou similares.**

A parcela abrange resíduos de varrição, capina, roçagem, poda e limpeza de logradouros, cuja geração é dispersa, heterogênea e sazonal. Exige flexibilidade



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

operacional e articulação com os demais serviços de limpeza urbana, sob pena de acúmulo em vias públicas e obstrução de sistemas de drenagem.

**i) Coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos de feiras livres e mercados públicos, com caminhões roll-on roll-off e contêineres estacionários do tipo caixa compactadora.**

São resíduos de alta umidade e rápida decomposição, gerados de forma concentrada em pontos de grande circulação de pessoas e de manipulação de alimentos. Exigem frequência rigorosa e equipamentos específicos para evitar odores, proliferação de vetores e riscos sanitários. A parcela também é insumo relevante para as rotas de compostagem e valorização de orgânicos.

**j) Execução da coleta seletiva, com equipe dedicada à coleta e ao transporte de resíduos recicláveis e disponibilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs).**

A parcela condiciona diretamente o atingimento das metas de reciclagem e de desvio de aterro previstas no contrato e na PNRS. Exige planejamento de rotas próprias, gestão da rede de PEVs, interface com cooperativas e associações de catadores e ações contínuas de mobilização do usuário.

**k) Coleta programada e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, por meio de programa do tipo “Cata Bagulho”, “Cata Treco” ou similar.**

Móveis, eletrodomésticos e demais volumosos não são compatíveis com a coleta regular e, sem atendimento estruturado, são descartados em vias, terrenos baldios e cursos d’água. A parcela exige agendamento, logística dedicada e encaminhamento adequado dos materiais, com efeito direto sobre o controle de pontos de descarte irregular.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**CRITÉRIOS DE ELEIÇÃO**. A seleção dessas parcelas decorre da conjugação dos dois critérios legais. Pela relevância técnica, são as atividades de maior complexidade de engenharia, maior criticidade ambiental e sanitária e maior risco de inexecução com repercussão sobre a continuidade de serviço público essencial. Pelo valor significativo, cada uma representa parcela igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), considerados o CAPEX e o OPEX projetados para o contrato, ao longo de todo o Contrato (implantação, reinvestimentos e operação), conforme a modelagem econômico-financeira (Anexo III) e o quadro a seguir.

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 01 | Coleta e transporte manual e mecanizada de resíduos domiciliares em zona urbana, zona rural e áreas de difícil acesso (RDO). | R$214.203.998,16 | 21,33% |
| 02 | Coleta e transporte de resíduos sólidos da Construção Civil e Demolição (RCD) manual e mecanizado. | R$66.115.952,08 | 6,58% |
| 03 | Recuperação de Área degradada e Lixão | R$40.504.485,18 | 4,03% |
| 04 | Implantação ou operação de aterro sanitário, e de estação de tratamento de lixiviado prevista no Caderno de Encargos | R$40.757.524,85 | 4,06% |
| 05 | Operação e Manutenção de Aterro Sanitário Licenciado | R$107.975.869,15 | 10,75% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 06 | Recebimento, triagem, tratamento, valorização e destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU) e da Construção Civil e Demolição (RCD), com operação de tecnologias de valorização de resíduos, a exemplo de Unidade de Reciclagem dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (URCD) | R$59.044.024,67 | 5,88% |
| 07 | Operação e manutenção de estação de transferência (transbordo) de resíduos sólidos (ETR) licenciada e transporte intermunicipal de resíduos licenciado até o aterro sanitário para destinação e disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado | R$238.547.077,50 | 23,75% |
| 08 | Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos oriundos dos serviços congêneres, resíduos públicos urbanos (RPU) ou similar | R$51.345.228,95 | 5,11% |
| 09 | Serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos orgânicos oriundos de feiras livres e mercados públicos. | R$41.019.761,10 | 4,08% |
| 10 | Execução dos Serviços de Coleta Seletiva, a partir de disponibilização de equipe para os serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Recicláveis. | R$41.738.522,38 | 4,16% |



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

| ITEM (15.4.2) | PARCELA | VALOR (R$) | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|
| 11 | Equipe para coleta programa e transporte de resíduos volumosos e inservíveis, através da implantação de programa “cata bagulho”, “cata treco” ou similar. | R$40.762.912,38 | 4,06% |

**COMPOSIÇÃO DA PARCELA 3 — RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA E LIXÕES**

| COMPONENTE | NATUREZA | FONTE | VALOR (R$) | % PARCELA | % DO VALOR ESTIMADO |
|---|---|---|---|---|---|
| Licenciamento e projetos dos PRAD | **CAPEX** | **EVEF, item 8.a** | **809.846,00** | **2,00%** | **0,08%** |
| Execução dos PRAD (remediação e encerramento) | **CAPEX** | **EVEF, item 8.a** | **8.919.269,00** | **22,02%** | **0,89%** |
| **SUBTOTAL CAPEX** | | | **9.729.115,00** | **24,02%** | **0,97%** |
| Monitoramento, manutenção e operação pós encerramento das áreas recuperadas, ao longo do contrato | **OPEX** | **EVEF, tabela de OPEX** | **30.775.370,18** | **75,98%** | **3,06%** |
| **TOTAL DA PARCELA 3** | | | **40.504.485,18** | **100,00%** | **4,03%** |

**SERVIÇOS FACULTATIVOS.** A inclusão de parcelas relativas a serviços de adesão facultativa (alíneas “a”, “b”, “h”, “i”, “j” e “k”) decorre da necessidade de aferir, na habilitação, a aptidão da licitante para o escopo total previsto no Contrato. A adesão pode ocorrer a qualquer tempo, inclusive desde o início da concessão, e não haverá nova seleção quando ela ocorrer; a Concessionária deverá, portanto, estar apta a assumir esses serviços de imediato.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**. Com base nessa indicação, o Edital exige, para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional (art. 67, I e II, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 18, V, da Lei nº 8.987/1995), comprovação de experiência anterior exclusivamente nas parcelas acima, mediante atestados acompanhados, quando cabível, do respectivo registro no conselho profissional competente, observados:

i) quantitativos mínimos limitados a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para cada parcela, em atenção ao teto do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

ii) a admissão do somatório de atestados, sem limitação de número e sem exigência de percentual mínimo individual por atestado (item 15.4.6 do Edital, na redação retificada), observada a compatibilidade de objeto e de condições operacionais, e, no caso de consórcios, do somatório dos quantitativos de cada consorciado, independentemente de participação mínima no consórcio; e

iii) a ausência de restrições quanto a tempo, época ou local de execução dos serviços atestados, vedadas pela tradição legislativa e pela jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

**ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE**. A limitação das exigências às parcelas de maior relevância e valor cumpre dupla função. Assegura que o futuro concessionário detenha experiência real e aferível naquilo que é decisivo para a execução, protegendo a continuidade de serviço essencial de longo prazo. E impede a proliferação de exigências acessórias sem pertinência, preservando a competitividade do certame. A medida é adequada, porque as parcelas eleitas concentram objetivamente o risco técnico e o valor do contrato; necessária, porque não há meio menos restritivo de aferir aptidão para um objeto dessa criticidade; e proporcional em sentido estrito, atendendo à motivação circunstanciada exigida pelo art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021.

**QUADRO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** – fica incluído o quadro referido no Anexo XXI, com o valor de cada parcela (considerando CAPEX e OPEX projetados para todo o prazo da concessão) e sua participação



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

no valor estimado da contratação, para os fins do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

**JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Os requisitos de qualificação técnica compreendem a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional, cuja documentação está prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Para reduzir os riscos da contratação quanto à capacidade de prestação do serviço, exige-se atestado de execução de serviços similares, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto, nas parcelas de maior relevância acima indicadas. Os quantitativos mínimos observam o limite de 50% (cinquenta por cento) de cada parcela, nos termos do art. 67, § 2º.

Nos termos do art. 67, I, exige-se ainda a comprovação de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes.

Sendo obrigatório o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações, o licitante que optar por não realizar a vistoria poderá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, conforme art. 67, VI.

A vistoria técnica é facultativa e recomendada: o atestado de visita somente será apresentado pela licitante que a realizar, e a sua ausência é suprida pela declaração prevista no art. 67, VI, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da habilitação.

Fica registada a supressão das exigências de equipamentos na qualificação técnico-operacional e profissional; a substituição da CAT pelo registo no conselho profissional competente na qualificação técnico-operacional; a conversão do item 04 em parâmetro de porte e a exclusão do Índice de Endividamento Total.

**DISTINÇÃO ENTRE AS EXIGÊNCIAS**. A qualificação técnico-operacional afere a experiência da empresa, isto é, sua capacidade organizacional de executar o objeto (art. 67, II); a técnico-profissional, a experiência dos profissionais que conduzirão os trabalhos (art. 67, I); e a equipe técnica mínima, a disponibilidade do pessoal técnico adequado (art. 67, III). São hipóteses distintas e cumuláveis, sem duplicidade.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

**REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL**. O *registro no conselho profissional competente*.

**EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA (ITEM 15.4.4 DO EDITAL)**. A indicação, na habilitação, do pessoal técnico adequado e disponível e da qualificação de cada membro da equipe tem previsão expressa no art. 67, III, da Lei nº 14.133/2021, e os profissionais indicados deverão participar da execução do objeto (art. 67, § 6º). A exigência não impõe ônus excessivo: não é preciso manter os profissionais em quadro no momento da licitação, bastando o compromisso futuro de contratação (item 15.4.3.1), e cada profissional precisa comprovar experiência em apenas um dos itens de serviço. Cada especialidade corresponde a frente própria do objeto:

**a) Engenheiro civil:** implantação do aterro sanitário e das obras civis da ETR e da CVR, incluindo geotecnia, impermeabilização, terraplenagem e estabilidade de taludes e maciços;

**b) Engenheiro ambiental:** licenciamento ambiental perante o INEMA, cumprimento de condicionantes, monitoramento ambiental e execução dos PRADs de encerramento dos lixões;

**c) Engenheiro sanitarista:** sistemas de drenagem e tratamento de chorume, operação da coleta e da destinação final e atendimento aos padrões de lançamento;

**d) Engenheiro agrônomo e/ou florestal:** revegetação das áreas recuperadas, manejo de resíduos de poda e RPU e tratamento da fração orgânica;

**e) Engenheiro de segurança do trabalho:** operação contínua com grande contingente de trabalhadores e gestão dos riscos próprios das atividades de coleta, transbordo e aterro.

**CAPACIDADE FINANCEIRA NÃO SUBSTITUI APTIDÃO TÉCNICA**. Não se admite substituir os atestados por experiência na captação de recursos para empreendimentos de infraestrutura. A qualificação técnica afere a aptidão para executar o objeto, e não a capacidade de financiá-lo, que é objeto da qualificação econômico-financeira. Admitir que a aptidão seja obtida após a contratação transferiria à Administração, por trinta anos, o risco de execução que a habilitação existe para prevenir, conclusão também registrada pela DAM no Processo TCM/BA nº 03450e26.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Desse modo, a Administração adotou condições que permitem presumir a aptidão do licitante para executar os serviços em quantidade, qualidade e conformidade com as obrigações contratuais, dentro dos limites legais e sem restringir a competitividade

**JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A habilitação econômico-financeira está prevista no artigo 69 da Lei 14.133/2021 conforme transcrito a seguir:

*"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

**I –** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II **–** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante."

No modelo de execução do objeto da presente licitação, está prevista a realização de investimentos consideráveis em implantação e expansão de infraestrutura e universalização de serviços de manejo de resíduos sólidos em 5 (cinco) municípios. Trata-se de contratação de grande expressão econômica e elevada responsabilidade técnica, que demandará da futura concessionária robustez econômico-financeira para a satisfatória execução do objeto contratado.

Assim, previu-se no item 15.5 e subitens do Edital que:

***"15.5.1.** A qualificação econômico-financeira será comprovada através dos seguintes documentos:*

***15.5.1.1.** Capital Social e sua respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada um montante superior a R$100.424.963,02 (cem milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e dois centavos). Em caso de **CONSÓRCIO** será exigida parcela adicional de 30,00% (trinta por cento).*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

***15.5.1.2.*** *Balanço Patrimonial e respectiva demonstração do resultado do último exercício social, exigível à época da apresentação da documentação, onde deverá ser evidenciada a boa situação financeira da* ***LICITANTE*** *ou de todas as empresas integrantes do* ***CONSÓRCIO,*** *conforme o caso. Para fins de demonstração da boa situação financeira, a* ***LICITANTE*** *deve possuir, no mínimo, os seguintes índices financeiros:*

***a.1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: ILC*** *≥ 1,00* ***(AC /PC)***

***a.2) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: ILG*** *≥ 1,00* ***((AC + ANC) /(PC+PNC))***

***a.3) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: IE*** *≤ 0,60 (****PC +PNC)/AT)***

*Onde:*

***AC – ATIVO CIRCULANTE***

***ANC – ATIVO NÃO CIRCULANTE***

***PC – PASSIVO CIRCULANTE***

***PNC – PASSIVO NÃO CIRCULANTE***

*a.4) Para* ***LICITANTES*** *constituídas por fundos de investimentos ou entidades de previdência complementar:*

*a.4.1) Índice de Alavancagem (IA) ≤ 14 IA = CT / PL*

*Em que:*

***IA:*** *Índice de Alavancagem;*

***CT:*** *Passivo real menos o patrimônio líquido e os diversos;*

***PL:*** *Capital social integralizado mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos os prejuízos.*

*a.5.2) Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) ≥ 0,7 ICB = (AT – CC – EO – EC – F – BC – PMI) / BaC*

*Em que:*

***ICB =*** *Índice de Cobertura de Benefícios;*

***AT =*** *Ativo Total;*

***CC =*** *Contribuições Contratadas;*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

***EO =*** *Exigível Operacional;*

***EC =*** *Exigível Contingencial;*

***F =*** *Fundos;*

***BC =*** *Benefícios Concedidos;*

***PMI =*** *Provisões Matemáticas a Integralizar;*

***BaC =*** *Benefícios a Conceder*

***15.5.1.3.*** *A* ***LICITANTE*** *deverá apresentar cópia do Livro Diário em que o balanço foi transcrito, registrado na correspondente Junta Comercial ou SPED, com o respectivo recibo de apresentação do balanço.*

***15.5.1.4.*** *As empresas estrangeiras deverão apresentar os indicadores econômico-financeiros mínimos exigidos na comprovação da qualificação econômico-financeira, ajustados à estrutura contábil da legislação brasileira. Para a conversão da moeda estrangeira para o Real, deverá ser indicada a taxa de câmbio comercial para venda* ***(PTAX),*** *divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativa à data de encerramento do exercício social.*

***15.5.1.5.*** *Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor judicial da Comarca da sede da* ***LICITANTE*** *ou dos integrantes de* ***CONSÓRCIO,*** *dentro do prazo de validade, observado o contido na alínea "d" do subitem 6.4."*

**MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (IE ≤ 0,60)**. *A exigência é mantida por três razões próprias desta concessão, que a distinguem de contratação ordinária:*

***(i) Risco de inadimplência****. A remuneração depende majoritariamente da TUF paga pelos usuários. O EVEF considera inadimplência de 8%, e o aporte público só é acionado acima de 9,5% (cláusula 8.3.2.5 do CONTRATO). Até esse patamar, a perda de receita é suportada integralmente pela CONCESSIONÁRIA, o que exige estrutura de capital capaz de absorvê-la sem comprometer a prestação do serviço.*

***(ii) Capital de giro****. Entre a prestação do serviço, o cofaturamento ou a cobrança direta e a efetiva arrecadação há defasagem de caixa, agravada na fase de transição, em que a CONCESSIONÁRIA já opera a destinação final, inclusive em aterro de terceiros, antes da maturação da receita. Desse modo, eventualmente para cobertura desse descasamento depende de recursos próprios e de crédito de curto prazo, cuja obtenção é condicionada ao grau de endividamento.*



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

*(iii)* ***Empréstimo-ponte****. Os investimentos dos primeiros anos, notadamente a implantação do aterro e a remediação dos lixões, tendem a anteceder a contratação do financiamento de longo prazo, usualmente estruturado por empréstimo-ponte. Caso excepcionalmente haja a necessidade, deverá a licitante possuir capacidade de contrair essa dívida, e de prestar as garantias corporativas que os financiadores exigem dos acionistas nessa fase, o que depende de a* ***LICITANTE*** *não estar excessivamente alavancada. O limite de 0,60 é usual para contratos de longo prazo intensivos em capital, aplica-se a cada consorciada e não é cumulado com exigência de patrimônio líquido mínimo, de modo a não restringir a competição além do necessário à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 69 da Lei nº 14.133/2021).*

**CAPITAL SOCIAL MÍNIMO**. O art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, aplicável subsidiariamente às concessões (art. 186), autoriza a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Desse modo, a LICITANTE deverá comprovar capital social mínimo de R$ 48.501.942,80, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado das receitas da Tarifa do Usuário Final (TUF) relativa aos serviços da CONCESSÃO, qual sejam eles triagem, transferência (transbordo), tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares (item 3.3), de R$485.019.428,00, na data-base [julho/2026].

A adoção do patamar máximo decorre do perfil de investimentos: os investimentos de implantação, aterro sanitário e CVR, estações de transbordo e encerramento dos lixões, concentram-se nos primeiros anos, no período de implantação, conforme o EVEF, e deverão ser financiados com capital próprio e de terceiros antes de a receita tarifária estar plenamente estabelecida. O capital mínimo assegura que o licitante tenha porte compatível com esse esforço de investimento e com a alavancagem que ele implica.

**ACRÉSCIMO PARA CONSÓRCIOS**. Em caso de consórcio, a exigência será acrescida de 30% (trinta por cento), totalizando R$ 63.052.525,64, admitido o somatório dos valores de cada consorciada na proporção de sua participação (art. 15, II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021). Nas concessões, o valor estimado corresponde às receitas projetadas ao longo de todo o prazo, grandeza que mede o porte econômico do objeto e das obrigações assumidas.

**ÍNDICES CONTÁBEIS**. Os índices exigidos são os indicadores clássicos de liquidez e solvência e não se enquadram na vedação do art. 69, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, restrita a índices de rentabilidade ou lucratividade. Os Índices de Liquidez



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

Corrente e de Liquidez Geral iguais ou superiores a 1,00 representam a condição mínima de equilíbrio, ativos ao menos equivalentes às obrigações, no curto e no longo prazo e não exigem solidez acima do usual.

**FUNDOS DE INVESTIMENTO E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.** Para esses licitantes, cuja estrutura patrimonial não se ajusta aos índices de liquidez e de endividamento das sociedades operacionais, adotam-se indicadores próprios: o Índice de Alavancagem (IA ≤ 14) limita a alavancagem do veículo, e o Índice de Cobertura de Benefícios (ICB ≥ 0,7) verifica a capacidade da entidade de previdência de honrar seus compromissos com participantes, assegurando que o aporte na concessão não comprometa sua solvência.

**CUMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS**. Os índices, o capital social mínimo e a garantia da proposta têm finalidades distintas e não se sobrepõem: os índices medem a saúde financeira do licitante; o capital mínimo, o seu porte, compatível com o valor do Contrato; e a garantia da proposta, a seriedade da oferta e a assinatura do contrato pelo vencedor (art. 58). Nenhuma supre as demais: uma empresa de grande porte pode estar excessivamente endividada, e uma empresa saudável pode não ter porte compatível com uma concessão de 30 anos. A admissão de consórcios, com somatório de valores, amplia o universo de potenciais licitantes.

A adoção do critério de índices econômico-financeiros justifica-se como medida de prudência e segurança contratual, compatível com a materialidade dos investimentos, seu volume vultuoso e com a complexidade operacional inerentes à presente concessão patrocinada. Busca-se, assim, selecionar licitantes com efetiva capacidade econômico-financeira, aptos a assegurar a execução integral do contrato, a adequada prestação dos serviços e a continuidade operacional ao longo de toda a vigência.

O objetivo é prevenir a participação e eventual adjudicação a proponentes que, embora atendam formalmente às exigências de habilitação, não disponham de robustez financeira e técnica suficiente para suportar o ciclo de implantação e operação, sobretudo em cenário de oscilações de mercado, contingências não previstas e necessidades de capital de giro. Trata-se de providência que protege o interesse público contra riscos de inexecução, paralisação, degradação da qualidade do serviço e consequentes custos adicionais de recomposição, substituição ou relicitação.

As licitantes deverão demonstrar capacidade financeira para, além de cumprir todas as obrigações contratuais, suportar eventuais defasagens temporais no fluxo de recebimentos, em especial aquelas relacionadas ao risco de inadimplência e aos prazos



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

de pagamento aplicáveis às receitas previstas no arranjo econômico do projeto. Pela Cláusula 8.3.2.5 do Contrato, a inadimplência dos usuários até 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) no período de apuração é suportada pela própria Concessionária, antes de qualquer contraprestação pública, o que exige liquidez compatível com essa absorção.

Nesse ponto, cumpre destacar que a disciplina legal aplicável impõe, em determinadas hipóteses, condições mais favoráveis à Administração quanto à dinâmica de adimplemento, notadamente quanto à TEP, a exemplo do art. 137, § 2º, IV, que pode repercutir na gestão de caixa da concessionária e exige, por consequência, maior resiliência financeira para manutenção da execução contratual. Assim, ainda que a concessionária apresente os documentos de cobrança, poderá ter de absorver prazos usuais de processamento e, eventualmente, atrasos, sem que isso implique, de imediato, autorização para interromper ou reduzir a prestação dos serviços, dada a natureza essencial e contínua do objeto.

A exigência dos índices revela-se proporcional, necessária e adequada para assegurar que a futura concessionária possua capacidade de suportar atrasos pontuais, preservar a continuidade do serviço, manter padrões de desempenho e cumprir obrigações de investimento, operação e manutenção, sem transferir ao Poder Concedente riscos decorrentes de fragilidade econômico-financeira do contratado.

Por fim, ressalta-se que tais requisitos se alinham ao propósito maior do certame de garantir a observância do interesse público, com seleção de proposta efetivamente exequível e vantajosa, mitigando riscos inerentes à contratação e a eventos supervenientes alheios à vontade das partes, inclusive de natureza extraordinária, cuja materialização pode impactar custos e cronogramas.

**JUSTIFICATIVA DO PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DA CÉLULA DE ATERRAMENTO E DA SOLUÇÃO TRANSITÓRIA**

O prazo de 1 (um) ano para implantação da Célula de Aterramento de Rejeitos (Subcláusulas 18.2 e 18.4 do Contrato, uniformizadas na versão retificada) é compatível com a urgência do encerramento dos lixões imposta pela Lei nº 12.305/2010 e pela Lei nº 14.026/2020. A sua exequibilidade é reforçada pela solução transitória: enquanto a célula não estiver em operação, os resíduos serão destinados a aterro sanitário licenciado pré-existente, escolhido pela Concessionária, cujos custos de transporte e destinação integram os encargos da concessão e devem ser considerados nas



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.

propostas. Assegura-se, assim, destinação ambientalmente adequada desde o início da operação, sem risco de descontinuidade.

O cronograma de referência considera 12 (doze) meses para licenciamento (LP/LI) e para conclusão das obras, implantação e pré-operação da primeira célula. A indicação de Ibotirama como local preferencial (item 1.4 do Caderno de Encargos), respaldada nos estudos de regionalização, é suficiente, cabendo à Concessionária identificar e adquirir a área (Cláusula 18.3 do Contrato).

**JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DE REFERÊNCIA**

A modelagem adotou composição gravimétrica de referência, sem caracterização própria por Município, alinhada ao Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos elaborados pela SEDUR (Lei Estadual nº 12.932/2014). Em concessão regional, a composição única assegura base homogênea para dimensionar as unidades, comparabilidade entre os Municípios e isonomia na formação da tarifa; caracterizações isoladas, com metodologias, datas e amostras distintas, gerariam modelo internamente inconsistente.

Uma amostragem local hoje registraria a distorção de um sistema ainda não universalizado, baixa cobertura de coleta, ausência de segregação na fonte e triagem informal nos vazadouros, que retira recicláveis antes da pesagem, e não o perfil do resíduo ao longo da concessão. A caracterização com valor técnico para calibrar as rotas de valorização é a realizada após a estabilização operacional, conforme a ABNT NBR 10007. Além disso, os custos principais (coleta, transporte e disposição) dependem da massa, das distâncias e das frequências, e não da composição; desvios na parcela valorizável são tratados nas revisões ordinária e extraordinária, conforme a Matriz de Riscos.



Este documento foi assinado digitalmente por PROCEDE Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA às 14:03 horas do dia 19/11/2026.
Para verificar as assinaturas clique no link: http://www.procede.org/verificar/2440-D8CE-113D-00EA-DA90 ou utilize o código QR.